SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS

Minas Gerais , 26 de Agosto de 2026 • Diário Oficial dos Municípios Mineiros • ANO XVIII | Nº 4347

Expediente:
Associação Mineira de Municípios – AMM - MG

Presidente - LUCAS VIEIRA LOPES

1º Vice-Presidente - SANDRO LÚCIO FONSECA
2º Vice-Presidente - JOSÉ APARECIDO MENDES SANTOS
3º Vice-Presidente - LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO
1º Secretário - MAYCON WILLIAN DA SILVA
2º Secretário - VIVIANE BARBOSA PENA
1º Tesoureiro - JULIANO VASCONCELOS GONÇALVES
2º Tesoureiro - GEFERSON GIORDANI BURGARELLI

Diretor Região Central - EVALDO PAULO DOS REIS
Diretor Região Central - OTACÍLIO NETO COSTA MATTOS
Diretor Região Central - JOÃO MARCELO DIEGUEZ PEREIRA

Diretor Região Sul - EDUARDO CHEUNG DE LIMA
Diretor Região Sul - ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL

Diretor Região Noroeste - RAFAEL COSTA DE TONI
Diretor Região Noroeste - OSEIAS CARDOSO QUEIROZ

Diretor Região Triângulo - MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Diretor Região Triângulo - FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Diretora Região Triângulo - ELISA GONÇALVES DE ARAUJO

Diretora Região Alto Paranaíba - FERNANDA APARECIDA LAGARES DE OLIVEIRA
Diretor Região Alto Paranaíba - RUBENS MAGELA DA SILVA
Diretora Região Alto Paranaíba - MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES

Diretor Região Centro-Oeste - FERNANDO AUGUSTO ALVES DE ANDRADE
Diretor Região Centro-Oeste - LEONARDO LACERDA CAMILO
Diretor Região Centro-Oeste - ADALBERTO RIBEIRO LOPES

Diretora Região Zona da Mata - ELENICE PEREIRA DELGADO SANTELLI
Diretor Região Zona da Mata - VICTOR DE PAIVA LOPES
Diretor Região Zona da Mata - SILVÉRIO JOAQUIM APARECIDO DA LUZ

Diretor Região Norte - ROBERTO JAIRO TORRES
Diretor Região Norte - JOAQUIM NERES XAVIER DIAS
Diretor Região Norte - CLEBER NASCIMENTO DE PINHO

Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - FABIANO FERNANDES SILVA RIBEIRO
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - MARCELO ADRIANO XAVIER DE VASCONCELOS
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - HERMES ADALTO GOMES DA CUNHA

Diretor Região Rio Doce - JOVANI FERREIRA DOS SANTOS
Diretor Região Rio Doce - RONEY ALVES DE BRITO
Diretor Região Rio Doce - VITOR VICENTE DO PRADO

Membro Efetivo Conselho Fiscal - MÁRCIO PESSOA MOREIRA VICTOR
Membro Efetivo Conselho Fiscal - GUSTAVO MARQUES CARVALHO MITRE
Membro Efetivo Conselho Fiscal - ANTÔNIO MÁRCIO VIEIRA

Membro Suplente Conselho Fiscal - FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Membro Suplente Conselho Fiscal - RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO
Membro Suplente Conselho Fiscal - AILTON PEREIRA GOULART

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Minas Gerais é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO BAIXO SAPUCAÍ AMBASP

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO REGIÃO DO BAIXO SAPUCAI
EXTRATO DE CONTRATO Nº 02A/2026

CONTRATANTE: Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Sapucaí – AMBASP.
CONTRATADA: Marcenaria Penaforte.
OBJETO: Confecção e instalação de móveis planejados, destinados à reestruturação física da seda da AMBASP, em conformidade com o convênio firmado com a AMM.
FUNDAMENTO: Regulamento Próprio da AMBASP e normas de Direito Civil, sem prejuízo da observância dos princípios gerais que informam as contratações públicas.
VALOR: R$ 66.100,00 (sessenta e seis mil e cem reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 25/05/2026
DATA DA ASSINATURA: 25/05/2026.

Publicado por:
Ana Carla Caldeira
Código Identificador:3B0954B1

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO REGIÃO DO BAIXO SAPUCAI
EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2026

CONTRATANTE: Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Sapucaí – AMBASP.
CONTRATADA: Target Consultorias e Soluções LTDA.
OBJETO: Futura prestação de cursos, treinamentos, oficinas, seminários, palestras e demais ações formativas, a serem contratados pela AMBASP conforme as demandas identificadas junto aos Municípios associados e mediante formalização específica de cada ação.
FUNDAMENTO: Regido prioritariamente pelo Direito Civil, pela Lei Federal nº 14.341/2022, Regulamento de Contratações da AMBASP e pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência, economicidade, eficiência, boa-fé objetiva, cooperação e proteção do interesse institucional.
VALOR: As obrigações financeiras somente surgirão para a Ambasp após a conclusão do processo administrativo correspondente e a emissão ou assinatura do Instrumento Específico, que deverá indicar o objeto, o valor, a forma de faturamento, as condições de pagamento e os recursos necessários.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 06/08/2026.
DATA DA ASSINATURA: 06/08/2026.

Publicado por:
Ana Carla Caldeira
Código Identificador:7A310F69

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 038/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2025
EXTRATO DE CONTRATO Nº 237/2026
O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.188.219/0001-21,com sede na Praça Duque de Caixias, nº 61, Bairro Centro, MUNICÍPIO

DE SÃO LOURENÇO, Estado de MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **WALTER JOSÉ LESSA,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG**, inscrita no CNPJ n°21.406.451/0001-01, representada por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **CREATIVE LICITACOES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 46.368.367/0001-63, denominada **CONTRATADA,** celebram o contrato 237/2026, para AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS DE COZINHA, para o município de **SÃO LOURENÇO** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 038/2025 e Pregão Eletrônico de nº 025/2025. O valor total do contrato é R$2.258,66 (dois mil duzentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos). As despesas serão amparadas por dotação próprias do município.

Caxambu, 21 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:322076C3

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DO ADITIVO

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 029/2023

CONCORRÊNCIA N° 010/2023

LICITAÇÃO COMPARTILHADA

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CIMAG E O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DE Nº 265/2023

PARTES: Consórcio Público CIMAG/ Município de SÃO LOURENÇO/ Empresa M.G.F. SUL CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA- CNPJ nº 10.617.255/0001-51.
OBJETO: Para o fornecimento de mão de obra.
ADITIVO: Fica aditado o Item 3.3. da Cláusula Terceira do contrato em epígrafe para prorrogar o prazo para 31/05/2026 a 31/05/2026 , devido a continuidade dos serviços prestados.
Prorrogação da ata de registro de preços com base no caput do artigo 84º da Lei Federal de nº 14.133/2021, mantidas as mesmas obrigações e serviços.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG
CNPJ N° 21.406.451/0001-01

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:7CAE146E

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DO CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 038/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2025
EXTRATO DE CONTRATO Nº 638/2026
O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.188.219/0001-21,com sede na Praça Duque de Caixias, nº 61, Bairro Centro, MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO, Estado de MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **WALTER JOSÉ LESSA ,**doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG**, inscrita no CNPJ n°21.406.451/0001-01, representada por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **AMENTA CLIMATIZAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **AMENTA CLIMATIZAÇÃO LTDA**, denominada **CONTRATADA,** celebram o contrato 638/2026, para AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS DE COZINHA, para o município de **SÃO LOURENÇO** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 038/2025 e Pregão Eletrônico de nº 025/2025. O valor total do contrato é R$ 1.760,00 (mil setecentos e sessenta reais). As despesas serão amparadas por dotação próprias do município.

Caxambu, 21 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:2B83157F

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
TERMO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 056/2025

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 011/2025

INEXIGIBILIDADE DE Nº 011/2025

LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG

TERMO DE CREDENCIAMENTO

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, constituída sob a forma de associação pública e de natureza autárquica interfederativa, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto nº 6.017/07, inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01, com sede na Av. Camilo Soares, nº 100, Bairro Centro, CEP: 37.440-000, Município de Caxambu, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Leonardo Framil Lobo Santos, prefeito de Lambari - MG, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 123.012.906-54, doravante simplesmente denominado de **CONTRATANTE** e a empresa ARTHUR EDUARDO VIEIRA POVOA LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.554.083/0001-48 e endereço na EST MUNICIPAL PARA O BAIRRO DE FURNAS, S/N, BAIRRO FURNAS, MUNICÍPIO DE POUSO ALTO - MG, CEP: 37.468-000**,** neste ato representada pelo(a) Senhor(a) ARTHUR EDUARDO VIEIRA POVOA, doravante denominado **CREDENCIADA**, considerando a sua seleção para a prestação de serviços de maquinários, caminhões e equipamentos para os 29 Municípios do consórcio Público **CIMAG**, doravante designado **CREDENCIADA**, com as modificações posteriores, firmam o presente **TERMO DE COMPROMISSO** com base na proposta apresentada perante o Credenciamento.

Caxambu - MG, 03 de junho de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:941FD325

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
TERMO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 056/2025

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 011/2025

INEXIGIBILIDADE DE Nº 011/2025

LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG

TERMO DE CREDENCIAMENTO

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, constituída sob a forma de associação pública e de natureza autárquica interfederativa, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto nº 6.017/07, inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01, com sede na Av. Camilo Soares, nº 100, Bairro Centro, CEP: 37.440-000, Município de Caxambu, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Leonardo Framil Lobo Santos, prefeito de Lambari - MG, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 123.012.906-54, doravante simplesmente denominado de **CONTRATANTE** e a empresa OLIVEIRA CONSTRUCOES LTDA , inscrita no CNPJ nº 08.770.036/0001-66 e endereço na RUA NHA CHICA, Nº 449, BAIRRO SÃO DOMINGOS, MUNICÍPIO DE ALAGOA - MG, CEP: 37.458-000**,** neste ato representada pelo(a) Senhor(a) ADMILSON MOREIRA DE OLIVEIRA, doravante denominado **CREDENCIADA**, considerando a sua seleção para a prestação de serviços de maquinários, caminhões e equipamentos para os 29 Municípios do consórcio Público **CIMAG**, doravante designado **CREDENCIADA**, com as modificações posteriores, firmam o presente **TERMO DE COMPROMISSO** com base na proposta apresentada perante o Credenciamento.

Caxambu - MG, 03 de junho de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:9FDFA6E8

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
TERMO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 056/2025
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 011/2025

INEXIGIBILIDADE DE Nº 011/2025

LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG

TERMO DE CREDENCIAMENTO

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, constituída sob a forma de associação pública e de natureza autárquica interfederativa, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto nº 6.017/07, inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01, com sede na Av. Camilo Soares, nº 100, Bairro Centro, CEP: 37.440-000, Município de Caxambu, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Leonardo Framil Lobo Santos, prefeito de Lambari - MG, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 123.012.906-54, doravante simplesmente denominado de **CONTRATANTE** e a empresa **IVANI M. DA SILVA MANUTENCAO E TRANSPORTE**, inscrita no CNPJ nº 43.545.137/0001-34 e endereço na EST DOM VICOSO A SAO LOURENCO, KM 12, BAIRRO Ponte de Pedra, MUNICÍPIO DE DOM VIÇOSO - MG, CEP: 37.474-000**,** neste ato representada pelo(a) Senhor(a) IVANI MARTINS DA SILVA, doravante denominado **CREDENCIADA**, considerando a sua seleção para a prestação de serviços de maquinários, caminhões e equipamentos para os 29 Municípios do consórcio Público **CIMAG**, doravante designado **CREDENCIADA**, com as modificações posteriores, firmam o presente **TERMO DE COMPROMISSO** com base na proposta apresentada perante o Credenciamento.

Caxambu - MG, 21 de julho de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:31790E15

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
TERMO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 056/2025

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 011/2025

INEXIGIBILIDADE DE Nº 011/2025

LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG

TERMO DE CREDENCIAMENTO

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, constituída sob a forma de associação pública e de natureza autárquica interfederativa, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto nº 6.017/07, inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01, com sede na Av. Camilo Soares, nº 100, Bairro Centro, CEP: 37.440-000, Município de Caxambu, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Leonardo Framil Lobo Santos, prefeito de Lambari - MG, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 123.012.906-54, doravante simplesmente denominado de **CONTRATANTE** e a empresa ARTEMIS SOLUTIONS GROUP LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.554.083/0001-48 e endereço na RUA CANDELARIA, Nº 451, BAIRRO MEDICINA, MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ - MG, CEP: 375.021-16**,** neste ato representada pelo(a) Senhor(a) FERNANDO FORTES RIBEIRO, doravante denominado **CREDENCIADA**, considerando a sua seleção para a prestação de serviços de maquinários, caminhões e equipamentos para os 29 Municípios do consórcio Público **CIMAG**, doravante designado **CREDENCIADA**, com as modificações posteriores, firmam o presente **TERMO DE COMPROMISSO** com base na proposta apresentada perante o Credenciamento.

Caxambu - MG, 03 de junho de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente Do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:56E29574

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
TERMO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 036/2026

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 007/2026

LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG

TERMO DE CREDENCIAMENTO

CERTIFICO para os devidos fins, que recebemos o requerimento de credenciamento e a documentação de habilitação da empresa TQQ CONSTRUTORA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 23.779.439/0001-60, com sede na Rua Dulce Maria, nº 348, bairro

Ipiranga, na cidade de Belo Horizonte- MG, encontra-se devidamente credenciada neste consórcio.
Cujo objeto é A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ATRAVÉS DE CREDENCIAMENTO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DENOMINADOS SERVIÇOS DE SERRALHERIA EM GERAL, COMPREENDENDO A FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, SEGURANÇA, ADEQUAÇÃO E MELHORIA DE ESTRUTURAS EM PRÉDIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS – CIMAG. Tendo apresentado no ato deste credenciamento, toda documentação necessária para contratar com o Poder Público, tudo nas formas legais e de conformidade com o instrumento convocatório.

Caxambu - MG, 03 de junho de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:6D8BAF79

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
TERMO DE CREDENCIAMENTO - LUCAS RAFAEL

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 058/2025
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 013/2025

INEXIGIBILIDADE DE Nº 013/2025

LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO CONSÓRCIO PUBLICO CIMAG

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Lucas Rafael Antunes Moreira, brasileiro, solteiro, Leiloeiro Público Oficial, portador da matrícula na JUCEMG número 637, da cédula de Identidade número MG-11.670.601, e do CPF número 014.721.886-16, com endereço na Rua Matias Cardoso, nº 11, sala 205, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP 30.170-050, telefones (37) 3242- 2001 / (37) 99195 - 4610, e-mail: lucasleiloeiro@hotmail.com, Leiloeiro Oficial com registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, considerando a sua seleção para atuar nos leilões a serem promovidos pelos 29 Municípios do consórcio Público CIMAG, doravante designado LEILOEIRO OFICIAL, na forma do que preceitua o Decreto nº 21.981, DE 1932, e as Instruções Normativas do DNRC cabíveis ao caso, com as modificações posteriores, firma o presente **TERMO DE COMPROMISSO** com base na proposta apresentada perante o Credenciamento:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Leiloeiro assume o compromisso de atuar em todos os leilões dos Municípios consorciados ao CIMAG, quando convocado.

CLÁUSULA SEGUNDA: No desempenho de suas atribuições, se compromete a atuar atendendo todos os requisitos do edital através dos quais foi selecionado.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Leiloeiro se compromete a vender os bens em leilão para os arrematantes que apresentarem os lances vencedores com valor igual ou superior à avaliação.

CLÁUSULA QUARTA: Este instrumento não confere exclusividade de indicação ao Leiloeiro, podendo indicar o próximo da lista, constatada a insuficiência de desempenho.
CLÁUSULA QUINTA: Este Termo de Compromisso terá vigência de 12 meses podendo ser denunciado por insuficiência de desempenho ou por infração às regras da seleção, mediante comunicação formal ao Leiloeiro.
CLÁUSULA SEXTA: Para execução dos serviços objeto deste Termo o Leiloeiro Credenciado declara estar de acordo e que cumprirá, durante toda a execução do objeto, o disposto no Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Leiloeiro perceberá a título de comissão o percentual de 5% (cinco por cento), sobre o preço da arrematação, a ser pago pelo arrematante, independentemente da natureza dos bens arrematados, nos termos do parágrafo único do art. 24 do Decreto nº 21.981 de 1923.

CLÁUSULA OITAVA: Será cancelado o credenciamento do Leiloeiro, indicando-se outro para atuar em seu lugar, por descumprimento de qualquer das normas do Edital de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA: Caberá exclusivamente ao Município Utilitário acompanhar, no curso da execução dos serviços, o cumprimento das disposições do presente Termo.
Parágrafo único. Havendo descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste Termo será registrada a ocorrência e encaminhada cópia ao Leiloeiro para a imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA

Aplicam-se à execução deste instrumento contratual e aos casos omissos as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Caxambu/MG, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados deste instrumento, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Caxambu/MG 22 de dezembro de 2025.

LUIZ FERNANDO NORONHA PEREIRA
Presidente Do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:3A124CDF

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA AMVAP

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO 552/2026.

AMVAP SAÚDE – Extrato do Termo de Extinção do Contrato 552/2026. Contratada: J&L INDUSTRIA E SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.937.462/0001-30,a extinção fundamenta-se no art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, em razão do não cumprimento de obrigações contratuais e de prazos, bem como nas Cláusulas Terceira, Oitava (itens 8.1, 8.3, 8.4, 8.7 e 8.9), Décima Primeira (item 11.3, "a") e Décima Segunda (item 12.5) do Contrato nº 552/2026.A extinção decorre do descumprimento do marco essencial e preliminar da execução, que frustra toda a cadeia produtiva (produção em lote, entrega, ajustes e substituições) e a finalidade útil da contratação. Acesso na integra.www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG,25 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Marina Rodrigues da Silva
Código Identificador:40BFD02F

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 17/2026

Contratação Direta Facultativa nº 11/2026. Contrato nº 017/2026. A **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA – AMVAP**, CNPJ nº 21.236.948/0001-10, torna público que firmou o **Contrato nº 017/2026**, decorrente do Procedimento Administrativo nº 17/2026, Contratação Direta Facultativa nº 11/2026, com a empresa **311 Airports Consulting, Serviços Aeroportuários Ltda**, inscrita no CNPJ nº 45.142.786/0001-10, vencedora do certame.**Objeto:** Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços técnicos de engenharia, de natureza predominantemente intelectual, destinados à elaboração de levantamento topográfico aeronáutico, projetos executivos de infraestrutura aeroportuária e planos de zona de proteção para o Aeroporto Municipal Santos Dumont, localizado no Município de Araguari/MG, código ICAO SNAG, sob o regime de execução indireta por empreitada por preço global, conforme as condições, especificações, produtos, entregáveis, prazos e critérios de aceitação estabelecidos neste Termo de Referência e em seus anexos, conforme especificações da proposta vencedora. **Valor total:** R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). **Vigência:** 06 (seis) meses, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do edital e da legislação aplicável. **Fundamento legal:** Resolução AMVAP nº 2/2025 e demais normas pertinentes. **Data da assinatura: 24/08/2026**. O extrato é publicado para fins de publicidade e transparência, permanecendo o inteiro teor do contrato disponível no sítio eletrônico oficial da AMVAP: **www.amvapmg.org.br**.

Uberlândia/MG, 25 de agosto de 2026.

RENATO CARVALHO FERNANDES **-**
Presidente da AMVAP

Publicado por:
Darciane Medeiros Oliveira
Código Identificador:5B5B0F00

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE - EMPRESA CREDENCIADA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2026 MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 12/2026 PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 06

A comissão da contratação do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE, com endereço à Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Distrito Industrial, Uberlândia/MG - CEP 38.402-349, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que, a empresa abaixo relacionada cumpriu todas as exigências estabelecidas no edital do procedimento licitatório em epígrafe, sendo então considerada **CREDENCIADA**, nos termos e prazos fixados no ato convocatório.

CRL SAÚDE LTDA
CNPJ: 11.959.158/0001-00
Endereço: Avenida Vinte e nove, n° 1351, Centro, Ituiutaba/MG.
Procedimentos credenciados:
Consulta de Endocrinologia, abrangendo todos os aspectos clínicos da avaliação médica.
Data do credenciamento: 25/08/2026

Uberlândia-MG, 25 de agosto de 2026.

EDUARDA LIANDRA DIAS CARDOSO DA SILVA
Assessor de Diretoria
Comissão da Contratação

Publicado por:
Eduarda Liandra Dias Cardoso
Código Identificador:BFD3AA8B

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA Nº 031/2026 PROCESSO Nº 038/2026

O **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA MACRORREGIÃO DO TRIÂNGULO DO NORTE – CISTRI**, inscrito no CNPJ nº **19.455.924/0001-00**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, adotando como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**.
OBJETO: Aquisição de aparelhos celulares **smartphone**, de acordo com as necessidades do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião do Triângulo do Norte – CISTRI.
VALOR ESTIMADO TOTAL: R$ 31.993,18 (trinta e um mil novecentos e noventa e três reais e dezoito centavos).
INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 26/08/2026, às 08h00.
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 28/08/2026, às 23h59.
As propostas e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados para o e-mail **licitacao@cistri.saude.mg.gov.br**, dentro do prazo estabelecido.
O Aviso de Contratação Direta e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados para consulta, contendo todas as condições, especificações e demais exigências referentes à contratação.

Uberlândia/MG, 25 de agosto de 2026.

OSCAR LUIS FELDNER DE BARROS A CUNHA
Presidente do CISTRI

Publicado por:
Patrick Cesar Sucupira
Código Identificador:4950F362

SETOR DE LICITAÇÕES
SETOR DE LICITAÇÕES AMVAP SAÚDE - AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 30/2026, PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 20 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2026

AMVAP SAÚDE - Aviso de Inexigibilidade nº 30/2026, procedimento auxiliar de Credenciamento nº 20 - Processo Licitatório nº 69/2026. O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE, torna público que fará:

Chamamento Público para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para execução de serviços médicos variados, incluindo consultas, exames e procedimentos diversos, para atendimento aos pacientes dos municípios consorciados ao AMVAP SAÚDE.

O recebimento da documentação relativa à habilitação das empresas candidatas ao credenciamento acima ocorrerá **a partir do dia 27/08/2026**, conforme os documentos enumerados no Edital, no horário das 8h às 11h e das 13h30 às 17h, ficando aberto o prazo para credenciamento conforme disposições constantes no instrumento convocatório. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos no site www.amvapsaude.com.br e na sede do AMVAP SAÚDE, em horário comercial, de segunda a sexta-feira. Mais informações pelo e-mail credenciamento@amvapsaude.com.br.

Publicado por:
Micaela Cristina Gomes Soares
Código Identificador:31C72C31

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO DO RIO GRANDE - AMARGE

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO DO RIO GRANDE - AMARGE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – LICITAÇÃO COMPARTILHADA. O Presidente do Consórcio Intermunicipal do Alto Rio Grande – CIMARGE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, torna pública a HOMOLOGAÇÃO do resultado do Processo Licitatório nº 01/2026, Pregão Eletrônico nº 01/2026, com critério de julgamento pelo menor preço global, em lote único, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na locação de veículos – ônibus, micro-ônibus e van, com motorista, manutenção preventiva e corretiva, substituição imediata em caso de indisponibilidade, bem como fornecimento, quando necessário, de motoristas sobressalentes e monitores/acompanhantes, para atendimento às demandas dos municípios consorciados e demais órgãos participantes, conforme o Edital e seus anexos. Empresa vencedora: J&R Turismo e Fretamento Ltda., CNPJ nº 28.718.892/0001-80. Valor global adjudicado e homologado: R$ 112.002.400,56 (cento e doze milhões, dois mil e quatrocentos reais e cinquenta e seis centavos). Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o art. 71, inciso IV. Data da homologação: 24 de agosto de 2026.

Liberdade/MG, 24 de agosto de 2026.

Presidente do CIMARGE –
Autoridade Competente

Publicado por:
Stefani Santos de Freitas Matos
Código Identificador:8F4117A7

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE –AMEG

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÕES - TERMOS ADITIVOS
CONTRATOS DE PROGRAMA CASTRAMÓVEL AMEG

2º ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA N° 003/2026. PARTES: ASSOCIAÇÃO PUBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE - CONSÓRCIO AMEG E MUNICÍPIO DE GUAPÉ/MG. **Objeto:** RETIFICAÇÃO do INCISO 3.1. E 3.2. DA CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, do Contrato De Programa nº 003/2026, do Programa de Controle Populacional de Cães e Gatos da AMEG, passando a mesma a viger a partir desta data, com a seguinte redação: ***3.1. O valor do presente contrato para o serviço refere-se ao repasse financeiro para a realização de 151 (cento e cinquenta e um) procedimentos cirúrgicos sem microchip, no valor unitário de R$ 142,00 (cento e quarenta e dois), totalizando o valor de R$ 21.442,00 (vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e dois reais). 3.2. O VALOR TOTAL do presente contrato é de R$ 21.442,00 (vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e dois reais).*** As demais cláusulas permanecem inalteradas. **Data da assinatura:** 31/07/2026.

1º ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA N° 005/2026. PARTES: ASSOCIAÇÃO PUBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE - CONSÓRCIO AMEG E MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG. **Objeto: ALTERAÇÃO da CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA do Contrato de Programa nº 05/2026,** do Programa de Controle Populacional de Cães e Gatos da AMEG, para acrescer 15 (quinze) esterilizações cirúrgicas (castrações), sem microchip, conforme o Plano de Trabalho, passando a vigorar com a seguinte redação: ***CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.1. Ficam acrescidos ao objeto do Contrato de Programa nº 05/2026 mais 15 (quinze) procedimentos de esterilização cirúrgica (castrações) de cães e gatos, machos e fêmeas, sem microchip, ao valor unitário de R$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais), totalizando o acréscimo de R$ 2.130,00 (dois mil cento e trinta reais). 3.2. Em razão do presente acréscimo, a quantidade total contratada passa ser de 165 (cento e sessenta e cinco) esterilizações cirúrgicas de cães e gatos, machos e fêmeas, sem microchip. 3.3. O VALOR TOTAL do Contrato de Programa nº 05/2026 passa a ser de R$ 23.430,00 (vinte e três mil quatrocentos e trinta reais).*** As demais cláusulas permanecem inalteradas. **Data da assinatura:** 01/07/2026.

Publicado por:
Larissateixeira de Oliveira
Código Identificador:5C28B8AE

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA

CÂMARA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

REFERÊNCIA:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza e equipamentos de proteção individual (EPI), destinados às atividades de higienização, conservação, e manutenção dos ambientes internos da Câmara Municipal de Astolfo Dutra, bem como à proteção da servidora responsável por tais atividades, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações, quantidades, condições e demais exigências estabelecidas em Edital e em seus anexos.

O Pregoeiro, por meio do Setor de Licitações, Compras e Contratos, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que a Câmara Municipal de Astolfo Dutra, por seu Presidente Clemilson Alves Neiva, **RECONHECEU, ADJUDICOU E HOMOLOGOU** o processo licitatório supracitado para aquisição do objeto pretendido.

EMPRESAS VENCEDORAS DO CERTAME:
- CIRÚRGICA FRATELLI PRODUTOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS LTDA (CNPJ: 37.180.839/0001-69);
- LOTTUS COMÉRCIO LTDA (CNPJ: 40.695.811/0001-79);
- OMEGA DISTRIBUIDORA DE CARMO LTDA (CNPJ: 46.777.902/0001-30).

VALOR TOTAL ADJUDICADO: R$ 3.057,74 (três mil e cinquenta e sete reais e setena e quatro centavos).

Astolfo Dutra, 25 de agosto de 2026.

WAGNER TEIXEIRA RIBEIRO
Pregoeiro

Publicado por:
Alysson Guimarães da Costa
Código Identificador:94808B92

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
(EXCLUSIVA PARA ME E EPP)

A**Câmara Municipal de Barão de Cocais-MG**, inscrita no CNPJ 23.946.262/0001-49, representada pelo seu Presidente, o Sr. Tiago

Antônio dos Santos, nos termos do art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que tem interesse em realizar a **Aquisição de materiais de limpeza e gêneros alimentícios destinados à reposição do estoque do Almoxarifado da Câmara Municipal de Barão de Cocais-MG.**

Conforme dados abaixo:
Nº do Processo: 22/2026
Nº da Dispensa: 13/2026
Início do envio de Propostas: 26/08/2026 - 08hs
Fim do envio das Propostas / Início da Disputa: 31/08/2026 - 13hs
Duração da Disputa: 01h
Critério de Julgamento: Menor Preço por Item
Local: Plataforma de Licitações Online - www.licitardigital.com.br

Barão de Cocais, 25 de agosto de 2026.

FERNANDA DORNELAS SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Fernanda Dornelas Soares
Código Identificador:72268006

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA-RETIFICADO

VISO DE DISPENSA ELETRÔNICA-RETIFICADO (EXCLUSIVA PARA ME E EPP)

A**Câmara Municipal de Barão de Cocais-MG**, inscrita no CNPJ 23.946.262/0001-49, representada pelo seu Presidente, o Sr. Tiago Antônio dos Santos, nos termos do art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que tem interesse em realizar a **Aquisição de 100 (cem) quadro/moldura para Certificado/Diploma, para homenagens que serão realizadas pela Câmara Municipal de Barão de Cocais.**

Conforme dados abaixo:

Nº do Processo: 24/2026
Nº da Dispensa: 12/2026
Início do envio de Propostas: 26/08/2026 - 08hs
Fim do envio das Propostas / Início da Disputa: 01/09/2026 - 13hs
Duração da Disputa: 01h
Critério de Julgamento: Menor preço global
Local: Plataforma de Licitações Online - www.licitardigital.com.br

Barão de Cocais, 25 de agosto de 2026.

STEFANI GRACE DA SILVA MORAES FONSECA
Agente de Contratação

Publicado por:
Stefani Grace da Silva Moraes Fonseca
Código Identificador:21A7A0FD

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAETANOPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 44/2026 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM AO VEREADOR E SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Caetanópolis, no uso de suas atribuições legais
RESOLVE:

Art. 1° - Autoriza o Vereador Pereira da Silva e o Servidor Carlos Lúcio Pinto Júnior a viajar no dia **27 de agosto de 2026,** com destino a cidade de Belo Horizonte/MG, para participar do I Seminário Mineiro das Escolas do Legislativo na Câmara Municipal de Belo Horizonte.
Art. 2º - Ficam os mesmos autorizados a utilizar veículo particular para realizar o seu deslocamento, tendo em vista que a Câmara Municipal não se dispõem de veículo próprio.
Art. 3° - Concede ao Vereador, 01(uma) diária no valor de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), e ao Servidor, 01 (uma) diária no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) para custear despesas com hospedagem, alimentação e deslocamento (conforme a Lei Municipal Nº1913/2025).
Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data da publicação.

Caetanópolis/MG, 25 de agosto de 2026.

PEDRO PEREIRA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Emely Simões Pereira
Código Identificador:93476952

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 15/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 05/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva, incluindo os serviços de execução de reparos, conservação e recuperação, nos veículos da frota oficial da Câmara Municipal de Curvelo.

O Diretor-Geral da Câmara Municipal de Curvelo, no uso das atribuições legais e administrativas que lhe foram delegadas por intermédio da Portaria n.º 900, de 18 de março de 2025, com redação dada pela Portaria n.º 1.005, de 02 de julho de 2026, após análise dos autos e tendo constatado a regularidade dos atos praticados no âmbito do processo licitatório em epígrafe, resolve **ADJUDICAR** o objeto da licitação em favor do(s) fornecedor(es) vencedor(es), conforme o resultado proferido pela pregoeira, e **HOMOLOGAR** a referida licitação, em observância ao disposto no inciso IV do artigo 71 da Lei n.º 14.133/2021.

Licitante(s) Vencedor(es):

OTTONCAR VEÍCULOS LTDA – CNPJ 05.016.945/0001-15.
Valor total: R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), referente ao(s) Item(ns) 01, 02 e 03.

Curvelo/MG, 24 de agosto de 2026.

MARCELO LEANDRO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Diretor-Geral

Publicado por:
Paulo Henrique G. Olavo
Código Identificador:0F62D48A

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE INHAÚMA

LEGISLATIVO MUNICIPAL DE INHAÚMA
PORTARIA N°09/2026

PORTARIA Nº 09, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a designação das Procuradoras Adjuntas para integrarem a Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Inhaúma.

A Presidente da Câmara Municipal de Inhaúma/MG, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica, o Regimento Interno;
CONSIDERANDO o contido no art.104, da Resolução nº 03/97, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de Inhaúma;
CONSIDERANDO a Resolução n°40, de 10 de agosto de 2026, que "Dispõe sobre a criação da procuradoria da mulher na Câmara Municipal de Inhaúma e dá outras providências";
CONSIDERANDO a necessidade de se nomear os membros para compor a Procuradoria da Mulher desta Casa, o que terão a designação de Primeira e Segunda, e nessa ordem, substituirão a Procuradora da Mulher em seus impedimentos e colaborarão no cumprimento das atribuições da procuradoria.
RESOLVE:
Art. 1º Fica designadas as Vereadoras da Câmara Municipal de Inhaúma desimpedidas, que irão compor o primeiro mandato da Procuradoria da Mulher:
I – Procuradora Adjunta: Cristiane Aparecida Ferreira de Souza.
II - Procuradora Adjunta: Lorena Barbosa Marques.
Art. 2° As prerrogativas das procuradoras adjuntas, bem como os ritos e procedimentos por elas adotados no desempenho de suas funções são estabelecidos pela Resolução n°40, de 10 de agosto de 2026.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Inhaúma, 24 de Agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

PATRÍCIA RIBEIRO DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Aline T. de Oliveira
Código Identificador:F99B6B82

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA

MESA DIRETORA
PORTARIA N.º 10, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

ALTERA DISPOSITIVO DA PORTARIA N.º 001, DE 07 DE JANEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapeva, senhor Tony Sandro de Lima, no exercício de seu mandato, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no §5º do art. 147 da Resolução n.° 003, de 12 de maio de 2.003 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapeva - acrescentado pela Resolução n.º 010, de 13 de dezembro de 2.005,

RESOLVE:

Art. 1º. O inciso VIII do Art. 1º da Portaria n.º 01, de 07 de janeiro de 2.026, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"**Art. 1º**. [...]

[...]

VIII – Setembro: dias 08 e 22.

[...]" (NR)

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TONY SANDRO DE LIMA
Presidente da Mesa

Publicado por:
Nivaldo Donizete de Almeida
Código Identificador:99474A89

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE JACUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JACUÍ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº 012/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo nº.: 014/2026 | Dispensa nº.: 012/2026

Art. 75, inciso II, Lei 14.133/21.

Pelo presente instrumento, com base na Lei n.º 14.133/2021, **adjudico e homologo** a Contratação Direta através de Dispensa de Licitação n.º 012/2026. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para o planejamento, a organização, a elaboração, a coordenação, a operacionalização, a execução e a finalização de Processo Seletivo Simplificado destinado à seleção de pessoal para contratação temporária, por prazo determinado, no âmbito da Câmara Municipal de Jacuí/MG, para o exercício de função temporária compatível com as atribuições do cargo de Auxiliar Administrativo, tomado exclusivamente como parâmetro funcional, sem provimento de cargo efetivo, conforme autorizados pela Lei Complementar nº 2.126/26, Lei Complementar nº 2.127/26 e Lei Complementar nº 2.128/26, em favor da empresa:
GL - CONSULTORIA EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ACAO EDUCATIVA S/S LTDA sob o CNPJ n.º **07.232.266/0001-09**, Rua Gastão Vidigal, 1262, sala 03, centro, Bady Bassitt/SP, CEP 15.115-000. Total do lote: **R$7.400,00 (sete mil e quatro centos reais)**.

A homologação da presente Dispensa de Licitação é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei n.º 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas na lei.
A empresa fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência ou do Contrato, quando for o caso, que celebrado entre as partes, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.
Por fim, autorizo a publicação deste **Termo de Adjudicação e Homologação** no Diário Oficial, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei n.º 14.133/2021.

Jacuí, 24 de agosto de 2026.

FLAVIO BERNARDES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Maisa da Silva Vieira
Código Identificador:3D62149E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PRC 60/2026

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo nº: 60/2026 Inexigilidade nº: 16/2026

Com fundamento no Art. 72 inciso VIII da Lei Nacional nº 14.133/21, o Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições legais, ADJUDICA os Itens a seu respectivo Fornecedor e AUTORIZA esta Inexigibilidade de Licitação para a contratação segundo as informações descritas abaixo:

Fundamento Legal

•

Art. 74, Inciso III, Alínea f, da Lei Nacional nº 14.133/21

Itens e Fornecedores

•
Razão Social: ASSOCIACAO MINEIRA DE MUNICIPIOS - AMM

•
CNPJ: 20513859000101

•
Nome Comercial (fantasia): Não Informado

•
Endereço: AV RAJA GABAGLIA, 385 - CIDADE JARDIM - BELO HORIZONTE

•
Situação: Fornecedor devidamente habilitado (cf. documentação anexa aos autos do Processo)

ITENS ADJUDICADOS A ESTE FORNECEDOR:

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Estimado	Homol.
1	Inscrição no curso "Aplicação e Fiscalização das Sanções Administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021" Empresa que ministrará o curso: Escola de Gestão Municipalista - EGM / Associação Mineira de Municípios - AMM Local: Online Carga Horária: 16 horas, conforme horários constantes da programação do folder.	1	Serviço	600,00	600,00

Razão da Escolha e Justificativa de Preço

•
Razão da Escolha: O(s) fornecedor(es) ASSOCIACAO MINEIRA DE MUNICIPIOS - AMM foi(ram) escolhido(s) com base em farta fundamentação de fato e de direito, que demonstrousua notória especialização para a execução dos serviços ora contratados, vide os autos que compõem este Processo, mormente o ETP - Estudo Técnico Preliminar, os Currículos dos Professores dos cursos e os Atestados de Capacidade Técnica. O fornecedor em questão está devidamente habilitado de acordo com a documentação correspondente nos autos deste Processo.

•
Justificativa de Preço: O Valor Estimado desta Contratação é o valor constante da Proposta do futuro contratado (cf. Relatório e Proposta anexos aos autos), considerando ser este o valor a ser efetivamente pago pela Câmara. A natureza de inviabilidade de competição, característica das Inexigibilidades, implica, consequentemente, em inviabilidade de comparação de preços entre diferentes fornecedores (cf. Art. 23, § 4º da Lei Nacional nº 14.133/2021; Acórdão nº 2.280/2019 do TCU - Tribunal de Contas da União; e Representação nº 1041460 da Segunda Câmara do TCEMG). A razoabilidade deve guiar a Administração Pública na justificativa do preço a ser pago nas Contratações por Inexigibilidade. Para atingir tal fim, faz-se necessário aferir a compatibilidade entre o valor da Proposta e os valores cobrados pelo próprio futuro contratado junto a outros compradores, públicos ou privados. Assim se fez, conforme o Relatório supracitado, por meio da exigência de cópias de Notas Fiscais já emitidas para outros compradores referentes a objeto igual ou minimamente similar ao objeto a ser contratado neste Processo, comprovando-se a referida compatibilidade e, portanto, a razoabilidade do valor.

Considerando os fatos acima relatados, entende-se que o valor a ser pago nesta Contratação é vantajoso para a Administração Pública, qual seja, o valor global de R$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS).

Previsão Orçamentária

•
21.000. 21.002. 01.122.01.122.0101 6.019 3.3.90.39- Ficha: 83 - Fonte: 1.500.000.0000 (cf. Declaração Contábil anexa aos autos do Processo).

Lagoa da Prata, 26de agosto de 2026.

ANTÔNIO JUSTINO FILHO.
Presidente da Câmara

Publicado por:
Mateus Alexandre Machado Oliveira
Código Identificador:02DE6787

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 018- 2026 - ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 282-2024 - MAJORA GRATIFICAÇÃO AGENTES DE CONTRATAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 18, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

Altera a "Lei Complementar nº 282 de 06 de maio de 2024, para reajustar o valor da gratificação mensal devida aos Agentes de contratação, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:
Art. 1º O art. 1º da "Lei Complementar nº 282, de 06 de maio de 2024", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituída gratificação mensal no valor correspondente a 5 (cinco) unidades fiscais do Município de Lagoa da Prata (UFMLP) para cada servidor efetivamente designado e em exercício na função de Agente de Contratação ou de Pregoeiro, observadas as demais disposições desta Lei Complementar."

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a consolidar na "Lei Complementar 282, de 2024" as alterações constantes desta lei.
Art. 3 º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 21 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Lagoa da Prata, 21 de agosto de 2026.

Exmo. Sr.
Vereador Antônio Justino Filho
DD. Presidente da Câmara Municipal
LAGOA DA PRATA- MG

Senhor Presidente,

Submetemos à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o presente Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar nº 282, de 2024, com o objetivo de revisar o valor da gratificação mensal atribuída aos servidores designados para o exercício da função de Agente de Contratação, passando de 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) UFMLP para **5 (cinco) UFMLP**.
A proposta justifica-se pela relevância, complexidade e responsabilidade inerentes às atribuições desempenhadas por esses agentes. A Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conferiu ao Agente de Contratação posição central na condução dos procedimentos licitatórios, competindo-lhe, nos termos dos arts. 6º, inciso LX, e 8º, tomar decisões, acompanhar e impulsionar a tramitação dos processos e executar as atividades necessárias ao regular desenvolvimento das contratações até a homologação, exercendo, ainda, a função de Pregoeiro nos procedimentos realizados sob essa modalidade.
O exercício da função exige conhecimento técnico especializado, constante atualização normativa, operação de sistemas eletrônicos, análise de propostas e documentos de habilitação, realização de diligências e negociações, apreciação de impugnações e recursos no

âmbito de sua competência, além da condução simultânea de procedimentos destinados ao atendimento das diversas Secretarias Municipais. Trata-se, portanto, de função que agrega ao servidor responsabilidades adicionais e elevado grau de responsabilidade técnica e funcional.
Eventuais falhas ou inadequações na condução dos procedimentos podem resultar em atrasos na contratação, fracasso ou deserto do certame, necessidade de repetição de procedimentos, anulação de atos, comprometimento da execução de serviços e fornecimentos, prejuízos ao erário e eventual responsabilização dos agentes envolvidos, conforme a natureza e a gravidade da conduta, nas esferas administrativa, civil e, quando cabível, penal, além das consequências decorrentes da atuação dos órgãos de controle.
A adequada valorização desses agentes contribui diretamente para a eficiência, segurança jurídica e qualidade das contratações públicas municipais, favorecendo a redução de falhas procedimentais, a prevenção de riscos, a ampliação da competitividade e a obtenção de melhores resultados para a Administração. A revisão proposta constitui, assim, medida de gestão e governança compatível com a relevância das atribuições desempenhadas.
Quanto ao aspecto orçamentário, a despesa decorrente da majoração será suportada pela disponibilidade remanescente da previsão inicialmente destinada à recomposição das perdas inflacionárias da remuneração dos servidores municipais. A programação considerava recomposição de 10% (dez por cento), enquanto o percentual efetivamente concedido foi de 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento), nos termos da Lei nº 4.309, de 29 de janeiro de 2026, resultando em disponibilidade orçamentária apta a suportar a presente medida, conforme documentação técnica que acompanha a proposição.
A matéria encontra-se devidamente instruída com a Declaração do Ordenador de Despesa e com o respectivo Estudo de Impacto Orçamentário e Financeiro, demonstrando a compatibilidade da despesa com o orçamento municipal e com os instrumentos de planejamento vigentes.
Diante do exposto, considerando a relevância das funções desempenhadas e a existência de suporte orçamentário para a medida, submetemos o presente Projeto de Lei Complementar à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal.
Solicito que o mencionado Projeto de Lei tramite em **REGIME DE URGÊNCIA**, nos termos do art. 32 da LOM.

Cordiais Saudações.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:013177EC

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROJETO DE LEI Nº 144-2026 - ALTERA LEI Nº 4.407-2026
(CS R$ 1.390.000,00)

PROJETO DE LEI Nº 144, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

Altera a "Lei nº 4.407, de 30 de junho de 2026", que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 1.390.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º O art. 2º da "Lei nº 4.407, de 30 de junho de 2026" passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:
12.001 – Secretaria Municipal de Saúde – Atividades Administrativas da Gestão
10.122.1201.8025 – Subsídio do Secretário de Saúde
319013 – Obrigações Patronais .....R$ 5.000,00

12.001 – Secretaria Municipal de Saúde – Atividades Administrativas da Gestão
10.122.1201.8026 – Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde
319013 – Obrigações Patronais .....R$ 100.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil .....R$ 50.000,00

12.002 – Secretaria Municipal de Saúde – Gestão do Fundo Municipal de Saúde
10.122.1201.8029 – Gestão do Fundo Municipal de Saúde
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil .....R$ 20.000,00

12.003 – Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Saúde
10.302.1203.8033 – Gestão do TFD e Casas de Apoio
319004 – Contratação por Tempo Determinado .....R$ 40.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil .....R$ 110.000,00

12.003 – Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Saúde
10.302.1203.8035 – Gestão das Unidades de Saúde de Média e Alta Complexidade
319013 – Obrigações Patronais .....R$ 90.000,00
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física ….....R$ 200.000,00

12.003 – Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Saúde
10.303.1204.8028 – Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica
319011 – Vencimentos de Vantagens Fixas – Pessoal Civil .....R$ 30.000,00
319013 – Obrigações Patronais .....R$ 30.000,00
319016 – Outros Despesas Variáveis – Pessoal Civil .....R$ 20.000,00

12.003 – Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Saúde
10.122.1206.8027- Manutenção do Conselho Municipal de Saúde
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 15.000,00

12.004 – Secretaria Municipal de Saúde – Gestão das Vigilâncias em Saúde
10.304.1205.8036 – Gestão da Vigilância em Saúde
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil .....R$ 680.000,00

TOTAL ..... R$ 1.390.000,00

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a consolidar na "Lei nº 4.407, de 30 de junho de 2026" as alterações constantes desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 21 de agosto de 2025.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Lagoa da Prata, 21 de agosto de 2026.

Exmo. Sr.
Vereador Antonio Justino Filho
DD. Presidente da Câmara Municipal de
LAGOA DA PRATA - MG

Senhor Presidente,
Vimos, pelo presente, enviar a V. Exa., para apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei que tem por objetivo alterar o texto do artigo 2º da Lei nº 4.407, de 30 de Junho de 2026, que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 1.390.000,00.
O Projeto visa atender à solicitação do Setor de Planejamento que informou que, no penúltimo bloco constante do art. 2º da referida Lei, referente à unidade orçamentária 12.003 – Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Saúde, elemento de despesa 319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil, no valor de R$ 15.000,00, deixou de constar a respectiva funcional programática.

Esclareceu o setor que, a alteração solicitada tem caráter exclusivamente corretivo, destinando-se à inclusão da funcional programática correspondente à dotação orçamentária, não implicando alteração do valor total do crédito suplementar, do valor da anulação, das demais dotações orçamentárias ou dos demais dispositivos da Lei nº 4.407/2026.
Diante do exposto, faz-se necessária a alteração do dispositivo legal, a fim de adequar a correta classificação.
Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de nosso elevado apreço.

Atenciosamente,

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:63EC7A11

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROJETO DE LEI Nº 145-2026 - ALTERA LEI Nº 4.439-2026
(CS R$ 585.000,00)

PROJETO DE LEI Nº 145, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

Altera a "Lei nº 4.439, de 07 de agosto de 2026", que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 585.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º O art. 1º da "Lei nº 4.439, de 07 de agosto de 2026" passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais), para atender às seguintes dotações orçamentárias:
08.001 – Secretaria Municipal de Educação – Gabinete da Secretaria de Educação
12.122.0301.4094 - Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Educação
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil .....… R$ 240.000,00
319013 – Obrigações Patronais .....… R$ 180.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.361.0801.4033 – Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física ..… R$ 35.000,00

08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.365.0803.4041 – Manutenção das Creches
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil .....… R$ 30.000,00

08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.361.0805.4045 – Manutenção do Cemae
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ..... R$ 15.000,00
319013 – Obrigações Patronais .....… R$ 35.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil..…....R$ 50.000,00
Total .....…..... R$ 585.000,00

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a consolidar na "Lei nº 4.439, de 07 de agosto de 2026" as alterações constantes desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 21 de agosto de 2025.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Lagoa da Prata, 21 de agosto de 2026.

Exmo. Sr.
Vereador Antonio Justino Filho
DD. Presidente da Câmara Municipal de
LAGOA DA PRATA - MG

Senhor Presidente,

Vimos, pelo presente, enviar a V. Exa., para apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei que tem por objetivo alterar o texto do artigo 1º da Lei nº 4.439, de 07 de agosto de 2026, que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 585.000,00.
O Projeto visa atender à solicitação do Setor de Planejamento que informou que, no art. 1º da referida Lei, no bloco correspondente à unidade orçamentária 08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal, funcional programática 12.361.0805.4045 – Manutenção do Cemae, consta o elemento de despesa 335043 – Subvenções Sociais, no valor de R$ 50.000,00. Entretanto, o elemento de despesa correto para a referida suplementação é o 319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil, no mesmo valor de R$ 50.000,00.
Esclareceu o setor que, que a alteração solicitada decorre exclusivamente de correção do elemento de despesa, não implicando alteração do valor total do crédito suplementar autorizado, que permanece em R$ 585.000,00, nem dos valores das demais dotações ou das fontes de recursos utilizadas para sua abertura, tão pouco de sua finalidade.
Diante do exposto, faz-se necessária a alteração do dispositivo legal, a fim de adequar a correta classificação.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de nosso elevado apreço.

Atenciosamente,

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:2BB44F46

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROPOSIÇÃO DE LEI 146-2026 - PL EM 127-2026

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 146, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Institui o Programa Municipal de Dispensação de Fórmulas Nutricionais na Rede Pública de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Dispensação de Fórmulas Nutricionais, destinado a garantir o fornecimento de suplementos nutricionais, dietas enterais, fórmulas infantis e leite de soja aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) residentes no Município de Lagoa da Prata, conforme critérios clínicos e técnicos estabelecidos.
Art. 2º O fornecimento das fórmulas nutricionais de que trata esta Lei tem por objetivo:
I – assegurar o direito à saúde e à nutrição adequada aos pacientes em situação de vulnerabilidade clínica;
II – padronizar os critérios de indicação, inclusão, acompanhamento e alta dos usuários;
III – otimizar a gestão dos recursos públicos destinados à assistência farmacêutica e nutricional.
Art. 3º O Protocolo Clínico para Dispensação de Fórmulas Nutricionais, anexo a esta Lei, constitui parte integrante e obrigatória para a execução do programa, definindo as indicações clínicas, faixas etárias, critérios de exclusão e a relação de produtos padronizados.
Art. 4º A inclusão de beneficiários no programa dependerá de avaliação por equipe multiprofissional da rede municipal de saúde,

mediante apresentação de laudo médico e nutricional, conforme exigências documentais previstas no Protocolo Clínico.
Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de Dotações Orçamentárias próprias consignadas no Orçamento vigente.
Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, estabelecendo os fluxos administrativos necessários para a aquisição e distribuição dos insumos.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Lagoa da Prata, 25 de agosto de 2026.

ANTÔNIO JUSTINO FILHO
Presidente

SÔNIA ANTÔNIA DIAS TAVARES
Secretária

ANEXO

PROTOCOLO CLÍNICO PARA DISPENSAÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA/MG

1. INTRODUÇÃO
O alimento constitui-se um elemento essencial à vida humana, sem o acesso a uma alimentação adequada em termos de qualidade e quantidade, o ser humano não apresenta as condições necessárias para desenvolver suas capacidades, potencialidades e aspirações.
Ressalta-se que pacientes bem nutridos se recuperam melhor de doenças, mostram-se mais resistentes às infecções e tendem a permanecer menos tempo hospitalizados. Além disso, quando submetidos a um procedimento cirúrgico, apresentam melhor cicatrização e taxas de morbimortalidade reduzidas.
A Lei Federal 8080/90 elucida a alimentação como um dos fatores condicionantes da saúde (art. 3º, caput) e estabelece a vigilância nutricional e orientação alimentar (art. 6º) como atribuições específicas do SUS. Sendo assim, ao Estado (gênero) cabe formular, avaliar e apoiar as políticas de alimentação e nutrição, e em casos nos quais a alimentação apresenta status de fármaco, como na situação das dietas enterais, este deve fornecê-la de acordo com os princípios e normas do SUS.
O Protocolo de Fórmulas Nutricionais tem como objetivos dispor sobre as normas pertinentes à prescrição e dispensação de suplementos nutricionais, dietas enterais, fórmulas infantis e leite de soja para usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) residentes no município de Lagoa da Prata, bem como acompanhar o estado nutricional destes, por meio de visitas domiciliares e orientações.

2. DEFINIÇÕES
Suplementos Nutricionais: são os alimentos que se destinam a complementar com macro e micronutrientes a dieta de um indivíduo, em casos onde sua ingestão, a partir da alimentação, seja insuficiente ou ainda quando a dieta requer suplementação, não sendo possível substituir os alimentos, nem ser utilizados como alimentação exclusiva.
Dietas Enterais: alimento para fins especiais, com ingestão controlada de nutrientes, especialmente formulada e elaborada para uso por sondas ou via oral, industrializado ou não, utilizada exclusiva ou parcialmente para substituir ou complementar a alimentação oral em pacientes desnutridos ou não, conforme suas necessidades nutricionais, em regime hospitalar, ambulatorial ou domiciliar.
Fórmula Infantil: é o produto, em forma líquida ou em pó, utilizado sob prescrição, especialmente fabricado para satisfazer as necessidades nutricionais dos lactentes.
Leite de soja: é o produto, em forma líquida ou em pó, utilizado sob prescrição para satisfazer as necessidades nutricionais de crianças ou adultos com alergia à proteína do leite ou com intolerância à lactose.
Terapia Nutricional (TN): uso de intervenções nutricionais específicas para tratar uma enfermidade, lesão ou condição.

3. OBJETIVO
Padronizar o fornecimento de fórmulas nutricionais pelo Município de Lagoa da Prata, quais sejam: suplementos nutricionais, dietas enterais, fórmulas infantis e leite de soja.
Definir as indicações clínicas e nutricionais e estabelecer critérios de inclusão, exclusão, acompanhamento e alta de usuários do SUS do Municipio Lagoa da Prata para o fornecimento de fórmulas nutricionais.
Definir o fluxo e o envio de documentos para o fornecimento e a continuidade deste.

4. INDICAÇÕES CLÍNICAS E NUTRICIONAIS POR FAIXA ETÁRIA
Quadro 1 – Critérios clínicos e nutricionais por faixa etária

	CRIANÇAS: 0 a 2 anos	**CRIANÇAS: 02 a 10 anos**	**Pessoas maiores de 10 anos**
1- Para Nutrição Enteral:	Pacientes com ingestão via oral suspensa em **uso exclusivo** de Sonda nasogástrica (SNG) ou nasoentérica (SNE), gastrostomia ou jejunostomia, apresentando, pelo menos, **01 (um) critério clínico e nutricional** descrito abaixo:	Pacientes com ingestão via oral suspensa em **uso exclusivo** de Sonda nasogástrica (SNG) ou nasoentérica (SNE), gastrostomia ou jejunostomia, apresentando, pelo menos, **01 (um) critério clínico e nutricional** descrito abaixo:	Pacientes com ingestão via oral suspensa em **uso exclusivo** de Sonda nasogástrica (SNG) ou nasoentérica (SNE), gastrostomia ou jejunostomia, apresentando, pelo menos, **01 (um) critério clínico e nutricional** descrito abaixo:
2- Para Nutrição Oral:	Pacientes com ingestão via oral preservada, apresentando pelo menos **01 (um) critério clínico e nutricional** descrito abaixo:	Pacientes com ingestão via oral preservada, apresentando pelo menos **02 (dois) critérios clínicos e nutricional** descrito abaixo:	Pacientes com ingestão via oral preservada, após avaliação subjetiva global (ASG) apresentando pelo menos **02 (dois) critérios clínicos e nutricionais** descritos abaixo:
3- Critérios clínicos:	• Alergia à proteína do leite de vaca com apresentação de sintomas, exames laboratoriais e laudo médico. • Impossibilidade de aleitamento materno (óbito materno, mãe hospitalizada ou em uso de medicação que impeça a amamentação). • Disfagia neurológica grave. • Prematuridade extrema (22- 28 semanas). • Baixo peso (IMC: Percentil <3). • Doenças metabólicas ou disabsortivas. • Pós operatório imediato do Trato Gastrointestinal.	• Baixo peso (IMC: Percentil < 3). • Doenças metabólicas ou disabsortivas. 3 - Disfagia neurológica. 4 - Câncer. 5 - Pós operatório imediato do Trato Gastrointestinal ou transplante. 6 - IRC severa ou estágio 4 (Filtração glomerular de 15 a 29 ml/min) com necessidade de restrição hídrica importante, que não permita o manejo com dieta artesanal.	1- Perda de Peso superior a 10% do peso usual em curt espaço de tempo e ingestaão alimentar igual ou inferior a 60% das necessidades energéticas. 2- Doenças metabólicas ou disabsortivas. 3 - Disfagia neurológica 4- Câncer. • Pré ou Pós operatório do Trato Gastrointestinal ou transplante. 6 - IRC severa ou estágio 4 (Filtração glomerular de 15 a 29 ml/min) com necessidade de restrição hídrica importante, que não permita o manejo com dieta artesanal.

Referência: Protocolo de dispensação de fórmulas alimentares industrializadas do Município de Contagem-MG.

5. CRITÉRIO PARA USO DE DIETA ENTERAL

•
Usuário em uso exclusivo de nutrição enteral ou em transição para via oral;

•
Usuário em uso de sonda (nasoentérica, nasogástrica) ou ostomias (jejunostomia, gastrostomia);

6. CRITÉRIOS PARA USO DE FÓRMULA INFANTIL:

•
Óbito materno;

•
Crianças, cuja mãe faz uso de medicamentos que contraindicam a amamentação;

•
Crianças, cuja mãe é portadora de alguma enfermidade que contraindica a amamentação;

•
Criança com alguma enfermidade, distúrbio ou síndrome que comprometa a deglutição e absorção de nutrientes;

•
Criança com alergia a protéina do leite (APLV), apresentando sintomas e relatório médico com exames laboratoriais;

•
Crianças, cuja mãe faz uso de drogas e metabólitos.

•

Prescrições para fórmulas infantis sem condições clínicas não serão aceitas.

Exemplo: fim da licença maternidade, vergonha de amamentar em público, bico do seio invertido ou rachado, leite materno "insuficiente" ou que "não sustenta" e gemelaridade sem comprometimento nutricional.

7. CRITÉRIOS CLÍNICOS PARA USO DE SUPLEMENTO NUTRICIONAL:

•

Desnutrição de acordo com curva de IMC – OMS.

•

Em risco de desnutrição devido a alguma patologia.

•

Síndromes disabsortivas no TGI.

•

IRC/ IRA.

•

Disfagia mecânica ou neurológica com comprometimento nutricional,

•

Câncer

•

Pré ou Pós-operatório do TGI.

•

8. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

•

INCLUSÃO

- Residir no município de Lagoa da Prata com comprovação;
- Ser usuário cadastrado na Unidade Básica de Saúde (UBS) de abrangência ao local onde reside, realizando acompanhamento obrigatório com Equipe da Saúde da Família quando houver, além do acompanhamento com pediatra de referência quando se tratar de criança.
- Possuir solicitação de fórmulas nutricionais corretamente preenchido;
- Estar de acordo com os critérios clínicos do protocolo.

8.2 EXCLUSÃO

- Usar de receituário de rede privada e solicitar transcrição para o uso do beneficio.

-Receber alta da equipe de saúde da UBS ou de Unidade de referência por evolução positiva do estado nutricional.
-Não realizar o acompanhamento clínico na Unidade Básica de Saúde (UBS) de abrangência ao local onde reside;
- Usuário/cuidador não aceitar o tratamento e acompanhamento proposto pelo programa.
-Transferência/mudança para local fora da área de abrangência da UBS de Lagoa da Prata;
-Óbito

9. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ABERTURA DO PROCESSO

O paciente que atender a todos os critérios estabelecidos no protocolo deverá apresentar os seguintes documentos.

•

Cópia do documento de identidade;

•

Cópia CPF;

•

Cópia Cartão do SUS;

•

Cópia do comprovante de endereço;

•

Solicitação de fórmulas nutricionais devidamente preenchida pelo médico e ou nutricionista;

•

Quando se tratar de crianças até 12 anos, a solicitação deverá ser preenchido pelo médico pediatra e/ou nutricionista de referência para dispensação de fórmulas nutricionais e, juntamente com os documentos acima detalhados, apresentar a caderneta de saúde da criança (cópia da página principal e do gráfico de crescimento devidamente preenchido).

Observação: o preenchimento da solicitação de fórmulas nutricionais deverá ser feito em duas vias. Sendo que uma via será anexada ao prontuário do paciente e a outra direcionada à Secretaria Municipal de Saúde.

10. AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O caso clínico será avaliado na Unidade de Saúde pelos profissionais da Unidade Básica de Saúde (UBS) considerando os critérios clínicos estabelecidos neste protocolo para dispensação das fórmulas nutricionais. Quando necessário deverá ser realizada a avaliação do Médico Pediatra e Nutricionista de referência da UBS.
A documentação do processo será analisada pela equipe de saúde do município para deferimento ou indeferimento da solicitação.

11. ACOMPANHAMENTO E REAVALIAÇÃO

O acompanhamento e monitoramento do paciente deverá ser realizado por meio de visita domiciliar ou atendimento ambulatorial, conforme necessidade.
O usuário deverá ser submetido a uma reavaliação para renovação do processo na Secretaria Municipal de Saúde no período de 6 em 6 meses, ou conforme avaliação clínica. A reavaliação é imprescindível para que o fornecimento das fórmulas nutricionais seja de acordo com a necessidade do usuário.
Documentação necessária:
- Cópia do documento de identidade e do comprovante de endereço;
- Solicitação do suplemento atualizada;
- Quando se tratar de crianças a solicitação deverá ser preenchida pelo médico pediatra de referência para dispensação de fórmulas nutricionais e ou nutricionista e, acompanhado dos documentos acima detalhados, apresentar a caderneta de saúde da criança (cópia da página principal e do gráfico de crescimento devidamente preenchido).

12. FLUXOGRAMA

FLUXOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO PARA DISPENSAÇÃO
DE FÓRMULAS ALIMENTARES INDUSTRIALIZADAS.

13. DISPENSA

No momento da dispensação das fórmulas nutricionais pela Secretaria Municipal de Saúde será entregue ao usuário ou responsável legal um termo de compromisso , o qual deverá ser assinado e feito em duas vias, sendo que uma via será anexada ao cadastro do paciente e a outra entregue ao usuário ou responsável legal.
É vetada a dispensação para menores desacompanhados e que contrariem as normas legais e técnicas estabelecidas.
Não é permitido sob hipótese alguma comercializar ou doar os produtos recebidos da Secretaria Municipal de Saúde, sob pena de incorrer nas penalidades legais cabíveis, uma vez que os produtos dispensados são de uso exclusivo do paciente. A quantidade de produto recebida na data de inclusão poderá a qualquer momento sofrer alteração, como acréscimos, reduções ou suspensões, dependendo da evolução do paciente e de acordo com os critérios para o
Portanto, a quantidade de produto dispensado ao mês pode variar de acordo com a idade, diagnóstico e evolução do quadro clínico. Salienta-se que poderão ocorrer casos em que não serão dispensados 100% da quantidade de produtos que o paciente necessita e utiliza por mês, tendo em vista que o programa é um auxílio.

As fórmulas infantis são entregues somente aos pais ou responsável autorizado por escrito pelos mesmos, e aos responsáveis legais pelo paciente adulto.

Para fórmula infantil a quantidade máxima fornecida, independente da prescrição será:

- 10 latas de 400 gramas/mês para crianças menores de 6 meses;
- 6 latas de 400 gramas/mês para crianças de 6 a 24 meses;
- 5 latas de 400 gramas/mês de suplemento alimentar, conforme prescrição e/ou avaliação.

Para dieta enteral e suplemento alimentar:
- Alimentação exclusiva através de sonda – será fornecido 100% da necessidade diária;
- Para complementação alimentar será fornecido no máximo de 5 latas/mês

14. ANEXOS

ANEXO I
ORIENTAÇÃO NUTRICIONAL PARA UTILIZAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL
RESPONSÁVEL PELA PREPARAÇÃO DA DIETA:

•
Usar cabelos presos ou protegidos com touca, lenço ou rede;

•
Usar roupas limpas durante o preparo da dieta;

•
Manter as unhas curtas e limpas;

•
Lavar bem as mãos e antebraços (região do punho até o cotovelo) com água e sabão neutro, massageando uma mão na outra, esfregando bem entre os dedos, o polegar e o dorso das mãos, por no mínimo 1 minuto;

•
Secar as mãos com toalha limpa ou toalha de papel;

•
Não fumar, tossir, falar e espirrar durante o preparo da dieta;

•
Usar luvas se estiver com as mãos machucadas (cortes ou feridas).

AMBIENTE, UTENSÍLIOS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA PREPARAÇÃO:

•
Deixar o ambiente (pias, bancadas, mesas e chão) sempre limpo para preparar a dieta e evitar o acúmulo de louças sujas;

•
Utilizar os utensílios de material liso, resistente e de fácil limpeza;

•
Higienizar os materiais e utensílios que serão utilizados, é importante complementar com água fervente (copo do liquidificador, colheres, peneira fina, etc.);

•
Separar os ingredientes e os utensílios antes de começar o preparo;

•
Observar a data de validade dos alimentos;

•
Limpar as embalagens dos produtos antes de usar;

•
Armazenar os alimentos não perecíveis (açúcar, óleo, arroz etc.) e o suplemento industrializado em local arejado e seco, separados de produtos de limpeza, sujeira e poeira;

•
Armazenar os alimentos perecíveis (carnes, ovos, leite, verduras etc.) na geladeira.

HIGIENIZAÇÃO DOS FRASCOS E EQUIPOS

•
Os equipos e frascos podem ser reaproveitados, desde que seja realizado a higienização correta.

•
Lavar frascos equipos em detergente neutro, enxaguar até remover todo detergente.

•
Colocar em solução clorada por 15 minutos, enxaguar em água corrente.

•
Solução clorada: diluir em 01 colher de sopa de água sanitária em 01 litro de água filtrada.

•
Armazenar, os insumos já higienizados, em caixas plásticas com tampa na geladeira.

CUIDADOS COM A ADMINISTRAÇÃO DA DIETA:

•
Importante verificar o posicionamento da sonda antes de iniciar o procedimento. Caso a sonda tenha saído ou mudado de local, entrar em contato com a equipe de saúde;

•
A dieta pode ser administrada com seringa ou por gotejamento (através do equipo e frasco), o mais indicado é por gotejamento;

•
Por seringa: abrir a sonda e injetar a dieta lentamente com o auxílio de uma seringa de 20 ml –

•
administrar o volume total em 45/50 min;

•
Por gotejamento: tendo a disponibilidade de frascos plásticos de dieta e equipos descartáveis, transferir o conteúdo da dieta para o frasco;

•
Colocar o frasco em um suporte acima do nível da cabeça do paciente;

•
Conectar o equipo ao frasco, abrir a pinça de rolete do equipo, permitindo que a dieta preencha todo o equipo, e retirar todo o ar presente, lembrando de fechar a pinça de rolete e conectar o equipo à sonda do paciente;

•
Abrir o rolete do equipo, deixando a dieta gotejar lentamente

•
A dieta deve ser administrada por gotejamento, média de 45 min à 60 min.

•
Após a administração da dieta, passar 30 ml de água mineral ou água filtrada e fervida para lavar a sonda.

•

Ao término da dieta, desconectar o equipo da sonda e do frasco, fechar a sonda, descartar o equipo e higienizar o frasco de dieta.

ANEXO II

PADRONIZAÇÃO DAS DIETAS DISPENSADAS PELO MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA

FÓRMULA NUTRICIONAL	PÚBLICO ALVO
APTAMIL 1	0 A 6 MESES
APTAMIL 2	6 A 12 MESES
ENTERAL COMP FIBRAS	ADULTO
ENSURE	ADULTO
ISSOSOSURCE 1.5	ADULTOS
ISSOSOSURCE 1.2	ADULTOS
ISSOSOSURCE Fyber ou similar	ADULTOS
SUPLEMENTO EM PÓ SÊNIOR	ADULTOS
SOY MILK	1 A 3 ANOS SALVO SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA OU NUTRICIONAL
PREGOMIM PEPTI	0 A 24 MESES
NEOCATE	0 A 24 MESES

15. REFERÊNCIAS

- Guia multiprofissional de orientação para pacientes em uso de nutrição enteral domiciliar – Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Petrolina/ PE) – EBSERH – 2017.
- Protocolo clínico para dispensação de fórmulas nutricionais na rede pública de saúde do município de Pedro Leopoldo/mg – 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Aleitamento Materno, Distribuição de Leites e Fórmulas Infantis em Estabelecimentos de Saúde e Legislação. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. PNAN: Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. BRASIL. Ministério da Saúde; Agencia Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 63, de 06 de julho de 2000. Diário Oficial da União.
- VICTORA, C.G.; BAHL, R.; BARROS, A.J.; FRANÇA, G.V.; HORTON, S.; KRASEVEC, J. et al. Breastfeeding in the 21st century: epidemiology, mechanisms, andlifelongeffect. Lancet. 2016 Jan; 387(10017):475-90. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/S0140-6736(15)01024-7>. Acesso em 10 de set de 2025.
- BRASIL. Protocolo Do Programa Municipal De Distribuição De Dietas Especiais – Municipio De Ponta Grossa/PR -2017.

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:24BD66DA

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROPOSIÇÃO DE LEI 147-2026 - PL EM 137-2026 - CRÉDITO SUPLEMENTAR R$ 106.000,00 (PEDIDO Nº 078-2026)

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 147, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 106.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 106.000,00 (cento e seis mil reais), para atender às seguintes dotações orçamentárias:
006.001 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
04.122.0603.4142 – Apoio à Regularização Fundiária
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 16.000,00
06.001 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
04.122.0301.4090 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 60.000,00
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 30.000,00
Total.....R$ 106.000,00

Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:
06.001 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
11.333.0603.4140 – Fomento à Inovação e à Tecnologia
335043 – Subvenções Sociais.....R$ 16.000,00
06.002 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Setor de Agricultura
20.608.0601.4029 – Apoio às Atividades Agropecuárias, à Agricultura e às Feiras Municipais
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 90.000,00
Total…...R$ 106.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Lagoa da Prata, 25 de agosto de 2026.

ANTÔNIO JUSTINO FILHO
Presidente

SÔNIA ANTÔNIA DIAS TAVARES
Secretária

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:A78FEC56

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROPOSIÇÃO DE LEI 148-2026 - PL EM 138-2026 - CRÉDITO ESPECIAL R$ 20.000,00 (PEDIDO Nº 079-2026)

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 148, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Especial ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 20.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Especial ao orçamento vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), para atender à seguinte dotação orçamentária:
06.001 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
22.661.0603.4141 – Empreenda +
339035 – Serviços de Consultoria.....….....R$ 20.000,00
Total.....R$ 20.000,00
Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado será anulada a seguinte dotação orçamentária:
06.001 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria de desenvolvimento Econômico
22.661.0603.4141 – Empreenda +
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 20.000,00
Total.....R$ 20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Lagoa da Prata, 25 de agosto de 2026.

ANTÔNIO JUSTINO FILHO
Presidente

SÔNIA ANTÔNIA DIAS TAVARES
Secretária

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:C3368A87

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

CÂMARA DE MATIAS BARBOSA
ERRATA - AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO Nº 20/2026 - PROCESSO 20/2026 - DISPENSA SRP 19/2026 - MATERIAIS HIDRÁULICOS, SANITÁRIOS E ELÉTRICOS

ERRATA
AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 20/2026

A Câmara Municipal de Matias Barbosa torna público, para conhecimento dos interessados, ERRATA referente ao **AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 20/2026** publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros e no site da Câmara Municipal de Matias Barbosa, https://www.matiasbarbosa.mg.leg.br/transparencia/editais-e-avisos-de-intencao-de-contratacao-direta/aviso-de-intencao-de-contratacao-direta/copy_of_2026-1 , no dia 19/08/2026.

Onde se lê:
O valor estimado da contratação encontra-se em tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	PREÇO DE REFERÊNCIA
66	TUBO SOLDÁVEL PVC 25 MM 6 METROS	20	R$ 37,97	R$ 37,97

Leia –se:
O valor estimado da contratação encontra-se em tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	PREÇO DE REFERÊNCIA
66	TUBO SOLDÁVEL PVC 25 MM 6 METROS	01	R$ 37,97	R$ 37,97

Na Formalização de Pedido, Termo de Referência e Orçamentação, Modelo de Proposta de Preços publicados em 19/08/2026, https://cm-mbarbosa.publicacao.siplanweb.com.br/licitacoes/dados-processo/1620?exercicio=2026

Onde se lê:
O valor estimado da contratação encontra-se em tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	PREÇO DE REFERÊNCIA
66	TUBO SOLDÁVEL PVC 25 MM 6 METROS	20	R$ 37,97	R$ 37,97

Leia –se:
O valor estimado da contratação encontra-se em tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	PREÇO DE REFERÊNCIA
66	TUBO SOLDÁVEL PVC 25 MM 6 METROS	01	R$ 37,97	R$ 37,97

A data de envio de proposta fica prorrogada até dia 02/09/2026.
Pedidos de esclarecimentos ou impugnações deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico licitacao@matiasbarbosa.mg.leg.br

Matias Barbosa, 25 de agosto de 2026.

DANIELA ROCHA PITTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Daniela Rocha Pitta
Código Identificador:369695CF

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ERA

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CHAMAMENTO Nº61 E TERMO DE REFERÊNCIA Nº61-2026

A Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais torna público que realizará procedimento de contratação direta por dispensa de licitação nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, combinado com o artigo 72 do mesmo diploma legal, visando a obtenção de propostas para contratação de empresa ou profissional especializado, conforme especificações constantes neste aviso de chamamento e no termo de referência.

Fica dispensada a elaboração de edital nos termos da legislação aplicável.

1. Objeto:
Contratação de empresa ou profissional especializado em eSocial, especialmente nas atividades relacionadas ao Programa Receita Social Autorregularização, instituído pela Portaria RFB nº 632, de 30 de dezembro de 2025, e suas alterações, visando promover a conformidade das obrigações tributárias acessórias relativas às informações do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) prestadas pela Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, compreendendo a revisão das informações relativas ao exercício de 2025, identificação de eventuais inconsistências, retificação e reenvio dos eventos de remuneração e pagamento, quando necessário, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

2. Justificativa:
A contratação justifica-se pela necessidade de promover a conferência, revisão e regularização das informações prestadas pela Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais por meio do eSocial, especialmente em relação às informações do exercício de 2025.

A medida visa assegurar a conformidade das obrigações tributárias acessórias, mediante identificação de possíveis inconsistências, correção das informações e, quando necessário, retificação e reenvio dos eventos de remuneração e pagamento.

A contratação de profissional ou empresa especializada mostra-se necessária em razão da especificidade técnica do eSocial e das exigências relacionadas ao Programa Receita Social Autorregularização da Receita Federal do Brasil, contribuindo para a regularidade das informações prestadas pela Câmara Municipal e para a prevenção de inconsistências, pendências e possíveis consequências decorrentes do envio incorreto ou incompleto das informações.

3. Recebimento das propostas:
As propostas deverão conter:
Identificação do proponente (CPF ou CNPJ);
Descrição detalhada dos serviços;
Experiência e qualificação compatíveis com o objeto, quando aplicável;
Valor total da contratação;
Prazo para execução dos serviços;
Condições de pagamento;
Validade da proposta;
Demais condições pertinentes à contratação.
As propostas poderão ser encaminhadas:
Por e-mail para compras@cmne.mg.gov.br até às 23:59 do dia **02/09/2026**;
Presencialmente, em envelope lacrado, até às 16 horas do mesmo dia, no setor de compras, licitações e contratos da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

4. Prazo de execução:
O prazo para execução dos serviços será de _ dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento ou da solicitação de fornecimento, observadas as etapas e condições estabelecidas no Termo de Referência.

5. Condições de pagamento:
O pagamento será efetuado em até cinco dias úteis após a conclusão dos serviços, o recebimento definitivo do objeto e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6. Disposições gerais:

Poderão participar pessoas físicas e jurídicas regularmente constituídas.
O presente chamamento permanecerá disponível pelo prazo mínimo de três dias úteis, nos termos do artigo 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, contados a partir da publicação no Diário Oficial, no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Nova Era e no mural também da Câmara Municipal de Nova Era.

A contratação será precedida de pesquisa de preços de mercado com base em fontes idôneas.

Nova Era/Minas Gerais, 24 de agosto de 2026.

GEOVANE GOMES BATISTA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:
Contratação de empresa ou profissional especializado em eSocial, especialmente nas atividades relacionadas ao Programa Receita Social Autorregularização, instituído pela Portaria RFB nº 632, de 30 de dezembro de 2025, e suas alterações, visando promover a conformidade das obrigações tributárias acessórias relativas às informações do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) prestadas pela Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, compreendendo a revisão das informações relativas ao exercício de 2025, identificação de eventuais inconsistências, retificação e reenvio dos eventos de remuneração e pagamento, quando necessário.
2. Justificativa da contratação:
A contratação justifica-se pela necessidade de promover a conferência, revisão e regularização das informações prestadas pela Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais por meio do eSocial, especialmente em relação às informações do exercício de 2025.

A medida visa assegurar a conformidade das obrigações tributárias acessórias, mediante identificação de possíveis inconsistências, correção das informações e, quando necessário, retificação e reenvio dos eventos de remuneração e pagamento.

A contratação de profissional ou empresa especializada mostra-se necessária em razão da especificidade técnica do eSocial e das exigências relacionadas ao Programa Receita Social Autorregularização da Receita Federal do Brasil, contribuindo para a regularidade das informações prestadas pela Câmara Municipal e para a prevenção de inconsistências, pendências e possíveis consequências decorrentes do envio incorreto ou incompleto das informações.

A presente contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, sendo precedida de planejamento e pesquisa de preço, conforme artigo 23 e artigo 72.

3. Especificações técnicas mínimas:
3.1. Quantitativo:
01 (uma) contratação de empresa ou profissional especializado para análise, revisão e regularização das informações do eSocial da Câmara Municipal de Nova Era/MG relativas ao exercício de 2025.

3.2. Características mínimas:
Análise e revisão das informações transmitidas pela Câmara Municipal de Nova Era/MG ao eSocial relativas ao exercício de 2025;
Verificação de possíveis inconsistências nas informações de remuneração e pagamento;
Identificação de eventuais divergências entre as informações constantes nos sistemas e registros da Câmara Municipal e aquelas transmitidas ao eSocial;
Orientação quanto às correções necessárias;
Retificação dos eventos do eSocial, quando necessária;
Reenvio dos eventos retificados aos sistemas oficiais;
Análise das informações relacionadas ao Programa Receita Social Autorregularização;
Acompanhamento da regularização das informações até a conclusão dos procedimentos contratados;
Apresentação à Administração de relatório ou documento que demonstre os serviços realizados e as eventuais inconsistências identificadas e corrigidas.

3.3. Forma de execução:
Os serviços poderão ser realizados de forma presencial ou remota, conforme a necessidade da Administração e as características dos serviços, mediante acesso às informações e documentos necessários fornecidos pela Câmara Municipal.
O contratado deverá manter sigilo sobre todas as informações, documentos e dados aos quais tiver acesso em razão da execução dos serviços.
3.4. Personalização: Não se aplica.

4. Prazo e local de execução:
Os serviços deverão ser executados em até _ dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento ou da solicitação de fornecimento, podendo ser realizados na sede da Câmara Municipal de Nova Era/MG ou de forma remota, conforme definido pela Administração.

5. Critério de julgamento:
Menor preço global.
Nos casos de pessoa física, será acrescido no valor da proposta apresentada o INSS patronal, nos termos da legislação vigente, a fim de verificação do preço final.

6. Condições de pagamento:
Em até cinco dias úteis após a conclusão dos serviços, recebimento definitivo do objeto e ateste da nota fiscal pelo setor competente.

7. Obrigações da contratada:
Executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
Realizar a análise e revisão das informações do eSocial relativas ao exercício de 2025;
Identificar eventuais inconsistências e divergências;
Realizar as retificações necessárias, quando autorizadas pela Administração;
Realizar o reenvio dos eventos retificados;
Prestar os esclarecimentos e orientações necessários à Administração durante a execução dos serviços;
Apresentar relatório ou documento comprobatório dos serviços realizados;
Manter sigilo sobre os dados e informações a que tiver acesso;
Cumprir os prazos estabelecidos;
Responsabilizar-se pela qualidade técnica dos serviços prestados.

8. Fundamentação legal:
Artigo 75, inciso II, artigo 23 e artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a Portaria RFB nº 632, de 30 de dezembro de 2025, e suas alterações, e demais normas aplicáveis ao eSocial e às obrigações tributárias acessórias.

9. Dotação orçamentária:
As despesas correrão por dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Nova Era.

10. Participação dos proponentes:
10.1. Pessoa física, sujeita às retenções legais (INSS, ISSQN e IRRF quando aplicável).
10.2. Pessoa jurídica, deverá apresentar regularidade fiscal e demais exigências legais.

11. Apresentação das propostas:
Devem conter:
Identificação do proponente (CPF/CNPJ);
Descrição detalhada dos serviços;
Experiência e qualificação compatíveis com o objeto, quando aplicável;
Valor total da contratação;
Prazo para execução dos serviços;
Condições de pagamento;
Validade da proposta;

Demais condições pertinentes à contratação.

12. Pesquisa de preços:
A estimativa será realizada previamente pela Administração, com base em pesquisa de mercado em fontes idôneas.

Nova Era/Minas Gerais, 24 de agosto de 2026.

Elaborado Por:
ÂNGELA BARONY LAGE –
Setor de Compras, Licitações e Contratos

Autorizado Por:
GEOVANE GOMES BATISTA –
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era, Minas Gerais

Publicado por:
Ângela Barony Lage
Código Identificador:2234DE01

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

ATOS NORMATIVOS
PORTARIA Nº 56, DE 24 DE AGOSTO 2026 - EXONERA SERVIDOR COMISSIONADO

PORTARIA Nº 56, DE 24 DE AGOSTO 2026.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE GABINETE A PESSOA QUE ESPECIFICA.

O Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 274/2026 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Patrocínio-MG";

R E S O L V E:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, **CARLOS HENRIQUE CARVALHO**, lotado no gabinete do vereador Emerson Caixeta, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Gabinete II, símbolo CC-ASS2, a partir do dia 18 de agosto de 2026, conforme requerimento protocolado nesta Casa de Leis.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Patrocínio-MG, 24 de agosto de 2026.

NÍKOLAS DE QUEIROZ ELIAS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Clara Beatriz Lisboa Ramos
Código Identificador:C1EF519A

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA- DISPENSA ELETRÔNICA Nº 12-2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
A Câmara Municipal de Pirapora-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 25.213.679/0001-28, por intermédio de seu presidente, Itamar Alves Mota, brasileiro, vereador, inscrito no CPF sob o nº 001.034.666-06, no uso de suas atribuições regimentais e legais, especialmente observando o disposto no artigo 75, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público a abertura de processo de contratação direta, Dispensa Eletrônica nº 12/2026, para a *Aquisição de cadeiras ergométricas tipo diretor, armário de cozinha em aço, com tranca, e suporte para forno micro-ondas, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Pirapora-MG*.
Os interessados em concorrer no certame poderão acessar os instrumentos orientadores da contratação no Portal Nacional de Compras Públicas, bem como na Plataforma AMM Licita, https://ammlicita.org.br/, no ID 101138 e no site oficial da Câmara Municipal de Pirapora, aba *Licitações*.As propostas deverão ser inseridas na plataforma, acompanhadas de toda a documentação exigida para fins de habilitação até a data da abertura da sessão. O licitante se responsabiliza pelo conhecimento do funcionamento da Plataforma, no ato da inscrição.
O julgamento das propostas ocorrerá no dia 01 de setembro de 2026 às 09h:30min, através do modo fechado, sem disputa,e terá como critério de julgamento o menor valor unitário, em cada item individualmente considerado. O processo será realizado pela Agente de Contratação, designada na Portaria nº 089/2026, com o auxílio da Equipe de Apoio desta Casa, designada pela Portaria nº 085/2026.
A escolha do fornecedor será feita pelo critério de Menor Valor Unitário, sagrando-se vencedor aquele que apresentar o menor valor e atender a todas as condições de habilitação.
A contratação terá como fiscal o servidor, Marco Felipe Durães Silva, designado na Portaria nº 082/2026. A gestão contratual ficará a cargo da Diretoria de Contratos.
O valor total estimado da contratação é deR$ 2.252,41 (dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos). Deverão ser observadas as regras da LC nº 123/2006, bem como da Lei Municipal nº 2537/2022, em razão do baixo valor da contratação.
As regras sobre o procedimento de tramitação, prazos recursais, critérios de desempate e demais procedimentos, observarão inteiramente ao disposto na Lei 14.133/2021.
Em caso de dúvidas, o participante pode entrar em contato com o Departamento de Licitações da Câmara Municipal de Pirapora-MG, através do telefone (38) 3741-2011 ou através da aba própria na Plataforma AMM Licita, ID 101138.
A presente contratação será orientada pelo Termo de Referência anexo, que contém todas as informações necessárias à contratação e, será formalizada por nota de empenho.
A dotação utilizada para custear esta despesa será: 4.4.90.52.24 Mobiliário em geral. Reduzido: 4361.

Pirapora, 21 de agosto de 2026.

ITAMAR ALVES MOTA
Presidente da Câmara Municipal de Pirapora

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:A4336D9B

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
DESPACHO DE ABERTURA- DISPENSA ELETRÔNICA Nº 12-2026

DESPACHO DE ABERTURA

Com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, c/c com o art. 37, II, da Lei Orgânica Municipal e art. 22, I, c, e, r, t e v, do Regimento Interno, autorizo a abertura de processo que visa a *Aquisição de Cadeiras Ergométricas Tipo Diretor, Armário de Cozinha em Aço, com Tranca e, Suporte para Forno Micro-ondas, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Pirapora*, pelas razões expostas nos instrumentos da contratação.
Determino a utilização da da Lei Federal nº 14.133/2021, da Instrução Normativa nº 001/2025 e do Decreto Municipal nº 044/2023, no que couber.
A presente contratação deverá ter como fiscal administrativo o servidor, Marco Felipe Durães Silva, designado pela Portaria nº 082/2026, ao qual competirá:

Acompanhamento técnico: O fiscal é responsável por acompanhar de forma administrativa a execução do contrato, garantindo que as regras da contratação sejam atendidas pelo contratado e determinando o que

for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
Registro de ocorrências: Em caso de problemas ou não conformidades, o fiscal registra as ocorrências e notifica o contratado para que sejam adotadas as devidas correções. Havendo situação que requeira decisão ou providência que extrapole sua competência, deverá informar a seu superior imediatamente.

O processo deverá ser conduzido pela Agente de Contratação designada na Portaria nº 089/2026, devendo esta ser auxiliada pela Equipe de Apoio desta Casa Legislativa, nos termos da Portaria nº 085/2026.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: - 4.4.90.52.24 – Mobiliário em Geral - **Reduzido**: 4361.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75,II da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Decreto Municipal 44/2023, no que couber, c/c Lei Municipal nº 2.537/2022.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 2.252,41 (dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos).

Pirapora, 21 de agosto de 2026.

ITAMAR ALVES MOTA
Presidente da Câmara Municipal de Pirapora

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:EEDC03EC

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 12/2026

Dispõe sobre a obrigatoriedade de Organizações da Sociedade Civil contempladas com subvenção social ou que celebrem instrumentos de parceria com a Administração Pública Municipal, com transferência de recursos financeiros, desenvolverem ações de conscientização e prevenção à violência contra a mulher e de combate à discriminação e ao preconceito, e dá outras providências.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras;
O presente Projeto de Lei tem por objetivo fortalecer as políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, bem como promover uma cultura de respeito, igualdade e não discriminação, utilizando a abrangência e relevância da atuação das Organizações da Sociedade Civil na persecução desta finalidade.
As Organizações da Sociedade Civil desempenham importante papel na execução de atividades de interesse público e no atendimento direto à população, alcançando diferentes segmentos sociais. Em razão disso, a proposta estabelece que as organizações contempladas com subvenção social ou que celebrem instrumentos de parceria com transferência de recursos financeiros deverão desenvolver ações de conscientização relacionadas a essas temáticas junto às pessoas beneficiárias de suas atividades.
Não se pretende impor uma atividade desvinculada da finalidade das organizações, mas estimular que, respeitadas as características de cada parceria e do público atendido, sejam incorporadas ações educativas de interesse geral da sociedade.
A exigência de comprovação das atividades busca assegurar efetividade à medida, permitindo ao Poder Público verificar não apenas a previsão formal das ações, mas sua efetiva realização. Da mesma forma, a proposta prevê a possibilidade de impedimento para o recebimento de novos recursos em caso de descumprimento injustificado dessa determinação.
Assim, a presente proposição busca utilizar a força das políticas públicas e das parcerias com a sociedade civil como instrumento de transformação social, promovendo a prevenção da violência, o respeito à diversidade e a igualdade entre as pessoas.
Diante da relevância da matéria, conto com o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei.

Ponte Nova - MG, 13 de agosto de 2026.

CARLOS PINTO DA PAIXÃO
Vereador - AVANTE

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 12/2026
Dispõe sobre a obrigatoriedade de Organizações da Sociedade Civil contempladas com subvenção social ou que celebrem instrumentos de parceria com a Administração Pública Municipal, com transferência de recursos financeiros, desenvolverem ações de conscientização e prevenção à violência contra a mulher e de combate à discriminação e ao preconceito, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º Fica estabelecido que as Organizações da Sociedade Civil – OSCs que forem contempladas com subvenção social ou que firmarem instrumentos de parceria com a Administração Pública Municipal para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros deverão desenvolver, no âmbito de suas atividades, projetos ou ações para a conscientização, prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher e a qualquer forma de discriminação ou preconceito.
Art. 2º As Organizações da Sociedade Civil abrangidas por esta Lei deverão promover, de acordo com a natureza e o objeto da parceria, atividades, projetos, campanhas, palestras, oficinas, rodas de conversa, materiais educativos ou outras ações de conscientização destinadas ao seu público beneficiário, colaboradores, voluntários e demais participantes de suas atividades.
§ 1º As ações previstas no *caput* deverão abordar, especialmente:
I - a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher, em suas diferentes formas;
II - a conscientização sobre os direitos das mulheres e sobre os mecanismos de prevenção e enfrentamento à violência;
III - a prevenção e o combate ao racismo e a qualquer forma de discriminação ou preconceito em razão de raça, etnia ou cor;
IV - a prevenção e o combate à discriminação ou ao preconceito em razão de gênero;
V - a promoção do respeito à dignidade da pessoa humana, à igualdade e à diversidade;
VI - a conscientização acerca da importância da convivência social baseada no respeito, na tolerância e na não discriminação.
§ 2º As ações deverão ser compatíveis com a faixa etária, o perfil do público atendido, a natureza das atividades desenvolvidas pela organização e o objeto do instrumento de parceria.
Art. 3º A realização das atividades previstas nesta Lei deverá ser comprovada pela Organização da Sociedade Civil na forma e nos prazos estabelecidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da parceria.
Art. 4º A Organização da Sociedade Civil que, sem justificativa devidamente fundamentada, deixar de cumprir as obrigações estabelecidas nesta Lei poderá, observados o contraditório e a ampla defesa e sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no instrumento de parceria, ser impedida de celebrar novas parcerias ou receber novos recursos públicos municipais no exercício financeiro subsequente.
Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, estabelecendo, entre outros aspectos:
I - os procedimentos para comprovação das ações realizadas;
II - os critérios mínimos para o cumprimento das obrigações previstas nesta Lei;
III - os mecanismos de acompanhamento e fiscalização;
IV - os procedimentos administrativos para apuração de eventual descumprimento.
Art. 6º As disposições desta Lei deverão ser observadas sem prejuízo das normas estabelecidas pela legislação federal, estadual e municipal

aplicável às parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova - MG, de de .

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

FERNANDA DE MAGALHÃES RIBEIRO
Secretária Municipal de Governo e Comunicação

LAZINIER SERRANO GONÇALVES
Secretária Municipal de Assistência Social e Habilitação

AUTORIA:
Carlos Pinto da Paixão
Vereador - AVANTE

Publicado por:
Paulo Gomes Coelho
Código Identificador:9507A780

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO SUBSTITUTIVO Nº 09/2026

Dispõe sobre a gratuidade no transporte público coletivo municipal para usuários em atendimento no Núcleo de Apoio à Inclusão – NAPI e na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Ponte Nova, para jovens participantes do Programa Jovem Aprendiz e jovens em cumprimento de medidas socioeducacionais nas condições que menciona, e dá outras providências.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras;
O presente Projeto de Lei tem como objetivo garantir o acesso contínuo de crianças, adolescentes e demais usuários aos atendimentos especializados ofertados pelo Núcleo de Apoio à Inclusão – NAPI, bem como pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Ponte Nova; do Programa Jovem Aprendiz – Rede Cidadã; e do Programa de atendimento de jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa.
É de conhecimento que muitas famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam dificuldades para custear o transporte até os locais de atendimento, o que resulta na interrupção ou abandono dos acompanhamentos essenciais ao desenvolvimento e à inclusão social dos usuários.
A proposta busca assegurar o direito à saúde, à educação e à inclusão, eliminando uma barreira concreta: o custo do deslocamento. Ao prever critérios objetivos, como a inscrição no CadÚnico ou avaliação da Secretaria Municipal de Assistência Social, garante-se que o benefício seja direcionado a quem realmente necessita.
Além disso, o projeto estabelece mecanismos de controle, como a vinculação da gratuidade ao número de atendimentos agendados, evitando desperdícios e promovendo o uso responsável dos recursos públicos.
A proposta busca contemplar também os adolescentes encaminhados pelo Acessuas Trabalho para inserção no Programa de Aprendizagem ofertado pela Rede Cidadã e os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, públicos que, assim como os já contemplados pelo Projeto, enfrentam o custo do deslocamento como obstáculo concreto à sua permanência e ao pleno aproveitamento dos programas em que estão inseridos
No que se refere aos jovens aprendizes, é sabido que a aprendizagem profissional constitui importante instrumento de inclusão social e de preparação para o mercado de trabalho, sobretudo para jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A ausência de meio de transporte gratuito frequentemente compromete a frequência regular às atividades, comprometendo o aproveitamento da qualificação e, em casos extremos, levando à evasão do programa. Garantir a gratuidade do transporte para esse público é, portanto, medida que reforça a efetividade da política de qualificação profissional e amplia as oportunidades de inserção produtiva da juventude pontenovense.
Quanto aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, a assiduidade aos atendimentos e acompanhamentos determinados judicialmente é condição essencial ao êxito do processo socioeducativo, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). O não comparecimento aos atendimentos, muitas vezes decorrente da falta de recursos para custear o deslocamento até locais diversos - a depender da natureza da medida e da unidade responsável pelo acompanhamento -, pode ensejar o descumprimento da medida imposta, com graves prejuízos ao processo de responsabilização e reintegração social do adolescente. A extensão da gratuidade a esse público, portanto, contribui diretamente para a efetividade da execução das medidas socioeducativas e para a redução da reincidência.
Dessa forma, a medida contribui diretamente para a promoção da dignidade humana, da equidade e da inclusão social no município de Ponte Nova.

Ponte Nova - MG, 18 de agosto de 2026.

WAGNER LUIZ TAVARES GOMIDES
Vereador - PV

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 09/2026
Dispõe sobre a gratuidade no transporte público coletivo municipal para usuários em atendimento no Núcleo de Apoio à Inclusão – NAPI e na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Ponte Nova, para jovens participantes do Programa Jovem Aprendiz e para jovens em cumprimento de medidas socioeducacionais nas condições que menciona, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituída a gratuidade no transporte público coletivo municipal para:
I - alunos atendidos no Núcleo de Apoio à Inclusão – NAPI, bem como para 01 (um) acompanhante, quando necessário.
II – jovens em cumprimento de medida socioeducativa;
III – jovens que que tenham sido encaminhados pelo Acessuas Trabalho para participação do Programa de Aprendizagem ofertado pela Rede Cidadã (Jovem Aprendiz), enquanto perdurar a participação.
Parágrafo único. A gratuidade prevista no *caput* deste artigo estende-se aos usuários da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Ponte Nova, desde que haja parceria formalizada entre a entidade e o Município, mediante termo próprio.
Art. 2º A gratuidade de que trata esta Lei será concedida exclusivamente às famílias que atendam aos seguintes requisitos:
I – sejam residentes no Município de Ponte Nova; e
II – atendam a pelo menos uma das seguintes condições:
a) estejam regularmente inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); ou
b) apresentem relatório emitido pela Secretaria Municipal de Assistência Social que comprove a situação de vulnerabilidade socioeconômica e a necessidade do benefício.
Art. 3º O benefício será concedido exclusivamente para deslocamentos relacionados aos atendimentos agendados nas instituições ou para atendimento nos programas previstos no art. 1º desta Lei.
Art. 4º Para fins de controle, o Poder Executivo adotará mecanismos de concessão do benefício, podendo utilizar bilhetes/tickets, cartões magnéticos, créditos eletrônicos ou outro meio idôneo que assegure o uso exclusivo para a finalidade prevista nesta Lei.
§1º A quantidade de passagens concedidas será limitada ao número de atendimentos comprovadamente agendados pelas instituições ou em que haja atividades envolvendo os jovens referidos no art. 1º desta Lei.
§ 2º Caberá às instituições ou coordenação dos programas referidos nesta Lei realizar o controle e acompanhamento dos agendamentos e da frequência dos atendimentos dos beneficiários ou participantes, para fins de verificação do uso regular do benefício e autorização das liberações subsequentes.

§ 3º Nos casos de não utilização das passagens concedidas, o beneficiário deverá proceder à sua devolução, facultada a sua compensação para utilização em atendimento subsequente, conforme regulamentação do Poder Executivo.
§ 4º Constatado o uso irregular do benefício, o responsável ficará obrigado à devolução dos valores correspondentes, sem prejuízo da suspensão do benefício.
Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 60 (sessenta) dias, definindo, notadamente, os procedimentos para solicitação, concessão, controle e suspensão do benefício.
Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.
Parágrafo único. Integra esta Lei a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, conforme anexo único.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Ponte Nova - MG, de de .

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

LAZINIER SERRANO GONÇALVES
Secretária Municipal de Assistência Social e Habilitação

RODRIGO CARRARO ARSÊNIO
Secretário Municipal de Mobilidade Urbana e Transportes

AUTORIA:
Wagner Luiz Tavares Gomides
Vereador – PV

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 09/2026

ANEXO ÚNICO

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

O presente Projeto de Lei tem como objetivo garantir o acesso contínuo de crianças, adolescentes e demais usuários aos atendimentos especializados ofertados pelo Núcleo de Apoio à Inclusão – NAPI e pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Ponte Nova/MG, bem como atender ao Programa de Aprendizagem ofertado pela Rede Cidadã e aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.
Considerando que, atualmente, o total de alunos matriculados no Atendimento Educacional Especializado (AEE) é de 68 (sessenta e oito), sendo que, desse total, 11 (onze) realizam dois atendimentos junto ao NAPI, estima-se que o maior impacto mensal decorrente deste Projeto de Lei seja de R$ 3.160,00 (três mil, cento e sessenta reais).
Segundo informações da Diretoria da APAE, atualmente existem 12 (doze) alunos que necessitam de transporte, sendo que, desse total, alguns comparecem à APAE uma vez por semana e outros duas vezes por semana, estimando-se um impacto mensal máximo de R$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais).
Quanto ao Programa Jovem Aprendiz, estima-se o atendimento de 35 alunos, com valor unitário da passagem de R$ 5,00 (cinco reais), uma vez por semana, totalizando um custo semanal de R$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais). Considerando um mês de quatro semanas, o custo mensal será de R$700,00 (setecentos reais).
Referente aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, estima-se o atendimento de 15 adolescentes, ao custo de R$ 5,00 (cinco reais), correspondente ao valor unitário da passagem. Considerando o deslocamento de ida e volta, o custo semanal será de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Considerando um mês de 4 (quatro) semanas, o custo mensal será de R$ 600,00 (seiscentos reais).
Dessa forma, o impacto financeiro mensal total estimado será de R$5.100,00 (cinco mil e cem reais).
Considerando que a Lei entre em vigor no mês de setembro de 2026, o impacto orçamentário-financeiro no exercício de 2026 corresponderá a 4 (quatro) meses, totalizando o valor de R$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).
Para os exercícios subsequentes, considerando um reajuste anual estimado de 6% (seis por cento), tem-se:
Exercício de 2027: R$ 64.872,00 (sessenta e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais).
Exercício de 2028: R$ 68.764,32 (sessenta e oito mil, setecentos e sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos).
Memória de cálculo:
NAPI:
68 alunos × R$ 5,00 (valor unitário da passagem) = R$ 340,00;
11 alunos (com dois atendimentos) × R$ 5,00 = R$ 55,00.
Total semanal: R$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais).
Considerando um mês com 4 (quatro) semanas:
Total mensal: R$ 1.580,00 (mil quinhentos e oitenta reais).
Tendo em vista que o Projeto prevê o direito à gratuidade de transporte também para um acompanhante, o valor total mensal estimado será dobrado, perfazendo o montante de R$ 3.160,00 (três mil, cento e sessenta reais).

APAE:
08 alunos × R$ 5,00 (valor unitário da passagem) = R$ 40,00;
04 alunos (duas vezes por semana) × R$ 10,00 = R$ 40,00.
Total semanal: R$ 80,00 (oitenta reais).
Considerando um mês com 4 (quatro) semanas:
Total mensal: R$ 320,00 (trezentos e vinte reais).
Tendo em vista que o Projeto prevê o direito à gratuidade de transporte também para um acompanhante, o valor total mensal estimado será dobrado, perfazendo o montante de R$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais).

JOVEM APRENDIZ – REDE CIDADÃ:
35 alunos × R$ 5,00 (valor unitário da passagem) × 1 (uma) vez por semana = R$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) por semana.
Considerando um mês com 4 (quatro) semanas:
Total mensal: R$ 700,00 (setecentos reais).

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA:
15 adolescentes × R$ 5,00 (valor unitário da passagem) × 2 (ida e volta) = R$150,00 (cento e cinquenta reais) por semana.
Considerando um mês com 4 (quatro) semanas:
Total mensal: R$ 600,00 (seiscentos reais).

Ponte Nova - MG, 18 de agosto de 2026.

CLAUDIOMIRO HERNECK PIRES
Contador: CRC/MG 71755/O-8
Chefe da Divisão de Contabilidade e Tecnologia

Publicado por:
Paulo Gomes Coelho
Código Identificador:DB38EBD7

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32/2026

Concede Diploma de Mérito Legislativo Municipal à empresa 64.425.525 Helena Moledo Ricardino Santana - Sô Gilson Lanchonete e Sorveteria.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
Senhores Vereadores, submeto à apreciação desta Casa a proposta de concessão do Diploma de Mérito Legislativo Municipal à empresa 64.425.525 Helena Moledo Ricardino Santana - Sô Gilson Lanchonete e Sorveteria.
O empreendimento foi idealizado por Gilson Marcionílio de Santana, metalúrgico aposentado, nascido em Aurelino Leal, Bahia. Ele viveu grande parte da vida no estado de São Paulo, é pai de três filhos, casado com a ponte-novense Helena Moledo Ricardino Santana.
Mudou-se para Ponte Nova no ano de 2000, um ano após se aposentar, buscando um lugar mais pacato para criar os filhos e realizar o sonho da esposa de voltar a morar próximo aos pais. Como forma de complementação de renda, adquiriu um carrinho de cachorro-quente e começou as vendas na praça Estrela Dalva no bairro São Pedro. Ao final do ano de 2001, abriu, na garagem da própria casa, um ponto fixo do empreendimento, aquele tradicional comércio local onde se encontram produtos variados, iniciando o

famoso "Sô Gilson". Querido pelas crianças e conhecido por oferecer brinquedos, doces, balas, estabeleceu os pequenos como público-alvo. Durante gerações o Sô Gilson teve o compromisso de prestar um serviço simples e de muita qualidade, virou tradição antes e depois das aulas o balcão ficar rodeado de crianças comprando lanches.
O Sô Gilson lanchonete e Sorveteria, inscrito sob o CNPJ 64.425.525/0001-51, sempre foi muito participativo na comunidade com apoio e patrocínio de eventos culturais e esportivos, também criou para jovens do próprio bairro a oportunidade do primeiro emprego. Infelizmente o senhor Gilson Marcionílio de Santana fundador da "Sô Gilson lanchonete e Sorveteria" faleceu em 16 de dezembro de 2025, e hoje o legado e o compromisso deixado por ele continuam. A empresa conta com o suporte de dois colaboradores, sob a direção do segundo filho de Gilson: Gilmar Marcionílio de Santana, com o projeto de manter a essência e ser ainda mais ativo no apoio e desenvolvimento social e comercial da comunidade.
Solicito ao Plenário a aprovação desta merecida homenagem.

Ponte Nova – MG, 17 de agosto de 2026.

FERNANDA FÉLIX BITENCOURT -
Vereadora – AGIR

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32/2026
Concede Diploma de Mérito Legislativo Municipal à empresa 64.425.525 Helena Moledo Ricardino Santana - Sô Gilson Lanchonete e Sorveteria.
A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova, e a Mesa Diretora, no uso de suas atribuições, promulga a seguinte Resolução:
Art. 1º Fica concedido Diploma de Mérito Legislativo Municipal à empresa 64.425.525 Helena Moledo Ricardino Santana - Sô Gilson Lanchonete e Sorveteria.
Art. 2º O Diploma de que trata esta Resolução será entregue à agraciada em sessão solene do Poder Legislativo.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Ponte Nova - MG, de de 2026.

Mesa Diretora

WELLINGTON SABINO DE OLIVEIRA
Presidente

FABIANO SOUZA DA CRUZ
Vice-Presidente

MÁRCIO ALVES FERREIRA
Secretário

INICIATIVA
Fernanda Félix Bitencourt
Vereadora – AGIR

Publicado por:
Paulo Gomes Coelho
Código Identificador:D5EF2DD6

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PRATA

CÂMARA MUNICIPAL DO PRATA
EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo: n° 010/2026
Pregão Eletrônico: 90.007/2026
Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de decoração, divulgação e infraestrutura de eventos para atender as necessidades da Procuradoria da Mulher, Escola do Legislativo e Câmara Municipal do Prata, compreendendo a locação, montagem e desmontagem, incluindo também o fornecimento de todo o material necessário para a realização dos serviços conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Item	Fornecedor: Eventos e Produções Garcia LTDA – 06.348.172/0001-37				
	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
01	Decoração de evento - opção 01	Serviço	05	R$1.420,00	R$7.100,00
02	Decoração de evento - opção 02	Serviço	05	R$2.650,00	R$13.250,00
03	Formatura Parlamento Jovem	Serviço	01	R$6.900,00	R$6.900,00
04	Serviço de Forração de mesa	Serviço	08	R$700,00	R$5.600,00
05	Contratação de cadeiras e mesas	Serviço	08	R$650,00	R$5.200,00
07	Locação de tenda 10x10m	Serviço	05	R$1.540,00	R$7.700,00
08	Locação de tenda 6x6m	Serviço	05	R$870,00	R$4.350,00
Item	**Item Fracassado**				
	Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
06	Serviço de propaganda e publicidade volante .	Horas	50 horas	-	-

PAULO MARQUES DE SOUZA JÚNIOR
Presidente da Câmara Municipal do Prata

Publicado por:
Eliane Pádua Alves
Código Identificador:F46BA956

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO

CÂMARA DE SÃO LOURENÇO
LEI MUNICIPAL N. 3.858/2026

Dispõe sobre a publicação dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados pelo Município de São Lourenço/MG em sítio eletrônico oficial.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de São Lourenço, no exercício da presidência, no uso de suas atribuições legais, faz saber que, diante da rejeição de veto parcial pelo Plenário desta Casa e com fundamento no art. 65, §5º, da Lei Orgânica deste Município e no art. 53, I, "j", do Regimento Interno, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei torna obrigatória a publicação integral dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados pelo Município de São Lourenço com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais no sítio eletrônico oficial da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. A obrigatoriedade prevista no caput deste artigo aplica-se aos ajustes em que o Município figure como parte ou compromissário.

Art. 2º As informações protegidas por sigilo legal ou que contenham dados pessoais sensíveis deverão ser suprimidas ou anonimizadas nos termos das Leis Federais nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Sala Presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira, em 25 de agosto de 2026.

JAYSON MATHEUS RODRIGUES
Vice-Presidente da Câmara

Publicado por:
Rommel Junqueira Fernandes
Código Identificador:937E191D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR CORTES

CÂMARA MUNICIPAL MUNICIPAL DE SENADOR
EXTRATO DE ADITIVO

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO ADITIVO.

Em cumprimento a Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que a Câmara Municipal de Senador Cortes firmou o seguinte Termo Aditivo de **PRORROGAÇÃO DE PRAZO**

Contrato nº. 7/2025

Aditivo/Ano nº. 1º/2026
Processo nº. 006/2025
Dispensa. nº. 005/2025

Fundamento: Lei Federal n° 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, PARA GESTÃO E CONSULTORIA DE 01 LINHA MÓVEL EM COMODATO DA OPERADORA VIVO, COM LIGAÇÕES ILIMITADAS PARA FIXO E CELULAR EM TODO BRASIL, PARA A CÀMARA MUNICIPAL DE SENADOR CORTES – MG.

Contratante: Câmara Municipal de Senador Cortes – MG.
Signatário Contratante: Francielly Medeiros do Carmo Medeiros – Presidente da Câmara

Contratado(a): MUNDO VOICE TELECOMUNICACOES LTDA - CNPJ nº 38.219.901/0001-41.

Assinatura: 04 de Agosto de 2026.

Vigência Final: 04/08/2027.

Senador Cortes – MG, 25 de agosto de 2026.

BRYAN DA SILVA DA COSTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Bryan da Silvca da Costa
Código Identificador:4152C8A3

CÂMARA MUNICIPAL MUNICIPAL DE SENADOR EXTRATO DE ADITIVO

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO ADITIVO.

Em cumprimento a Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que a Câmara Municipal de Senador Cortes firmou o seguinte Termo Aditivo de **PRORROGAÇÃO DE PRAZO**

Contrato nº. 8/2025
Aditivo/Ano nº. 1º/2026
Processo nº. 007/2025
Dispensa. nº. 006/2025

Fundamento: Lei Federal n° 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: CONTRATAÇÃO EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL, EM ATENDIMENTO A CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR CORTES – MG.

Contratante: Câmara Municipal de Senador Cortes – MG.
Signatário Contratante: Francielly Medeiros do Carmo Medeiros – Presidente da Câmara

Contratado(a): PREVTRATO MEDICINA DO TRABALHO LTDA - CNPJ nº 24.230.656/0001-69.

Assinatura: 04 de Agosto de 2026.

Vigência Final: 04/08/2027.

Senador Cortes – MG, 25 de agosto de 2026.

BRYAN DA SILVA DA COSTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Bryan da Silvca da Costa
Código Identificador:258EFA5C

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIDASSP - CONSORCIO INT. PARA O DESENV. SUSTENTAVEL DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO

CIDASSP
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 007/2026 - EPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG – CIDASSP

Processo nº 00108/2026 – Dispensa Eletrônica nº 007/2026

O Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região de São Sebastião do Paraíso/MG – CIDASSP torna público que realizará **Dispensa Eletrônica**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, na Instrução Normativa nº 008, de janeiro de 2024, e demais normas aplicáveis, tendo como objeto a **aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e materiais destinados à segurança**, para atendimento das necessidades dos colaboradores do CIDASSP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Critério de julgamento: Menor preço por item.
Regime de fornecimento: Integral.
Data da sessão: 01 de setembro de 2026.
Horário da fase de lances: das 09h às 15h.
Local: Plataforma AMM Licita – https://ammlicita.org.br/.

O procedimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do CIDASSP e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
Valor estimado da contratação: R$ 2.670,59 (**dois mil, seiscentos e setenta reais e cinquenta e nove centavos**), conforme pesquisa de preços realizada diretamente com fornecedores locais.

São Sebastião do Paraíso/MG, 25 de agosto de 2026.

THAIS FERREIRA JÚLIO
Superintendente do CIDASSP

Publicado por:
Thaís Ferreira Júlio
Código Identificador:744D459F

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMAMS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINSTRATIVO Nº 058/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

O CIMAMS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – torna pública – Processo Administrativo nº. 058/2026, Dispensa de Licitação nº. 012/2026. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS. O Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos podem ser obtidos no site www.cimams.mg.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Informações pelos fones: (38) 9 93300-4417, e-mail: licitacaocimams@yahoo.com.br.

RICARDO ANTUNES MAGALHÃES-
Secretário Executivo do CIMAMS.

Publicado por:
Rafael Goncalves Chagas
Código Identificador:BCBFD074

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 048/2026 PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 025/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da SUDENE – CIMAMS torna pública a adjudicação e homologação do Processo Administrativo N.º 048/2026, Pregão Eletrônico por Registro de Preços N.º 025/2026, referente ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CAIXAS D´ÁGUAS, TUBOS DIVERSOS E MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE ESGOTO, PARA ATENDIMENTO AO CONVÊNIO N.º 004879/2026 E ÀS DEMANDAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS E SEUS ENTES CONSORCIADOS. Empresa vencedora do lote 01: BAKOF INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBERGLASS LTDA; Valor Global: R$ 9.024.969,50.** Quaisquer informações pelo fone: (38) 93300-4419 ou (38) 93300-4417, e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br.

ADAILDO ROCHA MOREIRA
Presidente do CIMAMS

Publicado por:
Mariana Rodrigues Fagundes
Código Identificador:DB1380AA

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMINAS - CONSORCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS

CIMINAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS – Credenciamento nº 028/2026 Processo nº 077/2026 credenciamento de empresas especializadas na execução de obras de engenharia em reparos, reformas e ampliações de prédios públicos e em prédios de interesse público para atendimento aos municipios consorciados do ciminas. Início credenciamento: 26/08/2026 acesso ao edital: https://ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

DANIELA ANDRADE SIDNEY DE SOUZA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:05AFB531

CIMINAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS – Credenciamento nº 029/2026 Processo nº 078/2026 credenciamento de empresa especializada na recuperação, desassoreamento, limpeza, drenagem, barragens e cacimbas e impermeabilização de corpos d'água em atendimento aos municípios consorciados do ciminas. Início credenciamento: 26/08/2026 acesso ao edital: https://ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

DANIELA ANDRADE SIDNEY DE SOUZA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:4B9567B3

CIMINAS
AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS – concorrência eletronica nº 008/2026, processo nº 079/2026, Contratação de empresa especializada em serviço continuados de fornecimento de sistema informatizado para gestão socioassistencial no âmbito do SUAS, no modelo SaaS em atendimento aos órgãos demandantes. Abertura dia 11/09/2026 às 08:30hs na sala de disputas no portal www.licitanet.com.br acesso ao edital: https://licitanet.com.br/processos e https://ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

LUIZ CLÁUDIO FERREIRA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:CC7D7D69

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMMVI - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DOS MUNICIPIOS DO VALE ITAPECERICA

CIMMVI
RESOLUÇÃO Nº 24 DE 25 DE AGOSTO DE 2026 EXONERA KEVEN DANIEL DE PAULA DO CARGO PARA O QUAL FOI DESIGNADA.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPECERICA – CIMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o senhor Keven Daniel de Paula, CPF nº 020.***.***-25 e RG n° MG199**** MT/MG, do cargo de Coordenador de Programa do Consórcio Intermunicipal e Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica – CIMMVI, para o qual foi nomeado pela Resolução n.º 012/2026, de 18 de junho de 2026, a qual fica revogada.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis-MG, data da assinatura.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica – CIMMVI

Publicado por:
Vinicius Salomão Gontijo Bahia
Código Identificador:B41BE12E

CIMMVI
RESOLUÇÃO Nº 25 DE 25 DE AGOSTO DE 2026 REVOGA DESIGNAÇÃO E DESIGNA EMPREGADA PARA RESPONDER, SEM REMUNERAÇÃO ADICIONAL, PELAS ATRIBUIÇÕES DA TESOURARIA DO CIMMVI

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPECERICA – CIMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público;

Considerando a Resolução nº 015 de 14 de julho de 2026, que designa o Sr. Keven Daniel de Paula como Tesoureiro sem acúmulo de remuneração do CIMMVI;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica revogada, a partir de 25 de agosto de 2026, a designação do Sr. Keven Daniel de Paula, CPF nº 020.***.***-25 e RG n°

MG199**** MT/MG, para responder pelas atribuições da Tesouraria do CIMMVI, constante da Resolução nº 15, de 14 de julho de 2026.

Art. 2º - Fica designada a Sra. Débora Alves Silveira, CPF 099.***.***-70 e RG nº MG163***** SSP/MG para responder pelas atribuições da Tesouraria do CIMMVI, a partir de 25 de agosto de 2026, sem percepção de remuneração adicional, até a nomeação de titular para o emprego de Tesoureiro ou nova deliberação da Presidência.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis-MG, 25 de agosto de 2026.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica – CIMMVI

Publicado por:
Vinicius Salomão Gontijo Bahia
Código Identificador:64131BC5

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 049/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 049/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada:** NATALIA MARQUES VIEIRA ROSA, CNPJ sob o nº 60.217.126/0001-44.
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026. **Vigência:** 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 21/07/2026.

Patos de Minas/MG,24 de agosto de 2026.

BETÂNIA ENEIDA DE MORAIS SILVA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:7582B6E7

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 060/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 060/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada:** CAMILA FERNANDES SERVIÇOS MEDICOS LTDA, CNPJ sob o nº 64.259.692/0001-70.
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 23/07/2026.

Patos de Minas/MG,24 de agosto de 2026.

BETÂNIA ENEIDA DE MORAIS SILVA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:D6150E81

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 078/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 078/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada:** ISOLETA BOMTEMPO MEDICINA LTDA, CNPJ sob o nº 61.638.119/0001-89.
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 06/08/2026.

Patos de Minas/MG,24 de agosto de 2026.

BETÂNIA ENEIDA DE MORAIS SILVA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:7C3D019B

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 144/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 144/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada:** THAINA MIQUELANTI SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ sob o nº 52.677.517/0001-13.
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos

municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 14/08/2026.

Patos de Minas/MG,24 de agosto de 2026.

BETÂNIA ENEIDA DE MORAIS SILVA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:F0614452

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 145/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 145/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada:** ANDRESSA LOPES BRANT MONCAO LTDA, CNPJ sob o nº 26.430.937/0001-90.
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 17/08/2026.

Patos de Minas/MG,24 de agosto de 2026.

BETÂNIA ENEIDA DE MORAIS SILVA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:2CBB0B46

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 146/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 146/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada:** CLINICA MEDICA FLAVIO GONCALVES LTDA, CNPJ sob o nº 252.677.517/0001-13.
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 18/08/2026.

Patos de Minas/MG,24 de agosto de 2026.

BETÂNIA ENEIDA DE MORAIS SILVA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:E5D1499A

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 150/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 150/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada:** DEBORA L DA SILVA, CNPJ sob o nº 27.255.368/0001-57.
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 14/08/2026.

Patos de Minas/MG,24 de agosto de 2026.

BETÂNIA ENEIDA DE MORAIS SILVA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:2CDEE4D0

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISDESTE - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATENDIMENTO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PARA MACRO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE PARA GERENCIAMENTO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA MACRO SUDESTE - CISDESTE
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

PROCESSO Nº 031/2026 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA para fornecimento, instalação, configuração, testes e entrega técnica assistida de SISTEMA COMPLETO DE SONORIZAÇÃO destinado a 6ª CEOA/HANGAR, no âmbito da parceria institucional firmada entre o CBMMG, o Consórcio Intermunicipal de Saúde para Gerenciamento da Rede de Urgência e Emergência da Macro Sudeste e Leste do Sul (CISDESTE) e o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência Centro Sul (CISRU Centro Sul), conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência. O Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul torna público nos termos do §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o aviso de dispensa eletrônica. **As propostas deverão ser cadastradas no sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas através do endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br a partir do dia 25/08/2026 às 17:00 horas. A sessão pública desta Dispensa Eletrônica será realizada no dia 11/09/2026. A fase de lance será das 09:00 horas às 15:00 horas.** O Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos contendo todas as informações do certame estará disponível através

dos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br,http://www.cisdeste.saude.mg.gov.br/editais /licitacoes/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp.gov.br). Informações pelo telefone (32) 3250-0350 ou e-mail: licitacao@cisdeste.saude.mg.gov.br.

Juiz de Fora, 25/08/2026.

DANIEL VIEIRA DO CARMO
Agente de Contratação

Publicado por:
Márcia Castañon Lovisi Gualberto
Código Identificador:8ED22EF7

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIS LAGOS -CONSORCIO INTERMUNIC.DE SAUDE MUNIC.REG LG SUL MINAS

CISLAGOS
EDITAL DE LEILÃO ELETRONICO

O consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas Gerais – CISLAGOS, através de seu Setor de Licitação, torna público o Processo Licitatório 52/2026, Leilão Eletrônico nº 01/2026, para a "Alienação de 01 (um) veículo automotor pertencente ao patrimônio do CISLAGOS, sendo um Fiat Palio Weekend ELX 1.4 MPI Fire Flex 8V, placa HMN-3943, com aproximadamente 205.748 km rodados, no estado de conservação em que se encontra". O respectivo Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados no site http://www.cislagos.com.br/licitacao. Maiores informações poderão ser obtidas no e-mail juridico@cislagos.com.br.

EDSON NOGUEIRA LUZ FILHO
Agente de Contratação

Publicado por:
Paschoal Petrocino
Código Identificador:54AD6F1E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA

CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2026

Extrato do contrato nº 158/2026 – Processo Licitatório n° 35/2026 – Pregão Eletrônico n° 16/2026, contratação da prestação de serviços de cobrança automática de tarifa de pedágio, firmado entre o CISMEV – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Rio das Velhas e a empresa Prime Consultoria Empresarial LTDA. Vigência: 12 meses, a partir de 01/09/2026 até 31/08/2027. Valor Total estimado R$ 206.234,40 (duzentos e seis mil, duzentos e trinta e quatro reais, e quarenta centavos). Assinatura: 21/08/2026.

Publicado por:
Elisa Rodrigues Fonseca
Código Identificador:D0420025

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMISEL – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE SETE LAGOAS

CISMISEL
CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2026
O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Sete Lagoas - CISMISEL, através do Departamento de Licitações e Compras, torna público aos interessados o vencedor do Processo Licitatório n° 62/2026, na modalidade Pregão Eletrônico n° 12/2026 cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS/MG.** *Celebra o contrato administrativo nº 20/2026, com a contratada* ***AHAPS SAUDE LTDA****, com valor global R$ 1.636.755,00 (um milhão, seiscentos e trinta e seis mil setecentos e cinquenta e cinco reais), vigência – 12 (doze) meses.*

Mais informações poderão ser obtidas através do telefone (31) 3773-2547.

Sete Lagoas/MG, 25 de agosto de 2026.

JÚLIA TEIXEIRA RIBEIRO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Júlia Teixeira Ribeiro
Código Identificador:BF2D413A

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISPARA - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026 - CONTROLE DE PRGAS E FAUNAS A PREVENTIVA LTDA

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ** torna público extrato do contrato nº 130/2026. **CONTRATADO CONTROLE DE PRAGAS E FAUNAS A PREVENTIVA LTDA OBJETO - contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de pragas e vetores urbanos, incluindo desinsetização, desratização, descupinização, controle de aracnídeos e animais peçonhentos, controle de insetos rasteiros e voadores, controle de aves (repelentes autorizados), bem como limpeza e higienização de caixas d'água, para atendimento sob demanda dos Municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal do Alto do Rio Pará – CISPARÁ ,** dar-se-á na forma da Lei nº 14.133/2021, e obedece aos termos do Pregão Eletrônico nº 05/2026, Processo Administrativo N° 18/2026 **VIGÊNCIA CONTRATUAL** - O prazo de vigência da contratação é de 12 doze meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de **(24/08/2026 a 24/08/2027**) **DOS VALORES** - O valor total do presente contrato é R$ 400,00 (quatrocentos reais)

Pará de Minas, 24 de agosto de 2026.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA –
Presidente.

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:CAF8773E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2025

PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2025
O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE torna público que celebrou a Prorrogação ao **Contrato Administrativo nº 110/2025** com a empresa **CONSULÓRIOS MÉDICOS IPATINGA LTDA**, referente ao **Processo Licitatório nº 010/2025** cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de consultas médicas especializadas, ficando prorrogada a vigência do contrato até **18 de**

Setembro de 2027, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.

Coronel Fabriciano/MG, 25 de agosto de 2026.

TATIANY FIRMINO
Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:08F22A26

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE MINAS GERAIS - CISAB SUL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE MINAS GERAIS - CISAB SUL
HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO COMPARTILHADA DE FERRAMENTAS OPERACIONAIS.

No uso das atribuições que me foram delegadas pela Resolução Nº 017, de 1º de setembro de 2023, ADJUDICO e HOMOLOGO o processo em face dos vencedores: HERICON FELIPE TRISTÃO NASCIMENTO, inscrita no CNPJ sob o n.º 39.327.884/0001-29, os itens 1, 3 ,5, 14, 15, 38, 40, 51, 71, 74, 76, 81, 83, 92, 95, 106, 108, 115, 118, 119, 125, 135 e 139, perfazendo o valor de R$55.809,00 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e nove reais); CASA 500 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 86.573.904/0001-21, os itens 2, 13, 36, 59, 62, 77, 87, 89, 93, 101, 102, 107, 131 e 137, perfazendo o valor de R$14.417,02 (quatorze mil, quatrocentos e dezessete reais e dois reais); REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 52.386.933/0001-62, os itens 4, 11, 12, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 41, 42, 44, 45, 61, 63, 90, 91, 94, 100, 103, 104, 105, 109, 110, 112, 114 e 122, perfazendo o valor de R$77.634,35 (setenta e sete mil, seiscentos e trinta e quatro reais e trinta e cinco centavos); HORIZONTE AZUL LICITA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 63.236.363/0001-40, os itens 6, 7, 10, 46, 47, 49, 52, 65, 67, 68, 75, 88, 117, 120 e 121, perfazendo o valor de R$23.531,90 (vinte e três mil, quinhentos e trinta e um reais e noventa centavos); GGV COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.236.131/0001-57, os itens 8, 9, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 39, 43, 48, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 70, 78, 79, 80, 82, 84, 96, 97, 98, 99, 113, 116, 123, 126, 128, 129, 133, 134, 136 e 138, perfazendo o valor de R$54.570,75 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e setenta reais e setenta e cinco centavos); ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGÓCIOS DIGITAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.323.297/0001-30, os itens 64, 69 e 111, perfazendo o valor de R$3.657,54 (três mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos); RESOLUTION BUSINESS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 50.998.809/0001-22, o item 66, perfazendo valor de R$3.429,86 (três mil, quatrocentos e vinte e nove reais e oitenta e seis centavos); ROSA CAFÉ IMPORTS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 51.053.659/0001-47, os itens 72 e 132, perfazendo o valor de R$5.576,78 (cinco mil, quinhentos e setenta e seis reais e setenta e oito centavos); PONTO DAS UTILIDADES SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 54.965.236/0001-91, os itens 73 e 86, perfazendo valor de R$5.373,00 (cinco mil, trezentos e setenta e três reais); ATRIUM INDUSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 46.423.434/0001-03, o item 130, perfazendo o valor de R$12.900 (doze mil, novecentos reais); totalizando um valor global de R$256.900,20 (duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos reais e vinte centavos). Os itens 60, 85, 124 e 127, foram declarados fracassados, pela ausência de fornecedores.

Relata-se nos autos que as empresas declaradas vencedoras comprovaram que preencheram os requisitos de habilitação e qualificação necessários à contratação, tendo sido escolhidas por atenderem todas as exigências do edital e seus anexos, inclusive, por apresentarem o menor preço dentre as empresas que participaram da disputa, desconsiderando as que foram desclassificadas e/ou inabilitadas.
Para prosseguimento, DETERMINO as seguintes providências:
I – Instaure-se o procedimento para contratação;
II – A Seção de Compras, para as publicações exigidas;
III – Por fim, encaminhe a ata aos entes participantes.

Boa Esperança – MG, 25 de agosto de 2026.

ELTON SANTOS LIMA BARRIOS
Diretor Superintendente

Publicado por:
Alais Reis Vargas
Código Identificador:0DB70BBC

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA-CISAMAPI

CISAMAPI
EXTRATO CANCELAMENTO ITEM DE ARP

Termo de cancelamento de item da ARP nº 79/2025, celebrada entre o Consórcio Intermunicipal De Saúde Da Microrregião Do Vale Do Piranga - CISAMAPI e a empresa **NOVA MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ n° 41.365.113/0001-78**. Objeto: Cancelamento do Item 140 (ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, DOSAGEM: 10MG + 250MG), da Ata de Registro de Preços n° 79/2025, firmada com a empresa NOVA MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ n° 41.365.113/0001-78, que tem por objeto o Registro de preços para aquisição de medicamentos para a farmácia do CISAMAPI e municípios consorciados.

Publicado por:
Aline Gomes Santana
Código Identificador:4F66ED06

CISAMAPI
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Apostilamento, celebrado entre o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI e **COMERCIAL TRES ACORDES EIREL**, inscrito no CNPJ n° 32.850.995/0001-76, bem como, **Meta X Industria e Comércio LTDA**, inscrito no CNPJ n° 18.493.830/0001-63. Objeto: Inclusão de dotação orçamentária para TRANSPOSIÇÃO, com o intuito de efetuar a aquisição de materiais permanentes.

Publicado por:
Aline Gomes Santana
Código Identificador:E5CBC527

CISAMAPI
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo ao **Contrato 50/2025**, celebrado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI e a empresa **EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA, inscrito no CNPJ n° 37.278.673/0001-18**. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do contrato originalmente firmado, a mesma terá início em 24/08/2026 e vigerá até 23/08/2027.

Publicado por:
Aline Gomes Santana
Código Identificador:19FF50E1

CISAMAPI
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo ao **Contrato 53/2025**, celebrado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI e a empresa **JSOLAR INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA, inscrito no CNPJ n° 36.393.929/0001-75**. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do contrato originalmente firmado, a mesma terá início em 28/08/2026 e vigerá até 27/08/2027.

Publicado por:
Aline Gomes Santana
Código Identificador:376A6BE8

CISAMAPI
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo ao **Contrato 52/2025**, celebrado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI e a empresa **Ponto das Utilidades Soluções Comerciais Ltda, inscrito no CNPJ n° 54.965.236/0001-91**. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do contrato originalmente firmado, a mesma terá início em 25/08/2026 e vigerá até 24/08/2027.

Publicado por:
Aline Gomes Santana
Código Identificador:DE8F6A48

CISAMAPI
PORTARIA-Nº-144-2026 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E CONTRATAÇÃO PARA EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga, no exercício de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a convocação de **Almiro Luna Xavier** para o cargo de Assistente Administrativo, em decorrência de sua aprovação em concurso público, por meio da Portaria nº 102/2026, publicada em 10 de junho de 2026;

CONSIDERANDO que o referido profissional irá se afastar das funções de Assistente Administrativo exercidas junto ao Programa VISA-CIS, deixando o respectivo emprego público temporário vago;

CONSIDERANDO que o cargo de Assistente Administrativo integra a Equipe Multiprofissional de Apoio à Vigilância em Saúde do Programa VISA-CIS, sendo indispensável à continuidade e regularidade da prestação dos serviços;

CONSIDERANDO que o candidato Ricardo Veiga de Miranda não se apresentou dentro do prazo previsto de 05 (cinco) dias conforme consta na Portaria 141/2006, publicada em 17 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica a candidata **Nara Luiza Teixeira Macedo**, convocada para contratação no emprego público temporário de **Assistente Administrativo**, no prazo de 05 (CINCO) dias junto ao Programa VISACIS.

Parágrafo Único. No prazo fixado no caput do artigo, o candidato deverá se apresentar ao setor de pessoal do CISAMAPI, na Avenida Ernesto Trivelato, 120, Bairro Triângulo, Ponte Nova - MG, no horário das 09:00 h às 11:00 h e de 13:00 h às 16:00 h, para formalização da contratação. Para tanto, deverá apresentar os documentos a seguir, não se admitindo pendências, quais sejam:
laudo médico favorável, fornecido pelo profissional ou junta médica designado pelo **CISAMAPI**;
original e fotocópia de comprovante de residência (contas de água, luz, telefone ou internet; ou declaração de residência com assinatura reconhecida em cartório).
original e fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;
original e fotocópia da Cédula de Identidade;
original e fotocópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
na hipótese de o candidato ser cidadão português a quem foi deferida igualdade nas condições previstas no § 1º do art. 12 da Constituição Federal, deverá ser apresentado documento expedido pelo Ministério da Justiça, reconhecendo a igualdade de direitos, obrigações civis e gozo dos direitos políticos, nos termos do Decreto Federal nº 70.436, de 18 de abril de 1972, e dos arts. 15 e 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal, celebrado em 22 de abril de 2000 e promulgado pelo Decreto Federal nº 3.927, de 17 de outubro de 2001; e documento de identidade de modelo igual ao do brasileiro, com a menção da nacionalidade do portador e referência ao tratado, nos termos do seu art. 22 do Decreto Federal nº 3.927, de 2001.
original e fotocópia do cartão de cadastramento no PIS/PASEP, se possuir (o candidato deverá consultar a Regularidade na Qualificação Cadastral do PIS/PASEP pelo endereço eletrônico da Previdência Social: https://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastrale caso a consulta apresente inconsistências, o candidato deve procurar o órgão competente para regularização e apresentar, durante o processo de admissão, documento comprobatório de regularização expedido pelo referido órgão);
original e fotocópia da Certidão de nascimento e comprovante de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
original da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
2 fotografias 3x4 recentes;
original e fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição dos dois turnos, quando houver, ou comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral, disponível no endereço eletrônico http://www.tse.gov.br;
original e fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);
original e fotocópia do comprovante de conclusão da escolaridade exigida para o exercício do Emprego Público (diploma registrado ou declaração ou atestado ou certificado de conclusão do curso emitido pela instituição de ensino);
declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio ou cópia da última declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), com o respectivo recibo emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
declaração de que não infringe o art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (acumulação remunerada de cargos, empregos e funções), bem como o disposto no art. 37, §10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública).
declaração de possuir disponibilidade para desempenhar atividades em jornadas de trabalho além do expediente ordinário, em dias considerados como feriados e folgas, para conclusão/término de trabalhos inadiáveis.

Art. 2º Ficam revogadas quaisquer disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Ponte Nova, 25 de agosto de 2026.

ÉDER ELÓI ALVES PENA
Presidente do CISAMAPI
Prefeito de Sem-Peixe

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:1D447409

CISAMAPI
RESOLUÇÃO N° 061 DE 19 DE AGOSTO DE 2026 - DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO PLURIANUAL DO CISAMAPI PARA O QUADRIÊNIO 2026 A 2029, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 046, DE 29 DE JULHO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dispõe sobre a alteração e atualização do Planejamento Plurianual do CISAMAPI para o quadriênio 2026 a 2029, nos termos da Resolução nº 046, de 29 de julho de 2025, e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, em cumprimento a deliberação da Assembleia Geral do Consórcio,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica aprovada a alteração e atualização do Planejamento Plurianual do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, para o quadriênio 2026 a 2029, originalmente aprovado pela Resolução nº 046, de 29 de julho de 2025, conforme disposições estabelecidas nesta resolução.

Art. 2º As alterações aprovadas por esta resolução referem-se à atualização dos Quadros de Detalhamento das Receitas e das Despesas por Fonte que compõem o Anexo II da Resolução nº 046/2025, conforme os seguintes instrumentos:

– Quadro de Detalhamento das Receitas atualizado, conforme Anexo I da presente resolução;

– Quadro de Detalhamento das Despesas por Fonte atualizado, conforme Anexo II da presente resolução.

CAPÍTULO II

DAS ALTERAÇÕES NO PLANEJAMENTO PLURIANUAL

Art. 3º O Anexo II da Resolução nº 046/2025 passa a vigorar com as alterações decorrentes da atualização dos quadros orçamentários conforme disposto no Anexo desta Resolução.

Art. 4º A atualização dos Quadros de Detalhamento das Receitas e das Despesas por Fonte substitui, em sua totalidade, os quadros anteriormenteaprovados como Anexo II da Resolução nº 046/2025, para todos os efeitos legais e contábeis.

CAPÍTULO III

DA ADEQUAÇÃO DAS DESPESAS

Art. 5º As despesas programadas para o quadriênio 2026 a 2029 ficam ajustadas conforme o Quadro de Detalhamento das Despesas por Fonte que consta como Anexo II desta resolução, observadas as seguintes diretrizes:

– manutenção da estrutura orgânica do CISMAPI, com os Órgãos e Unidades orçamentárias atualmente constituídos;

– preservação dos objetos de contrato de programa de caráter contínuo, conforme Anexo I da Resolução nº 046/2025;

– observância aos critérios de transferência financeira estabelecidos nos arts. 5º e 6º da Resolução nº 046/2025;

– adequação dos valores das despesas às novas estimativas de receitas, observado o equilíbrio entre receitas e despesas em cada exercício.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva do CISAMAPI providenciará a atualização dos instrumentos de planejamento decorrentes desta resolução, inclusive os contratos de programa e de rateio, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta resolução.

CAPÍTULO IV

DA VIGÊNCIA E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica a Secretaria Executiva e o órgão de contabilidade do CISAMAPI autorizados a adotar todas as medidas necessárias à implementação do disposto nesta resolução, inclusive a promoção das adequações nos sistemas de planejamento, orçamento e contabilidade do consórcio.

Ponte Nova, 19 de agosto de 2026.

ÉDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito do Município de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:2D6568BD

CISAMAPI

RESOLUÇÃO N° 063 DE 19 DE AGOSTO DE 2026 - DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO DO VALOR ANUAL DO RATEIO DEVIDO PELOS MUNICÍPIOS EM RAZÃO DA PARTICIPAÇÃO COMO ENTE PÚBLICO CONSORCIADO AO CISAMAPI.

Dispõe sobre atualização do valor anual do rateio devido pelos Municípios em razão da participação como Ente público consorciado ao CISAMAPI.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI, no exercício das atribuições legais que lhe confere a o contrato consolidado de consórcio público do CISAMAPI, em cumprimento a deliberação da Assembleia Geral, faz expedir a presente resolução:

Art. 1° O valor anual do rateio a ser pago pelos Municípios em favor do CISAMAPI, mediante contrato de rateio, fica atualizado monetariamente, passando a vigorar, para o exercício financeiro de 2027, no montante de R$ 1.606.002,60 (um milhão, seiscentos e seis mil, dois reais e sessenta centavos).

§1° As despesas custeadas pelos contratos de rateio poderão ser classificadas nos seguintes elementos de despesa: 11, 13, 14, 16, 30, 33, 35, 36, 39, 40, 46, 49, 91, 92, 93 e 94, observadas a legislação orçamentária, a natureza efetiva de cada despesa e a correspondente dotação consignada no orçamento anual.

§2°Estão expressamente excluídos do rateio a que se refere esta resolução as transferências financeiras dos Municípios ao Consórcio CISAMAPI vinculadas:

I - Aos contratos de programas vigentes ou que venham a ser firmados;

II – Às contratações apartadas do rateio a que se referem o inciso III da Instrução Normativa TCEMG n° 001/2026.

§3°O valor estabelecido no caput foi apurado considerando a seguinte metodologia de cálculo:

I – média mensal do índice: 2,85% ÷ 5 meses = 0,57% ao mês;

II – projeção anual do índice: 0,57% × 12 meses = 6,84% ao ano;

III – percentual final de atualização: 7% (sete por cento), definido com fundamento na projeção anual do índice e na estimativa das despesas indispensáveis à manutenção, à gestão e ao regular funcionamento do CISAMAPI durante o exercício financeiro de 2027.

§ 3º O valor global anual será distribuído de forma igualitária entre os Municípios consorciados, independentemente do grau de utilização individual dos serviços disponibilizados pelo Consórcio, observados os valores anuais e mensais discriminados no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2° O valor atualizado constante do art. 1° será devido a partir de 1° de janeiro de 2027 tendo por referência os contratos de rateios a serem firmados para o exercício de 2027.

Art. 3° Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, 19 de agosto de 2026.

ÉDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:42F6DE68

CISAMAPI

RESOLUÇÃO N° 065 DE 19 DE AGOSTO DE 2026 - REGULAMENTA O INCISO VIII DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 31 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCEMG Nº 01/2026 E DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DA AGENDA DE COMPROMISSOS PÚBLICOS E DAS ATAS DAS REUNIÕES PÚBLICAS

O Presidente do CISAMAPI, no exercício das atribuições legais que lhe confere a o contrato consolidado de consórcio público do CISAMAPI e,

CONSIDERANDO que o art. 31, parágrafo único, inciso VIII, da Instrução Normativa TCEMG nº 01/2026 determina a divulgação de agenda de compromissos públicos e atas de reuniões públicas pelos entes fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO que a Assembleia Geral do CISAMAPI deliberou pela regulamentação do referido dispositivo, determinando a edição de ato normativo próprio para disciplinar a matéria no âmbito do Consórcio;
CONSIDERANDO que o princípio constitucional da publicidade, consagrado no art. 37, caput, da Constituição Federal, impõe à administração pública o dever de transparência de seus atos;
CONSIDERANDO que a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) estabelece, em seu art. 8º, o dever de transparência ativa, determinando que os órgãos e entidades públicas divulguem informações de interesse coletivo independentemente de requerimento;
CONSIDERANDO que a Lei de Governo Digital (Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021) define, em seu art. 4º, inciso XI, a transparência ativa como a disponibilização de dados pela administração pública independentemente de solicitações, e consagra, em seu art. 3º, inciso IV, a transparência na execução dos serviços públicos como princípio da eficiência pública;
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar de forma objetiva quais compromissos se sujeitam ao dever de divulgação, distinguindo as reuniões públicas e audiências dos atos de gestão interna do Consórcio;

CONSIDERANDO a importância de preservar a eficiência da administração do CISAMAPI, excluindo do dever de divulgação as reuniões internas, os despachos administrativos e as atividades de gestão ordinária, sem prejuízo da transparência dos atos decisórios finais;
RESOLVE:

CAPÍTULO I

Objeto, Âmbito e Definições

Art. 1º Esta Resolução regulamenta a divulgação da agenda de compromissos públicos e das atas das reuniões públicas no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI, em cumprimento ao disposto no art. 31, parágrafo único, inciso VIII, da Instrução Normativa TCEMG nº 01/2026.

Art. 2º Esta Resolução se aplica aos agentes públicos ocupantes de empregos de direção do CISAMAPI, aos demais empregados públicos do CISAMAPI, incluídos os servidores públicos cedidos ao CISAMAPI.

Art. 3º Para os fins desta Resolução, consideram-se:
I - Agenda de compromissos públicos: o registro publicado em transparência no sítio oficial do CISAMAPI na internet, contendo todas as reuniões públicas, audiências e eventos públicos de que participe o agente público no exercício de suas funções, ainda que realizados por meios não presenciais, devendo a agenda conter as informações previstas no art. 5º desta Resolução que ficará disponível para consulta pública pelo prazo mínimo de cinco anos, nos termos do art. 10.
II - Reunião pública: o encontro entre agente público do CISAMAPI e uma ou mais pessoas externas ao Consórcio, em que não haja representação privada de interesses, abrangendo encontros com agentes de outros órgãos e entidades da administração pública, de quaisquer Poderes e entes federativos, bem como com representantes de organismos internacionais, governos estrangeiros e blocos econômicos.

III - Audiência: o compromisso presencial ou virtual entre agente público do CISAMAPI e agente privado em que haja representação privada de interesses, assim entendida a interação destinada a influenciar processo decisório da administração pública com relação a formulação, implementação ou avaliação de estratégia de governo ou de política pública; edição, revogação ou alteração de ato normativo; planejamento de licitações e contratos; ou edição, alteração ou revogação de ato administrativo.
IV - Reunião interna: o encontro entre agentes públicos do próprio CISAMAPI para tratar de assuntos de gestão ordinária do Consórcio, incluindo a organização de rotinas administrativas, a coordenação de equipes, o planejamento operacional e as deliberações preparatórias, não sujeito ao dever de divulgação de agenda e ata, nos termos do art. 8º desta Resolução.
V - Despacho interno: o encontro entre o Presidente do CISAMAPI e membros da equipe técnica, assessores ou demais agentes públicos do Consórcio para tratar de assuntos administrativos internos, análise de documentos, orientações de gestão e demais matérias de natureza interna, não sujeito ao dever de divulgação de agenda e ata, nos termos do art. 8º desta Resolução.
VI - Evento público: a atividade aberta ao público, geral ou específico, de que participe o agente público, tais como congressos, seminários, convenções, solenidades, fóruns, conferências, audiências públicas e atividades similares, presenciais ou virtuais.
VII - Agente privado: a pessoa física ou jurídica de direito privado que interaja com agente público do CISAMAPI, incluindo empresas, associações, sindicatos, entidades de classe, organizações não governamentais, escritórios de advocacia, partidos políticos e pessoas físicas que atuem em nome próprio ou de terceiros, incluída a hipótese de atividade na condição de servidor público de outro ente ou órgão que não descaracteriza a atuação como agente privado quando a pessoa participar do compromisso representando interesse privado próprio ou de terceiros, e não o interesse da instituição pública a que pertence.

Art. 4º A divulgação da agenda de compromissos públicos e das atas de reuniões públicas observará os princípios da publicidade, da transparência ativa, da eficiência e da razoabilidade, assegurando ao cidadão o acesso à informação em linguagem clara e compreensível, conforme o art. 8º da Lei nº 12.527/2011.

CAPÍTULO II

Da Divulgação da Agenda de Compromissos Públicos

Art. 5º A agenda de compromissos públicos será divulgada no sítio oficial do CISAMAPI na internet, em seção específica de fácil acesso, e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações para cada compromisso registrado:
I - Data, horário de início e horário de término;
II - Local de realização, quando presencial, ou indicação da plataforma virtual utilizada;
III - Nome completo dos participantes externos e identificação do órgão, entidade, empresa ou instituição que representam;
IV - Descrição objetiva e clara dos assuntos tratados, que permita ao cidadão compreender o tema da reunião ou audiência sem necessidade de conhecimento técnico prévio;
V - Lista dos agentes públicos do CISAMAPI presentes ao compromisso.
§ 1º Na hipótese de evento público de que participe o agente público, fica dispensada a indicação da lista de participantes externos, bastando a descrição do evento, a data, o horário e o local de realização.
§ 2º A descrição dos assuntos tratados não poderá conter informações pessoais de participantes, dados protegidos por sigilo legal ou informações estratégicas cuja divulgação possa comprometer a atuação institucional do CISAMAPI, observados os limites da Lei de Acesso à Informação.

Art. 6º Os compromissos públicos deverão ser publicados na agenda em até sete dias corridos contados da data de sua realização, prazo em que o registro deverá estar completo e disponível para consulta pública.
§ 1º Os compromissos previamente agendados que não se realizarem deverão constar da agenda com a anotação de cancelamento, registrando o motivo quando disponível.
§ 2º Os compromissos realizados sem prévio agendamento e as alterações ocorridas em compromissos previamente agendados, inclusive quanto aos participantes e aos assuntos tratados, deverão ser registrados na agenda de compromissos públicos em até dois dias úteis após a sua realização.

Art. 7º A agenda de compromissos públicos será divulgada diariamente no sítio oficial do CISAMAPI, com atualização permanente, assegurando que as informações reflitam com fidelidade os compromissos realizados e os programados.

Parágrafo único. Os agentes públicos obrigados deverão registrar em suas agendas os períodos em que não houver compromissos públicos, bem como os períodos destinados a despachos internos, garantindo ao cidadão a informação sobre a disponibilidade do agente.

CAPÍTULO III

Da Divulgação das Atas das Reuniões Públicas

Art. 8º Para cada reunião pública, audiência e evento público realizado no âmbito do CISAMAPI, será elaborada ata destinada a documentar oficialmente os trabalhos, as discussões e as deliberações ocorridas.
§ 1º A ata conterá, no mínimo:
I - Data, horário de início e horário de término da reunião;
II - Local de realização ou plataforma virtual utilizada;
III - Identificação dos participantes, com indicação do órgão, entidade, empresa ou instituição que representam;
IV - Pauta dos assuntos tratados;
V - Resumo das discussões, das manifestações e das deliberações adotadas;
VI - Encaminhamentos aprovados e responsáveis por sua execução.
§ 2º A ata não poderá conter informações pessoais de participantes além das estritamente necessárias à identificação, nem dados protegidos por sigilo legal ou informações cuja divulgação possa comprometer a atuação institucional do CISAMAPI.

Art. 9º A ata será disponibilizada em versão prévia no sítio oficial do CISAMAPI em até sete dias corridos contados da realização da reunião, audiência ou evento público.
§ 1º A versão prévia poderá passar por ajustes até a aprovação final, que ocorrerá na reunião pública subsequente do mesmo tipo ou, quando não houver reunião subsequente, por procedimento de aprovação eletrônica entre os participantes.
§ 2º Aprovada a ata, a versão final substituirá a versão prévia no sítio oficial, mantendo-se o histórico completo de versões disponível para consulta pública.
§ 3º As atas aprovadas permanecerão disponíveis para consulta pública pelo prazo mínimo de cinco anos, contados da data da publicação da versão final, nos termos do art. 10 desta Resolução.

CAPÍTULO IV

Da Exclusão das Reuniões e Agendas Internas

Art. 10 Não se sujeitam ao dever de divulgação de agenda e ata previsto nesta Resolução as reuniões internas, os despachos administrativos e as atividades de gestão ordinária do CISAMAPI, assim entendidos aqueles que envolvam exclusivamente agentes públicos do próprio Consórcio e que não contem com a participação de pessoas externas.
§ 1º Enquadram-se na exclusão de que trata o caput, exemplificativamente:
I - Reuniões entre funcionários e dirigentes do CISAMAPI destinadas à organização administrativa e à coordenação de rotinas operacionais;
II - Despachos internos entre o Presidente do CISAMAPI e a equipe técnica para análise de documentos, orientações de gestão e deliberações administrativas cotidianas;
III - Reuniões preparatórias para as assembleias gerais, reuniões conselho de secretários, e para as reuniões da Secretaria Executiva ou Diretorias do Consórcio;
IV - Reuniões de planejamento interno, de gestão de pessoas e de avaliação de desempenho institucional;
V - Reuniões de assessoramento jurídico e técnico prestado por agentes públicos do próprio CISAMAPI, incluídas equipes de consultores e/ou auditores contratados pelo CISAMAPI.
§ 2º A exclusão prevista neste artigo não impede que, quando a reunião interna tiver por objeto a preparação de atos que envolvam direitos de terceiros ou que devam ser submetidos a controle externo, a respectiva ata integre o processo administrativo correspondente e seja disponibilizada nos autos, assegurado o acesso nos termos da Lei de Acesso à Informação.
Art. 11 A exclusão das reuniões internas do dever de divulgação fundamenta-se na necessidade de preservar a eficiência da gestão administrativa e a discricionariedade técnica inerente à formação das decisões internas do Consórcio, sem prejuízo da transparência ativa dos atos decisórios finais, em conformidade com o art. 3º, inciso IV, da Lei nº 14.129/ 2021.

CAPÍTULO V

Da Transparência Ativa e Disponibilização dos Registros

Art. 12 A agenda de compromissos públicos e as atas de reuniões públicas serão divulgadas obrigatoriamente no sítio oficial do CISAMAPI na internet, em seções específicas e de fácil acesso, identificadas respectivamente como "Agenda de Compromissos Públicos" e "Atas de Reuniões Públicas".

Art. 13 Os registros serão disponibilizados em formato aberto e estruturado, que possibilite o acesso automatizado por sistemas externos e a gravação de relatórios em formatos eletrônicos não proprietários, em conformidade com o art. 8º, § 3º, incisos III e VIII, da Lei nº 12.527/2011.

Art. 14 Os registros da agenda de compromissos públicos e das atas de reuniões públicas permanecerão disponíveis para consulta pública pelo prazo mínimo de cinco anos, contados da data de publicação de cada compromisso ou ata.

Art. 15 Decorrido o prazo de cinco anos, os registros deverão compor banco de dados acessível e em formato aberto, mantido pelo CISAMAPI, para fins de pesquisa histórica, controle social e atendimento a requisições dos órgãos de controle externo.

Art. 16 O CISAMAPI adotará as medidas necessárias para garantir a autenticidade, a integridade e a atualização permanente das informações disponibilizadas, bem como a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais

Art. 17 Competirá a Secretaria Executiva do CISAMAPI, por ato próprio ou mediante delegação, expedir normas complementares para a operacionalização do disposto nesta Resolução, especialmente quanto à designação dos agentes públicos responsáveis pela alimentação e atualização dos registros, à definição dos procedimentos internos de coleta e revisão das informações e à implementação das ferramentas de busca e disponibilização de dados abertos no sítio oficial do Consórcio.

Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de 120 (cento e vinte) dias para implementação de todas as ações administrativas necessárias a implementação das disposições desta resolução.

Art. 18 Revogadas as disposições em contrário, esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, 19 de agosto de 2026.

ÉDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:601D07CC

CISAMAPI
RESOLUÇÃO N° 066 DE 19 DE AGOSTO DE 2026 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA CESSÃO DE EMPREGADO PÚBLICO PERTENCENTE AO QUADRO DE PESSOAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA — CISAMAPI QUE ESPECÍFICA EM FAVOR DO MUNI

Dispõe sobre a autorização para cessão de empregado público pertencente ao quadro de pessoal do

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga — CISAMAPI que específica em favor do Município de Piedade de Ponte Nova e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga, em cumprimento a deliberação da Assembleia faz expedir a presente resolução

Art. 1º - Fica autorizada a cessão do empregado público TIAGO TAVARES SILVA ALVARENGA, ocupante do emprego público de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, pertencente ao quadro de pessoal do CISAMAPI, para o Município de Piedade de Ponte Nova, por prazo indeterminado, com ônus para o referido Município, nos termos do art. 6º, §1º, III, da Lei nº 11.107/2005, e da Cláusula 13, §1º, do Contrato de Consórcio Público Consolidado do CISAMAPI.

Art. 2º A cessão de que trata o artigo anterior tem por finalidade exclusiva o exercício, pelo empregado cedido, de cargo comissionado no órgão jurídico do Município de Piedade de Ponte Nova, em observância ao disposto na Cláusula 32 do Contrato de Consórcio Público Consolidado do CISAMAPI.

Art. 3º Em decorrência da cessão autorizada deverá o Município de Piedade de Ponte Nova assumir integralmente todos os ônus decorrentes do ato, compreendendo a remuneração mensal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, além de eventuais benefícios e vantagens pecuniárias a que o empregado faça jus por força de lei ou contrato.

Art. 4º A cessão ora autorizada não acarreta o rompimento do vínculo empregatício do servidor com o CISAMAPI, permanecendo o empregado em situação de afastamento legal, assegurando-se-lhe o pleno direito à contagem do tempo de serviço para todos os fins legais, inclusive para efeitos de progressão funcional, anuênios e aperfeiçoamento profissional no âmbito do Consórcio.

Art. 5º A formalização do ato dar-se-á mediante Termo de Cessão específico a ser celebrado entre o CISAMAPI e o Município de Piedade de Ponte Nova, instrumento no qual deverão constar detalhadamente as obrigações, responsabilidades e o fluxo de ressarcimento entre as partes, observadas as disposições desta Resolução e a legislação federal aplicável.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral do CISAMAPI, retroagindo seus efeitos jurídicos e financeiros a 31 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Nova/MG, 19 de agosto de 2026.

ÉDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:4850B4CF

CISAMAPI
RESOLUÇÃO N° 067 DE 19 DE AGOSTO DE 2026 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA POR MEIO DE APLICATIVO DE MENSAGENS VISANDO DELIBERAÇÕES COLEGIADAS NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA GERAL E DO CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO C

Dispõe sobre a criação de sistema de votação eletrônica por meio de aplicativo de mensagens visando deliberações colegiadas no âmbito da Assembleia Geral e do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal da Microrregião de Saúde do Vale do Piranga – CISAMAPI, no exercício das atribuições que lhe confere a consolidação do contrato de consórcio público do CISAMAPI e

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre consórcios públicos e gestão associada de serviços públicos, e no Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que a regulamenta;

CONSIDERANDO a Consolidação do Contrato de Consórcio Público do CISAMAPI;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 (Lei do Governo Digital), que dispõe sobre a prestação de serviços públicos e o emprego de meios digitais no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública, bem como na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD);

CONSIDERANDO que o art. 4°, inciso I, alíneas “a” e “b” da Lei n° 14.063/2022 expressamente prevê e autoriza a utilização de assinatura eletrônica simples desde que seja possível identificar o seu signatário e que associa dados a outros dados em formato eletrônico do signatário;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir maior celeridade, eficiência e economicidade aos processos deliberativos do CISAMAPI, permitindo a tramitação de assuntos de natureza administrativa, financeira, técnica ou operacional que não demandem a convocação de reunião presencial ou virtual da Assembleia Geral ou do Conselho de Secretários Municipais de Saúde;

CONSIDERANDO que a utilização de aplicativos de mensagens, em especial o WhatsApp, consolidou-se como ferramenta eficaz de comunicação institucional entre os entes consorciados, dotada de elementos suficientes para assegurar a publicidade, a transparência e a autenticidade dos processos deliberativos;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, o Sistema de Votação Eletrônica por Aplicativo de Mensagens (SVEAM), destinado a viabilizar a deliberação colegiada remota da Assembleia Geral e do Conselho de Secretários Municipais de Saúde sobre assuntos de interesse do CISAMAPI que não justifiquem a realização de reunião presencial ou virtual.

Art. 2º O Sistema de Votação Eletrônica de que trata o artigo anterior será operado por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp, ou outro similar que venha a ser adotado por deliberação da Secretaria Executiva, observadas as disposições desta Resolução.

Art. 3º Compete à Secretaria Executiva do CISAMAPI promover, coordenar e supervisionar o processo de deliberação colegiada por meio do Sistema de Votação Eletrônica, competindo-lhe, especialmente:
I – Identificar os assuntos passíveis de deliberação por meio do sistema;
II – Convocar os membros competentes para participar do processo deliberativo;
III – Enviar a pauta e a documentação necessária à apreciação dos consorciados;
IV – Coordenar o recebimento das manifestações;
V – Consolidar os resultados e elaborar a ata sintética de deliberação;
VI – Disponibilizar o resultado final aos participantes;
VII – Providenciar o arquivamento dos registros de que trata o Art. 7º desta Resolução.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva, mediante ato próprio e específico, poderá delegar, no todo ou em parte, as atribuições previstas no caput e no art. 8° desta Resolução.

Art. 4º O Sistema de Votação Eletrônica poderá ser utilizado para deliberação sobre assuntos de natureza administrativa, financeira, técnica ou operacional que, em razão de sua urgência ou sumariedade, não justifiquem a convocação de reunião presencial ou virtual da Assembleia Geral ou do Conselho de Secretários Municipais de Saúde, a critério da Secretaria Executiva, com a anuência da Presidência do CISAMAPI.

Art. 5º Fica expressamente vedada a utilização do Sistema de Votação Eletrônica para deliberar sobre quaisquer matérias que constem das atribuições privativas da Assembleia Geral previstas nos incisos I a XIII da Cláusula 13ª da Consolidação do Contrato de Consórcio Público do CISAMAPI, as quais deverão obrigatoriamente ser objeto de deliberação em reunião formalmente convocada, nos termos regimentais aplicáveis.

Parágrafo único. A vedação de que trata o caput deste artigo aplica-se igualmente a quaisquer matérias que, por expressa disposição contratual, normativa ou legal, exijam deliberação em reunião presencial ou virtual da Assembleia Geral ou do Conselho de Secretários Municipais de Saúde.

Art. 6º O processo de deliberação por meio do Sistema de Votação Eletrônica observará, obrigatoriamente, os seguintes prazos e procedimentos:
§ 1º A convocação dos membros para participar do processo de deliberação será realizada por meio do próprio aplicativo de mensagens, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis em relação à abertura do processo de deliberação, devendo constar da convocação:
I – A descrição clara e objetiva do assunto a ser deliberado;
II – A documentação necessária à compreensão da matéria;
III – A indicação dos prazos de abertura e encerramento do processo de deliberação;
IV – A identificação do órgão deliberante (Assembleia Geral ou Conselho de Secretários Municipais de Saúde);
§ 2° O quórum para as deliberações será sempre de maioria simples, desde que pelo menos a maioria absoluta dos consorciados participem da votação, sendo expressamente vedada a realização de deliberação em que seja exigido quórum qualificado de 2/3 ou de maioria absoluta.
§ 3º O processo de deliberação, que consiste no período destinado ao recebimento das manifestações dos membros sobre a matéria submetida à apreciação, ficará aberto por prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis, contados do transcurso do prazo de convocação previsto no § 1º, sendo que ambos os prazos serão contados e realizados integralmente por meio do aplicativo de mensagens.

§ 4º Durante o período de deliberação, cada município consorciado, por intermédio de seu representante legal, deverá manifestar-se de forma expressa e inequívoca, podendo votar a favor, contra ou abster-se, sendo que o silêncio não será interpretado como concordância ou discordância.
§ 5º Findo o prazo de deliberação, a Secretaria Executiva consolidará as manifestações recebidas, apurará o resultado e providenciará a lavratura da ata de que trata o Art. 8º desta Resolução.

Art. 7º Todas as manifestações dos participantes no processo de deliberação eletrônica deverão ser objeto de captura de tela (print) pelo aplicativo de mensagens ou por outra ferramenta tecnológica equivalente, sendo tais registros arquivados e mantidos sob a guarda da Secretaria Executiva pelo prazo de 05 (cinco) anos, como comprovação documental do processo deliberativo.
§ 1º Os prints de que trata o caput deste artigo deverão conter, de forma legível e completa:
I – A identificação do remetente da mensagem;
II – A data e hora da manifestação;
III – O conteúdo integral da manifestação.
§ 2º Os referidos registros poderão ser substituídos por exportação eletrônica completa do histórico de conversas, desde que a ferramenta utilizada garanta a integridade e a autenticidade das informações.
§ 3º A Secretaria Executiva adotará as medidas técnicas e organizacionais necessárias à proteção dos dados pessoais eventualmente contidos nos registros de que trata este artigo, em observância à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

Art. 8º Ao final de cada processo de deliberação, a Secretaria Executiva elaborará ata sintética contendo, no mínimo:
I – A data e o horário de abertura e encerramento do processo de deliberação;
II – A descrição do assunto objeto da deliberação;
III – A identificação dos municípios consorciados que participaram do processo;
IV – As manifestações individuais de cada município consorciado, com o respectivo sentido do voto (favorável, contrário ou abstenção);

V – O resultado final da deliberação, com a indicação do quórum de aprovação;
VI – A indicação dos prints anexados como documentos comprobatórios.
§ 1º A ata sintética será submetida à assinatura do Secretário Executivo e do Presidente do CISAMAPI, podendo ser utilizada assinatura eletrônica, nos termos da Cláusula 54ª da Consolidação do Contrato de Consórcio Público.
§ 2º A ata sintética será disponibilizada a todos os municípios consorciados e arquivada na sede do CISAMAPI, integrando o acervo documental do Consórcio.
§ 3º A ata sintética será submetida à ratificação na primeira reunião presencial ou virtual da Assembleia Geral que se realizar após a sua lavratura, para fins de registro e publicidade.

Art. 9° Os casos omissos nesta Resolução serão dirimidos pela Secretaria Executiva, mediante anuência da Presidência do CISAMAPI, ouvido o órgão jurídico do CISAMAPI.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, 19 de agosto de 2026.

ÉDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:6130F74C

CISAMAPI
RESOLUÇÃO N° 068 DE 19 DE AGOSTO DE 2026 - ESTABELECE A CRIAÇÃO DA DIRETORIA CLÍNICA E DA COMISSÃO DE ÉTICA MÉDICA NO ÂMBITO DO CISAMAPI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Estabelece a criação da Diretoria Clínica e da Comissão de Ética Médica no âmbito do CISAMAPI e dá outras providências

O Presidente do Consórcio Intermunicipal da Microrregião de Saúde do Vale do Piranga – CISAMAPI, no exercício das atribuições que lhe confere a consolidação do contrato de consórcio público do CISAMAPI e

CONSIDERANDO o disposto no art. 15 da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, que estabelece que os cargos ou funções de chefia de serviços médicos somente podem ser exercidos por médicos habilitados na forma da lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 28 do Decreto-Lei nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932, que declara que qualquer organização hospitalar ou de assistência médica, pública ou privada, obrigatoriamente tem que funcionar com um diretor técnico, habilitado para o exercício da Medicina, como principal responsável pelos atos médicos ali realizados;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, que estabelece que as pessoas jurídicas prestadoras de assistência médica estão sob a ação disciplinar e de fiscalização dos Conselhos de Medicina;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013 (Lei do Ato Médico), em especial o inciso II do art. 5º, que disciplina ser ato privativo do médico a coordenação e supervisão vinculadas, de forma imediata e direta, às atividades privativas de médico;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CFM nº 2.147, de 17 de junho de 2016, que estabelece normas sobre a responsabilidade, atribuições e direitos de diretores técnicos, diretores clínicos e chefias de serviço em ambientes médicos;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CFM nº 2.152, de 30 de setembro de 2016, que estabelece normas de organização, funcionamento, eleição e competências das Comissões de Ética Médica dos estabelecimentos de saúde;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Plenária CRMMG nº 317, de 21 de agosto de 2009, que dispõe sobre o funcionamento da Diretoria Clínica e das Comissões de Ética Médica nos estabelecimentos de saúde do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO que o CISAMAPI, na condição de pessoa jurídica de direito público de natureza autárquica intermunicipal, enquadra-se como estabelecimento de assistência à saúde sob cuja égide se exerce a Medicina, nos termos do art. 1º da Resolução CFM nº 2.152/2016;

CONSIDERANDO que as funções de direção clínica e de membro de Comissão de Ética Médica constituem múnus público, caracterizando-se como função de interesse social, sem que decorra qualquer tipo de remuneração ou retribuição pecuniária específica pelo seu exercício;

CONSIDERANDO que a criação da Diretoria Clínica e da Comissão de Ética Médica no âmbito do CISAMAPI não estabelece nem caracteriza vínculo empregatício ou relação de trabalho subordinado, habitual e com pessoalidade, tratando-se de funções de natureza honorífica e institucional;

CONSIDERANDO, finalmente, a deliberação da Assembleia Geral do CISAMAPI em reunião realizada em 29 de julho de 2026, que aprovou a presente resolução,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO DA DIRETORIA CLÍNICA E DA COMISSÃO DE ÉTICA MÉDICA

Art. 1º Ficam instituídos, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI:
I – A Diretoria Clínica, nos termos dos arts. 1º e 4º da Resolução CFM nº 2.147/2016 e do art. 1º da Resolução Plenária CRMMG nº 317/2009.
II – A Comissão de Ética Médica, nos termos do art. 1º da Resolução CFM nº 2.152/2016 e dos arts. 2º e 7º da Resolução Plenária CRMMG nº 317/2009.

Art. 2º A Diretoria Clínica e a Comissão de Ética Médica de que trata esta Resolução são órgãos de coordenação, supervisão e fiscalização ético-profissional, dotados de autonomia técnica e funcional em relação à atividade administrativa do CISAMAPI, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial as Resoluções CFM nº 2.147/2016 e nº 2.152/2016 e a Resolução Plenária CRMMG nº 317/2009.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA DAS FUNÇÕES E DA AUSÊNCIA DE REMUNERAÇÃO
Art. 3° Ficam instituídas as seguintes funções no âmbito desta Resolução:
I – Diretor Clínico;
II – Vice-Diretor Clínico.
III – Membro da Comissão de Ética Médica composta de:
a) 03 (três) membros efetivos;
b) 03 (três) membro suplentes.

Art. 4º As funções de Diretor Clínico, Vice-Diretor Clínico e de membro da Comissão de Ética Médica do CISAMAPI possuem natureza de função de direção superior (Diretor e Vice-Diretor Clínico) e de função colegiada (membro da Comissão de Ética Médica), constituindo múnus público, entendido como função de interesse social, nos termos da legislação vigente e das normas editadas pelo Conselho Federal de Medicina e pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais.
§ 1º O exercício das funções de que trata o caput deste artigo não gerará, sob qualquer título ou forma, remuneração, vantagem pecuniária, gratificação, pró-labore ou qualquer outro tipo de retribuição financeira específica pelo seu desempenho.
§ 2º Fica expressamente vedada a percepção de qualquer retribuição pecuniária específica pela função diretiva ou colegiada de que trata esta Resolução, ressalvada a hipótese prevista no art. 6º, § 1º, da Resolução Plenária CRMMG nº 317/2009, se aplicável no caso concreto.
§ 3º Os membros da Comissão de Ética Médica desempenharão suas funções em caráter honorífico, nos termos do disposto na Resolução CFM nº 2.152/2016, que prevê expressamente que os integrantes das Comissões de Ética Médica eleitos na forma estabelecida na referida Resolução devem desempenhar suas funções em caráter honorífico e prestar serviço de relevância aos Conselhos Regionais de Medicina.

Art. 5º Fica expressamente declarado que as funções de Diretor Clínico, Vice-Diretor Clínico e de membro da Comissão de Ética Médica do CISAMAPI não constituem prestação de trabalho subordinado, não sendo habituais nem exercidas com pessoalidade no sentido trabalhista, não gerando, portanto, qualquer vínculo de emprego, relação de trabalho ou obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou celetista com o CISAMAPI.
§ 1º O exercício das referidas funções não configura relação de emprego regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) nem por qualquer outro regime trabalhista, por ausência de subordinação jurídica, não eventualidade e pessoalidade, elementos estes que não estão presentes na relação funcional ora estabelecida.
§ 2º As funções de que trata esta Resolução são exercidas em regime de autonomia técnica e independência funcional, próprias das atribuições de direção clínica e de fiscalização ético-profissional previstas nas Resoluções CFM nº 2.147/2016 e nº 2.152/2016 e na Resolução Plenária CRMMG nº 317/2009.

§ 3º O fato de o Diretor Clínico, Vice-Diretor Clínico ou membro da Comissão de Ética Médica manter, eventualmente, vínculo funcional, empregatício ou contratual direto ou indireto com o CISAMAPI não se confunde nem se estende ao exercício das funções de direção clínica ou de membro da Comissão de Ética Médica, que permanecem sem remuneração específica e sem natureza trabalhista, tratando-se de funções autônomas e independentes, instituídas exclusivamente para o cumprimento de finalidade de interesse público e social.
Art. 6º O Diretor Técnico do CISAMAPI deverá assegurar a total autonomia e o pleno funcionamento da Diretoria Clínica e da Comissão de Ética Médica no desempenho de suas atividades, prover as condições materiais e de tempo necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, nos termos do art. 10 da Resolução Plenária CRMMG nº 317/2009 e do art. 2º, § 3º, inciso III, da Resolução CFM nº 2.147/2016 e do art. 2º, § 1º, do Regulamento anexo à Resolução CFM nº 2.152/2016.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 7º A Diretoria Clínica do CISAMAPI, composta pelo Diretor Clínico e Vice-Diretor Clínico, observará as competências previstas no art. 5º e no art. 6º do Anexo da Resolução CFM nº 2.147/2016 e no art. 4º da Resolução Plenária CRMMG nº 317/2009, especialmente quanto as seguintes atribuições:
I – Dirigir e coordenar o corpo clínico do CISAMAPI;

II – Supervisionar a execução das atividades de assistência médica, comunicando ao Diretor Técnico as providências necessárias quanto às condições de funcionamento de equipamentos, abastecimento de medicamentos e insumos;
III – Zelar pelo fiel cumprimento do Regimento Interno do Corpo Clínico;
IV – Presidir as reuniões do Corpo Clínico;
V – Assegurar que a população dos Municípios consorciados recebam atendimento pelo CISAMAPI conforme as normas preconizadas pelo Conselho Federal de Medicina e pelo SUS;
VI – Enviar ao CRMMG a ata da eleição da Comissão de Ética Médica e da Diretoria Clínica;
VII – Informar ao CRMMG, por escrito, quando assumir ou deixar definitivamente o cargo;
VIII – Exercer as demais competências previstas nas normas expedidas pelo CFM e CRMMG..

Art. 8º A Comissão de Ética Médica do CISAMAPI terá as competências previstas no art. 5º do Regulamento anexo à Resolução CFM nº 2.152/2016 e no art. 7º da Resolução Plenária CRMMG nº 317/2009, especialmente quanto as seguintes atribuições:
I – Fiscalizar o exercício da atividade médica no âmbito do CISAMAPI, atentando para que as condições de trabalho, a liberdade, a iniciativa e a qualidade do atendimento estejam de acordo com os preceitos éticos e legais;
II – Instaurar procedimentos preliminares internos mediante denúncia formal ou de ofício;
III – Colaborar com o CRMMG na tarefa de discutir, divulgar e orientar os profissionais sobre temas relativos à ética médica;
IV – Atuar preventivamente, conscientizando o corpo clínico quanto às normas legais que disciplinam o comportamento ético;
V – Atuar de forma efetiva no combate ao exercício ilegal da medicina;
VI – Encaminhar ao CRMMG relatório semestral sobre as atividades realizadas, ou quando solicitado;
VII - Exercer as demais competências previstas nas normas expedidas pelo CFM e CRMMG.

CAPÍTULO IV

DA ELEIÇÃO E DOS MANDATOS

Art. 9º A eleição da Diretoria Clínica e da Comissão de Ética Médica do CISAMAPI reger-se-á pelo disposto pelas normas constantes das Resoluções CFM nº 2.147/2016 e nº 2.152/2016 e da Resolução Plenária CRMMG nº 317/2009 e, de forma complementar, pelos respectivos editais a serem expedidos.
§ 1º O processo eleitoral será supervisionado pelo CRMMG, competindo ao Diretor Clínico encaminhar ao CRMMG a ata da eleição para homologação e registro.
§ 2º A Diretoria Clínica será composta por Diretor Clínico e Vice-Diretor Clínico, eleitos em chapa, conforme disposto no art. 1º da Resolução Plenária CRMMG nº 317/2009.
§ 3º A Comissão de Ética Médica será composta por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, que elegerão, entre si, o Presidente e o Secretário, nos termos do art. 4º do Regulamento anexo à Resolução CFM nº 2.152/2016.

Art. 10. O mandato da Diretoria Clínica e da Comissão de Ética Médica do CISAMAPI será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da homologação da eleição pelo CRMMG, nos termos do disposto no Edital de Convocação nº 01/2026 e nas Resoluções CFM nº 2.147/2016 e nº 2.152/2016.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral do CISAMAPI, ouvidos o Diretor Técnico, a Diretoria Clínica e a Comissão de Ética Médica, observadas as disposições das Resoluções CFM nº 2.147/2016 e nº 2.152/2016 e da Resolução Plenária CRMMG nº 317/2009.

Art. 12. A criação da Diretoria Clínica e da Comissão de Ética Médica no âmbito do CISAMAPI deverá ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da vigência desta Resolução.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, 19 de agosto de 2026.

ÉDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:FE980036

CISAMAPI
RESOLUÇÃO Nº 058 DE 19 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre autorização para realização de alterações orçamentárias que específica.

O Presidente do CISAMAPI, no exercício das atribuições legais que lhe confere a o contrato consolidado de consórcio público do CISAMAPI, em cumprimento a deliberação da Assembleia Geral, faz expedir a presente resolução:

Art. 1º As alterações nos créditos iniciais do orçamento anual do CISAMAPI, para o exercício de 2027, poderão ser realizadas mediante créditos adicionais ou realocações orçamentárias.

Art. 2º Para os fins dessa resolução, considera-se:
I – Créditos adicionais: autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária anual, conforme estabelece o art. 40 da Lei 4.320, de 1964;
II – Realocações orçamentárias: alterações orçamentárias, sem suplementação ou adição de recursos, motivadas por reformas administrativas, reprogramações de ações governamentais e repriorização de gastos, consubstanciadas em remanejamentos, transposições ou transferências, excepcionalmente adotadas, conforme previsto no inciso VI do art. 167 da Constituição Federal.
III – Remanejamento: espécie de realocação orçamentária decorrente de reestruturação administrativa autorizada, tal como criação, fusão, transformação e extinção de órgão do Consórcio e que resulte na modificação exclusiva de atributo da classificação institucional da despesa.
IV – Transposição: espécie de realocação orçamentária no âmbito do programa de trabalho de um mesmo órgão e que resulte na modificação exclusiva de atributo da classificação programática preservando-se a classificação institucional, funcional e por fonte.
V – Transferência: espécie de realocação orçamentária por meio da qual se promove modificação na categoria econômica, mantendo-se a classificação institucional, funcional, programática e por fonte.
§1º A alteração orçamentária que não se enquadre no conceito de realocação orçamentária e suas espécies definidas nos incisos II a V deste artigo, será classificada como crédito adicional.
§2º Nos casos em que o orçamento do Consórcio realizar o detalhamento até a modalidade de aplicação, a modificação apenas do elemento de despesa não configurará crédito adicional ou realocação, devendo ser considerada alteração gerencial.
§3º A alocação dos créditos no orçamento anual deverá ser feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando vedada a consignação de recursos a título de transferência para unidades integrantes do orçamento, conforme previsto no art. 7º da Portaria Interministerial n. 163, de 4 de maio de 2001, que dispõe sobre normas gerais de consolidação das contas Públicas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em observância ao art. 51 da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 3º Ficam autorizadas:
I - As alterações orçamentárias na execução orçamentária de 2027 de remanejamento, transposição, transferência na forma disposta no *caput* do art. 2° desta Resolução, sem prejuízo da aplicação das autorizações contidas na resolução que a aprovou o orçamento do consórcio do exercício de 2027.

II – As alterações e/ou inclusão de fontes de destinação de recursos nas dotações orçamentárias;
III – As realocações de recursos financeiros entre serviços sob a gestão do Consórcio desde que seja previamente formalizada a alteração no contrato ou ato que autorizou a execução orçamentária delegada e/ou gestão associada de serviços de competência do Ente público delegante.

Art. 4º O Consórcio deverá disponibilizar em seu portal de transparência, as resoluções contendo as diretrizes, o orçamento e as autorizações de alteração orçamentária, além dos decretos de abertura e/ou alteração orçamentária.

Art. 5° A realização das disposições contidas nesta Resolução deverão observar, em qualquer caso, as normas de caráter orçamentário e financeiro previstas no art. 167 da Constituição da República de 1988, nas disposições contidas na Lei n° 4.320/1965, nas noras e orientações expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 6° Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em vigor a partir de 1° de janeiro de 2027.

Ponte Nova, 19 de agosto de 2026.

ÉDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:DD33AD73

CISAMAPI
RESOLUÇÃO Nº 060, DE 19 DE AGOSTO DE 2026 - DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO E OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Resolução n° 060 de 19 de agosto de 2026.

Dispõe sobre autorização de formalização de convênios de cooperação e outros instrumentos que específica e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI, no exercício das atribuições legais que lhe confere a o contrato consolidado de consórcio público do CISAMAPI, em cumprimento a deliberação da Assembleia Geral, faz expedir a presente resolução:

RESOLVE:

Art. 1º Fica o CISAMAPI, por intermédio da Presidência, ou mediante delegação, autorizado a formalizar convênio de cooperação com Entes públicos, visando a realização de gestão associada de serviços públicos vinculados às finalidades e objetivos do CISAMAPI.
Parágrafo único. O convênio de cooperação poderá prever a celebração de contrato de programa que tenha por objeto a gestão associada de serviços públicos vinculados às finalidades e objetivos do CISAMAPI, e poderá conter cláusula de transferência financeira pelo Ente público convenente ao CISAMAPI visando a cobertura de gastos e remuneração do CISAMAPI em razão da execução do objeto do convênio de cooperação e/ou contrato de programa, conforme o caso.

Art. 2° Nos termos do art. 62 da Lei Complementar N° 101, de 2000 referente a execução orçamentária do exercício de 2027, fica o CISAMAPI, por intermédio dos órgãos permanentes competentes, autorizado a realizar despesas de custeio e/ou despesas de capital em favor de outros Entes da Federação, consorciados ou não, limitada, em qualquer caso, aos valores constantes das rubricas orçamentárias constantes da resolução orçamentária do exercício financeiro de 2027 e seus respectivos créditos adicionais.

Art. 3º As transferências de recursos financeiros pelo CISAMAPI, consignadas no orçamento anual, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, a União, Estado ou outro Município consorciado ou não será efetivada mediante a prévia existência:
I - De dotação orçamentária específica;
II - Celebração de convênio entre o Município e o Ente estatal beneficiado.

Art. 4° Fica o CISAMAPI, por intermédio dos órgãos permanentes competentes autorizado, para fins do art. 62 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, a realizar custeio e/ou investimento em despesas de competência de outros Entes da Federação, desde que exista prévia dotação orçamentária e justificativa de interesse público vinculado às finalidades e objetivos do Consórcio.

Art. 5° Como recursos às despesas autorizadas nesta Resolução, utilizar-se-ão dotações do orçamento, inclusive decorrentes de créditos adicionais.

Art. 6° Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em vigor a partir de 1° de janeiro de 2027.

Ponte Nova, 19 de agosto de 2026.

ÉDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:2D136B64

CISAMAPI
RESOLUÇÃO Nº 062 DE 19 DE AGOSTO DE 2026 - ALTERA A RESOLUÇÃO CISAMAPI N° 26 DE 09 DE AGOSTO DE 2024 QUE DISPÕE SOBRE A RETENÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE E SUA REPARTIÇÃO NOS TERMOS DO ART. 158, CAPUT, INCISO I DA CONSTITUIÇÃO DA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI no exercício das atribuições legais que lhe confere ao contrato consolidado de consórcio público do CISAMAPI, em cumprimento a deliberação da Assembleia Geral, faz expedir a presente resolução:

Art. 1° A Resolução CISAMAPI n° 26 de 09 de agosto de 2024 fica alterada passando a vigorar acrescida do seguinte Art. 8°-A:.

"*Art. 8°-A Os valores oriundos do imposto de renda retido na fonte, em conformidade com o estabelecido pelo inciso XIV da cláusula 41ª da consolidação do contrato do consórcio c/c o art. 16 e arts. 22 a 29 da Instrução Normativa TCEMG n° 001/ 2026, será destinado ao CISAMAPI como repasse no âmbito do contrato de rateio.*
§1° O contrato de rateio deverá conter cláusula que preveja a destinação do imposto de renda retido na fonte ao consórcio nos pagamentos realizados pela própria entidade, observadas as disposições do Capítulo VII desta Instrução Normativa.
§2º Na hipótese prevista no caput, o contrato de rateio deve estimar a parcela do total do valor do contrato que será coberta com recursos do imposto de renda retido na fonte destinado ao consórcio.
§3º O valor do imposto de renda retido na fonte pelo consórcio que extrapolar o valor previsto no contrato de rateio ou em aditivo contratual deve ser recolhido aos cofres dos municípios consorciados, observados os critérios de apropriação constantes deste artigo, salvo de formalizado termo aditivo ao contrato de rateio e/ou novo contrato de rateio que evidencie a previsão/inclusão do eventual extrapolamento supramencionado.
§4° O produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte destinado ao consórcio será, para todos os efeitos, receita decorrente de contratos de rateio e só poderá ser reconhecido como receita

orçamentária do consórcio após a regular execução da despesa referente à transferência via contrato de rateio no município consorciado.
§5° A destinação do imposto de renda retido na fonte ao consórcio não descaracteriza a condição de receita tributária municipal, devendo ser mantidos os registros contábeis e os efeitos fiscais desse tipo de receita nos municípios.
§6° O consórcio deve informar o valor do imposto de renda retido na fonte atribuído a cada município consorciado no mesmo prazo que teria para recolhimento do tributo aos cofres municipais de acordo com a legislação tributária, de forma a garantir o cômputo tempestivo dessa receita nos demonstrativos fiscais dos municípios.
§7° O produto das retenções de imposto de renda sobre o pagamento de despesas rateáveis, e também para as despesas não rateáveis, observará os critérios de atribuição a cada município consorciado com base nos critérios estabelecidos nesta resolução."

Art. 2° Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, 19 de agosto de 2026.

ÉDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:366295A1

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
1º TERMO DE RETIFICAÇÃO – TERMO DE REFERÊNCIA

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Licitatório nº 042/2026
Pregão Eletrônico nº 009/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE: IMPRESSÃO (OUTSOURCING), DIGITALIZAÇÃO E REPROGRAFIA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES E BILHETAGEM, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS (COM TÉCNICO "ON SITE" E RESIDENTE), FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES, SUPRIMENTOS, INSUMOS/CONSUMÍVEIS ORIGINAIS (TONER, CILINDRO, UNIDADE DE IMAGEM E ETC.) EXCETO PAPEL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO – CISREC torna pública a presente retificação do Termo de Referência referente ao Pregão Eletrônico nº 009/2025, em razão da revisão e adequação dos itens e respectivas especificações, conforme alterações realizadas e disponibilizadas na plataforma eletrônica.

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DETALHADAS
Onde se lê

TIPO II – LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA A4

A gaveta de entrada deve suportar papel com gramatura mínima de 60 g/m² e máxima de 230 g/m²;

Leia-se

TIPO II – LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA A4

A gaveta de entrada deve suportar papel com gramatura mínima de **64 g/m² e máxima de 199 g/m²;**

Onde se lê

TIPO VII – LOCAÇÃO DE IMPRESSORA DE GRANDE FORMATO A0

Deve ser compatível com qualquer uma das principais linguagens de impressão padrão de mercado, incluindo HP-GL/2, HP RTL, PostScript, PDF, PCL e ESC/P;

Leia-se
7. TIPO VII – LOCAÇÃO DE IMPRESSORA DE GRANDE FORMATO A0

Deve ser compatível com qualquer uma das principais linguagens de impressão padrão de mercado, incluindo HP-GL/2, **HP RTL, PostScript, PDF e ESC/P;**

Onde se lê
TIPO IX – LOCAÇÃO DE IMPRESSORA DE PULSEIRA

Deve suportar papel com largura mínima de 21,4 mm e máxima de 112,0 mm;
O equipamento deverá suportar etiqueta papel comum (off-set), etiqueta fosca (couchê fosco), etiqueta brilhante (couchê brilho), etiqueta sintética (BOPP fosco), etiqueta brilhante (BOPP brilho), papel sanfonado (formulário contínuo sem remalina) e pulseira de papel de, no mínimo, 0,225 mm;

As dimensões máximas do equipamento não devem exceder 31 cm de largura, 28,3 cm de profundidade e 28,5 cm de altura;
O equipamento não deverá pesar mais do que 15 kg, excluindo os consumíveis;

Leia-se
TIPO IX – LOCAÇÃO DE IMPRESSORA DE PULSEIRA
Deve suportar papel com largura mínima de **25,4 mm e máxima de 108,0 mm**;
O equipamento deverá suportar etiqueta papel comum (off-set), etiqueta fosca (couchê fosco), etiqueta brilhante (couchê brilho), etiqueta sintética (BOPP fosco), etiqueta brilhante (BOPP brilho), papel sanfonado (formulário contínuo sem remalina) e pulseira de papel de, no mínimo, **0,254 mm**;

As dimensões máximas não se aplicam;

Peso máximo não se aplica;

Onde se lê
TIPO X – LOCAÇÃO DE IMPRESSORA DE ETIQUETA COLORIDA

Deve suportar papel com largura mínima de 21,4 mm e máxima de 112,0 mm;
O equipamento deverá suportar etiqueta papel comum (off-set), etiqueta fosca (couchê fosco), etiqueta brilhante (couchê brilho), etiqueta sintética (BOPP fosco), etiqueta brilhante (BOPP brilho), papel sanfonado (formulário contínuo sem remalina) e pulseira de papel de, no mínimo, 0,225 mm;

As dimensões máximas do equipamento não devem exceder 31 cm de largura, 28,3 cm de profundidade e 28,5 cm de altura;
O equipamento não deverá pesar mais do que 15 kg, excluindo os consumíveis;

Leia-se
TIPO X – LOCAÇÃO DE IMPRESSORA DE ETIQUETA COLORIDA

Deve suportar papel com largura mínima de **25,4 mm e máxima de 108,0 mm;**
O equipamento deverá suportar etiqueta papel comum (off-set), etiqueta fosca (couchê fosco), etiqueta brilhante (couchê brilho), etiqueta sintética (BOPP fosco), etiqueta brilhante (BOPP brilho), papel sanfonado (formulário contínuo sem remalina) e pulseira de papel de, no mínimo, **0,254 mm;**

As dimensões máximas não se aplicam;
Peso máximo não se aplica;

_____

Onde se lê
TIPO XI – LOCAÇÃO DE SCANNER DE MESA

Deve suportar gramaturas de papel de, no mínimo, 25 g/m² e, no máximo, 420 g/m²;

Dee possuir uma porta USB 3.0 ou superior.

Leia-se
TIPO XI – LOCAÇÃO DE SCANNER DE MESA

Deve suportar gramaturas de papel de, no mínimo, **gramaturas de 25 g/m² a 420 g/m²;**

Deve possuir uma **porta USB 2.0 ou superior.**

Com estas alterações, **fica alterada a data final para o envio das propostas até o dia 08/09/2026 (OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS).**

Permanecem **inalteradas e ratificadas** todas as demais disposições do Edital do Pregão Eletrônico e de seus anexos que não tenham sido expressamente modificadas por este Termo de Retificação.

Para mais informações e esclarecimentos relativos a esta retificação, poderão ser obtidas no setor de Licitações do CISREC, pelo telefone (31) 3712-1541 de segunda a sexta-feira no horário das 08h30min às 16h30min.

A cópia completa deste edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.licitardigital.com.br e www.cisrec.mg.gov.br

Matozinhos, 25 de agosto de 2026

HEVELLEN GABRIELE DA CRUZ CAVANHOLI
Pregoeira - CISREC

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:05F8802B

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
AVISO DE RETOMADA DO CERTAME E REPUBLICAÇÃO DO EDITAL

AVISO DE RETOMADA DO CERTAME E REPUBLICAÇÃO DO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de infraestrutura para eventos, compreendendo estruturas temporárias, equipamentos, serviços técnicos e apoio operacional, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao CISREC.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO – CISREC**, por intermédio da Gerência de Licitações, **TORNA PÚBLICA A RETOMADA** do Pregão Eletrônico nº 018/2025, após a conclusão da revisão e consolidação do Edital, do Termo de Referência e de seus anexos, realizada em decorrência da anulação parcial dos atos da fase externa anteriormente publicada.

Concluídas as providências de saneamento e as análises administrativas e jurídicas pertinentes, o **Edital retificado e seus anexos serão republicados**, ficando reaberto integralmente o prazo para apresentação de propostas e documentos de habilitação, em observância ao art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Fica estabelecida a nova data para realização da sessão pública em 08 de setembro de 2026, às 09h30min, por meio da plataforma **Licitar Digital**.
Os interessados deverão observar integralmente as disposições constantes do **Edital retificado e de seus anexos**, que passam a reger o certame para todos os fins.
Os licitantes que participaram da fase anteriormente anulada poderão apresentar **nova proposta e nova documentação**, em igualdade de condições com os demais interessados, considerando a reabertura integral do prazo do certame.
Permanecem preservados os atos preparatórios válidos e passíveis de aproveitamento, nos termos do ato de anulação parcial anteriormente publicado.

Publique-se.

Matozinhos/MG, 25 de agosto de 2026.

ARIANE ALVES RIBEIRO
Gerente de Licitações-CISREC

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:B2D9D48A

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
DESPACHO DO PREGOEIRO - SUSPENSÃO

DESPACHO DO PREGOEIRO - SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MEPRESA ESPECIALIZADA NA FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLEYGROUNDS PARA ÁREAS PÚBLICAS E ESCOLARES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISREC.

A Pregoeira do Consórcio Intermunicipal de Saúde e de Políticas de Desenvolvimento da Região do Calcário – CISREC torna público, para conhecimento dos interessados, que o Processo Licitatório nº 020/2026, Pregão Eletrônico nº 003/2026, fica SUSPENSO, a partir da publicação deste ato.

A suspensão se faz necessária para possibilitar a análise e revisão dos documentos que integram o certame, bem como a realização das adequações que se mostrarem necessárias, especialmente quanto às exigências constantes do Termo de Referência, de modo a assegurar maior clareza, precisão e adequação das condições estabelecidas, em observância aos princípios que regem as contratações públicas.

DETERMINO:
a suspensão do certame, até a conclusão das análises e das adequações que se mostrarem necessárias;
concluídas as análises e realizadas as eventuais adequações, sejam adotadas as providências pertinentes para o regular prosseguimento do certame, com a devida publicidade dos atos subsequentes.

Publique-se e cumpra-se.

Matozinhos/MG, 25 de agosto de 2026.

HEVELLEN GABRIELE DA CRUZ CAVANHOLI
Pregoeira-CISREC

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:4F5FEC7D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO 008/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO 008/2026

Processo Licitatório: 033/2026
Inexigibilidade: 008/2026
Credenciamento Eletrônico: 008/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE INTERESSADOS PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE PLATAFORMA TECNOLÓGICA INTEGRADA DESTINADA AO MONITORAMENTO, ANÁLISE, PROCESSAMENTO AUTOMATIZADO, VALIDAÇÃO METODOLÓGICA E GESTÃO OPERACIONAL DOS INDICADORES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE – APS, COM INTEGRAÇÃO AOS DADOS PROVENIENTES DO SISTEMA E-SUS APS, INCLUINDO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA E EVOLUTIVA.

No uso de minhas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital, após análise, conferência e deliberação, adjudico e homologo o procedimento em epígrafe.

Na qualidade de Secretario Executivo do CISREC e Autoridade Competente, adjudico e homologo o(s) lote(s) em favor das empresas devidamente habilitadas e homologadas na presente data, conforme condições estabelecidas no respectivo instrumento convocatório, a saber:

FORNECEDORES HABILITADOS	CNPJ	Valor
HORIZON INOVACAO E TECNOLOGIA LTDA	14.497.724/0001-05	R$ 1.540.000,00
MM SOL LTDA	28.926.408/0001-08	R$ 1.386.000,00
ORB GOVTECH LTDA	33.025.436/0001-94	R$ 1.386.000,00
VERSATEC TECNOLOGIA PARA GESTÃO PÚBLICA LTDA	22.598.920/0001-96	R$ 1.540.000,00
Assetec Informática LTDA - ME	03.652.023/0001-79	R$ 1.540.000,00
NOVETECH SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	05.621.288/0001-35	R$ 1.540.000,00
EVOLUTI CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA	59.228.605/0001-87	R$ 1.540.000,00
M. A. P. LINS LTDA	31.291.580/0001-47	R$ 1.540.000,00
RDL SISTEMAS E APLICATIVOS LTDA	45.215.106/0001-40	R$ 1.540.000,00
VIVVER SISTEMAS LTDA	03.381.389/0001-50	R$ 1.540.000,00
AI.BRAZIL TECHNOLOGIES & DATACENTER LTDA	45.908.107/0001-70	R$ 1.540.000,00

Determina-se a publicação da íntegra deste ato no PNCP e no site do CISREC para a devida transparência e publicidade.

Matozinhos, 17 de agosto de 2026.

MAX VINICIUS REIS PEREIRA
Autoridade Competente - CISREC

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:38BDC299

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO - CIS VERDE

CISVERDE
AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE (IRP) CIS-VERDE
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 058/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026– REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2026

O **CIS-VERDE** torna público para recebimento de manifestação de interesse do **PL N°. 058/2026, PE. N.º 008/2026** – **REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2026 . OBJETO**: Registro de Preços objetivando futura e eventual contratação de empresa ou entidade especializada em energia renovável, para disponibilização, alocação, compensação e gestão de créditos de energia elétrica provenientes de micro e minigeração distribuída (MMGD) de fonte fotovoltaica, na modalidade de geração compartilhada, no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), destinados às unidades consumidoras dos entes participantes do CIS-VERDE, com aplicação do percentual de desconto contratado sobre a base econômica da energia efetivamente compensada, de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos. **RECEBIMENTO DE AIRP**: Do **dia 27/08/2026** até o dia **08/09/2026** – através da por meio da Plataforma Licitar Digital, contendo o formulário de manifestação devidamente preenchido e assinado, acompanhado do quadro de unidades consumidoras e dos documentos necessários à comprovação da demanda**.**

Carangola, 25 de Agosto de 2026.

GILBERTO DAMAS DE SOUSA
Presidente CIS-VERDE

Publicado por:
Marco Antônio da Silva
Código Identificador:FCF454B3

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - CIMMESF

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO
EXTRATO DE CONTRATO

Processo Licitatório: 015/2026
Dispensa por Valor: 007/2026
Contrato: 009/2026

Contratante: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio São Francisco, CNPJ 01.275.576/0001-24

Contratado: INSTITUTO EDUCACIONAL PARA CONSCIENTIZACAO E REALIZACAO DE POLITICAS PUBLICAS - ICPP, CNPJ 08.600.544/0001-04

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria em proteção de dados pessoais, visando à implantação, estruturação, acompanhamento e aprimoramento do Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio São Francisco – CIMMESF, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)

Vigência: 06/08/2026 a 06/08/2027

Valor total: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Pirapora, 06/08/2026

ALEXANDRO COSTA CÉSAR
Presidente do CIMMESF

Publicado por:
Aryelle Duarte Alves
Código Identificador:155FAE88

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO
EXTRATO DE CONTRATO

Processo Licitatório: 016/2026
Dispensa por Valor: 008/2026
Contrato: 010/2026

Contratante: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio São Francisco, CNPJ 01.275.576/0001-24

Contratado: Chique Produções Ltda, CNPJ 68.386.611/0001-53

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria em Comunicação Institucional, produção de conteúdo e gestão de canais digitais do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio São Francisco.

Vigência: 14/08/2026 a 14/08/2027

Valor total: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

Pirapora, 14/08/2026.

ALEXANDRO COSTA CÉSAR
Presidente do CIMMESF

Publicado por:
Aryelle Duarte Alves
Código Identificador:E14A6EA4

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2026 - DISPENSA POR VALOR Nº 007/2026

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – CIMMESF – Consórcio Público, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.275.576/0001-24, com sede administrativa na Rua Montes Claros, nº 1.124, Bairro Santo Antônio, Pirapora-MG, torna público o **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2026 – DISPENSA POR VALOR Nº 007/2026 – SINTESE DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria em proteção de dados pessoais, visando à implantação, estruturação, acompanhamento e aprimoramento do Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio São Francisco – CIMMESF, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). **DESPACHO DE RATIFICAÇÃO:** 06/08/2026**, EMPRESA CONTRATADA;** INSTITUTO EDUCACIONAL PARA CONSCIENTIZACAO E REALIZACAO DE POLITICAS PUBLICAS - ICPP, **VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO:** R$ 60.000,00. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 12 MESES. Maiores informações através do telefone (38) 3740-1701 ou pelo e-mail licitacao@cimmesf.mg.gov.br de segunda a sexta de 08:00 às 17:00.

Pirapora, 06 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Presidente do CIMMESF

Publicado por:
Aryelle Duarte Alves
Código Identificador:56A80CD6

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026 – DISPENSA POR VALOR Nº 008/2026

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – CIMMESF – Consórcio Público, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.275.576/0001-24, com sede administrativa na Rua Montes Claros, nº 1.124, Bairro Santo Antônio, Pirapora-MG, torna público o **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026 – DISPENSA POR VALOR Nº 008/2026 – SINTESE DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria em Comunicação Institucional, produção de conteúdo e gestão de canais digitais do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio São Francisco. **DESPACHO DE RATIFICAÇÃO:** 14/08/2026**, EMPRESA CONTRATADA:** CHIQUE PRODUÇÕES LTDA. **VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO:** R$ 36.000,00. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 12 MESES. Maiores informações através do telefone (38) 3740-1701 ou pelo e-mail licitacao@cimmesf.mg.gov.br de segunda a sexta de 08:00 às 17:00h.

Pirapora, 14 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Presidente do CIMMESF

Publicado por:
Aryelle Duarte Alves
Código Identificador:7AC33B35

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO INTER. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MICRORREGIÃO DA SERRA GERAL

CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO INTER. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MICRORREGIÃO DA SERRA GERAL
AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, IRP
ÓRGÃO GERENCIADOR: Consórcio Multifinalitário Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião da Serra Geral de Minas, União da Serra Geral, inscrito no CNPJ sob o nº 12.333.051/0001-14.
OBJETO: Futura e eventual contratação de solução tecnológica de apoio à gestão educacional, baseada em inteligência artificial e visão computacional, destinada à geração automatizada de indicadores de presença, engajamento e comportamento observável em ambiente escolar, com disponibilização de relatórios, painéis gerenciais e alertas para o acompanhamento pedagógico e institucional das redes municipais de ensino.
UNIDADE DE CONTRATAÇÃO: Licença de uso mensal por aluno.
FINALIDADE DA IRP: Possibilitar a participação dos municípios consorciados na futura ata de registro de preços e determinar a estimativa total das quantidades da contratação, mediante consolidação das demandas apresentadas.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.
MODALIDADE E CRITÉRIO PREVISTOS: Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, conforme planejamento inicial e posterior consolidação da fase preparatória.
PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE: De 27 de agosto de 2026 a 11 de setembro de 2026, observado o prazo mínimo de oito dias úteis estabelecido no art. 86 da Lei nº 14.133/2021.
FORMA DE MANIFESTAÇÃO: Os municípios consorciados interessados deverão encaminhar manifestação por meio do sistema eletrônico oficial ou mediante ofício dirigido ao Órgão Gerenciador, com a identificação do órgão participante, do responsável pelas informações e da unidade demandante, bem como a quantidade estimada de licenças mensais por aluno e a respectiva justificativa da demanda.
ENDEREÇO PARA EXPEDIENTE: Rua Manaus, nº 257, Bairro Esplanada, Janaúba/MG.
RESSALVA: A presente IRP possui natureza preparatória, não constitui licitação, não seleciona fornecedor, não gera direito à contratação e não obriga a Administração a contratar os quantitativos estimados.

Janaúba/MG, 26 de agosto de 2026.

RICARDO DA SILVA PAZ
Presidente do Consórcio União da Serra Geral

Publicado por:
Dayane Cristina Souza Rocha
Código Identificador:1974BA7C

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA - CPGI

CONSÓRCIO PÚBLICO DE GESTÃO INTEGRADA - CPGI
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 08/2026

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0017/2026
PROCESSO DE DISPENSA Nº 008/2026

O CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA – CPGI através de seu Presidente, FELIPE TEODORO SANCHES, com sede na Praça Étore Zerbeta, 37, Jardim Europa, Andradas - MG, CNPJ nº 19.031.366/0001-56, torna público para conhecimento dos interessados a realização DISPENSA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos do Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados, para a aquisição de um purificador de água por compressão, para ser utilizado na sede do Consórcio Público para Gestão Integrada-CPGI. **Há interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, onde será selecionada a proposta mais vantajosa.**

As propostas serão recebidas pelo e-mail **consorcio.cpgirs@andradas.mg.gov.br** ou entregues mediante protocolo na sede do CPGI **até dia 28 de agosto de 2026, às 17h.**

O Termo de Referência da Dispensa e o modelo de Proposta estão disponíveis no Site Oficial do CPGI **www.consorciopublicointegrado.com.br.**

Para melhores esclarecimentos, dirigir-se à sede do CPGI localizada na Praça Étore Zerbeta, 37, Jardim Europa Andradas/MG, no horário das 09:00 às 17:00, através do Tel.: (35) 9 9851-383, através do e-mail: **consorcio.cpgirs@andradas.mg.gov.br.**

Andradas/MG, 25 de agosto de 2026.

FELIPE TEODORO SANCHES
Presidente do CPGI

Publicado por:
Juliana Puttini da Fonseca
Código Identificador:5190AA31

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE OURO FINO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PROCESSO N.º 054/2026 DISPENSA Nº 027/2026

O Departamento Municipal Autônomo de Água e Esgoto de Ouro Fino (MG), torna público aos interessados, que nos termos do art. 75, II, § 3º da Lei nº 14.133/2021, estará recebendo propostas de preços de pessoas jurídicas do ramo, por e-mail ou protocolo presencial em sua sede, entre os dias 26/08/2026 ao dia 31/08/2026, visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de provedor de internet via cabo fibra óptica para monitoramento dos reservatórios de água do DMAAE, com fornecimento de equipamentos e materiais necessários. A documentação inerente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentadas após aceitação da proposta de preços e declarado o vencedor. O Termo de Referência, encontra-se disponível no site: www.dmaaeof.com. O e-mail de contato para fins de recebimento das cotações é o: licitacao@dmaaeof.com.br , também poderá ser realizado via protocolo presencial na sede do DMAAE situado à Rua João Rabelo, nº 60, Centro, Ouro Fino no horário das 08:30h às 16:30h. Abertura das Propostas e análises ocorrerá no dia 01/09/2026 às 09h15min. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021.

Ouro Fino (MG), 25 de agosto de 2026 –

WALTER LUIZ PEREIRA –
Diretor.

Publicado por:
Carlos Antônio de Magalhães Cadan
Código Identificador:17AB5207

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOÃO MONLEVADE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 063/2024

O DAE - Departamento Municipal de Águas e Esgotos de João Monlevade – MG, através de seu Diretor, Sr. José Afonso Martins, torna pública a celebração do segundo Termo Aditivo ao contrato nº. 063/2024 – **INOVAÇÃO COMPUTAÇÃO MÓVEL LTDA,** inscrita sob o **CNPJ n° 04.225.153/0001-98.**

O presente Termo Aditivo tem por objeto promover o reajuste dos valores do Contrato nº 063/2024, bem como proceder à prorrogação de sua vigência, garantindo a continuidade dos serviços de fornecimento de sistema para facilitação de pagamento dos faturamentos de serviços públicos, nos termos originalmente pactuados.

DESCRIÇÃO	Quantidade	Valor atual	Valor reajustado (IGP-M)	Valor total
RECEBIMENTO DE GUIAS VIA PIX DE FATURAS PUBLICAS DO DAE SOLUÇÃO PARA RECEBIMENTO VIA PIX COM QUITAÇÃO INSTANTÂNEA, INCLUSO O FORNECIMENTO DE SOFTWARE, INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E/OU PAGAMENTOS, BEM COMO, ALTERAÇÕES CORRETIVAS E AS MANUTENÇÕES EVOLUTIVAS, COM SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO	240.000 PS	R$ 1,14	R$ 1,17	R$ 280.800,00

Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 063/2024 pelo período de 12 (doze) meses, compreendendo o intervalo de 12/09/2026 a 12/09/2027, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de serviço contínuo indispensável ao regular funcionamento das atividades do DAE, inexistindo solução de continuidade entre os períodos contratuais.

João Monlevade, 14 de agosto de 2026.

JOSÉ AFONSO MARTINS
Diretor do DAE

Publicado por:
Adriano Fidelis de Paula
Código Identificador:E9AD5037

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO DE PONTE NOVA/MG

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - DMAES DE PONTE NOVA/MG
AVISO DE CREDENCIAMENTO 002/2026-CHAMADA PÚBLICA 002/2026

DMAES DE PONTE NOVA/MG – AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO-CREDENCIAMENTO Nº002/2026 – O DMAES de Ponte Nova/MG - torna público para conhecimento dos interessados que realizará o CREDENCIAMENTO-CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2026, nos termos da Lei Federal 14.133/2021, da lei nº 9.991/2000, e em conformidade com as diretrizes do Programa de Eficiência Energética regulamentado pela ANEEL (Resolução Normativa nº 920/2021) **– OBJETO** : Credenciamento de Empresas de Engenharia Especializada em Serviços de Conservação de Energia (ESCO), ou empresas de engenharia legalmente habilitadas e tecnicamente qualificadas, para elaboração, estruturação, submissão e acompanhamento de projetos no âmbito do programa de Eficiência Energética -PEE, representando o DMAES perante a Cemig Distribuição S.A., e, quando os respectivos projetos forem aprovados ou selecionados, para execução das ações de eficiência energética, observadas as regras da respectiva Chamada Pública da CEMIG Distribuição S.A. A integra do Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site do DMAES, ou no PNCP (pncp.gov.br). **DATA E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO**: Conforme Regras detalhadas no Edital e Termo de Referência. Demais informações encontram-se no Edital e seus anexos que estão disponíveis no site oficial do DMAES, www.dmaespontenova.mg.gov.br/licitacoes e no site www.compras.gov.br .

Ponte Nova, 26 de Agosto de 2026.

EDUARDO GOMES RODRIGUES BEMFEITO/
Diretor Geral e

ELIETE PIRES MARQUES/
Agente de Contratação.

Publicado por:
Eliete Pires Marques
Código Identificador:581FB13F

ESTADO DE MINAS GERAIS
FAPEM - FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 014/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº14/2025: O FAPEM – Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal de Cambuí-MG, Inscrito no CNPJ 00.135.676-0001-92, com sede na Rua Padre Caramuru, 462 – Centro – Cambuí-MG, representado neste ato por sua diretora, Sra. Eliane Lambert Ferreira, torna público o extrato do primeiro termo aditivo, em conformidade com as normas da Lei Federal nº 14.133/2024 e no que consta no **Processo Licitatório nº 10/2025, Inexigibilidade nº 03/2025 do Fundo de aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal.** Objeto: Em razão de natureza contínua da prestação de serviços, fica ajustada a prorrogação do contrato firmado com a empresa JURISENSUS - CONSULTORIA, TECNOLOGIA E TREINAMENTOS LTDA, cadastrada no CNPJ sob nº 51.323.422/0001-39, para vigência no período de 02/09/2026 a 01/09/2027, em conformidade com a Cláusula 3ª – DA VIÊNCIA, EFICÁCIA E GESTÃO CONTRATUAL – do Contrato nº 014/2025 e com fundamento no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Cambuí/MG, 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Eliane Lambert Ferreira
Código Identificador:E7762530

ESTADO DE MINAS GERAIS
FUMPREV - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

FUMPREV- FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA
EXTRATO DO CONTRATO N° 09/2026

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

Contratante: Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos – FUMPREV.

Contratada: Four Info Desenvolvimento de Software Ltda.

CNPJ: 05.340.254/0001-72.

Objeto: Contratação de empresa para cessão de licença de uso de software e prestação de serviços técnicos especializados de implantação, personalização, manutenção, atualização e suporte técnico do sistema integrado de gestão da folha de pagamento do FUMPREV.

Valor Global: R$ 3.935,80.

Vigência: 21/08/2026 a 21/12/2026.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021.

Data da Assinatura: **25/08/2026**

Diamantina/MG, 25 de agosto de 2026.

CARLOS AUGUSTO MEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Josiene Aparecida da Silva Alves Moreira
Código Identificador:8BB506BE

FUMPREV- FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EMPRESA FOUR INFO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA EPP

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo n.º 09/2026, Dispensa de licitação n.º 02/2026. Objeto: Contratação de empresa para cessão de licença de uso de software e prestação de serviços técnicos especializados de implantação, personalização, manutenção, atualização e suporte técnico do sistema integrado de gestão da folha de pagamento do FUMPREV. Fundamentação legal: art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Verificada a regularidade procedimental [...], RATIFICO o presente processo a favor da empresa **FOUR INFO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA EPP**, CNPJ Nº 05.340.254/0001-72, pelo valor global estimado de R$3.935,80.

Diamantina, 19 de agosto de 2026.

MARIANA NOMINATO DA SILVA –
Diretora Executiva

Publicado por:
Josiene Aparecida da Silva Alves Moreira
Código Identificador:36058CFA

FUMPREV- FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EMPRESA MEMORY PROJETOS E DESENVOLVIMENTOS DE SISTEMAS LTDA.

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo n.º 08/2026, Dispensa de licitação n.º 01/2026. Objeto: contratação de licença de uso de sistemas de tecnologia integrados para gestão pública. Fundamentação legal: art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Verificada a regularidade procedimental [...], RATIFICO o presente processo a favor da empresa Memory Projetos e Desenvolvimento de Sistemas Ltda, CNPJ Nº 71.000.731/0001-85, pelo valor global estimado de R$ 24.000,00.

Diamantina, 19 de agosto de 2026.

MARIANA NOMINATO DA SILVA –
Diretora Executiva

Publicado por:
Josiene Aparecida da Silva Alves Moreira
Código Identificador:73F188EB

ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR AFONSO PAVIE - FHAP

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR.AFONSO PAVIE
ATO DE CONVOCAÇÃO 04/2026 - EDITAL 002/2026

ATO DE CONVOCAÇÃO 04/2026
CONVOCA O CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 002/2026 - DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE - FHAP. A **Fundação Hospitalar Dr. Afonso Pavie**, por meio da Diretora Executiva **Mirian Ribeiro da Cruz** , no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA o candidato classificado dentro do número de vaga, para a Função de Auxiliar de enfermagem ,** por meio do Processo Seletivo Simplificado - Edital 002/2026 para comparecer no setor de Recursos Humanos localizado no endereço: Rua Sinhá Bié, nº 652,bairro fazendinha, Itamarandiba – MG, horário de funcionamento de segunda a sexta de 07:00 ás 12:00 e 13:00 ás 17:00, no prazo de 03 (três) dias a partir da presente data, para que seja dado andamento as demais etapas do certame, conforme Anexo Único a este ato. Em caso de dúvidas ou para mais informações, entre em contato pelo telefone (38) 3521 1257 ou pelo e-mail: rh@fhap.mg.gov.br

Itamarandiba,25 de agosto de 2026

ANEXO ÚNICO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 002/2026	
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	
Mariely Aparecida de Jesus Meira	4º CLASSIFICADO

Publicado por:
Crisley Jordânia Fernandes Andrade
Código Identificador:97374082

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR.AFONSO PAVIE
ATO DE CONVOCAÇÃO 13/2026 - EDITAL 007/2025

ATO DE CONVOCAÇÃO 13/2026
CONVOCA O CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 007/2025 - DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE - FHAP. A **Fundação Hospitalar Dr. Afonso Pavie**, por meio da Diretora Executiva **Mirian Ribeiro da Cruz** , no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA o candidato classificado dentro do número de vaga, para a Função de enfermeiro,** por meio do Processo Seletivo Simplificado - Edital 007/2025 para comparecer no setor de Recursos Humanos localizado no endereço: Rua Sinhá Bié, nº 652,bairro fazendinha, Itamarandiba – MG, horário de funcionamento de segunda a sexta de 07:00 ás 12:00 e 13:00 ás 17:00, no prazo de 03 (três) dias a partir da presente data, para que seja dado andamento as demais etapas do certame, conforme Anexo Único a este ato. Em caso de dúvidas ou para mais informações, entre em contato pelo telefone (38) 3521 1257 ou pelo e-mail: rh@fhap.mg.gov.br

Itamarandiba, 25 de agosto de 2026

ANEXO ÚNICO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 007/2025	
ENFERMEIRO	
WESLEY FERNANDES PEREIRA	6º CLASSIFICADO

Publicado por:
Crisley Jordânia Fernandes Andrade
Código Identificador:62DC66A6

ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 13/2025 1° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 09/2025

PARTES: IPREM – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE INSCRITO NO CNPJ SOB N° 86.754.348/0001-90 E ALCANTARA CLIMATIZACAO, ENGENHARIA E SERVICOS LTDA INSCRITA NO CNPJ SOB N°53.767.074/0001-14.
OBJETO: REAJUSTE ANUAL, EM CONFORMIDADE COM A CLÁUSULA NONA DO CONTRATO PRINCIPAL FIRMADO ENTRE AS PARTES EM 02 DE SETEMBRO DE 2025.
REAJUSTE: O REAJUSTE DO VALOR CONTRATADO, CONFORME PREVISÃO CONTIDA NA CLÁUSULA NONA DO CONTRATO PRINCIPAL, SERÁ REALIZADO COM BASE NO ÍNDICE DE IPCA (ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO) ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES, CONFORME APURAÇÃO DIVULGADA PELO IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). O ÍNDICE ACUMULADO DO IPCA, DOS ÚLTIMOS 12 MESES, FOI DE 4,44%, E SERÁ APLICADO SOBRE OS VALORES CONTRATADOS.
EFEITOS: OS EFEITOS FINANCEIROS DECORRENTES DO REAJUSTE CONTRATUAL PASSAM A VIGORAR A PARTIR DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO, COM SUBSÍDIO NA LEI N° 14.133/2021.
DATA DE ASSINATURA: 24 DE AGOSTO DE 2026.
FORO: COMARCA DE POUSO ALEGRE/MG.

DABIEL RIBEIRO VIEIRA –
Diretor Presidente.

Publicado por:
Vitória Regina Silveira Junho
Código Identificador:1BDE73AB

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM
PORTARIA IPREM DB 189/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – IPREM, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos V e XXII do artigo 73 e inciso III do artigo 76 da Lei 4643/07,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, da CF de 1988 e artigo 14 da Lei Municipal 4643/07, à servidora Maria Nice Amaral Silva, portadora do CPF nº ***.825.826-**, matrícula 13682-3, no cargo efetivo de Professor PII (NI II) B-91.02, a partir de 27/07/2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria retroagirá seus efeitos a partir de 27/07/2026.

Pouso Alegre, 20 de agosto de 2026.

DANIEL RIBEIRO VIEIRA
Diretor Presidente

TATIANE MOREIRA MURONI
Diretora de Benefícios

Publicado por:
Barbara Miyuki Faria Kamimura
Código Identificador:057AD388

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM
PORTARIA IPREM DB 190/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – IPREM, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos V e XXII do artigo 73 e inciso III do artigo 76 da Lei 4643/07;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, nos termos dos artigos 6º e 7º da EC nº 41/03, observando o disposto no § 5° do art. 40 da CF/88 e do artigo 18, §1º e art. 58 da Lei Municipal 4643/07, à servidora Ana Lucia de Oliveira, matrícula nº 7312-1, portadora do CPF n° ***.137.796-**, no cargo efetivo de Professor PII (NI II) B-91.03, a partir de 02/08/2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria retroagirá seus efeitos a partir de 02/08/2026.

Pouso Alegre, 20 de agosto de 2026.

DANIEL RIBEIRO VIEIRA
Diretor Presidente

TATIANE MOREIRA MURONI
Diretora de Benefícios

Publicado por:
Barbara Miyuki Faria Kamimura
Código Identificador:E25C32EE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM
PORTARIA IPREM DB 191/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – IPREM, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos V e XXII do artigo 73 e inciso III do artigo 76 da Lei 4643/07;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER aposentadoria por invalidez com proventos integrais, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal c/c EC 70/2012 e do art. 14 da Lei Municipal 4643/2007, ao servidor Paulo Ivan Rodrigues Filipini, portador do CPF nº ***.696.706-**, matrícula nº 9482-2, no cargo efetivo de Coletor de Lixo (NA III) B-18.00, a partir de 17/07/2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria retroagirá seus efeitos a partir de 17/07/2026.

Pouso Alegre, 20 de agosto de 2026.

DANIEL RIBEIRO VIEIRA
Diretor Presidente

TATIANE MOREIRA MURONI
Diretora de Benefícios

Publicado por:
Barbara Miyuki Faria Kamimura
Código Identificador:4A7FD431

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM
PORTARIA IPREM DB 192/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – IPREM, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos V e XXII do artigo 73 e inciso III do artigo 76 da Lei 4643/07;

R E S O L V E :

Art. 1º - CONCEDER aposentadoria especial, nos termos do artigo 40, § 4º, inciso III, da CF de 1988, súmula vinculante 33 do STF, artigos 57 e 58 da Lei 8213/91 e art. 55 da Lei 4643/2007, ao servidor Alan Jorge Kos Santos, portador do CPF nº ***.748.923-**, matrícula nº 9955-2, no cargo efetivo de Capineiros (NA I) B-09.00, a partir de 02/08/2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria retroagirá seus efeitos a partir de 02/08/2026.

Pouso Alegre, 20 de agosto de 2026.

DANIEL RIBEIRO VIEIRA
Diretor Presidente

TATIANE MOREIRA MURONI
Diretora de Benefícios

Publicado por:
Barbara Miyuki Faria Kamimura
Código Identificador:CD0675B1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM
PORTARIA IPREM DB 193/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – IPREM, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos V e XXII do artigo 73 e inciso III do artigo 76 da Lei 4643/07,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER aposentadoria por idade com proventos proporcionais nos termos do artigo 15 da Lei Municipal n° 4643/07 e do artigo 40, § 1º, inciso III, alínea “b” da Constituição Federal, à servidora Maria Helena Duarte Lopes, portadora do CPF nº ***.799.366- **, matrícula nº 17691-2, no cargo efetivo de Auxiliar de Serviço (NA I) B-04.00, a partir de 02/08/2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria retroagirá seus efeitos a partir de 02/08/2026.

Pouso Alegre, 20 de agosto de 2026.

DANIEL RIBEIRO VIEIRA
Diretor Presidente

TATIANE MOREIRA MURONI
Diretora de Benefícios

Publicado por:
Barbara Miyuki Faria Kamimura
Código Identificador:D9A4220C

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM
PORTARIA IPREM DB 194/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – IPREM, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos V e XXII do artigo 73 e inciso III do artigo 76 da Lei 4643/07;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, nos termos dos artigos 6º e 7º da EC nº 41/03, observando o disposto no § 5° do art. 40 da CF/88 e do artigo 18, §1º e art. 58 da Lei Municipal 4643/07, à servidora Silvana Aparecida Barbeiro de Souza, matrícula nº 10116-2, portadora do CPF n° **.644.458-**, no cargo efetivo de Professor PII (NI II) B-91.03, a partir de 02/08/2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria retroagirá seus efeitos a partir de 02/08/2026.

Pouso Alegre, 20 de agosto de 2026.

DANIEL RIBEIRO VIEIRA
Diretor Presidente

TATIANE MOREIRA MURONI
Diretora de Benefícios

Publicado por:
Barbara Miyuki Faria Kamimura
Código Identificador:235AD065

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM
PORTARIA IPREM DB 195/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – IPREM, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos V e XXII do artigo 73 e inciso III do artigo 76 da Lei 4643/07,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER aposentadoria por idade com proventos proporcionais nos termos do artigo 15 da Lei Municipal n° 4643/07 e do artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, à servidora Rosemeire Alves de Vasconcelos Oliveira, portadora do CPF nº ***.368.306- **, matrícula nº 19055-3, no cargo efetivo de Monitor de Creche (NA II) B-10.00, a partir de 02/08/2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria retroagirá seus efeitos a partir de 02/08/2026.

Pouso Alegre, 20 de agosto de 2026.

DANIEL RIBEIRO VIEIRA
Diretor Presidente

TATIANE MOREIRA MURONI
Diretora de Benefícios

Publicado por:
Barbara Miyuki Faria Kamimura
Código Identificador:E704A787

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM
PORTARIA IPREM DB 197/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – IPREM, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos V e XXII do artigo 73 e inciso III do artigo 76 da Lei 4643/07;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER a João Carlos Rosa, portador do CPF: ***.434.626-**, na condição de cônjuge da servidora aposentada Catarina de Fátima Ferreira Rosa, portadora do CPF ***003.626-**, matrícula 10697-0, servidora aposentada no cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem (NI I), falecida em 25/07/2026, o benefício de pensão por morte previsto no art. 40, §7º, I da Constituição Federal, no valor total de R$1.621,00 (um mil,seiscentos e vinte e um reais) com cota correspondendo a 100% do valor do benefício, sujeita a sofrer as limitações previstas no §2º do artigo 24 da EC 103/2019.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria retroagirá seus efeitos a partir de 25/07/2026, data do óbito.

Pouso Alegre, 20 de agosto de 2026.

DANIEL RIBEIRO VIEIRA
Diretor Presidente

TATIANE MOREIRA MURONI
Diretora de Benefícios

Publicado por:
Barbara Miyuki Faria Kamimura
Código Identificador:B9868D9F

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM
PORTARIA IPREM DB 198/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – IPREM, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos V e XXII do artigo 73 e inciso III do artigo 76 da Lei 4643/07,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER aposentadoria por idade com proventos proporcionais nos termos do artigo 15 da Lei Municipal n° 4643/07 e do artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, à servidora Marli de Fátima Moreira Oliveira, portadora do CPF nº ***.508.666- **, matrícula nº 12856-1, no cargo efetivo de Auxiliar Administrativo II (NI II) B-31.00, a partir de 02/08/2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria retroagirá seus efeitos a partir de 02/08/2026.

Pouso Alegre, 20 de agosto de 2026.

DANIEL RIBEIRO VIEIRA
Diretor Presidente

TATIANE MOREIRA MURONI
Diretora de Benefícios

Publicado por:
Barbara Miyuki Faria Kamimura
Código Identificador:8C9E206F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALAGOA

PROCURADORIA
AVISO DE INTENÇÃO - ADESÃO 002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA. Aviso de Intenção de Adesão. Adesão 002/2026 - Processo nº 039/2026. Objeto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS – CIRCUITO DAS ÁGUAS,

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2025 - PREGÃO Nº 03/2025, PARA LOCAÇÃO DA LICENÇA DE USO DA VERSÃO EXECUTÁVEL DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PONTO ELETRÔNICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ALAGOA/MG. Órgão Gerenciador: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS – CIRCUITO DAS ÁGUAS - CNPJ: 71.203.715/0001-90; Fornecedor: SISPONTO SISTEMAS INTELIGENTES LTDA - CNPJ: 00 455 458/0001-35; Valor estimado de R$ 20.280,00 (vinte mil duzentos e oitenta reais).

Alagoa, 25 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO MENDES PINTO NETO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Juliano Diniz de Oliveira
Código Identificador:426193CC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALÉM PARAÍBA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
SUSPENSÃO SINEDIE PE 069

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA-MG – PROCESSO LICITATÓRIO 246/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2026, TORNA PÚBLICO SUSPENSÃO SINEDIE, em razão da necessidade de análise da área técnica referente às impugnações.
A suspensão será mantida até que o laudo técnico seja finalizado, garantindo uma resposta adequada e fundamentada aos pedidos.

Aquisição de MATERIAL PERMANENTE NA FORMA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e especificações contidas neste termo de referência.

Publicado por:
Maria Beatriz Silva Germiniazi
Código Identificador:5915E384

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº37/2026
Lei Nº 4196 de 10/06/2026

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA E A ASSOCIAÇÃO MUSICAL CARLOS GOMES, PARA OS FINS NELE ESPECIFICADO.

MUNICÍPIO DE ALÉM PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.709.197/0001-35, com sede na Praça Coronel Breves, nº 151, São José, Além Paraíba/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN**, portador do CPF nº 010.177.097-93 e da Carteira de Identidade nº 88.86.156, PCMG, doravante denominado **CONCEDENTE**, e a **Associação Musical Carlos Gomes**, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito sob CNPJ nº 20.287.868/0001-21, com sede na cidade de Além Paraíba, a Rua Coronel Oscar Cortes, nº 257 –Porto Novo, **representado neste ato pelo Sr. Hamilton Carvalho de Souza**, portador do CPF nº 093.360.016-04 e Carteira de Identidade nº 1.77.38.153 SSPMG, denominado **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente termo, com fundamento na Lei nº 13.019/2024, mediante afastamento do chamamento público devidamente justificado nos autos, na forma dos arts. 30 e 31 da referida Lei, observadas as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto o repasse de recursos financeiros para aquisição de uniformes de gala para o corpo sinfônico, conforme as especificações, as metas e o cronograma constantes do Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública.

Parágrafo único. O Plano de Trabalho aprovado integra este Termo de Fomento, independentemente de transcrição, e vincula as partes em todos os seus termos, metas, etapas, cronogramas e itens de despesa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CELEBRAÇÃO, DOS PARECERES PRÉVIOS E DA CONDIÇÃO DE EFICÁCIA

A celebração deste Termo de Fomento somente se aperfeiçoa após a manifestação favorável da Administração Pública, formalizada por meio de parecer de órgão técnico e de parecer jurídico, nos termos do art.35, incisos V e VI, da Lei nº 13.019/2014, que atestam, respectivamente, o mérito da proposta e a regularidade jurídica da parceria.

§ 1º A eficácia deste Termo de Fomento fica condicionada à publicação de seu extrato no meio oficial de publicidade da Administração Pública na forma da Cláusula Décima Nona.

§ 2º A ausência de qualquer dos pareceres exigidos no caput impede a celebração e a execução da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Compete à Administração Pública

a) aprovar o Plano de Trabalho apresentado pela OSC e suas eventuais alterações;

b) repassar à OSC o valor de até R$ 12.000,00(doze mil reais) observados o cronograma de desembolso e a disponibilidade financeira;

c) designar o gestor da parceria e a comissão de monitoramento e avaliação, na forma da Cláusula Décima Primeira;

d) monitorar e avaliar a execução do objeto, emitindo o relatório técnico de monitoramento e avaliação e o parecer técnico conclusivo da prestação de contas;

e) prestar à OSC as orientações necessárias ao fiel cumprimento do objeto e analisar tempestivamente as solicitações formuladas;

f) assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralização, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Compete à OSC:

a) executar o objeto em conformidade com o Plano de Trabalho, responsabilizando-se, com exclusividade, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, nos termos do art. 44 da Lei nº 13,019/2014;

b) aplicar os recursos exclusivamente na execução do objeto, vedado o desvio de finalidade;

c) manter e movimentar os recursos na conta corrente específica isenta de tarifa bancária, na forma da Cláusula Sétima;

d) efetuar os pagamentos por meio eletrônico rastreável, na forma da Cláusula Oitava;

e) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução, sem responsabilidade solidária da Administração Pública;

f) permitir o livre acesso dos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, documentos, informações e locais de execução do objeto;

g) manter a escrituração contábil regularizada e conservar os comprovantes de despesa pelo prazo legal;

h)dar publicidade e transparência à parceria, na forma da Cláusula Décima Segunda;

i) prestar contas na forma e no prazo da Cláusula Décima Terceira;

j) devolver aos cofres públicos os recursos não aplicados, os saldos remanescentes e os rendimentos das aplicações financeiras, na forma da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES E DAS DESPESAS ELEGÍVEIS

É vedado à OSC utilizar os recursos da parceria para:

a) pagamento de tarifas bancárias, juros e multas de qualquer natureza, ressalvados os juros e a correção monetária das aplicações financeiras dos recursos da parceria;

b) pagamento de despesas realizadas em data anterior à vigência da parceria, ressalvadas a folha de pagamento, os encargos sociais e as faturas de água, luz e telefone correspondentes ao mês da celebração;

c) finalidade alheia ao objeto ou em desacordo com o Plano de Trabalho;
d)aquisição de bebidas alcoólicas, cigarros e itens congêneres.
Parágrafo único. São elegíveis as despesas vinculadas ao objeto e realizadas dentro da vigência da parceria, ainda que anteriores ao efetivo recebimento do repasse, desde que demonstrado o nexo da casualidade com o objeto e observado o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do objeto, a Administração Pública repassará o valor de até **R$ 12.000,00** (quarenta mil reais), oriundo de recursos de investimento repassados pelo Tesouro Municipal , correndo a despesa por conta da dotação 2.01.00.04.422.030.2.0127.3.3.50.41, sendo dividido em duas parcelas de R$ 6.000,00 (seis mil reais).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MOVIMENTAÇÃO E DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Os recursos recebidos em decorrência desta parceria serão depositados e movimentados em conta corrente específica desta parceria,, isenta de tarifa bancária, mantida em instituição financeira pública, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014, sendo vedada a movimentação dos recursos por qualquer outro meio.

§ 1º A abertura, a manutenção e a regularidade operacional da conta são de responsabilidade exclusiva da OSC, a quem incumbe adotar as providências necessárias junto à instituição financeira, inclusive para o reconhecimento da isenção tarifária prevista em Lei.

§ 2º A Administração Pública poderá indicar a instituição financeira pública; não havendo indicação, a OSC providenciará a abertura da conta em instituição financeira pública que atenda aos requisitos deste Termo ,comunicando previamente os respectivos dados à Administração, sem que daí decorra transferência à Administração de responsabilidade pela regularidade da conta.

§ 3º Comprovada a impossibilidade de obtenção de conta isenta de tarifa em instituição financeira pública, as partes, mediante justificativa formal nos autos, definirão de comum acordo a instituição financeira a ser utilizada, preservada a não oneração dos recursos da parceria com o pagamento de tarifas.

§ 4º Enquanto não empregados na sua finalidade, os recursos serão obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro, em caderneta de poupança quando a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública quando o prazo previsto para sua utilização for inferior a um mês.

§ 5º Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, na forma do parágrafo único do art.51 da Lei nº 13.019/2024.

§ 6º A ausência de aplicação financeira dos recursos ociosos, na forma do § 4º, sujeita a OSC à restituição ao erário do valor correspondente ao rendimento que deixou de ser auferido, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) acumulada desde a data em que a aplicação deveria ter sido realizada até a efetiva restituição.

§ 7º A movimentação dos recursos fora da conta específica, o pagamento de tarifas bancárias com recursos da parceria e a não aplicação financeira dos valores ociosos constituem irregularidades passíveis de glosa e de restituição ao erário, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Quinta.

CLÁUSULA OITAVA - DA RASTREABILIDADE DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos realizados com recursos da parceria serão efetuados exclusivamente por meio de transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, de modo a assegurar a rastreabilidade das despesas.

Parágrafo único. Excepcionalmente, mediante justificativa expressa na prestação de contas, admitir-se-á o pagamento por outro meio, quando comprovadamente inviável a transferência eletrônica, preservada a identificação do destinatário e a comprovação do nexo entre a despesa e o objeto.

CLÁUSULA NONA – DA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E DOS BENS REMANESCENTES

Os recursos da parceria poderão custear a aquisição de material permanente e de equipamentos, desde que expressamente previstos e justificados no Plano de Trabalho e necessários à consecução do objeto, na forma admitida pela Lei nº 13.019/2014.

§1° Os bens de natureza permanente adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto mas que a ele não se incorporam, constituem bens remanescentes, cuja titularidade, na data da conclusão ou extinção da parceria, será do Município de Além Paraíba, nos termos do art. 42, inciso X, da Lei nº 13.019/2014 .

§**2**° A critério da Administração e mediante justificativa de interesse social, a titularidade dos bens remanescentes poderá ser destinada `OSC ou a terceiros beneficiários da política pública, quando demonstrada sua utilidade para a continuidade de ações de interesse social.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS METAS

Constituem metas a serem atingidas pela OSC, na forma do Plano de Trabalho, aquisição de uniformes de gala para futuras apresentações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução da parceria será acompanhada por gestor formalmente designado pela Administração Pública e avaliada por comissão de monitoramento e avaliação, aos quais compete verificar o cumprimento das metas e a regular aplicação dos recursos, nos termos dos arts.58 a 61 da Lei nº 13.019/2014

Parágrafo único. A Administração Publica emitirá relatório de monitoramento e avaliação da parceria, que subsidiará a análise da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA TRANSPARÊNCIA E DA PUBLICIDADE

As partes darão ampla transparência à parceria, divulgando em seus sítios eletrônicos oficiais as informações previstas no art.11 da Lei n] 13.019/2014, entre elas a descrição do objeto, os valores, o cronograma e a situação da prestação de contas.

§ 1º Toda divulgação do evento fará constar a participação da Prefeitura Municipal de Além Paraíba , vedada qualquer promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A divulgação do custeio e da execução do objeto poderá ser realizada nas redes sociais da instituição, observados os limites legais de informação e publicidade, notadamente o princípio da impessoalidade previsto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, a Lei nº 12.527/2011 e a Lei nº 13.709/2018, vedada a divulgação de dados pessoais protegidos e de conteúdo de natureza político-partidária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC apresentará a prestação de contas final no prazo de até 30 (trinta) dias contados do término da vigência, com o detalhamento do cumprimento do objeto e da correta aplicação dos recursos.

A prestação de contas conterá, no mínimo:

I. relatório de execução do objeto, com a demonstração do alcance das metas;

II. formulário de prestação de contas, contendo balancete financeiro e relação de pagamentos;

III. extrato da conta corrente específica, com a movimentação desde o recebimento dos recursos até o último pagamento, e os demonstrativos das aplicações financeiras.

IV. comprovantes de despesa em primeira via ou cópia autenticada, observadas as exigências fiscais aplicáveis.

§ 1º A prestação de contas será apresentada por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com assinatura eletrônica, devendo a OSC providenciar previamente o seu credenciamento como usuária externa, observadas as orientações disponibilizadas no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Além Paraíba. A adoção do meio eletrônico assegura a autenticidade, a integridade e a rastreabilidade dos documentos, na forma da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e da Lei nº 14.063/2020.

§ 2º Comprovada a indisponibilidade técnica do sistema, a prestação de contas poderá ser apresentada por outro meio idôneo, preservada a comprovação da autoria e da data de envio.

§ 3º A análise da prestação de contas será concluída com a emissão de parecer técnico conclusivo pelo gestor da parceria, submetido à decisão da autoridade competente, que aprovará as contas, aprovará com ressalvas ou as rejeitará, na forma da Lei 13.019/2014 e da regulamentação municipal aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA DEVOLUÇÃO DE RECURSOS

Ao término ou na extinção do Convênio, a OSC devolverá aos cofres públicos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os recursos não aplicados e os saldos remanescentes, inclusive os provenientes das receitas das aplicações financeiras, na forma do art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

§ 1º Serão igualmente restituídos os recursos aplicados em desacordo com o objeto ou com as vedações deste Termo, bem como o rendimento não auferido em razão da ausência de aplicação financeira, na forma do § 6º da Cláusula Sétima.

§ 2º Os valores a serem restituídos serão atualizados pela taxa SELIC acumulada desde a data do repasse ou do fato gerador da restituição até a data da efetiva devolução, sem prejuízo das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com a Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública poderá aplicar à OSC, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as sanções :

Advertência

Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parcerias com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;

Declaração de idoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

Parágrafo único. A aplicação das sanções não afasta a obrigação de restituição dos recursos ao erário nem a responsabilização civil e penal cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA INTEGRIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS

As partes obrigam-se a atuar em conformidade com a legislação anticorrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013, abstendo-se de qualquer prática lesiva à Administração Pública, e declaram a inexistência de vedações e impedimentos à celebração da parceria, na forma do art.39 da Lei nº 13.019/2014.

Parágrafo único. No tratamento de dados pessoais eventualmente necessário à execução do objeto, inclusive dados de saúde, as partes observarão a Lei nº 13.709/2018, limitando o tratamento às finalidades da parceria e adotando medidas de segurança adequadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA VIGÊNCIA

O presente termo de Fomento vigorará da data de sua assinatura, até 28 de fevereiro de 2027, período que compreende o repasse, a execução do objeto e os atos necessários ao seu encerramento.

§ 1º A vigência poderá ser alterada mediante termo aditivo, devidamente justificado, desde que não haja mudança do objeto e que o pedido seja formalizado antes do término do prazo vigente.

§ 2º Os recursos não utilizados até o término da vigência serão devolvidos na forma da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante notificação prévia, e rescindido motivadamente nos casos de inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, indisponibilidade de recursos, desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou na destinação do equipamento, ou atrasos não justificados na execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

A Administração Pública providenciará a publicação do extrato deste Termo no meio oficial de publicidade e no sítio eletrônico oficial do Município, condição de sua eficácia, na forma da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA VIGÉSIMA- DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, observadas . as disposições da Lei nº 13019/2024 e da regulamentação municipal aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Além Paraíba/MG para dirimir as questões oriundas deste Termo de Fomento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja observada a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa.

E, por estarem justas e acordes, as partes assinam o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Além Paraíba, 19 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal de Além Paraíba

HAMILTON CARVALHO DE SOUZA
Associação Musical Carlos Gomes

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:F6C71D89

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 38/2026
LEI Nº 4196 DE 10/06/2026

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA E O GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA MOCIDADE INDEPENDENTE, PARA OS FINS NELE ESPECIFICADO.

MUNICÍPIO DE ALÉM PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.709.197/0001-35, com sede na Praça Coronel Breves, nº 151, São José, Além Paraíba/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN**, portador do CPF nº 010.177.097-93 e da Carteira de Identidade nº 88.86.156, PCMG, doravante denominado **CONCEDENTE**, e o **GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA MOCIDADE INDEPENDENTE** ,é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito sob CNPJ nº 00.152.352/0001-62, com sede na cidade de Além Paraíba, a Praça Presidente Vargas, nº 101 – Centro, representado neste ato pelo **SR. WERLEY DA SILVA**, portador do CPF nº 009.826.306-46 e Carteira de Identidade nº M-8.270.588 SSPMG, denominado **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente termo, com fundamento na Lei nº 13.019/2024, mediante afastamento do chamamento público devidamente justificado nos autos, na forma dos arts. 30 e 31 da referida Lei, observadas as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto o repasse de recursos financeiros do para a aquisição de instrumentos musicais para recomposição e ampliação da bateria conforme as especificações, as metas e o cronograma constantes do Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública.

Parágrafo único. O Plano de Trabalho aprovado integra este Termo de Fomento, independentemente de transcrição, e vincula as partes em todos os seus termos, metas, etapas, cronogramas e itens de despesa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CELEBRAÇÃO, DOS PARECERES PRÉVIOS E DA CONDIÇÃO DE EFICÁCIA

A celebração deste Termo de Fomento somente se aperfeiçoa após a manifestação favorável da Administração Pública, formalizada por meio de parecer de órgão técnico e de parecer jurídico, nos termos do art.35, incisos V e VI, da Lei nº 13.019/2014, que atestam, respectivamente, o mérito da proposta e a regularidade jurídica da parceria.

§ 1º A eficácia deste Termo de Fomento fica condicionada à publicação de seu extrato no meio oficial de publicidade do CONCEDENTE, na forma da Cláusula Décima Nona.

§ 2º A ausência de qualquer dos pareceres exigidos no caput impede a celebração e a execução da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Compete à Administração Pública

a) aprovar o Plano de Trabalho apresentado pela OSC e suas eventuais alterações;

b) repassar à OSC o valor de até R$ 10.000,00(dez mil reais) observados o cronograma de desembolso e a disponibilidade financeira;

c) designar o gestor da parceria e a comissão de monitoramento e avaliação, na forma da Cláusula Décima Primeira;

d) monitorar e avaliar a execução do objeto, emitindo o relatório técnico de monitoramento e avaliação e o parecer técnico conclusivo da prestação de contas;
e) prestar à OSC as orientações necessárias ao fiel cumprimento do objeto e analisar tempestivamente as solicitações formuladas;
f) assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralização, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Compete à OSC:
a) executar o objeto em conformidade com o Plano de Trabalho, responsabilizando-se, com exclusividade, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, nos termos do art. 44 da Lei nº 13,019/2014;
b) aplicar os recursos exclusivamente na execução do objeto, vedado o desvio de finalidade;
c) manter e movimentar os recursos na conta corrente específica isenta de tarifa bancária, na forma da Cláusula Sétima;
d) efetuar os pagamentos por meio eletrônico rastreável, na forma da Cláusula Oitava;
e) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução, sem responsabilidade solidária da Administração Pública;
f) permitir o livre acesso dos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, documentos, informações e locais de execução do objeto;
g) manter a escrituração contábil regularizada e conservar os comprovantes de despesa pelo prazo legal;
h)dar publicidade e transparência à parceria, na forma da Cláusula Décima Segunda;
i) prestar contas na forma e no prazo da Cláusula Décima Terceira;
j) devolver aos cofres públicos os recursos não aplicados, os saldos remanescentes e os rendimentos das aplicações financeiras, na forma da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES E DAS DESPESAS ELEGÍVEIS

É vedado à OSC utilizar os recursos da parceria para:
a) pagamento de tarifas bancárias, juros e multas de qualquer natureza, ressalvados os juros e a correção monetária das aplicações financeiras dos recursos da parceria;
b) pagamento de despesas realizadas em data anterior à vigência da parceria, ressalvadas a folha de pagamento, os encargos sociais e as faturas de água, luz e telefone correspondentes ao mês da celebração;
c) finalidade alheia ao objeto ou em desacordo com o Plano de Trabalho;
d)aquisição de bebidas alcoólicas, cigarros e itens congêneres.

Parágrafo único. São elegíveis as despesas vinculadas ao objeto e realizadas dentro da vigência da parceria, ainda que anteriores ao efetivo recebimento do repasse, desde que demonstrado o nexo da casualidade com o objeto e observado o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do objeto, a Administração Pública repassará o valor de até **R$ 10.000,00** (dez mil reais), oriundo de recursos de investimento repassados pelo Tesouro Municipal , correndo a despesa por conta da dotação 2.01.00.04.422.030.2.0127.4.4.50.41, cujo pagamento será realizado em 02(duas) parcelas de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MOVIMENTAÇÃO E DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Os recursos recebidos em decorrência desta parceria serão depositados e movimentados em conta corrente específica desta parceria,, isenta de tarifa bancária, mantida em instituição financeira pública, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014, sendo vedada a movimentação dos recursos por qualquer outro meio.

§ 1º A abertura, a manutenção e a regularidade operacional da conta são de responsabilidade exclusiva da OSC, a quem incumbe adotar as providências necessárias junto à instituição financeira, inclusive para o reconhecimento da isenção tarifária prevista em Lei.

§ 2º A Administração Pública poderá indicar a instituição financeira pública; não havendo indicação, a OSC providenciará a abertura da conta em instituição financeira pública que atenda aos requisitos deste Termo ,comunicando previamente os respectivos dados à Administração, sem que daí decorra transferência à Administração de responsabilidade pela regularidade da conta.

§ 3º Comprovada a impossibilidade de obtenção de conta isenta de tarifa em instituição financeira pública, as partes, mediante justificativa formal nos autos, definirão de comum acordo a instituição financeira a ser utilizada, preservada a não oneração dos recursos da parceria com o pagamento de tarifas.

§ 4º Enquanto não empregados na sua finalidade, os recursos serão obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro, em caderneta de poupança quando a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública quando o prazo previsto para sua utilização for inferior a um mês.

§ 5º Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, na forma do parágrafo único do art.51 da Lei nº 13.019/2024.

§ 6º A ausência de aplicação financeira dos recursos ociosos, na forma do § 4º, sujeita a OSC à restituição ao erário do valor correspondente ao rendimento que deixou de ser auferido, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) acumulada desde a data em que a aplicação deveria ter sido realizada até a efetiva restituição.

§ 7º A movimentação dos recursos fora da conta específica, o pagamento de tarifas bancárias com recursos da parceria e a não aplicação financeira dos valores ociosos constituem irregularidades passíveis de glosa e de restituição ao erário, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Quinta.

CLÁUSULA OITAVA - DA RASTREABILIDADE DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos realizados com recursos da parceria serão efetuados exclusivamente por meio de transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, de modo a assegurar a rastreabilidade das despesas.

Parágrafo único. Excepcionalmente, mediante justificativa expressa na prestação de contas, admitir-se-á o pagamento por outro meio, quando comprovadamente inviável a transferência eletrônica, preservada a identificação do destinatário e a comprovação do nexo entre a despesa e o objeto.

CLÁUSULA NONA – DA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E DOS BENS REMANESCENTES

Os recursos da parceria poderão custear a aquisição de material permanente e de equipamentos, desde que expressamente previstos e justificados no Plano de Trabalho e necessários à consecução do objeto, na forma admitida pela Lei nº 13.019/2014.

§1° Os bens de natureza permanente adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto mas que a ele não se incorporam, constituem bens remanescentes, cuja titularidade, na data da conclusão ou extinção da parceria, será do Município de Além Paraíba, nos termos do art. 42, inciso X, da Lei nº 13.019/2014 .

§2° A critério da Administração e mediante justificativa de interesse social, a titularidade dos bens remanescentes poderá ser destinada `OSC ou a terceiros beneficiários da política pública, quando demonstrada sua utilidade para a continuidade de ações de interesse social.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS METAS

Constituem metas a serem atingidas pela OSC, na forma do Plano de Trabalho, aquisição de equipamentos e mobiliário e distribuição de pipoca para alunos de rede pública ao longo do segundo semestre de 2026.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução da parceria será acompanhada por gestor formalmente designado pela Administração Pública e avaliada por comissão de monitoramento e avaliação, aos quais compete verificar o cumprimento das metas e a regular aplicação dos recursos, nos termos dos arts.58 a 61 da Lei nº 13.019/2014

Parágrafo único. A Administração Publica emitirá relatório de monitoramento e avaliação da parceria, que subsidiará a análise da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA TRANSPARÊNCIA E DA PUBLICIDADE

As partes darão ampla transparência à parceria, divulgando em seus sítios eletrônicos oficiais as informações previstas no art.11 da Lei n]

13.019/2014, entre elas a descrição do objeto, os valores, o cronograma e a situação da prestação de contas.

§ 1º Toda divulgação do evento fará constar a participação da Prefeitura Municipal de Além Paraíba , vedada qualquer promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A divulgação do custeio e da execução do objeto poderá ser realizada nas redes sociais da instituição, observados os limites legais de informação e publicidade, notadamente o princípio da impessoalidade previsto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, a Lei nº 12.527/2011 e a Lei nº 13.709/2018, vedada a divulgação de dados pessoais protegidos e de conteúdo de natureza político-partidária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC apresentará a prestação de contas final no prazo de até 30 (trinta) dias contados do término da vigência, com o detalhamento do cumprimento do objeto e da correta aplicação dos recursos.

A prestação de contas conterá, no mínimo:

I. relatório de execução do objeto, com a demonstração do alcance das metas;

II. formulário de prestação de contas, contendo balancete financeiro e relação de pagamentos;

III. extrato da conta corrente específica, com a movimentação desde o recebimento dos recursos até o último pagamento, e os demonstrativos das aplicações financeiras.

IV. comprovantes de despesa em primeira via ou cópia autenticada, observadas as exigências fiscais aplicáveis.

§ 1º A prestação de contas será apresentada por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com assinatura eletrônica, devendo a OSC providenciar previamente o seu credenciamento como usuária externa, observadas as orientações disponibilizadas no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Além Paraíba. A adoção do meio eletrônico assegura a autenticidade, a integridade e a rastreabilidade dos documentos, na forma da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e da Lei nº 14.063/2020.

§ 2º Comprovada a indisponibilidade técnica do sistema, a prestação de contas poderá ser apresentada por outro meio idôneo, preservada a comprovação da autoria e da data de envio.

§ 3º A análise da prestação de contas será concluída com a emissão de parecer técnico conclusivo pelo gestor da parceria, submetido à decisão da autoridade competente, que aprovará as contas, aprovará com ressalvas ou as rejeitará, na forma da Lei 13.019/2014 e da regulamentação municipal aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA DEVOLUÇÃO DE RECURSOS

Ao término ou na extinção do Convênio, a OSC devolverá aos cofres públicos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os recursos não aplicados e os saldos remanescentes, inclusive os provenientes das receitas das aplicações financeiras, na forma do art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

§ 1º Serão igualmente restituídos os recursos aplicados em desacordo com o objeto ou com as vedações deste Termo, bem como o rendimento não auferido em razão da ausência de aplicação financeira, na forma do § 6º da Cláusula Sétima.

§ 2º Os valores a serem restituídos serão atualizados pela taxa SELIC acumulada desde a data do repasse ou do fato gerador da restituição até a data da efetiva devolução, sem prejuízo das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com a Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública poderá aplicar à OSC, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as sanções :

Advertência

Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parcerias com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;

Declaração de idoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

Parágrafo único. A aplicação das sanções não afasta a obrigação de restituição dos recursos ao erário nem a responsabilização civil e penal cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA INTEGRIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS

As partes obrigam-se a atuar em conformidade com a legislação anticorrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013, abstendo-se de qualquer prática lesiva à Administração Pública, e declaram a inexistência de vedações e impedimentos à celebração da parceria, na forma do art.39 da Lei nº 13.019/2014.

Parágrafo único. No tratamento de dados pessoais eventualmente necessário à execução do objeto, inclusive dados de saúde, as partes observarão a Lei nº 13.709/2018, limitando o tratamento às finalidades da parceria e adotando medidas de segurança adequadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA VIGÊNCIA

O presente termo de Fomento vigorará da data de sua publicação, até 28 de fevereiro de 2027, período que compreende o repasse, a execução do objeto e os atos necessários ao seu encerramento.

§ 1º A vigência poderá ser alterada mediante termo aditivo, devidamente justificado, desde que não haja mudança do objeto e que o pedido seja formalizado antes do término do prazo vigente.

§ 2º Os recursos não utilizados até o término da vigência serão devolvidos na forma da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante notificação prévia, e rescindido motivadamente nos casos de inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, indisponibilidade de recursos, desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou na destinação do equipamento, ou atrasos não justificados na execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

A Administração Pública providenciará a publicação do extrato deste Termo no meio oficial de publicidade e no sítio eletrônico oficial do Município, condição de sua eficácia, na forma da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA VIGÉSIMA- DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, observadas . as disposições da Lei nº 13019/2024 e da regulamentação municipal aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Além Paraíba/MG para dirimir as questões oriundas deste Termo de Fomento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja observada a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa.

E, por estarem justas e acordes, as partes assinam o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Além Paraíba, 20 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal de Além Paraíba

WERLEY DA SILVA
Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:8A6560D5

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº39/2026
LEI Nº 4196 DE 10/06/2026

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA E O GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA MOCIDADE INDEPENDENTE, PARA OS FINS NELE ESPECIFICADO .

MUNICÍPIO DE ALÉM PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.709.197/0001-35, com sede na Praça Coronel Breves, nº 151, São José, Além Paraíba/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN**, portador do CPF nº 010.177.097-93 e da

Carteira de Identidade nº 88.86.156, PCMG, doravante denominado **CONCEDENTE**, e o **GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA MOCIDADE INDEPENDENTE**, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito sob CNPJ nº 00.586.855/0001-60, com sede na cidade de Além Paraíba, a Rua Antônio Galdino. nº 30 – Jardim Paraíso – Centro, **Sr. WERLEY DA SILVA** portador do CPF nº 009.826.306-46 e Carteira de Identidade nº M-8.270.588 SSPMG, denominado **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente termo, com fundamento na Lei nº 13.019/2024, mediante afastamento do chamamento público devidamente justificado nos autos, na forma dos arts. 30 e 31 da referida Lei, observadas as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto o repasse de recursos financeiros do para a realização de eventos, aquisição de materiais e equipamentos, além de manutenção, reforma ou ampliação do imóvel conforme as especificações, as metas e o cronograma constantes do Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública.

Parágrafo único. O Plano de Trabalho aprovado integra este Termo de Fomento, independentemente de transcrição, e vincula as partes em todos os seus termos, metas, etapas, cronogramas e itens de despesa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CELEBRAÇÃO, DOS PARECERES PRÉVIOS E DA CONDIÇÃO DE EFICÁCIA

A celebração deste Termo de Fomento somente se aperfeiçoa após a manifestação favorável da Administração Pública, formalizada por meio de parecer de órgão técnico e de parecer jurídico, nos termos do art.35, incisos V e VI, da Lei nº 13.019/2014, que atestam, respectivamente, o mérito da proposta e a regularidade jurídica da parceria.

§ 1º A eficácia deste Termo de Fomento fica condicionada à publicação de seu extrato no meio oficial de publicidade do CONCEDENTE, na forma da Cláusula Décima Nona.

§ 2º A ausência de qualquer dos pareceres exigidos no caput impede a celebração e a execução da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Compete à Administração Pública

a) aprovar o Plano de Trabalho apresentado pela OSC e suas eventuais alterações;

b) repassar à OSC o valor de até R$30.000,00(trinta mil reais) observados o cronograma de desembolso e a disponibilidade financeira;

c) designar o gestor da parceria e a comissão de monitoramento e avaliação, na forma da Cláusula Décima Primeira;

d) monitorar e avaliar a execução do objeto, emitindo o relatório técnico de monitoramento e avaliação e o parecer técnico conclusivo da prestação de contas;

e) prestar à OSC as orientações necessárias ao fiel cumprimento do objeto e analisar tempestivamente as solicitações formuladas;

f) assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralização, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Compete à OSC:

a) executar o objeto em conformidade com o Plano de Trabalho, responsabilizando-se, com exclusividade, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, nos termos do art. 44 da Lei nº 13,019/2014;

b) aplicar os recursos exclusivamente na execução do objeto, vedado o desvio de finalidade;

c) manter e movimentar os recursos na conta corrente específica isenta de tarifa bancária, na forma da Cláusula Sétima;

d) efetuar os pagamentos por meio eletrônico rastreável, na forma da Cláusula Oitava;

e) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução, sem responsabilidade solidária da Administração Pública;

f) permitir o livre acesso dos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, documentos, informações e locais de execução do objeto;

g) manter a escrituração contábil regularizada e conservar os comprovantes de despesa pelo prazo legal;

h)dar publicidade e transparência à parceria, na forma da Cláusula Décima Segunda;

i) prestar contas na forma e no prazo da Cláusula Décima Terceira;

j) devolver aos cofres públicos os recursos não aplicados, os saldos remanescentes e os rendimentos das aplicações financeiras, na forma da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES E DAS DESPESAS ELEGÍVEIS

É vedado à OSC utilizar os recursos da parceria para:

a) pagamento de tarifas bancárias, juros e multas de qualquer natureza, ressalvados os juros e a correção monetária das aplicações financeiras dos recursos da parceria;

b) pagamento de despesas realizadas em data anterior à vigência da parceria, ressalvadas a folha de pagamento, os encargos sociais e as faturas de água, luz e telefone correspondentes ao mês da celebração;

c) finalidade alheia ao objeto ou em desacordo com o Plano de Trabalho;

d)aquisição de bebidas alcoólicas, cigarros e itens congêneres.

Parágrafo único. São elegíveis as despesas vinculadas ao objeto e realizadas dentro da vigência da parceria, ainda que anteriores ao efetivo recebimento do repasse, desde que demonstrado o nexo da casualidade com o objeto e observado o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do objeto, a Administração Pública repassará o valor de até **R$ 30.000,00** (trinta mil reais), oriundo de recursos de investimento repassados pelo Tesouro Municipal , correndo a despesa por conta da dotação 2.01.00.04.422.030.2.0127.3.3.50.41, dividido em 04 (quatro) parcelas no valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MOVIMENTAÇÃO E DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Os recursos recebidos em decorrência desta parceria serão depositados e movimentados em conta corrente específica desta parceria,, isenta de tarifa bancária, mantida em instituição financeira pública, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014, sendo vedada a movimentação dos recursos por qualquer outro meio.

§ 1º A abertura, a manutenção e a regularidade operacional da conta são de responsabilidade exclusiva da OSC, a quem incumbe adotar as providências necessárias junto à instituição financeira, inclusive para o reconhecimento da isenção tarifária prevista em Lei.

§ 2º A Administração Pública poderá indicar a instituição financeira pública; não havendo indicação, a OSC providenciará a abertura da conta em instituição financeira pública que atenda aos requisitos deste Termo ,comunicando previamente os respectivos dados à Administração, sem que daí decorra transferência à Administração de responsabilidade pela regularidade da conta.

§ 3º Comprovada a impossibilidade de obtenção de conta isenta de tarifa em instituição financeira pública, as partes, mediante justificativa formal nos autos, definirão de comum acordo a instituição financeira a ser utilizada, preservada a não oneração dos recursos da parceria com o pagamento de tarifas.

§ 4º Enquanto não empregados na sua finalidade, os recursos serão obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro, em caderneta de poupança quando a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública quando o prazo previsto para sua utilização for inferior a um mês.

§ 5º Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, na forma do parágrafo único do art.51 da Lei nº 13.019/2024.

§ 6º A ausência de aplicação financeira dos recursos ociosos, na forma do § 4º, sujeita a OSC à restituição ao erário do valor correspondente ao rendimento que deixou de ser auferido, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) acumulada desde a data em que a aplicação deveria ter sido realizada até a efetiva restituição.

§ 7º A movimentação dos recursos fora da conta específica, o pagamento de tarifas bancárias com recursos da parceria e a não aplicação financeira dos valores ociosos constituem irregularidades passíveis de glosa e de restituição ao erário, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Quinta.

CLÁUSULA OITAVA - DA RASTREABILIDADE DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos realizados com recursos da parceria serão efetuados exclusivamente por meio de transferência eletrônica sujeita a

identificação do beneficiário final, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, de modo a assegurar a rastreabilidade das despesas.

Parágrafo único. Excepcionalmente, mediante justificativa expressa na prestação de contas, admitir-se-á o pagamento por outro meio, quando comprovadamente inviável a transferência eletrônica, preservada a identificação do destinatário e a comprovação do nexo entre a despesa e o objeto.

CLÁUSULA NONA – DA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E DOS BENS REMANESCENTES

Os recursos da parceria poderão custear a aquisição de material permanente e de equipamentos, desde que expressamente previstos e justificados no Plano de Trabalho e necessários à consecução do objeto, na forma admitida pela Lei nº 13.019/2014.

§1° Os bens de natureza permanente adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto mas que a ele não se incorporam, constituem bens remanescentes, cuja titularidade, na data da conclusão ou extinção da parceria, será do Município de Além Paraíba, nos termos do art. 42, inciso X, da Lei nº 13.019/2014 .

§**2**° A critério da Administração e mediante justificativa de interesse social, a titularidade dos bens remanescentes poderá ser destinada `OSC ou a terceiros beneficiários da política pública, quando demonstrada sua utilidade para a continuidade de ações de interesse social.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS METAS

Constituem metas a serem atingidas pela OSC, na forma do Plano de Trabalho, aquisição de equipamentos e mobiliário e distribuição de pipoca para alunos de rede pública ao longo do segundo semestre de 2026.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução da parceria será acompanhada por gestor formalmente designado pela Administração Pública e avaliada por comissão de monitoramento e avaliação, aos quais compete verificar o cumprimento das metas e a regular aplicação dos recursos, nos termos dos arts.58 a 61 da Lei nº 13.019/2014

Parágrafo único. A Administração Publica emitirá relatório de monitoramento e avaliação da parceria, que subsidiará a análise da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA TRANSPARÊNCIA E DA PUBLICIDADE

As partes darão ampla transparência à parceria, divulgando em seus sítios eletrônicos oficiais as informações previstas no art.11 da Lei n] 13.019/2014, entre elas a descrição do objeto, os valores, o cronograma e a situação da prestação de contas.

§ 1º Toda divulgação do evento fará constar a participação da Prefeitura Municipal de Além Paraíba , vedada qualquer promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A divulgação do custeio e da execução do objeto poderá ser realizada nas redes sociais da instituição, observados os limites legais de informação e publicidade, notadamente o princípio da impessoalidade previsto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, a Lei nº 12.527/2011 e a Lei nº 13.709/2018, vedada a divulgação de dados pessoais protegidos e de conteúdo de natureza político-partidária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC apresentará a prestação de contas final no prazo de até 30 (trinta) dias contados do término da vigência, com o detalhamento do cumprimento do objeto e da correta aplicação dos recursos.

A prestação de contas conterá, no mínimo:

I. relatório de execução do objeto, com a demonstração do alcance das metas;

II. formulário de prestação de contas, contendo balancete financeiro e relação de pagamentos;

III. extrato da conta corrente específica, com a movimentação desde o recebimento dos recursos até o último pagamento, e os demonstrativos das aplicações financeiras.

IV. comprovantes de despesa em primeira via ou cópia autenticada, observadas as exigências fiscais aplicáveis.

§ 1º A prestação de contas será apresentada por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com assinatura eletrônica, devendo a OSC providenciar previamente o seu credenciamento como usuária externa, observadas as orientações disponibilizadas no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Além Paraíba. A adoção do meio eletrônico assegura a autenticidade, a integridade e a rastreabilidade dos documentos, na forma da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e da Lei nº 14.063/2020.

§ 2º Comprovada a indisponibilidade técnica do sistema, a prestação de contas poderá ser apresentada por outro meio idôneo, preservada a comprovação da autoria e da data de envio.

§ 3º A análise da prestação de contas será concluída com a emissão de parecer técnico conclusivo pelo gestor da parceria, submetido à decisão da autoridade competente, que aprovará as contas, aprovará com ressalvas ou as rejeitará, na forma da Lei 13.019/2014 e da regulamentação municipal aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA DEVOLUÇÃO DE RECURSOS

Ao término ou na extinção do Convênio, a OSC devolverá aos cofres públicos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os recursos não aplicados e os saldos remanescentes, inclusive os provenientes das receitas das aplicações financeiras, na forma do art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

§ 1º Serão igualmente restituídos os recursos aplicados em desacordo com o objeto ou com as vedações deste Termo, bem como o rendimento não auferido em razão da ausência de aplicação financeira, na forma do § 6º da Cláusula Sétima.

§ 2º Os valores a serem restituídos serão atualizados pela taxa SELIC acumulada desde a data do repasse ou do fato gerador da restituição até a data da efetiva devolução, sem prejuízo das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com a Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública poderá aplicar à OSC, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as sanções :

Advertência

Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parcerias com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;

Declaração de idoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

Parágrafo único. A aplicação das sanções não afasta a obrigação de restituição dos recursos ao erário nem a responsabilização civil e penal cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA INTEGRIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS

As partes obrigam-se a atuar em conformidade com a legislação anticorrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013, abstendo-se de qualquer prática lesiva à Administração Pública, e declaram a inexistência de vedações e impedimentos à celebração da parceria, na forma do art.39 da Lei nº 13.019/2014.

Parágrafo único. No tratamento de dados pessoais eventualmente necessário à execução do objeto, inclusive dados de saúde, as partes observarão a Lei nº 13.709/2018, limitando o tratamento às finalidades da parceria e adotando medidas de segurança adequadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA VIGÊNCIA

O presente termo de Fomento vigorará da data de sua publicação até 28 de fevereiro de 2027, período que compreende o repasse, a execução do objeto e os atos necessários ao seu encerramento.

§ 1º A vigência poderá ser alterada mediante termo aditivo, devidamente justificado, desde que não haja mudança do objeto e que o pedido seja formalizado antes do término do prazo vigente.

§ 2º Os recursos não utilizados até o término da vigência serão devolvidos na forma da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante notificação prévia, e rescindido motivadamente nos casos de inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, indisponibilidade de recursos, desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou na destinação do equipamento, ou atrasos não justificados na execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

A Administração Pública providenciará a publicação do extrato deste Termo no meio oficial de publicidade e no sítio eletrônico oficial do Município, condição de sua eficácia, na forma da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA VIGÉSIMA- DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, observadas . as disposições da Lei nº 13019/2024 e da regulamentação municipal aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Além Paraíba/MG para dirimir as questões oriundas deste Termo de Fomento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja observada a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa.

E, por estarem justas e acordes, as partes assinam o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Além Paraíba, 20 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal de Além Paraíba

WERLEY DA SILVA
Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:6AA48E06

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 40/2026
LEI Nº 4196 DE 10/06/2026

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA E O GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA MOCIDADE INDEPENDENTE, PARA OS FINS NELE ESPECIFICADO .

MUNICÍPIO DE ALÉM PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.709.197/0001-35, com sede na Praça Coronel Breves, nº 151, São José, Além Paraíba/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN**, portador do CPF nº 010.177.097-93 e da Carteira de Identidade nº 88.86.156, PCMG, doravante denominado **CONCEDENTE**, e o **GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA MOCIDADE INDEPENDENTE**, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito sob CNPJ nº 00.586.855/0001-60, com sede na cidade de Além Paraíba, a Rua Antônio Galdino. nº 30 – Jardim Paraíso – Centro, **Sr. WERLEY DA SILVA** portador do CPF nº 009.826.306-46 e Carteira de Identidade nº M-8.270.588 SSPMG, denominado **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente termo, com fundamento na Lei nº 13.019/2024, mediante afastamento do chamamento público devidamente justificado nos autos, na forma dos arts. 30 e 31 da referida Lei, observadas as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto o repasse de recursos financeiros do para a aquisição de materiais para construção e decoração de carro alegórico, conforme as especificações, as metas e o cronograma constantes do Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública.

Parágrafo único. O Plano de Trabalho aprovado integra este Termo de Fomento, independentemente de transcrição, e vincula as partes em todos os seus termos, metas, etapas, cronogramas e itens de despesa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CELEBRAÇÃO, DOS PARECERES PRÉVIOS E DA CONDIÇÃO DE EFICÁCIA

A celebração deste Termo de Fomento somente se aperfeiçoa após a manifestação favorável da Administração Pública, formalizada por meio de parecer de órgão técnico e de parecer jurídico, nos termos do art.35, incisos V e VI, da Lei nº 13.019/2014, que atestam, respectivamente, o mérito da proposta e a regularidade jurídica da parceria.

§ 1º A eficácia deste Termo de Fomento fica condicionada à publicação de seu extrato no meio oficial de publicidade do CONCEDENTE, na forma da Cláusula Décima Nona.

§ 2º A ausência de qualquer dos pareceres exigidos no caput impede a celebração e a execução da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Compete à Administração Pública

a) aprovar o Plano de Trabalho apresentado pela OSC e suas eventuais alterações;

b) repassar à OSC o valor de até R$30.000,00(trinta mil reais) observados o cronograma de desembolso e a disponibilidade financeira;

c) designar o gestor da parceria e a comissão de monitoramento e avaliação, na forma da Cláusula Décima Primeira;

d) monitorar e avaliar a execução do objeto, emitindo o relatório técnico de monitoramento e avaliação e o parecer técnico conclusivo da prestação de contas;

e) prestar à OSC as orientações necessárias ao fiel cumprimento do objeto e analisar tempestivamente as solicitações formuladas;

f) assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralização, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Compete à OSC:

a) executar o objeto em conformidade com o Plano de Trabalho, responsabilizando-se, com exclusividade, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, nos termos do art. 44 da Lei nº 13,019/2014;

b) aplicar os recursos exclusivamente na execução do objeto, vedado o desvio de finalidade;

c) manter e movimentar os recursos na conta corrente específica isenta de tarifa bancária, na forma da Cláusula Sétima;

d) efetuar os pagamentos por meio eletrônico rastreável, na forma da Cláusula Oitava;

e) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução, sem responsabilidade solidária da Administração Pública;

f) permitir o livre acesso dos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, documentos, informações e locais de execução do objeto;

g) manter a escrituração contábil regularizada e conservar os comprovantes de despesa pelo prazo legal;

h)dar publicidade e transparência à parceria, na forma da Cláusula Décima Segunda;

i) prestar contas na forma e no prazo da Cláusula Décima Terceira;

j) devolver aos cofres públicos os recursos não aplicados, os saldos remanescentes e os rendimentos das aplicações financeiras, na forma da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES E DAS DESPESAS ELEGÍVEIS

É vedado à OSC utilizar os recursos da parceria para:

a) pagamento de tarifas bancárias, juros e multas de qualquer natureza, ressalvados os juros e a correção monetária das aplicações financeiras dos recursos da parceria;

b) pagamento de despesas realizadas em data anterior à vigência da parceria, ressalvadas a folha de pagamento, os encargos sociais e as faturas de água, luz e telefone correspondentes ao mês da celebração;

c) finalidade alheia ao objeto ou em desacordo com o Plano de Trabalho;

d)aquisição de bebidas alcoólicas, cigarros e itens congêneres.

Parágrafo único. São elegíveis as despesas vinculadas ao objeto e realizadas dentro da vigência da parceria, ainda que anteriores ao efetivo recebimento do repasse, desde que demonstrado o nexo da casualidade com o objeto e observado o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do objeto, a Administração Pública repassará o valor de até **R$ 10.000,00** (dez mil reais), oriundo de recursos de investimento repassados pelo Tesouro Municipal , correndo a despesa por conta da dotação 2.01.00.04.422.030.2.0127.3.3.50.41, dividido em 02 (duas) parcelas no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MOVIMENTAÇÃO E DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Os recursos recebidos em decorrência desta parceria serão depositados e movimentados em conta corrente específica desta parceria,, isenta de tarifa bancária, mantida em instituição financeira pública, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014, sendo vedada a movimentação dos recursos por qualquer outro meio.

§ 1º A abertura, a manutenção e a regularidade operacional da conta são de responsabilidade exclusiva da OSC, a quem incumbe adotar as providências necessárias junto à instituição financeira, inclusive para o reconhecimento da isenção tarifária prevista em Lei.

§ 2º A Administração Pública poderá indicar a instituição financeira pública; não havendo indicação, a OSC providenciará a abertura da conta em instituição financeira pública que atenda aos requisitos deste Termo ,comunicando previamente os respectivos dados à Administração, sem que daí decorra transferência à Administração de responsabilidade pela regularidade da conta.

§ 3º Comprovada a impossibilidade de obtenção de conta isenta de tarifa em instituição financeira pública, as partes, mediante justificativa formal nos autos, definirão de comum acordo a instituição financeira a ser utilizada, preservada a não oneração dos recursos da parceria com o pagamento de tarifas.

§ 4º Enquanto não empregados na sua finalidade, os recursos serão obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro, em caderneta de poupança quando a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública quando o prazo previsto para sua utilização for inferior a um mês.

§ 5º Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, na forma do parágrafo único do art.51 da Lei nº 13.019/2024.

§ 6º A ausência de aplicação financeira dos recursos ociosos, na forma do § 4º, sujeita a OSC à restituição ao erário do valor correspondente ao rendimento que deixou de ser auferido, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) acumulada desde a data em que a aplicação deveria ter sido realizada até a efetiva restituição.

§ 7º A movimentação dos recursos fora da conta específica, o pagamento de tarifas bancárias com recursos da parceria e a não aplicação financeira dos valores ociosos constituem irregularidades passíveis de glosa e de restituição ao erário, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Quinta.

CLÁUSULA OITAVA - DA RASTREABILIDADE DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos realizados com recursos da parceria serão efetuados exclusivamente por meio de transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, de modo a assegurar a rastreabilidade das despesas.

Parágrafo único. Excepcionalmente, mediante justificativa expressa na prestação de contas, admitir-se-á o pagamento por outro meio, quando comprovadamente inviável a transferência eletrônica, preservada a identificação do destinatário e a comprovação do nexo entre a despesa e o objeto.

CLÁUSULA NONA – DA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E DOS BENS REMANESCENTES

Os recursos da parceria poderão custear a aquisição de material permanente e de equipamentos, desde que expressamente previstos e justificados no Plano de Trabalho e necessários à consecução do objeto, na forma admitida pela Lei nº 13.019/2014.

§1° Os bens de natureza permanente adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto mas que a ele não se incorporam, constituem bens remanescentes, cuja titularidade, na data da conclusão ou extinção da parceria, será do Município de Além Paraíba, nos termos do art. 42, inciso X, da Lei nº 13.019/2014 .

§**2**° A critério da Administração e mediante justificativa de interesse social, a titularidade dos bens remanescentes poderá ser destinada `OSC ou a terceiros beneficiários da política pública, quando demonstrada sua utilidade para a continuidade de ações de interesse social.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS METAS

Constituem metas a serem atingidas pela OSC, na forma do Plano de Trabalho, aquisição de materiais para construção e decoração de carro alegórico a fim de unir as comunidades em torno da cultura popular, oferecendo momentos de lazer para os participantes dos eventos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução da parceria será acompanhada por gestor formalmente designado pela Administração Pública e avaliada por comissão de monitoramento e avaliação, aos quais compete verificar o cumprimento das metas e a regular aplicação dos recursos, nos termos dos arts.58 a 61 da Lei nº 13.019/2014

Parágrafo único. A Administração Publica emitirá relatório de monitoramento e avaliação da parceria, que subsidiará a análise da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA TRANSPARÊNCIA E DA PUBLICIDADE

As partes darão ampla transparência à parceria, divulgando em seus sítios eletrônicos oficiais as informações previstas no art.11 da Lei n] 13.019/2014, entre elas a descrição do objeto, os valores, o cronograma e a situação da prestação de contas.

§ 1º Toda divulgação do evento fará constar a participação da Prefeitura Municipal de Além Paraíba , vedada qualquer promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A divulgação do custeio e da execução do objeto poderá ser realizada nas redes sociais da instituição, observados os limites legais de informação e publicidade, notadamente o princípio da impessoalidade previsto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, a Lei nº 12.527/2011 e a Lei nº 13.709/2018, vedada a divulgação de dados pessoais protegidos e de conteúdo de natureza político-partidária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC apresentará a prestação de contas final no prazo de até 30 (trinta) dias contados do término da vigência, com o detalhamento do cumprimento do objeto e da correta aplicação dos recursos.

A prestação de contas conterá, no mínimo:

I. relatório de execução do objeto, com a demonstração do alcance das metas;

II. formulário de prestação de contas, contendo balancete financeiro e relação de pagamentos;

III. extrato da conta corrente específica, com a movimentação desde o recebimento dos recursos até o último pagamento, e os demonstrativos das aplicações financeiras.

IV. comprovantes de despesa em primeira via ou cópia autenticada, observadas as exigências fiscais aplicáveis.

§ 1º A prestação de contas será apresentada por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com assinatura eletrônica, devendo a OSC providenciar previamente o seu credenciamento como usuária externa, observadas as orientações disponibilizadas no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Além Paraíba. A adoção do meio eletrônico assegura a autenticidade, a integridade e a rastreabilidade dos documentos, na forma da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e da Lei nº 14.063/2020.

§ 2º Comprovada a indisponibilidade técnica do sistema, a prestação de contas poderá ser apresentada por outro meio idôneo, preservada a comprovação da autoria e da data de envio.

§ 3º A análise da prestação de contas será concluída com a emissão de parecer técnico conclusivo pelo gestor da parceria, submetido à decisão da autoridade competente, que aprovará as contas, aprovará com ressalvas ou as rejeitará, na forma da Lei 13.019/2014 e da regulamentação municipal aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA DEVOLUÇÃO DE RECURSOS

Ao término ou na extinção do Convênio, a OSC devolverá aos cofres públicos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os recursos não aplicados e os saldos remanescentes, inclusive os provenientes das receitas das aplicações financeiras, na forma do art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

§ 1º Serão igualmente restituídos os recursos aplicados em desacordo com o objeto ou com as vedações deste Termo, bem como o rendimento não auferido em razão da ausência de aplicação financeira, na forma do § 6º da Cláusula Sétima.

§ 2º Os valores a serem restituídos serão atualizados pela taxa SELIC acumulada desde a data do repasse ou do fato gerador da restituição até a data da efetiva devolução, sem prejuízo das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com a Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública poderá aplicar à OSC, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as sanções :
Advertência
Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parcerias com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;
Declaração de idoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.
Parágrafo único. A aplicação das sanções não afasta a obrigação de restituição dos recursos ao erário nem a responsabilização civil e penal cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA INTEGRIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS

As partes obrigam-se a atuar em conformidade com a legislação anticorrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013, abstendo-se de qualquer prática lesiva à Administração Pública, e declaram a inexistência de vedações e impedimentos à celebração da parceria, na forma do art.39 da Lei nº 13.019/2014.
Parágrafo único. No tratamento de dados pessoais eventualmente necessário à execução do objeto, inclusive dados de saúde, as partes observarão a Lei nº 13.709/2018, limitando o tratamento às finalidades da parceria e adotando medidas de segurança adequadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA VIGÊNCIA

O presente termo de Fomento vigorará da data de sua publicação até 28 de fevereiro de 2027, período que compreende o repasse, a execução do objeto e os atos necessários ao seu encerramento.
§ 1º A vigência poderá ser alterada mediante termo aditivo, devidamente justificado, desde que não haja mudança do objeto e que o pedido seja formalizado antes do término do prazo vigente.
§ 2º Os recursos não utilizados até o término da vigência serão devolvidos na forma da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante notificação prévia, e rescindido motivadamente nos casos de inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, indisponibilidade de recursos, desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou na destinação do equipamento, ou atrasos não justificados na execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

A Administração Pública providenciará a publicação do extrato deste Termo no meio oficial de publicidade e no sítio eletrônico oficial do Município, condição de sua eficácia, na forma da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA VIGÉSIMA- DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, observadas . as disposições da Lei nº 13019/2024 e da regulamentação municipal aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Além Paraíba/MG para dirimir as questões oriundas deste Termo de Fomento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja observada a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa.
E, por estarem justas e acordes, as partes assinam o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Além Paraíba, 20 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal de Além Paraíba

WERLEY DA SILVA
Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:CC3D45B8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALVORADA DE MINAS

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR 118-26- CRIAÇÃO DE CARGO DE COORDENADOR DA CASA DE APOIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ N°._18.303.164/0001-53
LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2026, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGO NO QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS/MG, NO ÂMBITO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2011, DE 01 DE JUNHO DE 2011, PARA EXERCÍCIO NA CASA DE APOIO SITUADA NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DANILIO CLESSIO FERREIRA, Prefeito Municipal de Alvorada de Minas/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
Art. 1º Fica criado, no Quadro de Cargos de Provimento em Comissão da Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas/MG, no âmbito da Lei Complementar nº 011/2011, de 01 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas/MG, 01 (um) cargo de Coordenador da Casa de Apoio, de recrutamento amplo e provimento em comissão, destinado ao exercício de suas atribuições na Casa de Apoio localizada na Rua Stibina, nº 203, Bairro Santa Efigênia, no Município de Belo Horizonte/MG.
Parágrafo único. O cargo criado por esta Lei Complementar destina-se ao atendimento das atividades desenvolvidas na Casa de Apoio instituída para acolhimento temporário e gratuito de pacientes e acompanhantes do Município de Alvorada de Minas/MG, nos termos da Lei Municipal nº 1.172/2025.
Art. 2º As atribuições, os requisitos para investidura, o vencimento, a carga horária, recrutamento e provimento do cargo criado por esta Lei Complementar constam dos Anexos I e II, que dela fazem parte integrante.
Art. 3º O cargo criado por esta Lei Complementar observará as disposições da Seção II- Dos Cargos de Provimento em Comissão, da Lei Complementar nº 011/2011, de 01 de junho de 2011, especialmente o disposto nos arts. 18, 19 e 20, ou da legislação que vier a substituí-la.
Parágrafo único. O cargo de Coordenador da Casa de Apoio é de recrutamento amplo, provimento em comissão e de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, nos termos da legislação municipal citada no caput deste artigo.
Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, suplementadas, se necessário, observadas as disposições da legislação orçamentária e da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Alvorada de Minas/MG, 21 de agosto de 2026

DANILIO CLESSIO FERREIRA:05979367659
Assinado digitalmente por DANILIO CLESSIO FERREIRA:05979367659 ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU= Presencial, OU=00679163000142, OU= Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(em branco), CN=DANILIO CLESSIO FERREIRA:05979367659 Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Data: 2026.08.21 14:56:36-03'00' Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I- ESPECIFICAÇÕES DO CARGO					
DENOMINAÇÃO DO CARGO	**VAGAS**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA**	**RECRUTAMENTO**	**PROVIMENTO**
Coordenador da Casa de Apoio	1	R$ 3472,29 (três mil, quatrocentos e setenta e dois reais e vinte e nove centavos)	40 (quarenta) horas semanais	Amplo	Comissionado

ANEXO II- DESCRIÇÃO, ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS DO CARGO COORDENADOR DA CASA DE APOIO
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:
Os ocupantes do cargo têm como atribuições as atividades relacionadas à administração e coordenação operacional da Casa de Apoio situada em Belo Horizonte/MG.
DESCRIÇÃO DETALHADA DAS TAREFAS:
• Gestão administrativa da unidade;
• Supervisão de limpeza e conservação;
• Controle patrimonial e zelo pelo bem público. Comunicar a SMS casos de irregularidade;
• Articulação permanente com a Secretaria Municipal de Saúde;
• Orientar os usuários para manutenção da higiene da unidade;
• Providenciar manutenção e consertos necessários;
• Solicitar alimentos, produtos de limpeza e outros insumos necessários para o bom funcionamento da unidade;
• Gerenciar o uso da lavanderia;
• Realizar registro de ocorrências de problemas na unidade em livro de ata, incluindo reclamações de usuários, para posteriores providências;
• Abordar, orientar e advertir (quando necessário) os usuários, em situações conflitantes dentro do ambiente da unidade e adjacências;
• Exercer vigilância constante em todo perímetro da unidade;
• Controlar para que todas as normas estabelecidas no regimento interno sejam seguidas;
• Auxiliar no controle de entrada e saída dos usuários, atendendo as normas de horários estabelecidas;
• Ser dedicado e atender aos usuários com respeito e humanidade;
• Ser ético, discreto e não realizar nenhum comentário da vida particular dos usuários;
• Em caso de assalto, sequestro, brigas e outras ocorrências graves ligar para polícia ou para guarda municipal de Belo Horizonte, registrando boletim de ocorrência;
• Em caso de usuários com complicações no quadro de saúde, acionar o SAMU;
• Em caso de incêndio acionar o Corpo de Bombeiros;
• Providenciar o retorno a Alvorada de Minas dos pacientes que finalizaram o tratamento de saúde, bem como de seus acompanhantes;
• Organizar as viagens dos veículos de Belo Horizonte a Alvorada de Minas, considerando como critério de elegibilidade para priorização de disponibilização de vagas para os usuários, àqueles que estiverem a mais tempo na unidade aguardando para retornar a Alvorada de Minas;
• Elaborar relatórios e outros documentos formais e oficiais sobre o andamento das atividades na CASA DE APOIO.
ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Médio Completo

Publicado por:
Maria Flavia Nunes Mesquita Araujo Costa
Código Identificador:CA937E73

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 119/2026- AMPLIAÇÃO DE VAGA DO CARGO DE CONDUTOR DE VEÍCULOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
___CNPJ N°._18.303.164/0001-53_____

LEI COMPLEMENTAR Nº 119/2026, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre a ampliação de vaga do cargo de Condutor de Veículos, no quadro de pessoal do Município de Alvorada de Minas/MG, previsto na Lei Complementar nº 011/2011, de 01 de junho de 2011, e dá outras providências."

DANILIO CLESSIO FERREIRA, **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALVORADA DE MINAS/MG**, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Fica ampliada uma vaga referente ao Cargo de Condutor e Veículos-Motorista de Categoria D, no quadro de pessoal do Município de Alvorada de Minas/MG, prevista na Lei Complementar nº 011/2011, de 01 de junho de 2011.
Parágrafo único. A denominação do cargo, o número de vagas, o vencimento, a carga horária, as atribuições e os requisitos para provimento referente à ampliação da vaga são os constantes dos Anexos I e II desta Lei, que dela passam a fazer parte integrante.
Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, suplementadas, se necessário, observadas as disposições da legislação orçamentária e da Lei Complementar Federal nº 101/2000- Lei de Responsabilidade Fiscal.
Art. 3º. Essa Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Alvorada de Minas/MG, 21 de agosto de 2026

DANILIO CLESSIO FERREIRA:05979367659
Assinado digitalmente por DANILIO CLESSIO FERREIRA:05979367659 ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial, OU=00679163000142, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(em branco), CN=DANILIO CLESSIOFERREIRA:05979367659
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Data: 2026.08.21 14:54:54-03'00'
FoxitPDFReaderVersão:2025.1.0

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I- ESPECIFICAÇÕES DO CARGO			
DENOMINAÇÃO DO CARGO	**VAGAS**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA**
Condutor de Veículos-Motorista Categoria D	1	R$ 2.314,86 (dois mil, trezentos e quatorze reais e oitenta e seis centavos)	40 (quarenta) horas semanais
ANEXO II- DESCRIÇÃO, ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS DO CARGO			
CONDUTOR DE VEÍCULOS- MOTORISTA CATEGORIA D			
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:			
Dirigir veículos e transportar pessoas ou cargas.			
• DESCRIÇÃO DETALHADA DAS TAREFAS:			
• Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo, testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento;			
• Examinar as ordens de serviços, para dar cumprimento à programação estabelecida;			
• Dirigir o veículo, manipulando os comandos e observando o fluxo de trânsito e a sinalização para conduzi-los aos locais determinados;			
• Recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem para possibilitar a manutenção e abastecimento do mesmo;			
• Dirigir veículos de qualquer natureza pertencentes a Municipalidade para transporte de pessoas, cargas;			
• Responsabilizar-se pela segurança de passageiros e de cargas;			
• Executar tarefas afins à sua responsabilidade.			
REQUISITOS PARA PROVIMENTO: Ensino Fundamental Incompleto;			
Carteira Nacional de Habilitação- Categoria D.			

Publicado por:
Maria Flavia Nunes Mesquita Araujo Costa
Código Identificador:5D85E11E

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 1188/2026- PROGRAMA DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE FEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ N°._18.303.164/0001-53

LEI ORDINÁRIA Nº 1188/2026, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Institui o Programa de Incentivo à Participação de Feirantes, incluindo Pequenos Produtores, Agricultores Familiares, Artesanais, Feirantes e Barraqueiros, em Feiras e Eventos no Município de

Alvorada de Minas, autoriza o Poder Executivo a criar e gerenciar espaços dedicados, estabelecendo a gratuidade e a reserva de espaços, e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE ALVORADA DE MINAS, ESTADO DE MINAS GERAIS, por seus representantes na Câmara aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Incentivo à Participação de Feirantes em Feiras e Eventos no Município de Alvorada de Minas, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico local, valorizar a produção regional e promover a inclusão social e produtiva.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, são considerados beneficiários do Programa de Incentivo:

I- Pequenos Produtores: aqueles que desenvolvam atividades de produção agropecuária em pequena escala, prioritariamente nos termos do Art. 2º, inciso V da Lei nº 832/2013, de 05 de fevereiro de 2013, que "Dispõe sobre as ações e os instrumentos para o desenvolvimento da atividade agropecuária do Município de Alvorada de Minas - MG e dá outras providências".

II- Agricultores Familiares: aqueles que se enquadram nas disposições da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e demais legislações pertinentes, desenvolvendo atividades conforme o Art. 2º da Lei nº 832/2013, de 05 de fevereiro de 2013.

III- Artesanais: pessoas que produzam bens manufaturados de forma manual ou com auxílio de ferramentas simples, caracterizando a produção como artesanal, com foco na valorização cultural e econômica local.

IV- Feirantes: Pessoas físicas que, não se enquadrando nas categorias dos incisos I, II ou III, exerçam de forma habitual ou eventual a atividade de comércio varejista de produtos diversos em feiras livres no Município, desde que devidamente cadastrados.

V- Barraqueiros: Pessoas físicas que exerçam a atividade de comércio varejista ou de serviços em barracas montadas em eventos oficiais e organizados pelo Município, não se enquadrando nas categorias dos incisos I, II ou III, desde que devidamente cadastrados.

§ 1º Para os fins desta Lei, as pessoas físicas enquadradas nos incisos I, II, III, IV e V do *caput* deste artigo serão designadas conjuntamente como "Feirantes Beneficiários" e terão os mesmos direitos e deveres estabelecidos por esta Lei.

§ 2º Os Feirantes Beneficiários deverão estar devidamente cadastrados junto ao órgão municipal competente, conforme regulamentação a ser editada pelo Poder Executivo Municipal, que poderá utilizar ou complementar os cadastros já existentes ou previstos na Lei nº 832/2013.

§ 3º O cadastro de que trata o parágrafo anterior deverá ser atualizado periodicamente e poderá exigir comprovação da atividade, porte da produção, e residência e/ou domicílio no Município de Alvorada de Minas por, no mínimo, 2 (dois) anos.

Art. 3º Fica garantida a participação gratuita dos Feirantes Beneficiários devidamente cadastrados nos termos do Art. 2º desta Lei, em todas as feiras e eventos oficiais e organizados pelo Município de Alvorada de Minas.

§ 1º A gratuidade de que trata o caput deste artigo excepciona a cobrança de taxas de licenciamento para participação em feiras, prevista no Art. 94 da Lei Complementar nº 65/2023, de 16 de novembro de 2023, que "Institui o Código de Posturas do Município de Alvorada de Minas/MG", para os Feirantes Beneficiários deste Programa.

§ 2º A participação gratuita está condicionada à disponibilidade de espaços e à observância das demais obrigações e proibições dos feirantes, conforme os Arts. 95 e 96 da Lei Complementar nº 65/2023, no que couber, e outras normas regulamentares.

Art. 4º Em todas as festas oficiais e eventos organizados pelo Município de Alvorada de Minas, será reservado um mínimo de 50% (cinquenta por cento) das barracas ou espaços disponíveis para a comercialização dos produtos dos Feirantes Beneficiários de que trata o Art. 2º desta Lei.

§ 1º A cessão dos espaços referidos no caput deste artigo será gratuita para os Feirantes Beneficiários devidamente cadastrados.

§ 2º A distribuição e gestão desses espaços serão regulamentadas pelo Poder Executivo Municipal, garantindo critérios de transparência, equidade e, preferencialmente, mediante o envolvimento da comissão paritária de que trata o Art. 98 da Lei Complementar nº 65/2023.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal, em consonância com as diretrizes do Art. 13 da Lei nº 832/2013, que fomenta a implantação e melhoramento de mercados para a comercialização direta, poderá criar, designar e gerenciar espaços físicos adequados para a realização de feiras e eventos, com o propósito de incentivar a comercialização dos produtos dos Feirantes Beneficiários desta Lei.

Art. 6º A instalação e funcionamento de barracas destinadas à comercialização de bebidas, alimentos, roupas, brinquedos e/ou similares pelos Feirantes Beneficiários desta Lei na área de entrada do Parque de Exposições do Município somente serão permitidos em local previamente delimitado pelo Município, conforme croqui oficial do evento, e mediante expedição do competente Alvará de Funcionamento.

Parágrafo único. A expedição do Alvará de Funcionamento de que trata o *caput* deste artigo, para os Feirantes Beneficiários desta Lei, está abrangida pela gratuidade prevista no § 1º do Art. 3º, mas não dispensa a necessidade de sua solicitação e obtenção junto ao órgão municipal competente, bem como a observância das condições operacionais estabelecidas.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal, por meio de seus órgãos competentes, e em consonância com as diretrizes da política agrícola estabelecidas na Lei nº 832/2013, será responsável por:

I- Manter e atualizar o cadastro dos Feirantes Beneficiários.

II- Regulamentar os critérios e procedimentos para a participação, cessão e utilização dos espaços nas feiras e eventos, em complementação à Lei Complementar nº 65/2023.

III- Promover a divulgação das feiras e eventos, incentivando a participação e a comercialização dos produtos dos Feirantes Beneficiários.

IV- Prestar o apoio técnico e institucional necessário aos Feirantes Beneficiários, em conformidade com as ações e instrumentos de política agrícola previstos na Lei nº 832/2013 e suas alterações, como a Lei Ordinária nº 1105/2023.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente aquelas que conflitarem com a gratuidade e a reserva de espaços para os Feirantes Beneficiários especificados nesta Lei.

Alvorada de Minas/MG, 25 de agosto de 2026

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Av. José Madureira Horta n°190 Centro–CEP: 39140-000 Alvorada de Minas

Publicado por:
Maria Flavia Nunes Mesquita Araujo Costa
Código Identificador:D54745EA

LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026

A Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas – MG, por meio do seu Agente de Contratação, no uso de suas atribuições legais, pelo presente instrumento, vêm convocar a empresa H L H serviços e tecnologia LTDA, tecnicamente classificada em primeiro lugar, nos termos do edital e termo de referência, item 7 e 7.1 e seguintes, para apresentação de prova de conceito, a iniciar no dia 27/08/2026 as 09:00:00 horas, sob as penas da lei, na sede da Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas, processo em epígrafe, cujo o objeto**: CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CONTEMPLANDO LICENCIAMENTO DE SOFTWARES E SERVIÇOS PARA GESTÃO ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA, PROCESSO ELETRÔNICO E GED, ASSISTÊNCIA SOCIAL E GESTÃO EDUCACIONAL, DESTINADOS À PREFEITURA E CÂMARA**

MUNICIPAL, considerando a sequência do processo nos termos legais. Aos interessados, demais informações, Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas, situada à Av. José Madureira Horta, 190 - Centro, E-mail: licitacao@alvoradademinas.mg.gov.br ou através do telefone nº 31/3862-1121 e 3862.1209 em horário comercial.

Alvorada de Minas, 25 de agosto de 2026

GILMAR SILVA MOURÃO
Agente de Contratação

Publicado por:
Ângela Aparecida Mota
Código Identificador:4846E1B6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÇUAÍ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PAL 058/2026 - PE 020/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ - **AVISO DE LICITAÇÃO PAL 058/2026 - PE 020/2026 -**A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ – MG, TORNA PÚBLICO NOS TERMOS DA LEI 14.133/21, O **PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 058/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026**. **OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, UNIFORMES ESPORTIVOS, ITENS DE PREMIAÇÃO E MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DO EVENTO MULTIESPORTIVO DO MUNICÍPIO DE ARAÇUAÍ/MG, NO ÂMBITO DO CONVÊNIO Nº 958516/2024**.ABERTURA **09/09/2026**, ÀS 09:00 HORAS, NA PLATAFORMA WWW.LICITARDIGITAL.COM.BR.ACESSO IDENTIFICADO NO LINK "ACESSO PUBLICO". MAIORES INFORMAÇÕES (33) 3731-8530 DE 14H ÀS 17H, EMAIL:LICITACAO@ARACUAI.MG.GOV.BR -

Araçuaí, 26 de agosto de 2026.

ANGEL LORRANE VERSIANI MEDEIROS -
Pregoeira

Publicado por:
Angel Lorrane Versiani Medeiros
Código Identificador:2383A1D1

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO N°. 056/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°. 017/2026
OBJETO: Contratação de apresentação artística da Banda PARANGOLÉ, para integrar a programação das festividades em comemoração ao aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Araçuaí – "Araçuaí 155 anos", com apresentação prevista para o dia 19 de setembro de 2026, conforme previsto na respectiva proposta comercial, ata da Comissão Organizadora e demais documentos constantes do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

Considerando a solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, devidamente instruída com os documentos exigidos para a contratação direta;

Considerando que a contratação encontra fundamento no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, representado por empresário exclusivo;
Considerando que o procedimento foi regularmente instruído pelo Agente de Contratação, designado pela Portaria nº 350/2026, contando com Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, justificativa de preço, comprovação da exclusividade da representante do artista, declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, bem como parecer jurídico favorável quanto à legalidade da contratação;
RATIFICO a inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa V2 Empreendimentos Artísticos Ltda., representante exclusiva do Banda Parangolé, para realização de apresentação artística no dia 19 de setembro de 2026 em comemoração ao aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Araçuaí – "Araçuaí 155 anos, com início previsto às 22h00 e duração mínima de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, pelo valor total de R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), nos termos do Processo Administrativo nº 056/2026.
Publique-se para que se cumpra o pressuposto legal.

Araçuaí-MG, 21 de agosto de 2026.

GILVANIA LUIZ SOARES NEIVA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:A179DD47

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

EXTRATO PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 145/2026 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2025 PAL 43/2025 PE 19/2025
A Prefeitura Municipal de Araçuaí – MG torna público, para o conhecimento de quantos possam interessar, que firmou, na data de 04/08/2026 Contratos do PAL nº 043/2025 em decorrência do Pregão Eletrônico nº 19/2025, cujo objeto é o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas, caminhão basculante e caminhão prancha, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Araçuaí/MG. **Contrato Nº 145/2026** do saldo remanescente decorrente da Ata de Registro de Preços nº 123/2025 referente ao, com a empresa **CONSTRUTORA NUNES E MATOS LTDA**, O valor global estimado deste contrato é de R$ 49.354,40 (quarenta e nove mil e trezentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), o **Contrato Nº 146/2026** do saldo remanescente decorrente da Ata de Registro de Preços nº 125/2025 com a empresa **LARISSA GONÇALVES RIBEIRO UNIPESSOAL LTDA,** O valor global estimado deste contrato R$ 1.950.661,50 (hum milhão novecentos e cinquenta mil e seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos) e o Contrato Nº 147/2026 com a empresa **VANUZA NASCIMENTO PRATES** do saldo remanescente decorrente da Ata de Registro de Preços nº 126/2025. O valor global estimado deste contrato R$ 234.376,88 (duzentos e trinta e quatro mil e trezentos e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos). O presente contrato terá vigência até 03/08/2027.

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:4FE8F34E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÚJOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO n.º 107/2026
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 36/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA DESTINADA ÀS ÁREAS RECREATIVAS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, INCLUINDO A RETIRADA DA GRAMA EXISTENTE, E REPARO DA BASE, QUANDO NECESSÁRIO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 11 de SETEMBRO 2026 às 13h00min.
ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 11 de SETEMBRO 2026 às 13h00min.
Informações completas com o Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Araújos/MG – FONE (37) 3288-3010, no horário de 13h00min às 16h00min, e-mail: licitacao@araujos.mg.gov.br.

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaro para os fins que se fizerem necessários que este documento foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Araújos/MG, na Avenida 1° de janeiro, 1748, e ainda no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM-www.diariomunicipal.com.br).

Araújos/MG, 25 de agosto de 2026.

THAÍS MESQUITA RIBEIRO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:7F6F3393

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PL 108-2026

PROCESSO LICITATÓRIO n.º 108/2026
MODALIDADE: Pregão Presencial SRP nº 37/2026
OBJETO: Registro de Preços para FUTURAS e EVENTUAIS aquisições de TIRAS REAGENTES E GLICOSÍMETROS.
ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 16 de SETEMBRO 2026 às 09h00min.
ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 16 de SETEMBRO 2026 às 09h00min.
Informações completas com o Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Araújos/MG – FONE (37) 3288-3010, no horário de 13h00min às 16h00min, e-mail: licitacao@araujos.mg.gov.br.

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaro para os fins que se fizerem necessários que este documento foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Araújos/MG, na Avenida 1° de janeiro, 1748, e ainda no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM-www.diariomunicipal.com.br).

Araújos/MG, 25 de agosto de 2026.

THAÍS MESQUITA RIBEIRO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:A5E458CB

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 110/2026

PROCESSO Nº 110/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026

OBJETO: Contratação de uma empresa especializada para execução de Obra de Reforma e Melhorias da Escola Municipal Percília Leonardo, Município de Araújos/MG**.**
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
MODO DE DISPUTA: ABERTO
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: A SESSÃO PÚBLICA SERÁ NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2026, ÀS 08H00MIN, PELA PLATAFORMA DA LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br
Informações completas com a Comissão Permanente de Licitação de Prefeitura Municipal de Araújos/MG – FONE (37) 3288-3010, no horário de 13h00min às 16h00min, e-mail: licitação@araujos.mg.gov.br.

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaro para os fins que se fizerem necessários que este documento foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Araújos/MG, na Avenida 1° de janeiro, 1748, e ainda no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM-www.diariomunicipal.com.br).

Araújos/MG, 25 de agosto de 2026.

THAÍS MESQUITA RIBEIRO
Pregoeira Oficial
Presidente da CPL

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:FAB70C44

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 114/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 114/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026

OBJETO: Contratação de uma empresa especializada para execução de Obra de Reforma e Melhorias nas Escolas Municipais Dona Saninha e CMEI Raimundo Novato, Município de Araújos/MG.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
MODO DE DISPUTA: ABERTO
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: A SESSÃO PÚBLICA SERÁ NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2026, ÀS 10H 00MIN, PELA PLATAFORMA DA LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br
Informações completas com a Comissão Permanente de Licitação de Prefeitura Municipal de Araújos/MG – FONE (37) 3288-3010, no horário de 13h00min às 16h00min, e-mail: licitação@araujos.mg.gov.br.

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaro para os fins que se fizerem necessários que este documento foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Araújos/MG, na Avenida 1° de janeiro, 1748, e ainda no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM-www.diariomunicipal.com.br).

Araújos/MG, 25 de agosto de 2026.

THAÍS MESQUITA RIBEIRO
Setor de Licitações

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:6F04B818

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARCOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO MUNICIPAL Nº 7.481/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 7.481 /2026

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS REFERENTES À ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS - SES/MG, COMO CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÕES À SANTA CASA DE

ARCOS, REFERENTES À RESOLUÇÃO SES/MG Nº 10.895, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei Orgânica Municipal, art. 68, inciso VI, c/c art. 135, inciso I, alínea 'j',
CONSIDERANDO a Seção II, Capítulo II, Título VIII da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde – SUS;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, instituindo o SUS;
CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO SES/MG Nº 10.895, que dispõe sobre a estratégia de saúde e regramento do repasse de recursos vinculados ao Módulo Valor em Saúde da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas;
CONSIDERANDO que a referida resolução visa financiar a manutenção e funcionamento dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto (UTI-a) e Unidade Coronariana (UCO) na Santa Casa de Arcos;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar e implementar, no âmbito do Município de Arcos/MG, o processo de transferência da assistência financeira complementar da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais - SES/MG para viabilizar o pagamento à Santa Casa de Arcos;
CONSIDERANDO que as parcelas referentes aos meses de março e abril, contempladas na Resolução SES/MG Nº 10.895, já foram repassadas antecipadamente, sendo o presente ato referente ao pagamento da parcela do mês de fevereiro;

DECRETA:
Art. 1º - Fica autorizado o repasse da Assistência Financeira Complementar à Santa Casa de Arcos, inscrita no CNPJ sob o nº 16.968.547/0001-15 e no CNES sob o nº 2168693, no valor de R$ 164.250,00 (Cento e sessenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais), referente ao pagamento da parcela do mês de fevereiro.
Parágrafo único - A assistência financeira complementar transferida pelo Fundo Municipal de Saúde observará o disposto na RESOLUÇÃO SES/MG Nº 10.895, e na Lei Municipal nº 3.098/2023, registrando-se que as parcelas dos meses de março e abril, contempladas na dita resolução, já foram repassadas antecipadamente.
Art. 2º - O repasse de que trata este Decreto deve ser pago obedecendo as informações bancárias e valores estabelecidos. O valor de R$ 164.250,00 (Cento e sessenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais) segue as determinações da RESOLUÇÃO SES/MG Nº 10.895, sendo a Agência 0894-X, Conta nº 431818.
§ 1º - As transferências a serem realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Arcos ficam limitadas aos valores e à periodicidade da assistência financeira disponibilizada pela SES/MG.
§ 2º - O recurso a ser transferido consiste no valor previamente estipulado pela SES/MG para o beneficiário elegível, desde que efetivamente repassado ao Fundo Municipal de Saúde.
Art. 3º - Possíveis diferenças entre os valores estimados neste Decreto e os efetivamente repassados pela SES/MG serão objeto de encontro de contas em parcelas subsequentes.
Art. 4º - Compete ao prestador de serviços beneficiário deste Decreto a responsabilidade pela devida alocação dos recursos financeiros derivados da assistência financeira complementar da SES/MG, observando o cumprimento da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas.
§ 1º - O beneficiário que receber os recursos de que trata este Decreto deverá manter em arquivo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, os documentos comprobatórios da realização das despesas e aplicação dos recursos do Programa Valora Minas.
§ 2º - A Secretaria Municipal de Saúde de Arcos e os demais órgãos de controle interno e externo poderão requisitar, a qualquer tempo, informações e documentos para comprovar a regular aplicação dos recursos de que trata este Decreto.
Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga os efeitos do Decreto nº 7.477 de 21/08/2026.

Arcos, 25 de Agosto de 2026.

WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:7600B968

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS- AVISO DE LICITAÇÃO- PL 050/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050 DE 2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026 DE 2026

OBJETO: Aquisição e instalação de vídeo porteiro residencial para as casas de apoio e aquisição de bagageiro de veículo, para atender as demandas do Departamento de transportes da Secretaria Municipal de Saúde, **tipo menor preço por ITEM,** sob demanda em âmbito municipal, de acordo com quantidades e especificações constantes do Termo de Referência.

ABERTURA DA SESSÃO:Dia 11/09/2026 às 13:30 horas.
LOCAL:na plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br .
CONSULTAS AO EDITAL:
Na internet, no site www.arcos.mg.gov.br ou no Departamento de Licitações e Contratos supracitado.
ESCLARECIMENTOS: plataforma BNC,telefone: (37) 3359-7905.
Departamento de Licitações e Contratos supracitado.

Arcos, 25 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:EAB5C360

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS- AVISO DE LICITAÇÃO- PL 116/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116 DE 2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046 DE 2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 039 DE 2026

OBJETO: aquisição de materiais elétricos em geral, destinados ao atendimento das demandas das diversas secretarias do Município de Arcos-MG, compreendendo itens como: abraçadeiras, conduletes, disjuntores, quadros de distribuição, padrões pré-fabricados, lâmpadas, luminárias LED, refletores, extensões, interruptores, tomadas, ferramentas, acessórios e demais materiais elétricos necessários à manutenção, instalação e operação de sistemas elétricos municipais, **tipo menor preço por ITEM,** sob demanda em âmbito municipal, de acordo com quantidades e especificações constantes do Termo de Referência.

ABERTURA DA SESSÃO:Dia 09/09/2026 às 13:30 horas.
LOCAL:na plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br .
CONSULTAS AO EDITAL:
Na internet, no site www.arcos.mg.gov.br ou no Departamento de Licitações e Contratos supracitado.
ESCLARECIMENTOS: plataforma BNC,telefone: (37) 3359-7905.
Departamento de Licitações e Contratos supracitado.

Arcos, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:841C2489

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS PL 115/2026- EXTRATO DE ATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS

RELATORIO DE ATAS DE REGISTRO DE PRECOS
Unidade Gestora: 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL

Numero da Ata: 134/2026
Data da Ata: 06/08/2026 Data de Inicio da Ata: 06/08/2026 Data de Expiracao da Ata: 06/08/2027
Processo: 115/2026 Modalidade: 45 - Pregao - Registro de Preco
Fornecedor: 08.659.585/0001-68 - ADRIANA MARIA FERNANDES TERRA-ME
Descricao do Objeto: aquisicao de materiais de papelaria e expediente em geral, para atender as demandas das diversasSecretarias que compoem a esfera municipal, conforme condicoes, quantidades e exigencias estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Valor total da Ata: 121.520,10

Numero da Ata: 135/2026
Data da Ata: 06/08/2026 Data de Inicio da Ata: 06/08/2026 Data de Expiracao da Ata: 06/08/2027
Processo: 115/2026 Modalidade: 45 - Pregao - Registro de Preco
Fornecedor: 28.488.297/0001-03 - MINAS PAPELARIA & INFORMATICA LTDA
Descricao do Objeto: aquisicao de materiais de papelaria e expediente em geral, para atender as demandas das diversas Secretarias que compoem a esfera municipal, conforme condicoes, quantidades e exigencias estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Valor total da Ata: 373.380,00

Numero da Ata: 136/2026
Data da Ata: 06/08/2026 Data de Inicio da Ata: 06/08/2026 Data de Expiracao da Ata: 06/08/2027
Processo: 115/2026 Modalidade: 45 - Pregao - Registro de Preco
Fornecedor: 31.486.195/0001-55 - ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA
Descricao do Objeto: aquisicao de materiais de papelaria e expediente em geral, para atender as demandas das diversas Secretarias que compoem a esfera municipal, conforme condicoes, quantidades e exigencias estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Valor total da Ata: 1.918,00

Numero da Ata: 137/2026
Data da Ata: 06/08/2026 Data de Inicio da Ata: 06/08/2026 Data de Expiracao da Ata: 06/08/2027
Processo: 115/2026 Modalidade: 45 - Pregao - Registro de Preco
Fornecedor: 44.154.600/0001-80 - Ribeiro e Carvalho Comercio Ltda
Descricao do Objeto: aquisicao de materiais de papelaria e expediente em geral, para atender as demandas das diversas Secretarias que compoem a esfera municipal, conforme condicoes, quantidades e exigencias estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Valor total da Ata: 542.294,14

Numero da Ata: 138/2026
Data da Ata: 06/08/2026 Data de Inicio da Ata: 06/08/2026 Data de Expiracao da Ata: 06/08/2027
Processo: 115/2026 Modalidade: 45 - Pregao - Registro de Preco
Fornecedor: 63.236.363/0001-40 - HORIZONTE AZUL LICITA LTDA
Descricao do Objeto: aquisicao de materiais de papelaria e expediente em geral, para atender as demandas das diversas Secretarias que compoem a esfera municipal, conforme condicoes, quantidades e exigencias estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Valor total da Ata: 86.655,50

Numero da Ata: 139/2026
Data da Ata: 06/08/2026 Data de Inicio da Ata: 06/08/2026 Data de Expiracao da Ata: 06/08/2027
Processo: 115/2026 Modalidade: 45 - Pregao - Registro de Preco
Fornecedor: 57.707.826/0001-02 - PARANAGUA DISTRIBUIDORA LTDA
Descricao do Objeto: aquisicao de materiais de papelaria e expediente em geral, para atender as demandas das diversas Secretarias que compoem a esfera municipal, conforme condicoes, quantidades e exigencias estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Valor total da Ata: 106.175,65

Numero da Ata: 140/2026
Data da Ata: 06/08/2026 Data de Inicio da Ata: 06/08/2026 Data de Expiracao da Ata: 06/08/2027
Processo: 115/2026 Modalidade: 45 - Pregao - Registro de Preco
Fornecedor: 50.559.920/0001-12 - EJMR DISTRIBUIDORA LTDA
Descricao do Objeto: aquisicao de materiais de papelaria e expediente em geral, para atender as demandas das diversas
Secretarias que compoem a esfera municipal, conforme condicoes, quantidades e exigencias
estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Valor total da Ata: 83.713,80

Numero da Ata: 141/2026
Data da Ata: 06/08/2026 Data de Inicio da Ata: 06/08/2026 Data de Expiracao da Ata: 06/08/2027
Processo: 115/2026 Modalidade: 45 - Pregao - Registro de Preco
Fornecedor: 51.305.956/0001-32 - EXPOENTE COMERCIO E SERVICOS LTDA
Descricao do Objeto: aquisicao de materiais de papelaria e expediente em geral, para atender as demandas das diversas Secretarias que compoem a esfera municipal, conforme condicoes, quantidades e exigencias estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Valor total da Ata: 43.798,90

Numero da Ata: 142/2026
Data da Ata: 06/08/2026 Data de Inicio da Ata: 06/08/2026 Data de Expiracao da Ata: 06/08/2027
Processo: 115/2026 Modalidade: 45 - Pregao - Registro de Preco
Fornecedor: 52.620.711/0001-62 - JET DISTRIBUIDORA LTDA
Descricao do Objeto: aquisicao de materiais de papelaria e expediente em geral, para atender as demandas das diversas Secretarias que compoem a esfera municipal, conforme condicoes, quantidades e exigencias estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Valor total da Ata: 155.736,50

Numero da Ata: 143/2026
Data da Ata: 06/08/2026 Data de Inicio da Ata: 06/08/2026 Data de Expiracao da Ata: 06/08/2027
Processo: 115/2026 Modalidade: 45 - Pregao - Registro de Preco
Fornecedor: 47.484.691/0001-00 - MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
Descricao do Objeto: aquisicao de materiais de papelaria e expediente em geral, para atender as demandas das diversas Secretarias que compoem a esfera municipal, conforme condicoes, quantidades e exigencias estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Valor total da Ata: 39.962,35

Numero da Ata: 144/2026
Data da Ata: 06/08/2026 Data de Inicio da Ata: 06/08/2026 Data de Expiracao da Ata: 06/08/2027
Processo: 115/2026 Modalidade: 45 - Pregao - Registro de Preco
Fornecedor: 13.458.189/0001-02 - PRIMEIRA COMPRA LTDA
Descricao do Objeto: aquisicao de materiais de papelaria e expediente em geral, para atender as demandas das diversas Secretarias que compoem a esfera municipal, conforme condicoes, quantidades e exigencias estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Valor total da Ata: 15.999,80

Numero da Ata: 145/2026
Data da Ata: 06/08/2026 Data de Inicio da Ata: 06/08/2026 Data de Expiracao da Ata: 06/08/2027
Processo: 115/2026 Modalidade: 45 - Pregao - Registro de Preco
Fornecedor: 07.048.323/0001-02 - RC RAMOS COMERCIO LTDA
Descricao do Objeto: aquisicao de materiais de papelaria e expediente em geral, para atender as demandas das diversas Secretarias que compoem a esfera municipal, conforme condicoes, quantidades e exigencias estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Valor total da Ata: 30.139,60

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:653DAF8A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS PL 26/2026 - EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2026

EDITAL PREGÃO Nº 13/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2026

Adjudico o objeto do Processo Licitatório em epígrafe, com fundamento na legislação que rege a matéria, cujo objeto é Aquisição de Kit Funerário completo, destinado a atender demandas de assistência social e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos., à(s) licitante(s) vencedora(s), a(s) empresa(s) abaixo:

Fornecedor	Lote	Item	Vlr. Total
LEAL E MODESTO LTDA	1	1	21.111,9600
LEAL E MODESTO LTDA	1	2	2.158,8700
LEAL E MODESTO LTDA	1	3	9.648,1400
LEAL E MODESTO LTDA	1	4	12.891,7100
LEAL E MODESTO LTDA	1	5	3.848,7500
LEAL E MODESTO LTDA	1	6	12.314,0000
LEAL E MODESTO LTDA	1	7	9.459,0000
LEAL E MODESTO LTDA	1	8	16.757,5700

Classificação Geral

Fornecedor	Valor Total
LEAL E MODESTO LTDA	88.190,00
Valor Total Adjudicado	**88.190,00**

Arcos, 24 de agosto de 2026.

WELLINGTON F. ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2026

EDITAL PREGÃO Nº 13/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2026

Objeto: Aquisição de Kit Funerário completo, destinado a atender demandas de assistência social e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Pelo presente termo, homologo o Procedimento Licitatório nº 26/2026 Pregão nº 13/2026, e seu julgamento, adjudicando-se o objeto desta licitação aos licitantes vencedores abaixo, para que produza seus efeitos jurídicos legais, na forma da lei.

Fornecedor	Lote	Item	Vlr. Unit.	Vlr. Total
LEAL E MODESTO LTDA	1	1	161,1600	21.111,9600
LEAL E MODESTO LTDA	1	2	16,4799	2.158,8700
LEAL E MODESTO LTDA	1	3	73,6499	9.648,1400
LEAL E MODESTO LTDA	1	4	98,4100	12.891,7100
LEAL E MODESTO LTDA	1	5	29,3798	3.848,7500
LEAL E MODESTO LTDA	1	6	0,9400	12.314,0000
LEAL E MODESTO LTDA	1	7	0,9459	9.459,0000
LEAL E MODESTO LTDA	1	8	127,9204	16.757,5700

Classificação Geral

Fornecedor	Valor Total
LEAL E MODESTO LTDA	88.190,00

Arcos, 25 de agosto de 2026.

WELLINGTON F. ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:D9EBB388

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS - PORTARIA 189/2026

PORTARIA Nº 189 - 24/08/2026

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e as Leis Municipais nºs 1.453/93 e 1.456/93,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar o (a) servidor (a) **WIARA LEAL DE OLIVEIRA,** Maspm nº 9144/8, do cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO,** de natureza estatutária, de provimento em comissão demissível "ad nutum", nos termos da legislação vigente, a partir do dia 20/08/2026.

Parágrafo único - Caberá ao Departamento de Recursos Humanos proceder às anotações regulamentares.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20/08/2026.

Arcos, 24 de fevereiro de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Monteiro de Sousa
Código Identificador:D846E34D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS - PORTARIA 190/2026

PORTARIA nº 190 – 24/08/2026

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL QUE MENCIONA .

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Constituição Federal, Art. 37, inciso II, e a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear **ANDREIA DE FÁTIMA ROQUE EBIAS,** Maspm nº 10140/0**,** para ocupar o cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO,** de natureza estatutária, provimento em comissão, com direitos e obrigações, vencimentos e vantagens estipulados em Lei, a partir de 21 de agosto de 2026.

Parágrafo único – As atribuições e requisitos inerentes ao cargo estão dispostos em legislação específica.

Art. 2º - O (a) servidor (a), ora nomeado (a), prestará TERMO DE COMPROMISSO E POSSE dentro de 30 (trinta) dias a partir desta data, o qual se lançará em ATA, em livro próprio, no setor competente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de agosto de 2026.

Arcos, 24 de agosto de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Monteiro de Sousa
Código Identificador:4CD50502

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS - PORTARIA 191/2026

PORTARIA nº 191 – 25/08/2026

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL QUE MENCIONA .

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Constituição Federal, Art. 37, inciso II, e a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear **GISELE ALVES RIBEIRO,** Maspm nº 9598/2**,** para ocupar o cargo de **DIRETORA DE ENFERMAGEM,** de natureza estatutária, provimento em comissão, com direitos e obrigações, vencimentos e vantagens estipulados em Lei.

Parágrafo único – As atribuições e requisitos inerentes ao cargo estão dispostos em legislação específica.

Art. 2º - O (a) servidor (a), ora nomeado (a), prestará TERMO DE COMPROMISSO E POSSE dentro de 30 (trinta) dias a partir desta data, o qual se lançará em ATA, em livro próprio, no setor competente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arcos, 25 de agosto de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Monteiro de Sousa
Código Identificador:7CA0C776

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS - PORTARIA 192/2026

PORTARIA Nº 192 – 25/08/2026

RESTABELECE A COMPLEMENTAÇÃO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA INATIVA NIUZA ELIDIA BEIRIGO LEAL, EM CUMPRIMENTO À DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a complementação de proventos de aposentadoria concedida à servidora inativa **NIUZA ELIDIA BEIRIGO LEAL**, MASP nº **7275/3;**

CONSIDERANDO que o benefício foi objeto da Portaria nº 111, de 28 de maio de 2026, que determinou seu cancelamento;

CONSIDERANDO o Processo nº **1.101.828**, de natureza "Complementação de Proventos de Aposentadoria", em trâmite perante o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os limites do exercício da autotutela e respeitar os direitos adquiridos, conforme orientação das Súmulas nº 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento da decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, especialmente quanto ao restabelecimento do benefício e à remessa do ato administrativo para registro;

RESOLVE:

Art. 1º Fica restabelecida, a partir de **1º de agosto de 2026**, a complementação de proventos de aposentadoria concedida à servidora inativa **NIUZA ELIDIA BEIRIGO LEAL**, MASP nº **7275/3**, nos mesmos termos, condições e critérios anteriormente aplicáveis ao benefício.

Parágrafo único. O restabelecimento previsto no caput observará os valores apurados pela Secretaria Municipal de Administração, pela unidade responsável pela folha de pagamento e pelo órgão previdenciário competente, conforme o caso, respeitada a legislação aplicável e a decisão proferida no Processo nº 1.101.828 do TCE/MG.

Art. 2º Fica revogado o ato de cancelamento da complementação de aposentadoria previsto na Portaria nº 111, de 28 de maio de 2026, quanto aos efeitos decorrentes da cessação do benefício da servidora mencionada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Administração adotará as providências necessárias à inclusão ou reinclusão da complementação de aposentadoria na folha de pagamento da beneficiária.
Art. 4º A Secretaria Municipal de Administração encaminhará cópia desta Portaria e dos documentos necessários ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por meio do sistema competente, para ciência e fins de registro no Processo nº **1.101.828**.
Art. 5 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros e funcionais a **1º de agosto de 2026**, salvo disposição diversa expressamente estabelecida na decisão final do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Arcos/MG, 25 de agosto de 2026.

WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Monteiro de Sousa
Código Identificador:31055DD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS - PORTARIA 193/2026

PORTARIA Nº 193 – 25/08/2026

DISPÕE SOBRE A CESSAÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE SERVIDORA INATIVA QUE MENCIONA, EM CUMPRIMENTO À DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

O Prefeito do Município de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o ato de complementação de proventos de aposentadoria concedido à servidora inativa **EDNA SOARES PEREIRA**, MASPM nº **125282/8**, ocupante do cargo de **Professora de Educação Básica I – PEB I**, nível III, padrão B, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que a complementação foi implementada a partir de **1º de setembro de 2023**, conforme Portaria nº 202, de 19 de dezembro de 2023, em decorrência da aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social;

CONSIDERANDO o Processo nº **1.192.705**, em tramitação perante o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, relativo à complementação de proventos de aposentadoria da beneficiária;

CONSIDERANDO a decisão definitiva do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais proferida no Processo nº 1.192.705, que determinou ao Município de Arcos a cessação, o cancelamento ou a anulação do ato de complementação, conforme teor confirmado nos autos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do ato municipal às determinações do órgão de controle externo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica cessada a complementação de aposentadoria concedida à servidora inativa **EDNA SOARES PEREIRA**, MASPM nº **125282/8**, ocupante do cargo de Professora de Educação Básica I – PEB I, nível III, padrão B, paga pelo Município de Arcos.

Art. 2º Fica igualmente cessada a implementação da paridade remuneratória e da integralidade de proventos previstas na Portaria nº 202, de 19 de dezembro de 2023, relativamente à complementação suportada pelo Município.

Art. 3º Os efeitos financeiros da cessação/cancelamento ocorrerão a partir de **01 de agosto de 2026**, conforme decisão definitiva do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e após a confirmação da regularidade do procedimento administrativo correspondente.

Art. 4º Fica dispensada a reposição dos valores eventualmente recebidos pela servidora, desde que assim conste da decisão administrativa competente e seja reconhecida a boa-fé da beneficiária, observada a natureza alimentar das parcelas.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente aquelas constantes da Portaria nº 202, de 19 de dezembro de 2023, no que se refere à concessão e à implementação da complementação de proventos da servidora.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2026.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Arcos/MG, 25 de agosto de 2026.

WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Monteiro de Sousa
Código Identificador:4E398F9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS - PORTARIA 194/2026

PORTARIA Nº 194 – 25/08/2026

DISPÕE SOBRE APOSENTADORIA DE SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 135, II da Lei Orgânica e, Considerando a aposentadoria concedida pelo RGPS à (ao) servidor (a) SANDRA LUIZA COSTA DE OLIVEIRA, Maspm nº 125857/5, ocupante do cargo de Ajudante de Serviço Público, conforme comunicação da Previdência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Aposentadoria ao (à) servidor (a) **SANDRA LUIZA COSTA DE OLIVEIRA**, Maspm nº 125857/5, cargo **PEB I, II, III**, nível III, padrão C, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 30/07/2026, em decorrência de sua aposentadoria concedida pelo INSS nos termos do art. 271 da Lei Municipal nº 1.453/93, alterado pela Lei Municipal nº 1.899/02.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30/07/2026.

Arcos/MG, 25 de agosto de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Monteiro de Sousa
Código Identificador:046B724A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARGIRITA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITACAO PROCESSO 048-2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2026
CONCORRÊNCIA N° 002/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE ANEXO AO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), LOCALIZADO NA RUA DO ROSÁRIO, BAIRRO ROSÁRIO, NO MUNICÍPIO DE ARGIRITA/MG, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR, INCLUINDO A CONSTRUÇÃO DE BANHEIRO ACESSÍVEL (PNE), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS QUE INTEGRAM O PRESENTE PROCESSO.
Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 08h00m do dia 26/08/2026, às 07h30m do dia 10/09/2026.
Data da sessão: 10/09/2026
Horário: 08h30min
Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br
Critério de Julgamento: MAIOR DESCONTO GLOBAL
Modo de disputa: ABERTO
Impugnações e Esclarecimentos até às 16 horas do dia 04/09/2026.
CONSULTAS AO EDITAL, AVISOS E ESCLARECIMENTOS: na internet, no site www.argirita.mg.gov.br/licitacoes, www.portaldecompraspublicas.com.br, site do PNCP; 0800 031 0405; e-mail: licitacao@argirita.mg.gov.br, ou pessoalmente com a Equipe de Licitações no endereço da Prefeitura Municipal (Rua Joaquim Babosa de Castro, nº 22 – Centro, Argirita/MG).
VEÍCULOS DE PUBLICAÇÕES: Portal Nacional de Contratações Públicas, Imprensa Oficial do Município (Jornal Eletrônico da Associação Mineira dos Municípios – AMM).

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:67134FEE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DO PROCESSO 040-2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº _____/2026
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 040/2026
DISPENSA Nº 009/2026
DATA: 25/08/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de persianas verticais em tecido, persianas tipo rolô em tela solar, cortinas em tecido blackout e toldo vertical em tela solar com manivela, destinados às unidades das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e Saúde do Município de Argirita/MG, conforme especificações, quantitativos e locais de instalação constantes no Termo de Referência.
CONTRATADO: MARCIA DAMASCENO LIMA 05914278694 – DUQUE CORTINAS E PERSIANAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.849.365/0001-23, sediada na Rua Acácio Serpa, nº 381, Loja 03, Centro, Leopoldina/MG, CEP 36.700-008.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARGIRITA, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Joaquim Barbosa de Castro, nº 22, Bairro Centro, na cidade de Argirita, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 17.730.011/0001-20.
DO VALOR: R$ 44.902,00 (quarenta e quatro mil novecentos e dois reais).
DO PRAZO DO CONTRATO: conforme prazo de vigência estabelecido no instrumento contratual.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº: 4.4.90.52.00.2.04.02.12.361.0004.2.0025 – 1.500.000 – 358 – FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.
Publique-se.

Argirita/MG, 25 de agosto de 2026.

VICTOR MIRANDA CORTÁCIO SIMAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:721A955E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RATIFICACAO DO PROCESSO 040-2026

Processo n° 040/2026 Dispensa n° 024/2026 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS VERTICAIS EM TECIDO, PERSIANAS TIPO ROLÔ EM TELA SOLAR, CORTINAS EM TECIDO BLACKOUT E TOLDO VERTICAL EM TELA SOLAR COM MANIVELA, DESTINADOS ÀS UNIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARGIRITA/MG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E LOCAIS DE INSTALAÇÃO CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA. Ratificação O Prefeito Municipal de Argirita, no uso de suas atribuições legais RATIFICA a situação de DISPENSA DE LICITAÇÃO, fundamentada no Art. 75, II da Lei 14.133/2021 MARCIA DAMASCENO LIMA 05914278694 - CNPJ: 45.849.365/0001-23 Valor Total de R$ 44.962,00 (quarenta e quatro mil e novecentos e sessenta e dois reais)

ARGIRITA, 25 de Agosto de 2026.

VICTOR MIRANDA CORTACIO SIMAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:77B12FB2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZACAO DO PROCESSO 040-2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2026
DISPENSA Nº 009/2026
O Prefeito Municipal de Argirita/MG, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, AUTORIZA o procedimento de Dispensa de Licitação, fundamentado no art. 75, inciso II, da referida Lei, para a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de persianas verticais em tecido, persianas tipo rolô em tela solar, cortinas em tecido blackout e toldo vertical em tela solar com manivela, destinados às unidades das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e Saúde do Município de Argirita/MG, conforme especificações, quantitativos e locais de instalação constantes no Termo de Referência.
DA EMPRESA CONTRATADA
MARCIA DAMASCENO LIMA 05914278694 – DUQUE CORTINAS E PERSIANAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.849.365/0001-23, sediada na Rua Acácio Serpa, nº 381, Loja 03, Centro, Leopoldina/MG, CEP 36.700-008.
DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
O valor global da contratação será de R$ 44.902,00 (quarenta e quatro mil novecentos e dois reais), correspondente à integralidade do objeto, conforme proposta comercial apresentada pela empresa vencedora e demais documentos integrantes do Processo Administrativo nº 040/2026.
DA DISPENSA DE LICITAÇÃO
1.1. A presente contratação direta enquadra-se no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão do valor e da natureza do objeto.
1.2. O processo encontra-se devidamente instruído com os documentos que fundamentam a contratação, incluindo Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, pesquisa de preços, Aviso de Contratação Direta devidamente publicado, propostas comerciais, documentos de habilitação e Ata da Sessão de Julgamento, demonstrando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
1.3. O Aviso de Contratação Direta estabeleceu como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL, tendo sido recebidas 04 (quatro) propostas dentro do prazo estabelecido.
1.4. Após a análise das propostas apresentadas, 03 (três) foram consideradas classificadas por contemplarem integralmente o objeto da contratação, enquanto 01 (uma) proposta foi desclassificada por apresentar cotação parcial dos itens, em desacordo com o critério de julgamento global estabelecido no procedimento.
1.5. Dentre as propostas regularmente classificadas e após a análise da documentação de habilitação, a empresa MARCIA DAMASCENO LIMA 05914278694 – DUQUE CORTINAS E PERSIANAS apresentou o menor preço global, no valor de R$ 44.902,00 (quarenta e quatro mil novecentos e dois reais), atendendo às condições técnicas e de habilitação estabelecidas no Aviso de Contratação Direta.
1.6. A escolha da empresa contratada decorre, portanto, da apresentação da proposta de menor preço global dentre as propostas válidas, sendo o valor ofertado inferior ao valor estimado pela Administração, fixado em R$ 49.192,00 (quarenta e nove mil cento e noventa e dois reais), demonstrando a vantajosidade econômica da contratação.
Diante do exposto, AUTORIZO a contratação direta da empresa MARCIA DAMASCENO LIMA 05914278694 – DUQUE CORTINAS E PERSIANAS, inscrita no CNPJ nº 45.849.365/0001-23, pelo valor global de R$ 44.902,00 (quarenta e quatro mil novecentos e dois reais), para execução integral do objeto da Dispensa de Licitação nº 009/2026.
DA PUBLICAÇÃO
Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, publique-se o presente ato que autoriza a contratação direta no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e nos meios oficiais do Município.

Argirita/MG, 25 de agosto de 2026.

VICTOR MIRANDA CORTÁCIO SIMAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:F6FE468A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARINOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
EXTRATOS TERMOS ADITIVOS

Extrato do quarto termo aditivo ao contrato nº 073/2023. Tomada de Preço 003/2023. Contratante: Prefeita Municipal de Arinos. Contratada: Martins e Brito Cia Ltda-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 22.748.373/0001-88. Dos Acréscimos e supressões**: aplicar** o decréscimo do valor de R$ 35.043.37 a 7% do valor originalmente contratado de R$ 500.840,85, o acréscimo do valor de R$ 248.566,68 correspondente a 49,63% do valor originalmente contratado, em razão das alterações promovidas, o valor do Contrato original passa a vigorar de R$ 500.840,85 para R$ 714.364,16.

Arinos, 25 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Extrato do quarto termo aditivo ao contrato nº 100/2024, Concorrência nº 004/2024. Contratante: Prefeita Municipal de Arinos. Contratada: Martins e Brito Cia Ltda-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 22.748.373/0001-88. Da Vigência: prorrogar até 31 de dezembro de 2026, a vigência do contrato de prestação de serviços na Construção da Unidade Básica de Saúde Tipo I (PSF) no bairro Planalto, de acordo Resolução SES/MG nº 8.753 de 16 de maio de 2023.

Arinos, 25 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Extrato do primeiro termo aditivo à ata de registro de preços nº 67/2025. Gerenciadora da Ata: Prefeitura Municipal de Arinos. Detentora da Ata: Tupiroti Distribuidora de Produtos e Servico Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 04.536.062/0001-73. Redução do preço do item 51 da Ata de Registro de Preços nº 67/2025, em decorrência do reequilíbrio econômico-financeiro, o preço unitário do item 51, passa a vigorar no valor de R$ 27,35,

Arinos, 25 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:32FB2E67

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
HOMOLOGAÇÕES

Acolho, homologo e ratifico a decisão da Comissão descrita na Ata de julgamento, e Parecer Jurídico favorável à homologação referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 052/2026, na Modalidade de Pregão Eletrônico n° 005/2026. Adjudicando a Empresa: Bellatrix Veiculos e ServiçoS, CNPJ sob o nº 49.422.071/0001-71, item 01. Valor: R$ 394.800,00. Objeto: Aquisição de 01 (uma) Van nova (Minibus), zero quilômetro ano 2026, cor: branco com acessibilidade, com capacidade mínima para 21 passageiros, destinada ao transporte de pacientes para Tratamento Fora do Domicílio (TFD), visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Arinos, em conformidade com as disposições da Resolução SES nº 11.063, de 28 de abril de 2026, que estabelece regras para financiamento e execução de projetos voltados à aquisição de veículos no âmbito da Política de Acesso Eletivo do Estado de Minas Gerais.

Arinos, 25 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Acolho, homologo e ratifico a decisão da Comissão descrita na Ata de julgamento, e Parecer Jurídico favorável à homologação referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 054/2026, na Modalidade de Pregão Eletrônico n° 006/2026, Adjudicando as Empresas: Gb Comércio E Distribuição Ltda, CNPJ sob o nº 39.938.494/0001-95, itens 01, 03, 04, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16; Lube Gestão E Vendas Ltda, CNPJ sob o nº 54.319.950/0001-02, item 02; Guidoni Distribuidora Ltda, CNPJ sob o nº 63.129.821/0001-42, item 05; K. S. Artigos Esportivos Ltda, CNPJ sob o nº 19.444.651/0001-07, item 08; VL-Loja de Variedades, CNPJ sob o nº 35.569.716/0001-99, item 15; A Nova Solução EirelI, CNPJ sob o nº 70.157.680/0001-37, item 17; Ruy Comercio Variedades Ltda, CNPJ sob o nº 13.427.049/0001-77, item 18. Objeto: Registro de Preços para contratação, de empresa visando o fornecimento de materiais esportivos, uniformes e equipamentos destinados à manutenção e fortalecimento das atividades esportivas desenvolvidas pelo Município de Arinos. Conforme Convênio Sigcon Saída nº 1481003372/2026, em conformidade e condições dispostas no Termo de Referência

Arinos, 25 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:347376AB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARÃO DO MONTE ALTO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Barão do Monte Alto, Homologa e Adjudica o Processo de Licitação 042/2026, modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2026, correspondente ao especificado na Ata de Julgamento de 06 de agosto de 2026, sendo vencedores os licitantes: TRÊS IRMÃOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, sede na Rua Wanda Maria Carvalho Correa, 29, centro, nesta cidade de Barão do Monte Alto Estado de MG, CNPJ: 32.801.133/0001-53, no valor de R$ 3.587.186,70 (três milhões, quinhentos e oitenta e sete mil e cento e oitenta e seis reais e setenta centavos), VRM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, sede na Avenida Itaguai, 223, Nova Angra, nesta cidade de Angra dos Reis Estado de RJ, CNPJ: 31.868.626/0001-48, no valor de R$ 3.018,00 (três mil e dezoito reais), COMMIN@S LTDA, sede na Avenida Gumercindo Iglesias, 4130, Vau Acu, nesta cidade de Viçosa Estado de MG, CNPJ: 07.051.239/0001-30, no valor de R$ 419.560,00 (quatrocentos e dezenove mil e quinhentos e sessenta reais) e FORTLEV INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA, sede na Rua 7, Nº 120, Civit II, nesta cidade de Serra Estado de ES, CNPJ: 10.921.911/0005-39, no valor de R$ 300.213,00 (trezentos mil e duzentos e treze reais) . Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresas para fornecimento de material de construção.

SELMAR LUIS DO VALLE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:1EAA1033

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 006/2026

Prefeitura Municipal de Barão do Monte Alto-MG torna público Edital de Pregão Eletrônico 006/2026 – Registro de preços para eventual ccontratação de empresas para aquisição parcelada de medicamento com desconto sobre a tabela CMED para distribuição a pessoas carentes do município. Abertura dia 15/09/2026, às 09:00 horas na plataforma de compras públicas BNC - Bolsa Nacional de Compras. Edital disponível na sede da instituição e no site do município a partir do dia 27/08/2026. Informações 08001321308, e-mail: licitabarao@yahoo.com.br - e site www.baraodomontealto.mg.gov.br –

SELMAR LUIS DO VALLE –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:A3FB4FEE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARRA LONGA

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO ADITIVO DA ATA 38/2025 - PROCESSO 38/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA Nº 38/2025

Processo nº 038/2025, Pregão Eletrônico nº 006/2025
SRP: 012/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Barra Longa, CNPJ 18.316.182/0001-70. CONTRATADO: CAPTURA POÇOS ARTESIANOS, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 47.545.743/0001-00. OBJETO: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para manutenção e fornecimento de peças em painel elétrico, remoção, instalação de bomba e limpeza de poço artesiano, para atendimentos as comunidades rurais de competência do Município de Barra Longa/MG.
Vigência: 22/06/2027.

Barra Longa/MG, 17 de junho de 2026.

ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

FELIPPE LUCAS SANTOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:C529C510

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO PUBLICAÇÃO - PROCESSO 80/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 80/2026
PREGÃO Nº. 42/2026

A Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG, CNPJ: 18.316.182/0001-70, representado pelo(a) Autoridade Competente, Sr(a). ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade pregão, Nº 42/2026, Processo Administrativo nº 80/2026, com amparo legal na Lei 14.133/2021, Art. 28, I, para futuras negociações, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.
Detalhes do Processo:
ID do processo: 111581
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA A LOCAÇÃO DE VAN E ONIBUS, INCLUSO MOTORISTA, COMBUSTIVEL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SEGURO E DEMAIS DESPESAS NECESSARIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, EDUCACIONAIS, CULTURAIS, ENTRE OUTROS DE VARIAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE BARRA LONGA/MG.
Data de Publicação: 25/08/2026 15:53:10
Data da disputa/Fim do envio de propostas: 04/09/2026 09:00:00
Critério de julgamento: Menor Preço
Modo de disputa: Aberto - Fechado
Valor total do processo: R$ 995.356,50
Consulte o processo em:
https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/111581

ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA -
Autoridade Competente

Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG, 25 de Agosto de 2026

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:0D58055F

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 85/2025 - PROCESSO 87/2025

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 85/2025

Processo nº.: 087/2025
Pregão Eletrônico nº.: 033/2025
SRP: 030/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Barra Longa, CNPJ 18.316.182/0001-70. CONTRATADO: **POSTO BARRA LONGA LTDA.**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 19.377.495/0001-09. OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de abastecimento de combustíveis, gasolina comum e óleo diesel S10 com fornecimento local no Município de Barra Longa/MG. Fica o Contrato celebrado entre as partes alterado o valor unitário do item Gasolina Comum, passando do valor de R$ 6,68 (seis reais e sessenta e oito centavos), para **R$ 6,51 (seis reais cinquenta e um centavos)** e Óleo Diesel S10, o valor de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) para **R$ 7,41 (sete reais e quarenta e um centavos).**

Barra Longa/MG, 31 de julho de 2026.

ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

FELIPPE LUCAS SANTOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:71BFDE52

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO 5502/2023 - PROCESSO 55/2023

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 5502/2023

Processo nº.: 055/2023
Pregão Eletrônico nº.: 018/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Barra Longa, CNPJ 18.316.182/0001
70. CONTRATADO: INFOSOFT SISTEMAS GESTÃO PÚBLICA LTDA., inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.704.746/0001-30. OBJETO: Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços, cessão de uso de software integrado de gestão pública municipal para atender as demandas da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal que atendam aos requisitos do SIAFC, Sistema Único e Integrado, Execução orçamentária, Administração Financeira e Controle em um mesmo ambiente virtual advindo, pelo Decreto Federal nº 10.540/2020.
Vigência: 31/12/2026.

Barra Longa/MG, 02 de julho de 2026.

ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

FELIPPE LUCAS SANTOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:90DE80B3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARROSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
DECISÃO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO 0164/2026

ASSUNTO: DECISÃO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026

Submete-se à apreciação da autoridade competente, devidamente instruído, o processo licitatório em epígrafe, acompanhado do recurso

administrativo apresentado tempestivamente pela empresa JCL PRODUÇÃO LTDA, em face da decisão proferida pela Pregoeira durante a sessão pública de condução do certame, referente ao Processo nº 0164/2026.

DOS FATOS

Na sessão pública do Pregão Eletrônico nº 058/2026, a empresa Recorrente não concordou com desclassificação de sua empresa, em relação aos documentos técnicos apresentados, neste pregão e apresentou recurso dentro do prazo concedido.

A Pregoeira, então encaminhou as razões e as documentações técnicas à Secretaria de Cultura e Turismo, especificamente ao responsável para análise do recurso, por se tratar de questões técnicas.

DA DECISÃO
Submetida à minha superior análise para final decisão, **DECIDO** sob a ótica do posicionamento, acatar a decisão da Pregoeira pelo não conhecimento do recurso administrativo interposto pela Empresa JCL PRODUÇÃO LTDA.

Decido negar provimento ao recurso interposto pela empresa JCL PRODUÇÃO LTDA contra os atos da Pregoeira na sessão do Pregão Eletrônico 058/2026, processo licitatório 0164/2026.

DIANTE DO EXPOSTO, ORDENO A PUBLICAÇÃO DESSA DECISÃO na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site da AMM – Associação Mineira de Municípios www.portalamm.org.br, conforme previsto na Lei Municipal nº 2.262, de 27 de novembro de 2009, para a devida ciência de todos.

Sendo assim, proceder-se-á a retomada da sessão do pregão eletrônico 058/2026, que ficará designada para o dia 26/08/2026 às 10:00hs, para prosseguimento da sessão em questão. É fundamental a participação de todos os Licitantes.

Barroso/MG, 24 de Agosto de 2026.

ANDERSON GERALDO DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lígia Mara da Silva
Código Identificador:0BF5B1AE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BERIZAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO ARP 023/2026

ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA DISPENSA ELETRÔNICA 009/2026

A Prefeitura Municipal de Berizal – Minas Gerais, com a base na Lei Federal nº 14.133/21 de 01 de abril de 2021, e suas alterações na Lei Federal 123/2006, torna público a Adjudicação do Objeto de Licitação DE nº 009/2026 -C**ontratação de empresa especializada no fornecimento contínuo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), com o objetivo de suprir, de forma eficiente e segura, as demandas das diversas Secretarias do Município de Berizal/MG, conforme especificações e quantitativos estabelecidos.**, para a Empresa: LUZIA MARIA DE ALMEIDA OLIVEIRA 62602071668, inscrita no CNPJ nº 24.879.221/0001-40, lote único, valor R$ 60.000,00 (sessenta mil reais);
Adjudicado o objeto no dia 15 de maio de 2026.

Berizal/MG

TALYANE ALVES PEREIRA
Prefeita Municipal.

HOMOLOGAÇÃO DO OBJETO DISPENSA ELETRÔNICA 009/2026

A Prefeitura Municipal de Berizal – Minas Gerais, com a base na Lei Federal nº 14.133/21 de 01 de abril de 2021, e suas alterações na Lei Federal 123/2006, torna público a Homologação do Objeto de LicitaçãoDE nº 009/2026 - C**ontratação de empresa especializada no fornecimento contínuo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), com o objetivo de suprir, de forma eficiente e segura, as demandas das diversas Secretarias do Município de Berizal/MG, conforme especificações e quantitativos estabelecidos.**, para a Empresa: LUZIA MARIA DE ALMEIDA OLIVEIRA 62602071668, inscrita no CNPJ nº 24.879.221/0001-40, lote único, valor R$ 60.000,00 (sessenta mil reais);
HOMOLOGA o referido processo em 15/05/2026.

Berizal/MG

TALYANE ALVES PEREIRA
Prefeita Municipal.

EXTRATO DE DISPENSA ELETRÔNICA 009/2026

CONTRATANTE – PREFEITURA MUNICIPAL DE BERIZAL – CONTRATADA (S): LUZIA MARIA DE ALMEIDA OLIVEIRA 62602071668, CNPJ nº 24.879.221/0001-40; – Objeto: C**ontratação de empresa especializada no fornecimento contínuo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), com o objetivo de suprir, de forma eficiente e segura, as demandas das diversas Secretarias do Município de Berizal/MG, conforme especificações e quantitativos estabelecidos**.Vigência 12 (doze) meses. Certifico para fins de prova, a quem de direito, conforme determinação legal foi devidamente divulgado com publicação no mural da Prefeitura por 5 (cinco) dias úteis.

Berizal, 15 de maio de 2026

TALYANE ALVES PEREIRA
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Wandayk Teixeiras Dos Santos
Código Identificador:8A91541B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOM JESUS DO AMPARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços de Telecomunicações com fornecimento de enlaces IP para interligação das unidades administrativas e locais de acesso público (Hotspot) da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Amparo/MG, utilizando tecnologia via fibra óptica e conectividade IP (Internet Protocol) dedicada, incluindo serviços de instalação, configuração, monitoramento e procedimentos mantendo níveis de segurança e disponibilidade das informações, com a empresa vencedora:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 087/2026: COMPANHIA ITABIRANA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ: 05.684.180/0001-91. Assinatura da Ata: 25/08/2026. Vigência: 12 (doze) meses a contar da assinatura. Valor global: R$ 68.349,84 (sessenta e oito mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/106273

https://www.bomjesusdoamparo.mg.gov.br/detalhe-da-licitacao/info/pe-25-2026/1000091

Publicado por:
Rayelle Aparecida Silva
Código Identificador:2697E271

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°080/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 023/2026

Objeto: Contratação de show de Devanir Fernandes & Banda Memphis, com repertório e estilo musical de rock para apresentação no dia 05/09/2026, sábado, durante as festividades do 2º Encontro de Motociclistas de Bom Jesus do Amparo - 2026, no município de Bom Jesus do Amparo/MG. Fundamentação: Art. 74, inciso II da Lei 14.133/2021. Ratificação: 25/08/2026. **Contratada: MEMPHIS PRODUÇÕES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.318.373/0001-86. Valor global: R$ 5.450,00 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais). Período: 25/08/2026 até 24/09/2026.

WANDERLEI DOS SANTOS RIBEIRO -
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Amparo/MG.

Publicado por:
Maria Gleicilene Perdigao
Código Identificador:526D51BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°080/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 023/2026

Objeto: Contratação de show de Devanir Fernandes & Banda Memphis, com repertório e estilo musical de rock para apresentação no dia 05/09/2026, sábado, durante as festividades do 2º Encontro de Motociclistas de Bom Jesus do Amparo - 2026, no município de Bom Jesus do Amparo/MG. Fundamentação: Art. 74, inciso II da Lei 14.133/2021. Ratificação: 25/08/2026. **Contratada: MEMPHIS PRODUÇÕES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.318.373/0001-86. Valor global: R$ 5.450,00 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais). Data de assinatura: 25/08/2026. Período: 25/08/2026 até 24/09/2026.

EDUARDO HENRIQUE VIEIRA MENEZES.
Fiscal do Contrato

WANDERLEI DOS SANTOS RIBEIRO -
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Amparo/MG.

Publicado por:
Maria Gleicilene Perdigao
Código Identificador:D384A9E1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO AUTORIZAÇÃO DISPENSA 068/2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/2026

AUTORIZAÇÃO
AUTORIZO a **AQUISIÇÃO DE MOTOR PARA CAMINHÃO MODELO VW 24.250**, conforme especificações contidas neste procedimento, da empresa **BRUNO GABRIEL RESENDE MARTINS CUNHA**, CNPJ sob o nº **31.624.989/0001-38**, com sede a **RUA MARIA DO ROSARIO PALMA BEZERRA, Nº 391, BOA VISTA, BONFINÓPOLIS DE MINAS – MG, CEP 38.650-000**, pelo preço de **R$62.900,00 (sessenta e dois mil e novecentos reais).**

Bonfinópolis de Minas-MG, 25 de agosto de 2026.

MANOEL DA COSTA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:4EB44329

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO CONTRATO 345/2026

Extrato de Contrato nº 345/2026

Município de Bonfinópolis de Minas-MG. Extrato de **Contrato nº 345/2026**. Objeto: – **AQUISIÇÃO DE MOTOR PARA CAMINHÃO MODELO VW 24.250**, conforme especificações contidas neste procedimento, da empresa **BRUNO GABRIEL RESENDE MARTINS CUNHA**, CNPJ sob o nº **31.624.989/0001-38**, pelo preço de **R$62.900,00 (sessenta e dois mil e novecentos reais).**
Início:25.08.2026. Vigência: 30 dias.

Bonfinópolis de Minas, 25.08.2026.

MANOEL DA COSTA LIMA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:700DC6E9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOTUMIRIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUMIRIM/MG PROC.043/2026 - CONCORRÊNCIA 002/2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PROVISÃO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM, COMPREENDENDO A CONSTRUÇÃO DE 20 (VINTE) UNIDADES HABITACIONAIS SUBSIDIADAS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MORADIA DIGNA – MCMV/FNHIS SUB 50, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 995995/2025 – OPERAÇÃO Nº 1103664-71. CONTRATO N°049/2026, VIGÊNCIA INICIAL: 04/08/2026 E VIGÊNCIA FINAL: 03/08/2027, VOLOR DO CONTRATO: R$ 2.463.490,00, CONTRATADA (O) PILARES ENGENHARIA EIRELI - ME, CNPJ: 17.505.570/0001-36.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUMIRIM/MG PROC.055/2026 - DISPENSA 015/2026 - CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE COM O TEMA "SAÚDE MENTAL PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO", DESTINADA À CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM/MG. CONTRATO N°050/2026, VIGÊNCIA INICIAL: 07/08/2026 E VIGÊNCIA FINAL: 06/09/2026, VOLOR DO CONTRATO: R$ 5.500,00, CONTRATADA (O) PODA NEURONAL LTDA, CNPJ: 67.930.940/0001-50.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUMIRIM/MG PROC.056/2026 - INEXIGIBILIDADE 016/2026 - CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL DA BANDA BAMBALADA, PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2026, DURANTE A REALIZAÇÃO DA TRADICIONAL FESTA DE AGOSTO DO MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM/MG, VISANDO À COMPOSIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL DO EVENTO. CONTRATO N°051/2026, VIGÊNCIA INICIAL: 11/08/2026 E

VIGÊNCIA FINAL: 10/02/2027, VOLOR DO CONTRATO: R$ 35.000,00, CONTRATADA (O) 55.636.035 ADRIEL JABES LOPES SILVA, CNPJ: 55.636.035/0001-03.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUMIRIM/MG PROC.057/2026 - INEXIGIBILIDADE 017/2026 - CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO DA BANDA COWBOY ESTRADEIRO PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 16/08/2026 DURANTE A TRADICIONAL FESTA DE AGOSTO DO MUNCIPIO DE BOTUMIRIM/MG. CONTRATO N°052/2026, VIGÊNCIA INICIAL: 11/08/2026 E VIGÊNCIA FINAL: 10/02/2027, VOLOR DO CONTRATO: R$ 20.000,00, CONTRATADA (O) GRACIELIO FRANCISCO COSTA, CNPJ: 13.141.782/0001-20.

Publicado por:
Epitacio Cruz Oliveira
Código Identificador:EC341119

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BRASILÂNDIA DE MINAS

DEPARTAMENTO DE REC HUMANOS
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas - MG - Extratos de Contratos: número/contratados/objeto/valor/prazo/data: nº 375/2026 Sintia Braga da Mota, prestação de serviços por prazo determinado no cargo de Professora de Educação Básica, na Escola Municipal "Julius Peter Paul Katz", no valor mensal de R$4.040,36 (Quatro mil e quarenta reais e trinta e seis centavos), tendo início no dia 17/08/2026 a 23/12/2026. **

OSEIAS CARDOSO QUEIROZ -
Prefeito Municipal

** Brasilândia de Minas, 25/08/2026.

Publicado por:
Eliene Ribeiro de Oliveira
Código Identificador:93063CCD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BUENO BRANDÃO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00001

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

SUJEITO PASSIVO: ESPÓLIO DE ARISTIDES VAZ SANTOS
CPF: XXX. 100.756-XX
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO ITR 4151/00023/2026

TITULAR DO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL RESPONSAVEL PELO ITR.

NOME: ALESSANDRA DO CARMO DOS SANTOS E SILVA MATRICULA 00002461.

CARGO: SECRETARIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE TESOURARIA/722022

Publicado por:
Roberson Alves Tavares
Código Identificador:612EB4B4

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00002

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

SUJEITO PASSIVO: ESPÓLIO DE BENEDITA DA SILVA PEREIRA
CPF: XXX. 537.636-XX
TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO ITR 4181/00051/2026

TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO ITR 4181/00052/2026

TITULAR DO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL RESPONSAVEL PELO ITR.

NOME: ALESSANDRA DO CARMO DOS SANTOS E SILVA MATRICULA 00002461.

CARGO: SECRETARIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE TESOURARIA/722022

Publicado por:
Roberson Alves Tavares
Código Identificador:E4D2F99A

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00003

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

SUJEITO PASSIVO: ESPÓLIO DE BENEDITA DA SILVA PEREIRA
CPF: XXX. 537.636-XX

TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO ITR 4181/00050/2026

TITULAR DO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL RESPONSAVEL PELO ITR.

NOME: ALESSANDRA DO CARMO DOS SANTOS E SILVA MATRICULA 00002461.

CARGO: SECRETARIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE TESOURARIA/722022

Publicado por:
Roberson Alves Tavares
Código Identificador:5A98762A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CABO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
AVISO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 015/2026 PRC 154/2026 REFORMA DO BARRACÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO BAIRRO CHAPADÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO EDITAL

Prefeitura Municipal de Cabo Verde- Aviso de Licitação. **Processo n° 154/2026, Concorrência n° 015/2026**.
Objeto: CONTRATAÇÃO, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BARRACÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO BAIRRO CHAPADÃO, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos. A sessão pública desta Concorrência Eletrônicaserá realizada no dia 11/09/2026 às 09:30 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) **SIGMIX** no endereço eletrônico **https://caboverde-scpi.sigmix.net/comprasedital/**. O Edital estará disponível através dos Sites: https://caboverde-scpi.sigmix.net/comprasedital/, https://www.caboverde.mg.gov.br/ eno Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (35) 3736-1220ou Email:licitacao1@caboverde.mg.gov.br.

Cabo Verde,24/08/2026.

JOYCE HELENA PAULA
Membro da Comissão de Contratação

Publicado por:
Luciana Pezzi Vitorino Dos Reis
Código Identificador:21455C2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 027/2026 PRC 148/2026 MATERIAIS PARA COMBATE CONTROLE DO VETOR AEDES AEGYPTI E OUTRAS ARBOVIROSES

AVISO DE PUBLICAÇÃO EDITAL

Prefeitura Municipal de Cabo Verde- Aviso de Licitação. **Processo n° 148/2026, Pregão Eletrônico n° 027/2026**. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS PARA COMBATE CONTROLE DO VETOR AEDES AEGYPTI E OUTRAS ARBOVIROSES, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia 15/09/2026 às 09:30 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) **SIGMIX** no endereço eletrônico **https://caboverde-scpi.sigmix.net/comprasedital/**. O Edital estará disponível atravésdos Sites: https://caboverde-scpi.sigmix.net/comprasedital/, https://www.caboverde.mg.gov.br/ eno Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (35) 3736-1220ou Email:licitacao1@caboverde.mg.gov.br.

Cabo Verde,24/08/2026.

JOYCE HELENA PAULA
Membro da Comissão de Contratação

Publicado por:
Luciana Pezzi Vitorino Dos Reis
Código Identificador:CD6F1D2E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO 028/2026 PRC 153/2026 AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE CARNES E FRIOS

AVISO DE PUBLICAÇÃO EDITAL

Prefeitura Municipal de Cabo Verde- Aviso de Licitação. **Processo n° 153/2026, Pregão Eletrônico n° 028/2026**.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE CARNES E FRIOS, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia 16/09/2026 às 09:30 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) **SIGMIX** no endereço eletrônico **https://caboverde-scpi.sigmix.net/comprasedital/**. O Edital estará disponível atravésdos Sites: https://caboverde-scpi.sigmix.net/comprasedital/, https://www.caboverde.mg.gov.br/ eno Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (35) 3736-1220ou Email:licitacao1@caboverde.mg.gov.br.

Cabo Verde,24/08/2026.

JOYCE HELENA PAULA
Membro da Comissão de Contratação

Publicado por:
Luciana Pezzi Vitorino Dos Reis
Código Identificador:40DB3341

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DOURADA

ASSESSORIA DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DE CONTRATO N° 052/2026 CONNECT TELECOM LTDA

EXTRATO DE CONTRATO N° 052/2026

EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº 052/2026. PROCESSO n° 036/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2026 Partes: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA – CONTRATADA: **CONNECT TELECOM LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o número 09.318.485/0001-30,** OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLEMENTAÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA FIXA, INTERNET CORPORATIVA EM FIBRA ÓPTICA, LINK DE ACESSO DEDICADO, INTERNET VIA SATÉLITE E PABX VIRTUAL, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, pelo valor global de R$ 16.472,56 (dezesseis mil quatrocentos e setenta e dois reais cinquenta seis centavos). Dotação orçamentária: **02.04.--.04.122.0002.2009.3.3.90.40.00 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FONTE 1500**. Data de assinatura do Contrato 24/08/2026; Vigência: até 24/08/2027. Signatários: CONTRATANTE, Aleandro Francisco da Silva, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, na AV. 05, N º 28, Centro, portador RG Nº M-11.142.989 SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 044.191.166-84 e CONTRATADA, **CONNECT TELECOM LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o número 09.318.485/0001-30**

Publicado por:
Lissia Gonçalves de Aquino Carvalho
Código Identificador:D98117EB

ASSESSORIA DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Cachoeira Dourada-MG, resolve **homologar** a licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 013/2026, Processo Licitatório nº 036/2026, que tem por objeto**: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA IMPLEMENTAÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA FIXA, INTERNET CORPORATIVA EM FIBRA ÓPTICA, LINK DE ACESSO DEDICADO E INTERNET VIA SATÉLITE, E PABX VIRTUAL VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO**", e a adjudicação do objeto a empresa CONNECT TELECOM LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o número 09.318.485/0001-30.

Cachoeira Dourada-MG, 24/08/2026.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lissia Gonçalves de Aquino Carvalho
Código Identificador:404C110C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONVOCAÇÃO Nº 06/2026 CONVOCA CANDIDATO APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEB II – LÍNGUA PORTUGUESA

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACHOEIRA DOURADA – MG**, por meio de sua Secretária Municipal de Educação, **Maria Aparecida de Souza Araújo**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como o disposto no **Processo Seletivo Simplificado nº 04/2025**,

CONVOCA

A candidata **Katia Regilane de Medeiros**, classificada na **2ª colocação** para o cargo de **Professor PEB II – Língua Portuguesa**, para comparecer à Secretaria Municipal de Educação, no prazo estabelecido pela Administração Municipal, a fim de manifestar interesse e apresentar a documentação necessária para formalização de **contratação temporária**.

1. DA FINALIDADE

A presente convocação tem por finalidade atender à necessidade temporária de substituição de **01 (um) professor efetivo da Rede Municipal de Ensino**, que estará em gozo de **férias-prêmio** durante o período de **01 a 30 de setembro de 2026**.

2. DO CARGO E PERÍODO DA CONTRATAÇÃO

Cargo: Professor PEB II
Disciplina: Língua Portuguesa
Quantidade: 01 (uma) vaga
Período previsto: 01/09/2026 a 30/09/2026
Natureza: Contratação temporária para substituição de professor efetivo em férias-prêmio.

3. DA APRESENTAÇÃO

O candidato convocado deverá comparecer à **Secretaria Municipal de Recursos Humanos**, localizada na avenida das nações nº 400 no dia **26 de agosto de** 2026, das 8hs h às 12:30 hs h, munido da documentação exigida para a contratação.

4. DA DOCUMENTAÇÃO

O candidato deverá apresentar os documentos exigidos pela Administração Municipal para a formalização do contrato temporário, especialmente aqueles previstos no edital do Processo Seletivo Simplificado e na legislação municipal vigente.

5. DA CONTRATAÇÃO

A contratação observará a classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado nº 04/2025 e as disposições previstas no respectivo edital e na legislação municipal.

A contratação terá caráter **temporário**, destinando-se exclusivamente à substituição do professor efetivo durante o período de férias-prêmio, com previsão de vigência de **01 a 30 de setembro de 2026**.

O contrato será encerrado ao término do período de substituição ou quando cessar a necessidade que motivou a contratação, observadas as disposições legais aplicáveis.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

O não comparecimento do candidato no prazo estabelecido ou a ausência da documentação exigida poderá implicar sua desistência da contratação, observadas as regras previstas no edital do Processo Seletivo Simplificado.

Cachoeira Dourada – MG, 24 de agosto de 2026.

MARIA APARECIDA DE SOUZA ARAÚJO
Secretária Municipal de Educação
Município de Cachoeira Dourada – MG

Publicado por:
Maria Aparecida de Souza Araújo
Código Identificador:81CC3C2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONVOCAÇÃO Nº 7/2026 CONVOCA CANDIDATO APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEB I

CONVOCAÇÃO Nº 7/2026

CONVOCA CANDIDATO APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEB I

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACHOEIRA DOURADA – MG**, por meio de sua Secretária Municipal de Educação, **Maria Aparecida de Souza Araújo**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como o disposto no **Processo Seletivo Simplificado nº 04/2025**,

CONVOCA

A candidata **Catiliana Soares de Souza**, classificada na **49ª colocação** para o cargo de **Professor PEB I**, para comparecer à Secretaria Municipal de Educação, no prazo estabelecido pela Administração Municipal, a fim de manifestar interesse e apresentar a documentação necessária para formalização de **contratação temporária**.

1. DA FINALIDADE

A presente convocação tem por finalidade atender à necessidade temporária de substituição de **01 (um) professor efetivo da Rede Municipal de Ensino**, que estará em gozo de **férias-prêmio** durante o período de **01 a 30 de setembro de 2026**.

2. DO CARGO E PERÍODO DA CONTRATAÇÃO

Cargo: Professor PEB I
Quantidade: 01 (uma) vaga
Período previsto: 01/09/2026 a 30/09/2026
Natureza: Contratação temporária para substituição de professor efetivo em férias-prêmio.

3. DA APRESENTAÇÃO

O candidato convocado deverá comparecer à **Secretaria Municipal de Recursos Humanos**, localizada na avenida das nações nº 400 no dia **27 de agosto de** 2026, das 8hs h às 12:30 hs h, munido da documentação exigida para a contratação.

4. DA DOCUMENTAÇÃO

O candidato deverá apresentar os documentos exigidos pela Administração Municipal para a formalização do contrato temporário, especialmente aqueles previstos no edital do Processo Seletivo Simplificado e na legislação municipal vigente.

5. DA CONTRATAÇÃO

A contratação observará a classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado nº 04/2025 e as disposições previstas no respectivo edital e na legislação municipal.

A contratação terá caráter **temporário**, destinando-se exclusivamente à substituição do professor efetivo durante o período de férias-prêmio, com previsão de vigência de **01 a 30 de setembro de 2026**.

O contrato será encerrado ao término do período de substituição ou quando cessar a necessidade que motivou a contratação, observadas as disposições legais aplicáveis.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

O não comparecimento do candidato no prazo estabelecido ou a ausência da documentação exigida poderá implicar sua desistência da contratação, observadas as regras previstas no edital do Processo Seletivo Simplificado.

Cachoeira Dourada – MG, 25 de agosto de 2026.

MARIA APARECIDA DE SOUZA ARAÚJO
Secretária Municipal de Educação
Município de Cachoeira Dourada – MG

Publicado por:
Maria Aparecida de Souza Araújo
Código Identificador:9951F1CE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAJURI

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CAJURI-MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Pça Capitão Arnaldo Dias de Andrade Filho, 12, centro, Cajuri/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.132.456/0001-70, através da Pregoeira e equipe de apoio, designada pela **Portaria nº 01/2026,** torna público que realizará em sessão pública, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 028/2026, TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM, NÚMERO DE PROCESSO 075/2026**, **OBJETO: Contratação para prestação de serviços de fisioterapia domiciliar, nas zonas urbana e rural do Município de Cajuri-MG, destinados ao atendimento de pacientes com impossibilidade permanente ou temporária de locomoção (acamados), mediante encaminhamento da Secretaria Municipal de Saúde, visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Cajuri, que será regido pela Lei nº 14.133 de 01/04/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e suas alterações, com os termos e condições do presente EDITAL,** com as seguintes características: **As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: As 09h00min do dia: 10/09/2026.**

Publicado por:
Uderlaindo José Batalha
Código Identificador:09722B63

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPANHA

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
DECRETO Nº 8.085, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 8.085, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DA 66ª OLIMPÍADA CAMPANHENSE E DO FESTIVAL ENCONTROS 2026, ESTABELECENDO NORMAS DE SEGURANÇA, CONTROLE DE ACESSO, COMÉRCIO AMBULANTE, CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS E DEMAIS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS À MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DA CAMPANHA, Estado de Minas Gerais, Lázaro Roberto da Silva, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a ordem pública, a segurança, o bem-estar da população e dos visitantes durante a realização da 66ª Olimpíada Campanhense e do Festival Encontros 2026, de 28 de agosto a 07 de setembro;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a utilização dos espaços públicos, o comércio eventual, o trânsito de veículos, o controle de acesso e a segurança dos participantes dos eventos;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto estabelece normas especiais para a realização da 66ª Olimpíada Campanhense e do Festival Encontros 2026, a serem observadas por participantes, empresários, empreendedores, organizadores e público em geral.

Art. 2º. Fica proibido o comércio eventual ou ambulante, bem como a instalação de bares, barracas, churrasqueiras, trailers, *food trucks*, carrinhos de lanche ou quaisquer estruturas comerciais temporárias sem autorização expressa da Prefeitura Municipal.

§ 1º. A proibição aplica-se às vias públicas, passeios, praças, áreas verdes, estacionamentos públicos e particulares e demais locais situados na área de abrangência dos eventos.

§ 2º. Fica igualmente proibida a instalação de bares eventuais em garagens, imóveis residenciais ou comerciais adaptados para comercialização temporária sem a devida autorização municipal.

Art. 3º Fica expressamente proibida a instalação e utilização de fogões, fogareiros, churrasqueiras improvisadas ou qualquer equipamento similar em vias públicas, passeios e áreas de circulação de pessoas, ainda que sem finalidade comercial.

Art. 4º. Os vendedores ambulantes, eventuais ou quaisquer pessoas que descumprirem as disposições deste Decreto ficarão sujeitos à apreensão das mercadorias, equipamentos e materiais utilizados na atividade irregular, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Art. 5º. Fica proibida a comercialização, distribuição, ingresso, porte, circulação e permanência de bebidas acondicionadas em recipientes de vidro nas áreas abrangidas pelos eventos.

§ 1º. A proibição aplica-se aos estabelecimentos comerciais, comerciantes temporários, participantes e público em geral.

§ 2º. Consideram-se áreas abrangidas por este Decreto:

I – Praça Coronel Zoroastro de Oliveira;
II – Rua Francisco Gama;
III – Rua Sílvio Bellato;
IV – Rua Moretzshon Luiz Oliveira;
V – Rua Dr. Oliveira;
VI – Final da Rua Barão de Parima, sentido Campanha Esporte Clube;
VII – Rua Saturnino de Oliveira;
VIII – Rua Geraldo Maia da Silva;
IX – Rua Orlando Fonseca;
X – Rua Villas Boas da Gama;
XI – Rua Celso Vilhena Mendes;
XII – Dependências internas e externas do Campanha Esporte Clube;
XIII – Demais áreas oficialmente delimitadas pela organização do evento.

Art. 6º. Fica proibida a entrada e permanência nos locais dos eventos de:

I – armas de fogo, munições e acessórios;
II – armas brancas;
III – facas, canivetes, estiletes e objetos perfurocortantes;
IV – ferramentas ou objetos que possam ser utilizados para agressão;
V – substâncias ilícitas e entorpecentes;
VI – explosivos, fogos de artifício ou materiais inflamáveis não autorizados;
VII – caixas térmicas, bebidas e alimentos trazidos pelo público;
VIII – quaisquer objetos que representem risco à segurança coletiva.

Art. 7º. A organização poderá promover revistas pessoais preventivas e inspeção visual de bolsas, mochilas, caixas térmicas, sacolas e demais volumes, observados os princípios da legalidade, urbanidade, respeito e dignidade da pessoa humana.

Art. 8º. Fica expressamente proibida a utilização de equipamentos de som automotivo, caixas amplificadas, sistemas de sonorização particulares ou quaisquer meios que possam interferir na programação oficial dos eventos.

Parágrafo único. A fiscalização, coordenação e equipe de segurança, bem como agentes policiais poderão determinar a imediata interrupção da emissão sonora e adotar as medidas administrativas cabíveis.

Art. 9º Fica proibido o comércio ambulante, eventual, a distribuição de produtos, a realização de publicidade irregular, bem como eleitoral ou qualquer atividade comercial não autorizada nas áreas delimitadas para os eventos.
Art. 10. Os estacionamentos privativos, áreas operacionais, vias interditadas e áreas restritas somente poderão ser acessados por veículos previamente autorizados e identificados pela organização.

§ 1º. Os veículos destinados ao transporte de artistas, equipes técnicas, autoridades, serviços de emergência e apoio operacional poderão acessar áreas restritas mediante autorização da Organização do Evento.
§ 2º. Viaturas policiais, ambulâncias, veículos de emergência e veículos oficiais identificados terão livre acesso às áreas necessárias ao desempenho de suas funções.
Art. 11. O acesso à áreas de camarins, *backstage*, palco principal e demais locais restritos será permitido apenas às pessoas devidamente credenciadas ou autorizadas pela organização, de acordo com seus respectivos coordenadores.
Art. 12. A Prefeitura Municipal implantará sistema de videomonitoramento em áreas internas e externas dos eventos, com finalidade de segurança, prevenção de ocorrências e proteção do patrimônio público e privado, sendo que as imagens obedecerão a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
Art. 13. Verificada a posse de arma, substância ilícita ou qualquer situação que configure possível infração penal, a equipe de segurança deverá acionar imediatamente a Polícia Militar e dar ciência à Equipe de Organização do Evento.
Art. 14. Todo objeto, mercadoria ou material apreendido em decorrência do descumprimento deste Decreto permanecerá sob guarda da Prefeitura Municipal ou da autoridade competente, sendo sua liberação realizada na forma da legislação aplicável.
Art. 15. A Secretaria Municipal de Saúde disponibilizará equipe de atendimento e suporte de urgência durante a realização do evento, conforme escala previamente definida.
Art. 16. O Município manterá equipes de limpeza urbana para execução diária dos serviços de higienização e conservação dos locais dos eventos, devendo finalizar os serviços até às 11h.
Art. 17. Para cada infração às disposições deste Decreto será aplicada multa correspondente a 150 (cento e cinquenta) UFM's, sem prejuízo da apreensão de mercadorias, equipamentos, cassação de autorizações e demais penalidades previstas na legislação municipal.
Art. 18. O descumprimento das determinações emanadas pelos agentes e servidores públicos responsáveis pelo evento poderá ensejar a adoção das medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive comunicação às autoridades competentes.
Art. 19. Além das sanções previstas neste decreto, aqueles os quais infringirem algum de seus dispositivos sujeitar-se-ão às penas previstas para o crime de desobediência.
Art. 20. Os casos omissos serão resolvidos pela Organização do Evento, bem como pelos órgãos competentes da Administração Municipal.
Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campanha/MG, 18 de agosto de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA	
Prefeito Municipal	
DANIEL DA SILVA RODRIGUES	***LILIANE APARECIDA PEREIRA ALVES***
Procurador-Geral do Município	Secretária Municipal de Cultura e Turismo
JOSÉ MASSELI NETO	***RAFAELA PEREIRA MAGALHÃES***
Secretário Municipal de Esporte e Lazer	Secretária Municipal de Saúde
RAQUEL CARVALHO SANTOS ELIAS	***CARLOS HENRIQUE SOARES JÚNIOR***
Secretária Municipal de Fazenda	Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Publicado por:
Patricia Gomes da Silva
Código Identificador:648D2DFF

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 392/2021

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato do Oitavo Termo Aditivo ao contrato nº 392/2021 – Processo nº 00132/2021 – Pregão nº 0041/2021. Contratada empresa **TELEFÔNICA BRASIL S/A – CNPJ: 02.558.157/0001-62** - Av Eng Luis Carlos Berrini 1376 – Cidade Monções, no município de São Paulo - SP. **Objeto: TELEFONIA MÓVEL.**
Vigência: 21/08/2026 a 31/12/2026.

Campanha/MG, 20 de Agosto de 2026

LUCAS CARVALHO BRANDÃO
Departamento de Compras

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:1A36E01A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPESTRE

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO – PROCESSO ADMINISTRATIVO 151/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 054/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – MG. Extrato da Ata de Registro de Preço – Processo Administrativo 151/2026 – Pregão Eletrônico 054/2026. Objeto: "Constitui o objeto do presente instrumento o registro de preços para fornecimento e instalação de vidros temperados, para uso das secretarias municipais da Prefeitura Municipal de Campestre - MG, nas quantidades, qualidades e condições descritas no termo de referência, conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Pregão Eletrônico nº. 054/2026.". Ata de Registro de Preço 144/2026/DL – **FC PRODUTOS E SERVICOS LTDA**, CNPJ n° 51.854.069/0001-13, com valor total de R$ 123.999,00 (cento e vinte e três mil, novecentos e noventa e nove reais). O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

ELIANA MARIA MUNIZ -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:4D034DFF

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO 156/2026 – DISPENSA ELETRÔNICA 069/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – MG. Extrato de Contrato – Processo Licitatório 156/2026 – Dispensa Eletrônica 069/2026. Objeto: Constitui objeto do presente Contrato Administrativo para a contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos técnicos de engenharia e arquitetura destinados à construção de uma unidade de pronto atendimento municipal (pam). Contrato 108/2026/DL_– **PLANO VETOR PROJETOS E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ n° 60.501.591/0001-02, com valor total de R$ 64.900,00 (sessenta e quatro mil e novecentos reais). O presente contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado observadas as condições estabelecidas e na legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021.

ELIANA MARIA MUNIZ -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:A7BCD60F

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO DISTRATO – PROCESSO ADMINISTRATIVO 112/2023 – PREGÃO PRESENSIAL 017/2023 SRP N° 048/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – MG. Extrato do Distrato – Processo Administrativo 112/2023 – Pregão Presensial 017/2023 SRP N° 048/2023. Objeto: "A Presente Ata tem como objeto o registro de preços de produtos variados de padaria, sanduíche, água mineral e suco, que serão destinados ao suporte de atividades das diversas secretarias e visando o atendimento a convidados do município em eventos e atividades, colaboradores eventuais e servidores diretos e indiretos da Administração, sendo que, especificações e quantidades são as constantes do **ANEXO I** – Termo de Referência do Pregão Presencial nº 017/2023, e da Proposta da Contratada.". Contrato 135/2024/DL – **CHF & CIA LTDA**, CNPJ n° 02.290.046/0001-18.

ELIANA MARIA MUNIZ -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:322FCA68

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO ELETRÔNICO Nº 001/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 167/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE/MG – EXTRATO DO EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO ELETRÔNICO Nº 001/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 167/2026: O Município de Campestre/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Leilão Público Eletrônico, pelo critério de maior lance por lote, destinado à alienação de bens pertencentes ao patrimônio municipal, compreendendo 55 (cinquenta e cinco) lotes, sendo 54 (cinquenta e quatro) lotes de bens móveis e 01 (um) lote de bem imóvel, conforme condições e especificações estabelecidas no respectivo Edital e seus anexos. O recebimento de lances terá início em 31 de agosto de 2026, às 10h00min, permanecendo os lotes disponíveis para lances até o dia 21 de setembro de 2026, quando terá a partir das 10h00min, o encerramento individual dos lotes, observada a ordem de fechamento estabelecida pela plataforma eletrônica e as regras de prorrogação previstas no Edital. O certame será realizado exclusivamente em ambiente eletrônico, por meio da plataforma MJ Leilões, disponível em www.mjleiloes.com.br, sob a condução do Leiloeiro Oficial Mauricio Jose de Sousa Costa, JUCEMG nº 1544. O Edital completo e seus anexos serão disponibilizados no ambiente eletrônico do Leiloeiro Oficial, juntamente com as informações relativas aos lotes, valores mínimos, condições de participação, visitação e demais regras do certame, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, permanecendo disponíveis para consulta pública durante o período de divulgação e realização do leilão. O Edital também será disponibilizado no sítio eletrônico oficial do Município e afixado, na data de sua publicação, no Saguão de entrada do Paço Municipal da Prefeitura Municipal de Campestre/MG, em local de ampla circulação de pessoas, para consulta pública, nos termos do art. 31, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Campestre/MG, 25 de agosto de 2026.

ELIANA MARIA MUNIZ –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:13D348FE

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO - PROCESSO LICITATÓRIO 016/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 006/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – MG – Extrato do segundo termo aditivo - Processo Licitatório 016/2026 – Pregão Eletrônico 006/2026. Torna público o extrato do segundo termo aditivo do contrato 017/2026/DL. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo da Linha 27 do Contrato Administrativo nº 017/2026, em razão da ampliação do trajeto do transporte escolar." Contrato 017/2026/DL_ **GILBERTO LUIZ DE ANDRADE**, CNPJ N. 53 254 201/0001-81.

ELIANA MARIA MUNIZ_
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:29B08574

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPOS ALTOS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 49/2025 CONTRATO ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 52/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 49/2025

Contrato Originário do Processo de Licitação nº 52/2025
Concorrência Eletrônica nº 02/2025

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.298.190/0001-30, com sede na Rua Cornélia Alves Bicalho, 401, Centro, na cidade de Campos Altos/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vicente de Paulo Mateus, adiante denominado CONTRATANTE

CONTRATADA:

CONSTRÓI EMPREITEIRA DE OBRAS E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF nº 33.220.938/0001-76, com sede na cidade de Patos de Minas - MG, na Av Afonso Queiroz, nº 91, Bairro Antonio Caixeta, Cep 38.705-167, neste ato representada pelo Sra. Eleida Maria Silva Garcia, CPF nº xx4.0xx.xx6-xx, tem entre si ajustado o presente termo de aditivo: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REVITALIZAÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA DO BAIRRO SANTA TEREZINHA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 944263/2023, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE CAMPOS ALTOS – MG, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 49/2025 tem por objeto a prorrogação de vigência do contrato pelo período compreendido de 30 (trinta) dias tendo a vigência entre 25 de agosto de 2026 até 25 de setembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. É condição de eficácia do presente 3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 49/2025 a publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 94 da Lei 14.133/21.
2.2. Permanecem inalteradas todas as outras cláusulas do Contrato Administrativo nº 49/2025.
2.3. O presente 3º Termo Aditivo é firmado em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também subscrevem.

VICENTE DE PAULO MATEUS -
Pref. Municipal de Campos Altos MG.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:94D3EDCF

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 48/2026

O Município de Campos Altos-MG, torna público a quem interessar possa que está aberta licitação modalidade Pregão Eletrônico n.º 48/2026, Processo n.º 100/2026, destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE CAMPOS ALTOS - MG, com abertura prevista para o dia 08/09/2026 às 08:30 horas e será realizada na plataforma eletrônica www.licitanet.com.br. O Edital encontra-se a disposição no Setor de Licitação desta Prefeitura ou pelos sites: www.camposaltos.mg.gov.br ou www.licitanet.com.br ou www.gov.br/pncp/pt-br –

Campos Altos - MG, 25/08/2026 –

VICENTE DE PAULO MATEUS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Cristina Ferreira
Código Identificador:322506AC

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO - PROCESSO Nº 84/2026 – CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 29/2026.

Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG – EXTRATO DO CONTRATO - PROCESSO Nº 84/2026 – CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 29/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE CARROS ALEGÓRICOS, DESTINADOS AO DESFILE CÍVICO DE 7 DE SETEMBRO. Contratado: EDILEUSA APARECIDA GONCALVES. Contrato nº. 157/2026. Vigência: 25/08/2026 a 31/12/2026. Data assinatura 25/08/2026. Valor Contrato: R$ 11.200,00.

Campos Altos – MG, 25/08/2026.

VICENTE DE PAULO MATEUS **–**
Pref. Mun.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:E58D6759

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO - PROCESSO Nº 93/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 23/2026.

Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG – EXTRATO DO CONTRATO - PROCESSO Nº 93/2026 - Inexigibilidade Nº 23/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG. Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO A RUA DR GETÚLIO PORTELA 221, CENTRO, PARA FUNCIONAMENTO DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS ALTOS - MG.. Contratado: JOAQUIM BERTOLINO JUNIOR. Contrato nº. 158/2026. Vigência: 25/08/2026 a 25/08/2027. Data assinatura 25/08/2026. Valor Contrato: R$ 2.150,00.

Campos Altos – MG, 25/08/2026.

VICENTE DE PAULO MATEUS **–**
Pref. Mun.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:567D13BF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAPITÃO ANDRADE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 049/2026, MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 009/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa ANIMAÊ E EVENTOS E EMOÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de Show Artístico Infantil exclusivo "Animaê" incluindo vários personagens, durante a realização de eventos culturais em 2026 no Município de Capitão Andrade/MG. Valor: R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais). Vigência: 13/08/2026 a 31/12/2026.

Município de Capitão Andrade/MG, 25 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO **–**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:2CA739A8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARLOS CHAGAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 – NOSSA ARTE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 – NOSSA ARTE
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB

A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO DE CARLOS CHAGAS – MG torna pública a CONVOCAÇÃO DA AGENTE CULTURAL CONTEMPLADA para assinatura do Termo de Premiação Cultural, referente ao Edital de Chamamento Público nº 002/2026 – Nossa Arte, destinado à premiação de agentes culturais com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB.

AGENTE CULTURAL CONVOCADA: Maria da Gloria Almeida Viana
Categoria: Artes Visuais
Valor da Premiação: R$ 5.000,00
Pontuação: 25 pontos.

A agente cultural deverá comparecer para assinatura do respectivo Termo de Premiação Cultural, observando as orientações e o prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Turismo. Após a assinatura, o recurso financeiro será disponibilizado na conta bancária de titularidade da beneficiária indicada no formulário de inscrição, conforme as disposições do edital.

O prêmio possui natureza jurídica de doação sem encargo, não havendo obrigações futuras, exigência de contrapartida ou prestação de contas.

Carlos Chagas/MG, 25 de agosto de 2026.

DAGMAR SOARES DE OLIVEIRA MARTINS
Secretária Municipal de Cultura, Lazer e Turismo

Publicado por:
Aline Teixeira de Almeida
Código Identificador:A0431BDB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DA MATA

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
LEI Nº 1.821 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização no Município de Carmo da Mata-MG.

O povo do Município de Carmo da Mata, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de Carmo da Mata, com a finalidade de assegurar o direito à alfabetização das crianças na idade certa, promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental e garantir a melhoria contínua da qualidade da educação pública municipal.
Parágrafo único. A Política Municipal de Alfabetização será implementada em regime de colaboração com a União e o Estado de Minas Gerais, em conformidade com a Constituição Federal, com a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, com a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Plano Nacional de Educação), com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o Currículo Referência de Minas Gerais, com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Pacto Mineiro pela Alfabetização e com as metas e estratégias do Plano Municipal de Educação.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 2º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I - garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II - promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos 3º, 4º e 5º anos que apresentem defasagens;
III - reduzir desigualdades educacionais;
IV - fortalecer a qualidade da alfabetização mediante práticas pedagógicas baseadas em evidências;
V - promover o monitoramento contínuo da aprendizagem;
VI - fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;
VII - incentivar a participação das famílias no processo de alfabetização;
VIII - fomentar a cultura de monitoramento, avaliação e melhoria contínua da aprendizagem.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º Constituem princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I - garantia do direito à alfabetização na idade certa;
II - equidade e inclusão;
III - gestão baseada em evidências;
IV - valorização dos profissionais da educação;
V - formação continuada;
VI - colaboração entre Estado, Município e União;
VII - gestão democrática;
VIII - monitoramento permanente dos resultados;
IX - respeito às especificidades locais.

CAPÍTULO IV
DOS EIXOS ESTRUTURANTES

Art. 4º A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio dos seguintes eixos estruturantes:
I - Gestão e Governança da Alfabetização;
II - Formação Continuada dos Professores Alfabetizadores;
III - Práticas Pedagógicas e Avaliação da Aprendizagem;
IV - Intervenção Pedagógica e Recomposição das Aprendizagens;
V - Articulação com as Famílias e Comunidade;
VI - Infraestrutura, Materiais Didáticos e Recursos Tecnológicos;
VII - Compartilhamento das Práticas Pedagógicas Inspiradoras.

CAPÍTULO V
DA GOVERNANÇA

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 6º Fica instituído o Comitê Municipal de Governança da Alfabetização, de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.
§1º O Comitê será regulamentado por Portaria da Secretaria Municipal de Educação.
§2º O Comitê terá representantes, dentre outros:
I - da Secretaria Municipal de Educação;
II - das equipes gestoras das escolas;
III - dos coordenadores pedagógicos;
IV - dos professores alfabetizadores;
V - do Conselho Municipal de Educação;
VI - do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, quando couber;
VII - de outros órgãos ou instituições convidados.

Art. 7º Compete ao Comitê:
I - acompanhar a implementação da Política Municipal;
II - monitorar indicadores;
III - propor aperfeiçoamentos;
IV - acompanhar o Plano Municipal de Ação;
V - elaborar relatórios anuais.

CAPÍTULO VI
DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO PARA A ALFABETIZAÇÃO

Art. 8º O Plano Municipal de Ação para a Alfabetização constitui o instrumento de planejamento, execução, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.
§1º O Plano será elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.
§2º O Plano deverá ser atualizado anualmente ou quando necessário.
§3º O Plano conterá, no mínimo:
I - diagnóstico da rede;
II - metas municipais;
III - estratégias;
IV - cronograma;
V - responsáveis;
VI - indicadores;
VII - mecanismos de monitoramento.

Art. 9º O Plano observará os sete eixos estruturantes previstos nesta Lei, contemplando ações relacionadas à gestão, formação docente, práticas pedagógicas, recomposição das aprendizagens, articulação com as famílias, infraestrutura e compartilhamento de boas práticas.

CAPÍTULO VII
DO MONITORAMENTO

Art. 10. O monitoramento da Política Municipal será realizado mediante utilização dos resultados:
I - das avaliações internas (diagnósticas e processuais);
II - da Avaliação da Fluência em Leitura;
III - das Avaliações do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE);
IV - dos indicadores do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
V - das demais avaliações nacionais, estaduais e municipais.

Art. 11. Os resultados deverão subsidiar:

I - o planejamento anual do Município;
II - os planos de ação das escolas;
III - as formações continuadas;
IV - a recomposição das aprendizagens;
V - a revisão das metas municipais.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. A Política Municipal de Alfabetização integrará o planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação e observará as metas do Plano Municipal de Educação.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Carmo da Mata, 25 de agosto de 2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Cristina da Silva
Código Identificador:7EF85F2D

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
LEI Nº 1.822 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Institui o Estatuto Municipal da Promoção e Igualdade Etnico-Racial do Município de Carmo da Mata/MG.

O povo do Município de Carmo da Mata, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° Fica instituído, no âmbito do sistema municipal de ensino, a Política Municipal de Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, em consonância com a legislação federal vigente e com a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - PNEERQ.

Art. 2° A Secretaria Municipal de Educação elaborará Plano Municipal de Implementação da Educação as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, contendo diagnóstico, metas, indicadores, ações de formação continuada, estratégias pedagógicas e mecanismos de monitoramento.

CAPÍTULO II
DO ESTATUTO

Art. 3° Esta Lei institui o Estatuto Municipal da Promoção e Igualdade Étnico-Racial como ação municipal de desenvolvimento de Carmo da Mata/MG, objetivando a superação do racismo, da discriminação e das desigualdades étnicas e raciais.
§ 1° Para efeito deste Estatuto, considera-se:
I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão ou restrição baseada em raça, cor, descendência, procedência nacional ou étnico-racial que tenha por objetivo cercear o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e das liberdades fundamentais, nos campos político, econômico, social ou em qualquer campo da vida pública ou privada, asseguradas as disposições contidas nas legislações pertinentes à matéria;
II - desigualdade étnico-racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou procedência nacional ou étnica;
III - negro ou negra: conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodeclaração análoga;
IV - indígena: todo indivíduo que tem no seu consciente, se auto identifica e é identificado como pertencente a um povo indígena, seja por vínculo familiar e consanguíneo que pratica a cultura e costumes do seu povo pertencente, cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional;
V - ciganos e ciganas: cada indivíduo que se considera membro de um grupo étnico que se autodeclara como rom, sinti ou calon, ou um de seus inúmeros subgrupos, e é por ele reconhecido como membro;
VI - racismos institucionais: ações ou omissões sistêmicas caracterizadas por normas, práticas, critérios e padrões formais e não formais de diagnóstico e atendimento, de natureza organizacional e institucional, pública e privada, resultantes de preconceitos, racismo ou estereótipos que resultam em discriminação e ausência de efetividade em prover e ofertar atividades e serviços qualificados às pessoas em função da sua raça, cor, ascendência, cultura, religião, origem racial ou étnico-racial;
VII - racismo estrutural: mecanismo de opressão enraizado na sociedade que coloca em disparidade indivíduos da mesma sociedade. Os grupos discriminados em razão do racismo estrutural são afetados estruturalmente pela união de práticas culturais, institucionais, históricas e interpessoais contidas no âmbito social, criando privilégios para determinado grupo social e discriminação e desvantagens para outros em razão de sua raça ou etnia, impedindo que estes ascendam socialmente ou ocupem locais de poder e representação na sociedade;
VIII - desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnico-racial;
IX - mestras e mestres dos saberes e fazeres das culturas tradicionais afrobrasileiras, indígenas e dos povos ciganos: indivíduo que se reconhece e é reconhecido pela sua própria comunidade como representante e herdeiro(a) dos saberes e fazeres da cultura tradicional, que, através da oralidade, da corporeidade e da vivência dialógica, aprende, ensina e torna-se a memória viva e afetiva dessa cultura, transmitindo saberes e fazeres de geração em geração, garantindo a ancestralidade e a identidade do seu povo.
§ 2° Este Estatuto aplica-se aos indígenas residentes ou não em terras e territórios indígenas reconhecidos ou não oficialmente pelo Estado Brasileiro, incluindo acampamentos, assentamentos, áreas de retomada, de conflito e em contexto urbano.
§ 3° O indígena que está em contexto urbano é aquele que está fora do território indígena e em terras não homologadas, que mora na área urbana, tem a vivência de sua cultura e tradição diferente da sociedade nacional, orientando-se pelo cumprimento dos preceitos legais nacionais e internacionais da Constituição Federativa do Brasil de 1988 e da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.
§ 4° Serão consideradas ações afirmativas os programas e as medidas especiais adotados pelo Município e pela iniciativa privada para a erradicação das desigualdades étnico-raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

Art. 4° O Estatuto Municipal da Promoção e Igualdade Étnico-Racial orientará as políticas públicas, os programas e as ações a serem implementadas no Município de Carmo da Mata/MG, visando:
I - medidas reparatórias e compensatórias para os negros, as negras e os indígenas pelas sequelas e consequências advindas do período da escravidão e das práticas institucionais e sociais que contribuíram para aprofundar as desigualdades étnico-raciais presentes na sociedade;
II - medidas inclusivas, nas esferas públicas e privadas, que assegurem a representação equilibrada dos diversos segmentos étnico-raciais componentes da sociedade civil de Carmo da Mata/MG, solidificando a democracia e a participação de todos.

Art. 5º A participação dos negros, das negras, dos indígenas e dos povos ciganos em igualdade de condições na vida social, econômica e cultural do Município de Carmo da Mata/MG será promovida através de medidas que assegurem:

I - o reconhecimento e a valorização da composição pluriétnica da sociedade civil de Carmo da Mata/MG, resgatando a contribuição dos negros, das negras, dos indígenas e dos povos ciganos na história, na cultura, na política e na economia do Município;
II - as políticas públicas, os programas e as medidas de ações afirmativas e repressivas, combatendo especificamente as desigualdades étnico-raciais que atingem as mulheres negras, indígenas e ciganas;
III - o resgate, a preservação e a manutenção da memória histórica legada à sociedade civil de Carmo da Mata/MG pelas tradições e práticas socioculturais afro, indígenas e dos povos ciganos;
IV - o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnico-raciais pelas estruturas institucionais do Estado, com a implementação de programas especiais de ação afirmativa na esfera pública, visando ao enfrentamento emergencial das desigualdades étnico-raciais;
V - a promoção de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate ao racismo em todas as suas manifestações individuais, estruturais e institucionais;
VI - o apoio às iniciativas oriundas da sociedade civil que promovam a igualdade de oportunidades e o combate às desigualdades étnico-raciais.

Art. 6° A participação da população negra em condição de igualdade de oportunidade na vida econômica, social, política e cultural de Carmo da Mata/MG será promovida prioritariamente, e não se limitando, por meio de:
I - inclusão equânime nas políticas públicas, programas de desenvolvimento econômico e social e de ação afirmativa;
II - adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;
III - modificação das estruturas institucionais do Município para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnico-raciais decorrentes do racismo e da discriminação étnico-racial;
IV - promoção de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação e às desigualdades étnico-raciais em todas as suas manifestações individuais, institucionais e estruturais contra negros, negras, indígenas e povos ciganos;
V - eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnico-racial nas esferas pública e privada;
VI - estímulo, apoio e fortalecimento de iniciativas oriundas da sociedade civil direcionadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate às desigualdades étnico-raciais, inclusive mediante à implementação de incentivos e critérios de condicionamento e garantia de acesso aos recursos públicos;
VII - implementação de programas de ações afirmativas destinados ao enfrentamento das desigualdades étnico-raciais no tocante à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à saúde, à segurança, ao trabalho, à guarda, aos meios de comunicação de massa, aos financiamentos públicos, ao acesso à terra, à Justiça e outros.
§ 1° Os programas de ações afirmativas constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do país.
§ 2° As iniciativas de que trata o caput deste artigo nortear-se-ão pelo respeito à proporcionalidade entre homens e mulheres negros e na busca pela efetiva representação indígena e dos povos ciganos, com vistas a garantir a plena participação.

Art. 7° Visando dar cumprimento ao disposto nesta Lei, poderá o Executivo Municipal instituir um órgão interno especializado na Promoção e Igualdade Étnico-Racial ou atribuir a competência de seu cumprimento a quem entenda pertinente, desde que observada a finalidade desta norma, sobretudo o que consta dos seus arts. 2° e 3°.

CAPÍTULO III
DO INCENTIVO ÀS INICIATIVAS DE PROMOÇÃO E IGUALDADE ÉTNICO- RACIAL

Art. 8° Na implementação dos programas e das ações constantes dos planos plurianuais e dos orçamentos anuais do Município de Carmo da Mata/MG deverão ser observadas as políticas de ação afirmativa a que se refere este Estatuto e outras políticas públicas que tenham como objetivo promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social da população negra, indígena e dos povos ciganos.
§ 1° O Município de Carmo da Mata/MG adotará medidas que garantam, em cada exercício, a transparência na alocação e na execução dos recursos necessários ao financiamento das ações previstas neste Estatuto, explicitando os recursos orçamentários destinados aos programas de promoção da igualdade, especialmente nas áreas de educação, saúde, emprego e renda, desenvolvimento rural, habitação popular, desenvolvimento regional, cultura, esporte e lazer.
§ 2° O Município adotará as medidas necessárias para a adequada implementação do disposto neste artigo, estabelecendo patamares de participação dos programas de ação afirmativa nos orçamentos anuais a que se refere o caput deste artigo.

Art. 9° Sem prejuízo da destinação de recursos ordinários, poderão ser consignados nos orçamentos fiscais para financiamento das ações que se buscam:
I - transferências voluntárias do estado de Minas Gerais, do Distrito Federal e dos municípios;
II - doações voluntárias de particulares;
III - doações de empresas privadas e organizações não governamentais, nacionais ou internacionais;
IV - doações voluntárias de fundos nacionais ou internacionais;
V - doações de estados estrangeiros, por meio de convênios, tratados e acordos internacionais.

CAPÍTULO IV
DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE

Art. 10 O conjunto de ações de saúde voltadas à população negra, indígena e povos ciganos constitui a Política Municipal de Saúde Integral da População Negra, Indígena e Cigana, organizada de acordo com as diretrizes abaixo especificadas:
I - inclusão do racismo como determinante social da Saúde;
II - ampliação e fortalecimento da participação de lideranças dos movimentos sociais em defesa da saúde da população negra, indígena e dos povos ciganos nas instâncias de participação e controle social do SUS;
III - produção de conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra, indígena e dos povos ciganos;
IV - desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação para contribuir com a redução das vulnerabilidades, por meio da prevenção, para a melhoria da qualidade de vida da população negra, indígena e dos povos ciganos e para a sensibilização quanto à adequada utilização do quesito "raça/cor";
V - desenvolvimento de ações e estratégias de identificação, abordagem, combate e desconstrução do racismo institucional nos serviços e unidades de saúde, incluindo-se os de atendimento de urgência e emergência, assim como no contexto da educação permanente de trabalhadores da saúde;
VI - ações concretas para a redução de indicadores de morbimortalidade causada por doenças e agravos prevalentes na população negra, indígena e nos povos ciganos;
VII - formulação e/ou revisão das redes integradas de serviços de saúde do SUS, em âmbito municipal, com a finalidade de inclusão das especificidades relacionadas à saúde da população negra, indígena e dos povos ciganos;
VIII - implementação de programas específicos com foco nas doenças cujos indicadores epidemiológicos evidenciam as maiores desigualdades étnico-raciais;
IX - produção de estatísticas vitais e análises epidemiológicas da morbimortalidade por doenças prevalentes na população negra, quer se trate de doenças geneticamente determinadas ou doenças causadas ou agravadas por condições de vida da população negra, indígena e povos ciganos, atingida pela desigualdade étnico-racial;
X - promoção da formação inicial e continuada dos trabalhadores em saúde, de campanhas educativas e da distribuição de material em linguagem acessível à população, abordando conteúdos relativos ao enfrentamento ao racismo e discriminação étnico-racial na área de saúde e às práticas de promoção da saúde da população negra.

Art. 11 A saúde dos negros e das negras, dos indígenas e dos povos ciganos será garantida mediante políticas sociais e econômicas que

visem à prevenção e ao tratamento de doenças geneticamente determinadas e seus agravos.
Parágrafo único. O acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS) para a promoção, proteção e recuperação da saúde da população negra, indígena e dos povos ciganos será proporcionado através de ações e de serviços focalizados nas peculiaridades dessa parcela da população.

Art. 12. Serão monitoradas, pelos órgãos de saúde municipal, as condições da população negra, indígena e dos povos ciganos para subsidiar o planejamento, mediante, dentre outras, as seguintes ações:
I - a promoção da saúde integral da população negra, indígena e dos povos ciganos, priorizando a redução das desigualdades étnicas e o combate à discriminação nas instituições e nos serviços do SUS;
II - a melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados por cor, etnia e gênero;
III - a inclusão do conteúdo da saúde da população negra, indígena e dos povos ciganos nos processos de formação e de educação permanente dos trabalhadores da saúde;
IV - a inclusão da temática saúde da população negra, indígena e dos povos ciganos nos processos de formação das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e do controle social no SUS.

Art. 13. Serão instituídas políticas públicas de incentivo à pesquisa do processo de saúde e doença da população negra, indígena e dos povos ciganos nas instituições de ensino, com ênfase:
I - nas doenças geneticamente determinadas;
II - na contribuição das manifestações negra, indígena e dos povos ciganos de promoção à saúde;
III - na medicina popular de matriz afro-indígena;
IV - na percepção popular do processo saúde/doença;
V - na escolha da terapêutica e eficácia dos tratamentos;
VI - no impacto do racismo sobre as doenças;
VII - nas medicinas tradicionais e nos mestres dos saberes, como as parteiras (doulas) e raizeiros.

Art. 14. Poderão ser priorizadas pelo Poder Público iniciativas que visem à:
I - criação de núcleos de estudos sobre a saúde da população negra, indígena e dos povos ciganos;
II - implementação de cursos de pós-graduação com linhas de pesquisa e programas sobre a saúde da população negra, indígena e dos povos ciganos no âmbito das Instituições de Ensino Superior;
III - inclusão da questão da saúde da população negra, indígena e dos povos ciganos como tema transversal nos currículos educacionais;
IV - inclusão de matérias sobre etiologia, diagnóstico e tratamento das doenças prevalentes na população negra, indígena e nos povos ciganos e medicina de matriz afrobrasileira, afro-indígena, indígena e cigana nos cursos que assim desejarem ou tiverem em sua grade curricular a pauta;
V - promoção de seminários e eventos para discutir e divulgar os temas da saúde da população negra, indígena e dos povos ciganos nos serviços de saúde.

Art. 15. O Poder Público Municipal adotará políticas públicas para a população negra, indígena e os povos ciganos destinadas à redução do risco de doenças que têm maior incidência para esse segmento, em especial a doença falciforme, as hemoglobinopatias, o lúpus, a hipertensão, o diabetes, o HTLV I e II e os miomas.

Art. 16. Em acordo com a Constituição Federal, ficarão assegurados a todos os cidadãos a liberdade e o exercício de crença, podendo se manifestar da forma que lhe convém, respeitando os limites legais.
Parágrafo único. Não poderão ser negadas vacinas ou outros tratamentos em razão de crença ou símbolos religiosos junto ao corpo do cidadão, ressalvado se o que tiver junto ao corpo for prejudicial ou impeditivo do tratamento.

Art. 17. Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos, aldeias e povos ciganos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde.

Art. 18. As informações prestadas pelos órgãos municipais de saúde e os respectivos instrumentos de coleta de dados incluirão o quesito "raça/cor/etnia", reconhecido de acordo com a autodeclaração dos usuários das ações e serviços de saúde.

Art. 19. A Secretaria Municipal de Saúde realizará o acompanhamento e o monitoramento das condições específicas de saúde da população negra, indígena e dos povos ciganos no Município, visando à redução dos indicadores de morbimortalidade por doenças prevalentes destas populações.

CAPÍTULO V
DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA E AO ESPORTE E LAZER

Seção I
Disposições Gerais

Art. 20. O Município desenvolverá ações para viabilizar e ampliar o acesso e a fruição da população negra, indígena e dos povos ciganos à educação, à cultura e ao esporte e lazer, almejando a efetivação da igualdade de oportunidades de acesso ao bem-estar e ao desenvolvimento e da participação e contribuição para a identidade e o patrimônio cultural brasileiro.

Art. 21. Se necessário à adequada execução das medidas previstas neste capítulo, poderá o Poder Público Municipal buscar o apoio técnico e financeiro junto aos Governos Federal e Estadual, podendo utilizar-se de transferências voluntárias dos Entes Federativos, de doações voluntárias de particulares, empresas privadas, organizações não governamentais, nacionais ou internacionais, de doações voluntárias de fundos nacionais ou internacionais e de doação de estados estrangeiros, por meio de convênio, tratados e acordos internacionais.

Seção II
Da Educação

Art. 22. Fica assegurada a participação da população negra, indígena e dos povos ciganos, em igualdade de oportunidades e concedendo a plena representação, voz e voto nos espaços de participação e controle social das políticas públicas em educação, cabendo ao Poder Público Municipal promover o acesso dessa população à educação em todas as modalidades de ensino de sua competência.

Art. 23. O Poder Público poderá adotar ações e medidas, judiciais e extrajudiciais, para efetivar, na rede municipal de ensino, pública e privada, a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira, indígena e dos povos ciganos, em todo o currículo escolar, em conformidade com o estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com a Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.
§ 1° Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, o Poder Público Municipal fomentará a formação inicial e continuada de professoras e professores para a elaboração de material didático específico, em articulação permanente com os Governos Federal e Estadual, com a participação de entidades negras, indígenas, dos povos ciganos e da sociedade civil.
§ 2° O Município, mediante incentivos e prêmios, promoverá o reconhecimento de práticas didáticas e metodológicas no ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena e dos povos ciganos nas escolas do Sistema Municipal de Ensino e da rede privada.
§ 3º O Poder Público deverá promover campanhas que divulguem a literatura produzida pelos negros e pelas negras, pelos indígenas e pelos povos ciganos que reproduza a história, as tradições e a cultura dessas populações.

Art. 24. As comemorações de caráter cívico e de relevância para a memória e a história brasileira da população negra, indígena e dos

povos ciganos serão previstas no Calendário Escolar do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 25. O Poder Público Municipal buscará apoio técnico, financeiro e operacional junto aos Governos Federal e Estadual para promover o acesso efetivo e igualitário de crianças negras, indígenas e dos povos ciganos, com idade entre zero e seis anos, à Educação Infantil.

Art. 26. O Município estimulará e apoiará ações socioeducacionais realizadas por entidades do movimento negro e de povos indígenas e de povos ciganos que desenvolvam atividades voltadas para a inclusão social, mediante cooperação técnica, intercâmbios, convênios e incentivos, entre outros mecanismos.

Art. 27. O Poder Público Municipal procederá à apuração administrativa das ocorrências de racismo, discriminação étnico-racial e intolerância étnico-racial no âmbito das unidades do Sistema Municipal de Ensino, através de estruturas administrativas especificamente criadas para esse fim, e se articulará para a prestação de apoio social, psicológico e jurídico específico às pessoas atingidas, com prioridade no atendimento de crianças e adolescentes negros, indígenas e de povos ciganos.
§ 1° Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, as instituições escolares manterão protocolo para registro e encaminhamento às autoridades competentes de denúncias de atos de racismo e discriminação étnico-racial e no âmbito das unidades do Sistema Municipal de Ensino, público e privado.
§ 2° Fica desde já autorizado o Executivo Municipal a celebrar eventuais convênios necessários junto aos órgãos judiciais, buscando facilitar e colaborar na condução de eventuais investigações criminais pertinentes ao tema desta Lei.

Art. 28. Nas instituições de ensino, públicas e privadas, poderão ser oportunizados o aprendizado e a prática de atividades esportiva, cultural e lúdica, sendo incentivada a participação dos mestres tradicionais e profissionais de referência para atuarem como instrutores.

Art. 29. O Poder Público promoverá políticas e programas de ação afirmativa que assegurem igualdade de acesso ao ensino público para os negros, indígenas e dos povos ciganos, em todos os níveis de educação, proporcional à sua parcela na composição da população do Município, ao mesmo tempo em que incentivará os estabelecimentos de ensino privado a adotarem tais políticas e programas.

Art. 30. O Município poderá promover programas de incentivo, inclusão e permanência da população negra, indígena e dos povos ciganos na educação, adotando medidas para:
I - incentivar ações que mobilizem e sensibilizem as instituições privadas de Ensino Superior para que adotem as políticas e ações afirmativas;
II - incentivar e apoiar a criação de cursos de acesso ao Ensino Superior para estudantes negros, negras, indígenas e dos povos ciganos como mecanismo para viabilizar uma inclusão mais ampla e adequada destes nas instituições;
III - estabelecer programas de cooperação técnica com as escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico, Educação Infantil e de Jovens e Adultos (EJA) para a formação continuada para todos os que trabalham nos espaços educativos no ensino da história e da cultura negra, indígena e dos povos ciganos e para o desenvolvimento de uma educação baseada nos princípios da equidade, tolerância e respeito às diferenças étnicoraciais:
IV - desenvolver, elaborar e editar materiais didáticos e paradidáticos que subsidiem o ensino, a divulgação, o debate e as atividades afins sobre a temática da história e cultura negra, indígena e dos povos ciganos;
V - estimular a implementação de diretrizes curriculares que abordem as questões étnico-raciais em todos os níveis de ensino, apoiando projetos de pesquisa nas áreas das relações raciais, das ações afirmativas, da história e da cultura negra, indígena e dos povos ciganos;
VI - apoiar grupos, núcleos e centros de pesquisa, em quaisquer programas de pós-graduação, que desenvolvam temáticas de interesse da população negra, indígena e dos povos ciganos;
VII - desenvolver programas de extensão universitária destinados a aproximar jovens negros, negras, indígenas e dos povos ciganos de tecnologias avançadas, assegurado o princípio da proporcionalidade de gênero entre os beneficiários;
VIII - dar cumprimento ao disposto na Lei Federal n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e na Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, e, no que tange à obrigatoriedade da inclusão da história e da cultura afrobrasileiras e indígena nos currículos escolares dos Ensinos Médio e Fundamental, das Leis nº 10.639, de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008;
IX - estabelecer, na forma de legislação específica e seus regulamentos, medidas destinadas à implementação de ações afirmativas, voltadas a assegurar o preenchimento por afro-brasileiros de quotas mínimas das vagas relativas às instituições públicas e privadas de educação.

Seção III
Da Cultura

Art. 31. O Município garantirá o reconhecimento das manifestações culturais preservadas pelas sociedades negras e outras formas de expressões culturais coletivas da população negra, indígena e dos povos ciganos, com trajetória histórica comprovada, como Patrimônio Histórico e Cultural, nos termos dos arts. 215 e 216 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 32. O Poder Público Municipal incentivará a celebração das personalidades e das datas comemorativas relacionadas às manifestações culturais do povo indígena e outras formas de expressão cultural coletiva da população negra, indígena e dos povos ciganos, bem como sua comemoração nas instituições de ensino públicas e privadas.

Art. 33. O Poder Público, por meio da Fundarte, estimulará e apoiará a produção cultural de entidades do movimento negro, indígena e dos povos ciganos e de grupos de manifestação cultural coletiva da população negra, indígena e cigana que desenvolvam atividades culturais voltadas para a promoção da igualdade étnico-racial e para o combate ao racismo e à intolerância religiosa, mediante cooperação técnica, seleção pública de apoio a projetos, apoio a ações de formação de agentes culturais, intercâmbios e incentivos, entre outros mecanismos.
Parágrafo único. As seleções públicas de apoio a projetos na área de cultura deverão assegurar a equidade na destinação de recursos a iniciativas de grupos de manifestação cultural coletiva ou individual da população negra, indígena e dos povos ciganos.

Art. 34. Fica reconhecida a categoria de mestres e mestras dos saberes e fazeres das culturas tradicionais afro-brasileiras, indígenas e dos povos ciganos, tendo em vista o reconhecimento, a valorização e o efetivo apoio ao exercício dos seus papéis na sociedade.

Art. 35. O reconhecimento dos mestres e mestras dos saberes e fazeres das culturas tradicionais afrobrasileiras, indígenas e dos povos ciganos pelo Município compreenderá:
I - apoio a ações de mobilização e organização;
II - apoio à manutenção e melhoria de espaços públicos tradicionalmente utilizados para o exercício de suas atividades;
III - fomento à obtenção ou aquisição de matéria-prima e equipamentos para a produção e transferência das culturas tradicionais de transmissão oral do Brasil;
IV - estímulo à geração de renda e à ampliação de mercado para os produtos das culturas tradicionais de transmissão oral do Brasil;
V - instituição e prêmios para a valorização de iniciativas voltadas para salvaguarda do universo dos saberes e das práticas das culturas tradicionais de transmissão oral de matriz africana, indígena e povos ciganos.

Seção IV
Do Esporte e Lazer

Art. 36. O Município deverá promover o acesso dos negros e das negras, dos indígenas e dos povos ciganos ao ensino gratuito e às atividades esportivas e de lazer e apoiar a iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social dessa parcela da população, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais.
Parágrafo único. Cabe ao Município promover a democratização do acesso a espaços, atividades e iniciativas gratuitas de esporte e lazer, nas suas manifestações educativas, artísticas e culturais, como direitos de todos, visando resgatar a dignidade das populações das periferias, valorizando a auto-organização e a participação da população negra, indígena e dos povos ciganos, constituindo diretrizes para as parcerias entre o Município, a sociedade civil e a iniciativa privada.

CAPÍTULO VI
DA DEFESA DA LIBERDADE RELIGIOSA

Art. 37. É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício de cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e às suas liturgias.

Art. 38. O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos compreende:
I - a prática de cultos e a celebração de reuniões relacionadas à religiosidade, e a fundação e manutenção, por iniciativa privada, de lugares reservados para tais fins;
II - a celebração de festividades e cerimônias de acordo com preceitos das religiões;
III - a fundação e a manutenção, por iniciativa privada, de instituições beneficentes ligadas às convicções religiosas;
IV - a produção, a comercialização, a aquisição e o uso de artigos e materiais religiosos adequados aos costumes e às práticas fundadas na religiosidade, ressalvadas as condutas vedadas por legislação específica;
V - a produção e a divulgação de publicações relacionadas ao exercício e à difusão das religiões;
VI - a coleta de contribuições financeiras de pessoas naturais e jurídicas de natureza privada para a manutenção das atividades religiosas e sociais das religiões;
VII - o acesso aos órgãos e aos meios de comunicação para divulgação das religiões;
VIII - a comunicação ao Ministério Público de Minas Gerais para abertura de ação penal em face a atitudes e práticas de intolerância religiosa nos meios de comunicação e em quaisquer outros locais.

Art. 39. É assegurada a assistência religiosa aos praticantes das diversas religiões internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, inclusive àqueles submetidos à pena privativa de liberdade, da forma prevista em regulamento próprio da instituição.

Art. 40. O Poder Público Municipal adotará as medidas necessárias para o combate à intolerância religiosa e à discriminação de seus seguidores, especialmente com o objetivo de:
I - inventariar, restaurar e proteger os documentos, as obras e outros bens de valor artístico e cultural, os monumentos, os mananciais, a flora e os sítios arqueológicos vinculados às religiões;
II - assegurar a participação equânime de representantes das diversas religiões em comissões, conselhos, órgãos e outras instâncias de deliberação vinculadas ao Poder Público, quando se fizer necessário.

CAPÍTULO VII
DO ACESSO À TERRA E DA MORADIA ADEQUADA

Seção I
Do Acesso à Terra

Art. 41. O Município promoverá a regularização fundiária, o fortalecimento institucional e o desenvolvimento sustentável das comunidades de forma articulada com as políticas federais e estaduais específicas.

Art. 42. O Município estabelecerá diretrizes aplicáveis à regularização fundiária dos terrenos em que se situam templos e espaços de culto das diversas religiões em articulação com as entidades representativas.

Parágrafo único. A regularização fundiária de que trata o caput será efetivada pela expedição de título de domínio coletivo e pró-indiviso em nome da associação que represente civilmente a comunidade religiosa, gravado com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade.

Art. 43. O Poder Público Municipal adotará os procedimentos administrativos necessários para o reconhecimento fundiário dos terrenos pertencentes às comunidades.

Art. 44. O Município de Carmo da Mata/MG poderá destinar área, lote, terreno, propriedade, lugar e espaço da propriedade, a requerimento das pessoas habitantes do Município, para que habitem e façam usufruto exclusivo com a finalidade de moradia, prática de rituais e promoção de suas culturas.

Seção II
Da Moradia Adequada

Art. 45. O Município garantirá a implementação de políticas públicas para assegurar o direito à moradia adequada da população negra, indígena e dos povos ciganos que vivem em favelas, cortiços, áreas urbanas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação, a fim de reintegrá-las à dinâmica urbana e promover melhorias no ambiente e na qualidade de vida.
Parágrafo único. O direito à moradia adequada, para os efeitos desta Lei, inclui não apenas o provimento habitacional, mas também a garantia da infraestrutura urbana e dos equipamentos comunitários associados à função habitacional, bem como a assistência técnica e jurídica para a construção, a reforma ou a regularização fundiária da habitação em área urbana.

CAPÍTULO VIII
DO TRABALHO, DO EMPREGO E DA GERAÇÃO DE RENDA

Art. 46. O Poder Público deverá promover políticas afirmativas que assegurem igualdade de oportunidades aos grupos de negros, indígenas e povos ciganos no acesso aos cargos públicos, proporcional à sua parcela na composição da população do Município, e incentivará a uma maior equidade para os negros, indígenas e povos ciganos nos empregos oferecidos na iniciativa privada.
Parágrafo único. Para enfrentar a situação de desigualdade de oportunidades, deverão ser implementados políticas e programas de formação profissional, emprego e geração de renda voltados aos negros, indígenas e povos ciganos.

Art. 47. A inclusão do quesito raça, cor e etnia, a ser registrado segundo a autodeclaração, será obrigatória em todos os registros administrativos direcionados a empregadores e trabalhadores dos setores público e privado.

Art. 48. O Município promoverá a implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade no acesso da população negra, indígena e dos povos ciganos ao trabalho, à qualificação profissional, ao empreendedorismo, ao emprego, à renda e ao desenvolvimento econômico, especialmente para as mulheres negras, indígenas e ciganas, inclusive no acesso a cargos na Administração Pública Direta e Indireta.
§ 1° O Poder Público Municipal estimulará, por meio de incentivos, a adoção de iguais medidas pelo setor privado.
§ 2° As ações de que trata o caput deste artigo assegurarão o princípio da proporcionalidade de gênero entre os beneficiários e priorizará os jovens negros, indígenas e dos povos ciganos.
§ 3° O Município promoverá ações com o objetivo de elevar a escolaridade e a qualificação profissional nos setores da economia que contém alto índice de ocupação de trabalhadores negros, negras, indígenas e dos povos ciganos de baixa escolarização.
§ 4° O Poder Público Municipal estimulará as políticas de ressocialização voltadas aos egressos negros, indígenas e dos povos ciganos do sistema penitenciário, destinando aos cargos na Administração Pública Direta e Indireta o percentual mínimo de 5% (cinco por cento), incentivando também a contratação por meio das empresas privadas.

§ 5° O Poder Público Municipal estimulará as atividades voltadas ao turismo com enfoque nos locais e monumentos que retratem a cultura, os usos e os costumes da população negra, indígena e dos povos ciganos.

Art. 49. Os candidatos classificados em concursos públicos para provimento de cargos efetivos, nos órgãos do Município, que tiverem se autodeclarado negros, indígenas ou de povos ciganos serão convocados para confirmar tal opção perante a banca de heteroidentificação, que, de maneira responsável e dentro dos seus critérios, analisará os candidatos.
Parágrafo único. Heteroidentificação consiste em método de identificação étnico-racial de um indivíduo a partir da percepção social de um grupo de indivíduos da etnia ou raça que está sendo avaliada, realizando análises fenotípica e social da autodeclaração do candidato.

CAPÍTULO IX
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 50. A Política de Comunicação Social do Município e a publicidade de seus atos, programas, obras, serviços e campanhas institucionais se orientarão pelo princípio da diversidade étnico-racial e cultural, assegurada a representação justa e proporcional dos diversos segmentos raciais da população nas peças institucionais, educacionais e publicitárias, observando-se o percentual das populações negra, indígena e dos povos ciganos na composição demográfica do Município.

Art. 51. As agências de publicidade e os produtores independentes, quando contratados pelo Poder Público Municipal ou por empresas vencedoras de licitações promovidas por este, incentivarão a inclusão de elenco composto por negros, indígenas e povos ciganos na idealização e realização de comercial ou anúncio.

Art. 52. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, Direta e Indireta, incentivarão a inclusão de cláusulas de participação de artistas e figurantes negros, indígenas e ciganos nos contratos de realização de filmes, programas ou quaisquer outras peças de caráter publicitário.
§ 1° Os órgãos e as entidades de que trata este artigo poderão incluir nas especificações para contratação de serviços de consultoria, conceituação, produção e realização de filmes, programas ou peças publicitárias a obrigatoriedade da prática de iguais oportunidades de emprego para as pessoas relacionadas com o projeto ou serviço contratado.
§ 2° Entende-se por prática de iguais oportunidades de emprego o conjunto de medidas sistemáticas, executadas com a finalidade de garantir a diversidade étnico-racial, de gênero e de idade na equipe vinculada ao projeto ou serviço contratado.
§ 3º A autoridade contratante poderá, se considerar necessário para garantir a prática de iguais oportunidades de emprego, requerer auditoria por órgão do Poder Público.

Art. 53. A produção veiculada pelos órgãos de comunicação valorizará, sempre que tratar do assunto, a herança cultural e a participação da população negra, indígena e dos povos ciganos na história de Carmo da Mata/MG.

Art. 54. Na produção de filmes, programas e peças publicitárias destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, indígenas e dos povos ciganos, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, étnica ou artística.
Parágrafo único. A exigência disposta neste capítulo não se aplica aos filmes e aos programas que abordem especificidades de grupos étnicos determinados.

CAPÍTULO X
DOS DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS, INDÍGENAS E CIGANAS

Art. 55. O Poder Público garantirá a plena participação das mulheres negras, indígenas e ciganas como beneficiárias deste Estatuto da Igualdade Étnico-Racial e em particular lhes assegurará:
I - a promoção de pesquisas que tracem o perfil epidemiológico das mulheres negras, indígenas e ciganas a fim de tornar mais eficazes as ações preventivas e curativas:
II - o atendimento em postos de saúde em áreas rurais e quilombolas dotados de aparelhagem para a prevenção do câncer ginecológico e de mama;
III - a atenção às mulheres em situação de violência, garantida a assistência física, psíquica, social e jurídica;
IV - a instituição de política de prevenção e combate ao tráfico de mulheres negras, indígenas e ciganas, e aos crimes sexuais associados à atividade do turismo;
V - o acesso ao crédito para a pequena produção, nos meios rural e urbano, com ações afirmativas para mulheres negras, indígenas e ciganas;
VI - a promoção de campanhas de sensibilização contra a marginalização das mulheres negras, indígenas e ciganas no trabalho artístico e cultural;
VII - os programas de Assistência Integral à Saúde da Mulher, especialmente os diretamente relacionados à saúde das mulheres negras, indígenas e ciganas;
VIII - a promoção e o incentivo do mercado de trabalho com cultura e culinária afrobrasileira, afroindígena, indígena e dos povos ciganos.

Art. 56. Sem prejuízo das demais disposições deste Estatuto, o Município garantirá a efetiva igualdade de oportunidades, a defesa de direitos, a proteção contra a violência e a participação das mulheres negras, indígenas e ciganas na vida social, política, econômica, cultural e projetos de desenvolvimento local, assegurando-se o fortalecimento de suas organizações representativas.

Art. 57. O Município incentivará a representação concedendo a plena representação, a voz e o voto das mulheres negras, indígenas e ciganas nos órgãos colegiados municipais de participação, formulação e controle social nas políticas públicas, nas áreas de promoção da igualdade étnico-racial, de saúde, de educação e de outras áreas que lhes sejam concernentes.

Art. 58. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar a articulação e a integração entre as políticas de promoção da igualdade étnico-racial e combate ao racismo e ao sexismo e as políticas para as mulheres negras, indígenas e ciganas, no âmbito de sua competência.
CAPÍTULO XI
DA JUVENTUDE NEGRA, INDÍGENA E DOS POVOS CIGANOS

Art. 59. Sem prejuízo das demais disposições deste Estatuto, o Município de Carmo da Mata/MG garantirá a efetiva igualdade de oportunidades, a defesa de direitos e a participação da juventude negra, indígena e dos povos ciganos na vida social, política, econômica, cultural e nos projetos de desenvolvimento local, assegurando-se o fortalecimento de suas organizações representativas.

Art. 60. O Município incentivará a representação da juventude negra, indígena e dos povos ciganos nos órgãos colegiados municipais de formulação, implementação e controle social das políticas públicas, nas áreas de promoção da igualdade étnico-racial, da juventude, da educação, da cultura, dos esportes, do lazer e das outras áreas que lhes sejam concernentes.

Art. 61. O Município acompanhará as estatísticas sobre o impacto das violações de direitos humanos e sobre a qualidade de vida da juventude negra, indígena e dos povos ciganos no Município, em especial dados relativos a crimes de homicídio, lesões corporais, contra a honra e a dignidade sexual, utilizando esses dados para a formulação de diretrizes e a implementação de ações no âmbito de políticas públicas, em cooperação com a União e o Estado.

CAPÍTULO XII
DO DIREITO DE ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS E DO COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL

Art. 62. O Município promoverá a adequação dos serviços públicos ao princípio do reconhecimento e à valorização da diversidade e da diferença étnicoracial, religiosa e cultural, em conformidade com o disposto neste Estatuto.
Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, o Município promoverá, a cada 5 (cinco) anos, um censo para averiguar a diversidade étnico-racial relativa à composição dos servidores públicos municipais, com base no critério étnico-racial, adotando as medidas necessárias para o atingimento da equidade étnico-racial e de gênero.

Art. 63. No contexto das ações de combate ao racismo institucional, o Município desenvolverá as seguintes ações:
I - articulação com os governos do Estado de Minas Gerais e de outros entes federativos, objetivando a definição de estratégias e a implementação de planos de enfrentamento ao racismo institucional, compreendendo celebração de acordos de cooperação técnica para esse fim;
II - campanha de informação aos servidores públicos, visando oferecer subsídios para a identificação do racismo institucional;
III - formulação de protocolos de atendimento e implementação de pesquisas de satisfação sobre a qualidade dos serviços públicos municipais com foco no enfrentamento ao racismo institucional.

Art. 64. Os programas de avaliação de conhecimentos em concursos públicos e os processos seletivos em âmbito municipal abordarão temas referentes às relações étnico-raciais, à trajetória histórica da população negra, indígena e dos povos ciganos no Brasil e em Carmo da Mata/MG e às políticas de promoção da igualdade étnico-racial e de defesa de direitos de pessoas e comunidades afetadas pelo racismo e pela discriminação étnico-racial, com base na legislação municipal e federal específica.

Art. 65. O Município poderá promover a oferta aos servidores de cursos de capacitação e aperfeiçoamento para o combate ao racismo institucional.

Art. 66. A eficácia do combate ao racismo institucional será considerada um dos critérios de avaliação externa e interna da qualidade dos serviços públicos municipais.

Art. 67. O Município adotará medidas para coibir atos de racismo, discriminação étnico-racial e intolerância religiosa pelos agentes e servidores públicos municipais, observando-se a legislação pertinente para a apuração da responsabilidade administrativa, civil e penal, no que couber.

CAPÍTULO XIII
DO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO

Art. 68. As ocorrências de racismo, discriminação étnico-racial e intolerância religiosa causadas por ação ou omissão de pessoas físicas ou jurídicas ensejarão a comunicação formal das pessoas e dos grupos atingidos ao Ministério Público, à Defensoria Pública e a outros órgãos e outras instituições, de acordo com as suas competências institucionais.

Art. 69. O Município de Carmo da Mata/MG irá orientar os órgãos da Administração Direta e Indireta para fiscalizar as denúncias de discriminação racial, étnica ou de religião.

Art. 70. A fiscalização do Município irá informar às autoridades competentes sempre que a discriminação for punida pelos dispositivos da Lei Federal nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989.

Art. 71. Independente da ação dos outros poderes e entes da Federação, a Prefeitura Municipal de Carmo da Mata/MG irá penalizar, dentro dos limites constitucionais da sua competência, todo estabelecimento comercial, industrial, entidades, representações, associações, sociedades civis ou de prestações de serviços que, por atos de seus proprietários ou prepostos, discriminem a pessoa em razão de sua cor, etnia ou religião.

§ 1° Entendem-se como discriminação, além do disposto no art. 1°, § 1°, inciso I da presente Lei, as seguintes situações causadas pelos estabelecimentos:
I - constrangimento;
II - proibição de ingresso ou permanência;
III - atendimento diferenciado;
IV - preterimento, quando da ocupação e/ou imposição de pagamento de mais de uma unidade, nos casos de hotéis, motéis e similares; e
V - cobrança extra para ingresso ou permanência.
§ 2° A prática, pelos estabelecimentos mencionados no caput, das ações descritas no art. 1°, § 1º, inciso I desta Lei, bem como das situações elencadas no parágrafo anterior, estará sujeita a multa a ser definida pelo Executivo Municipal de Carmo da Mata/MG.
§ 3° Em caso de reincidência, o valor será computado em dobro e sujeito à cassação do alvará de funcionamento. Os valores serão atualizados pelo Indice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
§ 4° Todos os valores percebidos em razão desta Lei serão destinados ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR).

Art. 72. Os estabelecimentos comerciais e órgãos públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Carmo da Mata/MG ficam obrigados a afixar cartazes, informando que são vedadas a discriminação étnico-racial e a intolerância religiosa, sob pena de multa, e contendo os canais de comunicação da Ouvidoria do Ministério Público de Minas Gerais para denúncias.
§ 1° Na hipótese de não cumprimento do disposto no caput, ficam os infratores sujeitos à multa, a ser definida pelo Executivo Municipal de Carmo da Mata/MG.
§ 2° Em caso de reincidência, o valor será computado em dobro, sujeito à cassação do alvará de funcionamento.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 73. Para o cumprimento das disposições contidas neste Estatuto, o Município celebrará convênios, contratos, acordos ou instrumentos similares de cooperação com órgãos públicos ou instituições privadas.

Art. 74. O Poder Executivo Municipal criará instrumentos, com o auxílio do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), para aferir e fiscalizar a eficácia social das medidas previstas nesta Lei e efetuará seu monitoramento constante com a emissão e a divulgação de relatórios periódicos, inclusive pela rede mundial de computadores.

Art. 75. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 76. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que lhe couber, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 77. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Carmo da Mata, 25 de agosto de 2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Cristina da Silva
Código Identificador:ACE52D6C

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
LEI Nº 1.823 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Altera a redação do art. 4º da Lei Municipal nº 1.645, de 13 de setembro de 2022, que dispõe sobre o perímetro urbano e de expansão da cidade de Carmo da Mata.

O povo do Município de Carmo da Mata, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O art. 4º da Lei Municipal nº 1.645, de 13 de setembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, não se compreendendo entre estas a Lei Municipal nº 1.386, de 03 de maio de 2012, que dispõe sobre o perímetro urbano da localidade de Campos, no Município de Carmo da Mata. "

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Carmo da Mata, 25 de agosto de 2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Cristina da Silva
Código Identificador:D1B9B549

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 109/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 042/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 016/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Carmo de Minas, CNPJ: 18.188.243/0001-60.

OBJETO: **Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento de Produtos de Limpeza e Higiene,com a finalidade de atender às necessidades dos Departamentos Municipais**.

VIGÊNCIA DA ATA: De 21/08/2026 até 20/08/2027

FORNECEDOR(ES):

• **ALPLAS COMERCIO DE EMBALAGENS E PRODUTOS PLASTICOS** – CNPJ: 11.053.762/0001-72, Valor Total: R$ 6.188,50.
• **COMERCIAL CAETANO VIEIRA LTDA** – CNPJ: 45.806.440/0001-79, Valor Total: R$ 72.119,31
• **DIMIPEL LTDA** – CNPJ: 13.751.798/0001-55, Valor Total: R$ 23.556,00
• **DONA CIDA DISTRIBUIDORA LTDA** – CNPJ: 51.292.650/0001-99, Valor Total: R$ 1.433,50
• **FWM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA** – CNPJ: 61.350.572/0001-95, Valor Total: R$ 5.448,50
• **H.A. DISTRIBUIDORA LTDA** – CNPJ: 01.255.291/0001-21, Valor Total: R$ 3.785,65.
• **MEDICINA SEGURA DISTRIBUIÇÃO E PROMOÇÃO EM VENDAS LTDA** – CNPJ: 40.968.252/0001-23, Valor Total: R$ 410,55.
• **MULTIPLIQUE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** – CNPJ: 47.861.572/0001-29, Valor Total: R$ 10.161,10.
• **NATURIA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA** – CNPJ: 27.083.214/0001-25, Valor Total: R$ 20.280,00.
• **RVN DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA** – CNPJ: 14.459.158/0001-39, Valor Total: R$ 1.170,00.
• **WTRADE INTERMEDIAÇÃO DE NGOCIOS LTDA** – CNPJ: 21.856.981/0001-43, Valor Total: R$ 21.856.981/0001-43.

BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 21 de agosto de 2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:8A15B468

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
PREGÃO ELETRÔNICO 045/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 114/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 045/2026

O Município de Carmo de Minas/MG, CNPJ: 18.188.243/0001-60, neste ato representado pela Autoridade Competente, Sr. Darci Palma de Melo, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade Pregão Eletrônico, nº 045/2026, Processo Administrativo nº 114/2026, Amparo Legal Lei 14.133/2021, Art. 28, II, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.

Detalhes do Processo:

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de bomba costal tipo mochila flexível para combate a incêndios e macacão de proteção antichama para brigadistas, para a Defesa Civil Municipal.

Data de Publicação: 25/08/2026 14:38hs

Data da disputa/Fim do envio de propostas: 08/09/2026 13:00hs

Critério de julgamento: Menor Preço

Modo de disputa: Aberto

Valor total do processo: R$ 53.913,45

Consulte o processo em: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/111555

O edital também encontra disponível no site oficial do município em www.carmodeminas.mg.gov.br

Darci Palma de Melo - Autoridade Competente

Carmo de Minas/MG, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:EE5C4D49

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
PREGÃO ELETRÔNICO 046/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 115/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 046/2026

O Município de Carmo de Minas/MG, CNPJ: 18.188.243/0001-60, neste ato representado pela Autoridade Competente, Sr. Darci Palma de Melo, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade Pregão Eletrônico, nº 046/2026, Processo Administrativo nº 115/2026, Amparo Legal Lei 14.133/2021, Art. 28, II, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.

Detalhes do Processo:

Objeto: Aquisição de 01 (uma) bicicleta elétrica nova, aro 29, com capacidade mínima de carga de 150 kg, destinada à utilização pelo Fiscal de Posturas do Município.

Data de Publicação: 25/08/2026 16:37hs

Data da disputa/Fim do envio de propostas: 09/09/2026 13:00hs

Critério de julgamento: Menor Preço

Modo de disputa: Aberto

Valor total do processo: R$ 5.073,24

Consulte o processo em: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/111595

O edital também encontra disponível no site oficial do município em www.carmodeminas.mg.gov.br

Darci Palma de Melo - Autoridade Competente

Carmo de Minas/MG, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:CD662039

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 107/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 107/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 094/2026

INEXIGIBILIDADE Nº. 038/2026

CREDENCIAMENTO Nº. 008/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CARMO DE MINAS, CNPJ: 18.188.243/0001-60.

CONTRATADA: **CLFC SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 45.381.943/0001-40

OBJETO: **Credenciamento de Pessoas Jurídicas para Prestação de Serviços de ConsultasEspecializadas a Usuários do Sistema Único de Saúde – SUS de Carmo de Minas.**

VIGÊNCIA: De 24 de agosto de 2026 até 29 de julho de 2027.

VALOR: Os valores unitários são os dispostos no processo licitatório.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº. 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 24 de agosto de 2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Carmo de Minas/MG, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:26F27068

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARNEIRINHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2026 - REGISTRO DE PREÇOS

Prefeitura Municipal de Carneirinho/MG. Aviso de Edital. Pregão Eletrônico nº 57/2026 – Registro de Preços. Tipo: Menor Preço. O Município de Carneirinho/MG, através do Diretor de Licitação, vem tornar pública a abertura do certame para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS, PROTETORES E BICOS PARA PNEUS SEM CÂMARA, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE DIVERSAS SECRETARIAS, POR SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL. Data/hora de início da sessão de disputa: às 08h30min do dia de 09 de setembro de 2026. Local de retirada do Edital: Rua Otávio Francisco Vilela, nº 1.565, Jardim Primavera, Carneirinho-MG – CEP – 38.290.000 – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO. Fone: (34) 3454-0201 ou através do endereço eletrônico: http://www.carneirinho.mg.gov.br/licitacoes-e-contratos e também na Plataforma eletrônica LICITANET - www.licitanet.com.br.

Carneirinho/MG, 25 de agosto de 2026.

MARCUS LEANDRO DE OLIVEIRA CAVALIN –
Diretor de Licitação.

Publicado por:
Luciano Sebastião de Menezes
Código Identificador:1EA227F8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO–MG,** por meio de seu Prefeito Municipal, **WILLIAN MARTINS MAIA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Carneirinho e considerando a homologação final do resultado do Concurso Público nº 001/2024, para atender as necessidades da Administração, **CONVOCA** os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste edital, com vistas à nomeação e posse dos respectivos cargos efetivos, observadas asseguintes condições:

DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS
1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste edital, após a publicação da convocação, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Carneirinho-MG, situado na Rua Otávio Francisco Vilela, 1565 – Jardim Primavera – Carneirinho – MG, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da publicação deste Edital de Convocação, no horário compreendido entre às 7h00min às 13h, para entregar a documentação relacionada no ANEXO II deste edital.
1.1. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do ANEXO II acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.
1.2. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.
1.3. Além dos documentos descritos no Anexo II, deste Edital, o candidato aprovado deverá também apresentar os comprovantes de escolaridade e outras exigências específicas do emprego público, para o qual fora aprovado, conforme previsto no Edital nº 001/2024 e Anexo II desta convocação.
1.4. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento do Departamento de Recursos Humanos.
1.5. A responsabilidade pelo comparecimento na data e horário descritos, é exclusivamente do candidato.
1.6. Não haverá retorno na lista caso o candidato não compareça.
1.7. A documentação será rigorosamente conferida pela Divisão de RH, e a contratação somente será concretizada se todos os documentos foram apresentados na forma exigida. Caso haja inconsistência, o candidato poderá ter a sua classificação alterada ou ser desclassificado.
1.8. DA LOTAÇÃO DOS PROFESSORES P1: As vagas do cargo de Professor P1 objeto desta convocação destinam-se, exclusivamente,

ao atendimento da necessidade atual da Administração Municipal na sede do Município de Carneirinho-MG.

DOS EXAMES MÉDICOS
2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do Anexo II, do presente Edital, bem como os exames clínicos constantes do referido anexo, lugar de sua escolha, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Carneirinho irá convocar os classificados e aprovados no referido concurso em sua substituição, obedecendo à ordem legal.
2.1. Após a conferência dos documentos descritos no Anexo II deste Edital, o Município agendará a Inspeção Médica do candidato com Médico indicado pelo Município para verificação da aptidão física e mental do candidato para exercício do emprego público, inspeção esta que será realizada mediante prévio agendamento a ser realizado pelo Departamento de Recursos Humanos.
2.2. Somente poderá ser empossado em cargo público aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. O exame médico avaliará a capacidade física e mental do candidato para exercer as atividades do cargo público que irá ocupar.
2.3. Eventuais candidatos pessoas com deficiência convocados neste edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias)

3. DOS ATOS DE NOMEAÇÃO E POSSE
3 .1. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de edital, obedecendo a legislação vigente.
3.2. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 1 (um) dia útil, na Prefeitura de Carneirinho/MG para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.
3.3. Da data da posse, o candidato terá 01 dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente após a sua apresentação, que será atestada pelo Diretor do departamento à qual ficará subordinado.

Carneirinho/MG, 25 de agosto de 2026.

WILLIAN MARTINS MAIA
Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

PROFESSOR P1
Nível Médio - Magistério

CLASSIFICAÇÃO	N. DE INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO
66	575	WUEND DA CUNHA ROSA
67	608	CELMA GARCIA DE ANDRADE

ANEXO II
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

O candidato, além de atender aos pré-requisitos exigidos para o emprego público, os documentos previsto no item 9.11 do Edital nº 01/2024, deverá apresentar, obrigatoriamente, o original e xerox (legível e sem rasuras) os seguintes documentos:
a) Cópia autenticada do documento de certificação exigido como requisito para o cargo, se for o caso;
b) Carteira de Identidade;
c) Certidão de Nascimento ou Casamento;
d) Título Eleitoral e comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais;
e) Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
f) Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, com comprovante da situação cadastral do CPF emitido no site da Receita Federal;
g) Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração, de próprio punho,de que não é inscrito;
h) Diploma ou Certificado de Escolaridade, conforme exigência do emprego público, devidamente registrado no órgão competente;
i) Habilitação legal para exercício de profissão regulamentada, conforme o emprego público pretendido, inclusive com registro no respectivo Conselho, se for o caso;
j) Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação da acumulação de cargos, conforme dispõe o Artigo 37, Incisos XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais (Formulário disponível no Departamento de Recursos Humanos);
k) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio(formulada pelo próprio candidato, podendo ser substituída pela última Declaração de Imposto de Renda);
l) 2 fotos 3x4, recentes;
m) Carteira de Trabalho (original);
n) Comprovante de residência atualizado;
o) Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos ou inválidos, quando houver;
p) Declaração informando se já é aposentado, por qual motivo e em qual regime de Previdência Social, ou declaração de ausência de aposentadoria pública, se for o caso (O formulário da declaração de ausência de aposentadoria pública estará disponível no Departamento de Recursos Humanos);
q) Certidão de antecedentes criminais que não conste condenação com trânsito em julgado, fornecida pelo Poder Judiciário da Comarca do candidato ou pelo respectivo site oficial do Tribunal de Justiça do Estado que se situa a comarca do candidato; (O candidato com residência no estado de Minas Gerais a certidão estará disponível no site:
http://rupe.tjmg.jus.br/rupe/justica/publico/certidoes/criarSolicitacaoCertidao.rupe?solicitacaoPublica=true)
r) Carteira de habilitação (Se o candidato possuir);
s) Carteira de vacinação atualizada;
t) Exame de sangue Hemograma+glicemia+creatina (após o resultado dos exames apresentar ao médico para emissão do atestado médico do trabalho);
u) Cartão do SUS;
v) Tipo sanguíneo;
w) CNH categoria exigida.

Publicado por:
Kátia Severino Martins
Código Identificador:6AD6CF80

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CÁSSIA

MUNICÍPIO DE CÁSSIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 - OLEOS LUBRIFICANTES E GRAXAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁSSIA/MG PRC 132/26 – PREG ELETRÔNICO 034/26 – REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2026. A Prefeitura de Cássia/MG torna público que realizará o seguinte Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 034/2026. Objeto: "Futura e Eventual Aquisição de Óleos Lubrificantes e Graxas para a Manutenção de Veículos e Máquinas da Frota Municipal", sendo recebidas as propostas até às 8h do dia 10 de SETEMBRO de 2.026, e início da disputa de lances às 8h30min do mesmo dia, cujo critério de julgamento será o de "Menor Preço Por Lote (ITEM)", conforme Anexos I e IV. O Edital do Pregão Eletrônico está à disposição dos interessados nos sites www.bnc.org.br e www.cassia.mg.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, na sala da Seção de Licitações, nos dias úteis das 7h às 11h e das 13h às 17h – informações pelo tel. (0**35) 3541-5709 / 5710 ou pelos e-mails licitacoes@cassia.mg.gov.br, cleiton.batista@cassia.mg.gov.br e vinicius.melo@cassia.mg.gov.br. Para tirar dúvidas técnicas contactar Rafael Pereira – Frotas (35) 3541-5707 e pelos e-mails frotas@cassia.mg.gov.br.

Cássia/MG, 25 de AGOSTO de 2.026.

DONIZETE VILELA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vinicius Portela Melo
Código Identificador:B764A5D6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CATAS ALTAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 21/2026

No uso das atribuições legais, especialmente pelas normas que regem a Lei Federal nº 14.133/2021, em vista da ata de julgamento, ADJUDICO E HOMOLOGO O PRESENTE PROCESSO.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 21/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2026

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais para pavimentação e afins, visando atender a demanda futura e incerta da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Obras e Viação, conforme condições previstas no edital e demais anexos.

VENCEDORES DO PROCESSO:

VENCEDORES	VALOR TOTAL
ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA.	R$ 8.406,00
CAST IRON COMERCIAL LTDA.	R$ 63.500,00
M&S COMERCIO DE FERRAGENS LTDA.	R$ 45.096,00
VIEIRA & MIRANDA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.	R$ 18.940,00

Valor Total: R$ 135.942,00

Catas Altas/MG, 24 de agosto de 2026.

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito

Publicado por:
Dândara Cristina Barbosa
Código Identificador:5054449A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
EXTRATO CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO

Comunica-se que continua aberto até 31/08/2027 o Credenciamento da Inexig. de Licitação nº 013/2024 – PRC nº 021/2024 Objeto: locação de van. Site: http://portaltransparencia.catasaltas.mg.gov.br/licitacoes,

Catas Altas, 25/08/2026 –

ALDA APARECIDA BATISTA –
Gestora

Publicado por:
Kênia Cristina de Freitas
Código Identificador:CACF424C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
TERMO DE ANULAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 028/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2026

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de locação de vans com capacidade mínima de 16 (dezesseis) lugares, incluindo o motorista, visando atender às demandas das Secretarias Municipais quanto ao transporte de alunos, professores, servidores em serviço, munícipes acometidos de doenças, locomoção de atletas para participação em competições esportivas, além de eventos culturais e demais deslocamentos de servidores e munícipes para participação em eventos, cursos, capacitações e demais atividades institucionais cuja locomoção se fizer necessária, conforme especificações e demais condições constantes do instrumento convocatório e seus anexos.

JUSTIFICATIVA
A Administração Municipal, após reavaliação da necessidade e conveniência da contratação, decidiu pela **anulação da Chamada Pública/Credenciamento nº 028/2026**, tendo em vista a opção pela **renovação e continuidade do credenciamento anteriormente realizado, que permanece vigente**, a fim de assegurar a continuidade dos serviços de transporte e evitar a duplicidade de procedimentos administrativos com o mesmo objeto.
Dessa forma, considerando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, mostra-se mais adequado dar continuidade ao credenciamento já vigente, mediante sua renovação, observadas as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.
Assim, por razões de interesse público e conveniência administrativa, fica **ANULADO** o Processo Administrativo nº 075/2026, referente à Chamada Pública/Credenciamento nº 028/2026, adotando-se as providências necessárias para a formalização da renovação do credenciamento anteriormente vigente.

Catas Altas/MG, 25 de agosto de 2026.

SAULO MORAES DE CASTRO
Autoridade Competente

Publicado por:
Kênia Cristina de Freitas
Código Identificador:1DC5F8A4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CHAPADA DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

A Prefeitura Municipal de Chapada do Norte/MG torna pública a **retificação** do Edital do **Processo Licitatório nº 043/2026 – Pregão Eletrônico nº 012/2026**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, AMBULÂNCIAS, MOTOCICLETAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CHAPADA DO NORTE/MG**.
NOVA DATA DE ABERTURA: 09 de setembro de 2026 ás 09:00hs. LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma de Licitações LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br. Mais informações encontram-se disponíveis na plataforma Licitar Digital, no endereço Rua João Luís Rodrigues Soares, nº 101, Centro, Chapada do Norte/MG, pelo telefone (33) 92000-4833, pelo e-mail licitacao@chapadadonorte.mg.gov.br e no site oficial do Município.

Chapada do Norte/MG, 25 de agosto de 2026.

MAURÍCIO LEMOS SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Maurício Lemos Soares
Código Identificador:0BF48136

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 - PAL 024/2026

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 - PAL 024/2026

A Prefeitura Municipal de Chapada do Norte, Estado de Minas Gerais, através do Departamento Licitações, torna público nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o credenciamento da empresa FORTES & BERTELLI LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 48.045.459/0001-38, no Processo Administrativo 024/2026- Inexigibilidade 015/2026 – Credenciamento 003/2026, conforme extrato a seguir, publicado no quadro de avisos oficial do município, no saguão central da Prefeitura municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

CREDENCIANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DO NORTE/MG.

CREDENCIADO: FORTES & BERTELLI LTDA, CNPJ n.º 48.045.459/0001-38.

OBJETO: Credenciamento de Especialistas em Acupuntura para a prestação de serviços de acupuntura nas Comunidades Quilombolas de Gravatá, Faceira, Poções, Porto Alves, São João Marques e São João Piteiras, nona rural do município de Chapada do Norte-MG.

VALORES PARA CREDENCIAMENTO: R$ 300.000,00

PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 12 meses a contar da data da assinatura.

RESPALDO LEGAL: Art. 79, inciso I da Lei nº 14.133/2021

DATA DA ASSINATURA: 25 de agosto de 2026.

Chapada do Norte/MG, 25 de agosto de 2026

MAURICIO LEMOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Maurício Lemos Soares
Código Identificador:80C87942

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00120/2026 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 00010/2026 - COPA DE MARCHA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

1) Prefeitura de Conceição do Rio Verde – Aviso de Licitação: Processo Licitatório nº 00120/2026 – Dispensa Eletrônica nº 00010/2026. Objeto da presente licitação refere-se a Contratação de empresa para fornecimento de serviços de estrutura e organização do Evento Poeirão de Marcha realizado no dia 19 de setembro de 2026, pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer, **tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, tudo na forma da Lei Federal de n° 14.133/2021 e alterações, cuja sessão será realizada no **dia 03 de setembro de 2026, às 08h e 00 min.**, pela Plataforma de Licitações Online – Licitar Digital. Informações complementares poderão ser obtidas junto a Plataforma Licitar Digital, no site https://licitar.digital/, ou junto aos Membros da Equipe de apoio ou no Departamento de Compras e Licitações da Licitadora, com endereço na Praça Prefeito Edward Carneiro, nº 11, Centro, na cidade de Conceição do Rio Verde, Estado de Minas Gerais- CEP 37.430.000. Ver Site: www.conceicaodorioverde.mg.gov.br.

Publicado por:
Jhovana Oliveira Martins
Código Identificador:81E5CCD9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CÔNEGO MARINHO

COMISÃO DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO DE COMPRA Nº. 052/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 007/2026

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PRATICADO PELO SECRETÁRIO E ORDENADOR DE DESPESA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CÔNEGO MARINHO - MG, PARA CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR JÚNIOR MARQUES, PARA INTEGRAR A PROGRAMAÇÃO CULTURAL DAS COMEMORAÇÕES DO 31º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE CÔNEGO MARINHO E DO FESTEJO DE SÃO VICENTE DE PAULO, NO DIA 26 (VINTE E SEIS) DE SETEMBRO, CONFORME O PRESENTE TERMO.

AUTORIZO a contratação de JUNIOR MARQUES PRODUCOES LTDA, CNPJ: 36.639.178/0001-24 nos termos do artigo 74, II, da Lei 14.133/2021, no valor total de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), que será executada sob a rubrica orçamentária: Projeto/Atividade: 07.01.01.13.392.0020.2047 Manutenção das Festividades Cívicas, Culturais e Populares – Elemento Item: 33903900 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Fontes: 1500000000 Recursos Não Vinculados de Impostos; 1706003110 Transferência Especial da União – Fichas: 0475; 0719.

Cônego Marinho – MG, 25 de agosto de 2026.

EVAY VILELLA LISBOA COSTA
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:5762D2FA

COMISÃO DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO DE COMPRA Nº. 053/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 008/2026

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PRATICADO PELO SECRETÁRIO E ORDENADOR DE DESPESA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CÔNEGO MARINHO - MG, PARA CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR ARNALDINHO NETO, PARA INTEGRAR A PROGRAMAÇÃO CULTURAL DAS COMEMORAÇÕES DO 31º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE CÔNEGO MARINHO E DO FESTEJO DE SÃO VICENTE DE PAULO, NO DIA 27 (VINTE E SETE) DE SETEMBRO, CONFORME O PRESENTE TERMO.

AUTORIZO a contratação de ARNALDO LOPES PEREIRA NETO ME, CNPJ: 30.542.199/0001-40 nos termos do artigo 74, II, da Lei 14.133/2021, no valor total de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), que será executada sob a rubrica orçamentária: Projeto/Atividade: 07.01.01.13.392.0020.2047 Manutenção das Festividades Cívicas, Culturais e Populares – Elemento Item: 33903900 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Fonte: 1706003110 Transferência Especial da União – Ficha: 0719.

Cônego Marinho – MG, 25 de agosto de 2026.

EVAY VILELLA LISBOA COSTA
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:1778C710

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 026/2026

Processo Administrativo de Compras nº. 010/2026

Adesão Carona nº. 001/2026

Contratada: TRIVALE INSTITUIÇÕES DE PAGAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.604.122/0001-97

Objeto: REGISTRAR a inclusão de nova DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 11.01.01.26.782.0027.2060 Manutenção de Estradas Vicinais – Elemento/Item: 33903000 Material de Consumo; 33903900 Outros Serv. Terc. - P. Jurídica – Fonte: 1720000000 Transferências da União Referentes – Fichas: 0587; 0591.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:6B36768D

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 128/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº. 051/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 006/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DA DUPLA MARIA CECÍLIA & RODOLFO, PARA INTEGRAREM A PROGRAMAÇÃO CULTURAL DAS COMEMORAÇÕES DO 31º. (TRIGÉSIMO PRIMEIRO) ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE CÔNEGO MARINHO-MG E DO FESTEJO DE SÃO VICENTE DE PAULO.

EXPECTATIVA DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: 40 (quarenta) dias

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

CONTRATADA: RAFAEL GANEO KINOCK EVENTOS LTDA, CNPJ nº. 11.675.887/0001-34

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 07.01.01.13.392.0020.2047 Manutenção das Festividades Cívicas, Culturais e Populares – Elemento Item: 33903900 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Fonte: 1706003110 Transferência Especial da União – Ficha: 0719.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:27C78798

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 129/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº. 052/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 007/2026

OBJETO: Contratação de show artístico do cantor Júnior Marques, para integrar a programação cultural das comemorações do 31º (trigésimo primeiro) Aniversário do município de Cônego Marinho e do Festejo de São Vicente de Paulo, no dia 26 de setembro de 2026.

EXPECTATIVA DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: 40 (quarenta) dias

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

CONTRATADA: JUNIOR MARQUES PRODUÇÕES LTDA, CNPJ nº. 36.639.178/0001-24

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 07.01.01.13.392.0020.2047 Manutenção das Festividades Cívicas, Culturais e Populares – Elemento Item: 33903900 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Fontes: 1500000000 Recursos Não Vinculados de Impostos; 1706003110 Transferência Especial da União – Fichas: 0475, 0719.

Publicado por:
Berenice Alves Barbosa
Código Identificador:907F5E3E

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 130/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº. 053/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 008/2026

OBJETO: Contratação de show artístico do cantor Arnaldinho Neto, para integrar a programação cultural das comemorações do 31º (trigésimo primeiro) Aniversário do município de Cônego Marinho e do Festejo de São Vicente de Paulo na madrugada do dia 27 de setembro de 2026.

EXPECTATIVA DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: 40 (quarenta) dias

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

CONTRATADA: ARNALDO LOPES PEREIRA NETO ME, CNPJ nº. 30.542.199./0001-40

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 07.01.01.13.392.0020.2047 Manutenção das Festividades Cívicas, Culturais e Populares – Elemento Item: 33903900 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Fonte: 1706003110 Transferência Especial da União – Ficha: 0719.

Publicado por:
Berenice Alves Barbosa
Código Identificador:5013483F

COMISÃO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna pública a RETIFICAÇÃO DA **AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA**, **PROCESSO DE COMPRAS Nº. 051/2026**,**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 006/2026**, publicado no dia 25/08/2026, no Diário Oficial dos Municípios Mineiros – Edição 4346. Informando que: ONDE SE LÊ: **Dotação Orçamentária: Projeto/Atividade:** 07.01.01.13.392.0020.2047 Manutenção das Festividades Cívicas, Culturais e Populares – **Elemento Item:** 33903900 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – **Fontes**: 1500000000 Recursos Não Vinculados de Impostos, **Fichas:** 0475.
LEIA-SE: **Projeto/Atividade:** 07.01.01.13.392.0020.2047 Manutenção das Festividades Cívicas, Culturais e Populares – **Elemento Item:** 33903900 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Fonte: 1706003110 - Transferência Especial da União – Ficha: 0719.

Publicado por:
Berenice Alves Barbosa
Código Identificador:7A97E036

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÔNEGO MARINHO
PORTARIA Nº 055, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

NOMEIA OS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CÔNEGO MARINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Cônego Marinho, Estado de Minas Gerais**, no uso das atribuições que lhe confere o cargo e considerando o disposto no artigo 93, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os seguintes representantes para comporem o **Conselho Municipal de Esportes do Município de Cônego Marinho**:

I – MESA DIRETORA:
Presidente: Gilvan da Mota Perreira
Vice-Presidente: Patricia Aparecida Brito Macedo
Secretário: Odair Alves Barbosa
2º Secretário: Cristielly Alves Araújo
II – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:
Berenice Alves Barbosa – CPF nº 074.592.296-52
José Carlos Costa Rocha – CPF nº 084.215.406-02
III – REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL:
Helder Ramos Costa – CPF nº 074.518.836-36
Odair Luiz Lisboa Souza – CPF nº 082.743.196-13
IV – REPRESENTANTES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO:
Regiane de Seixas Magalhães Silva – CPF nº 269.531.428.04
Arcenio Marinho Ribeiro – CPF nº 066.388.576.06
V – REPRESENTANTES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS:
José dos Santos Silva – CPF nº 059.865.306-67
Carlos Lopes Barbosa – CPF nº 108.092.236-94
VI – REPRESENTANTES DAS ESCOLINHAS DE FUTEBOL:
Cleuton Felipe Ribeiro Lessa – CPF nº 141.966.456-58
Jonas Cardoso dos Santos – CPF nº 050.393.696-03
VII – REPRESENTANTES DOS ÁRBITROS:
Diogo Durães dos Reis – CPF nº 113.682.086-81
Sebastião Ramos da Mota – CPF nº 727.501.036-49
VIII – REPRESENTANTES DA SEDE DO MUNICÍPIO:
Odair Alves Barbosa – CPF nº 279.678.768-06
Josiane Farias Cavalcante – CPF nº 272.827.658-71
IX – REPRESENTANTES DO DISTRITO DE OLHOS D'ÁGUA:
Eder José Vieira – CPF nº 015.738.126-92
Kawanny Vieira Santos – CPF nº 093.025.056-77
X – REPRESENTANTES DO DISTRITO DE CRUZ DOS ARAÚJOS:
Cristielly Alves Araújo – CPF nº 162.482.786-10
Danilo Fausto Lisboa Souza – CPF nº 123.088.996-54
XI – REPRESENTANTES DA POLÍCIA MILITAR DE CÔNEGO MARINHO:
Gilson Lopes Santiago – CPF nº 076.842.686-35
Evandro Lisboa Santos – CPF nº 087.448.936-98
XII – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES:
Gilvan da Mota Perreira – CPF nº 063.690.266-89
Patricia Aparecida Brito Macedo – CPF nº 420.948.778-33

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cônego Marinho/MG, 03 de agosto de 2026.

CLORISVAN LIMA MADUREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:BCDD1690

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONGONHAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0117/2026 - PREGÃO ELETRONICO – REGISTRO DE PREÇOS N.º 0035/2026.

O Município de Congonhal/MG, torna público que fará realizar o Processo Licitatório n.º 0117/2026 - Pregão Eletrônico n.º 0035/2026, cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: **www.congonhal.mg.gov.br,** na aba Licitações**. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCIAL DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA (GLP) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CONGONHAL/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos**. Início de Cadastramento das Propostas: **26/08/2026 – 09h00min**. Fim de Cadastramento das Propostas: **08/09/2026 – 08h15min**. Abertura das Propostas e análises: **08/09/2026 – 08h30min**. Fase de Disputa de Lances: **08/09/2026 – 09h00min**. Formulação de consultas e obtenção do Edital: Endereço Eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br Canal de Suporte: 0800 730 5455.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:C3E519D6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0119/2026 - PREGÃO ELETRONICO – REGISTRO DE PREÇOS N.º 0037/2026.

O Município de Congonhal/MG, torna público que fará realizar o Processo Licitatório n.º 0119/2026 - Pregão Eletrônico n.º 0037/2026, cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: **www.congonhal.mg.gov.br,** na aba Licitações**. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNÍCIPIO DE CONGONHAL/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos**. Início de Cadastramento das Propostas: **26/08/2026 – 08h00min**. Fim de Cadastramento das Propostas: **09/09/2026 – 08h15min**. Abertura das Propostas e análises: **09/09/2026 – 08h30min**. Fase de Disputa de Lances: **09/09/2026 – 09h00min**. Formulação de consultas e obtenção do Edital: Endereço Eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br Canal de Suporte: 0800 730 5455.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:CE994193

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG – EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00059/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 0005/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 0011/2026.

O **Município de Congonhal/ MG**, entidade de direito público, inscrito no CNPJ nº 18.675.967/0001-39 com sede administrativa na Praça Comendador Ferreira de Matos, nº 29, Centro em Congonhal/MG, representado por seu Prefeito Municipal, RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR, nos termos da Lei n.º 14.133/21, firmou o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DE ESPECIALIDADES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CONGONHAL/MG**, tendo como contratada as empresas GIOVANNA DOS REIS FARIA, inscrita no CNPJ Nº 52.751.894/0001-55 com o valor do contrato de R$ 113.544,00 (cento e treze mil quinhentos e quarenta e quatro reais), ANA LUIZA TOLEDO FERNANDES , inscrita no CNPJ Nº 24.338.888/0001-35

com o valor do contrato de R$ 31.632,00 (trinta e um mil seiscentos e trinta e dois reais).Vigencia 12(doze) meses.

Congonhal/MG, 24 de agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:72BF7C67

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG - EXTRATO DE TERMO ADITIVO QUANTITATIVO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO 0124/2024 – DISPENSA 0050/2024.

A Prefeitura Municipal de Congonhal, MG, Setor de Licitações, torna público o resultado do Termo Aditivo quantitativo do Processo Licitatório nº 0124/2024, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DO INSTITUTO MINEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IMAM, CNPJ 25.567.835/0001-59, ENTIDADE ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CONGONHAL,** tendo como contratada a empresa: **INSTITUTO MINEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IMAM, CNPJ 25.567.835/0001-59**, o presente termo aditivo tem como o aditivo quantitativo no contrato totalizando o valor global de R$ 21.385,00 (vinte e um mil trezentos e oitenta e cinco reais).Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas do referido contrato.

Congonhal, MG, 24 de agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:2DD1F67C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG – EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 0011/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 0005/2026.

O Prefeito Municipal de Congonhal, no uso de suas atribuições torna publico o credenciamento da empresa Giovanna dos Reis Faria inscrita no CNPJ: 52.751.894/0001-55 e Ana Luiza Toledo Fernandes inscrita no CNPJ: 24.338.888/0001-35 cujo objeto do referido processo é **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DE ESPECIALIDADES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CONGONHAL/MG,** em conformidade com o Processo Licitatório nº. 0059/2026, Credenciamento nº 0005/2026 e seus Anexos e Inexigibilidade de Licitação nº 011/2026, com fundamento no art. 78 inciso I c/c o inciso I do art. 79 da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores. Com o valor total dos contratos de R$ 145.176,00 (cento e quarente e cinco mil cento e trinta e três reais). Vigencia de 12 (doze) meses.

Congonhal/MG, 24 de agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:32EA9A39

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG - EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO 0098/2025 – DISPENSA N° 0043/2025.

A Prefeitura Municipal de Congonhal, MG, Setor de Licitações, torna público o resultado do Termo Aditivo do Processo Licitatório nº 0098/2025, que tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO, PARA ATENDIMENTO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAL/MG,** tendo como contratada a empresa MERITO - CONSULTORIA, ASSESSORIA OCUPACIONAL E SERVICOS LTDA, situada na AV FERNAO DIAS ANTIGA BR 381, 1015 - CENTRO - CAREACU - MG inscrita no CNPJ 14.117.450/0001-73 prorrogar a vigência do contrato administrativo de nº 0133/2025, firmado entre as partes acima descritas, prorrogado pelo período de 12 (doze) meses. Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas do referido contrato.

Congonhal, MG, 21 de agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:F80BB109

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG - EXTRATO DO SEGUNDOTERMO ADITIVO - PROCESSO LICITATÓRIO 0098/2025 – DISPENSA 0043/2025.

A Prefeitura Municipal de Congonhal, MG, Setor de Licitações, torna público o resultado do Termo Aditivo do Processo Licitatório nº 0098/2025, que tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO, PARA ATENDIMENTO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAL/MG,** tendo como contratado MERITO - CONSULTORIA, ASSESSORIA OCUPACIONAL E SERVICOS LTDA, situada na AV FERNAO DIAS ANTIGA BR 381, 1015 - CENTRO - CAREACU - MG inscrita no CNPJ 14.117.450/0001-73, sendo favorável ao reajuste do preço conforme previsto contratualmente dos itens GERENCIAMENTO MENSAL NA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS (PERIÓDICOS, MUDANÇA DE FUNÇÃO DEMISSIONAL E ADMISSIONAL) DE APROXIMADAMENTE 650 SERVIDORES – EXAMES CLÍNICOS COM A EMISSÃO DE ASO pelo respectivo preço de R$ 51,27(cinquenta e um reais e vinte e sete centavos), ELABORAÇÃO DE PGR – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS pelo respectivo preço de R$ 1.046,41 (Hum mil e quarenta e seis reais e quarenta e um centavos), ELABORAÇÃO DE LTCAT – LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO pelo respectivo preço de R$ 1.046,41 (Hum mil e quarenta e seis reais e quarenta e um centavos), ELABORAÇÃO DE PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL) pelo respectivo preço de R$ 1.046,41 (Hum mil e quarenta e seis reais e quarenta e um centavos), ELABORAÇÃO DE LTIP – LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE pelo respectivo preço de R$ 1.046,41 (Hum mil e quarenta e seis reais e quarenta e um centavos), ELABORAÇÃO DE AET – ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO pelo respectivo preço de R$ 1.046,41 (Hum mil e quarenta e seis reais e quarenta e um centavos), CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA MENSAL – VISITA OU REUNIÃO MENSAL, ORIENTAÇÃO QUANTO A PARECERES TÉCNICOS, AUXILIAR NA GESTÃO DAS FICHAS DE EPI, EMISSÃO DE PPP E TREINAMENTOS ESIGIDOS. GERAÇÃO E ENVIO MENSAL DOS EVENTOS AO ESOCIAL (S-2210, S-2220 E S-2240) pelo respectivo preço de R$ 941,77 (novecentos e quarenta e um reais e setenta e sete centavos), REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ACUIDADE VISUAL pelo respectivo preço de R$ 41,86 (quarenta e um reais e oitenta e seis centavos), REALIZAÇÃO DE EXAMES DE AUDIOMETRIA pelo respectivo preço de R$ 52,32(cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos). pelo respectivo preço anual de R$ 30.309,84 (trinta mil trezentos e nove reais e oitenta e quatro

centavos). Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas do referido contrato.

Congonhal, MG, 21 de agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR **-**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:8AFD9B75

GABINETE
DECRETO Nº 03594 DE 25 DE AGOSTO DE 2026. "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 40 .000, 00 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSTANTES DO VIGENTE ORÇAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DECRETO Nº 03594 de 25 de AGOSTO de 2026.

"Abre Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 40 .000, 00 para reforço de dotações constantes do vigente orçamento e da outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL de(a)(o) CONGONHAL, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei/Resolução 1730 de 11 de DEZEMBRO de 2025,

D E C R E T A:
Art.: 1º Fica aberto um Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais) para reforço de dotações constantes do vigente orçamento, conforme especificação abaixo:

02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.302.0006 - 3390.91.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS
2.119 - MANUTENÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE
1.500.95 - Recursos destinados à Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor: 40.000,00 (Quarenta Mil Reais)
Adiciona: 40.000,00

Art.: 2º Para abertura do presente Decreto foram utilizados recursos resultantes de Anulação Parcial ou Total de Dotações Orçamentárias ou de Créditos Adicionais, autorizados em Lei, conforme previsto no art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.302.0006 - 3190.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS €23 PESSOAL CIVIL
2.052 - DESPESAS TRANSPORTE DE PACIENTES PARA TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO
1.500.95 - Recursos destinados à Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor: 30.000,00 (Trinta Mil Reais)
02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.303.0006 - 3390.32.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
2.060 - DESPESAS FARMACIA PARA TODOS - MEDICAMENTOS PARA USO DOMICILIAR
1.500.95 - Recursos destinados à Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor: 10.000,00 (Dez Mil Reais)
Reduz: 40.000,00

Art.: 3º O(A) DECRETO entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25/08/2026.

Suplementação realizada devido o saldo orçamentário na dotação não ser suficiente para a despesa a ser realizada

CONGONHAL - MG, 25 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 03594 de 25 de AGOSTO de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR
Prefeito Municipal
RG: M-1.779.839

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:1623C11C

GABINETE
DECRETO Nº 03595 DE 25 DE AGOSTO DE 2026. "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 189.845, 25 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSTANTES DO VIGENTE ORÇAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DECRETO Nº 03595 de 25 de AGOSTO de 2026.

"Abre Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 189.845, 25 para reforço de dotações constantes do vigente orçamento e da outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL de(a)(o) CONGONHAL, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei/Resolução 1730 de 11 de DEZEMBRO de 2025,

D E C R E T A:

Art.: 1º Fica aberto um Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 189.845,25 (Cento e Oitenta e Nove Mil Oitocentos e Quarenta e Cinco Reais e Vinte e Cinco Centavos) para reforço de dotações constantes do vigente orçamento, conforme especificação abaixo:

02.02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO
04.122.0002 - 3390.93.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
2.001 - DESPESAS ADMINISTRACAO GERAL
2.621.99 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor: 159.845,25 (Cento e Cinquenta e Nove Mil Oitocentos e Quarenta e Cinco Reais e Vinte e Cinco Centavos)

02.06.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
08.244.0040 - 3390.32.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
2.068 - DESPESAS COM BENEFICIOS EVENTUAIS
2.660.99 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Valor: 30.000,00 (Trinta Mil Reais)
Adiciona: 189.845,25

Art.: 2º Para abertura do presente Decreto foram utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, conforme previsto no art. 43 da Lei Federal 4.
320/64.

Art.: 3º O(A) DECRETO entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25/08/2026.

Suplementação realizada devido o saldo orçamentário na dotação não ser suficiente para a despesa a ser realizada

CONGONHAL - MG, 25 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:31A585AC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONQUISTA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 047/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 047/2026

CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) TVs, SENDO 01 UNIDADE DE 55 POLEGADAS E 01 UNIDADE DE 65 PLOEGADAS. DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS SETORES E REPARTIÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
R$ 8.128,30 (oito mil cento e vinte e oito reais e trinta centavos)

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

PERÍODO DE PROPOSTAS
De 26/08/2026 às 08h
Até 02/09/2026 às 08h

PERÍODO DE LANCES
De 02/09/2026 às 08:05h
Até 02/092026 às 14:05h

Endereço Eletrônico: **LICITANET – Licitações On-line (www.licitanet.com.br)**

Encaminhamento da proposta e documentos de habilitação: **a partir da data de divulgação do Aviso. LICITANET - Licitações On-line, até a data e horário da abertura da sessão pública**.

Local para informações/aquisição e retirada do edital: **Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, sito a Pç Cel Tancredo França, 181, Centro nesta cidade de Conquista ou no site www.conquista.mg.gov.br. Para informações, através do telefone (34) 99706-9502.**

Conquista, 25 de agosto de 2026.

KEULA ALVES SOARES TURRA
Comissão de Contratação

Publicado por:
Iara Maria Ribeiro
Código Identificador:1A18B613

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESPOSTA DE ESCLARECIMENTO PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2026
Impugnante:INFINITY NETWORK – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.
Objeto: Contratação de solução tecnológica integrada de Suíte de Colaboração e Produtividade em regime Software as a Service – SaaS, compreendendo licenciamento de 150 (cento e cinquenta) contas funcionais, suporte técnico especializado, garantia de níveis de serviço – SLA e serviços profissionais de migração de dados legados.

I – RELATÓRIO
Trata-se de Impugnação apresentada pela empresa**INFINITY NETWORK – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**, em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 038/2026, Processo Licitatório nº 116/2026.
A impugnante fundamenta sua insurgência no art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 e sustenta, em síntese, a existência de supostas inconsistências no instrumento convocatório relacionadas a valores estimados, critério de julgamento, quantitativos, vigência, qualificação técnica, remissões internas, sustentabilidade, treinamento, sanções, natureza do objeto, disponibilidade financeira e especificações de videoconferência.
Ao final, requer a alteração do instrumento convocatório, sua republicação e a reabertura do prazo para apresentação das propostas.
É o relatório.

II – DA ADMISSIBILIDADE
A impugnação é conhecida quanto aos aspectos formais, considerando a legitimidade conferida pelo art. 164 da Lei nº 14.133/2021.
O conhecimento da impugnação, contudo,**não implica reconhecimento da procedência das alegações**, devendo cada argumento ser analisado à luz das disposições do edital, dos documentos que integram o processo administrativo e dos princípios que regem as contratações públicas.
Passa-se à análise do mérito.

III – DO MÉRITO
III.1 – DA PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO
Inicialmente, é necessário destacar que a Administração Pública, no exercício de sua competência discricionária e vinculada ao interesse público, possui legitimidade para definir a solução tecnológica que melhor atenda às suas necessidades, estabelecendo especificações, condições de execução e requisitos de habilitação compatíveis com o objeto.
A Lei nº 14.133/2021 prestigia expressamente o planejamento como princípio e como etapa fundamental da contratação.
O art. 18 estabelece que a fase preparatória é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual, quando elaborado, e com as leis orçamentárias.
Nesse contexto, as escolhas administrativas realizadas no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e no edital não podem ser afastadas simplesmente pela preferência subjetiva da impugnante por outro modelo de contratação ou por interpretação isolada de determinados trechos do instrumento.
A impugnante, em diversos pontos,**parte de leitura fragmentada do edital**, destacando expressões isoladas para construir supostas contradições que não impedem a compreensão do objeto, das obrigações da futura contratada ou da forma de participação no certame.
O que deve ser analisado é o conjunto documental e a finalidade das disposições, e não frases isoladas descontextualizadas.

IV – DA ALEGADA DIVERGÊNCIA DOS VALORES
A impugnante sustenta haver divergência entre os valores indicados em diferentes partes do instrumento convocatório.
A alegação, contudo, não é suficiente para demonstrar qualquer ilegalidade capaz de comprometer o certame.
O valor estimado da contratação decorre de pesquisa de preços realizada pela Administração durante a fase preparatória, constituindo referência para o planejamento e para a avaliação da vantajosidade da contratação.
Eventuais diferenças decorrentes de apresentação, arredondamento, composição ou organização das informações nos documentos que integram o processo**não significam, automaticamente, existência de múltiplos preços máximos juridicamente aplicáveis**.
Deve-se considerar que o edital possui regras próprias de interpretação e estabelece expressamente a forma de apresentação das propostas e os parâmetros a serem observados pelos licitantes.
A impugnante não demonstra que qualquer licitante efetivamente esteja impossibilitado de formular proposta ou que exista situação concreta de tratamento desigual entre os participantes.
A mera existência de referência numérica em documentos distintos, quando inserida no contexto do processo de contratação e das regras do edital,**não caracteriza, por si só, violação ao julgamento objetivo**.
Não foi demonstrado prejuízo concreto à competitividade ou à elaboração das propostas.
Dessa forma, rejeita-se a alegação.

V – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
A impugnante afirma existir contradição entre "menor preço global", "lote único" e referência a "menor preço por item".

A alegação deve ser analisada considerando a estrutura efetivamente estabelecida para a contratação.
O edital define a contratação em**lote único**, com apresentação de proposta correspondente ao conjunto do objeto, sendo o julgamento realizado segundo o critério definido para a contratação.
A referência a item, quando existente em anexos ou tabelas destinadas à descrição e composição do objeto, não altera necessariamente o critério de julgamento adotado para o lote.
É necessário distinguir**item de composição/descritivo**de**critério de adjudicação**.
O fato de o objeto possuir itens ou subitens destinados à sua descrição quantitativa e econômica não significa que cada um deles constitua unidade autônoma de julgamento ou adjudicação.
A interpretação defendida pela impugnante decorre de leitura isolada de determinada expressão, sem considerar a estrutura integral do edital.
Além disso, não foi demonstrado qualquer prejuízo concreto à formulação das propostas, especialmente porque o edital estabelece a forma de apresentação dos lances e a estrutura do lote.
Rejeita-se, portanto, a alegação.

VI – DA SUPOSTA INVERSÃO DOS ITENS E QUANTITATIVOS
A impugnante aponta suposta inversão entre os itens constantes do Termo de Referência e do Anexo III.
Novamente, a alegação não demonstra impossibilidade de compreensão do objeto.
Os documentos que integram o edital devem ser interpretados de forma sistemática, considerando a descrição completa das soluções, funcionalidades e quantitativos.
A identificação numérica de determinado item em uma tabela não pode ser analisada isoladamente da respectiva descrição técnica.
O objeto é claramente definido quanto às funcionalidades de colaboração, produtividade, videoconferência, gravação, contas funcionais e demais características.
A impugnante não demonstra que exista dúvida concreta capaz de impedir a elaboração de proposta ou que a Administração esteja estabelecendo critérios distintos para os licitantes.
Eventuais diferenças meramente formais de ordenação ou apresentação**não têm o condão de macular o procedimento quando o conteúdo técnico do objeto permanece identificável**.
A Lei nº 14.133/2021 não determina que todos os documentos do processo possuam necessariamente idêntica organização gráfica ou numérica, mas que o objeto e as condições da contratação sejam suficientemente definidos.
Rejeita-se a alegação.

VII – DA ALEGADA DIVERGÊNCIA ENTRE 150 E 06 CONTAS
A impugnante afirma existir contradição entre as 150 contas funcionais integrantes do objeto e a referência a 06 contas em determinadas disposições do modelo de execução.
A interpretação apresentada pela impugnante não considera a natureza operacional das obrigações descritas no Termo de Referência.
O quantitativo de**150 contas funcionais**corresponde ao universo de licenciamento contratado.
As referências específicas constantes do modelo de execução relacionam-se às atividades operacionais de implantação, administração ou migração descritas no contexto da solução.
Não se pode presumir, a partir da utilização de quantitativo específico em determinada etapa operacional, que esse quantitativo substitua o quantitativo geral do objeto.
Além disso, a própria descrição geral do objeto permite ao fornecedor compreender que a contratação compreende 150 contas funcionais.
A impugnante não demonstra que a suposta diferença inviabilize a elaboração de sua proposta, tampouco comprova que tenha sido impedida de identificar o objeto ou dimensionar sua solução.
Eventual necessidade de detalhamento operacional não caracteriza, por si só, ilegalidade do edital.
Rejeita-se a alegação.

VIII – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO
A impugnante sustenta haver conflito entre a previsão de contratação por 12 meses, prorrogável até 60 meses, e a possibilidade de prorrogação por até 10 anos.
A alegação decorre de interpretação que não considera adequadamente a disciplina dos arts. 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
A contratação possui natureza continuada, sendo juridicamente possível estabelecer vigência inicial de 12 meses e prever a possibilidade de prorrogações sucessivas, observados os requisitos legais e a demonstração da vantajosidade para a Administração.
A possibilidade de prorrogação**não significa que a Administração esteja obrigada a contratar pelo período máximo**, tampouco gera direito adquirido da contratada à prorrogação.
Cada eventual prorrogação deverá observar a legislação, a manutenção das condições de vantajosidade e o interesse público.
O edital estabelece vigência inicial e prevê a possibilidade de extensão nos limites legais.
Assim, a interpretação deve ser realizada em consonância com os dispositivos legais aplicáveis, não havendo ilegalidade na previsão de contratação continuada.
Rejeita-se a alegação.

IX – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
A impugnante pretende afastar determinadas exigências de qualificação técnica sob o argumento de que seriam desconexas do objeto.
A alegação não merece acolhimento.
O art. 67 da Lei nº 14.133/2021 permite à Administração exigir comprovação de capacidade técnico-operacional relativa às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, desde que observados os limites legais.
A Administração possui competência para estabelecer requisitos destinados a assegurar que a futura contratada disponha de experiência e capacidade suficientes para executar o objeto.
A existência de nomenclatura específica utilizada no edital não significa, por si só, que a exigência seja ilegal ou restritiva.
Deve ser considerado o conteúdo material da experiência exigida, e não apenas a denominação utilizada para identificá-la.
Além disso, a impugnante não demonstra que a exigência seja impossível de ser atendida por empresas do mercado ou que tenha sido construída de forma a direcionar a contratação para fornecedor específico.
A alegação de restrição à competitividade exige demonstração objetiva de que a exigência extrapola aquilo que é necessário à execução do objeto, o que não foi comprovado.
A Administração, portanto, mantém as exigências estabelecidas no edital, por entendê-las pertinentes às obrigações que serão assumidas pela futura contratada.
Rejeita-se a alegação.

X – DAS REMISSÕES INTERNAS E SUPOSTOS ERROS DE NUMERAÇÃO
A impugnante apresenta extensa relação de supostas remissões incorretas.
Mesmo que determinadas referências internas demandem eventual ajuste editorial, isso não implica nulidade do edital.
A Lei nº 14.133/2021 não estabelece que eventual erro material de numeração ou remissão interna, quando não impedir a compreensão do objeto e das obrigações, determine a invalidação do procedimento.
O princípio da instrumentalidade das formas e a busca pela eficiência administrativa impedem que meras falhas formais sejam tratadas como vícios substanciais quando não houver demonstração de prejuízo.
A impugnante não comprova que tenha deixado de compreender o objeto ou que qualquer regra essencial tenha se tornado inaplicável em razão das remissões apontadas.
Ademais, a Administração possui competência para esclarecer eventual questão interpretativa durante a execução do procedimento, sempre observando a isonomia entre os participantes.
Não se pode confundir**erro material ou remissão editorial**com vício jurídico capaz de comprometer a validade do certame.
Rejeita-se a alegação.

XI – DAS SUPOSTAS CONTRADIÇÕES ENTRE ETP E TERMO DE REFERÊNCIA

A impugnante sustenta que determinadas informações constantes do ETP não seriam idênticas às obrigações estabelecidas no Termo de Referência.

A alegação não demonstra ilegalidade.

O Estudo Técnico Preliminar possui função de demonstrar a necessidade da contratação, avaliar alternativas e fundamentar a solução escolhida.

O Termo de Referência, por sua vez, detalha as condições de execução e os requisitos necessários à contratação.

Não há exigência legal de reprodução literal e absoluta de todas as informações do ETP no Termo de Referência.

É perfeitamente possível que, durante o desenvolvimento da fase preparatória, determinada necessidade seja detalhada ou transformada em requisito operacional no Termo de Referência.

A definição de treinamento, critérios de sustentabilidade e demais obrigações decorre da solução efetivamente escolhida e das necessidades identificadas pela Administração.

Não houve demonstração de incompatibilidade que torne impossível a formulação da proposta.

Rejeita-se a alegação.

XII – DO REGIME DE SANÇÕES

A impugnante sustenta existir incompatibilidade entre percentuais de multa constantes do edital e da minuta contratual.

A Lei nº 14.133/2021, em seus arts. 155 e 156, disciplina as infrações e sanções administrativas e determina que a aplicação das penalidades observe, entre outros aspectos, a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias do caso concreto e os danos decorrentes da conduta.

A simples previsão de faixas ou percentuais distintos em dispositivos destinados a disciplinar situações diversas não implica necessariamente incompatibilidade jurídica.

As sanções devem ser aplicadas conforme a conduta efetivamente praticada e segundo o procedimento administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

A impugnante não demonstra que o regime previsto no edital seja incompatível com a Lei nº 14.133/2021 ou que impeça a Administração de realizar a necessária dosimetria da penalidade.

Não há fundamento para presumir, antecipadamente, que eventual sanção será aplicada de maneira automática ou desproporcional.

Rejeita-se a alegação.

XIII – DA NATUREZA DO OBJETO

A impugnante questiona referências a manutenção, gestão, locação de equipamentos e vistoria.

O objeto principal está claramente descrito como contratação de solução tecnológica em regime SaaS.

As referências eventualmente utilizadas em determinados trechos do ETP ou Termo de Referência devem ser interpretadas no contexto das obrigações acessórias e dos serviços necessários à disponibilização, implantação, suporte e continuidade da solução.

A existência de determinada expressão em item específico não altera a natureza jurídica e econômica do objeto principal expressamente definido no edital.

O que prevalece para fins de participação e elaboração da proposta é a descrição integral do objeto e suas especificações.

Não houve demonstração de que a Administração esteja efetivamente exigindo a locação de equipamento físico ou serviço estranho ao objeto principal.

Rejeita-se a alegação.

XIV – DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

A impugnante questiona o preenchimento de campo relativo à disponibilidade financeira.

A alegação não demonstra ausência de dotação orçamentária nem inexistência de recursos para suportar a contratação.

A existência de campo administrativo não preenchido em determinado documento não se confunde com inexistência de disponibilidade orçamentária.

O processo administrativo possui documentação própria para demonstração da adequação orçamentária, observadas as disposições legais pertinentes.

Não cabe presumir irregularidade financeira a partir de campo isolado de formulário.

Rejeita-se a alegação.

XV – DA EXPRESSÃO "PARA 15 DELAS"

Quanto à expressão utilizada na descrição da solução de videoconferência, a impugnante sustenta existir impossibilidade de compreensão.

O contexto da especificação técnica permite compreender a funcionalidade pretendida e sua integração à solução de colaboração e produtividade.

A interpretação deve considerar o conjunto das especificações técnicas e não determinada expressão isoladamente.

Além disso, a impugnante não demonstra que tenha sido impossibilitada de formular sua proposta ou que exista tratamento diferenciado entre potenciais fornecedores.

Não há demonstração de prejuízo concreto à competitividade ou ao julgamento objetivo.

Rejeita-se a alegação.

XVI – DOS ERROS MATERIAIS E DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZO

Grande parte da impugnação fundamenta-se em supostos erros materiais, numeração, grafia, remissões e organização documental.

Ainda que se reconheça que documentos administrativos possam conter imperfeições formais, a jurisprudência e os princípios que regem o Direito Administrativo não autorizam a invalidação de procedimento licitatório sem demonstração de prejuízo efetivo ou de comprometimento dos princípios fundamentais da contratação.

A Administração deve privilegiar o interesse público, a eficiência, a razoabilidade e a instrumentalidade das formas.

Erro material que não altera o conteúdo da obrigação, não modifica a competitividade e não impede a formulação da proposta**não possui força jurídica para invalidar o certame**.

A impugnante, em nenhum dos pontos analisados, demonstra concretamente:

impossibilidade de participação;

direcionamento do certame;

tratamento desigual;

impossibilidade de formulação de proposta;

restrição efetiva à competitividade;

prejuízo concreto ao julgamento;

incompatibilidade material do objeto.

As alegações permanecem, em grande parte, no campo hipotético.

XVII – DA INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 55, §1º, DA LEI Nº 14.133/2021

A impugnante requer republicação e reabertura do prazo sob o argumento de que qualquer alteração seria capaz de comprometer a formulação das propostas.

O art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece a necessidade de nova divulgação e reabertura dos prazos quando houver modificação no edital**que comprometa a formulação das propostas**.

Não se trata de consequência automática decorrente da simples apresentação de impugnação.

É necessário que exista efetiva modificação substancial das condições de participação, objeto, julgamento ou formação das propostas.

No presente caso, não se reconhece a existência de vícios capazes de comprometer a elaboração das propostas.

Consequentemente,**não há fundamento para determinar a republicação do edital ou a reabertura do prazo**.

XVIII – DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO

A impugnação apresentada utiliza expressões como "vício insanável", "insegurança jurídica", "restrição à competitividade" e "impossibilidade de formulação de propostas".

Entretanto, alegações dessa natureza precisam estar acompanhadas de demonstração concreta do prejuízo.

A simples discordância da empresa com determinada solução administrativa não configura ilegalidade.

A Administração possui margem legítima para estabelecer as condições que entende necessárias ao atendimento do interesse público, desde que não haja exigência arbitrária ou desproporcional.

No caso concreto, a impugnante não demonstra que o edital tenha sido elaborado para favorecer determinado fornecedor, que determinada tecnologia tenha sido direcionada, ou que empresas aptas ao fornecimento estejam efetivamente impedidas de participar.
Não se identifica, portanto, violação aos princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo ou vinculação ao instrumento convocatório.

XIX – CONCLUSÃO
Após análise integral da impugnação, verifica-se que os argumentos apresentados**não demonstram ilegalidade, restrição indevida à competitividade, prejuízo à isonomia ou impossibilidade de formulação das propostas**.
As alegações apresentadas decorrem, em grande medida, de interpretação fragmentada do instrumento convocatório, de questionamentos quanto à forma de organização dos documentos e de aspectos que não possuem aptidão para comprometer a validade do certame.
A Administração mantém integralmente as definições realizadas na fase preparatória, por entender que o objeto está suficientemente definido, que as exigências são pertinentes às necessidades administrativas e que as condições estabelecidas são compatíveis com a legislação aplicável.
Ressalta-se que a Administração não está obrigada a acolher a interpretação pretendida pela impugnante quando o instrumento convocatório possibilita compreensão suficiente do objeto e das condições de participação.

XX – DECISÃO
Diante de todo o exposto, com fundamento nos princípios previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 e nas disposições dos arts. 18, 25, 33, 62, 67, 92, 105 a 107, 155, 156 e 164 do mesmo diploma legal,
DECIDO:
I – CONHECERda Impugnação apresentada pela empresa**INFINITY NETWORK – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**, por ser tempestiva e formalmente admissível;
II – NO MÉRITO, JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos formulados pela impugnante, mantendo-se integralmente as disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 038/2026, do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar, da Minuta Contratual e dos demais anexos;
III – INDEFERIRos pedidos de alteração do edital, republicação do instrumento convocatório, reabertura de prazo e redesignação da sessão pública;
IV – RECONHECERque as alegações apresentadas não demonstram vício capaz de comprometer a competitividade, a isonomia, o julgamento objetivo ou a formulação das propostas;
V – DETERMINARque a presente decisão seja divulgada na forma prevista no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se publicidade e conhecimento aos interessados;
VI – MANTERa realização do Pregão Eletrônico nº 038/2026 na data e horário originalmente estabelecidos no instrumento convocatório.
Publique-se. Dê-se ciência à impugnante.

Conquista 25 de agosto de 2026

KEULA ALVES SOARES TURRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Keula Alves Soares
Código Identificador:9CE3F955

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESPOSTA ESCLARECIMENTO PE 033

RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 104/2026
Pregão Eletrônico nº033/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO.

Trata-se de solicitação de esclarecimento relativo ao Edital do Pregão Eletrônico acima mencionado, formulado por empresa interessada em participar do referido certame.
DA ADMISSIBILIDADE E DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO

A Lei nº 14.133/21, estabelece em seu art.164, que *"qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame".*
Considerando que a abertura do certame está marcada para o dia ,27/08/26 e que a impugnação foi protocolada no dia 24/08/26, a mesma se encontra tempestiva, razão pela qual partiremos à análise do mérito.
O Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, estabelece em seu art. 17, inciso II, o seguinte:
Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial: [...] II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
Preliminarmente há que se esclarecer que o referido pedido de esclarecimento não tem efeito de recurso, portanto não há que se falar em efeito suspensivo, tampouco sua remessa à autoridade superior, tendo o Pregoeiro nesta fase processual, todos os poderes para averiguação de quaisquer contestações que se façam ao texto editalício, decidindo sobre cada caso, conforme a legislação pertinente.
DOS ESCLARECIMENTOS/RESPOSTA
No item 47 - RELÉ FOTOELÉTRICO,FOTOCÉLUACDS(SULFETO DE CÁDMIO),MÓDULO DE POTENCIA MAGNETICO,CORRENTE ALTERNADA,220V,FILTRO DE TEMPO DE RETARDO DE 1 MINUTO A 5MINITOS,CAPACIDADE MINIMA 1000W,CONECÇÃO POR PINOS,PROTEÇÃO MINIMA IP55. Pergunta: Relé Fotoelétrico Eletrônico atende ao Edital?

RESPOSTA- SIM ATENDE

2-Gostaria de solicitar esclarecimento a respeito do item 36, qual a potência e os lumens dessa luminária?
RESPOSTA – POTÊNCIA 18W LUMENS 1260

DA APRECIAÇÃO DOS ESCLARECIMENTOS
Conforme consta no Decreto n°. 10.024/2019, o Pregoeiro poderá requisitar subsídios dos responsáveis pela elaboração dos anexos que acompanham o instrumento convocatório, se não vejamos:
Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial: [...] II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos; Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.
Poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
Neste sendo, esta Pregoeira encaminhou a solicitação anexo aos autos, para a Secretaria requisitante com intuito de analisar e responder aos esclarecimentos apresentados.

Isto posto e considerando ter saneadas as dúvidas, o conteúdo deste expediente será publicado no Diário oficial do Município e na Plataforma Licitanet, de acordo com os termos do parágrafo único, do art. 164, da Lei Federal nº 14.133/21,

Conquista, 25 de agosto de 2026

IARA MARIA RIBEIRO
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Iara Maria Ribeiro
Código Identificador:B0AC5967

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE COQUEIRAL

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
EXTRATO DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 084/2026 – LICITAÇÃO COMPARTILHADA

O **Município de Coqueiral/MG** torna pública a formalização dos contratos decorrentes do **Processo Administrativo nº 084/2026 – Licitação Compartilhada**, vinculada à **Ata de Registro de Preços nº 93/2026**, originada do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 380/2025**, Processo SEI nº **1320.01.0116424/2025-17**, promovido pelo Estado de Minas Gerais, cujo objeto é a **aquisição de medicamentos destinados ao abastecimento da Farmácia de Minas do Município de Coqueiral/MG**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
Contrato nº 103/2026 – Contratada: **ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, CNPJ nº **03.945.035/0001-91**. Valor: R$ 3.064,10 (três mil, sessenta e quatro reais e dez centavos).
Vigência: **18/08/2026 a 18/05/2027**.
Contrato nº 104/2026 – Contratada: **BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES S.A.**, CNPJ nº **18.269.125/0001-87**. Valor: R$ 1.039,56 (mil e trinta e nove reais e cinquenta e seis centavos). Vigência: 18/08/2026 a 18/05/2027.
Contrato nº 105/2026 – Contratada: **INOVAMED HOSPITALAR LTDA.**, CNPJ nº **12.889.035/0002-93**. Valor: R$ 2.062,21.
Data de celebração: 18/08/2026.
Fundamentação legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Coqueiral/MG, 18 de agosto de 2026.

RENATO OLIVEIRA MARQUES
Prefeito Municipal.

SHIRLEY LASMAR LIMA
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Luciano Ribeiro Siqueira
Código Identificador:39AAB066

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

O Município de Coqueiral/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **Menor Preço por Item**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, do Decreto Municipal nº 3.005/2023 e demais normas aplicáveis.
Objeto: Aquisição e instalação de 01 (um) totem para ambiente externo do tipo bebedouro, com sistema de refrigeração de água e reservatório com capacidade mínima de 20 litros, equipado com dispenser de água natural e gelada, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Valor estimado: R$ 11.539,00 (onze mil quinhentos e trinta e nove reais).
Recebimento das propostas: das 13h00 do dia 24/08/2026 até às 08h00 do dia 10/09/2026.
Abertura da sessão pública e início da disputa de preços: 10/09/2026, às 08h05min.
Modo de disputa: Aberto.
Critério de julgamento: Menor Preço por Item.
Plataforma eletrônica: Portal de Compras Públicas.
O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para consulta no Portal de Compras Públicas, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial do Município de Coqueiral/MG.
Informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações e Contratos Administrativos da Prefeitura Municipal de Coqueiral/MG, pelo telefone (35) 99894-6446 ou pelo e-mail: licitacoes@coqueiral.mg.gov.br.

Coqueiral/MG, 24 de agosto de 2026.

JÉSSICA PINHEIRO SILVA
Pregoeira

RENATO OLIVEIRA MARQUES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rafaela Lima Porto Rodrigues
Código Identificador:EB82C7BC

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
O Município de Coqueiral/MG torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, pelo **Sistema de Registro de Preços**, do tipo **menor preço GLOBAL**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 3.005/2023 e demais normas aplicáveis.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização, desratização e controle integrado de pragas urbanas, destinados à Secretaria Municipal de Educação e Saúde, escolas municipais e creche e todas unidades de saúde do Município de Coqueiral/MG, compreendendo o fornecimento de mão de obra especializada, materiais, equipamentos, produtos devidamente regularizados pelos órgãos competentes, inspeção técnica dos ambientes, aplicação dos tratamentos necessários, emissão de certificado de execução dos serviços e adoção de todas as medidas indispensáveis à adequada execução do objeto, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente.
Valor estimado: R$ **52.764,89**.
Recebimento das propostas: das 13h30 do dia **24/08/2026** até às 08h00 do dia **15/09/2026**.
Abertura da sessão pública: 15/09/2026, às **08h05min**.
Modo de disputa: Aberto.
O edital completo e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal de Compras Públicas, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do Município de Coqueiral/MG.

Coqueiral/MG, 24 de agosto de 2026.

JÉSSICA PINHEIRO SILVA -
Pregoeira Oficial

RENATO OLIVEIRA MARQUES -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rafaela Lima Porto Rodrigues
Código Identificador:78285CD4

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2026 – DISPENSA Nº 011/2026 – SRP.

Processo Licitatório nº 081/2026 – Dispensa nº 011/2026 – SRP.
Órgão Gerenciador: Município de Coqueiral/MG.
Fornecedor Registrado: FÁBRICA DE LADRILHOS MATERIAIS E SERVIÇOS NOSSA SENHORA DE FÁTIMA LTDA, inscrita no CNPJ nº 55.796.672/0001-47.
Objeto: Registro de preços para aquisição, mediante fabricação e fornecimento, de barracas desmontáveis compostas por estrutura metálica, balcão em madeira, fechamento lateral e frontal em lona e cobertura em lona impermeável, personalizadas conforme especificações do Termo de Referência.
Quantidade: 13 (treze) unidades.
Valor unitário registrado: R$ 3.140,00.

Valor total registrado: R$ 40.820,00 (quarenta mil, oitocentos e vinte reais).
Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.
Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 21 de agosto de 2026.

Coqueiral/MG, 21 de agosto de 2026.

DANIELLE PATRÍCIA FERREIRA MARQUES PELOSO
Ordenadora de Despesa da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico.

Publicado por:
Rafaela Lima Porto Rodrigues
Código Identificador:5047D623

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Coqueiral/MG torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços**, do tipo **menor preço por item**, objetivando o **registro de preços para futura e eventual aquisição de brinquedos e materiais pedagógicos destinados às unidades escolares da rede municipal de ensino, especialmente à Educação Infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental, com a finalidade de apoiar as práticas pedagógicas e promover o desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social dos alunos**.
Recebimento das propostas: das 16h00 do dia 24/08/2026 até às 08h00 do dia 17/09/2026.
Início da sessão de disputa de preços: 17/09/2026, às 08h05min.
Modo de disputa: Aberto.
Valor estimado total: R$ 298.727,47.
A sessão será realizada por meio do **Portal de Compras Públicas**. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal de Compras Públicas, no sítio eletrônico oficial do Município de Coqueiral/MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Coqueiral/MG, 24 de agosto de 2026.

JÉSSICA PINHEIRO SILVA
Pregoeira;

RENATO OLIVEIRA MARQUES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luciano Ribeiro Siqueira
Código Identificador:3A4BD5C7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORAÇÃO DE JESUS

HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO
PROCESSO Nº 0024/2026 - COMPRA DIRETA Nº 0012/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 0012/2026
PROCESSO Nº 0024/2026
Compra Direta nº 0012/2026 – COTAÇÃO ELETRÔNICA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS AUTOMOTIVOS NOVOS PARA APLICAÇÃO NAS AMBULÂNCIAS DE PLACAS: QQG-8704, QQG-8732 E RNG-3149, TODAS PERTENCENTES AO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, disponível em **https://www.hmsvp.mg.gov.br/licitacoes/compras-diretas/in,compras-diretas .**

Data de início de envio/recebimento de propostas: **25/08/2026, 14h01** (horário de Brasília).
Data fim de envio/recebimento de propostas: **27/08/2026 – 08h** (horário de Brasília).
Valor total estimado: **R$ 2.673,24.**
Termo de Referência: **Clique em Detalhes e Arquivos do Processo** em - **https://www.hmsvp.mg.gov.br/licitacoes/compras-diretas/in,compras-diretas .**
Planilha para proposta (arquivo em formato .xls): **Clique em Detalhes e Arquivos do Processo em - https://www.hmsvp.mg.gov.br/licitacoes/compras-diretas/in,compras-diretas .**
Propostas Comerciais: **devem ser encaminhadas juntamente com a documentação de habilitação EXCLUSIVAMENTE para e através do link**: **https://www.hmsvp.mg.gov.br/processos-licitatorios/296-compra-direta-no- ... è DETALHES E ARQUIVOS DO PROCESSO è ENVIAR DOCUMENTAÇÃO.** .

Coração de Jesus, 25 de agosto de 2026.

CAROLINA MARTINS DOS SANTOS
Diretora Geral

Publicado por:
Max César Lafetá Vasconcelos Sobrinho
Código Identificador:7F9C0004

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORINTO

LICITAÇÕES E PREGÕES
EXTRATO DE CONTRATO.

Extrato de Contrato: Processo n°: 033/2026,Dispensa nº. **005/2026**, Contrato nº 109/2026; firmado em 20/08/2026, entre Município de Corinto/MG e **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS**, empresa inscrita no 21.505.692/0001-08. Objeto: Contratação de Repasse financeiro ao CIMAMS destinado a prestação de serviços de assessoria em recursos humanos, decorrente do Processo Administrativo nº 009/2026, Credenciamento nº 002/2026, realizado pelo CIMAMS, em atendimento às as demandas das Diversas Secretarias Municipais de Corinto/MG. **O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados da data da assinatura do instrumento contratual, na forma dos artigos 105 a 107 da Lei n° 14.133, de 2021.**Valor: **R$ 30.815,46(trinta mil e oitocentos e quinze mil e quarenta e seis centavos).**
Dotação Orçamentaria:
02.07.01.12.122.0001.2040.33903900-Ficha:388
02.08.01.10.122.0576.2063.33903900-Ficha:582
02.17.00.27.122.0001.2098.33903900-Ficha:1.239
02.06.00.04.123.0001.2034.33903900-Ficha:324
02.05.05.04.122.0001.2216.33903900-Ficha:296
02.09.00.08.122.0011.2075.33903390-Ficha:852
02.05.03.04.122.0001.2032.33903900-Ficha:283
02.10.04.04.122.0001.2215.33903900-Ficha:1.009

EVALDO PAULO DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlon Felipe Pacheco Cavalcante
Código Identificador:701227B2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORONEL XAVIER CHAVES

PREFEITURA MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO PA 90/2026

O Município de Coronel Xavier Chaves-MG, situado na Rua Padre Reis, nº 84, Centro, Coronel Xavier Chaves/MG, inscrito no CNPJ nº 18.557.546/0001-03, torna público que, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, foi AUTORIZADA a contratação da empresa Conecta Minas Gerais LTDA, CNPJ nº 00.988.887/0001-78, por meio do Processo nº 90/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 18/2026, tendo por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de acesso à internet banda larga, por meio de fibra óptica, com conectividade estável, dedicada e de alta disponibilidade, incluindo instalação, configuração, manutenção**

preventiva e corretiva, para atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves e de seus respectivos setores, secretarias e órgãos vinculados. Valor anual estimado: R$ 45.288,00 (quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e oito reais). Fundamento legal: **Art. 74, inciso I da Lei n.º 14.133/2021**.

Coronel Xavier Chaves, 25 de agosto de 2026.

SIDINEI RESENDE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Jaques Camargos
Código Identificador:4B8573F5

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA - PA 93/2026

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA DISPENSA ELETRÔNICA

Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves/MG. Manifestação de Interesse para Dispensa Eletrônica– **Processo Administrativo – 93/2026, Dispensa Eletrônica – 21/2026, do tipo Menor Preço Global. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRONOMETRAGEM ESPORTIVA ELETRÔNICA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE CHIPS DESCARTÁVEIS, NÚMEROS DE PEITO E PLACAS DE CICLISMO, EQUIPAMENTOS DE LEITURA, SISTEMA DE PROCESSAMENTO E DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS, BEM COMO EQUIPE TÉCNICA PARA OPERAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DO CXC CROSS DUATHLON - CORRIDA E TRILHÃO DE MTB, NO MUNICÍPIO DE CORONEL XAVIER CHAVES/MG**. Limite de acolhimento das propostas: dia **31/08/2026 às 07h59min**. **DISPUTA: 31/08/2026, às 08h30min**, na Plataforma LICITAPP (https://coronelxavierchaves.licitapp.com.br//). O Aviso de Dispensa Eletrônica está disponível no site "www.coronelxavierchaves.mg.gov.br". Mais informações na Prefeitura Municipal à Rua Padre Reis, 84, Centro, Coronel Xavier Chaves/MG, no horário de 08h00min às 12h00min e de 13h00min às 16h00min. Tel.: (32) 3216-1053 (Ramais 109 e 110) / (32) 99199-6496 (*WhatsApp*).

Coronel Xavier Chaves, 25 de agosto de 2026.

JULIANA JAQUES CAMARGOS -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Juliana Jaques Camargos
Código Identificador:2C8B4C8E

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO ARP PL74/2026

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves/MG. Extrato de Atas de Registro de Preços- Processo Licitatório 74/2026 – Pregão Eletrônico – 39/2026.Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO E AO APOIO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, RECREATIVAS E DE LAZER PROMOVIDAS PELO SETOR DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CORONEL XAVIER CHAVES/MG.** Empresas vencedoras: **DP COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA**, CNPJ 12.719.447/0001-02, com valor total estimado de **R$ 55.866,50 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos). TRZ COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA**, CNPJ 49.681.792/0001-04, com valor total estimado de **R$ 44.454,83 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos). ECM COMERCIAL E SERVIÇOS**, CNPJ 07.680.470/0001-92, com valor total estimado de **R$ 8.135,00 (oito mil, cento e trinta e cinco reais). A A Z SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES**, CNPJ 17.238.455/0001-42, com valor total estimado de **R$ 10.403,00 (dez mil, quatrocentos e três reais). MIDIAS INTELIGENTES COMERCIAL LTDA**, CNPJ 26.264.100/0001-19, com valor total estimado de **R$ 14.000,00 (quatorze mil reais). ARENA ESPORTES LTDA**, CNPJ 48.348.052/0001-80, com valor total estimado de **R$ 103.508,35 (cento e três mil, quinhentos e oito reais e trinta e cinco centavos).**

Coronel Xavier Chaves/MG, 25 de agosto de 2026.

JULIANA JAQUES CAMARGOS,
Agente de Contratação Municipal.

Publicado por:
Lohayne July Silva de Andrade
Código Identificador:4DF9210E

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ARP - PL82/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2026 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2026. O Município de Coronel Xavier Chaves/MG torna público o extrato da Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório nº 82/2026, Pregão Presencial nº 45/2026. **Detentora:** RONIS & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 58.907.105/0001-09. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de preparo, fritura e fornecimento de pastéis, com produção e distribuição no local dos eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Assistência Social e de Saúde, incluindo mão de obra, equipamentos, utensílios, insumos e demais materiais necessários à execução dos serviços. **Valor total registrado:** R$ 46.750,00 (quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta reais). **Vigência da Ata:** 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no site do Município. **Data da assinatura:** 21/08/2026.

Coronel Xavier Chaves, 25 de agosto de 2026.

JULIAJA JAQUES CAMARGOS -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Lohayne July Silva de Andrade
Código Identificador:FFBFBA0A

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

O Município de Coronel Xavier Chaves/MG torna público o extrato do Contrato oriundo do 1° Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 20/2025 – CIGEDAS, Pregão Eletrônico SRP nº 01/2025 – Registro de Preços, tendo como órgão gerenciador o Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – CIGEDAS. Contratada: FX COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.857.945/0001-76. Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes. Valor total: R$ 12.986,97 (doze mil, novecentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos). Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato. Data da assinatura: 20 de agosto de 2026.

Coronel Xavier Chaves/MG, 25 de agosto de 2026.

JULIANA JAQUES CAMARGOS
Agente de Contratação Municipal

Publicado por:
Lohayne July Silva de Andrade
Código Identificador:7C57948C

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO - PL85/2026

EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2026 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2026. Contratante: Município de Coronel Xavier Chaves/MG. Contratada: **Auto Posto Coronel Xavier Chaves Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº **03.947.995/0001-90**. Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem, higienização e limpeza dos veículos pertencentes à frota municipal, para atendimento às demandas dos diversos setores e Secretarias do Município de Coronel Xavier Chaves/MG. Valor: **até R$ 112.620,00** (cento e doze mil, seiscentos e vinte reais). Vigência: **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato. Data da assinatura: **21/08/2026**.

Coronel Xavier Chaves, 25 de agosto de 2026.

JULIANA JAQUES CAMARGOS -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Lohayne July Silva de Andrade
Código Identificador:D5ED913C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORREGO DANTA

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 457, DE 25 DE AGOSTO DE 2026. "CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA QUE MENCIONA"

O Prefeito do Município de Córrego Danta, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a servidora pública contratada **SARA CRISTINA LIMIRIA,** 120 (cento e vinte) dias de Licença Maternidade nos termos da Lei Previdenciária e da CF, a partir de 24/08/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, 25 de agosto de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:89ED907B

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 458, DE 25 DE AGOSTO DE 2026. "CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO ÀS SERVIDORAS PÚBLICAS QUE MENCIONA"

O Prefeito Municipal de Córrego Danta - MG, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e tendo em vista o disposto no Artigo 96 da Lei nº 550/1992, Artigo 89 da Lei nº 801/1999 e Artigo 5º da Lei nº 830/2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Prêmio às servidoras:
I - Maria das Dores Cardoso Garcia - 09 (nove) dias de férias prêmio, referentes ao 5º (quinto) quinquênio, a partir de 25 de agosto de 2026;
II - Denise Reis Afonso – 15 (quinze) dias de férias prêmio, referentes ao 1º (primeiro) quinquênio, a partir de 25 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, 25 de agosto de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:03F804B7

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 459, DE 25 DE AGOSTO DE 2026 "CANCELA PARCIALMENTE A PORTARIA Nº 450, DE 10 DE AGOSTO DE 2026"

O Prefeito Municipal de Córrego Danta – MG, no uso de suas atribuições legais e constitucionais;

CONSIDERANDO o dever de autotutela da Administração Pública, que autoriza a revisão e correção de atos administrativos para assegurar sua legalidade e conformidade;

CONSIDERANDO a necessidade dos serviços do servidor Jonathas Gabriel Bernardes no período de 25/08/2026 a 28/08/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Fica cancelada, exclusivamente no que se refere ao servidor Jonathas Gabriel Bernardes, a concessão de 30 dias de férias regulamentares estabelecida pela Portaria nº 450, de 10 de agosto de 2026.

Art. 2º Permanecem inalteradas todas as demais disposições da Portaria nº 450, de 10 de agosto de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, 25 de agosto de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:F4E6D08F

SETOR DE LICITAÇAO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 071/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

OBJETO: Aquisição de conjuntos de livros destinados ao atendimento das necessidades pedagógicas da Rede Municipal de Ensino de Córrego Danta/MG, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos integrantes da contratação.

CONTRATADO: VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA.

CNPJ: 02.593.711/0001-42

VALOR DO CONTRATO: R$ 29.972,00 (VINTE E NOVE MIL NOVECENTOS E SETENTA E DOIS REAIS).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 02 (dois) meses, contados a partir da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE	DOTAÇÃO	ELEMENTO	FICHA	FONTE
02.05.01	12.361.0012.2029 – Manutenção Atividades do Ensino Fundamental	3.3.90.30.00 – Material de Consumo	183	1.550.000.0000 – Transferência do Salário Educação

Córrego Danta/MG, 25 de agosto de 2026.

RAFAELA APARECIDA DA SILVA PEREIRA
Setor de Licitações

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:D2B3E9A2

SETOR DE LICITAÇAO
RATIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo nº 049/2026 tem por objeto a aquisição de conjuntos de livros destinados ao atendimento das necessidades pedagógicas da Rede Municipal de Ensino de Córrego Danta/MG;

CONSIDERANDO que a contratação se enquadra na hipótese de dispensa de licitação prevista no **art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, tendo sido observados os procedimentos e requisitos estabelecidos para a contratação direta;

CONSIDERANDO que, após a divulgação do Aviso de Dispensa de Licitação nº 010/2026 e o encerramento do prazo para recebimento das propostas e documentos de habilitação, a **Comissão Permanente de Contratação** procedeu à análise da documentação apresentada;

CONSIDERANDO que a empresa **VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **02.593.711/0001-42**, apresentou proposta no valor global de **R$ 29.972,00 (vinte e nove mil, novecentos e setenta e dois reais)**, inferior ao valor estimado pela Administração de R$ 34.335,70;

CONSIDERANDO que, conforme registrado na Ata de Reunião da Comissão Permanente de Contratação nº 001/2026, a proposta foi considerada compatível com o objeto e com as condições estabelecidas no procedimento, tendo a empresa sido **classificada e habilitada**;

CONSIDERANDO, por fim, que os elementos constantes dos autos demonstram a regularidade do procedimento e a vantajosidade da contratação para a Administração Municipal;

RESOLVE:
RATIFICAR a **Dispensa de Licitação nº 010/2026**, referente ao **Processo Administrativo nº 049/2026**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e **AUTORIZAR a contratação** da empresa **VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **02.593.711/0001-42**, para a aquisição de conjuntos de livros destinados ao atendimento das necessidades pedagógicas da Rede Municipal de Ensino de Córrego Danta/MG, pelo valor global de **R$ 29.972,00 (vinte e nove mil, novecentos e setenta e dois reais)**.

As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade:** 02.05.01, **Dotação:** 12.361.0012.2029 – Manutenção Atividades do Ensino Fundamental, **Elemento:** 3.3.90.30.00 – Material de Consumo, **Ficha:** 183 **Fonte:** 1.550.000.0000 – Transferência do Salário Educação.
Determino aos setores competentes a adoção das providências necessárias à formalização da contratação, emissão do respectivo empenho e publicidade dos atos pertinentes, na forma da legislação aplicável.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Córrego Danta/MG, 25 de agosto de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:587F1D77

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CRISTIANO OTONI

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1079 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Institui a Lei Rafaela Drumond que prevê medidas de prevenção e combate ao assédio moral nos órgãos da administração pública no município de Cristiano Otoni - MG e dá outras providências.

Art. 1º - Ficam expressamente vedadas, no âmbito da Administração Pública direta, indireta e autárquicas do Município de Cristiano Otoni -MG, quaisquer ações ou omissões que submetam servidores públicos às práticas de assédio moral, em suas diversas manifestações, que impliquem violação à sua dignidade, honra, imagem, integridade física e/ou psíquica, ou que, de qualquer forma, os sujeitem a condições de trabalho humilhantes, degradantes ou que atentem contra os direitos fundamentais da pessoa humana.

Art. 2º - Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Assédio Moral: a exposição de servidores a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, que atentem contra a dignidade ou integridade psíquica, degradando as condições de trabalho. Essas situações podem decorrer de condutas de superiores hierárquicos, colegas ou subordinados, manifestando-se, entre outras formas, por:

a) Comportamentos ou manifestações que impliquem diminuir, humilhar, vexar, constranger, desqualificar ou afetar psíquica ou psicologicamente um indivíduo ou grupo;
b) Tratamento com rigor excessivo, de modo desrespeitoso, irônico, sarcástico, zombeteiro ou hostil;
c) Ridicularização ou inferiorização do servidor diante de outros;
d) Utilização de palavras, gritos, gestos e atitudes que impliquem desprezo ou humilhação;
e) Críticas, piadas ou comentários públicos que subestimem os esforços ou a capacidade do servidor;
f) Colocação em dúvida, de forma reiterada, do trabalho ou da capacidade do servidor, com pressão para cumprimento de metas excessivas;
g) Ofensas verbais ou xingamentos;
h) Pressão, perseguição ou constrangimento com ameaças de penalidades, especialmente demissão, em razão de reivindicação de direitos ou melhoria das condições de trabalho;
i) Isolamento do servidor, com a supressão de tarefas ou funções, ou atribuição de atividades incompatíveis com sua qualificação;
j) Exigência de cumprimento de metas inalcançáveis ou abusivas;
l) Transferências de postos de trabalho com o objetivo de punir ou isolar o servidor.
II – Quanto à forma de ocorrência, o assédio moral pode ser classificado em:
a) Assédio moral descendente: praticado por superior hierárquico contra subordinado;
b) Assédio moral ascendente: praticado por subordinado(s) contra superior hierárquico;
c) Assédio moral horizontal: praticado entre colegas de mesmo nível hierárquico.

Art. 3º São diretrizes desta Lei:

I – Valorização da dignidade humana e da integridade física e psíquica no ambiente de trabalho;
II – Promoção da cultura de respeito e igualdade entre os servidores públicos municipais;
III – Incentivo a medidas educativas e de conscientização sobre o assédio moral;
IV – Apoio institucional à escuta e encaminhamento de denúncias, nos termos das normas vigentes.
V- O acolhimento, o apoio e a assistência às vítimas de assédio moral, garantindo o acesso à justiça e à reparação dos danos sofridos;

Art. 4º A denúncia de assédio moral poderá ser feita por qualquer servidor público municipal, ou por qualquer pessoa que tenha conhecimento da prática, diretamente ao órgão correcional, à ouvidoria do Município de Cristiano Otoni -MG.

Art. 5º - A prática de assédio moral, devidamente comprovada, sujeitará o agente às seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis:
I – No caso de servidor público contratado, haverá a rescisão do vínculo por justa causa, com fundamento no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, uma vez que a prática de assédio configura falta grave, incompatível com a manutenção da relação funcional e com os deveres de respeito e probidade exigidos no ambiente de trabalho; e, no caso de ocupante de cargo em comissão, será aplicada a exoneração, em razão da quebra de confiança inerente ao cargo e da incompatibilidade da conduta com os princípios que regem a Administração Pública.
II – No caso de servidor público efetivo, será instaurado Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 41, §1º, inciso II, da Constituição Federal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podendo resultar na aplicação das penalidades previstas no regime jurídico dos servidores públicos municipais, inclusive a demissão;

Art. 6º - As disposições desta Lei serão aplicadas em consonância com a legislação federal e com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, especialmente aqueles que asseguram a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil e garantem a inviolabilidade da honra, da imagem e da integridade psíquica dos trabalhadores.

I – A presente Lei fundamenta-se na Constituição Federal, que estabelece a dignidade da pessoa humana como um dos pilares do Estado brasileiro e assegura a proteção dos direitos da personalidade, incluindo a honra, a imagem e a integridade moral dos indivíduos;
II – No âmbito das relações de trabalho, observa-se a Consolidação das Leis do Trabalho, que prevê a possibilidade de rescisão do contrato por justa causa quando o empregado pratica falta grave, sendo o assédio moral conduta incompatível com a manutenção do vínculo laboral;
III – A atuação da Administração Pública deverá respeitar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, os quais impõem o dever de coibir práticas abusivas no ambiente de trabalho e garantir um ambiente funcional saudável e respeitoso.

Art. 7º - É vedada qualquer forma de retaliação contra o servidor denunciante ou vítima de assédio moral, sendo assegurada sua proteção funcional durante todo o processo de apuração dos fatos.

Parágrafo único – Considera-se retaliação qualquer ato que prejudique direta ou indiretamente o servidor em razão da denúncia realizada, incluindo transferência injustificada, alteração de função, isolamento, perseguição ou qualquer outra forma de constrangimento.

Art. 8º - Esta Lei será aplicada de forma complementar à legislação federal e estadual pertinente, entrando em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cristiano Otoni, 24 de agosto de 2026.

CARLOS ROBERTO DE REZENDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Roberto de Rezende
Código Identificador:E15E5FF1

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1080 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre a proibição de práticas e desafios de consumo alcoólico e institui a Campanha Municipal de Conscientização sobre o Abuso de Álcool e Drogas"

A CÂMARA MUNICIPAL DE CRISTIANO OTONI, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, aprova a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica terminantemente proibida, no âmbito do Município de Cristiano Otoni, a realização de jogos, desafios, competições ou quaisquer dinâmicas que estimulem o consumo rápido e excessivo de bebidas alcoólicas em estabelecimentos comerciais, tais como bares, restaurantes, adegas, distribuidoras, casas de eventos e similares.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se práticas proibidas, entre outras, os desafios de "virar" copos ou garrafas, competições de resistência alcoólica, dinâmicas de "chutar garrafas" com finalidade de consumo imediato ou qualquer atividade que condicione o entretenimento ao abuso de substâncias alcoólicas.

Art. 2º — É vedada fornecimento de bebidas alcoólicas para pessoas que se encontrem em visível estado de embriaguez ou que apresentem notória vulnerabilidade clínica ou mental.

§ 1º. A vulnerabilidade mencionada no *caput* abrange indivíduos com alcoolismo crônico diagnosticado ou conhecido, bem como pessoas em estado de incapacidade temporária ou permanente de discernimento.
§ 2º. O estabelecimento comercial possui o dever de cuidado, devendo seus prepostos abster-se de incentivar ou permitir que terceiros incentivem o consumo por parte de indivíduos nas condições descritas neste artigo.

Art. 3º — O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades administrativas, aplicadas de forma gradual conforme a gravidade da infração e o porte do estabelecimento:

I — Advertência por escrito, com prazo para adequação de conduta;
II — Multa administrativa no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais), dobrada em caso de reincidência;

Art. 4º — Fica instituída a Campanha Municipal de Conscientização sobre o Abuso de Álcool e Drogas, a ser realizada anualmente durante o mês de junho.

Parágrafo único. A campanha terá como foco ações educativas em escolas da rede municipal, estabelecimentos comerciais e espaços públicos, visando informar a população sobre os perigos do consumo agudo de álcool e as consequências sociais e biológicas da dependência química.

Art. 5º — O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, no que couber, definindo os órgãos responsáveis pela fiscalização e a destinação dos recursos provenientes das multas aplicadas.

Art. 6º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cristiano Otoni, 24 de agosto de 2026

CARLOS ROBERTO DE REZENDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Roberto de Rezende
Código Identificador:8D314514

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1081 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre medidas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher no âmbito do município de Cristiano Otoni/MG, institui políticas de apoio psicológico e social às vítimas, concede prioridade em procedimentos administrativos e estabelece a vedação ao exercício de cargos públicos, em qualquer esfera da administração municipal, por pessoas condenadas por violência doméstica e familiar.

A Câmara Municipal de Cristiano Otoni/MG, por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte lei:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Cristiano Otoni/MG, a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, destinada a promover ações educativas, preventivas, de apoio psicológico e social às vítimas, bem como a adoção de mecanismos de restrição ao exercício de funções públicas por pessoas condenadas por violência doméstica e familiar.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:
I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Art. 2º A Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, compreende:
I – a realização de campanhas educativas permanentes sobre igualdade de gênero, respeito e combate à violência contra a mulher;
II – a oferta de acompanhamento social e psicológico gratuito às vítimas de violência doméstica e familiar;
III – a criação de canais de denúncia sigilosos e acessíveis, integrados aos órgãos de proteção da mulher;
IV – a capacitação contínua de servidores públicos municipais, especialmente das áreas de saúde, educação, assistência social e segurança, para atendimento humanizado às vítimas;
V – a articulação com órgãos estaduais, federais e entidades da sociedade civil para ampliar a rede de proteção.

Parágrafo único. Compete ao Poder Executivo Municipal, preferencialmente por meio da Secretaria de Educação, incluir no calendário escolar a semana de combate à violência contra a mulher e valorização das mulheres, preferencialmente no mês de março.

Art. 3º Fica **vedado o acesso, a nomeação e a permanência em cargos de provimento em comissão e funções gratificadas, do âmbito do Poder Executivo e Legislativo Municipal**, a qualquer pessoa que tenha sido **condenada, em decisão judicial transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, por violência doméstica e familiar contra a mulher**, nos termos da Lei Federal nº 11.340/2006.

Parágrafo único. A vedação prevista no *caput* se aplica enquanto perdurar os efeitos da condenação criminal e somente produzirá efeitos para nomeações, acessos ou permanências ocorridas após a vigência desta Lei, não alcançando situações consolidadas anteriormente à sua entrada em vigor, em observância ao princípio da irretroatividade da norma restritiva de direitos.

Art. 4º Fica **assegurada a tramitação prioritária** nos procedimentos administrativos da Administração Pública Direta e Indireta do Município, quando a pessoa vítima de violência doméstica ou familiar figurar como parte interessada.

§ 1º A tramitação prioritária abrange, especialmente:
I – procedimentos relativos ao setor de recursos humanos de órgãos públicos municipais;
II – denúncias e representações relacionadas a violência de gênero;
III – pedidos de remoção de servidoras vítimas de violência.

§ 2º O órgão poderá exigir a apresentação de autodeclaração da vítima, que será mantida em sigilo e não constará nos autos do processo administrativo.

Art. 5º A tramitação prioritária prevista nesta lei:
I – é compatível com demais hipóteses de prioridade já estabelecidas em normas federais ou municipais;
II – não se aplica às situações de urgência médica ou outras hipóteses já reguladas em protocolos próprios.

Art. 6º Os critérios de prioridade, bem como as ações da Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, deverão ser amplamente divulgados e atualizados em todos os canais oficiais da Administração Municipal.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, garantindo sua plena execução.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cristiano Otoni, 25 de agosto de 2026

CARLOS ROBERTO DE REZENDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Roberto de Rezende
Código Identificador:92D78293

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CURVELO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 095/2014 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 021/2014 -

Objeto: Prorroga o prazo de vigência do contrato atual, por mais **02 (dois)** meses, passando o seu término de **21/08/2026** (vinte e um de agosto de dois mil e vinte e seis) para **21/10/2026** (vinte e um de outubro de dois mil e vinte e seis), podendo ser rescindido em caso de nova contratação; Em virtude da prorrogação de prazo, o Contrato **nº 095/2014**, sofrerá um impacto financeiro no valor de **R$7.079,94** (sete mil e setenta e nove reais e noventa e quatro centavos), passando o valor total do contrato para **R$444.767,63** (quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta e três centavos) - Data:18/08/2026 - **PARTES :Sr. JOSÉ CARLOS LEITE - CPF: 066.xxx.xxx-72; Sr. ROGÉRIO DE MACEDO LEITE - CPF:547.xxx.xxx-34;Sr**. **FABRÍCIO MACEDO LEITE- CPF:826.xxx.xxx-49**; **Sra. CARLA MARIA MACEDO LEITE - CPF: 073.xxx.xxx-37.**

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:27CDA46B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
14º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 151/2012 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2012

Objeto: Prorroga o prazo do Contrato **n° 151/2012**, por mais 02 **(dois)** meses, a partir de **05/08/2026** (cinco de agosto de dois mil e vinte e seis), passando o seu término para **05/10/2026** (cinco de outubro de dois mil e vinte e seis), podendo ser rescindido antecipadamente em caso de nova contratação; Em decorrência da prorrogação do prazo, o Contrato **n° 151/2012** sofrerá um impacto financeiro no valor de **R$7.364,14** (sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quatorze centavos), passando o valor do contrato para **R$508.777,40** (quinhentos e oito mil, setecentos e setenta e sete reais e quarenta centavos); Fica incluída no Contrato **n° 151/2012** a seguinte dotação orçamentária :
- 02.16.02.08.244.0804.2332.3.3.90.36.00.815 - 1.500.000.0000 - (Secretaria Municipal de Assistência Social) - PARTES: ROSA MALENA ÁLVARES CORREA - CPF: 446.xxx.xxx-04 E **BERTHIER RIBEIRO DE ARAÚJO NETO - CPF:455.xxx.xxx-00.**

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:15CFB010

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2026 – ART. 75, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/21

Objeto: a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto engenharia para implantação do sistema de drenagem pluvial superficial e da pavimentação urbana em aproximadamente 3,80 km de vias públicas do município de curvelo/mg, compreendendo os trechos da avenida Othon Bezerra de Melo e da Rua Andradina, contemplando a elaboração de estudos técnicos, levantamentos de campo, levantamentos topográficos, estudos hidrológicos e hidráulicos, projetos executivos de drenagem e pavimentação, memoriais descritivos, memórias de cálculo, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas, desenhos executivos e demais documentos correlatos à futura licitação das obras. Dotação Orçamentária: 02.11.03.17.512.1710.2170.3.3.90.39.00.1.500.0000 - 706 – Valor Estimado: **R$106.376,00.** Prazo Contratual: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da publicação do extrato do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, nos termos do artigo 107 da Lei 14133/2021. Data: 24/08/2026**. PARTE: ENGELOC SERVICOS LTDA - ME – CNPJ: 48.701.183/0001-07.**

***GUSTAVO JOSEPH RIBEIRO SOARES* –**
Secretário Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:DA66B899

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.843, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.04 PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
02.04.01 PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
28 Encargos Especiais
28.846 Outros Encargos Especiais
28.846.0000 Encargos Especiais
28.846.0000.2020 Pagamento de Pequenos Valores – RPV
3.1.90.91.00 106 Sentenças Judiciais R$87.698,60
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$87.698,60
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO
02.07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO
27 Desporto e Lazer
27.812 Desporto Comunitário
27.812.2701 Esporte e Infraestrutura para Todos
27.812.2701.1109 Revitalização da Praça de Esportes
4.4.90.51.00 246 Obras e Instalações R$173.528,45
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$173.528,45
TOTAL: R$261.227,05

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º deste Decreto, utilizar-se-ão como recursos os abaixo descritos, nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial ou total:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO
02.07.03 FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO – FUMTUR
23 Comércio e Serviços
23.695 Turismo
23.695.1302 Tradição e Memória: Nossa História
23.695.1302.2057 Apoio a Eventos Turísticos e Religiosos
3.3.90.39.00 259 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$173.528,45
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$173.528,45
02.13 ASSESSORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
02.13.01 ASSESSORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
26 Transporte
26.782 Transporte Rodoviário
26.782.2601 Planejamento Urbano e Mobilidade
26.782.2601.2085 Manutenção de Trânsito e Transporte
3.3.90.39.00 741 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$87.698,60
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$87.698,60
TOTAL: R$261.227,05

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 24 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:7CCFC048

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.844, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.10.02 SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA
12 Educação
12.361 Ensino Fundamental
12.361.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.361.1201.2138 Desenvolvimento de Atividades Curriculares
3.3.90.93.00 1078 Indenizações e Restituições R$90,00
1.571.000.0000 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação R$90,00
TOTAL: R$90,00

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º deste Decreto, utilizar-se-á como recurso, nos termos do inciso II do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o excesso de arrecadação no valor de R$90,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 24 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:4F908DC7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.771, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DE POSTURAS, EM CARÁTER PROVISÓRIO.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, e no art. 16 da Lei Municipal nº 779, de 13 de março de 1973;

Considerando o Decreto nº 6.810, de 30 de julho de 2026, que "Estabelece normas e condições para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos e particulares durante os festejos da Oitava de São Geraldo, na forma da Lei Municipal nº 779, de 13 de março de 1973";

Considerando que a Função de Fiscal de Posturas é indispensável para a fiscalização das medidas de polícia administrativa, sob a responsabilidade do Município, no que se refere à ordem pública;

Considerando que o quadro de pessoal de Fiscais de Posturas é insuficiente, dada a dimensão do evento;

Considerando o Memorando nº 44/2026/DRU/SAFT/SEFAZ, da Secretaria Municipal de Fazenda,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal de Posturas, de forma provisória, no período de 24 de agosto a 13 de setembro de 2026, exclusivamente durante os festejos da Oitava de São Geraldo 2026, conforme escala de trabalho expedida pelo Departamento de Regulação e Fiscalização Urbana, da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão:

I – Aílson Augusto de Oliveira, matrícula nº 0.912-7;

II – Alice Pinheiro de Assis, matrícula nº 81359-3;

III – Amauri Gomes de Carvalho, matrícula nº 4.949-8;

IV – César Augusto Silveira de Souza, matrícula nº 77.999-8;

V – Gabriel Silveira Lima, matrícula nº 82.499-9;

VI – Gustavo de Castro Fernandes Bragança, matrícula nº 82.304-9;

VII – Ítalo Augusto Oliveira Souza, matrícula nº 11.781-9;

VIII – Jefferson Pereira da Silva, matrícula nº 81.361-8;

IX – Leonardo dos Santos Barboza, matrícula nº 80.542-3;

X – Lucas Marques Severino, matrícula nº 82.440-0;

XI – Marcelo de Oliveira Quadros, matrícula nº 6.530-8;

XII – Paulo Henrique Soares da Silva, matrícula nº 6.422-9;

XIII – Raul Lima de Souza, matrícula nº 77.980-4;

XIV – Sansley Marinho de Matos, matrícula nº 5.451-2;

XV – Thais Soares e Silva, matrícula nº 4.158-6;

XVI – Vanildo Pereira Nunes, matrícula nº 11.686-1;

XVII – Xisto Liano da Cruz Neto, matrícula nº 11.732-8;

XVIII – Warley Oliveira de Freitas, matrícula nº 6.347-3;

XIX – Zelina Kelly de Macedo Barbosa, matrícula nº 82.497-7.

Parágrafo único. Para cumprimento do objetivo desta Portaria, os servidores designados nos termos deste artigo deverão comprometer-se a realizar, de maneira consistente, a fiscalização das medidas de polícia administrativa sob a responsabilidade do Município, no que se refere à ordem pública, observando o princípio da impessoalidade, mediante o preenchimento do Termo de Compromisso constante do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Ficam também designados os servidores abaixo, para a coordenação dos trabalhos:

I – Carlos Henrique Sales Nascimento, Gerente de Transporte Coletivo e Projetos Especiais, da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão;

II – Daniela Barbosa de Souza, Chefe do Departamento de Fiscalização Tributária, da Secretaria Municipal de Fazenda;

III – Euller Henrique Gonçalves, Chefe do Departamento de Regulação e Fiscalização Urbana, da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV – Flávia Carvalho Machado, Subsecretária de Administração e Fiscalização Tributária, da Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 3º Os servidores que descumprirem as determinações dos coordenadores e o Termo de Compromisso assinado serão afastados das atribuições de fiscalização, conforme determinação do Secretário Municipal de Fazenda.

Art. 4º Os Autos de Infração lavrados pelos servidores designados no art. 1º desta Portaria serão ratificados pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de agosto de 2026.

Curvelo, 25 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

ANEXO ÚNICO
TERMO DE COMPROMISSO
(a que se refere o parágrafo único do art. 1º desta Portaria)

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	
Nome:	Matrícula:
RG:	CPF:
Telefone:	
Pelo presente Termo de Compromisso e Responsabilidade, o servidor acima identificado se compromete a realizar a fiscalização das medidas de polícia administrativa, sob a responsabilidade do Município, no que se refere à ordem pública, conforme designação, tendo ciência de que exercerá as seguintes tarefas: 1- Cumprir sua escala de trabalho, obedecendo aos dias e horários determinados pela Coordenação; 2- Orientar os comerciantes eventuais e ambulantes para o correto exercício da sua atividade; 3- Realizar o controle do espaço público destinado ao comércio ambulante e eventual, conforme disposto no Decreto nº 6.810, de 30 de julho de 2026; 4- Realizar o preenchimento da Guia de Arrecadação das Taxas para Uso e Ocupação de Vias e Logradouros Públicos corretamente; 5- Cobrar a Taxa para Uso e Ocupação de Vias e Logradouros Públicos do comerciante eventual e ambulante, nos termos do Anexo I do Decreto nº 6.810, de 2026; 6- Realizar prestação de contas da referida arrecadação até o dia 8 de setembro de 2026, junto à Coordenação; 7- Informar à Coordenação situações atípicas, não previstas no Decreto e/ou com alto grau de complexidade; 8- Realizar advertências e/ou notificações ao comerciante eventual e ambulante das vedações previstas no Decreto nº 6.810, de 2026 e, em caso de descumprimento, realizar apreensões, encaminhando os produtos ao local destinado pela Coordenação, lavrando o Auto de Apreensão; 9- Lavrar Autos de Infração por descumprimento dos dispositivos do Decreto nº 6.810, de 2026, quando couber. Para execução das tarefas acima elencadas, o servidor deverá: 1- Providenciar transporte próprio para deslocamento até o local indicado pela coordenação para exercer sua função; 2- Conhecer na sua integralidade as disposições do Decreto nº 6.810, de 2026; 3- Ter disponibilidade para trabalhar aos sábados e domingos e em horário noturno nos dias úteis, no período compreendido entre 24 de agosto e 13 de setembro de 2026; 4- Cumprir a escala, obedecendo aos horários determinados pela Coordenação; 5- Ter disposição e condição física para permanecer de pé por longo período e deslocamentos a pé; 6- Saber lidar com pressão e cobranças; 7- Trabalhar em equipe.	
ASSINATURA DO SERVIDOR	
Afirmo ter ciência do compromisso firmado, ser detentor (a) dos atributos necessários para exercer as tarefas exigidas e me comprometo a cumpri-las com responsabilidade e dedicação. _____ Data: _____/_____/_____ Assinatura do Servidor	

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:67C2CBC3

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.772, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

EXONERA THIAGO PINHEIRO DE MOURA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DAM 9, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CURVELO.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 521/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 1º de setembro de 2026, Thiago Pinheiro de Moura, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 085.xxx.xxx-05, do cargo de provimento em comissão DAM 9, denominação complementar de Assessor, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 235, de 13 de maio de 2026, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo Municipal de Curvelo, do Departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 25 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:D0FB23D1

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.773, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

NOMEIA THIAGO PINHEIRO DE MOURA NO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DAM 10, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CURVELO.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 521/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir de 1º de setembro de 2026, Thiago Pinheiro de Moura, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 085.xxx.xxx-05, para exercer o cargo de provimento em comissão DAM 10, denominação complementar de Assessor, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 235, de 13 de maio de 2026, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo Municipal de Curvelo, no Departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 25 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:2E824C37

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.774, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

PRORROGA, NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 39 DA LEI Nº 910, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1976, O PRAZO PARA POSSE DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO, REGIDO PELO EDITAL Nº 1/2023.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Decreto nº 5.918, de 5 de julho de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, regido pelo Edital nº 1/2023;

Considerando a nomeação da candidata pela Portaria nº 14.737, de 10 de agosto de 2026;

Considerando o Memorando nº 524/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 12 de setembro de 2026, por trinta dias, nos termos do § 1º do art. 39 da Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976, o prazo para posse da candidata Eveling Mendes Silva, com inscrição no CPF sob o nº 114.xxx.xxx-39, classificada em 2º lugar para provimento no cargo público efetivo de Fiscal Sanitário de Nível Superior – Dentista, nomeada pela Portaria nº 14.737, de 10 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 25 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:64128ED1

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.775, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

PRORROGA, NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 39 DA LEI Nº 910, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1976, O PRAZO PARA POSSE DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO, REGIDO PELO EDITAL Nº 1/2023.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Decreto nº 5.918, de 5 de julho de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, regido pelo Edital nº 1/2023;

Considerando a nomeação do candidato no inciso I do art. 1º da Portaria nº 14.699, de 30 de julho de 2026;

Considerando o Memorando nº 524/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 3 de setembro de 2026, por trinta dias, nos termos do § 1º do art. 39 da Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976, o prazo para posse do candidato Carlos Henrique Santos, com inscrição no CPF sob o nº 080.xxx.xxx-90, classificado em 68º lugar para provimento no cargo público efetivo de Rondante, nomeado no inciso I do art. 1º da Portaria nº 14.699, de 30 de julho de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 25 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:D37658D8

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.776, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

PRORROGA, NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 39 DA LEI Nº 910, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1976, O PRAZO PARA POSSE DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO, REGIDO PELO EDITAL Nº 1/2023.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Decreto nº 5.918, de 5 de julho de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, regido pelo Edital nº 1/2023;

Considerando a nomeação da candidata no inciso I do art. 1º da Portaria nº 14.702, de 30 de julho de 2026;

Considerando o Memorando nº 524/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar, a partir de 3 de setembro de 2026, por trinta dias, nos termos do § 1º do art. 39 da Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976, o prazo para posse da candidata Leidiane Aparecida de Sousa, com inscrição no CPF sob o nº 136.xxx.xxx-13, classificada em 123º lugar para provimento no cargo público efetivo de Professor de Educação Básica (PEB), Nível Superior, nomeada no inciso I do art. 1º da Portaria nº 14.702, de 30 de julho de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 25 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:2D6B0037

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.777, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando que é dever do Prefeito Municipal a apuração de ação ou omissão de funcionário, conforme art. 179 da Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976;

Considerando o Memorando nº 132/2026/DPGF/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor Artur de Almeida Miranda, para apuração de condutas, no desempenho de suas funções, em desconformidade com a Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Curvelo, conforme descrito no Processo SEI nº 9.09.000069/2026-6.

Art. 2º Para cumprimento ao disposto no art. 1º desta Portaria, a Comissão Processante será composta pelos seguintes servidores:

I – Alexandra da Silva Ribeiro Galvão, CPF nº 506.xxx.xxx-30, matrícula nº 6.547-5, Presidente;

II – Bruno Vicente de Oliveira, CPF nº 091.xxx.xxx-24, matrícula nº 77.784-0, Secretário;

III – Rodrigo Afonso da Costa, CPF nº 628.xxx.xxx-15, matrícula nº 1.577-0, Membro.

Art. 3º Fica estabelecido o prazo de sessenta dias para a conclusão dos trabalhos pela Comissão Processante, podendo ser prorrogado por trinta dias, havendo motivo justo, mediante autorização do Prefeito Municipal, nos termos do art. 182 da Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 25 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:89A2B8C3

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RECURSOS FINANCEIROS – EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de Curvelo, na conformidade do artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, vem notificar, através do presente Edital, os partidos políticos, os sindicatos dos trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação do recurso financeiro no valor abaixo discriminado:

Data do crédito	Conta corrente	Valor do crédito
24/08/26	62.525-6 - Fundeb	R$ 2.954,70
25/08/26	14.777-X - PNAT	R$ 50.629,17

Curvelo, 25 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:885DF3DF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ERRATA N°. 02

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 17/2026

O Prefeito do Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente **ERRATA 02** ao Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 17/2026, destinado à contratação temporária de profissionais da área da saúde, nos seguintes termos:

Art. 1º – DA ALTERAÇÃO DO ANEXO II
Em razão do volume de inscrições e da necessidade de adequação do prazo para processamento e análise das informações, **fica alterado o Anexo II – Calendário do Processo Seletivo Simplificado**, do Edital nº 17/2026, que passa a vigorar com o seguinte cronograma:

ANEXO II

CALENDÁRIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Divulgação do Resultado Parcial	**31 de agosto de 2026**
Recurso	**01 de setembro de 2026**
Publicação do Resultado de Recurso e Resultado Final Classificatório	**10 de setembro de 2026**

Art. 2°- Permanecem **inalteradas e ratificadas** todas as demais disposições constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 17/2026 que não conflitarem com o disposto nesta Errata.

Curvelo, 25 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO FLÁVIA GUIMARÃES SILVA
Prefeito Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:1206A52D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
MUNICÍPIO CURVELO/MG – AVISO LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA 005/25

Contratação emp. p/ recapeam. asfáltico em CBUQ em ruas diversas do Município, conf. mem. descritivo, plan. orçamentárias, c/ fornec. de materiais, contemplando as seguintes etapas: identificação da obra, mobilização e desmobilização de obra, recuperação de pavimentação – remendos, recuperação funcional de pavimentos degradados – recapeamento e sinalização horizontal do Município de Curvelo/MG. **AMPLA CONCORRÊNCIA.** Sessão dia **05/10/26** às **09h**, através site www.portaldecompraspublicas.com.br. Propostas até as **8h do mesmo dia**. Curvelo, **25/08/26**. Edital e seus anexos disponíveis nos links: www.gov.br/pncp/pt-br e www.curvelo.mg.gov.br.

EULLER H. GONÇALVES.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Elaine Rodrigues Montalvão
Código Identificador:380430B7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIAMANTINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA – FUTURA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO MUNICIPAL DE CASTRAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Diamantina, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna pública a publicação da intenção de Registro de preços para futura aquisição de medicamentos veterinários, materiais médico-hospitalares, saneantes e demais materiais de consumo, bem como de equipamentos e materiais permanentes necessários à manutenção e funcionamento das atividades do Centro Municipal de Castração do Município de Diamantina/MG. As propostas comerciais deverão ser inseridas por meio da plataforma PIPE GOV, contendo valores unitários e totais, com todos os custos diretos e indiretos inclusos. Prazo final para manifestação até o dia 04 de Setembro de 2026.

Diamantina, 25 de agosto de 2026.

KÁREN EGÍDIO FERREIRA
Assistente Administrativo

Publicado por:
Káren Egídio Ferreira
Código Identificador:5195ED7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA – FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE EXTINTORES

A Prefeitura Municipal de Diamantina, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna pública a publicação da intenção de Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para manutenção de extintores de incêndio periódica e recarga em razão do vencimento de sua validade operacional, comprometendo as condições adequadas de segurança, a efetividade dos equipamentos em situações emergenciais e elevando os riscos à segurança das unidades. Vinculadas à Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio e à Secretaria Municipal de Educação. As propostas comerciais deverão ser inseridas por meio da plataforma PIPE GOV, contendo valores unitários e totais, com todos os custos diretos e indiretos inclusos. Prazo final para manifestação até o dia 31 de Agosto de 2026.

Diamantina, 25 de agosto de 2026.

KÁREN EGÍDIO FERREIRA
Assistente Administrativo

Publicado por:
Káren Egídio Ferreira
Código Identificador:892C66E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório n.º 139/2026, Modalidade: Concorrência Eletrônica n.º 007/2026. Processo SEI nº 25.1.000014154-9. Objeto: Contratação de empresa para execução de obras de pavimentação com blocos sextavados de concreto (bloquete) na Rua Consuelo Falci e de urbanização com execução de meio-fio e sarjeta no pavimento asfáltico existente na Avenida Geraldo Edson Nascimento, no Bairro Cidade Nova, no Município de Diamantina (MG). Fonte de Recursos: Emendas Individuais Impositivas nº 82 e 83 – Ver. Vanderlei Manoel Alves. Verificada a regularidade procedimental [...], HOMOLOGO o presente processo a favor da empresa Jota Construtora Ltda, CNPJ nº. 48.738.461/0001-92, pelo valor global de R$ 188.607,59.

Diamantina, 25 de agosto de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Augusto Meira
Código Identificador:847DF7EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA/MG TORNA PÚBLICO QUE CELEBROU O TERMO DE FOMENTO Nº 021/2026 ABAIXO, CUJA CÓPIA COM TEOR INTEGRAL ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL – SETOR DE CONVÊNIOS.

TERMO DE FOMENTO Nº 021/2026

OBJETO: Constitui objeto do presente TERMO DE FOMENTO a efetivação de parceira para desenvolver ações de orientação e assistência técnica destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade social, voltadas à habitação de interesse social no Município de Diamantina/MG, com suporte estrutural por meio da aquisição de uma impressora e um retroprojetor para apoio às ações de orientação e assistência técnica habitacional, conforme plano de trabalho aprovado.

PARTES:
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO VALE DO JEQUITINHONHA - AEVJ

VALOR: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

DOTAÇÃO: 0001.1910.04.0122.0014.1093.4.4.50.41.00.00, Ficha: 1223, Fonte: 1.500.000.0000.950.
DATA DA ASSINATURA: 24/08/2026
VIGÊNCIA: 24/08/2027

Publicado por:
Patrícia Aparecida Dias Miranda
Código Identificador:B91B3DC5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026.

Contratante: Câmara Municipal de Divinópolis, CNPJ 23.774.227/0001-90. Contratada: ATACADISTA DE UTILIDADES E SUPRIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.815.798/0001-01. Do objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais destinados à execução de serviços de limpeza e higienização, para uso na rotina diária de limpeza e conservação do patrimônio da Câmara Municipal de Divinópolis. Valor: R$ 8.693,00 (oito mil, seiscentos e noventa e três reais).. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir do dia 25/08/2026, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observada a vigência máxima de 10 (dez) anos. Função programática: 01.001.001.01.122.1010.2003 – Gestão das atividades Operacionais Gerais. Natureza da despesa: Ficha: 1193 – 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de consumo..

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

VEREADOR ISRAEL MENDONÇA,
Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis.

Publicado por:
Ana Bárbara Valentim Silva
Código Identificador:503574DA

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2025.

Contratante: Câmara Municipal de Divinópolis, CNPJ 23.774.227/0001-90. Contratada: NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 25.165.749/0001-10. Do objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 025/2025 pelo período de mais 12 (doze) meses. A prorrogação não implica renovação dos quantitativos originais, limitando-se a validade da Ata, neste novo período, à utilização exclusiva do saldo remanescente dos itens registrados, em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. As demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 025/2025 permanecem inalteradas.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

VEREADOR ISRAEL MENDONÇA,
Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis.

Publicado por:
Ana Bárbara Valentim Silva
Código Identificador:EC81D12E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2026

- Contratação nº 076/2026 - UASG: 984445. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de oficinas de danças terapêuticas, contemplando danças culturais, regionais, folclóricas e urbanas, destinadas aos usuários dos serviços de saúde mental, com disponibilização de profissionais devidamente qualificados para a execução das atividades. Comunicamos aos interessados a abertura do processo licitatório acima identificado. A data e horário do início da disputa da fase de lances ocorrerá às 09h00 do dia 15/09/2026, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br). O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras e www.divinopolis.mg.gov.br, no menu Licitações. Informações: (37) 3229-8127 (ligações e WhatsApp).

Divinópolis/MG, 25 de agosto de 2026.

ALYSSON PAULINELLI RABELO VILAÇA -
Pregoeiro.

AGENTE DE CONTRATAÇÃO/
Pregoeiro.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3E48C554

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2026

– Contratação nº 79/2026 – UASG: 984445. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular, com cobertura ampla, para a frota de veículos oficiais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do município de Divinópolis/MG, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos. Comunicamos aos interessados a abertura do processo licitatório acima identificado. A data e horário do início da disputa da fase de lances ocorrerá às 09h00 do dia 11/09/2026, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br). O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras e www.divinopolis.mg.gov.br, no menu Licitações. Informações: (37) 3229-8127 (ligações e WhatsApp).

Divinópolis/MG, 25 de agosto de 2026.

LARYSSA GIOVANNA SANTOS MAURÍCIO.
Agente de Contratação/Pregoeira.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3A2FDAE1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 177

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Concurso Público – Edital nº 01/2024, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

ENFERMEIRO PSF – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
172º	RAFAELLA GONTIJO DO NASCIMENTO SANT ANA	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B3B41146

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 87

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 01/2025 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

MÉDICO GENERALISTA PSF – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**

205º	MARIA CLARA ALBUQUERQUE SETTE AGUIAR	Não manifestou interesse na vaga.
208º	THIAGO SILVA DUARTE	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2350BAAA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 97

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2026– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 01/2026 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

ENFERMEIRO 200 HS – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
106º	SANDRA LÚCIA DE MENEZES	Não manifestou interesse na vaga.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM 200 HS – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
129º	WELITON VANDERLEI DE SOUZA	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal De Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:5AAE589D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 97

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 03/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 03/2025 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

MÉDICO GENERALISTA PSF 04HS – 20 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
170º	THALITA APARECIDA DOS SANTOS	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7E2F34CC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 102

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° **01/2025**- SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98:
02 vagas para o cargo de Médico Generalista PSF para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/09/2026 – Término: 24/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência médica, durante a ausência do período de férias de médicos efetivos e do Programa Mais Médicos, atuando como ferista, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

MÉDICO GENERALISTA PSF - 40 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
209º	GABRIEL LIBERIO ROCHA GOMES
210º	LISANDRA ALVES TEIXEIRA

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. **Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias.** A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará em sua eliminação ao Processo Seletivo n° **01/2025**.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CBD7D4B9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 113

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 03/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° **03/2025**- SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98:
01 vaga para o cargo de Médico Generalista PSF 04HS para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/09/2026 – Término: 28/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Projeto temporário: Manutenção do Projeto Saúde na Hora, para atendimento da população até as 22 horas na ESF Ermida I, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidatos convocados:

Médico Generalista PSF 04 – 20 HS SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
171º	TIAGO COELHO CAIRES PEREIRA

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. **Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias.** A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará em sua eliminação ao Processo Seletivo n° **03/2025**.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal De Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:00FB73F5

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 115

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N º 001/2026
Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° 01/2026- SEMUSA, para assumir contrato temporário de excepcional interesse público nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados:
01 vaga para o cargo de Enfermeiro – 200 horas para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/09/2026 – Término: 24/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas na Gerência de Regulação e ausência de candidatos aprovados em concurso público, pois não existe no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

03 vagas para o cargo de Técnico de Enfermagem – 200 horas para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/09/2026 – Término: 24/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas no CAPS AD III e ausência de candidatos aprovados em concurso público, pois não existe no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/09/2026 – Término: 24/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas no Serviço Residencial Terapêutico I e ausência de candidatos aprovados em concurso público, pois não existe no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/09/2026 – Término: 24/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas no Serviço Residencial Terapêutico II e ausência de candidatos aprovados em concurso público, pois não existe no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidatos convocados:

ENFERMEIRO – 200 HS – 40 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
108º	MARISA VENTURA DA CRUZ

TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 200 HS – 40 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
130º	PATRÍCIA RODRIGUES LUCAS
131º	MARLI CONCEIÇÃO PEREIRA
132º	LUCIANA SBAMPATO DE OLIVEIRA

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias. A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará sua eliminação ao Processo Seletivo n° 01/2026.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F64C17F7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2024

A EMOP – Empresa Municipal de Obras Públicas e Serviços, através do Setor Pessoal, torna pública a convocação de:

Divinópolis, 24 de agosto de 2026.

AUXILIAR DE PRODUÇÃO

473°- SANDRA APARECIDA DA SILVA
474°- ANA CLARA MARIA SILVA
475°- PRISCILA EMMANUELLE HONORATO DOS SANTOS

O(s) convocado(s) deverá comparecer à EMOP – Empresa Municipal de Obras Públicas e Serviços no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de publicação, a fim de assumirem os cargos para os quais concorreram, conforme classificação no concurso.
O não comparecimento no prazo firmado implica desistência do cargo.

EMOP – Empresa Municipal de Obras Públicas e Serviços
SETOR PESSOAL

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:341D7F61

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2024

A EMOP – Empresa Municipal de Obras Públicas e Serviços, através do Setor Pessoal, torna pública a convocação de:

Divinópolis, 24 de agosto de 2026.

AUXILIAR DE PRODUÇÃO

473°- SANDRA APARECIDA DA SILVA
474°- ANA CLARA MARIA SILVA
475°- PRISCILA EMMANUELLE HONORATO DOS SANTOS

O(s) convocado(s) deverá comparecer à EMOP – Empresa Municipal de Obras Públicas e Serviços no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de publicação, a fim de assumirem os cargos para os quais concorreram, conforme classificação no concurso.
O não comparecimento no prazo firmado implica desistência do cargo.

EMOP – Empresa Municipal de Obras Públicas e Serviços
SETOR PESSOAL

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:523DFE18

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DESISTÊNCIA CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2024

A EMOP – Empresa Municipal de Obras Públicas e Serviços, através do Setor Pessoal, torna pública a DESISTÊNCIA DO CARGO:

DESISTÊNCIA DO CARGO

Nome: ALESSANDRA APARECIDA DA SILVA
Cargo: AUXILIAR DE PRODUÇÃO
Colocação: 448º Lugar

Divinópolis, 24 de Agosto de 2026.

EMOP – Empresa Municipal de Obras Públicas e Serviços
SETOR PESSOAL

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:EE99D486

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DESISTÊNCIA CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2024

A EMOP – Empresa Municipal de Obras Públicas e Serviços, através do Setor Pessoal, torna pública a DESISTÊNCIA DO CARGO:

DESISTÊNCIA DO CARGO

Nome: KATIA GUIMARAES DE OLIVEIRA
Cargo: AUXILIAR DE PRODUÇÃO
Colocação: 462º Lugar

Nome: PRISCILA EMMANUELLE HONORATO DOS SANTOS
Cargo: AUXILIAR DE PRODUÇÃO
Colocação: 475º Lugar

Divinópolis, 25 de Agosto de 2026.

EMOP – Empresa Municipal De Obras Públicas E Serviços
Setor Pessoal

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:1C0975AB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EDITAL PÚBLICO DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO / GUIA DE MULTA

O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 18.291.351/0001-64, com endereço na Av. Paraná nº 2601 Bela Vista, Divinópolis – CEP: 35.501-170, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Cuidado Animal, tendo em vista a infringência da lei, pelo proprietário do imóvel abaixo discriminado e considerando o insucesso na notificação postal; vem por meio deste, NOTIFICAR da autuação/ multas conforme discriminado abaixo:

Contribuinte CPF/CNPJ	*Auto de Infração*	*Autuação*	*Valor da Penalidade*
APORTHE PARTICIPAÇÕES LTDA	*264/2026*	*Não cumprimento do Decreto 17.326/2026 de 02/07/2026 .– Limpeza*	*R$ 6.670,86*
DORINO MARTINS COELHO	*317/2026*	*Não cumprimento do Decreto 17.326/2026 de 02/07/2026 . – Limpeza*	*R$ 5.997,60*

Considerar-se-á autuado o proprietário/responsável acima descrito, 20 dias após a publicação deste Edital para apresentação de defesa. Após este prazo iniciará a contagem do prazo legal para pagamento e /ou lançamento em dívida ativa. O proprietário interessado poderá ter acesso ao processo administrativo respectivo comparecendo à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Cuidado Animal – SEMAC.

DANILO TEIXEIRA MORAES
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Cuidado Animal – SEMAC
Prefeitura Municipal de Divinópolis

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4D00B36B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
LEI Nº 9.742, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir programa de apoio às pessoas em situação de rua ou vulnerabilidade social que desejam retornar à sua cidade de origem.

O povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeita, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada, no Município de Divinópolis, a instituição do Programa "*De Volta ao Lar*", com o objetivo de proporcionar apoio às pessoas em situação de rua ou vulnerabilidade social que desejam retornar à sua cidade de origem, fortalecendo vínculos familiares e comunitários.
Art. 2º O Programa será destinado ao público que comprovadamente:
I - esteja em situação de rua ou vulnerabilidade social;
II - possua vínculo com a cidade ou localidade de destino, como histórico de emprego ou familiares residentes no local.
Art. 3º O Programa oferecerá os seguintes serviços e benefícios:
I - transporte para o destino solicitado;
II - suporte logístico para o transporte de pertences pessoais;
III - auxílio na emissão de documentos necessários para o deslocamento;
IV - intermediação com programas sociais da cidade de destino, quando cabível;
V - acompanhamento social antes e durante o retorno, com a realização de entrevista e levantamentos socioeconômicos.
Art. 4º A coordenação do Programa ficará sob a responsabilidade do órgão designado pelo Poder Executivo, que poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas para o desenvolvimento e a execução das finalidades desta Lei.
Art. 5º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria, suplementada, se necessário.
Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 21 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:15A8601A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
LEI Nº 9.747, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a instalação, padronização, funcionamento e exploração de bancas de jornais e revistas no Município de Divinópolis e dá outras providências.

O povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeita, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece normas para a instalação, padronização, funcionamento e exploração de bancas de jornais e revistas no Município de Divinópolis, considerando-as como mobiliário urbano de interesse público.
Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:
I - banca de jornais e revistas: equipamento urbano destinado à comercialização de jornais, revistas, periódicos, bem como artigos de conveniência, livros e publicações, xerox, revelação de fotos, venda de artigos de papelaria e outros permitidos pelo Município;
II - mobiliário urbano: conjunto de equipamentos instalados em logradouros públicos destinados ao atendimento do interesse coletivo;
III - permissão de uso: ato administrativo unilateral, discricionário e precário que autoriza a utilização de bem público por particular;

IV - permissionário: pessoa física ou jurídica autorizada pelo Município a explorar banca de jornais e revistas em logradouro público, mediante permissão de uso;
V - logradouro público: espaço de uso comum destinado à circulação ou convivência da população.
Art. 3º A instalação de bancas observará:
I - o interesse público;
II - as normas urbanísticas municipais;
III - o Código de Posturas do Município;
IV - a Lei Orgânica do Município; V - as normas de acessibilidade;
VI - a organização do espaço urbano.

CAPÍTULO II
DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO

Art. 4º As bancas constituem mobiliário urbano e somente poderão ser instaladas em logradouros públicos mediante prévia permissão do Poder Executivo.
§ 1º A permissão será formalizada por ato administrativo próprio.
§ 2º A permissão não gera direito adquirido sobre o espaço público.
§ 3º O uso do espaço público deverá atender ao interesse coletivo.
Art. 5º A definição do local dependerá de análise técnica do órgão municipal competente, considerando:
I - mobilidade urbana;
II - fluxo de pedestres;
III - acessibilidade;
IV - segurança do trânsito;
V - ordenamento urbano;
VI - conveniência administrativa.

CAPÍTULO III
DA LOCALIZAÇÃO

Art. 6º É vedada a instalação de bancas:
I - em locais que impeçam a livre circulação de pedestres;
II - em frente a rampas de acessibilidade;
III - em frente a acessos de emergência;
IV - em locais que prejudiquem a visibilidade do trânsito;
V - em áreas incompatíveis com o planejamento urbano;
VI - em desacordo com o Código de Posturas.
Art. 7º O Município poderá estabelecer critérios de distanciamento mínimo entre bancas.

CAPÍTULO IV
DO PADRÃO URBANÍSTICO

Art. 8º O modelo, dimensões e características das bancas deverão ser previamente aprovados pelo Município.
Art. 9º As bancas deverão:
I - apresentar padrão estético compatível com o mobiliário urbano;
II - utilizar materiais adequados à segurança e durabilidade;
III - respeitar a paisagem urbana;
IV - observar normas de acessibilidade;
V - possuir dimensões compatíveis com o espaço público.
Art. 10 O Poder Executivo poderá definir modelo padronizado por regulamento.

CAPÍTULO V
DAS ATIVIDADES PERMITIDAS

Art. 11 As bancas destinam-se prioritariamente à comercialização de:
I - jornais;
II - revistas;
III - periódicos;
IV - livros;
V - materiais de leitura;
VI - artigos correlatos autorizados pelo Município.
§ 1º A comercialização de produtos complementares não poderá descaracterizar a finalidade principal da banca.
§ 2º É vedada a manipulação de alimentos no interior da banca.

CAPÍTULO VI
DA PUBLICIDADE NAS BANCAS

Art. 12 É permitida a veiculação de publicidade nas laterais externas das bancas, respeitadas as normas municipais de publicidade urbana.
Art. 13 A publicidade deverá observar:
I - compatibilidade com o tamanho da banca;
II - respeito à paisagem urbana;
III - proibição de conteúdo ilícito;
IV - vedação de prejuízo à visibilidade do trânsito.
Art. 14 O Município poderá regulamentar:
I - tamanho máximo da publicidade;
II - padronização visual;
III - quantidade de anúncios permitidos.

CAPÍTULO VII
DO CADASTRO MUNICIPAL DE PERMISSIONÁRIOS

Art. 15 Fica instituído o Cadastro Municipal de Permissionários de Bancas de Jornais e Revistas.
Art. 16 O cadastro conterá:
I - nome do permissionário;
II - localização da banca;
III - número da permissão;
IV - data de início da atividade;
V - situação cadastral.
Art. 17 O cadastro terá finalidade de controle administrativo, fiscalização e planejamento urbano.

CAPÍTULO VIII
DO ALVARÁ DE PERMISSÃO

Art. 18 O Alvará de Permissão será o documento que comprova a qualidade de permissionário para exploração de banca de jornais e revistas.
Art. 19 O Alvará terá validade de 2 (dois) anos, podendo ser renovado por iniciativa do permissionário.
Art. 20 O custo para emissão ou renovação do Alvará será de 10 (dez) Unidades Padrão Fiscal do Município de Divinópolis (UPFMD).
Art. 21 O pedido de renovação deverá ser protocolado junto ao Município com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do vencimento do Alvará.
Art. 22 O não requerimento de renovação no prazo poderá implicar a perda da permissão, a critério da Administração Pública.
Art. 23 Os interessados na concessão ou renovação do alvará deverão apresentar, juntamente com o requerimento, comprovação de vínculo comercial com 2 fornecedores ou distribuidores do ramo de jornais, revistas ou periódicos, documento pessoal caso seja pessoa física e no caso de pessoa jurídica, comprovante de inscrição no CNPJ e documentos pessoais dos representantes legais, além de comprovante de endereço e telefone.

CAPÍTULO IX
DA PRIORIDADE DOS PERMISSIONÁRIOS ANTIGOS

Art. 24 Os interessados deverão manifestar interesse junto ao Município no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da entrada em vigor desta Lei.
§ 1º A manifestação de interesse deverá ser formalizada por requerimento administrativo.
§ 2º O não comparecimento no prazo estabelecido poderá caracterizar renúncia ao interesse na continuidade da atividade.

CAPÍTULO X
DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 25 O Município poderá realizar chamamento público para:
I - instalação de novas bancas;
II - ocupação de locais vagos;
III - substituição de permissionários que não manifestarem interesse na renovação da permissão.
Art. 26 O chamamento público deverá observar:
I - critérios objetivos;
II - interesse público;
III - ordenamento urbano;
IV - transparência do procedimento.
Art. 27 O edital poderá estabelecer critérios de seleção, priorizando:

I - experiência na atividade;
II - proposta de padronização da banca;
III - interesse público da localização pretendida.

CAPÍTULO XI
DA SUCESSÃO DA PERMISSÃO

Art. 28 Em caso de falecimento do permissionário, poderá ser autorizada a transferência da permissão ao cônjuge, companheiro ou herdeiro.
§ 1º O pedido deverá ser formalizado junto ao Município.
§ 2º A sucessão dependerá de análise do interesse público.
Art. 29 É vedada a transferência da permissão a terceiros sem autorização do Município.

CAPÍTULO XII
DAS OBRIGAÇÕES DO PERMISSIONÁRIO

Art. 30 O permissionário deverá:
I - manter a banca em bom estado de conservação;
II - manter limpo o espaço público adjacente;
III - respeitar o Código de Posturas;
IV - não ampliar a área ocupada sem autorização;
V - respeitar normas de acessibilidade;
VI - cumprir sua função social, sendo vedada sua utilização com a finalidade exclusiva de veiculação de publicidade, devendo manter funcionamento regular em horário comercial;
VII - pagar as taxas de alvará.
CAPÍTULO XIII
DA FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES

Art. 31 A fiscalização será exercida pelos órgãos municipais competentes.
Art. 32 Havendo o descumprimento desta Lei, ou em caso de abandono, instalação irregular ou qualquer situação que impeça a utilização adequada do espaço público, o permissionário será notificado pelo órgão municipal competente para regularizar a situação no prazo de até 8 (oito) dias, contados do recebimento da notificação.
§ 1º A notificação deverá ser realizada pessoalmente por fiscal competente, por via postal com aviso de recebimento, por meio eletrônico oficial, ou, frustradas as tentativas anteriores, por edital publicado no Diário Oficial do Município.
§ 2º O descumprimento da notificação no prazo estabelecido autoriza a Administração Pública a realizar a remoção compulsória ou a regularização do equipamento por meio de autotutela administrativa, visando à preservação do interesse público.
§ 3º As despesas decorrentes da retirada ou regularização, incluindo custos de transporte, armazenamento e mão de obra, serão de inteira responsabilidade do permissionário infrator, cujos valores serão apurados pela Secretaria Municipal responsável pela operação, com base nos valores praticados no mercado.
§ 4º O não pagamento dos custos operacionais e de mão de obra de que trata o § 3º acarretará a inscrição do débito em dívida ativa do Município, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
§ 5º Quando a retirada da banca se der por ato direto da Administração Pública, o equipamento ficará guardado pelo prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser restituído ao permissionário no estado em que se encontrar, condicionada a retirada ao pagamento integral das despesas previstas no § 3º.
§ 6º Decorrido o prazo fixado no § 5º sem que haja manifestação do interessado, caracterizar-se-á abandono, podendo o Município dar ao equipamento a destinação que entender conveniente ao interesse público, inclusive utilização própria, alienação mediante leilão ou descarte.

CAPÍTULO XIV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 Fica revogada a Lei nº 3.035, de 21 de novembro de 1991.
Art. 34 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:1264DCA8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA DIVIPREV Nº 166/2026

Dispõe sobre a revisão de aposentadoria da Sra. Maria Helena Vital, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do processo nº 5002405-23.2025.8.13.0223.

O Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Divinópolis – DIVIPREV, **Aguinaldo Henrique Ferreira Lage**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 3º do Decreto nº 9.746, de 10/12/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Fica **revisado o ato de concessão de aposentadoria voluntária** da segurada **Maria Helena Vital**, matrícula nº 99020853, CPF nº ***.***.226-**, anteriormente concedida por meio da Portaria Diviprev nº 100/2025.

Art. 2º A aposentadoria passa a ser concedida com fundamento no **Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c Art. 40, §5º da Constituição Federal, c/c Art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c Art. 65 da Lei Complementar Municipal nº 126/2006**, assegurando à segurada o direito à regra mais vantajosa, conforme determinado na decisão judicial proferida nos autos do processo nº **5002405-23.2025.8.13.0223**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2025**. Os efeitos pecuniários retroativos desta Portaria são objeto de cumprimento de sentença. Ficam revogados os efeitos em contrário da portaria nº 100/2025.

Divinópolis, 24 de agosto de 2026.

AGUINALDO HENRIQUE FERREIRA LAGE
Superintendente do Diviprev

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:57861F7B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA DIVIPREV Nº 167/2026

Dispõe sobre a revisão do ato de concessão de aposentadoria do Sr. Geraldo Elias Pinto, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Acórdão nº 1.000.25.088565-4/001.

O Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Divinópolis – DIVIPREV, **Aguinaldo Henrique Ferreira Lage**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 3º do Decreto nº 9.746, de 10/12/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Fica **revisado o ato de concessão de aposentadoria voluntária** do segurado **Geraldo Elias Pinto**, matrícula nº 02018767, inscrito no CPF sob o nº ***.***.856-**, concedida por meio da Portaria Diviprev nº 018/2025.

Art. 2º Em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do **Acórdão nº 1.000.25.088565-4/001**, os proventos de aposentadoria passam a ser calculados pela média aritmética simples de 80% (oitenta por cento) das maiores remunerações contributivas, sem paridade, assegurado o reajuste na forma da legislação federal aplicável.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a 3 de fevereiro de 2025**, ficando revogadas as disposições em contrário da Portaria Diviprev nº 018/2025.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

AGUINALDO HENRIQUE FERREIRA LAGE
Superintendente do Diviprev

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D9BA4083

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 001/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 010/2025

Convocação 284

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025 e considerando a Portaria SEPLAG 001/2025, que estabelece procedimentos para realização de contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Municipal 4450/98, conforme resultado Definitivo das Provas Objetivas e Discursivas do Concurso Público Edital 01/2024, **CONVOCAMOS** os candidatos abaixo relacionados, **para assumirem contrato temporário de excepcional interesse público**, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados.

01 vaga para o cargo de Enfermeiro PSF para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, V.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 01/09/2026 – Término: 27/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Substituição da servidora Fabiana de Castro Sampaio, matrícula 99039842, que ocupa função de supervisor de unidade de saúde, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

01 vaga para o cargo de Dentista PSF para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/09/2026 – Término: 28/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência odontológica, durante a ausência do período de férias de dentista efetivo, evitando desassistência a população e garantindo o credenciamento da equipe, atuando como ferista, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidato convocado:

Enfermeiro PSF	
Classificação	**Nome**
178º	MAINI APARECIDA DE FREITAS GOMES

Dentista PSF	
Classificação	**Nome**
70º	LIVIA SAMARA FRANCIELLE DE SOUZA PINTO

A convocação foi realizada mediante a manifestação de interesse na vaga publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 14/07/2026, Edição 4316.
O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. O não comparecimento e/ou agendamento do (a) candidato (a) implicará a **renúncia tácita para assumir o contrato temporário** nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025, não guardando relação com qualquer possível nomeação futura em Cargo Efetivo.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7088B9D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 001/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 010/2025 CONVOCAÇÃO 285

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025 e considerando a Portaria SEPLAG 001/2025, que estabelece procedimentos para realização de contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Municipal 4450/98, conforme resultado Definitivo das Provas Objetivas e Discursivas do Concurso Público Edital 01/2024, **CONVOCAMOS** os candidatos abaixo relacionados, **para assumirem contrato temporário de excepcional interesse público**, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados.

01 vagas para o cargo de Enfermeiro para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/09/2026 – Término: 28/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Contratação temporária durante o processo de organização e redefinição do quadro funcional do serviço, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

02 vagas para o cargo de Técnico de Enfermagem para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/09/2026 – Término: 28/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Projeto temporário: Manutenção do Projeto Saúde na Hora, para atendimento da população até as 22 horas na ESF Planalto I, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/09/2026 – Término: 28/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Projeto temporário: Manutenção do Projeto Saúde na Hora, para atendimento da população até as 22 horas na ESF Sagrada Família, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

02 vagas para o cargo de Técnico de Laboratório para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 01/09/2026 – Término: 28/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante da persistência das demandas Laboratório de Análises Clínicas e análise de permanência do serviço mediante a lastro financeiro, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidato convocado:

Enfermeiro	
Classificação	**Nome**
15º	THAÍSE AZEVEDO DE SOUZA

Técnico de Enfermagem	
Classificação	**Nome**
33º	GISELE CRISTINA MORAIS
36º	JOSEANE ABREU OLIVEIRA

Técnico de Laboratório

Classificação	Nome
16º	PAULA BATISTA MENDES
17º	GRAZIELE CRISTINA ALVES SIQUEIRA

A convocação foi realizada mediante a manifestação de interesse na vaga publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 14/07/2026, Edição 4316.
O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. O não comparecimento e/ou agendamento do (a) candidato (a) implicará a **renúncia tácita para assumir o contrato temporário** nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025, não guardando relação com qualquer possível nomeação futura em Cargo Efetivo.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D7A980B4

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RETIFICAÇÃO CONJUNTA Nº 01/2026

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÕES DOS EDITAIS DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2026, 007/2026, 008/2026, 009/2026 E 011/2026 – POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB – CICLO 2
O **MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**, no uso de suas atribuições, torna pública a presente **RETIFICAÇÃO CONJUNTA**, destinada à prorrogação do prazo de inscrições dos Editais de Chamamento Público nº 006/2026, 007/2026, 008/2026, 009/2026 e 011/2026, realizados com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, Ciclo 2.
1. DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÕES
Fica prorrogado o prazo de inscrições dos seguintes Editais:
I – Edital de Chamamento Público nº 006/2026 – Seleção de Projetos para firmar Termo de Execução Cultural;
II – Edital de Chamamento Público nº 007/2026 – Premiação para Agentes Culturais;
III – Edital de Chamamento Público nº 008/2026 – Cultura Popular – Premiação Cultural;
IV – Edital de Chamamento Público nº 009/2026 – Rede Municipal de Pontos e Pontões de Cultura – Premiação;
V – Edital de Chamamento Público nº 011/2026 – Rede Municipal de Pontos de Cultura – Fomento a Projetos Continuados de Pontos de Cultura.
O prazo final para realização das inscrições dos editais acima relacionados fica prorrogado até **às 23h59 do dia 25/09/2026**.

2. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES
Permanecem **inalteradas e em pleno vigor todas as demais disposições** dos Editais de Chamamento Público nº 006/2026, 007/2026, 008/2026, 009/2026 e 011/2026 que não tenham sido expressamente modificadas por esta Retificação.
A presente Retificação passa a integrar os respectivos Editais para todos os fins.

Divinópolis/MG, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARDEY SOUSA RUSSO
Secretário Municipal de Cultura

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A9E94D35

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLAG - ATO ADMINISTRATIVO Nº 964/2026

PROMOÇÃO VERTICAL POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas atribuições conferidas por lei, considerando o Protocolo nº 000042646/2026, solicitado em 14/08/2026, **concede promoção vertical** (enquadramento no grupo de escolaridade) à servidora **RONARA DE ARAUJO GOMES,** matriculada sob o nº 99044193/1, detentora do cargo efetivo de Supervisor Orientador de Ensino, do enquadramento do grupo de escolaridade **A**, para o **grupo B**, sendo este enquadramento no grupo correspondente ao nível de escolaridade comprovado, conforme previsto no anexo IV da Lei nº 7.290/2011, **com efeitos retroativos a 14/08/2026.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:02562AA0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLAG - ATO ADMINISTRATIVO Nº 965/2026

PROMOÇÃO VERTICAL POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas atribuições conferidas por lei, considerando o Protocolo nº 000042646/2026, solicitado em 14/08/2026, **concede promoção vertical** (enquadramento no grupo de escolaridade) à servidora **RONARA DE ARAUJO GOMES**, matriculada sob o nº 99044193/2, detentora do cargo efetivo de Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, do enquadramento do grupo de escolaridade **A**, para o **grupo B**, sendo este enquadramento no grupo correspondente ao nível de escolaridade comprovado, conforme previsto no anexo IV da Lei nº 7.290/2011, **com efeitos retroativos a 14/08/2026.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E30C4CC3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG - ATO ADMINISTRATIVO Nº 966/2026

PROMOÇÃO VERTICAL POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas atribuições conferidas por lei, considerando o Protocolo nº 000042495/2026, solicitado em 13/08/2026, **concede promoção vertical** (enquadramento no grupo de escolaridade) à servidora **VALERIA APARECIDA VIEIRA**, matriculada sob o nº 99039199, detentora do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem –

P.S.F., do enquadramento do grupo de escolaridade **A**, para o **grupo B,** sendo este enquadramento no grupo correspondente ao nível de escolaridade comprovado, conforme previsto no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei Complementar nº 024/95 e anexo III-I, da Lei 6.655/2007, **com efeitos retroativos a 13/08/2026.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7D2CB31C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG - ATO ADMINISTRATIVO Nº 967/2026

PROMOÇÃO VERTICAL POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas atribuições conferidas por lei, considerando o Protocolo nº 000042726/2026, solicitado em 14/08/2026, **concede promoção vertical** (enquadramento no grupo de escolaridade) à servidora **SABRINA PINHEIRO SOARES**, matriculada sob o nº 99016924, detentora do cargo efetivo de Educador I – B Linguística e Letras, do enquadramento do grupo de escolaridade **A**, para o **grupo B**, sendo este enquadramento no grupo correspondente ao nível de escolaridade comprovado, conforme previsto no anexo IV da Lei nº 7.290/2011, **com efeitos retroativos a 14/08/2026.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:FBAFFF91

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG - ATO ADMINISTRATIVO Nº 970/2026

PROMOÇÃO VERTICAL POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas atribuições conferidas por lei, considerando o Protocolo nº 000026086/2026, solicitado em 21/05/2026, **concede promoção vertical** (enquadramento no grupo de escolaridade) à servidora **ANDREA GONTIJO AVELAR**, matriculada sob o nº 99014734, detentora do cargo efetivo de Educador I – B Linguística e Letras, do enquadramento do grupo de escolaridade **B**, para o **grupo C**, sendo este enquadramento no grupo correspondente ao nível de escolaridade comprovado, conforme previsto no anexo IV da Lei nº 7.290/2011, **com efeitos a partir de 25/08/2026.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CB742430

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLAG PORTARIA Nº 179/2026, AGOSTO DE 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLAG
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO
Avenida Paraná nº 2.601, Sala 307 – Bairro São José – Divinópolis/Minas Gerais – CEP: 35.501-170
(37) 3229-6528 - rh@divinopolis.mg.gov.br
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLAG

PORTARIA Nº 179/2026, AGOSTO DE 2026.

AUTORIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS

O Sr. Thiago Nunes Lemos, Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia, e a Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, Diretora de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;
Considerando a necessidade do serviço, e em atendimento ao que estabelece o Art. 1º, inciso I, II e III do Decreto nº 14.525/21, de 27de julho de 2021, publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 29/07/2021;
RESOLVE:
Art. 1º AUTORIZAR horas extras, aos servidores discriminados abaixo, lotados na Gerência de Administração - SEPLAG, em razão da necessidade do serviço e em atendimento ao que estabelece o artigo 108, §1º, da Lei Complementar nº 009/1992.

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇO A SER EXECUTADO E EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS PARA A ATIVIDADE EXTRAORDINÁRIA	DESCRIÇÃO DO RISCO DE PREJUÍZO EM CASO DE SOBRESTAMENTO DA ATIVIDADE ATÉ QUE POSSA SER EXECUTADA EM JORNADA DIÁRIA REGULAR SUBSEQUENTE	EXPOSIÇÃO DO PERÍODO PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO
99045060/1	GERALDO VILMAR DA COSTA	Necessidade de realização de serviços de pintura no 2º e 5º andares, em razão da instalação de novo mobiliário e da adequação do layout das salas, visando proporcionar melhores condições de organização e funcionalidade dos ambientes.	A execussão da pintura deve ocorrer de forma célere, uma vez que eventual atraso comprometerá o cronograma dos serviços de marcenaria e, consequentemente, o retorno dos servidores aos seus respectivos postos de trabalho.	07/07/2026 a 31 de agosto de 2026.
99045059/1	JOSÉ SOARES FILHO	Necessidade de realização de serviços de pintura no 2º e 5º andares, em razão da instalação de novo mobiliário e da adequação do layout das salas, visando proporcionar melhores condições de organização e funcionalidade dos ambientes..	A execussão da pintura deve ocorrer de forma célere, uma vez que eventual atraso comprometerá o cronograma dos serviços de marcenaria e, consequentemente, o retorno dos servidores aos seus respectivos postos de trabalho.	07 de julho de 2026 a 31 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7AB516F9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 652/2026/SEMUSA

Contratado (a): Max Tulio Santos Maurício**. Cargo:** Farmacêutico**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 07/09/2026 a 10/03/2027**.** Altera a justificativa prevista na cláusula segunda a partir de 07/09/2026. A contratação temporária regida por este Contrato tem como justificativa: Substituição do servidor Valter Murilo Chaves, matrícula 99036777/2, que ocupa função de Gerente de Tecnologia de Informação, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade. Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 24/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E4EF40E0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 652/2026/SEMUSA

Contratado (a): Max Tulio Santos Maurício**. Cargo:** Farmacêutico**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 07/09/2026 a 10/03/2027**.** Altera a justificativa prevista na cláusula segunda a partir de 07/09/2026. A contratação temporária regida por este Contrato tem como justificativa: Substituição do servidor Valter Murilo Chaves, matrícula 99036777/2, que ocupa função de Gerente de Tecnologia de Informação, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade. Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 24/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:1FAB97D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMC – EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO – CT 145/2026

– Pl 163/2026. Contratada: AB Comunicação e Arte Empreendimentos Ltda. Objeto: Alteração da dotação orçamentária. Onde se lê: 02.003.002.13.392.2030.2165.3.3.90.39.00 Ficha 168, Leia-se: 02.003.001.13.392.2030.2.157.3.3.90.39.00 Ficha 160. Ass: 20/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:31E22CB1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMC – EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO – CT 151/2026 – PL 169/2026.

Contratada: Empresa Rotomusic Produções E Eventos Ltda. Objeto: Alteração da dotação orçamentária. Onde se lê: 02.003.002.13.392.2030.2165.3.3.90.39.00 Ficha 168, Leia-se: 02.003.001.13.392.2030.2.157.3.3.90.39.00 Ficha 160. Ass: 20/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:51A62F2A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMC – EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO – CT 152/2026 – PL 173/2026.

Contratada: Mateus Marques Ordones Lemos. Objeto: Alteração da dotação orçamentária. Onde se lê: 02.003.002.13.392.2030.2165.3.3.90.39.00 Ficha 168, Leia-se: 02.003.001.13.392.2030.2.157.3.3.90.39.00 Ficha 160. Ass: 20/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D13999DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMC – EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO 199/2026

- que entre si celebram o Município de Divinópolis e Congregação das Irmandades Congadeiras de Reinado, Festa de Cruz, Folia de Reis e Correlatas de Divinópolis – CONGADIV, CNPJ 23.880.359/0001-04. Objeto: Fomento à preservação, valorização, promoção, difusão e salvaguarda das manifestações culturais, artísticas e religiosas tradicionais representadas pelas Guardas de Reinado, Festa de Cruz, Folia de Reis e manifestações correlatas no Município de Divinópolis, fortalecendo a expressão artística, a religiosidade popular, a identidade cultural e a transmissão dos saberes, fazeres e tradições entre diferentes gerações e comunidades, incluindo ações necessárias à continuidade dessas manifestações, como a confecção e/ou renovação das vestimentas (fardamentos) utilizadas pelas Guardas de Reinado representadas pela Congregação das Irmandades Congadeiras, de Reinado, Festa de Cruz, Folia de Reis e Correlatas de Divinópolis – CONGADIV. Valor: R$ 60.000,00. Dot. Orçamentária: 02.003.003.13.392.2030.2.170.3.3.50.43.00 Ficha – 1313. Prazo: 05 meses. Ass: 24/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9DF574A5

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMDS – EXTRATO DO TA 02/2026 – TERMO DE FOMENTO 191/2025

– Obras Assistenciais Nossa Senhora Aparecida. Objeto: Prorrogação até 26/10/2026, e utilização do saldo remanescente bem como adequação do Plano de Trabalho e do Plano de Aplicação de Recursos. Ass: 24/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:081FCACB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMUSA/ FMS – EXTRATO DE COMUNICADO DE ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 113/2026– CONTRATADA: DISTRIBEM MEDICAMENTOS E MAT. HOSPITALARES LTDA, CNPJ N° 34.771.531/0001-08

Objeto: Conforme previsão da Lei 14.133/2021 (diploma ao qual o processo licitatório se vincula) e considerando o descumprimento das obrigações constadas nas cláusulas editalícias do Processo Administrativo Licitatório nº 084/2025(**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 274/2025**). fica instaurado o presente Processo Administrativo, sob responsabilidade da comissão, instituída através da portaria nº 351/2026, a fim de apurar a responsabilidade da empresa frente ao descumprimento contratual, abrindo-se prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da publicação deste ato para apresentação de defesa.

Divinópolis, agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F6C91DA0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS - EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 174/2022 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 045/2022

– Contrato/SEMUSA Nº 009/2022 - Contratada: CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS HOSPITALEIRAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. Objeto: Constitui objeto do presente aditamento a alteração contratual para fins de atualização da Representante Legal, bem como o reajuste dos preços, decorrente da atualização monetária do período de 2025/2026, mediante a aplicação do Índice de 4,7249% (IPCA).

Divinópolis, 25 de agosto de 2026 -

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO -
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D4299CEE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO DO TERMO DE ARQUIVAMENTO DO PAR Nº 041/2026 – PL Nº 285/2025 – PE Nº 90.151/2025 – ARP Nº 674/2025 – CONTRATADA: DISTRIBUIDORA NORTE ALIMENTOS LTDA, CNPJ SOB O Nº 47.888.974/0001-17

O presente **Termo de Arquivamento** tem por finalidade aplicar as seguintes sanções: **multa moratória referente à solicitação de fornecimento nº 1860/2026, no montante de R$ 250,58 (duzentos e cinquenta reais e cinquenta e oito centavos), multa compensatória no montante de R$ 1.190,63 (mil cento e noventa reais e sessenta e três centavos) e impedimento de licitar pelo prazo de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses. O Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 041/2026 está em conformidade com a Instrução Normativa CGM nº 001/2025 e com a Lei Federal nº 14.133/2021.**

Divinópolis, 25 de agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8EEB1EED

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO TERMO DE ARQUIVAMENTO DO PAR Nº 038/2026 – PL Nº 085/2025 – PE Nº 047/2025 – ARP Nº 330/2025 – CONTRATADA: 3 PODERES COMÉRCIO LTDA, CNPJ Nº 14.937.152/0001-20

O presente **Termo de Arquivamento** tem por finalidade aplicar a seguinte sanção: **multa moratória referente à solicitação de fornecimento nº 1082/2026, no montante de R$ 1.347,34 (mil trezentos e quarenta e sete reais e trinta e quatro centavos). O Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 038/2026 está em conformidade com a Instrução Normativa CGM nº 001/2025 e com a Lei Federal nº 14.133/2021.**

Divinópolis, 25 de agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C93F6706

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 887/2026 – TALES COSTA VIEIRA, UNIFENAS, FISIOTERAPIA

– Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 27/08/2026 até o dia 04/12/2026. Ass.: 24/08/2026

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E8BBA302

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 898/2026

– Letícia Guimarães Martins Ferreira, UNIFENAS, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 27/08/2026 até o dia 04/12/2026. Ass.: 24/08/2026

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D6045543

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 907 /2026

– Danielle Ferreira Fonseca, ANHANGUERA, Psicologia – Objeto: Estágio de 1 (uma) hora diária. Prazo: 01/09/2026 até o dia 31/10/2026. Ass: 21/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:27A012EF

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 911/2026

– Anoan Raniely Amaral Braga, UFSJ, Farmácia – Objeto: Estágio de 06 (seis) horas diárias. Prazo: 02/09/2026 até o dia 09/12/2026. Ass: 21/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E3E06B9E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 919 /2026

– Leandra Carla Fagundes de Faria, UNA, Enfermagem – Objeto: Estágio de 4 (quatro) horas diárias. Prazo: 24/08/2026 até o dia 30/09/2026. Ass: 24/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CD3FE669

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 925/2026

– Fernanda Tavares de Oliveira, UNA, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 25/08/2026 até o dia 02/10/2026. Ass.: 24/08/2026

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:831C4C4E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 927 /2026

– Maria Elisa de Oliveira Costa, UNA, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 4 (quatro) horas diárias. Prazo: 26/08/2026 até o dia 19/10/2026. Ass: 24/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:1C8E72D8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 928 /2026

– Leticia De Melo Lima, UNA, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 4 (quatro) horas diárias. Prazo: 26/08/2026 até o dia 19/10/2026. Ass: 24/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:515C35C0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 929/2026 – FELIPE AUGUSTO FERREIRA PAIVA, UNA, ODONTOLOGIA

– Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 16/09/2026 até o dia 30/11/2026. Ass.: 24/08/2026

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CF9C244D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 931 /2026

– Maria Eduarda Castro Santos, UEMG, Psicologia – Objeto: Estágio de 4 (quatro) horas diárias. Prazo: 24/08/2026 até o dia 12/12/2026. Ass: 24/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D5F16708

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 933/2026

– Thaynara Alves da Silva, UNA, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 26/08/2026 até o dia 13/10/2026. Ass.: 24/08/2026

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CA378A41

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 934 /2026

– Sander Lucas Ferreira, UEMG, Psicologia – Objeto: Estágio de 4 (quatro) horas diárias. Prazo: 26/08/2026 até o dia 18/12/2026. Ass: 24/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:304B7A3C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 935/2026 – LAURENE DE FATIMA SILVA DO CARMO, UEMG, SERVIÇO SOCIAL

– Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 27/08/2026 até o dia 16/12/2026. Ass.: 24/08/2026

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:6D1CBE25

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 937/2026 – VALENTINA SALVESTRINI NAPOLI, UEMG, PSICOLOGIA

– Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 28/08/2026 até o dia 12/12/2026. Ass.: 24/08/2026

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:99788B02

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 943/2026 – MARIA EDUARDA ALEXANDRE, UNA, ENFERMAGEM

– Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 31/08/2026 até o dia 18/12/2026. Ass.: 25/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:1E0B4DAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TERMO ADITIVO – TA 001/2026 – TCE CURRICULAR 921/2026.

Samira Cristina Leite Ribeiro. Objeto: Fica alterada a data fim do estágio passando de 30/12/2026 para **30/10/2026**. Ass: 24/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C337476B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO TEMPORÁRIO 1100/2025 DE JOÃO PAULO GONÇALVES DA SILVA.

OBJETO: Onde se lê: "CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 1090/2025". Leia-se: "CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 1100/2025". Ass: 24/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:67BFA2C9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº: 281/2026.

Gustavo Melo Saraiva. Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Valor: R$ 497,91. Dot. Orçamentária: – 02.014.002.2140.2760 – Ficha: 862. Prazo: de 24/08/2026 a 31/12/2026. Ass: 24/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8E641E35

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SETOP – EXTRATO DO 10º TA – CT 002/2025 – PL 307/2024.

Contratada: Martins & Rabelo Construções e Equipamentos Ltda. Objeto: Prorrogação até 21/09/2026.

Divinópolis, 20 de agosto de 2026.

PAULO JOSÉ SILVA
(Superintendente de Obras Públicas e Planejamento).

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E8B8495C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE ADITAMENTO Nº. 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº. 1084/2026 - SEMED

CONTRATADO: VANILDA MENDES
Constitui o presente TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 1084/2026, a alteração do prazo contratual de 29/08/2026 a 30/10/2026, no(a) E.M. PADRE JOÃO BRUNO, tendo como justificativa SUBSTITUIÇÃO A SUELY DE FÁTIMA DOS SANTOS - MATRÍCULA 99035277 EM LICENÇA PRÊMIO.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:BFBB5DBE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE ADITAMENTO Nº. 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº. 1110/2026 – SEMED

CONTRATADO: Denise Ferreira De Aguiar
Constitui o presente TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 1110/2026, a alteração do prazo contratual de 21/11/2026 até 21/12/2026 e a alteração da lotação, que passa do(a) CEAE para o(a) EM SÃO JOSÉ a partir do dia 25/08/2026 tendo como justificativa EM SUBSTITUIÇÃO A LARISSA MARIA DE ANDRADE – MATRÍCULA 99041937/3-EM LICENÇA MATERNIDADE.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:6802C135

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE ADITAMENTO Nº. 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº. 756/2026/SEMED.

CONTRATADA: DAIANE CORDEIRO RAMOS
Constitui o presente TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº. 756/2026 a prorrogação do prazo contratual de 22/12/2026 A 19/08/2027, lotada no CMEI ISAURA FERREIRA, gozando de vínculo gravídico.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D68B02C3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE ADITAMENTO Nº. 02/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº. 335/2026 - SEMED

CONTRATADO: GLAUCIA JANAINA PEREIRA VIEIRA
Constitui o presente TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 335/2026, a alteração da lotação, que passa do(a) CMEI RAFAEL NUNES para o(a) EM PADRE JOÃO BRUNO a partir do dia 26/08/2026, tendo como justificativa EM SUBSTITUIÇÃO DE MARCIANA APARECIDA DE CAMARGOS – ATUALMENTE NA VICE DIREÇÃO DA EM PADRE JOÃO BRUNO.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:AD99612B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE ADITAMENTO Nº. 03/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº. 972/2026 - SEMED

CONTRATADO: Gabriel dos Santos Silveira
Constitui o presente TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 972/2026, a alteração do turno, que passa do vespertino para o matutino a partir do dia 25/08/2026, tendo como justificativa VAGA DE CARÁTER TEMPORÁRIO PARA GARANTIR A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS CONSIDERADOS ESSENCIAIS E INADIÁVEIS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B35E66E3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE INSTAURAÇÃO E DELIBERAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL Nº 01170.000000066/2026

A Comissão de Requalificação e Readaptação Funcional (CORREF), em conformidade com suas atribuições regimentais, por meio do presente Termo, instaura o Processo Administrativo Digital de Requalificação e Readaptação Funcional referente à servidora **MARIA EDUARDA LIMA FLORENTINO**, Matrícula nº **99035791**, cargo **Agente Comunitário de Saúde** para análise e deliberação.

I. DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL

Este Termo tem como objetivo primordial a instauração formal do processo administrativo visando à eventual readaptação funcional da servidora **MARIA EDUARDA LIMA FLORENTINO**, em conformidade com as prerrogativas e competências atribuídas a esta CORREF. A instauração é motivada pela necessidade de análise da condição funcional do servidor, visando, se for o caso, a sua adequada recolocação ou adaptação às funções, considerando laudos e informações prévias encaminhadas.

II. DAS DELIBERAÇÕES PRELIMINARES

Após a análise inicial dos elementos apresentados, a Comissão deliberou preliminarmente os seguintes encaminhamentos, que se tornam atos obrigatórios para a continuidade do processo:
Determina-se a autuação formal de todos os elementos documentais e informativos previamente encaminhados a esta Comissão, com a finalidade de instruir a abertura do respectivo processo administrativo. Inclui-se nesta autuação a organização dos documentos comprobatórios, relatórios, pareceres e quaisquer outras peças pertinentes que fundamentam a necessidade e a análise do pedido de readaptação funcional da servidora **MARIA EDUARDA LIMA FLORENTINO**. A autuação visa a organização e a transparência do processo, assegurando que toda a documentação esteja devidamente registrada para consulta e deliberação futura.
Por ser a expressão da verdade e para que produza seus legais e devidos efeitos, o presente Termo é lavrado e assinado pelos membros da Comissão.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
IGOR ANDRADE LARA

(Assinado Digitalmente)
GUSTAVO VINÍCIUS DE SOUZA SILVA

(Assinado Digitalmente)
ISABELA RODRIGUES MESQUITA

(Assinado Digitalmente)
MARCUS VINÍCIUS PENIDO SANTANA

(Assinado Digitalmente)
MELINA DE MELO SANTOS

(Assinado Digitalmente)
RENATA MARIA SILVA OLIVEIRA
.

(Assinado Digitalmente)
VIVIANE DE FÁTIMA ALVES

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4DD984EA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DOM BOSCO

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 004/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 004/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 088/2026

O Município de Dom Bosco -mg, Torna Público Nos Termos Das Lei Federal N.º 14.133/21, Por Intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, o Processo Licitatório N.º 088/2026, Concorrência Eletrônica N.º 004/2026, Visando a Contratação de empresa especializada para a execução de obra de construção de Ponte Mista sobre o Córrego Canabrava, localizada na estrada de acesso entre o Município de Dom Bosco/MG e a Comunidade Eldorado, na Zona Rural do Município de Dom Bosco/MG, incluindo todos os materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, serviços e demais elementos necessários à completa execução da obra. Data e Horário do Recebimento Das Propostas:até 08h00min do Dia 09/09/2026. Data e Horário do Início da Disputa:dia 09/09/2026 às 09h00min (horário de Brasília). Disponibilização do Edital na Plataforma Www.bnc.org.bre Sitehttp://www.dombosco.mg.gov. Informações Complementares Poderão Ser Obtidas Através Dos Telefones:(38) 9.9852-2342 Email Licitacoesdombosco@gmail.com.

Dom Bosco,MG - 25 de agosto de 2026

MARCOS AURÉLIO REZENDE CHAVES
Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura

Publicado por:
Fernanda Cristina da Silva Gonçalves
Código Identificador:8D59F498

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N° 039, 040, 041, 042, 043, 044, E 045/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°058/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N°010/2026

Processo Licitatório 058/2026. Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO**. **OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higienização, copa, cozinha e descartáveis, visando atender às necessidades das diversas secretarias municipais. EMPRESAS CONTRATADAS: **BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrito no CNPJ: 06.175.908/0001-12, valor global: de R$840,00 (oitocentos e quarenta reais); **BURITIS ATACADO VAREJO E DISTRIBUICAO LTDA**, inscrito no CNPJ: 23.405.990/0001-43, valor global: de R$366.111,93 (trezentos e sessenta e seis mil cento e onze reais e noventa e três centavos); **COMERCIAL MINASFORT LTDA**, inscrito no CNPJ: 41.583.896/0001-66, valor global: R$206.868,54 (duzentos e seis mil oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos; **DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA**, inscrito no CNPJ: 26.240.632/0001-16, valor global: R$1.690,00 (mil seiscentos e noventa reais); **MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA**, inscrito no CNPJ: 12.811.487/0001-71, valor global: R$560,00(quinhentos e sessenta reais); **NF HIGIENE E LIMPEZA LTDA**, inscrito no CNPJ: 63.083.503/0001-98, valor global: R$69.515,00(sessenta e nove mil quinhentos e quinze reais); **TUPIROTI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA**, inscrito no CNPJ: 04536062000173, valor global: R$20.135,00(vinte mil cento e trinta e cinco reais). Vigência: 25/08/2026 a 25/08/2027.

Publique-se na forma da Lei.

Dom Bosco-MG,25/08/2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fernanda Cristina da Silva Gonçalves
Código Identificador:9851B61E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DORES DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA - PROCESSO LICITATÓRIO N. º 085/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N. º 032/2026

Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá - MG, Processo Licitatório n. º 085/2026, Pregão Eletrônico n.º 032/2026. EXTRATO DE ATA – **Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO, EM CARÁTER COMPLEMENTAR AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ-MG, EM SEUS VÁRIOS SETORES DE ATUAÇÃO. A Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá torna público o Resultado do Processo Licitatório e Extrato de ATA N°: 024/2026, tendo como vencedores os seguintes licitantes: TREDE CENTER COMMERCE LTDA - CNPJ N: 59.095.876/0001-01, no valor de R$ 21.432,00 (vinte e um mil quatrocentos e trinta e dois reais); CASA 500 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - CNPJ N: 86.573.904/0001-21, no valor de R$ 26.610,00 (vinte e seis mil seiscentos e dez reais); IDEAL PRODUTOS E SERVICOS LTDA - CNPJ N: 46.243.178/0001-64, no valor de R$ 36.560,00 (trinta e seis mil quinhentos e sessenta reais); CONSTRUVITA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ N: 37.386.859/0001-90, no valor de R$ 26.560,00 (vinte e seis mil quinhentos e sessenta reais); FENIX SERVIÇOS E PRODUTOS LTDA – CNPJ N: 62.022.360/0001-41, no valor de R$ 12.496,00 (doze mil quatrocentos e noventa e seis reais); PIX LED COMERCIO E IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME – CNPJ N: 45.966.780/0001-67, no valor de R$ 21.990,00 (vinte e um mil novecentos e noventa reais); MULTI NEGÓCIOS LTDA – CNPJ N: 46.789.706/0001-85, no valor de R$ 452.280,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil duzentos e oitenta reais); LICITASHOP COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ N: 50.958.011/0001-57, no valor de R$ 2.595,00 (dois mil quinhentos e noventa e cinco reais); LOJA ELÉTRICA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – CNPJ N : 10.815.996/0001-47, no valor de R$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais); CASA MAIS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E PRODUTOS AGROPECUARIOS – CNPJ N: 29.420.739/0001-34, no valor de R$ 176.050,00 (cento e setenta e seis mil e cinquenta reais).

Publicado por:
Lara Gontijo Gil Correa Silva
Código Identificador:FAA48206

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA NO 180, DE 20-08-2026

JURACI FRANCISCO SANTANA, Prefeito Municipal de Estrela do Indaiá/MG, no uso de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE CONCEDER, conforme seu requerimento protocolado nesta Prefeitura, sob o no 21.429, em 20.08.2026, a Srª. **ADRIANA FERREIRA BELO**, funcionária efetiva desta Prefeitura, ocupante do cargo de "Agente de Serviços Administrativos", Licença por motivo de doença de seu cônjuge, por um período de 14 (quatorze) dias, conforme Art. 62 do Estatuto do Servidor Público Municipal, a contar de 15 de agosto de 2026 a 28 de agosto de 2026.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá/MG, 20 de agosto de 2026.

JURACI FRANCISCO SANTANA
Prefeito Municipal

MARINISE PIEDADE DE LOURDES BRAGA VELOSO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Fernanda Vieira Rodrigues Lopes
Código Identificador:2EFEA794

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA NO 181, DE 20-08-2026.

Concede férias regulamentares à Funcionária IDAIANA EUSTÁQUIA DA SILVA, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Estrela do Indaiá/MG, **JURACI FRANCISCO SANTANA**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a norma estatutária deste Município e Art. 7o, Capítulo II, Inciso XVII da Constituição Federal/88.

RESOLVE CONCEDER, a pedido, a Funcionária desta Prefeitura, a Srª. **IDAIANA EUSTÁQUIA DA SILVA,** as suas férias regulamentares relativas ao período de 02.01.2025 a 01.01.2026, saindo de férias no dia 05 de outubro de 2026 e retornando ao trabalho no dia 04 de novembro de 2026, portanto contando-se assim com direito a 1/3 da remuneração a mais, conforme disposição constitucional acima apontada.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá/MG, 20 de agosto de 2026.

JURACI FRANCISCO SANTANA
Prefeito Municipal

MARINISE PIEDADE DE LOURDES BRAGA VELOSO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Fernanda Vieira Rodrigues Lopes
Código Identificador:A764F35C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2026

O Município de Estrela do Sul/MG, por intermédio de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, a REPUBLICAÇÃO do Pregão Presencial nº 10/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de informática e congêneres.
A republicação decorre de instabilidade no sistema eletrônico, tendo em vista que o aviso da licitação foi regularmente publicado no Diário Oficial do Município, porém os documentos integrantes do certame não foram disponibilizados no site, impossibilitando o acesso integral dos interessados à documentação pertinente.
Dessa forma, em observância aos princípios da publicidade, transparência e ampla competitividade, será realizada nova publicação do certame, com a reabertura integral dos prazos, sem qualquer alteração no Edital, Termo de Referência ou demais documentos que compõem o processo licitatório.
Fica designada a nova sessão pública para o dia 14 de setembro de 2026, às 09h00, ocasião em que serão recebidos os envelopes e iniciados os procedimentos relativos ao certame.
Ressalta-se que a republicação implica exclusivamente o reinício da contagem dos prazos, permanecendo inalteradas todas as demais condições, exigências, especificações e disposições constantes da documentação originalmente elaborada.

Estrela do Sul/MG, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:27FF870C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMIGA

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
DECISÃO DE CONCLUSÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - PROCEDIMENTO Nº. 002/2024

Decisão de Conclusão da Regularização Fundiária

Procedimento nº. 002/2024
Matrícula/transcrição originária:36.102 e 36.103
Imóvel Público
Trata-se de requerimento formulado pelo legitimado Thiago dos Santos Nazário, devidamente qualificado, responsável legal da TS ARQUITETURA LTDA, CNPJ no 42.988.000/0001- 91, estabelecido na Av. Nascimento de Castro, 2017, Lagoa Nova, Natal/RN – CEP 59056-450, empresa vencedora do certame Pregão Eletrônico nº 37/2023 da Prefeitura de Formiga/MG, postulando a instauração formal da regularização fundiária por interesse social e com o requerimento vieram documentos.
O procedimento não possui defeitos e nulidades, razão pela qual se passa ao pronunciamento do processamento administrativo da REURB.
Durante a tramitação do procedimento, verificou-se que o bairro, possui infraestrutura básica exigida para habitação, com relação às vias de circulação, energia elétrica domiciliar, salientamos ainda, que possui pavimentação e iluminação pública.
Nesta oportunidade aprovo o projeto de regularização fundiária resultante do processo de regularização fundiária, que está devidamente assinado ás folhas 01 á _____
Quanto aos ocupantes, este estão devidamente identificadas as folhas _____, devidamente vínculos a sua unidade imobiliária e ao seu respectivo direito real, aos quais concedo habite-se simplificado e único ante a ausência de risco aos ocupantes e a flexibilização exigências relativas ao percentual e as dimensões de área destinadas ao uso público, ao tamanho dos lotes regularizados ou a outros parâmetros urbanísticos e edilícios, na forma do art. 3º. §1º do Decreto n°. 9.310/2018.
Diante do exposto, declaro concluído o procedimento de regularização fundiária de interesse social apresentando-os, mediante requerimento, ao cartório de registro de imóveis.
Publique-se nos termos do art. 21, V do Decreto nº 9.310 e art. 31, V da Lei nº. 13.465/17.

Formiga-MG, 25 de agosto de 2025

SAIMON RODRIGUES MIRANDA
Secretário Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:B337A630

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - JOSE PINTO SOBRINHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
LEI Nº 5632, DE 25 DE MAIO DE 2021

(Dispõe sobre a remoção de veículos abandonados em vias públicas do município de Formiga).

Fica **NOTIFICADO**, Jose Pinto Sobrinho proprietário do veículo: Belina placa GLH-6829, para sua retirada da via pública no prazo de 3 (três) dias, sob pena de remoção e recolhimento pela Administração Pública, em observância ao disposto na Lei nº 5632 de 25 de Maio de 2021.

Formiga, 25 de Agosto de 2026.

DARLEY TEIXEIRA SILVA
Superintendente Municipal de Trânsito

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:D0BF259B

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO 029/26

Prefeitura Municipal de Formiga MG - Extrato de publicação de Ata de Registro de Preços - Nº. 124/26, Processo Licitatório nº 158/2065 - Pregão Eletrônico nº. 029/26 – Contratada: **RB COMUNICAÇÃO VISUAL >** R$24.389,50**.** Vigência: 24/08/2026 a 24/08/2027.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Formiga MG - Extrato de publicação de Ata de Registro de Preços - Nº. 125/26, Processo Licitatório nº 158/2065 - Pregão Eletrônico nº. 029/26 – Contratada: **NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA >** R$25.475,00**.** Vigência: 24/08/2026 a 24/08/2027.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Formiga MG - Extrato de publicação de Ata de Registro de Preços - Nº 126/26, Processo Licitatório nº. 158/2065 - Pregão Eletrônico nº. 029/26 – Contratada: **CONCEITO COMUNICAÇÃO VISUAL E GRÁFICA EIRELI>** R$960.151,30**.** Vigência: 24/08/2026 a 24/08/2027.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES. –
Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Formiga MG - Extrato de publicação de Ata de Registro de Preços - Nº. 128/26, Processo Licitatório nº 158/2065 - Pregão Eletrônico nº. 029/26 – Contratada: **MARCELO SIMONI >** R$103.442,00**.** Vigência: 25/08/2026 a 25/08/2027.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Formiga MG - Extrato de publicação de Ata de Registro de Preços - Nº. 129/26, Processo Licitatório nº 158/2065 - Pregão Eletrônico nº. 029/26 – Contratada: **WILSON DE PAULA LICO IPUÃ >** R$4.428,00**.** Vigência: 25/08/2026 a 25/08/2027.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Formiga MG - Extrato de publicação de Ata de Registro de Preços - Nº. 130/26, Processo Licitatório nº 158/2065 - Pregão Eletrônico nº. 029/26 – Contratada: **LB COMERCIO DE PLACAS LETREIROS E LETRAS LTDA >** R$23.275,00**.** Vigência: 24/08/2026 a 24/08/2027.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal.

O Prefeito julga as licitantes: **RB COMUNICAÇÃO VISUAL, NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA, CONCEITO COMUNICAÇÃO VISUAL E GRÁFICA EIRELI, MARCELO SIMONI,**: **WILSON DE PAULA LICO IPUÃ e LB COMERCIO DE PLACAS LETREIROS E LETRAS LTDA „** vencedoras no Processo Licitatório nº. 158/2065 - Pregão Eletrônico nº. 029/26. Prefeitura Municipal de Formiga/MG.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES.
Prefeito Municipal -

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:896D8E8C

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO 006 AO CONTRATO Nº. 127/2024. PROCESSO LICITATÓRIO N°. 099/2024 – CONCORRÊNCIA: 004/2024

EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO 006 AO CONTRATO Nº. 127/2024.Processo Licitatório n°. 099/2024 – Concorrência: 004/2024.Contratante: Município de Formiga – MG.**Contratada**:Via J.A. Construtora Ltda. - C.N.P.J.: nº: 24.023.545/0001-81.**Da Vigência:**A vigência do contrato original, com vencimento em 25/08/2026, fica prorrogada por mais 04 (quatro) meses, sendo até 25/12/2026, com fundamento no artigo 6º, inciso XVII da Lei 14.133/2021. As demais cláusulas permanecem inalteradas.**Data:**24/08/2026.**Data de assinatura:**25/08/2026.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:24768383

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº 001 AO TERMO DE COLABORAÇÃO 078/2025 – FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORMIGA-MG E ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS MENORES DE FORMIGA - PATRONATO SÃO LUIZ

EXTRATO DOTERMO DE ADITAMENTONº 001 AO TERMO DE COLABORAÇÃO 078/2025– Firmado entre oMUNICÍPIO DE FORMIGA-MG eASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS MENORES DE FORMIGA - PATRONATO SÃO LUIZ.DO OBJETO: Constitui objeto deste Termo Aditivo, a prorrogação de vigência estabelecida na Cláusula Quarta do Termo original, bem como a readequação da distribuição dos recursos financeiros entre os itens previstos no Plano de Trabalho, com intuito de dar continuidade aos serviços prestados pela Entidade.**DA ALTERAÇÃO:**O presente Termo Aditivo prorroga a vigência do Termo de Colaboração nº 078/2025, passando seu término para 31/12/2026, e altera a distribuição dos recursos financeirosentre os itens, mantendo os valores globais inicialmente destinados, em conformidade com o novo plano de trabalho - Aditamento - que passa a fazer parte deste termo aditivo, nos termos da autorização prevista no Memorando nº 117/2026 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e fundamentado no art. 55 da Lei Federal no 13.019/2014.**DA PUBLICIDADE:**O MUNICÍPIO DE FORMIGA-MG fará a publicação do resumo deste Termo, em conformidade com o artigo 81 da Lei Orgânica Municipal.**DA RATIFICAÇÃO:**Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Termo original no que não colidam com as presentes disposições**.DATA DO INSTRUMENTO:**21/08/2026.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:DF74968B

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 069/2026 – FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORMIGA/MG E A ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS MENORES DE FORMIGA - PATRONATO SÃO LUIZ

EXTRATO DOTERMO DE COLABORAÇÃONº 069/2026– FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORMIGA/MG E AASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS MENORES DE FORMIGA - PATRONATO SÃO LUIZ.Objeto:concessão de repasse financeiro, oriundo do Fundo Municipal de Assistência Social, para custeio do serviço de transporte dos usuários da associação, a fim de garantir o desenvolvimento de ações voltadas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), conforme Plano de Trabalho e Autorização da Lei Municipal nº 6.561, de 15/05/2026.**Dotação Orçamentária**:10.002.08.845.0000.0031.3.3.50.43 – Subvenções Sociais.**Valor**:R$ 15.000,00.**Vigência**:20/08/2026 a 20/08/2027.**Data da assinatura**: 25/08/2026.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:138D17CC

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 180/2026 – MOD. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA - MG – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 180/2026 – MOD. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicação de avisos de licitações e demais atos oficiais do Município de Formiga em jornal de grande circulação no Estado de Minas Gerais, em atendimento às exigências legais e à necessidade de garantir ampla publicidade aos atos da Administração Pública. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:31 do dia 10/09/2026. MODO DE DISPUTA: ABERTO. REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF. ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.licitanet.com.br. Informações: telefone (37) 3329-1844. CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: www.formiga.mg.gov.br; www.licitanet.com.br ou pelo e-mail: pregoeirospmformiga@gmail.com.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:45ABC58D

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO: 0035/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO: 025/2026

SAAE / FORMIGA / MG - torna público que **suspendeu** o Processo Licitatório: **0035/2026 -** Pregão Eletrônico: **025/2026**. Tipo: Menor Preço Unitário. Objeto: Aquisição de **bombas dosadoras, bombas centrífugas e acessórios** para modernização e ampliação dos sistemas de dosagem de produtos químicos da ETA e poços tubulares do SAAE / Formiga**. SUSPENSO** para adequações no edital convocatório, **NOVA** data de abertura em breve**.** Informações nos sites: www.licitanet.com.br e www.saaeformiga.com.br -

WAINY TORRES
Pregoeiro.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:581A2C16

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026

SAAE / Formiga / MG torna público que realizará o Processo Licitatório Nº **0050/2026**. Pregão Eletrônico Nº **036/2026 -** registro de preços. Tipo: Menor Preço Unitário. Objeto: Aquisição de **hipoclorito de sódio a 12% e sal marinho grosso,** insumos utilizados no tratamento de água. Abertura da sessão será às **08h00min,** do dia: **09/09/2026.** Informações nos sites: www.licitanet.com.br e www.saaeformiga.com.br -

WAINY TORRES –
Pregoeiro.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:D10BC5D8

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
LEI Nº 6.638, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza abertura de crédito especial e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE FORMIGA, POR SEUS REPRESENTANTES, APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a realizar abertura de crédito especial, com criação de elemento de despesa, no valor de R$ 469.992,62 (quatrocentos e sessenta e nove reais, novecentos e noventa e dois reais e sessenta e dois centavos), conforme descrito abaixo:

01	Prefeitura Municipal	
09	Secretaria Municipal de Saúde	
09.002	Fundo Municipal de Saúde	
10.305.0012.1.154	**Aquisição de Veículo – Resolução 10.121/2025**	**287.886,84**
4.4.90.52 2621.000.3210	Equipamentos e Material Permanente	287.886,84
10.122.0001.1.155	**Aquisição de Veículo – Resolução 10.088/2025**	**89.524,78**
4.4.90.52 2621.000.3210	Equipamentos e Material Permanente	89.524,78
10.122.0001.1.156	**Aquisição de Veículo – Resolução 11.064/2026**	**92.581,00**
4.4.90.52 1621.000.0000	Equipamentos e Material Permanente	92.581,00

Art. 2º Para fazer face às despesas previstas no art. 1º, fica utilizado superávit financeiro no valor de R$ 377.411,62 (trezentos e setenta e sete mil, quatrocentos e onze reais e sessenta e dois centavos) e tendência ao excesso de arrecadação, no importe de R$ 92.581,00 (noventa e dois mil, quinhentos e oitenta e um reais), conforme previsto no art. 43, § 1º, I e II da Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Fica o Município de Formiga autorizado a incluir no Plano Plurianual para o período 2026/2029 no Programa "VIGILANCIA EM SAUDE", a ação "Aquisição de Veículo – Resolução 10.121/2025" e no Programa "MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA" as ações "Aquisição de Veículo - Resolução 10.088/2025" e "Aquisição de Veículo - Resolução 11.064/2026" e seus elementos de despesa.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, observado o percentual fixado na Lei Orçamentária Anual, para atender as necessidades de suplementação das dotações orçamentárias previstas nesta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Formiga, 25 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:5013CFD8

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES

LEI Nº 6.639, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza abertura de crédito suplementar e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE FORMIGA, POR SEUS REPRESENTANTES, APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a realizar abertura de crédito suplementar no R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), conforme descrito abaixo:

01	Prefeitura Municipal	
09	Secretaria Municipal de Saúde	
09.002	Fundo Municipal de Saúde	
10.302.0000.0040	**APOIO A ASADEF - SAÚDE - EMENDA À LOM 28/2023**	
4.4.50.42 1.501.508.0000	AUXÍLIOS (569)	R$ 10.000,00
4.4.50.42 1.501.687.0000	AUXÍLIOS (569)	R$ 15.000,00
4.4.50.42 1.501.689.0000	AUXÍLIOS (569)	R$ 5.000,00
4.4.50.42 1.501.690.0000	AUXÍLIOS (569)	R$ 30.000,00
TOTAL		**R$60.000,00**

10.302.0000.0054	**APOIO AO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE FORMIGA - CONSEP SAÚDE - EMENDA À LOM 28/2023**	
4.4.50.42 1.501.522.0000	AUXÍLIOS (590)	R$ 25.000,00

Art. 2º Para fazer face à despesa de que trata o art. 1º, ficam anuladas as dotações abaixo discriminadas:

01	Prefeitura Municipal	
09	Secretaria Municipal de Saúde	
09.002	Fundo Municipal de Saúde	
10.302.0000.0040	**APOIO A ASADEF - SAÚDE - EMENDA À LOM 28/2023**	**R$ 60.000,00**
3.5.50.43 1.501.508.0000	Subvenções Sociais (568)	R$ 10.000,00
3.3.50.43.1.501.687.0000	Subvenções Sociais (568)	R$ 15.000,00
3.3.50.43.1.501.689.0000	Subvenções Sociais (568)	R$ 5.000,00
3.3.50.43.1.501.690.0000	Subvenções Sociais (568)	R$ 30.000,00
TOTAL		**R$60.000,00**

10.302.0000.0054	**APOIO AO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE FORMIGA - CONSEP SAÚDE - EMENDA À LOM 28/2023**	**R$ 25.000,00**
3.3.50.43 1.501.522.0000	Subvenções Sociais (589)	R$ 25.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Formiga, 25 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:354928A6

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2456/2026

Concede redução da jornada de trabalho a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e artigo 83, inciso II, alínea a e em conformidade com a Lei nº. 4.948, de 24 de julho de 2014, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a), JANAINA LÚCIA DA SILVA, OFICIAL ADMINISTRATIVO II VI A, a redução da jornada de trabalho em 50% (cinquenta por cento), em razão da responsabilidade legal por pessoa deficiente, sem qualquer prejuízo de sua remuneração e carreira, no período de 12/08/2026 a 11/08/2027, conforme laudo médico e requerimento do(a) mesmo(a), protocolado sob o nº. 1511/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 12/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 18 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:7F97F13A

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2457/2026

Exonera servidor(a) de cargo de provimento efetivo, a pedido do(a) mesmo(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 61, inciso VI, combinado com o artigo 83, inciso II, alínea a, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 62 da Lei Complementar nº. 41, de 24/02/2011, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Formiga, Estado de Minas Gerais, e suas alterações

Resolve:

Art. 1º - Exonerar o(a) servidor(a), ANDRÉ OSCAR DE CARVALHO BAÊTA, do cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO VI B, a partir do dia 17/08/2026, mediante requerimento do(a) mesmo(a), protocolado nesta Secretaria sob o nº. 1558/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 17/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 18 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:E18CEF80

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2458/2026

Concede Licença-Prêmio a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e artigo 83, inciso II, alínea a e em conformidade com o artigo 139 da Lei Complementar nº. 41, de 24 de fevereiro de 2011, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Formiga, Estado de Minas Gerais, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a), ANTONIO MARCOS DA SILVA, OFICIAL ADMINISTRATIVO II VI G, 3 (três) mês(es) de Licença-Prêmio, no período de 20/08/2026 a 17/11/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 20 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:EDECC06C

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2459/2026

Concede Licença-Prêmio a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e artigo 83, inciso II, alínea a e em conformidade com o artigo 139 da Lei Complementar nº. 41, de 24 de fevereiro de 2011, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Formiga, Estado de Minas Gerais, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a), WILLY RODRIGUES OLIVEIRA, SERVENTE DE OBRAS I C, 2 (dois) mês(es) de Licença-Prêmio, no período de 21/08/2026 a 19/10/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:B8730576

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2460/2026

Concede opção de remuneração a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 61, inciso VI, combinado com o artigo 83, inciso II, alínea a, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 36 da Lei Complementar nº. 279, de 06/05/2026.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a), MILENA APARECIDA DUQUE, SUPERVISOR DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SMS, a opção pela remuneração do do cargo em comissão, em atendimento ao requerimento do(a) mesmo(a) protocolado nesta Secretaria sob o nº. 1519/2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 05/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:BBB7D3A1

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2461/2026

Concede o Adicional de Titulação ao(a) servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com o artigo 49 da Lei Complementar nº. 38, de 15 de dezembro de 2010, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Ratificar o relatório da Comissão e conceder ao(a) servidor(a), ANA FLAVIA SANTOS LOPES, AGENTE SOCIAL, Classe VI, Grau B, o Adicional de Titulação , na proporção de 6%% do vencimento básico inicial da classe, a partir de 13/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 13/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:FDA58998

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2462/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 61, 62, 64 e 65 da Lei Complementar nº 38, de 15 de dezembro de 2010, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), LUCIENE CARDOSO, a Progressão Horizontal no cargo de ENFERMEIRO, passando da Classe XI, Grau B, para a Classe XI , Grau C, a partir de 10/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 10/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:9E2294B5

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2463/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 61, 62, 64 e 65 da Lei Complementar nº 38, de 15 de dezembro de 2010, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), PAULA RODRIGUES LOPES SILVA, a Progressão Horizontal no cargo de ENFERMEIRO, passando da Classe XI, Grau B, para a Classe XI , Grau C, a partir de 21/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:0B26253A

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2464/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 68, 70 e 71 da Lei Complementar nº. 43, de 24 de fevereiro de 2011, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), KÉSSIA APARECIDA RAMOS, a Progressão Horizontal no cargo de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL, passando da Classe I, Grau B, para a Classe I , Grau C, a partir de 03/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 03/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:0241F2CF

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2465/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 68, 70 e 71 da Lei Complementar nº. 43, de 24 de fevereiro de 2011, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), THAYNARA DE MENEZES PRADO, a Progressão Horizontal no cargo de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL, passando da Classe I, Grau B, para a Classe I , Grau C, a partir de 03/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 03/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:3DB17B0E

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2466/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 68, 70 e 71 da Lei Complementar nº. 43, de 24 de fevereiro de 2011, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), DÉBORA RODRIGUES CUNHA, a Progressão Horizontal no cargo de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL, passando da Classe I, Grau B, para a Classe I , Grau C, a partir de 03/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 03/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:399CE1BB

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2467/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 61, 62, 64 e 65 da Lei Complementar nº 38, de 15 de dezembro de 2010, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), LUISA GABRIELA DE MELO, a Progressão Horizontal no cargo de MÉDICO DA FAMÍLIA, passando da Classe XIV, Grau B, para a Classe XIV , Grau C, a partir de 03/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 03/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:52351072

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2468/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 61, 62, 64 e 65 da Lei Complementar nº 38, de 15 de dezembro de 2010, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), NOELE LEÃO SILVA ROCHEFORT, a Progressão Horizontal no cargo de MÉDICO DA FAMÍLIA, passando da Classe XIV, Grau B, para a Classe XIV , Grau C, a partir de 05/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 05/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:DE2B6E26

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2469/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 68, 70 e 71 da Lei Complementar nº. 43, de 24 de fevereiro de 2011, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), TAMIRES ALVES, a Progressão Horizontal no cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, passando da Classe I, Grau B, para a Classe I , Grau C, a partir de 17/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 17/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:18FAFD6C

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2470/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 68, 70 e 71 da Lei Complementar nº. 43, de 24 de fevereiro de 2011, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), MARÍLIA AUXILIADORA CORREIA MACHADO, a Progressão Horizontal no cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, passando da Classe I, Grau B, para a Classe I , Grau C, a partir de 03/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 03/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:3260B053

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2471/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 68, 70 e 71 da Lei Complementar nº. 43, de 24 de fevereiro de 2011, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), ELISA MACHADO SOUSA, a Progressão Horizontal no cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, passando da Classe I, Grau B, para a Classe I , Grau C, a partir de 11/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 11/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:25441460

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2472/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 68, 70 e 71 da Lei Complementar nº. 43, de 24 de fevereiro de 2011, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), JÉSSICA MARIA DE SOUZA, a Progressão Horizontal no cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, passando da Classe I, Grau B, para a Classe I , Grau C, a partir de 13/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 13/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:2B756740

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2473/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 68, 70 e 71 da Lei Complementar nº. 43, de 24 de fevereiro de 2011, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), NORA NEY DA COSTA CARVALHO, a Progressão Horizontal no cargo de BIBLIOTECÁRIO, passando da Classe IV-B, Grau B, para a Classe IV-B , Grau C, a partir de 03/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 03/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:D4D67F41

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2474/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 61, 62, 64 e 65 da Lei Complementar nº fevereiro de 2011, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), IRLEI GERALDO DA SILVA, a Progressão Horizontal no cargo de CAPINADOR, passando da Classe I, Grau B, para a Classe I , Grau C, a partir de 12/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 12/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:176C4351

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2475/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 68, 70 e 71 da Lei Complementar nº. 43, de 24 de fevereiro de 2011, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), MAYRA SOUZA COSTA, a Progressão Horizontal no cargo de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL, passando da Classe I, Grau B, para a Classe I , Grau C, a partir de 03/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 03/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:23AA6087

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2476/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 61, 62, 64 e 65 da Lei Complementar nº fevereiro de 2011, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), POLLYANA DE SÁ ALVES LOUREIRO SOUSA, a Progressão Horizontal no cargo de AGENTE SOCIAL, passando da Classe VI, Grau B, para a Classe VI , Grau C, a partir de 17/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 17/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:7C54BAF4

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2477/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 61, 62, 64 e 65 da Lei Complementar nº 38, de 15 de dezembro de 2010, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), SAMARA MARTINS SOUSA, a Progressão Horizontal no cargo de PSICÓLOGO, passando da Classe VI, Grau B, para a Classe VI , Grau C, a partir de 20/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 20/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:B82CDC8B

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2478/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 61, 62, 64 e 65 da Lei Complementar nº fevereiro de 2011, e suas alterações.

Resolve:
Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), CAROLINE MELO, a Progressão Horizontal no cargo de AGENTE SOCIAL, passando da Classe VI, Grau B, para a Classe VI , Grau C, a partir de 17/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 17/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:3142F4EC

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2479/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 61, 62, 64 e 65 da Lei Complementar nº 38, de 15 de dezembro de 2010, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), MELISSA PEREIRA DE OLIVEIRA, a Progressão Horizontal no cargo de MÉDICO DA FAMÍLIA, passando da Classe XIV, Grau B, para a Classe XIV , Grau C, a partir de 17/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 17/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:5BC14873

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2480/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 61, 62, 64 e 65 da Lei Complementar nº fevereiro de 2011, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), NUBIA DIAS LOPES, a Progressão Horizontal no cargo de PSICÓLOGO SOCIAL, passando da Classe XIV, Grau B, para a Classe XIV , Grau C, a partir de 17/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 17/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:14C6C171

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2481/2026

Efetiva servidor(a), após cumprido o estágio probatório.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seus artigos 61, inciso VI e 83, inciso II, alínea a, e em conformidade com o Art. 43 da Lei Complementar nº. 41, de 24/02/2011, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Formiga, e suas alterações, e Art. 14 da Lei Complementar nº. 38, de 15/12/2010, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Área de Saúde do Município de Formiga, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Efetivar o(a) servidor(a) GLEIDA PEGO DE MIRANDA, habilitado(a) para o exercício do cargo de MÉDICO DA FAMÍLIA, a partir de 17/08/2026, em conformidade com Parecer Conclusivo, expedido pela Comissão de Avaliação de Desempenho, após cumprido o interstício previsto no Art. 47 da Lei Complementar nº. 41, de 24/02/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 17/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:0A404B7E

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2482/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 61, 62, 64 e 65 da Lei Complementar nº 38, de 15 de dezembro de 2010, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), GLEIDA PEGO DE MIRANDA, a Progressão Horizontal no cargo de MÉDICO DA FAMÍLIA, passando da Classe XIV, Grau A, para a Classe XIV , Grau B, a partir de 17/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 17/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:077747A1

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2483/2026

Efetiva servidor(a), após cumprido o estágio probatório.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seus artigos 61, inciso VI e 83, inciso II, alínea a, e em conformidade com o Art. 43 da Lei Complementar nº. 41, de 24/02/2011, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Formiga, e suas alterações, e Art. 14 da Lei Complementar nº. 42, de 24/02/2011, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Direta do Poder Executivo, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Efetivar o(a) servidor(a) THAIS DE PAULA PARREIRA, habilitado(a) para o exercício do cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, a partir de 16/08/2026, em conformidade com Parecer Conclusivo, expedido pela Comissão de Avaliação de Desempenho, após cumprido o interstício previsto no Art. 47 da Lei Complementar nº. 41, de 24/02/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 16/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:FEE9AC6B

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2484/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 61, 62, 64 e 65 da Lei Complementar nº fevereiro de 2011, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), THAIS DE PAULA PARREIRA, a Progressão Horizontal no cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, passando da Classe VI, Grau A, para a Classe VI , Grau B, a partir de 16/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 16/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:D3C88C95

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2485/2026

Efetiva servidor(a), após cumprido o estágio probatório.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seus artigos 61, inciso VI e 83, inciso II, alínea a, e em conformidade com o Art. 43 da Lei Complementar nº. 41, de 24/02/2011, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Formiga, e suas alterações, e Art. 14 da Lei Complementar nº. 42, de 24/02/2011, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Direta do Poder Executivo, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Efetivar o(a) servidor(a) THALITA PEDROSA, habilitado(a) para o exercício do cargo de ASSISTENTE SOCIAL DE PROGRAMAS SOCIAIS, a partir de 01/08/2026, em conformidade com Parecer Conclusivo, expedido pela Comissão de Avaliação de Desempenho, após cumprido o interstício previsto no Art. 47 da Lei Complementar nº. 41, de 24/02/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 01/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:079C827A

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2486/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 61, 62, 64 e 65 da Lei Complementar nº fevereiro de 2011, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), THALITA PEDROSA, a Progressão Horizontal no cargo de ASSISTENTE SOCIAL DE PROGRAMAS SOCIAIS, passando da Classe XIV, Grau A, para a Classe XIV , Grau B, a partir de 01/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 01/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:654E4603

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2487/2026

Efetiva servidor(a), após cumprido o estágio probatório.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seus artigos 61, inciso VI e 83, inciso II, alínea a, e em conformidade com o Art. 63 da Lei Complementar nº. 44, de 24/02/2011, Estatuto dos Profissionais da Educação do Município de Formiga, e suas alterações, e Art. 14 da Lei Complementar nº. 43, de 24/02/2011, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação do Município de Formiga, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Efetivar o(a) servidor(a) TAYNARA RODRIGUES NUNES, habilitado(a) para o exercício do cargo de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir de 01/08/2026, em conformidade com Parecer Conclusivo, expedido pela Comissão de Avaliação de Desempenho, após cumprido o interstício previsto no Art. 67 da Lei Complementar nº. 44, de 24/02/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 01/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:876AC838

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2488/2026

Concede a Progressão Horizontal a servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI e 83, alínea a, e em conformidade com os artigos 68, 70 e 71 da Lei Complementar nº. 43, de 24 de fevereiro de 2011, e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao(a) servidor(a) efetivo(a), TAYNARA RODRIGUES NUNES, a Progressão Horizontal no cargo de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL, passando da Classe I, Grau A, para a Classe I , Grau B, a partir de 01/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 01/08/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 21 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:F6C0584C

PORTARIAS
REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL PORTARIA Nº. 2187/2026

Designa servidor(a) para substituir cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 61, inciso VI, e artigo 83, inciso II, alínea a, da Lei Orgânica do Município.

Resolve:

Art. 1º - Designar o(a) servidor(a), FERNANDA PAULA VIEIRA, OFICIAL ADMINISTRATIVO, para substituir José Arcanjo Borges, Coordenador de Cadastro e Atualização de Dados de Pessoal, no período de sua licença médica, de 27/05/2026 a 24/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 27/05/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 01 de junho de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:4ADDFA3F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMOSO

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

O Município de Formoso/MG, através do Prefeito Municipal, torna público aos interessados a realização da **Formação de credenciamento para contratação de profissionais para a prestação de serviços de mão de obra especializada nas áreas de pedreiro, servente, pintor, serralheiro e eletricista, visando atender às demandas de construção, manutenção e conservação das estruturas e unidades públicas municipais, em atendimento às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Formoso/MG**, através de **CREDENCIAMENTO por ordem de apresentação da proposta, com rodízio**, com fundamento nos arts. 74, inc. IV e 79, inc. I da Lei Federal nº 14.133/2024 e demais normas correspondentes.
- DATA DO INICIO DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO: A PARTIR DE **26 DE AGOSTO DE 2026**, ÀS 09H.
O edital e informações complementares se encontram à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Vicente Moreira de Moura, n° 363, Centro, Formoso/MG, e poderá ser obtido no horário comercial. Maiores informações poderão ser obtidas pelos e-mails: geprolformosomg@gmail.com e compraselicitacoes@formoso.mg.gov.br ou telefone: (38) 3647-1552/1111.

Formoso/MG, 25 de agosto de 2026.

ROSIMEIRE SILVA SOUSA,
Coordenadora da Comissão Permanente de Contratação.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:3E9B9674

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/2026 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2026

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. DINARTE HENRIQUE GUEDES DE ORNELAS, **ADJUDICA** e **HOMOLOGA** o Processo Administrativo nº 121/2026, Pregão Presencial nº 07/2026. Objeto: Formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de recargas de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), vasilhames para acondicionamento de GLP e respectivos acessórios, destinados ao atendimento das demandas dos órgãos e unidades administrativas vinculados à Prefeitura Municipal de Formoso/MG. Situação: ADJUDICADO em 24/08/2026, e HOMOLOGADO em 25/08/2026. RESULTADO: Adjudicado e Homologado para **RAPIDINHO GÁS LTDA** – CNPJ: 18.440.240/0001-72, vencedora do certame, totalizando R$ 129.180,00 (cento e vinte e nove mil e cento e oitenta reais).

Formoso/MG, 25 de agosto de 2026.

DINARTE HENRIQUE GUEDES DE ORNELAS,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:493B9C54

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GOUVEIA

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOUVEIA

LEI MUNICIPAL Nº 1.506 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOUVEIA, ESTADO DE MINAS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOUVEIA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Gouveia, Estado de Minas Gerais, o Plano Municipal de Ação para Implementação da Política Municipal de Alfabetização, na forma do Anexo Único desta Lei, que dela passa a fazer parte integrante.
Art. 2º - O Plano Municipal de Ação para Implementação da Política Municipal de Alfabetização constitui instrumento de planejamento, organização, execução, monitoramento e avaliação das ações destinadas a assegurar a alfabetização das crianças na idade certa, promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental e garantir a melhoria contínua dos indicadores educacionais da rede pública municipal.
Art. 3º - O Plano Municipal de Ação terá vigência no período de 2026 a 2028, sem prejuízo de sua continuidade e atualização para períodos subsequentes.
Art. 4º - A implementação do Plano observará:
I - arts. 8°, 9º, 10 e 11 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
II- Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Plano Nacional de Educação);
III- Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
IV- Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Compromisso);
V- Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
VI- Decreto nº 48.939/2024, que institui o Pacto Mineiro pela Alfabetização e demais legislações aplicáveis.
CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS
Art. 5º - São objetivos do Plano Municipal de Ação:
I – Garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – Promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos 3º, 4º e 5º anos que apresentem defasagens;
III – Reduzir desigualdades educacionais;
IV – Fortalecer a qualidade da alfabetização mediante práticas pedagógicas baseadas em evidências;
V – Promover o monitoramento contínuo da aprendizagem;
VI – Fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;
VII – Incentivar a participação das famílias no processo de alfabetização;
VIII – Fomentar a cultura de monitoramento, avaliação e melhoria contínua da aprendizagem.
CAPÍTULO III
DA IMPLEMENTAÇÃO E DA GOVERNANÇA
Art. 6º - A implementação do Plano Municipal de Ação será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e com as demais instâncias envolvidas na Política Municipal de Alfabetização.
Art. 7º - O Comitê Municipal de Governança da Alfabetização, instituído e regulamentado nos termos do Decreto Executivo nº 044, de 8 de julho de 2026, atuará como
instância consultiva e de acompanhamento da implementação do Plano Municipal de Ação.

Art. 8º - Compete ao Comitê Municipal de Governança da Alfabetização, observado o disposto em sua regulamentação:
I – Acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – Monitorar indicadores relacionados à alfabetização e à aprendizagem;
III – Propor aperfeiçoamentos e estratégias para a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
IV – Acompanhar a execução do Plano Municipal de Ação para a Alfabetização;
V – Elaborar relatórios anuais de acompanhamento das ações e resultados da Política Municipal de Alfabetização.
Parágrafo único. A atuação do Comitê terá caráter consultivo e de acompanhamento, não substituindo as competências administrativas e pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação, das equipes gestoras e dos profissionais da educação.

CAPÍTULO IV
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO
Art. 9º - O monitoramento da execução do Plano Municipal de Ação será realizado de forma contínua pela Secretaria Municipal de Educação, com o acompanhamento do Comitê Municipal de Governança da Alfabetização.
Art. 10 - Constituem instrumentos de monitoramento e avaliação do Plano:
I- Das avaliações internas diagnósticas e processuais;
II- Da variação da fluência leitura;
III- Das avaliações do sistema mineiro de avaliação e equidade da educação pública-SIMAVE;
IV- Dos indicadores do compromisso nacional criança alfabetizada;
V- Das demais avaliações nacionais estaduais e municipais.
Art. 11 - Os resultados do monitoramento e da avaliação subsidiarão:
I - O planejamento anual do Município;
II - Os planos de ação das escolas;
III - As formações continuadas;
IV - A recomposição das aprendizagens;
V- A revisão das metas municipais.

CAPÍTULO V
DA ARTICULAÇÃO COM AS UNIDADES ESCOLARES
Art. 12 - As unidades escolares da Rede Municipal de Ensino deverão incorporar as diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal de Ação aos seus respectivos planejamentos e planos de ação pedagógica, observadas as especificidades de cada comunidade escolar.
Art.13 - As equipes gestoras, coordenadores pedagógicos, professores alfabetizadores, professores recuperadores e demais profissionais da educação participarão da implementação das ações previstas no Plano, de acordo com suas respectivas atribuições.
Art.14 - As ações de alfabetização deverão considerar as desigualdades territoriais entre as escolas urbanas e rurais, as especificidades socioculturais das comunidades atendidas e as necessidades educacionais dos estudantes público-alvo da Educação Especial, assegurando estratégias diferenciadas e equitativas.

CAPÍTULO VI
DO FINANCIAMENTO
Art. 15 - As ações previstas no Plano Municipal de Ação serão financiadas por dotações orçamentárias próprias do Município.

CAPÍTULO VII
DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO
Art. 16 - O Plano Municipal de Ação será objeto de acompanhamento e avaliação periódica, podendo ser revisado sempre que os resultados do monitoramento, alterações na legislação educacional ou novas necessidades da Rede Municipal de Ensino assim o justificarem.
§1º - A revisão do Plano deverá considerar os resultados das avaliações, os indicadores educacionais, o cumprimento das metas e as necessidades identificadas no processo de implementação da Política Municipal de Alfabetização.
§2º - As alterações que impliquem modificação das metas, objetivos ou diretrizes estruturantes do Plano deverão ser formalizadas mediante alteração desta Lei.
§3º - Os ajustes de natureza operacional, metodológica ou relacionados ao cronograma de execução poderão ser realizados pelos instrumentos administrativos próprios, respeitadas as disposições desta Lei.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art.17 - A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares necessárias à execução desta Lei e do Plano Municipal de Ação.
Art.18 - O Poder Executivo dará publicidade ao Plano Municipal de Ação, aos seus resultados e aos relatórios de acompanhamento, observadas as normas de proteção de dados pessoais e demais disposições legais aplicáveis.
Art.19 - O Anexo Único desta Lei poderá ser reproduzido e divulgado em meio físico ou digital, assegurando-se amplo acesso à comunidade escolar e à sociedade.
Art.20 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas, se necessário, na forma da legislação aplicável.
Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gouveia/MG, 24 de agosto de 2026.

ALBERIS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Gouveia/MG

ANEXO ÚNICO
PLANO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO - 2026 / 2028.
Município: Gouveia – MG

1. DIAGNÓSTICO DA REDE MUNICIPAL
A Rede Municipal de Ensino de Gouveia é composta por:
- 01 Centro Municipal de Educação Infantil;
- 01 Creche Municipal;
- 05 Escolas Municipais de Ensino Fundamental.

Atualmente atende aproximadamente **1.178 estudantes**, distribuídos entre Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental. Vale ressaltar que dentre estes, **48** são público alvo da Educação Inclusiva. A rede possui coordenação pedagógica estruturada, professores recuperadores e equipe técnica permanente para acompanhamento da aprendizagem.

1.1. Dados Gerais - Censo Escolar

Item	Quantitativo
Escolas	07 escolas (censo 2026)
Direção /Vice direção escolar	08/02
Coordenação Pedagógica	09/01 (licença) = **10**
Professores	101
Educadores Infantis	45
Monitor (PNE)	40
Matrículas da Educação Infantil	491
Matrículas do Ensino Fundamental I	658
Matrículas do Ensino Fundamental II	29

2. DIAGNÓSTICO DA ALFABETIZAÇÃO
Os resultados das avaliações internas, Avaliação de Fluência e SIMAVE demonstram que:
- Aproximadamente **85% das crianças encontram-se alfabetizadas ao final do 2º ano**;
- Cerca de **15% dos estudantes do 3º ao 5º ano apresentam defasagens significativas** em leitura, escrita e interpretação, incluindo os alunos da Educação Inclusiva.
- Aproximadamente **12% apresentam níveis críticos de fluência leitora**, considerando todo o público da rede.
- Há diferenças entre escolas urbanas e rurais, principalmente relacionadas ao acompanhamento familiar, rotatividade de estudantes e acesso às tecnologias.

2.1. Demais dados do diagnóstico situacional da rede:
2.1.1 Percentual de escolaridade dos professores:
- Superior/ Licenciatura: 97%
- Ensino médio: 3%

2.1.2 Percentual de docentes por forma de contratação:
- Concursado/efetivo/estável: 74%
- Contrato temporário: 26%

2.1.3 Percentual de escolaridade dos educadores infantis:
- Superior/ Licenciatura: 22%
- Ensino médio: 78%

2.1.4 Percentual de educadores infantis por forma de contratação:
- Concursado/efetivo/estável: 60%
- Contrato temporário: 40%
2.1.5 Percentual de escolaridade dos Monitores (PNE)
- Superior/ Licenciatura: 100%
- Ensino médio: 0%
2.1.6 Percentual de Monitores (PNE) por forma de contratação:
- Concursado/efetivo/estável: 37,5%
- Contrato temporário: 62,5%

2.2 Principais desafios
- Recomposição das aprendizagens;
- Fortalecimento da fluência leitora;
- Ampliação dos acervos literários;
- Melhoria da infraestrutura tecnológica/física;
- Fortalecimento da participação familiar;
- Formação continuada baseada em evidências.
- Ampliação e adequação dos materiais didáticos voltados para o público da Educação Inclusiva.

2.3 Desigualdades Territoriais e Especificidades Socioculturais
O município de Gouveia apresenta características territoriais e socioculturais que influenciam diretamente o processo de alfabetização. A rede municipal atende estudantes residentes tanto na zona urbana quanto na zona rural, cujas realidades demandam estratégias pedagógicas diferenciadas para garantir a equidade educacional.
Nas escolas da zona rural, destacam-se desafios relacionados ao deslocamento dos estudantes, à distância entre residência e escola, ao acesso limitado às tecnologias digitais e, em alguns casos, à menor participação das famílias no acompanhamento sistemático da vida escolar. Já nas escolas urbanas, observa-se mais rotatividade de estudantes, além da presença de fatores socioeconômicos e familiares que interferem na continuidade das aprendizagens.
A diversidade cultural presente no município, os diferentes contextos familiares, as especificidades dos estudantes públicos da Educação Especial, bem como as distintas experiências de letramento vivenciadas pelas crianças antes do ingresso no Ensino Fundamental, constituem fatores que exigem práticas pedagógicas contextualizadas, inclusivas e fundamentadas no princípio da equidade.
Nesse contexto, a Política Municipal de Alfabetização reconhece que garantir o direito à alfabetização requer considerar essas desigualdades territoriais e especificidades socioculturais no planejamento das ações pedagógicas, na formação continuada dos profissionais da educação, na distribuição de recursos, na implementação das estratégias de recomposição das aprendizagens e no monitoramento dos resultados, assegurando que todas as crianças tenham oportunidades efetivas de aprender.

2.4 Potencialidades
A rede já possui:
- Professores alfabetizadores experientes;
- Especialistas pedagógicas por escola e por turno;
- Professores recuperadores;
- Monitores (PNE);
- Bibliotecas escolares;
- Cantinhos de leitura;
- Monitoramento pedagógico permanente;
- Adesão ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e ao Pacto Mineiro pela Alfabetização.

3. METAS MUNICIPAIS

Meta 3.1
- Garantir que **100% das crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano** até dezembro de 2028.

Meta 3.2
- Elevar o índice municipal de alfabetização para:

Ano	Meta
2026	90%
2027	95%
2028	100%

Meta 3.3
- Reduzir a cada ano **50%** das defasagens de aprendizagem dos estudantes do 3º ao 5º ano.

Meta 3.4
- Garantir que **100% dos professores alfabetizadores participem anualmente de formação continuada**.

Meta 3.5
Garantir que todas as escolas realizem:
- Avaliações diagnósticas;
- Avaliações processuais;
- Avaliação de fluência;
- Análise pedagógica dos resultados.

Meta 3.6
- Implementar monitoramento individual de todos os estudantes não alfabetizados ou que apresentam dificuldades na aprendizagem.

Meta 3.7
- Ampliar em **70% os acervos literários** das escolas municipais.

Meta 3.8
- Fortalecer a participação das famílias, garantindo pelo menos **três ações anuais de mobilização** em cada escola.

4. ESTRATÉGIAS
Eixo I – Gestão e Governança
Estratégias
- Instituir oficialmente o Comitê Municipal de Governança.
- Realizar reuniões trimestrais.
- Monitorar indicadores da alfabetização.
- Realizar relatório anual.

Eixo II – Formação Continuada
Estratégias
- Planejamento anual de formação incluindo também a Educação Inclusiva.
- Estudos sobre alfabetização (processos de aquisição da leitura e da escrita).
- Estudos sobre a Matemática na alfabetização.
Avaliação formativa.
- Recomposição das aprendizagens.
- Estudo sobre a Base Nacional Comum Curricular- Computação

Eixo III – Práticas Pedagógicas
Estratégias
- Sequências didáticas.
- Projetos pedagógicos e interdisciplinares.
- Rotina diária de leitura.
- Produção textual.
- Intervenções pedagógicas.
- Trabalhos pedagógicos, avaliações mensais e trimestrais.

Eixo IV – Recomposição das Aprendizagens
Estratégias
- Desenvolver intervenções pedagógicas diferenciadas, considerando as desigualdades territoriais, as especificidades socioculturais das comunidades atendidas e as necessidades educacionais dos estudantes, garantindo equidade no acesso às oportunidades de alfabetização, através de: Plano Individual de Aprendizagem, atendimento complementar, professor recuperador, agrupamentos temporários, monitoramento individual.

Eixo V – Família e Comunidade
Estratégias
- Promover ações de aproximação entre escola, famílias e comunidade, respeitando as características socioculturais e territoriais de cada unidade escolar, fortalecendo o vínculo entre família e processo de alfabetização, como: Projeto Família Leitora, sacolas/caixinhas literárias, rodas de leitura, reuniões pedagógicas.

Eixo VI – Infraestrutura
Estratégias

- Ampliação dos acervos literários e de pesquisas.
- Renovação dos cantinhos de leitura.
- Aquisição de materiais pedagógicos.
- Recursos tecnológicos.
- Materiais inclusivos.
- Ampliação/adequação do espaço escolar (Construção de novas salas)

Eixo VII – Compartilhamento de Boas Práticas
Estratégias
- Rodas de conversas municipal sobre a Alfabetização.
- Publicação de experiências exitosas.
- Banco Municipal de Boas Práticas.
- Premiação de projetos.

5. CRONOGRAMA

Ação	2026	2027	2028
Instituição do Comitê	x		
Avaliação Diagnóstica	x	x	x
Formação Continuada	x	x	x
Monitoramento Pedagógico	x	x	x
Avaliação de Fluência	x	x	x
Recomposição da Aprendizagem	x	x	x
Ampliação dos Acervos	x	x	x
Ampliação/adequação do espaço escolar (construção de novas salas)	x	x	
Rodas de conversas municipal sobre a alfabetização	x	x	x
Avaliação da Política		x	x
Revisão do Plano		x	x

6. RESPONSÁVEIS
Secretaria Municipal de Educação
- Coordenação Geral da Política.
Comitê Municipal de Governança
- Acompanhamento da Execução.
Diretores Escolares
- Implementação Nas Unidades Escolares.
Coordenadores Pedagógicos
- Acompanhamento Pedagógico.
Professores Alfabetizadores
- Execução Das Ações.
Professores Recuperadores
- Intervenções Pedagógicas.
Conselho Municipal de Educação
- Acompanhamento e Controle Social.
Famílias
- Participação no Processo Educativo.

7. INDICADORES
Serão Monitorados:
Aprendizagem
- Percentual de Crianças Alfabetizadas no 2º Ano;
- Nível de Fluência Leitora;
- Resultados do Simave;
- Resultados Das Avaliações Diagnósticas.
Formação
- Número de Formações (internas e Externas);
- Carga Horária;
- Participação Docente.
Recomposição
- Estudantes Atendidos;
- Estudantes Recuperados;
- Redução Das Defasagens.
Gestão
- Reuniões do Comitê;
- Visitas Técnicas;
- Planos de Ações Escolares.
Participação Familiar
- Frequência Nas Reuniões;
- Participação em Projetos;
- Registro Dos Feedbacks Das Famílias.
Infraestrutura
- Atualização Dos Acervos;
- Aquisição de Materiais;
- Uso de Recursos Tecnológicos;
- Ampliação do Espaço Escolar (construção de Novas Salas).

8. MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
O Acompanhamento e Monitoramento Será Realizado de Forma Contínua Pela Secretaria Municipal de Educação e Pelo Comitê Municipal de Governança da Alfabetização, Observando se as Ações Previstas no Plano de Ação Estão Sendo Executadas. Serão Utilizados:
- Visitas Técnicas às Escolas;
- Análise Dos Planos de Intervenção Pedagógica;
- Reuniões Trimestrais do Comitê Municipal;
- Relatórios Semestrais de Acompanhamento;
- Relatório Anual da Política Municipal de Alfabetização.

Os Resultados Subsidiarão a Revisão Das Metas Municipais, o Planejamento da Secretaria Municipal de Educação, os Planos de Ação Das Escolas, as Formações Continuadas e as Ações de Recomposição Das Aprendizagens, Conforme Previsto no Decreto Executivo Nº 044/2026.

Publicado por:
Pamela Moreira Costa
Código Identificador:DED0E1B0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GRÃO MOGOL

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 064 ADESÃO A ATA SRP 001/2026-CIMAMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG-Proc. 064/2026, ADESÃO A ATA SRP 001/2026-CIMAMS-Aquisição de 01 (um) veículo para transporte sanitário acessibilidade, 0 Km, como autoriza a Resolução SES/MG 10.514/2025, para atender à Secretaria Municipal de Saúde de Grão Mogol/MG-Sr. Prefeito, Diego A. B. Fagundes ADJUDICA E HOMOLOGA a favor de ORLY VEÍCULOS E PEÇAS S/A, CNPJ 21.483.615/0001-87-Vlr: R$337.000,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG- Proc. 064/2026, ADESÃO A ATA SRP 001/2026-CIMAMS-Aquisição de 01 (um) veículo para transporte sanitário acessibilidade, 0 Km, como autoriza a Resolução SES/MG 10.514/2025, para atender à Secretaria Municipal de Saúde de Grão Mogol/MG-Sr Prefeito, Diego A. B. Fagundes formaliza a favor de ORLY VEÍCULOS E PEÇAS S/A, CNPJ 21.483.615/0001-87-CTR 045/2026. Valor: R$337.000,00. Vigência: 31/12/2026 na forma do art. 105 da Lei 14133/21-Assina p/Contratada: p.p Raphaella Regiane Germânio e p.p Alessandro Romano.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:35528F22

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 067 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 018/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG-Proc. 067/2026-Pregão 018/2026- Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de baterias em geral para atender a frota do município de Grão Mogol/MG, no modo de disputa aberto. Credenciamento: 09/09/2026, 09h30min-licitagraomogol.mg@gmail.com-www.graomogol.mg.gov.br.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:07C58692

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 068 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG-Proc. 068/2026-Concorrência Eletrônica 005/2026-Execução de pavimentação PMF na sede do Município-Lei Estadual nº 23.830/21, mediante regime de empreitada por preço global e execução indireta-Julgamento: 15/09/2026, 9h30min-licitagraomogol.mg@gmail.com - www.graomogol.mg.gov.br - www.portaldecompraspublicas.com.br.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:C3682D7C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARACIABA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

PROCESSO: 048/2026
INEXIGIBILIDADE: 008/2026
CREDENCIAMENTO: 001/2026
SESSÃO DE ANALISE: 08ª

OBJETO: Credenciamento para fins de eventual contratação de BANDAS, ARTISTAS MUSICAIS, APRESENTAÇÃO INFANTO-JUVENIL, DJ E LOCUTOR não detentores de consagração crítica a nível estadual ou nacional para apresentação nos diversos estilos musicais em eventos promovidos e/ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Guaraciaba/MG, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Guaraciaba/MG.

A Secretária Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 74, em conjunção com o inciso I, do Art. 79 da Lei 14.133/2021, considerando que foram cumpridas todas as fases legais e administrativas, **AUTORIZA** a Inexigibilidade de Licitação nº 008/2026, Processo 048/2026, para credenciamento dos seguintes artistas:

NOME/RAZÃO SOCIAL	CATEGORIA PRETENDIDA	SITUAÇÃO
50.692.053 WEDISON TEIXEIRA DE BARROS	Banda de pequeno porte – mínimo de 04 componentes	HABILITADO
36.318.163 GABRIEL APARECIDO MARTINS FILHO	Banda de grande porte – mínimo de 10 componentes	HABILITADO
61.265.423 MAIRA MARTINS TAVARES	Banda de grande porte– mínimo de 10 componentes	HABILITADO
JULIO CÉSAR EVANGELISTA	Locutor Profissional	HABILITADO

Os artistas serão remunerados conforme valor fixado para cada categoria, previamente estabelecido no Termo de Referência, Anexo I do Edital, podendo ser revisado ao final do período de 1 (um) ano, contado da publicação do Edital.

Guaraciaba/MG, 25 de agosto de 2026.

GISLENE EVANGELISTA FERREIRA
Secretária Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo

Publicado por:
Diogia Nataele Bailon
Código Identificador:6B54A0EA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA. PROCESSO Nº 400/2026. INEXIGIBILIDADE 035/2026 - Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços médicos especializados nas áreas de Cardiologia, Pediatria, Cirurgia Geral, Ginecologia e Obstetrícia, Psiquiatria e Ortopedia, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraciaba. O Edital na íntegra poderá ser obtido no site: www.guaraciaba.mg.gov.br. Maiores informações: licitacao@guaraciaba.mg.gov.br.

Guaraciaba/MG, 25 de agosto de 2026.

CINTIA GOMES FERREIRA
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Taynara da Costa Rodrigues
Código Identificador:7FA80D62

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0149/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2026. INEXIGIBILIDADE Nº008/2026. CREDENCIAMENTO Nº 001/2026. OBJETO: Contratação de BANDAS, ARTISTAS MUSICAIS, APRESENTAÇÃO INFANTO-JUVENIL, DJ E LOCUTOR não detentores de consagração crítica a nível estadual ou nacional para apresentação nos diversos estilos musicais em eventos promovidos e/ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Guaraciaba/MG, nas condições estabelecidas no Termo de Referência. Fundamentação: Art.74 c/c artigo 79, I, Lei 14.133/2021. Contratante: Município de Guaraciaba/MG. Contratado conforme descrições abaixo:

CONTRATO Nº	FORNECEDOR	VALOR TOTAL	VIGÊNCIA	ASSINATURA
0149/2026	Edenir José de Oliveira, inscrito no CPF sob o nº 068.***.***-70	R$ 1.606,81	60 dias a partir da assinatura do contrato	24/08/2026

Guaraciaba/MG, 25 de agosto de 2026.

GISLENE EVANGELISTA FERREIRA
Secretaria Municipal De Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

Publicado por:
Taynara da Costa Rodrigues
Código Identificador:6DB6AC0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ELEIÇÕES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
AV. FRANCISCO VIEIRA MARTINS, 400 - Bairro PALMEIRAS - CEP 35430225 - Ponte Nova - MG
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
"ELEIÇÕES"
SEI nº0000034-58.2026.6.13.8225
Cartório Eleitoral da 225ª Zona Eleitoral de Ponte Nova
Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2026.- TREMG

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS E O MUNICÍPIO DE GUARACIABA NA FORMA ABAIXO:

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, Órgão do Poder Judiciário da União, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, com sede na Av. Prudente de Morais, nº 100, Bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte/MG, doravante denominado **TREMG**, neste ato representado por Sua Excelência a Senhora Juíza Eleitoral de Ponte Nova/MG, Dayse Mara Silveira Baltazar, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º, da Portaria nº 103, de 13, de junho de 2025, da Presidência deste Tribunal, e do outro lado o município de **GUARACIABA**, CNPJ nº 19.382.647/0001-53, com sede em GUARACIABA, na Rua Direita, 92, centro, neste ato representado por BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, nos termos da Lei nº 14.113, de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente acordo visa à cooperação técnico-administrativa a ser prestada pelo município de **GUARACIABA** ao TRE-MG, em atividades de realização das Eleições de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA COOPERAÇÃO
O município de GUARACIABA arcará com as obrigações previstas nos itens de número I a VIII abaixo, de acordo com a requisição da Juíza Eleitoral:
I. ceder veículos, motoristas e combustível para convocação de mesários, quando frustrada via correio, vistoria de locais de votação e realização de outros serviços externos da Justiça Eleitoral, principalmente na Zona Rural;

II. ceder veículos, motoristas e combustível para transporte das urnas eletrônicas por ocasião da realização do pleito, no primeiro turno e, se houver, no segundo, de acordo com a programação da zona eleitoral de envio dos materiais destinados à votação;
III. disponibilizar responsáveis técnicos (eletricista e bombeiro hidráulico para vistoria dos locais de votação, bem como materiais para eventual reparo, devendo ficar em regime de plantão nos dias dos pleitos;
IV. ceder espaço físico para treinamento dos mesários e para outros fins relacionados às Eleições de 2026;
V. fornecer material permanente para treinamentos e reuniões referentes às Eleições de 2026;
VI. fornecer alimentação aos profissionais de apoio nos sábados e domingos em que houver trabalho para as eleições, desde que os destinatários não recebam qualquer benefício similar da própria Prefeitura ou de outra instituição;
VII. fornecer serviço de limpeza na entrada e imediações dos locais de votação;
VIII. fornecer hospedagem, desde que o colaborador não receba benefício com a mesma finalidade de outra instituição.

Parágrafo Primeiro. As despesas com conservação e manutenção do veículo, bem como aquelas referentes a motoristas, são responsabilidade do cedente.

Parágrafo Segundo: É vedada a cessão de pessoas, inclusive a prevista no art. 94-A, II, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e ao art. 12 da Resolução TSE 23.523, de 27 de junho de 2017, por meio de Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica será a partir da data de sua publicação até 06/11/2026.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXTINÇÃO

Faculta-se aos partícipes, a seu exclusivo critério e a salvo de multa ou sanção, dar por findo o presente Acordo de Cooperação Técnica a qualquer momento, devendo o partícipe interessado notificar por escrito o outro, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. Na hipótese de extinção deste acordo, os partícipes obrigam-se a cumprir todos os compromissos e obrigações pendentes.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

A celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica não acarretará despesas diretas aos partícipes, salvo aquelas decorrentes do cumprimento das obrigações estabelecidas na cláusula segunda.

CLÁUSULA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Os partícipes reconhecem a importância da proteção de dados pessoais e comprometem-se a tratar todos os dados pessoais obtidos, armazenados, tratados ou compartilhados em virtude da execução deste Acordo de Cooperação Técnica em estrita conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD —, e legislação aplicável à proteção de dados e privacidade.

Parágrafo Primeiro. Os partícipes comprometem-se a:
I. tratar os dados pessoais exclusivamente para os fins estabelecidos neste Acordo de Cooperação Técnica;

II. implementar medidas de segurança técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito;
III. garantir a confidencialidade dos dados pessoais tratados e o acesso somente a pessoas autorizadas, para a execução deste Acordo de Cooperação Técnica;
IV. assegurar a transparência e o direito de informação às(aos) titulares dos dados, fornecendo todas as informações necessárias sobre o tratamento de seus dados pessoais de maneira clara, precisa e acessível.

Parágrafo Segundo. Qualquer transferência de dados pessoais entre os partícipes ou para terceiros, quando necessária à execução deste Acordo de Cooperação Técnica, deverá ser realizada em conformidade com a LGPD, garantindo-se a proteção dos dados transferidos.

Parágrafo Terceiro. Os partícipes asseguram o respeito aos direitos das(dos) titulares dos dados, conforme previsto na LGPD.

Parágrafo Quarto. Em caso de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante às(aos) titulares dos dados, os partícipes comprometem-se a comunicar uma à outra, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da ciência do ocorrido, sem prejuízo da comunicação às autoridades competentes, conforme exigido pela LGPD, e a tomar todas as medidas necessárias para a mitigação dos efeitos do incidente, nos termos do art. 48 da LGPD.

Parágrafo Quinto. Os partícipes comprometem-se a manter registros completos e detalhados de todas as atividades de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica e a disponibilizá-los para auditoria pelas autoridades competentes, quando solicitado.

Parágrafo Sexto. As obrigações relativas ao tratamento de dados pessoais previstas nesta cláusula permanecerão vigentes após a extinção ou conclusão deste Acordo de Cooperação Técnica, pelo período necessário para a preservação de direitos ou conforme exigido pela legislação aplicável.

Parágrafo Sétimo. Os partícipes deverão cumprir e fazer cumprir o disposto na Resolução TSE nº 23.650, de 9 de setembro de 2021, que trata da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral, e na Resolução TSE nº 23.656, de 7 de outubro de 2021, que dispõe sobre o acesso a dados pessoais constantes dos sistemas informatizados da Justiça Eleitoral, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Parágrafo Oitavo. Cada partícipe será responsável pelos prejuízos que ocasionar às(aos) titulares dos dados, além de arcar com eventuais multas administrativas decorrentes do descumprimento da LGPD.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O **TRE-MG** publicará o extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura, conforme art. 10 da Portaria SEGES/MGI nº 3.506, de 08 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Os partícipes publicarão, nos sítios eletrônicos oficiais, o inteiro teor do acordo celebrado.

CLÁUSULA OITAVA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Acordo de Cooperação Técnica é celebrado com fundamento no art. 184 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Presidencial nº 11.531, de 16 de maio de 2023 e na Portaria nº 103, de 13 de junho de 2025, da Presidência.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I. Os partícipes garantem e declaram mutuamente que:
a) as atividades referentes ao Acordo de Cooperação Técnica ora celebrado serão conduzidas de forma ética, obedecendo aos mais rigorosos princípios de integridade e da boa-fé;
b) valorizam a diversidade e repudiam toda e qualquer forma de preconceito e assédio, comprometendo-se a não praticar qualquer forma de discriminação ou constrangimento, sejam elas relacionadas a cor, raça, sexo, orientação sexual, língua, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social;
II. os partícipes poderão, a qualquer tempo e de comum acordo, modificar este Acordo de Cooperação Técnica através de Termo Aditivo, mediante prévia e expressa comunicação, observando-se a forma legal;
III. para acompanhar o desenvolvimento do presente acordo, o município de GUARACIABA e o TRE-MG indicam, respectivamente como seus representantes o Prefeito ou pessoa por este indicada e o chefe de cartório, ficando acordado que todas as comunicações entre os signatários deverão ser formalmente encaminhadas aos representantes indicados.

CLÁUSULA DEZ – DO FORO

Conforme o disposto no inciso I do art. 109 da Constituição Federal e no § 1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes do presente acordo.

E, por estarem ajustados e acordados, os partícipes assinam o presente Acordo de Cooperação Técnica.

Ponte Nova, 7 de agosto de 2026.

Tribunal Regional Eleitoral De Minas Gerais
DAYSE MARA SILVEIRA BALTAZAR
Juíza Eleitoral

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE:08881326620
Assinado de forma digital por BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE:08881326620
Dados: 2026.08.10 14:54:44 -03'00'

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal De Guaraciaba

Documento assinado eletronicamente por **DAYSE MARA SILVEIRA BALTAZAR**, **Juiz(a) Eleitoral**, em 07/08/2026, às 14:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0,informando o código verificador **7682874** e o código CRC **2D145CE2**.

0000034-58.2026.6.13.8225	7682874v1

Publicado por:
Débora Fernandes de Andrade
Código Identificador:0800814E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE 027/2026 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE 027/2026

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACIABA/MG, BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE**,** no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do concurso Público para Provimento de Cargos Pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município, **CONVOCA** os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para o cargo efetivo, observadas as seguintes condições:

1 DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA.
Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital, deverá comparecer ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaraciaba/MG, na Rua: Direita, nº 92, Centro, Guaraciaba/MG, CEP: 35.436-000, no horário das 08:00hs às 11:00hs e das 13:00hs às 16:00 para entrega dos documentos relacionados do Anexo II deste Edital e para a assinatura do Termo de Interesse na Vaga, no prazo de 15 dias.
O candidato será atendido conforme data e horário de chegada.
A falta de qualquer documento constante no Anexo II acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.1.
O não comparecimento nos termos do item 1.1 do presente Edital, implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA.

A avaliação médica oficial dar-se-á, em momento anterior a posse, da seguinte forma:
Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato deverá apresentar o atestado de aptidão no momento da apresentação dos documentos contido no Anexo II.
A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

DOS ATOS DE NOMEAÇÃO.

A publicação dos atos de nomeação, será termo inicial para a posse do candidato, no prazo de 30 (trinta) dias, na forma da lei.

DA POSSE.

Empossado, o candidato terá 5 (cinco) dias para apresentar-se no seu local de trabalho ou Setor do Recursos Humanos da Prefeitura de Guaraciaba/MG.
Cumpridas todas as exigências do presente Edital, o convocado deverá se apresentar para início das atividades, conforme orientação do Departamento de recursos Humanos.

DA PUBLICAÇÃO.

5.1 Este edital entra em vigor na data de sua publicação, vinculado ao Diário Oficial do Município.

Guaraciaba/MG, 21 de agosto de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE.
Prefeito Municipal.

ANEXO I – EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE 027/2026
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2024
CANDIDATOS CONVOCADOS.

AGENTE ADMINISTRATIVO

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
0002071	Tatiana dos Santos de Oliveira	11º

Guaraciaba/MG, 21 de agosto de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE.
Prefeito Municipal.

ANEXO II – EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE 027/2026
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

Original e fotocópia da certidão de nascimento ou da certidão de casamento (se for o caso devidamente averbada);
Original e fotocópia do CPF próprio;
Original e fotocópia do título de eleitor com o comprovante de votação na última eleição ou certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;
Original e fotocópia do certificado de reservista, se do sexo masculino;
Original e fotocópia da carteira de identidade, ou do documento único equivalente, de valor legal;
Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado;
Laudo médico favorável, sem restrições, fornecido por serviço médico oficial. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente, para o exercício do emprego;
Original e fotocópia do documento que comprove a escolaridade mínima exigida para o emprego;
Original e fotocópia do certificado de conclusão do curso e registro profissional correspondente ao emprego a que concorre, quando do exercício da atividade profissional do candidato o exigir;
Apresentação de habilitação na área (pós graduação, mestrado e doutorado), em caso exigido no edital.
Comprovante de regular situação de inscrição no órgão de classe respectivo, quando do exercício da atividade profissional do candidato o exigir;
02 (duas) fotografias 3X4, recente;
Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para os fins do disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;
Certidão de nascimento e CPF de todos os dependentes.
Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 (vinte e um) anos;
Carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
Carteira Nacional de Habilitação – para os cargos que exigirem, conforme lei municipal;
Termo de Interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato;

Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;
Certidão de negativa Civil, Criminal e eleitoral;
Conta bancária do banco credenciados pelo Município Itaú*;*
CTPS (carteira de trabalho).
PIS/ PASEP.

Em nenhuma hipótese haverá justificativa para o candidato pelo não cumprimento dos prazos determinados, ou serão aceitos documentos após as datas estabelecidas.
O candidato assinara no ato da posse, um termo, sob as penas da lei, declarando que não exerce outro cargo público inacumulável, nos termos do art. 37, XVI e § 10 da Constituição Federal.
A convocação respeitará a ordem de classificação e o número de vagas existentes ou que vierem a existir, durante o período de validade do Concurso 001/2024.
Termo de Interesse no Cargo e Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função, para os fins do disposto no art.37, serão fornecido pelo Município no ato da apresentação dos documentos no setor de Recursos Humanos.

Guaraciaba/MG, 21 de agosto de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Débora Fernandes de Andrade
Código Identificador:1FDAE82E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARANI

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO - RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

AVISO - RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
O **Prefeito Municipal de Guarani-MG**, em cumprimento ao art. 94, *caput*, da Lei nº 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Contrato
Número	071/2026
Contratante	**MUNICÍPIO DE GUARANI-MG**, através da Prefeitura Municipal de Guarani
Contratado	**R. M. OLIVEIRA INFORMÁTICA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.774.433/0001-10
Objeto	O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em equipamentos de informática, destinados ao atendimento de todas as Secretarias Municipais, pelo período de 12 (doze) meses**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Fundamento	Pregão Presencial nº 017/2024 - Processo Licitatório nº 079/2024
Base legal	Art. 28, I, Lei Federal n° 14.133/2021.
Prazo	**22/08/2026** a **22/08/2027**
Valor	O valor da contratação é de **R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).**
Dotações Orçamentárias	3.3.90.39.00.2.01.01.04.122.0003.2.0005 3.3.90.39.00.2.03.01.08.122.0008.2.0016 3.3.90.39.00.2.03.01.08.243.0008.2.0018 3.3.90.39.00.2.08.01.08.244.0008.2.0081 3.3.90.39.00.2.08.01.08.122.0008.2.0078 3.3.90.39.00.2.05.01.10.122.0014.2.0050 3.3.90.39.00.2.05.03.10.302.0014.2.0057 3.3.90.39.00.2.05.05.10.303.0014.2.0062 3.3.90.39.00.2.05.02.10.301.0014.2.0054 3.3.90.39.00.2.04.01.12.122.0010.2.0023 3.3.90.39.00.2.04.02.12.365.0010.2.0027 3.3.90.39.00.2.04.02.12.361.0010.2.0026 3.3.90.39.00.2.06.01.15.451.0019.2.0066 3.3.90.39.00.2.02.01.04.122.0003.2.0009
Signatário - Contratante	MÁRCIO COSTA DOS REIS FILHO Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos
Signatário - Contratado	ROSILENE MOYSÉS OLIVEIRA Sócia Administradora

Guarani-MG, 21 de agosto de 2026.

RENAN BRAGA PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Renan Braga Pereira
Código Identificador:F1126247

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ANULAÇÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079|2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017|2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços jurídicos visando à recuperação, compensação e operacionalização de créditos previdenciários por meio do Sistema de Compensação Previdenciária – COMPREV, em atendimento ao Município de Guarani/MG.

I – DO PREÂMBULO E DOS FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARANI, ESTADO DE MINAS GERAIS**, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação pátria vigente, especialmente com fundamento no dever-poder de autotutela administrativa (Súmula nº 473 do Egrégio Supremo Tribunal Federal, art. 53 da Lei Federal nº 9.784/1999 e arts. 147 a 150 da Lei Federal nº 14.133/2021);

CONSIDERANDO as conclusões do Parecer Jurídico exarado pela Assessoria Jurídica Municipal, devidamente homologado nesta data, o qual atestou a existência de vícios insanáveis e insanáveis ilegalidades que contaminam o Processo Licitatório nº 079/2026, a Inexigibilidade de Licitação nº 017/2026 e o Contrato Administrativo nº 053/2026 desde o seu nascedouro;

CONSIDERANDO que a contratação direta por inexigibilidade de licitação (art. 74, III, "c", da Lei nº 14.133/2021) revelou-se indevida, visto que a operacionalização do Sistema COMPREV constitui atividade rotineira, ordinária e finalística dos Regimes Próprios de Previdência Social, consoante expressamente assentado pelas Recomendações CNRPPS/ME nº 01/2021 e CNRPPS/MPS nº 03/2024, carecendo do requisito essencial da singularidade do serviço;

CONSIDERANDO a flagrante ilegalidade da cláusula remuneratória contratual que fixou honorários contingentes (*ad exitum*) no montante de 20% do benefício econômico, frontalmente contrária ao disposto no art. 15, § 2º, da Portaria MPS nº 402/2008 e no art. 84, § 3º, II, da Portaria MTP nº 1.467/2022;
CONSIDERANDO a vedação legal de vinculação dos recursos da compensação previdenciária ao pagamento de honorários contratuais de terceiros, dada a sua destinação exclusiva e vinculada ao pagamento de benefícios aos segurados (art. 15 do Decreto Federal nº 10.188/2019);

CONSIDERANDO que a declaração de nulidade do ato administrativo opera efeitos retroativos (*ex tunc*), desfazendo todos os seus efeitos jurídicos desde a origem, ressalvado tão somente o dever de indenizar eventual execução de boa-fé devidamente apurada em processo administrativo próprio (art. 149 da Lei nº 14.133/2021);

II – TERMO DE ANULAÇÃO

RESOLVE:

Art. 1º. DECLARAR A ANULAÇÃO INTEGRAL E DEFINITIVA do Processo Licitatório nº 079/2026, do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 017/2026 e do Contrato Administrativo nº 053/2026, firmado com a empresa MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS, com efeitos retroativos (*ex tunc*) à data de sua celebração, por insuperáveis ilegalidades na sua origem.

Art. 2º. NOTIFICAR a contratada acerca deste Termo de Anulação, abrindo-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para, querendo, interpor recurso administrativo ou apresentar pedido de reconsideração, nos termos do art. 150 e do art. 165, I, "b", da Lei nº 14.133/2021.

Art. 3º. DETERMINAR à Secretaria Municipal de Finanças e ao Fiscal do Contrato que procedam à imediata e definitiva interrupção de qualquer repasse financeiro ou pagamento, devendo certificar nos autos eventual apuração de valores executados de boa-fé até esta data

para estrita análise indenizatória, vedado qualquer pagamento a título de lucros cessantes ou percentuais de êxito futuro.

Art. 4º. DETERMINAR a publicação deste Termo no Diário Oficial dos Municípios Mineiros e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como a juntada de cópia integral no respectivo processo administrativo.

Art. 5º. Este Termo entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, notifique-se e cumpra-se.

Guarani-MG, 25 de agosto de 2026

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Braga Pereira
Código Identificador:4431A313

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARDA-MOR

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITACAO

AVISO DE LICITAÇÃO.
AVISO DE LICITAÇÃO- Prefeitura Municipal de Guarda-Mor - Processo Licitatório n°68/2026 – Pregão Eletrônico nº34/2026 – Através de seu Pregoeiro Municipal – Marcelo Barbosa da Silva e sua Equipe de Apoio comunica que fará realizar às 08h do dia 08 de setembro de 2026, licitação tipo menor lance por item, que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PISO DE GRANITO PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA DE GUARDA MOR.** CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, e comunica que o Edital poderá ser acessado/retirado nos sites: www.bnc.org.br, www.guardamor.mg.gov.br e PNCP (licitações). Maiores informações pelo telefone (41) 3557-2301 ou p/ e-mail: licitacomprasgmor@gmail.com.

Guarda Mor,25 de agosto de 2026

Publicado por:
Marcelo Barbosa da Silva
Código Identificador:ABAC8579

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PORTARIA 333-2026

PORTARIA Nº 333 DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUARDA MOR – COMED E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Guarda Mor, MG, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município (com redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007, de 21/11/2000), e nos termos do art. 107, II, "c", do mesmo Diploma Legal.

RESOLVE:

Art. 1º- O Conselho Municipal de Educação de Guarda Mor, MG - COMED para o quadriênio 2026/2030 será constituído dos seguintes membros:

I – Representante da Secretaria Municipal de Educação:
- Titular – Naianne dos Santos Cruz
- Suplente – Andressa Vital Xavier

II – Representantes dos Professores da Rede Municipal de Ensino:
- Titular – Maria Tereza dos Santos
- Suplente – Talita Nazar Gonçalves Marra

III – Representantes dos Diretores das Escolas Públicas:
- Titular – Sirlei Oliveira dos Santos Rocha
- Suplente – Rosana Vital da Silva Cruz

IV – Representantes dos Servidores das Escolas Públicas de Ensino Fundamental:
- Titular – Juliana da Silva
- Suplente – Rosmeire Pereira Leal

V – Representantes da Superintendência Regional de Ensino:
- Titular – Liliane Aparecida Almeida
- Suplente – Danúbia Fernandes de Souza

VI - Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:
- Titular – Valéria Rosa de Oliveira
- Suplente – Betânia Marcelino Esteves

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições anteriores em contrário.

Guarda Mor-MG, 20 de Agosto de 2026.

JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA
Prefeito de Guarda Mor

Publicado por:
Marcelo Barbosa da Silva
Código Identificador:A3ECA01D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUAXUPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECISÃO DE INSTAURAÇÃO DE REURB

DECISÃO DE INSTAURAÇÃO DE REURB

Procedimento Nº: 003/2026
Núcleo: Morro Agudo Matrícula: 38.605

Trata-se de requerimento formulado pela representante dos legitimados, EMPRESA REGULARIZA ASSESSORIA EM NEGÓCIOS IMOBILIARIOS pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 58.449.162/0001-91, com sede a Rua Camilo Fonseca, 110- Centro- cidade de Formiga MG. Com o requerimento vieram as peças referentes ao Projeto de Regularização Fundiária previstas no art. 35, da Lei 13.465/17.
Em razão do pedido, determino a abertura do procedimento administrativo, que o procedimento seja encaminhado aos órgãos técnicos competentes para análise e que classifiquem e fixem uma das modalidades da Reurb ou promovam o indeferimento fundamentado do requerimento em até 180 dias, nos termos dos artigos 32, da Lei nº 13.465/2017, e 23, §2º, do Decreto nº 9.310/2018.
Compete ao ente publico entre outras funções já estabelecidas na Lei nº 13.465/2017 e no Decreto nº 9.310/2018:

1. Caso seja solicitado, elaborar o documento que classifica a modalidade da regularização fundiária no Município, nos termos do inciso I do art. 13 da Lei nº 13.465/2017. Se o documento já existir e for necessário, deve-se promover a revisão;

2. Definir os requisitos para elaboração do projeto de regularização, no que se refere aos desenhos, ao memorial descritivo e ao cronograma físico de obras e serviços a serem realizados, se for o caso (art. 36, §4º da Lei nº 13.465/2017 e art. 31, §5º do Decreto nº 13.465/2017);

3. Aprovar e cumprir o cronograma para término das etapas referentes às buscas cartorárias, notificações;

4. Proceder às buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser

regularizado, caso já não tenha sido fornecido pelo legitimado requerente;

5. Identificar os ritos da regularização fundiária que podem ser adotados, conferindo primazia à regularização fundiária dos núcleos que possam ser regularizados pelo rito da Reurb Inominada, prevista nos art. 69 da Lei nº 13.465/2017 e art. 87 do Decreto nº 9.310/2018.

6. Notificar os titulares de domínio, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os confinantes e os terceiros eventualmente interessados, para que possam apresentar a possível impugnação no prazo de 30 dias, contado da data de recebimento da notificação. A notificação (pessoal e por edital) deve explicitar que a impugnação pode versar, inclusive, sobre a discordância de eventual titulação final por usucapião, na medida em que não serão renovadas as notificações aos confrontantes e aos demais titulares de direitos reais, bem como a publicação de edital em caso de instauração de usucapião judicial ou extrajudicial para titulação dos beneficiários (art. 24, §1º do Decreto nº 9.310/2018);

7. Notificar a União e o Estado se houver interesse direto dos entes, como no caso de existência de imóveis públicos confrontantes ou no perímetro interno da área a ser regularizada. Nesta hipótese, indicar precisamente onde há interesse da União e do Estado para facilitar a manifestação da anuência;

8. Receber as impugnações e promover procedimento extrajudicial de composição de conflitos, fazendo uso da arbitragem. Também poderão instalar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos – no âmbito da administração local –, celebrar termo de ajustes com o Tribunal de Justiça Estadual (art. 14 do Decreto nº 9.310/2018 e art. 21 da Lei nº 13.465/2017) ou, ainda, fazer uso da mediação ofertada pelos serviços notariais e de registro (Provimento 67/CNJ/2018);

9. Lavrar o auto de demarcação urbanística, caso pretenda realizar o procedimento com demarcação urbanística prévia e somente se não for possível adotar o rito previsto no art. 31 da Lei nº 13.465/2017 ou outro rito de regularização fundiária;

10. Na REURB-S: operada sobre área de titularidade de ente público, caberá ao Município promotor a responsabilidade de elaborar o projeto de regularização fundiária e a implantação da infraestrutura essencial, quando necessária; e, se for operada sobre área titularizada por particular, caberá ao Município a responsabilidade de elaborar e custear o projeto de regularização fundiária e a implantação da infraestrutura essencial, quando necessária (art. 33 da Lei nº13.465/2017 e art. 26 do Decreto nº 9.310/2018);

11. Na Reurb-S, fica facultado aos legitimados promover, às próprias expensas, os projetos e os demais documentos técnicos necessários à regularização de seu imóvel;

12. Na Reurb-E, a regularização fundiária será contratada e custeada pelos potenciais beneficiários ou requerentes privados;

13. Na Reurb-E sobre áreas públicas, o Município poderá proceder à elaboração e ao custeio do projeto de regularização fundiária e da implantação da infraestrutura essencial, com posterior cobrança aos seus beneficiários, se houver interesse público;

14. Se for necessária a alienação de bem público, seja consignado pelo órgão pública, a dispensa de desafetação, de autorização legislativa, de avaliação prévia e de licitação para alienação das unidades imobiliárias decorrentes da Reurb, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.465/2017 e art. 89 do Decreto nº 9.310/2018;

15. Na Reurb-S, a aquisição de direitos reais pelo particular poderá se dar de forma gratuita. Na Reurb-E, isso ficará condicionado ao justo pagamento do valor da unidade imobiliária, nos termos do art. 16 da Lei nº 13.465/2017 e art. 9º do Decreto nº 9.310/2018 e conforme critérios definidos em ato a ser publicado pelo ente público;

16. Elaborar ou aprovar o projeto de regularização fundiária, dispensando-se as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edilícios, independentemente de existência de lei municipal neste sentido (§1º, art. 3º do Decreto nº 9.310/2018);

17. Expedir Habite-se simplificado no próprio procedimento da Reurb, que deverá obedecer aos requisitos mínimos fixados pelos órgãos competentes, observadas as particularidades do caso concreto;

18. Dispensar a emissão do Habite-se no caso de averbação das edificações em Reurb-S, que poderá ser efetivada no cartório de Registro de Imóveis a partir de mera notícia, a requerimento do interessado, da qual conste a área construída e o número da unidade imobiliária;

19. Celebrar o termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX do artigo 35 da Lei nº 13.465/2017 e do inciso X do art. 30 do Decreto nº 9.310/2018;

20. Em caso de Reurb-S, cabe à concessionária ou à permissionária de serviços públicos, mediante provocação, a elaboração do cronograma físico de implantação da infraestrutura essencial e a assinatura do termo de compromisso para cumprimento do cronograma (art. 30, §4º do Decreto nº 9.310/18);

21. Emitir a Certidão de Regularização Fundiária, acompanhada ou não da titulação final (legitimação fundiária, concessão de direito real de uso ou de moradia e legitimação de posse, doação ou compra e venda de bem público, nos termos do art. 42, §3º do Decreto nº 9.310/2018);

22. Proceder à licitação para credenciamento de empresa – caso o legitimado seja a União, Estado ou entidade da administração pública indireta; beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana de baixa renda e que não assumiram os custos do levantamento planialtimétrico; a Defensoria Pública e o Ministério Público. No caso de regularização de interesse específico, obras de infraestrutura e os custos da Reurb são de responsabilidade dos beneficiários ou dos parceladores/empreendedores irregulares;

23. Emitir conclusão formal do procedimento.

Publique-se no meio oficial e, na falta de meio oficial, nos átrios da sede da Prefeitura. Dê-se ciência ao legitimado.

Guaxupé MG, 24 de agosto de 2026.

MARCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:EC497AAA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 02º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 160/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 02º Termo Aditivo ao Contrato nº 160/2024, originado da Dispensa Eletrônica nº 035/2024, firmado com a empresa **RB SOLUCOES LTDA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, do contrato que tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças de uso dos softwares Microsoft 365 Apps for Business Anual, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo. **Valor:** R$

11.972,50. **Fundamento Legal:** Artigo 107 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 25/08/2026

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:E5E3D967

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 04º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 04º Termo Aditivo à ATA de Registro de Preços nº 021/2026, originado do Pregão Eletrônico nº 020/2026, firmado com a empresa **ALFALAGOS LTDA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração de fornecedor, marca e valor do item **261 -** VITAMINA A 50000UI/ML + VITAMINA D 10000UI/ML EM GOTAS, da Ata que tem por objeto a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS E CORRELATOS PERTENCENTES À RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS (REMUME), DESTINADOS AOS MUNÍCIPES DE GUAXUPÉ, USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Fundamento Legal:** Artigo 124, II da Lei Federal n° 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 25/08/2026

DANIELA BETTELLI LUTF
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:884F8711

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
INFORMATIVO SOBRE O AUXÍLIO-TRANSPORTE – 2º SEMESTRE DE 2026 MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ/MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
INFORMATIVO SOBRE O AUXÍLIO-TRANSPORTE – 2º SEMESTRE DE 2026
MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ/MG

Informativo sobre o Auxílio-Transporte – 2º Semestre de 2026
Município de Guaxupé/MG.

A Secretaria Municipal de Educação divulga o resultado do cálculo do rateio do Auxílio-Transporte para o segundo semestre de 2026, nos termos da Lei Municipal nº 3.209/2025, alterada pela Lei Municipal nº 3.239/2025, e regulamentado pelos Decretos Municipais nº 3.173/2026 e nº 3.174/2026.

Considerando que, no exercício de 2025, cada estudante recebeu o total de R$ 740,70 no semestre (6 parcelas de R$ 123,45), o mesmo valor total foi mantido para o semestre de 2026, assegurando continuidade e isonomia na política pública.

Para o presente semestre, o pagamento será realizado em 5 parcelas, conforme calendário letivo vigente.

Valor total por estudante no semestre: R$ 740,70

Valor por parcela (5 parcelas): R$ 148,14

Ensino Superior
Estudantes beneficiados: **91**
Valor total destinado à modalidade: **R$ 67.403,70**

Ensino Técnico
Estudantes beneficiados: **59**

Valor total destinado à modalidade: **R$ 43.701,30**

O cálculo foi realizado mediante a divisão do total destinado ao semestre pelo número de estudantes habilitados, fixando-se o valor global individual e distribuindo-o em parcelas conforme o período letivo, nos termos do Decreto Municipal nº 3.174/2026.

O pagamento de cada parcela permanece condicionado à comprovação de frequência mínima de 75%, na plataforma 1Doc, conforme previsto na legislação municipal vigente.

Em síntese, o rateio garante valor igual por estudante, manutenção do montante total praticado no exercício anterior e transparência na aplicação dos recursos públicos.

Guaxupé, 25 de agosto de 2026.

ALINE MONTEIRO MELO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:2A718EA9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GURINHATÃ

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 117/2026, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 117/2026, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Aposenta a servidora MARIZA MEDEIROS DE QUEIROZ *no cargo de provimento efetivo de* Fiscal de Tributos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GURINHATÃ, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e na forma da legislação em vigor, etc;

CONSIDERANDO o requerimento da *servidora MARIZA MEDEIROS DE QUEIROZ*, protocolado nesta Repartição;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo de Aposentadoria 004/2026, que tramitou no Fundo de Previdência do Município de Gurinhatã;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005;

CONSIDERANDO por fim, os documentos comprobatórios de contagem de tempo expedido pela Prefeitura Municipal de Gurinhatã;

DECRETO:

Art. 1º Fica aposentada, voluntariamente, com proventos integrais correspondente a última remuneração, cujo valor é R$ 3.902,93 (três mil, novecentos e dois reais e noventa e três centavos), com paridade, nos termos do Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, no cargo de Fiscal de Tributos, nível 031, a *servidora **MARIZA MEDEIROS DE QUEIROZ***, matrícula nº 06, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.546-72, lotada no Departamento Municipal de Saúde, que nos termos do Processo Administrativo de Aposentadoria FUPREMG 004/2026, comprovou um total de 10.993 (dez mil, novecentos e noventa e três) dias contribuição dias e efetivo exercício no serviço público municipal, sendo todos no cargo em que se aposenta.

§ 1º. A aposentadoria que trata o *caput* produzirá seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades e a quem o conhecimento e execução do presente Decreto pertencer, que o cumpram e o façam cumprir tão inteiramente como nele se contém.

Dado de passado nesta Prefeitura Municipal de Gurinhatã, Estado de Minas Gerais, aos 25 de agosto de 2026.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Medeiros Souza
Código Identificador:2D7ABA85

FUPPREMG- FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GURINHATÃ
PORTARIA Nº 006, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 006, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Concede o benefício previdenciário de Pensão por Morte à senhora SUELY APARECIDA DA SILVA em razão do falecimento do segurado DILCINEZ BATISTA BORGES.

PEDRO CESAR DOS SANTOS, Diretor do FUPREMG, no uso de suas atribuições legais que dispõe o Art. 6º, incisos VI e X, da Lei Municipal 859, de 14 de dezembro de 2005;
CONSIDERANDO o óbito, ocorrido em 23 de dezembro de 2025, do segurado **DILCINEZ BATISTA BORGES**, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.136-99, **em atividade na data do óbito** no cargo de Motorista, Nível 029;

CONSIDERANDO a Ação de RECONHECIMENTO E EXTINÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL – autos nº 1000815-76.2026.8.13.0342 que tramitou na Vara de Família e Sucessões da Comarca de Ituiutaba, com trânsito e julgado em 3 de agosto de 2026, onde foi reconhecida a união estável entre a requerente ***SUELY APARECIDA DA SILVA*** e o *de cujus* ***DILCINEZ BATISTA BORGES;***

CONSIDERANDO o Processo Administrativo de Pensão por Morte 02/2026, que tramitou no Fundo de Previdência do Município de Gurinhatã;

CONSIDERANDO Constituição Federal de 1988, Art. 40, § 7º, II; Emenda Constitucional nº 103/2019, Art. 23, § 8º, e Art.36, II, c/c Art. 95, II, c/c Arts. 94, II, e 54, I, "b", e Art. 102, IV todos da Lei Municipal no 859, de 14 de dezembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o benefício previdenciário de **PENSÃO POR MORTE** à senhora ***SUELY APARECIDA DA SILVA***, inscrita no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.386-86, companheira do segurado **DILCINEZ BATISTA BORGES**, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.136-99, **em atividade na data do óbito** no cargo de Motorista, Nível 029, falecido em 23 de dezembro de 2025, devendo perceber 100% do total do provento de R$ 2.377,45 (dois mil, trezentos e setenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), a contar da data do requerimento, qual seja, 6 de agosto de 2026, na conformidade da Constituição Federal de 1988, Art. 40, § 7º, II; Emenda Constitucional nº 103/2019, Art. 23, § 8º, e Art.36, II, c/c Art. 95, II, c/c Arts. 94, II, e 54, I, "b", e Art. 102, IV todos da Lei Municipal no 859, de 14 de dezembro de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 6 de agosto de 2026, a data do requerimento protocolizado pela senhora ***SUELY APARECIDA DA SILVA,*** consoante o Art. 94, II, da Lei Municipal no 859, de 14 de dezembro de 2005**.**

Gurinhatã, em 25 de agosto de 2026.

PEDRO CESAR DOS SANTOS
Diretor do FUPREMG

Publicado por:
Pedro Cesar Dos Santos
Código Identificador:754B0364

SETOR DE LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 030/2026, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA, TELEFONIA MÓVEL, INTERNET CORPORATIVA EM FIBRA ÓPTICA, LINK DEDICADO E INTERNET VIA SATÉLITE, INCLUINDO INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: CONNECT TELECOM LTDA inscrito no CNPJ sob o n° 09.318.485/0001-30 pelo valor global de R$ 214.999,00 (duzentos e quatorze mil novecentos e noventa e nove reais).

Gurinhatã-MG, 25 de agosto de 2026

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:3395E378

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 037/2026

AVISO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 037/2026

A Prefeitura Municipal de Gurinhatã-MG., torna público nos termos da Lei Federal Nº 14.133/21, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026, CUJO OBJETO é a **AQUISIÇÃO DE UM SISTEMA DE DIGITALIZAÇÃO E IMPRESSÃO DE IMAGENS DE RAIOS X (DR, CR E DRY)**, CONFORME especificações contidas no Termo de Referência Anexo I do Edital. Início da Disputa: 07/09/2026 às 09h. A licitação ocorrerá no endereço eletrônico: Plataforma LICITANET - Licitações Eletrônicas (www.licitanet.com.br)., horário de Brasília. Poderão participar da Licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do Edital. O Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados no site: www.gurinhata.mg.gov.br, via e-mail: licitacao@gurinhata.mg.gov.br.

HERNANI ALVES SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:75108ACD

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N° 076/2025

EXTRATO DE CONTRATO N° 076/2025

EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº 076/2025. Processo nº 033/2025. Inexigibilidade 008/2025. Procedimento Auxiliar – Credenciamento 002/2025. Partes: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GURINHATÃ – CONTRATADA: DOUGLAS DE MORAES PADILHA,CNPJ 41.484.794/0001-93, OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS**

PARA ATENDER AS DEMANDAS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE, Vigência: 29/05/2025 à 29/05/2026. Valor R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Dotação orçamentária: **02.09.--.10.301.0007.2061- ASSISTÊNCIA NA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – FICHA 226**.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:FD0A6837

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N° 089/2025

EXTRATO DE CONTRATO N° 089/2025

EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº 089/2025. Processo nº 033/2025. Inexigibilidade 008/2025. Procedimento Auxiliar – Credenciamento 002/2025. Partes: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GURINHATÃ – CONTRATADA: SILVA & TUISA LTDA,CNPJ 30.977.203/0001-01, OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Vigência: 30/05/2025 à 30/05/2026. Valor R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais). Dotação orçamentária: **02.09.--.10.301.0007.2061- ASSISTÊNCIA NA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – FICHA 226**.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:BA055CE5

SETOR DE LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

HOMOLOGAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

Nos termos do relatório final apresentado pelo Agente de Contratação e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Credenciamento nº 002/2025, que objetiva: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme descriminação do termo de referência; HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como credenciados os licitantes:
1 - JCLINICA LTDA inscrito no CNPJ sob o n° 43.889.398/0001-71.

Item	Descrição	UN	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
6	CONSULTA DE ESPECIALIDADE GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA	SE	720	100,00	72.000,00

Gurinhatã-MG, 20 de maio de 2025.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:3C35A496

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE HELIODORA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
EXTRATOS DE CONTRATOS/HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56, torna público a Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 153/2026 – Pregão Presencial nº 019/2026. Objeto: Registro de preços para eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a manutenção dos diversos setores da Administração Municipal. Favorecidos: 21.650.916 ANTÔNIO CLÁUDIO SOUZA - CNPJ Nº 21.650.916/0001-67. SUPERMERCADO VENCEDORA LTDA EPP - CNPJ Nº 64.421.159/0001-62. JOSÉ BENEDITO FERREIRA JUNIOR & CIA LTDA – CNPJ Nº 68.504.588/0001-54. JOÃO MAURÍCIO DE SOUZA – CNPJ Nº 19.178.555/0001-56. DAYENE FERREIRA FERNANDES GONÇALVES 06807546602 – CNPJ Nº 40.761.771/0001-16. Data da Homologação: 12/08/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 278/2026

Contratante: Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56
Contratado: 21.650.916 ANTÔNIO CLÁUDIO SOUZA - CNPJ Nº 21.650.916/0001-67. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a manutenção dos diversos setores da Administração Municipal. Origem: Processo Licitatório nº 153/2026 – Pregão nº 019/2026. Valor estimado: R$ 55.656,00 (Cinquenta e cinco mil seiscentos e cinquenta e seis reais). Vigência: 17/08/26 a 16/08/27. Data da Assinatura: 17/08/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 279/2026

Contratante: Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56
Contratado: SUPERMERCADO VENCEDORA LTDA EPP - CNPJ Nº 64.421.159/0001-62. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a manutenção dos diversos setores da Administração Municipal. Origem: Processo Licitatório nº 153/2026 – Pregão nº 019/2026. Valor estimado: R$ 890.903,93 (Oitocentos e noventa mil novecentos e três reais e noventa e três centavos). Vigência: 17/08/26 a 16/08/27. Data da Assinatura: 17/08/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 280/2026

Contratante: Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56
Contratado: JOÃO MAURÍCIO DE SOUZA – CNPJ Nº 19.178.555/0001-56. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a manutenção dos diversos setores da Administração Municipal. Origem: Processo Licitatório nº 153/2026 – Pregão nº 019/2026. Valor estimado: R$ 380.393,00 (Trezentos e oitenta mil trezentos e noventa e três reais). Vigência: 17/08/26 a 16/08/27. Data da Assinatura: 17/08/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 281/2026

Contratante: Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56
Contratado: JOSÉ BENEDITO FERREIRA JUNIOR & CIA LTDA – CNPJ Nº 68.504.588/0001-54. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a manutenção dos diversos setores da Administração Municipal. Origem: Processo Licitatório nº 153/2026 – Pregão nº 019/2026. Valor estimado: R$ 792.805,86 (Setecentos e noventa e dois mil oitocentos e cinco reais e oitenta e seis centavos). Vigência: 17/08/26 a 16/08/27. Data da Assinatura: 17/08/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 282/2026

Contratante: Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56
Contratado: DAYENE FERREIRA FERNANDES GONÇALVES 06807546602 – CNPJ Nº 40.761.771/0001-16. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a manutenção dos diversos setores da Administração Municipal. Origem: Processo Licitatório nº 153/2026 – Pregão nº 019/2026. Valor estimado: R$ 133.800,00 (Cento e trinta e três mil e oitocentos reais). Vigência: 17/08/26 a 16/08/27. Data da Assinatura: 17/08/2026.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56, torna público a Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 133/2026 – Pregão Presencial nº 013/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para Construção da Unidade Estratégia Saúde da Família (ESF) no Bairro Rural Ribeirão Vermelho, conforme Planilhas e Cronograma Físico-Financeiro, em atendimento a Secretaria de Saúde do Município. Favorecido: J COSTA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ 09.177.905/0001-06, com o valor global de R$ 225.000,00 (Duzentos e vinte e cinco mil reais). Data da Homologação: 17/07/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 259/2026

Contratante: Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56
Contratado: J COSTA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA - CNPJ 09.177.905/0001-06. Objeto: Contratação de empresa especializada para Construção da Unidade Estratégia Saúde da Família (ESF) no Bairro Rural Ribeirão Vermelho, conforme Planilhas e Cronograma Físico-Financeiro, em atendimento a Secretaria de Saúde do Município. Origem: Processo Licitatório nº 133/2026 – Pregão nº 013/2026. Valor: R$ 225.000,00 (Duzentos e vinte e cinco mil reais). Vigência: 31/07/26 a 30/06/27. Data da Assinatura: 31/07/2026.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56, torna público a Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 144/2026 – Pregão Presencial nº 016/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para Construção de Campo de Fut5 e Vestiário no Bairro da Floresta, conforme Planilhas e Cronograma Físico-Financeiro, em atendimento a Secretaria de Esporte e Lazer do Município. Favorecido: J COSTA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ 09.177.905/0001-06, com o valor global de R$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais). Data da Homologação: 27/07/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 265/2026

Contratante: Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56
Contratado: J COSTA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA - CNPJ 09.177.905/0001-06. Objeto: Contratação de empresa especializada para Construção de Campo de Fut5 e Vestiário no Bairro da Floresta, conforme Planilhas e Cronograma Físico-Financeiro, em atendimento a Secretaria de Esporte e Lazer do Município. Origem: Processo Licitatório nº 144/2026 – Pregão nº 016/2026. Valor: R$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais). Vigência: 31/07/26 a 31/12/26. Data da Assinatura: 31/07/2026.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56, torna público a Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 146/2026 – Pregão Presencial nº 017/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de calçamento com blocos de concreto (pavimento intertravado) nas estradas rurais do Bairro da Floresta, conforme Planilhas do Projeto. Favorecido: CONSTRUTORA PAVIFORTE LTDA – CNPJ nº 52.345.677/0001-65, com o valor global de R$ 1.310.000,00 (Um milhão trezentos e dez mil reais). Data da Homologação: 29/07/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 266/2026

Contratante: Município de Heliodora-MG - CNPJ: 18.712.133/0001-56
Contratada: CONSTRUTORA PAVIFORTE LTDA – CNPJ nº 52.345.677/0001-65. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de calçamento com blocos de concreto (pavimento intertravado) nas estradas rurais do Bairro da Floresta, conforme Planilhas do Projeto. Origem: Processo Licitatório nº 146/2026 – Pregão Presencial nº 017/2026. Valor: R$ 1.310.000,00 (Um milhão trezentos e dez mil reais). Vigência: 03/08/26 a 31/01/27. Data da Assinatura: 03/08/2026.

Heliodora-MG, 26/08/2026

DEJAIR BATISTA DE AGUIAR
Agente de Contratação

Publicado por:
Michel Antunes Coutinho Dos Reis
Código Identificador:4F455FDE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IGUATAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO 052/2026
PROCESSO 102/2026

O Município de Iguatama, torna público o pregão eletrônico, objetivando o registro de preço para aquisição de utensílios de copa e cozinha, para atendimento as diversas secretarias da prefeitura municipal de Iguatama/MG. Abertura: 08/09/2026 às 09:00h. Edital disponível: 26/08/2026 no Setor de Licitações: (037) 3353-2289 e site www.iguatama.mg.gov.br e www.licitanet.com.br .

Iguatama, 26 de agosto de 2026.

LUCAS VIEIRA LOPES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:8533A6BE

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DO ADITIVO Nº3 PROCESSO 178/2024.
INEXIGIBILIDADE 012/2024. CONTRATO N° 118/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA – EXTRATO DO ADITIVO Nº3 Processo 178/2024. INEXIGIBILIDADE 012/2024. Contrato N° 118/2024. Objeto: locação de imóvel localizado na rua 5, n 442, 1 pavimento do condomínio josé José Gontijo lara para implantação da unidade básica do samu para atender a demanda de urgência e emergência no município de Iguatama/MG. X FERNANDO TELES DE CARVALHO, inscrito no CPF: 326.11.416-68.

LUCAS VIEIRA LOPES –

Iguatama, 25 de agosto de 2026.

Prefeito Municipal

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:64331553

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DO ADITIVO Nº4 PROCESSO 178/2024.
INEXIGIBILIDADE 012/2024. CONTRATO N° 118/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA – EXTRATO DO ADITIVO Nº4 Processo 178/2024. INEXIGIBILIDADE 012/2024. Contrato N° 118/2024. Objeto: locação de imóvel localizado na rua 5, n 442, 1 pavimento do condomínio josé José Gontijo lara para implantação da unidade básica do samu para atender a demanda de urgência e emergência no município de Iguatama/MG. X FERNANDO TELES DE CARVALHO, inscrito no CPF: 326.11.416-68.

LUCAS VIEIRA LOPES –

Iguatama, 25 de agosto de 2026.

Prefeito Municipal

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:DD9C25C4

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2026

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2026

O **MUNICÍPIO DE IGUATAMA**, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ: 18.306.688/0001-06, com sede à Rua 05, nº 857, bairro Pio XII Iguatama/MG CEP: 38.910-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Dr. Lucas Vieira Lopes, brasileiro, solteiro, advogado e o **MUNICÍPIO DE BAMBUÍ**, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ: 20.920.567/0001-93, Endereço: Praça Mozart Torres, nº 68, Centro, CEP 38.900-000 - Bambuí/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Firmino Geraldo de Oliveira Júnior, Prefeito Municipal, resolvem celebrar o presente **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2026**, fundamentado no Processo Administrativo nº 001/2026, no art. 184 da Lei Federal nº 14.133/2021, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990), na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal nº 8.742/1993), bem como nas justificativas constantes do Memorando nº 39/2026/SMAAS de Iguatama/MG e do Ofício nº 193/2026/SMDS de Bambuí/MG, alinhado às deliberações judiciais nos autos do Processo nº 5006657-86.2024.8.13.0261, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Convênio de Cooperação nº 001/2026, visando à continuidade do acolhimento institucional de adolescente oriundo do Município de Iguatama/MG na Casa Lar Municipal de Bambuí/MG, garantindo a proteção integral, o atendimento técnico qualificado e o acompanhamento socioassistencial especializado, em conformidade com as diretrizes do ECA e do SUAS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA E DO VALOR
2.1. O prazo de vigência do Convênio de Cooperação nº 001/2026 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 26/08/2026 a 26/08/2027, visando assegurar a continuidade do atendimento e a estabilidade socioemocional da acolhida.

2.2. A manutenção da parceria observará o valor mensal pactuado de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para o custeio da vaga, perfazendo o valor global aditado de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) para o período de 12 meses, a ser repassado pelo MUNICÍPIO DE IGUATAMA ao MUNICÍPIO DE BAMBUÍ conforme cronograma de desembolso.

2.3. As despesas contratuais decorrentes desta prorrogação correrão por conta da seguinte dotação e rubrica orçamentária do Município de Iguatama:
Dotação Orçamentária: 02.05.02.08.244.0010.20073
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 (Ficha 148)
Fonte de Recursos: 1.500.00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam expressamente ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Convênio de Cooperação nº 001/2026 e no seu Primeiro Termo Aditivo que não conflitarem com o presente instrumento, as quais permanecem em plena vigência para todos os efeitos legais.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Iguatama/MG, 24 de agosto de 2026.

Município de Iguatama MG
DR. LUCAS VIEIRA LOPES **-**
Prefeito

Município de Bambuí MG
DR. FIRMINO GERALDO DE OLIVEIRA JÚNIOR **-**
Prefeito

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Dário Alves Gonzaga
Código Identificador:FB94E4F6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INDIANÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
PREGÃO ELETRÔNICO 010/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS/MG - Aviso de Pregão Eletrônico 010/2026 – RESUMO: O Município de Indianópolis-MG, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 4.592/2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico n° 010/2026, do tipo Menor Preço Global, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para desenvolvimento de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme edital. Regem a presente Licitação, a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Municipal nº 4.407/2023 e demais legislações aplicáveis. Início da Sessão de Disputa de Preços: às 08h:30min do dia 14/09/2026, no endereço eletrônico: Plataforma LICITANET - Licitações Eletrônicas (www.licitanet.com.br), horário de Brasília. Poderão participar da Licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do Edital. O Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados nos sites: www.licitanet.com.br, www.indianopolis.mg.gov.br, via e-mail: licitacaoindi@outlook.com ROGÉRIO MARCOS RESENDE – PREGOEIRO.

Indianópolis-MG, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Derimar Borges da Silva
Código Identificador:D9FCCF3E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IPANEMA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 099/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 059/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANEMA/MG – AVISO PREGÃO ELETRONICO. Objeto Aquisição de saneantes hospitalares para lavanderia, destinados ao atendimento das necessidades do Hospital Maternidade Anna Paes Dias de Assis do Município de Ipanema/MG. Abertura dia 10/09/2026 às 09h00min. O edital encontra-se na plataforma digital www.bbmnetlicitacoes.com.br

- https://www.ipanema.mg.gov.br ou pelo email: licitacao@ipanema.mg.gov.br.

Ipanema, 25 de agosto de 2026.

SAMARA KETULY DE ABREU BRAGA –
Agente de Contratação

Publicado por:
Célia Aparecida Rodrigues Cupertino
Código Identificador:E7FFC9DB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IPUIÚNA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2026, com a empresa 62.812.639 RONALDO GUEDES CAMPOS JUNIOR, CNPJ Nº 62.812.639/0001-29– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 022/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 11.440,00 (onze mil e quatrocentos e quarenta reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:E85ACA3A

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2026, com a empresa 63.106.245 JENIFFER GODOY WILL LOPES, CNPJ Nº 63.106.245/0001-18– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 022/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 3.150,00 (três mil e cento e cinquenta reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:E77EF874

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2026, com a empresa CENTER COPY IMPORTAÇÃO E INFORMATICA LTDA ME, CNPJ Nº 11.268.379/0001-31– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 022/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 118.392,00 (cento e dezoito mil e trezentos e noventa e dois reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:39AC2A59

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2026, com a empresa E TUDO BARATO COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA, CNPJ Nº 37.165.739/0002-44– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 022/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 5.352,38 (cinco mil e trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:CC242967

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2026, com a empresa EDS COMERCIO E SOLUCOES LTDA, CNPJ Nº 47.188.112/0001-81– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 022/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 141.470,00 (cento e quarenta e um mil e quatrocentos e setenta reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:1F9A144E

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2026, com a empresa FERREIRA FRANCISCO COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ Nº 59.455.864/0001-40– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 022/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:A2C2B765

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2026, com a empresa GO VENDAS ELETRONICAS LTDA, CNPJ Nº 36.521.392/0002-62– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 022/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE

INFORMÁTICA PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$12.914,40 (doze mil e novecentos e quatorze reais e quarenta centavos). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:2023F999

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2026, com a empresa GOLD COMERCIO LTDA, CNPJ Nº 45.523.823/0001-30– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 022/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 25.169,64 (vinte e cinco mil e cento e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:83F81C1C

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2026, com a empresa GRUPO GBA COMERCIO ATACADISTA & SERVICOS LTDA, CNPJ Nº 44.352.658/0001-38– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 022/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 37.180,00 (trinta e sete mil e cento e oitenta reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:0B92BEEB

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2026, com a empresa K. LUMERTZ CARDOSO, CNPJ Nº 38.311.637/0001-71 – Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 022/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:AF5570AD

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2026, com a empresa LICITAINFO LTDA, CNPJ Nº 52.277.278/0001-04– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 022/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 9.000,00 (nove mil reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:5A462803

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2026, com a empresa METDATA Tecnologia da Informação, CNPJ Nº 28.584.157/0003-92– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 022/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 23.248,50 (vinte e três mil e duzentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:51EE01D6

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2026, com a empresa ODETE MARIA FREITAS, CNPJ Nº 45.897.289/0001-21– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 022/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 34.884,68 (trinta e quatro mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e oito centavos). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:75E76607

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2026, com a empresa ROTA CERTA SOLUCOES INTEGRADA LTDA, CNPJ Nº 64.634.912/0001-06 – Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 022/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais). Vigência: O

prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:64B344EF

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2026, com a empresa SANDRO VILMAR PIRES ME, CNPJ Nº 09.253.952/0001-91– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 022/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 108.650,00 (cento e oito mil e seiscentos e cinquenta reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:86545E4B

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2026, com a empresa TJ COMERCIO DE PRODUTOS LTDA, CNPJ Nº 27.274.178/0001-87– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 022/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 7.599,20 (sete mil e quinhentos e noventa e nove reais e vinte centavos). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:3E5CA0B6

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – 3º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL– ALTERAÇÃO DE QUANTITATIVO - CONTRATO N° 55/2025– Decorrência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025- QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E REALIZAÇÃO DE SHOWS PARA EVENTOS, CONFORME AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE IPUIUNA/MG. Contratada: ANDREU GUILHERME LEMOS ME. Havendo a necessidade de aumento do quantitativo do contrato, conforme justificativa apresentada e assinada pela Superintendência de Cultura, é firmado o presente Termo Aditivo, do Item 11- Gradil, no valor de **R$ 2.587,00 (dois mil quinhentos e oitenta e sete reais), representando um acréscimo de aproximadamente 0,19% (zero vírgula dezenove por cento) ao valor inicial do contrato,** nos termos do artigo 124, parágrafo Iº, alínea b da lei 14.133/2024. **Dotação Orçamentária nº 02.03.01.13.392.0012.2.276.3.90.39.00- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica- Eventos Culturais / Artísticos e Cívicos do Município.**

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:4E446C7B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITACARAMBI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e SENIOR CONSULTORIA EM GESTAO PUBLICA LTDA. CONTRATO nº 1126/2026; OBJETO: Contratação de serviços técnico-especializado de Educação Permanente, Assessoria e Consultoria aos profissionais do SUAS, direcionada às áreas de: Gestão Financeira e Orçamentária, Regulação do SUAS, Vigilância Socioassistencial, Provimento de Serviços, Cadastro Único/Bolsa Família e Controle Social.; LICITACAO: Inexigibilidade 55 / 2026 - Valor Global: R$ 91.920,00 - Vigência:14/08/2026 Até:14/08/2027

ITACARAMBI, Sexta-feira, 14 de Agosto de 2026

Publicado por:
John Charles Almeida Silva
Código Identificador:1FD333C3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e 07.806.095 ANDERSON CARDOSO MOREIRA. CONTRATO nº 1100/2026; OBJETO: Contratação de show artístico de Alessandro Nunes para apresentação musical ao vivo, a ser realizada no dia 09 de agosto de 2026, na 1° cavalgada do dia dos pais no parque de exposições.; LICITACAO: Inexigibilidade 50 / 2026 - Valor Global: R$ 1.800,00 - Vigência:06/08/2026 Até:05/09/2026

ITACARAMBI, Quinta-feira, 06 de agosto de 2026

Publicado por:
John Charles Almeida Silva
Código Identificador:CB64FD97

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e Jean Claude Vieira Da Silva. CONTRATO nº 1066/2026; OBJETO: Contratação de prestação de serviços de Professor de Educação Física - BASQUETE para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer, Turismo e Desenvolvimento Econômico do Município de Itacarambi/MG - execução do Projeto Douglas Polis: "Educando Através do Esporte".; LICITACAO: Inexigibilidade 38 / 2026 - Valor Global: R$ 26.662,40 - Vigência:20/07/2026 Até:31/03/2027

ITACARAMBI, Segunda-feira, 20 de Julho de 2026

Publicado por:
John Charles Almeida Silva
Código Identificador:50E0FDF2

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e ADRIANA SOARES MEDEIROS. CONTRATO nº 1065/2026; OBJETO: Contratação de prestação de serviços de Professor de Educação Física - VOLEIBOL para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer, Turismo e Desenvolvimento Econômico do Município de Itacarambi/MG - execução do Projeto Douglas Polis: "Educando Através do Esporte"; LICITACAO: Inexigibilidade 38 / 2026 - Valor Global: R$ 26.662,40 - Vigência:20/07/2026 Até:31/03/2027

ITACARAMBI, Segunda-feira, 20 de Julho de 2026

Publicado por:
John Charles Almeida Silva
Código Identificador:EBCB35B6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e OLIMAR BARBOSA JUNIOR. CONTRATO nº 1064/2026; OBJETO: Contratação de prestação de serviços de Professor de Educação Física - HANDEBOL para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer, Turismo e Desenvolvimento Econômico do Município de Itacarambi/MG - execução do Projeto Douglas Polis: "Educando Através do Esporte".; LICITACAO: Inexigibilidade 38 / 2026 - Valor Global: R$ 26.662,40 - Vigência:20/07/2026 Até:31/03/2027

ITACARAMBI, Segunda-feira, 20 de Julho de 2026

Publicado por:
John Charles Almeida Silva
Código Identificador:ED24EA76

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e 67.997.715 PAULO LOURENCO SILVA FERREIRA. CONTRATO nº 1103/2026; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PAULO SILVA DO FORRÓ PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL AO VIVO DURANTEO FESTEJO DA COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO DOS MILAGRES DE ITACARAMBI/MG,A SER REALIZADO NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2026 DE 2026,VISANDO PROPORCIONAR ENTRETENIMENTO, LAZER E VALORIZAÇÃO CULTURAL A COMUNIDADE LOCAL; LICITACAO: Inexigibilidade 52 / 2026 - Valor Global: R$ 1.800,00 - Vigência:07/08/2026 Até:06/09/2026

ITACARAMBI, Sexta-feira, 07 de Agosto de 2026

Publicado por:
John Charles Almeida Silva
Código Identificador:B6611220

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e 44.824.903 JOAO VITOR SILVA SOARES. CONTRATO nº 1102/2026; OBJETO: Contratação de Apresentação Musical do Grupo Xoteando SLZ, a ser realizada no dia 22 de Agosto no cais do agua viva de Itacarambi, durante festival cultural, com formação completa composta por voz e violão, sanfona, zabumba, triangulo e saxofone. O grupo apresentará repertório de forró Pé-de-Serra e musica nordestina, proporcionando entretenimento de qualidade ao publico, com duração de 03 horas.; LICITACAO: Inexigibilidade 51 / 2026 - Valor Global: R$ 14.000,00 - Vigência:06/08/2026 Até:08/09/2026

ITACARAMBI, Quinta-feira, 06 de Agosto de 2026

Publicado por:
John Charles Almeida Silva
Código Identificador:6BEA7844

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e 45.299.284 MATHEUS RODRIGUES DA MATA. CONTRATO nº 1101/2026; OBJETO: Contratação do Show de Kamargo e Kalleb para apresentação artística durante a 1° Cavalgada do Dia dos Pais de Itacarambi/MG, a ser realizada no dia 09 de agosto de 2026 (domingo) no Parque de Exposições, em Itacarambi/MG; LICITACAO: Inexigibilidade 49 / 2026 - Valor Global: R$ 3.500,00 - Vigência:06/08/2026 Até:06/09/2026

ITACARAMBI, Quinta-feira, 06 de Agosto de 2026

Publicado por:
John Charles Almeida Silva
Código Identificador:6BAA9B0F

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e 07.806.095 ANDERSON CARDOSO MOREIRA. CONTRATO nº 793/2026; OBJETO: Contratação de Show artístico musical de Anderson Oliver, para apresentação musical ao vivo, durante a Tradicional Quadrilha do Vicente no Município de Itacarambi/MG; LICITACAO: Inexigibilidade 32 / 2026 - Valor Global: R$ 1.482,00 - Vigência:21/05/2026 Até:30/06/2026

ITACARAMBI, Quinta-feira, 21 de Maio de 2026

Publicado por:
John Charles Almeida Silva
Código Identificador:5C1C4577

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAGUARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 87/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 87/2026. **Contratada:** LISDER SOLUCOES EM SERVICOS LTDA**. Objeto:** O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de mão de obra, destinados ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Limpeza Urbana, Agropecuária, Meio Ambiente e Trânsito do Município de Itaguara. Processo nº 36/2026; Inexigibilidade nº 17/2026. **Aditivo de Prazo. Vigência:** 11/09/2026 a 10/03/2027. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal. **Data de assinatura:** 25/08/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:1859F5DE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAMARATI DE MINAS

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO-INEXIGIBILIDADE N°055/2026

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 116/2026
Contratante: Município de Itamarati de Minas
Contratado: DALMIR SANT´ANNA TREINAMENTOS LTDA
CNPJ Nº 16.520.167/0001-13
Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de 01 (uma) palestra durante a Jornada Pedagógica 2026 da Secretaria Municipal de Educação de Itamarati de Minas/MG, no dia 28 de agosto de 2026, destinada aos profissionais da Rede Municipal de Ensino, equipe educacional, pais, mães e responsáveis.
Valor Total: R$6.000,00(seis mil reais).
Vigência: O Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, até 30 de setembro de 2026, podendo o mesmo ser prorrogado, durante o seu período de vigência através de termos Aditivos.
Data da assinatura:24/08/2026
Assinam: pelo Município de Itamarati de Minas/MG, CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA – Prefeito Municipal, pela empresa DALMIR SANT´ANNA TREINAMENTOS LTDA- Dalmir Antônio de Sant` Annna.

Publicado por:
Haroldo Lourenço da Rocha
Código Identificador:78CB18A8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITANHANDU

DIVISÃO DE CONVÊNIOS
EXTRATO

EXTRATO DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026
O Município de Itanhandu/MG torna pública a **Dispensa de Chamamento Público nº 08/2026,** destinada à celebração de **Termo de Colaboração** com a Organização da Sociedade Civil Lar Esperança e Amor de Passa Quatro, inscrita no CNPJ nº 11.004.490/0001-10, nos termos do inciso VI do art. 30 e do art. 32 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015.
Objeto: Disponibilização e execução de serviço de acolhimento institucional, na modalidade Abrigo Institucional, destinado ao atendimento de crianças de 0 a 11 anos e 11 meses, do Município de Itanhandu/MG que necessitem de medida protetiva de acolhimento, mediante encaminhamento realizado pelas autoridades competentes, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente
Valor da parceria: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais por criança abrigada. Os recursos serão transferidos exclusivamente em razão dos acolhimentos efetivamente realizados durante a vigência da parceria, observados o período de permanência do acolhido e os valores pactuados
Período de vigência: 01/09/2026 a 01/09/2031.
Justificativa da dispensa: A presente parceria tem por finalidade assegurar ao Município de Itanhandu a disponibilidade permanente de serviço de acolhimento institucional para crianças de 0 a 11 anos e 11 meses, que necessitem de medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.
Considerando que a necessidade de acolhimento decorre de situações imprevisíveis de risco pessoal ou social, não é possível estimar previamente a quantidade de acolhimentos que ocorrerão durante a vigência da parceria.
Dessa forma, o serviço permanecerá disponível para atendimento imediato sempre que houver determinação ou solicitação das autoridades competentes, especialmente do Conselho Tutelar, Poder Judiciário ou Ministério Público, estando a presente dispensa respaldada por Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, datado de 25 de agosto de 2026
Dotação Orçamentária: 02.04.02.08.243.0010.2087.3.3.50.43.00; Fonte de Recursos 1.500 - Recursos não vinculados de Impostos; Ficha 188.

Nos termos do § 2º do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, o presente extrato é publicado para os fins legais.

Itanhandu/MG, 25 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Nogueira
Código Identificador:7101A7A4

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU - Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico n° 52/2026 – Objeto: aquisição de fossas sépticas biodigestoras, devidamente dimensionadas, destinadas ao atendimento de residências dispersas na zona rural do município de Itanhandu/MG. Início da sessão de disputa de preços será às 09h00min do dia 09/09/2026. Consulta ao Edital no sítio www.itanhandu.mg.gov.br.

LUCIMARA DE FÁTIMA ALVARENGA –
Pregoeira.

Publicado por:
Lucimara de Fátima Alvarenga
Código Identificador:2645DE5D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAPECERICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA/MG - Pregão Eletrônico 49/2026. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios**.** Recebimento de propostas e documentação até às 12h29 do dia 08/09/2026. Início da Sessão de lances: às 12h30 do mesmo dia. Local: Plataforma: https://comprasbr.com.br/. O edital encontra-se publicado nos sites www.itapecerica.mg.gov.br, https://comprasbr.com.br/, e https://www.gov.br/pncp/pt-br.

ANDRÉA VILANO GUIMARÃES–
Pregoeira.

Publicado por:
Patricia Moreira Diniz Fernandes
Código Identificador:5D611DCB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAPEVA

IMPRENSA OFICIAL DE ITAPEVA
AVISO 25082026 - EXTRATO DE INTIMAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE POSSÍVEL ANULAÇÃO DO CERTAME – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2026 – EDITAL Nº 78/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

EXTRATO DE INTIMAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE POSSÍVEL ANULAÇÃO DO CERTAME – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2026 – EDITAL Nº 78/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026. O MUNICÍPIO DE ITAPEVA/MG, por intermédio do Pregoeiro, INTIMA todos os licitantes participantes do certame para, querendo, apresentarem manifestação acerca da possível anulação integral do procedimento licitatório, considerando os elementos constantes dos autos, inclusive recurso, contrarrazões, decisão do Pregoeiro e Parecer Jurídico. Em razão da impossibilidade de inserção de novos documentos pelos licitantes no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS na atual fase de recursos e contrarrazões, as manifestações deverão ser encaminhadas para o e-mail **licitacao@itapeva.mg.gov.br**, impreterivelmente até as **23h59 do dia 28 de agosto de 2026**. A presente intimação destina-se a assegurar a prévia manifestação dos interessados, nos termos do art. 71, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, não constituindo decisão definitiva de anulação.

Itapeva/MG, 25 de agosto de 2026.

MARCELO GUIDO BEKER –
Pregoeiro.

Publicado por:
Marcelo Guido Pereira
Código Identificador:E0D68D7F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITATIAIUÇU

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 187/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 161/2026 - UASG Nº 984673.

A pregoeira torna público a impugnação apresentada pela empresa CMD CAR LTDA - EPP:

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 187/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 161/2026

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIUÇU
PROCESSO N° 187/2026
PREGÃO N° 161/2026

A empresa CMD CAR LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n° 59.637.578/0001-04, estabelecida na Rua Doutor Raul Lages, nº 441, Bela Vista, Conceição do Mato Dentro/MG, CEP: 35.860-000, com contatos disponíveis em (31) 3868-2058 e e-mail administrativo@grupocmdsaude.com.br, neste ato devidamente representada por o Sr. GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA, portador da Carteira de Identidade nº 12.229.063 e inscrito no CPF sob o nº 068.353.546-31, vem, com o máximo e devido acatamento, perante Vossa Senhoria e a íntegra da digna Equipe de Apoio, apresentar a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

com amparo no artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, em face das omissões relativas à falta de exigência de padrões mínimos de qualidade e regularidade operacional, bem como das cláusulas restritivas à competitividade e insuficientes quanto à qualificação econômico-financeira, tudo conforme os motivos de fato e inabaláveis fundamentos de direito doravante minuciosamente descritos.

I. DA ANÁLISE PRÉVIA DA ADMISSIBILIDADE E DA PRESERVAÇÃO DA TEMPESTIVIDADE

O procedimento de impugnação ao instrumento convocatório constitui um direito fundamental assegurado a qualquer parte legítima que identifique irregularidades na elaboração do Edital, funcionando como uma garantia preventiva da legalidade e da isonomia, pilares inquebrantáveis do regime de licitações e contratos administrativos brasileiros. A tempestividade da presente peça não só valida a sua admissibilidade, mas também assegura

que a Administração Pública tenha tempo hábil para processar as alterações necessárias antes da abertura das propostas, preservando assim a segurança jurídica do certame.

A Lei nº 14.133/2021, norma geral sobre licitações e contratos, estabelece no seu artigo 164, *caput*, o marco temporal decisivo para o exercício desse direito, exigindo que o protocolo do pedido ocorra: "até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame."

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

O Edital impugnado, referente ao Pregão Eletrônico nº 161/2026, prevê como data de abertura de envelopes ou sessão pública o dia 24 de agosto de 2026, e que a presente Impugnação é protocolada nesta data, 17 de agosto de 2026, verifica-se que o prazo de 3 (três) dias úteis ou mais foi integralmente respeitado, ratificando a plena conformidade do pleito com o requisito legal de tempestividade. Deste modo, requer-se o reconhecimento formal da legitimidade da Impugnante e a imediata admissibilidade do presente recurso administrativo pelo Pregoeiro e sua equipe, para que o mérito da questão seja devidamente apreciado e julgado procedente nos termos adiante expostos.

E considerando o que já está pacificado pelo Tribunal de Contas da União,

ACÓRDÃO 969/2022 - PLENÁRIO - RELATOR MIN. BRUNO DANTAS - Impugnação não se limita a horário de expediente.... "Além disso, fosse o envio realizado as 17:30 h (fim do expediente da entidade) ou as 23:59 h da data limite, o seu exame ficaria para o dia seguinte. Ou seja, a regra externa formalismo injustificado em prejuízo dos licitantes, razão por que deve ser revista na reedição do processo de contratação". (Portal Sollicita)

Jonas Lima, especialista reconhecido no mercado ainda acrescenta em artigo de sua autoria:

"... se o legislador é expresso ao estabelecer uma providência por dias e não horas, qualquer limitação fora disso é inconstitucional, por restringir garantias fundamentais, bem como ilegal, por afastar texto de lei e regulamentos expressos e vigentes". (Portal Sollicita)

Além disso, a própria Lei 14.133/2021 já tratou sobre o tema, não deixando margem para dúvidas:

Art. 183. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

I - os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;

II - os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;

III - nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.

§ 1º Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

I - o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;

II - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

*§ 3º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.*

Sendo assim, é tempestiva a presente impugnação e merece ser conhecida, visto que está sendo enviada em 17 de agosto e a abertura do certame está prevista para 24/08/2026 às 9h.

II. DA SÍNTESE DO OBJETO E A IDENTIFICAÇÃO DAS VULNERABILIDADES EDITALÍCIAS

O Pregão Eletrônico nº 161/2026, promovido pela Prefeitura Municipal de Itatiaiuçu, tem como objeto O objeto da presente licitação é a "aquisição de 01 (um) veículo de passeio tipo Hatch3, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Ocorre que, a análise minuciosa do instrumento convocatório e do Termo de Referência revelou notáveis omissões e exigências que, por sua natureza, comprometem a lisura, a eficiência e, mais gravemente, a competitividade do certame, violando preceitos basilares estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

As inconsistências identificadas podem ser agrupadas em cinco grandes eixos temáticos que demandam urgente retificação, sob pena de viciar o processo licitatório desde sua origem: (1)

a ausência de exigência de padrões mínimos de gestão da qualidade e de comprovação de regularidade operacional (ISO 9001, Alvarás), mitigando o princípio da eficiência; (2) a vedação ou restrição indevida à subcontratação de partes do objeto, desconsiderando a complexidade e a especialização necessárias para determinadas etapas; e (3) a inferência de que apenas concessionárias possam vender veículos "zero quilômetro", configurando uma restrição ilegal e um formalismo excessivo. A seguir, detalham-se os fundamentos jurídicos que sustentam a insubsistência e a ilegalidade dessas condições.

III. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA PARA A RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O cerne de toda a legislação licitatória reside na busca incessante pela seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso, em estrita observância ao interesse público e aos princípios da Administração. A Lei nº 14.133/2021 reforça o dever do Administrador em balizar suas ações pela eficiência, pela competitividade, pela proporcionalidade e pelo julgamento objetivo, conforme seu Artigo 5º, impedindo a inclusão de quaisquer requisitos que não se mostrem indispensáveis para a garantia da execução contratual de excelência.

A imposição de requisitos que não se coadunam com a essência da contratação ou que ultrapassam o necessário para a garantia da boa execução do objeto representa um desvio de finalidade e uma violação dos princípios que regem a atividade administrativa. A licitação deve ser um instrumento de fomento à concorrência saudável, onde o maior número possível de empresas qualificadas possa apresentar suas propostas, buscando a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

III.1. Da Imperiosa Inclusão de Padrões de Qualificação Técnica: Eficiência, Qualidade e Regularidade Operacional

A qualificação técnica é o mecanismo legal que permite à Administração verificar se os licitantes possuem a aptidão necessária para cumprir o objeto contratual com o grau de qualidade e excelência desejados. Numa contratação que envolve O objeto da presente licitação é a "aquisição de 01 (um) veículo de passeio tipo Hatch3, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, a Administração deve acautelar-se exigindo mais do que a mera comprovação de capacidade anterior. É fundamental exigir a prova de um sistema de gestão que minimize riscos e maximize a qualidade do produto e serviço.

III.1.A. A Exigência do Certificado de Conformidade ABNT NBR ISO 9001:2015

A omissão do Edital em exigir a certificação ISO 9001 (ABNT NBR ISO 9001:2015) como um dos critérios de qualificação técnica para os fornecedores representa um grave lapso na proteção do interesse público, notadamente no que se refere ao princípio da eficiência. A ISO 9001, globalmente reconhecida, não se limita a um selo de reconhecimento, mas sim atesta que a empresa opera com um robusto Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), auditado por um organismo acreditado pelo Inmetro/CGCRE. Este sistema é estruturado para garantir a padronização e o controle dos processos internos, a rastreabilidade, o monitoramento contínuo de riscos e não conformidades, e a melhoria sistemática da satisfação do cliente, características essenciais em fornecimentos de alto valor e complexidade.

A Lei nº 14.133/2021, ao tratar da comprovação de qualidade de produtos, legitima plenamente essa exigência. O Artigo 42 da Nova Lei de Licitações autoriza expressamente a Administração a exigir certificações como condição de aceitabilidade da proposta, quando estas são emitidas por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro):

Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:

[...] III - certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada. § 1º O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

Desta forma, a exigência da ISO 9001 é proporcional e razoável, pois visa a assegurar que o processo produtivo e logístico do fornecedor esteja alinhado com as melhores práticas de gestão, mitigando o risco de falhas contratuais e garantindo a durabilidade e conformidade das viaturas e ambulâncias adquiridas, realizando concretamente o princípio da eficiência, conforme a doutrina majoritária que associa eficiência a presteza, perfeição e rendimento, buscando os melhores resultados com a melhor relação custo-benefício.

III.1.B. Da Necessidade de Comprovação da Regularidade Operacional: Alvarás de Funcionamento e Sanitário

A comprovação da qualificação técnica e jurídica não pode se restringir aos documentos fiscais e à inscrição no CNPJ. A Administração tem o dever de verificar a plena conformidade legal das instalações do licitante para o exercício da atividade que se propõe a executar.

Primeiramente, a exigência do **Alvará de Funcionamento** expedido pelo Município sede da empresa é um requisito básico para atestar que o estabelecimento da licitante está regularizado quanto às normas de zoneamento, uso do solo, segurança e demais disposições municipais. Trata-se de uma salvaguarda elementar da legalidade e da segurança jurídica na contratação.

Em segundo lugar, e de maneira crucial, se o objeto licitado contemplar itens correlatos à área da saúde, a inclusão da exigência do **Alvará Sanitário** (ou Licença de Funcionamento Sanitário) torna-se obrigatória. Este documento é emitido pelo órgão de Vigilância Sanitária (ANVISA, estadual ou municipal), atestando que a empresa cumpre as rigorosas normas de higiene e condições operacionais para o manuseio, distribuição ou transformação de bens ligados à saúde. Normas federais e códigos sanitários estaduais, como o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais (Lei Estadual nº 13.317/99), exigem esta licença.

Na hipótese de a natureza da atividade da empresa licitante ou do objeto específico dispensar a emissão do Alvará Sanitário por força de dispositivo legal, o Edital deve, contudo, exigir a comprovação documental formal dessa dispensa legal. Dessa forma, equilibra-se a necessidade de segurança com o princípio da competitividade, evitando-se a contratação de empresas que operam à margem das normas sanitárias, o que seria inadmissível em um fornecimento relacionado direta ou indiretamente a veículos públicos de segurança ou saúde.

III.3.B. A Interpretação de "Veículo Zero Quilômetro"

O conceito de "veículo zero quilômetro" ou "veículo novo" deve estar intrinsecamente ligado à sua condição material: um automóvel que nunca foi utilizado, que mantém suas características originais de fábrica e que não apresenta desgaste decorrente de uso. A mera transferência de propriedade ou o registro provisório em nome de uma revendedora intermediária, desde que o veículo não tenha sido rodado ou utilizado para fins de consumo, não descaracteriza sua condição de "novo". A Lei Federal nº 6.729/79 regula relações comerciais específicas entre fabricantes e concessionárias, e não impõe à Administração

Pública a obrigação de adquirir veículos apenas de concessionárias para que estes sejam considerados "novos" ou para que o "primeiro emplacamento" ocorra em seu nome. A própria Lei Ferrari, em seu Art. 15, § 1º, alínea "a", permite ao concedente (fabricante) efetuar vendas diretas à Administração Pública, independentemente da atuação ou pedido de concessionário, demonstrando que a vinculação exclusiva à rede de concessionárias não é absoluta nem para os próprios fabricantes.

O Tribunal de Contas da União, em reiterados julgados, como o Acórdão 1.510/2022 – Plenário e o Acórdão 10.125/2017 – Segunda Câmara, tem se posicionado firmemente no sentido de que a essência do "veículo zero quilômetro" reside na ausência de uso/rodagem, e não em quem figura como primeiro proprietário no registro. O simples fato de um veículo ser registrado em nome de uma revendedora para posterior comercialização não o torna "usado", desde que não tenha havido utilização para fins de consumo. As decisões do TCU e de tribunais judiciais, como o TJSP (Apelação Cível 0002547-12.2010.8.26.0180) e o TJDF (APL 23146620088070001), têm ratificado que "zero quilômetro significa carro novo, ainda não usado" e que a transferência para uma revendedora não descaracteriza a qualidade do bem. O precedente do Tribunal de Contas de Minas Gerais (Processo 1095448), ao apreciar denúncia sobre o tema, também consolidou esse entendimento, prevalecendo o princípio da livre concorrência.

Em complemento ao entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério da Justiça, é pertinente destacar o posicionamento firmado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, ao analisar, em sede recursal, controvérsia especificamente relacionada à definição e caracterização de veículo novo:

REPARAÇÃO DE DANOS. COMPRA DE VEÍCULO NOVO. EMPLACAMENTO ANTERIOR Á COMPRA. ALEGAÇÃO DE DESCARACTERIZAÇÃO DA QUALIDADE DO BEM. AUSÊNCIA DE PROVA. RECURSO DESPROVIDO. O FATO DE O VEÍCULO TER SIDO TRANSFERIDO PARA A EMPRESA RÉ PARA POSTERIOR REVENDA AO CONSUMIDOR FINAL NÃO BASTA PARA DESCARACTERIZAR O BEM COMO NOVO. O VEÍCULO É 0 KM PELO FATO DE NUNCA TER SIDO UTILIZADO E NÃO PORQUE FORA ELE EMPLACADO EM DATA ANTERIOR À COMPRA. AUSENTE OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS PARA AFERIR A CONDUTA CULPOSA OU DELITUOSA DA RÉ, NÃO HÁ COMO JUSTIFICAR A PRETENSÃO INDENIZATÓRIA. SENTENÇA MANTIDA.

RECURSO DESPROVIDO. (TJ-DF - APL: 23146620088070001 DF 0002314-66.2008.807.0001, Relator: LÉCIO RESENDE, Data de Julgamento: 11/02/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 02/03/2009, DJ-e Pág. 61) Destaque-se trecho elucidativo do julgado acima reportado: "O veículo é 0 Km pelo fato de nunca ter sido utilizado e não porque fora ele emplacado em data anterior à compra. Não há prova de quilometragem do veículo e o fato de o contrato não aludir ao emplacamento não comprova o alegado pelo autor. De qualquer forma, no mesmo contrato, há cláusula expressa acerca dos trâmites de transferência do veículo, de forma que não se admite que

não tivesse o autor conhecimento acerca da existência de emplacamento."

A manutenção de tal exigência ou de sua interpretação restritiva do conceito de "veículo zero quilômetro" em nome da Lei Ferrari configura uma reserva de mercado para concessionárias e fabricantes, frustrando a competitividade, a livre concorrência e o princípio da isonomia, o que, conforme a Súmula 222 do TCU, é de observância obrigatória para todos os entes da federação em se tratando de normas gerais de licitação. O Edital deve ser retificado para esclarecer que "veículo zero quilômetro" é aquele sem uso anterior e que a forma de aquisição pelo licitante ou a ocorrência de um registro intermediário para fins comerciais não descaracteriza essa condição, desde que o bem entregue nunca tenha sido utilizado e possua todas as garantias de fábrica.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, ao analisar, em 4 de novembro de 2021, a Denúncia nº 1095448, que buscava limitar a participação na licitação exclusivamente a concessionários autorizados, enfrentou diretamente a discussão sobre a comercialização de veículos por revendedoras e decidiu pelo indeferimento da denúncia apresentada.

A decisão destacou a prevalência do princípio da livre iniciativa e reconheceu a plena aptidão de qualquer empresa do setor para realizar a venda de veículos. Segue a ementa do acórdão:

Processo: 1095448 Natureza: DENÚNCIA Denunciante: Tecar Minas Automóveis e Serviços Ltda. Denunciado: Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas – Codanorte Apenso: 1095558, Agravo Interessados: João Manoel Ribeiro, Mabelê Comércio de Veículos Eireli Procuradores: Luciano Alves Moreira Moutinho, OAB/MG 135.436; Mônica Cristina Martins Parpinelli Moutinho, OAB/MG 135.481 MPC: Procuradora Sara Meinberg RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ADONIAS MONTEIRO SEGUNDA CÂMARA – 4/11/2021 DENÚNCIA. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL. PREGÃO ELETRÔNICO. REGISTRO DE PREÇOS.

FORNECIMENTO DE VEÍCULOS. EXIGÊNCIA DE PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DO MUNICÍPIO. VEÍCULO ZERO KM. PARTICIPAÇÃO E POSTERIOR CLASSIFICAÇÃO DE EMPRESA REVENDEDORA. ALEGAÇÃO DE POSSÍVEL EVASÃO FISCAL. PRELIMINAR. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA REGULAR DESENVOLVIMENTO DO PROCEDIMENTO DE CONTAS. ADMISSIBILIDADE DA DENÚNCIA PELO PRESIDENTE. PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO. NÃO ACOLHIMENTO. MÉRITO. PRINCÍPIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA. DISPUTA COMERCIAL. POSSIBILIDADE DE FORNECIMENTO DE VEÍCULOS ZERO QUILÔMETRO POR EMPRESA REVENDEDORA. INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. AUSÊNCIA DE CLÁUSULA PROIBITIVA. INTERESSE PRIVADO. IMPROCEDÊNCIA. ASPECTOS TRIBUTÁRIOS. APURAÇÃO, LANÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOMENDAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. REVOGAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR. ARQUIVAMENTO. 1. Em que pese a alegação do Ministério Público de Contas relativa à ausência de critérios desencadeadores da atividade de controle externo, tendo em vista a ausência de longo decurso de tempo em relação aos fatos questionados e que a denúncia foi admitida pelo Presidente, bem como que o processo se encontra devidamente instruído, sendo possível a análise de mérito da denúncia, esta se impõe em respeito ao princípio da primazia do julgamento de mérito. 2. Desde que comprovado pela empresa revendedora que o veículo ofertado à Administração Pública não tenha sido utilizado anteriormente, ou seja, não tenha perdido as características inerentes aos veículos novos, o fato de o primeiro licenciamento ter sido realizado em nome da revendedora para posterior e imediata transferência de titularidade do veículo para a Administração Pública não deve ser invocado para impedir a participação de revendedoras de veículos em licitações públicas. Portanto, nestes casos, a exigência de primeiro emplacamento deve ser entendida como pretensão de veículo "zero quilômetro" pela Administração. 3. Assegurar a possibilidade de ampla participação em igualdade de condições a todos os concorrentes que tenham descrito, em seu objeto social, a atividade de comercialização de automóveis conceituados como novos ("zero quilômetro") está em conformidade com os princípios da isonomia e da impessoalidade, contidos no caput do art. 3º, da Lei n. 8.666/1993, com o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição da República, bem como com o princípio da livre concorrência previsto no art. 170, inciso IV, da Constituição da República. 4. Não é de competência desta Corte de Contas a análise de questões envolvendo interesse eminentemente privado, não abrangidas pelos critérios desencadeadores da atividade de controle externo, em demanda que visa reduzir a competitividade do certame, sem que haja clara conduta antijurídica e ilegítima causadora de prejuízo ao erário ou violação ao interesse público.

5. Nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, compete ao Fisco apurar eventual prejuízo ao erário decorrente de não pagamento ou pagamento a menor de tributo, isto é, a apuração, lançamento e fiscalização, bem como a interpretação final sobre as hipóteses de incidência, base de cálculo e valor devido. (g.n.)

III.3.D. Da Impugnação à Proibição ou Restrição Indevida de Subcontratação

O Edital, ao proibir ou restringir de forma excessiva a subcontratação de partes do objeto, incorre em violação aos princípios da Lei nº 14.133/2021, em especial o da eficiência e da competitividade, bem como ignora a dinâmica moderna de mercado, onde a especialização e a divisão de tarefas são frequentemente essenciais para a qualidade e a economicidade da execução contratual. A subcontratação, longe de ser um mal a ser evitado, pode ser uma ferramenta valiosa para otimizar a execução de contratos complexos, permitindo que cada parcela seja executada por quem possui a maior expertise e capacidade técnica para tal.

A Lei nº 14.133/2021, em seu Artigo 122, expressamente prevê a possibilidade de subcontratação, estabelecendo que:

Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento, até o limite autorizado em cada caso pela Administração. § 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente. § 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

O§ 2º do Art. 122 confere à Administração a prerrogativa de vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação. Contudo, essa discricionariedade não é absoluta e deve ser exercida em conformidade com os princípios da Lei de Licitações, especialmente o da competitividade (Art. 5º) e da busca pela proposta mais vantajosa (Art. 11, I). Qualquer vedação ou restrição deve ser devidamente motivada no processo licitatório, demonstrando-se a sua necessidade e a impossibilidade de prejuízo à execução contratual. A simples proibição, sem uma justificativa robusta e baseada em dados técnicos ou riscos efetivos, configura um excesso de formalismo e uma restrição indevida à concorrência.

No caso da aquisição de veículos, especialmente aqueles que requerem adaptações específicas (como viaturas policiais ou ambulâncias), é comum e, muitas vezes, vantajoso que o fornecedor principal, especializado na comercialização do veículo-base, subcontrate empresas especializadas nas transformações. Essas empresas subcontratadas possuem o *know-how* técnico, as certificações e os profissionais habilitados (como engenheiros registrados no CREA) para realizar as adaptações conforme as normas e especificações exigidas. Exigir que o fornecedor principal tenha internamente toda essa capacidade técnica para as adaptações significa impor uma barreira de entrada desnecessária, afastando empresas que poderiam oferecer o veículo base a um preço mais competitivo e que, por meio da subcontratação, garantiriam a execução das adaptações por profissionais igualmente qualificados.

A capacidade técnica do subcontratado, conforme o § 1º do Art. 122, será avaliada pela Administração, o que confere segurança jurídica e

garante a qualidade da execução da parcela subcontratada. A imposição de restrições ou a proibição da subcontratação, sem uma justificativa técnica e econômica clara, pode levar a um aumento nos custos da contratação, pois as empresas teriam que internalizar competências que não são seu foco principal ou deixar de participar do certame. Isso resulta em menor competitividade e, consequentemente, em uma proposta menos vantajosa para a Administração.

É imperativo que o Edital seja retificado para permitir a subcontratação de partes do objeto, especialmente as relativas às adaptações e transformações dos veículos, até o limite legalmente permitido e de forma a promover a eficiência e a competitividade. A Administração pode e deve estabelecer condições para a subcontratação, tais como a aprovação prévia do subcontratado, a exigência de sua capacidade técnica comprovada e a manutenção da responsabilidade integral do contratado principal pela execução total do objeto, mas nunca proibir a subcontratação sem fundamentação que demonstre efetivo risco ao interesse público.

IV. DOS REQUERIMENTOS E DO PEDIDO FINAL DE RETIFICAÇÃO

Em face de todo o exposto, e objetivando o restabelecimento da legalidade, da eficiência, da isonomia e da competitividade no Pregão Eletrônico nº 210/2025, a Impugnante requer a Vossa Senhoria e à digna Comissão de Licitação:

IV.1. Do Juízo de Admissibilidade

Que seja acolhida e conhecida a presente impugnação, em virtude de sua legitimidade e plena tempestividade, para que seja processada em observância ao artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV.2. Do Juízo de Mérito e da Retificação Obrigatória

Que sejam julgados totalmente procedentes os pedidos de mérito, determinando-se a imediata retificação do Edital do Pregão Eletrônico nº 210/2025 nos seguintes pontos:

A. Qualificação Técnica e Eficiência

1. **Inclusão** obrigatória da exigência de apresentação do **Certificado de Conformidade ABNT NBR ISO 9001:2015**, válido e emitido por entidade certificadora acreditada pelo Inmetro/CGCRE, como requisito indispensável de qualificação técnica, conforme Artigos 42 e 67 da Lei nº 14.133/2021.

2. **Inclusão** obrigatória da exigência de apresentação do **Alvará de Funcionamento** municipal, bem como do **Alvará Sanitário** (ou Licença de Funcionamento Sanitário), ou, alternativamente, a comprovação documental formal de que a empresa está legalmente dispensada de sua emissão, para garantia da regularidade operacional e sanitária da licitante.

C. Competitividade e Livre Concorrência

1. Exclusão da exigência do conceito de "veículo zero quilômetro" refere-se à ausência de uso anterior do bem, e não à figura do primeiro proprietário no registro, permitindo que a entrega seja realizada por empresas revendedoras ou distribuidoras que comprovem a condição de novo do veículo.

2. Alteração das cláusulas editalícias para permitir a subcontratação de partes da obra, do serviço ou do fornecimento, especialmente as relativas às adaptações e transformações dos veículos, em conformidade com o Artigo 122 da Lei nº 14.133/2021, estabelecendo os limites e condições de forma clara e motivada, sem que configurem restrição indevida à concorrência.

IV.3. Do Procedimento e Publicidade

Requer-se, por derradeiro, a notificação formal da Impugnante sobre a decisão administrativa proferida e, em caso de acatamento parcial ou total das razões suscitadas, a determinação para a imediata **republicação do Edital** com as devidas alterações, reabrindo-se os prazos legalmente previstos, como medida de garantia da legalidade, transparência e do devido processo licitatório.

Nestes Termos, Pede e espera deferimento.

Conceição do Mato Dentro, 17 de agosto de 2026.

CMD CAR LTDA.
59.637.578/0001-04
GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA
Representante Legal
RG: MG-12.229.063 - CPF:068.353.546-31

RESPOSTA:

Prezados,

O impugnante requer a exclusão da exigência referente ao conceito de **"veículo zero quilômetro"**, sob o argumento de que tal exigência restringiria a competitividade do certame.

Entretanto, a alegação não merece prosperar. A exigência de veículo zero quilômetro, por si só, não caracteriza restrição à competitividade, especialmente quando permanece possível a participação de mais de um fornecedor apto a atender às especificações previstas no edital.

Esse, inclusive, é o entendimento adotado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, conforme se verifica:

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PROCESSO LICITATÓRIO. PREGÃO PRESENCIAL. RESTRIÇÃO À AMPLA COMPETITIVIDADE. NÃO VERIFICADA. IMPROCEDÊNCIA DOS FATOS DENUNCIADOS. EXTINÇÃO DOS AUTOS COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ARQUIVAMENTO.

Não há que se falar em restrição à ampla competitividade quando se verifica a participação de mais de um concorrente no certame.

A Administração, ao permitir somente a participação de licitantes que se enquadram no conceito de concessionárias ou fabricantes, não busca cercear a competitividade, mas sim delinear devidamente o objeto, garantindo seu perfeito cumprimento.

(Denúncia nº 1.024.402, Relator: Cons. José Alves Viana, Julgamento: 22/10/2019, Publicação: 08/11/2019).

No mesmo sentido:

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. MÉRITO. PREGÃO. VEÍCULO NOVO. COMERCIALIZAÇÃO POR EMPRESA CONCESSIONÁRIA OU PELO FABRICANTE. NÃO CONTRARIA O PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE. REGULARIDADE DO EDITAL. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO.

Cláusula editalícia que prevê a venda de veículo novo por meio da empresa concessionária ou diretamente pelo fabricante não contraria o princípio da competitividade, permanecendo a regularidade do edital do certame.

(Denúncia nº 1.007.700, Relatora: Cons. Adriene Andrade, Julgamento: 06/02/2018, Publicação: 05/03/2018).

Diante disso, é possível verificar que o edital não restringe a competividade do certame, apenas busca garantir que o veículo a ser adquirido possua as características necessárias para atender as necessidades da Secretaria demandante.

No que se refere à exigência do **Certificado de Conformidade ABNT NBR ISO 9001:2015**, é importante observar o entendimento do Tribunal de Contas da União no sentido de que "a exigência, como condição de habilitação, de apresentação de certificados relativos à qualidade dos produtos licitados, acreditados por organismos de certificação credenciados, afronta a Lei 14.133/2021." Conforme consta do **Boletim de Jurisprudência nº 496/2024, do TCU**.

Em relação à alegação quanto à exigência de apresentação de **Alvará de Funcionamento e Alvará Sanitário**, informa-se que não há, na legislação vigente, previsão geral que obrigue a Administração Pública a exigir tais documentos para a contratação pretendida.

Dessa forma, considerando as características do objeto, entende-se que tais exigências não se mostram necessárias no presente caso.

Quanto à **vedação à subcontratação**, o § 2º do art. 122 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a Administração poderá vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação. No presente caso, a Administração optou por vedá-la, conforme estabelecido no edital.

Ressalta-se que essa vedação, por si só, não implica restrição indevida à competitividade, uma vez que existem diversos fornecedores aptos a apresentar propostas e executar diretamente o objeto da licitação, sem a necessidade de subcontratação.

Por fim, reforça-se que a definição das condições para participação no certame deve estar relacionada às características e à adequada execução do objeto. Assim, ao estabelecer que o veículo deverá ser zero/novo, a Administração não busca restringir indevidamente a competitividade, mas delimitar o objeto de forma compatível com a necessidade administrativa e assegurar o cumprimento da obrigação pretendida.

CONCLUSÃO

Diante dos esclarecimentos apresentados, entende-se que os questionamentos levantados pelo impugnante não são suficientes para

justificar a alteração das condições estabelecidas no edital. As exigências questionadas encontram respaldo nas necessidades da Administração e não demonstram, no caso concreto, qualquer restrição indevida à competitividade do certame.
Dessa forma, considerando que não foram identificadas irregularidades capazes de comprometer a legalidade ou a competitividade do procedimento, entende-se pela **manutenção das condições previstas no edital, sem necessidade de alterações**, permanecendo válidas as exigências nele estabelecidas.
Assim, **opina-se pelo não acolhimento da Impugnação**, com a consequente manutenção integral do edital e o **regular prosseguimento do processo licitatório**, observando-se as demais etapas e prazos previstos, a fim de que o certame tenha seu curso normal até a conclusão da contratação.

Atenciosamente,

MÁRCIA CRISTINA DOS ANJOS FLORES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:81595367

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 95/2026, PARA REGISTRO DE PREÇOS - UASG Nº 984673.

AVISO DE SESSÃO DE AMOSTRAS

DIVULGAÇÃO DE COMPRAS Nº 21/2026 (NOVO DC), POR MEIO DO SISTEMA COMPRASNET

Processo administrativo nº 112/2026 - processo licitatório nº 112/2026 - pregão eletrônico 95/2026, para registro de preços. Em atendimento ao disposto no item "7.7.1. Tendo em vista as especificidades do objeto do certame, a licitante que ofertou o menor preço, será convocada para no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da convocação do pregoeiro, a apresentar amostras em sessão pública para fins de constatação da conformidade do produto com a demanda do edital". Portanto, fica a empresa licitante **LEATHER CALIFORNIA BAG INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS LTDA (provisoriamente classificada para o lote)**, intimada a apresentar a amostra dos itens do lote do pregão. A amostra poderá ser enviada via correios, para o endereço: Rua Tancredo Alves Pedrosa nº 45 – Centro – Itatiaiuçu - CEP: 35.685-000, devendo estar endereçadas para o Departamento de Compras e Licitações. A amostra deve chegar ao departamento até a data e horário designados para a sessão de análise da amostra. Ficam convocados todosos demais licitantes para a sessão de apresentação da amostra que se realizará no dia **09/09/2026 às 10h:00min**.

Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:C86DB536

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 187/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 187/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 161/2026 - UASG Nº 984673.

Processo administrativo nº 187/2026 - processo licitatório nº 187/2026 - modalidade pregão eletrônico nº 161/2026. Conheço da impugnação interposta pela empresa **CMD CAR LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº 59.637.578/0001-04, eis que tempestiva e cumpre as formas previstas na legislação pertinente e no instrumento convocatório. No mérito, **NEGO PROVIMENTO**. **Fica reagendada a abertura da sessão pública para o dia 08/09/2026 às 08h30min.**

Secretária Municipal de Educação e

Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:932B18EE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 239/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 239/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 205/2026 PARA REGISTRO DE PREÇOS - UASG Nº 984673.

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE RECURSO

DIVULGAÇÃO DE COMPRAS Nº 5/2026 (NOVO DC), POR MEIO DO SISTEMA COMPRASNET

Processo administrativo nº 239/2026 - processo licitatório nº 239/2026 - modalidade pregão eletrônico nº 205/2026 para registro de preços. Conheço da intenção de recorrer apresentado pela empresa **BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.788.766/0027-71**, **para LOTE I**, eis que tempestivo e cumpre as formas previstas na legislação pertinente e no instrumento convocatório. No mérito, **resta prejudicada julgamento uma vez que não houve apresentação das razões e contrarrazões recursais.**

Secretária Municipal de Educação.

Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:0B69D121

SECRETARIA DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 335/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 335/2026 – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 285/2026. EXTRATO DO CONTRATO Nº 555/2026.

Processo administrativo nº 335/2026 - processo licitatório nº 335/2026 – modalidade pregão eletrônico nº 285/2026. **Extrato do Contrato nº 555/2026**. Partes: Município de Itatiaiuçu e Soma MG Produtos Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 12.927.876/0001-67. Objeto: **Compra** (art. 6º, X da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) de medicamentos correlatos de uso injetável, para fornecimento parcelado, **através de adesão à ata de registro de preços nº 348/2026, do processo nº 09/2026, modalidade de pregão eletrônico nº 06/2026, da Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP. Valor do contrato R$2.831,00 (dois mil e oitocentos e trinta e um reais). Vigência: 24/08/2026 a 31/12/2026**.

Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:80B25930

SECRETARIA DE TRANSPORTES E VIAS PÚBLICAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 272/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 272/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.238/2026, PARA REGISTRO DE PREÇOS. EXTRATO DO CONTRATO Nº 541/2026.

Processo administrativo nº 272/2026 - processo licitatório nº 272/2026 - modalidade pregão eletrônico nº 90.238/2026, para registro de preços. **Extrato do Contrato nº 541/2026**. Partes: Município de Itatiaiuçu e Marchi Metais Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 43.131.571/0001-78. **Objeto:** "**Compra** (art. 6º, inciso X, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) de madeiras e pregos, **para registro de preços e** fornecimento parcelado, **com itens destinados à ampla concorrência (itens 01, 03, 05, 06 e 08) e os demais exclusivos para participação de microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP ou equiparadas,** observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos nos termos e condições descritos e

especificados neste edital, especialmente no Anexo I (Termo de Referência)". **Valor do contrato R$108.300,00 (cento e oito mil e trezentos reais). Vigência: 20/08/2026 até 31/12/2026**.

Secretário Municipal de Transportes e Vias Públicas.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:319CC529

SECRETARIA DE URBANISMO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 287/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 287/2026 – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 249/2026. EXTRATO DO CONTRATO Nº 542/2026.

Processo administrativo nº 287/2026 - processo licitatório nº 287/2026 – modalidade pregão eletrônico nº 249/2026. **Extrato do Contrato nº 542/2026**. Partes: Município de Itatiaiuçu e Carboni Artes Gráficas Ltda. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 02.844.351/0001-04. Objeto: "**Compra** (art. 6º, X da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021) de placa de inauguração, para fornecimento de uma só vez, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Urbanismo, **exclusivo para participação de microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP ou equiparadas,** observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos nos termos e condições descritos e especificados no edital e no Termo de Referência (Anexo I)". **Valor do Contrato: R$490,00 (quatrocentos e noventa reais**). Vigência: 21/08/2026 à 31/12/2026.

Secretária Municipal de Urbanismo.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:048FE5B3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JACUÍ

CONTRATOS E LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Jacuí/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que realizou a Adesão à Ata de Registro de Preços nº 05/2026, Processo Administrativo nº 104/2026, tendo como órgão gerenciador o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO AGRESTE ALAGOANO – CONAGRESTE**, por meio da Ata de Registro de Preços nº 07/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 01/2026 – SRP.

A presente adesão tem por objeto a **aquisição de 01 (um) veículo pick-up cabine simples**, destinado ao fortalecimento e modernização dos serviços de infraestrutura rural e urbana do Município de Jacuí/MG, proporcionando maior agilidade no transporte de equipes, materiais e equipamentos de pequeno porte, em atendimento ao Convênio de Saída nº 1231000371/2026/SEAPA, junto à empresa **GIVEL – GIVALDO VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 08.571.437/0001-97, detentora da Ata de Registro de Preços, no valor total de **R$ 119.493,33 (cento e dezenove mil, quatrocentos e noventa e três reais e trinta e três centavos).**

A adesão foi realizada após a comprovação da vantajosidade da contratação, compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado e atendimento aos requisitos previstos na **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

Jacuí - MG, 25 de agosto de 2026.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:9FE71C47

CONTRATOS E LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Jacuí/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que realizou a Adesão à Ata de Registro de Preços nº 06/2026, Processo Administrativo nº 105/2026, tendo como órgão gerenciador o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO AGRESTE ALAGOANO – CONAGRESTE**, por meio da Ata de Registro de Preços nº 07/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 01/2026 – SRP.

A presente adesão tem por objeto a **aquisição de 01 (um) veículo de passeio, zero quilômetro**, com capacidade para 05 (cinco) lugares, destinado ao transporte de equipes das Secretarias Municipais de Saúde do Município de Jacuí/MG, em atendimento à Resolução SES nº 11.042, de 22 de abril de 2026, junto à empresa **GIVEL – GIVALDO VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 08.571.437/0001-97, detentora da Ata de Registro de Preços, no valor total de **R$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais).**

A adesão foi realizada após a comprovação da vantajosidade da contratação, compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado e atendimento aos requisitos previstos na **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

Jacuí - MG, 25 de agosto de 2026.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:49CFF831

CONTRATOS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Município de Jacuí/MG torna público o Processo nº. 98/2026 **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** nº. 04/2026. Tipo: **Menor preço global** Objeto: **Contratação de empresa especializada para execução de obras de pavimentação em blocos sextavados de vias urbanas, incluindo as ruas Antônio Marcondes e Maria Odete Pereira, localizadas no município de Jacuí/MG, com recursos provenientes da transferência especial Nº 1301001830/2026, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos integrantes do processo**. Início do recebimento das propostas em **27/08/2026** às 08:30. Fim do acolhimento das propostas em **01/10/2026** às 08:30. Início da sessão de lances em **01/10/2026** às 09:00. Plataforma AMM Licita. Edital completo e demais informações: site www.jacui.mg.gov.br - telefone (35) 3593-1250.

***VINICIUS APARECIDO PEREIRA*–**
Pregoeiro.

Publicado por:
Jessica Rodrigues Cheleider
Código Identificador:5A77A6AE

PREFEITURTA MUNICIPAL
DECRETO MUNICIPAL Nº 2.902, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a recondução da Equipe Gestora das Unidades Escolares Escola Municipal Carvalhaes de Paiva e Escola Municipal Padre Paulo Expedito de Souza, da Rede Municipal de Ensino de Jacuí/MG, com efeitos retroativos a janeiro de 2026, nos termos da Lei Municipal nº 1.951, de 13 de setembro de 2022, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE JACUÍ**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.951, de 13 de setembro de 2022,
DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada, por uma única vez, a recondução da Equipe Gestora das Unidades Escolares Escola Municipal Carvalhaes de Paiva e Escola Municipal Padre Paulo Expedito de Souza, integrante da Rede Municipal de Ensino de Jacuí/MG, para o período correspondente ao triênio de 2026 a 2028, em estrito cumprimento ao art. 3º e art. 5º da Lei Municipal nº 1.951/2022.
Art. 2º Ficam reconduzidos aos respectivos cargos em comissão os seguintes profissionais de educação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2026:
I – No cargo de Diretor Escolar: Dalila Borges de Lima, inscrito no CPF sob o nº.: 346.220.348-75 portador do cargo de provimento efetivo de Técnico em Educação;
II – No cargo de Vice-Diretor Escolar: Maria Aparecida do Nascimento Siqueira, inscrito no CPF sob o nº.: 639.552.026-15 portador do cargo de provimento efetivo de Professor;
III – No cargo de Vice-Diretor Escolar: Patrícia Pereira de Lima Silva, inscrito no CPF sob o nº.: 963.578.516-04, portador do cargo de provimento efetivo de Professor.
Art. 3º Ficam convalidados todos os atos administrativos, de gestão escolar, orçamentária e pedagógicos praticados pela Equipe Gestora ora reconduzida no período compreendido entre 02 de janeiro de 2026 e a data de publicação deste Decreto.
Art. 4º Fica assegurado aos servidores reconduzidos o direito à percepção dos vencimentos, vantagens e gratificações inerentes aos cargos comissionados, de forma retroativa à data fixada no art. 2º deste ato, deduzidos eventuais valores já pagos sob o mesmo título.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos e financeiros retroativos a 02 de janeiro de 2026.

Prefeitura Municipal de Jacuí, 25 de agosto de 2026.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Izabela França da Silva
Código Identificador:4A160B5C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PROCESSO Nº 144/2026- DISPENSA ELETRÔNICA Nº 044/2026

Objeto: Contratação de empresa para recarga de nitrogênio líquido para botijão de sêmen bovino para atender as necessidades do programa mais genética cujo objetivo é inseminação artificial do gado leiteiro e corte para os produtores rurais municipais de Japaraíba, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência. O(A) Município de Japaraíba torna público nos termos do §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o aviso de dispensa eletrônica. As propostas deverão ser cadastradas no sistema eletrônico provido pelo(a) Licitanet através do endereço eletrônico https://licitanet.com.br/ a partir do dia 26/08/2026 às 08 horas. A sessão pública desta Dispensa Eletrônica será realizada no dia 31/08/2026. A fase de lance será das 08 às 14 horas. O Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos contendo todas as informações do certame estará disponível através dos sites: https://licitanet.com.br/, https://www.japaraiba.mg.gov.br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp.gov.br). Informações pelo telefone licitacao@japaraiba.mg.gov.br.

Japaraíba, 25/08/2026. (37) 3354-1112

MARIANE BEATRIZ FERNANDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:6D4D0949

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 241/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 120/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização, produção executiva e artística para realização do 4º evento gastronômico, conforme condições e exigências estabelecidas no edital e termo de referência deste pregão.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba – MG.
CONTRATADA: VÓ LOURDES PRODUÇÕES LTDA
CNPJ: 27.044.553/0001-00
VALOR DO CONTRATO: R$ 219.350,00 (duzentos e dezenove mil, trezentos e cinquenta reais).
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será de 03 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 21 de agosto de 2026.

NIVALDO RODRIGUES MODESTO
Assessor de Gabinete

Publicado por:
Marcia Cecilia Gonçalves
Código Identificador:994E5ACB

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 006/2025 CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

O Município de Japaraíba/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público que recebeu comunicação formal da empresa **GS LAUAR SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº** 45.504.242/0001-50, regularmente credenciada informando a impossibilidade de continuidade da prestação de determinados serviços anteriormente assumidos no processo de credenciamento em vigor, sendo os itens 04, 05, 08, 11, 12 e 18.
Diante da manifestação apresentada e com o objetivo de assegurar a continuidade dos atendimentos e a adequada prestação dos serviços à população, os itens para os quais a empresa declarou não possuir mais condições de execução serão redistribuídos às demais empresas devidamente credenciadas e aptas à sua realização, observados os critérios e condições estabelecidos no respectivo edital de credenciamento.
A medida visa evitar a interrupção dos serviços e o acúmulo de demandas pendentes, garantindo a eficiência, a continuidade e o interesse público na prestação dos serviços de saúde.
Para conhecimento de todos os interessados, expede-se o presente extrato para publicação nos meios oficiais.

Japaraíba/MG, 25 de agosto de 2026.

ELAINE MARIA FERNANDES
Secretaria Municipal de Saúde
Município de Japaraíba/MG

Publicado por:
Jose Augusto Dos Reis
Código Identificador:D0C47BCF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JEQUITIBA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO 100/2026 - CREDENCIAMENTO 08/2026 - AVISO

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados que a partir do dia 27/08/2026 (quinta-feira) as 09:00 horas, será a Data inicial para envio da documentação e/ou entrega dos envelopes para sessão pública de licitação do processo licitatório nº 100/2026 - Credenciamento nº 08/2026. **"CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE**

CONFECÇÃO DE VESTUÁRIO, MEDIANTE REMUNERAÇÃO POR HORA TRABALHADA E SOB DEMANDA, COMPREENDENDO A CONFECÇÃO, AJUSTES, REFORMAS E REPAROS DE FIGURINOS, UNIFORMES E DEMAIS PEÇAS DE VESTUÁRIO DESTINADOS ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JEQUITIBÁ/MG. A íntegra do edital, com todas as exigências, condições e especificações estabelecidas para o credenciamento, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro –Jequitibá/MG, ou no diário oficial do município: www.diariomunicipal.com.br, conforme art. **74, inciso IV, e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021,** e **Decreto Municipal nº 76, de 14 de agosto de 2026**. Jequitibá 25 de agosto de 2026. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

***WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA* –**
Agente de Contratação e

***DOUGLAS SOARES RODRIGUES* –**
Pregoeiro

Publicado por:
Wiliam Wanderson Lopes de Almeida
Código Identificador:36048FC9

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 99/2026 - CONCORRENCIA ELETRONICA 07/2026

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados que no dia 14/09/2026 (segunda-feira) as 09:00 horas, acontecerá sessão pública de licitação do processo licitatório nº 99/2026 – Concorrência Eletrônica nº 07/2026**"Contratação de empresa especializada para execução de obras de PAVIMENTAÇÃO EM ALVENARIA POLIÉDRICA NAS RUAS PAULO SERGIO DA SILVA E FELIPE BENICIO DE CARVALHO E DE PAVIMENTAÇÃO DE PISO INTERTRAVADO NA RUA EURICO PEREIRA DA SILVA NO MUNICIPIO DE JEQUITIBÁ".** A íntegra do edital, com todas as exigências, condições e especificações estabelecidas para o processo licitatório, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro – Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.brou ainda no site de licitações Licitar Digital:www.licitardigital.com.br. Leis Federais 14.133/2021.Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

***WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA* –**
Agente de Contratação.

Publicado por:
Douglas Soares Rodrigues
Código Identificador:0EE3B993

DIRETORIA MUNICIPAL DE GABINETE
PORTARIA Nº 111 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 111 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Institui e designa os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Jequitibá/MG e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL **DE JEQUITIBÁ/MG**, no uso de suas atribuições legais e considerando as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Pacto Mineiro pela Alfabetização e da Política Municipal de Alfabetização,
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Jequitibá/MG, instância responsável pela governança sistêmica, articulação institucional, acompanhamento e coordenação das ações de alfabetização no território municipal.

Art. 2º Ficam designados para compor o Comitê Estratégico Municipal os seguintes membros titulares:
I — Representante da Secretaria Municipal de Educação (Presidente do Comitê): Clélia Maria Machado (Secretária Municipal de Educação);
II — Articuladora Municipal do Renalfa: Claudiene Martins Gonçalves;
III — Representantes da Equipe de Direção Escolar:

• a) Gislene Aparecida Martins Mendes;
• b) Rosilaine Rezende da Silva Barbosa;
• c) Fabiula Clara Gonçalves;
• d) Pricila Martins Amorim;

IV — Representantes da Orientação e Coordenação Pedagógica:

• a) Altair Coelho Amaral;
• b) Maria Marciene Marques Moreira Soares;
• c) Aline Melo Matos;
• d) Samantha Clair Mussi;

V — Representante do Setor Técnico da SME: Rosigleise Martins Rodrigues Mota.
Art. 3º Compete ao Comitê Estratégico Municipal
I - Acompanhar a execução das metas do Plano de Trabalho Anual (PTA 2026);
II — Monitorar os indicadores de fluência leitora e proficiência do município;
III — Promover a articulação intersetorial e a integração entre a rede municipal, o estado e a União.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jequitibá/MG, 24 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS PINHEIRO
Prefeito Municipal de Jequitibá/MG

Publicado por:
Vanessa Machado Saturnino Souza
Código Identificador:0B4A80CD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 70/2025 – RAMINELLI INDÚSTRIA COMÉRCIO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

Objeto: *"Contratação de empresa para construção de Unidade Básica de Saúde, Porte 3, na Avenida Luzia Brandão Fraga de Souza, Bairro Loanda, com fornecimento de equipamentos, mão de obra e serviços técnicos necessários à execução do objeto, conforme memorial descritivo, planilhas e demais anexos"*, decorrente da Concorrência Eletrônica nº 03/2025, Processo nº 30/2025,com fundamento na Lei 14.133/2021 **–Valor:** R$65.141,52-**Dotação Orçamentária:** 1030110021.002/ 44905100000, Ficha 441, Fonte de Recurso 15000001002- **Data**: 17/08/2026

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:64A8339D

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 14/2026

PARTÍCIPES: Município de João Monlevade/MG e Clube do Cavalo de João Monlevade.
OBJETO: Cooperação institucional para apoio operacional à preparação, manutenção, adequação, conservação, limpeza e reorganização da área destinada à realização da **33ª Cavalgada Municipal de João Monlevade**, incluindo as atividades relacionadas ao Concurso de Marchas e Rodeio.

APOIO OPERACIONAL: Disponibilização, pelo Município, de caminhão-pipa, com operador, pelo limite máximo de 60 (sessenta) horas, e retroescavadeira, com operador, pelo limite máximo de 12 (doze) horas, conforme necessidade operacional e disponibilidade da Secretaria Municipal de Obras.
VALOR ECONÔMICO ESTIMADO: R$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais), sendo R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) referentes ao caminhão-pipa e R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) referentes à retroescavadeira. Os valores possuem caráter exclusivamente estimativo e destinam-se à mensuração econômica e ao controle do apoio operacional, **não implicando transferência de recursos financeiros, remuneração, subvenção ou patrocínio ao Clube do Cavalo**.
VIGÊNCIA: Da data de assinatura até **31 de agosto de 2026**.
PRESTAÇÃO DE CONTAS: O Clube do Cavalo de João Monlevade deverá apresentar à Prefeitura Municipal de João Monlevade, até **03 de setembro de 2026**, a respectiva prestação de contas, acompanhada da documentação comprobatória da execução e das informações pertinentes.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigos 184 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 9.504/1997, Lei Federal nº 13.709/2018, art. 58 da Lei Orgânica do Município de João Monlevade e demais normas aplicáveis.
DATA DA ASSINATURA: 25 de agosto de 2026.

João Monlevade/MG, 25 de agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO –
Prefeito Municipal;

GUSTAVO JOSÉ DIAS MACIEL –
Secretário Municipal de Obras;

TARCÍSIO BICALHO MOREIRA –
Presidente do Clube do Cavalo de João Monlevade.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:E72AB969

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2026 PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 04/2026 COM A ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS ANTIGOS DE JOÃO MONLEVADE – APVA – ARTIGO 31 DA LEI Nº 13.019/2014

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Fundação Casa de Cultura, Assessoria de Comunicação e Relações Públicas, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e SETRAN.
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade – APVA
CNPJ: 46.315.259/0001-22
OBJETO: Realização do XVII Encontro e Exposição de Carros Antigos, previsto para o dia 20 de setembro de 2026, na Praça da Paz, Bairro Vila Tanque, João Monlevade/MG, mediante cooperação institucional, logística e operacional entre o Município de João Monlevade e a Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade – APVA, para viabilização da estrutura e das condições necessárias à realização do evento, sem transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil.
VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias, contados da publicação do Acordo de Cooperação no Diário Oficial do Município.
I – DO OBJETO E DO INTERESSE PÚBLICO
O Município de João Monlevade, por meio órgãos municipais envolvidos, pretende formalizar Acordo de Cooperação com a **Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade – APVA**, tendo por objeto a realização do **XVII Encontro e Exposição de Carros Antigos**, previsto para o dia 20 de setembro de 2026, na Praça da Paz, Bairro Vila Tanque.
O evento possui caráter cultural, recreativo e turístico, contribuindo para a valorização da memória automobilística, a preservação de veículos antigos e históricos, a integração comunitária e a oferta de atividade gratuita de lazer e cultura à população.
A iniciativa também se mostra compatível com o interesse público municipal por integrar o calendário de eventos do Município, promover a utilização organizada dos espaços públicos, atrair visitantes de outros municípios e potencialmente estimular a movimentação das atividades comerciais e de prestação de serviços no entorno do evento.
Conforme Plano de Trabalho, não haverá transferência de recursos financeiros do Município para a OSC. A participação municipal consistirá na disponibilização de apoio institucional, logístico e operacional, dentro das competências, disponibilidade e planejamento dos órgãos municipais envolvidos.
II – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A presente justificativa fundamenta-se na **Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014**, e no **Decreto Municipal nº 112/2018, com suas alterações posteriores**, especialmente no art. 31 da Lei nº 13.019/2014, que estabelece a inexigibilidade de chamamento público quando houver inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil.
Dispõe o art. 31 da Lei nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica."
A hipótese prevista na legislação exige, portanto, que a Administração demonstre concretamente a inexistência de condições de competição para a execução do objeto pretendido.
No presente caso, a inexigibilidade não decorre simplesmente da existência de interesse público no evento ou da experiência da entidade, mas da **natureza específica e singular do objeto da parceria**, que consiste na cooperação para realização de uma edição determinada e individualizada de evento tradicional de antigomobilismo, cuja organização e identidade estão diretamente vinculadas à APVA.
III – DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO
O objeto pretendido não consiste na seleção genérica de uma organização da sociedade civil para promover qualquer evento cultural ou recreativo de veículos antigos.
Trata-se, especificamente, da realização do **XVII Encontro e Exposição de Carros Antigos**, evento cuja organização está vinculada à Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade – APVA, entidade que atua diretamente no segmento do antigomobilismo e que possui experiência na organização de encontros e exposições dessa natureza.
A APVA foi constituída em 09 de maio de 2022 e possui aproximadamente quatro anos de atuação relacionada ao objeto da parceria, conforme informações constantes do Plano de Trabalho. Sua atuação institucional está diretamente relacionada à promoção, valorização e preservação da cultura automobilística, reunindo proprietários, colecionadores e admiradores de veículos antigos.
A presente parceria, portanto, não pretende atribuir à APVA a execução de atividade que poderia ser desempenhada indistintamente por qualquer outra organização da sociedade civil. O que se pretende é **viabilizar, mediante cooperação institucional, a realização de uma edição específica de evento já identificado e organizado pela entidade**, preservando sua identidade, continuidade e características próprias.
A realização de eventual chamamento público para selecionar outra OSC para executar o mesmo objeto não produziria competição efetiva em condições equivalentes, uma vez que a entidade selecionada teria que assumir a organização de evento cuja concepção, articulação, organização dos expositores, relacionamento com participantes e continuidade histórica estão vinculados à APVA.
Nesse sentido, a competição não se mostra materialmente adequada ao objeto pretendido, pois não se busca escolher entre diferentes propostas para criação de um evento de antigomobilismo, mas formalizar a cooperação com a entidade responsável pela realização da **XVII edição do evento que integra sua atuação institucional**.
A especificidade do objeto, associada à experiência da APVA e à continuidade da iniciativa, caracteriza situação de **inviabilidade de competição**, enquadrando-se na hipótese de inexigibilidade prevista no art. 31 da Lei nº 13.019/2014.

IV – DA RAZÃO DA ESCOLHA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A escolha da Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade – APVA decorre da relação direta entre sua finalidade institucional e o objeto da parceria, bem como da experiência acumulada pela entidade na organização de atividades relacionadas ao antigomobilismo.

Conforme Plano de Trabalho, a APVA possui experiência na realização de encontros e exposições de veículos antigos e atua na promoção da valorização e preservação da cultura automobilística.

A entidade também está diretamente vinculada à realização do **XVII Encontro e Exposição de Carros Antigos**, objeto específico da parceria, circunstância que demonstra a pertinência técnica e institucional da escolha.

A razão da escolha, portanto, encontra-se na **compatibilidade entre a finalidade institucional da entidade, sua experiência específica, a continuidade da iniciativa e a vinculação direta da APVA à organização do evento objeto da parceria**.

Ressalta-se que a escolha da OSC não implica transferência de recursos financeiros, sendo a cooperação municipal limitada às ações expressamente previstas no Plano de Trabalho e condicionada à competência, disponibilidade e planejamento administrativo dos órgãos municipais envolvidos.

V – DA AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS

O Acordo de Cooperação pretendido não envolverá repasse de recursos financeiros à APVA.

As ações atribuídas ao Município consistem, conforme Plano de Trabalho, na disponibilização, quando tecnicamente viável e dentro da disponibilidade administrativa, de estrutura de som, banheiros químicos, gradis, tendas, pontos de água, apoio ao trânsito e à circulação, utilização dos banheiros do Estádio Li Guerra, limpeza da área e ponto de energia elétrica, além de apoio institucional à programação do evento.

Tais providências serão realizadas diretamente pelos órgãos municipais competentes, dentro de suas atribuições e planejamento, não constituindo transferência financeira à organização da sociedade civil.

A participação da APVA, por sua vez, compreenderá a organização e execução do evento, a articulação dos expositores e veículos, a programação, a obtenção das autorizações necessárias e as demais obrigações estabelecidas no Acordo de Cooperação.

VI – DA ADEQUAÇÃO DA PARCERIA AO INTERESSE PÚBLICO

A celebração da parceria mostra-se adequada ao interesse público municipal, considerando que o evento:

promove a valorização da cultura e da memória automobilística;
incentiva a preservação de veículos antigos e históricos;
proporciona atividade gratuita de lazer, cultura e entretenimento;
favorece a integração entre famílias, colecionadores, clubes e comunidade;
contribui para a atração de visitantes de outros municípios;
pode estimular a movimentação do comércio e dos serviços locais;
promove a utilização organizada de espaço público;
fortalece o calendário municipal de eventos culturais e turísticos; e
incentiva a continuidade de iniciativas comunitárias relacionadas ao antigomobilismo.

A parceria também permite que o Município apoie institucionalmente uma iniciativa de interesse coletivo sem assumir diretamente sua organização e execução, preservando as competências próprias da Administração e da organização da sociedade civil.

VII – DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando:

a) o interesse público na realização do XVII Encontro e Exposição de Carros Antigos;
b) a natureza cultural, recreativa e turística do evento;
c) a especificidade do objeto, consistente na realização de edição determinada de evento organizado pela APVA;
d) a vinculação direta da Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade à organização e continuidade da iniciativa;
e) a experiência da entidade na realização de atividades relacionadas ao antigomobilismo;
f) a compatibilidade entre a finalidade institucional da APVA e o objeto da parceria;
g) a ausência de transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil; e
h) a inviabilidade de competição decorrente da natureza singular e específica do objeto pretendido,

JUSTIFICA-SE A INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO, com fundamento no **art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014**, no **Decreto Municipal nº 112/2018 e suas alterações**, para a celebração de **Acordo de Cooperação entre o Município de João Monlevade e a Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade – APVA**, visando à realização do **XVII Encontro e Exposição de Carros Antigos**, nos termos do Plano de Trabalho.

A presente justificativa deverá ser submetida à autoridade competente para apreciação e, sendo acolhida, deverão ser observadas as providências de publicidade e demais formalidades previstas no art. 32 da Lei nº 13.019/2014 e na regulamentação municipal aplicável.

João Monlevade, 24 de agosto de 2026

NADJA LIRIO FURTADO
Diretora- Presidente da Fundação Casa de Cultura

DOUGLAS ALEXANDRE DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GUSTAVO JOSÉ DIAS MACIEL
Secretário Municipal de Obras

MARCO ANTÔNIO PENIDO SIMAS
Secretário Municipal de Serviços Urbanos

ELISÂNGELA BICALHO SILVA
Assessoria de Comunicação e Relações Públicas

HOMOLOGAÇÃO

Fica autorizada a celebração do Acordo de Cooperação com a **Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade – APVA**, mediante inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, desde que previamente atendidos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

A presente justificativa deverá ser publicada na forma prevista no art. 32 da Lei nº 13.019/2014 e na regulamentação municipal.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:03BF98A1

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 446/2026 DE 22 DE JULHO DE 2026

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO EM FACE DA EMPRESA GRIPP CONFECÇÕES LTDA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis;

CONSIDERANDO os Princípios basilares da Administração Pública, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência:

CONSIDERANDO a necessidade de apuração de possíveis infrações administrativas cometidas por licitantes e contratados e de aplicação das penalidades e sanções legalmente previstas, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/21;

CONSIDERANDO a comunicação interna nº 10/2026 emitida pela Comissão Permanente de Sindicância e Atos Administrativos, nomeada pela Portaria nº 758/2025, no qual solicita a abertura de Processo Administrativo em face da empresa **GRIPP CONFECÇÕES LTDA.**

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo para apuração de possíveis irregularidades na execução da Ata de Registro de Preços n° 213/2026, relativas aos autos do processo licitatório, a empresa foi regularmente convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços, contudo, não procedeu à assinatura no prazo de 05 (cinco) dias previsto no Instrumento convocatório, deixando de cumprir obrigação indispensável à formação do Registro de Preços e à continuidade da fatura contratação. Registra-se que, em 08/07/2026, a Comissão de Registro de Preços encaminhou mensagem eletrônica (e-mail) à empresa, solicitando a assinatura da Ata de Registro de Preços. Ademais, buscando oportunizar o cumprimento da obrigação e evitar a adoção de medidas sancionatórias, o Fiscal da Ata realizou contato telefônico com a empresa e encaminhou mensagem por meio do aplicativo WhatsApp, reiterando a necessidade de assinatura do instrumento. Entretanto, todas as tentativas de contato restaram infrutíferas, não havendo qualquer manifestação ou retorno por parte da empresa, permanecendo o descumprimento da obrigação assumida.

Art. 2º O prazo de apuração é de 180 (cento e oitenta dias), podendo ser prorrogado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, em 22 de Julho de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, no vigésimo segundo dia do mês de Julho de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:DC2A7A2C

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 499/2026 DE 19 DE AGOSTO DE 2026

NOMEIA O COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO DOMUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal pelo art 8° do Decreto n° 167 de 19 de agosto 2026;

R E S O L V E:

Art. 1° Nomear, representantes para compor o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, com caráter consultivo e a finalidade de acompanhar e avaliar a aplicação da Política Municipal de Alfabetização do Município em consonância com o compromisso Nacional Criança Alfabetizada:

Secretaria Municipal de Educação:

Alda Ferreira da Silva Fernandes

Articuladora Municipal do compromisso Nacional Criança Alfabetizada:

Gilmara Cotta Mendes

Representante da Gestão Escolar das Escolas ou Centros Municipais de Educação Infantil:

Flávia Célia de Oliveira

Representante da Gestão Escolar das Escolas de anos iniciais do Ensino Fundamental:

Rosimeire do Rosário Guerra Silva

Representante da Coordenação Pedagógica dos anos iniciais do Ensino Fundamental:

Ricardo Alisson Carvalho Silva

Representante de Professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental:

Denise de Cássia Messias Araújo

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, em 19 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao décimo nono dia do mês de Agosto de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:F3E8AC98

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 500/2026 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE APURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO EM DESFAVOR DA EMPRESA LICITALI SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis;

CONSIDERANDO a portaria 820/2025 que instaurou processo administrativo em desfavor da empresa LICITALI SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar o prazo de apuração do processo administrativo descrito no art 2° da portaria supracitada pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 22 de junho de 2026.

João Monlevade, em 20 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo dia do mês de agosto de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:EFC4FD4C

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 502/2026 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO A SERVIDORA.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

Art. 1º Conceder, a servidora abaixo mencionada, a partir de **18 de Agosto de 2026,** licença sem vencimento, pelo período de 01 (um) ano de suas atividades, no cargo de Técnica de Contabilidade**,** do quadro de Servidores do Município de João Monlevade - MG.

Glenda Marie Formiga - Matrícula 6038.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 18 de agosto de 2026.

João Monlevade, em 21 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo primeiro dia do mês de agosto de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:8D23BC5E

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
RETIFICAÇÃO - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ONDE SE LÊ: TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 11/2025
LEIA-SE: TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 22/2026
Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social
Organização da Sociedade Civil: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de João Monlevade – APAE
CNPJ: 19.155.282/0001-24
Objeto da Parceria: Fortalecer o atendimento socioassistencial prestado às pessoas com deficiência atendidas pela APAE, assegurando a continuidade de serviços essenciais que promovam proteção social, inclusão, autonomia, desenvolvimento das potencialidades, convivência, bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos usuários. Para o alcance desses resultados, os recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) serão destinados ao custeio de **01 (um) Auxiliar de Serviços Gerais e 01 (um) Educador Físico**, contribuindo para a qualificação do atendimento, a manutenção de ambiente adequado, seguro e acolhedor, bem como para a realização de atividades que favoreçam o desenvolvimento físico, funcional e social das pessoas com deficiência atendidas pela instituição.
Vigência: 1º de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2028, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Valor Global da Parceria: R$ 106.000,00 (cento e seis mil reais) que será repassado à Organização da Sociedade Civil durante a vigência do Termo de Colaboração, observando o Cronograma de Desembolso dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), sendo que os valores e as datas de liberação das parcelas poderão sofrer variações em razão da programação e dos repasses financeiros realizados pelo próprio FNAS ao Município.
Dotação Orçamentária: 02011002.0824508032081 - 335044300000 - Fonte de Recurso - 16600000000 - Ficha 298

João Monlevade 25 de agosto de 2026.

RITA DE CÁSSIA DA CRUZ SOUZA
Secretária Municipal de Assistência Social

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:76275B33

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
2º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 14/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026.

2º TERMO ADITIVO - PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº 14/2026 – DERIVADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026.

O **MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO,** inscrito no CNPJ sob o nº 16.930.299/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Gláucon Cézar Cardoso**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE,** e a empresa **Bakof Plásticos Ltda**, inscrito no CNPJ sob o nº 91.967.067/0001-55, com endereço na BR 386 KM, CEP: 98.400-000, na cidade de Frederico Westphalen/RS, neste ato representada pelo **Sr. Nelci Afonso Bakof,** portador do CPF Nº 124.124.490-15 e RG Nº 6019008017, residente e domiciliado na cidade de Frederico Westphalen/RS, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado, e resolvem celebrar o presente termo aditivo, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇÃO da vigência do contrato nº 14/2026, até 31 de dezembro de 2026**, a contar da data de sua assinatura, a fim de dar continuidade à prestação de serviços de fornecimento de tubos, conexões e caixas d'água de 20.000 litros destinados à ampliação, manutenção e distribuição de água potável nas comunidades rurais do Município de João Pinheiro/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1 - O presente aditamento ao contrato nº 14/2026 atende os limites do prescrito na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA - SETOR REQUISITANTE
3.1 - Este aditivo atende pedido da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme solicitado através do DFD - Documento de Formalização de Demanda e, Parecer Jurídico da Advocacia-Geral do Município, ambos em anexo.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
4.1 - Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 14/2026, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1 - A Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, consoante ao que dispõe a Lei nº 14.133/21.

E, por assim estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente termo aditivo.

João Pinheiro/MG, 25 de maio de 2026.

Publicado por:
Natália Moreira do Vale
Código Identificador:E7AE96EE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 036/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 083/2026.

EXTRATO DE ATA
ATA DE RESGISTRO DE PREÇO Nº 69/2026
Espécie: Ata
Fornecedor: JRM LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA
Objeto: O objeto do presente instrumento é Registro de Preços para prestação de serviços de locação de veículos automotores, de diferentes categorias, sem motorista, sem fornecimento de combustível e com quilometragem livre, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de João Pinheiro/MG.
Fundamentação: em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.
Valor: R$ 117.480,00 (cento e dezessete mil quatrocentos e oitenta reais): As despesas decorrentes do objeto da presente Ata, correrão por conta de dotações orçamentárias do Município, consignadas no orçamento do exercício de vigente, a serem indicadas no ato da contratação, na ocasião da solicitação de fornecimento de produtos ou serviços, e no orçamento do exercício seguinte à conta de dotações orçamentárias daquele exercício nos termos do parágrafo 2° do art. 127 do Decreto Municipal n° 267/2025.
Vigência: De 21 de agosto de 2026 a 21 de agosto de 2027.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:C9092D64

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 036/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 083/2026.

EXTRATO DE ATA
ATA DE RESGISTRO DE PREÇO Nº 71/2026
Espécie: Ata
Fornecedor: MASTER LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA
Objeto: O objeto do presente instrumento é Registro de Preços para prestação de serviços de locação de veículos automotores, de diferentes categorias, sem motorista, sem fornecimento de combustível e com quilometragem livre, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de João Pinheiro/MG.
Fundamentação: em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.
Valor: R$ 417.600,00 (quatrocentos e dezessete mil e seiscentos reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do objeto da presente Ata, correrão por conta de dotações orçamentárias do Município, consignadas no orçamento do exercício de vigente, a serem indicadas no ato da contratação, na ocasião da solicitação de fornecimento de produtos ou serviços, e no orçamento do exercício seguinte à conta de dotações orçamentárias daquele exercício nos termos do parágrafo 2° do art. 127 do Decreto Municipal n° 267/2025.

Vigência: De 20 de agosto de 2026 a 20 de agosto de 2027.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:E95E3BF8

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026 - DERIVADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2026, MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2026.

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 130/2026
Espécie: Contrato
Contratada: SERRARIA CABRAL LTDA ME
Objeto: A**quisição parcelada de material de construção (barras de ferro, brita, cascalho lavado, cimento, madeirite plastificado e tábuas), destinado à manutenção e execução de serviços em pontes, no Cemitério Municipal Santa Helena e em sistemas de drenagem pluvial, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de João Pinheiro/MG**.
Fundamentação: Decorre do Processo Administrativo nº 116/2026, Modalidade Dispensa de Licitação nº 36/2026, todos com base na Lei nº 14.133/2021.
Valor: R$ 33.885,85 (trinta e três mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).
Dotação Orçamentária:
Manutenção Atividades Serviços Funerarios
15.452.1501.2029.....3.3.90.30.00.....Ficha.... 216
Construção Recuperação Galerias Pluviais
17.512.1701.1037..... 3.3.90.30.00.....Ficha.... 244
Construção Reforma Pontes e Mata Burros
26.782.2601.1026..... 4.4.90.51.00.....Ficha.... 253
Manutenção Estradas Vicinais
26.782.2601.2032..... 3.3.90.30.00.....Ficha.... 260
Vigência: 14 de agosto de 2026 até 14 de abril de 2027.

Publicado por:
Natália Moreira do Vale
Código Identificador:4D65C50C

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 605/2026

DECRETO N. 605/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2020 e 2021 no valor total de R$ 716,16 (setecentos e dezesseis reais e dezesseis centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Fabricio Henrique de Oliveira Franco	01.35.170.0017.000	IPTU	2020 e 2021	716,16

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 10 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:F472CE00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PREGÃO ELETRÔNICO 054/2026

Prefeitura Municipal de João Pinheiro - Processo Licitatório 132/2026 – Pregão Eletrônico 054/2026 - Através de sua Pregoeira Municipal – Joseane Mendes de Andrade e sua Equipe de Apoio,

comunica que fará realizar no dia e hora 14/09/2026 09:00:00h, licitação tipo Menor Preço - Item, que tem por objeto a aquisição de larvicida/biolarvicida destinado às ações de Vigilância Ambiental, para controle larvário de mosquitos vetores de interesse em saúde pública, especialmente no âmbito das ações de prevenção e controle das arboviroses no Município de João Pinheiro/MG, e comunica que o Edital poderá ser acessado/retirado nos sites: www.bnc.org.br, https://pncp.gov.br/editais e www.joaopinheiro.mg.gov.br (licitações) e/ou no Dpto. de Compras da Prefeitura. Maiores informações pelo telefone (38) 3361-1900 (ramal 1246) ou p/ e-mail: licita@joaopinheiro.mg.gov.br, de 08h00 as 11h00 e de 13h00 as 17h30.

João Pinheiro/MG 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Joseane Mendes de Andrade
Código Identificador:C2642EE8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DA PRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO dos seguintes candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo **nº 004/2025** para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público para o cargo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.**

Rogério Pereira

Os candidatos indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

Os candidatos que não se apresentarem dentro do prazo estipulado será considerado desistente de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG, **25/08/2026**

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Davi Henrique Miranda Melo
Código Identificador:610B3270

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ODONTÓLOGO

CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO do seguinte candidato aprovado e classificado no Processo Seletivo **nº 003/2025** para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público para o cargo de **ODONTÓLOGO.**

Leandra Melo Morais

O candidato indicado neste ato deverá comparecer portando originais e cópias dos documentos exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

O candidato que não se apresentar dentro do prazo estipulado será considerado desistente de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG, **25/08/2026**

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Davi Henrique Miranda Melo
Código Identificador:4C931636

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO para CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA de excepcional interesse público, observados os requisitos e condições estabelecidos na Lei Municipal nº 1.299/2005, dos seguintes candidatos aprovados e classificados no Concurso Público da Educação do Município de Lagoa da Prata - Edital nº 05/2025, para o cargo de PROFESSOR:

Candidatos convocados nas vagas de Ampla Concorrência:

- DAIANE CARLA MIRANDA

A contratação a que se refere a presente convocação se dará exclusivamente para substituição durante o período de afastamento de servidora em gozo de licença maternidade.

Os candidatos indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos e exames exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

Os candidatos que não se apresentarem dentro do prazo estipulado serão considerados desistentes de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG, 25 de agosto de 2026.

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Geovana Luiza de Castro Silva
Código Identificador:AF71E564

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR APOIO À COMUNICAÇÃO, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO dos seguintes candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo **nº 008/2025** para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público para o cargo de **Professor Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas:**

Flávia de Oliveira Batista

Os candidatos indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

Os candidatos que não se apresentarem dentro do prazo estipulado será considerado desistente de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG, **25/08/2026**

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Davi Henrique Miranda Melo
Código Identificador:9D6F862E

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVENTE ESCOLAR

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO dos seguintes candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo nº 001/2025 para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público para o cargo de SERVENTE ESCOLAR:

- Glaucia De Araujo Ferreira
- Hélia Maria Dos Santos
- Maiza Aparecida Oliveira Morais
- Leila Aparecida Xavier De Jesus
- Ester Azevedo

Os candidatos indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

O candidato que não se apresentar dentro do prazo estipulado será considerado desistente de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG, 25 de agosto de 2026.

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Geovana Luiza de Castro Silva
Código Identificador:40545B7E

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO do seguinte candidato aprovado e classificado no Processo Seletivo **nº 007/2025** para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público para o cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM.**

Adriana Aparecida Basílio
Jussa Goulart Santos Pereira

Os candidato indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

O candidato que não se apresentar dentro do prazo estipulado será considerado desistente de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG, **25/08/2026**

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Davi Henrique Miranda Melo
Código Identificador:7F963393

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 189/2026

PORTARIA Nº 189/2026

Designa Gestores das Parcerias relativas à Lei nº 13.019/2014.

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições legais e considerando o Ofício nº 215/2026, proveniente da Secretaria Municipal de Desportos,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os seguintes gestores das parcerias relativas à Lei Federal nº 13.019/2014, para as parcerias celebrados no âmbito do Município de Lagoa da Prata-MG:

I – ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Adriano Guimarães Vilela

II – CULTURA:
Carlos Eduardo Escobar

III – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
Reinaldo Uilian Fonseca

IV – EDUCAÇÃO:
Jaciara Severino Braga

V – MEIO AMBIENTE:
Marcos Guerra Araújo Rodrigues

VI – OBRAS E URBANISMO:
Marcelo Martins de Oliveira

VII – SAÚDE:
Tamires dos Santos Gomes

VIII – GABINETE DO PREFEITO:
Graciela Almeida Amaral

IX – DESPORTOS:
Natália de Morais Pereira Azevedo

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 081/2026.

Lagoa da Prata, 24 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:2DF9F89C

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 190/2026

PORTARIA Nº 190/2026

Designa Membros Para Compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - PAD nº 05/2026 da Corregedoria da Guarda Civil Municipal.

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 2.353/2014 e o Despacho proveniente da Secretaria Municipal de Administração e Governo,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores municipais: GRACIELA ALMEIDA AMARAL, Corregedora da Guarda Civil Municipal, CARLOS EDUARDO ALVES DE SOUSA, Agente de Serviços Administrativos e VALÉRIA APARECIDA FERREIRA DE PAULA, Auxiliar de Serviços Administrativos para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurar eventuais responsabilidades administrativas descritas no Despacho proferido pelo Secretário Municipal de Administração e Governo, bem como para proceder ao exame dos atos e fatos que emergirem no curso dos trabalhos.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão, com elaboração de relatório final a ser encaminhado ao Secretário Municipal de Administração e Governo para julgamento do processo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 24 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:261EF687

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 191/2026

PORTARIA Nº 191/2026

Designa Membros Para Compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - PAD nº 06/2026 da Corregedoria da Guarda Civil Municipal.

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 2.353/2014 e o Despacho proveniente da Secretaria Municipal de Administração e Governo,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores municipais: GRACIELA ALMEIDA AMARAL, Corregedora da Guarda Civil Municipal, CARLOS EDUARDO ALVES DE SOUSA, Agente de Serviços Administrativos e VALÉRIA APARECIDA FERREIRA DE PAULA, Auxiliar de Serviços Administrativos para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurar eventuais responsabilidades administrativas descritas no Despacho proferido pelo Secretário Municipal de Administração e Governo, bem como para proceder ao exame dos atos e fatos que emergirem no curso dos trabalhos.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão, com elaboração de relatório final a ser encaminhado ao Secretário Municipal de Administração e Governo para julgamento do processo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 24 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:A78DE539

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 94/2025, PROCESSO Nº 257/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 94/2025
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 257/2025

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s), mediante o Sistema de Registro de Preços (SRP), para a execução de serviços de recarga de extintores de incêndio e realização de testes hidrostáticos em mangueiras para as Secretarias do Município de Lagoa da Prata, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

Considerando que o servidor efetivo Mateus Sivelly Borges, designado para exercer a função de Agente de Contratação, conduziu o procedimento licitatório, o Prefeito Municipal procedeu à adjudicação do objeto deste processo à empresa:

DIVSEG ENGENHARIA E SEGURANCA LTDA - 25.146.571/0001-60

E vem por meio deste, HOMOLOGAR esse procedimento licitatório à empresa vencedora.

Lagoa da Prata, 25 de agosto de 2026

MATEUS SIVELLY BORGES
Agente de Contratação

Publicado por:
Mateus Sivelly Borges
Código Identificador:8B7E3E5B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 028/2026

Abertura do Pregão Eletrônico RP nº 028/2026, no dia 14/09/2026 com recebimento das propostas comerciais até 09h. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para a realização de diversos serviços de adaptação, conservação, limpeza, manutenção, zeladoria, poda e supressão em espaços, áreas, prédios públicos, vias e praças públicas do perímetro urbano do Município de Lagoa Santa-MG. O edital na íntegra estará disponível nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e https://licitar.digital/

MONIQUE DUARTE COELHO DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Andre Luiz Fernandes
Código Identificador:915E461D

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO – ATA RP Nº 211/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

Partes: Município de Lagoa Santa e **MAT MED HOSPITALAR LTDA -** CNPJ: 02.305.767/0001-54

Finalidade: troca de marca dos itens 196, 197 e 198 da referida Ata RP, conforme Processo Administrativo Externo nº 01505/2026, nos termos do art. 124, II, “b”, da Lei Federal n° 14.133/2021.

FREDERIC HENRIQUE MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

KARINA ROCHA DE OLIVEIRA TARANTO
Secretária Municipal de Saúde

GABRIEL LEITE MENDES
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:E9BFA41A

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – CONTRATO Nº 145/2026 – CONCORRÊNCIA N° 008/2026

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **PROBUS ENGENHARIA LTDA** – CNPJ: 27.547.296/0001-11
Objeto: Construção do Centro Especializado de Reabilitação - CER, com tipo construtivo misto (steel frame, alvenaria estrutural e concreto armado), com recursos próprios do município, fornecimento de materiais, equipamentos necessários e mão de obra, conforme relação constante no projeto básico.

Valor: R$ 4.972.894,76

Vigência: 14/08/2026 a 14/02/2027

Dotação Orçamentária:

FICHA	DOTAÇÃO
560	02.006.001.10.301.0017.2223.4.4.90.51.00

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

KARINA ROCHA DE OLIVEIRA TARANTO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:C7CFFFE0

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – CONTRATO Nº 150/2026 – CONCORRÊNCIA N° 011/2026

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **ARPAN ENGENHARIA LTDA** – CNPJ: 30.360.120/0001-60

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de obra de construção de 02 quadras em concreto e da praça no bairro Santos Dumont, no endereço à Rua Comandante Vitor, n° 305, Lagoa Santa/MG, com recursos provenientes do contrato de repasse nº 983916/2025/MESP/CAIXA e recursos próprios do município, com fornecimento de materiais, equipamentos necessários e mão de obra, conforme relação constante neste projeto básico.

Valor: R$ 1.650.000,00

Vigência: 24/08/2026 a 24/02/2027

Dotação Orçamentária:

FICHA	DOTAÇÃO
290	02.004.004.27.812.0032.1022.4.4.90.51.00

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:1189D32F

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO – CONTRATO 115/2024 – DISPENSA 013/2024

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **VITA TECH SISTEMAS LTDA – ME –** CNPJ: 97.543.811/0001-70

Finalidade: reajuste de valor, calculado a partir do Índice de Custo da Tecnologia da Informação – ICTI, para o período de julho/2025 a junho/2026 retroagindo seus efeitos a 19/07/2026, de acordo com a Cláusula Quinta do Contrato .

DALMAR MORAIS DUARTE
Secretário Municipal de Fazenda

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:161FA29D

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO - TERMO DE FOMENTO Nº 010/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8952-26

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **ASSOCIAÇÃO DE PAIS DOS EXCEPCIONAIS DE LAGOA SANTA - APAE** – CNPJ:17.395.815/0001-10

Objeto: **EXECUÇÃO DO PROJETO "QUALIFICAÇÃO DO SERVIÇO CENTRO DIA", CONFORME PLANO DE SERVIÇO Nº 4251001197/2024 AUTORIZADO PELA SEDESE, RESOLUÇÃO CMAS/LS 011/2024 E LEI MUNICIPAL Nº 5.826/2026, ALTERADA PELA LEI N° 5.841/2026;** por meio de parceria entre o **MUNICÍPIO** e a **ENTIDADE**, envolvendo transferências de recursos financeiros, em regime de mútua cooperação.

Vigência: 25/08/2026 a 24/08/2027

Valor: R$ 124.482,65

Dotação Orçamentária:

Ficha	Dotação
461	02.005.004.08.242.0029.2262.3.3.50.43.00

RAQUEL SOUZA DE ASSIS SALOMÃO
Secretária Municipal de Bem Estar Social

Publicado por:
Júlio César Santos Almeida
Código Identificador:5A354FE4

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PE RP 040/2026

Homologação e Adjudicação do Pregão Eletrônico RP 040/2026, Processo Administrativo 102/2026, a seguinte empresa: Fermaq Pocos Artesianos Ltda CNPJ: 07.987.844/0001-17 total: R$ 887.999,94 (oitocentos e oitenta e sete mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para a prestação de serviços de execução (perfuração), manutenção e limpeza de poços artesianos, com fornecimento de todos os materiais, motobomba, reservatório de água, ferramentas, equipamentos e mão de obra especializada, para atender as demandas do município de Lagoa Santa/MG.

Lagoa Santa, 25 de agosto 2026

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

Publicado por:
Antoniele Alves Ferreira
Código Identificador:F647202A

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – Retificação do extrato publicado na Edição do Diário Oficial dos Municípios

Mineiros ANO XVI, n° 3958, página 159 e 160 de 12/02/2025, referente ao 2° Termo Aditivo do Contrato nº 024/2023.

ONDE SE LÊ:

"...

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO - 2° TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 024/2023 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 017/2023
..."

LEIA-SE:

"...
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO - 2° TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 024/2023 – PREGÃO ELETRONICO N° 004/2023

..."

Permanecem inalteradas as demais disposições.

KARINA ROCHA DE OLIVEIRA TARANTO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Naira Mirian Carvalho Dos Santos
Código Identificador:6068E897

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
03ª CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2026

FICAM CONVOCADOS OS CANDIDATOS LISTADOS ABAIXO PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS, CONFORME O SUBITEM 8.8 DO EDITAL 002/2026, PARA POSTERIOR EFEITO DE CONTRATAÇÃO.

Data de comparecimento: 27/08/2026
Horário: 9h

Local: Centro Administrativo Municipal desta Prefeitura, localizado à Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2.500 / Loja 28, Bairro Santos Dumont, Lagoa Santa/MG, munidos dos seguintes documentos originais e cópias simples:

- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Título de Eleitor, último comprovante de votação ou certidão de quitação emitida pela Justiça Eleitoral;
- Documento referente ao PIS ou PASEP;
- Comprovante de residência emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- Certidão de nascimento ou de casamento, contendo os dados atualizados;
- Se possuir filhos menores de 21 anos, apresentar certidão de nascimento ou Carteira de Identidade e CPF;
- Carteira de Trabalho (folhas constando a foto e qualificação civil) ou impressão da Carteira de Trabalho Digital;
- Candidatos do sexo masculino entre 18 e 45 anos devem apresentar documentos que comprovem quitação com o serviço militar;
- Comprovante de escolaridade e registro profissional de conselho de classe (de acordo com as exigências da função pública temporária);
- Carta de concessão do benefício de aposentadoria, caso seja aposentado;
- Caso possua outro vínculo empregatício deverá apresentar declaração da empresa informando: vínculo, remuneração, contribuição previdenciária, função exercida e contracheque atualizado ou carteira de trabalho;
- 01 foto 3x4 recente.

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	ELIZANGELA ALMEIDA ROCHA	Biólogo	25/08/2026	
70 (3º PCD)	JOÃO VICTOR DOS SANTOS CARDOSO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade		
8	TAMIRIS GARCIA VALADARES	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	25/08/2026	
3	JUSSARA SOUZA BARBOSA	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	25/08/2026	
3	RAISSA GONTIJO CABRAL DE SOUZA	Médico Psiquiatra ou Neurologista ou Pediatra	25/08/2026	
3	ALEXANDRE BARRETO RODRIGUES	Técnico de Enfermagem	25/08/2026	
4	CONCEICAO ADRIANA LEMOS ACIPRESTE	Técnico de Enfermagem de Família e Comunidade	25/08/2026	
3	MAIRE ELEN PASSOS PEREIRA	Terapeuta Ocupacional	25/08/2026	

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:7ABA2681

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
09ª CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS 005/2023

09ª CONVOCAÇÃO

FICAM CONVOCADOS OS CANDIDATOS LISTADOS ABAIXO, PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS, CONFORME O SUBITEM 13.5. DO REFERIDO EDITAL 005/2023, PARA POSTERIOR EFEITO DE CONTRATAÇÃO.

Data de comparecimento: 27/08/2026
Horário: 9h

Local: Centro Administrativo Municipal desta Prefeitura, localizado à Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2.500 / Loja 28, Bairro Santos Dumont, Lagoa Santa/MG, munidos dos seguintes documentos originais e cópias simples:

a) 01 (uma) fotos 3x4 (recente e colorida);
b) Documento original de identidade oficial com fotografia;
c) Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição ou declaração de quitação eleitoral;
d) Cadastro de Pessoa Física - CPF ou documento oficial em que se conste o CPF;
e) Atestado de Qualificação no E-Social (disponível em http://consultacadastral.inss.gov.br-*site descontinuado. Não será exigido a apresentação do documento*);
f) Certidão de Nascimento ou de Casamento atualizada;
g) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, para candidatos do sexo masculino. Os candidatos com idade acima de 45 anos não têm obrigatoriedade de apresentar de acordo com a Lei Federal nº 4.375/1964 e o Decreto Federal nº 57.654/1966;
h) Comprovante de residência expedido nos últimos 03 (três) meses;
i) Declaração de que exerce, ou não, outra função, emprego ou função pública nos âmbitos federal, estadual e/ou municipal (a ser declarado em formulário próprio da área de RH da Prefeitura de Lagoa Santa);
j) Declaração de bens atualizada até a data da contratação (a ser declarado em formulário próprio da área de RH da Prefeitura de Lagoa Santa);
k) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
l) Cartão de cadastramento no PIS/PASEP ou documento que se conste o número;
m) Comprovante de escolaridade mínima exigida para a função, nas condições especificadas no Anexo I deste Edital;
n) Comprovante de registro do conselho da classe profissional (quando necessário);
o) Atestado de antecedentes criminais da justiça federal, comum e pela Polícia Civil que ateste a idoneidade moral e social do candidato. Caso o candidato apresente antecedentes criminais sem sentença condenatória transitada em julgado o impedimento à contratação deverá ser fundamentado e garantido o candidato o contraditório e ampla defesa;
p) Certidão de nascimento ou RG dos filhos menores de 21 anos;

q) Cadastro de Pessoa Física – CPF dos filhos ou documento oficial em que se conste o CPF
r) Declaração de dependentes para fins previdenciários e dedução de imposto de renda (a ser declarado em formulário próprio da área de RH da Prefeitura de Lagoa Santa).

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
4	DAMARES GONÇALVES MARTINS	501 - ASSISTENTE SOCIAL	25/08/2026	

Diretoria De Gestão De Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:8EB367F9

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
18ª CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2025 – COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS

FICAM CONVOCADOS OS CANDIDATOS LISTADOS ABAIXO PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS, CONFORME O SUBITEM 8.8 DO EDITAL 004/2025, PARA POSTERIOR EFEITO DE CONTRATAÇÃO.

Data de comparecimento: 27/08/2026
Horário: 9h
Local: Centro Administrativo Municipal desta Prefeitura, localizado à Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2.500 / Loja 28, Bairro Santos Dumont, Lagoa Santa/MG, munidos dos seguintes documentos originais e cópias simples:

- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Título de Eleitor e último comprovante de votação ou certidão de quitação emitida pela Justiça Eleitoral;
- Cartão PIS ou PASEP ou declaração de que não o possui;
- Comprovante de residência emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- Certidão de nascimento ou casamento atualizada;
- Se possuir filhos menores de 21 anos, apresentar certidão de nascimento e CPF;
- Carteira de Trabalho (folhas constando a foto e qualificação civil);
- Candidatos do sexo masculino, documento que comprove estar quite com as obrigações do serviço militar;
- Comprovante de escolaridade e registro profissional de conselho de classe (de acordo com as exigências da função pública temporária);
- Carta de concessão do benefício de aposentadoria, caso seja aposentado;
- Caso possua outro vínculo empregatício deverá apresentar declaração da empresa informando: vínculo, remuneração, contribuição previdenciária, função exercida e contracheque atualizado ou carteira de trabalho;
- 01 foto 3x4 recente.

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
13	GISELE LIMA ALPOIM	Auxiliar de Saúde Bucal	25/08/2026	
14	LUANA SOARES LEMOS	Auxiliar de Saúde Bucal	25/08/2026	
33	GERALDO VITOR DA COSTA	Farmacêutico	25/08/2026	

Diretoria De Gestão De Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:D822765B

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
19ª CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2025 - COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS

FICAM CONVOCADOS OS CANDIDATOS LISTADOS ABAIXO PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS, CONFORME O SUBITEM 8.8 DO EDITAL 003/2025, PARA POSTERIOR EFEITO DE CONTRATAÇÃO.

Data de comparecimento: 27/08/2026
Horário: 9h

Local: Centro Administrativo Municipal desta Prefeitura, localizado à Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2.500 / Loja 28, Bairro Santos Dumont, Lagoa Santa/MG, munidos dos seguintes documentos originais e cópias simples:

- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Título de Eleitor e último comprovante de votação ou certidão de quitação emitida pela Justiça Eleitoral;
- Cartão PIS ou PASEP ou declaração de que não o possui;
- Comprovante de residência emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- Certidão de nascimento ou casamento atualizada;
- Se possuir filhos menores de 21 anos, apresentar certidão de nascimento e CPF;
- Carteira de Trabalho (folhas constando a foto e qualificação civil);
- Candidatos do sexo masculino, documento que comprove estar quite com as obrigações do serviço militar;
- Comprovante de escolaridade e registro profissional de conselho de classe (de acordo com as exigências da função pública temporária);
- Carta de concessão do benefício de aposentadoria, caso seja aposentado;
- Caso possua outro vínculo empregatício deverá apresentar declaração da empresa informando: vínculo, remuneração, contribuição previdenciária, função exercida e contracheque atualizado ou carteira de trabalho;
- 01 foto 3x4 recente.

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
40	REINALDO MENDES RIBEIRO	Médico de Família e Comunidade 40 horas	25/08/2026	
20	ANA CAROLINE MEIRELES FERNANDES	Auxiliar de Saúde Bucal	25/08/2026	

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:100DB097

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
43ª CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS 002/2022 – COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS

FICAM CONVOCADOS OS CANDIDATOS LISTADOS ABAIXO, PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS, CONFORME O SUBITEM 16.5.DO REFERIDO EDITAL 002/2022, PARA POSTERIOR EFEITO DE CONTRATAÇÃO.

Data de comparecimento: 27/08/2026
Horário: 9h

Local: Centro Administrativo Municipal desta Prefeitura, localizado à Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2.500 / Loja 28, Bairro Santos Dumont, Lagoa Santa/MG, munidos dos seguintes documentos originais e cópias simples:

a)01(uma) fotos 3x4 (recente e colorida);
b) Documento original de identidade oficial com fotografia;
c) Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição quitação eleitoral;
d) Cadastro de Pessoa Física – CPF
e) Atestado de Qualificação no E-Social (disponível emhttps://bityli.com/CARzp-*site descontinuado. Não será exigido a apresentação do documento*);
f) Certidão de Nascimento ou de Casamento;
g) Certificado de Reservista de 1ª e 2ª categorias ou documento equivalente (Certificado de Alistamento Militar – CAM, Certificado de Dispensa de Incorporação – CDI, Certificado de Isenção), se do

sexo masculino. Obrigatório para candidato o que entre 1º de janeiro do ano em que completar 19 anos de idade e 31 de dezembro do ano em que completar 45 anos;
h) Comprovante de residência expedido nos últimos 03(três) meses;
i) Declaração de que exerce, ou não, outro cargo, emprego ou função pública nos âmbitos federal, estadual e/ou municipal (a ser declarado em formulário próprio da Coordenação de RH da Prefeitura de Lagoa Santa;
j) Declaração de bens atualizada até a data da contratação (a ser declarado em formulário próprio da Coordenação de RH da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa);
k) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
l) Cartão de cadastramento no PIS/PASEP;
m) Comprovante de escolaridade mínima exigida para no Anexo I deste Edital;
n) Comprovante de registro do conselho da classe profissional (quando necessário);
o) Atestado de antecedentes criminais da justiça federal (disponível em: https://bityli.com/RrlX88), comum e pela Polícia Civil (disponível em: https://bityli.com/J9nYZ7) que ateste a idoneidade moral e social criminais sem sentença condenatória transitada em julgado;
p) Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
q) Cadastro de Pessoa Física – CPF dos filhos menores de 21 anos;
r) Declaração de dependentes para fins previdenciários e dedução de imposto de renda (a ser declarado em formulário próprio da Coordenação de RH da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa).
s) Carta de concessão de aposentadoria, caso seja aposentado.

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
13º	CAROLINA RONCALE MARTINS	FISIOTERAPEUTA	25/08/2026	
25º	MARIANE CRISTINA RIOS SILVEIRA OLIVEIRA	ENFERMEIRO - 40 HORAS	25/08/2026	

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:DD2D82FF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.152, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

Altera tarifas do Serviço Público de Transporte Individual por Táxi do Município de Lagoa Santa e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso e gozo das atribuições legais que lhe confere o art. 68, V, da Lei Orgânica Municipal; e

Considerando a Lei Municipal nº 3.193, de 2011, que regulamenta o Serviço Público de Transporte por Táxi do Município de Lagoa Santa, e a manifestação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente e da Diretoria Municipal de Trânsito quanto à necessidade de atualização do valor da tarifa do Serviço Público de Transporte por Táxi no Município de Lagoa Santa, de modo a assegurar o equilíbrio, a uniformidade e a sustentabildiade econômica da atividade;

DECRETA:

Art. 1º Ficam reajustadas as tarifas do Serviço Público de Transporte Individual por Táxi do Município de Lagoa Santa, que passam a vigorar com os seguintes valores:

I - bandeirada: R$ 5,40 (cinco reais e quarenta centavos);

II - quilômetro rodado – bandeira 1: R$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos);

III - quilômetro rodado – bandeira 2: R$ 5,40 (cinco reais e quarenta centavos);

IV - hora parada: R$ 39,00 (trinta e nove reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 5.633, de 16 de junho de 2025.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 21 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:765C3CBF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.153, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Regulamenta o Programa de Recuperação Fiscal 2026 (ProERF 2026), de caráter temporário, estabelecido pela Lei Municipal nº 5.876, de 13 de julho de 2026, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso e gozo das atribuições legais que lhe confere o art. 68, V, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 8º e 9º da Lei Municipal nº 5.876, de 13 de julho de 2026;

DECRETA:
Art. 1º A adesão ao Programa Especial de Recuperação Fiscal 2026, (ProERF 2026) de que trata a Lei Municipal nº 5.876, de 13 de julho de 2026, observará o disposto neste Decreto:
§ 1º A adesão será formalizada mediante requerimento do sujeito passivo e assinatura do termo de confissão de dívida perante a Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 2º Para a formalização da adesão, o sujeito passivo ou seu representante legal deverá apresentar ao Departamento de Cobrança da Dívida Ativa, presencialmente ou por meio eletrônico, os seguintes documentos:

I - se pessoa física, cópia de documento oficial de identificação e do comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

II - cópia do contrato social, incluindo suas alterações, se pessoa jurídica;

III - se for o caso, procuração particular com poderes específicos para formalizar a adesão ao PROERF 2026, conforme modelo constante do Anexo I deste Decreto, acompanhada de cópia dos documentos de identidade e CPF do outorgante e do outorgado, ou procuração pública com poderes específicos para essa finalidade;

IV - no caso de débitos em nome de pessoa falecida, documento que comprove a condição de inventariante ou herdeiro, bem como declaração, conforme modelo constante do Anexo II deste Decreto, contendo informações sobre o inventário e os bens deixados pelo falecido;

V - no caso de débitos em nome de associações, o representante da instituição, deverá apresentar cópia do estatuto social, ata de constituição, ata contendo sua eleição e período de duração do seu mandato, juntamente com a respectiva cópia dos seus documentos pessoais, contendo RG e CPF.

§ 3º O requerimento de adesão poderá ser formalizado via e-mail ou por meio de outra ferramenta disponibilizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, desde que sejam juntados todos os documentos necessários à comprovação de sua qualidade.

§ 4º Na hipótese do § 3º deste artigo, a adesão será considerada formalizada com o recebimento, pela Secretaria Municipal de

Fazenda, do termo de confissão de dívida devidamente assinado e dos documentos exigidos no § 2º deste artigo.

§ 5º O requerimento de adesão ao PROERF 2026 deverá ser apresentado até 19 de outubro de 2026.

Art. 2º Os descontos previstos no art. 1º da Lei Municipal nº 5.876, de 13 de julho de 2026, observadas as limitações estabelecidas em seu art. 2º, aplicam-se aos créditos vencidos até 10 de junho de 2026 e inscritos em Dívida Ativa.

§ 1º Não poderão ser objeto de um mesmo parcelamento créditos não ajuizados e créditos ajuizados.

§ 2º O deferimento do parcelamento de créditos já ajuizados e garantidos por arresto, penhora de bens ou valores ou por outra forma de garantia regularmente constituída não ensejará a liberação das garantias até o integral pagamento da dívida.

§ 3º O pagamento integral, em parcela única, com desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor das multas e dos juros moratórios deverá ser realizado até 23 de novembro de 2026.

§ 4º No caso de pagamento parcelado, conforme opção do sujeito passivo e observadas as condições previstas nas alíneas "a" a "d" do inciso II do art. 1º da Lei Municipal nº 5.876, de 13 de julho de 2026, serão aplicados os seguintes descontos sobre multas e juros moratórios:

I - de 02 (duas) até 03 (três) parcelas mensais, sucessivas e iguais, desconto de 80% (oitenta por cento) sobre o valor dos juros e das multas moratórias;

II - de 04 (quatro) até 12 (doze) parcelas mensais, sucessivas e iguais, desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor dos juros e das multas moratórias;

III - de 13 (treze) até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, sucessivas e iguais, desconto de 30% (trinta por cento) sobre o valor dos juros e das multas moratórias;

IV - de 25 (vinte e cinco) até 72 (setenta e duas) parcelas mensais, sucessivas e iguais, desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor dos juros e das multas moratórias.

§ 5º O valor de cada parcela será calculado em função do valor total do crédito parcelado, respeitando-se o valor mínimo de R$ 50,00 (cinquenta reais) por parcela.

§ 6º Os honorários advocatícios incidentes sobre créditos ajuizados poderão ser parcelados e pagos nos mesmos termos e condições do respectivo crédito.

Art. 3º O pagamento das parcelas se dará por meio de guia emitida eletronicamente, observando-se o disposto neste artigo.

§ 1º A primeira parcela vencerá em até 30 (trinta) dias, contados da data da formalização do parcelamento no sistema.

§ 2º As demais parcelas vencerão no mesmo dia dos meses imediatamente posteriores, exceto na hipótese da data de vencimento ocorrer nos dias 29, 30 ou 31, quando a data do vencimento poderá ser antecipada em até três dias.

§ 3º A observância dos prazos de pagamento é de inteira responsabilidade do contribuinte, que fica responsável por emitir as parcelas, mensalmente, através de ferramenta disponibilizada no site da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa: https://www.lagoasanta.mg.gov.br ou retirá-las pessoalmente ou por correio eletrônico junto ao Departamento de Cobrança da Dívida Ativa - Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 4º Caso o contribuinte opte pela retirada das guias no setor competente, serão disponibilizadas, para fins gerenciais, apenas 3 (três) guias consecutivas, cabendo-lhe retirar as demais nos respectivos prazos.

Art. 4º Mediante requerimento do devedor, os parcelamentos em curso poderão ser cancelados para fins de adesão ao ProERF 2026.

§ 1º Havendo pedido de cancelamento de parcelamentos em curso, deduzidos os valores pagos, os valores de créditos porventura reduzidos serão restaurados em seus valores originais, não sendo admitido o acúmulo de benefício previsto na legislação anterior com os descontos do ProERF 2026.

§ 2º Não havendo expressa manifestação do devedor, os parcelamentos em curso ficam mantidos nas mesmas condições em que foram concedidos até a sua quitação integral, ou enquanto permanecerem ativos.

§ 3º Em caso de cancelamento da adesão ao PROERF 2026, o contribuinte poderá, enquanto vigente o Programa, formalizar nova adesão relativamente ao saldo devedor remanescente.

Art. 5º A inobservância de qualquer exigência prevista na Lei Municipal nº 5.876, de 13 de julho de 2026, ou neste Decreto, o não pagamento da parcela única até 23 de novembro de 2026 ou o atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de qualquer parcela implicam o cancelamento da adesão ao PROERF 2026 e o restabelecimento dos valores originários dos créditos correspondentes às parcelas não pagas.

Art. 6º O Termo de Confissão de Dívida previsto no art. 1º deste Decreto conterá, no mínimo, as seguintes cláusulas:

I - reconhecimento irrevogável e irretratável da dívida;

II - desistência incondicional e definitiva de eventual ação judicial, reclamação ou recurso administrativo correspondente ou relacionado a eles;

III - ciência da interrupção da prescrição nos termos previstos no art. 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, bem como no art. 289, § 1º, inciso IV, da Lei Municipal nº 3.080, de 2010 - Código Tributário do Município;

IV - o reconhecimento da legitimidade da(s) pessoa(s) física(s) ou jurídica(s) constante(s) como coobrigada(s) referente ao débito confessado.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor em 1º de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 24 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

ANEXO I

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE (Contribuinte)			
NOME			
CPF/CNPJ		IDENTIDADE	
NACIONALIDADE		ESTADO CIVIL	
ENDEREÇO RESIDENCIAL			
BAIRRO	CEP	CIDADE	UF
E-mail (preenchimento obrigatório e em letra de forma)			
TELEFONE(S) PARA CONTATO			

OUTORGADO (Procurador)			
NOME			
CPF/CNPJ		IDENTIDADE	
NACIONALIDADE		ESTADO CIVIL	
ENDEREÇO RESIDENCIAL			
BAIRRO	CEP	CIDADE	UF
E-mail (preenchimento obrigatório e em letra de forma)			
TELEFONE(S) PARA CONTATO			

PODERES: especiais e específicos para representar o outorgante perante a Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Lagoa Santa, para requerer/solicitar a adesão ao proerf 2026, instituído pela Lei Municipal 5.876/2026, podendo confessar e requerer o parcelamento ou reparcelamento do(s) débito(s) inscrito(s) em Dívida Ativa, prestar declarações, assinar requerimentos e/ou petições, solicitar a expedição de guias para pagamento e/ou retirá-las, bem como praticar demais atos necessários para o fiel desempenho deste mandato.

Lagoa Santa, MG, _____ de _____ de _____

_____
Assinatura do outorgante
(Igual ao documento de identificação)

ANEXO II

PREFEITURA DE LAGOA SANTA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	**DECLARAÇÃO DE BENS IMOVEIS** CONTRIBUINTE FALECIDO
1) DADOS DO "DE CUJUS"	
NOME	
CPF/CNPJ	
RG	

2) DADOS DO INVENTARIANTE (Sendo herdeiro, deverá, também, ser identificado no Anexo I)		
NOME	CPF/CNPJ	RG
ENDEREÇO		NÚMERO
BAIRRO	MUNICIPIO	UF / CEP
TELEFONE	E-MAIL	
[ ] NÃO FOI CONSTITUÍDO INVENTARIANTE PARA OS BENS DEIXADOS PELO "DE CUJUS"		

2) DADOS DO PROCESSO	
[ ] VIA ADMINISTRATIVA	TABELIONATO DE NOTAS:
[ ] VIA JUDICIÁRIA	Nº DO PROCESSO: COMARCA:
[ ] NÃO HÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO E/OU JUDICIAL PARA A PARTILHA	

3) IDENTIFICAÇÃO DOS HERDEIROS	
HERDEIRO 1 NOME:	CPF/CNPJ:
HERDEIRO 2 NOME:	CPF/CNPJ:
HERDEIRO 3 NOME:	CPF/CNPJ:
HERDEIRO 4 NOME:	CPF/CNPJ:
HERDEIRO 5 NOME:	CPF/CNPJ:
Observação: HAVENDO OUTROS HERDEIROS, RELACIONE-OS NO VERSO	

4) BENS IMOVEIS (RELACIONE OS IMOVEIS DEIXADOS PELO FALECIDO NO MUNICIPIO COM A DEVIDA LOCALIZAÇÃO)		
5) IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA DECLARAÇÃO		
NOME	CPF/CNPJ	RG
ENDEREÇO	NÚMERO	COMPLEMENTO
BAIRRO	MUNICIPIO	UF / CEP
TELEFONE	E-MAIL	

ASSINATURA (CONFORME DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO APRESENTADO)

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:E67D17C9

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.893, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 5.876, de 13 de julho de 2026, que autoriza o Poder Executivo a instituir, por meio do Programa Especial de Recuperação Fiscal 2026 – PROERF 2026, de caráter temporário, condições especiais para pagamento de créditos de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, e das multas fiscais por descumprimento de obrigação tributária, inscritos em dívida ativa, com redução de multas e juros moratórios, e dá outras providências.

O povo do Município de Lagoa Santa, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 2º do art. 1º da Lei Municipal nº 5.876, de 13 de julho de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

***"Art. 1º** […].*

***§ 2º** A adesão ao PROERF 2026 implica confissão expressa e irretratável da dívida e/ou dos débitos em fase de cobrança administrativa ou judicial, importando no reconhecimento da exigibilidade do crédito tributário e na desistência de eventual ação judicial, reclamação ou recurso administrativo relacionados ao crédito tributário objeto do Programa, em que o contribuinte figure como autor.*

[…]".

Art. 2º O *caput* e o parágrafo único do art. 5º da Lei Municipal nº 5.876, de 13 de julho de 2026, passam a vigorar com a seguinte redação:

***"Art. 5º** A inobservância de qualquer exigência prevista nesta Lei ou em seu regulamento, o não pagamento da parcela única no prazo previsto ou o atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de qualquer parcela implicam o cancelamento da adesão ao PROERF 2026 e o restabelecimento dos valores originários dos créditos correspondentes às parcelas não pagas.*
***Parágrafo único**. Cancelada a adesão ao PROERF 2026, o sujeito passivo poderá, enquanto vigente o Programa, formalizar nova adesão relativamente ao saldo devedor remanescente, observadas as condições previstas nesta Lei e em seu regulamento, desde que sane, quando cabível, o descumprimento que ensejou o cancelamento."*

Art. 3º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Municipal nº 5.876, de 13 de julho de 2026.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 21 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:2278FDE0

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.894, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Distrito Industrial Olhos D'Água II e dá outras providências.

O povo do Município de Lagoa Santa, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Distrito Industrial Olhos D'Água II, destinado à implantação, instalação, ampliação e desenvolvimento de atividades industriais no Município de Lagoa Santa.

Parágrafo único. O Distrito Industrial Olhos D'Água II este será composto:

I - pela área institucional do loteamento Vila Arcádia, com área de 11.757,96 m² (onze mil, setecentos e cinquenta e sete metros e noventa e seis centímetros quadrados), registrada sob a matrícula nº 65.590 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lagoa Santa/MG, a qual, por ocasião da criação do Distrito Industrial Olhos D'Água II, constituirá sua área institucional;

II - por outros imóveis públicos ou privados que venham a integrar a área do Distrito Industrial, na forma estabelecida em ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º A criação do Distrito Industrial Olhos D'Água II será formalizada por decreto do Chefe do Poder Executivo, que estabelecerá sua delimitação territorial, sua composição e as demais normas necessárias ao seu funcionamento, observada a legislação aplicável.

Art. 3º A criação do Distrito Industrial fica condicionada à prévia compatibilização do zoneamento das áreas com o exercício de atividades industriais, observada a legislação urbanística municipal.

Art. 4º O funcionamento do Distrito Industrial Olhos D'Água II fica condicionado à obtenção das licenças, autorizações e demais atos administrativos exigidos pela legislação urbanística, ambiental, sanitária e demais normas pertinentes.

Art. 5º As averbações e os registros cartoriais necessários ao cumprimento desta Lei serão promovidos pelo Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 24 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:ED9CC653

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.895, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza repasse financeiro, a título de auxílio-moradia, na forma que menciona e dá outras providências.

O povo de Lagoa Santa, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar, em até 06 (seis) parcelas, a Tamires A. O. S., portadora do RG: SSP-**.536.***-*, inscrita no CPF sob o nº. ***.989.178-**, o valor total de até R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), a título de auxílio moradia.

§ 1º O repasse deverá ser utilizado para custear despesas de locação de imóvel para moradia de Tamires A. O. S. e sua família e deverá ser realizado de acordo com o vencimento do aluguel.

§ 2º O valor de que trata o *caput* do presente artigo será de até R$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, devendo os referidos valores serem empregados exclusivamente para pagamento de aluguel de imóvel para moradia de Sra. Tamires A. O. S. e sua família.

§ 3º Após o primeiro repasse, os subsequentes somente serão realizados pela Secretaria Municipal de Fazenda, após Tamires A. O. S. apresentar o recibo de pagamento do aluguel do mês anterior.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Bem-estar Social, conforme Processo Administrativo Interno nº 13204-26-LST-DSA, realizou todos os levantamentos necessários para a concessão do presente auxílio e deverá executar novas avaliações para que haja continuidade do repasse.

Art. 3º As despesas correrão por conta de dotação orçamentária nº 02.005.002.14.422.0028.2339.3.3.90.48.00 - Ficha 423, prevista na Lei Orçamentária de 2026.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 24 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:1301EB56

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.049, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

Institui comissão mista de reavaliação de informações referente a LAI no âmbito do poder Executivo do Município de Lagoa Santa-MG, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 68, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída Comissão Mista de Reavaliação de Informações referente à Lei de Acesso a Informação - LAI que ficará responsável para reexaminar as informações referentes ao recurso impetrado devido à sustentação da negação do recurso, com a competência de desempenhar as funções constantes no Decreto Municipal nº3.018, de 08 de outubro de 2015.

Art. 2º A Presente Comissão será composta pelos seguintes membros:

I - Representante da Secretaria Municipal de Transparência e Integridade:

Laís César Jardim.

II - Representante da Secretaria Municipal de Planejmaneto e Gestão:

Giselena Helena Ivo de Oliveira.

III - Representante da Secretaria Municipal de Fazenda:

Mayara Louise de Oliveira Aires Corrrêa.

IV - Representante da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos:

Thamara Walleska de Freitas Correia.

Art. 3º A Presidência da Comissão Mista de Reavaliação de Informações será exercida pelo representante da Secretaria Municipal de Transparência e Integridade.

Parágrafo único. Nas ausências ou impedimentos do Presidente, o membro subsequente, constante do inciso II, do art. 2º, desta Portaria, assumirá a Presidência.

Art. 4º A presente Comissão deve observar todas as disposições legais aplicáveis, em especial os artigos 11º, 12º e 13º do Decreto Municipal nº3.018, de 08 de outubro de 2015.

Art. 5º As decisões da Comissão serão tomadas por maioria simples do total de seus membros.

§ 1º Não havendo consenso da maioria dos membros da Comissão deverá ser submetida ao Secretário Municipal de Transparência e Integridade, para decisão final a respeito.

§ 2º A Comissão poderá solicitar, sempre que necessário e oportuno, a presença de Secretários e equipe para ajudar na reavaliação da informação.

Art. 6º Os membros da Comissão se reunirão, sempre que necessário quando convocado pelo Presidente da Comissão, para decidir sobre as questões nas quais for necessária a reavaliação da Informação,

abrindo-se a reunião com a presença de pelo menos três de seus membros.

Art. 7º Os trabalhos realizados por esta Comissão são considerados como serviço público relevante, não ensejando remuneração de qualquer espécie aos servidores membros.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, e revoga as Portarias nº 1.262, de 17 de maio de 2022 e nº 1.532, de 25 de março de 2025.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 19 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:52304744

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.050, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

Institui Comissão responsável pelas demandas da Ouvidoria no âmbito do Poder Executivo do Município de Lagoa Santa - MG, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 68, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto nos artigos 5º e 9º, da Lei Federal nº13.460, de 26 de junho de 2017, que estabelecem que o usuário de serviço público tem direito à adequada prestação dos serviços, devendo os agentes e prestadores de serviços públicos possibilitarem manifestações dos usuários perante a administração pública acerca da prestação de serviços públicos.

RESOLVE:
Art. 1º Instituir Comissão responsável pelas demandas de Ouvidoria no âmbito do Poder Executivo do Município de Lagoa Santa/MG, que será composta pelos seguintes membros:

I - Secretaria Municipal de Bem-estar Social:

a) Diretoria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Direitos Humanos:

Titular: Kelly Cristiane Suely Guimarães - matrícula nº 292036;
Suplente: Anderson Borges Morato - matrícula nº 278377.

b) Diretoria de Esporte e Lazer:

Titular: Kelly Cristiane Suely Guimarães - matrícula nº 292036;
Suplentes: Anderson Borges Morato - matrícula nº 278377;
Paulo Henrique Oliveira Costa - matrícula nº 290617.

II - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente:

a) Diretoria de Meio Ambiente:

Titular: Carolina Becker Lopes - matrícula nº 290582;
Suplente: Eliane Campezatto Raabe - matrícula nº 008427;

b) Diretoria de Obras:

Titular: Rogério Matos Viana - matrícula nº 010490;
Suplente: Paula Cristina Pereira - matrícula nº 010437.

c) Diretoria de Regulação Urbana:

Titular: Gleide da Saúde Ferreira - matrícula nº 008214;
Suplente: Joelza Caetana Santana Duarte - matrícula nº 010529.

d) Diretoria de Trânsito - Translago:

Titular: Anderson Clayton Ferreira - matrícula nº 290610;
Suplente: Sérgio Alves dos Santos - matrícula nº 006858.

e) Coordenação de Serviços Urbanos:

Titular: Gabriela Helena de Paula Santos Marques - matrícula nº 290796;
Suplente: Ronaldo Cândido Ferreira - matrícula nº 290550.

f) Coordenação de Manutenção Viária:

Titular: Luisa Ribeiro dos Santos - matrícula nº 281245;
Suplentes: Getúlio de Jesus Moura - matrícula nº 010410;
Paula do Nascimento Ferreira - matrícula nº 285258.

III - Secretaria Municipal de Educação:

a) Diretoria Pedagógica:

Titular: Hélcio Carreiro Hemétrio - matrícula nº 290575;
Suplente: Meire Regina Santos Folle - matrícula nº 287832.

b) Diretoria Administrativa:

Titular: Gilson de Souza Moreira Filho - matrícula nº 290566;

Suplente: Daniele Batista dos Santos - matrícula nº 009253.

IV - Secretaria Municipal de Fazenda:

a) Arrecadação Imobiliária (IPTU):

Titular: Elaine Puff Mendes do Valle - matrícula nº 278368;
Suplente: Marcelle Mariano Salomão - matrícula nº 010546.

b) Arrecadação Imobiliária (ITBI):

Titular: Karla Lacerda Dias Russi - matrícula nº 278391;
Suplente: Milena Letícia da Silva - matrícula nº 285289.

c) Rendas Mobiliárias (ISSQN):

Titular: Jonathan de Freitas Júnior - matrícula nº 285054;
Suplentes: Eduardo Alcici Lira - matrícula nº 010448;
Cristiane Carolina de Souza - matrícula nº 010530.

d) Rendas Diversas:

Titular: Ivanete Lagasse Pereira de Oliveira - matrícula nº 284777;
Suplente: Raquel Luiza de Jesus Silva - matrícula nº 278618.

e) Coordenação de Gestão e Cobrança da Dívida Ativa:

Titular: Camila Silva Moreira Santos - matrícula nº 284871;
Suplente: Poliane Aparecida Bosco Florenzano - matrícula nº 279099.

f) Cadastro Técnico Imobiliário:

Titular: Joana Aparecida de Freitas Salomão - matrícula nº 285286;
Suplente: Rayane Stephane Silvério - matrícula nº 287969.

g) Coordenação de Finanças:

Titular: Wanderléia Pereira de Souza Paz - matrícula nº 010849;
Suplente: Elizângela Batista Melo Faria - matrícula nº 270450.

h) Coordenação de Contabilidade:

Titular: Fabiana Moura Luciano - matrícula nº 278612;
Suplente: João Victor Belchior da Silva - matrícula nº284883.

i) Diretoria de Fiscalização:

Titular: Gabriella Barra Pellizzaro - matrícula nº 278378;
Suplentes: Karina Vieira do Nascimento Franco - matrícula nº 290561;
Rafael Lemes Garcia - matrícula nº 282336.

V- Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão:

a) Diretoria de Inovação Tecnológica

Titular: José Renato Mariano - matrícula nº 284786;
Suplentes: Leonardo Campos Fonseca Leite - matrícula nº 290540;
Mounir Moisés Alcici - matrícula nº 290615.

b) Diretoria de Gestão de Pessoas:

Titular: Rosiane Gonçalves de Lima - matrícula nº 010854;
Suplente: Thaiane Larissa de Almeida Braga - matrícula nº 284874.

c) Diretoria Administrativa:

Titular: Thaís do Carmo Madeira - matrícula nº 278423;
Suplente: Miriam de Souza Ribeiro - matrícula nº 285577 .

d) Departamento de Licitação Contratos:

Titular: BarbharaFernandez Zschader - matrícula nº 278484;
Suplente: Antoniele Alves Ferreira - matrícula nº 286752.

e) Departamento de Compras:

Titular: Tatiane Cristina da Silva Marcelino - matrícula nº 007285;
Suplente: BarbharaFernandez Zschader - matrícula nº 278484.

f) Departamento de Patrimônio:

Titular: Guilherme de Almeida Ferreira - matrícula nº 010625;
Suplente: Fabiana Cardoso Guimarães Magalhães - matrícula nº 285305.

g) Departamento de Almoxarifado:

Titular: Carla Martins Fernandes - matrícula nº 285140;
Suplente: Ariane Pereira Silva de Oliveira - matrícula nº 278681.

h) Setor de Protocolo:

Titular: Isabella Christina de Souza Mattos - matrícula nº 28488;
Suplente: Miriam Oliveira de Souza - matrícula nº 285577

i) Coordenação de Logística e Frotas:

Titular: Bruno Daniel Moreira - matrícula nº 278724;
Suplente: Ana Luiza de Almeida e Silva - matrícula nº 284866.

VI - Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Cristina Pereira Carvalho Nascimento - matrícula nº 167;
Suplente: Maria Eduarda Soares Pio - matrícula nº 290763.

VII - Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos:

Titular: Mariana Virgínia Santos Abreu - matrícula nº 272486;
Suplente: Giovanna Brasil Costa - matrícula nº 293662.

VIII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura:

Titular: Nínive Campos Castro - matrícula nº 285004;
Suplente: Renato Batista Rodrigues - matrícula nº 10572.

IX - Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Comunicação:

Titular: Raquel Caria Neves - matrícula nº 281315;
Suplente: Fábio Targino Rodrigues Pinheiro - matrícula nº 290954.

Art. 2º Os servidores deverão observar todas as disposições e prazos estabelecidos na Lei Federal nº13.460, de 26 de junho de 2017.

Art. 3º A denúncia recebida será conhecida caso contenha elementos mínimos descritivos da irregularidade ou indícios que permitam à Administração Pública a chegar a tais elementos e será posteriormente encaminhada aos responsáveis pela apuração dos fatos.

Parágrafo único. A resposta conclusiva da denúncia conterá informação sobre o seu encaminhamento aos órgãos de apuração competentes e sobre os procedimentos a serem adotados ou, quando for o caso, sobre o seu arquivamento.

Art. 4º O atendimento às manifestações dos interessados será realizado, preferencialmente, por meio digital, através da Plataforma Fala.BR, disponível no sítio eletrônico do Município, com possibilidade de acompanhamento através do protocolo emitido pela plataforma.

Art. 5º Os atendimentos também poderão ser realizados por telefone ou presencialmente, das 8:00 às 17:00 horas, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa.

§1 Recebida a manifestação, pelos meios descritos no caput deste artigo e no artigo 4º, será emitido protocolo de recebimento e acionados os titulares de acordo com a característica da manifestação.

§2 As manifestações encaminhadas por e-mail não são oficiais, cabendo apenas resposta com orientação ao cidadão quanto ao meio adequado para realização da manifestação.

Art. 6º Os servidores titulares/suplentes deverão, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, enviar resposta à Ouvidoria-Geral do Município para que seja elaborada a resposta final ao interessado.

Art. 7º Os membros suplentes da Comissão poderão prestar assessoria aos membros titulares, e os substituirão no período de férias e faltas, assumindo no período, todas as responsabilidades referentes a Lei Federal nº13.460, de 26 de junho de 2017.

Art. 8º A responsabilidade quanto à elaboração e encaminhamento da resposta para a Ouvidoria será dos membros designados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 9º Os Secretários Municipais e Diretores terão acesso aos protocolos da Ouvidoria sempre que necessário, para acompanhar, analisar e verificar as manifestações afetas a sua área, devendo orientar os servidores designados nesta Portaria, a fim de prestar respostas claras, objetivas e dentro dos prazos previstos na Lei Federal nº13.460, de 2017.

Art. 10º A designação dos servidores desta Comissão será considerada como serviço público relevante, não ensejando remuneração de qualquer espécie a seus membros.

Art. 11º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revoga a Portaria nº 1.575, de 12 de junho de 2025, nº 1.667, de 18 de dezembro de 2025, e nº 1.691, de 09 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 19 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:5E7B45A1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.051, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

Designa a unidade responsável pela atualização e monitoramento do Site Oficial e Portal da

Transparência, institui Comissão responsável pelas demandas da Lei de Acesso a Informação-LAI, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso e gozo de suas atribuições conferidas no art. 68, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o disposto no inciso XXXIII do art. 5º., no inciso II, do § 3º, do art. 37, e no § 2º, do art. 216, todos da Constituição da República de 1988;

Considerando a regra decorrente do art. 7º., inciso IV, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, segundo a qual é direito de qualquer interessado obter informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

Considerando o previsto no parágrafo único, do art. 8º., do Decreto Municipal nº 3.018, de 08 de outubro de 2015, que estabelece o dever dos órgãos e entidades municipais de promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios oficiais, informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas.

RESOLVE:
Art. 1º Fica designada a Comissão responsável por responder e acompanhar todas as demandas da LAI - Lei de Acesso a Informação no Município de Lagoa Santa - MG, composta pelos seguintes servidores:

I - Secretaria Municipal de Bem-estar Social:

a) Diretoria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Direitos Humanos:

Titular: Kelly Cristiane Suely Guimarães - matrícula nº 292036;

Suplente: Anderson Borges Morato - matrícula nº 278377.

b) Diretoria de Esporte e Lazer:

Titular: Kelly Cristiane Suely Guimarães - matrícula nº 292036;
Suplentes: Anderson Borges Morato - matrícula nº 278377;
Paulo Henrique Oliveira Costa - matrícula nº 290617.

II - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente:

a) Diretoria de Meio Ambiente:

Titular: Carolina Becker Lopes - matrícula nº 290582;
Suplente: Eliane Campezatto Raabe - matrícula nº 008427;

b) Diretoria de Obras:

Titular: Rogério Matos Viana - matrícula nº 010490;
Suplente: Paula Cristina Pereira - matrícula nº 010437.

c) Diretoria de Regulação Urbana:

Titular: Gleide da Saúde Ferreira - matrícula nº 008214;
Suplente: Joelza Caetana Santana Duarte - matrícula nº 010529.

d) Diretoria de Trânsito - Translago:

Titular: Anderson Clayton Ferreira - matrícula nº 290610;
Suplente: Sérgio Alves dos Santos - matrícula nº 006858.

e) Coordenação de Serviços Urbanos:

Titular: Gabriela Helena de Paula Santos Marques - matrícula nº 290796;
Suplente: Ronaldo Cândido Ferreira - matrícula nº 290550.

f) Coordenação de Manutenção Viária:

Titular: Luisa Ribeiro dos Santos - matrícula nº 281245;
Suplentes: Getúlio de Jesus Moura - matrícula nº 010410;
Paula do Nascimento Ferreira - matrícula nº 285258 .

III - Secretaria Municipal de Educação:

a) Diretoria Pedagógica:

Titular: Hélcio Carreiro Hemétrio - matrícula nº 290575;
Suplente: Meire Regina Santos Folle - matrícula nº 287832.

b) Diretoria Administrativa:

Titular: Gilson de Souza Moreira Filho - matrícula nº 290566;

Suplente: Daniele Batista dos Santos - matrícula nº 009253.

IV - Secretaria Municipal de Fazenda:

a) Arrecadação Imobiliária (IPTU):

Titular: Elaine Puff Mendes do Valle - matrícula nº 278368;
Suplente: Marcelle Mariano Salomão - matrícula nº 010546.

b) Arrecadação Imobiliária (ITBI):

Titular: Karla Lacerda Dias Russi - matrícula nº 278391;
Suplente: Milena Letícia da Silva - matrícula nº 285289.

c) Rendas Mobiliárias (ISSQN):

Titular: Jonathan de Freitas Júnior - matrícula nº 285054;
Suplentes: Eduardo Alcici Lira - matrícula nº 010448;
Cristiane Carolina de Souza - matrícula nº 010530.

d) Rendas Diversas:

Titular: Ivanete Lagasse Pereira de Oliveira - matrícula nº 284777;
Suplente: Raquel Luiza de Jesus Silva - matrícula nº 278618.

e) Coordenação de Gestão e Cobrança da Dívida Ativa:

Titular: Camila Silva Moreira Santos - matrícula nº 284871;
Suplente: Poliane Aparecida Bosco Florenzano - matrícula nº 279099

f) Cadastro Técnico Imobiliário:

Titular: Joana Aparecida de Freitas Salomão - matrícula nº 285286;
Suplente: Rayane Stephane Silvério - matrícula nº 287969.
Cleanderson de Paula Silva - matrícula nº 010643.

g) Coordenação de Finanças:

Titular: Wanderléia Pereira de Souza Paz - matrícula nº 010849;
Suplente: Elizângela Batista Melo Faria - matrícula nº 270450.

h) Coordenação de Contabilidade:

Titular: Fabiana Moura Luciano - matrícula nº 278612;
Suplente: João Victor Belchior da Silva - matrícula nº284883.

i) Diretoria de Fiscalização:

Titular: Gabriella Barra Pellizzaro - matrícula nº 278378;
Suplentes: Karina Vieira do Nascimento Franco - matrícula nº 290561;
Rafael Lemes Garcia - matrícula nº 282336.

V- Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão:

a) Diretoria de Inovação Tecnológica Titular:

José Renato Mariano - matrícula nº 284786;
Suplentes: Leonardo Campos Fonseca Leite - matrícula nº 290540;

Mounir Moisés Alcici - matrícula nº 290615.

b) Diretoria de Gestão de Pessoas:

Titular: Rosiane Gonçalves de Lima - matrícula nº 010854;
Suplente: Thaiane Larissa de Almeida Braga - matrícula nº 284874.

c) Diretoria Administrativa:

Titular: Thaís do Carmo Madeira - matrícula nº 278423;
Suplente: Miriam de Souza Ribeiro - matrícula nº 285577 .

d) Departamento de Licitação Contratos:

Titular: BarbharaFernandez Zschader - matrícula 278484;
Suplente: Antoniele Alves Ferreira - matrícula nº 286752

e) Departamento de Compras:

Titular: Tatiane Cristina da Silva Marceino - matrícula nº 007285;
Suplente: BarbharaFernandez Zschader - matrícula nº 278484.

f) Departamento de Patrimônio:

Titular: Guilherme de Almeida Ferreira - matrícula nº 010625;
Suplente: Fabiana Cardoso Guimarães Magalhães - matrícula nº 285305.

g) Departamento de Almoxarifado:

Titular: Carla Martins Fernandes - matrícula nº 285140;
Suplente: Ariane Pereira Silva de Oliveira - matrícula nº 278681.

h) Setor de Protocolo:

Titular: Isabella Christina de Souza Mattos - matrícula nº 28488;
Suplente: Miriam Oliveira de Souza - matrícula nº 285577.

i) Coordenação de Logística e Frotas:

Titular: Bruno Daniel Moreira - matrícula nº 278724;
Suplente: Ana Luiza de Almeida e Silva - matrícula nº 284866.

VI - Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Cristina Pereira Carvalho Nascimento - matrícula nº 167;
Suplente: Maria Eduarda Soares Pio - matrícula nº 290763.

VII - Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos:

Titular: Mariana Virgínia Santos Abreu - matrícula nº 272486;
Suplente: Giovanna Brasil Costa - matrícula nº 293662.

VIII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura:

Titular: Nínive Campos Castro - matrícula nº 285004;
Suplente: Renato Batista Rodrigues - matrícula nº 10572.

IX - Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Comunicação:

Titular: Raquel Caria Neves - matrícula nº 281315;
Suplente: Fábio Targino Rodrigues Pinheiro - matrícula nº 290954.

Art. 2º A Diretoria de Inovação Tecnológica dará suporte, sempre que necessário, à execução dos serviços e disponibilizará os meios necessários para que as informações de cada menu do Site Oficial da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa seja atualizada.

Art. 3º A Ouvidoria-Geral do Município, ficará encarregada de atualizar e monitorar, periodicamente, a atualização e a funcionalidade do Site Oficial do Município.

§ 1º A Assessoria de Comunicação - ASCOM comunicará imediatamente aos servidores da Ouvidoria-Geral do Município, qualquer divergência ou dificuldade encontrada para adoção de providências.

§ 2º As publicações relacionadas a: legislações, normas, atos, resoluções, sanções, editais, chamamentos públicos, licitações, compras, contratos, registros de preços, convênios, termos de compromisso, parcerias, fornecedores, serviços públicos, orientações, usuários, contribuintes, infratores, prestações de contas, pautas e atas de reuniões serão disponibilizadas no Site Oficial da Prefeitura pelas próprias unidades competentes.

§ 3º Aos servidores das unidades serão fornecidos credenciais e treinamento de uso da área administrativa do site, pela Diretoria de Inovação Tecnológica, mediante designação expressa da sua chefia imediata, com indicação das atividades a serem realizadas no site oficial pelo servidor.

Art. 4º Os servidores deverão observar todas as disposições e prazos estabelecidos no Decreto Municipal nº 3.018, de 08 de outubro de 2015.

Art. 5º O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC poderá ser realizado por meio presencial, telefônico ou digital (Plataforma Fala.BR) com o acompanhamento através do e-mail e/ou protocolo emitido pela plataforma.

Art. 6º Os atendimentos realizados por meio telefônico e presencial, serão realizados entre 09:00 e 17:00 horas, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, pelos servidores da Ouvidoria-Geral do Município.

§ 1º Recebida a solicitação pelos meios descritos no caput deste artigo, será emitido protocolo de recebimento e acionados os titulares de acordo com a característica do pedido de acesso à informação.

§ 2º Solicitações encaminhadas por e-mail não são oficiais, cabendo apenas resposta com orientação ao cidadão quanto ao meio adequado para realização de pedido de acesso a informação.

Art. 7º Os membros suplentes da Comissão de que trata o art. 1º., poderão prestar assessoria aos membros titulares, e os substituirão no período de férias, faltas e impedimentos, assumindo no referido período todas as responsabilidades referentes à LAI.

Art. 8º É responsabilidade dos membros designados no artigo 2º, desta Portaria, à elaboração e encaminhamento da resposta, dentro do prazo previsto no Decreto Municipal nº 3.018, de 08 de outubro de 2015.

Art. 9º Os Secretários Municipais e Diretores terão acesso aos protocolos para acompanhar, analisar e verificar as solicitações e atendimentos afetos a sua área, devendo orientar os servidores designados nesta Portaria, a fim de prestar respostas claras, objetivas e dentro dos prazos previstos na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 10º Reclamações sobre o funcionamento do Site Oficial/Portal da Transparência, pedidos de informações e orientações sobre o Serviço de Informação ao Cidadão, podem ser realizados através do e-mail: sic-lai@lagoasanta.mg.gov.br.

Art. 11º A Ouvidoria-Geral do Município deverá ser comunicada, com urgência, sobre qualquer interrupção de acesso ao Portal Fala.BR da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa por meio do telefone 3688-1346 ou via e-mail: siclai@lagoasanta.mg.gov.br.

Art. 12º A designação dos servidores da Comissão, de que trata o art. 2º, será considerada como serviço público relevante, não ensejando remuneração de qualquer espécie.

Art. 13º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revoga as Portarias nº 1.569, de 02 de junho de 2025, nº 1.668, de 18 de dezembro de 2025, e nº 1.690, de 09 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 19 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:491CCC49

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

A Diretoria de Meio Ambiente de Lagoa Santa torna público que as empresas abaixo listadas, solicitaram a Licença Ambiental:

REQUERENTE	CNPJ/CPF	ENDEREÇO	MODALIDADE DA LICENÇA	TIPO DE ATIVIDADE	PROCESSO
BOULEVARD LSANTA EMPREENDIMENTOS LTDA	65.450.293/0001-54	Estrada para Lapinha, 00 Campinho de Baixo Lagoa Santa/MG	LAC1 - Licença Ambiental Concomitante	E-04-01-4 - Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares	16262-26-LST-LIC

Lagoa Santa 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Wagner Santos Ferreira
Código Identificador:476C4C78

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE/COPEFOR-COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE DE FORNECEDORES
ANÁLISE E JULGAMENTO DE DEFESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – torna pública a **ANÁLISE JULGAMENTO** enviada à **DENTAL CONCEITO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA** – CNPJ: **29.084.363/0001-34 –** ARP Nº 183/2025. A **análise e julgamento** encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº **680/2026.** Em **25/08/2026.**

LEANDRA CARVALHO
Membro da COPEFOR

Publicado por:
Leandra Márcia de Carvalho
Código Identificador:4A667457

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LARANJAL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2025 PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2025 ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2025

A **Prefeitura Municipal de Laranjal,** Estado de Minas Gerais, devidamente representada pelo Sr. Fernando Gonçalves dos Santos, e a empresa INSPECT SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS LTDA representada pela Sr Marcelo Pereira da Silva, partes já qualificadas no Processo Licitatório Nº 077/2025, Pregão Presencial Nº 037/2025 onde figuram, respectivamente, como **Contratante e Contratada**, aditam, de comum acordo ao aludido contrato, o seguinte:

1º - A CONTRATANTE e a CONTRATADA, de comum acordo, com base no art. 124, inciso II da Lei nº 14.133/21 e clausula terceira da Ata RP nº 035/2025, resolvem prorrogar o prazo contratual por mais 01 (um) ano a contar de 25 de agosto de 2026 com termino previsto para 25 de agosto de 2027.

2º - Permanecem inalteradas as demais clausulas contratuais.

Laranjal MG, 24 de agosto de 2026.

FERNANDO GONÇALVES DOS SANTOS
Contratante

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Contratada

Publicado por:
Araci Silva de Mello Paula
Código Identificador:1B12245A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEME DO PRADO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 021/2026

A Prefeitura Municipal de Leme do Prado/MG torna público, que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º 021/2026. Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza para manutenção das secretarias e demais setores do município de Leme do Prado/MG. Envio de propostas por meio do sistema https://licitar.digital/ até as 08h29min do dia 15/09/2026, Data e Horário de Abertura da Sessão: 15/09/2026 às 08h30min. Aos interessados, demais informações bem como edital completo estará à disposição na sede do município de Leme do Prado/MG, situada à Av. São Geraldo, 259, Bairro Gabriel Pereira, nos sites https://licitar.digital/ e www.lemedoprado.mg.gov.br/licitacoes/1.

JOSEANY CORDEIRO SANTOS **-**
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Jose Adriano Gomes
Código Identificador:C9F27E66

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO E DE CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026 - PRC Nº 047/2026.

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026 - PRC nº 047/2026.
Objeto: Aquisição de materiais de custeio para atender às necessidades da Rede Municipal de Ensino de Leopoldina, conforme previsto no Plano de Ação vinculado à Emenda Parlamentar nº 202443020007, da Deputada Federal Ana Pimentel, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.
Empresas Vencedoras:
T&T SOLUÇÕES ATACADISTAS LTDA/CNPJ: 45.042.273/0001-37/Valor Total: R$ 22.774,80
JULIANA DE FATIMA TOLEDO PINTO/CNPJ: 40.796.555/0001-06/Valor Total: R$ 21.680,00
MARIA APARECIDA TOSA DA SILVA SANTOS/CNPJ: 43.187.819/0001-12/Valor Total: R$ 5.615,00
GOGLIATH REPRESENTAÇÃO LTDA/CNPJ: 48.759.447/0001-75/Valor Total: R$ 22.232,50
Y S DIAS COMERCIO DE PAPELARIA/CNPJ: 36.310.930/0001-99 /Valor Total: R$ 4.240,00
Recursos: Próprio
Condições de pagamento: O pagamento será efetuado num prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir da data final após a entrega, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, entrega dos documentos na Contabilidade/Tesouraria e o visto da Secretaria requisitante, comprovando os serviços e deverão observar as disposições dos arts. 215 e seguintes do Decreto Municipal nº 5.188/23.
Data da Assinatura da Homologação: 13/07/2026
Signatário: PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
PREFEITO MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026 - PRC nº 047/2026.
Objeto: Aquisição de materiais de custeio para atender às necessidades da Rede Municipal de Ensino de Leopoldina, conforme previsto no Plano de Ação vinculado à Emenda Parlamentar nº 202443020007, da Deputada Federal Ana Pimentel, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.
Empresas Contratadas:
CONTRATO Nº 151/2026 - T&T SOLUÇÕES ATACADISTAS LTDA/CNPJ: 45.042.273/0001-37/Valor Total: R$ 22.774,80
CONTRATO Nº 152/2026 - JULIANA DE FATIMA TOLEDO PINTO/CNPJ: 40.796.555/0001-06/Valor Total: R$ 21.680,00
CONTRATO Nº 153/2026 - GOGLIATH REPRESENTAÇÃO LTDA/CNPJ: 48.759.447/0001-75/Valor Total: R$ 22.232,50
Vigência: O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2026, contados a partir da data de sua publicação no PNCP, podendo haver prorrogação de acordo com o art. 192 do decreto 5.570/25 e seus incisos.
Data da Assinatura: 06/08/2026
Signatários: PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
PREFEITO MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:B8E6EDC6

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026 PRC 137/2026, Nº CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV: 984767-93/2026

Objeto: O objeto do presente instrumento é a aquisição de artigos de consumo infantil - de LIVROS LITERÁRIOS, destinados aos alunos da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, tem como objetivo qualificar as atividades pedagógicas no ambiente escolar, garantindo o desenvolvimento das aprendizagens essenciais estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) utilizando RECURSOS FINANCEIROS PROVENIENTES do Programa EI Manutenção, do Governo Federal., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. **RETIFICAÇÃO NO AGRUPAMENTO DOS ITENS, NO SISTEMA DE GESTÃO INTERNO DA PREFEITURA DE LEOPOLDINA. Local:** www.compras.gov.br. **Órgão gerenciador (UASG 984767).** O edital encontra-se disponível no endereço indicado, no Portal Nacional e Contratações Públicas (PNCP) e também no site www.leopoldina.mg.gov.br, link Licitação.

Leopoldina, MG, 25 de agosto de 2026.

GISELE DO NASCIMENTO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Gisele do Nascimento
Código Identificador:269BC7AA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LIMEIRA DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE
DECRETO Nº 7.267, DE 06 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 7.267, DE 06 DE AGOSTO DE 2026.

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE/MG.

LEANDRO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de Limeira do Oeste, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que determina a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 8º, 9º, 10 e 11 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que estabelecem as competências da União, dos Estados e dos Municípios na organização dos respectivos sistemas de ensino;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação – PNE, especialmente as metas e estratégias voltadas à universalização da alfabetização e à melhoria da qualidade da educação básica;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que define as aprendizagens essenciais a serem asseguradas aos estudantes da educação básica, especialmente no processo de alfabetização;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 48.939, de 2024, que institui o Pacto Mineiro pela Alfabetização, fortalecendo o regime de colaboração entre o Estado de Minas Gerais e os Municípios para assegurar o direito à alfabetização na idade adequada;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir, no âmbito do Município de Limeira do Oeste, a Política Municipal de Alfabetização, como instrumento de planejamento, coordenação e fortalecimento das ações voltadas à garantia do direito à alfabetização de todas as crianças na idade adequada, em consonância com as diretrizes nacionais e estaduais;

CONSIDERANDO o compromisso do Município de Limeira do Oeste com a promoção da equidade, da qualidade da educação pública e da melhoria contínua dos indicadores educacionais, por meio do regime de colaboração entre os entes federativos.

DECRETA:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização, destinada a assegurar a alfabetização das crianças na idade certa, promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental e garantir a melhoria contínua dos indicadores educacionais da rede pública municipal.

Parágrafo Único. A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida em regime de colaboração com a União e o Estado de Minas Gerais, observadas as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Pacto Mineiro pela Alfabetização, da Base Nacional Comum Curricular, do Currículo Referência de Minas Gerais e do Plano Municipal de Educação.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 2°. São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I - Garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

II - Promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos 3º, 4º e 5º anos que apresentem defasagens;

III - Reduzir desigualdades educacionais;
IV - Fortalecer a qualidade da alfabetização mediante práticas pedagógicas baseadas em evidências;

V - Promover o monitoramento contínuo da aprendizagem;

VI - Fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;

VII - Incentivar a participação das famílias no processo de alfabetização;

VIII - Fomentar a cultura de monitoramento, avaliação e melhoria contínua da aprendizagem.

CAPÍTULO III - DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º. Constituem princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I - Garantia do direito à alfabetização na idade certa;

II - Equidade e inclusão;

III - Gestão baseada em evidências;

IV - Valorização dos profissionais da educação;

V - Formação continuada;

VI - Colaboração entre Estado, Município e União;

VII - Gestão democrática;

VIII - Monitoramento permanente dos resultados;

IX - Respeito às especificidades locais.

CAPÍTULO IV – DOS EIXOS ESTRUTURANTES

Art. 4º. A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio dos seguintes eixos estruturantes:
I - Gestão e Governança da Alfabetização;

II - Formação Continuada dos Professores Alfabetizadores;

III - Práticas Pedagógicas e Avaliação da Aprendizagem;

IV - Intervenção Pedagógica e Recomposição das Aprendizagens;

V - Articulação com as Famílias e Comunidade;

VI - Infraestrutura, Materiais Didáticos e Recursos Tecnológicos;

VII - Compartilhamento das Práticas Pedagógicas Inspiradoras.

CAPÍTULO V- DA GOVERNANÇA

Art. 5º. Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 6º. Fica instituído o Comitê Municipal de Governança da Alfabetização, de caráter consultivo e de acompanhamento.

§1º. O Comitê será regulamentado por Portaria da Secretaria Municipal de Educação.

§2º. O Comitê terá representantes, dentre outros:

I - Da Secretaria Municipal de Educação;

II - Das equipes gestoras das escolas;

III - Dos coordenadores pedagógicos;

IV - Dos professores alfabetizadores;

V - Do Conselho Municipal de Educação;

VI - Do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, quando couber;

VII - De outros profissionais da área convidados.

Art. 7º. Compete ao Comitê:

I - Acompanhar a implementação da Política Municipal;

II - Monitorar indicadores;

III - Propor aperfeiçoamentos;

IV - Acompanhar o Plano Municipal de Ação;

V - Elaborar relatórios anuais.

CAPÍTULO VI - DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO PARA A ALFABETIZAÇÃO

Art. 8º. O Plano Municipal de Ação para a Alfabetização constitui o instrumento de planejamento, execução, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.

§1º. O Plano será elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.

§2º. O Plano deverá ser atualizado anualmente ou quando necessário.

§3º. O Plano conterá, no mínimo:

I - Diagnóstico da rede;

II - Metas municipais;

III - Estratégias;

IV - Cronograma;

V - Responsáveis;

VI - Indicadores;

VII - Mecanismos de monitoramento.

Art. 9º. O Plano observará os sete eixos estruturantes previstos neste Decreto, contemplando ações relacionadas à gestão, formação docente, práticas pedagógicas, recomposição das aprendizagens, articulação com as famílias, infraestrutura e compartilhamento de boas práticas.

CAPÍTULO VII - DO MONITORAMENTO

Art. 10. O monitoramento da Política Municipal será realizado mediante utilização dos resultados:

I - Das avaliações internas (diagnósticas e processuais);

II - Das avaliações de fluência em leitura adotadas pelo Município, Estado ou União;

III - Das Avaliações do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública - SIMAVE;

IV - Dos indicadores do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

V - Das demais avaliações nacionais, estaduais e municipais.

Art. 11. Os resultados deverão subsidiar:

I - O planejamento anual do Município;
II - Os planos de ação das escolas;

III - As formações continuadas;

IV - A recomposição das aprendizagens;

V - A revisão das metas municipais.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. A Política Municipal de Alfabetização integrará o planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação e observará as metas do Plano Municipal de Educação.

Art. 13. As despesas decorrentes deste Decreto, se houver, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste - MG, 06 de agosto de 2026.

LEANDRO DE SOUZA CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geovana Freitas Fortunato
Código Identificador:A3F16A60

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LUZ

CÂMARA MUNICIPAL DE LUZ
DECRETO LEGISLATIVO Nº 01, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Destina recursos financeiros da Câmara Municipal para o Município mediante devolução de numerários e dá outras providências

A Câmara Municipal de Luz, Estado de Minas Gerais, aprovou e sua Mesa Diretora, decreta:

Art. 1º. Fica o Presidente da Câmara Municipal de Luz autorizada a restituir recursos financeiros antecipadamente ao Executivo Municipal no importe de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) dos duodécimos destinados às despesas do Poder Legislativo Municipal.
Parágrafo único - A importância restituída compõe sobra de caixa de duodécimos até o mês de julho de 2026, sendo devolução parcial da sobra.

Art. 2º. A restituição autorizada neste Decreto será registrada a título de despesas extra-orçamentárias pela Câmara Municipal e como receitas extra-orçamentárias pela Prefeitura Municipal e não será computada como redução de receita para efeito do disposto no § 1º do art. 29-A, da Constituição Federal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de Agosto de 2026.

ROGÉRIO APARECIDO SILVA
Presidente da Câmara Municipal

MARIA ELENA SILVA SOUSA
1ª Secretária da Mesa Diretora

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:739CCCAA

GABINETE DO PREFEITO
1º TERMOS ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 015/2026

1º TERMOS ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 015/2026 DE 09/05/2026, QUE AJUSTAM O MUNICÍPIO DE LUZ E A EMPRESA CONSTRUTORA J. MAIA, COM FUNDAMENTO NO PRC Nº 468/2026 - CONCORRENCIA Nº 008/2026.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES
Resolvem as partes neste Aditivo de Contrato, o **MUNICÍPIO DE LUZ/MG,** com sede na Av. Laerton Paulinelli, nº 153, bairro Monsenhor Parreiras, inscrito no CNPJ sob o nº 18.301.036/0001-70, neste ato representado pelo prefeito municipal, **SR. AÍLTON DUARTE,** brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 081.819.936-91, residente na Praça Rotary, nº 735, Bairro Senhora Aparecida, em Luz/MG, CEP 35595-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CONSTRUTORA J MAIA LTDA**, inscrita sob o **CNPJ nº 14.054.958/0001-70**, com sede à Avenida Vivalde Brandão nº 1090 – Bairro Jardim América, CEP: 35.633-200 na cidade de Bom Despacho/MG, aqui representada por **Fernando Queiroz Maia Carvalho**, inscrito no CPF: sob n° 062.667.736-00, resolvem aditar o **Contrato de Prestação de Serviço Nº 015/2025 de 09/01/2026**, nos termos do Artigo 92, Inciso V. 104, I, e art. 124, inciso I, alínea "a" e "b", art. 125, caput, e art 126, caput da Lei Federal nº 14.133/2021 e o fazem da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Fica acrescido o valor de **R$ 36.526,50 (trinta e seis mil, quinhentos e vinte seis reais e ciquenta centavos)** ao Contrato de Prestação de Serviços supradito. Alterando seu valor de **R$ 350.000,00 (trezentos e cinqüenta mil reais)** para **R$ 386.526,50 (trezentos e oitenta e seis mil, quinhentos e vinte e seis reais e cinqüenta centavos).** Conforme previsto em lei**.**

As demais Cláusulas do contrato ora aditado permanecem inalteradas.
E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que cumpra as suas finalidades.

Luz/MG, 13 de agosto de 2026.

AÍLTON DUARTE	Construtora J Maia LTDA
Prefeito Municipal	***FERNANDO QUEIROZ MAIA CARVALHO***
Contratante	Contratado

Testemunhas:

ROBERTO BASÍLIO	**JOÃO HENRIQUE C. RODRIGUES**
SECRETÁRIO M. DE OBRAS	**SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO**

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:D393079E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4072/2026 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 4072/2026 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE PROGRESSÃO NA CARREIRA A SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DETENTORES DE FUNÇÃO PÚBLICA, LOTADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

O **Prefeito Municipal de Luz**, Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica Municipal, e observando o disposto no artigo 16 da Lei Complementar Nº30/2013, no artigo 16 da Lei Nº13/2010;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido progressão na carreira aos servidores, ocupantes de cargo de provimento efetivo na Prefeitura Municipal de

Luz, constantes do Anexo I deste Decreto, que atenderam ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar Nº 30/2013, no artigo 16 da Lei Nº 13/2010 e no artigo 80 da Lei Complementar Nº 73/2016.
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Luz, 24 de agosto de 2026

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

ANEXO I - DECRETO Nº 4072/2026 DE 24 DE AGSOTO DE 2026 QUE CONCEDE PROGRESSÃO NA CARREIRA A SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DETENTORES DE FUNÇÃO PÚBLICA, LOTADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

MAT	SERVIDOR	CARGO	SITUAÇÃO ATUAL	NOVA SITUAÇÃO
7475	ELAINE SANTOS CALÁCIO AMARAL	AUXILIAR DE SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA – ASEB	**I/0**	**I/A**
7481	LAIS DUARTE	TÉCNICO SUPERIOR DE SAUDE 2 – TSS2 – PSICÓLOGO	**I/0**	**I/A**
7476	MARIELY SILVA TEIXEIRA	AGENTE DE SAÚDE 1 – AS1 – AUXILIAR DE LABORATÓRIO	**I/0**	**I/A**

Luz, 24 de agosto de 2026

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:4005F606

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4.073 DE 24 DE AGOSTO 2026

DECRETO Nº 4.073 DE 24 DE AGOSTO 2026

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZ, Estado de Minas Gerais, no exercício de suas atribuições previstas no Art. 162, inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 15.388/2026, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 48.939/2024 que instituiu o Pacto Mineiro pela Alfabetização no âmbito de Minas Gerais.

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização como documento balizador de ações e estratégias para assegurar a alfabetização de estudantes desde a pré-escola (turmas de 1º Período e 2º Período) até o final do 2º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais I Ciclo, promovendo ações articuladas e sustentadas nas legislações nacionais e diretrizes pedagógicas atualizadas.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto considera-se:

I. A garantia do direito à educação de qualidade e inclusiva, respeitando a diversidade sociocultural e as necessidades específicas dos educandos;

II. A articulação entre educação infantil e ensino fundamental, assegurando a continuidade pedagógica;

III. Alfabetização em Língua Portuguesa - aprendizagem do sistema de escrita alfabética, com domínio de suas convenções, com autonomia para a produção de textos escritos e leitura de textos com fluência e compreensão;

IV. Letramento em Língua Portuguesa - uso da linguagem em práticas sociais de leitura e escrita;
V. Alfabetização em Matemática - uso de conceitos matemáticos em diferentes contextos e práticas sociais;

VI. Compreensão de alfabetização e letramento como processos indissociáveis;

VII. A formação contínua e valorização dos profissionais da educação;

VIII. A integração entre as políticas públicas municipais voltadas para a infância;

IX. O monitoramento e avaliação permanente dos processos de ensino e aprendizagem.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:

I - integração e cooperação entre os entes federativos, respeitado o disposto no § 1º do art. 211 da Constituição da República Federativa do Brasil, promovendo a colaboração entre União, Estados e Municípios para a melhoria contínua do processo de alfabetização;

II - adesão voluntária a programas e ações do Ministério da Educação que corroborem o Currículo da Rede Municipal de Ensino, assegurando que as iniciativas nacionais complementem e fortaleçam as diretrizes locais;

III - implantação de programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino, com foco na promoção de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas;

IV - valorização e desenvolvimento de programas de formação continuada de professores alfabetizadores, coordenadores e gestores, assegurando que os profissionais estejam constantemente atualizados com as práticas de ensino de alfabetização e letramento nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

V - adoção da concepção interacionista de linguagem, em que a língua é o recurso para realizar ações linguísticas, o meio para a interação social, o diálogo, a produção e construção de sentidos, em situações de leitura, escrita e oralidade;

VI - aquisição da língua escrita com função social, como instrumento de oportunidades, superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania, sendo seu ensino por meio da sistematização de escrita alfabética e dos diferentes gêneros textuais;

VII - valorização do letramento e das práticas sociais letradas desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental;

VIII - valorização de uma metodologia dialógica e reflexiva na alfabetização e no letramento matemático, que possibilite aos

estudantes a construção e a compreensão dos conceitos matemáticos por meio da resolução de problemas;

Art.4º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I - assegurar que as crianças desde a pré-escola (turmas de 1º Período e 2º Período) tenham garantidos o acesso a criação de uma cultura de leitura, escrita e oralidade na rotina das crianças, e a ampliação das suas experiências com a linguagem escrita com promoção de reflexões sobre o significado da infância e sobre como aproximar as crianças de experiências que façam sentido em suas vidas

II - assegurar que todos os estudantes sejam alfabetizados até o final do 2º ano garantindo o direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem sucedidas;

III - implementar programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

IV- fomentar pesquisas voltadas ao desenvolvimento de adequações pedagógicas, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com o objetivo de promover o ensino e a aprendizagem de estudantes público-alvo da educação inclusiva, assegurando condições de acessibilidade plena;

V- selecionar e ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização de estudantes, assegurada a diversidade de recursos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados no processo de ensino-aprendizagem;

VI - participar, anualmente, avaliações de larga escala da alfabetização dos estudantes, bem como estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de monitoramento e avaliação, considerando a realidade de cada comunidade escolar, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os estudantes até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES

Art. 5º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:

I - priorização da alfabetização até os dois primeiros anos do Ensino Fundamental;

II - incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral, leitura e formação leitora a partir da Educação Infantil, sendo as ações intensificadas nas turmas de 1º período e 2º período e mantidas nos demais anos escolares;

III - estímulo aos hábitos de leitura e escrita de diferentes gêneros textuais e à apreciação literária por meio de ações que os integrem a prática cotidiana das famílias e/ou responsáveis, escolas, bibliotecas e de outras instituições educacionais;
IV - valorização do professor alfabetizador, reconhecendo seu papel fundamental no processo de ensino – aprendizagem;

V - promoção de estudos nas unidades educacionais aos professores alfabetizadores, realizadas pelas equipes pedagógicas das unidades escolares e dos formadores das equipes de orientadores pedagógicos ou formadores da Secretaria Municipal de Educação;

VI - fortalecimento das equipes gestoras das unidades escolares por meio de estudo/mentorias e ações formativas;

VII - fortalecimento das equipes técnico-pedagógicas (orientadores pedagógicos, formadores) e a equipe pedagógica das unidades escolares (supervisores escolares) com a participação em palestras, congressos, simpósios e afins, relacionados à alfabetização e ao letramento;

VIII - elaboração de materiais pedagógicos, pela equipe técnico-pedagógica (orientadores pedagogicos, formadores) da Secretaria Municipal de Educação e equipes pedagógicas das unidades escolares (supervisores pedagógicos), para subsidiar o planejamento dos professores de Educação Infantil e professores alfabetizadores;

IX - fundamentação nos estudos e encaminhamentos orientados pela BNCC, pelo Currículo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Anos Iniciais e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

CAPÍTULO IV
DO PÚBLICO-ALVO

Art. 6º A Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:

I-crianças matriculadas na Educação Infantil nas turmas de 1º Período e 2º Período;

II-estudantes das turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;

III-estudantes dos ciclos subsequentes do Ensino Fundamental que apresentam níveis aquém do esperado na alfabetização.

Parágrafo único. São beneficiários prioritários da Política Municipal de Alfabetização os grupos a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo.

Art. 7º São agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização:

I - professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de 1º Período e 2º Período;

II - professores atuantes nas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;

III - pedagogos escolares que atuam com turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;

IV - diretores escolares de turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;

V - demais profissionais que atuam nas unidades educacionais nas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;

VI - equipe técnico-pedagógica (Orientador pedagógico / Formadores) que atuam na Secretaria Municipal da Educação;

VII -comunidade escolar.

CAPÍTULO V
DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 8º A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de programas e ações que incluam:

I - orientações curriculares e estabelecimento de metas objetivas, propostas a partir dos documentos legais, para a Educação Infantil (turmas de 1º Período e 2º Período) e para as turmas de 1º e 2º Ano do Ensino fundamental;

II - formação de professores de Educação Infantil atuantes nas turmas de 1º Período e 2º Período, e de turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental voltada para a alfabetização e letramento;

III - ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e matemáticos e de metodologia de ensino de Língua Portuguesa e Matemática em programas de formação continuada de professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de 1º Período e 2º Período, e de professores de turmas de 1º e 2º Ano do Ensino Fundamental;

IV - promoção de mecanismos de certificação de professores alfabetizadores;

V - formação de gestores educacionais para dar suporte pedagógico aos professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de 1º Período e 2º Período, aos professores alfabetizadores do Ensino Fundamental , às crianças e aos estudantes;

VI - seleção e/ou produção de materiais didático-pedagógicos destinados à alfabetização, com promoção de formação de professores para o uso desses materiais;

VII - produção e disseminação de materiais com pesquisas de fundamentação teórica e encaminhamentos metodológicos, e de boas práticas de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática;

VIII - difusão de recursos educacionais para ensino e aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática;

IX - recomposição de aprendizagens para estudantes que não tenham sido plenamente alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental ou que apresentem dificuldades nesse processo;

X - documentação das ações planejadas para recompor as aprendizagens dos estudantes em processo de alfabetização, por meio de um plano de apoio pedagógico;

XI - incentivo à elaboração e à validação de instrumentos de avaliação e diagnóstico interno;

XII - elaboração, organização e aplicação de avaliação interna e externa de larga escala nas turmas de 2º ano do Ensino Fundamental em unidades municipais de ensino.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 9.Constituem mecanismos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização:

I - monitoramento e avaliação da qualidade, eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementadas por meio da Secretaria Municipal da Educação;

II - monitoramento da aprendizagem dos estudantes em processo de alfabetização, avaliado pelos instrumentos de acompanhamento pedagógico realizado pelos professores, coordenadores, gestores das unidades educacionais, com acompanhamento da equipe técnico-pedagógica (orientador pedagógico, formadores) da Secretaria Municipal da Educação;

III - acompanhamento dos registros das ações planejadas para recompor as aprendizagens dos estudantes em processo de alfabetização;

IV - análise de resultados de avaliações internas e externas e incentivo ao uso deles nos processo de ensino – aprendizagem;

V - desenvolvimento de indicadores municipais para avaliar a eficácia escolar na alfabetização, que priorizem a fluência em leitura oral, a competência leitora, a proficiência em escrita e em matemática;

VI - incentivo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas para avaliar programas e ações desta Política.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal da Educação, conforme a Política Municipal de Alfabetização, a elaboração do Plano de Trabalho Anual de Alfabetização.

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Educação a coordenação estratégica dos programas e das ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização, bem como, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, o acompanhamento e o monitoramento da execução dessa política.

Art. 12. Fica autorizada a designação da Comissão de Trabalho Intersetorial de apoio às famílias e estudantes em idade de alfabetização da rede Municipal.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luz 24 de agosto de 2026

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:24CBFA89

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 4.074, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N.º 4.074, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

NOMEIA MEMBROS DA JUNTA DE JULGAMENTO SANITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Considerando o disposto no Art. 197 da Constituição Federal, que define serem de relevância pública as ações e serviços de saúde;
Considerando as previsões da Lei Federal N.º8.080/1990, que disciplina o cumprimento do mandamento constitucional da proteção e defesa da saúde, da organização e funcionamento dos serviços;
Considerando a necessidade de definição das instâncias para julgamento de Processo Administrativo Sanitário no Município de Luz/MG;
Considerando a previsão do Art. 125, § 3º, da Lei Estadual N.º13.317/1999, que dispõe que a junta de julgamento terá sua composição e funcionamento regulamentados por ato do gestor do respectivo sistema de saúde;
Considerando a edição do Decreto N.º 3.416/2023, que instituiu a Junta de Julgamento Sanitária no Município de Luz/MG, cuja finalidade é analisar e decidir, em segunda instância, os recursos interpostos a processos administrativos instaurados por infrações sanitárias no âmbito municipal;
O Prefeito Municipal de Luz, Estado de Minas Gerais, no exercício de suas atribuições previstas no Art. 162, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A :

Art. 1º. Ficam nomeados como membros da Junta de Julgamento Sanitária:
I - Presidente
a) **Titular:** Meiriane Costa Mesquita;
b) **Suplente:** Alice Vitória Custódio Alves;
II - Primeiro Membro
a) **Titular:** Katrine Erlin Ferreira Silva;
b) **Suplente:** Beatriz Ferreira Carvalho
III - Segundo Membro
a) **Titular:** Emanuelle Cruz Carvalho Couto;
b) **Suplente:** Nagela Naiara Oliveira Silva.

Art. 2º. Os membros da Junta de Julgamento Sanitária não terão direito a salários ou remuneração de qualquer espécie.
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto N.º 3.590/2024.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luz, 25 de agosto de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:7D020E66

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 4.075, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº. 4.075, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE LUZ - COMUSB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Considerando o disposto no Artigo 12, da Lei Municipal N.º 1.861/2010;

O Prefeito Municipal de Luz, Estado de Minas Gerais, no exercício de suas atribuições previstas no Art. 162, inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:
Art. 1º Ficam nomeados como membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Saneamento Básico de Luz – COMUSB:
I - MEMBROS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:
a) Secretaria Municipal de Administração
Titular: Quésia Cristina Ferraz Costa;
Suplente: João Henrique Cançado Rodrigues.

b) Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento
Titular: Wagner Botinha;
Suplente: Lilia Batista Pereira.

c) Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Isabel Cristina Gontijo;
Suplente: Meiriane Costa Mesquita.

d) Secretaria Municipal do Bem Estar Social e Habitação
Titular: Wanderson Pinto da Silva;
Suplente: Britner Dorjó Coimbra.

e) Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transportes
Titular: Otaviano Geraldo da Silva;
Suplente: Nayane França Ibraim Silva.

f) Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
Titular: Alaor Batista Cravo;
Suplente: Lauane Bianca Oliveira Belo.

g) Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE
Titular: Luiz Augusto Mendes Carvalho
Suplente: Miller da Silva Medeiros

h) Defesa Civil do Município de Luz
Titular: Heuberth Frederico Ferreira Pacheco;
Suplente: Ana Carolina Gondin Rocha.

II - SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:
a) Associação Comercial e Industrial de Luz
Titular: Carlos Henrique Araújo Tomáz;
Suplente: Lourenço Mesquita Giordani.

b)Sindicato dos Produtores Rurais de Luz
Titular: Wallison Dorjó de Oliveira;
Suplente: Guarim Caetano Carvalho.

c) Clubes de Serviço de Luz
Titular: Flamarion Socrates da Silva *(Maçonaria);*
Suplente: Lelton Santos Nogueira *(Rotary).*

d) Associações e Comunidades Rurais
Titular: Marília Silva Mesquita;
Suplente: Ângela Paulinelli de Souza Almeida.

f) 121ª Subseção da OAB de Luz
Titular: Cloves Alexandre Duarte Batista;
Suplente: não indicado;

g) Entidades Educacionais atuantes no Município
Titular: Wender Rodrigues Silvestre *(Colégio Mais)*;
1° Suplente: Denise Vasconcelos Macedo Chaves *(FASF);*
2° Suplente: Bárbara de Castro Vieira Ferreira *(Losango).*

Art. 2º. A função de membro do COMUSB e de membro de suas comissões são consideradas serviço público relevante, não cabendo qualquer remuneração.

Art. 3º. O mandato dos membros do COMUSB é de 3 (três) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente, e terá início na data de publicação deste Decreto.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n.º 4.068/2026.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luz, 25 de agosto de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:1E0828D3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO S/N.º, DE 24 DE AGOSTO DE 2026 - ELAINE SANTOS CALÁCIO AMARAL

DECRETO S/N.º, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE PROMOÇÃO POR TITULAÇÃO NA CARREIRA A SERVIDORA ESTÁVEL, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

Considerando as disposições dos artigos 16 e 17, incisos I e II, da Lei nº 1.634/2008, de 26/03/2008 e tendo em vista a documentação apresentada no Processo nº 25.253/2026;
O Prefeito Municipal de Luz, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 162. Incisos IX e XIII, e o art. 189, inciso II, alínea "a", todos da Lei Orgânica do Município de Luz;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida promoção por titulação na carreira à servidora estável sra. **ELAINE SANTOS CALÁCIO AMARAL,** matrícula Nº 7475**,** ocupante de cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços da Educação Básica – ASEB Nível I, Referência A para o **Nível III, Referência A.**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luz/MG, 24 de agosto de 2026

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:D7318E3A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO S/N.º, DE 24 DE AGOSTO DE 2026 - MARIELY SILVA TEIXEIRA

DECRETO S/N.º, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE PROMOÇÃO POR TITULAÇÃO NA CARREIRA A SERVIDORA ESTÁVEL, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

Considerando as disposições dos artigos 14 e 15, incisos I e II, da Lei Complementar nº 013/2010, de 22/11/2010 e tendo em vista a documentação apresentada no Processo nº 25.171 /2026;
O Prefeito Municipal de Luz, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 162. Incisos IX e XIII, e o art. 189, inciso II, alínea "a", todos da Lei Orgânica do Município de Luz;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida promoção por titulação na carreira à servidora estável sra. **MARIELY SILVA TEIXEIRA,** matrícula Nº 7476**,** ocupante de cargo de provimento efetivo Agente de Saúde 1 – AS1 – Auxiliar de Laboratório Nível I, Referência A para o **Nível II, Referência A.**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luz/MG, 24 de agosto de 2026

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:0DBE5DC0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO S/N.º, DE 25 DE AGOSTO DE 2026 - MARÍLIA OLIVEIRA PEREIRA LEITE

DECRETO S/N.º, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

NOMEIA, INTERINAMENTE, A SRA. MARÍLIA OLIVEIRA PEREIRA LEITE PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA CONTÁBIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Luz, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 162, incisos I e IX, o Artigo 189, inciso II, alínea "a", todos da Lei Orgânica;

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica nomeada, interinamente, para o Cargo em Comissão de Assessora Contábil, a Sr.ª. **MARÍLIA OLIVEIRA PEREIRA LEITE**, inscrita no CPF sob o N.º 081.XXX.XXX-13, com as competências e atribuições previstas em Lei a partir de 25 de agosto de 2026.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2026.

Luz, 25 de agosto de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:A527933C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 460, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA N.º 460, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Considerando a Lei Municipal N.º 1.438/2005, que Dispõe sobre a criação do Sistema de Controle Interno no Município de Luz, nos termos do Art. 31 da Constituição Federal da República e sobre a criação da Coordenadoria de Controle Interno no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências;

Considerando o teor do Decreto Municipal N.º 3.091/2021, que regulamenta a Lei Municipal N.º 1.438/2005;

O Prefeito do Município de Luz, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 162, inciso IX, *c/c* o Artigo 189, inciso III, alíneas "*b*" e "*e*", ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E :
Art. 1º. Esta Portaria tem como objetivo a nomeação de Servidores Municipais para comporem a Comissão de Controle Interno no âmbito do Poder Executivo do Município, nos termos previstos no Decreto Municipal N.º 3.091/2021, que regulamenta a Lei Municipal N.º 1.438/2005; que estabelecem as determinações aplicáveis à Comissão de Controle Interno.

Art. 2º. Ficam nomeados para comporem a Comissão de que trata o Artigo 1º desta Portaria, os seguintes servidores:

I – MÔNICA DENISE DUARTE VASCONCELOS, para exercer a função de Agente de Controle Interno da**Secretaria Municipal de Administração**, servidora efetiva, ocupante do cargo de Assistente Administrativo;
II – ANA LAURA MESQUITA BARBOSA, para exercer a função de Agente de Controle Interno da**Secretaria Municipal de Administração**, servidora efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo;
III – PAULO VICTOR RESENDE BASÍLIO, para exercer a função de Agente de Controle Interno da **Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento**, servidor efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo;
IV – MARCO AURÉLIO HELBERTH DE SOUSA, para exercer a função de Agente de Controle Interno da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes**, servidor efetivo, ocupante do cargo de TMEB - Técnico Médio da Educação Básica;
V – VALDENICE CAETANO DE OLIVEIRA, para exercer a função de Agente de Controle Interno da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes,** servidora efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo da Educação Básica.
VI – PABLO PACHECO SILVA, para exercer a função de Agente de Controle da **Secretaria Municipal de Saúde**, servidor efetivo, ocupante do cargo de Técnico Superior de Saúde III – Educador Físico;
VII – ELIVANIR ELAINE DA CRUZ, para exercer a função de Agente de Controle da **Secretaria Municipal de Saúde**, servidor efetivo, ocupante do cargo de Agente Fiscal de Saúde – Fiscal Sanitario;
VIII – LAYLA GLENDA ZICA SILVA, para exercer a função de Agente de Controle Interno da**Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação**, servidora efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo - Auxiliar de Serviço Administrativo;
IX - EDIVÂNIA SOUSA CHAVES, para exercer a função de Agente de Controle Interno da**Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação**, servidora efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo - Auxiliar de Serviço Administrativo;
X - MARÍLIA APARECIDA ALMEIDA VENTURA, para exercer a função de Agente de Controle Interno da**Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente**, servidora efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo - Recepcionista;
XI – BERNARDO VILAÇA, para exercer a função de Agente de Controle Interno da **Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transportes**, servidor efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo – Recepcionista
XII – ELSON RIBEIRO, para exercer a função de Agente de Controle Interno da **Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transportes**, servidor efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Urbanos I – Motorista;

Art. 3º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário, em especial a portaria nº 452/2026.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de Setembro de 2026.

Luz, 25 de agosto de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:5D454F90

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO Nº 1059/2026 - LICITAÇÃO Nº 28/2026-PREGÃO

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 1059/2026
LICITAÇÃO Nº 28/2026-PREGÃO
DATA: 25.08.2026

OBJETO: "CONTRATAÇÃO ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OFICINA DE MÚSICAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DE TRÊS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, SENDO: BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO: SETOR CRAS E BEM VIVER; EDUCAÇÃO E CULTURA: CORAL INFANTIL; SAÚDE: CAPS.".

Como Prefeito Municipal, usando as atribuições a mim conferidas na Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 71, inciso IV da Lei Federal N.º 14.133/2021, **HOMOLOGO E ADJUDICO** o procedimento licitatório, **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1059/2026 – Pregão nº. 28/2026** considerando que todas as exigências legais foram cumpridas, com respaldo no **Parecer Jurídico de n.º 682/2026, de 21 de agosto de 2026,** da lavra da Procuradoria Jurídica do Município de Luz às empresas abaixo relacionadas:

JOVIANO FERREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR
CNPJ: 19.595.260/0001-85

Valor Global do processo: R$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais).

Publique-se e intime-se.

Prefeitura Municipal de Luz, 25 de agosto de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:815BDF24

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MAR DE ESPANHA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°: 232/2025 PROCESSO Nº: 176/2025 DISPENSA PRESENCIAL Nº 059/2025

Objeto da Ata: AQUISIÇÃO DE PLACAS VEICULARES PADRÃO MERCOSUL, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL DA PREFEITURA DE MAR DE ESPANHA/MG, PARA EMPLACAMENTO, SUBSTITUIÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE AUTOMÓVEIS E MOTOCICLETAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO.
Empresa contratada: AYMORE ESTAMPADORA PLACAS LTDA - CNPJ sob o nº 36.885.936/0001-94
Contratante: Prefeitura Municipal de Mar de Espanha – CNPJ: 19.143.475/0001-65
Objetivo: O presente Termo Aditivo tem por objetivo o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato Administrativo nº 232/2025. O reequilíbrio decorre da alteração superveniente das condições econômicas e regulatórias aplicáveis à atividade de estampagem de Placas de Identificação Veicular, especialmente em razão das disposições das Portarias DETRAN-MG nº 248/2026 e nº 1.046/2026, bem como da documentação complementar apresentada pela CONTRATADA no curso do Processo Administrativo nº 176/2025. Em decorrência do presente reequilíbrio, os valores passam a ser os seguintes: Jogo de Placas de Identificação Veicular – PIV, padrão Mercosul, para veículo automotor: Valor unitário de R$ 248,97; Placa de Identificação Veicular – PIV, padrão Mercosul, para motocicleta: Valor unitário de R$ 196,86.
Data de Assinatura: 25/08/2026

JOICE POZENATO SOARES -
Diretora de Licitações e Contratos

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:CDAF9DC5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MATUTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

Prefeitura Municipal de Matutina(MG). **PAL 38/2026 – Pregão Eletrônico 14/2026**. Objeto: **Prestação de Serviços de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil deste município de Matutina/MG.** A sessão licitatória se realizará pela plataforma eletrônica no endereço digital: https://licitanet.com.br/, abertura prevista para **09/09/2026, às 08:00 horas**. O edital e os seus anexos estão disponíveis na íntegra no sítio https://licitanet.com.br/, no site www.matutina.mg.gov.br/editais e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações também no Setor de Licitações desta Prefeitura, no endereço: Rua José Londe Filho, 354 – centro, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 11:00 horas e de 12:30 às 16:00 horas e pelos tels: (34) 3674 1220 e 9 9734 4082. Email: licitacaomat@matutina.mg.gov.br.

VILMAR MARTINS –
Pregoeiro.

Publicado por:
Vilmar Martins
Código Identificador:E0D4E368

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA REFERENTE A PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 056, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUTINA/MG torna pública, para conhecimento dos interessados, a presente ERRATA referente à publicação da Portaria nº 056, de 24 de agosto de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, em 25 de agosto de 2026, Edição nº 4346, para correção de erro material constante do texto publicado. Onde se lê: "servidora lotada na Secretaria Municipal de Ação Social". Leia-se: "servidora lotada na Secretaria Municipal de Saúde". Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 056, de 24 de agosto de 2026.

Matutina, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Sonia Francisca da Silva
Código Identificador:F86010A2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MINAS NOVAS

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PAL 101/2025

EXTRATO DE TERMO ADITiVO

PREFEITURA DE MINAS NOVAS. EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 101/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2025. CONTRATO Nº 195/2025. OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARAÇÃO DE TERRA NAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO. OLIMPIO SENA DO ESPIRITO SANTO. CNPJ Nº 01.834.538/0001-64. TERMO ADITIVO ASSINADO: 25/08/2026. VIGÊNCIA: 26/08/2026 A 26/08/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carlos Fabiano Correia Dos Santos
Código Identificador:A8DC779D

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PAL 37/2025

EXTRATO DE TERMO ADITiVO

PREFEITURA DE MINAS NOVAS. EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 037/2025, CREDENCIMENTO Nº 004/2025. CONTRATO Nº 063/2025. OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO DA FÁBRICA DE FARINHA, NA COMUNIDADE DE CAMPOS. FORNECEDOR. JOSÉ RAIMUNDO BARBOSA. CNPJ Nº 50.127.480/0001-24. TERMO ADITIVO ASSINADO: 25/08/2026. VIGÊNCIA: 25/08/2026 A 25/02/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tais Gomes de Carvalho
Código Identificador:3F7BEEBD

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PAL 37/2025

EXTRATO DE TERMO ADITiVO

PREFEITURA DE MINAS NOVAS. EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 037/2025, CREDENCIMENTO Nº 004/2025. CONTRATO Nº 060/2025. OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO DE SALA DO PROINFÂNCIA DO DISTRITO DE LAGOA GRANDE. FORNECEDOR. JOSÉ GERALDO FERREIRA BARBOSA. CNPJ Nº 41.725.919/0001-20. TERMO ADITIVO ASSINADO: 25/08/2026. VIGÊNCIA: 25/08/2026 A 25/02/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tais Gomes de Carvalho
Código Identificador:42C6E7D3

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PAL 80/2025

EXTRATO DE TERMO ADTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01. CONTRATO Nº 135/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 080/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025. OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO É A SUPLEMENTAÇÃO DO QUANTITATIVO INICIAL DO REFERIDO CONTRATO, NO PERCENTUAL DE 25% PARA AQUISIÇÃO DE ÓCULOS DE GRAU COMPLETO – ARMAÇÕES E LENTES CORRETIVAS, PARA OS ALUNOS ENTRE 5 A 18 ANOS, DA REDE PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE MINAS NOVAS, ATRAVÉS DO PROGRMA MIGUILIM (DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 4.284 DE 25/07/202. CONTRATADO(S): PUCMED EIRELI. CNPJ Nº 22.424.549/0001-46. VALOR TERMO ADITIVO: R$9.950,00. FUNDAMENTAÇÃO: ADITIVO EM CONFORMIDADE COM O CONTRATO E A LEI FEDERAL 14.133/2021 E ATUALIZAÇÕES. DATA ASSINATURA TERMO ADITIVO: 25/08/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tais Gomes de Carvalho
Código Identificador:A114E96C

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE TERMO CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG - EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 35-2026. PROCESSO **ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 0187/2025**, **INEXIGIBILIDADE Nº. 054/2025, CREDENCIAMENTO Nº. 10/2025**. **CREDENCIADO: HELSON LAZARO DOS SANTOS**, CNPJ: 55.091.244/0001-19**.** OBJETO: CREDENCIAMENTO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES ACOMPANHADOS DE OPERADOR/MOTORISTA E OUTROS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CORRELATOS. DATA DA ASSINATURA: 25/08/2026. VIGÊNCIA: 25/08/2026 a 25/08/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Niete Borges Rosa
Código Identificador:90B300FC

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO - PAL Nº 37/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO DE CONTRATO N°237/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 0037/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 0018/2025. OBJETO: REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETE SEXTAVADO DE CONCRETO, NA RUA PRINCIPAL DA COMUNIDADE DE COQUEIRO CAMPO. CONTRATADA(O): ALAÍDE LOPES DA SILVA. VALOR: R$38.848,16. DATA DE ASSINATURA: 25/08/2026. VIGÊNCIA: 25/08/2026 A 25/02/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO DE CONTRATO N°238/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 0037/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 0018/2025. OBJETO: REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA GRUTA E CANTEIRO CENTRAL NO DISTRITO DE RIBEIRÃO DA FOLHA. CONTRATADA(O): ADIL BARBOSA DUARTE.

VALOR: R$10.098,84. DATA DE ASSINATURA: 25/08/2026. VIGÊNCIA: 25/08/2026 A 25/02/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO DE CONTRATO N°239/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 0037/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 0018/2025. OBJETO: REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETE SEXTAVADO NA RUA DA COMUNIDADE DE INDAIÁ. CONTRATADA(O): JOSÉ PAULO SILVA FERREIRA. VALOR: R$8.009,77. DATA DE ASSINATURA: 25/08/2026. VIGÊNCIA: 25/08/2026 A 25/02/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO DE CONTRATO N°240/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 0037/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 0018/2025. OBJETO: REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE GALERIA NA ESTRADA DA COMUNIDADE DE BEOM POSTA. CONTRATADA(O): EDER ALVES COSTA. VALOR: R$20.615,74. DATA DE ASSINATURA: 25/08/2026. VIGÊNCIA: 25/08/2026 A 25/02/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Odair José Barbosa
Código Identificador:2F6A15FA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRABELA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG – 31º Termo aditivo ao contrato nº 187/2017. Partes: Município de Mirabela/MG e a empresa C & R Engenharia e Construções LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 18.666.391/0001-43. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO UNIDADE BÁSICA DE SAUDE SÃO GERALDO - PADRÃO TIPO 1, CONFORME PROJETOS QUE INTEGRAM O PRESENTE EDITAL.** Iniciando tal prorrogação em **07 de agosto de 2026 pelo período de 04 (quatro) meses (até 06 de dezembro de 2026).**

FERNANDA CRISTINA VIEIRA E SILVA RODRIGUES –
Comissão de Licitação

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:84C6E3F5

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.555 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº 1.555 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

"INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MIRABELA/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal de Mirabela/MG, por seus representantes aprovou e eu **FERNANDO HENRIQUE RABELO PORTO,** Prefeito do Município de Mirabela, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições legais que me são conferidas pela Lei Orgânica e demais normas disciplinadoras da matéria, SANCIONO a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização - PMA da Rede Municipal de Ensino de Mirabela/MG, como instrumento orientador das ações pedagógicas destinadas à garantia da alfabetização e do letramento das crianças desde a Educação Infantil até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, bem como à recomposição das aprendizagens dos estudantes que apresentem defasagens nesse processo.

Art. 2º. A Política Municipal de Alfabetização fundamenta-se nos seguintes princípios:

I – garantia do direito à educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade;

II – articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, assegurando a continuidade do processo educativo;

III – compreensão da alfabetização e do letramento como processos indissociáveis;

IV – promoção da alfabetização em Língua Portuguesa e do letramento matemático, considerando as práticas sociais de leitura, escrita, oralidade e resolução de problemas;

V – respeito às diferenças, às especificidades dos estudantes e à educação inclusiva;

VI – valorização e formação continuada dos profissionais da educação;

VII – fortalecimento da gestão pedagógica das unidades escolares;

VIII – integração entre escola, família e comunidade;

IX – monitoramento permanente das aprendizagens e das ações pedagógicas.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 3º. Constituem objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I – assegurar o desenvolvimento das habilidades relacionadas à linguagem oral, leitura, escrita e matemática desde a Educação Infantil;

II – garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

III – promover ações de recomposição das aprendizagens para estudantes que apresentem dificuldades no processo de alfabetização;

IV – fortalecer a formação continuada dos professores alfabetizadores, especialistas em educação, gestores escolares e demais profissionais envolvidos;

V – incentivar o uso de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências e alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Currículo Referência de Minas Gerais;(Redação dada pela Emenda Legislativa nº 06/2026)

VI – ampliar o acesso a materiais didáticos, recursos pedagógicos e tecnologias educacionais que favoreçam o processo de alfabetização;

VII – acompanhar e avaliar continuamente os resultados da aprendizagem dos estudantes.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES

Art. 4º A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida observando as seguintes diretrizes:

I – priorização da alfabetização nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, sem prejuízo do desenvolvimento das habilidades de linguagem desde a Educação Infantil;

II – incentivo à formação de leitores e escritores por meio do acesso à literatura, às bibliotecas escolares e às diferentes práticas sociais de leitura e escrita;

III – realização de formações continuadas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e em parceria com programas estaduais e federais;

IV – fortalecimento da gestão escolar como articuladora do processo de alfabetização;

V – elaboração, seleção e utilização de materiais pedagógicos alinhados às diretrizes curriculares vigentes;

VI – utilização de avaliações diagnósticas para subsidiar o planejamento pedagógico;

VII – promoção da participação das famílias no processo de alfabetização das crianças.

CAPÍTULO IV
DO PÚBLICO-ALVO

Art. 5º. Constituem público-alvo da Política Municipal de Alfabetização:

I – crianças matriculadas na Educação Infantil, especialmente nas turmas de 1º e 2º períodos;
II – estudantes do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
III – estudantes dos anos subsequentes que apresentem defasagens na alfabetização;
IV - estudantes da Educação de Jovens e Adultos;
Parágrafo único. São considerados prioritários os estudantes da Educação Infantil e dos dois primeiros anos do Ensino Fundamental.
Art. 6º. São agentes envolvidos na implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I – Secretaria Municipal de Educação;
II – gestores escolares;
III – especialistas em Educação Básica e equipe pedagógica;
IV – professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
V – demais profissionais da educação;
VI – Conselho Municipal de Educação;
VII – famílias e comunidade escolar.

CAPÍTULO V
DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 7º. A implementação da Política Municipal de Alfabetização ocorrerá por meio de:
I – elaboração anual de Plano de Trabalho pela Secretaria Municipal de Educação;
II – formação continuada dos profissionais da educação;
III – utilização de materiais didáticos e recursos pedagógicos adequados ao processo de alfabetização;
IV – acompanhamento sistemático das aprendizagens dos estudantes;
V – realização de avaliações diagnósticas e de monitoramento;
VI – desenvolvimento de estratégias de intervenção pedagógica para estudantes com dificuldades de aprendizagem;
VII – participação nas avaliações externas promovidas pelos governos estadual e federal;
VIII – fortalecimento da articulação entre escola, família e comunidade.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 8º. O acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização será realizado por meio de:
I – monitoramento contínuo das aprendizagens dos estudantes;
II – análise dos resultados das avaliações internas e externas;
III – acompanhamento das ações de recomposição das aprendizagens;
IV – elaboração de indicadores municipais de alfabetização;
V – utilização dos resultados para revisão e aperfeiçoamento das práticas pedagógicas.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, acompanhar e avaliar a execução da Política Municipal de Alfabetização, em articulação com as unidades escolares e o Conselho Municipal de Educação.
Art. 10. A Política Municipal de Alfabetização será implementada em consonância com o Plano Municipal de Educação, o Currículo Referência de Minas Gerais, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e o Pacto Mineiro pela Alfabetização.
Art. 11. Poderá ser instituída Comissão Municipal de Acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização, com representantes da Secretaria Municipal de Educação, das unidades escolares e do Conselho Municipal de Educação, para apoiar o monitoramento e o aperfeiçoamento das ações.
Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mirabela/MG, 24 de agosto de 2026.

FERNANDO HENRIQUE RABELO PORTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:601AD081

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG – 1º Retificação de Edital - Pregão Eletrônico nº 028/2026, retifica-se a data para realizar-se dia 15/09/2026 às 08h30min. Objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS EM JORNAIS OFICIAIS (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO) E EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS GERÊNCIAS DESTE MUNICIPIO DE MIRABELA – MG.** Edital disponível no site institucional do município e no Portal de Compras Públicas. dúvidas pelo telefone (38) 93300-5965 ou pelo e-mail licitacao@mirabela.mg.gov.br -

FERNANDA CRISTINA VIEIRA E SILVA RODRIGUES –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:95AC8B3A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.410, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

"Abre Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 22.148,00 para reforço de dotações constantes do vigente orçamento e das outras providências."

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Muriaé, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais, com fundamento disposto no Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal nº 7.518, de 15 de Dezembro de 2025, **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 22.148,00 (vinte e dois mil e cento e quarenta e oito reais), para reforço de dotações constantes do vigente orçamento, conforme especificação abaixo:

0017.0122.0001 - GESTÃO INSTITUCIONAL
0017.0122.0001.2224 - MANUTENÇÃO - DEM ADMINISTRATIVO
3390910000 - Sentenças judiciais
17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor: 2.000,00
3390910000 - Sentenças judiciais
17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor: 749,00
3390910000 - Sentenças judiciais
17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor: 1.100,00
3390910000 - Sentenças judiciais
17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor: 1.400,00
3390910000 - Sentenças judiciais
17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor: 900,00
3390910000 - Sentenças judiciais
17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor: 999,00
3390910000 - Sentenças judiciais
17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor: 5.000,00

0017.0452.0044 - SERVIÇOS URBANOS
0017.0452.0044.2611 - OPERAÇAO E CONCESSAO DO ATERRO SANITÁRIO - DEM MANEJO
RESÍDU
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor: 10.000,00
Adiciona: 22.148,00

Art. 2º Os recursos utilizados para execução do presente Crédito, serão aqueles previstos no art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme especificação abaixo:

REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
0017.0122.0001 - GESTÃO INSTITUCIONAL
0017.0122.0001.1119 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS - DEM AD
4490520000 - Equipamentos e material permanente
17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor: 2.000,00
0017.0122.0001.2224 - MANUTENÇÃO - DEM ADMINISTRATIVO
3390330000 - Passagens e despesas com locomoção
17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor: 999,00
3390350000 - Serviços de consultoria
17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor: 5.000,00
3390350000 - Serviços de consultoria
17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor: 10.000,00
0017.0122.0001.2344 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) - DEM A
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor: 749,00
0017.0452.0044 - SERVIÇOS URBANOS
0017.0452.0044.1128 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - DEM
LIMPEZA
4490520000 - Equipamentos e material permanente
17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor: 1.100,00
0017.0452.0044.2612 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO ATERRO SANITÁRIO - DEM MANEJO RESÍDUO
4490510000 - Obras e instalações
17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor: 1.400,00
0017.0452.0044.2613 - MANUTENÇÃO COLETA SELETIVA - DEM MANEJO RESÍDUOS SÓLIDOS
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor: 900,00
REDUZ: 22.148,00

Art. 3º O(A) DECRETO entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Muriaé, 25 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:8538757B

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 16, DE 24 DE AGOSTO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Convoca os candidatos aprovados no Edital n.º 03, de 08 de Abril de 2025, para a realização de atos necessários para a Contratação Temporária por Excepcional Interesse Público para as funções de Assistente Social, Nutricionista e Psicólogo.

O Município de Muriaé, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, convoca os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado de que trata o Edital nº 03, de 08 de junho de 2025, destinado à Contratação Temporária por Excepcional Interesse Público para as funções de Assistente Social, Nutricionista e Psicólogo, homologado pela Portaria 68 de 02 de Junho de 2025, conforme a classificação com a apresentação dos documentos necessários para ocupação da respectiva função temporária, Perícia Médica Oficial, e assinatura do respectivo contrato temporário, observadas as seguintes condições:

1. DO DIA, LOCAL E HORÁRIO DA CONVOCAÇÃO

1.1.A convocação será realizada na Secretaria Municipal de Educação no endereço: **Av. Maestro Sansão, 236 – 1º andar – Centro – Muriaé - MG.**

1.2. O candidato aprovado deverá comparecer no endereço acima na data **26/08/2026 às 13h.**

2. DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA NO ATO DA CONVOCAÇÃO

2.1. Os candidatos aprovados e convocados deverão comparecer portando os seguintes documentos:

a) original e fotocópia de documento de identificação oficial, com fotografia;

b) Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Certidão de Situação Regular emitida pelo site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp

c) 1 (uma) fotografia colorida 3x4 recente;

d) Cópia do Titulo de Eleitor **E** a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo site: https://www.tse.jus.br/servicoseleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

e) original e fotocópia do certificado de reservista ou documento equivalente, para candidatos do sexo masculino;

f) original e fotocópia de certidão de casamento ou escritura pública de união estável, se for o caso;

g) original e fotocópia do PIS ou PASEP, ou documento equivalente, caso seja cadastrado;

h) original e fotocópia do comprovante de residência atualizado (emitido dentro dos últimos 90 dias);

i) Diploma de graduação e/ou pós-graduação, conforme a área de conhecimento a que concorre, a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso;

j) original e fotocópia da identidade profissional (inscrição no órgão competente);

k) Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;

l) Declaração do Posto de Saúde de estar em dia com a vacinação para filhos menores de 14 (quatorze) anos;
m) Declaração de matrícula em escola para filhos menores de 14 (quatorze) anos;

n) Para fins de IRRF- deverá apresentar documento de identidade e CPF dos filhos menores de 21 anos;

o) Certidão de Antecedentes Criminais, emitida no site da Polícia Civil de Minas Gerais - https://wwws.pc.mg.gov.br/atestado/solicitarsel.do?evento=x&fwPlc=s

p) comprovante de abertura de conta individual junto ao Bradesco, conforme formulário próprio a ser apresentado pelo Município no ato da contratação;

q) declaração de Bens e Valores, conforme formulário próprio apresentado pelo Município no ato da contratação.

r) Resultado da Perícia Médica Oficial assegurando que o candidato ostenta perfeitas condições para a assunção e exercício da função pública que pretende ocupar temporariamente

2.2. No momento da convocação, será analisada a correspondência da documentação apresentada com as informações prestadas quando da inscrição.

2.2.1. Constatando-se incongruências e inconformidades que beneficiam o candidato quanto a sua colocação, omissão ou inveracidade de quaisquer dos documentos/informações prestadas, será o candidato automaticamente excluído do processo seletivo regido por este Edital.

2.3. A Secretaria Municipal de Educação informará o período de trabalho do candidato no ato da convocação.

3 DA PERÍCIA MÉDICA OFICIAL

3.1. Após a realização da convocação o candidato ficará sujeito à realização da Perícia Médica Oficial, cujo **local, data e horário serão divulgados no momento da convocação**. O candidato deverá comparecer a Perícia munido dos exames constantes do item 4 deste Edital, realizados em até **60 (sessenta)** dias antes da data da perícia, assegurando que o candidato ostenta perfeitas condições para a assunção e exercício da função pública que pretende ocupar temporariamente.

3.2. Somente serão autorizados a ingressarem no local de realização da Perícia Médica Oficial a equipe responsável pelos atos decorrentes da convocação e o candidato designado para aquele horário, sendo **vedada a entrada de terceiros e de candidatos designados para outros horários.**

4 DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À PERÍCIA MÉDICA OFICIAL

4.1. Para a realização da **Perícia Médica Oficial**, de caráter eliminatório, todos os candidatos deverão apresentar o BIM – Boletim de Inspeção Médica e o resultado dos exames quais sejam:

I - Hemograma completo, com eritograma, leucograma e contagem de plaquetas;
II- Tempo de tromboplastina pericial ativa (TTPA);
III- Gamaglutamiltransferaze (GamaGT);
IV - Glicemia de Jejum;
V - Creatinina;
VI - Urina (rotina);
VII – TGO
VIII - TGP

4.2. O prazo para a realização da Perícia Médica Oficial é terminativo, não fazendo jus à contratação o candidato que não apresentar seu resultado dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias úteis.

4.3. Os candidatos cuja documentação for aprovada pela Comissão de Avaliação, após a escolha da vaga a ser ocupada temporariamente e ser declarado apto na Perícia Médica Oficial, deverão comparecer a Secretaria Municipal de Educação para receber o encaminhamento e proceder à assinatura do respectivo contrato temporário.

4.4. **Implicará em perda do direito à contratação**:

a) A não apresentação dos documentos necessários à contratação;

b) A constatação de inveracidade das informações prestadas para fins de classificação;

c) A constatação de falsidade da documentação apresentada para fins de classificação e/ou contratação;

d) A declaração de inaptidão na Perícia Médica Oficial;

e) O não preenchimento dos requisitos para ocupação da respectiva função temporária; e/ou

f) O não comparecimento para assinatura do contrato dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias úteis após a Perícia Médica Oficial.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 As publicações que regem esta convocação estarão disponíveis no endereço eletrônico *https://digiescola.com.br/equipemulti*, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

5.2 Os casos omissos deste Edital serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação.

Muriaé/MG, 24 de agosto de 2026

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretaria Municipal de Educação

ANEXO I

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Maestro Sansão, 236 - Centro
DATA: 26/08/2026 - HORÁRIO: 13h

ASSISTENTE SOCIAL

AMPLA CONCORRENCIA

28	BRUNA DO CARMO NUNES

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:1BE7F7DA

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA 175ª REUNIÃO DO CODEMA – 27/08/2026 - ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA 175ª REUNIÃO DO CODEMA – 27/08/2026 - ORDINÁRIA

A Presidenta do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CODEMA, **Adriana Aparecida de Morais Ribeiro**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **CONVOCA** os(as) senhores(as) conselheiros(as) para **Reunião ordinária** a ser realizada no dia **27 de agosto de 2026 (quinta-feira), das 13h às 14h30**, por videoconferência, por meio da plataforma Google Meet, mediante acesso ao seguinte link:

Link da reunião: https://meet.google.com/iur-gxkx-uvq

A reunião terá como finalidade discutir e deliberar sobre as seguintes pautas:

• Corte de árvores;
• Controle e a disponibilização das chaves do portão principal do Horto Florestal (ARIE Guido Tomaz Marlière);
• Assuntos gerais.

Sendo o que nos cumpre para o momento, por oportuno renovamos protestos de estima e consideração.

Muriaé-MG, 24 de agosto de 2026.

ADRIANA APARECIDA DE MORAIS RIBEIRO
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Presidenta do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:269868C4

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº047/2026 – CISLESTE PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA EM SAÚDE MULTIDISCIPLINAR.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº047/2026 – CISLESTE PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA EM SAÚDE MULTIDISCIPLINAR. PARTES: O MUNICÍPIO DE MURIAÉ ATRAVÉS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, representada pela sua Secretária de Saúde, Luíza Agostini de Andrade e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE - CISLESTE, inscrita no CNPJ sob nº 00.738.236/0001-20, representado pelo seu Presidente Ricardo Celles Maia. OBJETO: Alteração da Cláusula Sexta - Do preço, do instrumento original, com acréscimo do valor de mais R$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais), passando ao valor total anual de R$ 2.082.000,00 (Dois milhões e oitenta e dois mil reais).
VIGÊNCIA: 02/01/2026 a 31/12/2026.

LUÍZA AGOSTINI DE ANDRADE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:7A8CC10F

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
LEI Nº 7.740 / 2026

Institui o Programa Municipal "Vaga Verde" no âmbito do Município de Muriaé, destinado à conversão de vagas de estacionamento em espaços públicos de convivência e infraestrutura verde, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Muriaé:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Muriaé, o Programa Municipal Vaga Verde, com a finalidade de promover a requalificação dos espaços urbanos mediante a transformação de vagas de estacionamento em áreas verdes, de convivência e de permanência, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental, da acessibilidade, da mobilidade urbana e do bem-estar da população.

Art. 2º O Programa tem por objetivos:

I – ampliar as áreas verdes em vias e espaços públicos;

II – incentivar a arborização urbana;

III – reduzir os impactos das ilhas de calor;

IV – favorecer a infiltração das águas pluviais por meio da utilização de pisos permeáveis;

V – criar espaços públicos de descanso, convivência e permanência;

VI – promover a mobilidade urbana sustentável e a humanização dos espaços públicos;

VII – contribuir para a adaptação do Município às mudanças climáticas.

Art. 3º As Vagas Verdes poderão ser implantadas mediante a conversão total ou parcial de vagas de estacionamento existentes em vias públicas, desde que observados os critérios técnicos definidos pelo órgão municipal competente.

Art. 4º Cada unidade do Programa deverá contemplar, sempre que tecnicamente possível:

I – plantio de, no mínimo, uma árvore de espécie adequada ao ambiente urbano;

II – implantação de jardins, canteiros ou vegetação ornamental;

III – instalação de banco ou outro mobiliário urbano destinado ao descanso e convivência;

IV – utilização de piso drenante, permeável ou outra solução que favoreça a infiltração das águas pluviais;

V – instalação de elementos de proteção, sinalização e acessibilidade;

VI – adoção de soluções sustentáveis para conforto térmico e paisagismo.

Parágrafo único. As espécies vegetais deverão ser preferencialmente nativas da Mata Atlântica ou adaptadas ao clima local, observadas as orientações dos órgãos ambientais competentes.

Art. 5º A implantação das Vagas Verdes deverá observar:

I – as normas de acessibilidade;

II – a segurança viária;

III – a circulação de pedestres;

IV – os estudos técnicos de engenharia de tráfego;

V – a preservação da fluidez do trânsito.

Art. 6º O Poder Executivo poderá implantar o Programa:

I – diretamente;

II – mediante parcerias com empresas, instituições, entidades da sociedade civil e associações;

III – por meio de programas de adoção de praças, jardins e espaços públicos;

IV – mediante compensações ambientais previstas na legislação.

Art. 7º As empresas, pessoas físicas ou instituições parceiras poderão ser autorizadas a realizar a manutenção dos espaços implantados, observadas as normas estabelecidas pelo Município.

Parágrafo único. Poderá ser permitida a instalação de placa institucional de pequeno porte contendo apenas a identificação do

adotante ou parceiro, vedada qualquer forma de publicidade comercial ostensiva.

Art. 8º As Vagas Verdes integrarão o patrimônio paisagístico do Município, devendo receber manutenção periódica para preservação da vegetação, mobiliário urbano, limpeza, acessibilidade e condições de uso.

Art. 9º A escolha dos locais para implantação observará, preferencialmente:

I – regiões com reduzida cobertura vegetal;

II – áreas de grande circulação de pedestres;

III – proximidade de escolas, hospitais, unidades de saúde, equipamentos públicos e centros comerciais;

IV – locais com elevada incidência de ilhas de calor;

V – áreas indicadas em estudos de planejamento urbano e ambiental.

Art. 10 O Poder Executivo poderá promover campanhas educativas sobre arborização urbana, sustentabilidade, mudanças climáticas e uso consciente dos espaços públicos, incentivando a participação da comunidade na implantação e conservação das Vagas Verdes.

Art. 11 As despesas decorrentes da execução desta Lei, observará a disponibilidade de dotação orçamentária própria e suplementar.

Art. 12 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, estabelecendo os critérios técnicos para implantação, manutenção, padronização, seleção dos locais e celebração de parcerias.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Muriaé, 25 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:870F425E

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
LEI Nº 7.745/ 2026

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras disponibilizarem estrutura adequada de proteção, segurança, conforto e acessibilidade aos usuários que aguardam atendimento em filas externas no Município de Muriaé e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Muriaé:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam os estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras que realizem atendimento ao público no Município de Muriaé obrigados a disponibilizar estrutura adequada de proteção aos clientes e usuários que aguardarem atendimento em filas externas, antes da abertura ou durante o horário regular de funcionamento, sempre que houver formação de fila fora de suas dependências.

Art. 2º A presente Lei tem por finalidade assegurar condições mínimas de dignidade, segurança, conforto e acessibilidade aos consumidores que aguardam atendimento, especialmente às pessoas idosas, às pessoas com deficiência, às gestantes, às lactantes, às pessoas com transtorno do espectro autista e às pessoas com crianças de colo, observada a legislação federal pertinente.

§ 1º Os acompanhantes ou atendentes pessoais das pessoas com direito ao atendimento prioritário deverão ser acomodados juntamente com o respectivo titular do atendimento prioritário, sem prejuízo da capacidade total de assentos obrigatórios previstos nesta Lei.

§ 2º Será assegurada prioridade especial às pessoas idosas com idade igual ou superior a 80 (oitenta) anos, observado o disposto na Lei Federal nº 13.466, de 12 de julho de 2017.

Art. 3º Considera-se estrutura adequada de proteção aquela destinada a resguardar os usuários contra sol, chuva e demais intempéries, compreendendo, no mínimo:

I- cobertura temporária ou permanente, apta a proporcionar proteção efetiva aos usuários;

II- assentos em quantidade compatível com a demanda, assegurada prioridade às pessoas com direito ao atendimento prioritário, na forma da legislação vigente;

III- condições de acessibilidade, observadas as normas técnicas e a legislação aplicável;

IV- instalação que não obstrua ou dificulte a livre circulação de pedestres, especialmente a faixa livre e acessível do passeio público, nem prejudique a visibilidade de veículos, a arborização, a iluminação pública, a sinalização ou o funcionamento de outros equipamentos urbanos.

Art. 4º As estruturas, mobiliários e equipamentos previstos nesta Lei deverão ser disponibilizados em quantidade e dimensões suficientes para atender à demanda dos usuários que aguardarem atendimento na área externa do estabelecimento.

§ 1º A instalação das estruturas e dos equipamentos deverá ocorrer, preferencialmente, dentro dos limites do imóvel ocupado pelo estabelecimento.

§ 2º A instalação ou utilização de estrutura, equipamento, toldo, cobertura, assento ou mobiliário sobre passeio, via ou logradouro público dependerá de prévia autorização do órgão municipal competente e deverá observar o Código de Posturas do Município, as normas de acessibilidade, mobilidade urbana, segurança, uso e ocupação do solo e as demais disposições aplicáveis.

§ 3º A autorização municipal mencionada no § 2º não será necessária quando a estrutura estiver integralmente situada em área particular e não avançar sobre passeio, via ou logradouro público, sem prejuízo das licenças edilícias ou de funcionamento eventualmente exigíveis.

§ 4º A impossibilidade técnica ou jurídica de ocupação do passeio público não afasta a obrigação estabelecida nesta Lei, devendo o estabelecimento adotar solução alternativa compatível com as normas municipais, inclusive mediante utilização de área particular, cobertura fixada à edificação ou outra medida previamente aprovada pelo órgão competente.

Art. 5º A instalação das estruturas previstas nesta Lei não poderá:

I- causar danos ao passeio, ao pavimento ou aos demais bens públicos;

II- comprometer o escoamento das águas pluviais;

III- impedir ou dificultar o acesso a imóveis, garagens, pontos de transporte coletivo, equipamentos públicos ou mobiliário urbano;

IV- criar risco à segurança dos usuários, pedestres ou condutores de veículos;

V- possuir elementos de sustentação, fixação ou amarração no passeio público em desacordo com o Código de Posturas e com a autorização municipal correspondente.

Art. 6º O descumprimento das disposições desta Lei constitui infração administrativa, sujeitando o infrator às sanções previstas na legislação municipal pertinente, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º Aplicam-se, no que couber, os procedimentos administrativos previstos no Código de Posturas do Município e na Lei Municipal n.º 7.542/2026.

§ 2º As sanções previstas neste artigo não afastam a obrigação de o estabelecimento promover a imediata adequação às disposições desta Lei.

Art. 7º A fiscalização, a notificação, a autuação, a defesa e os recursos administrativos observarão, no que couber, os procedimentos estabelecidos no Código de Posturas do Município de Muriaé.

Parágrafo único. A fiscalização caberá aos órgãos municipais competentes, sem prejuízo da atuação dos órgãos de proteção e defesa do consumidor.

Art. 8º A instalação de estrutura em passeio, via ou logradouro público, realizada sem a autorização exigida pela legislação municipal sujeitará o responsável, além das demais consequências administrativas previstas nesta Lei, às medidas de remoção, apreensão e demais cominações estabelecidas no Código de Posturas.

Art. 9º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber, especialmente quanto:

I- ao procedimento simplificado para análise das estruturas;

II- aos órgãos responsáveis pela autorização e fiscalização;

III- aos documentos técnicos necessários;

IV- às soluções alternativas aplicáveis quando não for possível a ocupação do passeio público;

V- à forma de comprovação do atendimento das normas de acessibilidade e segurança.

Art. 10. Os estabelecimentos abrangidos por esta Lei terão o prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação, para promover as adequações necessárias e, quando cabível, requerer as autorizações municipais pertinentes.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Muriaé, 25 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:4A38B12D

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
LEI Nº 7.746/ 2026

Institui a Política Municipal de Recuperação e Destinação Social de Imóveis Habitacionais Ociosos, Abandonados ou Retomados, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Muriaé:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída, no Município de Muriaé, a Política Municipal de Recuperação e Destinação Social de Imóveis Habitacionais Ociosos, Abandonados ou Retomados, destinada a contribuir para a redução do déficit habitacional e para a promoção do direito à moradia digna de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Art. 1A Os imóveis abrangidos por esta Lei também poderão, observados o interesse público, a disponibilidade do imóvel e a regulamentação pelo Poder Executivo, ser destinados ou cedidos para utilização como sede, espaço administrativo, de atendimento ou desenvolvimento de atividades de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, regularmente constituídas, que desenvolvam ações de relevante interesse social no Município.

§ 1º A destinação prevista no caput deverá estar vinculada ao desenvolvimento de atividades de interesse público e social, sendo vedada a utilização do imóvel para fins particulares, comerciais ou para obtenção de lucro pelos beneficiários.

§ 2º Terão prioridade, na forma do regulamento, as organizações que desenvolvam atividades nas áreas de assistência social, proteção e defesa dos animais, educação, saúde, cultura, esporte, meio ambiente, direitos humanos e demais ações de interesse coletivo.

§ 3º A utilização do imóvel dependerá de instrumento jurídico próprio, no qual serão estabelecidas as condições de uso, conservação, manutenção, fiscalização e eventual restituição do bem ao Município.

§ 4º A cessão ou autorização de uso do imóvel não implicará transferência de propriedade, permanecendo o bem sob titularidade do Município, quando for o caso.

Art. 2º A Política de que trata esta Lei observará os princípios da dignidade da pessoa humana, da função social da propriedade, da função social da cidade, da impessoalidade, da isonomia, da transparência e do interesse social.

Parágrafo único. A Política instituída por esta Lei será implementada em consonância com o Plano Diretor Participativo de Muriaé, instituído pela Lei Complementar nº 5.915, de 27 de dezembro de 2019, especialmente com suas diretrizes relativas à função social da propriedade, à política habitacional e ao aproveitamento adequado dos imóveis urbanos, bem como com a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e demais normas urbanísticas e habitacionais aplicáveis.

Art. 3º São objetivos da Política Municipal:

I - promover o aproveitamento socialmente adequado de imóveis habitacionais ociosos, abandonados ou retomados;

II - contribuir para a redução do déficit habitacional no Município;

III - ampliar a oferta de moradia destinada a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

IV - estimular a recuperação e a utilização de imóveis habitacionais que se encontrem sem destinação social;

V - promover a articulação entre o Município e os proprietários ou titulares de direitos sobre imóveis habitacionais passíveis de destinação social;

VI - estimular a celebração de instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicas, instituições financeiras e demais titulares de imóveis habitacionais;

VII - priorizar, sempre que juridicamente possível, a utilização de imóveis já existentes em detrimento da necessidade de construção de novas unidades habitacionais;

VIII - Apoiar organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, oferecendo espaço adequado para o desenvolvimento de suas atividades;

IX - Fortalecer projetos sociais desenvolvidos no Município, especialmente aqueles que atendem diretamente a população em situação de vulnerabilidade;

X - Incentivar a participação da sociedade civil nas políticas públicas, reconhecendo o papel das organizações que complementam as ações do Poder Público.

Art. 4º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - imóvel habitacional ocioso: aquele destinado à moradia que permaneça desocupado ou sem utilização social efetiva, nas condições estabelecidas pela legislação aplicável;

II - imóvel habitacional abandonado: aquele que, comprovadamente, permaneça sem utilização, conservação ou destinação regular por período que justifique sua avaliação para fins de política habitacional, observada a legislação aplicável;

III - imóvel habitacional retomado: aquele cuja posse ou propriedade tenha sido regularmente retomada pelo respectivo proprietário, agente financeiro, fundo, órgão ou entidade responsável, em razão de inadimplemento, descumprimento contratual ou outra hipótese juridicamente admitida;

IV - destinação social: a utilização do imóvel para fins de moradia de famílias que atendam aos critérios estabelecidos nesta Lei e na legislação habitacional aplicável;

V - destinação social: a utilização do imóvel para atividades de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.

Parágrafo único. As definições previstas neste artigo possuem finalidade exclusiva para aplicação da Política instituída por esta Lei e não alteram os conceitos, requisitos, procedimentos ou efeitos dos instrumentos de política urbana previstos no Plano Diretor Participativo de Muriaé, especialmente os destinados ao cumprimento da função social da propriedade, nem aqueles previstos na legislação federal aplicável.

Art. 5º Poderão ser objeto da Política instituída por esta Lei os imóveis habitacionais localizados no Município de Muriaé que:

I - estejam comprovadamente ociosos, abandonados ou retomados;

II - sejam passíveis de utilização para fins residenciais;

III - estejam regularmente disponíveis para utilização pelo Município, mediante instrumento jurídico válido; ou

IV - possam ser disponibilizados ao Município por meio de doação, cessão de uso, comodato, transferência, cooperação, convênio ou outro instrumento juridicamente admitido.

§1º. Na identificação e seleção dos imóveis abrangidos por esta Lei, o Município conferirá prioridade, sempre que juridicamente possível e observadas as condições de habitabilidade, infraestrutura e demais exigências urbanísticas aplicáveis, às unidades situadas nas Áreas de Especial Interesse para Regularização Fundiária e nas Áreas Especiais de Interesse Social delimitadas pelo Plano Diretor Participativo de Muriaé.

§2º. A implementação da Política instituída por esta Lei não prejudicará nem substituirá a aplicação dos instrumentos de política urbana destinados ao cumprimento da função social da propriedade, especialmente o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória – PEUC, o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU Progressivo no Tempo e a desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, observados os requisitos e procedimentos previstos no Plano Diretor Participativo de Muriaé e na legislação federal aplicável.

Art. 6º A inclusão de imóvel na Política Municipal não implicará, por si só, transferência de propriedade, posse, domínio ou qualquer outro direito real ao Município.

§ 1º A intervenção, reforma, recuperação, administração, ocupação ou destinação de imóvel pertencente a terceiro dependerá de prévia e regular disponibilização jurídica pelo respectivo proprietário ou titular de direitos, observada a legislação aplicável.

§ 2º Nenhuma disposição desta Lei será interpretada como autorização para ocupação, intervenção ou utilização unilateral de imóvel pertencente à União, à Caixa Econômica Federal, a fundos públicos, instituições financeiras ou particulares.

Art. 7º O Município poderá buscar, junto aos proprietários e titulares dos imóveis abrangidos por esta Lei, especialmente órgãos e entidades públicas, instituições financeiras e agentes responsáveis por programas habitacionais, a celebração de instrumentos jurídicos destinados a viabilizar sua utilização para fins de habitação de interesse social.

Parágrafo único. Entre os instrumentos previstos no caput poderão ser considerados, conforme a situação jurídica de cada imóvel:

I - doação;

II - cessão de uso;

III - comodato;

IV - transferência;

V - convênio;

VI - termo de cooperação;

VII - acordo ou outro instrumento juridicamente adequado.

Art. 8º Quando juridicamente disponibilizado ao Município, o imóvel poderá ser objeto de avaliação quanto às suas condições:

I - jurídicas;

II - estruturais;

III - sanitárias;

IV - urbanísticas;

V - de habitabilidade; e

VI - de segurança.

§ 1º Constatada a necessidade de recuperação ou adequação, poderão ser adotadas as providências legalmente cabíveis para sua reforma ou recuperação, observadas a disponibilidade orçamentária, as normas de contratação pública e a legislação aplicável.

§ 2º A recuperação do imóvel deverá ser precedida das avaliações e autorizações necessárias à execução da intervenção.

§3º As ações de recuperação, adequação e reforma dos imóveis disponibilizados poderão contar com recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano – FUNDES, observada a legislação aplicável e a disponibilidade orçamentária e financeira, devendo o Conselho Municipal de Planejamento Ambiental e Urbano ser previamente ouvido quanto ao planejamento das intervenções.

Art. 9º Os imóveis regularmente disponibilizados ao Município poderão ser destinados à moradia de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, observadas as condições jurídicas do

imóvel e as regras do respectivo programa habitacional, quando houver.

Art. 10 Na seleção das famílias beneficiárias, poderão ser considerados, entre outros critérios objetivos:
I - renda familiar;

II - situação de vulnerabilidade socioeconômica;

III - inexistência de outro imóvel residencial próprio, ressalvadas as hipóteses previstas em legislação específica;

IV - existência de crianças ou adolescentes no núcleo familiar;

V - existência de pessoa idosa ou pessoa com deficiência no núcleo familiar;

VI - situação de mulher responsável pelo núcleo familiar;

VII - situação de risco ou precariedade habitacional;

VIII - inscrição em cadastros ou programas habitacionais ou sociais, quando exigida pela legislação aplicável.

§ 1º A seleção deverá observar critérios objetivos, públicos e impessoais.

§ 2º É vedada a utilização da Política instituída por esta Lei para favorecimento pessoal, político, eleitoral ou partidário.

Art. 11. A destinação dos imóveis às famílias beneficiárias será realizada mediante o instrumento jurídico adequado à situação de cada unidade, observadas:

I - a legislação federal, estadual e municipal;

II - as regras específicas do programa habitacional ao qual o imóvel esteja vinculado;

III - as condições estabelecidas pelo proprietário ou titular do imóvel;

IV - as normas aplicáveis à transferência, cessão, concessão de uso ou alienação de bens públicos, quando cabíveis.

Art. 12. Na hipótese de imóveis vinculados a programas habitacionais federais, a sua destinação deverá observar as normas específicas do respectivo programa, inclusive quanto à retomada, recuperação, reinserção em programas habitacionais e indicação dos beneficiários.

Art. 13. A Política instituída por esta Lei poderá ser desenvolvida mediante cooperação com a União, o Estado de Minas Gerais, outros Municípios, órgãos e entidades públicas, instituições financeiras, fundos públicos, organizações da sociedade civil, proprietários e demais titulares de direitos sobre os imóveis.

Art. 14. A implementação das medidas previstas nesta Lei observará a existência de disponibilidade orçamentária e financeira, bem como as disposições do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e da legislação de responsabilidade fiscal.

Art. 15. A execução desta Lei não implica:

I - criação de cargos, empregos ou funções públicas;

II - criação ou alteração da estrutura administrativa do Município;

III - criação ou alteração das atribuições de Secretarias, órgãos ou entidades da Administração Pública;

IV - alteração do regime jurídico de servidores públicos;

V - criação obrigatória de nova unidade administrativa, conselho ou fundo público.

Art. 16. A regulamentação desta Lei, se necessária, será realizada pelo Poder Executivo, observadas as disposições desta Lei e os limites de sua competência regulamentar.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Muriaé, 25 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:ECC34E46

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 75, DE 24 DE AGOSTO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Educação de Muriaé, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito à alfabetização de todas as crianças na idade certa;

CONSIDERANDO as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA;

CONSIDERANDO a Política de Alfabetização do Município de Muriaé, instituída pela Lei Municipal nº 7.652, de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a articulação, o planejamento, o acompanhamento e o monitoramento das ações voltadas à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE

Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, de caráter consultivo, deliberativo e de assessoramento técnico, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º O Comitê tem por finalidade coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação da Política Municipal de Alfabetização, em alinhamento às diretrizes da Política de Alfabetização do Estado de Minas Gerais e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Art. 3º Compete ao Comitê:

I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;

II – monitorar os indicadores de alfabetização;

III – propor estratégias para melhoria dos resultados educacionais;

IV – acompanhar os planos de ação das unidades escolares;

V – apoiar e acompanhar as ações de formação continuada dos profissionais da educação;

VI – analisar os resultados das avaliações internas e externas;

VII – elaborar relatórios periódicos de acompanhamento;

VIII – fortalecer o regime de colaboração entre Município, Estado e União.

VIII – elaborar e acompanhar planos, estratégias e ações voltadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;

X – acompanhar a execução do Plano de Comunicação Municipal da Política de Alfabetização, constante do Anexo I desta Portaria;

Art. 4º O Comitê será composto pelos seguintes representantes:

• Secretário Municipal de Educação (Presidente) – Maria Cristina Navarro de Aquino Ribeiro;

• Secretária Adjunta de Educação – Simone Moreira Dias Marreiros;

• Diretor Geral do Setor Pedagógico – Adriana de Souza Zem Fraga;

• Articulador Municipal do CNCA – Fernanda de Araújo Grosso Khun;

• Representante dos Anos Iniciais – Sheila Silva Calais;

• Representante da Educação Especial – Fabiana Aguiar Braga Pacheco Martins;

• Supervisor Pedagógico – Aline de Fátima Ferreira Demarque Henrique;

• Professor Alfabetizador – Márcia Cristina Martins Andrade;

• Representante do Setor de Inspeção Escolar – Manuela Rodolfo Pellegrini.

Art. 5º O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente.

Art. 6º A participação no Comitê será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 7º O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização terá vigência no período de 2026 a 2028, podendo sua composição e funcionamento ser revistos durante esse período, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º O Plano de Comunicação Municipal da Política de Alfabetização, elaborado em consonância com a Política de Alfabetização Municipal e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, constitui o Anexo I desta Portaria e dela é parte integrante.

Parágrafo único. O Plano de Comunicação Municipal terá vigência no período de 2026 a 2028, devendo ser acompanhado e avaliado pelo Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Muriaé, 24 de agosto de 2026.

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

PLANO DE COMUNICAÇÃO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO
Vigência: 2026–2028
Secretaria Municipal de Educação de Muriaé – MG

1. Apresentação

O presente Plano de Comunicação tem como finalidade fortalecer a divulgação, a mobilização e o engajamento da comunidade escolar em torno da Política Municipal de Alfabetização, em consonância com a Política de Alfabetização do Estado de Minas Gerais e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).

A comunicação constitui um instrumento estratégico para promover a participação das escolas, das famílias, dos profissionais da educação e da sociedade, contribuindo para garantir o direito de todas as crianças à alfabetização na idade certa.

2. Objetivos

Objetivo Geral

Promover uma comunicação clara, contínua e acessível sobre a Política Municipal de Alfabetização, fortalecendo o compromisso coletivo com a aprendizagem e a alfabetização de todas as crianças da Rede Municipal de Ensino.

Objetivos Específicos

* Divulgar as ações da Política Municipal de Alfabetização.

* Sensibilizar as famílias sobre sua importância no processo de alfabetização.

* Fortalecer a articulação entre Secretaria Municipal de Educação, escolas e comunidade.

* Compartilhar resultados, indicadores e avanços das ações desenvolvidas.

* Incentivar práticas de leitura e escrita no ambiente familiar.

* Dar visibilidade às boas práticas desenvolvidas pelas unidades escolares.

* Promover a transparência das ações executadas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

3. Públicos-alvo

O Plano de Comunicação contempla, de forma ampla e articulada, os diferentes segmentos envolvidos direta ou indiretamente na implementação da Política Municipal de Alfabetização, abrangendo profissionais da educação, estudantes, famílias, órgãos colegiados, instituições parceiras e a comunidade em geral.

As estratégias de comunicação serão adequadas às características e necessidades de cada público, buscando garantir ampla divulgação, participação, mobilização e engajamento em torno das ações da política de alfabetização.

4. Estratégias de Comunicação

A comunicação será desenvolvida por meio de diferentes canais e estratégias, garantindo ampla divulgação das ações.

Estratégia	Público	Periodicidade	Responsável
Reuniões com diretores e coordenadores pedagógicos	Gestores escolares	Mensal	Secretaria Municipal de Educação
Encontros com professores alfabetizadores	Professores	Bimestral	Equipe Pedagógica
Reuniões com famílias	Pais e responsáveis	Trimestral	Escolas
Informativos digitais	Comunidade escolar	Mensal	Assessoria de Comunicação/SME
Redes sociais institucionais	Comunidade	Semanal	SME
Campanhas de incentivo à leitura	Famílias e estudantes	Durante todo o ano	Escolas
Divulgação dos resultados das avaliações	Gestores e comunidade escolar	Semestral	SME
Eventos e seminários sobre alfabetização	Rede Municipal	Anual	SME

5. Canais de Comunicação

Serão utilizados os seguintes meios:

* Portal oficial da Prefeitura;

* Site da Secretaria Municipal de Educação;

* Redes sociais institucionais;

* Grupos institucionais de WhatsApp;

* E-mails institucionais;

* Reuniões presenciais e on-line;

* Ofícios e circulares;

* Murais das escolas;

* Informativos impressos;

* Eventos educacionais;

* Seminários e formações.

6. Monitoramento e Avaliação

O acompanhamento do Plano será realizado pelo Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização e pela Secretaria Municipal de Educação, considerando:

* cumprimento do cronograma de divulgação;

* alcance das ações de comunicação;

* participação dos diferentes públicos;

* registros das reuniões e eventos;

* acesso aos canais institucionais;

* divulgação das boas práticas;

* avaliação das escolas quanto à efetividade da comunicação;

Os resultados subsidiarão o aperfeiçoamento contínuo das estratégias de comunicação e fortalecerão a implementação da Política Municipal de Alfabetização.

7. Disposições Finais

Este Plano de Comunicação integra as ações da Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Muriaé e deverá ser executado de forma articulada entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e os demais parceiros institucionais.

Sua implementação contribuirá para fortalecer a transparência, a mobilização social e o compromisso coletivo com a garantia do direito de aprender, promovendo uma educação pública de qualidade e assegurando que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, conforme as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:79D68336

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
ERRATA DA PORTARIA Nº 058 DE 28 DE ABRIL DE 2026

A Diretora Geral do Departamento Municipal de Saneamento Urbano – DEMSUR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna pública a presente ERRATA à Portaria nº 058, de 28 de abril de 2026, em razão de erro material de digitação constante do caput de seu artigo 1º, especificamente quanto ao número do MASP do servidor, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

*"Art. 1º – Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face de M.A.T. – **MASP 0657**, para apurar suposta infração administrativa tipificada, em princípio, nos artigos 144, incisos III, IX e XI, c/c o art. 158, inciso VII, todos da Lei Municipal nº 3.824/2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Muriaé), visto que, em tese, teria deixado de observar as normas legais e regulamentares, manter conduta compatível com a moralidade administrativa, tratar com urbanidade as pessoas e cometido ofensa física em serviço."*

LEIA-SE:

*"Art. 1º – Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face de M.A.T. – **MASP 0770**, para apurar suposta infração administrativa tipificada, em princípio, nos artigos 144, incisos III, IX e XI, c/c o art. 158, inciso VII, todos da Lei Municipal nº 3.824/2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Muriaé), visto que, em tese, teria deixado de observar as normas legais e regulamentares, manter conduta compatível com a moralidade administrativa, tratar com urbanidade as pessoas e cometido ofensa física em serviço."*

Muriaé/MG, 24 de Agosto de 2026.

PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA
Diretora Geral do DEMSUR

Publicado por:
Maisa Rosa Pena
Código Identificador:194937CE

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

O Presidente do CMPC – Conselho Municipal de Política Cultural, no uso das atribuições que lhe são conferidas, convoca os seus membros a comparecerem à reunião que se realizará no dia 03 de setembro de 2026, às 16:00 horas, no Centro Cultural e Turístico Regional Doutor Pio Soares Canedo– Grande Hotel Muriaé, à Praça João Pinheiro, nº 164, Centro, Muriaé-MG, para discussão e deliberação da seguinte pauta:

1) Andamento da execução dos Editais de Chamamento Público de Fomento e Premiação do 2º Ciclo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB;
2)Remanejamento do Saldo Remanescente dos Editais de Chamamento Púbico do 2º Ciclo da Política Nacional de Cultura Aldir Blanc – PNAB;
3)Edital de Chamamento Público – Premiação de Pontos de Cultura - Cultura Viva - PNAB - 2º Ciclo;
4) Atualização do Calendário de Atividades – FUNDARTE.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé/MG, 25 de agosto de 2026.

SANDRO AREAL CARRIZO
Diretor-Geral da FUNDARTE

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:7363F6C7

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2026

A FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTES DE MURIAÉ/MG TORNA PÚBLICA O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, VIA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA O FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE TROFÉUS E MEDALHAS PERSONALIZADOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO DE

CULTURA E ARTES DE MURIAÉ/MG - FUNDARTE, ESPECIALMENTE DA DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER – FUNDARTE - CONTRATADA: AK INOVAÇÕES LTDA - VALOR: R$ 64.020,00 - PRAZO: INICIA-SE EM 24/08/2026 E ENCERRA-SE EM 24/08/2027 -

SANDRO AREAL CARRIZO **-**
Diretor Geral

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:E4B08E4C

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2026

A FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTES DE MURIAÉ/MG TORNA PÚBLICA O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, VIA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA O FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE TROFÉUS E MEDALHAS PERSONALIZADOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTES DE MURIAÉ/MG - FUNDARTE, ESPECIALMENTE DA DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER – FUNDARTE - CONTRATADA: FMG SOLUCOES E FORNECIMENTOS LTDA - VALOR: R$ 52.708,00 - PRAZO: INICIA-SE EM 24/08/2026 E ENCERRA-SE EM 24/08/2027 -

SANDRO AREAL CARRIZO **-**
Diretor Geral

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:EB30BB7D

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2026

A FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTES DE MURIAÉ/MG TORNA PÚBLICA O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, VIA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA O FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE TROFÉUS E MEDALHAS PERSONALIZADOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTES DE MURIAÉ/MG - FUNDARTE, ESPECIALMENTE DA DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER – FUNDARTE - CONTRATADA: ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES - VALOR: R$ 11.640,00 - PRAZO: INICIA-SE EM 24/08/2026 E ENCERRA-SE EM 24/08/2027 -

SANDRO AREAL CARRIZO **-**
Diretor Geral

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:7EBC9799

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
PORTARIA Nº 150, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

"*Torna público o credenciamento da Pessoa Jurídica 54.843.633 EMANUEL VICTOR MILARD FERREIRA neste ato representado por EMANUEL VICTOR MILARD FERREIRA no âmbito do Edital Permanente de Credenciamento de Artista Profissionais de Arte e Cultura – Edital 001 de 23 de janeiro de 2025 e dá outras providências".*

O Diretor-Geral da FUNDARTE – Fundação de Cultura e Artes de Muriaé, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que a Administração Pública pauta a sua atuação pelo princípio constitucional da publicidade, conforme expresso no caput do artigo 37 da Constituição da República Federal do Brasil de 1988:

CONSIDERANDO as disposições do Edital Permanente de Credenciamento de Artistas Profissionais de Arte e Cultura – Edital 001/2025, publicado no dia 23 de janeiro de 2025.
RESOLVE

Art. 1º. Fica publicado o credenciamento deferido no Edital Permanente de Credenciamento de Artistas Profissionais de Arte e Cultura – Edital 001/2025, publicado no dia 23 de janeiro de 2025, conforme quadro a seguir:

Artista ou técnico /Credenciado (a)	CPF ou CNPJ	Representante	Linguagem	Categoria
54.843.633 EMANUEL VICTOR MILARD FERREIRA	54.843.633/0001-90	EMANUEL VICTOR MILARD FERREIRA	Formação/capacitação	Palestrante

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé/MG, 25 de agosto de 2026.

SANDRO AREAL CARRIZO
Diretor-Geral da FUNDARTE

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:1A5B4A6D

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
PORTARIA Nº 151, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

"*Retifica a Portaria nº 148, de 20 de agosto de 2026"*

O Diretor Geral da FUNDARTE – Fundação de Cultura e Artes de Muriaé, no uso de suas atribuições conferidas na Lei;
CONSIDERANDO que a Administração Pública pode rever seus próprios atos, fundamentada no princípio da autotutela e critérios de conveniência e oportunidade;
CONSIDERANDO a necessidade de retificação da Portaria nº 148, de 20 de agosto de 2026;

RESOLVE

Art. 1º Fica retificado o artigo 1º da Portaria nº 148, de 20 de agosto de 2026, nos seguintes termos:
ONDE SE LÊ:
PUBLICAÇÃO RESULTADO PRELIMINAR DA FASE DOCUMENTAL: DE 24/08/2026 À 31/08/2026
PRAZO DE RECURSOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL: DE 01/09/2026 À 08/09/2026
PUBLICAÇÃO RESULTADO DEFINITIVO DA ANÁLISE DOCUMENTAÇÃO: 04/09/2026
ANÁLISE TÉCNICA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO: DE 11/09/2026 À 18/09/2026
PUBLICAÇÃO PRELIMINAR DA ANÁLISE TÉCNICA: 21/09/2026
PRAZO DE RECURSOS ANÁLISE TÉCNICA: DE 22/09 À 25/09/2026
PUBLICAÇÃO RESPOSTAS AOS RECURSOS: 28/09/2026
PUBLICAÇÃO RESULTADO DEFINITIVO 28/09/2026
ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO: À PARTIR DE 29/09/2026 À 02/10/2026
PREVISÃO INÍCIO DEPÓSITO PRIMEIRA PARCELA: À PARTIR DE 05/10/2026

LEIA-SE:

PUBLICAÇÃO RESULTADO PRELIMINAR DA FASE DOCUMENTAL: 21/08/2026
PRAZO DE RECURSOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL: DE 26/08/2026 À 02/09/2026
PUBLICAÇÃO RESULTADO DEFINITIVO DA ANÁLISE DOCUMENTAÇÃO: 08/09/2026
ANÁLISE TÉCNICA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO: DE 09/09/2026 À 10/09/2026
PUBLICAÇÃO PRELIMINAR DA ANÁLISE TÉCNICA: 11/09/2026
PRAZO DE RECURSOS ANÁLISE TÉCNICA: DE 14/09/2026 À 18/09/2026
PUBLICAÇÃO RESPOSTAS AOS RECURSOS: 23/09/2026
PUBLICAÇÃO RESULTADO DEFINITIVO 23/09/2026
ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO: À PARTIR DE 24/09/2026 À 30/09/2026
PREVISÃO INÍCIO DEPÓSITO PRIMEIRA PARCELA: À PARTIR DE 01/10/2026

Art. 2º*. Os recursos deverão ser protocoladas exclusivamente por meio do endereço eletrônico* cadastroesporte@gmail.com*, sujeito à confirmação de recebimento.*

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 20 de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé-MG, 25 de agosto de 2026.

SANDRO AREAL CARRIZO
Diretor Geral da FUNDARTE

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:404B4233

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ TORNA PÚBLICO **EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026** - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE RESERVATÓRIO SEMIENTERRADO NO BAIRRO SÃO FRANCISCO - MURIAÉ - MG, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS. - VENCEDOR:**MENDES CONSTRUÇÕES LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 28.585.882/0001-13, SITUADA NA - RUA SAO DIMAS - 285 - DORNELAS, MURIAÉ - MG – VALOR: R$ 1.598.000,00**

MURIAÉ/MG, 17/08/2026

MAURÍCIO JOSÉ CARNEIRO
Secretário Municipal de Obras Públicas e Urbanismo

Publicado por:
Alanne Christina Rocha Trotta
Código Identificador:BA6B0D76

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NATALÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO 011/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA/MG – AVISO DE CONTRATO – CREDENCIAMENTO nº 011/2026. OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços gráficos e de comunicação visual, compreendendo a criação, confecção, impressão, acabamento, personalização e fornecimento de materiais gráficos diversos, destinados ao atendimento das necessidades institucionais da Administração Pública, conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência. Partes: Prefeitura Municipal de Natalândia e a empresa **BURITIS ATACADO VAREJO E DISTRIBUIÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.405.990/0001-43 – Valor Global: **R$ 44.000,00.** Vigência: até 12 meses – Data da assinatura: 25/8/2026.

Natalândia/MG, 25 de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO LAURINDO MODESTO -
Prefeito.

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:C68DA4AE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2026

AVISO PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2026

A Prefeitura Municipal de Natalândia-MG, através de sua Pregoeira, torna público que realizará a licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico, nº 028/2026, do tipo Menor Preço Por Item/Lote. **Objeto:** A presente licitação tem por objeto Prestação de serviços laboratoriais terceirizados, compreendendo coleta de amostras biológicas, processamento e análise laboratorial, emissão de laudos, disponibilização de resultados via internet, fornecimento de equipamentos laboratoriais, insumos, reagentes e materiais de consumo, manutenção preventiva dos equipamentos, controle de qualidade e transporte de amostras com controle de temperatura. Data e horário do recebimento das propostas: até às 07h00min do dia 09/09/2026. Data e horário do início da disputa: às 09h00min do dia 09/09/2026. Edital no endereço eletrônico www.bnc.org.br e site http://www.natalandia.mg.gov. Informações complementares poderão ser obtidas através dos telefones: (38) 3458-0000.

Natalândia/MG, 25 de agosto de 2026.

NILMA DA SILVA ROSA
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:3F262A04

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NATÉRCIA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0129/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0129/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, 12.927.876/0001-67
OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATÉRCIA (MG).
PREGÃO PRESENCIAL - 0018/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000074/26
VIGÊNCIA:24/08/2026 À 23/08/2027
VALOR: 797.560,00
NATERCIA - MG - DATA 24/08/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:DC147607

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Prefeitura Municipal de Natércia (MG) – Dispensa de Licitação nº 0020/2026 - Processo Administrativo n° 0101/2026 – Aviso de Licitação - Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE INSPEÇÃO TÉCNICA PERIÓDICA NOS VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE ESCOLAR, CONFORME A ABNT NBR 17075:2022 E ABNT NBR 14040, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NATÉRCIA/MG. O edital na íntegra encontra-se disponível no sítio eletrônico www.natercia.mg.gov.br e no PNCP. Maiores informações poderão ser obtidas através do setor de Compras pelo telefone (35) 3456-1238 ou pelo e-mail comprasnatercia@gmail.com. As propostas serão recebidas até às 16h00min do dia 31 de agosto de 2026.

Natércia (MG), 25 de agosto de 2026.

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Emiliana Aparecida Dos Santos
Código Identificador:AF99C33B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NEPOMUCENO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DE ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO/MG – Extrato do 5º Aditivo de Valor e Prazo ao Contrato nº 052/2021. Processo Licitatório nº 075/2021. Dispensa de Licitação nº 016/2021. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de locação de imóvel destinado a sediar o o Funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV no Distrito de Santo Antônio do Cruzeiro, em 12 (Doze) meses, passando a vigorar até 14/09/2026, com fundamento no art. 57 da Lei 8.666/93. Valor Global: R$ 7.647,72 (Sete mil seiscentos e quarenta e sete reais e setenta e dois centavos). Permanecem inalteradas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato original não alteradas. Partes: Prefeitura Municipal de Nepomuceno/MG e Reginaldo Martins Freire.

Nepomuceno, 25/08/2026.

ELIAS NATAL LIMA DE MENEZES.
Prefeito.

Publicado por:
Renata Serra Negra
Código Identificador:2DFCEF32

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NOVA PONTE

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE
REPUBLICAÇÃO DO EXTRATO ATUALIZADO DO EDITAL DE ABERTURA E REGULAMENTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024

REPUBLICAÇÃO DO EXTRATO ATUALIZADO DO EDITAL DE ABERTURA E REGULAMENTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO
Concurso Público nº 001/2024

A **Câmara Municipal de Nova Ponte/MG**, através do Presidente Sr. David Albert Silva, no uso de suas atribuições legais e a empresa **"Versátil Tecnologia e Serviços Administrativos",** responsável pela realização deste certame, tornam público para conhecimento dos interessados o presente Edital de Abertura – Consolidado, que regulamenta o Concurso Público nº 001/2024, visando a seleção e futura contratação de pessoal para preenchimento de **05 (cinco) vagas de nível médio e superior** no quadro de cargos de provimento efetivo da **Câmara Municipal de Nova Ponte/MG**, sob o regime estatutário, conforme Súmulas e Instruções Normativas do TCE/MG – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, observados os termos das leis citadas no Edital, alterações posteriores, legislação complementar e demais normas contidas no Edital de Abertura e Regulamentação nº 001/2024. As inscrições serão realizadas exclusivamente pela internet no site da empresa Versátil Tecnologia e Serviços Administrativos (https://www.versatilsolucoesadm.com.br/) no período de **27/10/2026 a 26/11/2026**, observados o horário de Brasília e critérios do Edital. A Prova Objetiva de múltipla escolha será realizada no município de Nova Ponte/MG, prevista para ser aplicada em **27/12/2026**. O Edital Consolidado, em sua íntegra está publicado no site da empresa https://www.versatilsolucoesadm.com.br/ e no site da Câmara https://www.cmnp.mg.gov.br, e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município, AMM, Jornal de Circulação e nos Quadros de Avisos da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG.

INFORMAÇÕES GERAIS
Período das **Inscrições**: de **27/10/2026 a 26/11/2026**, exclusivamente pelo site https://www.versatilsolucoesadm.com.br/. Solicitação de **Isenção** da Taxa de Inscrição: de **27/10/2026 a 03/11/2026.**
Data Final para Pagamento da Taxa de Inscrição: 27/11/2026. Homologação das Inscrições: 10/12/2026.
Valor da Taxa de Inscrição: Nível Médio R$ 80,00 – Nível Superior R$ 100,00. Data provável de **realização** da **Prova Objetiva**: **27/12/2026.**
CARGOS / VAGAS: VER ANEXO II da Republicação do Edital de Abertura e Regulamentação nº 001/2024 - Consolidado.

Nova Ponte/MG, 25 de agosto de 2026.

DAVID ALBERT SILVA
Presidente da Câmara Municipal
Município de Nova Ponte/MG

Publicado por:
Nayara Angelo Malfer Santos
Código Identificador:72D8114E

DEPARTAMENTO DE RH
EXTRATO DE CONTRATOS JUNHO 2026

CONTRATO Nº.: 114/2026
CONTRATADO (A): CLAUDIA THAIS SANTOS SILVA
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 01/06/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 01/06/2026

CONTRATO Nº.: 115/2026
CONTRATADO (A): PAULO ANDRE DA SILVA SABINO
CARGO: Vigia
VIGÊNCIA: 01/06/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 01/06/2026

CONTRATO Nº.: 116/2026
CONTRATADO (A): URCULA MADALENA DA SILVA OLIVEIRA
CARGO: Assistente Administrativo
VIGÊNCIA: 01/06/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 01/06/2026

CONTRATO Nº.: 117/2026
CONTRATADO (A): MARIA MIKELLY SOUSA SILVA
CARGO: Educador
VIGÊNCIA: 03/06/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 03/06/2026

CONTRATO Nº.: 118/2026
CONTRATADO (A): CICERO SALUSTRIANO DA SILVA
CARGO: Vigia
VIGÊNCIA: 04/06/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada

DATA DA ASSINATURA: 04/06/2026

CONTRATO Nº.: 119/2026
CONTRATADO (A): EVA IZILDA DOS SANTOS
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 11/06/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 11/06/2026

CONTRATO Nº.: 120/2026
CONTRATADO (A): AMANDA SOUZA SANTOS
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 12/06/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 12/06/2026

CONTRATO Nº.: 121/2026
CONTRATADO (A): GRAZIELA APARECIDA BARBOSA
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 12/06/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 12/06/2026

CONTRATO Nº.: 122/2026
CONTRATADO (A): ROSA ELAINE DUARTE PINHEIRO
CARGO: Vigia
VIGÊNCIA: 24/06/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 24/06/2026

CONTRATO Nº.: 123/2026
CONTRATADO (A): FATIMA BERNARDINO DE SOUZA VIEIRA
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 25/06/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 25/06/2026

CONTRATO Nº.: 124/2026
CONTRATADO (A): GABRIELA DE JESUS SANTOS
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 25/06/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 25/06/2026

CONTRATO Nº.: 125/2026
CONTRATADO (A): VALERIA DA SILVA PEREIRA
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 25/06/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 25/06/2026

CONTRATO Nº.: 126/2026
CONTRATADO (A): CLEIDIVANIA APARECIDA DOS SANTOS
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 25/06/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 25/06/2026

Publicado por:
Phamela Cristina Ferreira
Código Identificador:3ED92B22

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - DMAE
AVISO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - DMAE
LICITAÇÃO N º 008/2026 - Pregão Presencial N.003/2026.
AVISODE SUSPENSÃO

O Departamento Municipal de Água e Esgoto de Nova Ponte -DMAE, no uso de suas atribuições legais, torna público a suspensão da referida licitação que tem por objeto a contratação de empresa do ramo fornecimento de Bomba de Ferro fundido em geral. Em virtude da necessidade de alterações no edital, referente ao pedido de esclarecimento. Novo aviso de licitação e edital serão republicados com uma nova data para abertura do certame. Maiores informações pelo e-mail dmae@novaponte.mg.gov.br.

Nova Ponte. Nova Ponte 25 de agosto de 2.026.

GILMAR ABADIO DE REZENDE.
Pregoeiro

Publicado por:
Amanda Juliana Lopes da Silva
Código Identificador:8FB8A5D8

SECRETARIA DO GABINETE
ACORDO DE COOPERAÇÃO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS RUA JERÔNIMO CARNEIRO 584 - Bairro GRANDE LAGO - CEP 38160000 - Nova Ponte - MG
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
"SEU VOTO IMPORTA"
SEI nº 0000038-41.2026.6.13.8340. Cartório Eleitoral da 340ª Zona Eleitoral de Nova Ponte. Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2026-TREMG ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS E MUNICÍPIO DA NOVA PONTE-MG, NA FORMA ABAIXO: A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, com sede na Avenida Prudente de Morais, nº 100, Bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte/MG, doravante denominado TRE-MG, neste ato representado pelo(a) Exmo(a). Juiz(a) Eleitoral de Nova Ponte/MG, Doutor LUIZ ANTONIO MESSIAS, de acordo com a delegação de competência contida no art.01, da Portaria nº 103, de 13 de junho de 2025,da Presidência deste Tribunal e do outro lado o Município de NOVA PONTE-MG inscrito no CNPJ sob n.º 18159905/0001-74, com sede em Nova Ponte, na Praça dos Três Poderes, nº1001, Bairro Centro, neste ato representado por seu Prefeito José Divino da Silva, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO O presente acordo visa à cooperação técnico-administrativa a ser prestada pelo Município de Nova Ponte ao TRE-MG, em atividades relacionadas ao Programa Seu Voto Importa - Eleições de 2026. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES Acordo de Cooperação Técnica "SEU VOTO IMPORTA" - Nova Ponte (7704335) SEI 0000038-41.2026.6.13.8340 / pg. 1 I. Para viabilizar o objeto deste instrumento, o TRE-MG obriga-se a: 1. Prestar informações claras aos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida sobre os serviços disponíveis e os procedimentos para sua realização; 2. Disponibilizar e divulgar amplamente o canal de comunicação a ser utilizado para a solicitação do serviço de transporte especial, sem prejuízo do atendimento presencial no cartório eleitoral; 3. Realizar a análise individual das solicitações de transporte, considerando, entre outros critérios: 3.1. o grau de limitação funcional da pessoa solicitante, 3.2. a inexistência ou inadequação de transporte público acessível no trajeto até o local de votação, 3.3. a distância entre a residência e o local de votação; 4. Organizar e disponibilizar os roteiros e horários a serem seguidos pelos motoristas que farão o transporte de eleitores; 5. Fornecer lista contendo nome, endereço e contato telefônico dos eleitores que serão transportados no dia da Eleição; 6. Comunicar formalmente aos eleitores que solicitaram o serviço, até 48 (quarenta e oito) horas antes do dia da votação, acerca da disponibilidade do serviço e dos dados do transporte a ser oferecido; 7. Oferecer apoio técnico e operacional aos órgãos e às entidades parceiras, inclusive para esclarecimento de dúvidas e ajustes na execução das medidas previstas; 8. Remeter ao Ministério Público Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias após a assinatura, cópias integrais do acordo firmado. II. Para viabilizar o objeto deste instrumento, o Município de Nova Ponte obriga-se a: 1. Ceder veículo(s), motorista(s) e combustível para transporte de eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida, no dia da eleição; 2. Fornecer alimentação ao(s) motorista(s) no dia da eleição, desde que o(s)

destinatário(s) não receba(m) qualquer benefício similar; 3. Executar gratuita e diretamente o transporte dos eleitores cujos pedidos foram deferidos para o dia das eleições (1º e 2º turno, quando aplicável), observando o trajeto de ida e volta (residência do eleitor - local de votação), incluindo o transporte de acompanhante nos casos indicados no formulário próprio e em que o apoio seja indispensável ao exercício do voto; 3. Ter postura isenta, não podendo o(s) motorista(s) utilizar nenhum tipo de vestimentas ou objetos que remetam a partidos ou candidatos; 4. Responsabilizar-se, nos limites de suas atribuições operacionais e ressalvadas hipóteses de caso fortuito, força maior ou fatos alheios à sua governabilidade, pela execução dos transportes previamente confirmados, devendo comunicar imediatamente ao TRE-MG eventual intercorrência que possa comprometer a prestação do serviço; 5. Remeter ao TRE-MG, até 18 de novembro de 2026, relatório estatístico contendo o quantitativo de veículos utilizados e de eleitores transportados. Parágrafo Primeiro. As despesas com conservação e manutenção do(s) veículo(s), bem como aquelas referentes a motorista(s), são responsabilidade do cedente. Parágrafo Segundo. É vedada a cessão de pessoas, inclusive a prevista no art. 94-A, II, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e ao art. 12 da Resolução TSE 23.523, de 27 de junho de 2017, por meio de Acordo de Cooperação Técnica. Acordo de Cooperação Técnica "SEU VOTO IMPORTA" - Nova Ponte (7704335) SEI 0000038-41.2026.6.13.8340 / pg. 2 Parágrafo Terceiro. É facultado aos partidos políticos, às coligações e às federações exercer fiscalização quanto à regularidade do serviço de transporte especial, observada a vedação de qualquer forma de interferência, patrocínio, promoção ou benefício político decorrente da sua prestação (Lei nº 6.091/1974, art. 9º). CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica será a partir da data de sua publicação até 60 (sessenta) dias após o pleito. CLÁUSULA QUARTA – DA EXTINÇÃO Faculta-se aos partícipes, a seu exclusivo critério e a salvo de multa ou sanção, dar por findo o presente Acordo de Cooperação Técnica a qualquer momento, devendo o partícipe interessado notificar por escrito o outro, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Parágrafo Único. Na hipótese de extinção deste acordo, os partícipes obrigam-se a cumprir todos os compromissos e obrigações pendentes. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR A celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica não acarretará despesas diretas aos partícipes, salvo aquelas decorrentes do cumprimento das obrigações estabelecidas na cláusula segunda. CLÁUSULA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS Os partícipes reconhecem a importância da proteção de dados pessoais e comprometem-se a tratar todos os dados pessoais obtidos, armazenados, tratados ou compartilhados em virtude da execução deste Acordo de Cooperação Técnica em estrita conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD —, e legislação aplicável à proteção de dados e privacidade. Parágrafo Primeiro. Os partícipes comprometem-se a: I. tratar os dados pessoais exclusivamente para os fins estabelecidos neste Acordo de Cooperação Técnica; II. implementar medidas de segurança técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; III. garantir a confidencialidade dos dados pessoais tratados e o acesso somente a pessoas autorizadas, para a execução deste Acordo de Cooperação Técnica; IV. assegurar a transparência e o direito de informação às(aos) titulares dos dados, fornecendo todas as informações necessárias sobre o tratamento de seus dados pessoais de maneira clara, precisa e acessível. Acordo de Cooperação Técnica "SEU VOTO IMPORTA" - Nova Ponte (7704335) SEI 0000038-41.2026.6.13.8340 / pg. 3 Parágrafo Segundo. Qualquer transferência de dados pessoais entre os partícipes ou para terceiros, quando necessária à execução deste Acordo de Cooperação Técnica, deverá ser realizada em conformidade com a LGPD, garantindo-se a proteção dos dados transferidos. Parágrafo Terceiro. Os partícipes asseguram o respeito aos direitos das(dos) titulares dos dados, conforme previsto na LGPD. Parágrafo Quarto. Em caso de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante às(aos) titulares dos dados, os partícipes comprometem-se a comunicar uma à outra, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da ciência do ocorrido, sem prejuízo da comunicação às autoridades competentes, conforme exigido pela LGPD, e a tomar todas as medidas necessárias para a mitigação dos efeitos do incidente, nos termos do art. 48 da LGPD. Parágrafo Quinto. Os partícipes comprometem-se a manter registros completos e detalhados de todas as atividades de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica e a disponibilizá-los para auditoria pelas autoridades competentes, quando solicitado. Parágrafo Sexto. As obrigações relativas ao tratamento de dados pessoais previstas nesta cláusula permanecerão vigentes após a extinção ou conclusão deste Acordo de Cooperação Técnica, pelo período necessário para a preservação de direitos ou conforme exigido pela legislação aplicável. Parágrafo Sétimo. Os partícipes deverão cumprir e fazer cumprir o disposto na Resolução TSE nº 23.650, de 9 de setembro de 2021, que trata da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral, e na Resolução TSE nº 23.656, de 7 de outubro de 2021, que dispõe sobre o acesso a dados pessoais constantes dos sistemas informatizados da Justiça Eleitoral, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal. Parágrafo Oitavo. Cada partícipe será responsável pelos prejuízos que ocasionar às(aos) titulares dos dados, além de arcar com eventuais multas administrativas decorrentes do descumprimento da LGPD. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO O TRE-MG publicará o extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura, conforme art. 10 da Portaria SEGES/MGI nº 3.506, de 08 de maio de 2025. Parágrafo Único. Os partícipes publicarão, nos sítios eletrônicos oficiais, o inteiro teor do acordo celebrado. CLÁUSULA OITAVA – DO FUNDAMENTO LEGAL Acordo de Cooperação Técnica "SEU VOTO IMPORTA" - Nova Ponte (7704335) SEI 0000038-41.2026.6.13.8340 / pg. 4 O presente Acordo de Cooperação Técnica é celebrado com fundamento no art. 184 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Presidencial nº 11.531, de 16 de maio de 2023, na Resolução TSE nº 23.753/2026 e na Portaria PRE nº 176/2026, no que tange à autorização para celebração do acordo. CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS I. Os partícipes garantem e declaram mutuamente que: a) as atividades referentes ao Acordo de Cooperação Técnica ora celebrado serão conduzidas de forma ética, obedecendo aos mais rigorosos princípios de integridade e da boa-fé; b) valorizam a diversidade e repudiam toda e qualquer forma de preconceito e assédio, comprometendo-se a não praticar qualquer forma de discriminação ou constrangimento, sejam elas relacionadas a cor, raça, sexo, orientação sexual, língua, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social; II. os partícipes poderão, a qualquer tempo e de comum acordo, modificar este Acordo de Cooperação Técnica através de Termo Aditivo, mediante prévia e expressa comunicação, observando-se a forma legal; III. para acompanhar o desenvolvimento do presente acordo, o Município de Nova Ponte e o TRE-MG indicam, respectivamente como seus representantes o Prefeito e a chefe de cartório, ficando acordado que todas as comunicações entre as(os) signatárias(os) deverão ser formalmente encaminhadas às(aos) representantes indicadas(os). CLÁUSULA DEZ – DO FORO Conforme o disposto no inciso I do art. 109 da Constituição Federal e no § 1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes do presente acordo. E, por estarem ajustados e acordados, os partícipes assinam o presente Acordo de Cooperação Técnica. Nova Ponte, data da assinatura eletrônica. LUIZ ANTONIO MESSIAS Juiz Eleitoral MUNICÍPIO DE NOVA PONTE JOSÉ DIVINO DA SILVA Prefeito Acordo de Cooperação Técnica "SEU VOTO IMPORTA" - Nova Ponte (7704335) SEI 0000038-41.202

Publicado por:
Lindamar Maria de Almeida Nunes
Código Identificador:12D56BA1

SECRETARIA DO GABINETE
DECRETO N° 087, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

RECONHECE, PARA FINS ADMINISTRATIVOS, DOCUMENTAIS E DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL, A SITUAÇÃO DE GRAVE CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO SETOR AGROPECUÁRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA

PONTE, E ESTABELECE MEDIDAS DE APOIO INSTITUCIONAL AOS PRODUTORES RURAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA PONTE, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar. nos termos do art. 23, VIII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a competência municipal para atuação em assuntos de interesse local e para suplementar, no que couber, a legislação federal e estadual, nos termos do art. 30, I e II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a relevância econômica e social da atividade agropecuária para o Município e os reflexos de sua retração sobre a geração de emprego e renda, comércio, prestação de serviços e arrecadação municipal;

CONSIDERANDO que é visível uma combinação severa de quebra de safras, quebra nos preços das commodities, crédito mais caro e juros altos que estão sufocando produtores e empresas da cadeia agroindustrial, como alerta a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG);

CONSIDERANDO que o avanço de um El Niño de forte intensidade, previsto para ganhar força entre outubro e dezembro, coloca sob risco diferentes regiões produtoras e culturas agrícolas no Brasil e no mundo, como divulga os órgãos oficiais e a imprensa (https://exame.com/agro/el-nino-mapa-agricultura-brasileira/);

CONSIDERANDO os levantamentos, relatórios, dados oficiais e demais documentos técnicos que demonstram dificuldades econômicas relevantes enfrentadas por produtores rurais do Município, decorrentes, conforme cada atividade, de perdas produtivas, eventos climáticos adversos, elevação dos custos de produção, redução de preços, dificuldades de comercialização e comprometimento da capacidade financeira;

CONSIDERANDO a conveniência de o Poder Público Municipal organizar as informações disponíveis e prestar apoio documental e institucional aos produtores rurais, sem interferência nas competências atribuídas à União, ao Estado, às instituições financeiras ou aos credores privados;

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida, para fins exclusivamente administrativos, documentais e de articulação institucional no âmbito das competências municipais, **a existência de grave crise econômico-financeira no setor agropecuário do Município de Nova Ponte** conforme se apura pelas ações dos produtores rurais locais e regionais.

§ 1° O reconhecimento de que trata o caput possui natureza exclusivamente declaratória e institucional e destina-se a documentar a conjuntura econômica local e subsidiar as medidas administrativas previstas neste Decreto.

§ 2º O reconhecimento instituído por este Decreto não se confunde com situação de emergência ou estado de calamidade pública decorrente de desastre, previstos na legislação de proteção e defesa civil, nem produz os efeitos jurídicos próprios desses institutos.

§3º Este Decreto não produz, por si só:

I - moratória, suspensão ou alteração do vencimento ou da exigibilidade de obrigações;
II - prorrogação, alongamento, renegociação ou novação de operações de crédito;
III - alteração de contratos, garantias, Cédulas de Produto Rural - CPR ou outras obrigações privadas;
IV - direito automático à obtenção de crédito, subsídio, benefício fiscal, indenização. transferência de recursos ou programa estadual ou federal;
ou V- qualquer obrigação para instituições financeiras, cooperativas de crédito, credores privados, União, Estado ou outras entidades públicas ou privadas.

Art. 2º O reconhecimento previsto neste Decreto tem por finalidade:

I - consolidar e documentar tecnicamente a conjuntura econômica enfrentada pelo setor agropecuário municipal;
II - fornecer aos produtores rurais, mediante requerimento e observada a legislação aplicável, certidões, declarações, relatórios, dados públicos e outros documentos disponíveis;
III - permitir que os documentos municipais sejam utilizados como elementos complementares de instrução de requerimentos apresentados pelos produtores perante instituições financeiras, cooperativas de crédito, órgãos públicos, credores e demais entidades;
IV - promover interlocução institucional do Município com os Governos Estadual e Federal, instituições financeiras, cooperativas, entidades representativas e órgãos ligados à atividade agropecuária;
e V - contribuir para a preservação da atividade produtiva rural, do emprego, da renda e da economia local.

Parágrafo único. A utilização dos documentos municipais não substitui laudos, perícias, demonstrações de capacidade de pagamento, comprovação de perdas ou quaisquer outros requisitos exigidos pela legislação, regulamentação, programa público, instituição financeira ou relação contratual aplicável.

Art. 3º Os relatórios, levantamentos econômicos e produtivos, dados estatísticos oficiais, informações de órgãos públicos, manifestações de entidades representativas e demais documentos utilizados para fundamentar este Decreto integrarão processo administrativo próprio.

§ 1º Os órgãos municipais poderão complementar e atualizar o acervo técnico sempre que houver novos dados relevantes.

§ 2° Informações referentes a situações individuais de produtores somente poderão ser certificadas quando constantes dos registros municipais ou de documentação idônea apresentada pelo interessado, observadas as normas de proteção de dados e demais disposições legais aplicáveis.

Art. 4° Mediante requerimento do produtor rural, o Município poderá fornecer documentos públicos relacionados à conjuntura econômica reconhecida neste Decreto para instrução de pedidos de prorrogação, renegociação, composição ou reestruturação de obrigações, bem como de acesso a programas e linhas de crédito legalmente existentes.

Parágrafo único. Caberá exclusivamente ao órgão, entidade, instituição financeira ou credor competente decidir quanto ao enquadramento do interessado e aos efeitos jurídicos do requerimento, segundo a legislação, a regulamentação e o instrumento contratual aplicáveis.

Art. 5° Os órgãos municipais competentes poderão promover reuniões, encaminhar pleitos coletivos, fornecer informações técnicas e estabelecer interlocução com instituições financeiras, cooperativas de crédito, entidades representativas, órgãos estaduais e federais e demais entidades relacionadas ao setor rural.

Art. 6° Qualquer medida decorrente deste Decreto que importe criação ou ampliação de despesa pública, transferência de recursos, concessão de benefício fiscal, renúncia de receita, subvenção econômica ou assunção de obrigação financeira dependerá do atendimento das exigências constitucionais, legais, orçamentárias e fiscais aplicáveis e, quando necessária, de prévia autorização legislativa.

Art. 7° O reconhecimento previsto neste Decreto vigorará pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado mediante ato fundamentado, caso persistam as circunstâncias que lhe deram causa.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Ponte, 11 de agosto de 2026.

PROF. JOSÉ DIVINO DA SILVA
Prefeito Municipal

ODOVÂNIO ANTÔNIO DA SILVA
Secretário Municipal de Governo

JOSÉ HUMBERTO PONTES BORGES
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agropecuária

Publicado por:
Lindamar Maria de Almeida Nunes
Código Identificador:34381004

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO BRANCO

PREFEITURA DE OURO BRANCO
EDITAL DE CONCURSO DE PROJETOS Nº 01/2026

O MUNICÍPIO DE OURO BRANCO/MG, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, torna público o Edital de Concurso de Projetos nº 01/2026, destinado à seleção de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, regularmente qualificada nos termos da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999, para celebração de Termo de Parceria, tendo por objeto o planejamento, gestão, organização, produção executiva, execução e avaliação da 40ª Edição do Festival da Batata de Ouro Branco – 2026. O procedimento será regido pela Lei Federal nº 9.790/1999, pelo Decreto Municipal nº 11.963, de 20 de agosto de 2026, pelas demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 3.100, de 30 de junho de 1999, no que for compatível com a regulamentação municipal. Data de publicação: 24/08/2026.

Publicado por:
Josemar Ivo Pereira da Silva
Código Identificador:22E10FB6

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 058/2023, FIRMADO COM A EMPRESA COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO COOPERTRAN LTDA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO **TORNA PÚBLICO O QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 058/2023**, FIRMADO COM A EMPRESA **COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO COOPERTRAN LTDA**, ORIUNDO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2022 – PRC Nº 083/20225.** O objeto do termo aditivo é a prorrogação da vigência contratual pelo período de 12 meses, vigorando entre 01/09/2026 a 31/08/2027. Visou também reajustar os preços praticados pelo índice IGP-M de 2,76%. Valor da renovação: R$ 145.879,32 (Cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos). Data de assinatura: 24/08/2026.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:058C4F18

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO FINO

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE OURO FINO – MG. TERMO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 085/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026, REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2026.

MUNICÍPIO DE OURO FINO – MG. Termo Reequilíbrio Econômico-Financeiro. Processo Licitatório nº. 085/2026, modalidade Pregão Eletrônico nº 032/2026, Registro de Preços nº 020/2026 - Ata de Registro de Preços nº 084/2026. Signatário: ATIVA MEDICA CIRÚRGICA LTDA - Objeto: A aplicação de reequilibrio economico financeiro ao valor do item 39 – Etomidato 2MG/ML à R$ 16,208 (Dezesseis reais, vinte centavos). Fundamento Legal: Art. 130 Lei nº 14.133/21. Data: 24/08/2026.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edmar Pinto de Carvalho
Código Identificador:0BBD8828

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PAINEIRAS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

O **MUNICÍPIO DE PAINEIRAS**, por seu Poder Executivo, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.296.674/0001-04, com sede na Praça Terezinha de Vargas Mendonça, nº 288, Bairro Centro, por intermédio da Coordenação de Licitações e Contratos, torna público em seu sítio eletrônico: www.paineiras.mg.gov.br, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e no Portal de Compras Públicas https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, com na Lei Federal nº 14.133/2021, torna público a abertura do Processo Administrativo Nº **058/2026**, modalidade Pregão Eletrônico Nº **016/2026**, cujo objeto é Aquisição de fórmulas e dietas alimentares especiais para nutrição enteral ou oral, incluindo equipo, frasco e seringas para dieta enteral, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Paineiras/MG..

Data de Início de Recebimento de Proposta:	26/08/2026 às 12h00min
Data Final de Recebimento de Proposta:	08/09/2026 às 12h00min
Data da Sessão	08/09/2026 às 12h01min

Paineiras, 25 de agosto de 2026.

RAFAELA CRISTINA GUIMARAES FLAUZINO
Agente de Contratação
Matrícula 5687-2

Publicado por:
Rafaela Cristina Guimarães Flauzino
Código Identificador:6DC477D5

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2026

ORIGEM.....: PREGÃO ELETRONICO Nº 14/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO 047/2026
CONTRATO.....: 065/2026
CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINEIRAS
CONTRATADA(O).....: SINCES TECNOLOGIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ.....: 33.615.509/0001-06
OBJETO.....: Aquisição de mobiliário e equipamentos escolares, em atendimento ao Programa Fortalecimento das Escolas Municipais, decorrente de cooperação entre o Estado de Minas Gerais e o Município de Paineiras/MG, formalizada por meio do Convênio de Saída nº 1261002452/2025/SEE.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 7.610,00 (sete mil seiscentos e dez reais).

DATA DA ASSINATURA: 25/08/2026
VIGÊNCIA: De 25/08/2026 à 24/04/2027

Paineiras, 25 de agosto de 2026

Publicado por:
Rafaela Cristina Guimarães Flauzino
Código Identificador:E392344F

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 062/2026

ORIGEM.....: PREGÃO ELETRONICO Nº 14/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO 047/2026
CONTRATO.....: 062/2026
CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINEIRAS
CONTRATADA(O).....: COMERCIAL BELEM LTDA.
CNPJ.....: 26.354.230/0001-42
OBJETO.....: Aquisição de mobiliário e equipamentos escolares, em atendimento ao Programa Fortalecimento das Escolas Municipais, decorrente de cooperação entre o Estado de Minas Gerais e o Município de Paineiras/MG, formalizada por meio do Convênio de Saída nº 1261002452/2025/SEE.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 16.080,00 (dezesseis mil e oitenta reais).
DATA DA ASSINATURA: 25/08/2026
VIGÊNCIA: De 25/08/2026 à 24/04/2027

Paineiras, 25 de agosto de 2026

RAFAELA CRISTINA GUIMARAES FLAUZINO
Agente de Contratação
Matrícula 5687-2

Publicado por:
Rafaela Cristina Guimarães Flauzino
Código Identificador:5022F950

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 064/2026

ORIGEM.....: PREGÃO ELETRONICO Nº 14/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO 047/2026
CONTRATO.....: 064/2026
CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINEIRAS
CONTRATADA(O).....: RONOVA DISTRIBUIDORA LTDA..
CNPJ.....: 63.330.635/0001-77
OBJETO.....: Aquisição de mobiliário e equipamentos escolares, em atendimento ao Programa Fortalecimento das Escolas Municipais, decorrente de cooperação entre o Estado de Minas Gerais e o Município de Paineiras/MG, formalizada por meio do Convênio de Saída nº 1261002452/2025/SEE.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 25/08/2026
VIGÊNCIA: De 25/08/2026 à 24/04/2027
Paineiras, 25 de agosto de 2026

RAFAELA CRISTINA GUIMARAES FLAUZINO
Agente de Contratação
Matrícula 5687-2

Publicado por:
Rafaela Cristina Guimarães Flauzino
Código Identificador:14366D42

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 063/2026

ORIGEM.....: PREGÃO ELETRONICO Nº 14/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO 047/2026
CONTRATO.....: 063/2026
CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINEIRAS
CONTRATADA(O).....: CONECTA EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ.....: 02.736.051/0001-01
OBJETO.....: Aquisição de mobiliário e equipamentos escolares, em atendimento ao Programa Fortalecimento das Escolas Municipais, decorrente de cooperação entre o Estado de Minas Gerais e o Município de Paineiras/MG, formalizada por meio do Convênio de Saída nº 1261002452/2025/SEE.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 84.605,00 (oitenta e quatro mil seiscentos e cinco reais).
DATA DA ASSINATURA: 25/08/2026
VIGÊNCIA: De 25/08/2026 à 24/04/2027

Paineiras, 25 de agosto de 2026

RAFAELA CRISTINA GUIMARAES FLAUZINO
Agente de Contratação
Matrícula 5687-2

Publicado por:
Rafaela Cristina Guimarães Flauzino
Código Identificador:6125DBB1

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 070/2026

ORIGEM.....: INEXIGIBILIDADE 012/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO 050/2026
CONTRATO.....: 070/2026
CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINEIRAS
CONTRATADA(O).....: ALDECI GENIRA FERREIRA
CNPJ/CPF.....: 031.107.986-54
OBJETO.....: Aquisição de gêneros alimentícios (frutas, legumes e verduras) provenientes da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento da alimentação escolar dos alunos da rede pública municipal.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 735,84 (setecentos e trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)
DATA DA ASSINATURA: 25/08/2026
VIGÊNCIA: De 26/08/2026 à 31/12/2026
Paineiras, 25 de agosto de 2026

RAFAELA CRISTINA GUIMARAES FLAUZINO
Agente de Contratação
Matrícula 5687-2

Publicado por:
Rafaela Cristina Guimarães Flauzino
Código Identificador:07BD899C

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2026

ORIGEM.....: INEXIGIBILIDADE 012/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO 050/2026
CONTRATO.....: 066/2026

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINEIRAS
CONTRATADA(O).....: VALDELINA MARIA DA SILVA E SILVA
CNPJ/CPF.....: 063.450.306-51
OBJETO.....: Aquisição de gêneros alimentícios (frutas, legumes e verduras) provenientes da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento da alimentação escolar dos alunos da rede pública municipal.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 3.388,53 (tres mil trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta e tres centavos).
DATA DA ASSINATURA: 25/08/2026
VIGÊNCIA: De 26/08/2026 à 31/12/2026

Paineiras, 25 de agosto de 2026

RAFAELA CRISTINA GUIMARAES FLAUZINO
Agente de Contratação
Matrícula 5687-2

Publicado por:
Rafaela Cristina Guimarães Flauzino
Código Identificador:5BA1B5F7

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato de Termo Aditivo

TERMO ADITIVO.....: 001/2026
CONTRATO.....: 32/2025
PROCESSO .....: 83/2025
CONTRATANTE.....:Prefeitura Municipal de Paineiras/MG
CONTRATADA.....: Hospital São Vicente de Paulo de Abaeté
CNPJ.....:16.505.851/0001-26
OBJETO.....:Prorrogação da vigência do Contrato firmado entre as partes em 22/08/2025, nos termos previstos em sua Cláusula Segunda (Vigência), a partir de 25/08/2026 até 24/12/2026.
DATA DE ASSINATURA.....:24/08/2026

Paineiras/MG, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Yan Vinicius Lourenço de Sousa
Código Identificador:F707B764

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PARACATU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG
LEI N.º 4.229, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Reconhece de utilidade pública municipal a Associação dos Moradores e Proprietários do Loteamento Contagem.

O Povo do Município de Paracatu - Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, no uso da atribuição legal que me confere o art. 86, IV, da Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º. É reconhecida de utilidade pública municipal a Associação dos Moradores e Proprietários do Loteamento Contagem, entidade civil com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 53.130.170/0001-57, com sede e foro no município de Paracatu, Minas Gerais.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paracatu – Minas Gerais, 24 de agosto de 2026, aos 227 anos de sua emancipação e aos 203 anos da Independência do Brasil.

PEDRO AGUIAR ADJUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Torres Caixeta
Código Identificador:48ABA028

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG
LEI N.º 4.230, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a denominação da Rua Maria Pereira Araújo (Benzinha), e dá outras providências.

O povo do Município de Paracatu - Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, no uso da atribuição legal que me confere o art. 86, IV, da Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada de Rua Maria Pereira Araújo (Benzinha), o logradouro público conhecido como Rua Principal, no Povoado do Cunha.

Parágrafo único. É fixado o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei, para o Poder Executivo tomar as providências necessárias para a efetivação a que se refere este artigo, bem como a devida comunicação à CEMIG, COPASA, CORREIOS e às empresas de telecomunicações locais.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paracatu – Minas Gerais, 24 de agosto de 2026, aos 227 anos de sua emancipação e aos 203 anos da Independência do Brasil.

PEDRO AGUIAR ADJUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Torres Caixeta
Código Identificador:A40B8AE0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG
LEI N.º 4.231, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza o Poder Executivo a destinar recursos às entidades privadas sem fins lucrativos, e dá outras providencias.

O povo do Município de Paracatu - Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, no uso da atribuição legal que me confere o art. 86, IV, da Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a destinar recursos do orçamento de 2026 - Lei Municipal 4.071 de 23 de dezembro de 2025 – para entidades sem fins lucrativos, conforme o Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o *caput* deste artigo destinam-se a manutenção e ampliação dos projetos e atividades desenvolvidas pelas entidades.

Art. 2º. Para fazer face ao disposto no art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar nas funcionais programáticas constantes no Anexo I.

Parágrafo único. Para ocorrer ao crédito a que se refere o caput deste artigo serão utilizados recursos provenientes de anulação das funcionais programáticas apontadas no Anexo II, conforme disposto no art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paracatu – Minas Gerais, 24 de agosto de 2026, aos 227 anos de sua emancipação e aos 203 anos da Independência do Brasil.

PEDRO AGUIAR ADJUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Torres Caixeta
Código Identificador:790937CC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG
LEI N.º 4.232, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza o Poder Executivo a destinar recursos às entidades privadas sem fins lucrativos, e dá outras providencias.

O povo do Município de Paracatu - Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, no uso da atribuição legal que me confere o art. 86, IV, da Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a destinar recursos do orçamento de 2026 - Lei Municipal nº 4.071, de 23 de dezembro de 2025 – para entidades sem fins lucrativos, conforme o Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o *caput* deste artigo destinam-se a manutenção e ampliação dos projetos e atividades desenvolvidas pelas entidades.

Art. 2º. Para fazer face ao disposto no art. 1°, serão utilizados recursos já alocados nas funcionais programáticas apontadas no Anexo Único.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paracatu – Minas Gerais, 24 de agosto de 2026, aos 227 anos de sua emancipação e aos 203 anos da Independência do Brasil.

PEDRO AGUIAR ADJUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Torres Caixeta
Código Identificador:62103FD6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
CONVOCAÇÃO PARA BANCA DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA O PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR À AUTODECLARAÇÃO COMO PESSOA NEGRA REFERENTE AOS EDITAIS DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026-FOMENTO ÀS CULTURAS POPULARES E TRADICIONAIS E Nº 04/2026 - FOMENTO ÀS ARTES.

O Secretário Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Paracatu-Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições e CONSIDERANDO que a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Lei 14.399/2022) determina a reserva de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das vagas oferecidas em chamamentos públicos para fomento cultural para pessoas negras (pretas ou pardas);
RESOLVE:
TORNAR PÚBLICA A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR À AUTODECLARAÇÃO DOS PROPONENTES NEGROS REFERENTE AO **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026- FOMENTO ÀS CULTURAS POPULARES E TRADICIONAIS** e **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026- FOMENTO ÀS ARTES.**
1. DA CONVOCAÇÃO
1.1. Ficam convocados os candidatos relacionados no Anexo Único deste Edital para realização do procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração como pessoa negra.

1.2. O procedimento de heteroidentificação ocorrerá, exclusivamente, na **Casa Paracatu**, localizada no endereço: **Rua Américo Macedo, nº 19, Bairro Centro, Paracatu-MG**, **no dia 31 de agosto de 2026, às 18 (dezoito) horas.**

1.3. O candidato convocado deverá comparecer ao local designado para a realização da aferição com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade com foto (original).
1.3.1. O candidato que deixar de apresentar o documento exigido no subitem 1.3 estará impedido de realizar o procedimento de heteroidentificação, e perderá o direito de concorrer às vagas reservadas.
1.4. A aprovação em procedimento de heteroidentificação não configura direito objetivo à vaga nos chamamentos públicos, mas sim direito à classificação em lista própria reservada a pessoas negras (pretas ou pardas), que comporão 25% das vagas em ambos os chamamentos.
2. DO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR À AUTODECLARAÇÃO DOS CANDIDATOS NEGROS
2.1. Para o procedimento de heteroidentificação, o candidato que tenha se declarado pessoa negra e que tenha optado por concorrer às vagas reservadas deverá se apresentar pessoalmente à Comissão da Heteroidentificação.
2.2. A Banca Examinadora será responsável pela emissão de parecer conclusivo, favorável ou não favorável, à declaração do candidato, considerando exclusivamente os aspectos fenotípicos deste.
2.3. Serão consideradas as características fenotípicas do candidato ao tempo de realização do procedimento de heteroidentificação.
2.4. A avaliação da Banca Examinadora quanto à condição de pessoa negra considerará o seguinte aspecto:

a) fenótipo apresentado pelo candidato, no momento do procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros.

2.4.1. Não serão considerados, para fins do disposto no subitem 2.4. deste edital, quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes à confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em Processos Seletivos públicos federais, estaduais, distritais e municipais.
2.4.2. A comissão de heteroidentificação deliberará pela maioria de seus membros, sob forma de parecer motivado.
2.4.3. As deliberações da comissão de heteroidentificação terão validade apenas para estes certames.
2.4.4. É vedado à comissão de heteroidentificação deliberar na presença dos candidatos.
2.4.5. O teor do parecer motivado será de acesso restrito.
2.5. O candidato será considerado não enquadrado na condição de pessoa negra quando:
a) não cumprir os requisitos indicados no subitem 2.4;
b) prestar declaração falsa, comprovada a qualquer tempo;
c) não comparecer ao procedimento de heteroidentificação nos termos deste edital de convocação;
d) evadir-se do local de realização da heteroidentificação sem a devida conclusão do procedimento;
2.5.1. O procedimento de heteroidentificação será filmado e sua gravação será utilizada na análise de eventuais recursos interpostos pelos candidatos.
2.5.2. O candidato que recusar a realização da filmagem do procedimento de heteroidentificação, nos termos do subitem 2.5.1., será eliminado do procedimento de heteroidentificação, dispensada a convocação suplementar de candidatos.
2.5.3. O não enquadramento do candidato na condição de pessoa negra não enseja o dever de convocar suplementarmente candidatos não convocados para o procedimento de heteroidentificação.
2.6. O não enquadramento do candidato como pessoa negra, nos termos do subitem 2.5, acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos negros.
2.7. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do Chamamento Público em que se inscreveu.

2.7.1. O parecer da comissão de heteroidentificação que constatar a falsidade da autodeclaração deverá motivar a sua conclusão.
2.7.2. A hipótese de que trata o subitem 2.7 não enseja o dever de convocar suplementarmente candidatos não convocados para o procedimento de heteroidentificação.
2.8. O enquadramento ou não do candidato na condição de pessoa negra não configura ato discriminatório de qualquer natureza.
2.9. Quanto ao resultado de não enquadramento do candidato na reserva de vaga, caberá pedido de recurso, que deverá ser protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Paracatu, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do resultado preliminar.
2.9.1. Os recursos contra o resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação serão avaliados pela Banca Examinadora.
2.9.2. Em suas decisões, a Banca Examinadora deverá considerar a filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação, o parecer emitido pela comissão e o conteúdo do recurso elaborado pelo candidato.
2.9.3. Das decisões da comissão recursal não caberá recurso.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Não haverá segunda chamada para a realização do procedimento de heteroidentificação.

3.1.1. O não comparecimento ao procedimento nos moldes deste Edital implicará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.
3.2. Será permitida a realização do procedimento de heteroidentificação por videochamada somente àqueles que residam em zona rural, estejam em horário de trabalho no momento do procedimento ou estejam impossibilitados de se locomover por questões de saúde, apresentando até às 12 (doze) horas do dia31 de agosto de 2026 devida comprovação através do e-mail culturafomento@paracatu.mg.gov.br ou no telefone 3537-1108.
3.3. Proponentes que enviaram a DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL sem assinatura e em formato editável não serão convocados para a banca de heteroidentificação.
3.4. O resultado preliminar e definitivo do procedimento de heteroidentificação será publicado no endereço eletrônico www.paracatu.mg.gov.br > Secretaria Municipal de Cultura> Editais > Chamamento Público Editais (clique no edital em que se inscreveu)> Arquivos.
A listagem dos convocados encontra-se no site da Prefeitura de Paracatu no endereço eletrônico www.paracatu.mg.gov.br > Editais > Chamamento Público (clique no edital em que se inscreveu)> Arquivos.

Paracatu – Minas Gerais, 25 de agosto de 2026.

THIAGO DOS REIS GOMES VENÂNCIO
Secretário Municipal de Cultura
Portaria 0187/2025

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:1CCD30A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - COMPHAP Nº 001/2026 SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA FOMENTO À PROTEÇÃO, PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE PARACATU COM RECURSOS DO FUMPAC – FUNDO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE PARACATU** comunica que está disponível o Edital de Seleção de Projetos para firmar Termo de Execução Cultural de fomento aos Planos de Salvaguarda de bens registrados como Patrimônio Imaterial de Paracatu com recursos do FUMPAC – Fundo Municipal do Patrimônio Cultural de Paracatu com finalidade de desenvolver a Política Municipal do Patrimônio Cultural.
As inscrições serão realizadas pelo site oficial da Prefeitura de Paracatu através do link https://www.paracatu.mg.gov.br/ no período de 26/08/2026 a 02/09/2029.
O valor total do Edital é de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) distribuídos conforme categorias previstas no Edital.
Informações podem ser obtidas pelo e-mail culturafomento@paracatu.mg.gov.br ou pelo telefone (38) 3537-1108 – Ramal 202.

Paracatu, 25 de agosto de 2026.

CARLOS EDUARDO MACAGI
Historiador
Matrícula 138204940

NATANE PEREIRA DA SILVA
Diretora de Cultura
Portaria 0432/2026

THIAGO DOS REIS GOMES VENÂNCIO
Secretário Municipal de Cultura
Portaria 0187/2025

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:7682866B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO Nº. 013011/2026. **OBJETO:** Celebração de parceria destinada a viabilizar repasse de recurso financeiro. **PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS E PRODUTORES CASEIROS DE PARACATU. JUSTIFICATIVA:** Justifica-se a pretensa formalização de parceria com a Organização da Sociedade Civil, **ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS E PRODUTORES CASEIROS DE PARACATU.** Inscrita no CNPJ n° 01.520.644/0001-73, nos termos do Inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, o qual dispõe acerca da inexigibilidade de chamamento público para parceria decorrente de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária. Fica aberto o prazo de impugnação, previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.

Paracatu - MG, 25 de agosto de 2026.

THIAGO DOS REIS GOMES VENÂNCIO,
Secretário Municipal de Cultura, Portaria 0187/2025.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:6C2258EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE DECISÃO DE INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1584/2026

MODALIDADE: REURB-E – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE ESPECÍFICO.
RETIFICAÇÃO do extrato acima identificado, publicado no dia 19/08/2026 no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, Edição nº 4342, conforme segue:
ONDE SE LÊ: Chácara Paraiso 4A
LEIA-SE: CHÁCARAS 4A

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:152E3CF4

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1° TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 220/2025

Prefeitura Municipal de Paracatu - Minas Gerais
Processo Financeiro nº: 14.774/2025

EXTRATO 1° TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 220/2025

CONTRATANTES: Município de Paracatu e ONMÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - CNPJ nº 13.380.287/0001-74 - **Processo nº:** 14.774/2025 - **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA DIVERSOS EQUIPAMENTOS DAS MARCAS ALFAMED E LEISTUNG. - **FINALIDADE:** Acréscimo de 4,025974025974036% - **FUNDAMENTAÇÃO:** Artigo 124, *b*, da Lei Federal nº 14.133 de 2021. **ASSINATURAS:** UMARQUES DA SILVA COUTO pela Contratante e CARMELITA ARAÚJO MOTA, pela Contratada.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:EFD487D9

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1° TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 54/2026.

Prefeitura Municipal De Paracatu - Minas Gerais
Processo Financeiro: 19208/2024

EXTRATO 1° TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 54/2026

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **WAV EMPREITEIRA LTDA.** Processo Financeiro: 19208/2024. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA COM CAPACIDADE MINIMA DE 12M3, MÁXIMO 20 ANOS DE FABRICAÇÃO, COM CONDUTOR, MANUTENÇÃO, SEGURO, COMBUSTÍVEL E RASTREADOR VEICULAR, FRANQUIA 160 HORAS, DESTINADO AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE DE PARACATU-MG.** Acréscimo de 24,4306078977552%. **DATA: 20/08/2026. FUNDAMENTAÇÃO:** art. 124, inciso I, alínea "b" c/c art. 125, ambos da Lei Federal nº 14.133 de 2021. **ASSINATURAS: EMERSON ANTONIO GARCIA, FABRICIO JORDÃO BOTELHO E GABRIEL ANTONIO DE OLIVEIRA CLAUDINO** pela Contratante e **WAV EMPREITEIRA LTDA** pela Contratada.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:7017732C

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 3° E 4° TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 140/2025

Prefeitura Municipal De Paracatu - Minas Gerais
Processo Financeiro: 1679/2025

EXTRATO 3° TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 140/2025

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **CONCRETO CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA.** Processo Financeiro: 1679/2025. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA/AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE HEMODIÁLISE DE PARACATU/MG, CONFORME PLANILHAS, PROJETOS E CRONOGRAMA.** Acréscimo de 23,683616%. **DATA: 23/06/2026. VENCIMENTO: 24/08/2026. FUNDAMENTAÇÃO:** art. 124, inciso I c/c art. 125, ambos da Lei Federal 14133 de 2021. **ASSINATURAS: UMARQUES DA SILVA COUTO** pela Contratante e **CONCRETO CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA** pela Contratada.

EXTRATO 4° TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 140/2025

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **CONCRETO CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA.** Processo Financeiro: 1679/2025. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA/AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE HEMODIÁLISE DE PARACATU/MG, CONFORME PLANILHAS, PROJETOS E CRONOGRAMA.** Supressão de 0,072966%. **DATA: 23/06/2026. VENCIMENTO: 24/08/2026. FUNDAMENTAÇÃO:** art. 124, inciso I c/c art. 125, ambos da Lei Federal 14133 de 2021. **ASSINATURAS: UMARQUES DA SILVA COUTO** pela Contratante e **CONCRETO CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA** pela Contratada.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:6A4346AD

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO - CONTRATO Nº 182/2026

Prefeitura Municipal de Paracatu - Minas Gerais
Processo Financeiro: 7.945/2025

EXTRATO - CONTRATO Nº 182/2026

CONTRATANTES: Município de Paracatu e CAP PAISAGISMO URBANISMO E COMÉRCIO LTDA. CNPJ nº 06.998.221/0001-87 - **PROCESSO:** 7.945/2025 - **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTIO DE GRAMAS, COM FORNECIMENTO DE GRAMAS E TODOS OS INSUMOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA ATENDER A SECFETARIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA E SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO DE PARACATU-MG. **FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 84 § Único, da Lei Federal nº 14.133/2021. **VIGÊNCIA:** 25/08/2027 - **ASSINATURAS:** JOSÉ EDUARDO TREVISAN MORAES, pela Contratante e CARLOS AUGUSTO PELLES, pela Contratada.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:FE1B90DB

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATOS DA DISPENSA ELETRONICA Nº 08-2026

Prefeitura Municipal de Paracatu Minas Gerais
Processo: 8917/2026

EXTRATO CONTRATO Nº 184/2026

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **ZENITTI SOLUCOES E SERVIÇOS LTDA.** FUNDAMENTAÇÃO: **Lei Federal n° 14.133/2021.** PROCESSO**: 8917/2026.** OBJETO: **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, CONFORME DESCRITO NO PLANO DE TRABALHO POR MEIO DA EMENDA PARLAMENTAR CONVÊNIO Nº 1271001827/2023, NOS TERMOS DO ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.1333/2021.** DATA**: 24/08/2026.** VENCIMENTO**: 26/08/2027.** VALOR: **R$ 3.348,80.** ASSINATURAS**: THIAGO DOS REIS GOMES VENÂNCIO,** pela contratante e **ZENITTI SOLUCOES E SERVIÇOS LTDA** pela contratada.

EXTRATO CONTRATO Nº 185/2026

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **LEONARDO OLIVEIRA RABELO ME.** FUNDAMENTAÇÃO: **Lei Federal n° 14.133/2021.** PROCESSO**: 8917/2026.** OBJETO: **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, CONFORME DESCRITO NO PLANO DE TRABALHO POR MEIO DA EMENDA PARLAMENTAR CONVÊNIO Nº 1271001827/2023, NOS TERMOS DO ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.1333/2021**DATA**: 24/08/2026.** VENCIMENTO**: 26/08/2027.** VALOR: **R$ 11.960,00.** ASSINATURAS**: THIAGO DOS REIS GOMES VENÂNCIO** pela

contratante e **LEONARDO OLIVEIRA RABELO ME** pela contratada.

EXTRATO CONTRATO Nº 186/2026

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **ARMARINHO IRMÃS MARTINS LTDA.** FUNDAMENTAÇÃO: **Lei Federal n° 14.133/2021.** PROCESSO**: 8917/2026.** OBJETO: **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, CONFORME DESCRITO NO PLANO DE TRABALHO POR MEIO DA EMENDA PARLAMENTAR CONVÊNIO Nº 1271001827/2023, NOS TERMOS DO ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.1333/2021**DATA**: 24/08/2026.** VENCIMENTO**: 26/08/2027.** VALOR: **R$ 2.966,80.** ASSINATURAS**: THIAGO DOS REIS GOMES VENÂNCIO** pela contratante e **ARMARINHO IRMÃS MARTINS LTDA** pela contratada.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:7A1BE427

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PAULA CÂNDIDO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO 093/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2026
INEXIGIBILIDADE N° 012/2026
Objeto: **Contratação da dupla Lucas e Vinicius para apresentação musical no evento XXIX EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA, a ser realizado no dia 06 de setembro de 2026, no município de Paula Cândido/MG.** CONTRATO 093/2026 Empresa: **46.586.794 VINICIUS SOARES DE LIMA** CNPJ: 46.586.794/0001-18, Valor Total de **R$ 12.000,00 (doze mil reais)**. Vigência: até 31 de dezembro de 2026, sendo sua execução no dia **06 de setembro de 2026.**

EVERALDO ROBERTO DA CONCEIÇÃO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edvania Aparecida Camilo
Código Identificador:68D648AA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRA DO INDAIÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 0113/2023, PROCESSO Nº. 060/2023, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2023.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG** – CNPJ: 18.308.759/0001-00.

Contratada: **FORSETI LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA., -** CNPJ n° 28.900.174/0001-20.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

Termo Aditivo referente prorrogação da vigência do contrato por mais 12 (doze) meses com o vencimento em 24 de agosto de 2027 e título de reajuste contratual, o índice do INPC de 4,33%, resultando em um acréscimo mensal de R$ 229,28 (duzentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos). Em decorrência do reajuste, o valor mensal de cada veículo passa a ser de R$ 5.524,51 (cinco mil quinhentos e vinte e quatro reais e cinquenta e um centavos).

Pedra do Indaiá, 24 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:BC2F67C0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ
EXTRATO DO 7° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 043/2021, PROCESSO Nº. 046/2021, INEXIGIBILIDADE Nº. 010/2021.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG** – CNPJ: 18.308.759/0001-00.

Contratada: **FUNDAÇÃO DR. JOSÉ MARIA DOS MARES GUIA., -** CNPJ n° 01.446.056/0001-37.

Objeto: Prestação de serviços especializados na área da saúde aos usuários do Sistema SUS do Município de Pedra do Indaiá, para fins de atendimento ambulatorial de exames (tomografia);

Termo Aditivo referente prorrogação da vigência do contrato por mais 06 (seis) meses com vencimento em 10/02/2027.

Pedra do Indaiá, 10 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:C96F2086

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ
EXTRATO DO 8° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 043/2021, PROCESSO Nº. 046/2021, INEXIGIBILIDADE Nº. 010/2021.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG** – CNPJ: 18.308.759/0001-00.

Contratada: **FUNDAÇÃO DR. JOSÉ MARIA DOS MARES GUIA., -** CNPJ n° 01.446.056/0001-37.

Objeto: Prestação de serviços especializados na área da saúde aos usuários do Sistema SUS do Município de Pedra do Indaiá, para fins de atendimento ambulatorial de exames (tomografia);

Termo Aditivo referente reajuste contratual mediante aplicação do índiceINPC correspondente ao percentual de4,09%, passando o valor do item 01 "Tomografia computadorizada de crânio sem contraste" para R$ 208,18 (Duzentos e oito reais e dezoito centavos), item 02 "Tomografia computadorizada de crânio com contraste" para R$ 313,80 (Trezentos e treze reais e oitenta centavos), item 03 "Tomografia computadorizada de abdômen total com contraste" para R$ 568,84 (Quinhentos e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), item 04 "Tomografia computadorizada de abdômen superior com contraste" para R$ 465,28 (Quatrocentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos), item 05 "Tomografia computadorizada de tórax sem contraste" para R$ 257,38 (Duzentos e cinquenta e sete reais e trinta e oito centavos), item 06 "Tomografia computadorizada de tórax com contraste" para R$ 416,36 (Quatrocentos e dezesseis reais e trinta e seis centavos).

Pedra do Indaiá, 24 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:912E2A31

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRINÓPOLIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 081

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 081/2026

A Prefeitura Municipal de Pedrinópolis – MG, torna público o Extrato Do Termo de Contrato sendo:

CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
CONTRATADA:	**TBG AUTO CENTER LTDA -ME**
CNPJ Nº	**07.589.921/0001-80**
OBJETO:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO AMBULÂNCIA COM A PLACA SHN8A99, EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS.**
VIGÊNCIA:	**O PRESENTE CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA PELO PERÍODO DE 02 (DOIS) MESES CONTADOS A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA.**
PROCESSO Nº	**043/2026**
MODALIDADE:	**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2026**
VALOR:	**R$ 23.490,20 (VINTE E TRÊS MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS E VINTE CENTAVOS).**
CONTRATO Nº	**081/2026**
DATA DE ASSINATURA:	**21/08/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:9FD31A90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº 009/2026
Adesão a ata de registro preços nº 07/2025

Ratifico, o referido processo cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA, POR MEDIÇÃO, PARA A CONSTRUÇÃO DE EXTENSÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, MELHORIA E AMPLIAÇÃO NO ÍNDICE DE ILUMINAMENTO DE VIAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, ENGLOBANDO O PERÍMETRO URBANO, ZONA RURAL E BAIRROS MAIS AFASTADOS (ANTES CONHECIDOS COMO DISTRITOS), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES, NORMAS TÉCNICAS E CONDIÇÕES DESCRITAS NO PROJETO BÁSICO - PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS/MG**. VALOR DA REFERIDA CONTRATAÇÃO SERÁ DE **R$ 30.956,47 (TRINTA MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS),** JUNTO A EMPRESA**: MÉTODO PROJETOS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA,** INSCRITA NO **CNPJ Nº 10.495.235/0001-55**, VIGÊNCIA CONTRATUAL PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA ASSINATURA DO CONTRATO.

Pedrinópolis – MG, 25 de Agosto de 2026 –

RAFAEL FERREIRA SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:8C526160

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026

O PREFEITO MUNICPAL DE PEDRINÓPOLIS-MG, comunica aos interessados e participantes da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026** referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE COBERTURA PARA ARQUIBANCADAS E MELHORAMENTO NA ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL IZOLDINO RODRIGUES DA COSTA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA ATENDER O CONVÊNIO Nº 1481001120/2024, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE MINAS GERAIS POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E O MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS-MG, PLANO DE TRABALHO Nº 001343/2024, PROPOSTA Nº 001929/2024, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS,** que **ADJUDICA nos termos do Inciso IV do art. 71 da Lei nº. 14.133/2021,** o objeto do certame a empresa:

FORNECEDOR: D2D CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA – EPP – CNPJ: 36.918.567/0001-99					
ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VR. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Serv.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE COBERTURA PARA ARQUIBANCADAS E MELHORAMENTO NA ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL IZOLDINO RODRIGUES DA COSTA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA ATENDER O CONVÊNIO Nº 1481001120/2024, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE MINAS GERAIS POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E O MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS-MG, PLANO DE TRABALHO Nº 001343/2024, PROPOSTA Nº 001929/2024, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS	R$ 277.015,94	R$ 277.015,94
R$ 277.015,94 (Duzentos e Setenta e Sete Mil, Quinze Reais, Noventa e Quatro Centavos)					

Pedrinópolis-MG, 14 de Agosto de 2026.

DR. RAFAEL FERREIRA SILVA
Prefeito de Pedrinópolis

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:1C76DBE7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDIGÃO

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO I DO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIGÃO-MG, torna público a Retificação I do Processo Licitatório nº: 00057/2026, Inexigibilidade n°: 00023/2026, Credenciamento nº: 00005/2026. Objeto: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ÁREA DE ULTRASSONOGRAFIA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES CRESCENTES DA POPULAÇÃO DO MUNICIPIO DE PERDIGÃO/MG**. O credenciamento permanecerá aberto durante a vigência do edital, para que novos interessados possam se credenciar. Mais informações pelo e-mail: licitacao@perdigao.mg.gov.br ou sitio eletrônico: https:www.licitar.com.br.

Perdigão/MG, 25 de agosto de 2026.

ROSÁRIA MORATO LEMOS RODRIGUES –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Rosária Morato Lemos Rodrigues
Código Identificador:55AA4850

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDIZES

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - LOTE ISOLADO - REURB SIMPLIFICADA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO REURB Nº: 005/2026
DECISÃO ADMINISTRATIVA HOMOLOGATÓRIA Nº: 014/2026
MODALIDADE: REURB-E
RITO: Reurb Individual Simplificada

OBJETO: Homologação e conclusão do procedimento de regularização fundiária de unidade imobiliária isolada integrante de núcleo urbano informal previamente consolidado.
··**Identificação Técnica:** Lote nº 10 da Quadra nº 20, com área de terreno de 145,85 m² e área construída de 131,33 m².
· **Fundamentação Jurídica:** Artigos 11, inciso II, 13, § 1º, 15, 23 e 28, inciso V, da Lei Federal nº 13.465/2017; Artigos 10, § 4º, 21, § 2º, inciso II, e 38, parágrafo único, do Decreto Federal nº 9.310/2018; Decreto Municipal nº 4.232/2026 e Decreto Municipal nº 4.243/2026.
RESUMO DA PARTE DISPOSITIVA:
A Comissão de Regularização Fundiária do Município de Perdizes/MG, resolve:
1. DEFERIR o pedido e declarar concluído o procedimento de regularização fundiária do imóvel acima delimitado.
2. ENQUADRAR o direito real na modalidade de Interesse Específico (REURB-E), atribuindo à beneficiária a obrigação pelo recolhimento de custas, taxas e emolumentos registrais cartorários.
3. OUTORGAR o pleno domínio da área de 145,85 m² à possuidora legítima por meio do instrumento de **Legitimação Fundiária**.
4. DETERMINAR a expedição da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) e a remessa oficial do expediente técnico ao Cartório de Registro de Imóveis para a abertura de matrícula individualizada do Lote nº 10 da Quadra nº 20, com o devido destaque da Matrícula Mãe nº 2.025.

Perdizes/MG, 21 de agosto de 2026.

COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOMUNICÍPIO DE PERDIZES

Publicado por:
Cecília Taís de Oliveira
Código Identificador:313D3569

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE PERDÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE PERDÕES – EXTRATO DE PUBLICAÇÃO. SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024, celebrado com RAUL PEREIRA SILVA, para a prestação de serviços de Tecnologia da Informação (TI).
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE PERDÕES.
Contratada: RAUL PEREIRA SILVA.
Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 07/2024 por 12 (doze) meses, com vigência de 23 de agosto de 2026 a 22 de agosto de 2027; reajuste dos valores contratuais pela aplicação do IPCA, correspondente à variação acumulada de 4,443%; e inclusão dos serviços de acervo online e ouvidoria.
Valor mensal dos serviços: R$ 1.840,00.
Valor de implantação dos novos serviços: R$ 1.200,00, pago uma única vez.
Valor global anual: R$ 23.280,00.
Fundamentação: Lei Federal nº 14.133/2021 e disposições contratuais aplicáveis. Data de assinatura: 21 de agosto de 2026.

Câmara Municipal de Perdões, 21 de agosto de 2026.

FLORISVALDO DINIZ
Presidente da Câmara Municipal de Perdões

Publicado por:
Jonas Ribeiro Campos
Código Identificador:B9C90ECE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DA SERRA DO PIÃO - EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 029/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 029/2026

Partícipes: Município de Perdões/MG e Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade da Serra do Pião.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações; Lei Orgânica do Município; Lei Orçamentária Anual nº 3.657, de 30 de dezembro de 2025; e Lei Municipal nº 3.694, de 25 de junho de 2026.

Objeto: Fomento às atividades desenvolvidas pela Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade da Serra do Pião, voltadas à promoção econômica, à agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável, conforme metas, etapas, indicadores e custos estabelecidos no Plano de Trabalho integrante do Termo de Fomento.

Valor:R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Fonte dos Recursos: Emenda Parlamentar Impositiva, conforme dotação orçamentária constante da lei de indicação da emenda.

Forma de Repasse: Até 04 (quatro) parcelas de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) cada, com início previsto para setembro de 2026, condicionado à regular execução do objeto e à adimplência da Organização da Sociedade Civil.

Vigência: Da data de assinatura até 24 de agosto de 2027.

Data de Assinatura:24 de agosto de 2026.

Signatários: Guilherme Pereira Freitas – Prefeito Municipal de Perdões/MG; Marcio Heleno Venâncio – Presidente da Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade da Serra do Pião.

Perdões/MG, 24 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal de Perdões

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:40C0B2C0

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CANCELAMENTO DO DECRETO DECRETO Nº 5.594 DE 24 DE AGOSTO DE 2026. NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS/RURAISPARA FINS DE ITBI.

CANCELAMENTO DO DECRETO DECRETO Nº 5.594 DE 24 DE AGOSTO DE 2026. NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS/RURAISPARA FINS DE ITBI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Perdões, publica o presente CANCELAMENTO referente ao Decreto Municipal nº 5.594, de 24 de agosto de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios

Mineiros em 25 de agosto de 2026, Edição nº 4346, uma vez que matéria de mesmo teor já havia sido publicada anteriormente.

Proceda-se ao cancelamento acima descrito junto ao Diário Oficial dos Municípios Mineiros.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 25 de junho de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:F660D267

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 5.596 DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 5.596 DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS/RURAISPARA FINS DE ITBI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Perdões;

CONSIDERANDO a existência de imóveis necessitando de avaliação atualizada para fins de ITBI;

CONSIDERANDO a necessidade de correta avaliação destes bens, principalmente atendendo ao disposto no artigo 5º, inciso XXIII da Constituição Federal e os ditames do Código Tributário Municipal e do Código Tributário Federal;

DECRETA:

Art. 1º: Ficam nomeados os servidores e auxiliares abaixo relacionados com a finalidade de efetuar a vistoria e avaliação com respectivo laudo fotográfico do(s) imóvel(s) descrito(s) no art. 2º deste Decreto:

I – Lidiane Aparecida Borges, Brasileira, Casada, Servidora Municipal Departamento de Engenharia;
II – Keyth Carvalho Alves Cardoso, Brasileira, Casada, Servidora Pública Municipal;
III – Neanderson Garcia Vilela, brasileiro, Casado, Corretor de Imóveis credenciado CRECI

Art. 2º. O(s) imóvel(s) e benfeitoria(s) a serem avaliados são o(s) seguinte(s): 01 avaliações conforme IMÓVEL
100% de um lote, com área de 432,00 m², lote 06 da quadra K, situado na Rua 10, Bairro Santa Terezinha em Perdões MG, inscrição municipal 01.01.182.0120.000 Mat. 19686 CRI Perdoes.

Art. 3º. A comissão de avaliação e vistoria, nominados no art. 1º, terá o prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar o respectivo laudo de avaliação e outro laudo de vistoria firmado por todos os membros.

§ 1º. Divergindo algum membro da comissão do valor ou da vistoria do imóvel, deixará de assinar o laudo e fará, no próprio laudo, despacho justificativo.

§2º. Apresentando-se alguma dificuldade na avaliação e no laudo o prazo do "caput" deste artigo poderá ser ampliado a critério do Prefeito Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 25 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:5416370C

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO / PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2026 / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

O Município de Perdões/MG, por intermédio do Departamento de Licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **SUSPENSO o Pregão Eletrônico nº 09/2026**, cujo objeto é a **aquisição de implementos agrícolas novos, destinados ao fortalecimento da agricultura familiar e da cafeicultura no Município de Perdões/MG, conforme Plano de Trabalho da Transferência Especial registrado no SIGCON sob o nº 003796/2026**.
A suspensão do certame se faz necessária em razão da constatação de inconsistências nas especificações/descrição do objeto, sendo necessária a realização de adequações no processo, inclusive quanto às especificações técnicas dos equipamentos, visando assegurar a regularidade da contratação, a ampla competitividade, a isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
Após a realização das adequações necessárias, será divulgada nova data para a realização do certame, mediante os meios oficiais de publicação.

Perdões/MG, 25 de agosto de 2026.

ADRIANA BERTONI
Diretora do Departamento de Licitações
Prefeitura Municipal de Perdões/MG

Publicado por:
Adriana Bertoni
Código Identificador:3008CFD5

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO/ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026

O Município de Perdões/MG, por intermédio do Departamento de Licitações, torna público que fica **SUSPENSO** o Processo Licitatório nº 108/2026, Pregão Eletrônico nº 37/2026, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de papelaria, expediente, escolares, pedagógicos, artesanais e materiais permanentes**.

A suspensão decorre da necessidade de **reanálise e adequação das especificações e descrições de determinados itens do edital**, em razão das impugnações e pedidos de esclarecimentos apresentados, visando assegurar a clareza do objeto, a isonomia, a competitividade e a adequada formulação das propostas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
Após a conclusão das adequações, será publicada a retificação do edital e nova data para realização da sessão pública, observados os prazos legais.

Perdões/MG, 25 de agosto de 2026.

ADRIANA BERTONI
Diretora do Departamento de Licitações
Prefeitura Municipal de Perdões

Publicado por:
Adriana Bertoni
Código Identificador:09216A1B

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 11.196/26 DE 18 DE AGOSTO DE 2026.
CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, VALQUÍRIA ALVARENGA MENDES.

PORTARIA Nº 11.196/26 de 18 de agosto de 2026

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, VALQUÍRIA ALVARENGA MENDES.

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento a Servidora Pública Municipal, **VALQUÍRIA ALVARENGA MENDES,** ocupante do cargo de ENFERMEIRA CERSAM**,** nomeada em 02/06/2016 conforme Portaria nº 6246/16**,** a contar de 18/08/2026 e com término em 17/08/2028 (de acordo com a Lei complementar n.º 108/2022) para tratar de interesses particulares.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 18 de agosto de 2026

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:B9D1FEF4

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 11.133/26 DE 01 DE JULHO DE 2026. CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, JOSE EUGENIO PACELI DE ABREU.

PORTARIA nº 11.133/26 de 01 de julho de 2026

CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, JOSE EUGENIO PACELI DE ABREU.

O Prefeito de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Artigo 92, Capítulo III, das Férias Prêmio, da Lei Municipal nº 1.697/94, Estatuto do Servidor Público do Município de Perdões e da Lei Complementar n.º 108/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal **JOSE EUGENIO PACELI DE ABREU**, parte de suas férias prêmio referente ao período aquisitivo de 14/03/2011 a 13/03/2016 que serão gozadas no período de 01/07/2026 a 30/07/2026 no total de 30 (trinta) dias.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 01 de julho de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

OBS: ESTA PUBLICAÇÃO SUBSTITUI A PUBLICAÇÃO ANTERIOR DESTE MESMO ATO POR CONTER ERRO MATERIAL.

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:E625906E

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 11.136/26 DE 01 DE JULHO DE 2026. AFASTA POR DOENÇA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ARIADNA BARBOSA FARIA.

PORTARIA Nº 11.136/26 de 01 de julho de 2026.

AFASTA POR DOENÇA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ARIADNA BARBOSA FARIA.

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica afastada por motivo de doença a partir de 01/07/2026, a Servidora Pública Municipal**, ARIADNA BARBOSA FARIA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme atestado médico apresentado na Secretaria de Recursos Humanos.

Art. 2º - Durante os 15 (quinze) primeiros dias do afastamento da atividade da servidora, a remuneração será paga pela Prefeitura Municipal de Perdões, e a partir do 16º (décimo sexto) a remuneração caberá ao INSS após perícia médica realizada pelo médico perito deste Instituto.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 01 de julho de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

OBS: ESTA PUBLICAÇÃO SUBSTITUI A PUBLICAÇÃO ANTERIOR DESTE MESMO ATO POR CONTER ERRO MATERIAL.

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:5DEBC0B3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIEDADE DE PONTE NOVA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DE PONTE NOVA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 050/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

OBJETO: Aquisição de Veículo de Transporte Sanitário (Com Acessibilidade - 1 Cadeirante), para manutenção do transporte Eletivo de saúde municipal, conforme resolução SES nº10.514/2025, em atendimento ao município de Piedade de Ponte Nova.

Nos termos da Lei 14.133/2021, comunica aos interessados que foi declarada vencedora a seguinte empresa:

TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº. **- 16.850.663/0001-35,** no valor global de R$ 324.400,00 (trezentos e vinte e quatro mil e quatrocentos reais).

Piedade de Ponte Nova, 17 de agosto de 2026.

KÍMBERLY J. TOMAZ VIEIRA
Agente de Contratação

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 050/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026

DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO

Objeto: Aquisição de Veículo de Transporte Sanitário (Com Acessibilidade - 1 Cadeirante), para manutenção do transporte Eletivo de saúde municipal, conforme resolução SES nº10.514/2025, em atendimento ao município de Piedade de Ponte Nova.
Nos termos do art. 71, IV da Lei 14.133/21, **ADJUDICO** aos licitantes:

TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº. **- 16.850.663/0001-35,** o objeto desta licitação conforme termo de julgamento acostado aos autos.

A motivação do presente ato administrativo, consiste no fato de que as propostas apresentadas foram consideradas as mais vantajosas para Administração, atendendo, às necessidades e conveniência da Municipalidade, nos valores constantes do Mapa de Julgamento da sessão pública do processo licitatório em epígrafe.

Piedade de Ponte Nova, 24 de agosto de 2026.

GERALDO NOBRE NETO
Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 050/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: Aquisição de Veículo de Transporte Sanitário (Com Acessibilidade - 1 Cadeirante), para manutenção do transporte Eletivo de saúde municipal, conforme resolução SES nº10.514/2025, em atendimento ao município de Piedade de Ponte Nova.
HOMOLOGO o presente Processo Licitatório, nos termos do art. 71, VI da Lei nº 14.133/21, uma vez que os atos nele praticados estão aptos a produzir os efeitos jurídicos necessários, estando, portanto, em conformidade com a legislação vigente, nos termos do despacho de Adjudicação.

Piedade de Ponte Nova, 24 de agosto de 2026.

GERALDO NOBRE NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanilce Das Graças Oliveira Souza
Código Identificador:1C11C77A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DE PONTE NOVA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 055/2026 – CONCORRÊNCIA Nº 001/2026

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de pavimentação asfáltica no Parque de Exposições do Município de Piedade de Ponte Nova/MG, contemplando o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, transporte e demais insumos necessários à completa execução dos serviços.

Nos termos da Lei 14.133/2021, comunica aos interessados que foi declarada vencedora a seguinte empresa:

VITÓRIA CONSTRUTORA E EVENTOS LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº**. 30.754.108/0001-30**, no valor global de R$ 666.442,29 (seiscentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte e nove centavos).

Piedade de Ponte Nova, 20 de agosto de 2026.

KÍMBERLY J. TOMAZ VIEIRA
Agente de Contratação

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 055/2026 – CONCORRÊNCIA Nº 001/2026

DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de pavimentação asfáltica no Parque de Exposições do Município de Piedade de Ponte Nova/MG, contemplando o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, transporte e demais insumos necessários à completa execução dos serviços.

Nos termos do art. 71, IV da Lei 14.133/21, **ADJUDICO** o objeto deste certame ao licitante:

VITÓRIA CONSTRUTORA E EVENTOS LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº. **30.754.108/0001-30,** conforme termo de julgamento acostado aos autos.

A motivação do presente ato administrativo, consiste no fato de que as propostas apresentadas foram consideradas as mais vantajosas para Administração, atendendo às necessidades e conveniência da Municipalidade, nos valores constantes dos documentos acostados ao processo licitatório em epígrafe.

Piedade de Ponte Nova, 25 de agosto de 2026.

GERALDO NOBRE NETO
Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 055/2026 – CONCORRÊNCIA Nº 001/2026

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de pavimentação asfáltica no Parque de Exposições do Município de Piedade de Ponte Nova/MG, contemplando o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, transporte e demais insumos necessários à completa execução dos serviços.
HOMOLOGO o presente Processo Licitatório, nos termos do art. 71, VI da Lei nº 14.133/21, uma vez que os atos nele praticados estão aptos a produzir os efeitos jurídicos necessários, estando, portanto, em conformidade com a legislação vigente, nos termos do despacho de Adjudicação e Parecer da Assessoria Jurídica.

Piedade de Ponte Nova, 25 de agosto de 2026.

GERALDO NOBRE NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanilce Das Graças Oliveira Souza
Código Identificador:08970704

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DE PONTE NOVA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 057/2026 – PREGÃO PRESENCIALNº 008/2026

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na cessão de licença de uso, implantação, migração de dados, suporte técnico, manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva, de sistemas informatizados de gestão pública, devidamente integrados entre si, contemplando os módulos orçamentário, financeiro, contábil, patrimonial,

administrativo, recursos humanos, controle interno, portal da transparência, tributos, almoxarifado, frota, obras públicas, e demais funcionalidades necessárias à Administração Pública Municipal, visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova/MG.

Nos termos da Lei 14.133/2021, comunica aos interessados que foi declarada vencedora a seguinte empresa:

PLANO INFORMATICA LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº. **23.366.974/0001-99,** no valor global de R$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais).

Piedade de Ponte Nova, 20 de agosto de 2026.

KÍMBERLY J. TOMAZ VIEIRA
Agente de Contratação

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 057/2026 – PREGÃO PRESENCIALNº 008/2026
DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na cessão de licença de uso, implantação, migração de dados, suporte técnico, manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva, de sistemas informatizados de gestão pública, devidamente integrados entre si, contemplando os módulos orçamentário, financeiro, contábil, patrimonial, administrativo, recursos humanos, controle interno, portal da transparência, tributos, almoxarifado, frota, obras públicas, e demais funcionalidades necessárias à Administração Pública Municipal, visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova/MG.
Nos termos do art. 71, IV da Lei 14.133/21, **ADJUDICO** ao licitante:

PLANO INFORMATICA LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº. **23.366.974/0001-99,** conforme termo de julgamento acostado aos autos.

A motivação do presente ato administrativo, consiste no fato de que a proposta apresentada foi considerada a mais vantajosa para Administração, atendendo, ao nosso sentir, às necessidades e conveniência da Municipalidade, nos valores constantes do Mapa de Julgamento da sessão pública do processo licitatório em epígrafe.

Piedade de Ponte Nova, 25 de agosto de 2026.

GERALDO NOBRE NETO
Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 057/2026 – PREGÃO PRESENCIALNº 008/2026

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na cessão de licença de uso, implantação, migração de dados, suporte técnico, manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva, de sistemas informatizados de gestão pública, devidamente integrados entre si, contemplando os módulos orçamentário, financeiro, contábil, patrimonial, administrativo, recursos humanos, controle interno, portal da transparência, tributos, almoxarifado, frota, obras públicas, e demais funcionalidades necessárias à Administração Pública Municipal, visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova/MG.
HOMOLOGO o presente Processo Licitatório, nos termos do art. 71, VI da Lei nº 14.133/21, uma vez que os atos nele praticados estão aptos a produzir os efeitos jurídicos necessários, estando, portanto, em conformidade com a legislação vigente, nos termos do despacho de Adjudicação.

Piedade de Ponte Nova, 25 de agosto de 2026.

GERALDO NOBRE NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanilce Das Graças Oliveira Souza
Código Identificador:35B56098

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAJUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
AVISO DE ADJ E HOMOLOGAÇÃO CONCORRENCIA 003-2026

A Prefeitura Municipal de Pirajuba torna público nos termos das leis 14.133/2021 e suas alterações que fará realizar a adjudicação e homologação da Concorrência 003/2026 cujo Objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES E INFRAESTRUTURA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) TIPO I - PIRAJUBA/MG, INCLUINDO: REGULARIZAÇÃO DE TERRENO E MOVIMENTAÇÃO DE TERRA; EXECUÇÃO DE MURO DE ARRIMO EM CONCRETO ARMADO E CERCAMENTO (ALAMBRADO COM PORTÃO DE CORRER MOTORIZADO); PAVIMENTAÇÃO EXTERNA (PISO INTERTRAVADO TIPO PAVER E CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE); IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA HÍDRICO (POÇO ARTESIANO, RESERVATÓRIO METÁLICO TIPO TAÇA E REDES DE DISTRIBUIÇÃO); ILUMINAÇÃO EXTERNA COM POSTES GALVANIZADOS E PROJETORES LED; SISTEMA DE AUTOMAÇÃO E VÍDEO MONITORAMENTO (CFTV COM CÂMERAS IP E SENSORES); INSTALAÇÃO DE GRUPO GERADOR DE 25/30 KVA DIESEL SILENCIADO COM QTA; E SERVIÇOS FINAIS DE PINTURA EXTERNA COMPLEMENTAR E COMISSIONAMENTO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PRANCHAS DO PROJETO BÁSICO. LOCALIZAÇÃO: RUA SILVIO LUIZ SILVERIO, Nº 455, DOURADOS V, PIRAJUBA/MG**. Empresa Vencedora: GRS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ 36.977.316/0001-85. Valor: R$ 469.600,55. Data da adjudicação e homologação: 25 de agosto de 2026.

Pirajuba-MG, 25 de agosto de 2026.

AIRTON ALVES.
Prefeito.

Publicado por:
Diogo Quintiliano de Oliveira
Código Identificador:99B33EC5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026 APARELHO DE AR CONDICIONADO REAGENDAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 032/2026
REAGENDAMENTO

A Prefeitura Municipal De Pirajuba Torna Público Nos Termos Das Leis 14.133/2021 E Suas Alterações Que Fará Realizar Através De Seu Pregoeiro O Pregão Eletrônico 032/2026 REFERE-SE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DESTINADA NO FORNECIMENTO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS NO MUNICIPIO DE PIRAJUBA/MG, nos termos da Resolução SES/MG nº 10.797, de 05 de dezembro de 2025. Data Da Abertura Da Sessão: 14 De setembro De 2026 As 09:00 Horas. O Edital Poderá Ser Acessado No Site Www.Pirajuba.Mg,Gov.Br/Licitacoes, E Www.Licitanet.Com.Br. Duvidas E Esclarecimentos Ser Obtidas Pelo E-Mail Licitacao@Pirajuba.Mg.Gov.Br.

Pirajuba-MG, 25 de agosto De 2026.

DIOGO Q. DE OLIVEIRA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Diogo Quintiliano de Oliveira
Código Identificador:84A7D356

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026 - APARELHOS DE AR CONDICIONADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 032/2026

A Prefeitura Municipal De Pirajuba Torna Público Nos Termos Das Leis 14.133/2021 E Suas Alterações Que Fará Realizar Através De Seu Pregoeiro O Pregão Eletrônico 032/2026 REFERE-SE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DESTINADA NO FORNECIMENTO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS NO MUNICIPIO DE PIRAJUBA/MG, nos termos da Resolução SES/MG nº 10.797, de 05 de dezembro de 2025. Data Da Abertura Da Sessão: 10 De setembro De 2026 As 09:00 Horas. O Edital Poderá Ser Acessado No Site Www.Pirajuba.Mg,Gov.Br/Licitacoes, E Www.Licitanet.Com.Br. Duvidas E Esclarecimentos Ser Obtidas Pelo E-Mail Licitacao@Pirajuba.Mg.Gov.Br.

Pirajuba-MG, 25 de agosto De 2026.

DIOGO Q. DE OLIVEIRA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Diogo Quintiliano de Oliveira
Código Identificador:BFFC580B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
PREGÃO ELETRÔNICO 033/2026 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRENTIVA APARELHOS DE AR CONDICIONADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 033/2026

A Prefeitura Municipal De Pirajuba Torna Público Nos Termos Das Leis 14.133/2021 E Suas Alterações Que Fará Realizar Através De Seu Pregoeiro O Pregão Eletrônico 033/2026 REFERE-SE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DESTINADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRENTIVA DE AR CONDICIONADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA NO MUNICIPIO DE PIRAJUBA/MG, nos termos da Resolução SES/MG nº 10.797, de 05 de dezembro de 2025. Data Da Abertura Da Sessão: 10 De setembro De 2026 As 09:00 Horas. O Edital Poderá Ser Acessado No Site Www.Pirajuba.Mg,Gov.Br/Licitacoes, E Www.Licitanet.Com.Br. Duvidas E Esclarecimentos Ser Obtidas Pelo E-Mail Licitacao@Pirajuba.Mg.Gov.Br.

Pirajuba-MG, 25 de agosto De 2026.

DIOGO Q. DE OLIVEIRA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Diogo Quintiliano de Oliveira
Código Identificador:695732F9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRANGA

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA - MG: AVISO DE LICITAÇÃO. Processo Licitatório Nº. 157/2026, Pregão Presencial Nº. 90053/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE DEZ POÇOS TUBULARES COM PROFUNDIDADE DE NO MÍNIMO 25 METROS, TIPO SEMI ARTESIANOS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E TODO O MATERIAL DE CONSUMO E INSUMOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DOS POÇOS. Data de abertura: 11/09/2026 às 09:00 horas. Edital e informações: pelo e-mail licitacao@piranga.mg.gov.br ou pelo site: https://www.piranga.mg.gov.br/licitacoes.

Piranga/MG, 25/08/2026.

GLAUCIELY NATALIA VENTURA
Chefe de Divisão – Licitações
Por Delegação – Decreto Municipal nº 5416/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:79D062F6

SETOR DE LICITAÇÕES
DESPACHO DE INSTAURAÇÃO

Processos Licitatórios nº.: 069/2025 e 061/2026
Pregões Eletrônicos nº.: 90020/2025 e 90017/2026
Contrato Administrativo nº.: 210/2025

DESPACHO DE INSTAURAÇÃO

Considerando a denúncia administrativa apresentada pela empresa GTA Turismo Ltda., bem como os documentos, manifestações e diligências reunidos nos Processos Licitatórios nº 069/2025 e nº 061/2026, relacionados à conduta da empresa ROSÂNGELA RODRIGUES MIRANDA, inscrita no CNPJ nº 35.740.435/0001-57;
Considerando que a empresa Rosângela Rodrigues Miranda, contratada por meio do Contrato Administrativo nº 210/2025, formulou pedido de extinção parcial ou, alternativamente, de supressão da Rota 3 - Região Manja Léguas, alegando ameaças, perseguições e riscos à segurança da contratada e de seus prepostos, com requerimento de afastamento da execução sem aplicação de penalidades;
Considerando que, posteriormente, a empresa participou do Pregão Eletrônico nº 90017/2026, inclusive do item correspondente à rota Manja Léguas, anteriormente indicada como inviável ou insegura, além de participar de rota operacionalmente relacionada à região apontada como sensível;
Considerando que, em sua manifestação, a empresa não negou a participação no novo certame, alegando que sua atuação teria ocorrido para fins de "monitoramento estratégico", ao mesmo tempo em que informou que os riscos anteriormente narrados ainda permaneciam de forma pontual;
Considerando que a Secretaria Municipal de Educação confirmou que a rota Manja Léguas corresponde àquela objeto do pedido anterior de extinção parcial ou supressão e informou que a rota 07 se situa em localidade próxima, coincidindo parcialmente com a região onde estaria localizado o suposto agressor, com possibilidade de cruzamento operacional;
Considerando o Parecer Jurídico e a Decisão do Prefeito Municipal, datada de 28 de maio de 2026, que determinaram a instauração de procedimento próprio para apurar eventual má-fé, abuso de direito, declaração inconsistente, conduta contraditória ou movimentação indevida da máquina administrativa;
Considerando que tais fatos revelam indícios de infração administrativa, especialmente quanto à eventual prestação de declaração incompatível com a realidade dos fatos ou comportamento inidôneo, nos termos do art. 155, incisos VIII e X, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de enquadramento diverso que resulte da instrução processual;
DETERMINO a INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO – PAR em face da empresa ROSÂNGELA RODRIGUES MIRANDA, CNPJ nº 35.740.435/0001-57, com a finalidade de apurar a consistência e a boa-fé das alegações apresentadas no pedido de extinção parcial ou supressão, sem penalidade, da rota Manja Léguas, diante da posterior participação da empresa no Pregão Eletrônico nº

90017/2026, inclusive em item correspondente ou operacionalmente relacionado aos fatos narrados, e promover a eventual aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
O presente processo ficará restrito aos fatos acima delimitados, conforme delineados na decisão administrativa.
A Comissão Especial designada pela Portaria nº 106/2025 será responsável por processar e conduzir os trabalhos do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
INTIME-SE a empresa ROSÂNGELA RODRIGUES MIRANDA, por meio de seu representante legal, para que, querendo, apresente defesa escrita e especifique as provas que pretende produzir no prazo de 15 (quinze) dias úteis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, com vista dos autos no Setor de Licitações.

Piranga/MG, 20 de agosto de 2026.

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:44B3EB99

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE TERMO ADITIVO. Proc. Licitatório nº. 116/2024, Pregão Eletrônico nº. 013/2024. Objeto: CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE TERCEIRIZADO PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS. Contratada: SF TRANSPORTE E TURISMO LTDA CNPJ: 50.004.733/0001-72 , Fica o prazo de vigência contratual prorrogado até por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 26/08/2027. Fica reajustado, a partir de 26/08/2026, 4,72% (quatro vírgula setenta e dois por cento) – IPCA, o valor unitário do quilômetro, passando de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) para R$ 8,06 (oito reais e seis centavos). Valor total Aditivo: R$ 16.120,00 (dezesseis mil e cento e vinte reais).

Piranga/MG, 25/08/2026

GABRIELA APARECIDA OLIVEIRA DA COSTA
Secretária Municipal de Assistência Social
Por Delegação – Decreto Municipal Nº 5370/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:9ADBE63D

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE TERMO ADITIVO. Proc. Licitatório nº. 116/2024, Pregão Eletrônico nº. 013/2024. Objeto: CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE TERCEIRIZADO PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS. Contratada: TRANSPORTE RAMALHO LTDA, CNPJ: 55.711.365/0001-16 , Fica o prazo de vigência contratual prorrogado até por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 26/08/2027. Fica reajustado, a partir de 26/08/2026, 4,72% (quatro vírgula setenta e dois por cento) – IPCA, o valor unitário do quilômetro, passando de R$ 2,65 (dois reais e sessenta e cinco centavos) para R$ 2,78 (dois reais e setenta e oito centavos). Valor total Aditivo: R$ 66.720,00 (sessenta e seis mil, setecentos e vinte reais).

Piranga/MG, 25/08/2026

ISABEL CRISTINA DE SOUZA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde
(Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026)

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:AA92E9FE

SETOR DE LICITAÇÕES
INTIMAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. INTIMAÇÃO. PAR - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO Nº. 012/2026. Processos Licitatórios nºs. 069/2025 e 061/2026, Pregões Eletrônicos nºs. 90020/2025 e 90017/2026. Fica a empresa ROSANGELA RODRIGUES MIRANDA, inscrita no CNPJ nº 35.740.435/0001-57, intimada na pessoa de seu representante legal para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir, no exercício pleno do contraditório e da ampla defesa, sendo assegurada vista dos autos, no Setor de Licitações.

Piranga/MG, 25/08/2026.

HELOISA GONCALVES DIAS ARAUJO -
Presidente da Comissão Especial.

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:E20DECC2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPETINGA

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 155/2025
PROCESSO 119/2025

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a **PRORROGAÇÃO** da vigência do Contrato firmado entre as partes, que tem por objeto aluguel social em caráter emergencial do imóvel situado na Rua Nicolau Alves de Oliveira, s/n, Brasilinha, Pirapetinga-MG, em favor de Ana Maria Peixoto de Paula Mendes, em razão da residência localizada na Rua Lourival de Souza, 252, Brasilinha, avaliada pela Defesa Civil e encontra-se em situação de risco, com estrutura comprometida e risco iminente de desabamento, colocando em risco a integridade física dos moradores, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
CONTRATADO: FABIANO PORTES, brasileiro, CPF sob o nº. 852.017.316-00, residente e domiciliado na Rua Sebastião Jonias da Silveira, nº 155, Santo Antônio, Pirapetinga/MG.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Bairro centro, nesta cidade de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.092.825/0001-49.
DO VALOR: O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas à prorrogação do contrato, pelo período de 01 (um) mês, é R$ 400,00 (quatrocentos reais).
PRAZO DO ADITIVO: 01 mês
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE Nº: 02.16.00.16.122.0029.2.0117 - 3.3.90.36 Fonte de Recursos: 1.500.000
DATA DO ADITIVO: 23 de julho de 2026.
Publique-se.

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aquila de Mattos Brum Pereira
Código Identificador:8E0F9674

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPORA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 008/2026

PREFEITURA DE PIRAPORA - Homologação -processo Nº: 040/2026- Pregão Eletrônico 008/2026. Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de oficinas e artesanato para atender as secretarias municipais de educação – semed, ação social – semase saúde–sesau na realização de oficinas socioassistenciais. Considerando que o presente processo encontra-se em conformidade com a Lei 14.133/2021, ADJUDICO/HOMOLOGO este Pregão Eletrônico emfavor das empresas: FRANCINETE DE JESUS BARBOSA E SOUZA - 11.698.905/0001-01, no valor global de R$ 45.729,12; BELCLIPS DISTRIBUIDORA LTDA - 25.897.729/0001-33, no valor global de R$ 167.289,41; PAPELARIA SULAMERICANA LTDA - 10.670.994/0001-07, no valor global de R$ 125.475,20; PASCELLY E CIA LTDA - 09.208.586/0001-59, no valor global de R$ 34.811,60; DAGEAL - COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA - 07.245.458/0001-50, no valor global de R$ 8.938,02; Y S DIAS COMERCIO DE PAPELARIA - 36.310.930/0001-99, no valor global de R$ 2.006,00; ROBERTSON DANIEL RAUTER DA SILVA FILHO - 60.424.398/0001-15, no valor global de R$ 704,40.

Pirapora/MG, 21/08/2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR.
Prefeito.

Publicado por:
Thiago de Souza Matos
Código Identificador:3EA1E95C

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI MUNICIPAL Nº 2.852/2026

LEI MUNICIPAL Nº 2.852/2026

Dispõe sobre o parcelamento e reparcelamento de débitos do município de Pirapora/MG com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

O Prefeito Municipal de Pirapora, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º As contribuições legalmente instituídas, inclusive seus encargos legais, devidos pelo Município (patronal) e não repassadas à unidade gestora do RPPS de setembro de 2025 até junho de 2026, depois de apuradas e confessadas, poderão ser objeto de termo de acordo de parcelamento para pagamento, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do art. 14 da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.

§ 1º O vencimento da primeira prestação do ajuste a que se refere o caput ocorrerá até o último dia útil do mês subsequente ao da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

§ 2º É vedado o parcelamento de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

Art. 2º Para apuração dos montantes devidos a serem parcelados, os valores originais serão atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até o mês anterior ao da consolidação do termo de acordo de parcelamento, respeitada a meta utilizada na avaliação atuarial do RPPS quando da celebração do acordo.

Art. 3º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA/IBGE, acrescidas de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação dos montantes devidos nos termos de acordo de parcelamento até o mês anterior ao do vencimento, respeitada a meta utilizada na avaliação atuarial do RPPS quando da celebração do acordo.

Art. 4º As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA/IBGE, acrescidas de juros simples de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data do seu vencimento, até o mês anterior ao do efetivo pagamento, respeitada a meta utilizada na avaliação atuarial do RPPS quando da celebração do acordo.

Art. 5º Fica autorizado o parcelamento/reparcelamento de débitos de contribuições a cargo o Município (patronais) parcelados anteriormente, mediante nova consolidação do montante parcelado calculada a partir da diferença entre o valor originalmente consolidado do termo de parcelamento em vigor e o valor total das prestações pagas posteriormente, ajustadas o valor presente na data de formalização do termo em vigor, sendo essa diferença atualizada até a data de consolidação do parcelamento/reparcelamento.

§ 1º No reparcelamento de que trata o caput, para apuração do novo saldo devedor, aplicam-se os critérios previstos no art. 2º aos valores dos montantes consolidados do parcelamento ou reparcelamento anterior deduzidos das respectivas prestações pagas, acumulados desde a data da consolidação do parcelamento ou reparcelamento anterior até a data da nova consolidação do termo de reparcelamento.

§ 2º As prestações em atraso não poderão ser objeto de novo parcelamento desvinculado do parcelamento originário, devendo ser quitadas integralmente ou incluídas no saldo devedor do reparcelamento.

§ 3º A quantidade de prestações mensais, iguais e sucessivas, em cada termo de acordo de reparcelamento, não deverá ultrapassar 60 (sessenta) meses quando somadas à quantidade de prestações pagas previstas no parcelamento originário.

§ 4º O reparcelamento previsto neste artigo será realizado uma única vez, vedada a inclusão de débitos que não integravam o parcelamento originário.

Art. 6º O Município poderá vincular o Fundo de Participação dos Municípios – FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcelamento não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas e vigorará até a quitação do termo.

Art. 7º O Poder Executivo adotará as providências necessárias a assegurar a regularidade orçamentária, financeira e patrimonial do parcelamento e reparcelamento previstos nesta Lei.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LEI MUNICIPAL Nº 2.852/2026

Sanciono a presente Lei. Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei couberem que cumpram e façam a cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Pirapora/MG, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:FCE613E1

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 280/2026

PORTARIA Nº 280/2026

Nomeação para Cargos Efetivos por Concurso Público Edital 01/2023.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAPORA**, Alexandro Costa Cesar, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº

1.782/2005, e em especial pelos artigos 77, inciso XI e 125, II "a", ambos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, em caráter efetivo e em virtude de aprovação em concurso público de que tratam o edital n° 01/2023, os candidatos relacionados no anexo I desta portaria, para respectivos cargos.

Art. 2º. O nomeado deverá tomar posse em até 15 dias (quinze) dias, contados da data de publicação desta portaria, devendo, para tanto, seguir as orientações constantes do edital 01/2023 e do ofício de convocação enviado ao endereço indicado quando da inscrição no concurso público, sob pena de ser tornada sem efeito a nomeação.

Art.3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pirapora, 14 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

ANEXO I DA PORTARIA Nº 280/2026

ASSISTENTE SOCIAL (TNSPS)
JEYSIANE ERICA RODRIGUES RIBEIRO DE OLIV

PSICOLOGO (ES)
LUCAS FRANCISCO AMARAL

MOTORISTA (OSP)
EDSON BATISTA DO NASCIMENTO

MÉDICO – ESF (M-ESF)
CATARINE ALVES SILVEIRA BARROSO

AGENTE ADMINISTRATIVO (AGEAD)
GUILHERME PEREIRA MUNDIM

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL – ESF (TSB-ESF)
JAQUELINE FERREIRA DE AQUINO

ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO (ATA)
MARCLENIO BORGES DA SILVA

FARMACÊUTICO (ES)
JENNIFER JULY SOARES DE OLIVEIRA

PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PEB)
GRAICE FERNANDA TELES OLIVEIRA

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:93CF952E

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 286/2026

PORTARIA Nº 286/2026

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no concurso público edital nº 01/2023, para contratação temporária de professores de educação infantil – PEB, no âmbito da rede municipal de ensino de Pirapora/MG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAPORA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, com a Lei Municipal nº 2.479/2021 e demais normas aplicáveis,
CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público, em razão de afastamentos legais de servidores efetivos (licença saúde, licença maternidade e outras hipóteses previstas em lei), que ocasionam demanda imediata de profissionais na Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a existência de candidatos aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2023, já homologado, que poderão suprir a necessidade temporária;

RESOLVE:
Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Concurso Público – Edital nº 01/2023, obedecida a ordem de classificação, para fins de **contratação temporária** nos cargos de:
I – **Professor de Educação Infantil – (PEB)**
I.01 – Fabiola Lemos de Queiroz Lemos de Queiroz
I.02 - Amanda Roberta Santos Medeiros Pacheco
I.03 – Paula Ramone Correa Gomes
I.04 – Leiliana Batista Silva de Oliveira
I.05 – Edria Ramos Mourão
I.06 – Vanilda Sales Gomes
I.07 – Atileny Aparecida Pereira Moreira
I.08 – Juliane Caroline Fernandes Almeida
I.09 – Janice Rodrigues de Santana
I.10 – Karen Amanuelle Dantas Brito Duarte

Art. 2º. A contratação ocorrerá exclusivamente em caráter temporário, pelo prazo de até **06 (seis) meses**, prorrogável nos termos da Lei, conforme necessidade da Administração, sem geração de vínculo efetivo ou direito à estabilidade.

Art. 3º. Os candidatos convocados deverão apresentar-se na **Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pirapora**, situado à Rua Antônio Nascimento nº 274, no Centro, no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, contados da publicação desta Portaria, munidos da documentação exigida no Edital de Convocação nº 002/2026.

Art. 4º. O não comparecimento do candidato dentro do prazo fixado implicará em **renúncia à contratação temporária**, sem prejuízo de sua classificação no concurso público vigente.

Art. 5º. Compete à Secretaria Municipal de Educação e a Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura de Pirapora adotar as medidas necessárias para a execução desta Portaria, inclusive o disposto no art. 4º, §2º da Lei 2479/2021.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pirapora/MG, 25 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:182BF120

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POÇO FUNDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA

Ata da Reunião do Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Poço Fundo/MG, referente ao Processo Licitatório nº 161/2026, Pregão Eletrônico nº 103/2026, cujo objeto é o REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISICOES DE OLEOS LUBRIFICANTES E PRODUTOS DE LIMPEZA AUTOMOTIVA PARA MANUTENCAO DOS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME DESCRITO NO EDITAL. Aos vinte cinco dias do mês de agosto de 2026, às 14:45 horas, reuniu-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, conforme Portaria nº 131, de 17 de julho de 2026, para comunicar que foi terminada a diligência para verificação das marcas vencedoras a fim de averiguar se possuem o Registro na Agência Nacional de Petróleo (ANP) e se a densidade dos itens atendem ao solicitado. O pregoeiro avisou no chat a decisão da diligência para que todos os licitantes tomassem ciência e resolveu

marcar o dia 27 de agosto de 2026, às 13:00 horas para retornar a fim de dar prosseguimento ao certame. Nada mais a declarar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo pregoeiro e sua equipe de apoio.

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:D704E0BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA

Ata da Reunião do Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Poço Fundo/MG, referente ao Processo Licitatório nº 153/2026, Pregão Eletrônico nº 99/2026, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS E APARELHOS ODONTOLÓGICOS INSTALADOS NO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS (CEO) E NAS UBS DE SAÚDE DA FAMÍLIA, CONFORME DESCRITO NO EDITAL. Aos vinte cinco dias de agosto de 2026, a Comissão de Contratação recebeu o Parecer Jurídico para dar prosseguimento ao certame. Conforme permitiu o parecer jurídico, a empresa Dorival Jonas Cabral ME apresentou em suas contrarrazões, o Anexo III, uma vez que não implicou na sua inabilitação. E quanto à qualificação técnica foi pedido no edital na sua *cláusula 7,V- Qualificação técnica:*
a) Um atestado de capacidade técnica, emi□do por pessoas jurídicas de natureza pública ou privada, de serviços idênticos ou similares aos constantes desta licitação, em papel □timbrado, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compativel em características e quantidades e prazos com o objeto em questão, demonstrando que a empresa executa ou executou, serviços análogos ao objeto do credenciamento de forma satisfatória.
a.1) O(s) atestado(s) deverão vir acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedido pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia/ CAU- Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Esta Certidão deverá referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do profissional. Conforme esta cláusula, a empresa Dorival Jonas Cabral ME apresentou o que foi solicitado. Diante disso, a Comissão de Contratação decide pela habilitação empresa Dorival Jonas Cabral ME. A partir dessa decisão, seguiremos para homologação. Nada mais, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo pregoeiro e sua equipe de apoio, conforme Portaria nº 131, de 17 de julho de 2026.

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:11D61987

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA

Ata da Reunião do Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Poço Fundo MG, referente ao Processo Licitatório N° 93/2026, na modalidade Concorrência Eletrônica N° 01/2026, tendo como objeto o CONTRATAÇÃO, NA FORMA INTEGRADA, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE ENGENHARIA CIVIL PARA REALIZAÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE VINTE UNIDADES HABITACIONAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA (PMCMV), COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, A MONTAGEM, A REALIZAÇÃO DE TESTES E AS DEMAIS OPERAÇÕES NECESSÁRIAS E SUFICIENTES PARA A ENTREGA FINAL DAS UNIDADES HABITACIONAIS ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS, INCLUINDO A INFRAESTRUTURA ESSENCIAL NECESSÁRIA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Aos vinte quatro dias do mês de agosto de 2026, às 12h30min, a Comissão de Contratação recebeu as contrarrazões da empresa INFRATOP ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 65.112.193/00001-18. Foram analisadas as razões e as contrarrazões das empresas interessadas e a Comissão resolveu encaminhar tais documentos para o departamento jurídico para emissão de parecer. Nada mais havendo lavrou-se a presente ata assinada pelo Pregoeiro e equipe de apoio, conforme Portaria nº 131, de 17 de julho de 2026.

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:5FEEE259

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0270/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000155/26 - PREGÃO ELETRÔNICO (PORTAL DE COMPRAS) n° 0100/26
Objeto: contratação de empresa especializada para execução da Reforma da Sede Atual da Secretaria Municipal de Educação.
Contratado: AMPLIAR PROJETOS LTDA, CNPJ n° 53.814.162/0001-20. Valor global estimado de R$ 328.000,00. Data da assinatura: 18/08/2026. Vigência: Observado o disposto no art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á de 18 de agosto de 2026 até 31 de janeiro de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado conforme art. 106 e seguintes, da lei 14.133/21.
Dotação Orçamentária:
750 2026 020403 12.361.2002.1004.0000 4.4.90.51.00 1.543.000
138 2026 020403 12.361.2002.1004.0000 4.4.90.51.00 1.500.000

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:8E030B54

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 6.442, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Declara de Utilidade Pública, para fins de desapropriação administrativa ou judicial, os imóveis que menciona.

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 69, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,
CONSIDERANDO os documentos sob o processo digital nº 66883/2026, enviados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos;
CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, XXIV, da Constituição da República, segundo o qual a lei assegura o procedimento de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos nela previstos;
CONSIDERANDO o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública e disciplina a declaração expropriatória, a fase executória e os efeitos do ato declaratório;
CONSIDERANDO que a declaração de utilidade pública constitui pressuposto formal para a desapropriação, sem transferir, por si só, a propriedade do bem, a qual somente se perfectibiliza na forma legal, com observância do devido procedimento e da indenização devida;
CONSIDERANDO a necessidade de regularização jurídico-dominial da área afetada por obra, equipamento, serviço ou intervenção pública já implantada ou em fase de consolidação, sem prejuízo da apuração da indenização efetivamente devida ao proprietário ou possuidor com título indenizável;
CONSIDERANDO que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reconhece que, havendo ocupação administrativa consolidada e inviabilidade de restituição do imóvel à situação anterior, a solução jurisdicional adequada pode assumir natureza indenizatória, sem prejuízo da tutela do interesse público envolvido;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve evitar pagamento em duplicidade pela mesma área, devendo eventual quantia já paga ser considerada na apuração final da indenização, sem prejuízo da garantia da justa reparação,
DECRETA:
Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins dedesapropriaçãoadministrativa ou judicial, as áreas dos imóveis abaixo descritos:
I - área de 1.199,28 m² (mil, cento e noventa e nove metros quadrados e vinte e oito decímetros quadrados) e perímetro de 254,07 m (duzentos e cinquenta e quatro metros e sete centímetros), do imóvel inscrito e registrado no Cartório de Registro de Imóvel da Comarca de Pouso Alegre sob o número de matrícula nº 35.020; e
II - área de 17.874,88 m² (dezessete mil, oitocentos e setenta e quatro metros quadrados e oitenta e oito decímetros quadrados) e perímetro de 1.522,25 m (um mil, quinhentos e vinte e dois metros e vinte e cinco centímetros), do imóvel inscrito e registrado no Cartório de Registro de Imóvel da Comarca de Pouso Alegre sob o número de matrícula nº 57.752.
Parágrafo único. As áreas objeto da presente declaração de utilidade pública encontram-se delimitadas e individualizadas conforme os memoriais descritivos, levantamentos planimétricos e demais documentos técnicos que integram o processo administrativo e ficam fazendo parte deste Decreto.
Art. 2º A desapropriação prevista no art. 1º deste Decreto destina-se à implantação e pavimentação de via pública, a fim de atender ao interesse público, mediante a melhoria das condições de mobilidade urbana, acesso e circulação na região.
Parágrafo único. Este Decreto também se destina à regularização jurídico-patrimonial da ocupação administrativa, sem prejuízo da apuração, em procedimento próprio, da indenização cabível.
Art. 3º A Procuradoria-Geral do Município, em conjunto com a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, fica autorizada a adotar as medidas administrativas e judiciais necessárias à efetivação da desapropriação, inclusive:
I - promover a instrução do processo administrativo expropriatório;
II - realizar ou validar levantamento planimétrico, memorial descritivo e planta da área;
III - proceder à avaliação técnica do imóvel indenizável;
IV - buscar composição amigável com o expropriado;
V - ajuizar a competente ação de desapropriação, em caso de insucesso na via amigável;
VI - apurar, quando for o caso, valores já pagos administrativa ou judicialmente, para evitar duplicidade indenizatória, com preservação da justa indenização efetivamente devida.
Art. 4º A avaliação do imóvel deverá observar a legislação aplicável e distinguir, quando cabível:
I - o valor da terra nua;
II - as benfeitorias úteis e necessárias indenizáveis;
III - a extensão efetivamente atingida;
IV - eventuais parcelas remanescentes;
V - valores anteriormente pagos relacionados à mesma área;
VI - elementos que não possam ser computados em duplicidade ou que decorram exclusivamente da própria obra pública executada pelo expropriante.
Art. 5º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Pouso Alegre/MG, 24 de agosto de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:A6CF652B

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 6.444, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Declara de Utilidade Pública, para fins de desapropriação administrativa ou judicial, o imóvel que menciona.

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 69, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO os documentos sob o processo digital nº 94615 / 2026, enviados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos;
CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, I, alínea "k", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que elenca os casos de desapropriação por utilidade pública;
CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, VIII, alínea "b", da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal);
CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, I, alíneas "a" e "c", da Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 6º do Decreto Estadual nº 49.260, de 17 de junho de 2026;
CONSIDERANDO que a área objeto do presente Decreto destina-se à compensação ambiental da área já desapropriada para a implantação das obras de infraestrutura urbana relacionadas à Avenida Faisqueira e ao Projeto Social Minha Casa, Minha Vida; e
CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº 0055/2026 - DGA/SMPUMA, data de 27 de julho de 2026, que concluiu pela viabilidade ambiental e jurídica da área, uma vez que promove a proteção definitiva da área com vegetação nativa consolidada, ampliando o patrimônio ambiental do Município e proporcionando maior efetividade da compensação ambiental,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação administrativa ou judicial, a área de 123.750,00 m² (cento e vinte e três mil, setecentos e cinquenta metros quadrados) e um perímetro de 2.020,18 m (dois mil e vinte metros e dezoito centímetros) que está situada na Via Faisqueira, Colônia Francisco Sales, Bairro Faisqueira, no município de Pouso Alegre, do imóvel inscrito e registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre sob o número de matrícula 35.229.
Parágrafo único. A área objeto da presente declaração de utilidade pública encontra-se delimitada e individualizada conforme o memorial descritivo, levantamento planimétrico e demais documentos técnicos que integram o processo administrativo e ficam fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º A área declarada de utilidade pública nos termos do art. 1º destina-se a proteger área de proteção permanente e à compensação ambiental da área anteriormente desapropriada para a implantação das obras de infraestrutura urbana relacionadas à Avenida Faisqueira e ao Projeto Social Minha Casa, Minha Vida, em conformidade com as exigências do órgão ambiental competente.
Parágrafo único. Excepciona da destinação a que menciona o caput deste artigo a área em que de propriedade de outro ente público, inclusive terreno marginal a rio.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Pouso Alegre - MG, 24 de agosto de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

EDILSON LUIZ DA SILVA MOTA
Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Antoniele de Rezende
Código Identificador:87C80B26

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 6.446, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Declara de Utilidade Pública das áreas dos imóveis que menciona para fins de implantação, manutenção e passagem da rede de drenagem pluvial necessária ao atendimento dos bairros Shangrilá, Árvore Grande e Jardim Mariosa.

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 69, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO os documentos sob o processo digital nº 66906 / 2026, enviados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos;
CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, VIII, alínea "b", da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;
CONDERANDO o disposto no art. 3º, I, alíneas "a" e "c", da Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 6º do Decreto Estadual nº 49.260, de 17 de junho de 2026; e
CONSIDERANDO a necessidade de prévia autorização do órgão ambiental competente para a execução das medidas relacionadas a intervenção ambiental, quando exigida pela legislação ambiental aplicável,

DECRETA:
Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública as áreas dos imóveis abaixo descritos:
I - 925,80 m² (novecentos e vinte e cinco metros quadrados e oitenta decímetros quadrados) e um perímetro de 134,79 m (cento e trinta e quatro metros e setenta e nove centímetros) e está situado na Rua Áurea Amaral Silva, Bairro Shangrilá, no município de Pouso Alegre - MG;
II - 114,57 m² (cento e quatorze metros quadrados e cinquenta e sete decímetros quadrados) e um perímetro de 53,54 m (cinquenta e três metros e cinquenta e quatro centímetros) do imóvel inscrito e registrado no Cartório de Registro de Imóvel da Comarca de Pouso Alegre sob o número de matrícula nº 77.173;
III - 4,72 m² (quatro metros quadrados e setenta e dois decímetros quadrados) e um perímetro de 11,01 m (onze metros e um centímetro) do imóvel inscrito e registrado no Cartório de Registro de Imóvel da Comarca de Pouso Alegre sob o número de matrícula nº 126.843; e
IV - 19,65 m² (dezenove metros quadrados e sessenta e cinco decímetros quadrados) e um perímetro de 23,86 m (vinte e três metros e oitenta e seis centímetros) e está situado na Rua Áurea Amaral Silva, Bairro Shangrilá, no município de Pouso Alegre - MG.
Parágrafo único. As áreas objeto da presente declaração de utilidade pública encontram-se delimitadas e individualizadas conforme os memoriais descritivos, levantamentos planimétricos e demais documentos técnicos que integram o processo administrativo e ficam fazendo parte deste Decreto.

Art. 2º As áreas declaradas de utilidade pública nos termos do art. 1º destinam-se à implantação, manutenção e passagem da rede de drenagem pluvial necessária ao atendimento dos bairros Shangrilá, Árvore Grande e Jardim Mariosa, com a finalidade de assegurar o adequado escoamento das águas pluviais, promover o aprimoramento da infraestrutura urbana e contribuir para a mitigação de alagamentos nas áreas abrangidas.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Pouso Alegre - MG, 24 de agosto de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

EDILSON LUIZ DA SILVA MOTA
Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Antoniele de Rezende
Código Identificador:6190DA8C

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 6.447, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Transfere cargo da estrutura da Secretaria Municipal de Licitações e Contrações Públicas e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 69, incisos II e VII, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o disposto no art. 69, caput e parágrafos, da Lei n° 5.881, de 10 de novembro de 2017,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica transferido 1 (um) cargo de provimento em comissão de Gerente (CC2), previsto no inciso III do art. 42 da Lei Municipal nº 5.881, de 10 de novembro de 2017, da Secretaria Municipal de Licitações e Contratações Públicas para a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas.
Parágrafo único. O cargo de que trata o *caput* deste artigo fica transferido como Assessor (CC2), para a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, previsto no inciso II, art. 16, da Lei Municipal nº 5.881, de 10 de novembro de 2017.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Antoniele de Rezende
Código Identificador:BA411C8A

SECRETARIA DE FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO POR EDITAL 13

A Secretária Municipal de Finanças, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 72, § 1°, alíneas "a" e "i", da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, art. 11, incisos XVII e XVIII, da Lei Municipal n° 5.881/2017, art. 67 da Lei Municipal n° 1.086/1971 e art. 37, caput, da Constituição Federal, NOTIFICA as pessoas físicas e jurídicas abaixo listadas, inscritas na dívida ativa do Município, para pagamento do débito ou sua impugnação no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação deste edital, sob pena de ajuizamento da competente ação judicial.
A regularização do débito poderá ser realizada na Central de Atendimento localizada na Rua Dionísio Machado, 96 Jardim Santa Lúcia, Pouso Alegre/MG.
Caso já tenha quitado o débito apontado, favor desconsiderar a presente notificação. Listagem de contribuintes:

Código do contribuinte: 1010974
Nome: ABEL REZENDE (ESPOLIO)
Origem da dívida: MULTA DE POSTURA
Exercício: 2026
Valor: R$ 4.444,48 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos)

Código do contribuinte: 586331
Nome: ACADEMIA BRASIL PERFORMANCE LTDA
Origem da dívida: MULTA DE POSTURA
Exercício: 2025
Valor: R$ 4.646,60 (quatro mil, seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos)

Código do contribuinte: 4069
Nome: ANDERSON LUIS DE ANDRADE COSTA
Origem da dívida: IPTU, MULTA DE POSTURA
Exercício: 2023, 2024, 2025
Valor: R$ 4.492,44 (quatro mil, quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta e quatro centavos)

Código do contribuinte: 1013182
Nome: ARLINDO EMBOABA DE OLIVEIRA (ESPOLIO)
Origem da dívida: IPTU
Exercício: 2022, 2023, 2024, 2025
Valor: R$ 3.670,51 (três mil, seiscentos e setenta reais e cinquenta e um centavos)

Código do contribuinte: 2030387

Nome: CENTRO DE CONVIVENCIA DINAMICA LTDA - ME
Origem da dívida: ISSQN EMPRESA, SIMPLES NACIONAL
Exercício: 2022, 2023, 2024, 2025
Valor: R$ 11.225,12 (onze mil, duzentos e vinte e cinco reais e doze centavos)

Código do contribuinte: 22633642
Nome: CUTNEI TELECOM EIRELI
Origem da dívida: ISSQN EMPRESA, SIMPLES NACIONAL
Exercício: 2020, 2021, 2022, 2023, 2024
Valor: R$ 62.076,25 (sessenta e dois mil, setenta e seis reais e vinte e cinco centavos)

Código do contribuinte: 552569
Nome: E.CHAGAS BEZERRA - ME
Origem da dívida: SIMPLES NACIONAL, ISSQN EMPRESA
Exercício: 2020, 2021, 2025
Valor: R$ 5.127,66 (cinco mil, cento e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos)

Código do contribuinte: 57442
Nome: JF ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA
Origem da dívida: ISSQN EMPRESA
Exercício: 2025
Valor: R$ 5.112,54 (cinco mil, cento e doze reais e cinquenta e quatro centavos)

Código do contribuinte: 1068738
Nome: JOAQUIM CANDIDO DE SOUZA MENDES
Origem da dívida: ISSQN AUTÔNOMO
Exercício: 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026
Valor: R$ 4.459,96 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos)

Código do contribuinte: 2051757
Nome: JOSE ANTONIO DA SILVA - ME
Origem da dívida: CONCESSÃO DE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS
Exercício: 2025, 2026

Valor: R$ 4.717,82 (quatro mil, setecentos e dezessete reais e oitenta e dois centavos)

Código do contribuinte: 1011873
Nome: JOSE BRAZ PEREIRA
Origem da dívida: ISSQN AUTÔNOMO
Exercício: 2022, 2023, 2024, 2025, 2026
Valor: R$ 5.341,07 (cinco mil, trezentos e quarenta e um reais e sete centavos)

Código do contribuinte: 1006915
Nome: MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Origem da dívida: IPTU
Exercício: 2022, 2023, 2024, 2025
Valor: R$ 4.555,06 (quatro mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e seis centavos)

Código do contribuinte: 228688370
Nome: RUI CAETANO ROSA BATALHA CONSULTORIA EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO LTDA
Origem da dívida: SIMPLES NACIONAL, ISSQN EMPRESA
Exercício: 2022, 2023, 2024
Valor: R$ 7.009,22 (sete mil, nove reais e vinte e dois centavos)

Código do contribuinte: 442
Nome: SALES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
Origem da dívida: IPTU
Exercício: 2024, 2025
Valor: R$ 4.577,42 (quatro mil, quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos)

Código do contribuinte: 1028425
Nome: SEBASTIÃO FOCH KERSUL
Origem da dívida: IPTU
Exercício: 2024, 2025
Valor: R$ 6.796,90 (seis mil, setecentos e noventa e seis reais e noventa centavos)

Código do contribuinte: 1028518

Nome: SINTIA BARBOSA DUARTE WERNECK
Origem da dívida: IPTU
Exercício: 2024, 2025
Valor: R$ 3.842,60 (três mil, oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos)

Código do contribuinte: 22610367
Nome: SUZI SUBLIME DE SOUZA
Origem da dívida: SIMPLES NACIONAL, ISSQN EMPRESA
Exercício: 2022, 2023, 2024, 2025
Valor: R$ 8.230,46 (oito mil, duzentos e trinta reais e quarenta e seis centavos)

Código do contribuinte: 1034748
Nome: VITOR AMILCAR CARDOSO FARIA
Origem da dívida: IPTU
Exercício: 2024, 2025
Valor: R$ 6.861,72 (seis mil, oitocentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos)

Código do contribuinte: 1039064
Nome: WILSON DA SILVA
Origem da dívida: IPTU
Exercício: 2024, 2025
Valor: R$ 5.068,67 (cinco mil, sessenta e oito reais e sessenta e sete centavos)

Pouso Alegre, 24 de Agosto de 2026.

ROBERTA FERREIRA MARQUES DE SOUSA
Secretária Municipal de Finanças

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:0C71A64C

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
EDITAL DE POSTURAS Nº 0082/2026 – NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO (MULTA DE POSTURAS)

A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Departamento de Fiscalização de Posturas, após tentativas de entrega dos Autos de Infração e Multa listados abaixo, vem através deste Edital, conforme

previsto no artigo 256 da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil) e no **Artigo 219, Parágrafo único** da Lei Municipal 6.543/2021 (Código de Posturas) notificar o(a) contribuinte abaixo relacionado(a) sobre autuação (multa) por infração a legislação municipal:

AUTUADO(A): IAGO MENDES DA COSTA
CPF/CNPJ: ***.846.***.-11
AIM: 0244/2026
DATA DA CONSTATAÇÃO: 16/02/2026
INFRAÇÃO: COMÉRCIO INFORMAL (AMBULANTE) SEM LICENÇA PRÉVIA (ART. 70 DA LEI 6.543/2021)
VALOR DA MULTA: R$ 713,42 (SETECENTOS E TREZE REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS).
OBS: -
O(A) proprietário(a) ou representante legal, caso haja interesse, poderá protocolar defesa, preferencialmente pelo Autoatendimento disponível no site *www.pousoalegre.mg.gov.br* ou *pousoalegre.atende.net*, remetida ao Departamento de Fiscalização de Posturas, no **prazo de 20 (vinte) dias**, a contar da publicação deste edital, comprovando os fatos que vier alegar.

A defesa deve estar devidamente assinada pelo(a) proprietário(a) ou representante legal (mediante comprovação), com os seguintes documentos:

* Petição, devidamente assinada pelo(a) autuado(a) ou representante legal;
* Cópia do Auto de Infração e Multa (AIM), (ou cópia deste edital); e,
* Cópia de documento de identificação que comprove a assinatura do requerente e, se pessoa jurídica, que comprove a representação ou Procuração.

A falta dos documentos solicitados poderá ocasionar o não reconhecimento do pedido, caso não seja possível comprovar a legitimidade do requerente ou autenticidade dos documentos. A assinatura do requerente deve ser igual a constante no documento de identificação para comprovação da legitimidade. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma autuação.

Não sendo apresentado recurso em Primeira Instância Administrativa, dentro do prazo estabelecido, o débito será lançado e a guia disponibilizada através da internet no site *pousoalegre.atende.net > Autoatendimento > Cidadão > Emissão de Boleto > Emissão de Guias Receitas Diversas.*

O pagamento da multa não exime o(a) proprietário(a) ou responsável do cumprimento das determinações impostas pela legislação municipal.

Pouso Alegre, 25 de agosto de 2026.

ANGELO WAGNER RAMOS
Gerente Interino do Departamento de Fiscalização de Posturas
Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG

Publicado por:
Eder do Couto Nora
Código Identificador:A9550E32

SECRETARIA DE POLÍTICA SOCIAIS
RESOLUÇÃO Nº 04/2026/CMDM DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a criação da Comissão Temática para elaboração do Edital de Convocação e Regulamentação do Processo Eleitoral de Escolha dos Membros da Sociedade Civil para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM do município de Pouso Alegre/MG no biênio 2026-2028.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 6.841 de 28 de agosto de 2023;

Considerando a decisão em plenária na Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM de Pouso Alegre/ MG ocorrida no dia 25 de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art.1º - Criar Comissão Temática para elaboração do Edital de Convocação e Regulamentação do Processo Eleitoral de Escolha dos Membros da Sociedade Civil para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM do município de Pouso Alegre/MG no biênio 2026-2028, com a seguinte composição:

- Patrícia Pereira Rosa – Representante Sec. Mun. Pol. Sociais
- Lívia Rocha Martins - Representante da Sec. de Saúde;
- Adriana Benedita Santos Silva – Representante Escola Profissional
- Imaculada Efigênia de Moraes da Silva – Representante CIAMPAR

Art. 2° - Revogadas as disposições em contrario a presente Resolução entra em vigor a partir desta data.

Pouso Alegre/MG, 25 de agosto de 2026.

ADRIANA BENEDITA SANTOS SILVA
Presidente CMDM

Publicado por:
Laerte Henrique Piza
Código Identificador:1C3105EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ATA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – Pregão Eletrônico nº 75/2026 – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de desfile com carros temáticos natalinos e com personagens para a Parada Natalina do município de Pouso Alegre. A sessão pública será realizada no dia 11 de setembro de 2026 as 09h01min. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do site da Prefeitura (www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao). Informações: (35) 3112-2416 ou e-mail licitapamg@gmail.com. Gustavo Luís Fernandes Silva – Pregoeiro Municipal.

Pouso Alegre/MG, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:E28A9812

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTRATO Nº 369/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – CONTRATO Nº 369/2026 – PREGAO ELETRONICO Nº 47/2024 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SE SERVIÇOS DE LAVANDERIA CONVENCIONAL. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. Assinatura em: 20/08/2026. CONTRATADA: **LAVANDERIA SUL MINEIRA LTDA.** Valor R$ 72.600,00 (setenta e dois mil e seiscentos reais). Dotação orçamentária: 02.016.000.0008.0244.0025.2123.3.3.90.39.00 – ficha 1124.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:4B0B16BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PRORROGAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRONICO Nº 37/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PRORROGAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 245/2025 –

Decorrência: Pregão Eletrônico nº 47/2025. Objeto: **AQUISIÇÃO DE REAGENTES E INSUMOS PARA ATENDER A DEMANDA DO LABORATORIO MUNICIPAL.** Data da assinatura: 24/08/2026. Vigência: 12 (doze) meses, contatos do dia 02/08/2026 até 02/08/2027. Detentora: **HOFFMANNLAB PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.371.614/0001-00. Valor: R$ **32.721,85 (trinta e dois mil setecentos e vinte e um reais e oitenta e cinco centavos). Dotação orçamentária nº 02.011.000.0010.0302.0002.2016.3.3.90.30.00– ficha 860 / 02.011.000.0010.0302.2016.3.3.90.30.00 – ficha 861.**

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:8C68BE13

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 272/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 29/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PRORROGAÇÃO **CONTRATO Nº 272/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 29/2024.** "Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR A AGENCIA DE CORREIOS COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSE DO PANTANO. Vigência: Fica prorrogado por mais 12(doze) meses, com inicio em 09/09/2026 e término previsto para 09/09/2027. Assinatura em 20/08/2026. **Valor mensal R$ 423,20 (quatrocentos e vinte e três reais e vinte centavos).** Locador: Benedito Sebastião Pereira. Dotação orçamentaria nº 02.001.2118.0004.0122.0001.3.3.90.36.00– ficha 316.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:F1626D87

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 044/2026 – TERMO DE FOMENTO -INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 030/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PRATA-MG, CNPJ nº 18.260.505/0001-50 eConselho Comunitário de Segurança Pública Prata/MG (CONSEP) CNPJ nº03.929.367/0001-82

Objeto:**Repasse de recursos financeiros oriundos de emenda impositiva do Poder Legislativo Municipal, destinados à ampliação e modernização da Central de Videomonitoramento Urbano do Município de Prata/MG, visando ao fortalecimento das ações de segurança pública, à prevenção e redução dos índices criminais e ao aumento da sensação de segurança da população.**

Fundamento Legal: Art. 31 da Lei Federal n° 13.109/2014 e demais alterações c/c Lei Orçamentária anual.

Valor do repasse: R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais)
Prazo de vigência do termo: de 25/08/2026 a 25/08/2027.
Data da Assinatura: 25/08/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:97DB61E2

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 046/2026 – TERMO DE FOMENTO -INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 032/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PRATA-MG, CNPJ nº 18.260.505/0001-50 e ASSOCIAÇÃO CULTURAL E FOLCLORE DA CIA UNIDOS DOS REIS DE Nª SRA APARECIDA DE PRATA CNPJ nº 10.238.652/0001-12

Objeto:**Repasse de recursos financeiros oriundos de Emenda Impositiva, destinados à execução do plano de trabalho da entidade beneficiária, visando à realização de atividades de interesse público e social, mediante a aquisição de gêneros alimentícios, reforma e adequação do espaço interno da entidade, reforma do cômodo destinado à guarda de instrumentos musicais e pintura do barracão, bem como à contratação de serviços contábeis e pagamento de despesas relacionadas à manutenção e execução das atividades institucionais, conforme cronograma de execução e plano de aplicação dos recursos.**

Fundamento Legal: Art. 31 da Lei Federal n° 13.109/2014 e demais alterações c/c Lei Orçamentária anual.

Valor do repasse: R$ 45.003,85 (**quarenta e cinco mil, três reais e oitenta e cinco centavos)**
Prazo de vigência do termo: de 25/08/2026 a 25/08/2027.
Data da Assinatura: 25/08/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:468B0BA9

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 328/2023

Processo Licitatório nº 746/2023 – Adesão Carona.
Partes: Município de Prata-MG e **TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA**.
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência contratual, cujo objeto é "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO GERENCIAMENTO DE FROTAS DE VEÍCULOS PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO UNIÃO DA SERRA GERAL, VISANDO O ABASTECIMENTO DOS MESMOS EM UMA AMPLA REDE CREDENCIADA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS, BEM COMO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA INCLUINDO SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, LANTERNAGEM, PINTURA, RETÍFICA DE MOTORES. ALINHAMENTO DE DIREÇÃO, BALANCEAMENTO DE RODA, TROCA DE ÓLEO, TROCA DE FILTROS DE ÓLEO E FILTROS DE AR, SERVIÇOS DE GUINCHO, SERVIÇO DE BORRACHARIA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PNEUS, BATERIAS, PRODUTOS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO GENUÍNOS IMPLANTAÇÃO E ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, PARA A FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PRATA/MG"**.
Fundamento Legal: art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.
Valor: R$12.597.726,00 (doze milhões quinhentos e noventa e sete mil setecentos e vinte e seis reais).
Prazo de vigência: 06/09/2026 até 05/09/2027.
Data da assinatura: 25/08/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:0409081B

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N° 496/2026

AUTORIZA A CESSÃO DO(A)SERVIDOR(A) PRISCILLA POANCA RIBEIRO FLORES E DA OUTRAS PROVIDÉNCIAS.

O(a)Prefeito(a)Municipal do Prata-MG, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei;
CONSIDERANDOo Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e o Município do Prata-MG, para emissão de carteira de identidade no município.
CONSIDERANDOa necessidade da cessão de um(a) servidor(a) público(a) municipal com as atribuições compatíveis para exercer o serviço de emissão de carteira de identidade.
CONSIDERANDOque a cessão do servidor é prevista na Lei Municipal n° 02/2006, de 31 de janeiro de 2006 no artigo 150.
RESOLVE:
Art. 1º- Autorizar a cessão do(a) servidor(a) **PRISCILLA POANCA RIBEIRO FLORES**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, por período de 05 anos, a partir da data de publicação do Acordo de Cooperação Técnica.
Art. 2º- A remuneração do(a) servidor(a) continuará a ser totalmente custeado pelo município, sem qualquer ônus ao Estado ou prejuízo ao(a) servidor(a).
Art. 3º‘ - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prata-MG 25 de agosto de 2026

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal do Prata-MG

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:2929C98E

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N° 497/2026

AUTORIZA A CESSÃO DO(A)SERVIDOR(A) ADRIANA CRISTINA SILVA RODRIGUES E DA OUTRAS PROVIDÉNCIAS.

O(a)Prefeito(a)Municipal do Prata-MG, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei;
CONSIDERANDOo Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e o Município do Prata-MG, para emissão de carteira de identidade no município.
CONSIDERANDOa necessidade da cessão de um(a) servidor(a) público(a) municipal com as atribuições compatíveis para exercer o serviço de emissão de carteira de identidade.
CONSIDERANDOque a cessão do servidor é prevista na Lei Municipal n° 02/2006, de 31 de janeiro de 2006 no artigo 150.
RESOLVE:
Art. 1º- Autorizar a cessão do(a) servidor(a) **ADRIANA CRISTINA SILVA RODRIGUES**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços da Educação, por período de 05 anos, a partir da data de publicação do Acordo de Cooperação Técnica.
Art. 2º- A remuneração do(a) servidor(a) continuará a ser totalmente custeado pelo município, sem qualquer ônus ao Estado ou prejuízo ao(a) servidor(a).
Art. 3º‘ - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prata-MG 25 de agosto de 2026

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal do Prata-MG

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:CF2200E4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
EXTRATO DE ATA ORIGEM: PREGÃO ELETRONICO Nº 022/2026 PROCESSO: Nº 053/2026

EXTRATO DE ATA

ORIGEM: PREGÃO ELETRONICO Nº 022/2026

PROCESSO: Nº 053/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE PESSOAL, EPIs, COPA E COZINHA E DESCARTAVEIS PARA ATENDIMENTO DOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA/MG.

DATA DAS ATAS: 24/08/2026

CONTRATANTE: Município de Pratinha- Prefeitura Municipal

CONTRATADA: A & M SOLUCOES INTEGRADAS LTDA - 57.601.967/0001-46
valor global R$ 39.555,46 (Trinta e nove mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos)

CONTRATADA: M F DE S NETO COMÉRCIO E SERVIÇO - 30.804.862/0001-38
R$ 31.532,40 (trinta e um mil e quinhentos e trinta e dois reais e quarenta centavos)

CONTRATADA: CICCI DISTRIBUIDORA LTDA - 65.434.585/0001-01
R$ 16.306,20 (dezesseis mil e trezentos e seis reais e vinte centavos)

CONTRATADA: CIRURGICA CLARA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - 44.303.986/0001-44
R$ 1.346,50 (mil e trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos)

CONTRATADA: PRIME FORNECIMENTOS COMERCIAIS LTDA - 51.343.736/0001-01
R$ 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais),

CONTRATADA: APOIO PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - 35.886.714/0001-23
R$ 2.558,60 (Dois mil e quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos

VIGÊNCIA: de 24 de agosto de 2026 a 24 de agosto de 2027

Pratinha-MG, 25 de agosto de 2026

Contratante:
Município de Pratinha/MG
WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dione Fernando Ferreira
Código Identificador:D1797880

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
TERMO DE SELEÇÃO

TERMO DE SELEÇÃO
TERMO DE SELEÇÃO Nº 01/2026

O **MUNICÍPIO DE PRATINHA/MG**, por intermédio da Comissão de Seleção/Agente responsável pelo procedimento, considerando o resultado homologado do Chamamento Público nº 006/2026, DECLARA SELECIONADA a empresa TERRACOTA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.999.087/0001-60, para apresentação de proposta destinada ao desenvolvimento de empreendimento habitacional no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – Cidades, perante a Caixa Econômica Federal.
O presente Termo de Seleção possui natureza exclusivamente declaratória e não constitui contrato administrativo, não gera obrigação de contratação pelo Município e não assegura a aprovação da proposta pelo Agente Financeiro.
A empresa selecionada deverá observar integralmente as normas do Programa Minha Casa, Minha Vida – Cidades, as exigências da Caixa Econômica Federal, as condições estabelecidas no Edital e o prazo de

até 30 (trinta) dias para apresentação da documentação ao Agente Financeiro, salvo prazo diverso por ele estabelecido.

Pratinha/MG, 25 de agosto de 2026.

WELLINGTON JOSÉ PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taciane Alexandra Reis Pereira
Código Identificador:A3B6F19B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUARTEL GERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 180/2026, PROCESSO 267/2026 ART. 75 § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022;

RENATO AUGUSTO MENDES, solicitante da demanda em exercício no uso de suas atribuições legais fincadas na lei orgânica, e, ainda no que prescreve o **ART. 75, § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022, RATIFICO E AUTORIZO**, contratação do licitante **ROMUALDO AUTO PEÇAS DE ABAETE LTDA no valor de R$ 2.810,00 (Dois Mil e Oitocentos e Dez Reais)** , devendo o setor de compras proceder a emissão da ordem de serviço devendo o ato em questão ser publicado no site oficial do município, e, ainda no diário oficial dos municípios mineiros, (AMM), na forma contida no parágrafo único do art. 72 da já citada lei de licitações.

QUARTEL GERAL, 21 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:33137EBB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 181/2026, PROCESSO 268/2026 ART. 75 § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022;

RENATO AUGUSTO MENDES, secretário municipal de saúde em exercício no uso de suas atribuições legais fincadas na lei orgânica, e, ainda no que prescreve o **ART. 75, § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022, RATIFICO E AUTORIZO,** contratação do licitante **ROMUALDO AUTO PEÇAS DE ABAETE LTDA** no valor de **R$ 4.055,00 (Quatro Mil e Cinquenta e Cinco Reais)** , devendo o setor de compras proceder a emissão da ordem de serviço devendo o ato em questão ser publicado no site oficial do município, e, ainda no diário oficial dos municípios mineiros, (AMM), na forma contida no parágrafo único do art. 72 da já citada lei de licitações.

Quartel Geral, 21 de agosto de 2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:0DF8EEAF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

–PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/ MG – Processo licitatório nº 270/2026 – Pregão Eletrônico/Registro de preço: 51/2026. Torna publico para conhecimento dos interessados o aviso de licitação do processo licitatório cujo objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDIMENTO AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DO MUNICIPIO DE QUARTEL GERAL CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. Data de abertura das propostas comerciais e abertura da sessão do pregão eletrônico: dia 11/09/2026 ás 08:00 hs. Site para realização do pregão eletrônico: https://ammlicita.org.br/. Informações (37) 999575102–

***CIBELE DE ASSIS CAMPOS* –**
Presidente da Comissão Permanente de Licitação 25/08/2026

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:DF9631CB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DECRETO Nº 061/2026

Regulamenta, no âmbito do Município de Quartel Geral/MG, a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), instituída pela Lei Federal nº 14.399, de 08 de julho de 2022, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura;
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, no âmbito municipal, a execução das ações de fomento previstas na referida Lei,
DECRETA:
Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Município de Quartel Geral/MG, a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), ciclo II, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento humano, social e econômico, por meio da promoção do pleno exercício dos direitos culturais, observado o respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura.
Art. 2º Para fins de execução da PNAB ciclo II, o Município:
I – instituirá a Comissão para Monitoramento, Fiscalização e Avaliação, nos termos deste Decreto;
II – promoverá o cumprimento e execução fiel do Plano de Aplicação de Recursos (PAAR), aprovado pelo Ministério da Cultura;
III – executará diretamente os recursos transferidos pela União, nos termos da Lei Federal nº 14.399/2022.
§ 1º A Secretaria Municipal de Cultura será o órgão responsável pela gestão administrativa e operacional da PNAB no âmbito municipal, atuando em parceria com o Conselho Municipal de Política Cultural.
§ 2º A Comissão para Monitoramento, Fiscalização e Avaliação atuará de forma consultiva e deliberativa, sem prejuízo das competências da Secretaria Municipal de Cultura.
Art. 3º Compete à Comissão para Monitoramento, Fiscalização e Avaliação da PNAB:
I – acompanhar a execução da PNAB no âmbito municipal;
II – participar da elaboração dos editais e chamadas públicas;
III – deliberar sobre a seleção, classificação e priorização dos projetos culturais, conforme critérios estabelecidos em edital;
IV – auxiliar na execução do Plano de Ação e do PAAR;
V – fiscalizar a aplicação dos recursos e a prestação de contas dos beneficiários, quando couber;
VI – propor medidas corretivas, inclusive a instauração de tomada de contas especial, quando necessário;
VII – elaborar relatórios de monitoramento e avaliação da execução da PNAB no Município.
VIII – Promover o parecerismo e avaliação dos projetos;
IX - Publicar e assinar os resultados preliminares e finais;

Parágrafo único. As decisões da Comissão deverão disponibilizadas no sítio eletrônico, e no Diário Oficial.
Art. 4º A Comissão para Monitoramento, Fiscalização e Avaliação será composta por:
I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura, que exercerá a presidência;
II – 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal, designado pelo Prefeito;
III – 02(dois) representantes da Sociedade Civil
§ 1º A participação na Comissão será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

§ 2º Os membros deverão se declarar impedidos quando houver interesse direto nos projetos em análise.
Art. 5º Os recursos previstos na Lei Federal nº 14.399/2022 serão destinados às linhas de ação definidas no Plano de Ação e no Plano de Aplicação de Recursos (PAAR).
§ 1º Serão consideradas elegíveis as entidades e espaços culturais com, no mínimo, 01 (um) ano de funcionamento comprovado e atuação regular em atividades artístico-culturais.
§ 3º Os editais serão amplamente divulgados no sítio eletrônico oficial da Prefeitura e publicados na forma da Lei Orgânica Municipal, devendo conter:
I – requisitos de participação;
II – cronograma;
III – critérios de avaliação;
IV – valores dos benefícios;
V – procedimentos de prestação de contas.
§ 4º A homologação dos resultados e os valores dos benefícios concedidos serão publicados no site oficial do Município, e Diário Oficial.
§ 5º O beneficiário firmará Termo de Responsabilidade ou instrumento equivalente com a Secretaria Municipal de Cultura, comprometendo-se a aplicar os recursos conforme os objetivos da Lei Federal nº 14.399/2022.
Art. 6º Poderão ser editados atos complementares necessários à implementação das ações previstas neste Decreto.
Art. 7º É obrigatória a inserção das marcas do Governo Municipal, do Governo Federal e da Política Nacional Aldir Blanc em todas as ações, produtos, peças de divulgação e materiais decorrentes da execução da PNAB, observadas as diretrizes do Ministério da Cultura, e vedações eleitorais.
Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Cultura, ouvida a Comissão Municipal de Acompanhamento e Fiscalização, observada a legislação vigente.
Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quartel Geral, 24 de Agosto de 2026.

GASPAR CARLOS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:67C0A0A3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE CONTRATO.

–**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/ MG** – Processo licitatório nº 242/2026 – Pregão Eletrônico/Registro de Preço: 45/2026. Torna publico para conhecimento dos interessados o Extrato da ata contrato do processo licitatório cujo objeto**: Aquisição de fogão, notebooks e purificador de água para atendimento as demandas de diversos setores da Prefeitura Municipal de Quartel Geral.** Fornecedor: **LUDMILA APARECIDA DE SOUZA, valor total da ata de contrato R$ 26.460,00; AGR SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, valor total da ata de contrato R$ 377,00; REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA valor total da ata de contrato R$ 588,50**. Vigência das atas 20/08/2026 a 19/08/2027. Informações (37) 999575102–

CIBELE DE ASSIS CAMPOS –
Presidente da Comissão Permanente de Licitação 20/08/2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:890AEFF1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PORTARIA DE Nº 02/2026.

"Nomeia fiscal de contratos alusivo aos contratos, e, atas de RP do instituto de previdência municipal de Quartel Geral- FUNDOPREV, e dá outras providências".

CONSIDERANDO o disposto do art. 117 da lei federal 14.133/2021, "A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição".
CONSIDERANDO, o disposto contido no art.5º § 1º do Decreto Municipal de nº 091/2021 que "define os serviços contínuos no âmbito do município de Quartel Geral/MG;
CONSIDERANDO que no âmbito do instituto de previdência municipal de Quartel Geral- FUNDOPREV não há servidor efetivo para a realização tal mister;
RESOLVEM:
Art.1º – Nomear o fiscal do contrato, e ata de RP geridas pelo instituto de previdência municipal de Quartel Geral- FUNDOPREV, a conselheira **Fernanda Aparecida Campos.**
Art.2º- Compete ao fiscal nomeado na forma do artigo anterior acompanhar a execução do contrato firmado com os licitantes indicados podendo delegar poderes a outros servidores para tal mister, devendo acompanhar a execução dos serviços prestados na presente ata de RP com as seguintes atribuições:
I– Acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido contrato, e atas de Registros de preços sob sua gestão averiguando se os materiais ou serviços foram efetivamente prestados na forma do termo de referência do processo licitatório ou projeto básico no caso de obras, contratações diretas;
II – Comunicar ao **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, **(COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**), eventual incongruência na execução do termo de referência, e demais itens do edital de Licitação, bem como a Controladoria interna do município para que tome as providencias cabíveis;
III- Comunicar ao licitante contratado sob eventuais falhas na execução do termo de referência, e ainda, no contrato firmado entre as partes;
IV- Comunicar ao almoxarifado municipal, vícios ou defeitos nos materiais entregues para que seja procedida a imediata devolução em conformidade com as regras estabelecidas pelo CDC, (Código de Defesa do Consumidor);
V- O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
VI- O fiscal do contrato será auxiliado pelos **ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO** e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
VII- Na hipótese da contratação de terceiros prevista no caput deste artigo, deverão ser observadas as seguintes regras:
I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;
II - a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.
Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2026.

Quartel Geral, 07 de janeiro de 2026.

ALINE ALVES FIUZA
Superintendente do FUNDOPREV

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:DB7FFF5A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 001/2026

DESIGNA SERVIDOR PARA AS FUNÇÕES DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Superintendente do Instituto de Previdência Municipal de Quartel Geral - FUNDOPREV, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, **RESOLVE:**
Art. 1º Fica designado o servidor do Poder Executivo Municipal, **VONINHO ALVES DA SILVA,** para exercer e atuar nas funções de Agente de Contratação do Instituto de Previdência Municipal de Quartel Geral – FUNDOPREV durante o exercício financeiro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir do dia 02 de janeiro de 2026.

Quartel Geral, 06 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

ALINE ALVES FIUZA
Superintendente do FUNDOPREV

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:5BAE1E10

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 017/2026

Nomeia Comissão para Monitoramento, Fiscalização e Avaliação dos Resultados dos projetos culturais habilitados nos editais da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) ciclo II, do Município de Quartel Geral/MG.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, nomeia, Comissão para Monitoramento, Fiscalização e Avaliação da PNAB ciclo II de Quartel Geral/MG
Considerando a Lei Complementar 14.399/2022, que instituiu a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), a Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), o Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB) e o Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento);

RESOLVE:
Art. 1° - Nomear a "Comissão para Monitoramento, Fiscalização e Avaliação" dos projetos culturais habilitados nos editais da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) que contará com a seguinte composição:

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura, que exercerá a presidência;
Nome: **Ana Aparecida Ferreira de Sousa**;

II – 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal, designado pelo Prefeito;
Nome: **Rozélia Geralda de Oliveira**;

III – 02 (dois) representante da Sociedade Civil designado pelo Prefeito;
Nome: **Aline Alves Fiúza**
Nome: **Fernando Junior Aires**

Art. 2º - São atribuições da Comissão acompanhar, fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes nos editais e termos de execução, processar e julgar os resultados dos projetos vinculados aos editais da PNAB.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quartel Geral, 24 de Agosto de 2026.

GASPAR CARLOS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:C0349B38

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RECREIO

SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 079/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2026 Nº CONTRATO: 071/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 079/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

Nº CONTRATO: 071/2026
PARTES: O MUNICÍPIO DE RECREIO – MG CONTROLE DE ACESSO LTDA – EPP.
OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a Contratação de empresa para prestação de serviços de disponibilização de software em nuvem para gestão de ponto eletrônico facial, para até 300 (trezentos) funcionários, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Recreio/MG.

DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026
VIGÊNCIA: 20/08/2026 á 19/08/2027
VALOR GLOBAL: O presente instrumento perfaz o valor global de R$ 9.000,00 (nove mil reais), correspondente a 12 (doze) parcelas mensais de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Especificação: Serviço Tecnologia P.J., natureza da despesa: 3.3.90.40.00, ficha: 53.e nas suas correspondentes para o exercício posterior.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021– Processo Administrativo nº 079/2026 – Dispensa de Licitação nº 017/2026.
SIGNATÁRIOS: Leandro Ferreira Medeiros, Prefeito Municipal de Recreio – MG e ÉRICA DE MELO GOMES, MG CONTROLE DE ACESSO LTDA – EPP,como testemunhas Ronei de Paula Costa e João Guilherme Costa Ferreira.

Publicado por:
Sabrina da Silva Rezende
Código Identificador:FE7A99CD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS

PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

A Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados/MG, torna público o Extrato de Termo Aditivo, do Contrato 100/2022 referente ao Processo Licitatório n° 087/2022, Modalidade Pregão Presencial, cujo objeto é a Contratação de ME, EPP ou equiparadas para prestação de serviços técnicos especializados em assessoria e consultoria em projetos de captação de recursos, elaboração, acompanhamento e prestação de contas de convênios/resoluções/termo de compromisso/termo de cooperação técnica celebrados com o Estado e União e o Município de Riacho dos Machados, conforme especificações no Termo de Referência.
CONTRATADA: MADIA AGUIAR SILVA 08917836607, CNPJ/MF sob o nº 30.759.224/0001-42
Vigência Final: 24/08/2027

RICARDO DA SILVA PAZ
Car Prefeito Municipal

Publicado por:
Erica Cristina da Silva
Código Identificador:839C79FA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
EDITAL DE CHAMAMENTO - 2ª CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA

EDITAL DE CHAMAMENTO – 2ª PUBLICAÇÃO

O Sr. Giovani Cesar Acorroni Romualdo, Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nomeado pela Portaria COR. Nº 042/2026, torna público a convocação para ser cientificada sobre agendamento de audiência no PAD 4015/2022, instaurado pelo Sr. Corregedor através do Termo de Instauração nº 019/2022 e determina publicação no "Diário Oficial dos Municípios" em 04/08/2026, tendo em vista o disposto no artigo 192, §4° da Lei Complementar 039/2006, CONVOCA e CITA, a processada relacionada a seguir, de paradeiro incerto e não sabido, com seu respectivo nº de processo 4015/2022, para comparecer perante esta Comissão, instalada à Rua Ari Teixeira da Costa, nº 1.180, bairro Savassi, na cidade de Ribeirão das Neves, no horário de 08:00 às 17:00 horas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da 2ª publicação deste edital no Diário Oficial dos Municípios, a fim de pessoalmente, no respectivo Processo, tomar ciência da data agendada para **prestar seu depoimento.**

MÁRCIA NAZARÉ SILVA/ 9262
PEB I no Município de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Valeria Januario Trindade
Código Identificador:CFDC3409

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
ENCERRAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 14477/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG
CORREGEDORIA MUNICIPAL

PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA - AUTOS: 14477/2025

Comissão Processante: Suelen Mesquita de Jesus, Mardem Santos Barbosa e Fernanda R. de A. Rodrigues.

RESULTADO: Processo arquivado, com fulcro no art. 174, I e II, da Lei Complementar Municipal 038/2006, modificada pela Lei Complementar Municipal 169/2017.

Data: 25/08/2026.

Publicado por:
Fernanda Ribeiro de Almeida Rodrigues
Código Identificador:19CC61AA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA/GAB. Nº 090/2026

Altera a Portaria/Gab. nº 076, de 25 de junho de 2026 que "*Designa membros para compor a Subcomissão Técnica de que trata a Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para análise e julgamento das propostas técnicas destinadas à contratação de Agência de Publicidade do Município".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem o inciso VI, do artigo 95 e com base na alínea "d", do inciso II, do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município e; considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Governo, através do Memorando SMUG-SPO nº 325/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso III, do art. 1º, da Portaria/Gab. nº 076, de 25 de junho de 2026, para proceder com a substituição de membro designado para compor a Subcomissão Técnica responsável pela análise e pelo julgamento das propostas técnicas destinadas à contratação de Agência de Publicidade do Município, conforme a seguir:

Art. 1º ……..

……
III –
Excluir: Marcos de Souza Lima, com vínculo com a Administração Municipal.
Designar: Jhonatan Toledo de Oliveira, com vínculo com a Administração Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ribeirão das Neves/MG, 21 de Agosto de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:587C443A

GERÊNCIA LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81 E 82 DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – Torna público, o extrato de homologação e atas de registro de preços nº 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81 e 82 de 2026, referente ao Pregão: Nº. 124/2025, Processo 6238/2025. Objeto: Registro de Preços para aquisição de utensílios domésticos.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 63/2026 – ADILENE ANASTACIA FRANCISCO ME – CNPJ- 22.619.793/0001-64 – vencedora dos itens 03, 04, 29, 30, 38, 39, 46, 62, 75, 97, 104, 105, 107, 109, 112, 113, 114, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 137, 138, 139, 141, 142, 146, 147, 148 e 152 – perfazendo o valor total de R$ 342.869,87 (Trezentos e quarenta e dois mil oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta e sete reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 64/2026 – COMERCIAL MARELLY EIRELI – CNPJ - 13.986.656/0001-77, Vencedora dos itens 02, 05, 07, 08, 09, 17, 18, 19, 20, 31, 33, 37, 40, 41, 43, 44, 48, 51, 54, 71, 72, 74, 77, 78, 92, 99, 102, 103, 108, 118, 129, 131 e 143, perfazendo o valor total de R$ 369.673,65 (Trezentos e sessenta e nove mil, seiscentos e setenta e três reais e sessenta e cinco centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 65/2026 – DMT COMERCIO DE PRODUTOS LTDA – CNPJ - 33.030.409/0001-00, Vencedora dos itens 10, 11, 12, 13, 15, 26, 28, 34, 47, 49, 50, 53, 55, 56, 57, 64, 81, 90, 93, 94, 95 e 96, perfazendo o valor total de R$215.090,03 (Duzentos e quinze mil noventa reais e três centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 66/2026 – MARIA APARECIDA ROSA DA SILVA SANTOS 57174075649 – CNPJ 43.187.819/0001-12 - vencedora dos itens 06, 23, 58, 67, 70, 79, 80, 91 e 151, perfazendo o valor total de R$ R$65.698,21 (Sessenta e cinco mil seiscentos e noventa e oito reais e vinte um centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 67/2026 – SILENE ALVES DE LIMA SOARES-ME – CNPJ - 01.018.592/0001-31, vencedora dos itens 14, 21, 25, 27, 73, 82, 88, 89, 101 e 132, perfazendo o valor total de R$ 136.733,40 (Cento e trinta e seis mil setecentos e trinta e três e quarenta centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 68/2026 – WTRADE INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA – CNPJ 21.856.981/0001-43 – vencedora dos itens 01, 16, 22, 66, 69, 116, 117 e 122, perfazendo o valor total de R$77.926,85 (Setenta e sete mil novecentos e vinte e seis reais e oitenta e cinco centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 69/2026 – COPA - COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA – CNPJ -

10.682.760/0001-80 – vencedora dos itens 24, 32, 82 e 87 – perfazendo o valor total de R$50.226,00 (Cinquenta mil e duzentos e vinte e seis reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 70/2026 – MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA .ME – CNPJ - 25.275.318/0001-06 – vencedora dos itens 35, 98, 111 e 115 – perfazendo o valor total de R$ 1.646,22 (Um mil seiscentos e quarenta e seis reais e vinte dois centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 71/2026 – BRUMALIMP MATERIAIS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS LTDA – CNPJ - 30.083.358/0001-96 – vencedora dos itens 36, 59 e 60 – perfazendo o valor total de R$14.669,70 (Quatorze mil seiscentos e sessenta e nove reais e setenta centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 72/2026 – BRUMADINHO PAPEL E COMERCIO LTDA – CNPJ – 18.285.097/0001-91 – vencedora dos itens 2, 135 e 144 – perfazendo o valor total de R$24.839,70 (Vinte e quatro mil oitocentos e trinta e nove reais e setenta centavos).
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 73/2026 – UNION MAGAZINE LTDA – CNPJ – 46.883.353/0001-88, – vencedora dos itens 45, 52, 63, 100, 130, 145 e 149 – perfazendo o valor total de R$ 61.272,00 (Sessenta e um mil duzentos e setenta e dois reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 74/2026 – NEW HOME COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA LTDA – CNPJ – 42.386.456/0001-81 – vencedora dos itens 61, 86, 134 e 136 – perfazendo o valor total de R$179.574,00 (Cento e setenta e nove mil quinhentos e setenta e quatro reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 75/2026 – GO VENDAS ELETRONICAS LTDA – CNPJ - 36.521.392/0002-62 – vencedora do item 65 – perfazendo o valor total de R$148.002,92 (Cento e quarenta e oito mil dois reais e noventa e dois centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 76/2026 – BAUER COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA – CNPJ – 45.740.175/0001-73 – vencedora do item 68 – perfazendo o valor total de R$5.354,25 (Cinco mil trezentos e cinquenta e quatro reais e vinte cinco centavos.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 77/2026 – PLANEJAR DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – CNPJ - 26.405.348/0001-52 – vencedora do item 76 – perfazendo o valor total de R$42.519,33 (Quarenta e dois mil quinhentos e dezenove reais e trinta e três centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 78/2026 – ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA – CNPJ - 14.323.297/0001-30 – vencedora dos itens 83, 84 e 110 – perfazendo o valor total de R$109.076,25 (Cento e nove mil setenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 79/2026 – COMERCIAL PEKER & PEKER LTDA – CNPJ - 52.924.327/0001-53 – vencedora do item 106 – perfazendo o valor total de R$5.779,18 (Cinco mil setecentos e setenta e nove reais e dezoito centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 80/2026 – WL NOGUEIRA DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ – **24.334.764/0001-81,** vencedora dos itens 128 e 133 – perfazendo o valor total de R$6.011,25 (Seis mil onze reais e vinte e cinco centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 81/2026 – K.C.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI – CNPJ - 09.251.627/0001-90 – vencedora dos itens 140 e 153 – perfazendo o valor total de R$ 91.490,00 (Noventa e um mil quatrocentos e noventa reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 82/2026 – LD BRAZIL COMERCIO E SERVIÇOS – CNPJ – **48.186.184/0001-52,** vencedora do item 154 – perfazendo o valor total de R$49.245,00 (Quarenta e nove mil duzentos e quarenta e cinco reais).

ALEX DE ALMEIDA FERREIRA SILVA/
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:5C9BDA31

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO 175/2026 RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 1ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES
Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes
EDITAL DE PUBLICAÇÃO –175/2026
RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 1ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

0089ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª JUNTA DE 2026

A Junta Julgou os recursos abaixo, com as seguintes decisões dos processos impetrados nesta JARI.

PLACA	DATA DECISÃO	DATA DA INFRAÇÃO	PROTOCOLO	NRO INFRAÇÃO	RESULTADO
HOC3F89	24/08/2026	31/12/2024	RJ-3224/2025	R100165191	INDEFERIDO
HOC3F89	24/08/2026	29/12/2024	RJ-3225/2025	R100164688	INDEFERIDO
ORA4J33	24/08/2026	21/12/2024	RJ-3228/2025	R100162582	INDEFERIDO
TCN9B25	24/08/2026	16/12/2024	RJ-3229/2025	R100161217	INDEFERIDO
PYA2H09	24/08/2026	21/12/2024	RJ-3230/2025	R100162525	INDEFERIDO
HNE0C11	24/08/2026	11/01/2025	RJ-3231/2025	AG08837804	INDEFERIDO
TCS4D48	24/08/2026	02/01/2025	RJ-3242/2025	R100165862	INDEFERIDO
TCS4D48	24/08/2026	02/01/2025	RJ-3243/2025	R100165858	INDEFERIDO
RVY6C95	24/08/2026	02/01/2025	RJ-3244/2025	R100165811	INDEFERIDO
HFB6E80	24/08/2026	25/12/2024	RJ-3245/2025	R100164038	INDEFERIDO
QWU0F35	24/08/2026	19/12/2024	RJ-3246/2025	R100162026	INDEFERIDO
MIN9515	24/08/2026	04/01/2025	RJ-3251/2025	R100166250	INDEFERIDO
DSP4H53	24/08/2026	29/12/2024	RJ-3252/2025	R100164840	INDEFERIDO
MIN9515	24/08/2026	04/01/2025	RJ-3256/2025	R100166272	INDEFERIDO
RUO4C81	24/08/2026	27/01/2025	RJ-3261/2025	AG08838292	INDEFERIDO
RUO4C81	24/08/2026	27/01/2025	RJ-3262/2025	AG08838291	INDEFERIDO

Total de Registros: 16

Das decisões da JARI cabem recursos tempestivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, ao Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais - CETRAN / MG. O Recurso deverá ser protocolado na JARI/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, Rua Ari Teixeira da Costa, n° 1.100, Bairro Savassi, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, CEP: 33880-630.

Presidência da JARI/RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Michele Viana de Freitas
Código Identificador:F804BCD5

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO 176/2026 RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO DAS NEVES
Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes
EDITAL DE PUBLICAÇÃO –176/2026
RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

079ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª JUNTA DE 2026

A Junta Julgou os recursos abaixo, com as seguintes decisões dos processos impetrados nesta JARI.

PLACA	DATA DECISÃO	DATA DA INFRAÇÃO	PROTOCOLO	NRO INFRAÇÃO	RESULTADO
KKV6190	24/08/2026	10/08/2025	RJ-218/2026	AG10206879	INDEFERIDO
TEU5J20	24/08/2026	16/08/2025	RJ-228/2026	R100215779	INDEFERIDO
PWX6429	24/08/2026	08/07/2025	RJ-227/2026	R100206308	INDEFERIDO
PWX6429	24/08/2026	30/06/2025	RJ-226/2026	R100204358	INDEFERIDO
PWX6429	24/08/2026	03/07/2025	RJ-225/2026	R100204931	INDEFERIDO
PWX6429	24/08/2026	02/07/2025	RJ-224/2026	R100204725	INDEFERIDO
PWX6429	24/08/2026	03/07/2025	RJ-223/2026	R100204939	INDEFERIDO
PWX6429	24/08/2026	25/06/2025	RJ-222/2026	R100203135	INDEFERIDO
HMA4060	24/08/2026	15/08/2025	RJ-221/2026	AG10203933	INDEFERIDO
HMH5406	24/08/2026	12/09/2025	RJ-220/2026	AG10215849	INDEFERIDO
RMD5C01	24/08/2026	17/08/2025	RJ-209/2026	R100215700	INDEFERIDO
OWT8J66	24/08/2026	08/09/2025	RJ-217/2026	R100221027	INDEFERIDO
OWT8J66	24/08/2026	15/08/2025	RJ-216/2026	R100215178	INDEFERIDO
OWT8J66	24/08/2026	15/08/2025	RJ-215/2026	R100215201	INDEFERIDO
OWT8J66	24/08/2026	09/09/2025	RJ-214/2026	R100220543	INDEFERIDO
OWT8J66	24/08/2026	25/08/2025	RJ-213/2026	R100217866	INDEFERIDO
HLN2G52	24/08/2026	04/08/2025	RJ-212/2026	AG10203912	INDEFERIDO
HOE2035	24/08/2026	11/07/2025	RJ-211/2026	R100207020	INDEFERIDO
RMD5C01	24/08/2026	19/08/2025	RJ-210/2026	R100216546	INDEFERIDO

Total de Registros: 19

Das decisões da JARI cabem recursos tempestivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, ao Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais - CETRAN / MG. O Recurso deverá ser protocolado na JARI/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, Rua Ari Teixeira da Costa, n° 1.100, Bairro Savassi, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, CEP: 33880-630.

Presidência da JARI/RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Michele Viana de Freitas
Código Identificador:1C9246F0

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO 177/2026 RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 1ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES
Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes
EDITAL DE PUBLICAÇÃO –177/2026
RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 1ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

0090ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª JUNTA DE 2026

A Junta Julgou os recursos abaixo, com as seguintes decisões dos processos impetrados nesta JARI.

PLACA	DATA DECISÃO	DATA DA INFRAÇÃO	PROTOCOLO	NRO INFRAÇÃO	RESULTADO
QUS4I02	25/08/2026	24/02/2025	RJ-3279/2025	AG08837996	INDEFERIDO
GZE3D56	25/08/2026	28/02/2025	RJ-3309/2025	AG08839881	INDEFERIDO
PWU9286	25/08/2026	23/01/2025	RJ-3303/2025	R100170316	INDEFERIDO
HKD3I33	25/08/2026	21/01/2025	RJ-3293/2025	R100169225	DEFERIDO
RUX1G32	25/08/2026	08/02/2025	RJ-3291/2025	AG08838688	INDEFERIDO
ORA7795	25/08/2026	07/12/2024	RJ-3286/2025	R100158467	INDEFERIDO
PVF7E64	25/08/2026	01/02/2025	RJ-3284/2025	R100171681	INDEFERIDO
TCW3G61	25/08/2026	14/01/2025	RJ-3283/2025	R100168299	DEFERIDO
NXX0I50	25/08/2026	10/03/2025	RJ-3281/2025	AG08841215	INDEFERIDO
QUS4I02	25/08/2026	24/02/2025	RJ-3280/2025	AG08837995	INDEFERIDO
RUO4C81	25/08/2026	01/02/2025	RJ-3265/2025	R100171822	INDEFERIDO
RME9C28	25/08/2026	19/12/2024	RJ-3278/2025	R100162110	INDEFERIDO
TCS4D48	25/08/2026	31/12/2024	RJ-3277/2025	R100165234	INDEFERIDO
TCS4D48	25/08/2026	31/12/2024	RJ-3276/2025	R100165244	INDEFERIDO
RVY6C95	25/08/2026	02/01/2025	RJ-3275/2025	R100165777	INDEFERIDO
TCS4D48	25/08/2026	31/12/2024	RJ-3274/2025	R100165230	INDEFERIDO
DQL3A61	25/08/2026	14/01/2025	RJ-3268/2025	R100168225	INDEFERIDO
DQL3A61	25/08/2026	15/01/2025	RJ-3267/2025	R100167932	INDEFERIDO
RUO4C81	25/08/2026	05/02/2025	RJ-3266/2025	R100172562	INDEFERIDO

Total de Registros: 19

Das decisões da JARI cabem recursos tempestivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, ao Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais - CETRAN / MG. O Recurso deverá ser protocolado na JARI/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, Rua Ari Teixeira da Costa, n° 1.100, Bairro Savassi, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, CEP: 33880-630.

Presidência da JARI/RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Michele Viana de Freitas
Código Identificador:D6ADC836

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
RECURSOS LANÇADOS NA 090° SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA JARIT DE 2026

Nos termos e conformidade dos dispositivos regulamentares vigentes, faz-se público, para conhecimento dos interessados que esta Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Transporte - (JARIT) / RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, quando da sessão realizada no dia 25/08/2026 julgou os recursos abaixo especificados, com as seguintes decisões.

NRO. DO ANI	ENQUADRAMENTO	PROTOCOLO	DATA DE JULGAMENTO	MOVIMENTO
2610	4045	753	25/08/2026	INDEFERIMENTO DO RECURSO- JARIT
2612	4045	781	25/08/2026	INDEFERIMENTO DO RECURSO -JARIT

TOTAL DE REGISTROS LISTADOS: 02

Presidência da JARIT/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Paula Lima Barros
Código Identificador:0676DF8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 029/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – Torna público o extrato da celebração do 6º Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Veículos N° 029/2023 no Processo Nº 198/2022.

Partes: Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves (Contratantes) com Interveniência da Secretaria Municipal de Administração e a empresa **LIG & LOKA LOCADORA DE VEÍCULOS EIRELI** (contratada).

Objeto do aditivo: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 60 (sessenta) dias, com início em 03 de agosto de 2026 e termino em 03 de outubro de 2026, perfazendo o valor total do aditivo de R$ 134.254,20 (cento e trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos).

Data da assinatura do aditivo: 03 de agosto de 2026.

ALEX DE ALMEIDA FERREIRA SILVA /
Secretaria Municipal De Administração

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:B37A3093

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 215/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – Torna público o extrato da celebração do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Administrativa N° 215/2019, referente ao Processo Nº 295/2018. Partes: Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves (Contratante) com Interveniência da Secretária Municipal de

Administração e a empresa **CONCESSIONÁRIA DE INFRAESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA SPE S/A** (contratada). **Objeto do aditivo:** acréscimo ao contrato, atribui-se aporte no valor de R$ 6.823.897,02 (seis milhões, oitocentos e vinte e três mil, oitocentos e noventa e sete reais e dois centavos). Data da assinatura do aditivo: 14 de agosto de 2026.

ALEX DE ALMEIDA FERREIRA SILVA /
Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:0D7BF8B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
15ª CONVOCAÇÃO PSS 001/2026 – ENTREVISTADOR SOCIAL - SMDSC

REGIONAL JUSTINÓPOLIS – 01 VAGA			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**DATA DA CONVOCAÇÃO**	**HORÁRIO**
3º PCD	Marco Júnio Freire Santos	27/08/2026	13:30

Os candidatos deverão comparecer à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, localizada à Rua Ari Teixeira da Costa, nº 1.100 - Savassi - Ribeirão das Neves-MG, na data e horário informados acima, munidos de toda a documentação de acordo com o item 11 e seus subitens do edital Processo Seletivo Simplificado 001/2026 – SMDSC, para comprovação das informações fornecidas no ato da inscrição.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:BC66083C

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
DESCLASSIFICADOS 14ª CONVOCAÇÃO PSS 001/2026 – ENTREVISTADOR SOCIAL - SMDSC

REGIONAL JUSTINÓPOLIS – 02 VAGAS				
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**DATA DA CONVOCAÇÃO**	**HORÁRIO**	**MOTIVO**
27º Ampla	Jaíza Sheila de Oliveira	25/08/2026	08:30	**Não compareceu à convocação.**

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:AF960A27

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO N° 016/2026

Partes: Município de Ribeirão das Neves, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania e a A**ssociação Promotora de Assistência Social - APAS**
Objeto: parceria para execução do projeto denominado – **"Reatar Convivios e Famílias VI"** conforme Emenda Parlamentar Federal n.º 202535950004
Valor do repasse: R$ 150.000,00
Vigência: 11 (Meses) de vigência, contados a partir da assinatura, sendo que no Plano de Trabalho deve ser executado em 9 meses.
Data da Assinatura: 24 de Agosto 2026
Processo Administrativo n.º 456.333.017432/2026-92

VANUSA PEREIRA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:A3771698

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
INDICAÇÃO DO GESTOR TERMO DE FOMENTO Nº 016/2026

Conforme preceitua a Portaria Gab. nº 007/2026, indico a Sra. Paula Rodrigues Menicuci Costa, matrícula nº 516.948, para atuar como Gestora da parceria firmada entre a Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, e a Associação Promotora de Assistência Social - APAS, através do Termo de Fomento nº 016/2026.

Ribeirão das Neves, 24 de Agosto de 2026.

VANUSA PEREIRA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:F2FDF68C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 063/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – Torna público o extrato da celebração do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços N° 063/2023 no Processo Nº 010/2023.

Partes: Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves (Contratantes) com Interveniência da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte e Secretaria Municipal de Fazenda e o **BANCO DO BRASIL S.A** (contratada).

Objeto do aditivo: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 24 (vinte e quatro) meses com início em 20 de julho de 2026 e término 20 de julho de 2028, permanecendo inalterados os valores unitários contratados.

Data da assinatura do aditivo: 17 de julho de 2026.

Leinilson Marcos Barbosa Alves / Secretaria Municipal De Segurança, Trânsito E Transportes

VITOR EUSTÁQUIO MOREIRA PEREIRA/
Secretário Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:8A2670EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Atestamos, para os devidos fins, a conclusão definitiva dos serviços **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE URBANIZAÇÃO DE VIA, COMPREENDENDO TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS COMPLEMENTARES COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NA RUA MÁRIO SOUZA LIMA DO BAIRRO SANTINHO** no município de Ribeirão das Neves, em conformidade com o contrato nº 003/2026, firmado em **15 de janeiro de 2026**, entre a Prefeitura Municipal e a empresa **MIX Construtora LTDA**, com a Ordem de Serviço emitida em 30 de março de 2026.

Ressaltamos que permanecem vigentes as garantias legais previstas no artigo 618 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), que assegura a responsabilidade do construtor por eventuais defeitos estruturais pelo prazo de cinco anos, além das obrigações estabelecidas na Lei 14.133/2021, que regula a execução do contrato e a responsabilidade pós-recebimento.

Ribeirão das Neves, 25 de agosto de 2026.

DÉCIO STAINE DE MEDEIROS	Representante Legal
Fiscal Do Contrato	***MIX CONSTRUTORA LTDA***

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal De Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:9BD61DE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Atestamos, para os devidos fins, a conclusão satisfatória da execução dos serviços de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA, VISANDO A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ PEDRO PEREIRA**, conforme estabelecido no contrato n° **190/2023**, de 09 de novembro de 2023, celebrado entre este órgão e a empresa **CHX CONSTRUÇÕES LTDA.** Ordem de Serviço 001/2023 de 07 de Dezembro de 2023.
Qualquer pendência ou ajuste necessário será tratado conforme as cláusulas contratuais, e a entrega definitiva estará sujeita à realização de eventuais correções ou complementações, de acordo com as normas estabelecidas.

Ribeirão das Neves, 21 de Agosto de 2026.

CIBELE PEREIRA SANTIAGO
Engenheira Civil

ÉDER PEREIRA HENRIQUES
CHX Construções LTDA

DOLORES KICILA ALVES CARLOS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:2A75E69E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE RODEIRO
ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE RODEIRO-MG

ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE RODEIRO-MG.

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 19 horas, nesta cidade de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, à Rua Sebastião Contin, 192, no Plenário "Vereador Frontino Amorin Teixeira" da Câmara Municipal, devidamente convocada pelo Presidente Gilberto Guerra Mendonça para a vigésima quinta reunião ordinária do ano de 2026. Iniciado os trabalhos, o Presidente Gilberto Guerra Mendonça fez a chamada do Vereador 1º Secretário Talles Costa e Souza e determinou que ele procedesse a chamada. Procedida a chamada, os demais vereadores responderam Antônio Carlos Cordeiro, Edivaldi Leonel, Gilberto Guerra Mendonça, Gilson Corrêa das Neves, Jorge Filgueiras da Silva, Luiz Geraldo da Silva Junior, Matheus Ferreira Teixeira e Paulo Sergio Pereira de Mendonça.

EXPEDIENTE: Havendo número legal de vereadores, conforme o art. 101, § 3º, do Regimento Interno, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Em seguida, foi concedida a palavra ao Sr. Augusto Lopes da Rocha Neto, Presidente do CONSEP, para fazer uso da Tribuna José Luiz de Almeida, seguido do Coordenador do Curso de Formação da Guarda Civil Municipal (GCM), que trataram da implantação, formação e apresentação da GCM no Município. Na oportunidade, manifestaram-se os Vereadores Luiz Geraldo, Paulo Sérgio, Edivaldi, Talles, Matheus, Gilson, Jorge, Antônio Carlos e Gilberto, que parabenizaram a iniciativa, apresentaram questionamentos e esclareceram suas dúvidas junto ao Coordenador. Também fez uso da palavra o Sr. Ítalo Ferrari, que, em nome da Guarda Civil Municipal presente, agradeceu pela oportunidade e pela iniciativa. Em seguida, foi concedida a palavra ao Prefeito José Carlos, que discorreu sobre a segurança pública no Município e sobre a convocação inicial de 6 (seis) Guardas Civis Municipais. Por fim, foi concedida a palavra ao Tenente Guilherme, da Polícia Militar, que parabenizou os integrantes da Guarda Civil Municipal e solicitou a esta Casa Legislativa, em outro momento, a oportunidade de apresentar os números referentes à atuação da Polícia Militar no Município. Na oportunidade, manifestaram-se os Vereadores Talles, Antônio Carlos e Gilberto. Em seguida, foi realizada a apresentação dos integrantes da Guarda Civil Municipal presentes.

ENCERRAMENTO: Não havendo mais matéria a ser discutida o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos e mandou que se lavrasse a presente ata. Talles Costa vereador que secretariou os trabalhos mandou que lavrasse a presente ata, que lida e se aprovada vai por todos assinada.

Plenário "Vereador Frontino Amorin Teixeira", 24 de agosto de 2026.

A íntegra da reunião está disponível no link: https://youtube.com/live/J0JSaF0hnHE?feature=share

Publicado por:
Mayra Cação da Silva
Código Identificador:ADAE5741

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITÓRIO Nº 093/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2026 EDITAL Nº 059/2026

Publicação

O Município de Rodeiro torna público que se realizará:

PROCESSO LICITÓRIO Nº 093/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2026
EDITAL Nº 059/2026

OBJETO: Registro de Preços para aquisição estimada de materiais e equipamentos odontológicos e hospitalares para uso nas unidades de saúde, pela Secretaria Municipal de Saúde.

Em virtude de compromisso inadiável da pregoeira, o qual surgiu no curso da publicação do edital, fica redesignada a sessão de julgamento conforme abaixo disposto:

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 09/09/2026 ÀS 09H00MIN
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO
EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

Link: www.ammlicita.org.br

O Edital completo encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Rodeiro:
https://www.rodeiro.mg.gov.br/, na plataforma de realização da fase de lances: www.ammlicita.org.br e PNCP.

Informações pelos telefones: 32 34350135 ou e-mail: licitacao@rodeiro.mg.gov.br

Publicado por:
Lilian Aparecida da Silva Medina
Código Identificador:77CA4F16

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025 CONTRATO Nº 056/2025

Extrato do Primeiro Termo de Aditivo Contratual

Processo Licitatório Nº 077/2025
Pregão Eletrônico Nº 007/2025
Contrato Nº 056/2025
Fica prorrogado o Contrato original acima descrito para o período de 27/08/2026 a 27/08/2027.
Fica reajustado o valor mensal do contrato para R$ 12.742,05 (doze mil, setecentos e quarenta e dois reais e cinco centavos), mediante aplicação do percentual de 4,443020% conforme índice do IPCA acumulado nos últimos 12(doze) meses.
As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.
Data da assinatura: 25/08/2026
Signatários: José Carlos Ferreira, Prefeito Municipal – CONTRATANTE e Claudiney Alves- EMPRESA TRUSTIT - CONFIANCA E TECNOLOGIA LTDA - CONTRATADA

Publicado por:
Lilian Aparecida da Silva Medina
Código Identificador:7FB52EB4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2026 EDITAL Nº 052/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2026
EDITAL Nº 052/2026

O Prefeito do Município de Rodeiro/MG, em observância aos dispositivos da Lei 14.133/21 e tendo em vista o julgamento do Processo Licitatório nº 086/2026, Pregão Eletrônico para Registro de preços nº 046/2026, **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços estimados de produção e veiculação de áudio por meio de Propaganda Volante, para divulgação de comunicados, atos oficiais, avisos e convocações, de interesse da Prefeitura Municipal de Rodeiro e suas Secretarias,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme as especificações dos anexos e edital, houve por bem HOMOLOGAR o presente processo licitatório, manifestando sua CONCORDÂNCIA com o julgamento do certame, devendo o setor competente promover a emissão da nota de empenho/contrato, nos termos do ato convocatório, em favor dos seguintes licitantes:

NOME/RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE/ CNPJ	VALOR TOTAL
22.177.467 ELSON GOMES FILHO; CNPJ/CPF 22.177.467/0001-44	R$ 100.000,00

Rodeiro, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Iohana de Oliveira Nogueira
Código Identificador:57D66914

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026 EDITAL Nº 055/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026
EDITAL Nº 055/2026

O Prefeito do Município de Rodeiro/MG, em observância aos dispositivos da Lei 14.133/21 e tendo em vista o julgamento do Processo Licitatório nº 089/2026, Pregão Eletrônico para Registro de preços nº 049/2026, **Registro de Preços para contratação de empresa habilitada para prestação de serviços estimados de manutenção preventiva e corretiva nos veículos leves e pesados, incluindo o fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais da marca do veículo, constantes nas tabelas das montadoras/fabricantes, com a opção de utilizar o software de orçamento eletrônico CILIA, AUDATEX, ORION, TRAZ VALOR, ou outro similar ou superior, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme as especificações dos anexos e edital, houve por bem HOMOLOGAR o presente processo licitatório, manifestando sua CONCORDÂNCIA com o julgamento do certame, devendo o setor competente promover a emissão da nota de empenho/contrato, nos termos do ato convocatório, em favor dos seguintes licitantes:

NOME/RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE/ CNPJ	VALOR TOTAL
ANA CAROLINA HONORIO RUFATO 10993857680; CNPJ/CPF 45.561.671/0001-60	R$ 671.205,60
J L TEIXEIRA SERVIÇOS E PEÇAS LTDA; CNPJ/CPF 28.652.191/0001-95	R$ 822.920,00

Rodeiro, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Iohana de Oliveira Nogueira
Código Identificador:6AF062BA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 537/2026

DECRETO Nº 537/2026

Dispõe sobre a prorrogação do Processo Administrativo no 02/2026 e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Rodeiro/MG, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogação do Processo Administrativo para conclusão dos trabalhos;

CONSIDERANDO o memorando da Comissão de Processo Administrativo, solicitando a prorrogação;

CONSIDERANDO o art. 5o do Decreto no 525/2026 que prevê tal possibilidade;

Decreta:

Art. 1º Fica prorrogado, por 60(sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, bem como para realização da decisão final pela autoridade competente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a data de 24 de agosto de 2026.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 25 de agosto de 2026.

JOSE CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:8F47BC51

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 538/2026

DECRETO Nº 538/2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Rodeiro e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Rodeiro, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Constituição da República Federativa do Brasil, que estabelece o regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na organização de seus sistemas de ensino;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente quanto à organização dos sistemas municipais de ensino e à atuação dos Municípios na educação infantil e no ensino fundamental;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e estabelece diretrizes para a colaboração entre os entes federativos com vistas à garantia do direito à alfabetização;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 48.939, de 2024, que institui o Pacto Mineiro pela Alfabetização no âmbito do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Rodeiro, ações articuladas e permanentes destinadas à garantia do direito à alfabetização, em consonância com as diretrizes nacionais e estaduais de educação e com as especificidades do Município;

Decreta:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização como documento balizador de ações e estratégias para assegurar a alfabetização de estudantes desde a pré-escola (turmas de Pré I, Pré II) até o final do 2º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais I Ciclo, promovendo ações articuladas e sustentadas nas legislações nacionais e diretrizes pedagógicas atualizadas.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:
I. A garantia do direito à educação de qualidade e inclusiva, respeitando a diversidade sociocultural e as necessidades específicas dos educandos;
II. A articulação entre educação infantil e ensino fundamental, assegurando a continuidade pedagógica;
III. Alfabetização em Língua Portuguesa - aprendizagem do sistema de escrita alfabética, com domínio de suas convenções, com autonomia para a produção de textos escritos e leitura de textos com fluência e compreensão;
IV. Letramento em Língua Portuguesa - uso da linguagem em práticas sociais de leitura e escrita;
V. Alfabetização em Matemática - uso de conceitos matemáticos em diferentes contextos e práticas sociais;
VI. Compreensão de alfabetização e letramento como processos indissociáveis;
VII. A formação contínua e valorização dos profissionais da educação;
VIII. A integração entre as políticas públicas municipais voltadas para a infância;
IX. O monitoramento e avaliação permanente dos processos de ensino e aprendizagem.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I - integração e cooperação entre os entes federativos, respeitado o disposto no § 1º do art. 211 da Constituição da República Federativa do Brasil, promovendo a colaboração entre União, Estados e Municípios para a melhoria contínua do processo de alfabetização;
II - adesão voluntária a programas e ações do Ministério da Educação que corroborem o Currículo da Rede Municipal de Ensino, assegurando que as iniciativas nacionais complementem e fortaleçam as diretrizes locais;
III - implantação de programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino, com foco na promoção de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas;
IV - valorização e desenvolvimento de programas de formação continuada de professores alfabetizadores, coordenadores e gestores, assegurando que os profissionais estejam constantemente atualizados com as práticas de ensino de alfabetização e letramento nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.
V - adoção da concepção interacionista de linguagem, em que a língua é o recurso para realizar ações linguísticas, o meio para a interação social, o diálogo, a produção e construção de sentidos, em situações de leitura, escrita e oralidade;
VI - aquisição da língua escrita com função social, como instrumento de oportunidades, superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania, sendo seu ensino por meio da sistematização de escrita alfabética e dos diferentes gêneros textuais;
VII - valorização do letramento e das práticas sociais letradas desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental;
VIII - valorização de uma metodologia dialógica e reflexiva na alfabetização e no letramento matemático, que possibilite aos estudantes a construção e a compreensão dos conceitos matemáticos por meio da resolução de problemas;

Art.4º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I - assegurar que as crianças desde a pré-escola (turmas de pré I, pré II) tenham garantidos o acesso a criação de uma cultura de leitura, escrita e oralidade na rotina das crianças, e a ampliação das suas experiências com a linguagem escrita com promoção de reflexões sobre o significado da infância e sobre como aproximar as crianças de experiências que façam sentido em suas vidas
II - promover as condições necessárias para que todos os estudantes sejam alfabetizados até o final do 2º ano do Ensino Fundamental garantindo o direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem sucedidas;
III - implementar programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino.
IV- fomentar pesquisas voltadas ao desenvolvimento de adequações pedagógicas, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com o objetivo de promover o ensino e a aprendizagem de estudantes público-alvo da educação inclusiva, assegurando condições de acessibilidade plena;
V- selecionar e ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização de estudantes, assegurada a diversidade de recursos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados no processo de ensino-aprendizagem;
VI - participar das avaliações externas de larga escala da alfabetização promovidas pelos sistemas federal e estadual de avaliação, quando aplicáveis, bem como desenvolver instrumentos próprios de monitoramento e avaliação, considerando a realidade de cada comunidade escolar, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os estudantes até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES

Art. 5º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:

I - priorização da alfabetização até os dois primeiros anos do Ensino Fundamental;
II - incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral, leitura e formação leitora a partir da Educação Infantil, sendo as ações intensificadas nas turmas de Pré I, Pré II e mantidas nos demais anos escolares;
III - estímulo aos hábitos de leitura e escrita de diferentes gêneros textuais e à apreciação literária por meio de ações que os integrem a prática cotidiana das famílias e/ou responsáveis, escolas, bibliotecas e de outras instituições educacionais;
IV - valorização do professor alfabetizador, reconhecendo seu papel fundamental no processo de ensino – aprendizagem;
V - promoção de estudos nas unidades educacionais aos professores alfabetizadores, realizadas pelas equipes pedagógicas das unidades escolares e dos formadores das equipes de orientadores pedagógicos ou formadores da Secretaria Municipal de Educação;
VI - fortalecimento das equipes gestoras das unidades escolares por meio de estudo/mentorias e ações formativas;
VII - fortalecimento das equipes técnico-pedagógicas (orientadores pedagógicos, formadores) com a participação em palestras, congressos, simpósios e afins, relacionados à alfabetização e ao letramento;
VIII - elaboração de materiais pedagógicos, pela equipe técnico-pedagógica (orientadores pedagogicos, formadores) da Secretaria Municipal de Educação, para subsidiar o planejamento dos professores de Educação Infantil e professores alfabetizadores;
IX - fundamentação nos estudos e encaminhamentos orientados pela BNCC, pelo Currículo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Anos Iniciais e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

CAPÍTULO IV
DO PÚBLICO-ALVO

Art. 6º A Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:
I-crianças matriculadas na Educação Infantil nas turmas de pré I, pré II;
II-estudantes das turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
III-estudantes dos ciclos subsequentes do Ensino Fundamental que apresentam níveis aquém do esperado na alfabetização;
IV-estudantes da Educação de Jovens e Adultos;
V-estudantes das comunidades escolares quilombolas.

Parágrafo único. São beneficiários prioritários da Política Municipal de Alfabetização os grupos a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo.

Art. 7º São agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização:
I - professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de Pré I e Pré II;
II - professores atuantes nas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;
III - professores das comunidades escolar quilombola;
IV - pedagogos escolares que atuam com turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;
V - diretores escolares de turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;
VI - demais profissionais que atuam nas unidades educacionais (turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental);
VII - equipe técnico-pedagógica (Orientador pedagógico / Formadores) da Secretaria Municipal da Educação (turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental);
VIII -comunidade escolar.

CAPÍTULO V
DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 8º A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de programas e ações que incluam:
I - orientações curriculares e estabelecimento de metas objetivas, propostas a partir dos documentos legais, para a Educação Infantil (turmas de Pré I, Pré II) e para as turmas de 1º e 2º Ano do Ensino fundamental;
II - formação de professores de Educação Infantil (atuantes nas turmas de Pré I, Pré II), e de turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental voltada para a alfabetização e letramento;
III - ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e matemáticos e de metodologia de ensino de Língua Portuguesa e Matemática em programas de formação continuada de professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de Pré I, Pré II, e de professores de turmas de 1º e 2º Ano do Ensino Fundamental;
IV - oferta de formação continuada e emissão de certificação de participação ou conclusão das ações formativas destinadas aos professores alfabetizadores, observada a legislação aplicável;
V - formação de gestores educacionais para dar suporte pedagógico aos professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de Pré I e Pré II, aos professores alfabetizadores do Ensino Fundamental e às crianças e aos estudantes;
VI - seleção e/ou produção de materiais didático-pedagógicos destinados à alfabetização, com promoção de formação de professores para o uso desses materiais;
VII - produção e disseminação de materiais com pesquisas de fundamentação teórica e encaminhamentos metodológicos, e de boas práticas de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática;
VIII - difusão de recursos educacionais para ensino e aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática;
IX - recomposição de aprendizagens para estudantes que não tenham sido plenamente alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental ou que apresentem dificuldades nesse processo;
X - documentação das ações planejadas para recompor as aprendizagens dos estudantes em processo de alfabetização, por meio de um plano de apoio pedagógico;
XI - incentivo à elaboração e à validação de instrumentos de avaliação e diagnóstico interno;
XII - elaboração, organização e aplicação de avaliação interna e externa de larga escala nas turmas de 2º ano do Ensino Fundamental em unidades municipais de ensino.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 9.Constituem mecanismos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização:
I - monitoramento e avaliação da qualidade, eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementadas por meio da Secretaria Municipal da Educação;
II - monitoramento da aprendizagem dos estudantes em processo de alfabetização, avaliado pelos instrumentos de acompanhamento pedagógico realizado pelos professores, coordenadores, gestores das unidades educacionais, com acompanhamento da equipe técnico-pedagógica (orientador pedagógico, formadores) da Secretaria Municipal da Educação;
III - acompanhamento dos registros das ações planejadas para recompor as aprendizagens dos estudantes em processo de alfabetização;
IV - análise de resultados de avaliações internas e externas e incentivo ao uso deles nos processo de ensino – aprendizagem;
V - desenvolvimento de indicadores municipais para avaliar a eficácia escolar na alfabetização, que priorizem a fluência em leitura oral, a competência leitora, a proficiência em escrita e em matemática;
VI - incentivo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas para avaliar programas e ações desta Política.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal da Educação, conforme a Política Municipal de Alfabetização, a elaboração do Plano de Trabalho Anual de Alfabetização.

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Educação a coordenação estratégica dos programas e das ações decorrentes desta Política, cabendo-lhe realizar seu acompanhamento e monitoramento, sem prejuízo das competências legalmente atribuídas ao Conselho Municipal de Educação.

Art. 12. O Poder Executivo poderá instituir, mediante ato próprio, comissão intersetorial de caráter técnico e colaborativo, destinada a apoiar a implementação das ações previstas nesta Política, observadas as competências dos órgãos municipais e a legislação vigente.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 25 de agosto de 2026.

JOSE CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:C2ED74DE

GABINETE DO PREFEITO
PORATRIA Nº 5955/2026

PORTARIA Nº 5955/2026

Dispõe sobre a lotação de servidor público municipal.

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Lotar o servidor **Luan da Costa Moitinho**, ocupante do cargo de **Psicólogo**, na **Secretaria Municipal de Saúde**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua posse.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:FC4A2550

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5953/2026

PORTARIA N° 5953/2026

Nomeia Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal de Alfabetização e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de Minas Gerais e a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 538/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Rodeiro;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações, programas e estratégias decorrentes da Política Municipal de Alfabetização;

Resolve:

Art. 1º Fica constituída a **Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal de Alfabetização**, com a finalidade de acompanhar, monitorar e subsidiar a execução das ações, programas e estratégias previstos no Decreto Municipal nº 538/2026.

Art. 2º Compete à Comissão:
I – acompanhar a implementação das ações previstas na Política Municipal de Alfabetização;
II – monitorar os resultados das ações e estratégias desenvolvidas no âmbito da Rede Municipal de Ensino;
III – analisar dados e informações relacionados ao processo de alfabetização e aos resultados das avaliações internas e externas;
IV – subsidiar a Secretaria Municipal de Educação na identificação de avanços, dificuldades e necessidades de intervenção pedagógica;
V – contribuir para o acompanhamento das ações de formação continuada dos profissionais da educação e das demais ações previstas na Política Municipal de Alfabetização;
VI – elaborar, quando solicitado, relatórios, registros e informações acerca da execução e dos resultados da Política Municipal de Alfabetização;
VII – exercer outras atividades de natureza técnica e de acompanhamento que sejam compatíveis com as finalidades da Comissão e que lhe sejam atribuídas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º A Comissão será composta pelos seguintes servidores do quadro de pessoal do Município:

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO/CARGO
Ana Paula Fernandes Teixeira Silva	193	Diretora de Educação Infantil
Elk Leticia Bento Mauricio Tavares	3292	Professora Educação Infantil e Fundamental
Emiliane Maria de Freitas Maciel	1288	Professora 2º ano do Ensino Fundamental
Raquel Soares Gomes	1276	Articuladora RENALFA
Patricia de Fátima Teixeira Santos	410	Secretária Municipal de Educação

§ 1º Os membros da Comissão exercerão suas atribuições sem prejuízo das funções próprias de seus respectivos cargos ou funções.

§ 2º A atuação dos membros da Comissão será considerada de relevante interesse público, não ensejando, por si só, o pagamento de gratificação, adicional ou qualquer outra vantagem, salvo se houver previsão legal específica.

Art. 4º A Comissão será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, à qual caberá fornecer as orientações e o suporte necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

Art. 5º A Comissão poderá solicitar aos órgãos e unidades da Administração Municipal informações e dados necessários ao desempenho de suas atribuições, observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 6º Os trabalhos da Comissão deverão observar as diretrizes, objetivos, princípios, mecanismos de implementação, monitoramento e avaliação estabelecidos pelo Decreto Municipal nº 538/2026.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:F2DF4D0D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5954/2026

PORTARIA N. 5954/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Priscilla Haber de Souza Sudre**, servidora efetiva no cargo de servente escolar, matrícula nº 1512, para ocupar o Cargo em Comissão de **Assessor I**, da Lei Complementar n. 070/2025 e Decreto Municipal nº 532/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 03/08/2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:359431AB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5956/2026

PORTARIA Nº 5956/2026

Dispõe sobre a lotação de servidor público municipal.

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Lotar o servidor **Renan Camara de Lorena Miranda**, ocupante do cargo de **Servente Escolar**, na **Secretaria Municipal de Educação**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua posse.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:B31937BD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5957/2026

PORTARIA Nº 5957/2026

Dispõe sobre o início do estágio probatório.

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o início do estágio probatório de **Renan Camara de Lorena Miranda,** ocupante do cargo de **Servente Escolar**, a partir de 17/08/2026.

Art. 2º O estágio probatório terá duração de 03 (três) anos, nos termos da Constituição Federal e legislação municipal aplicável.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:B5E5F0B7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5958/2026

PORTARIA Nº 5958/2026

Dispõe sobre a lotação de servidor público municipal.

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Lotar o servidor **Gabriel Braz Alves**, ocupante do cargo de **Motorista**, na **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua posse.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:FCE5D879

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5959/2026

PORTARIA Nº 5959/2026

Dispõe sobre o início do estágio probatório.

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o início do estágio probatório de **Gabriel Braz Alves,** ocupante do cargo de **Motorista**, a partir de 17/08/2026.

Art. 2º O estágio probatório terá duração de 03 (três) anos, nos termos da Constituição Federal e legislação municipal aplicável.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:1A9148D8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5960/2026

PORTARIA Nº 5960/2026

Dispõe sobre a lotação de servidor público municipal.

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:
Art. 1º Lotar o servidor **Magna Maria Marques Lopes de Oliveira**, ocupante do cargo de **Servente Escolar**, na **Secretaria Municipal de Educação**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua posse.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:837112B6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5961/2026

PORTARIA Nº 5961/2026

Dispõe sobre a lotação de servidor público municipal.

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Lotar o servidor **Paula de Figueiredo Gonçalves Marques**, ocupante do cargo de **Auditor de Vigilância Sanitária**, na **Secretaria Municipal de Saúde**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua posse.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:40EA0C2A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6962/2026

PORTARIA Nº 5962/2026

Torna Sem Efeito a Nomeação de Candidato Aprovado no Concurso Público nº 001/2025 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público nº 001/2025;

CONSIDERANDO a nomeação do candidato conforme Portaria vinculada;

CONSIDERANDO que o candidato foi regularmente convocado para apresentação da documentação necessária à posse;

CONSIDERANDO que transcorreu o prazo legal para posse sem que o candidato apresentasse integralmente a documentação exigida e sem que fosse efetivada sua posse no cargo;

CONSIDERANDO o disposto no Edital do Concurso Público nº 001/2025 e na legislação municipal aplicável;

Resolve:

Art. 1º Fica tornada sem efeito a nomeação dos candidatos:
I- Erica de Fátima Costa, CPF nº 371.***.***-84, aprovada em 14º lugar para o cargo de Mediador de Atendimento Educacional Especializado - AEE, constante da Portaria nº 5728/2026;
II- Camila Vieira do Nascimento da Cunha Melo, CPF nº 104.***.***-05, aprovado em 25º lugar para o cargo de Assistente Administrativo, constante da Portaria nº 5797/2026;
III- Larissa Santos da Costa, CPF nº 125.***.***-18, aprovado em 32º lugar para o cargo de Assistente Administrativo, constante da Portaria nº 5797/2026;
IV- Filipe Williams Tavares Silva, CPF nº 185.***.***-80, aprovado em 1º PCD lugar para o cargo de Monitor de Escola, constante da Portaria nº 5797/2026;
V- Vinicius Torres Capobiango, CPF nº 141.***.***-10, aprovado em 3º lugar para o cargo de Professor de Atividade Específica – Professor II (Educação Física), constante da Portaria nº 5797/2026;
VI- Marlon de Assis Gomes, CPF nº 082.***.***-19, aprovado em 4º PP lugar para o cargo de Servente Escolar, constante da Portaria nº 5797/2026;
VII- Matheus Soares Ramos, CPF nº 101.***.***-44, aprovado em 4º lugar para o cargo de Monitor de Escola, constante da Portaria nº 5797/2026;
VIII- Humberto Sote Ribeiro, CPF nº 039.***.***-01aprovado em 29º lugar para o cargo de Assistente Administrativo, constante da Portaria nº 5797/2026;
IX- Marilza Vieira da Silva, CPF nº 074.***.***-25, aprovado em 30º lugar para o cargo de Assistente Administrativo, constante da Portaria nº 5797/2026;
X- Nayara Cristina Ferreira da Silva, CPF nº 107.***.***-94, aprovado em 24º lugar para o cargo de Assistente Administrativo, constante da Portaria nº 5797/2026;
XI- Sabrina Bonato Ferreira Gomes, CPF 047.***.***-88, aprovado em 6º lugar para o cargo de Monitor de Escola, constante da Portaria nº 5797/2026;
XII- Valeria Eva Bernardo Gonçalves, CPF nº 090.***.***-59, aprovado em 8º lugar para o cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL - PROFESSOR I, constante da Portaria nº 5797/2026;
XIII- Alessandra de Oliveira Camara, CPF nº 125.***.***-04, aprovado em 7º lugar para o cargo de Servente Escolar, constante da Portaria nº 5797/2026;
XIV- Miguel Rodrigues de Andrade, CPF nº 117.***.***-90, aprovado em 8º lugar para o cargo de Servente Escolar, constante da Portaria nº 5797/2026;
XV- Monique Rodrigues de Andrade, CPF nº 095.***.***-29, aprovado em 11º lugar para o cargo de Servente Escolar, constante da Portaria nº 5797/2026.

Art. 2º Em razão da não efetivação da posse dentro do prazo legal, fica declarada a perda dos efeitos da nomeação, ficando a Administração Municipal autorizada a promover a convocação do candidato subsequente, observada rigorosamente a ordem de classificação do Concurso Público nº 001/2025.

Art. 3º Determina-se ao Departamento de Gestão de Pessoas que proceda às anotações administrativas pertinentes e promova a convocação do próximo candidato classificado para o cargo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:184706BC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO DA LIMEIRA
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 039/2026

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO: 093/2026 – PREGÃO: 039/2026
A Prefeitura Municipal de Rosário da Limeira/MG, torna a público a abertura do Processo Administrativo nº 093/2026, Pregão Eletrônico nº 039/2026
Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, descartáveis, higiene pessoal e correlatos, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das secretarias e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Rosário da Limeira-MG.

A sessão pública será realizada dia 14/09/2026 às 09h:00min, através da plataforma eletrônica www.ammlicita.org.br. Maiores informações pelo telefone (32) 08000321263

Rosário da Limeira/MG, 25 de agosto de 2026,

ALESSANDRA APARECIDA PEDROSA DE OLIVEIRA,
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Alessandra Aparecida Pedrosa de Oliveira
Código Identificador:24DB35C1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RUBELITA

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Rubelita torna público,Proc.Licitatório N° 095/2026,Pregão Eletrônico Nº 009/2026 SRP 010 –Objeto:Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos,peças e materiais e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de poços artesianos das comunidades,incluindo sistemas de bombeamento,instalações elétricas e hidráulicas e demais componentes necessários ao seu funcionamento.Sessão:às 13h30min 09 de Setembro de 2026, por meio do endereço eletrônicohttps://www.portaldecompraspublicas.com.br/– Pregoeira: Maria Cristina Dias Ramalho, Demais informações pelo e-mail:licitacao.rubelitamg@gmail.com ou www.rubelita.mg.gov.br

Publicado por:
Maria Cristina Dias Ramalho
Código Identificador:C1CC4141

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2026

Processo nº: 028/2026
Pregão Eletrônico nº: 013/2026
Ata de Registro de Preços nº: 150/2026

Promitente Fornecedora:VERTICE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ/MF nº 60.146.737/0001-49

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos padronizados e não padronizados, bem como para eventuais demandas judiciais, em atendimento a política pública de assistência farmacêutica do município, conforme edital e mapa de apuração que integram este instrumento, independentemente de transcrição.

Valor:O valor estimado desta ata é de R$ 46.598,0000 (quarenta e seis mil quinhentos e noventa e oito reais), sendo que o compromisso de entrega somente estará caracterizado mediante recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento - NAF

Vigência: 25/08/2026 a 25/08/2027.

Data assinatura: 25 de agosto de 2026

Santa Bárbara, 25 de agosto de 2026

WANESSA DE LANA ALVES REZENDE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:A598ECB0

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 231/2026

Processo nº: 094/2026
Pregão Eletrônico nº: 037/2026
Ata de Registro de Preços nº: 231/2026

Promitente Fornecedora:FGM EMBALAGENS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF no 21.569.297/0001-80,

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara, conforme edital e mapa de apuração que integram este instrumento, independentemente de transcrição.

Valor:O valor estimado desta ata é de R$ 26.681,80 (vinte e seis mil seiscentos e oitenta e um reais e oitenta centavos), sendo que o compromisso de entrega somente estará caracterizado mediante recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento - NAF

Vigência: 10/08/2026 a 10/08/2027.

Data assinatura: 10 de agosto de 2026

Santa Bárbara, 25 de agosto de 2026

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:7F76E762

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 233/2026

Processo nº: 094/2026
Pregão Eletrônico nº: 037/2026
Ata de Registro de Preços nº: 233/2026

Promitente Fornecedora:MEDICINA SEGURA DISTRIBUIÇÃO E PROMOÇÃO EM VENDAS LTDA, CNPJ/MF nº 40.968.252/0001-23

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara, conforme edital e mapa de apuração que integram este instrumento, independentemente de transcrição.

Valor:O valor estimado desta ata é de R$ 10.074,24(dez mil setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), sendo que o compromisso de entrega somente estará caracterizado mediante recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento - NAF

Vigência: 25/08/2026 a 25/08/2027.

Data assinatura: 25 de agosto de 2026

Santa Bárbara, 25 de agosto de 2026

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:434B75D3

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2025

Processo nº: 0111/2025
Pregão Nº 041/2025
Contrato nº: 107/2025

1º Aditivo ao Contrato nº 107/2025

Contratada: HE EXPRESS TURISMO LTDA, CNPJ Nº 06.007.438/0001-88

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação da vigência do Contrato, por mais 12 (doze) meses, contados a partir do termino da vigência atual, com vencimento em 26/08/2027.

Prazo: O prazo de vigência do Contrato será de 27 de agosto de 2026 até 26 de agosto de 2027.

Vigência: 27/08/2026 a 26/08/2027.

Santa Bárbara, 25 de agosto de 2026

LUCINÉIA IMACULADA VALADARES DAMÁSIO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:431FEA65

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2022

Processo nº: 0143/2022
Pregão Nº 074/2022
Contrato nº: 102/2022

4º Aditivo ao Contrato nº 102/2022

Contratada: GABRIEL ELLER GOMES GONÇALVES, CNPJ Nº 31.525.989/0001-80

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação da vigência do Contrato, por mais 12 (doze) meses, contados a partir do termino da vigência atual, com vencimento em 26/08/2027.

Prazo: O prazo de vigência do Contrato será de 27 de agosto de 2026 até 26 de agosto de 2027.

Vigência: 27/08/2026 a 26/08/2027.

Santa Bárbara, 25 de agosto de 2026

LUCINÉIA IMACULADA VALADARES DAMÁSIO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:1E1B37F6

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 104/2022

Processo nº: 0143/2022
Pregão Nº 074/2022
Contrato nº: 104/2022

4º Aditivo ao Contrato nº 104/2022

Contratada: SALLES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS EIRELI, CNPJ nº 08.234.366/0001-37

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação da vigência do Contrato, por mais 12 (doze) meses, contados a partir do termino da vigência atual, com vencimento em 26/08/2027.

Prazo: O prazo de vigência do Contrato será de 27 de agosto de 2026 até 26 de agosto de 2027.

Vigência: 27/08/2026 a 26/08/2027.

Santa Bárbara, 25 de agosto de 2026

LUCINÉIA IMACULADA VALADARES DAMÁSIO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:475B68A3

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 121/2022

Processo nº: 0179/2022
Inexigibilidade Nº 034/2022
Contrato nº: 121/2022

4º Aditivo ao Contrato nº 121/2022

Contratada: FISIOCLÍNICA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA, CNPJ Nº 05.167.901/0001-96

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação da vigência do Contrato, por mais 12 (doze) meses, contados a partir do termino da vigência atual, com vencimento em 08/10/2027.

Prazo: O prazo de vigência do Contrato será de 09 de outubro de 2026 até 08 de outubro de 2027.

Vigência: 09/10/2026 a 08/10/2027.

Santa Bárbara, 25 de agosto de 2026

WANESSA DE LANA ALVES REZENDE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:90EAE612

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 103/2022

Processo nº: 0143/2022
Pregão Nº 074/2022
Contrato nº: 103/2022

5º Aditivo ao Contrato nº 103/2022

Contratada: HE EXPRESS TURISMO LTDA, CNPJ Nº 06.007.438/0001-88

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação da vigência do Contrato, por mais 12 (doze) meses, contados a partir do termino da vigência atual, com vencimento em 26/08/2027.

Prazo: O prazo de vigência do Contrato será de 27 de agosto de 2026 até 26 de agosto de 2027.

Vigência: 27/08/2026 a 26/08/2027.

Santa Bárbara, 25 de agosto de 2026

LUCINÉIA IMACULADA VALADARES DAMÁSIO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:D8E6E880

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL DE N.º 6678/2026

Nomeia os Membros do Conselho Municipal de Turismo de Santa Bárbara - COMTUR/SB para o biênio 2026-2028..

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na art. 5º da Lei Municipal nº 1827/2017, bem como o teor do Processo Administrativo Eletrônico nº 5.870/2026/1Doc, instaurado pela Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento do Turismo, **DECRETA:**

Art. 1º. Ficam nomeados os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Turismo de Santa Bárbara - COMTUR/SB para o biênio 2026-2028, conforme composição abaixo:

I - Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento do Turismo

Titular e Presidente: Larissa Garcia Pardini
Suplente e Secretária do COMTUR/SB: Maria Carmen Lopes Pereira

II - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agropecuária

Titular: Luciana Angélica Couto Gomes
Suplente: Juliano Cezar Nascimento Xavier

III - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Inovação

Titular: Gustavo Silvino Oliveira Lima
Suplente: Alexandra Ferreira Silva

IV- Assessoria de Relações Institucionais e Comunicação Social:

Titular: Tailane Aparecida dos Santos Nunes
Suplente: Thiago Stefanio de Paula Silva

V- Associação Comercial e Empresarial de Santa Bárbara - ACISB

Titular: Ronaldo Antônio Alves de Oliveira Júnior
Suplente: Bruna Alves Almeida

VI- Associação dos Agricultores Familiares de Santa Bárbara- AFASB

Titular: Genoveva do Nascimento Borges Pena
Suplente: Agda Noberta Cipriano

VII- Associação Comunitária de Brumal - ACB

Titular: Claudia Hany Dias Pereira
Suplente: Maria José Dias Carioca

VIII- Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Santa Bárbara - ADESB

Titular: Neide Maria da Silva
Suplente: Dalila de Fátima Cassimiro

Art. 2º - O mandato dos Membros do Conselho, as competências, atribuições, funcionamento, impedimentos e demais disposições obedecerão ao disposto na Lei Municipal de nº 1827/2017, bem como o disposto no Regimento Interno.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Santa Bárbara, 25 de agosto de 2026.

ALCEMIR JOSÉ MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laylla Thaís Zeferino
Código Identificador:6E58D2BE

RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO N.° 419 PARA ADMISSÃO APÓS APROVAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO

EXTRATO DE CONVOCAÇÃO Nº 419

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA – CONVOCAÇÃO - Pelo presente instrumento, fica CONVOCADO para comparecer junto à Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara - MG, no prazo máximo de 02 (dois) dias contados a partir da data desta publicação, conforme edital N.° 04/2025, o candidato relacionado no Anexo I deste Extrato, para manifestar interesse pela vaga ao qual foi aprovado e classificado. Salientamos que o prazo estipulado para manifestação de interesse pela vaga será único e não caberá prorrogação.

Santa Bárbara, 25 de agosto de 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública.

ANEXO I DO EXTRATO DE CONVOCAÇÃO Nº 419

CANDIDATO	Nº PROCESSO SELETIVO	CARGO
MARINA DE SOUZA MOTA	04/2025	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - GEOGRAFIA
PAULA CAMPOS DE SOUZA SANTOS	04/2025	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - MATEMÁTICA

Publicado por:
Giovane Gustavo Felício
Código Identificador:1A635509

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, MOBILIZAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL
CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL - CMAS

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Santa Bárbara/MG, Thayene Pâmela Valentino, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 9º da Lei nº 1413/2006, que estabelece as sessões públicas **CONVOCA** todos os conselheiros titulares e suplentes para a Reunião Ordinária Presencial do Plenário, nos termos do art. 26º, inciso II do Regimento Interno.
Data: 28 de agosto de 2026 (sexta-feira).
Horário: 08 h
Local: Sala dos Conselhos Municipais de Assistência Social, localizada no CEDESP, Rua Iveta Moreira dos Santos Novaes, nº 194, bairro São Vicente, Santa Bárbara/MG.

Pauta:
Verificação de quórum, abertura da reunião e leitura/aprovação da ata da última reunião;
– Deliberação do CMAS sobre a reprogramação e execução de saldos das contas do recurso vinculado do FNAS – 2025 para 2026.
– Indicação de pessoa ou entidade pelo CMAS para participar da Medalha do Mérito Legislativo 2026

Santa Bárbara/MG, 25 de agosto de 2026.

THAYENE PÂMELA VALENTINO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
CMAS – Santa Bárbara

Publicado por:
Luciana de Fátima Pereira
Código Identificador:8A74AEA2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO LESTE

COMISSAO DE LICITAÇAO
MUNICIPIO DE SANTA BARBARA DO LESTE
PUBLICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA DO LESTE – Publicação de Edital – Processo Administrativo n° 055/2026 – Pregão Eletrônico nº 042/2026. Em cumprimento ao disposto da Lei Federal n.º 14.133/24 e suas alterações, torno público a abertura no dia 14 de setembro de 2026 às 08:20 horas, para a Aquisição de um veículo do tipo Van com o mínimo de 15 (quinze) lugares, mais um, destinado ao atendimento de alunos matriculados em escolas da rede municipal de ensino do "Programa Fortalecimento das Escolas", conforme Convênio nº 1261002244/2026/SEE – Secretaria de Estado da Educação, destinado a Secretaria Municipal de Educação do município de Santa Bárbara do Leste, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Informações complementares poderão ser obtidas através do Portal Eletrônico: www.novobbmnet.com.br no *link* "Editais e Processos" (novobbmnet.com.br/jornal-do-licitante);
https://www.santabarbaradoleste.mg.gov.br/transparencia/licitacoes;
licitacaosantabarbaradoleste@gmail.com; Tel.: 3326-1000 ou à Rua São Vicente de Paula, nº 137, Centro.

Santa Barbara do Leste 25/08/2026.

JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA –
Prefeito.

Publicado por:
Enilson Gonçalves Leite
Código Identificador:5EC990C3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DA VARGEM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Argemiro Rodrigues Galvão, Prefeito de Santana da Vargem, no uso das atribuições que lhe confere a lei, em cumprimento ao que determina a lei 14.133/21 e suas alterações, e, conforme recomendação de parecer jurídico e vistas às justificativas contidas no Processo nº 14/2026, AUTORIZO a Inexigibilidade n.º 10/2026.
CONTRATADO: Empresa PANINI BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 58.732.058/0002-90
OBJETO: Co**ntratação de assinaturas anuais de periódicos (Gibis e Almanaques), destinados ao acervo da Escola Municipal Doralice Mendonça Reis, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, visando o fortalecimento das práticas de alfabetização e o incentivo à leitura dos alunos da rede municipal de Santana da Vargem.**
Ficha 187: 02.061.12.361.1221.2024.3.3.90.30.00 – MANUTENCAO ATIV. EDUCACAO – QESE 1.550.000.0000.000.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 2.390,40 (dois mil trezentos e noventa reais e quarenta centavos)
Determino a publicação da presente ratificação, no Diário Oficial seguindo as normas vigentes de publicações oficiais.

Santana da Vargem/MG, 25 de agosto de 2025.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:FB4CC724

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO N° 160/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 43/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 160/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 43/2026

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO, para CREDENCIAMENTO de pessoa física ou jurídica para prestação de serviço especializado em borracharia no Município de Santana da Vargem/MG.

Contratante: Prefeitura Municipal de Santana da Vargem, inscrita no CNPJ sob o n° 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – Minas Gerais.

Contratado: SANTANA PNEUS, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.363.290/0001-17, sediada na cidade de Santana da Vargem/MG.

Valor da contratação: Os valores a serem pagos aos credenciados serão estabelecidos com base nos valores indicados no edital e seus anexos.

Vigência: 20/08/2026 a 15/07/2027

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:A8B3F7C1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DE CATAGUASES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO PRIMEIRO AO CONTRATO Nº 99/2026

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE SANTANA DE CATAGUASES, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Agostinho Alves de Araújo, nº 26, centro, nesta cidade de Santana de Cataguases, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 17.702.515/0001-36, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor Marcos Antônio Ferreira, CPF: 380.293.756-20, Identidade M 2.396.684 SSP/MG, brasileiro, casado, CONTRATADA: **ACTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 71.228.209/0001-55, com sede localizada à Rua Doutor Ormeu Junqueira Botelho, nº 150, bairro Chácara Dona Euzébia, Leopoldina-MG, CEP 36.704-124, abaixo assinado, doravante denominado CONTRATADA, ajustam entre si um contrato em conformidade com o Processo Licitatório nº 81/2026, modalidade Dispensa de Licitação nº 25/2026, regido pelo artigo 75, caput, e inciso VIII, da nova Lei de Licitações, Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 11.871/2023, mediante as seguintes cláusulas e condições:

As partes acima qualificadas, com base no Contrato nº 99/2026, firmado em 06/08/2026 e considerando a necessidade de inclusão de 02 (dois) novos usuários na plataforma de atendimento, plataforma baseada em tecnologia Omnichannel, contemplando 20 (vinte) usuários com capacidade de expansão, disponibilização de Chatbot integrado ao WhatsApp, integração ao sistema SAP por meio de APIs para orquestração de dados referentes a demandas, protocolos,

solicitações, pedidos e atendimentos da população, possibilitando o acompanhamento em tempo real pelos servidores municipais, bem como o direcionamento automatizado das demandas entre os diversos setores da Administração Municipal, pedido encaminhado pelo memorando SMAS 178/2026, assinado pela senhora Ana Paula Mariquito Montes, Secretaria Municipal de Assistência Social resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO PRIMEIRO.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO
Fica autorizado a inclusão de dois novos usuários na plataforma de atendimento, destinado ao CREAS (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL) E COORDENAÇÃO/EQUIPE TECNICA DO CRAS, inclusão dos usuarios e necessaria para garantir que os profissionais responsaveis pelos serviços tenham acesso adequado á plataforma, possibilitando o registro, acompanhando e o sigilo dos atendimentos realizados de acordo com as atribuições de cada unidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES
2.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto de dois novos usuarios, alterações referenta a **Cláusula Sexta - Das Alterações –** do contrato originario, segue a tabela abaixo com quantidades e valores alterados.

ACTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA CNPJ nº 71.228.209/0001-55				
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL POR 11 MESES
01	Licenciamento e disponibilização de plataforma Omnichannel para atendimento ao cidadão	01	R$ 1.496,80	R$ 16.464,80
	Disponibilização de até 22 usuários simultâneos	22		
	Chatbot integrado ao WhatsApp	01		
	Integração com sistema SAP via APIs	01		
	Direcionamento inteligente de demandas entre setores	01		
	Painel de acompanhamento em tempo real das solicitações	22		
	Implantação, configuração, treinamento e suporte técnico durante toda a vigência contratual	01		
VALOR TOTAL R$ 16.464,80 (dezesseis mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)				

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA
3.1. O prazo de vigência do contrato e de 11 (onze) meses, a contar de 25/08/2026 a 25/07/2027

CLAUSULA QUARTA: RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento particular ora alterado**.**

E por assim ajustados, assinam o presente aditivo ao contrato, em duas vias, que segue com a concordância de duas testemunhas.

Santana de Cataguases, 25 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES
Contratante

ACTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA
CNPJ sob o nº 71.228.209/0001-55
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:CCECF8BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 89, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025 do Município de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2025, homologado através do Decreto nº 270/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeado, para provimento do cargo efetivo de Psicólogo Escolar, do quadro de pessoal do Município de Santana de Cataguases/MG, o Sr. **SILAS MEIRELES MARIANO**, inscrito no CPF sob nº XXX.080.976-XX.
Art. 2º A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, na Lei Complementar nº 73/2022 e nº 83/2023, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º O servidor será considerado estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório.
Art. 4º Ao Servidor Público nomeado nos termos desta Portaria é assegurada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º Fica o Departamento de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santana de Cataguases/MG, 25 de agosto de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:484869BD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA VITÓRIA

DEPARTAMENTO DE ATOS E PUBLICAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA VITÓRIA – MG –
EXTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2026 –
CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2026

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de assistência médica em clínica geral, compreendendo a execução de plantões presenciais na Unidade de Pronto Atendimento Municipal Jerônimo Teodoro, bem como a realização de transferências de pacientes graves em unidade móvel de suporte avançado, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde. Aos 24/08/2026, às 14h30min, reuniram-se o Agente de Contratação e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 123/2026, para análise da documentação apresentada. Após verificação da qualificação técnica e da habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, foi declarada INABILITADA a proponente MOURA MENEZES SERVIÇOS MEDICOS LTDA, por não atender integralmente às exigências de qualificação técnica previstas nos itens 7.2.3.1 e 7.2.3.6 do Edital. Na mesma sessão, registrou-se o atendimento integral da médica MARIA LAURA MENDES VILILA, CRM-MG 97.559, para inclusão no quadro de profissionais da empresa ER DA SILVA NETO E CIA LTDA. Fica aberto o prazo de

03 (três) dias úteis para interposição de recurso, nos termos do Edital, assegurado igual prazo para apresentação de contrarrazões.

Santa Vitória/MG, 25 de agosto de 2026.

MARCELO SILVA BORGES PARREIRA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Rafael Domingues Souza
Código Identificador:F87C9F50

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 055/2025

O **Município de Santa Vitória/MG** torna público o 1º **Termo Aditivo** ao **Contrato nº 055/2025**, firmado entre o **Município de Santa Vitória/MG** e **Jorge Higino Borges Neto**, CPF **1**.***.***.***-*8**, referente à locação institucional de imóvel urbano, localizado à Rua Jerônimo Teodoro, nº 49, Centro, neste município de Santa Vitória - MG, para instalação do Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes "Irani Morais Paranaíba", em atendimento a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
Objeto do Aditivo: Revisão do valor locatício, passando o valor mensal de R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para R$2.700,00 (dois mil e setecentos reais), pelo período remanescente de vigência contratual.
Valor acrescido: R$54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).
Data da Assinatura: 25/08/2026.
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da execução deste termo aditivo correrão por conta dos recursos consignados no orçamento vigente, conforme ficha orçamentária específica.
Demais Cláusulas: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.
Publicação em acatamento à lei nº 14.133/2021.

Santa Vitória - MG, 25 de agosto de 2026.

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia Aparecida Lorena Binato
Código Identificador:011E0F6B

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA – SEGUNDA CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO (REGIME JURÍDICO: LEI. 14.133/2021) Nº 007/2025 – PROCESSO Nº 050/2025

PERÍODO DE CREDENCIAMENTO: Das 08h do dia 26 de agosto até as 12h30min do dia 03 de setembro de 2026. LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal de Santa Vitória e através da Plataforma Eletrônica Licita Mais Brasil https://licitamaisbrasil.com.br/. OBJETO: Chamada Pública para credenciamento de PESSOAS JURÍDICAS (restaurantes) para FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA PARA CONSUMO (MARMITEX E/OU *SELF-SERVICE*), no Município de Santa Vitória/MG, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais, conforme condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência, com preços baseados em valores de mercado. Demais informações pelo tel. (34) 3251-8557 das 12h às 17h e-mail comissao.permanente@santavitoria.mg.gov.br. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.santavitoria.mg.gov.br (Portal da Transparência/Licitação), no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br e na Plataforma https://licitamaisbrasil.com.br/.

Município de Santa Vitória, MG, aos 25 dias do mês de agosto de 2026.

DANYLOWA CARIBÉ FERRAZ -
Secretária Municipal de Fazenda e Planejamento.

Publicado por:
Fabiana Pires Oliveira
Código Identificador:EAB8A693

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO ITAMBÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0098/2026

Processo Licitatório nº 0077/2026
Inexigibilidade nº 0027/2026

Processo Licitatório nº 0077/2026 — Inexigibilidade nº 0027/2026. **PARTES**: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG X GORETE MILAGRES PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. **Valor do Contrato:** R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA (SHOW TEATRAL) DA ARTISTA MARIA GORETE DA SILVA ARAUJO, CONHECIDA ARTISTICAMENTE COMO "FILÓ", PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2026, DURANTE O XXI ITA ARTE, A SER REALIZADO ENTRE OS DIAS 04 E 07 DE SETEMBRO DE 2026, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESTE PROJETO BÁSICO. **Assinatura**: Segunda-feira , 24 de Agosto de 2026. **Vigência**: De Segunda-feira , 24 de Agosto de 2026 a Terça-feira , 24 de Novembro de 2026.

Santo Antônio do Itambé/MG, Segunda-feira , 24 de Agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:6BA74D51

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0026/2026

O Município de Santo Antônio do Itambé/MG, torna público a **HOMOLOGAÇÃO**, nos termos do art. 71, inciso IV da Lei nº 14.133, de 2021.doProcesso Licitatório nº 0064/2026,Pregão Eletrônico nº 0026/2026realizada pelo Sr. Ronam Wesley Sales, Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG, na Segunda-feira, 24 de Agosto de 2026, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com aLei Federal nº 14.133/21, nas seguintes condições:

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO E BRIGADISTA PARA ATENDIMENTO AOS EVENTOS PROMOVIDOS OU APOIADOS PELO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG

PRESTACAO DE SERVICOS WR LTDA				67.883.209/0001-11	
Item	**Qtde.**	**Und.**	**Material/Serviço**	**Preço Unit.**	**Sub Total**
2	200,00	DIÁRIA	SERVIÇO DE BRIGADISTA – PROFISSIONAIS CAPACITADOS COM CURSO DE FORMAÇÃO DE BRIGADISTA LICENCIADO PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS – CBMMG, APTOS À PREVENÇÃO E COMBATE INICIAL A INCÊNDIO, PRESTAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, APOIO À EVACUAÇÃO DE AMBIENTES E ATENDIMENTO EMERGENCIAL DURANTE EVENTOS MUNICIPAIS, COM INCLUSÃO DE TODOS OS CUSTOS OPERACIONAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. CARGA HORÁRIA: DIÁRIA DE 09 (NOVE) HORAS.	R$ 219,97	R$ 43.994,00
Valor Total:					R$ **43.994,00**

SAMBART DO BRASIL PRODUCAO DE EVENTOS CULTURAIS LTDA				08.087.654/0001-06	
Item	**Qtde.**	**Und.**	**Material/Serviço**	**Preço Unit.**	**Sub Total**
1	500,00	DIÁRIA	SERVIÇO DE CONTROLADOR DE ACESSO – PROFISSIONAIS DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS, INSTRUÍDOS PARA OS CUIDADOS DE RELACIONAMENTO AO PÚBLICO, ORGANIZAÇÃO DE FILAS, CONTROLE DE ENTRADA E SAÍDA DE PESSOAS, FISCALIZAÇÃO DE ACESSOS, CONTROLE DE FLUXO E APOIO	R$ 336,00	R$ 168.000,00

			OPERACIONAL DURANTE EVENTOS, COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, OBSERVADAS AS NORMAS TÉCNICAS E ORIENTAÇÕES DOS ÓRGÃOS COMPETENTES. CARGA HORÁRIA: DIÁRIA DE 08 (OITO) HORAS.		
Valor Total:				R$ **168.000,00**	

Santo Antônio do Itambé/MG, 25/08/2026

MATEUS DO NASCIMENTO
Pregoeiro Municipal/Agente de Contratação

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:FF122A2C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO 63/2026

ADJUDICAÇÃO - PROCESSO 63/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 31/2026

OBJETO: Registro de Preços visando futuras e eventuais aquisições de carnes e derivados, destinados a atender aos diversos setores das Secretarias Municipais.

O Prefeito Municipal, considerando a regularidade deste processo, adjudica o objeto do processo licitatório às empresas Junior Alimentos Ltda CNPJ 55.065.824/0001-31, no valor total estimado de R$227.454,30, Andorinha Alimentos Ltda CNPJ 68.513.084/0001-09, no valor total estimado de R$297.499,48 e Ativa Alimentos Ltda CNPJ 47.506.457/0001-36, no valor total estimado de R$194.854,37.

Santo Antônio do Monte, 18 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:EEE6F7C4

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO 70/2026

ADJUDICAÇÃO - PROCESSO 70/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 07/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar a reforma da Unidade Básica de Saúde da Comunidade Rural denominada Capela no Município de Santo Antônio do Monte - MG, conforme especificações, elementos técnicos e demais condições deste Edital e seus anexos, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saude.

O Prefeito Municipal, considerando a regularidade deste processo, adjudica o objeto do processo licitatório à empresa GODOI EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA CNPJ 38.024.739/0001-06, no valor total de R$33.900,00.

Santo Antônio do Monte, 20 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:E03E796A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO 72/2026

ADJUDICAÇÃO - PROCESSO 72/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 37/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual locação de caminhão munk, motoniveladora e escavadeira hidráulica, destinado a atender a solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito Municipal, considerando a regularidade deste processo, adjudica o objeto do processo licitatório às empresas Akiza Engenharia e Construcoes Ltda CNPJ 57.921.278/0001-19, no valor total estimado de R$10.800,00, José Teixeira da Silva CNPJ 01.089.227/0001-18, no valor total estimado de R$1.040.000,00 e Terrapaz Ltda CNPJ 54.223.880/0001-94, no valor total estimado de R$121.000,00.

Santo Antônio do Monte, 04 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:8121B8EA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO 77/2026

ADJUDICAÇÃO - PROCESSO 77/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 40/2026

OBJETO: Registro de Preços visando futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de recarga de oxigênio com fornecimento de reguladores completos, cilindros, etc, em virtude da anulação total do Processo 31/2026, destinados ao serviço de urgência e emergência das ambulâncias do Município e dos pacientes submetidos à oxigenoterapia domiciliar, assistidos nas Unidades Básicas de Saúde e pelo SAD e na Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas - UPA.

O Prefeito Municipal, considerando a regularidade deste processo, adjudica o objeto do processo licitatório às empresas You Care Solucoes Hospitalares Ltda CNPJ 56.066.880/0001-53, no valor total estimado de R$4.920,00 e Delta Shop - Distribuidora de Produtos Hospitalares CNPJ 19.316.524/0001-14 no valor total estimado de R$3.153,00

Santo Antônio do Monte, 04 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:6D381200

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO 80/2026

ADJUDICAÇÃO - PROCESSO 80/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 08/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar a manutenção preventiva/corretiva no imóvel denominado Casarão Monsenhor Otaviano, situado na Rua Vigário Alexandrino, nesta, conforme especificações, elementos técnicos e demais condições deste Edital e seus anexos, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Cultura de Turismo.

O Prefeito Municipal, considerando a regularidade deste processo, adjudica o objeto do processo licitatório à empresa PEDRO HENRIQUE SANTOS TEIXEIRA CNPJ 36.992.948/0001-18, no valor total de R$48.700,00.

Santo Antônio do Monte, 24 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:42146E3D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 63/2026

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 63/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 31/2026

OBJETO: Registro de Preços visando futuras e eventuais aquisições de carnes e derivados, destinados a atender aos diversos setores das Secretarias Municipais.

O Prefeito Municipal considerando a regularidade deste processo, conforme parecer jurídico, HOMOLOGA o presente Processo Licitatório nos termos da Lei nº 14.133/21.

Santo Antônio do Monte, 18 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:31F4EF2B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 70/2026

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 70/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 07/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar a reforma da Unidade Básica de Saúde da Comunidade Rural denominada Capela no Município de Santo Antônio do Monte - MG, conforme especificações, elementos técnicos e demais condições deste Edital e seus anexos, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saude.

O Prefeito Municipal considerando a regularidade deste processo, conforme parecer jurídico, HOMOLOGA o presente Processo Licitatório nos termos da Lei nº 14.133/21.

Santo Antônio do Monte, 20 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:2CE45A8B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 72/2026

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 72/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 37/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual locação de caminhão munk, motoniveladora e escavadeira hidráulica, destinado a atender a solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito Municipal considerando a regularidade deste processo, conforme parecer jurídico, HOMOLOGA o presente Processo Licitatório nos termos da Lei nº 14.133/21.

Santo Antônio do Monte, 04 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:CC6A1A2E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 77/2026

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 77/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 40/2026

OBJETO: Registro de Preços visando futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de recarga de oxigênio com fornecimento de reguladores completos, cilindros, etc, em virtude da anulação total do Processo 31/2026, destinados ao serviço de urgência e emergência das ambulâncias do Município e dos pacientes submetidos à oxigenoterapia domiciliar, assistidos nas Unidades Básicas de Saúde e pelo SAD e na Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas - UPA.

O Prefeito Municipal considerando a regularidade deste processo, conforme parecer jurídico, HOMOLOGA o presente Processo Licitatório nos termos da Lei nº 14.133/21.

Santo Antônio do Monte, 04 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:B3D75FA3

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 80/2026

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 80/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 08/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar a manutenção preventiva/corretiva no imóvel denominado Casarão Monsenhor Otaviano, situado na Rua Vigário Alexandrino, nesta, conforme especificações, elementos técnicos e demais condições deste Edital e seus anexos, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Cultura de Turismo.

O Prefeito Municipal considerando a regularidade deste processo, conforme parecer jurídico, HOMOLOGA o presente Processo Licitatório nos termos da Lei nº 14.133/21.

Santo Antônio do Monte, 24 de agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:D128BEE6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO BENTO ABADE

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 009/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 009/2025
O Município de São Bento Abade – MG, por intermédio do Prefeito Municipal, **Enéias Machado de Souza**, torna público o extrato do **Contrato nº 065/2026**, decorrente do Processo Licitatório nº 151/2025 – Inexigibilidade nº 009/2025, cujo objeto é o **credenciamento para prestação de serviços de Plantão Médico Clínico Geral – 12 (doze) horas**, para atendimento das demandas do Departamento Municipal de Saúde e Meio Ambiente.
Contratada: ANA LUIZA MELLO RODRIGUES – CNPJ nº 67.681.876/0001-11.
Vigência: 25/08/2026 a 24/08/2027.
Valor unitário: R$ 1.200,00 por plantão de 12 horas.

Quantidade estimada: 80 plantões.
Valor total estimado: R$ 96.000,00.
As quantidades previstas são estimativas e não possuem caráter vinculativo, considerando tratar-se de credenciamento, sendo os serviços contratados conforme a necessidade do Departamento Municipal de Saúde e a demanda da população.

São Bento Abade – MG, 25 de agosto de 2026.

ENÉIAS MACHADO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edson Donizete
Código Identificador:7E1F05CB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 161/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG. EXTRATO DE CONTRATO. **Extrato do contrato da dispensa nº 052/2026 – Processo Licitatório nº 0104/2026**. Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Locação de **05 (CINCO) CAMINHÕES PIPA** com capacidade de 08 a 10 mil litros de água, com motorista, em atendimento as comunidades rurais sem acesso a agua potável, recurso federal emergencial encaminhado para defesa civil, não sendo incluso o combustível e abastecimento de agua potável, Junto ao **TRANSPORTE E LOGISTICA JF CASTRO LTDA, inscrita no CNPJ nº 37.915.962/0001-80 no valor mensal de R$ 64.980,00 (sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta reais), sendo o valor global de R$ 389.880,00 (trezentos e oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta reais)**,

São Francisco/MG, 25 de agosto de 2026.

Ass.: Cezar Botelho Filho – Secretário de Governo.

Publicado por:
José Pereira Dos Santos Neto
Código Identificador:2970B452

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO DISPENSA 056/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG – RATIFICO o Pedido ao **Processo de Dispensa de licitação nº. 056/2026** nos termos do art. 75, Inciso II, c/c §3º da Lei 14.133/21. Objeto: **Contratação de empresa para prestação de serviço de licenciamento de ponto eletrônico e fornecimento de bobina térmicas compatíveis com os equipamentos que utilizam impressão de comprovantes, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e os setores demandados**, Junto a empresa: **PONTO MULTI SISTEMAS DE PONTO E ACESSO LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.519.869/0001-30,** no valor global de R$ 34.599,94 (trinta e quatro mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos),

São Francisco/MG, 25 de agosto de 2026.

Ass.: **Miguel Paulo Souza Filho** – Prefeito Municipal.

Publicado por:
José Pereira Dos Santos Neto
Código Identificador:A96850B6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO DISPENSA 057/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG – RATIFICO o Pedido ao **Processo de Dispensa de licitação nº. 057/2026** nos termos do art. 75, Inciso II, c/c §3º da Lei 14.133/21. Objeto: **AQUISIÇÃO DE SIRENE MUSICAL COM O MÍNIMO 02 CORNETAS, PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, VISANDO EM ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO-MG**, Junto a empresa: **IZAIAS THEODORO GOMES, inscrita no CNPJ nº 65.234.205/0001-87,** no valor global de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais),

São Francisco/MG, 25 de agosto de 2026.

Ass.: **Miguel Paulo Souza Filho** – Prefeito Municipal.

Publicado por:
José Pereira Dos Santos Neto
Código Identificador:9506C9CA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO DOS EXTRATOS DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 177/2025 CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

O **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA/MG**, por intermédio do Setor de Licitações,**CERTIFICA**, para os devidos fins, que, após verificação dos Extratos de Contrato referentes às apresentações musicais da **BANDA ZEM** e da **BANDA HELP ROCK**, vinculados ao Processo de Licitação nº 177/2025 – Credenciamento nº 003/2025, foram constatados erros materiais nas informações relativas às datas das apresentações e ao valor da contratação, razão pela qual ficam os respectivos extratos **RETIFICADOS**, nos seguintes termos:

1 – BANDA ZEM – JOSE WILSON PIRES DO AMARAL 71580190634 – CNPJ nº 18.776.954/0001-56

Onde se lê:
"apresentação no dia **31 de agosto de 2026**."

Leia-se:
"apresentação no dia **30 de agosto de 2026**."

Permanecem inalteradas as demais informações constantes do respectivo Extrato de Contrato.

2 – BANDA HELP ROCK – 34.791.512 TIAGO VANINI VIEIRA – CNPJ nº 34.791.512/0001-35

Onde se lê:
"apresentação no dia **31 de agosto de 2026**, pelo valor de **R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)**."

Leia-se:
"apresentação no dia **29 de agosto de 2026**, pelo valor de **R$ 3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais)**."

Permanecem inalteradas as demais informações constantes do respectivo Extrato de Contrato.
A presente retificação tem por finalidade a correção de **erros materiais**, não implicando alteração das demais condições da contratação.

Por ser verdade, firma-se a presente Certidão de Retificação para que produza seus jurídicos e administrativos efeitos, devendo ser juntada aos autos do Processo de Licitação nº 177/2025 – Credenciamento nº 003/2025 e, quando cabível, promovida a correspondente publicação da retificação.

São Francisco do Glória/MG, 25 de agosto de 2026.

ERLÂNDIA CLAUDIA ABRAÃO PIO
Presidente da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:C39828B2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO (CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 005/2026)

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 0101/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 005/2026
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, em atendimento à **Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de obra pública destinada à construção do Centro de Eventos Turísticos do Município de São Francisco do Glória/MG, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra especializada, equipamentos e demais insumos necessários à execução do objeto, conforme condições, especificações e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

A sessão pública está prevista para o dia **06 de outubro de 2026, às 08h30min** (horário de Brasília/DF).

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, Setor de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 11h e das 13h às 16h, situada à Rua Azarias Varella de Azevedo, esquina com a Praça São Francisco de Assis, nº 32, Bairro Centro, São Francisco do Glória/MG, podendo ser obtido gratuitamente mediante disponibilização em mídia fornecida pelo interessado, bem como por meio dos sítios eletrônicos oficiais da **AMM Licita** e da **Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória**.

São Francisco do Glória, 25 de agosto de 2026.

FRANCIELE ALVES SANTANA RODRIGUES
Agente de Contratação

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:9000DA56

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO (CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 006/2026)

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 0102/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 006/2026
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, em atendimento à **Secretaria Municipal de Educação**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de obra pública destinada à construção do Salão de Eventos Educacionais do Município de São Francisco do Glória/MG, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra especializada, equipamentos e demais insumos necessários à execução do objeto, conforme condições, especificações e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

A sessão pública está prevista para o dia **06 de outubro de 2026, às 13h30min** (horário de Brasília/DF).

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, Setor de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 11h e das 13h às 16h, situada à Rua Azarias Varella de Azevedo, esquina com a Praça São Francisco de Assis, nº 32, Bairro Centro, São Francisco do Glória/MG, podendo ser obtido gratuitamente mediante disponibilização em mídia fornecida pelo interessado, bem como por meio dos sítios eletrônicos oficiais da **AMM Licita** e da **Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória**.

São Francisco do Glória, 25 de agosto de 2026.

FRANCIELE ALVES SANTANA RODRIGUES
Agente de Contratação

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:AA87B60E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO (CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 007/2026)

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 0103/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 007/2026
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, em atendimento à **Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de obra de calçamento de via pública em bloquetes sextavados, na Rua Virgílio Pedrosa, no Município de São Francisco do Glória/MG, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra especializada, equipamentos e demais insumos necessários à execução do objeto, conforme condições, especificações e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

A sessão pública está prevista para o dia **07 de outubro de 2026, às 08h30min** (horário de Brasília/DF).

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, Setor de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 11h e das 13h às 16h, situada à Rua Azarias Varella de Azevedo, esquina com a Praça São Francisco de Assis, nº 32, Bairro Centro, São Francisco do Glória/MG, podendo ser obtido gratuitamente mediante disponibilização em mídia fornecida pelo interessado, bem como por meio dos sítios eletrônicos oficiais da **AMM Licita** e da **Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória**.

São Francisco do Glória, 25 de agosto de 2026.

FRANCIELE ALVES SANTANA RODRIGUES
Agente de Contratação

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:C67A1CBC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO (CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 008/2026)

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 0104/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 008/2026
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, em atendimento à **Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de obra de calçamento de via pública em bloquetes sextavados, na Rua Pascoal Laviola, no Município de São Francisco do Glória/MG, incluindo o

fornecimento de materiais, mão de obra especializada, equipamentos e demais insumos necessários à execução do objeto, conforme condições, especificações e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

A sessão pública está prevista para o dia **07 de outubro de 2026, às 13h30min** (horário de Brasília/DF).

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, Setor de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 11h e das 13h às 16h, situada à Rua Azarias Varella de Azevedo, esquina com a Praça São Francisco de Assis, nº 32, Bairro Centro, São Francisco do Glória/MG, podendo ser obtido gratuitamente mediante disponibilização em mídia fornecida pelo interessado, bem como por meio dos sítios eletrônicos oficiais da **AMM Licita** e da **Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória**.

São Francisco do Glória, 25 de agosto de 2026.

FRANCIELE ALVES SANTANA RODRIGUES
Agente de Contratação

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:C31F00CD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 069/2026)

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 099/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 069/2026
REGISTRO DE PREÇO Nº. 058/2026

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, em atendimento à **Secretaria Municipal de Saúde**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo odontológicos destinados ao atendimento das necessidades do Serviço Especializado em Saúde Bucal – SESB do Município de São Francisco do Glória/MG.
A sessão pública está prevista para o dia **16 de setembro de 2026, às 08h30min** (horário de Brasília/DF).
O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, Setor de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 11h e das 13h às 16h, situada à Rua Azarias Varella de Azevedo, esquina com a Praça São Francisco de Assis, nº 32, Bairro Centro, São Francisco do Glória/MG, podendo ser obtido gratuitamente mediante disponibilização em mídia fornecida pelo interessado, bem como por meio dos sítios eletrônicos oficiais da **AMM Licita** e da **Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória**.

São Francisco do Glória, 25 de agosto de 2026.

FRANCIELE ALVES SANTANA RODRIGUES
Agente de Contratação

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:522C657A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 070/2026)

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 0100/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 070/2026
REGISTRO DE PREÇO Nº. 059/2026

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, em atendimento à **Secretaria Municipal de Saúde**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de alimentos nutricionais (leites), destinados a dietas especiais, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Glória/MG.
A sessão pública está prevista para o dia **16 de setembro de 2026, às 13h30min** (horário de Brasília/DF).
O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, Setor de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 11h e das 13h às 16h, situada à Rua Azarias Varella de Azevedo, esquina com a Praça São Francisco de Assis, nº 32, Bairro Centro, São Francisco do Glória/MG, podendo ser obtido gratuitamente mediante disponibilização em mídia fornecida pelo interessado, bem como por meio dos sítios eletrônicos oficiais da **AMM Licita** e da **Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória**.

São Francisco do Glória, 25 de agosto de 2026.

FRANCIELE ALVES SANTANA RODRIGUES
Agente de Contratação

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:1C8DA8AC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (ADESÃO Á ATA Nº004/2026)

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.098/2026/ Adesão à Ata nº.004/2026: Contratante: **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA**, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e **CONTRATADO**: **DIGITALGOV TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 24.361.188/0001-61, com sede na Rua Professor Sebastiao Carvalho, nº.252, Bairro Centro, na cidade de Alvorada De Minas, Estado de Minas Gerais. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de digitalização, indexação, certificação digital e gestão eletrônica de documentos, incluindo o fornecimento de software em nuvem, mão de obra especializada, equipamentos, suporte técnico e implantação de solução tecnológica completa. **VALOR:** R$ 235.800,00 (Duzentos e trinta e cinco mil e oitocentos reais). **DOTAÇÃO:** 02.003.04.122.0003.2.008-339039-045 - Manutenção dos Serviços Administrativos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - 15000000000;

São Francisco do Glória, 25 de agosto de 2026.

ERLANDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Presidente da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:F0D642A3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (CREDENCIAMENTO Nº003/2025)

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido do Contrato

Administrativo referente ao Processo de Licitação nº. 0177/2025/ Credenciamento nº.003/2025: **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA**, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória – MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e **CONTRATADO: "PAMMELA PRINCI"**, através da empresa **35.670.651 PAMMELA PRINCI PIRES PIMENTEL**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Maria Alves De Almeida Pires, nº 339, bairro Lajinha, na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 35.670.651/0001-73 , representada pela representante legal PAMMELA PRINCI PIRES PIMENTEL, brasileiro, musicista, portadora do CPF nº 097.804.066-03. **OBJETO:** Contratação por Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços de locução, cobertura de eventos audiovisual, apresentações musicais através de músicos individuais ou grupos, para atender a programação do calendário de eventos da Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, durante o ano de 2026, especificamente, formalização do relacionamento contratual com vistas no 4ª Encontro de Carros Antigos, no dia 30 de agosto do corrente ano, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. **VALOR:** R$3.000 (Três Mil Reais). **DOTAÇÃO:** 02.014.23.695.1.301.2.999 – 339039 – 979 – Manutenção do Turismo da Cidade - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – 15000000000.

São Francisco do Glória, 25 de agosto de 2026.

ERLÂNDIA CLAUDIA ABRAÃO PIO
Presidente da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:44BCD0C1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº058/2026)

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.087/2026/ Pregão Eletrônico nº.058/2026/ Registro de Preço nº.53/2026: Contratante: **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA**, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e **CONTRATADO: BORGES SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 27.104.873./0001-09, com sede na Rua Vereador Adão R. Donato, nº.601, Andar 02, Bairro Centro, na Cidade de Caiana, Estado de Minas Gerais. **OBJETO:** Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao aparelhamento e fortalecimento da unidade básica de saúde do município, visando à estruturação e modernização dos serviços de atenção primária à saúde, à melhoria das condições de atendimento à população. **VALOR:** R$ 281.215,90 (Duzentos e oitenta e um mil , duzentos e quinze reais e noventa centavos.). **DOTAÇÃO:** 02.006.10.122.0008.1.017-449052- 304 – Aquisição Móveis, Veículos e Equipamentos Secretaria Municipal de Saúde – Equipamentos e Material Permanente- 15000001002; 02.007.10.301.0008.1.019-449052- 338 – Aquisição de Móveis, Veículos e Equipamentos para Serviço de Saúde – Equipamentos e Material Permanente - 15000001002; 02.007.10.301.0008.1.019-449052- 339 – Aquisição de Móveis, Veículos e Equipamentos para Serviço de Saúde – Equipamentos e Material Permanente - 16010000000; 02.007.10.301.0008.1.019-449052- 340 – Aquisição de Móveis, Veículos e Equipamentos para Serviço de Saúde – Equipamentos e Material Permanente – 16210000000.

São Francisco do Glória, 25 de agosto de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:FE5D39EB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº058/2026)

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.087/2026/ Pregão Eletrônico nº.058/2026/ Registro de Preço nº.53/2026: Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e CONTRATADO: BRUNO DO CARMO FERREIRA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº.34.240.500/0001-12, com sede na Rua Jose David Nasser, nº. 25, Loja A, Bairro Francisco Bernardino, na Cidade de Juiz De Fora, Estado de Minas Gerais. OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao aparelhamento e fortalecimento da unidade básica de saúde do município, visando à estruturação e modernização dos serviços de atenção primária à saúde, à melhoria das condições de atendimento à população. VALOR: R$ 2.780,00 (Dois mil, setessentos e oitenta reais). DOTAÇÃO: 02.006.10.122.0008.1.017-449052- 304 – Aquisição Móveis, Veículos e Equipamentos Secretaria Municipal de Saúde – Equipamentos e Material Permanente- 15000001002; 02.007.10.301.0008.1.019-449052- 338 – Aquisição de Móveis, Veículos e Equipamentos para Serviço de Saúde – Equipamentos e Material Permanente - 15000001002; 02.007.10.301.0008.1.019-449052- 339 – Aquisição de Móveis, Veículos e Equipamentos para Serviço de Saúde – Equipamentos e Material Permanente - 16010000000; 02.007.10.301.0008.1.019-449052- 340 – Aquisição de Móveis, Veículos e Equipamentos para Serviço de Saúde – Equipamentos e Material Permanente – 16210000000.

São Francisco do Glória, 25 de agosto de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:96B113A1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº058/2026)

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.087/2026/ Pregão Eletrônico nº.058/2026/ Registro de Preço nº.53/2026: Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e CONTRATADO: LICITA MED LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº.51.972.983/0001-69, com sede na Rua Jose Delfrado, nº.101, Quiosq01, Bairro Nossa Senhora Aparecida, na Cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao aparelhamento e fortalecimento da unidade básica de saúde do município, visando à estruturação e modernização dos serviços de atenção primária à saúde, à melhoria das condições de atendimento à população. VALOR: R$ 2.085,00 (Dois mil e oitenta e cinco reais). DOTAÇÃO: 02.006.10.122.0008.1.017-449052- 304 – Aquisição Móveis, Veículos e Equipamentos Secretaria Municipal de Saúde – Equipamentos e Material Permanente- 15000001002; 02.007.10.301.0008.1.019- 449052- 338 – Aquisição de Móveis, Veículos e Equipamentos para Serviço de Saúde – Equipamentos e Material Permanente - 15000001002; 02.007.10.301.0008.1.019-449052- 339 – Aquisição de Móveis, Veículos e Equipamentos para Serviço de Saúde – Equipamentos e Material Permanente - 16010000000; 02.007.10.301.0008.1.019-449052- 340 – Aquisição de Móveis, Veículos e Equipamentos para Serviço de Saúde – Equipamentos e Material Permanente – 16210000000.

São Francisco do Glória, 25 de agosto de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:DEE386E6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2026

O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, MG, tornam público para conhecimento dos interessados o resultado da fase de habilitação do certame epigrafado, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar dos alunos matriculados na educação básica da rede pública municipal, objeto do **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

CLASSIFICAÇÃO

EMPRESA LICITANTE	CLASSIFICAÇÃO
14.292.702 ANTÔNIO LOPES DOS SANTOS CNPJ: 14.292.702/0001-09	HABILITADA
GEOVANE DOS SANTOS LOPES ME CNPJ: 25.261.546/0001-27	HABILITADA
MARCÍLIO HENRIQUE ROCHA SANTOS ME CNPJ: 05.962.794/0001-98	HABILITADA
SILVIA BERTOLINA BORGES GONÇALVES ME CNPJ: 11.237.437/0001-60	HABILITADA

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:O referido processo encontra-se à disposição dos interessados na Rua das Flores, n.º 215, Bairro Centro, São Gonçalo do Rio Preto, na sala da Divisão de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 11:00 e 12:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, telefone (38) 9.9757-1240, email: licitacao@saogoncalodoriopreto.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, 20 de agosto de 2026.

MÁRIO MARCIANO SOUZA
Pregoeiro
Portaria nº 022/2026

Publicado por:
Gleisimara Helida Lopes França
Código Identificador:B9EE6A61

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS COMERCIAIS

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS COMERCIAIS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2026

O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, MG, comunicam o resultado da fase de julgamento de propostas do certame epigrafado, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar dos alunos matriculados na educação básica da rede pública municipal, objeto do **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

CLASSIFICAÇÃO

EMPRESA LICITANTE	CLASSIFICAÇÃO
14.292.702 ANTÔNIO LOPES DOS SANTOS CNPJ: 14.292.702/0001-09	CLASSIFICADA: VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$ 29.868,00)
GEOVANE DOS SANTOS LOPES ME CNPJ: 25.261.546/0001-27	CLASSIFICADA: VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$ 171.690,50)
MARCÍLIO HENRIQUE ROCHA SANTOS ME CNPJ: 05.962.794/0001-98	CLASSIFICADA: VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$ 184.396,30)
SILVIA BERTOLINA BORGES GONÇALVES ME CNPJ: 11.237.437/0001-60	CLASSIFICADA: VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$ 74.002,50)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:O referido processo encontra-se à disposição dos interessados na Rua das Flores, n.º 215, Bairro Centro, São Gonçalo do Rio Preto, na sala da Divisão de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 11:00 e 12:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, telefone (38) 9.9757-1240, email: licitacao@saogoncalodoriopreto.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, 20 de agosto de 2026.

MÁRIO MARCIANO SOUZA
Pregoeiro
Portaria nº 022/2026

Publicado por:
Gleisimara Helida Lopes França
Código Identificador:E666DC3D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GOTARDO

CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE PORTARIA Nº 71/2026

O Corregedor-Geral do Município de São Gotardo/MG torna pública a Portaria nº 71/2026, que instaura Processo Administrativo de Responsabilização – PAR 02/2026 em face de pessoa jurídica contratada pelo Município, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Federal nº 11.129/2022, para apuração de eventual prática de ato lesivo à Administração Pública Municipal, designando comissão processante para condução e instrução do procedimento, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Publicado por:
Laryssa Nazaré Ferreira
Código Identificador:8CB4463E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°. 72, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N°. 72, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE EXPEDIENTE NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2026 – SEXTA-FEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Gotardo, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que são conferidas pelo inciso VI, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de São Gotardo vem realizando a 4ª SIPAT – SEMANA INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO;

CONSIDERANDO que a SIPAT é uma das atividades obrigatórias para todas as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), devendo ser obrigatoriamente realizada todo ano;

CONSIDERANDO que a SIPAT é voltada para orientação e reflexão quanto à segurança e qualidade de vida dos servidores;

CONSIDERANDO a necessidade de criar uma consciência crítica e observadora em todos os servidores, assim como motivá-los ao conhecimento teórico e prático das ações necessárias para o resultado do cumprimento das normas, que tornam seu trabalho um ambiente mais seguro, digno e em constante melhora;

CONSIDERANDO que o tema central da 4ª SIPAT será "Saúde Mental, Fatores Psicossociais e Ergonomia";

CONSIDERANDO que no dia 30 de outubro de 2026 serão promovidas palestras, dinâmicas e demais atividades direcionadas à prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais, ficando prejudicado o expediente na sede da Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que no dia 30 de outubro de 2026, sexta-feira, as atividades e os expedientes administrativos da Prefeitura Municipal de São Gotardo sejam suspensos, em virtude da 4ª SIPAT – SEMANA INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO, que será realizada na Escola Municipal Cecília Meireles, desta cidade, com o tema central "Saúde Mental, Fatores Psicossociais e Ergonomia", no período de 12h às 18h.

Art. 2º. Ficam por esta Portaria todos os servidores municipais convocados para participarem.

Art. 3º. As unidades administrativas que operam os serviços essenciais adotarão o regime de plantão, de modo que seja facultado a todos os servidores a participação na 4ª SIPAT, sem prejuízos para os serviços.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Gotardo, 24 de outubro de 2026.

MAKOTO EDISON SEKITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphaella Geralda Pereira Barbosa
Código Identificador:2E1086BE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA PONTE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 201 E 202/2026 PROC.057/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 037/2026
CREDENCIAMENTO Nº 007/2026

REQUISITANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA Á SAÚDE DE SÃO JOÃO DA PONTE – FUMASA

O Município de São João da Ponte/MG, por intermédio do Prefeito Municipal e da Presidente da FUMASA, torna público o extrato dos contratos decorrentes do Procedimento Administrativo nº 057/2026 – Inexigibilidade de Licitação nº 037/2026 – Credenciamento nº 007/2026, cujo objeto é o credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas prestadoras de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de consultas médicas especializadas, plantões e cirurgias, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e da Fundação Municipal de Assistência à Saúde – FUMASA, do Município de São João da Ponte/MG, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 007/2026 e Termo de Referência – Anexo I, conforme detalhado a seguir:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA Á SAÚDE DE SÃO JOÃO DA PONTE – FUMASA.

1. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 201/2026
EMPRESA: LUIZ CARLOS SOUZA TOSTES – ME
CNPJ: 27.017.553/0001-03
MÉDICO CREDENCIADO: Luiz Carlos Souza Tostes
ESPECIALIDADE: Anestesiologia
OBJETO CONTRATADO: Prestação de serviços técnico-profissionais na área de saúde, especialmente serviços de anestesiologia, conforme os itens, quantitativos e valores constantes da proposta da contratada, do Edital de Credenciamento nº 007/2026 e do Decreto Municipal nº 026/2026.

2. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 202/2026
EMPRESA: SERVIÇOS MÉDICOS EM CIRURGIA PEDIÁTRICA LTDA
CNPJ: 28.420.160/0001-09
MÉDICO CREDENCIADO: Renato Neves Noronha
CPF: 047.437.126-37
ESPECIALIDADE: Cirurgia Pediátrica
OBJETO CONTRATADO: Prestação de serviços técnico-profissionais na área de saúde, incluindo consultas especializadas em cirurgia pediátrica e cirurgias gerais pediátricas, conforme os itens, quantitativos e valores constantes da proposta da contratada, do Edital de Credenciamento nº 007/2026 e do Decreto Municipal nº 026/2026.

VIGÊNCIA: 19/08/2026 a 18/08/2027, observadas as condições previstas no edital e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais disposições legais aplicáveis.

Os quantitativos constantes dos contratos possuem caráter estimativo, não gerando obrigação de contratação integral pela Administração, ficando a execução condicionada à demanda efetiva dos serviços, às convocações realizadas pela Administração e às demais condições estabelecidas no instrumento convocatório.

Publique-se o resultado para conhecimento público.

São João da Ponte - MG, 19 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

NOEME LAURA ALVES CORREA
Presidente da FUMASA

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:C0BF3C88

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PROC. 055/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 198/2026
CREDENCIAMENTO Nº 006/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 036/2026
OBJETO: Credenciamento de restaurantes para fornecimento de alimentação pronta no sistema de almoço e jantar, refeição completa individual e refeições tipo marmitex, para eventual aquisição, de acordo com a conveniência e necessidade das Secretarias do Município de São João da Ponte/MG, conforme Termo de Referência – Anexo I.
O Município de São João da Ponte/MG, por intermédio da **Agente de Contratação, designada pela Portaria nº 073, de 07/07/2026**, torna público o extrato do Contrato Administrativo nº 198/2026, decorrente do Credenciamento nº 006/2026 – Inexigibilidade nº 036/2026, conforme detalhado a seguir:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG
CONTRATADA: 64.760.965 ANA PAULA BATISTA DA SILVA FERNANDES
CNPJ: 64.760.965/0001-65
ENDEREÇO: Av. Simão Campos, nº 586, São Geraldo, São João da Ponte/MG.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 47.524,02 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte e quatro reais e dois centavos).
ITEM 01: 1.334 serviços de fornecimento de marmitex, ao valor unitário de R$ 20,07, totalizando R$ 26.773,38.
ITEM 02: 1.000 serviços de fornecimento de refeição completa individual, ao valor unitário de R$ 25,08, totalizando R$ 25.080,00.
VALOR TOTAL: R$ 47.524,02.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, observando-se o prazo de vigência estabelecido no edital e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Publique-se para conhecimento público.

São João da Ponte - MG, 14 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:CBC7BD42

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONVOCAÇÃO

O Município de São João da Ponte/MG torna público que convocou o cantor **CLEYTINHO MENDES** para apresentação de show artístico na Tradicional Festa de Bom Jesus, na Comunidade de Bom Jardim, neste município,realizada no dia **22 de agosto de 2026**, para um público abaixo de **500 pessoas** (evento de Micro porte).

Valor: **R$ 800,00 (Oitocentos reais)**

Fundamento: Credenciamento nº 005/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 044/2026 e Inexigibilidade de Licitação nº 027/2025.

São João da Ponte – MG, 19 de agosto de 2026.

CLÉCIO BATISTA MAGALHÃES
Secretário de Cultura

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:C5155B2E

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONVOCAÇÃO

O Município de São João da Ponte/MG torna público que convocou a banda **Mágia do Forró** para apresentação de show artístico na Tradicional Festa de Bom Jesus, na comunidade de Peroba, neste município, realizada no dia **22 de agosto de 2026**, para um público abaixo de **501 a 1.000 pessoas** (evento de Pequeno porte).

Valor: **R$ 1.400,00 (mil quatrocentos reais)**

Fundamento: Credenciamento nº 005/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 044/2026 e Inexigibilidade de Licitação nº 027/2025.

São João da Ponte – MG, 13 de agosto de 2026.

CLÉCIO BATISTA MAGALHÃES
Secretário de Cultura

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:11064A3E

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONVOCAÇÃO

O Município de São João da Ponte/MG torna público que convocou a banda **LÉO SKALLYS** para apresentação de show artístico na Tradicional Festa de Bom Jesus, no Distrito de Condado do Norte, neste município, realizada no dia **10 de agosto de 2026**, para um público estimado entre **501 a 1.000 pessoas** (evento de Pequeno porte).

Valor: **R$ 1.000,00 (mil reais)**

Fundamento: Credenciamento nº 005/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 044/2026 e Inexigibilidade de Licitação nº 027/2025.

São João da Ponte – MG, 08 de agosto de 2026.

CLÉCIO BATISTA MAGALHÃES
Secretário de Cultura

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:FE24FF07

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONVOCAÇÃO

O Município de São João da Ponte/MG torna público que convocou o cantor **GILBERTO LIMA** para apresentação de show artístico na Tradicional Festejo do Senhor Bom Jesus, na Comunidade de Lagoa de São João, neste município, a ser realizada no dia **15 de agosto de 2026**, para um público acima de **3.001** (evento de GRANDE porte).

Valor: **R$ 1.600,00 (Mil seiscentos reais)**

Fundamento: Credenciamento nº 005/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 044/2026 e Inexigibilidade de Licitação nº 027/2025.

São João da Ponte – MG, 11 de agosto de 2026.

CLÉCIO BATISTA MAGALHÃES
Secretário de Cultura

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:758B0D42

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO - Nº 104/2026

1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO - Nº 104/2026, PROCESSO LICITATORIO nº. 057/2026 - INEXIGIBILIDADE nº. 037/2026 – CREDENCIAMENTO ELETRONICO N° 007/2026 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE - MG, CNPJ:

16.928.483/0001-29. CONTRATADA: CENTRO DE ESPECIALIDADE MEDICAS DO NORTE DE MINAS LTDA, CNPJ: 09.077.152/0001-67. OBJETO: o CREDENCIAMENTO de pessoas físicas e/ou jurídicas prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de Consultas Médica Especializada, Plantões e Cirurgias, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e Fundação Municipal De Assistencia a Saúde- FUMASA, do município de São João da Ponte/MG de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas no Edital e Termo de Referência. Fica remodelada a quantidade para os itens 1, 2, 3 e 4 do Lote VI (SERVIÇOS EM ANESTESIOLOGIA), passando o item 1 para 300 (trezentos), o item 2 para 277 (duzentos e setenta e sete), o item 3 para 200 (duzentos) e o item 4 para 198 (cento e noventa e oito), permanecendo as demais cláusulas inalteradas, passando a vigorar a partir da data de assinatura do presente termo aditivo, conforme art. 124, inc. I, "b", da Lei Federal 14.133/21. permanecendo as demais cláusulas já existentes inalteradas.

São João da Ponte/MG, 19 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

NOEME LAURA ALVES CORREA
Presidente da FUMASA

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:8D343163

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO 082/2026 PROC. 055/2026

1º TERMO ADITIVO – SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 082/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 036/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 006/2026 – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG, CNPJ nº 16.928.483/0001-29. CONTRATADA: 55.217.774 GILCILENE RODRIGUES MARTINS DA SILVA, CNPJ nº 55.217.774/0001-60. OBJETO: Credenciamento de restaurantes para fornecimento de alimentação pronta, refeição completa individual e marmitex. Ficam remodelados os quantitativos dos itens 01 e 02, passando para 961 e 744 serviços, respectivamente, totalizando R$ 37.946,79. As demais cláusulas permanecem inalteradas, passando o presente termo a vigorar a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 124, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021..

São João da Ponte/MG, 14 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:8ECCFBB8

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO 083/2026 PROC. 055/2026

1º TERMO ADITIVO – SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 083/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 036/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 006/2026 – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG, CNPJ nº 16.928.483/0001-29. CONTRATADA: MARIA LINDA DA CRUZ LIMA 00105539678, CNPJ nº 22.027.529/0001-31. OBJETO: Credenciamento de restaurantes para fornecimento de alimentação pronta, refeição completa individual e marmitex. Ficam remodelados os quantitativos dos itens 01 e 02, passando para 1.333 e 950 serviços, respectivamente, totalizando R$ 50.579,31. As demais cláusulas permanecem inalteradas, passando o presente termo a vigorar a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 124, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021.
São João da Ponte/MG, 14 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:8ADFE904

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROC 055-2026

CREDENCIAMENTO Nº 006/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 036/2026
OBJETO: Credenciamento de restaurantes para fornecimento de alimentação pronta no sistema de almoço e jantar, refeição completa individual e refeições tipo marmitex, para eventual aquisição, de acordo com a conveniência e necessidade das Secretarias do Município de São João da Ponte/MG, conforme Termo de Referência – Anexo I.
O Município de São João da Ponte/MG, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público o extrato de **ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO** do Credenciamento nº 006/2026, ficando habilitados os interessados que atenderam às exigências do edital, conforme documentação constante dos autos.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG
REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
CONTRATADA: 64.760.965 ANA PAULA BATISTA DA SILVA FERNANDES
CNPJ: 64.760.965/0001-65
ENDEREÇO: Av. Simão Campos, nº 586, São Geraldo, São João da Ponte/MG.
OBJETO: Fornecimento de alimentação pronta, compreendendo serviço de fornecimento de marmitex e refeição completa individual, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 006/2026 e Termo de Referência.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 47.524,02 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte e quatro reais e dois centavos).
ITENS CREDENCIADOS:
ITEM 01 – CÓDIGO 20197
Serviço de fornecimento de marmitex em material alumínio, com tampa, peso mínimo de 750 gramas, contendo arroz branco, feijão, macarrão, refogados de legumes, com no mínimo um tipo de carne, acompanhado de água mineral ou refrigerante gelado de 290 ml, primeira linha.
QUANTIDADE: 1.334 serviços
VALOR UNITÁRIO: R$ 20,07
VALOR TOTAL: R$ 26.773,38
ITEM 02 – CÓDIGO 20198
Serviço de fornecimento de refeição completa individual, peso de aproximadamente 700 gramas, contendo arroz branco, feijão, refogados de legumes, com no mínimo um tipo de carne, acompanhado de água mineral ou refrigerante gelado de 290 ml, primeira linha.
QUANTIDADE: 1.000 serviços
VALOR UNITÁRIO: R$ 25,08
VALOR TOTAL: R$ 25.080,00
VALOR TOTAL: R$ 47.524,02.
Publique-se o resultado para conhecimento público.

São João da Ponte - MG, 14 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:1BE1F469

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROC. N° 057/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 037/2026
CREDENCIAMENTO Nº 007/2026

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE.

O Município de São João da Ponte/MG, por intermédio do Prefeito Municipal e da Presidente da FUMASA, torna público o extrato de RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO referente ao Procedimento Administrativo nº 057/2026 – Inexigibilidade de Licitação nº 037/2026 – Credenciamento nº 007/2026, cujo objeto é o credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas prestadoras de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de consultas médicas especializadas, plantões e cirurgias, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e da Fundação Municipal de Assistência à Saúde – FUMASA, do Município de São João da Ponte/MG, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 007/2026 e Termo de Referência – Anexo I:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA Á SAÚDE DE SÃO JOÃO DA PONTE – FUMASA

1. EMPRESA: LUIZ CARLOS SOUZA TOSTES – ME
CNPJ: 27.017.553/0001-03
MÉDICO CREDENCIADO: Luiz Carlos Souza Tostes
ESPECIALIDADE: Anestesiologia
RESULTADO: CREDENCIADO

2. EMPRESA: SERVIÇOS MÉDICOS EM CIRURGIA PEDIÁTRICA LTDA
CNPJ: 28.420.160/0001-09
MÉDICO CREDENCIADO: Renato Neves Noronha
CPF: 047.437.126-37
ESPECIALIDADE: Cirurgia Pediátrica
RESULTADO: CREDENCIADO
A contratação será formalizada mediante celebração dos respectivos contratos administrativos, observados os valores estabelecidos no Decreto Municipal nº 026/2026, bem como os quantitativos estimados, condições e demais disposições constantes do Edital de Credenciamento nº 007/2026, Termo de Referência e propostas apresentadas pelos credenciados.

Publique-se o resultado para conhecimento público.

São João da Ponte - MG, **19 de agosto de 2026**.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

NOEME LAURA ALVES CORREA
Presidente da FUMASA

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:6DA06E0E

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO PUBLICAÇÃO DO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 193/2026

O Município de São João da Ponte – MG, por força do Decreto Municipal nº 11, de 25 de março de 2019, que autoriza, em seu art. 3º, o Setor de Licitação e Contratos do Município a praticar o ato de Apostilamento de dotações, referente ao Contrato Administrativo nº 193/2026, decorrente da adesão à Ata de Registro de Preços nº 002/2025, oriunda do Processo Licitatório nº 003/2025, Pregão Eletrônico nº 003/2025, visando à contratação de empresa especializada para o fornecimento de estruturas e recursos diversos destinados à realização de eventos e festejos promovidos pelo Município de São João da Ponte/MG, para inclusão de dotações orçamentárias complementares, nos termos do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

São João da Ponte/MG, 10 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:467A2FDC

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA À ARP 022/2025 PROC. 101/2025

1º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2025; PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA – SRP Nº 016/2025 – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE, CNPJ sob o nº 16.928.483/0001-29. DETENTORA: FAUSTO JOSE PORTO, CNPJ nº 09.348.894/0001-80. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou equiparadas, objetivando a prestação de serviços funerários, incluindo o fornecimento de urnas mortuárias padrão popular, embalsamento e translado, de forma parcelada, conforme Termo de Referência – Anexo I, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social. Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 022/2025 até a data de 31/12/2026, observando o término da vigência original, desde que mantida a comprovação da vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, permanecendo as demais cláusulas já existentes inalteradas.

Publique-se para conhecimento público.

São João da Ponte MG, **18 de agosto de 2026**.

FABIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:E6840E97

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA À ARP 023/2025 PROC. 101/2025

1º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2025; PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA – SRP Nº 016/2025 – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE, CNPJ sob o nº 16.928.483/0001-29. DETENTORA: ROBSON OLIVEIRA ALVES 08842508659, CNPJ nº 20.041.804/0001-46. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou equiparadas, objetivando a prestação de serviços funerários, incluindo o fornecimento de urnas mortuárias padrão popular, embalsamento e translado, de forma parcelada, conforme Termo de Referência – Anexo I, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social. Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 023/2025 até a data de 31/12/2026, observando o término da vigência original, desde que mantida a comprovação da vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, permanecendo as demais cláusulas já existentes inalteradas.

Publique-se para conhecimento público.

São João da Ponte MG, **18 de agosto de 2026**.

FABIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:94ACFA6F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DO PACUÍ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2021.

O Município de São João do Pacui, torna público o quinto termo aditivo ao contrato nº. 046/2021, PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº. 046/2021, PREGÃO PRESENCIAL nº. 029/2021. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECARGAS COM CESSÃO DE IMPRESSORAS EM REGIME DE COMODATO EM ATENDIMENTO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO JOÃO DO PACUI/MG. Contratado: **MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA- ME,** CNPJ sob o nº 22.547.761/0001-09. Objeto: Prorrogação de prazo de vigência até 23/08/2027, Assinatura: 21/08/2026.

Publicado por:
Júlio Fagner Costa Guimarães
Código Identificador:7A02CA10

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 009/2026 - PROCESSO LICITATORIO Nº. 037/2026.

O Município de São Joao do Pacuí, torna pública o Pregão Eletrônico nº. 009/2026, Processo Licitatório nº. 037/2026. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das estruturas de abastecimento de água, com fornecimento de materiais, peças, insumos e equipamentos necessários à execução dos serviços, no Município de São João do Pacuí/MG. Julgamento: 18/09/2026, as 09:01 na plataforma www.licitardigital.com.br.

JULIO FAGNER COSTA GUIMARÃES
Agente de Contratação

Publicado por:
Júlio Fagner Costa Guimarães
Código Identificador:1569AAE2

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº. 008/2026

O Município de São Joao do Pacuí, torna público a revogação do Pregão Eletrônico nº. 008/2026, Processo Licitatório nº. 031/2026. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS, DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PACUÍ-MG. Maiores informações e esclarecimentos na plataforma www.licitardigital.com.br.

JÚLIO FAGNER COSTA GUIMARÃES.
Agente de Contratação

Publicado por:
Júlio Fagner Costa Guimarães
Código Identificador:4ECE48E3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO EDITAL PROCESSO 0276/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 0105/2026

Objeto: Fornecimento de barras de aço tipo vergalhão, em diversas bitolas, destinadas ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana do Município de São Lourenço/MG, para eventual e futura aquisição, com inscrição em Ata de Registro de Preços. Sessão Pública às 13:00h do dia 09/09/2026. Credenciamento: até as 13:00h do dia 09/09/2026. Apresentação das propostas: até as 13:00h do dia 09/09/2026. Início dos lances: sob comando da pregoeira após completar a análise das propostas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, na Gerência de Licitações pelo telefone (35) 99893-9005, ou no site www.saolourenco.mg.gov.br –

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Pregoeira Oficial e

CLÁUDIA NOGUEIRA DE SOUZA -
Pregoeira Substituta.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:310FFE9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 10.732 INSERE NO ORÇAMENTO VIGENTE A NATUREZA DE DESPESA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 10.732

Insere no Orçamento vigente a natureza de despesa que menciona e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO**, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei Municipal nº. 3.821, 30 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica inserido no orçamento vigente, conforme discriminação abaixo, a(s) seguinte(s) natureza(s) de despesa(s): autorizando-se para este fim, a abertura de crédito suplementar no valor de R$ 910.504,26 (novecentos e dez mil, quinhentos e quatro reais e vinte e seis centavos), as seguintes dotações do Município de São Lourenço:
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.301.0003.2.0058-1.500.000 - 3.3.90.32.00 ATENÇÃO BÁSICA - - - - R$ 40.000,00
2.06.00.10.122.0003.2.0055-1.500.000 - 3.3.90.36.00 GESTÃO DO SUS - - - - - R$ 68.504,26
2.06.00.10.302.0003.2.0063-1.500.000 - 4.4.90.51.00 CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - - - - -- - - R$ 55.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - --R$ 163.504,26

Total da Unidade 06 - -- - - - -R$ 163.504,26

Unidade 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Sub-Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
2.07.05.08.122.0014.2.0074-2.500.000 - 3.3.90.34.00 GESTÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - - - - - - - - R$ 547.000,00

Total da Sub-Unidade 05 - - - - - - -R$ 547.000,00

Total da Unidade 07 - - - - - - R$ 547.000,00

Unidade 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
2.09.00.23.695.0008.2.0093-2.500.000 - 3.3.90.39.00 REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS DO TURISMO - - - - -- --- R$ 200.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - -- - - - - R$ 200.000,00

Total da Unidade 09 - - - - - - - - - - - - - - R$ 200.000,00

Total da Instituição 02 - - - - - - - - - - - - - R$ 910.504,26

Total Geral Acrescido - - - - - - - - - - - - - R$ 910.504,26

Continua folha 02
DECRETO Nº 10.732
Folha 02

Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: SUPERÁVIT FINANCEIRO e ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.301.0003.2.0058-1.500.000 - 3.3.90.39.00 ATENÇÃO BÁSICA - - - R$ 123.504,26
2.06.00.10.302.0003.2.0061-1.500.000 - 3.3.90.39.00 APOIO E DIAGNÓSTICO -- - - - - - - - - R$ 40.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - - R$ 163.504,26

Total da Unidade 06 - - - - - - - - - - - - - - R$ 163.504,26

Total da Instituição 02 - - - - - - - - - - - - - R$ 163.504,26

Total Geral Anulado - - - - - - - - - R$ 163.504,26

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, 13 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

MARCOS RAMIRO MENDES
Diretor de Contabilidade

WJL/GCJ/cmv

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:E4E32D5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 10.733 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 302.751,09 DOTAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO.

DECRETO Nº 10.733

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 302.751,09 dotações do Município de São Lourenço.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei Municipal nº. 3.821, 30 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 302.751,09 (trezentos e dois mil, setecentos e cinquenta e um reais e nove centavos), as seguintes dotações do Município de São Lourenço.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
2.03.00.04.122.0001.2.0015-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - - - - - - - - - R$ 10.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - R$ 10.000,00

Total da Unidade 03 - - - - - - - - - - - R$ 10.000,00

Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub-Unidade 01 - EDUCAÇÃO BÁSICA
2.05.01.12.361.0002.2.0040-1.500.000 - 3.3.90.40.00 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - - - - - - - R$ 146.420,16

Total da Sub-Unidade 01 - - - - - - - - - - - - - R$ 146.420,16

Total da Unidade 05 - - - -- - - - - - - - - R$ 146.420,16

Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.302.0003.2.0061-1.500.000 - 3.3.90.14.00 APOIO E DIAGNÓSTICO - - - - - - - - - R$ 40.000,00
2.06.00.10.301.0003.2.0058-1.500.000 - 3.3.90.30.00 ATENÇÃO BÁSICA - - - - R$ 29.450,00
2.06.00.10.301.0003.2.0058-1.500.000 - 4.4.90.51.00 ATENÇÃO BÁSICA - - - - R$ 37.008,53

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - - - - R$ 106.458,53

Total da Unidade 06 - - - - - - - - - - - - - - - R$ 106.458,53

Unidade 08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Continua folha 02
DECRETO Nº 10.733
Folha 02

Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.08.00.08.244.0013.2.0084-1.660.000 - 3.3.90.30.00 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA - - - -- - - R$ 3.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - - R$ 3.000,00

Total da Unidade 08 - R$ 3.000,00

Unidade 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
2.10.00.27.122.0006.2.0095-1.500.000 - 3.3.90.14.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - - - - - - - - - R$ 5.500,00
2.10.00.27.122.0006.2.0095-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - - - - R$ 13.172,40

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - - - - - R$ 18.672,40

Total da Unidade 10 - - - - - - - - - - - - - - - R$ 18.672,40

Unidade 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
2.13.00.13.122.0009.2.0108-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA SECRETARIA DE CULTURA E PATRIMÔNIO - - - - - - -- - - -R$ 4.200,00
2.13.00.13.392.0007.2.0111-1.500.000 - 3.3.90.39.00 APOIO A PROMOÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL - - - - - -- - - - - - - - - -- - - - R$ 3.000,00

2.13.00.13.122.0009.2.0108-1.500.000 - 4.4.90.52.00 GESTÃO DA SECRETARIA DE CULTURA E PATRIMÔNIO - - - - - R$ 11.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - - - - R$ 18.200,00

Total da Unidade 13 - - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 18.200,00

Total da Instituição 02 - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 302.751,09

Total Geral Acrescido - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 302.751,09

Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Sub-Unidade 01 - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Continua folha 03

DECRETO Nº 10.733
Folha 03

2.03.01.04.122.0001.2.0017-1.500.000 - 3.3.90.49.00 GESTÃO DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS - - - - - - - - - - - R$ 10.000,00

Total da Sub-Unidade 01 - - - - - - - - - - - - - - R$ 10.000,00

Sub-Unidade 02 - DIRETORIA DE FAZENDA
2.03.02.04.123.0001.2.0021-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA DIRETORIA DE FAZENDA - - - - - - - - - - - - - - - R$ 13.172,40

Total da Sub-Unidade 02 - - - - - - - - - - - - - - - R$ 13.172,40

Total da Unidade 03 - - - - - - - - - - - - - - - R$ 23.172,40

Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub-Unidade 01 - EDUCAÇÃO BÁSICA
2.05.01.12.361.0002.2.0040-1.500.000 - 3.3.90.34.00 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - - - - - - - - - R$ 50.282,70
2.05.01.12.361.0002.2.0040-1.500.000 - 3.3.90.39.00 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - - - - - - - - -R$ 96.137,46

Total da Sub-Unidade 01 - - - - - - - - - - - - - - R$ 146.420,16

Total da Unidade 05 - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 146.420,16

Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.302.0003.2.0061-1.500.000 - 3.3.90.39.00 APOIO E DIAGNÓSTICO - - - - - - - - - - - - - - - R$ 37.008,53
2.06.00.10.302.0003.2.0061-1.500.000 - 3.3.90.91.00 APOIO E DIAGNÓSTICO - - - - - - - - - - - - - - - R$ 69.450,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - - - - - - R$ 106.458,53

Total da Unidade 06 - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 106.458,53

Unidade 08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.08.00.08.122.0013.2.0080-1.660.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS - - - - - - - - - - - - - - - R$ 3.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 3.000,00

Total da Unidade 08 - - - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 3.000,00

Continua folha 04

DECRETO Nº 10.733
Folha 04

Unidade 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
2.10.00.27.812.0006.2.0097-1.500.000 - 3.3.90.31.00 DESPORTO COMUNITÁRIO - - - - - - - - - - - - R$ 5.500,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - - - - - R$ 5.500,00

Total da Unidade 10 - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 5.500,00

Unidade 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
2.13.00.13.392.0002.2.0109-1.500.000 - 3.1.90.11.00 LITERATURA E HUMANIDADES BIBLIOTECA MUNICIPAL - - - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 11.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - - - - - - R$ 11.000,00

Sub-Unidade 01 - FUNDO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
2.13.01.13.391.0009.2.0117-1.500.000 - 3.3.90.30.00 ACERVO DIGITAL - - - - - R$ 3.000,00
2.13.01.13.391.0009.2.0117-1.500.000 - 3.3.90.39.00 ACERVO DIGITAL - - - - - R$ 1.700,00
2.13.01.13.391.0009.2.0117-1.500.000 - 3.3.90.40.00 ACERVO DIGITAL - - - - - R$ 2.000,00
2.13.01.13.391.0009.2.0116-1.500.000 - 3.3.90.93.00 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO - - - - - - - - - - - - R$ 500,00

Total da Sub-Unidade 01 - - - - - - - - - - - - - - R$ 7.200,00

Total da Unidade 13 - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 18.200,00

Total da Instituição 02 - - - - - - - - - - - - - - - - - - R$ 302.751,09

Total Geral Anulado - - - - - - - - - - - - - - R$ 302.751,09

.
Prefeitura Municipal de São Lourenço, 13 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

MARCOS RAMIRO MENDES
Diretor de Contabilidade

WJL/GCJ/cmv

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:16E25703

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.738 DESIGNA COORDENADOR DE PROJETOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS.

DECRETO Nº. 10.738

Designa Coordenador de Projetos, Orçamentos e Fiscalização de Obras Públicas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII, XIII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que ao

Chefe do Executivo compete decidir sobre as nomeações e exonerações dos titulares de cargos públicos em consonância com o disposto na Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações; **considerando** a necessidade de designação de pessoa para responder pelas funções do referido cargo, enquanto durar o período de licença médica da titular; **considerando** que cabe ao Prefeito Municipal dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o **Sr. Matheus de Castro Pereira** para responder pelas atribuições do cargo de confiança, comissionado, *ad nutum*, de **"Coordenador de Projetos, Orçamentos e Fiscalização de Obras Públicas",** previsto no Anexo III da Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações, enquanto durar o período de licença médica do titular do cargo, a partir da presente data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 24 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:0ACFB69E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.739 EXONERA ASSISTENTE DE TRANSPORTES E MANUTENÇÃO.

DECRETO Nº. 10.739

Exonera Assistente de Transportes e Manutenção**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII, XIII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que ao Chefe do Executivo compete decidir sobre as nomeações e exonerações dos titulares de cargos públicos em consonância com o disposto na Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações; **considerando** que cabe ao Prefeito Municipal dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o **Sr. Juan Ferrer Reis Martins,** das atribuições do cargo de confiança, comissionado, *ad nutum*, de "**Assistente de Transportes e Manutenção"** previsto no Anexo III da Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações, a partir de 25/08/2026.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 24 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:815C60DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.740 DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA COORDENADORA, DA VICE-COORDENADORA E DA SECRETÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO.

DECRETO Nº. 10.740

Dispõe sobre a designação da Coordenadora, da Vice-Coordenadora e da Secretária do Comitê Intersetorial da Primeira Infância do Município de São Lourenço.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII, XIII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** o Decreto nº 10.556, de 24 de março de 2026, que cria o Comitê Intersetorial da Primeira Infância, de caráter permanente, com participação das instituições públicas e privadas e setores do Governo Municipal e da sociedade civil para criação, aprovação, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância e outras políticas para a primeira infância; **considerando** o Decreto nº 10.729, de 11 de agosto de 2026, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Comitê Intersetorial da Primeira Infância no Município de São Lourenço; **considerando** a solicitação realizada através do Ofício nº 0537/2026, expedido pela Secretaria Municipal de Educação, para designação da Coordenadora, da Vice-Coordenadora e da Secretária do Comitê Intersetorial da Primeira Infância; **considerando** a necessidade de organização e funcionamento do Comitê Intersetorial da Primeira Infância; **considerando** que cabe ao Prefeito Municipal dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas, para exercer as funções de Coordenadora, Vice-Coordenadora e Secretária do Comitê Intersetorial da Primeira Infância do Município de São Lourenço, as seguintes servidoras:

I – Coordenadora: Rosemari Forasteiro de Souza;

II – Vice-Coordenadora: Lilian Augusta Rodrigues de Carvalho;

III – Secretária: Natália de Carvalho Moraes Alves.

Art. 2º Compete à Coordenadora dirigir e coordenar os trabalhos do Comitê Intersetorial da Primeira Infância, cabendo-lhe, especialmente, convocar e presidir suas reuniões e promover a articulação entre os órgãos, entidades e instituições integrantes do Comitê.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento da Coordenadora, a Vice-Coordenadora exercerá suas atribuições.

Art. 3º Compete à Secretária do Comitê prestar apoio administrativo aos trabalhos, elaborar e organizar as atas das reuniões, manter os registros e documentos do Comitê e auxiliar na convocação e organização de suas atividades.

Art. 4º As funções de que trata este Decreto serão exercidas sem prejuízo das atribuições dos cargos ocupados pelas designadas e não implicarão qualquer acréscimo remuneratório, salvo disposição legal em contrário.

Continua folha 02
DECRETO Nº. 10.740
Folha 02

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 24 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:4EF9CFD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 4.110 DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA ESPECÍFICA NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COM ALOCAÇÃO DE CARGOS E SERVIDORES NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, VOLTADA À AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE INSTITUCION

PORTARIA Nº. 4.110

Dispõe sobre a implementação de estrutura administrativa e pedagógica específica no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, com alocação de cargos e servidores na administração central, voltada à ampliação da capacidade institucional para a elaboração e implementação das ações da Política de Alfabetização do Município de São Lourenço, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 88, incisos IX, XII e XVII, da Lei Orgânica Municipal – LOM; **considerando A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Decreto de Nomeação nº 9.593 de 05/04/2024 e; **considerando** a necessidade estratégica de consolidação da Política Municipal de Alfabetização para garantir o direito à alfabetização integral das crianças na idade certa; **considerando** que a melhoria dos índices de fluência leitora e escrita exige acompanhamento pedagógico sistemático, monitoramento de dados de aprendizagem e formação continuada de professores; **considerando** a urgência em fortalecer a capacidade institucional da administração central da Secretaria para coordenar, articular e executar de forma ágil as ações decorrentes da referida política pública; **considerando** que cabe ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública;

RESOLVE:
CAPÍTULO I
OBJETO E FINALIDADE

Art. 1º Fica implementada, no âmbito da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação, a Coordenação Própria da Política Municipal de Alfabetização, vinculada diretamente à equipe pedagógica desta estimada secretaria.

Parágrafo único. A estrutura ora instituída tem por finalidade planejar, coordenar, executar e monitorar as ações pedagógicas, formativas e avaliativas destinadas ao pleno desenvolvimento da alfabetização na rede pública municipal de ensino.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA DE PESSOAL E ALOCAÇÃO

Art. 2º Para o cumprimento das finalidades desta Portaria, a administração da Secretaria Municipal de Educação alocará na Coordenação os seguintes recursos humanos integrantes da equipe técnica central:

I – Secretária Municipal de Educação;
II -Articulador(a) Municipal da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização por Território (RENALFA);
III – Diretora de Desenvolvimento de Ensino;

Continua folha 02
PORTARIA Nº. 4.110

Folha 02

IV – Gerente Pedagógica;
V – Gerente de Educação Inclusiva;
VI – Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil.
VII – Coordenadora Pedagógica do Ensino Fundamental I.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

Art. 3º Competirá à equipe alocada na estrutura específica da Política Municipal de Alfabetização:

I – Formular as diretrizes curriculares e metas anuais para o ciclo de alfabetização do município;
II – Desenvolver, aplicar e analisar os resultados das avaliações diagnósticas de leitura, escrita e matemática do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental;
III – Coordenar o programa de formação continuada para professores alfabetizadores e coordenadores pedagógicos das unidades escolares;
IV – Garantir a logística de distribuição e o monitoramento do uso de materiais didáticos específicos para o ciclo de alfabetização.

CAPÍTULO IV
DO REGIME DE TRABALHO, TEMPO DEDICADO E RELATÓRIO TÉCNICO

Art. 4º Os servidores integrantes da Estrutura Administrativa e Pedagógica exercerão as atribuições previstas nesta Portaria no âmbito de seus respectivos regimes de trabalho, mediante organização das atividades e definição do tempo destinado às ações da Política Municipal de Alfabetização.

§ 1º A alocação de tempo destinada às atividades da Política observará as atribuições de cada cargo ou função, as necessidades da Rede Municipal de Ensino e o planejamento da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O regime de trabalho e o tempo efetivamente destinado por cada servidor às atividades relacionadas à Política Municipal de Alfabetização serão registrados em Relatório Técnico da Estrutura Administrativa e Pedagógica, elaborado e atualizado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º A composição, a organização funcional, o quantitativo de servidores, o regime de trabalho, o tempo dedicado às atividades relacionadas à alfabetização e o organograma da estrutura serão sistematizados em Relatório Técnico próprio.

CAPÍTULO V
DA ARTICULAÇÃO COM O COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO (CEMPA)

Continua folha 03
PORTARIA Nº. 4.110
Folha 03

Art. 6º A Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização atuará de forma articulada com o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA, respeitadas as competências específicas de cada instância.

Parágrafo único. A Estrutura Administrativa e Pedagógica possui caráter executivo e técnico-operacional, enquanto o CEMPA constitui instância de articulação estratégica, acompanhamento e proposição da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E VIGÊNCIA

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação poderá estabelecer procedimentos complementares necessários à execução desta Portaria.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas se necessário, conforme legislação vigente.

Art. 9º Fica revogada a Portaria nº 4.096, de 28/07/2026.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 24 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

NATALIA CRISTINA DE CARVALHO
Secretária Municipal de Educação

WJL/NCC/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:33867279

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 4.111 DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL E COMISSÃO DE APOIO PARA ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO MUNICIPAL DE ACESSO AMBULATORIAL E DE EXAMES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 4.111

Dispõe sobre a constituição de Comissão Especial e Comissão de Apoio para elaboração do Protocolo Municipal de Acesso Ambulatorial e de Exames do Município de São Lourenço e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM, **considerando** a necessidade de elaboração do Protocolo Municipal de Acesso Ambulatorial e de Exames, com a finalidade de organizar e padronizar os fluxos de acesso aos serviços de saúde no âmbito do Município de São Lourenço; **considerando** a necessidade de estabelecer critérios técnicos e assistenciais para os encaminhamentos, solicitações de consultas especializadas, procedimentos e exames, visando à qualificação da regulação do acesso aos serviços de saúde; **considerando** a necessidade de atuação integrada e multiprofissional dos servidores e profissionais da Secretaria Municipal de Saúde para a elaboração, análise e validação dos referidos protocolos; **considerando** a necessidade de designação das referidas comissões para dar início aos trabalhos de elaboração e organização dos protocolos; **considerando** que ao Chefe do Poder Executivo Municipal incumbe dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a **Comissão Especial para elaboração do Protocolo Municipal de Acesso Ambulatorial e de Exames**, os seguintes membros:

I – João Carlos Tavares da Costa
Médico de Família e Comunidade – Coordenador de Controle e Avaliação

II – Therezia Raffoul Domingos Teles
Enfermeira da Estratégia Saúde da Família

III – Clarissa Andrade Sacramento
Odontóloga da Estratégia Saúde da Família

Art. 2º Ficam nomeados para compor a **Comissão de Apoio Técnico para elaboração do Protocolo Municipal de Acesso Ambulatorial e de Exames**, os seguintes membros:

I – Ricardo Frederico Pinto Silveira
Farmacêutico atuante na rede municipal

II – Cristiane Noronha de Souza Abanca
Fisioterapeuta atuante no serviço municipal

III – Akemi Costa Wakigawa Murata
Gerente de Vigilância em Saúde

Continua folha 02
PORTARIA Nº. 4.111
Folha 02

Art. 3º Constituem atribuições da Comissão Especial:

I – elaborar o Protocolo Municipal de Acesso Ambulatorial;
II – elaborar o Protocolo Municipal de Solicitação e Regulação de Exames;
III – estabelecer critérios técnicos e clínicos para encaminhamento e priorização dos usuários;
IV – padronizar os fluxos de encaminhamento entre a Atenção Primária à Saúde, a Atenção Especializada e o serviço de regulação;
V – elaborar fluxogramas e demais instrumentos necessários à organização dos encaminhamentos da Rede Municipal de Saúde;
VI – analisar e consolidar as contribuições apresentadas pela Comissão de Apoio Técnico; e
VII – apresentar os protocolos elaborados à Secretaria Municipal de Saúde para análise e aprovação.

Art. 4º Constituem atribuições da Comissão de Apoio Técnico:

I – prestar suporte técnico à Comissão Especial na elaboração dos protocolos;
II – analisar e avaliar as propostas e critérios técnicos apresentados pela Comissão Especial;
III – contribuir para a adequação dos protocolos aos fluxos e à realidade da Rede Municipal de Saúde;
IV – apresentar sugestões e recomendações técnicas relacionadas às matérias em análise; e
V – prestar o suporte necessário à Comissão Especial para o desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 5º As Comissões terão o prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de publicação desta Portaria, para conclusão dos trabalhos, podendo o referido prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa e autorização da autoridade competente.

Art. 6º Os trabalhos realizados pelas referidas Comissões serão remunerados, sendo assegurado o pagamento de gratificação de função, exceto aos cargos de agentes políticos, nos termos do art. 109 da Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 25 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

Continua folha 02
PORTARIA Nº. 4.111
Folha 02

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:2D5C2221

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 4.112 DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO MUNICIPAL SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 4.112

Dispõe sobre a constituição de Comissão Especial para atualização do Código Municipal Sanitário do Município de São Lourenço e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM, **considerando** a necessidade de revisão e atualização do Código Municipal Sanitário, atualmente vigente no Município, instituído no ano de 2015; **considerando** as significativas alterações ocorridas na legislação sanitária brasileira desde a edição do atual Código Municipal Sanitário, especialmente em razão da publicação e atualização de normas federais, estaduais e regulamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; **considerando** a necessidade de adequação da legislação municipal às normas sanitárias vigentes, bem como às novas atividades e serviços existentes no Município; **considerando** a necessidade de identificar dispositivos desatualizados, conflitantes ou insuficientes no Código Municipal Sanitário vigente e propor as alterações necessárias; **considerando** a necessidade de aprimorar os procedimentos de licenciamento, fiscalização e inspeção sanitária, bem como as disposições relativas às infrações e penalidades sanitárias; **considerando** a necessidade de proporcionar maior segurança jurídica aos agentes públicos, aos estabelecimentos regulados e à população; **considerando** que ao Chefe do Poder Executivo Municipal incumbe dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial para atualização do Código Municipal Sanitário do Município de São Lourenço, destinada à revisão, análise e elaboração de proposta de atualização da legislação sanitária municipal.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão Especial os seguintes membros:

I – Liliane Marinho Ottoni Costa
II – João Felipe Ribeiro Maciel
III – José Roberto Figueiredo Paolilo

Art. 3º Constituem atribuições da Comissão Especial:

I – revisar e atualizar o Código Municipal Sanitário vigente;
II – adequar a legislação municipal às normas federais e estaduais vigentes e aos regulamentos sanitários aplicáveis;
III – identificar lacunas, inconsistências, dispositivos desatualizados ou conflitantes na legislação atualmente vigente;
IV – aperfeiçoar os procedimentos de licenciamento, fiscalização e inspeção sanitária;
V – estabelecer regras claras para o exercício das atividades sujeitas à Vigilância Sanitária;
VI – aprimorar os dispositivos relativos às infrações e penalidades sanitárias;

Continua folha 02
PORTARIA Nº. 4.112
Folha 02

VII – propor medidas que proporcionem maior segurança jurídica aos agentes públicos e aos particulares sujeitos à fiscalização;
VIII – fortalecer as ações municipais de prevenção e controle dos riscos sanitários;
IX – promover maior uniformidade e eficiência na atuação da Vigilância Sanitária Municipal; e
X – apresentar proposta final de atualização legislativa para apreciação e encaminhamento às instâncias competentes.

Art. 4º A Comissão poderá solicitar informações, documentos e apoio técnico aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, sempre que necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 5º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de publicação desta Portaria, para conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa apresentada pela Comissão e autorização da autoridade competente.

Art. 6º Os trabalhos realizados pela Comissão serão remunerados, sendo assegurado o pagamento de gratificação de função, exceto aos cargos de agentes políticos, nos termos do art. 109 da Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 25 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:82750F5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE SÃO LOURENÇO-MG.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE SÃO LOURENÇO-MG.

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE
Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI – instituído pela Lei Municipal nº 3.699/2024, de 12 setembro de 2024, observado o disposto no art. 6º da Lei Federal 8.842/94, e o do que dispõe o Estatuto do Idoso, Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003.
Art. 2º O CMDPI com funções deliberativas, formuladoras, fiscalizadoras e consultivas, têm como objetivo básico o estabelecimento, controle, acompanhamento e avaliação da Política Municipal do Idoso.
Art. 3º O Conselho de que trata o art. 2º tem as seguintes finalidades:
I – Zelar pela implantação, implementação, defesa e promoção dos direitos da pessoa idosa;
II – Propor, opinar e acompanhar a criação e elaboração da Política Municipal da Pessoa Idosa;
III – Propor, formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas e ações municipais destinadas à pessoa idosa, zelando pela sua execução;
IV – Cumprir e zelar pelas normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa, sobretudo a Lei Federal nº 8.842 de 04/01/1994, a Lei Federal nº 10.741 de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), bem como as leis de caráter municipal;
V – Denunciar à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer um dos dispositivos legais elencados no item anterior;
VI – Receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições, denúncias e reclamações sobre ameaças e violações dos direitos da pessoa idosa e exigir das instâncias competentes medidas efetivas de proteção e reparação;

VII – Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas voltados para a promoção, proteção, a defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa;
VIII – Propor aos poderes e autoridades competentes a criação do Fundo Municipal da Pessoa Idosa nos termos do Capítulo II da Lei municipal nº 3.699/2024;
IX – Elaborar e aprovar o plano de ação e aplicação dos recursos oriundos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa, bem como acompanhar e fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados;
X – Elaborar seu regimento interno;
XI- Participar ativamente da elaboração das peças orçamentárias do município: Plano Plurianual (PPA) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando a inclusão de dotação orçamentária compatível com as necessidades e prioridades estabelecidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;
XII – Divulgar os direitos das pessoas idosas, bem como os mecanismos que asseguram tais direitos;
XIII – Convocar e promover as conferências de direitos da pessoa idosa em conformidade com o Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI);
XIV – Realizar outras ações que considerar necessário à proteção do direito da pessoa idosa.
Art. 4º Para os efeitos deste Regulamento considera-se Idoso o indivíduo, homem ou mulher, maior de sessenta anos de idade.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO
DA COMPETÊNCIA

Art. 5º São direitos dos Conselheiros Titulares:
I – Tomar parte em todas as reuniões do Conselho, podendo falar pela ordem e votar nas proposituras apresentadas;
II – Requerer a convocação de reuniões extraordinárias na forma estabelecida por este Regimento;
III – Candidatar ao cargo de Presidente e de membros da diretoria; apresentar proposituras.
Art. 6º São deveres dos Conselheiros Titulares:
I – Comparecer nas reuniões e acatar as suas deliberações;
II – Votar nas proposituras apresentadas;
III – Desempenhar com qualidade e responsabilidade o cargo para qual for eleito e/ou designado;
IV – Prestigiar o Conselho com todos os meios ao seu alcance e propagar a harmonia entre seus membros;
V – Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento, bem como a legislação vigente no tocante a política de proteção aos direitos do Idoso.
Art. 7º É direito dos Conselheiros Suplentes tomarem parte em todas as reuniões do Conselho, podendo falar pela ordem e votar na ausência do seu Titular.
Art. 8º São deveres dos Conselheiros Suplentes:
I – Se inteirar sobre todas as deliberações do Conselho e/ou comparecer a pelo menos uma reunião trimestral, e acatar as suas decisões;
II – Desempenhar com qualidade e responsabilidade o cargo para o qual foi eleito ou designado;
III – Prestigiar o Conselho com todos os meios ao seu alcance e propagar a harmonia entre os seus membros;
IV – Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento, bem como a legislação vigente no tocante a política de proteção ao Idoso.
Art. 9º Os direitos e deveres dos Conselheiros são pessoais e intransferíveis.
Art. 10º Considerar-se-á destituído automaticamente do Conselho:
I – O Conselheiro que vier a perder a sua representatividade junto ao órgão ou segmento que representa;
II – O Conselheiro que não comparecer a três reuniões consecutivas do Conselho ou a cinco alternadas no período de um ano, perderá o mandato. Salvo se a ausência ocorrer por motivo de força maior ou caso fortuito, justificada por escrito (via ofício, e-mail ou aplicativos de celular). Serão aceitas no máximo três justificativas durante o ano vigente e estas deverão ocorrer no prazo máximo de até 05(cinco) dias após a data da reunião.
III – O Conselheiro que solicitar sua renúncia em caráter irrevogável e irretratável, por escrito, diretamente ao Presidente do Conselho;
Parágrafo Único. Na hipótese do item I, se representante das instituições de longa permanência ou do grupo da terceira idade, esses segmentos deverão se reunir e apresentar os seus substitutos.
Art.11 A perda do mandato do Conselheiro que não cumprir com as normas regimentais só poderá ser decretada em reunião extraordinária, convocada especialmente para esse fim, com a aprovação da maioria simples dos membros presentes na reunião, com direito a voto.
Art.12 Havendo eliminação, destituição, renúncia ou falta do Conselheiro Titular, assumirá o cargo vago o seu Suplente legal.
Art. 13 Havendo eliminação, destituição, renúncia ou falta de Conselheiro o Suplente será imediatamente solicitado, pelo Presidente do Conselho junto ao órgão público ou segmento civil de origem, a sua substituição na forma prevista neste Regimento:
§1° Havendo renúncia de Conselheiro representante da Sociedade Civil, o CMDPI deverá ser comunicado o mais rápido possível, para realizar a substituição pelo seu Suplente ou por outro representante indicado pela entidade a qual representa.
§2° Havendo renúncia ou exoneração do Titular ou Suplente Representante Governamental, o CMDPI deverá ser comunicado, por escrito, o mais rápido possível e a Secretaria Municipal ou Órgão Governamental a qual pertence o respectivo membro deverá indicar seu substituto;
§3° Em se tratando de renúncia do Presidente do Conselho, será esta comunicada por escrito ao seu substituto regimentar que, dentro de cinco dias úteis, convocará o Conselho para as providências cabíveis.
Art. 14 Em conformidade com o Art. 6º da Lei Municipal nº 3.699 de 2024, a função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa é considerada de interesse público e não será remunerada.

II DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 15 O Conselho Municipal do Idoso é composto por 10 (dez) membros Titulares e 10 (dez) Suplentes, os quais apresentam paritariamente os Órgãos Governamentais e não Governamentais, sendo:
I - Representantes de Órgãos Governamentais:
• Um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
• Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
• Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
• Um representante da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio;
• Um representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
II – Representantes de Órgãos não Governamentais:
• Um representante de Sindicato e/ou Associação de Aposentados;
• Um representante de Organização de grupo ou movimento da pessoa idosa devidamente legalizada e em atividade;
• Um representante de outras Entidades que atuam no atendimento e promoção dos direitos da pessoa idosa;
• Um representante de Instituições de Longa Permanência (ILPI) e instituições similares que prestem atendimento à pessoa idosa;
• Um representante de entidade, instituição ou organização religiosa.
§1º Os Conselheiros de que trata o inciso I deste artigo serão indicados pelos secretários, dentre pessoas de comprovada atuação na defesa dos direitos da pessoa idosa; não existindo funcionário com esse perfil, que seja indicado aquele que queira se envolver com a causa.
§2º Os Conselheiros de que trata o inciso II deste artigo, serão eleitos pelos membros entre seus pares, em assembleias organizadas, conforme previsto no Regimento Interno, sendo o processo eleitoral acompanhado pelo Ministério Público.
§3º As funções dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, não serão remuneradas, sendo seu desempenho considerado como serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificando as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões, participação em diligências ou outras participações de interesse do Conselho do Idoso.
§4º O Conselho Municipal do Idoso instituirá seus atos por meio de publicação de Resolução aprovada pela maioria de seus membros.
§5º Os recursos financeiros para manutenção do Conselho Municipal do Idoso serão previstos nas peças orçamentárias do Município, inclusive podendo dotações próprias.

§6º Somente será admitida a participação no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI, de entidades juridicamente constituídas com ou sem fins lucrativos e em regular funcionamento, considerando os seguintes critérios:
I - organização de usuários, as que, no âmbito municipal, congregam, representam e defendem os direitos e interesses dos Idosos;
II - entidades prestadoras de serviços e organizações de assistência social de âmbito municipal, as que prestam atendimento assistencial específico, as que atuam no atendimento e promoção dos direitos inerente ao idoso, ou assessoramento aos benefícios abrangidos por Lei;
III – instituições de longa permanência e demais entidades que prestem atendimento a pessoa idosa, comprovada atuação e boa reputação.
Art.16 Os membros do CMDPI, devem contar com Suplentes, igualmente designados pelos Órgãos Públicos e entidades da Sociedade Civil que os indicarem, sendo nomeações efetivadas pelo Prefeito Municipal.
§1º O mandato dos Conselheiros e respectivos Suplentes será de 03 (três anos), admitindo-se sua recondução, por igual período;
§2º Os integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, servidores públicos municipais, não receberão qualquer abono ou gratificação pela participação no órgão;
§3º As Comissões poderão ser integradas por entidades ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMDPI, sem direito a voto.

DA ELEIÇÃO

Art.17 Os representantes da Sociedade Civil serão eleitos, através de Assembleia própria. As entidades que trabalham com acolhimentos de Idosos, deverão ser reconhecidas como de utilidade pública municipal, possuir registro do CMDPI e estarem regulamentadas dentro das legislações vigentes.
§1º O Presidente do CMDPI convocará com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias, e mínima de 15 (quinze) dias, antes do término do mandato dos Conselheiros, o processo de eleição dos novos representantes, mediante regulamento específico (Edital de Convocação publicado no Diário Oficial com antecedência de dez dias), nomeando para acompanhamento uma Comissão provisória;
§2º A Titularidade da representação da Sociedade Civil será exercida pelas entidades com maior número de votos (registrado em ata) obtidos em cada um dos segmentos das representações de que trata este artigo;
§3º As entidades escolhidas para compor o CMI indicarão os seus representantes Titulares e Suplentes, por escrito, à Secretaria de Desenvolvimento Social deste Município.
Art. 18 Os representantes governamentais Titulares e Suplentes serão indicados por Secretários Municipais ou pelo Prefeito Municipal que deverão comunicar, por escrito, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
Art. 19 Os representantes governamentais, bem como os da Sociedade Civil, poderão ser substituídos a qualquer tempo mediante comunicação escrita dirigida à Presidência por representante legal da entidade.
Art. 20 Conceder-se-á licença aos membros Titulares do CMDPI, por prazo não superior a 30 (trinta) dias, desde que solicitada por escrito ao Presidente, devidamente justificada e fundamentada.
Art. 21 Os membros Conselheiros do CMDPI terão mandato de 03 (três) anos.

DA DISPOSIÇÃO

Art. 22 O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa possui a seguinte disposição:
• Plenário;
• Mesa Diretora;
• Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho;
Art. 23 O Conselho será administrado por uma diretoria com mandato de 03 (três) anos, composta de 04 (quatro) cargos: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário. Parágrafo Único. Os membros da Diretoria serão eleitos pela maioria absoluta dos votos dentre os Conselheiros Titulares e poderão ser reeleitos uma única vez.
Art. 24 O processo de eleição da mesa diretora (composta por Presidente, Vice Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário) será realizado através de composição de chapa entre seus membros e com votação aberta em Assembleia, observando a alternância entre governo e Sociedade Civil, convocada previamente.
§1º A Mesa Diretora, de natureza colegiada, organizará a pauta de cada reunião, comunicando-a aos Conselheiros no ato de sua convocação;
§2º Compete à Mesa Diretora tomar decisões em caráter de urgência, “ad referendum” da Plenária;
Art. 25 - O plenário, órgão máximo do CMI, é constituída pela totalidade dos seus Conselheiros e será presidida pelo seu Presidente.
§1º O Presidente, nas suas ausências e impedimentos será substituído pelo Vice Presidente;
§2° Nas ausências e impedimentos do Vice-Presidente, promover-se-á a escolha de um Conselheiro para presidir a reunião, escolhido pelo Primeiro Secretário;
§3° Em caso de vacância do Conselheiro que ocupa cargo na mesa diretora, e coordenação das Comissões Temáticas deverá realizar nova eleição em reunião ordinária.
Art. 26 As comissões permanentes ou provisórias e os grupos de trabalho serão indicados, nomeadas ou convocadas pelo Presidente em reuniões do CMDPI, composta por no mínimo de quatro Conselheiros, preferencialmente em paridade.
Art. 27 Compete a Diretoria do Conselho:
I – A representação e a defesa dos interesses do Conselho perante os poderes públicos e a sociedade;
II – Dirigir o Conselho de acordo com o Regimento Interno e administrar o seu patrimônio social;
III – Cumprir as Leis pertinentes em vigor e as determinações oriundas das autoridades competentes bem como este Regimento;
IV – Reunir-se ordinariamente, na medida de sua necessidade, em local, dia e hora designados pelo Presidente;
V – Reunir-se extraordinariamente quando o Presidente assim requerer ou 2/3 (dois terços) do Grupo Titular (Conselheiros), especialmente para exame, debate e decisões em torno de assuntos relevantes, pertinentes às atividades do Conselho;
VI – No caso de vacância de cargo (os) na Diretoria, o Presidente convocará reunião extraordinária do Conselho para eleição para o preenchimento do(s) cargo(s) em disponibilidade;
VII – A Mesa Diretora, de natureza colegiada, organizará a pauta de cada reunião, comunicando-a aos Conselheiros no ato de sua convocação;
VIII – Compete à Mesa Diretora tomar decisões em caráter de urgência, “ad referendum” da Plenária;
Art. 28 Compete ao Presidente do Conselho:
I – Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;
II – Submeter as propostas ao debate e votação, providenciando o seu encaminhamento a quem de direito;
III – Elaborar ou aprovar a pauta da ordem do dia nas reuniões;
IV – Assinar com o primeiro Secretário, ou segundo na falta deste, as atas das reuniões;
V – Assinar documentos, deliberações, resoluções, ordens e pareceres do Conselho;
VI – Praticar todos os atos administrativos de competência do Conselho;
VII – Representar o Conselho em juízo, em instituições públicas ou privadas;
VIII – Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho e, em especial, o estabelecido neste Regimento;
IX – Despachar o expediente do Conselho;
X – Fixar, com os demais membros do Conselho, o calendário de reuniões;
XI – Exercer o voto de qualidade para desempate;
XII – Designar os membros de comissões especiais;
XIII – Assinar contratos e convênios aprovados pelo Conselho;
XIV – Dirimir as dúvidas relativas a este Regimento;
XV – Fazer uso da imprensa seja de que modalidade for, nos assuntos pertinentes ao Conselho, ou designar Conselheiros para fazê-lo;
Art. 29 Compete ao Vice-Presidente do Conselho:
I – Substituir o Presidente do Conselho em suas faltas e impedimentos;
II – Auxiliar o Presidente quando solicitado.

Art. 31 Compete ao 1º Secretário do Conselho:
I – Coordenar e controlar os serviços pertinentes ao Conselho;
II – Assessorar o Presidente nos assuntos pertinentes ao Conselho;
III – Organizar, com aprovação do Presidente, a ordem do dia das reuniões ordinárias e extraordinárias;
IV – Tomar as providências administrativas necessárias à convocação, instalação e funcionamento das reuniões do Conselho;
V – Secretariar as reuniões, prestando informações e esclarecimentos necessários;
VI – Lavrar as atas das reuniões, assinando-as com o Presidente;
VII – Substituir o Vice-Presidente nas suas faltas ou impedimentos;
VIII – Executar outras tarefas correlatas, determinadas pelo Presidente;
IX – Acompanhar os trabalhos das Comissões Temáticas e prestar apoio administrativo às mesmas;
X – Prestar auxílio na preparação de proposta orçamentária e nos planos anuais de aplicação dos recursos destinados ao Conselho.
Art. 30 Compete ao 2º Secretário:
I - Substituir o 1º Secretário em suas faltas e impedimentos;
II - Auxiliar o 1º Secretário, quando solicitado.
III - Organizar a pauta das reuniões e enviá-la aos membros, com antecedência mínima de 10 (dez) dias;
IV - Acompanhar e zelar pela assinatura de todos os presentes no livro de registro de presença da reunião;
V - Colher a assinatura dos Conselheiros nas atas das reuniões após aprovação pela Plenária;
VI - Manter arquivo e ementário de assuntos de interesse do Conselho, bem como das decisões tomadas em reuniões;
VII - Realizar outras atribuições compatíveis com a natureza de suas competências;
VIII - Manter cadastro das entidades atualizadas e organizações de atendimento ao Idoso do município;
IX - Preparar relatório anual das atividades do Conselho para encaminhamento à secretaria afim e ao Prefeito Municipal.
Art. 31 O funcionamento do Conselho obedecerá às seguintes normas:
I – O órgão máximo de deliberação é o Plenário, devendo os assuntos debatidos serem votados em aberto;
II – As reuniões serão públicas, salvo decisões em contrário, da maioria dos Conselheiros presentes à reunião com direito a voto;
III – As reuniões ordinárias serão realizadas no mínimo uma vez por mês, em dia, local e hora designados pelo Presidente na reunião anterior;
IV – As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos membros Titulares, sendo por aquele dirigidas;
V – Para a realização das reuniões ordinárias, com deliberações de aprovação de Planos de Trabalho para liberação de recursos, alteração na legislação, eleição de mesa diretora será necessário a presença da maioria absoluta do Conselho, ou seja, 50% (cinquenta por cento) mais 01(um) dos membros do Conselho com direito a voto; para outras deliberações após 15 (quinze) minutos de espera poderá iniciar a reunião com qualquer número de Conselheiros;
VI – Cada membro Titular do Conselho terá direito a um único voto nas reuniões ordinárias ou extraordinárias, cabendo ao Presidente apenas o voto de qualidade para desempate de alguma votação;
VII – Os membros Suplentes, quando presentes, terão assegurado o direito de se manifestarem, tendo o direito de voto apenas na ausência do Titular;
VIII – Cada membro tem o direito de se manifestar sobre o assunto em discussão ordenada, falando um de cada vez, porém, quando da votação, não poderá voltar a se manifestar sobre o assunto;
IX – Pessoas que se fizerem presentes na reunião e que não sejam membros Titulares ou Suplentes, não terão direito de se manifestar, salvo em situações em que o Conselho as tenha convidado especialmente para poderem prestar alguma informação relevante e necessária para deliberação do Conselho. Todavia, não terão direito a voto;
X – Os assuntos tratados e as deliberações e decisões tomadas em cada reunião serão registrados em ata, em livro próprio, a qual será lida e aprovada na reunião subsequente, devendo ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário e os demais Conselheiros;
XI – A convocação para as reuniões do Conselho será feita a critério do Presidente, através de circular, telefonema, contato pessoal, internet ou ofício tendo também o mesmo valor à ciência da data em reunião ou o estabelecimento das datas para o ano, na primeira reunião anual;
XII – As reuniões terão duração máxima de 01h e 30 min, salvo se houver prorrogação, por decisão da maioria dos membros presentes à reunião e com direito a voto;
XIII – As reuniões ordinárias obedecerão a seguinte ordem:
a) abertura;
b) Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
c) Leitura de correspondências recebidas, comunicações da Presidência;
d) discussão e votação da(s) matéria(s) em pauta na ordem do dia;
e) apresentação de proposituras para inclusão na ordem do dia da próxima reunião;
f) encerramento;
XIV – Não será objeto de discussão ou votação matéria que não conste da ordem do dia, salvo por decisão da maioria simples dos Conselheiros presentes e com direito de voto, hipótese que será apreciada após a conclusão dos temas programados para a reunião;
XV – Será considerada a matéria posta em discussão que obtiver anuência da maioria simples dos Conselheiros presentes e com direito a voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade para o desempate, se for o caso;
XVI – Nas reuniões extraordinárias não poderão ser deliberados outros assuntos que não aqueles que estejam inscritos na ordem do dia e será necessária a presença da maioria absoluta do Conselho, ou seja, 50% (cinquenta por cento) mais 01(um) dos membros do Conselho com direito a voto;

CAPÍTULO III
DA GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE SÃO LOURENÇO
Art. 32 Ao CMDPI, como órgão gestor do Fundo, sem prejuízo das demais atribuições, compete:
I – Elaborar e deliberar sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos do Idoso no seu âmbito de ação;
II – Promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação do Idoso bem como do sistema de garantia dos direitos do Idoso no âmbito de sua competência;
III – Elaborar planos de ação anuais ou plurianuais, contendo os programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos do Idoso, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário;
IV – Elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação;
V – Elaborar, aprovar e divulgar os editais de chamamento público, de acordo com a Lei nº 13.019/2014 - Marco Regulatório, a serem financiados com recursos do Fundo Municipal do Idoso, fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade; contendo requisitos e prazos, para a apresentação e critérios de seleção.
VI – Publicizar os projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo;
VII – Monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo, por intermédio de balancetes semestrais, relatório financeiro e balanço anual, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicização dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica; monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelo CMDPI, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo Municipal do Idoso;
VII – Desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo;
VIII – Mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos do Idoso, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo;
IX – Elaborar e aprovar plano de aplicação de recursos do Fundo do Idoso;

X – Fixar os critérios técnicos e as diretrizes para a destinação dos recursos do Fundo;
XI – Estabelecer as prioridades a serem atendidas com os recursos do Fundo do Idoso;
XII – Acompanhar a aplicação dos recursos financeiros do Fundo;
XIII – Examinar e aprovar, se forem o caso, os balancetes, e o balanço anual do Findo.
Parágrafo Único. Para o desempenho de suas atribuições, o Poder Executivo deverá garantir ao CMDPI o suficiente e necessário suporte organizacional, estrutura física para as reuniões, suporte jurídico e financeiros, se for o caso.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 33 O Presidente, após aprovação em plenário, poderá instituir comissões especiais para realização de tarefas afetas ao Conselho, as quais estarão automaticamente dissolvidas com a execução de seus objetivos.
Art. 34 O Presidente, ouvido o plenário do Conselho e observadas às legislações pertinentes em vigor, poderá estabelecer resoluções, portarias, circulares e normas complementares necessárias ao pleno funcionamento do Conselho.
Art. 35 Este Regimento Interno, após aprovado por maioria absoluta dos Conselheiros, entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço 13 Outubro de 2025

Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Pessoa Idosa.

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:E97D1017

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026

Torna público aos interessados, que fará realizar no dia 09 de setembro de 2026, às 09:00 horas, licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais de construção em geral, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais, conforme preços de referência da tabela SINAPI, com julgamento pelo maior percentual de desconto. Maiores informações estão no Edital à disposição dos interessados, no site: www.saosebastiaodavargemalegre.mg.gov.br ou https://bnccompras.com. A sessão de licitação será realizada por meio da internet, no endereço eletrônico https://bnccompras.com/Home/Login, Bolsa Nacional de Compras - BNC,

São Sebastião Da Vargem Alegre, 25 de agosto de 2026.

ARCEDINO JOSÉ DE ALMEIDA–
Prefeito de São Sebastião Da Vargem Alegre;

MAURELI FREITAS DA SILVA –
Pregoeiro.

Publique-se

Publicado por:
Maureli Freitas da Silva
Código Identificador:6D46DDBB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EDITAL RESUMIDO PREGÃO 076/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG. Processo nº 12037/2026, Registro de preço, modalidade Pregão nº 076/2026, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO. Critério de Julgamento: GLOBAL / LOTE. Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais destinados à execução de sinalização horizontal e demarcação viária em vias de pavimento flexível, especialmente naquelas submetidas a maior fluxo de veículos leves e pesados, incluindo as principais vias deste município, visando atender à manutenção e à continuidade das atividades da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito, Transporte e Defesa Civil, pelo período de 12 (doze) meses, lote de livre participação. As propostas serão recebidas até o dia 10/09/2026 e o horário para início da sessão será às 09:00 hs do mesmo dia. O edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se a disposição no site: http://ammlicita.org.br; http://transparencia.ssparaiso.mg.gov.br/licitacoes; https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Prefeitura Municipal, Gerência de Compras e Licitações, na Praça dos Imigrantes, nº 100, Lagoinha, nesta cidade, fone (0xx35) 3539-7000 ou fone (0xx35) 3539-7015, diariamente das 08:30 às 16:30 hs, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos.

São Sebastião do Paraíso – MG, 25 de agosto de 2026.

FERNANDA CRISTINA PEREIRA –
Pregoeira.

Publicado por:
Fernanda Cristina Pereira
Código Identificador:2417492E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº 35248/2023 INEXIGIBILIDADE Nº 025/2023 PROCESSO 521/2023

10º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CONTRATO Nº 35248/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 025/2023 PROCESSO 521/2023

TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL REFERENTE A ADITIVOS, ALTERAÇÕES NAS TABELAS DOS ANEXOS CONTRATUAIS E ALTERAÇÕES DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS, AÇÕES E ATIVIDADES DE SAÚDE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS FILANTRÓPICOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 18.241.349/0001-80, localizada na Praça dos Imigrantes, nº 100, bairro Lagoinha, neste município, Estado de Minas Gerais, CEP nº 37.957-032, por intermédio de sua **SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE** (Órgão Gestor do Sistema Único de Saúde - Fundo Municipal de Saúde), representada neste ato pelo Ilmo. Secretário de Saúde Sr. **ADRIANO LOPES DE SIQUEIRA**, residente e domiciliado nesta cidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e a **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação civil sem finalidade lucrativa, entidade filantrópica e de assistência à saúde, inscrita no CNPJ nº 24.889.395/0001- 74, com sede na Praça Comendador João Pio de Figueiredo Westin, nº 92, bairro Mocoquinha, na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, CNES nº 2146525, neste ato representada pelo Sr. **CLÉCIO ALBERTO PIMENTA,** brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF 567.360.966-34 e portador do RG nº 19.164.596, residente e domiciliado na na rua Rua dos Antunes, 1169, Centro, CEP nº 37.950-000, neste município, Estado de Minas Gerais, tendo em vista o disposto na Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e seguintes; na forma prevista na Lei nº 8.666, de 21-06-93, e Portaria 1.629 de 29 de junho de 2017 e

demais normas e legislação específica, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente 10º Termo **ADITIVO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL**, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as seguintes cláusulas:

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 – O presente termo tem por objetivo " **A ADITIVOS, ALTERAÇÕES NAS TABELAS DOS ANEXOS CONTRATUAIS E ALTERAÇÕES DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS"** do contrato original, cujo objeto é a Prestação de serviços complementares, ações e atividades de saúde, no âmbito do programa de reestruturação e contratualização dos hospitais filantrópicos no Sistema Único de Saúde – SUS, conforme termo de metas quantitativas e qualitativas, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, Estado de Minas Gerais, por intermédio da sua Secretaria Municipal de Saúde (Órgão Gestor do Sistema Único de Saúde/Fundo Municipal de Saúde) e a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, situada neste município.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES
2.1 – ALTERAÇÕES

2.1.1 – Fica ALTERADO no ANEXO II, o Quadro 2 – Serviços de Média Complexidade Hospitalar (financiamento MAC), conforme quadro anexo ao processo.

2.2 – ADITIVO

2.2.1 – Fica ADITIVADO no ANEXO I, no item I, no subitem 1.2 Média Complexidade Hospitalar, conforme alteração na Programação Pactuada Integrada – PPI, no Grupo 100 – Outras programações, subgrupo 10007 – Eletivo/Cirúrgico, competência agosto de 2026, **o valor mensal de R$338,78** (trezentos e trinta e oito reais e setenta e oito centavos)**, o valor anual de R$4.065,39** (quatro mil, sessenta e cinco reais e trinta e nove centavos) **e bianual de R$8.130,78** (oito mil, cento e trinta reais e setenta e oito centavos).

2.2.2- Fic**a ALTERADA na Cláusula Sétima – Dos Recursos Financeiros o item 7.1**, o qual passa a ter a seguinte redação: "O valor estimado para a execução do presente contrato importa em **R$176.648.855,30 (cento e setenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos)**". E também o Quadro 1 – tabelas de valores e fontes, da contratualização supramencionada, conforme qaudro anexado ao processo.

3– CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1– O presente termo aditivo encontra amparo legal no artigo 65, inciso I, alíneas a e b, c/c § 1º da Lei nº 8.666/93

4– CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1– As partes ratificam todas as demais cláusulas, condições e atualizações constantes do contrato inicial nº 35248/2023.

4.2 – E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo de ADITIVO em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito.

São Sebastião do Paraíso, 25 de agosto de 2026.

ADRIANO LOPES DE SIQUEIRA
Secretário Municipal de Saúde

CLÉCIO ALBERTO PIMENTA
Provedor - Santa Casa de Misericórdiade São Sebastião do Paraíso

Publicado por:
Leny Ghiglino Gadea
Código Identificador:76A0D34F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL COM ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE DO LOCADOR - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 340/2023. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35221/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG. Extrato do Termo de Renovação Contratual com Alteração de Titularidade do Locador - Dispensa de Licitação nº 12/2023. Processo Administrativo nº 340/2023. Contrato Administrativo nº 35221/2023. OBJETO: Renovação do Contrato Administrativo de Locação do imóvel situado na Avenida Wenceslau Brás, nº 1.360, Bairro Vila Formosa, destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, bem como formalização da alteração subjetiva da parte LOCADORA, passando REYNALDO FORMAGIO FILHO, na qualidade de comodatário e nos termos do instrumento de comodato constante do processo administrativo, a substituir ELAINE FORMAGIO GIACCHERO na relação contratual, assumindo os direitos e obrigações inerentes à condição de locador, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais não modificadas pelo respectivo Termo. O valor da locação foi reajustado pelo IGP-M, conforme critério anteriormente pactuado. VALOR MENSAL: R$ 1.901,27 (mil novecentos e um reais e vinte e sete centavos). VIGÊNCIA: de 29 de agosto de 2026 a 28 de agosto de 2027.
LOCADOR: REYNALDO FORMAGIO FILHO, CPF nº 012.510.756-06. LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE: ADRIANO LOPES DE SIQUEIRA.

Publicado por:
Leny Ghiglino Gadea
Código Identificador:C36CB78E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS
AVISO DE LEILÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ DAS LETRAS
AVISO DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2026
A Prefeitura Municipal de São Tomé das Letras/MG, por meio do Setor de Compras e Licitações, torna público que realizará LEILÃO PÚBLICO, na modalidade ON-LINE, pelo critério de maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação prévia, visando à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio municipal, conforme relação e condições estabelecidas no Anexo I do Edital.
O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Público Oficial Jonas Gabriel Antunes Moreira, matriculado na JUCEMG sob o nº **638**, e será realizado por meio do portal eletrônico **www.mgl.com.br**.
Os **lances on-line** terão início em **27/08/2026**, sendo que a **abertura da sessão pública** ocorrerá em **17/09/2026, a partir das 13h00min (horário de Brasília/DF)**, com o encerramento dos lotes de forma sequencial, observadas as regras e condições estabelecidas no Edital e no portal eletrônico do leiloeiro.
A visitação dos bens objeto do leilão poderá ser realizada no período de **14/09/2026 a 16/09/2026**, no seguinte endereço:
Galpão da Prefeitura Municipal
Rua Ernestina Maria de Jesus Peixoto, nº 410
São Tomé das Letras/MG.
O **Edital completo**, seus anexos e demais informações relativas ao certame encontram-se disponíveis no endereço eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de São Tomé das Letras, bem como no portal eletrônico do leiloeiro.

São Tomé das Letras/MG, 25 de agosto de 2026.

CLODOALDO LAZARO DE SOUZA
Setor de Compras e Licitações

Publicado por:
Clodoaldo Lazaro de Souza
Código Identificador:0745FF96

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRANIA

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA – Extrato de Autorização e Ratificação. Processo nº. 88/2026. Dispensa de licitação n° 42/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para realização de show pirotécnico para as festividades do Réveillon 2026/2027, incluindo material, transporte, montagem, execução e retirada do material detonado. A Prefeita Municipal de Serrania/MG, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 72, VIII da Lei nº 14.133/21 torna público que autorizou a contratação e ratificou o procedimento de acordo com art. 75, inciso II, combinado com o seu § 3º da Lei nº 14.133/21. Empresa vencedora: André Luis Nesio, CNPJ n.º 17.920.607/0001-92. Valor: R$ 19.000,00.

Serrania, 25 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO.
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:6CFDF31B

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA. Extrato de Contrato nº. 111/2026. Dispensa de licitação n.º 38/2026. Processo nº. 81/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Serrania/MG, em observância às diretrizes da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Empresa contratada: Letícia Daniele Puras - Puras Consultoria Ambiental E Sanitária, portadora do CNPJ n.º 63.917.722/0001-25. Valor: R$ 30.000,00. Vigência: 12 meses a partir da assinatura.

Serrania, 25 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:CCCD9CCC

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA/MG. Extrato de homologação. Processo nº. 88/2026. Dispensa de licitação n.º 42/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para realização de show pirotécnico para as festividades do Réveillon 2026/2027, incluindo material, transporte, montagem, execução e retirada do material detonado. A Prefeita Municipal de Serrania/MG, no uso de suas atribuições legais, torna pública a homologação do procedimento e adjudica o objeto a empresa André Luis Nesio, CNPJ n.º 17.920.607/0001-92. Valor: R$ 19.000,00.

Serrania, 25 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO,
Prefeita Municipal

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:3900CDDE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DO CONTRATO 111/2026 CUJO O OBJETO E A AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES COMPLETOS E MOCHILAS ESCOLARES PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL.

AVISO
RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
O Prefeito Municipal de Simão Pereira, em cumprimento ao art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	**Fornecimento**
Número do Contrato	**111/2026**
Contratante	**Município de Simão Pereira**
Contratado	**REYMATEX DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA**
Objeto	ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES COMPLETOS E MOCHILAS ESCOLARES PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL.
Fundamento	**Lei 14.133/2021 e suas alterações**
Dotação Orçamentária	3.3.90.30.00.2.06.01.12.361.0003.2.0032 - ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 3.3.90.30.00.2.06.01.12.365.0003.2.0033 - ATIVIDADES DA CRECHE ESCOLAR 3.3.90.30.00.2.06.01.12.365.0003.2.0034 - ATIVIDADES DO PRÉ ESCOLAR
Prazo	**De 24 de agosto de 2026 a 23 de agosto de 2027**
Valor	**R$ 64.841,92 (sessenta e quatro mil oitocentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos).**
Data de assinatura	**24 (vinte e quatro) de agosto de 2026**
Signatário - Contratante	**David Carvalho Pimenta, Prefeito Municipal**
Signatário - Contratado	**Erasmo Bezerra da Silva Neto, Representante Legal**

Simão Pereira/MG, 24 de agosto de 2026.

DAVID CARVALHO PIMENTA
Prefeito Municipal de Simão Pereira

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:822EE8EF

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DO CONTRATO 112/2026 CUJO O OBJETO E A AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES COMPLETOS E MOCHILAS ESCOLARES PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL.

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Simão Pereira, em cumprimento ao art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	**Fornecimento**
Número do Contrato	**112/2026**
Contratante	**Município de Simão Pereira**
Contratado	**REYMATEX DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA**
Objeto	ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES COMPLETOS E MOCHILAS ESCOLARES PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL.
Fundamento	**Lei 14.133/2021 e suas alterações**
Dotação Orçamentária	3.3.90.30.00.2.06.01.12.361.0003.2.0032 - ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 3.3.90.30.00.2.06.01.12.365.0003.2.0033 - ATIVIDADES DA CRECHE ESCOLAR 3.3.90.30.00.2.06.01.12.365.0003.2.0034 - ATIVIDADES DO PRÉ ESCOLAR
Prazo	**De 24 de agosto de 2026 a 23 de agosto de 2027**
Valor	**R$ 219.839,74 (duzentos e dezenove mil oitocentos e trinta e nove reais e setenta e quatro centavos)**
Data de assinatura	**24 (vinte e quatro) de agosto de 2026**
Signatário - Contratante	**David Carvalho Pimenta, Prefeito Municipal**
Signatário - Contratado	**Danilo Pantojo de Sá, Representante Legal**

Simão Pereira/MG, 24 de agosto de 2026.

DAVID CARVALHO PIMENTA
Prefeito Municipal de Simão Pereira

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:49EC32D1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TAPIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 09/2026 ADESÃO Nº 09/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 09/2026
ADESÃO Nº 09/2026

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES, Prefeita Municipal de Tapira/MG, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo nº 09/2026 adesão 09/2026, dou publicidade a decisão de AUTORIZAR a contratação da empresa **SOCIETE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº **29.987.662/0001-89**, para**:** aquisição de 01 (uma) ambulância Tipo A – Simples Remoção, zero quilômetro, devidamente equipada e em conformidade com as especificações e condições estabelecidas na ata de registro de preços, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Tapira/MG.

Valor total da contratação: R$ 318.900,00 (trezentos e dezoito mil e novecentos reais).

Tapira/MG, 25 de agosto de 2026.

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES.
Prefeita Municipal de Tapira/MG

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:0586AF13

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE TERMO DE DESCREDENCIAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG – EXTRATO DE TERMO DE DESCREDENCIAMENTO – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 10.001/2026 – CONTRATO Nº 45. CONTRATADA: 12.615.766 VALDENIL GOMES DA SILVA,

EXTRATO DE TERMO DE DESCREDENCIAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG – EXTRATO DE TERMO DE DESCREDENCIAMENTO – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 10.001/2026 – CONTRATO Nº 45. Contratada: 12.615.766 VALDENIL GOMES DA SILVA, CNPJ nº 12.615.766/0001-60. Objeto do contrato: prestação de serviços de transporte escolar rural, em regime de execução por preço unitário (quilômetro rodado), para atendimento da rede pública municipal. Motivo do descredenciamento: falecimento do titular, Sr. Valdenil Gomes da Silva, ocorrido em 03/08/2026. Fundamento: art. 137, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e disposições do Contrato nº 45. Efeitos do descredenciamento: a partir de 03/08/2026, ressalvadas as obrigações e os pagamentos relativos aos serviços regularmente executados até essa data.

Tapira/MG, 25 de agosto de 2026.

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:2F408706

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEIXEIRAS

DEPTO COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico - 28/2026 - Nº PROCESSO ADM. 59/2026

O Município de Teixeiras/MG torna público para conhecimento dos interessados que o órgão, de acordo com a regulamentação DECRETO 553/2024 realizará o **PREGÃO ELETRÔNICO** sendo conduzido pela agente de contratação ELIANE APARECIDA MEDINA e tendo como autoridade NIVALDO RITA.

OBJETO DO PROCESSO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO, NOVOS EDEPRIMEIRO USO, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DA FEIRA AGROCULTURAL DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG E ÀS DEMAIS ATIVIDADES, EVENTOS E AÇÕES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA E PECUÁRIA.

Data de publicação do processo: 24/08/2026- 19:07
Data início das propostas: 25/08/2026- 08:00
Data final das propostas: 04/09/2026- 09:00
Data de abertura das propostas: 04/09/2026- 09:01
Tipo de Julgamento: Menor Preço
Modo de disputa: Aberto e Fechado
Processo exclusivo ME: Sim
Valor total do processo: R$ R$ 13.647,73
LINK DO EDITAL: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/MG/Prefeitura-Municipal-de-Teixeiras-4146/PE-28-2026-2026-506373 ou https://teixeiras.mg.gov.br/detalhe-da-licitacao/info/pe-28-2026/152/

ELIANE APARECIDA MEDINA
Pregoeira
Teixeiras-MG

Publicado por:
Eliane Aparecida Medina
Código Identificador:461D30D6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEÓFILO OTONI

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 09/2026 - PMTO/SMS/REG

Objeto: repasse de recurso financeiro, via Termo de Convênio nº 09/2026 - PMTO/SMS/REG, no valor de R$ 600.000,00 reais, oriundos da fonte municipal de contra partida, destinado ao atendimento dos neurodivergentes pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde entre os Vales do Mucuri e Jequitinhonha, com sede em Teófilo Otoni/MG, conforme Plano de Trabalho Assistencial. Prestador: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ENTRE OS VALES DO MUCURI E JEQUITINHONHA. Referência: Termo de Convênio n° 09/2026 - PMTO/SMS/REG; Fonte de recurso: Ficha: 995. Fonte: 1500 - 1002. Valor: R$ 600.000,00 reais. Data Vigência: 12 meses. Data da Assinatura do termo: 03/08/2026.
Solicitante da publicação: Maruan Semir Rainer Lauar, setor Regulação.

Publicado por:
Emerson Gomes Campos
Código Identificador:D0655812

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026 - O Município de Teófilo Otoni/MG torna pública a realização do Pregão Eletrônico nº 054/2026 no dia 09/09/2026, com recebimento das propostas até as 08h30min. Objeto: **Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene e descartáveis para atendimento às necessidades do Município de Teófilo Otoni/MG.** A íntegra do edital e demais informações atinentes ao certame encontram-se à disposição dos interessados na sala da Divisão de Licitação, situada na Av. Dr. Luiz Boali Porto Salman, nº 230, Centro, nos dias úteis, no horário de 8h às 16h, ou através dos sites: teofilootoni.mg.gov.br, licitardigital.com.br ou pelo e-mail: licitacao@teofilootoni.mg.gov.br.

Teófilo Otoni/MG, 25/08/2026.

KENEDY RODRIGUES ESTEVES –
Divisão de Licitação.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:1330386E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS CORAÇÕES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 0105/2026.

Prefeitura municipal de Três Corações. Aviso de publicação do edital do pregão eletrônico: n.º 0105/2026. Processo n.° 0377/2026. Objeto: Aquisição de reservatório metálico cilíndrico com capacidade para 30.000 (trinta mil) litros, destinado ao abastecimento de água da comunidade rural do taquaral. O município de Três Corações/prefeitura municipal de Três Corações, com sede na Av. Brasil, n.º 225, bairro Jardim américa, cep 37.410-900,torna pública a licitação na modalidade pregão eletrônico. Data de julgamento das propostas: 10/09/2026 às 09h:30min. Local: plataforma de licitações ammlicita – www.ammlicita.org.br. Conforme lei federal n.º 14.133 de 01.04.2021 e alterações, decreto municipal n.° 4.767/23 e pelas demais condições fixadas neste edital. Requisitante: Secretaria municipal de obras e serviços públicos. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site www.ammlicita.org.br ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Três Corações, 25 de Agosto de 2026.

LUIS CARLOS SILVA CARVALHO.
Pregoeiro

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:7FB51C3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 0110/2026

Prefeitura municipal de Três Corações. Aviso de publicação do edital do pregão eletrônico: n.º 0110/2026. Processo n.° 0353/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos médico-hospitalares, antropométricos e mobiliário, destinados ao suprimento, modernização e estruturação das unidades de atendimento da secretaria municipal de saúde, conforme as emendas parlamentares: a) emenda parlamentar 13759512000125003: dep. Federal mário heringer (aps-sb); b) emenda parlamentar 13759512000125004: dep. Federal aécio neves (cem). O município de Três Corações/prefeitura municipal de Três Corações, com sede na Av. Brasil, n.º 225, bairro Jardim américa, cep 37.410-900,torna pública a licitação na modalidade pregão eletrônico. Data de julgamento das propostas: 10/09/2026 às 09h:30min. Local: plataforma de licitações ammlicita – www.ammlicita.org.br. Conforme lei federal n.º 14.133 de 01.04.2021 e alterações, decreto municipal n.° 4.767/23 e pelas demais condições fixadas neste edital. Requisitante: Secretaria municipal de saúde. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site www.ammlicita.org.br ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Três Corações, 25 de Agosto de 2026.

ALZIRA ARAÚJO DE OLIVEIRA.
Pregoeira

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:9EAE0814

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 0111/2026.

Prefeitura municipal de Três Corações. Aviso de publicação do edital do pregão eletrônico: n.º 0111/2026. Processo n.° 0360/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos médicos, odontológicos, mobiliários clínicos e equipamentos de tecnologia da informação para estruturação da atenção primária à saúde (aps), clínica da mulher, odontologia e rede de saúde mental para atender às necessidades das unidades da secretaria municipal de saúde e conforme a resoulução ses-mg 11.335/2026, de 09/07/2026 (banco 001- banco do brasil, agência 0012-4, conta 95.895-x, data do pagamento 24/06/2026). O município de Três Corações/prefeitura municipal de Três Corações, com sede na Av. Brasil, n.º 225, bairro Jardim américa, cep 37.410-900,torna pública a licitação na modalidade pregão eletrônico. Data de julgamento das propostas: 11/09/2026 às 09h:30min. Local: plataforma de licitações ammlicita – www.ammlicita.org.br. Conforme lei federal n.º 14.133 de 01.04.2021 e alterações, decreto municipal n.° 4.767/23 e pelas demais condições fixadas neste edital. Requisitante: secretaria municipal de saúde. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site www.ammlicita.org.br ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Três Corações, 25 de Agosto de 2026.

ALZIRA ARAÚJO DE OLIVEIRA.
Pregoeira

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:952CC45B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 0112/2026

Prefeitura municipal de Três Corações. Aviso de publicação do edital do pregão eletrônico: n.º 0112/2026. Processo n.° 0408/2026. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças referente à marca volvo da linha pesada, para atender às eventuais necessidades de reposição de peças dos veículos pertencentes à frota da secretaria municipal de obras e serviços públicos. O município de Três Corações/prefeitura municipal de Três Corações, com sede na Av. Brasil, n.º 225, bairro Jardim américa, cep 37.410-900,torna pública a licitação na modalidade pregão eletrônico. Data de julgamento das propostas: 11/09/2026 às 09h:30min. Local: plataforma de licitações ammlicita – www.ammlicita.org.br. Conforme lei federal n.º 14.133 de 01.04.2021 e alterações, decreto municipal n.° 4.767/23 e pelas demais condições fixadas neste edital. Requisitante: Secretaria municipal de obras e serviços públicos. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site

www.ammlicita.org.br ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Três Corações, 25 de Agosto de 2026.

LUIS CARLOS SILVA CARVALHO.
Pregoeiro

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:3CD5F597

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2025.**

Prefeitura Municipal de Três Corações. Departamento de Compras e Licitação **Extrato do Contrato do Pregão Eletrônico nº 051/2025. Objeto: Contratação de serviços de pabx em nuvem, baseado no protocolo sip, incluindo tráfego ilimitado para ligações locais e nacionais, fixo-fixo e fixo- móvel, com fornecimento de equipamentos e materiais necessários, para atender às necessidades da prefeitura municipal de três corações.contrato: nº 0229/2026.Partes:** Prefeitura municipal de Três Corações x **Metodo Telecomunicações e Comércio Ltda.valor: r$ 107.108,97 (cento e sete mil, cento e oito reais e noventa e sete centavos).**O prazo deste Contrato será de **12 (DOZE) meses.** Publicado no Quadro de avisos da Prefeitura de Três Corações em 29/07/2026.

Três Corações, 29 de Julho de 2026

ANA CAROLINA MAFRA SIMÕES
Secretaria Municipal de Finanças

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:F32AACA3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS PONTAS

**PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2026

Considerando a instrução do presente processo administrativo, especialmente a formalização da demanda, a justificativa da necessidade da contratação, a caracterização da situação emergencial, a pesquisa de preços, a justificativa do preço, a justificativa para a contratação direta e os demais documentos que integram os autos, **AUTORIZO** a contratação direta, por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
A presente contratação tem por objeto a Aquisição de Ar-Condicionado de 18.000 BTUs, em atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, em especial da Divisão de Tecnologia da Informação.
Fica autorizada a contratação da empresa **RR Informática Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 64.393.069/0001-05, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para o respectivo item, em conformidade com as especificações técnicas exigidas e com valor compatível com o preço praticado no mercado, conforme documentação constante nos autos.
O valor total da contratação é de **R$ 3.699,00 (três mil seiscentos e noventa e nove reais)**, conforme proposta comercial apresentada e demais documentos que instruem a contratação.
Determino o prosseguimento do feito, com a adoção das providências necessárias à formalização da contratação, observadas as exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive quanto à publicidade dos atos pertinentes à contratação direta e às demais medidas administrativas cabíveis.

Três Pontas, 25 de agosto de 2026.

ÉRIKA MESQUITA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:21BB0D8B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TUPACIGUARA

**CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
DECISÃO PROCESSO ADMINSITRATIVO 001/2026**

DECISÃO DE PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 1/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO – PORTARIA N.º 36, de 10 de julho de 2026
PROCESSO DE DISPENSA Nº 3/2026
ORDEM DE COMPRA Nº 11-2/2026
CONTRATADA: MF DE S NETO COMÉRCIO E SERVIÇO
CNPJ: 30.804.862/0001-38
ASSUNTO: Apuração de responsabilidade administrativa – não entrega dos produtos contratados.
I – RELATÓRIO
Trata-se de Processo Administrativo instaurado pela **Portaria n.º 036, de 10 de julho de 2026**, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros em 13 de julho de 2026, com a finalidade de apurar a responsabilidade da empresa **MF DE S NETO COMÉRCIO E SERVIÇO**, inscrita no CNPJ nº **30.804.862/0001-38**, em razão do possível descumprimento das obrigações assumidas perante a Câmara Municipal de Tupaciguara/MG.
Conforme consta do ato de instauração, a empresa foi contratada no âmbito do **Processo de Dispensa nº 3/2026**, relacionado à **Ordem de Compra nº 11-2/2026**, para fornecimento de materiais de consumo destinados à Câmara Municipal de Tupaciguara.
A Portaria de instauração registra que a contratada deixou de entregar os produtos solicitados pela Administração, consistentes em:
38 refrigerantes de 2 litros, sabor Coca-Cola;
38 refrigerantes de 2 litros, sabor guaraná;
38 refrigerantes de 2 litros, sabor Coca-Cola Zero;
70 litros de suco sabor pêssego;
20 litros de suco sabor uva;
15 unidades de adoçante de 100 ml;
358 litros de leite de vaca; e
150 pacotes de guardanapos 24 x 22 cm.
Consta, ainda, que a Administração encaminhou notificação à empresa em **28 de maio de 2026**, por meio eletrônico, cujo recebimento foi confirmado em **29 de maio de 2026**, determinando a entrega dos produtos no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, sem que a obrigação fosse cumprida.
Em razão dos fatos, foi determinada a instauração do presente Processo Administrativo para apuração da responsabilidade da contratada e eventual aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Instaurado o procedimento, a empresa **MF DE S NETO COMÉRCIO E SERVIÇO foi regularmente citada para exercer o contraditório e a ampla defesa, mediante correspondência encaminhada ao seu endereço comercial, com Aviso de Recebimento – AR, efetivamente recebida em 23 de julho de 2026**.
Apesar da regular ciência, **transcorreu o prazo concedido sem apresentação de defesa, justificativa, documentos ou qualquer manifestação pela empresa processada**.
É o relatório.
II – FUNDAMENTAÇÃO
O art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal assegura aos litigantes em processo administrativo e aos acusados em geral o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
No caso em análise, verifica-se que tais garantias foram asseguradas à empresa processada.
Além da notificação anteriormente realizada durante a execução contratual, o presente Processo Administrativo foi formalmente instaurado pela Portaria nº 036/2026, tendo sido promovida a citação

da empresa para conhecimento da imputação e exercício de seu direito de defesa.
A correspondência foi encaminhada ao endereço comercial da empresa e recebida em **23/07/2026**, conforme Aviso de Recebimento – AR constante dos autos, a qual foi juntada no dia 29/7/2026.
Dessa forma, tendo sido regularmente cientificada e transcorrido o prazo concedido sem apresentação de defesa, encontra-se superada essa etapa procedimental, devendo o processo prosseguir regularmente.
A ausência de manifestação da processada **não implica, por si só, reconhecimento automático dos fatos imputados nem dispensa a Administração do dever de examinar as provas existentes nos autos**.
A responsabilização administrativa deverá decorrer do conjunto probatório produzido no processo, mediante decisão motivada, observando-se a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, eventuais circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos decorrentes da conduta, conforme determina o art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
Segundo o ato de instauração, a conduta investigada consiste essencialmente na **não entrega dos produtos solicitados pela Administração, mesmo após notificação específica para cumprimento da obrigação**.
Em tese, a conduta poderá caracterizar uma ou mais das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, especialmente aquelas relacionadas à inexecução contratual ou ao retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.
O enquadramento definitivo, entretanto, deverá ser realizado após o encerramento da instrução, mediante apreciação das provas existentes e das circunstâncias concretas da contratação.

III – DECISÃO

Diante do exposto, no exercício das atribuições conferidas à Comissão Processante pela **Portaria n.º 36, de 2026**, e considerando a documentação constante dos autos, **DECIDE-SE:**

1. RECONHECER A REGULARIDADE DA CITAÇÃO da empresa **MF DE S NETO COMÉRCIO E SERVIÇO, CNPJ nº 30.804.862/0001-38**, realizada mediante correspondência com Aviso de Recebimento – AR, recebida em seu endereço comercial em **23 de julho de 2026**;

2. DECLARAR TRANSCORRIDO O PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA, sem qualquer manifestação da empresa processada, haja vista que o seu findou no dia **19/8/2026;**

3. DETERMINAR O REGULAR PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, independentemente da ausência de defesa, sem atribuir a essa circunstância presunção automática de veracidade dos fatos imputados;

4. DETERMINAR, caso a Comissão entenda suficientemente instruídos os autos, o **encerramento da fase instrutória e a elaboração do RELATÓRIO FINAL**, no qual deverão ser analisados, de forma fundamentada:
I – a existência material do inadimplemento;
II – as obrigações contratuais descumpridas;
III – a existência ou inexistência de causa justificadora do inadimplemento;
IV – o enquadramento da conduta em uma ou mais hipóteses do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;
V – a natureza e a gravidade da infração;
VI – as peculiaridades do caso concreto;
VII – eventuais circunstâncias agravantes ou atenuantes;
VIII – os danos eventualmente causados à Administração;
IX – os critérios estabelecidos no art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021;
X – a sanção ou sanções eventualmente cabíveis, observando-se os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e individualização da sanção.

5. DETERMINAR que eventual proposta de aplicação de **multa** observe a previsão constante do instrumento contratual e o procedimento estabelecido na Lei nº 14.133, de 2021.

6. DETERMINAR que, caso a Comissão conclua pela possível aplicação da sanção de **impedimento de licitar e contratar**, sejam rigorosamente observados os arts. 156 e 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, inclusive quanto à competência, ao procedimento e às garantias do contraditório e da ampla defesa.

8. CONCLUÍDO O RELATÓRIO FINAL, encaminhem-se os autos à autoridade competente para julgamento e adoção das providências cabíveis, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021.

9. OBSERVE-SE o prazo de **60 (sessenta) dias**, contado da publicação da Portaria n.º 36, de 2026, a qual se deu no dia **10/7/2026, com término em 8/9/2026,** para conclusão dos trabalhos, admitida prorrogação por mais **30 (trinta) dias**, mediante justificativa, conforme expressamente estabelecido no ato de instauração.

Tupaciguara/MG, 24 de agosto de 2026.

LAURA ADEMARINA CUNHA
Presidente da Comissão Processante

Publicado por:
Francivaldo Herminio da Silva
Código Identificador:9F157F6D

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
PROCESSO ADMINISTRATIVO 02/2026 - DESPACHO

PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2/2026
PORTARIA Nº 35, DE 10 DE JULHO DE 2026.
PROCESSADA: EQUIPSUL COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS A SAÚDE LTDA.
CNPJ: 36.999.842/0001-46
DESPACHO
Considerando que a **Portaria n.º 35, de 10 de julho de 2026**, instaurou Processo Administrativo para apuração de eventual responsabilidade da empresa **EQUIPSUL COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS A SAÚDE LTDA.**, decorrente de fatos relacionados ao Pregão Eletrônico nº 4/2025 – Processo nº 10/2025 e ao Contrato Administrativo nº 04 CMT-MG/2026;
Considerando que foi realizada tentativa de intimação da empresa no endereço constante dos documentos da contratação, a qual restou infrutífera, tendo a correspondência retornado com a informação **"MUDOU-SE"**;
Considerando que as demais tentativas de contato realizadas pela Câmara Municipal, por meio dos telefones e endereços eletrônicos disponíveis, igualmente não obtiveram êxito;
Considerando que o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal assegura, no âmbito do processo administrativo, o **contraditório e a ampla defesa**, impondo à Administração a adoção de providências razoáveis destinadas a possibilitar a efetiva ciência da empresa processada;
Considerando, ainda, que o art. 3º da Portaria n.º 35, de 2026 confere à Comissão acesso à documentação necessária à elucidação dos fatos, inclusive aos documentos vinculados à licitação, autorizando a extração de cópias e a realização das diligências que entender pertinentes;
DETERMINO:
1. Seja localizada, nos autos do **Processo Licitatório nº 10/2025 – Pregão Eletrônico nº 4/2025**, a documentação relativa ao **ato constitutivo, contrato social e respectivas alterações da empresa EQUIPSUL COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS A SAÚDE LTDA.**, apresentada por ocasião da licitação e/ou contratação, procedendo-se à extração de cópia e à sua **juntada aos presentes autos do Processo Administrativo**.
2. Após a juntada, sejam identificados os **sócios, administradores e representantes legais da empresa, bem como os respectivos endereços constantes da documentação societária**, certificando-se nos autos as informações encontradas.
3. Existindo endereço de sócio, administrador ou representante legal diverso daquele no qual restou frustrada a tentativa anterior, **expeça-se nova intimação da empresa processada**, encaminhando-se a correspondência, com Aviso de Recebimento – AR, aos endereços localizados, **aos cuidados dos respectivos sócios, administradores ou representantes legais**, com a finalidade de dar ciência à pessoa jurídica da instauração do Processo Administrativo e oportunizar o exercício do contraditório e da ampla defesa.
4. Deverá constar expressamente da correspondência que a intimação é dirigida à pessoa jurídica **EQUIPSUL COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS A SAÚDE LTDA., CNPJ nº 36.999.842/0001-46**, sendo o encaminhamento ao

endereço do sócio, administrador ou representante legal realizado como diligência destinada a proporcionar efetiva ciência à empresa processada.
5. Proceda-se à juntada aos autos dos comprovantes das correspondências expedidas e dos respectivos Avisos de Recebimento – AR, ou de qualquer documento que demonstre o resultado das tentativas realizadas.
6. Cumpridas as diligências acima determinadas, **voltem os autos conclusos a esta Presidência**, para análise e deliberação acerca do regular prosseguimento do feito.
Cumpra-se.

Tupaciguara/MG, 19 de agosto de 2026.

LAURA ADEMARINA CUNHA
Presidente da Comissão do Processo Administrativo
Portaria nº 035/2026

Publicado por:
Francivaldo Herminio da Silva
Código Identificador:5215B5B5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UMBURATIBA

PREFEITURA DE UMBURATIBA
AVISO DE LICITAÇÃO - CONSTRUÇÃO CRECHE TIPO 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBURATIBA/MG – AVISO DE LICITAÇÃO - Concorrência Eletrônica N°.005/2026 - Processo Licitatório N°.033/2026, torna público, que estará realizando, na sede do Município, através da plataforma eletrônica www.bll.org.br, Concorrência Eletrônica, Modo: ABERTO/FECHADO. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia, sob o regime de empreitada por preço global, a ser licitada por meio de concorrência eletrônica, destinada à construção de Unidade de Educação infantil – Creche Tipo 2, conforme projeto padronizado do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio do Termo de Compromisso OGU FNDE 977921/2025 - Operação 1101446-33, que entre si fazem a União Federal, por intermédio do(a) Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação - FNDE, representado(a) pela Caixa Econômica Federal – NOVO PAC no âmbito do Programa Novo PAC – Creches e Pré-Escolas de Educação Infantil, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à execução integral do objeto, a ser implantada em imóvel de propriedade do Município de Umburatiba/MG, abertura marcada para o dia 16/09/2026, a partir das 08:00 horas. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir do dia 27/08/2026, às 08:00 horas. Informações: www.bll.org.br e https://www.umburatiba.mg.gov.br/ e licitacoespmumburatiba@gmail.com.

Umburatiba/MG, 25/08/2026.

JOÃO BATISTA SILVA OLIVEIRA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Valdenir Ramos Simil
Código Identificador:2ADC20B8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UNIÃO DE MINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
CREDITO ADICIONAL POR SUPERAVIT

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS	**Emissão de Atos de Créditos e Anulações de Dotação**
ESTADO DE MINAS GERAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - 2026
República Federativa do Brasil	Decreto: 5958

Decreto Nº: 5958

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional por superávit no valor de R$ 255.149,82 (duzentos e cinquenta e cinco mil e cento e quarenta e nove reais e oitenta e dois centavos) destinado ao reforço orçamentário da seguinte dotação:

Ficha:	**141**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	1006 - CONTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REFORMAS DE PRÉDIOS DA SAÚDE
Categoria:	4 - Despesas de Capital
Grupo:	4 - Investimentos
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	51 - Obras e Instalações
Fonte Recurso:	2.621.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor:	**255.149,82**

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

União de Minas, 17 de julho de 2026

GEOVA TOMAZ DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Soares Ferreira
Código Identificador:8B7490E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS	**Emissão de Atos de Créditos e Anulações de Dotação**
ESTADO DE MINAS GERAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - 2026
República Federativa do Brasil	Decreto: 5957

Decreto Nº: 5957
Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.979.277,74 (um milhão, novecentos e setenta e nove mil e duzentos e setenta e sete reais e setenta e quatro centavos) destinado ao reforço orçamentário da seguinte dotação:

Ficha:	**141**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	1006 - CONTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REFORMAS DE PRÉDIOS DA SAÚDE
Categoria:	4 - Despesas de Capital
Grupo:	4 - Investimentos
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	51 - Obras e Instalações
Fonte Recurso:	1.621.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor:	**1.979.277,74**

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

União de Minas, 17 de julho de 2026

GEOVA TOMAZ DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Soares Ferreira
Código Identificador:26B08EA6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE URUCUIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA Nº 024/2025

Processo Administrativo nº 107/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Urucuia/MG. **Contratada:** BAIA GC MIX LTDA., CNPJ nº 42.377.469/0001-94. **Objeto:** Prorrogação do prazo de vigência da Ata nº 024/2025 por mais 30 (trinta) dias, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, passando sua vigência de 17/08/2026 para 17/09/2026. **Dotação Orçamentária:** Conforme dotações consignadas no orçamento municipal para o exercício vigente. **Data da assinatura:** 17/08/2026. **Fundamentação:** Lei Federal nº 14.133/2021. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata originária que não foram alteradas pelo presente Termo Aditivo.

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ-
Prefeito Municipal de Urucuia/MG

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:9FBD24F5

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 153/2025

Processo Administrativo nº 073/2025 – Inexigibilidade nº 043/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Urucuia/MG. **Contratada:** TED JUNIO ODONTOLOGIA LTDA, CNPJ nº 53.535.667/0001-55. **Objeto:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 153/2025 por mais 12 (doze) meses, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, passando sua vigência de 10/08/2026 para 10/08/2027. **Dotação Orçamentária:** 080210.301.0046.2034 – 339034000000 – Fichas 1064, 1065 e 1066 – Fontes 15000002, 16000000 e 16210000. **Data da assinatura:** 07/08/2026. **Fundamentação:** Lei Federal nº 14.133/2021. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário que não foram alteradas pelo presente Termo Aditivo.

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ-
Prefeito Municipal de Urucuia/MG

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:8C22A73F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VERDELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Verdelândia-MG torna público que realizará no dia 09/09/2026, ás 08:00 horas, o Processo Licitatório N°065/2026, na modalidade Pregão Eletrônico N°013/2026, através do endereço eletrônico: licitar.digital. Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição parcelada de gêneros alimentícios e merenda escolar, em atendimento às demandas das Secretarias Municipais de Verdelândia/MG, conforme Termo de Referência e especificações do Edital Convocatório disponível no endereço eletrônico informado e no site https://verdelandia.mg.gov.br/. Informações: Setor de Licitações, situada a Rua Avenida Renato Azeredo, N°2001, Janaiba.
CLAYTON SHASSE PEREIRA DE SOUZA JUNIOR
Pregoeiro
Tel.(38)3625-8113.
Email: licitacoes@verdelandia.mg.gov.br

Publicado por:
Clayton Shasse Pereira de Souza Junior
Código Identificador:4B1E4023

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VERÍSSIMO

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
CONTRATO 141/2026

EXTRATO CONTRATO 141/2026 – ADESÃO REGISTRO DE PREÇO EXTERNA 03/2026 — OBJETO: Aquisição de 01 veículo tipo de ambulância de transporte simples remoção (tipo A) — veículo tipo furgão (L1H1), DIESEL 150 CV, 0 (zero) km, ano/modelo 2025/2026 – 2026/2026. - CONTRATADO – SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS LTDA. Valor do contrato: R$318.900,00 (trezentos e dezoito mil e novecentos reais). VIGÊNCIA DO CONTRATO: data de assinatura até 22 de dezembro de 2026.

Veríssimo/MG, 24 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:6D3D7114

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VESPASIANO

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

INTIMAÇÃO

EXTRATO DE PARECER

COMISSÃO DE EMENDAS IMPOSITIVAS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO

ENTIDADE BENEFICIÁRIA: **CAIXA ESCOLAR DANIELI DIAS TERCETE**
INDICAÇÃO VEREADORA **JULIENE APARECIDA DOS SANTOS**
VALOR: **R$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL REAIS)**
BASE LEGAL: **EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 023/2024 (INCLUI ART. 139-A DA LOM) E DECRETO EXECUTIVO Nº 11.079/2025**
CONCLUSÃO: **OPINAM PELA REGULARIDADE E APROVAÇÃO.**

VESPASIANO, 23 DE JULHO DE 2026.

HOMOLOGO O PARECER

EMERSON AURÉLIO DOS SANTOS CHAVES
Secretário Municipal de Governo

Publicado por:
Rodrigo do Carmo Faria
Código Identificador:79936F5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE CHAMAMENTO PÚBLICO EDITAIS Nº 005/2026, Nº 006/2026 E Nº 007/2026 – PNAB

ERRATA Nº 002/2026

Aos Editais de Chamamento Público nº 005/2026, nº 006/2026 e nº 007/2026 – PNAB Vespasiano/MG

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VESPASIANO, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E LAZER**, no uso de suas atribuições, torna pública a presente Errata Consolidada, destinada a corrigir e harmonizar as informações constantes do Anexo I – Formulário de Inscrição, do Anexo VIII – Pontuação Territorial, dos respectivos manuais e dos formulários eletrônicos dos Editais nº 005/2026, nº 006/2026 e nº 007/2026.

1. IDENTIFICAÇÃO DOS EDITAIS

Processo / Edital	Denominação	Objeto resumido
PA nº 005/2026 / Edital nº 005/2026	Territórios da Cena	Circulação das Artes Cênicas no Município de Vespasiano
PA nº 006/2026 / Edital nº 006/2026	Territórios da Música	Circulação de Ações Musicais
PA nº 007/2026 / Edital nº 007/2026	Territórios das Culturas Tradicionais e Populares	Circulação das Culturas Tradicionais e Populares de Vespasiano

2. RETIFICAÇÃO DO ANEXO VIII – PONTUAÇÃO TERRITORIAL

Ficam incluídos no Anexo VIII – Pontuação Territorial dos três Editais os bairros **Lar de Minas** e **Morro Alto**, já previstos no item 4.2 do Anexo I – Formulário de Inscrição, para fins da pontuação adicional de 5 (cinco) pontos atribuída às(aos) proponentes residentes em bairros historicamente marcados pelo menor acesso aos editais e às políticas públicas de fomento cultural.

3. RETIFICAÇÃO DOS FORMULÁRIOS ELETRÔNICOS

Os formulários eletrônicos de inscrição serão atualizados para incluir os bairros **Lar de Minas** e **Morro Alto** entre as opções referentes à pontuação adicional por residência.

4. RETIFICAÇÃO DOS MANUAIS

4.1. Editais nº 005/2026 e nº 006/2026 – No exemplo prático referente à pontuação adicional pela realização de ações em territórios prioritários:

ONDE SE LÊ:
"Praça no bairro Morro Alto."

LEIA-SE:
"Praça no bairro Gávea."

4.2. Edital nº 007/2026 – No trecho referente às hipóteses de pontuação adicional:

ONDE SE LÊ:
"Proponente residente em território prioritário previsto no Anexo IX."

LEIA-SE:
"Proponente residente em bairro previsto no Anexo VIII – Pontuação Territorial."

5. INSCRIÇÕES JÁ REALIZADAS

Caso tenham sido realizadas inscrições antes da atualização dos formulários eletrônicos, fica expressamente assegurada às(aos) respectivas(os) proponentes a possibilidade de retificar ou complementar as informações relacionadas à pontuação territorial até o encerramento do período de inscrições, sem qualquer prejuízo à participação, à avaliação ou à pontuação.

6. APLICAÇÃO, PUBLICIDADE E RATIFICAÇÃO

A presente Errata Consolidada possui caráter corretivo e aplica-se indistintamente a todos os interessados e às inscrições eventualmente realizadas antes de sua publicação. Permanecem ratificadas as demais disposições dos Editais nº 005/2026, nº 006/2026 e nº 007/2026 não alteradas por este ato. Permanecem inalterados todos os prazos e etapas dos respectivos cronogramas, inclusive o prazo final de inscrições, fixado em 05 de setembro de 2026.

Vespasiano/MG, 24 de agosto de 2026.

ANA RITA RESENDE VIANA SILVA	*ROBERTO DA SILVA JUNIOR*
Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Lazer	Presidente da Comissão da PNAB
Autoridade Responsável pela Publicação	Ciência e Encaminhamento

Publicado por:
Deusmara Costa Andrade
Código Identificador:A2FC20B2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VOLTA GRANDE

LICITAÇÕES E EXTRATOS
AVISO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO - PROC. 082/2026 - DISP. 042/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE/MG. AVISO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO. Processo Licitatório nº 086/2026, Dispensa de Licitação nº 042/2026. Objeto: **CAPACITAÇÃO EM ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS.** Processo ratificado nesta data. LUZ GESTÃO CULTURAL LTDA, inscrita sob o CNPJ n° 59.265.409/0001-82 no valor total de R$ 6.000,00 (Seis mil reais). Volta Grande – MG 25 de agosto de 2026. IVAN SOARES PULLIG – Prefeito.

Certifico para os devidos fins de direito que, de conformidade com o disposto no art. 106 da Lei Orgânica Municipal, cópia do extrato supra, foi devidamente afixado no mural desta Prefeitura, nesta data, o qual permanecerá por quinze dias consecutivos.

Volta Grande-MG, 25 de agosto de 2026.

P/ Equipe de Apoio

Publicado por:
Thiago Alves Bastos
Código Identificador:59BD9AEE

LICITAÇÕES E EXTRATOS
AVISO DE AUTORIZAÇÃO/ RATIFICAÇÃO PROCESSO 089/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE/MG. AVISO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO. Processo Licitatório nº 089/2026, Dispensa de Licitação nº 044/2026. Objeto: **Aquisição de troféus e medalhas personalizados para premiação dos participantes e vencedores do Campeonato Rural 2026, promovido pelo Município de Volta Grande/MG**. Processo ratificado nesta data com a empresa **J. SAHID E CIA LTDA**, CNPJ nº 29.895.729/0001-55, pelo valor total de R$ 1.884,50 (mil oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Volta Grande – MG 25 de agosto de 2026.

IVAN SOARES PULLIG –
Prefeito.

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva
Código Identificador:352F0C51

PUBLICAÇÃO
PORTARIA N. 063/2026 - INSTITUI A COMISSÃO GESTORA INTERSETORIAL DO PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR (PTS) PARA ATENDIMENTO DE MUNÍCIPE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E INSTABILIDADE PSIQUIÁTRICA GRAVE, ESTABELECE SUAS ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Portaria n. 063/2026

"INSTITUI A COMISSÃO GESTORA INTERSETORIAL DO PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR (PTS) PARA ATENDIMENTO DE MUNÍCIPE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E INSTABILIDADE PSIQUIÁTRICA GRAVE, ESTABELECE SUAS

ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, especialmente as que lhe são conferidas pelos Arts. 81 e 82, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO os ditames da Constituição Federal de 1988, que preconiza a saúde e a assistência social como direitos de todos e dever do Estado, assentados no princípio fundamental da dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO a Diretriz Nacional da Reforma Psiquiátrica (Lei Federal n.º 10.216/2001) e as diretrizes do Ministério da Saúde quanto à Atenção Psicossocial integrativa e ao Projeto Terapêutico Singular (PTS);

CONSIDERANDO a competência comum do Município para cuidar da saúde, da assistência pública e da proteção às pessoas com deficiência, nos termos do Art. 24, inciso II, e Art. 155, inciso III, da Lei Orgânica de Volta Grande;

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de atuação articulada, intersetorial e transversal entre os diversos órgãos municipais para garantir o cuidado integral, a reabilitação psicossocial e a proteção de munícipe com quadro psiquiátrico grave, associado à deficiência intelectual e ao esgotamento dos recursos assistenciais regionais ordinários;

RESOLVE
Art. 1° Fica instituída a **Comissão Gestora Intersetorial do Projeto Terapêutico Singular (PTS)**, com a finalidade de planejar, executar, monitorar e articular as ações intersetoriais de saúde, assistência social, infraestrutura habitacional, educação, esporte e cultura destinadas à reabilitação e ao acompanhamento integral da munícipe **A. S. C.**.

Art. 2° A Comissão Gestora Intersetorial do PTS será composta por 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente dos seguintes órgãos da Administração Pública Municipal:

I - Secretaria Municipal de Saúde (SMS);

II – Secretaria Municipal de Assistência Social (SUAS);

III – Secretaria Municipal de Obras e Defesa Civil;

IV – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Agricultura;

V - Secretaria Municipal de Educação (SME);

VI - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL);

VII - Secretaria Municipal de Cultura (SMC).

§1° Os titulares das pastas indicadas no *caput* encaminharão os nomes de seus respectivos representantes à Secretaria Municipal de Saúde no prazo de até 05 (cinco) dias contados da publicação desta Portaria, para fins de edição de ato complementar de designação nominal.

§2° A coordenação e o matriciamento dos trabalhos da Comissão ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, em articulação permanente com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

§3° O exercício das funções na Comissão não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 3° Compete à Comissão Gestora Intersetorial do PTS:

I - Implementar e supervisionar o cumprimento das metas estipuladas no Projeto Terapêutico Singular, divididas em Fases e Eixos de atuação;

II - Articular com órgãos estaduais (Secretaria de Estado de Saúde/MG e GRS Leopoldina), Poder Judiciário e Ministério Público as medidas protetivas e assistenciais necessárias;

III - Realizar laudos de habitabilidade, vistoria social e viabilizar intervenções de melhoria habitacional de interesse social no imóvel da munícipe;

IV - Acompanhar a contratação e atuação do Acompanhante Terapêutico (AT) / Cuidador em Saúde Mental na Fase de pós-alta e reabilitação no território;

V - Promover e monitorar as ações de inserção comunitária, odontológica, estética, esportiva, educacional e cultural;

VI - Reunir-se periodicamente para emitir relatórios de monitoramento e efetuar as revisões ou ajustes do PTS de acordo com os pareceres médicos e clínicos.

Art. 4° Os relatórios periódicos de evolução e acompanhamento do PTS serão submetidos ao Chefe do Poder Executivo e instruirão os autos de processos administrativos e judiciais correlatos, prestando informações aos órgãos de fiscalização e ao Poder Judiciário.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Volta Grande, 25 de agosto de 2026.

IVAN SOARES PULLIG
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lavinya Gonsalves de Souza
Código Identificador:7A541D90

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO

MUNICIPIO DE ALTEROSA-MG

Processo Licitatório n° 205/2026
Leilão Presencial n° 01/2026.
Objeto: ALIENAÇÃO PELA MAIOR OFERTA DE PREÇOS, DE BENS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS, CLASSIFICADOS COMO ANTIECONÔMICOS E OCIOSOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE ALTEROSA/MG.

O LEILÃO SERÁ REALIZADO NO DIA 03 DE OUTUBRO DE 2026 ÀS 09H00MIN (NOVE HORAS).

Informações e obtenção do edital na sede do setor de Compras e Licitações, situado à Rua Dom Pedro II nº 54, centro, telefone (35) 92002-1895, de segunda a sexta-feira das 08hs às 16hs, pelo site: https://www.alterosa.mg.gov.br/licitacao ou pelo Email: compras@alterosa.mg.gov.br ou licitacaoalterosa@hotmail.com.

Alterosa, 25 de Agosto de 2026.

SIMONE APARECIDA NOGUEIRA,
Pregoeira.

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:974A6B5A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alvarenga torna público o Edital do **PROCESSO nº 062/2026 – PREGÃO ELETRONICO nº 033/2026,** sendo o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ALVARENGA, VISANDO FORTALECER A IDENTIDADE INSTITUCIONAL, IDENTIFICAÇÃO DE SERVIDORES, PADRONIZAÇÃO E SEGURANÇA PARA USUÁRIOS, PROFISSIONAIS, ALUNOS E ATLETAS DOS MUNICÍPIO, de conformidade com as especificações técnicas constantes do instrumento convocatório e seus anexos. A data da realização do certame será no dia 09/09/2026 às 09h00 hs. A íntegra do Edital estará disponível aos interessados nos endereços eletrônicos https://licitar.digital/ e www.alvarenga.mg.gov.br. Mais informações pelo telefone (33) 4042-9880 – Setor de Licitações.

Alvarenga/MG, 25 de agosto de 2026.

CRISTIANE VIEIRA DE SOUZA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Cristiane Vieira de Souza
Código Identificador:05EAC313

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 020/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG - AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 085/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO. ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: DO DIA 26/08/2026 ÀS 12H00MIN ATÉ O DIA 09/09/2026 ÀS 07H55MIN. Local de cadastramento das propostas e realização do processo: www.licitanet.com.br. INÍCIO DA DISPUTA: DIA 09/09/2026 ÀS 08 HORAS. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O edital completo encontra-se disponível no site: www.arapua.mg.gov.br. Maiores informações, junto à Prefeitura Municipal de Arapuá, situada à Praça São João Batista, nº 111, Centro, Arapuá/MG.

Arapuá, 25 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Elvis Gonçalves Boaventura
Código Identificador:C8D91CA8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
LICITAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA 31/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 31/2026

A Prefeitura de Astolfo Dutra/MG, torna público aos interessados, que fará realizar Dispensa Eletrônica, no dia 31/08/2026, a partir das 10:00hs, com critério de julgamento na hipótese do inciso II, art. 75 Lei n.º 14.133/2021, por critério de MENOR PREÇO, objetivando a contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos e ferramentas destinadas ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras, visando apoiar a execução das atividades de manutenção, reparos e demais serviços operacionais que serão realizados no Distrito de Santana do Campestre. Maiores informações estão no Edital à disposição dos interessados, no site: www.astolfodutra.mg.gov.br, na plataforma: www.ammlicita.org.br e na Prefeitura de Astolfo Dutra, na Praça Governador Valadares, 77, ou pelo telefone (32) 3451-1385, no horário de 08:00 às 16:00 horas, nos dias úteis.

Astolfo Dutra, 25/08/2026.

Publique-se.

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:9533C29B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS – PUBLICAÇÃO DE EDITAL LICITAÇÃO – PREGÃO 35/2026, PROCESSO N° 72/2025. Julgamento Menor Preço GLOBAL. Objeto: Constituí objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, produção e execução integral da 2ª Edição do Fórum de Empreendedorismo Feminino – Mulheres Que Transformam. Data: até as 09:29hs do dia 08/09/2026. Início da sessão e disputa de preços: 08/09/2026 as 09:30 h. Referência de tempo: horário de Brasília. Local: portal AMM LICITA https://ammlicita.org.br/ Telefone de contato: (31) 3853-1271/1272 Obtenção do edital:www.belavistademinas.mg.gov.br

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES.

Publicado por:
Marina Barros Siqueira Leal
Código Identificador:60E11AEB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIQUINHAS

LICITAÇÃO
TERMO DE ABERTURA DE DISPENSA

Prefeitura Municipal de Biquinhas Estado de Minas Gerais
TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO DE DISPENSA / INEXIGIBILIDADE

Página: 00001

PROCESSO Nº 000087/2026
CRITÉRIO DE JULGAMENTO
Lei nº 14.133/2021, Inciso II do Art. 75. É dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), atualizado na forma do art.182, no caso de outros serviços e compras;

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 000055 de 2026

OBJETO

aquisição imediata de medicamentos e materiais médico-hospitalares para atender as necessidades da Unidade de Pronto Atendimento municipal

RAZÃO / JUSTIFICATIVA

Menor valor

Responsável pela Autorização de Abertura de Procedimento de Aquisição, Dispensa ou Inexigibilidade EUCLIDES PINTO COELHO

Biquinhas-MG,

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:7D0E3321

LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

DA DISPENSA DA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) E DA ANÁLISE DE RISCOS

É cediço que a Lei 14.133/2021 traz disciplina específica em relação à instrução dos processos de contratação direta, no seu art. 72 ao se referir ao "*estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo*", emprega a expressão "*se for o caso*".
Desse modo, é possível compreender que nem todo processo de contratação direta necessitará de um Estudo Técnico Preliminar.
Neste mesmo sentido, o Decreto Municipal nº 90, de 28 de dezembro de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Prefeitura Municipal de Biquinhas e dá outras providências, traz a seguinte previsão em seu art. 8º:
Art. 8º - A elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional nos seguintes casos:
I - Contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/21, independentemente da forma de contratação;
II - Contratações diretas previstas nos artigos 74 e 75, da Lei nº 14.133/21;
III - contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133/21;
IV - Quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.
Para os fins dos presentes autos, com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, entende-se que a menor complexidade e baixo valor do objeto enseja a prescindibilidade de Estudo Técnico Preliminar - ETP e de análise de riscos.
Ainda assim, consigne-se que as informações necessárias e suficientes ao pleito, capazes de maximizar o interesse público, provendo a devida segurança transacional, encontram-se nos artefatos documentais que compõem a instrução processual.
Portanto, pode-se concluir que as definições aqui trazidas até o momento aplicam-se ao caso de dispensa de licitação.

Biquinhas, 06 de agosto de 2026.

BRENDA LUANA DE OLIVEIRA
Membro da Equipe de Planejamento

ELBIONE CRITINA RODRIGUES ALVES SILVA
Membro da Equipe de Planejamento

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:F51A2956

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA

ASSESSORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 4.626/2026

LEI MUNICIPAL Nº 4.626/2026

Concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Antônio Romeu Pereira Souto Filho, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bocaiúva-MG Decreta e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário ao Sr. **Antônio Romeu Pereira Souto Filho**, pelos relevantes serviços prestados ao povo Bocaiuvense.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bocaiuva-MG, 25 de agosto de 2026

ROBERTO JAIRO TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiuva-MG

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:967D0679

ASSESSORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 4.627/2026

LEI MUNICIPAL Nº 4.627/2026

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR PARCERIA COM AS ASSOCIAÇÕES QUE INDICA, PARA PROCEDER À CESSÃO DE USO GRATUITO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIUVA**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com às Associações Comunitárias que indica, a fim de possibilitar a cessão, para uso a título gratuito, dos seguintes equipamentos e materiais permanentes.

§ 1º - Sociedade Rural de Bocaiuva, inscrita no CNPJ sob o nº 21.365.465/0001-16:
I - 01 Microtrator, Motor a diesel - 16,5 HP, Patrimônio: 38699/00001.

§ 2º - Associação Comunitária da Fazenda Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 04.126.005/0001-16:
I - 01 Microtrator, Motor a diesel - 16,5 HP, Patrimônio: 38700/00001.

Art. 2º - As cessionárias utilizarão e conservarão os bens, objeto da presente cessão, devendo entregá-los ao cedente, quando for o caso, no mesmo estado em que os tiver recebido, salvo os desgastes decorrentes do uso natural da sua finalidade.
Parágrafo Único - É expressamente vedada a utilização e/ou emprego dos bens cedidos em outras atividades que não sejam de interesse social e coletivo das comunidades representadas pela Cessionária ou que não atendam ao interesse público, sob pena de cancelamento unilateral da presente Cessão e imediata devolução dos equipamentos e materiais nas condições técnicas em que foram entregues.
Art. 3º - A instalação, operação, conservação e manutenção dos bens somente poderá ser realizada por pessoas que sejam habilitadas, devendo obedecer todas as prescrições indicadas no manual específico do equipamento, bem como as indicações técnicas de sua manutenção.
§ 1º - É de responsabilidade das Cessionárias a manutenção renovação e/ou substituição de peças referentes ao desgaste natural dos materiais e/ou equipamentos cedido (s).
§ 2º - É de plena e exclusiva responsabilidade da Cessionária a guarda e a proteção dos bens cedidos.
§ 3º - Ocorrendo qualquer fato que implique na perda, furto, roubo ou extravio do bem cedido, a Cessionária providenciará a sua imediata reposição ou indenizará o Cedente, de tal forma que permita a aquisição de outro, pelo Cedente, com as mesmas qualidades, funções e características técnicas.
§ 4º - A Cessionária assumirá todas as obrigações e/ou responsabilidades que possam advir do uso dos materiais e/ou equipamentos, providenciando, sempre que solicitado, informações necessárias ao controle e registro patrimonial do Cedente.
Art. 4º - A presente Cessão será outorgada a título precário e tem caráter gratuito e intransferível, sendo expressamente vedada à

Cessionária a cessão ou transferência a terceiros, a qualquer título, dos materiais e/ou equipamentos descritos no artigo primeiro, bem como sua utilização para fins diversos do objeto ajustado, sem a prévia e expressa concordância do Cedente.
Parágrafo Único - Deverá o Município de Bocaiuva, por intermédio da Diretoria de Convênios, elaborar Termo de Cessão de Uso, observando-se, na ocasião, as formalidades legais aplicáveis.
Art. 5º - A fiscalização e o acompanhamento do uso dos materiais e/ou equipamentos será realizado pelo Cedente, ou a quem este formalmente indicar, ficando desde já a Cessionária obrigada a enviar relatórios acerca da utilização do (s) material (is) e/ou equipamento (s), sempre que solicitado pelo Cedente, bem como facilitar a execução da fiscalização.
Art. 6º - A parceria poderá ser rescindida, a qualquer tempo, por ato unilateral da Administração Municipal, mediante razões de interesse público, devidamente fundamentadas, ou por descumprimento da presente lei.
Art. 7º - O prazo de duração desta Cessão de Uso é até 31 de dezembro de 2028, vigendo a contar da data da assinatura do Termo, podendo ser prorrogado.
Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bocaiuva-MG, 25 de agosto de 2026

ROBERTO JAIRO TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiuva-MG

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:079DE81D

ASSESSORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 4.628/2026

LEI MUNICIPAL Nº 4.628/2026

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR PARCERIA COM AS ASSOCIAÇÕES QUE INDICA, PARA PROCEDER À CESSÃO DE USO GRATUITO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIUVA**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com às Associações Comunitárias que indica, a fim de possibilitar a cessão, para uso a título gratuito, dos seguintes equipamentos e materiais permanentes.

§ 1º - Associação dos Trabalhadores e Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Tolda e Região, inscrita no CNPJ sob o nº 05.949.923/0001-08:
I - 01 Colhedora - Ensiladeira de Forragem, Patrimônio: 38701/00001.
II - 01 Grade Aradora 14 disco de 26, controle remoto, Patrimônio: 38702/00001.

§ 2º - Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Oncinha, inscrita no CNPJ sob o nº 21.358.213/0001-60:
I - 01 Plantadeira e adubadeira mecanizada 4 linhas, Patrimônio: 38703/00001.

Art. 2º - As cessionárias utilizarão e conservarão os bens, objeto da presente cessão, devendo entregá-los ao cedente, quando for o caso, no mesmo estado em que os tiver recebido, salvo os desgastes decorrentes do uso natural da sua finalidade.
Parágrafo Único - É expressamente vedada a utilização e/ou emprego dos bens cedidos em outras atividades que não sejam de interesse social e coletivo das comunidades representadas pela Cessionária ou que não atendam ao interesse público, sob pena de cancelamento unilateral da presente Cessão e imediata devolução dos equipamentos e materiais nas condições técnicas em que foram entregues.
Art. 3º - A instalação, operação, conservação e manutenção dos bens somente poderá ser realizada por pessoas que sejam habilitadas, devendo obedecer todas as prescrições indicadas no manual específico do equipamento, bem como as indicações técnicas de sua manutenção.
§ 1º - É de responsabilidade das Cessionárias a manutenção renovação e/ou substituição de peças referentes ao desgaste natural dos materiais e/ou equipamentos cedido (s).
§ 2º - É de plena e exclusiva responsabilidade da Cessionária a guarda e a proteção dos bens cedidos.
§ 3º - Ocorrendo qualquer fato que implique na perda, furto, roubo ou extravio do bem cedido, a Cessionária providenciará a sua imediata reposição ou indenizará o Cedente, de tal forma que permita a aquisição de outro, pelo Cedente, com as mesmas qualidades, funções e características técnicas.
§ 4º - A Cessionária assumirá todas as obrigações e/ou responsabilidades que possam advir do uso dos materiais e/ou equipamentos, providenciando, sempre que solicitado, informações necessárias ao controle e registro patrimonial do Cedente.
Art. 4º - A presente Cessão será outorgada a título precário e tem caráter gratuito e intransferível, sendo expressamente vedada à Cessionária a cessão ou transferência a terceiros, a qualquer título, dos materiais e/ou equipamentos descritos no artigo primeiro, bem como sua utilização para fins diversos do objeto ajustado, sem a prévia e expressa concordância do Cedente.
Parágrafo Único - Deverá o Município de Bocaiuva, por intermédio da Diretoria de Convênios, elaborar Termo de Cessão de Uso, observando-se, na ocasião, as formalidades legais aplicáveis.
Art. 5º - A fiscalização e o acompanhamento do uso dos materiais e/ou equipamentos será realizado pelo Cedente, ou a quem este formalmente indicar, ficando desde já a Cessionária obrigada a enviar relatórios acerca da utilização do (s) material(is) e/ou equipamento (s), sempre que solicitado pelo Cedente, bem como facilitar a execução da fiscalização.
Art. 6º - A parceria poderá ser rescindida, a qualquer tempo, por ato unilateral da Administração Municipal, mediante razões de interesse público, devidamente fundamentadas, ou por descumprimento da presente lei.
Art. 7º - O prazo de duração desta Cessão de Uso é até 31 de dezembro de 2028, vigendo a contar da data da assinatura do Termo, podendo ser prorrogado.
Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bocaiuva-MG, 25 de agosto de 2026

ROBERTO JAIRO TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiuva-MG

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:3A723A30

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL BOCAIUVA/MG através de sua Agente de Contratação torna público os

P.L. 102/2026– Pregão eletrônico 58/2026. Obj.: Registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de peças para os veículos da frota municipal, através de maior desconto sobre a tabela Cilia. Sessão dia 23/09/26 as 09h30min.

P.L. 130/2026– Pregão eletrônico 76/2026. Obj.: Registro de preços para fornecimento de refeições completas self-service, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura. Sessão dia 30/09/26 as 09h30min

P.L. 125/2026– Pregão eletrônico 73/2026. Obj.: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de sinalização, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos e da Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Iluminação Pública. Sessão dia 05/10/26 as 09h30min.

P.L. 126/2026– Pregão eletrônico 74/2026. Obj.: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais esportivos, para atender as necssidades da Secretaria Municipal De Esporte, Lazer, Infância e Juventude. Sessão dia 08/10/26 as 09h30min.

P.L. 129/2026– Pregão eletrônico 75/2026. Obj.: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de apoio pedagógico para as salas de atendimento educacional especializado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal De Educação. Sessão dia 13/10/26 as 09h30min.

P.L. 121/2026– Pregão eletrônico 70/2026. Obj.: Registro de preços para aquisição de madeiras, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos. Sessão dia 14/10/26 as 09h30min.

P.L. 135/2026– Pregão eletrônico 80/2026. Obj.: Registro de preços para futura e eventual aquisição de placas de sinalização viária e suportes metálicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito E Iluminação Pública. Sessão dia 19/10/26 as 09h30min.

Edital nos Portais: bocaiuva.mg.gov.br, portaldecompraspublicas.com.br e no pncp.gov.br.

BIANCA S. RODRIGUES,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:CCA7F266

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA e POCOS ARTESIANOS MINAS LTDA. CONTRATO nº 162; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BOMBA SUBMERSA E KIT FOTOVOLTAICO, ATRAVÉS DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025, DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE; LICITACAO: Adesão a Registro de Preços 3 / 2026 Valor Global:R$ 405.935,18 Vigência:19/08/2026 Até:18/08/2027

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:C4DFFC94

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Prefeitura Municipal de Bocaiúva/MG. EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 130/2023. Processo Licitatório 139/2023, Dispensa 0019/2023. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS PARA ATENDIMENTO AO PÚBLICO DO BAIRRO BONFIM E BAIRROS ADJACENTES. Fornecedor: LAR SÃO VICENTE DE PAULO. Renovação da vigência para 31/12/2026.

ROBERTO JAIRO TORRES.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Maria de Lima Barboza
Código Identificador:36FDB344

LICITAÇÃO
EXTRATRO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Processo Licitatório: 73/2026 – Pregão Eletrônico: 41/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
Ata nº 180/2026. Fornecedor: AGUAI SANEAMENTO LTDA. Valor total: R$ 11.569,00.
Ata nº 181/2026. Fornecedor: AGUIA BRASIL COMERCIO DE ABRASIVOS E FERRAMENTAS LTDA. Valor total: R$ 128.655,00.
Ata nº 183/2026. Fornecedor: APEX ELEVARE COMERCIAL LTDA. Valor total: R$ 28.328,64.
Ata nº 185/2026. Fornecedor: BAKOF PLASTICOS LTDA. Valor total: R$ 220.720,00.
Ata nº 188/2026. Fornecedor: BRAVE DISTRIBUIDORA LTDA. Valor total: R$ 23.752,20.
Ata nº 191/2026. Fornecedor: GM DISTRIBUIDORA LTDA. Valor total: R$ 28.328,64.
Ata nº 193/2026. Fornecedor: INFANTARIA COMERCIAL EIRELI. Valor total: R$ 108.515,00.
Ata nº 194/2026. Fornecedor: JOTAA DISTRIBUIDORA LTDA. Valor total: R$ 204.500,00.
Ata nº 195/2026. Fornecedor: KP MATERIAIS ELETRICO E CONSTRUCAO LTDA. Valor total: R$ 20.171,10.
Ata nº 199/2026. Fornecedor: RM COMERCIO DE MERCADORIAS E MATERIAIS LTDA. Valor total: R$ 39.645,10.
Ata nº 200/2026. Fornecedor: SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA. Valor total: R$ 22.735,20.
Ata nº 201/2026. Fornecedor: SOUZA & RICETTI ESTRATEGIA PUBLICA LTDA. Valor total: R$ 24.744,50.
Ata nº 202/2026. Fornecedor: VDA SANEAMENTO LTDA. Valor total: R$ 48.310,20.
Ata nº 203/2026. Fornecedor: VELHA GRÁFICA LTDA. Valor total: R$ 159.388,80.
Ata nº 204/2026. Fornecedor: VRM COMERCIO E SERVICOS LTDA. Valor total: R$ 4.104,90.
Vigência da(s) ata(s): 07/08/2026 até 06/08/2027.

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:E14FEAF9

LICITAÇÃO
EXTRATRO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Processo Licitatório: 89/2026 – Pregão Eletrônico: 50/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TENDAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO.
Ata nº 228/2026. Fornecedor: AIALA SERVICE LTDA. Valor total: R$ 22.180,00.
Ata nº 229/2026. Fornecedor: VERTICAL TENDAS LTDA. Valor total: R$ 24.830,00.
Vigência da(s) ata(s): 20/08/2026 até 19/08/2027.

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:297EAFEB

LICITAÇÃO
EXTRATRO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Processo Licitatório: 91/2026 – Pregão Eletrônico: 52/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE E FARMÁCIA BÁSICA.
Ata nº 213/2026. Fornecedor: 3MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.. Valor total: R$ 63.000,00.
Ata nº 214/2026. Fornecedor: DISTRIBEM MED. E MAT. HOSP. LTDA. Valor total: R$ 66.750,00.
Ata nº 216/2026. Fornecedor: MEGAHOSP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. Valor total: R$ 53.100,00.
Ata nº 217/2026. Fornecedor: R P HOSPITALAR LTDA. Valor total: R$ 12.600,00.

Ata nº 218/2026. Fornecedor: SAMED HOSPITALAR LTDA. Valor total: R$ 132.500,00.
Ata nº 219/2026. Fornecedor: SEND PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA. Valor total: R$ 56.250,00.
Ata nº 220/2026. Fornecedor: TS FARMA DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP. Valor total: R$ 56.250,00.
Vigência da(s) ata(s): 11/08/2026 até 10/08/2027.

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:CFB82356

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 185/2026 – DISPENSA Nº 064/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 185/2026 – DISPENSA Nº 064/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REMOÇÃO E INTERNAÇÃO COMPULSORIA E/OU VOLUNTARIA EM CLÍNICA PSIQUIÁTRICA EM CUMPRIMENTO DE DECISÃO DE ORDEM JUDICIAL 1000288-28.2026.8.13.0083. **CONTRATADA:** COMUNIDADE TERAPEUTICA MUNDIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 61.065.737/0001-87. **VALOR:** R$ 25.175,00 (Vinte e cinco mil, cento e setenta e cinco reais). **DESPACHO:** Pelo exposto e considerando os documentos acostados aos autos, bem como o parecer jurídico da Assessoria Jurídica do Município, considero estarem presentes os requisitos para a contratação direta, por Dispensa, com fundamento no Inciso VIII, do Art. 75, da Lei Federal nº 14.133/21, e **AUTORIZO e RATIFICO** o presente processo de Dispensa.

Borda da Mata – MG, 21 de agosto de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Carolina Mendes Trotta
Código Identificador:2457942A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA EXTRATO DO CONTRATO Nº 194/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 185/2026 – DISPENSA Nº 064/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 194/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 185/2026 – DISPENSA Nº 064/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REMOÇÃO E INTERNAÇÃO COMPULSORIA E/OU VOLUNTARIA EM CLÍNICA PSIQUIÁTRICA EM CUMPRIMENTO DE DECISÃO DE ORDEM JUDICIAL 1000288-28.2026.8.13.0083. **CONTRATADA:** COMUNIDADE TERAPEUTICA MUNDIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 61.065.737/0001-87. **VALOR:** R$ 25.175,00 (Vinte e cinco mil, cento e setenta e cinco reais). **ASSINATURA:** 21/08/2026. **VIGÊNCIA:** 21/08/2026 a 21/02/2026. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Ficha: 270 – 10.301.0011.2036 33909199

Borda da Mata – MG, 21 de agosto de 2026.

SILVIO MONTEIRO DE CARVALHO NETO
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Carolina Mendes Trotta
Código Identificador:C9276B4A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026 PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS NET CONTRATAÇÃO Nº 12/2026 - UASG 984165

O Município de Borda da Mata/MG, por meio de seu Pregoeiro, informa que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, cujo objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TESTES RÁPIDOS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Abertura da sessão: 14/09/2026 às 09:00. O edital está disponibilizado no site www.bordadamata.mg.gov.br e Portal de compras do Governo Federal pelo site www.comprasnet.gov.br. Informações (35) 3592-0200.

Borda da Mata/MG, 24 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO ROCHA VILLIBOR
Pregoeiro

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:85AA4516

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS NET CONTRATAÇÃO Nº 013/2026 - UASG 984165

O Município de Borda da Mata/MG, por meio de seu Pregoeiro, informa que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, cujo objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ANTIRRÁBICOS E RAÇÕES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Abertura da sessão: 15/09/2026 às 09:00. O edital está disponibilizado no site www.bordadamata.mg.gov.br e Portal de compras do Governo Federal pelo site www.comprasnet.gov.br. Informações (35) 3592-0200.

Borda da Mata/MG, 25 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO ROCHA VILLIBOR
Pregoeiro

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:F108BAE2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026 PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS NET CONTRATAÇÃO Nº 14/2026 - UASG 984165

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026
PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS NET CONTRATAÇÃO Nº 14/2026 - UASG 984165
O Município de Borda da Mata/MG, por meio de sua Pregoeira, informa que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, cujo objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESCOLARES E DE ESCRITÓRIO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Abertura da sessão:** 09/09/2026 às 09:00. O edital está disponibilizado no site www.bordadamata.mg.gov.br e Portal de compras do Governo Federal pelo site www.comprasnet.gov.br. Informações (35) 3592-0200.

Borda da Mata/MG, 25 de agosto de 2026.

MARIA GRACIELA DA COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Maria Graciela da Costa
Código Identificador:73D68ADE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS-MG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

A Prefeitura Municipal de Caldas-MG vem através do Prefeito Municipal, Agentes de Contratação e Pregoeiro Municipal, tornar público a realização do seguinte procedimento licitatório:
PRC 0219/2026 – Pregão Eletrônico nº 30/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS, OS QUAIS SERÃO USADOS EM MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E/OU CORRETIVAS EM CONSTRUÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS E/OU EM IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO.
Data: 08/09/2026 – 09h00min.
-O Edital do Processo Licitatório está à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Caldas/MG, pelo telefone (35)3735-1578, pelo site www.caldas.mg.gov.br ou pelo e-mail diretorialicitacaocaldas@gmail.com.

Caldas/MG, 26 de agosto de 2026.

AILTON PEREIRA GOULART
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danielle Cristina Romão
Código Identificador:DDB8A25C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 31/2026

Objeto:

LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO: "II SEMANA DA DIVERSIDADE: LAÇOS QUE ACOLHEM." ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Informação complementar: LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO: "II SEMANA DA DIVERSIDADE: LAÇOS QUE ACOLHEM.", QUE SERÁ REALIZADO NO 17 DE SETEMBRO 2026. ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. DISPENSA FUNDAMENTADA NO ART. 75, INCISO II, DA LEI 14.133/2021.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA R$ 3.200,00

Publicado por:
Isabela Teodoro da Mota Paes
Código Identificador:EDE5DC32

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 32/2026

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL CONSIGNADO COM DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS, ATIVOS E INATIVOS PAGOS COM O RESURSO DO TESOURO MUNICIPAL E AGENTES POLÍTICOS DE CAMBUÍ

Informação complementar:CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL CONSIGNADO COM DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS, ATIVOS E INATIVOS PAGOS COM O RESURSO DO TESOURO MUNICIPAL E AGENTES POLÍTICOS DE CAMBUÍ

Publicado por:
Fabiana de Paula Liz
Código Identificador:C6E5E019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 33/2026

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS, ASSOCIAÇÕES OU EMPRESAS, PARA O RECEBIMENTO, TRIAGEM E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS, ORIUNDOS DA COLETA SELETIVA MUNICIPAL.

Informação complementar:CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS, ASSOCIAÇÕES OU EMPRESAS, PARA O RECEBIMENTO, TRIAGEM E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS, ORIUNDOS DA COLETA SELETIVA MUNICIPAL.

Publicado por:
Fabiana de Paula Liz
Código Identificador:81057291

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
DIVERSAS SECRETARIAS

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2026
Processo Adm: Nº 145/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vistoria veicular técnica e periódica da frota municipal, visando atender às necessidades e à segurança das atividades das secretarias do Município de Cambuquira. Ata de Registro de Preços.
Empresas vencedoras valor total: R$ 6.854,00(seis mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais):**BLOOM SOLUCOES LTDA**(54302707000181) com o lote: 1 no valor total de R$ 6.854,00 (seis mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais).

CAMBUQUIRA - MG, 25 de agosto de 2026

WILLIAN BORGES DA SILVA
Condutor de Processos

AVISO DE PRORROGAÇÃO
IV TERMO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE do contrato nº 140-2/2023 de Prestação de Serviços de ICMS Cultural, firmado nos autos do processo licitatório nº 272/2023 – Dispensa n° 145/2023 entre o Município De Cambuquira e Rede Cidade Desenvolvimento Sustentável Ltda. VALOR DA CONTRATAÇÃO R$:1.610,11 (Mil, seiscentos e dez reais e onze centavos), e no valor total de R$: 19.321,32 (Dezenove mil, trezentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos).
PRAZO DE VIGENCIA: 01/09/2026 ATÉ 31/08/2027
Secretario Responsável – Thais Garotti Lopes.

Cambuquira, 25 de agosto de 2026

TERMO DE PRORROGAÇÃO da ARP nº 358/2025 de Aquisição de gêneros alimentícios para secretaria de Desenvolvimento Urbano, firmado nos autos do processo licitatório nº 1592025 – Pregão n° 70/2025 entre o Município De Cambuquira e a empresa MULTIPLIQUE COMERCIO E EMPRENDIMENTOS. VALOR TOTAL DO ADITIVO R$:47.900,00 (Quarenta e sete mil e novecentos reais).
PRAZO DE VIGENCIA : 28/08/2026 ATÉ 27/08/2027

Cambuquira, 25 de agosto de 2026

Publicado por:
Fernand Liz Ponzo
Código Identificador:DAA940BB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO DE PERIODO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO-MG

EXTRATO - Aditivo de Período PROCESSO LICITATÓRIO: N° 349/2025 CONTRATO N° 147/2025 ADESÃO OBJETO: ADESÃO DE MEDICAMENTOS - ALFALAGOS CONTRATADA: ALFALAGOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 05.194.502/0001-14 Prorrogando se o termo final de vigência do contrato para 22/07/2027, conforme faculta a legislação vigente. Data da assinatura do aditivo: 29/07/2026.

SAMUEL AZEVEDO MARINHO –
Prefeito Municipal de Campo do Meio.

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:E9761995

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO-MG

EXTRATO - Aditivo de Período PROCESSO LICITATÓRIO: N° 333/2025 CONTRATO N° 146/2025 DISPENSA N° 274/2025 OBJETO: SERVIÇOS TÉCNICO EM GESTÃO COMPLETA EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONTRATADA: MORAIS & MORAIS CONSULTORIA ESPECIALIZADA LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 43.343.138/0001-04 Prorrogando se o termo final de vigência do contrato para 29/07/2027, conforme faculta a legislação vigente. Data da assinatura do aditivo: 29/07/2026.

SAMUEL AZEVEDO MARINHO –
Prefeito Municipal de Campo do Meio.

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:3414361D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO-MG

EXTRATO - Aditivo de Período PROCESSO LICITATÓRIO: N° 281/2025 CONTRATO N° 140/2025 PREGÃO N° 08/2025 OBJETO: Locação de som, geradores e etc. CONTRATADA: LIVIA FERNANDA CORREA MORAIS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 41.684.020/0001-06 Prorrogando se o termo final de vigência do contrato para 29/07/2027, conforme faculta a legislação vigente. Data da assinatUra do aditivo: 29/07/2026.

SAMUEL AZEVEDO MARINHO –
Prefeito Municipal de Campo do Meio.

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:957C6FE7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO REAJUSTE DE PREÇO COMBUSTIVEL 2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO-MG

EXTRATO ADITIVO DE REAJUSTE DE PREÇO PROCESSO LICITATÓRIO N° 24/2023 PREGÃO N° 08/2023 CONTRATO N° 75/2023 OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURAMUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO-MG. CONTRATADO: MARQUES & LOUREIRO LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 07.494.318/0001-15. GASOLINA GRID VALOR ATUAL - R$ 6,72 VALOR REAJUSTADO 6,75 DIESEL S10 GRID VALOR ATUAL - R$ 7,92 VALOR REAJUSTADO R$ 7,73 DIESEL S500 GRID VALOR ATUAL - R$ 7,14 VALOR REAJUSTADO R$ 6,92 Data da assinatra do Aditivo: 16/06/2026.

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:1BC9A0E0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO REAJUSTE DE PREÇO COMBUSTIVEL - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO-MG

EXTRATO ADITIVO DE REAJUSTE DE PREÇO PROCESSO LICITATÓRIO N° 24/2023 PREGÃO N° 08/2023 CONTRATO N° 75/2023 OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURAMUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO-MG. CONTRATADO: MARQUES & LOUREIRO LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 07.494.318/0001-15. GASOLINA GRID VALOR ATUAL - R$ 6,75 VALOR REAJUSTADO 6,57 DIESEL S10 GRID VALOR ATUAL - R$ 7,73 VALOR REAJUSTADO R$ 7,07 ETANOL GRID VALOR ATUAL - R$ 4,59 VALOR REAJUSTADO R$ 4,42 DIESEL S500 GRID VALOR ATUAL - R$ 6,92 VALOR REAJUSTADO R$ 6,60 Data da assinatra do Aditivo: 03/07/2026. VALOR DO ADITIVO: DIESEL S10 GRID VALOR ATUAL - R$ 7,56 VALOR REAJUSTADO R$ 7,66 Data da assinatra do Aditivo: 14/07/2026. VALOR DO ADITIVO: DIESEL S10 GRID VALOR ATUAL - R$ 7,12 VALOR REAJUSTADO R$ 7,16 Data da assinatra do Aditivo: 16/07/2026. SAMUEL AZEVEDO MARINHO – Prefeito Municipal de Campo do Meio. VALOR DO ADITIVO: DIESEL S500 GRID VALOR ATUAL - R$ 7,16 VALOR REAJUSTADO R$ 7,27 Data da assinatra do Aditivo: 25/07/2026. SAMUEL AZEVEDO MARINHO – Prefeito Municipal de Campo do Meio. VALOR DO ADITIVO: DIESEL S10 GRID VALOR ATUAL - R$ 6,60 VALOR REAJUSTADO R$ 6,62 Data da assinatra do Aditivo: 27/07/2026.

SAMUEL AZEVEDO MARINHO –
Prefeito Municipal de Campo do Meio.

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:6E51BF35

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO REAJUSTE DE PREÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO-MG

EXTRATO - Aditivo Reajuste de preço PROCESSO N° 281/2025 PREGÃO N° 08/2025 CONTRATO N° 140/2025 OBJETO - Locação de som, geradores e etc. Contratado: LIVIA FERNANDA CORREA MORAIS LTDA INSCRITA SOB O CNPJ n° 41.684.020/0001-06 VALOR DO ADITIVO - R$ 35.998,61 Data da assinatura do aditivo: 03/08/2026

SAMUEL AZEVEDO MARINHO –
Prefeito Municipal de Campo do Meio.

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:2C680F89

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO REAJUSTE DE PREÇO -
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO-MG

EXTRATO - Aditivo Reajuste de preço PROCESSO N° 199/2024 PREGÃO N° 13/2024 CONTRATO N° 222/2024 OBJETO - AQUISIÇÃOD E FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES Contratado: MEYRE DARC BATISTA ROCHA INSCRITA SOB O CNPJ n° 42.967.976/0001-88 VALOR DO ADITIVO - R$ 38.381,12 Data da assinatra do aditivo: 07/04/2025

SAMUEL AZEVEDO MARINHO –
Prefeito Municipal de Campo do Meio.

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:526A8A35

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO

EXTRATO DE DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO. Processo Licitatório nº 150/2026 – Pregão Presencial nº 07/2026. Impugnante: ACG Motor Peças e Serviços Ltda. – CNPJ nº 48.363.518/0001-16. O Pregoeiro do Município de Campo do Meio/MG torna público que CONHECEU da impugnação apresentada, por ser tempestiva, e, no mérito, JULGOU A IMPROCEDENTE, mantendo integralmente as cláusulas do Edital nº 30/2026. Ficam mantidas, ainda, a data e o horário da sessão pública, designada para 25 de agosto de 2026, às 09h00.

Campo do Meio/MG, 24 de agosto de 2026.

GREISSON CÉSAR DE ANDRADE.
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:53D519E4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EXTRATO DE ARP Nº 109-2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira Oficial, no desempenho de suas atribuições legais, em atenção a Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados o seguinte extrato:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 109/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 052/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção e correlatos, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das secretarias e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Caparaó-MG.

SESSÃO PÚBLICA: 12/08/2026
ADJUDICAÇÃO: 24/08/2026
HOMOLOGAÇÃO: 24/08/2026
DETENTORA DOS PREÇOS REGISTRADOS: PRIME COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 57.131.692/0001-24, **MORAES & SOUZA COMERCIO DE PRODUTOS ELETRICOS E HIDRAULICOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 65.104.850/0001-85, **GOUVEA & RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 33.152.385/0001-61, **ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 46.423.434/0001-03, **KASAPRONTA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 09.405.749/0001-93.
VALOR GLOBAL: R$ 940.464,70 (novecentos e quarenta mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais, setenta centavos).
VIGÊNCIA: 24/08/2026 à 24/08/2027.
CERTIFICO para os devidos fins, que o **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, foi devidamente publicado no quadro de avisos localizado no "hall" de entrada da Prefeitura Municipal, bem como no site http://www.caparao.mg.gov.br/, conforme disposto na legislação vigente.

Por ser verdade,

Firma a presente.

Caparaó/MG, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:A1E6573D

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 098-2026

EXTRATO DE CONTRATO

A Pregoeira Oficial, no desempenho de suas atribuições legais, em atenção a Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados o seguinte extrato:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 098/2026
CONCORRÊNCIA Nº. 007/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução de obra de calçamento em pavimento intertravado em bloco sextavado, no sentido da localidade denominada Morro das Três Cruzes, conforme especificações constantes nos documentos de engenharia em anexo, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Obras de Caparaó-MG.

SESSÃO PÚBLICA: 30/07/2026
ADJUDICAÇÃO: 24/08/2026
HOMOLOGAÇÃO: 24/08/2026
DETENTORA DOS PREÇOS REGISTRADOS: CONSTRUTORA ANDRADE E MOZZER LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.371.347/0001-79.
VALOR GLOBAL: R$ 739.700,00 (setecentos trinta e nove mil, setecentos reais).
VIGÊNCIA: 24/08/2026 à 24/08/2027.
CERTIFICO para os devidos fins, que o **EXTRATO DE CONTRATO**, foi devidamente publicado no quadro de avisos localizado no "hall" de entrada da Prefeitura Municipal, bem como no site http://www.caparao.mg.gov.br/, conforme disposto na legislação vigente.

Por ser verdade,

Firma a presente.

Caparaó/MG, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:BD5540E9

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 102-2026

EXTRATO DE CONTRATO

A Pregoeira Oficial, no desempenho de suas atribuições legais, em atenção a Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados o seguinte extrato:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 102/2026
CONCORRÊNCIA Nº. 009/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução de obra de calçamento em pavimento intertravado em bloco sextavado em estrida vicinal principal de acesso entre os Municípios de Caparaó X Alto Caparaó, conforme especificações constantes nos documentos de engenharia em anexo, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Obras de Caparaó-MG.

SESSÃO PÚBLICA: 30/07/2026
ADJUDICAÇÃO: 24/08/2026
HOMOLOGAÇÃO: 24/08/2026
DETENTORA DOS PREÇOS REGISTRADOS: CONSTRUTORA ANDRADE E MOZZER LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.371.347/0001-79.
VALOR GLOBAL: R$ 2.779.954,00 (dois milhões, setecentos e setenta e nove mil, novecentos e cinquenta e quatro reais).
VIGÊNCIA: 24/08/2026 à 24/08/2027.
CERTIFICO para os devidos fins, que o **EXTRATO DE CONTRATO**, foi devidamente publicado no quadro de avisos localizado no "hall" de entrada da Prefeitura Municipal, bem como no site http://www.caparao.mg.gov.br/, conforme disposto na legislação vigente.

Por ser verdade,

Firma a presente.

Caparaó/MG, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:C6C71418

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA

AVISO DE LICITAÇÃO: Credenciamento por Inexigibilidade nº 018/2026. O MUNICIPIO DE CAPUTIRA-MG, torna público que receberá a partir do dia 27 de agosto de 2026 a contar dessa publicação, em sua sede administrativa no horário de 13:00h às 16:00h, interessados a participar do Credenciamento de empresas especializadas no **FORNECIMENTO DE LANCHES E REFRIGERANTES** para atender às demandas das Secretarias Municipais de Caputira/MG. Edital disponibilizado no site www.caputira.mg.gov.br. Maiores informação pelo telefone do setor de licitações, no site www.caputira.mg.gov.br/licitacoes e pelo em Caputira e email licitacao@caputira.mg.gov.br, 25 de agosto de 2026.

EDGAR GERALDO DE ARAÚJO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Pedro Henrique Silva Pigaiani
Código Identificador:CF113DF3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

SETOR DE COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG – PROCESSO LICITATÓRIO N° 048/2026 – DISPENSA ELETRÔNICA N° 014/2026 – AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediado à Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84, bairro Centro, ADJUDICARÁ E HOMOLOGARÁ O PREGAO ELETRÔNICO, cujo objeto é a seleção de propostas visando a contratação de empresa para realização de curso de brigada de incêndio nível básico, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento**.** Fornecedor: **WD TREINAMENTOS E CONSULTORIA LTDA,** inscrito no CNPJ sob o n.º **34.126.745/0001-13**, pelo valor total de **R$17.880,00 (dezessete mil oitocentos e oitenta reais).** DATA DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: **25 de agosto de 2026**.

Carmo do Paranaíba, 25 de agosto de 2026.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:1FE8C4BA

SETOR DE LICITAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES - MUNICIPAIS DE CARMO DO PARANAÍBA – PROCESSO N° 001/2026 - INEXIGIBILIDADE N° 001/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Objeto: Locação de imóvel, onde será localizado o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Carmo do Paranaíba — IPSEM, situado na Rua Manoel Sabino, nº 162, Bairro Centro, no município de Carmo do Paranaíba/MG, Matrícula Nº 22472, de propriedade do Sr. Tomas Henrique Moreira Carneiro, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. **Contratado(a)**: **Tomas Henrique Moreira Carneiro**, CPF: **109.408.196-51**, VALOR TOTAL: R$30.000,00 (trinta mil reais), sendo R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais, pelo período de 12 meses.

Carmo do Paranaíba, 25 de agosto de 2026.

LUIZ FERNANDO VINHAL COUTO,
Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Carmo do Paranaíba/MG.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:3151FE4D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em cumprimento aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que o município firmou a seguinte ARP.

ARP nº. 009/2026.
Processo Administrativo nº. 080/2026.
Pregão Presencial (SRP) nº 026/2026.

Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PINTURA, IMPERMEABILIZAÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, DE IRRIGAÇÃO E SANEAMENTO, FERRAGENS, FERRAMENTAS, MATERIAIS DE JARDINAGEM, MADEIRAS, PEÇAS E MOURÕES DE EUCALIPTO, PORTAS, ESQUADRIAS E ACESSÓRIOS, CAIXAS-D'ÁGUA, BOMBAS E EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS, MATERIAIS E INSUMOS PARA FIBRA DE VIDRO E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA DO MUNICÍPIO.

Contratante: Município de Chiador – MG
Signatário: Itiberê Rodrigues dos Santos – Prefeito.

Contratado: ANDRE L.T. DE SOUZA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO
CNPJ: 40.619.473/0001-96

Representante Legal: André Luiz Thomaz de Souza

Valor: R$ 514.690,00 (Quinhentos e quatorze mil, seiscentos e noventa reais).

Assinatura: 19 de agosto de 2026.
Vigência: 19/08/2026 a 19/08/2027.

Chiador – MG, 19 de agosto de 2026.

MAURICIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação e Pregoeiro.

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em cumprimento aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que o município firmou a seguinte ARP.

ARP nº. 009/2026.
Processo Administrativo nº. 080/2026.
Pregão Presencial (SRP) nº 026/2026.

Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PINTURA, IMPERMEABILIZAÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, DE IRRIGAÇÃO E SANEAMENTO, FERRAGENS, FERRAMENTAS, MATERIAIS DE JARDINAGEM, MADEIRAS, PEÇAS E MOURÕES DE EUCALIPTO, PORTAS, ESQUADRIAS E ACESSÓRIOS, CAIXAS-D'ÁGUA, BOMBAS E EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS, MATERIAIS E INSUMOS PARA FIBRA DE VIDRO E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA DO MUNICÍPIO.
Contratante: Município de Chiador – MG
Signatário: Itiberê Rodrigues dos Santos – Prefeito.

Contratado: COMERCIAL P&L LTDA
CNPJ: 45.539.312/0001-06

Representante Legal: Letícia Gonçalves Zamboni

Valor: R$ 140.308,00 (Cento e quarenta mil, trezentos e oito reais).

Assinatura: 19 de agosto de 2026.
Vigência: 19/08/2026 a 19/08/2027.

Chiador – MG, 19 de agosto de 2026.

MAURICIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação e Pregoeiro.

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em cumprimento aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que o município firmou a seguinte ARP.

ARP nº. 009/2026.
Processo Administrativo nº. 080/2026.
Pregão Presencial (SRP) nº 026/2026.

Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PINTURA, IMPERMEABILIZAÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, DE IRRIGAÇÃO E SANEAMENTO, FERRAGENS, FERRAMENTAS, MATERIAIS DE JARDINAGEM, MADEIRAS, PEÇAS E MOURÕES DE EUCALIPTO, PORTAS, ESQUADRIAS E ACESSÓRIOS, CAIXAS-D'ÁGUA, BOMBAS E EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS, MATERIAIS E INSUMOS PARA FIBRA DE VIDRO E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA DO MUNICÍPIO.
Contratante: Município de Chiador – MG
Signatário: Itiberê Rodrigues dos Santos – Prefeito.

Contratado: DISTRIBUIDORA TIJOTELHAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 13.724.512/0001-42

Representante Legal: Mônica da Silva Bernardes Bitencourt

Valor: R$ 370.011,55 (Trezentos e setenta mil, onze reais e cinquenta e cinco centavos).

Assinatura: 19 de agosto de 2026.
Vigência: 19/08/2026 a 19/08/2027.

Chiador – MG, 19 de agosto de 2026.

MAURICIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação e Pregoeiro.

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em cumprimento aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que o município firmou a seguinte ARP.

ARP nº. 009/2026.
Processo Administrativo nº. 080/2026.
Pregão Presencial (SRP) nº 026/2026.

Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PINTURA, IMPERMEABILIZAÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, DE IRRIGAÇÃO E SANEAMENTO, FERRAGENS, FERRAMENTAS, MATERIAIS DE JARDINAGEM, MADEIRAS, PEÇAS E MOURÕES DE EUCALIPTO, PORTAS, ESQUADRIAS E ACESSÓRIOS, CAIXAS-D'ÁGUA, BOMBAS E EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS, MATERIAIS E INSUMOS PARA FIBRA DE VIDRO E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA DO MUNICÍPIO.
Contratante: Município de Chiador – MG
Signatário: Itiberê Rodrigues dos Santos – Prefeito.

Contratado: LMS.INDUSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 58.614.180/0001-81

Representante Legal: Douglas Vagueira de Oliveira

Valor: R$ 742.889,90 (Setecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais e noventa centavos).

Assinatura: 19 de agosto de 2026.
Vigência: 19/08/2026 a 19/08/2027.

Chiador – MG, 19 de agosto de 2026.

MAURICIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação e Pregoeiro.

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em cumprimento aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que o município firmou a seguinte ARP.

ARP nº. 009/2026.
Processo Administrativo nº. 080/2026.
Pregão Presencial (SRP) nº 026/2026.

Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PINTURA, IMPERMEABILIZAÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, DE IRRIGAÇÃO E SANEAMENTO, FERRAGENS, FERRAMENTAS, MATERIAIS DE JARDINAGEM, MADEIRAS, PEÇAS E MOURÕES DE EUCALIPTO, PORTAS, ESQUADRIAS E ACESSÓRIOS, CAIXAS-D'ÁGUA, BOMBAS E EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS, MATERIAIS E INSUMOS PARA FIBRA DE VIDRO E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA DO MUNICÍPIO.
Contratante: Município de Chiador – MG
Signatário: Itiberê Rodrigues dos Santos – Prefeito.

Contratado: MAGALHÃES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 17.403.267/0001-22

Representante Legal: Camila dos Santos Magalhães Silva

Valor: R$ 531.014,65 (Quinhentos e trinta e um mil, quatorze reais e sessenta e cinco centavos).

Assinatura: 19 de agosto de 2026.
Vigência: 19/08/2026 a 19/08/2027.

Chiador – MG, 19 de agosto de 2026.

MAURICIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação e Pregoeiro.

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em cumprimento aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que o município firmou a seguinte ARP.

ARP nº. 009/2026.
Processo Administrativo nº. 080/2026.
Pregão Presencial (SRP) nº 026/2026.

Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PINTURA, IMPERMEABILIZAÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, DE IRRIGAÇÃO E SANEAMENTO, FERRAGENS, FERRAMENTAS, MATERIAIS DE JARDINAGEM, MADEIRAS, PEÇAS E MOURÕES DE EUCALIPTO, PORTAS, ESQUADRIAS E ACESSÓRIOS, CAIXAS-D'ÁGUA, BOMBAS E EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS, MATERIAIS E INSUMOS PARA FIBRA DE VIDRO E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA DO MUNICÍPIO.
Contratante: Município de Chiador – MG
Signatário: Itiberê Rodrigues dos Santos – Prefeito.

Contratado: PETRA MG IND. E COM. DE AGREGADOS LTDA
CNPJ: 02.329.307/0001-66

Representante Legal: Rafael Brandão de Souza Toledo

Valor: R$ 123.108,00 (Cento e vinte e três mil, cento e oito reais).

Assinatura: 19 de agosto de 2026.
Vigência: 19/08/2026 a 19/08/2027.

Chiador – MG, 19 de agosto de 2026.

MAURICIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação e Pregoeiro.

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em cumprimento aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que o município firmou a seguinte ARP.

ARP nº. 009/2026.
Processo Administrativo nº. 080/2026.
Pregão Presencial (SRP) nº 026/2026.

Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PINTURA, IMPERMEABILIZAÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, DE IRRIGAÇÃO E SANEAMENTO, FERRAGENS, FERRAMENTAS, MATERIAIS DE JARDINAGEM, MADEIRAS, PEÇAS E MOURÕES DE EUCALIPTO, PORTAS, ESQUADRIAS E ACESSÓRIOS, CAIXAS-D'ÁGUA, BOMBAS E EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS, MATERIAIS E INSUMOS PARA FIBRA DE VIDRO E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA DO MUNICÍPIO.
Contratante: Município de Chiador – MG
Signatário: Itiberê Rodrigues dos Santos – Prefeito.

Contratado: ROSÂNGELA APARECIDA RAMOS MAGIOLO
CNPJ: 28.861.325/0001-88

Representante Legal: Rosângela Aparecida Ramos Magiolo

Valor: R$ 536.309,85 (Quinhentos e trinta e seis mil, trezentos e nove reais e oitenta e cinco centavos).

Assinatura: 19 de agosto de 2026.
Vigência: 19/08/2026 a 19/08/2027.

Chiador – MG, 19 de agosto de 2026.

MAURICIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação e Pregoeiro.

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em cumprimento aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que o município firmou a seguinte ARP.

ARP nº. 009/2026.
Processo Administrativo nº. 080/2026.
Pregão Presencial (SRP) nº 026/2026.

Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PINTURA, IMPERMEABILIZAÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, DE IRRIGAÇÃO E SANEAMENTO, FERRAGENS, FERRAMENTAS, MATERIAIS

DE JARDINAGEM, MADEIRAS, PEÇAS E MOURÕES DE EUCALIPTO, PORTAS, ESQUADRIAS E ACESSÓRIOS, CAIXAS-D'ÁGUA, BOMBAS E EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS, MATERIAIS E INSUMOS PARA FIBRA DE VIDRO E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA DO MUNICÍPIO.
Contratante: Município de Chiador – MG
Signatário: Itiberê Rodrigues dos Santos – Prefeito.

Contratado: Z E S COMERCIAL LTDA. CNPJ: 47.496.710/0001-18

Representante Legal: MARIA LUIZA PEREIRA SENRA

Valor: R$ 218.500,00 (Duzentos e dezoito mil e quinhentos reais).

Assinatura: 19 de agosto de 2026.
Vigência: 19/08/2026 a 19/08/2027.

Chiador – MG, 19 de agosto de 2026.

MAURICIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação e Pregoeiro.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:FC4C2546

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
EXTRATO DE CONTRATO

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO

Em cumprimento aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que o município firmou o seguinte Contrato.

Contrato nº. 086/2026.
Processo nº. 085/2026.
Pregão Eletrônico n.º 029/2026.

Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratante: Município de Chiador – MG
Signatário: Itiberê Rodrigues dos Santos – Prefeito.

Contratado: GOMIDE SOLUTIONS LTDA. CNPJ: 58.988.976/0001-02

Representante Legal: LIVIA GOMIDE PEREIRA

Valor: R$ 4.330,00 (Quatro mil, trezentos e trinta reais)

Assinatura: 21 de agosto de 2026.

Vigência: 21/08/2026 a 21/12/2026.

Chiador – MG, 21 de agosto de 2026.

MAURICIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação e Pregoeiro.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:6A1B2F74

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS PEDRAS

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DAS PDRAS
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS PEDRAS/MG - Extrato do Contrato nº61/2026, Processo nº86/2026, Dispensa nº22/2026. Contratante- Município Conceição das Pedras e Contratada CLAUDIA APARECIDA FERNANDES DA SILVA, CNPJ nº 66.411.298/0001-30.Objetivo: Contratação de empresa para fornecimento de tecidos, em atendimento às necessidades dos diversos setores da Prefeitura Municipal de Conceição das Pedras-MG.Valor R$ 45.692,50 (Quarenta e Cinco Mil e Seiscentos e Noventa e Dois Reais e Cinquenta Centavos). Vigência do contrato 24/08/2026 a 31/12/2026.

Publicado por:
Elis Regina Merces Faria Reis
Código Identificador:76A4DC3B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DA CONCLUSÃO DA OBRA DO ESF GAMELEIRA

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL
O Município de Confins/MG torna público aos interessados a realização da Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 014/2026, PROCESSO LICITATORIO Nº 084/2026** cujo objeto é: **Contratação de empresa especializada em engenharia para execução dos serviços remanescentes visando à conclusão da obra da Estratégia Saúde da Família (ESF) Gameleira, localizada no Município de Confins/MG, para atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Confins/MG.** Entrega das propostas será até ás **09:00hs do dia 14/09/2026 e abertura às 09:30hs da mesma data.** O edital poderá ser adquirido no Link: https://www.confins.mg.gov.br/portal/editais/1.
www.licitardigital.com.brna Plataforma do Licitar digital e no PNCP https://www.gov.br/pncp/pt-br. Tel. de contato (31) 3665-7829.

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA -
Pregoeira.

Publicado por:
Maria Aparecida de Oliveira
Código Identificador:B6AC5B5D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISLÂNDIA
ATA DE REGISTRO Nº 39/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO DE PERÍODO -
ATA DE REGISTRO Nº 39/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025

Aos 16/07/2026, a Prefeitura Municipal de Cordislândia, inscrito no CNPJ (MF) n.º 18.712.166/0001-04, com sede na Praça Sagrado Coração de Jesus, 12 - CENTRO, em Cordislândia/MG, CEP 37.498-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, JOSÉ ODAIR DA SILVA, servidor público inscrito no CPF sob o n° ***.186.646-**, portador da cédula de identidade 10.579.965 SSP/MG e em conformidade com o art. 75, §7º, da Lei nº 14.133/2021, e, R&J ENTRETENIMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ: 44.333.244/0001-61, sediada na AV CASTELO BRANCO, 406, A CXPST 1036, CHACARA DAS ROSAS, Três Corações - MG, CEP 37.417-150. resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de PERIODO.

Objeto do Termo Aditivo

O presente Termo Aditivo tem por objeto: Constitui objeto da presente licitação prestação de serviços de planejamento,

coordenação, organização, produção e execução de eventos com fornecimento de toda a infraestrutura que se fizer necessária para a Tradicional Festa de Cordislândia e demais festividades, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Demais Disposições
Permanece inalterado e ratificado todo o restante do ATA DE REGISTRO, incluindo todas as suas cláusulas, condições e especificações, que permanecem em pleno vigor.

Publicado por:
Naiara Carolliny Cruz
Código Identificador:3E13B4B1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

DIRETORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 140/2026. Processo Licitatório Nº 126/2026 – Pregão Presencial Nº 056/2026. Tipo menor preço por item. Objeto: Futura e Eventual Aquisição do medicamento Nintedanibe 150mg com 60 cápsulas, para atender demanda judicial, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Valor: R$ 90.000,00 (noventa mil reais). Vigência: 25/08/2026 à 24/08/2027. Signatários: Município de Córrego do Bom Jesus e TRES PHARMA DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA.

Certifico que este Extrato de Contrato foi publicado em conformidade com a Lei Municipal 818/2002 de 18/02/2002

Publicado no mural em 25 de agosto de 2026

SEBASTIÃO TEODORO DA SILVA
Chefe do Departamento de Compras, Licitações, Patrimônio e Informática

Publicado por:
Beatriz Garcia
Código Identificador:11F17415

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA
PREGÃO ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA/MG - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026. Torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 049/2026, na data de 08/09/2026, às 09h00min, Processo Licitatório nº. 103/2026, objetivando a aquisição de 01 (um) veículo para transporte de passageiros com capacidade de 05 (cinco) ocupantes, destinados a atender a demanda da Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. As especificações técnicas e demais detalhamentos estão descritos no Anexo I do Termo de Referência. O veículo será custeado através da Secretaria de Estado de Governo - SEGOV/MG - Plano de Trabalho SIGCON nº 001648/2026. O Edital poderá ser retirado no site: www.ervalia.mg.gov.br. O processo será realizado por meio da plataforma www.bllcompras.org.br. Informações pelo telefone (32) 3554-2503.

Ervália/MG, 25/08/2026.

JOSÉ MAURO GODINHO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Matheus José Braga
Código Identificador:CA0C0F2B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO (ADITIVO)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

O MUNICÍPIO DE EUGENÓPOLIS TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO **1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2026** – OBJETO DO ADITIVO: **SUPRESSÃO DE QUANTITATIVO DE 05 (CINCO) UNIDADES DO ITEM 3.16 – ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 11 M (SINAPI 100611)**, NO VALOR DE R$ 1.335,72 POR UNIDADE, TOTALIZANDO **R$ 6.678,60 DE SUPRESSÃO**, O QUE EQUIVALE A **4,39% DO VALOR INICIAL DO CONTRATO**, COM FUNDAMENTO NOS ARTS. **124, INCISO I, E 125 DA LEI Nº 14.133, DE 2021** – CONTRATADA: **MENDES CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 28.585.882/0001-13** – VALOR INICIAL DO CONTRATO: **R$ 152.000,00** – VALOR DA SUPRESSÃO: **R$ 6.678,60** – VALOR GLOBAL DO CONTRATO APÓS A ALTERAÇÃO: **R$ 145.321,40** – DATA DA ASSINATURA: 30/**07**/2026 –

JUAREZ LUIZ BREIJÃO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:1696E77E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
P 081/2025 DL 0002/2025

Extrato do 1° Termo Aditivo do Contrato nº 188/2025. Contratado: Consórcio Público Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP, CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10. Objeto: Contratação dos serviços de transporte sanitário eletivo, englobando a cessão temporária de veículos (micro-ônibus) no Município de Florestal/MG, na modalidade de contrato de programa de acordo com o art. 75º, XI da Lei nº 14.133/2021, nos termos do Termo de Referência e demais anexos. Valor aditado R$ 200.000,00. Vigência: 12 meses. 19/08/2026.

WAGNER DOS SANTOS JÚNIOR –
Prefeito Municipal.

P 070/2026 INEX 0011/2026 – **Extrato de contrato n° 212/2026**. Contratado: Federação Mineira de Ciclismo, CNPJ nº 18.205.112/0001-44. Objeto: Contratação da Federação Mineira de Ciclismo, para execução de um evento de Mountain Bike, a ser realizado no dia 08 de novembro de 2026, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Vigência: 12 meses. Valor total R$ 55.460,00. 24/08/2026.

WAGNER DOS SANTOS JÚNIOR –
Prefeito Municipal.

P 071/2026 INEX 0012/2026 – **Extrato de contrato n° 210/2026**. Contratado: Edmar e Josimar Ltda, CNPJ nº 21.275.214/0001-40. Objeto: Contratação de artistas de renome nacional e regional para apresentações nos eventos promovidos pelo Município de Florestal/MG no ano de 2026, conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência. Vigência: até 31/12/2026. Valor total R$ 8.000,00. 20/08/2026.

WAGNER DOS SANTOS JÚNIOR –
Prefeito Municipal.

P 071/2026 INEX 0012/2026 – **Extrato de contrato n° 211/2026**. Contratado: 41.171.933 Ueder Aparecido de Sousa, CNPJ nº 41.171.933/0001-29. Objeto: Contratação de artistas de renome nacional e regional para apresentações nos eventos promovidos pelo Município de Florestal/MG no ano de 2026, conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência. Vigência: até 31/12/2026. Valor total R$ 5.800,00. 20/08/2026.

WAGNER DOS SANTOS JÚNIOR –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gleiciane Aparecida da Silva
Código Identificador:1018904C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS
TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 045/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 057/2025

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 023/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Franciscópolis, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.394/0001-16, com sede na Avenida Presidente Kennedy, n.º 67, Centro, Franciscópolis/MG, neste ato representado por Nilton dos Santos Coimbra, Prefeito Municipal, CPF 997.***.***-68.
FORNECEDOR: 18.032.814 RENATO AARAO COUY, CNPJ n.º 18.032.814/0001-73, com sede a Rua Januária Oliveira Santos, nº 511, Vila Boa Sorte na cidade de Malacacheta/MG, neste ato representado pelo Sr. Renato Aarão Couy, portador do RG nº. MG5585909 CPF nº. 792.555.236-00, Residente e domiciliado Rua Januária Oliveira Santos, nº 511, Vila Boa Sorte na cidade de Malacacheta/MG.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Ata de Registro de Preços nº 045/2025 da **Eventual e futura contratação de serviço de sonorização e palco para eventos públicos de pequeno porte e serviço de carro de som, conforme necessidade das secretarias do Município de Franciscópolis/MG**, visando a prorrogação da vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO
Fica prorrogado o prazo de vigência da referida Ata por mais 12 (doze) meses, com início em 04/09/2026 e término em 04/09/2027, nos termos do Art. 844 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços original que não colidirem com as disposições deste Termo Aditivo.

Franciscópolis, 25 de agosto de 2026.

NILTON DOS SANTOS COIMBRA	*RENATO AARÃO COUY*
Prefeito Municipal	18.032.814 Renato Aarao Couy
Órgão Gerenciador	Fornecedor Registrado

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Nome: Pedro Junior de Oliveira	Nome: Adriana Pereira de Macedo
CPF: 121.***.***-21	CPF 048.***.***-79

Publicado por:
Adriana Pereira Macedo
Código Identificador:6054B363

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS
TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 047/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 057/2025

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 023/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Franciscópolis, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.394/0001-16, com sede na Avenida Presidente Kennedy, n.º 67, Centro, Franciscópolis/MG, neste ato representado por Nilton dos Santos Coimbra, Prefeito Municipal, CPF 997.***.***-68.

FORNECEDOR: JOANA MACEDO DE AZEVEDO 05612778694, CNPJ 33.134.359/0001-00, com sede a Rua Nossa Senhora das Graças, nº 11A, Galpão, Centro, na cidade de Franciscópolis/MG, neste ato representado pela Sra. Joana Macedo de Azevedo, portadora do CPF nº. 056.***.***-94, Residente e domiciliado Rua Nossa Senhora das Graças, nº 11A, Galpão, Centro, na cidade de Franciscópolis/MG.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Ata de Registro de Preços nº 047/2025 da **Eventual e futura contratação de serviço de sonorização e palco para eventos públicos de pequeno porte e serviço de carro de som, conforme necessidade das secretarias do Município de Franciscópolis/MG**, visando a prorrogação da vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO
Fica prorrogado o prazo de vigência da referida Ata por mais 12 (doze) meses, com início em 04/09/2026 e término em 04/09/2027, nos termos do Art. 844 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços original que não colidirem com as disposições deste Termo Aditivo.

Franciscópolis, 25 de agosto de 2026.

NILTON DOS SANTOS COIMBRA	*JOANA MACEDO DE AZEVEDO*
Prefeito Municipal	CPF 05612778694
Órgão Gerenciador	Fornecedor Registrado

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Nome: Pedro Junior de Oliveira	Nome: Adriana Pereira de Macedo
CPF: 121.***.***-21	CPF 048.***.***-79

Publicado por:
Adriana Pereira Macedo
Código Identificador:F55ED410

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES

SETOR DE LICITAÇÃO E CONVÊNIOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 14/2026

O Município de Gonçalves/MG, com sede na Rua Cap. Antônio Carlos, 196, Centro, Gonçalves/MG, torna público que se encontra aberto o Processo Licitatório nº 49/2026, Pregão Eletrônico n° 14/2026, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA INDIFERENCIADA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E PÚBLICOS, conforme especificações edilícias. Data limite para apresentação de propostas: **10/09/2026 às 08h:00min**. Edital completo disponível em: www.goncalves.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br e https://pncp.gov.br/app/editais. Informações: licitacaogoncalves@gmail.com.

Gonçalves, 25 de agosto de 2026.

A) LÍLIAN CRISTINA NEVES DE OLIVEIRA –
Setor de Licitações.

Publicado por:
Michel Rosa Gomes Vieira
Código Identificador:2E75C9E0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS
ATO DE ADJUDICAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO-PRC Nº 098/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIURA DE MINAS(MG) – **Processo Nº 098/2026 –Dispensa Nº 066/2026. Torna público o ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO, com a empresa DIOGO CARVALHO ROSA-PEÇAS E ACESSÓRIOS**. Objeto: constitui objeto, a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, para a manutenção no sistema de molas do veículo TCD-7B83, sendo esse da frota da Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Ibitiura de Minas-MG, de natureza COMUM, conforme especificações da Requisição de Compras Simples(RCS) e seus anexos. Fundamento legal; Art. 75 Inciso §7º da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações e da Lei Municipal nº 313/2023 e alterações, Lei Municipal nº 553/2003 e alterações e do Decreto Municipal nº 313/2023. Data: 25.08.2026.

DANILO LIPARINI MORAES-
Presidente da Comissão de Contratação.

RONY WILSON LEONARDO-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danilo Liparini Moraes
Código Identificador:0FB53673

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS
ATO DE ADJUDICAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO-PRC Nº 099/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIURA DE MINAS(MG) – **Processo Nº 099/2026 –Dispensa Nº 067/2026. Torna público o ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO, com a empresa BAMAQ S/A MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**. Objeto: constitui objeto, a contratação de empresa especializada integrante da rede autorizada da fabricante, para execução dos serviços de revisão periódica de 500 horas, com o fornecimento de mão de obra, peças, filtros, elementos filtrantes, produtos e demais materiais necessários à manutenção da Pá Carregadeira New Holland W12D, ano 2025, chassi HBZN012DPSAE18337, pertencente à frota da Prefeitura Municipal de Ibitiura de Minas/MG, de natureza COMUM, conforme especificações da Requisição de Compras Simples(RCS) e seus anexos. Fundamento legal; Art. 75 Inciso §7º da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações e da Lei Municipal nº 313/2023 e alterações, Lei Municipal nº 553/2003 e alterações e do Decreto Municipal nº 313/2023. Data: 25.08.2026.

DANILO LIPARINI MORAES-
Presidente da Comissão de Contratação.

RONY WILSON LEONARDO-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danilo Liparini Moraes
Código Identificador:A5F79040

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS
ATO DE ADJUDICAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO-PRC Nº 100/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIURA DE MINAS(MG) – **Processo Nº 100/2026 –Dispensa Nº 068/2026. Torna público o ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO, com a empresa JUNCOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**. Objeto: constitui objeto, a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de alimentação, incluindo o fornecimento de gêneros alimentícios, bebidas, insumos, materiais, utensílios, equipamentos , preparo, montagem, organização, serviço e mão de obra necessários para atendimento de aproximadamente 150(cento e cinquenta) pessoas em evento Municipal do Concurso do Café, a ser realizado no dia 07 de novembro de 2026, de natureza COMUM, conforme especificações da Requisição de Compras Simples(RCS) e seus anexos. Fundamento legal; Art. 75 Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações e da Lei Municipal nº 313/2023 e alterações, Lei Municipal nº 553/2003 e alterações e do Decreto Municipal nº 313/2023. Data: 25.08.2026.

DANILO LIPARINI MORAES-
Presidente da Comissão de Contratação.

RONY WILSON LEONARDO-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danilo Liparini Moraes
Código Identificador:089D6BA5

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS
AVISO DE LICITAÇÃO-PRC Nº 101/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIURA DE MINAS(MG) – Processo Nº 100/2026 - Edital Nº 016/2026, Pregão Eletrônico Nº 013/2026, Registro de Preços Nº 010/2026. Torna público o edital e seus anexos. Objeto: constitui objeto do presente, o registro de preços para a contratação de empresa para aquisição de medicamentos destinados ao abastecimento e à manutenção do estoque da Farmácia Básica Municipal, integrantes da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME, de natureza COMUM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos. Fundamento legal: Art. 28, Inciso I, Art. 54, §2º, Art. 55, Inciso I, letra "a" da Lei Federal nº 14.1332023 e alterações e Decretos Municipais nºs 268/2023, 269/2023 e 311/2023 e da Lei Municipal nº 553/2003 e alterações. Data prevista para o julgamento, 08.09.2026, às 09:00 horas. O edital e seus anexos estão disponíveis no site: www.ibitiurademinas.mg.gov.br e na Plataforma ammlicita.org.br - Informações: via e-mail: licitaibitiura@gmail.com - Data: 25.08.2026.

DANILO LIPARINI MORAES -
Pregoeiro –

RONY WILSON LEONARDO-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danilo Liparini Moraes
Código Identificador:2B9FD15F

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO - PRC Nº 104/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIURA DE MINAS(MG) – Processo nº 104/2025 - Edital nº 027/2025 - Pregão Presencial nº 025/2025. Torna público o extrato de 1º Termo Aditivo ao contrato celebrado com a empresa REAL MÁQUINAS PEÇAS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. Objeto: constitui objeto do presente, a contratação de empresa de prestação de serviços de mão de obra mecânica especializada, objetivando a manutenção da frota municipal da Prefeitura Municipal de Ibitiura de Minas, Estado de Minas Gerais, de natureza COMUM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e as especificações do Anexo I-Modelo de Proposta. Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, §único, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações e da Lei Municipal nº 553/2003 e alterações. Data: 02.07.2026.

DANILO LIPARINI MORAES-
Pregoeiro –

RONY WILSON LEONARDO-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danilo Liparini Moraes
Código Identificador:F51C017C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Jequitinhonha - MG torna público que realizará licitação, que será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal 006/2024, tipo MENOR PREÇO POR ITEM do seguinte Pregão:
Processo Licitatório nº 061/2026 - **Pregão Eletrônico** nº 026/2026
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Materiais de limpeza, Utensílios e afins para atender as demandas das secretarias municipais de Jequitinhonha/MG.

Início de Recebimento de Propostas: 27 de agosto de 2026 a partir das 08h00min.
Limite para Recebimento de Propostas: 09 de setembro de 2026 até as 08h00min.
Início da Sessão de Disputa de Preços: 09 de setembro de 2026 às 09h00min.
Local de Realização do Pregão: Portal Licitar Digital https:// www.licitardigital.com.br / sendo conduzida pela pregoeira desta prefeitura municipal.
Referência de Tempo: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Prazo de Validade das Propostas: Mínimo 60 dias.
Critério de Julgamento: Menor Preço por Item.
Informações complementares: O edital e demais informações poderão ser encontradas no site: www.gov.br/pncp, www.jequitinhonha.mg.gov.br e www.licitardigital.com.br e ainda no Setor de Compras e Licitações através do e-mail licitacao@jequitinhonha.mg.gov.br.

Jequitinhonha/MG, 25 de agosto de 2026.

REINALDO FRANCISCO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:EF42068F

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DA ATA PARA PUBLICAÇÃ

A Prefeitura Municipal de Jequitinhonha/MG, através da Comissão de Licitação de Pregão, vem publicar o extrato da ata de habilitação e julgamento de propostas referente ao Processo Licitatório nº. 053/2026 – Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 021/2026, Objeto: Aquisição de Mobiliário e Equipamentos Escolares para atender às necessidades da Escola Municipal Antônio de Lucena Peixoto (Convênio/Parceria SIGCON: 1261000231/2024), tendo a seguinte Apuração final abaixo:

LOTE	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
07	66.084.148 LUDMILA APARECIDA DE SOUZA – CNPJ: 66.084.148/0001-60	R$ 605,00	R$ R$ 1.213,64
13		R$ 608,64	
03	GOMIDE SOLUTIONS LTDA – CNPJ: 58.988.976/0001-02	R$ 1.680,00	R$ 3.443,44
12		R$ 41,72	
01	PB COMERCIO E UTILIDADES – CNPJ: 46.845.026/0001-31	R$ 4.389,00	R$ 4.389,00
06	FJF COMERCIO E SERVIÇO LTDA – CNPJ: 57.032.406/0001-73	R$ 495,00	R$ 495,00
04	VB COMERCIAL LTDA ME – CNPJ: 25.536.137/0001-96	R$ 2.970,00	R$ 7.460,00
04		R$ 1.690,00	
08		R$ 650,00	
11		R$ 2.150,00	
02	DISTRIBUIDORA & COMERCIAL ARACUAI LTDA – CNPJ: 01.166.654/0001-52	R$ 890,00	R$ 5.675,00
09		R$ 315,00	
10		R$ 455,00	

Vista aos interessados na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para, querendo, manifestarem-se.

Jequitinhonha/MG, 25 agosto de 2026.

THATIANE FERNANDES DOS SANTOS
Pregoeira/Agente de Contratação

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:B0A889A6

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2025.
O presente Termo Aditivo tem como objeto Registro de Preço, para futura e eventual Aquisição de equipamentos e material permanente destinados à Prefeitura Municipal de Jequitinhonha/MG e suas secretarias adjuntas. Restabelecer o equilíbrio econômico financeiro inicial, bem como a relação entre os encargos da Detentora da ARP e a retribuição da Contratante, à Ata de Registro de Preços nº 190/2025, que, respectivamente, o Município de Jequitinhonha/MG e a empresa contratada, pactuaram para a justa remuneração do fornecimento conforme objeto do Processo Licitatório 059/2025. Consequentemente acréscimo de R$ 792,73 (setecentos e noventa e dois reais e setenta e três centavos).

Jequitinhonha/MG, 25 de agosto de 2026.

NILO BARBUDA SOUTO –
Prefeito Municipal de Jequitinhonha

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:99057E71

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO 168-2025

Extrato de Termo aditivos de contratos: 1º Aditivo;
Contrato nº 168/2025
PROCESSO: 076/2025
Inexigibilidade: 013/2025
Contratado: Editora Núcleo LTDA,
CNPJ nº 64.952.393/0001-16.
Esse contrato terá vigência até 30 de novembro de 2026.

Lagoa Formosa MG, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ WILSON AMORIM.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Melo Braga
Código Identificador:EC289755

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
EXTRATO CONTRATO 138/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA - Extrato de Contrato:

Contrato 138/2026, Marcus Paulo Silveira dos Reis 11482665697, CNPJ:45.903.651/0001-20, o valor do contrato é de R$ 515.210,50 (quinhentos e quinze mil duzentos e dez reais e cinquenta centavos). Constitui objeto do presente instrumento: Contratação de empresa/s especializada/s para prestação de serviços de manutenções preventivas e corretivas, instalação e desinstalação de aparelhos de ar condicionado, com fornecimento e troca de peças, para atendimento das diversas Secretarias do Município de Lagoa Formosa/MG.

Credenciamento 007/2026 Processo Licitatório 043/2026. Vigência 21/08/2026 a 28/05/2027.

JOSÉ WILSON AMORIM,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Melo Braga
Código Identificador:478C279F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA
PROCESSO LICITATÓRIO FLOWDOCS Nº 252/2026, DISPENSA ELETRÔNICA Nº 1202026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA TORNA PUBLICO
Processo Licitatório flowdocs nº 252/2026, Dispensa eletrônica nº 1202026. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de fórmulas e suplementos alimentares, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência... Entrega das propostas até o dia 02/09/2026 às 07:59 horas, Plataforma – www.licitadigital.com.br, abertura da proposta 02/09/2026 as 08:00 horas. Mais informações pelo telefone 37-3277-1331. Edital na íntegra no site www.leandroferreira.mg.gov.br.

Leandro Ferreira, 25/08/2026.

NIVALDO RODRIGUES DE CARVALHO–
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Romario de Sousa Ricardo
Código Identificador:67AB5544

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL RETIFICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL RETIFICADO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026
O Município de Luisburgo, Estado de Minas Gerais, torna público, para conhecimento dos interessados, a publicação do EDITAL RETIFICADO referente ao Processo Administrativo nº 109/2026, Pregão Eletrônico nº 047/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a organização, produção, coordenação, apresentação e realização de rodeio profissional em touros e cavalos, incluindo todos os serviços, estruturas, equipamentos, materiais, profissionais e demais recursos necessários à plena execução do evento, a ser realizado nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 2026, durante a XXV Festa do Produtor Rural e Feira da Paz, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo de Luisburgo/MG.
Critério de julgamento: Menor Preço por Item.
Modo de disputa: Aberto.
Data da sessão pública eletrônica: 10 de setembro de 2026.
Horário: 09h00min.
Local da sessão pública eletrônica: Plataforma AMM Licita.
Referência de horário: Horário de Brasília.
O edital retificado e seus anexos encontram-se disponíveis para consulta e obtenção pelos interessados na plataforma AMM Licita, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no site oficial do Município de Luisburgo/MG.

Luisburgo/MG, 25 de agosto de 2026.

HENRIQUE DO CARMO MOREIRA
Secretário Municipal

Publicado por:
Camila Rhodes Mafort
Código Identificador:AAE0C5A3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
EXTRATO CONTRATO

EXTRATO CONTRATO
O Prefeito do Município de Luminárias – MG, torna público que realizou o contrato 64/2026:
1 – PROCESSO 137/2026 - OBJETO: Contratação para apresentação artística do cantor Fredson Augusto e Banda na tradicional Festa de São Vicente de Paulo, no dia 26 setembro de 2026 às 20h, com duração total de 2h.
2 – Contratada: **FREDSON AUGUSTO DE ALMEIDA 04090565618**, inscrita no CNPJ: 21.978.601/0001-43.
3 - Vigência: de 14/08/2026 a 13/11/2026.

Este extrato foi publicado no site no dia 14 de agosto de 2026

RAUL MAGNUM TADEU SOUZA

Publicado por:
Glener Lorans da Silva Carvalho
Código Identificador:EAA6F750

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
TERMO DE ABERTURA E AUTORIZAÇÃO DE PROCESSO

TERMO DE ABERTURA E AUTORIZAÇÃO DE PROCESSO

PROCESSO 137 - INEXIGIBILIDADE 036/2026
Écio Carvalho Rezende, Prefeito de Luminárias – MG, no uso de suas atribuições, faz publicar o presente extrato quanto da autorização de realização do presente processo.
OBJETO: Contratação para apresentação artística do cantor Fredson Augusto e Banda na tradicional Festa de São Vicente de Paulo, no dia 26 setembro de 2026 às 20h, com duração total de 2h.
FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: inciso II, do art. 74 da Lei 14133/2021
CONTRATADO: **FREDSON AUGUSTO DE ALMEIDA 04090565618.**
CNPJ: 21.978.601/0001-43.
Valor: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Luminárias, 14 de agosto de 2026.

ÉCIO CARVALHO REZENDE-
Prefeito Municipal

ESTE EXTRATO FOI PUBICADO NO SITE E NO MURAL EM 14/08/2026

RAUL MAGNUM TADEU SOUZA

Publicado por:
Glener Lorans da Silva Carvalho
Código Identificador:E869B87B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALACACHETA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALACACHETA
CONCESSÃO TAXI

AVISO DE LICITAÇÃO – O MUNICÍPIO DE MALACACHETA/MG, ATRAVÉS DO PREFEITO MUNICIPAL, TORNA PUBLICO ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 021/26, NA MODALIDADE CONCORRENCIA - Nº 001/26, PARA **SELEÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS PARA EXPLORAÇÃO DE**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS POR MEIO DE SERVIÇO DE TÁXI, NO MUNICÍPIO DE MALACACHETA, nas condições estabelecidas no Edital. A ABERTURA DO PROCESSO SERÁ DIA 20/10/26 ÀS 09:00MIN, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, PRAÇA MONS. JORGE LOPES DE OLIVEIRA, Nº 130 - CEP: 39.690-000. O EDITAL PODERÁ SER LIDO NA ÍNTEGRA E ADQUIRIDO ATRAVÉS DO EMAIL: licitacao@malacacheta.mg.gov.br ou Site Portal da Transparência .

MALAC. 25/08/2026

Publicado por:
Lucas de Azevedo Lopes
Código Identificador:B07936C5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO VERDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026

O Município de Mato Verde/MG torna público o extrato de Adjudicação, Homologação e Contrato relativo ao Proc. Licitatório nº 36/2026 – Pregão Eletrônico nº 16/2026. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA DIGITALIZAÇÃO, IMPRESSÃO E CÓPIAS, COM COBRANÇA DE CUSTO POR CÓPIA. Vencedor: **DENIVALDO COMERCIO DE ELETRONICOS, LOCACOES E MANUTENÇÕES LTDA** – Valor R$ 65.000,00. Vigência: 07/07/2026 a 07/07/2027.

PEDRO HENRIQUE HORTA FREITAS **–**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Letícia Silva Pereira
Código Identificador:70E90AEA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO VERDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 11/2026

O Município de Mato Verde/MG torna público o extrato de Adjudicação, Homologação e Ata de Registro de Preços relativo ao Proc. Licitatório nº 23/2026 – Pregão Eletrônico SRP nº 11/2026. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VIDROS E CORTINAS, INCLUINDO O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO. Vencedor: **ZACARIAS ANTONIO DE MELO 95932003634** – Valor R$ 811.090,00;. Vigência: 14/05/2026 a 14/05/2027.

PEDRO HENRIQUE HORTA FREITAS **–**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Letícia Silva Pereira
Código Identificador:B8DB0F34

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO VERDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 13/2026

O Município de Mato Verde/MG torna público o extrato de Adjudicação, Homologação e Atas de Registro de Preços relativo ao Proc. Licitatório nº 26/2026 – Pregão Eletrônico SRP nº 13/2026. Objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PAPELARIA, ESPORTIVOS E TECIDOS EM GERAL PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATO VERDE/MG. Vencedores: **ADELINO RODRIGUES DA SILVA - ME** – Valor R$ 503.167,20; **CENTER MANIA PAPELARIA –** Valor R$ 35.916,30; **DANILO HENRIQUE ANTUNES MOREIRA LTDA –** Valor R$ 367.973,61; **FRANCINETE DE JESUS BARBOSA E SOUZA –** Valor R$ 31.493,20; **SOCIEDADE COMERCIAL XAVIER LTDA –** Valor R$ 370.189,20 e **SUPER FORZA BATISTA LTDA –** Valor R$ 9.149,70. Vigência: 11/06/2026 a 11/06/2027.

PEDRO HENRIQUE HORTA FREITAS **–**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Letícia Silva Pereira
Código Identificador:56745204

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO VERDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2026

O Município de Mato Verde/MG torna público o extrato de Adjudicação, Homologação e Atas de Registro de Preços relativo ao Proc. Licitatório nº 28/2026 – Pregão Eletrônico SRP nº 14/2026. Objeto AQUISIÇÃO DE FRUTAS, VERDURAS E GÊNEROS ALIMENTICIOS EM GERAL PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATO VERDE/MG. Vencedores: **ANTONELLA SUPERMERCADO LTDA** – Valor R$ 542.616,19; **COMERCIAL ZE PAO LTDA –** Valor R$ 68.219,00; **LUZIMA TEIXEIRA DA SILVA MORAIS –** Valor R$ 263.894,30; **SOCIEDADE COMERCIAL FREITAS & ALVES LTDA –** Valor R$ 313.372,16; **SUPER FORZA BATISTA LTDA –** Valor R$ 416.852,00; **SUPERMERCADO ALVES E ROCHA LTDA –** Valor R$ 519.061,35. Vigência: 01/06/2026 a 01/06/2027.

PEDRO HENRIQUE HORTA FREITAS **–**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Letícia Silva Pereira
Código Identificador:7AA3000E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO VERDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 15/2026

O Município de Mato Verde/MG torna público o extrato de Adjudicação, Homologação e Atas de Registro de Preços relativo ao Proc. Licitatório nº 33/2026 – Pregão Eletrônico SRP nº 15/2026. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, INCLUINDO TROCA DE PNEUS E SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE MATO VERDE/MG. Vencedor: **20.174.888 EDIMILSON FRANCISCO DE SOUSA** – Valor R$ 815.950,00. Vigência: 17/06/2026 a 17/06/2027.

PEDRO HENRIQUE HORTA FREITAS **–**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Letícia Silva Pereira
Código Identificador:2A7D234F

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO VERDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 17/2026

O Município de Mato Verde/MG torna público o extrato de Adjudicação, Homologação e Atas de Registro de Preços relativo ao Proc. Licitatório nº 39/2026 – Pregão Eletrônico SRP nº 17/2026. Objeto AQUISIÇÃO DE CAFÉ E AÇÚCAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE MATO VERDE/MG. Vencedores: **ANTONELLA SUPERMERCADO LTDA** – Valor R$ 51.250,00 e **SOCIEDADE COMERCIAL FREITAS & ALVES LTDA –** Valor R$ 133.180,00. Vigência: 13/07/2026 a 13/07/2027.

PEDRO HENRIQUE HORTA FREITAS **–**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Letícia Silva Pereira
Código Identificador:39C3BD42

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL - CONTRATO Nº043/2026

CONTRATO Nº 043/2022 — Processo Licitatório nº 043/2022 — Adesão à Ata de Registro de Preços nº 005/2022 - CONTRATANTE: Município de Moeda/MG, CNPJ 18.363.952/0001-35. CONTRATADA: Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade de Advocacia, CNPJ 18.985.386/0001-01. OBJETO: prestação de serviços de assessoramento em recuperação de créditos e incremento de receita do Município. Contrato firmado em 18/05/2022. RESCISÃO: amigável. Data da assinatura do termo: 24/08/2026.

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Juliana Conceição Silva Borges
Código Identificador:9175FBC0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORATÓRIOS

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
EXTRATO DE ADITIVO

MUNICÍPIO DE ORATÓRIOS/MG
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2025
Processo Administrativo nº 46/2025 – Pregão Eletrônico nº 30/2025.
Contratante: Município de Oratórios/MG.
Contratada: N M LICITACOES LTDA – CNPJ nº 52.339.425/0001-23.
Objeto: Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 020/2025, tendo por objeto a **prorrogação da vigência da Ata por mais 12 (doze) meses**, bem como a alteração dos preços registrados, mediante o reconhecimento de **reequilíbrio econômico-financeiro dos Lotes 17 e 19**, cujo valor unitário passa de **R$ 37,64 para R$ 40,67**, e a aplicação do **índice IPCA acumulado de agosto de 2025 a julho de 2026, no percentual de 4,443020%**, aos Lotes **7, 17, 18 e 19**.
Após as alterações, os valores unitários passam a ser: **Lote 7: R$ 28,51; Lote 17: R$ 42,48; Lote 18: R$ 23,43; Lote 19: R$ 42,48**.
Vigência: Prorrogada por mais 12 (doze) meses, conforme as condições estabelecidas no instrumento original.
Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e disposições constantes da Ata de Registro de Preços nº 020/2025.

Data da assinatura: 24 de agosto de 2026.

CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Vinicios Apolinario
Código Identificador:F14EF35E

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2025 – DOC. 03
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2025
Partes: Município de Oratórios/MG e **JL Comércio e Distribuição de Produtos Nutricionais Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº **57.790.597/0001-32**.
Objeto: Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 020/2025 – Doc. 03, tendo por objeto a **prorrogação da vigência da Ata pelo período de 12 (doze) meses**, bem como a **atualização dos valores unitários dos itens registrados**, mediante aplicação do IPCA acumulado de agosto de 2025 a julho de 2026, correspondente a **4,443020%**, observados os quantitativos atualmente registrados.
Valores: O reajustamento dos preços representa acréscimo de **R$ 945,72** sobre os quantitativos atualmente considerados, passando os itens registrados a vigorar com os valores unitários finais previstos no Primeiro Termo Aditivo.
Vigência: Prorrogada por mais **12 (doze) meses**, permanecendo ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 020/2025 que não foram expressamente alteradas.
Data da assinatura: 24 de agosto de 2026.
Signatários: Carlos José de Oliveira, Prefeito Municipal, pelo Município de Oratórios/MG, e **João Gabriel Leone Paiva**, Representante Legal, pela empresa JL Comércio e Distribuição de Produtos Nutricionais Ltda.

Oratórios/MG, 24 de agosto de 2026.

CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Vinicios Apolinario
Código Identificador:47D7CD4B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE N. º 19/2026

A Prefeitura de Paraisópolis, através do Departamento Municipal de Saúde, torna público o extrato do contrato n. º 339/2026 – Inexigibilidade n.º 019/2026 - Proc. Administrativo n.º 175/2026, referente a Contratação de empresa especializada em licenciamento de uso de aplicativo de celular para acompanhamento das atividades diárias dos agentes de combate a Endemias – ACE, em atendimento ao Departamento Municipal de Saúde, quantitativos e critérios estabelecidos no Termo de Referência. Contratada: DENVX TECNOLOGIA LTDA; CNPJ: 35.332.338/0001-25; Valor: R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais); Data de assinatura: 25/08/2026, vigência de 25/08/2026 até 25/08/2027.

ALEX FERREIRA –
Diretor de Saúde.

Publicado por:
Haidee Renata Ferreira Daher
Código Identificador:259934E5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 038/2026

O Município de Paraisópolis torna público que realizará o Processo Licitatório n.º 177/2026 – Pregão Eletrônico n.º 038/2026, cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: www.paraisopolis.mg.gov.br, na aba Licitações. Objeto: Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de materiais para curativos, tratamento de feridas, processamento e esterilização de produtos para saúde e instrumentos correlatos, destinados ao atendimento das necessidades das Unidades e Serviços de Saúde do Município de Paraisópolis/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificação do Objeto. Início de Cadastramento das Propostas: 01/09/2026 às 08h00min. Fim de Cadastramento das Propostas: 14/09/2026 às 08h00min. Abertura das Propostas e análises: 14/09/2026 às 08h15min. Fase de Disputa de Lances: 14/09/2026 às 08h30min. Formulação de consultas e obtenção do Edital: www.portaldecompraspublicas.com.br Canal de Suporte: 0800 730 5455.

ALEX FERREIRA –
Diretor do Departamento Municipal de Saúde.

Publicado por:
Haidee Renata Ferreira Daher
Código Identificador:B9C813E3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL DE MINAS – CIMESMI

EXTRATO DO RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA Nº 003/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026
CIMESMI – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL DE MINAS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL DE MINAS – CIMESMI, inscrito no CNPJ nº 43.863.467/0001-78, torna público o resultado da Dispensa nº 003/2026, Processo Administrativo nº 011/2026, realizada com fundamento no art. 75, inciso I, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia destinados à avaliação da conformidade executiva, diagnóstico de patologias e investigação técnica da obra de pavimentação da Rodovia MG-295, compreendendo os serviços, levantamentos, ensaios, análises e laudos previstos no Termo de Referência.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global.
EMPRESA VENCEDORA: RAFAEL DA SILVA GUIMARÃES ENGENHARIA LTDA – CNPJ nº 56.974.109/0001-84.
VALOR GLOBAL ADJUDICADO: R$ 96.153,85 (noventa e seis mil, cento e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos), sendo R$ 64.423,08 para a Etapa A e R$ 31.730,77 para a Etapa B.
RESULTADO: Proposta julgada vencedora, empresa habilitada, objeto adjudicado e procedimento homologado em 25/08/2026.

Paraisópolis/MG, 25 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Presidente do CIMESMI

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:92AB6F03

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 395, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no Art. 37, incisos II e IV, da Constituição Federal, e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Art. 65, incisos VI e IX, ***RESOLVE,***
Art. 1º Nomear **BRUNO AFONSO GÓRIA FARIA,** aprovado no Concurso Público realizado em 02 de fevereiro de 2025, com homologação final dada pelo Decreto nº 4.649, de 11 de abril de 2025, para o cargo público de Fiscal Municipal, Símbolo NI-IX, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, constante do Anexo II da Lei Complementar nº 5, de 1º de junho de 1995.
Art. 2º A investidura do nomeado no cargo, satisfeitos os requisitos legais, dar-se-á mediante ato de posse, reduzido a termo, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria.
Parágrafo único: Será tornada sem efeito a nomeação do candidato que, por qualquer motivo, não apresentar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da convocação, a documentação completa exigida.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 25 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:DD558F48

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSABÉM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSABÉM
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

O Município de Passabem/MG torna público o Aviso de Dispensa de Licitação nº 017/2026, oriundo do Processo Administrativo nº. 069/2026, na modalidade Dispensa Eletrônica, como critério de julgamento por MENOR PREÇO POR LOTE.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE BANDEIRAS, MASTROS, SUPORTES E ADEREÇOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES INSTITUCIONAIS E CERIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE PASSABÉM/MG., NOS TERMOS E CONDIÇÕES DESCRITOS E ESPECIFICADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

Início do Recebimento das Propostas: às 08:00 do dia 26/08/2026.
Recebimento das Propostas: Até 07:59 horas do dia 31/08/2026.
Data da Sessão Pública: Dia 31/08/2026 às 08:00 horas.
Referência de Tempo: Horário de Brasília/DF.

E PARA INFORMAÇÕES E HABILITAÇÃO DEVERÁ CONSULTAR A PÁGINA http://www.passabem.mg.gov.br, bem como **Plataforma de Licitações Licitar Digital** (www.licitardigital.com.br).

LUCIANO DE SÁ MADUREIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ricardo José de Oliveira
Código Identificador:01B6A832

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL RESUMIDO PROCESSO Nº: 168/2026
MODALIDADE: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 114/2026

AVISO DE EDITAL RESUMIDO

Processo nº: 168/2026
Modalidade: Pregão – Registro de Preços
Edital nº: 114/2026
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA, PARA ATENDER AOS EVENTOS, CAMPEONATOS, TORNEIOS E DEMAIS ATIVIDADES ESPORTIVAS ORGANIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

A Prefeitura Municipal de Patrocínio torna público que no **14 de setembro de 2026 às 09:00 hs**, realizará Pregão na Modalidade Eletrônica através da plataforma Licitanet licitações on-line, disponível no endereço https://www.licitanet.com.br/.

Cópias de Edital e informações complementares serão obtidas junto a Comissão de Licitação, no e-mail: licitacao@patrocinio.mg.gov.br no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br e na plataforma Licitanet: https://www.licitanet.com.br/.

Patrocínio/MG, 25 de agosto de 2026.

VANESSA PATRÍCIA FERREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:4150584F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL RESUMIDO PROCESSO Nº: 179/2026
MODALIDADE: PREGÃO EDITAL Nº: 124/2026

AVISO DE EDITAL RESUMIDO

Processo nº: 179/2026
Modalidade: Pregão
Edital nº: 124/2026
Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA VIDEOMONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA, PARA ATENDER AO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA MATINHA, NO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

A Prefeitura Municipal de Patrocinio torna público que no **dia 15 de setembro de 2026 às 09:00 hs**, realizará Pregão na Modalidade Eletrônica através da plataforma Licitanet licitações on-line, disponível no endereço https://www.licitanet.com.br/.

Cópias de Edital e informações complementares serão obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, no e-mail: *licitacao@patrocinio.mg.gov.br*, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br e na plataforma Licitanet: https://www.licitanet.com.br/ .

Patrocínio/MG, 25 de agosto 2026.

VANESSA PATRÍCIA FERREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:5991506E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇAO FISCAL PATROCÍNIO/MG, 24/08/2026
CONTRIBUINTE: VALDEMAR SILVA NUNES

NOTIFICAÇAO FISCAL
Patrocínio/MG, 24/08/2026
CONTRIBUINTE: VALDEMAR SILVA NUNES
CNPJ/CPF: 181.910.886-49
SETOR: 09.005.0356
Endereço imóvel: RUA CESÁRIO ALVIM, 1010 Bairro: **CENTRO**
ENDEREÇO CORRESPONDENCIA: RUA QUINTILIANO ALVES, 1325
BAIRRO: CENTRO CIDADE: PATROCÍNIO-MG CEP: 38740-054
‘
O **MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.468.033/0001-26, com sede na Praça Olímpio Garcia Brandão, nº 1452, representado pela Coordenadora de Setor Simone Almeida de Queiroz Oliveira, matricula 81351 no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, vem **NOTIFICÁ-LO** que :

Deverá o contribuinte recolher multa no valor de 01UFM (Unidade Fiscal do Município), no valor de **R$570,91 (quinhentos e setenta reais e noventa e um centavos),** tendo em vista o não cumprimento do prazo solicitado através da notificada expedida pela Secretaria de Urbanismo datada **18/08/2026**, conforme **AUTO DE INFRAÇÃO 110.**
Segue em anexo guia para pagamento.

Fundamentação: **Multa por estar infringindo Lei 133/2014.**

SIMONE ALMEIDA DE QUEIROZ OLIVEIRA
Coordenadora de Setor

Declaro o recebimento da 2ª via da presente notificação da qual fico ciente.

Nome/Assinatura: _____data____/____/_____

CPF: _____ Cargo: _____

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:A6E54D8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇAO FISCAL PATROCÍNIO/MG, 24/08/2026
CONTRIBUINTE: VALDEMAR SILVA NUNES

NOTIFICAÇAO FISCAL
Patrocínio/MG, 24/08/2026
CONTRIBUINTE: VALDEMAR SILVA NUNES
CNPJ/CPF: 181.910.886-49
SETOR: 09.005.0356
Endereço imóvel: RUA CESÁRIO ALVIM, 1010 Bairro: **CENTRO**
ENDEREÇO CORRESPONDENCIA: RUA QUINTILIANO ALVES, 1325
BAIRRO: CENTRO CIDADE: PATROCÍNIO-MG CEP: 38740-054
‘
O **MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.468.033/0001-26, com sede na Praça Olímpio Garcia Brandão, nº 1452, representado pela Coordenadora de Setor Simone Almeida de Queiroz Oliveira, matricula 81351 no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, vem **NOTIFICÁ-LO** que :

Deverá o contribuinte recolher multa no valor de 01UFM (Unidade Fiscal do Município), no valor de **R$570,91 (quinhentos e setenta reais e noventa e um centavos),** tendo em vista o não cumprimento do prazo solicitado através da notificada expedida pela Secretaria de Urbanismo datada **18/08/2026**, conforme **AUTO DE INFRAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO 5003/2026.**
Segue em anexo guia para pagamento.

Fundamentação: **Multa por estar infringindo Lei 133/2014.**

SIMONE ALMEIDA DE QUEIROZ OLIVEIRA
Coordenadora de Setor

Declaro o recebimento da 2ª via da presente notificação da qual fico ciente.

Nome/Assinatura: _____data____/____/_____

CPF: _____ Cargo: _____

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:C2BB9C47

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇAO FISCAL PATROCÍNIO/MG, 24/08/2026
CONTRIBUINTE: VALMIR ADELCINO BREUNING

NOTIFICAÇAO FISCAL
Patrocínio/MG, 24/08/2026
CONTRIBUINTE: VALMIR ADELCINO BREUNING
CNPJ/CPF: 512.806.989-34
SETOR: 07.004.0279.000

Endereço imóvel: AVENIDA FARIA PEREIRA, 2030 Bairro: **CENTRO**
ENDEREÇO CORRESPONDENCIA: AVENIDA FARIA PEREIRA, 3781
BAIRRO: MARCIANO BRANDÃO CIDADE: PATROCÍNIO-MG CEP: 38740-478
‘

O **MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.468.033/0001-26, com sede na Praça Olímpio Garcia Brandão, nº 1452, representado pela Coordenadora de Setor Simone Almeida de Queiroz Oliveira, matricula 81351 no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, vem **NOTIFICÁ-LO** que :

Deverá o contribuinte recolher multa no valor de 01UFM (Unidade Fiscal do Município), no valor de **R$570,91 (quinhentos e setenta reais e noventa e um centavos),** tendo em vista o não cumprimento do prazo solicitado através da notificada expedida pela Secretaria de Urbanismo datada **18/08/2026**, conforme **AUTO DE INFRAÇÃO 110.**
Segue em anexo guia para pagamento.

Fundamentação: **Multa por estar infringindo ANBNT NBR 9050.**

Simone Almeida de Queiroz Oliveira
Coordenadora de Setor

Declaro o recebimento da 2ª via da presente notificação da qual fico ciente.

Nome/Assinatura: _____data____/____/_____

CPF: _____ **Cargo:** _____

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:DEE5E817

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇAO FISCAL PATROCÍNIO/MG, 24/08/2026
CONTRIBUINTE: VALMIR ADELCINO BREUNING

NOTIFICAÇAO FISCAL
Patrocínio/MG, 24/08/2026
CONTRIBUINTE: VALMIR ADELCINO BREUNING
CNPJ/CPF: 512.806.989-34
SETOR: 07.004.0279.000
Endereço imóvel: AVENIDA FARIA PEREIRA, 2030 Bairro: **CENTRO**
ENDEREÇO CORRESPONDENCIA: AVENIDA FARIA PEREIRA, 3781
BAIRRO: MARCIANO BRANDÃO CIDADE: PATROCÍNIO-MG CEP: 38740-478
‘

O **MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.468.033/0001-26, com sede na Praça Olímpio Garcia Brandão, nº 1452, representado pela Coordenadora de Setor Simone Almeida de Queiroz Oliveira, matricula 81351 no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, vem **NOTIFICÁ-LO** que :

Deverá o contribuinte recolher multa no valor de 01UFM (Unidade Fiscal do Município), no valor de **R$570,91 (quinhentos e setenta reais e noventa e um centavos),** tendo em vista o não cumprimento do prazo solicitado através da notificada expedida pela Secretaria de Urbanismo datada **18/08/2026**, conforme **AUTO DE INFRAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO 5001/2026.**
Segue em anexo guia para pagamento.

Fundamentação: **Multa por estar infringindo ANBNT NBR 9050.**

SIMONE ALMEIDA DE QUEIROZ OLIVEIRA
Coordenadora de Setor

Declaro o recebimento da 2ª via da presente notificação da qual fico ciente.

Nome/Assinatura: _____data__/__/___

CPF: _____
Cargo: _____

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:8E07651A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 14.582/2026

Portaria Nº 14.582/2026

EXONERA SERVIDOR.

O Prefeito Municipal de Patrocínio-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;
Considerando, o disposto no art. 67 da Lei Complementar nº 60/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município e;
Considerando, finalmente, o que consta do Processo nº 6.355/2026.

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a pedido, **JAQUELINE ABADIA DA SILVA**, do cargo de provimento efetivo de **Médico Clínico**, Nível XV, Padrão 01, a partir de 31/08/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Patrocínio-MG, 20 de agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:E80E217F

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 14.584/2026

Portaria Nº 14.584/2026

EXONERA SUPERVISOR DE SETOR.

O Prefeito Municipal de Patrocínio-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;
Considerando, o disposto no inciso I do art. 68 da Lei Complementar nº 060/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município.
RESOLVE
Art. 1º - Exonerar, **CRISTIANE CASTRO ALVES**, do cargo em comissão de **Supervisor de Setor**, Nível VI, anexo III da LC. nº 246/2025, a partir de 24/08/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Patrocínio-MG, 21 de agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:C8C6FDDF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 14.585/2026

PORTARIA Nº 14.585/2026

Designa Comissão de Heteroidendificação para procedimento de heteroidentificação dos candidatos negros, classificados no Processo Seletivo Público regido pelo Edital 002/2026 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Patrocínio MG, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;
Considerando o disposto no Edital 002/2026, itens 7.2.4, 7.2.4.2, 7.2.5, 7.2.5.1, 7.2.6, 7.2.6.1, 7.2.6.2, 7.2.6.3, 7.2.6.4, 7.2.7, 7.2.7.1, 7.2.7.2, 7.2.7.3, 7.2.8, 7.2.8.1, 7.2.8.2, 7.2.8.3, 7.2.8.4, 7.2.9, 7.2.10, 7.2.11, 7.2.14.5, 7.2.14.6, 7.2.14.7, 7.2.14.8, 7.2.15.1, e 7.2.15.2, e;
Considerando as vagas reservadas aos candidatos autodeclarados negros, previstas no Anexo I do Edital 002/2026.

RESOLVE

Art. 1º. – Designar os servidores públicos efetivos abaixo relacionados para compor a Comissão de Heteroidentificação do Processo Seletivo Público, destinado ao provimento de vagas para as funções de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, conforme Edital 002/2026:
- L. C. A. – Agente Administrativo – Membro
- L. B. C. S. C. – Advogado – Membro
- L. B. B. M. – PEB – Regente de Turma Fundamental I – Membro
- M. F. V. C. – Enfermeiro – Membro
- N. R. N. C. – Pedagogo – Membro
- A. N. S. P. – Fisioterapeuta – Suplente
- C. S. M. – Fiscal Sanitário – Suplente
- I. M. P. B. – Fisioterapeuta – Suplente
- M. C. S. – Agente Administrativo – Suplente
- P. H. S. – Agente de Mobilidade Urbana – Suplente

Art. 2º. – A servidora N. R. N. C. fica designada para compor a Presidência da referida Comissão de Heteroidentificação.
Art. 3º. – A Comissão de Heteroidentificação utilizará os Critérios para Aferição conforme especificado no Edital 002/2026, item 7.2.6.
Art. 4º. – Designar os servidores públicos efetivos abaixo relacionados para compor o Comitê Recursal do Processo Seletivo Público, destinado ao provimento de vagas para as funções de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, conforme Edital 002/2026:
- G. M. J. – Enfermeiro
- L. F. S. – Agente Administrativo
- S. D. A. S. B. – Enfermeiro

Art. 5º. – O servidor L. F. S. fica designado para compor a Presidência do referido Comitê Recursal.
Art. 6º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Patrocínio MG, 21 de agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:DCAD44E0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ

MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ – Publica a Concorrência Eletrônica Nº 002/26 – Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Execução de Obras e Serviços incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra especializada para instalação de Sistema de Geração de Energia por Fonte Solar Fotovoltaica para atendimento das demandas de consumo dos prédios de propriedade do município de Patrocínio do Muriaé MG conforme Convênio celebrado entre o Município de Patrocínio do Muriaé/MG e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A Contrato de Financiamento BF Nº 400.022/2025. Tipo de Julgamento: Menor Preço Global. Recebimento das propostas até às 08h50min do dia 14/09/2026. Início da Sessão: 14/09/26 às 09h00min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares pelo 0800 032 1233 – Ramal 3008 ou e-mail: licitacao3@patrociniodomuriae.mg.gov.br. Edital disponível a partir de 28/08/2026.

GOLDSTEIN AGOSTINI DA MATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moises de Souza Piteira
Código Identificador:9E895BD9

MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ
DISPENSA Nº 030/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ – Torna pública a RATIFICAÇÃO da Dispensa nº 030/2026 - Contratação de empresa para realização da Revisão de 10.000 km de 02 (dois) veículos FIAT STRADA ENDURAN CS13 (CARGA CAMINHONETE/02 PASSAGEIROS); (adquiridos através do Processo número 156/2025 – Pregão Eletrônico 0097/2025). Contratada: ORLY VEÍCULOS E PEÇAS - CNPJ n° 21.483.615/0001-96, Nota de Empenho - NE, Valor Total: R$ 2.151,00. Dotações Orçamentárias: 3.3.90.30.00.2.02.00.04.122.0002.2.0002 e outras. Amparo Legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, IV, alínea "a".

Patrocínio do Muriaé, 18 de agosto de 2026.

GOLDSTEIN AGOSTINI DA MATTA –
Prefeito.

Publicado por:
Moises de Souza Piteira
Código Identificador:598F16CA

MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ – Publica o Pregão Eletrônico Nº 094/26 – Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de equipamentos médico hospitalares, em atendimento à demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Patrocínio do Muriaé/MG. Tipo de Julgamento: Menor preço por Unitário, com Itens de Ampla Concorrência e Itens Exclusivos para Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI. Nova data de Recebimento das propostas até às 08h50min do dia 09/09/26. Nova data de Início da Sessão: 09/09/26 às 09h00min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares pelo 0800 032 1233 – Ramal 3008 ou e-mail: licitacao3@patrociniodomuriae.mg.gov.br. Edital Retificado disponível a partir de 25/08/2026.

GOLDSTEIN AGOSTINI DA MATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moises de Souza Piteira
Código Identificador:7F1F602B

MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ – Publica o Pregão Eletrônico Nº 095/26 – Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de materiais para redes de esgoto sanitário e pluvial, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Patrocínio do Muriaé/MG. Tipo de Julgamento: Menor preço por Lote, com Lotes Exclusivos para Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI. Recebimento das propostas até às 08h50min do dia 10/09/26. Início da Sessão: 10/09/26 às 09h00min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares pelo 0800 032 1233 – Ramal 3008 ou e-mail: licitacao3@patrociniodomuriae.mg.gov.br. Edital disponível a partir de 27/08/2026.

GOLDSTEIN AGOSTINI DA MATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moises de Souza Piteira
Código Identificador:2B6757A4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA - MG - AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL. PROCESSO Nº 074/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 044/2026 - COMPRASNET N° 984975-16/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA/MG - AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL. Processo nº 074/2026 - Pregão Eletrônico n° 044/2026 - COMPRASNET N° 984975-16/2026. Tipo menor preço por item. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição e instalação de persianas para atender as demandas das Secretarias Municipais de Assistência Social e Saúde da Prefeitura Municipal de Pedra do Anta/MG. Torna-se pública a retificação do Edital 044/2026, em razão alteração da descrição técnica das persianas. A data de início e abertura será 09/09/2026 às 08:00h no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. O edital e seus anexos estão disponíveis nos sites: www.comprasnet.gov.br e www.pedradoanta.mg.gov.br -

Pedra do Anta, 25/08/2026.

MICHELLY CRISTINA DA SILVA –
Pregoeira.

Publicado por:
Michelly Cristina
Código Identificador:010B658E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA - MG EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÓNICO 90035/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA – Processo Nº 064/2026, Pregão Eletrônico nº 35/2026 – Objeto: contratação de empresa especializada em serviços médicos de clínica geral para atuar na Unidade Básica de Saúde e no CAPS Municipal de Pedra do Anta/MG. Valor total: R$ 70.200,00.
Licitantes vencedoras: CLINMED – PROFISSIONAIS DE SAUDE LTDA R$ 70.200,00. Fundamentação legal: Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

Pedra do Anta, 25 de agosto de 2026.

JOÃO CÉSAR VIANA LOPES -
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
João César Viana Lopes
Código Identificador:AB74AD7C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA - MG EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÓNICO 90038/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA – Processo Nº 067/2026, Pregão Eletrônico nº 38/2026 – Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de centrifuga para o laboratório de analises clinicas da Secretaria Municipal de Saúde de Pedra do Anta/MG. Valor total: R$ 11.900,00
Licitantes vencedoras: TAURUS BIOTEC LTDA R$ 11.900,00. Fundamentação legal: Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

Pedra do Anta, 25 de agosto de 2026.

JOÃO CÉSAR VIANA LOPES -
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
João César Viana Lopes
Código Identificador:C0BCBCF2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA - MG EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 046/2025

1° Termo Aditivo ao Contrato n° 046/2025 – Inexigibilidade n° 020/2025 – Processo n° 065/2025. Objeto: da vigência e da execução do Contrato n° 046/2025, referente à aquisição de reagentes de exames de hemograma para uso no analisador hematológico, DF55 DM 1104B2344010 - Marca: DYMIND, adquirido pelo município de Pedra do Anta. Contratada: RESENDE DIAGNOSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 26.518.793/0001-29. Vigência: 14/07/2026 à 13/07/2027. Fundamentação legal: Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Pedra do Anta, 10 de julho de 2026.

EDUARDO JOSÉ VIANA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Magna Reis
Código Identificador:74969366

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA - MG EXTRATO TERMO ADITIVO DA ATA N° 092/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA. Extrato do 1º termo aditivo à Ata de Registro de Preço n° 092/2026 - Processo 23/2026, Pregão Eletrônico n° 11/2026. Objeto: Registro dos preços para futura e eventual aquisição de metariais e insumos médico-hospitalares para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Pedra do Anta/MG. Contratado: GET MED Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ sob o n° 41.836.567/0001-80. O valor unitário do item 212 (Saco para Lixo Hospitalar 50/60L Branco de R$ 18,27 para R$ 23,44). Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021 e suas alterações.

Pedra do Anta- MG, 25 de Agosto de 2026.

ODIRLEI ROCHA VIEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
João César Viana Lopes
Código Identificador:ED5C5DF6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 045/2026 – Proc. 093/2026 Obj. Formação de Registro de Preços para eventual fornecimento, parcelado, de material de construção em geral para manutenção, construção e reformas. Sessão Eletrônica: 08/09/2026 às 09h. Edital disponível no PNCP e no site: www.piedadedoriogrande.mg.gov.br. Tel: (32) 3335-1122.

Publicado por:
Cláudio Rodolfo Oliveira
Código Identificador:3A74DE23

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA 5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL. EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO 093/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2022

5ª Alteração contratual. Extrato de Prorrogação de Contrato – Processo Licitatório 093/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2022. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando Extrato de Prorrogação de Contrato, referente ao Processo Licitatório nº 093/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2022, cujo objeto é Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em câmaras de conservação de vacina e medicamentos, sendo contratada a empresa: GEETA GESTÃO E ENGENHARIA LTDA CNPJ nº 12.350.270/0001-01, o contrato passa a vigorar até 09/09/2027. Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR.
(Prefeito).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:A3EAFDAA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO14891

DECRETO No:14891/2026

ABRE CREDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR

O PREFEITO MUNICIPAL de PONTE NOVA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei No 4320/64 e, Lei Municipal Nº 4904 / 2025
CONSIDERANDO:
O que estabelece inciso III, do art. 5º da lei municipal 4904/2025, fica o poder executivo autorizado a abrir créditos suplementares, respeitadas as demais prescrições constitucionais, e nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do orçamento, por superávit financeiro apurado no exercício anterior.
DECRETA:
Artigo 1º - Ficam abertos creditos Adicionais SUPLEMENTARES para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.01 GABINETE DO PREFEITO
02.01.02 ASSESSORIA JURIDICA - AJU
04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0002 ADMINIST. GERAL DA ASSESSORIA JURIDICA
04.122.0002.2379 MANUTENÇÃO DO FUNJUR
3.3.90.93.00 074 Indenizações e Restituições 3.125,79
2.501.000.0000 Outros Recursos não Vinculados 3.125,79
02.05 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
02.05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
15 Urbanismo
15.451 Infra-estrutura Urbana
15.451.0007 MANUTENCAO VIAS URBANAS, AREAS PUBLICAS
15.451.0007.2024 MANUT DE VIAS URBANAS E ESPACOS PUBLICOS
3.3.90.39.00 167 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 197.531,29
2.899.069.0000 Outros Recur. vinc. - Acordo 197.531,29
02.06 SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO
02.06.03 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE
08 Assistencia Social
08.243 Assist. a Crianca e ao Adolescente
08.243.0014 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE
08.243.0014.2475 PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS
3.1.90.04.00 277 Contratação por Tempo Determinado 2.098,81
2.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência 2.098,81
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
02.07.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 Saude
10.301 Atencao Basica
10.301.0018 PROG ASSIS AMB E SAÚDE COMUNITÁRIA - AB
10.301.0018.2075 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PSF
3.3.90.30.00 328 Material de Consumo 204,00
2.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS 204,00
10.301.0018.2472 PAGATO PESSOAL E ENCARGOS - CEO
3.1.90.11.00 333 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 38.510,52
2.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS 38.510,52
3.1.90.13.00 334 Obrigações Patronais 7.766,30

3.1.90.16.00 335 Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil 463,89
2.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS 463,89
3.3.90.08.00 336 Outros Benefícios Assistenciais 224,68
2.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS 224,68
3.3.90.46.00 337 Auxílio-alimentação 601,92
2.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS 601,92
10.302 Assist. Hospitalar e Ambulatorial
10.302.0022 ATEND DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
10.302.0022.2555 PROGRAMA CUIDAR NA HORA CERTA
3.1.90.04.00 434 Contratação por Tempo Determinado 13.634,40
2.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS 13.634,40
3.3.90.46.00 435 Auxílio-alimentação 769,12
2.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS 769,12
10.305 Vigilancia Epidemiologica
10.305.0024 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
10.305.0024.2087 INTENSIFICACAO PLANO ATEN MUN-DST/AIDS
3.1.90.11.00 444 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 15.602,04
2.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS 15.602,04
3.1.90.13.00 445 Obrigações Patronais 3.681,66
2.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS 3.681,66
3.3.90.46.00 449 Auxílio-alimentação 769,12
2.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS 769,12
02.08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO-SEMED
02.08.01 ADMINISTRACAO GERAL DA SEMED
12 Educacao
12.361 Ensino Fundamental
12.361.0020 TRANSPORTE ESCOLAR
12.361.0020.2134 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.39.00 470 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 33.188,76
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 33.188,76
02.08.03 EDUCACAO BASICA - R. VINCULADOS
12 Educacao
12.361 Ensino Fundamental
12.361.0026 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA
12.361.0026.2550 PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
3.3.90.36.00 545 Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física 4.646,85
2.569.000.0000 Outras Transferências de Recursos do 4.646,85
02.11 SECRETARIA MUNIC.DE CULTURA E PATRIMONIO
02.11.05 DESENVOLVIMENTO DA CULTURA
13 Cultura
13.392 Difusao Cultural
13.392.0042 DESENVOLVIMENTO CULTURAL
13.392.0042.2182 REALIZACAO EVENTOS E FESTIVIDADES TRADIC
3.3.90.39.00 656 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 10.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 10.000,00
02.15 SECRETARIA MUN. DE MOB.URB. E TRANSPORTE
02.15.01 SECRETARIA MUN. DE MOB.URB. E TRANSPORTE
26 Transporte

26.453 Transportes Coletivos Urbanos
26.453.0008 TRAFEGO URBANO
26.453.0008.2442 CONCESSÃO SUBSIDIO TRANSPORTE PÚBLICO
3.3.90.39.00 766 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 942.471,90
2.501.000.0000 Outros Recursos não Vinculados 942.471,90
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
02.10.01 ADMINISTRACAO GERAL DA SEMAM
17 Saneamento
17.512 Saneamento Basico Urbano

17.512.0032 MANUTENCAO DA LIMPEZA PUBLICA
17.512.0032.2165 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - SLU
3.1.90.04.00 877 Contratação por Tempo Determinado 16.897,12
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 16.897,12
18 Gestao Ambiental
18.122 Administracao Geral
18.122.0031 ADMINISTRACAO GERAL DA SEMAM
18.122.0031.2163 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS SEMAM
3.1.90.04.00 880 Contratação por Tempo Determinado 5.568,91
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 5.568,91
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
02.07.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 Saude
10.305 Vigilancia Epidemiologica
10.305.0024 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
10.305.0024.2087 INTENSIFICACAO PLANO ATEN MUN-DST/AIDS
3.1.90.16.00 895 Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil 2.390,22
2.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS 2.390,22
02.03 SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANO
02.03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANO
04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0004 ADMINIST. GERAL DA SRH
04.122.0004.2014 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - SRH
3.1.90.04.00 896 Contratação por Tempo Determinado 2.664,01
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 2.664,01
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
02.07.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 Saude
10.301 Atencao Basica
10.301.0018 PROG ASSIS AMB E SAÚDE COMUNITÁRIA - AB
10.301.0018.2562 PROGRAMA SAUDE RIO DOCE - ATENÇÃO BASICA
3.3.90.46.00 899 Auxílio-alimentação 769,12
2.600.069.0000 Transf SUS Gov Fed Bl Manut - Acordo 769,12
02.15 SECRETARIA MUN. DE MOB.URB. E TRANSPORTE
02.15.01 SECRETARIA MUN. DE MOB.URB. E TRANSPORTE
26 Transporte
26.452 Servicos Urbanos
26.452.0008 TRAFEGO URBANO

26.452.0008.2012 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS-DEMUTRAN
3.1.90.04.00 900 Contratação por Tempo Determinado 6.895,88
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 6.895,88
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
02.07.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 Saude
10.305 Vigilancia Epidemiologica
10.305.0024 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
10.305.0024.2564 PROG. SAUDE RIO DOCE-VIGILANCIA EM SAÚDE
3.1.90.04.00 930 Contratação por Tempo Determinado 11.898,02
2.600.069.0000 Transf SUS Gov Fed Bl Manut - Acordo 11.898,02
3.3.90.46.00 931 Auxílio-alimentação 1.136,96
2.600.069.0000 Transf SUS Gov Fed Bl Manut - Acordo 1.136,96
TOTAL: R$ 1.323.511,29
Artigo 2º - Para Atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-a como recurso o abaixo descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da Lei 4320/64.
Por Superavit Financeiro, no valor de R$ 1.323.511,29

Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário, entra este Decreto em vigor, na data de sua publicação.

PONTE NOVA, 29 DE JULHO DE 2026

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

CONSOLAÇÃO DE FREITAS SILVA PAULA
Secretaria Mun.de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:38CC0007

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO 14892

DECRETO No:14892/2026

ABRE CREDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR

O PREFEITO MUNICIPAL de PONTE NOVA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei No 4320/64 e, Lei Municipal Nº 4904 / 2025
CONSIDERANDO:
O que estabelece inciso I, do art. 5° da lei municipal 4904/2025, fica o poder executivo autorizado a: I abrir créditos suplementares, respeitadas as demais prescricções constitucionais, e nos termos da Lei federal n° 4.320/1964 até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do orçamento, por anulação parcial ou total de dotações.
DECRETA:
Artigo 1º - Ficam abertos creditos Adicionais SUPLEMENTARES para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
02.02.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0003 ADMINIST. GERAL DA SECRETARIA DE GOVERNO
04.122.0003.0005 MANUTENCAO DO CONVENIO POLICIA MILITAR
3.3.90.39.00 077 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 100,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 100,00
04.122.0003.2007 MANUTENCAO DA SEGOV
3.3.90.36.00 088 Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física 4.863,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 4.863,00
04.122.0003.2008 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - SEGOV
3.1.90.04.00 091 Contratação por Tempo Determinado 32.102,97
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 32.102,97
02.04 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
02.04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
04 Administracao
04.123 Administracao Financeira
04.123.0005 ADMINIST. GERAL DE RECEITAS E DESPESAS
04.123.0005.2019 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - SEMFA
3.3.90.08.00 138 Outros Benefícios Assistenciais 970,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 970,00
02.06 SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO
02.06.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08 Assistencia Social
08.241 Assistencia a Pessoa Idosa
08.241.0011 ASSISTENCIA AO IDOSO
08.241.0011.2556 PAGAMENTO DO PESSOAL DO ILPI
3.3.90.46.00 199 Auxílio-alimentação 11.170,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 11.170,00
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
02.07.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 Saude
10.122 Administracao Geral
10.122.0017 ADMINISTRACAO GERAL DO FUNDO M. DE SAUDE
10.122.0017.2065 MANUTENCAO DA FROTA DO FMS
3.3.90.30.00 305 Material de Consumo 95.715,00

1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 95.715,00
10.301 Atencao Basica
10.301.0018 PROG ASSIS AMB E SAÚDE COMUNITÁRIA - AB

10.301.0018.2074 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - PACS
3.1.90.04.00 324 Contratação por Tempo Determinado 405.323,74
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 405.323,74
10.301.0018.2504 PAGAMENTO DE PESSOAL/ENC. PISO AT.BASICA
3.1.90.04.00 342 Contratação por Tempo Determinado 288.653,87
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 288.653,87
10.301.0018.2529 RESOLUÇOES SES/MG - AT.BASICA
3.3.90.30.00 355 Material de Consumo 1.842,00
1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS 1.842,00
10.302 Assist. Hospitalar e Ambulatorial
10.302.0021 ASSIST. AMBUL. MEDIA COMPLEXIDADE - REDE
10.302.0021.2068 PAG PESSOAL E ENCARGOS-CONT E AVALIAÇÃO
3.1.90.04.00 380 Contratação por Tempo Determinado 7.737,69
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 7.737,69
10.302.0021.2098 MANUTENÇÃO DO LABORATORIO CENTRAL
3.3.90.30.00 394 Material de Consumo 2.196,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 2.196,00
10.302.0022 ATEND DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
10.302.0022.2104 ATEND DA MEDIA/ALTA COMPLEXIDADE-FAEC
3.3.90.39.00 426 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 10.000,00
1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS 10.000,00
10.305 Vigilancia Epidemiologica
10.305.0024 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
10.305.0024.2117 PAG PESSOAL ENCARGOS VIG EPIDEMIOLOGICA
3.1.90.04.00 455 Contratação por Tempo Determinado 92.573,79
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 92.573,79
02.08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO-SEMED
02.08.01 ADMINISTRACAO GERAL DA SEMED
12 Educacao
12.361 Ensino Fundamental
12.361.0020 TRANSPORTE ESCOLAR
12.361.0020.2134 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.39.00 470 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 79.058,42
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 79.058,42
02.08.02 EDUCACAO BASICA - 25%
12 Educacao
12.365 Educacao Infantil
12.365.0046 PRÉ ESCOLA
12.365.0046.2138 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS DA EI
3.1.90.04.00 510 Contratação por Tempo Determinado 17.992,35
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 17.992,35
12.367 Educacao Especial
12.367.0028 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
12.367.0028.2518 PAGAMENTO DO PESSOAL DO CAEDES
3.1.90.04.00 529 Contratação por Tempo Determinado 424.266,91

1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 424.266,91
02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLV. RURA
02.09.01 ADMINISTRACAO GERAL DA SEDRU
20 Agricultura
20.122 Administracao Geral
20.122.0027 ADMINISTRACAO GERAL DA SEDRU
20.122.0027.2155 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - SEDRU
3.1.90.04.00 573 Contratação por Tempo Determinado 15.375,13
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 15.375,13
3.1.90.16.00 576 Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil 4.690,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 4.690,00
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
02.10.01 ADMINISTRACAO GERAL DA SEMAM
17 Saneamento
17.512 Saneamento Basico Urbano
17.512.0032 MANUTENCAO DA LIMPEZA PUBLICA
17.512.0032.2165 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - SLU
3.1.90.16.00 595 Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil 12.222,67
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 12.222,67
18 Gestao Ambiental
18.122 Administracao Geral
18.122.0031 ADMINISTRACAO GERAL DA SEMAM
18.122.0031.2162 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEMAM
3.3.90.30.00 602 Material de Consumo 7.488,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 7.488,00
18.122.0031.2163 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS SEMAM
3.1.90.16.00 608 Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil 7.515,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 7.515,00
02.11 SECRETARIA MUNIC.DE CULTURA E PATRIMONIO
02.11.03 DIFUSAO CULTURAL
13 Cultura
13.392 Difusao Cultural
13.392.0039 DIFUSAO CULTURAL
13.392.0039.2406 MAN.O DO FUNDO MUNICIPAL DE PATRIMONIO
3.3.90.39.00 649 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 11.665,44
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 11.665,44
02.11.06 DESENVOLVIMENTO CULTURAL
13 Cultura
13.392 Difusao Cultural
13.392.0042 DESENVOLVIMENTO CULTURAL
13.392.0042.2183 MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
3.3.90.48.00 659 Outros Auxílios Financ. Pessoas Físicas 20.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 20.000,00
13.392.0042.2507 ACOES EMERG. COVID 19 - LEI ALDIR BLANC
3.3.50.41.00 660 Contribuições 46.400,00
1.719.000.0000 Transf.Pol. Nac Aldir Blanc Fomento 46.400,00
02.12 SECRET. MUNIC. DE DESENV.ECON. URBANISMO
02.12.01 SECRET. MUNIC. DE DESENV.ECON. URBANISMO

04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0045 DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
04.122.0045.2184 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEDEURB
3.3.90.36.00 671 Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física 11.347,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 11.347,00
02.13 SECRETARIA MUNIC. ESPORTE, LAZER E JUVE
02.13.02 DESPORTO AMADOR
27 Desporto e Lazer
27.812 Desporto Comunitario
27.812.0040 DESPORTO AMADOR E PROFISSIONAL
27.812.0040.2179 MANUT. DO DESPORTO AMADOR E PROFISSIONAL
3.3.90.39.00 723 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 50.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 50.000,00
02.15 SECRETARIA MUN. DE MOB.URB. E TRANSPORTE
02.15.01 SECRETARIA MUN. DE MOB.URB. E TRANSPORTE
04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0008 TRAFEGO URBANO
04.122.0008.2553 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - SEMUT
3.1.90.16.00 745 Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil 9.164,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 9.164,00
3.3.90.08.00 746 Outros Benefícios Assistenciais 899,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 899,00
3.3.90.46.00 747 Auxílio-alimentação 12.156,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 12.156,00
04.122.0008.2554 MAN E DESENVOLV. DAS ATIVIDADES DA SEMUT
3.3.90.39.00 750 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 600,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 600,00

26 Transporte
26.452 Servicos Urbanos
26.452.0008 TRAFEGO URBANO
26.452.0008.2011 MAN. DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE URBANA
3.3.90.39.00 759 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 210,00
1.752.000.0000 Recursos Vinculados ao Trânsito 210,00
02.06 SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABI
02.06.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08 Assistencia Social
08.241 Assistencia a Pessoa Idosa
08.241.0011 ASSISTENCIA AO IDOSO
08.241.0011.2556 PAGAMENTO DO PESSOAL DO ILPI
3.1.90.04.00 882 Contratação por Tempo Determinado 71.031,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 71.031,00
02.08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO-SEMED
02.08.04 EDUCACAO BASICA - FUNDEB
12 Educacao
12.365 Educacao Infantil
12.365.0046 PRÉ ESCOLA

12.365.0046.2153 PAG DE PESSOAL E ENCARGOS DA EI - FUNDEB
3.1.90.16.00 883 Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil 3.681,00
1.540.000.0000 Transferências do FUNDEB - Impostos / 3.681,00
02.06 SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABI
02.06.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08 Assistencia Social
08.241 Assistencia a Pessoa Idosa
08.241.0011 ASSISTENCIA AO IDOSO
08.241.0011.2556 PAGAMENTO DO PESSOAL DO ILPI
3.1.90.16.00 884 Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil 7.623,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 7.623,00
08.245 Serviços Socioassistenciais
08.245.0074 BLOCO DA PROT. SOCIAL ESP. - ALTA COMPL
08.245.0074.2070 PROGRAMA FAMILIA ACOLHEDORA
3.1.90.11.00 885 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 4.123,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 4.123,00
3.1.90.13.00 886 Obrigações Patronais 875,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 875,00
02.12 SECRET. MUNIC. DE DESENV.ECON. URBANISMO
02.12.01 SECRET. MUNIC. DE DESENV.ECON. URBANISMO
04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0045 DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
04.122.0045.2185 PAGAMENTO PESSOAL E ENCARDOS DA SEDEURB
3.1.90.04.00 901 Contratação por Tempo Determinado 3.225,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 3.225,00
02.05 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
02.05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0006 ADM. GERAL DA SECRETARIA OBRAS
04.122.0006.2021 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEMOB
3.3.90.36.00 920 Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física 1.569,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.569,00
02.04 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
02.04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
04 Administracao
04.123 Administracao Financeira
04.123.0005 ADMINIST. GERAL DE RECEITAS E DESPESAS
04.123.0005.2018 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEMFA
3.3.90.36.00 921 Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física 3.242,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 3.242,00
02.08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO-SEMED
02.08.04 EDUCACAO BASICA - FUNDEB
12 Educacao
12.361 Ensino Fundamental
12.361.0044 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0044.2149 PAG. DE PESSOAL E ENCARGOS - EF FUNDEB

3.3.90.36.00 928 Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física 18.317,30
1.540.000.0000 Transferências do FUNDEB - Impostos / 18.317,30
TOTAL DOS CRÉDITOS: R$ 1.797.984,28

Artigo 2º - Para Atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-a como recurso o abaixo descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da Lei 4320/64:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.01 GABINETE DO PREFEITO
02.01.01 ADMINISTRACAO DO GABINETE
04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0001 ADMINISTRACAO DO GABINETE DO PREFEITO
04.122.0001.2002 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS-GABINETE
3.1.90.11.00 054 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 31.572,23
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 31.572,23
02.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
02.02.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0003 ADMINIST. GERAL DA SECRETARIA DE GOVERNO
04.122.0003.2007 MANUTENCAO DA SEGOV
3.3.90.92.00 090 Despesas de Exercícios Anteriores 5.393,74
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 5.393,74
28 Encargos Especiais
28.846 Outros Encargos Especiais
28.846.0000 OPERACAO ESPECIAL
28.846.0000.0003 CONTRIBUICOES A AMM
3.3.50.41.00 115 Contribuições 100,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 100,00
02.04 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
02.04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
04 Administracao
04.123 Administracao Financeira
04.123.0005 ADMINIST. GERAL DE RECEITAS E DESPESAS
04.123.0005.2018 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEMFA
3.3.90.35.00 131 Serviços de Consultoria 3.242,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 3.242,00
04.123.0005.2019 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - SEMFA
3.1.90.16.00 137 Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil 970,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 970,00
02.05 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
02.05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0006 ADM. GERAL DA SECRETARIA OBRAS
04.122.0006.2021 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEMOB

3.3.20.93.00 151 Indenizações e Restituições 1.569,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.569,00
02.06 SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABI
02.06.01 ADMINISTRACAO GERAL DA SEMASH
08 Assistencia Social
08.122 Administracao Geral
08.122.0010 ADMINISTRACAO GERAL DA SEMASH
08.122.0010.2029 PAG. DE PESSOAL E ENCARGOS DA SEMASH
3.1.90.04.00 181 Contratação por Tempo Determinado 113.530,80
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 113.530,80
02.06.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08 Assistencia Social
08.241 Assistencia a Pessoa Idosa
08.241.0011 ASSISTENCIA AO IDOSO
08.241.0011.2556 PAGAMENTO DO PESSOAL DO ILPI

3.1.90.11.00 197 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 71.031,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 71.031,00
08.245 Serviços Socioassistenciais
08.245.0072 BLOCO DA PROTECAO SOCIAL BASICA
08.245.0072.2381 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS DO SCFV
3.1.90.04.00 215 Contratação por Tempo Determinado 100.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 100.000,00
3.3.90.46.00 216 Auxílio-alimentação 12.621,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 12.621,00
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
02.07.01 ADMINISTRACAO GERAL DA SEMSA
10 Saude
10.122 Administracao Geral
10.122.0036 GESTÃO DO CONSORCIO-CISMAPI
10.122.0036.8002 CONTRIBUICOES AO CIS-AMAPI
3.3.71.70.00 285 Rateio pela Particip. Consórcio Público 8.862,61
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 8.862,61
3.3.72.39.00 286 Outros Serv. Terceiros -Pessoa Jurídica 95.887,46
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 95.887,46
02.07.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 Saude
10.122 Administracao Geral
10.122.0017 ADMINISTRACAO GERAL DO FUNDO M. DE SAUDE
10.122.0017.2063 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FMS
4.4.90.52.00 299 Equipamento e Material Permanente 2.196,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 2.196,00
10.122.0017.2064 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - FMS
3.1.90.04.00 300 Contratação por Tempo Determinado 55.193,27
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 55.193,27
3.1.90.11.00 301 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 441.198,29
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 441.198,29
10.301 Atencao Basica
10.301.0018 PROG ASSIS AMB E SAÚDE COMUNITÁRIA - AB

10.301.0018.2073 PAG PESSOAL E ENCARGOS PSF SAUDE BUCAL
3.3.90.46.00 323 Auxílio-alimentação 64.864,72
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 64.864,72
10.301.0062 ASSISTENCIA FARMACEUTICA
10.301.0062.2371 MAN DAS ATIVIDADES DA FARMÁCIA MINAS
3.3.90.30.00 377 Material de Consumo 1.842,00
1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS 1.842,00
10.302 Assist. Hospitalar e Ambulatorial
10.302.0021 ASSIST. AMBUL. MEDIA COMPLEXIDADE - REDE
10.302.0021.2369 MAN UNIDADES ATEND MEDIA/ALTA COMPLEXID
3.3.90.39.00 408 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 10.000,00
1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS 10.000,00
10.302.0022 ATEND DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
10.302.0022.2066 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO TFD - RP
3.3.90.93.00 422 Indenizações e Restituições 2.962,94
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 2.962,94
10.305 Vigilancia Epidemiologica
10.305.0024 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
10.305.0024.2087 INTENSIFICACAO PLANO ATEN MUN-DST/AIDS
3.3.90.30.00 447 Material de Consumo 8.464,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 8.464,00
10.305.0024.2116 MAN ACOES DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
3.3.90.30.00 452 Material de Consumo 10.210,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 10.210,00
02.08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO-SEMED
02.08.02 EDUCACAO BASICA - 25%
12 Educacao
12.122 Administracao Geral
12.122.0025 ADMINISTRACAO GERAL DA SEMED
12.122.0025.2127 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEMED
3.3.90.93.00 481 Indenizações e Restituições 100,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 100,00
12.361 Ensino Fundamental
12.361.0044 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0044.2135 MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL
4.4.90.52.00 498 Equipamento e Material Permanente 34.355,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 34.355,00
12.365 Educacao Infantil
12.365.0046 PRÉ ESCOLA
12.365.0046.2137 MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL
3.3.91.39.00 508 Outros Serv. Terceiros -Pessoa Jurídica 20.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 20.000,00
12.365.0046.2138 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS DA EI
3.1.90.11.00 511 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 442.259,26
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 442.259,26
12.365.0049 CRECHE
12.365.0049.2538 MANUTENCAO EDUCACAO INFANTIL - CRECHE
4.4.90.52.00 519 Equipamento e Material Permanente 24.603,42

1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 24.603,42
02.08.04 EDUCACAO BASICA - FUNDEB
12 Educacao
12.365 Educacao Infantil
12.365.0046 PRÉ ESCOLA
12.365.0046.2153 PAG DE PESSOAL E ENCARGOS DA EI - FUNDEB
3.1.90.04.00 558 Contratação por Tempo Determinado 21.998,30
1.540.000.0000 Transferências do FUNDEB - Impostos / 21.998,30
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
02.10.01 ADMINISTRACAO GERAL DA SEMAM
18 Gestao Ambiental
18.542 Controle Ambiental
18.542.0034 GESTAO, CONSERVACAO E PRESERV. AMBIENTAL
18.542.0034.2520 BEM-ESTAR ANIMAL
3.3.90.39.00 622 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 39.775,80
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 39.775,80
02.11 SECRETARIA MUNIC.DE CULTURA E PATRIMONIO
02.11.01 ADMINISTRACAO GERAL DA SEMCT
13 Cultura
13.122 Administracao Geral
13.122.0037 ADMINISTRACAO GERAL DA SEMCT
13.122.0037.2170 PAGAMENTO PESSOAL E ENCARGOS DA SECULT
3.1.90.11.00 634 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 10.063,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 10.063,00
02.11.03 DIFUSAO CULTURAL
13 Cultura
13.392 Difusao Cultural
13.392.0039 DIFUSAO CULTURAL
13.392.0039.2406 MAN.O DO FUNDO MUNICIPAL DE PATRIMONIO
4.4.90.51.00 651 Obras e Instalações 8.860,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 8.860,00
4.4.90.52.00 652 Equipamento e Material Permanente 2.805,44
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 2.805,44
02.11.06 DESENVOLVIMENTO CULTURAL
13 Cultura
13.392 Difusao Cultural
13.392.0042 DESENVOLVIMENTO CULTURAL
13.392.0042.2183 MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
3.3.50.41.00 658 Contribuições 20.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 20.000,00

13.392.0042.2507 ACOES EMERG. COVID 19 - LEI ALDIR BLANC
3.3.90.36.00 662 Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física 16.400,00
1.719.000.0000 Transf.Pol. Nac Aldir Blanc Fomento 16.400,00
3.3.90.48.00 665 Outros Auxílios Financ. Pessoas Físicas 30.000,00
1.719.000.0000 Transf.Pol. Nac Aldir Blanc Fomento 30.000,00
02.12 SECRET. MUNIC. DE DESENV.ECON. URBANISMO
02.12.01 SECRET. MUNIC. DE DESENV.ECON. URBANISMO
04 Administracao

04.122 Administracao Geral
04.122.0045 DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
04.122.0045.2184 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEDEURB
4.4.90.52.00 675 Equipamento e Material Permanente 3.225,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 3.225,00
02.13 SECRETARIA MUNIC. ESPORTE, LAZER E JUVE
02.13.01 ADMINISTRACAO GERAL DA SEMEJ
27 Desporto e Lazer
27.122 Administracao Geral
27.122.0059 ADMINISTRACAO GERAL DA SEMEJ
27.122.0059.2180 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - SEMEJ
3.1.90.04.00 708 Contratação por Tempo Determinado 18.862,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 18.862,00
02.13.02 DESPORTO AMADOR
27 Desporto e Lazer
27.812 Desporto Comunitario
27.812.0040 DESPORTO AMADOR E PROFISSIONAL
27.812.0040.2394 PROG INCENTIVO AO ESPORTE PONTENOVENSE
3.3.90.48.00 727 Outros Auxílios Financ. Pessoas Físicas 50.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 50.000,00
02.15 SECRETARIA MUN. DE MOB.URB. E TRANSPORTE
02.15.01 SECRETARIA MUN. DE MOB.URB. E TRANSPORTE
04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0008 TRAFEGO URBANO
04.122.0008.2554 MAN E DESENVOLV. DAS ATIVIDADES DA SEMUT
3.3.90.14.00 748 Diárias - Pessoal Civil 333,45
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 333,45
4.4.90.52.00 752 Equipamento e Material Permanente 12.422,55
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 12.422,55
26 Transporte
26.452 Servicos Urbanos
26.452.0008 TRAFEGO URBANO
26.452.0008.2011 MAN. DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE URBANA
4.4.90.51.00 762 Obras e Instalações 210,00
1.752.000.0000 Recursos Vinculados ao Trânsito 210,00
TOTAL: R$ 1.797.984,28
Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário, entra este Decreto em vigor, na data de sua publicação.

PONTE NOVA, 29 DE JULHO DE 2026

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

CONSOLAÇÃO DE FREITAS SILVA PAULA
Secretaria Mun.de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:301050C9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO14893

DECRETO Nº 14893, DE 29 DE JULHO DE 2026

TRANSPÕE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA.

Que há autorização prévia para realização de transposição de dotações ao orçamento de 2026, conforme Lei de Diretrizes - LDO nº 4856/2025
DECRETA:
Art. 1º - Fica realizada a transposição no valor de R$ 2.490.825,20 a(s) seguintes dotações orçamentárias:
Ficha.....: 342
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 301 - Atencao Basica
Programa.....: 0018 - PROG ASSIS AMB E SAÚDE COMUNITÁRIA - AB
Projeto Atividade.: 2504 - PAGAMENTO DE PESSOAL/ENC. PISO AT.BASICA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

Valor do Lançamento: R$ 35.581,00
Ficha.....: 342
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 301 - Atencao Basica
Programa.....: 0018 - PROG ASSIS AMB E SAÚDE COMUNITÁRIA - AB
Projeto Atividade.: 2504 - PAGAMENTO DE PESSOAL/ENC. PISO AT.BASICA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Valor do Lançamento: R$ 26.014,00
Ficha.....: 342
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 301 - Atencao Basica
Programa.....: 0018 - PROG ASSIS AMB E SAÚDE COMUNITÁRIA - AB
Projeto Atividade.: 2504 - PAGAMENTO DE PESSOAL/ENC. PISO AT.BASICA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Valor do Lançamento: R$ 495.304,45
Ficha.....: 342
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 301 - Atencao Basica
Programa.....: 0018 - PROG ASSIS AMB E SAÚDE COMUNITÁRIA - AB
Projeto Atividade.: 2504 - PAGAMENTO DE PESSOAL/ENC. PISO AT.BASICA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Valor do Lançamento: R$ 3.092,93
Ficha.....: 153
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

SubUnidade.....: 02.05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Função.....: 04 - Administracao
Sub-Função.....: 122 - Administracao Geral
Programa.....: 0006 - ADM. GERAL DA SECRETARIA OBRAS
Projeto Atividade.: 2021 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEMOB
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Valor do Lançamento: R$ 15.000,00
Ficha.....: 426

Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial
Programa.....: 0022 - ATEND DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2104 - ATEND DA MEDIA/ALTA COMPLEXIDADE-FAEC
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor do Lançamento: R$ 900.000,00
Ficha.....: 426
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial
Programa.....: 0022 - ATEND DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2104 - ATEND DA MEDIA/ALTA COMPLEXIDADE-FAEC
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor do Lançamento: R$ 910.000,00
Ficha.....: 407
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL

Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial
Programa.....: 0021 - ASSIST. AMBUL. MEDIA COMPLEXIDADE - REDE
Projeto Atividade.: 2369 - MAN UNIDADES ATEND MEDIA/ALTA COMPLEXID
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Valor do Lançamento: R$ 4.361,00
Ficha.....: 252
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.06 - SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABI
SubUnidade.....: 02.06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função.....: 08 - Assistencia Social
Sub-Função.....: 245 - Serviços Socioassistenciais
Programa.....: 0074 - BLOCO DA PROT. SOCIAL ESP. - ALTA COMPL
Projeto Atividade.: 2051 - PAGAMENTO PESSOAL E ENCARGOS DA UAI
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Valor do Lançamento: R$ 33.000,00
Ficha.....: 252
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.06 - SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABI

SubUnidade.....: 02.06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função.....: 08 - Assistencia Social
Sub-Função.....: 245 - Serviços Socioassistenciais
Programa.....: 0074 - BLOCO DA PROT. SOCIAL ESP. - ALTA COMPL
Projeto Atividade.: 2051 - PAGAMENTO PESSOAL E ENCARGOS DA UAI
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Valor do Lançamento: R$ 2.631,82
Ficha.....: 380
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial
Programa.....: 0021 - ASSIST. AMBUL. MEDIA COMPLEXIDADE - REDE
Projeto Atividade.: 2068 - PAG PESSOAL E ENCARGOS-CONT E AVALIAÇÃO
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Valor do Lançamento: R$ 9.804,00
Ficha.....: 459
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 305 - Vigilancia Epidemiologica
Programa.....: 0024 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
Projeto Atividade.: 2117 - PAG PESSOAL ENCARGOS VIG EPIDEMIOLOGICA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais
Valor do Lançamento: R$ 787,00
Ficha.....: 484
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO-SEMED
SubUnidade.....: 02.08.02 - EDUCACAO BASICA - 25%
Função.....: 12 - Educacao
Sub-Função.....: 122 - Administracao Geral
Programa.....: 0025 - ADMINISTRACAO GERAL DA SEMED
Projeto Atividade.: 2128 - PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - SEMED
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Valor do Lançamento: R$ 20.000,00
Ficha.....: 484
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL

Unidade.....: 02.08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO-SEMED
SubUnidade.....: 02.08.02 - EDUCACAO BASICA - 25%
Função.....: 12 - Educacao

Sub-Função.....: 122 - Administracao Geral
Programa.....: 0025 - ADMINISTRACAO GERAL DA SEMED
Projeto Atividade.: 2128 - PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - SEMED
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Valor do Lançamento: R$ 35.249,00
Art. 2º - A transposição no valor de R$ 2.490.825,20 decorreu da seguintes dotações orçamentárias:
Ficha.....: 348
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 301 - Atencao Basica
Programa.....: 0018 - PROG ASSIS AMB E SAÚDE COMUNITÁRIA - AB
Projeto Atividade.: 2505 - MANUTENCAO DA ATENCAO BASICA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Valor do Lançamento: R$ 35.581,00
Ficha.....: 350
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL

Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 301 - Atencao Basica
Programa.....: 0018 - PROG ASSIS AMB E SAÚDE COMUNITÁRIA - AB
Projeto Atividade.: 2505 - MANUTENCAO DA ATENCAO BASICA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor do Lançamento: R$ 26.014,00
Ficha.....: 350
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 301 - Atencao Basica
Programa.....: 0018 - PROG ASSIS AMB E SAÚDE COMUNITÁRIA - AB
Projeto Atividade.: 2505 - MANUTENCAO DA ATENCAO BASICA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor do Lançamento: R$ 495.304,45
Ficha.....: 350
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 301 - Atencao Basica
Programa.....: 0018 - PROG ASSIS AMB E SAÚDE COMUNITÁRIA - AB
Projeto Atividade.: 2505 - MANUTENCAO DA ATENCAO BASICA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor do Lançamento: R$ 3.092,93
Ficha.....: 163
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
SubUnidade.....: 02.05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Função.....: 04 - Administracao
Sub-Função.....: 122 - Administracao Geral
Programa.....: 0006 - ADM. GERAL DA SECRETARIA OBRAS
Projeto Atividade.: 2023 - MANUTENCAO DA FROTA DA SEMOB
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Valor do Lançamento: R$ 15.000,00
Ficha.....: 423
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial
Programa.....: 0022 - ATEND DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2103 - ATEND DE MEDIA/ALTA COMPLEXIDADE-SIASIH
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.50.00.00 - Transf.Instit.Privadas S/Fins Lucrativos
Elemento Despesa..: 3.3.50.41.00 - Contribuições
Valor do Lançamento: R$ 900.000,00
Ficha.....: 423
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial
Programa.....: 0022 - ATEND DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2103 - ATEND DE MEDIA/ALTA COMPLEXIDADE-SIASIH
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.50.00.00 - Transf.Instit.Privadas S/Fins Lucrativos
Elemento Despesa..: 3.3.50.41.00 - Contribuições
Valor do Lançamento: R$ 910.000,00
Ficha.....: 395
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial
Programa.....: 0021 - ASSIST. AMBUL. MEDIA COMPLEXIDADE - REDE
Projeto Atividade.: 2098 - MANUTENÇÃO DO LABORATORIO CENTRAL
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor do Lançamento: R$ 4.361,00
Ficha.....: 209
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL

Unidade.....: 02.06 - SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABI
SubUnidade.....: 02.06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função.....: 08 - Assistencia Social
Sub-Função.....: 245 - Serviços Socioassistenciais
Programa.....: 0072 - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL BASICA
Projeto Atividade.: 0061 - SUBVENCOES SOCIAIS E ASSISTENCIAIS
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.50.00.00 - Transf.Instit.Privadas S/Fins Lucrativos
Elemento Despesa..: 3.3.50.43.00 - Subvenções Sociais
Valor do Lançamento: R$ 33.000,00
Ficha.....: 248
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.06 - SECRETARIA MUNIC. ASSIST. SOCIAL E HABI
SubUnidade.....: 02.06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função.....: 08 - Assistencia Social
Sub-Função.....: 245 - Serviços Socioassistenciais

Programa.....: 0074 - BLOCO DA PROT. SOCIAL ESP. - ALTA COMPL
Projeto Atividade.: 2050 - MANUTENÇÃO DA UAI DE VOLTA PARA CASA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Valor do Lançamento: R$ 2.631,82
Ficha.....: 434
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial
Programa.....: 0022 - ATEND DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto Atividade.: 2555 - PROGRAMA CUIDAR NA HORA CERTA
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Valor do Lançamento: R$ 9.804,00
Ficha.....: 447
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SubUnidade.....: 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função.....: 10 - Saude
Sub-Função.....: 305 - Vigilancia Epidemiologica
Programa.....: 0024 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA

Projeto Atividade.: 2087 - INTENSIFICACAO PLANO ATEN MUN-DST/AIDS
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Valor do Lançamento: R$ 787,00
Ficha.....: 491
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO-SEMED
SubUnidade.....: 02.08.02 - EDUCACAO BASICA - 25%
Função.....: 12 - Educacao
Sub-Função.....: 122 - Administracao Geral
Programa.....: 0025 - ADMINISTRACAO GERAL DA SEMED
Projeto Atividade.: 2129 - MANUTENCAO DOS VEICULOS FROTA DA SEMED
Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor do Lançamento: R$ 20.000,00
Ficha.....: 478
Órgão.....: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....: 02.08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO-SEMED
SubUnidade.....: 02.08.02 - EDUCACAO BASICA - 25%
Função.....: 12 - Educacao
Sub-Função.....: 122 - Administracao Geral
Programa.....: 0025 - ADMINISTRACAO GERAL DA SEMED
Projeto Atividade.: 2127 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEMED

Categoria Despesa.: 3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
Grupo Despesa.....: 3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
Modalidade Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Elemento Despesa..: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física
Valor do Lançamento: R$ 35.249,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PONTE NOVA, 29 de julho de 2026

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

CONSOLAÇÃO DE FREITAS SILVA PAULA
Secretaria Mun.de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:67277F8C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO 14937

DECRETO No 14.937/2026

Dispõe sobre a vedação à veiculação, em bens públicos municipais e em eventos promovidos ou apoiados pelo Poder Executivo Municipal, de publicidade, propaganda, promoção comercial ou patrocínio de agente operador de apostas de quota fixa – bets, bem como de plataforma de conteúdo adulto ou serviços de cunho sexual, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e tendo em vista o disposto nos arts. 30, 37, 196 e 227 da Constituição da República, no art. 4º da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e na Lei Federal nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, DECRETA:
Art. 1º– Fica vedada a veiculação, direta ou indireta, em bens públicos municipais e em eventos promovidos ou apoiados pelo Poder Executivo Municipal, de publicidade, propaganda, promoção comercial ou patrocínio de agente operador de apostas de quota fixa – bets, bem como de plataforma de conteúdo adulto ou serviços de cunho sexual.
§ 1º – A vedação de que trata o caput abrange os meios de comunicação institucional e os bens, espaços, equipamentos e estruturas cuja administração, gestão, exploração ou operação esteja sob responsabilidade do Poder Executivo Municipal ou tenha sido concedida, permitida ou autorizada, independentemente da forma de utilização ou exploração econômica.
§ 2º – Considera-se publicidade, propaganda, promoção comercial ou patrocínio:
I – instalação ou exposição de placas, painéis, faixas, banners, totens, luminosos, painéis eletrônicos ou equipamentos similares;

II – inserção de marcas ou mensagens publicitárias em telões, sistemas de sonorização ou outros meios de comunicação existentes nos equipamentos públicos;
III – naming rights ou denominação de espaços, setores ou equipamentos;
IV – ações de ativação de marca, experiências promocionais ou distribuição de materiais publicitários;
V – exploração de camarotes, espaços exclusivos ou áreas promocionais;
VI – outras formas de comunicação destinadas à divulgação, promoção ou associação de marca aos conteúdos cuja veiculação é vedada por este decreto.
§ 3º – Considera-se agente operador de apostas a pessoa jurídica que recebe autorização do Ministério da Fazenda para explorar apostas de quota fixa, nos termos do inciso X do art. 2º da Lei Federal nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023.
Art. 2º– Fica vedada a utilização de recursos públicos, direta ou indiretamente, para o custeio de publicidade, propaganda, promoção comercial ou patrocínio cuja veiculação seja vedada por este decreto.
Art. 3º– Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal adotarão as medidas administrativas necessárias ao cumprimento deste decreto, inclusive para promover a retirada imediata das veiculações em desacordo com as suas disposições.
Parágrafo único – A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbanismo supervisionará as medidas administrativas de que trata o caput, podendo estabelecer normas e diretrizes necessárias ao cumprimento deste decreto.
Art. 4º– Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, 25 de agosto de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

FERNANDA DE MAGALHÃES RIBEIRO
Secretária Municipal de Governo

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:CBC676C0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE 2O TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO Nº 115/2024. PROCESSO Nº: 063/2023 – INEXIGIBILIDADE Nº: 004/2023

Extrato de 2o Termo de Prorrogação de Contrato nº 115/2024. Processo Nº: 063/2023 – Inexigibilidade Nº: 004/2023. Objeto: Prorrogação de prazo do contrato 001/2025 para execução pela CONTRATADA de serviços de OFICINEIRO DE ARTESANATO, dentro do perímetro urbano de Ponte Nova e também Comunidades rurais, para atender aos diversos eventos e atividades do município de Ponte Nova, através da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação, pelo período de 12 meses, passando a vigorar até 11 (onze) de setembro de 2027. CONTRATADA: MAISA CRISTINA SABINO 08594950608, inscrita no CNPJ sob No 30.176.889/0001-23. Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:9952322F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2025

Extrato de Alteração de Contrato – Reequilíbrio Econômico Financeiro. Processo Licitatório nº 026/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando Extrato de alteração de Contrato, referente ao Processo Licitatório 026/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025, cujo objeto é LOCAÇÃO DE MAQUÍNA.PESADA, sendo contratada a empresa LEONARDO ANTONIO BARBOSA.

Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
(Prefeito)

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:2A0CA1F9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE ATAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 237/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2026.

Extrato de Atas Processo Licitatório nº 237/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2026. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando Extrato de Ata, referente ao Processo Licitatório 237/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2026, cujo objeto é o Registro de Preço para Futura e Eventual aquisição de implante subdérmico, sendo contratada a empresa: MSR EXPRESS MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 14.842.681/0001-40, no valor de R$ 1.005.560,00 (um milhão, cinco mil, quinhentos e sessenta reais). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
(Prefeito)

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:63EDD8EA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA301

PORTARIA Nº 301/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas no Art. 129, inciso XL da Lei Orgânica do Município,
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 8º do Decreto Municipal nº 12.805/2022,
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Resolve:
Art. 1º - Designar como fiscais e gestores do contrato ou instrumento equivalente decorrente do processo licitatório nº 237/2026, cujo objeto é o **registro de preços para futura e eventual aquisição de implante subdérmico,** os seguintes servidores:
a) Fiscal do contrato:
● Nayara Aparecida de Oliveira Moura – policlinicamiltoncampos@hotmail.com, (31) 3881-2922
b) Gestor do contrato:
● Ana Luiza Neves de Pinho – depatencaoprimaria@pontenova.mg.gov.br, (31) 3817-1120

Art. 2º - A vigência desta portaria coincidirá com a vigência contratual e suas sucessivas prorrogações, ou, ainda, enquanto perdurarem pendências relacionadas ao contrato ou instrumento equivalente;
Art. 3° - Em caso de ausência do titular, a autoridade competente, Secretário (a) Municipal requisitante, deverá informar a ausência do fiscal e/ou gestor e a indicação do substituto, para ser designado pela autoridade máxima do município.
Art. 4º - Fica garantido aos fiscais e gestores, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos contratos ou instrumentos equivalentes sob fiscalização.
Art. 5º - As atribuições de fiscalização e gestão estão previstas do Decreto Municipal nº 12.805/2022.
Art. 6º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Ponte Nova, 24 de agosto de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:780AE87E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA302

PORTARIA Nº 302/2026
O Secretário Municipal de Governo, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos do Decreto Municipal nº 11.814/2021.
Considerando o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos,
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;

Resolve:
Art. 1º - Designar como fiscal e gestor do contrato ou instrumento equivalente decorrente do processo licitatório nº189/2022 Pregão Eletrônico 134/2022, cujo objeto é Registro de Preço para Contratação de serviços de Topografia e afins, os seguintes servidores:
a) Fiscal do contrato:
● André Caetano Untaler Brum - sedeurb@pontenova.mg.gov.br
b) Gestor do contrato:
● Libânia Brito de Oliveira Carmo - sedeurb@pontenova.mg.gov.br

Art. 2º A vigência desta portaria coincidirá com a vigência contratual e suas sucessivas prorrogações, ou, ainda, enquanto perdurarem pendências relacionadas ao contrato;

Art. 3° - Em caso de ausência do titular, a autoridade gestora do contrato, Secretário (a) Municipal do Meio Ambiente, deverá informar a ausência do fiscal titular e a indicação do substituto, para ser designada pela autoridade competente do setor de licitações.

Art. 4º - Fica garantido ao Fiscal de Contratos amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Ponte Nova, 24 de agosto de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:E914DA4F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 240/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 073/2026

Retificação de Edital - Processo Licitatório nº 240/2026 – Pregão Eletrônico 073/2026. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova, juntamente com o agente de contratação, vem por meio desta "RETIFICAR" o edital do Processo Licitatório nº 240/2026 – Pregão Eletrônico 073/2026. Objeto: Aquisição de veículos destinados ao transporte escolar. Esta retificação se dá dentro dos prazos legais previstos no §1º do artigo 55 da Lei 14.133/2021, passando o certame para o dia 09/09/2026, (nove de setembro de dois mil e vinte e seis), às 09h. Tal retificação (Edital nº 240A/2026) estará disponível no site da Prefeitura no endereço www.pontenova.mg.gov.br , não obstante, serão avisados todos os possíveis participantes cadastrados no portal LICITAR (https://licitar.digital). Publique-se.

YGOR LUÍZ DA SILVA REIS
(Agente de Contratação).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:05EDDD14

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME
CONTRATO 117/2026

ATO CONTRATO
Prefeitura Municipal de Porto Firme/MG torna público Extrato do Contrato 0117/2026 Processo Licitatório nº 045/2026, Inexigibilidade nº 018/2026, tendo por objeto a locação de imóvel residencial urbano para atendimento à determinação judicial de acolhimento familiar de ROSIANY GOMES VALENTE FERREIRA. Contratado: ADÃO DE CASTRO GONÇALVES. Valor: R$7.200,00 (sete mil e duzentos reais). Vigência: 14/08/2026 à 14/08/2027.

DAT Porto Firme/MG, 21/08/2026.

ASS Renato Santana Saraiva.
CAR Prefeito Municipal.

Publicado por:
Viviane Neves Valente
Código Identificador:C5A2BCFF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 43/2026

ATO HOMOLOGAÇÃO
Prefeitura Municipal de Porto Firme/MG torna público a Homologação do Processo Licitatório nº 043/2026, Credenciamento nº 005/2026, tendo por objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS E/OU FÍSICAS PARA FINS DE EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM PRÉDIOS PÚBLICOS, LOGRADOUROS (PRAÇAS E JARDINS), PRAÇAS ESPORTIVAS (CAMPOS E QUADRAS) E EM EVENTOS DO MUNICÍPIO DE PORTO FIRME-MG, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO. Data de Homologação 11/08/2026.

Porto Firme/MG, 21/08/2026.

RENATO SANTANA SARAIVA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Viviane Neves Valente
Código Identificador:A2F5A91E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 45/2026

ATO HOMOLOGAÇÃO
Prefeitura Municipal de Porto Firme/MG torna público a Homologação e Ratificação do Processo Licitatório nº 045/2026, Inexigibilidade nº 018/2026, tendo por objeto a VIABILIZAÇÃO IMEDIATA DE MORADIA DIGNA E SEGURA PARA A FAMÍLIA DA SRA. ROSIANY GOMES VALENTE FERREIRA E SEU FILHO (W.S.V.E.), ACOMPANHADA DE SUA IRMÃ REGIANE GOMES VALENTE FERREIRA, MEDIANTE A CONCESSÃO DE ALUGUEL SOCIAL OU BENEFÍCIO PECUNIÁRIO EQUIVALENTE PARA LOCAÇÃO DO IMÓVEL RESIDENCIAL (APARTAMENTO 03, SITUADO À RUA CHIQUINHA GONZAGA, Nº 80, BAIRRO CENTRO, PORTO FIRME/MG). Contratado: ADÃO DE CASTRO GONÇALVES. Valor: R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). Data de Homologação e Ratificação 14/08/2026.

Porto Firme/MG, 21/08/2026.

RENATO SANTANA SARAIVA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Viviane Neves Valente
Código Identificador:40DDCC47

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALTO
PROCESSO 0195/2026

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO. Processo 0195/2026, Pregão eletrônico 0106/2026. A Prefeitura Municipal de Pouso Alto, Estado de Minas Gerais, através do (a) Pregoeiro (a) torna público que fará realizar Licitação, na modalidade PREGÃO - na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR VALOR GLOBAL, conforme disposto no Anexo II do Edital, com regência pela Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3/2024, cujo objeto é o registro de Preços para a eventual e parcelada execução de serviços de pavimentação, compreendendo o fornecimento e instalação de piso intertravado de concreto (tipos sextavados e 16 faces/onda) e o assentamento de guias de meio-fio, incluídos todos os materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e transporte necessários, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras Públicas em vias urbanas e rurais do Município de Pouso Alto/MG.: Inicio do recebimento das propostas e credenciamento: 25/08/2026 às 15 horas. Sessão de abertura das Propostas e lances: 08/09/2026 às 14h. Edital e informações complementares na sede da Prefeitura e nos sites www.pousoalto.mg.gov.br e www.bll.org.br–

ADRIANO RANGEL-
Secretário Municipal de Obras Públicas.

Publicado por:
Janaina Soares Fonseca
Código Identificador:C9FA7F19

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS, torna pública a abertura do Processo de Licitação nº 063/2026, Pregão Eletrônico nº 011/2026 para o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de expediente em atendimento a todas as Secretarias Municipais de Prados/MG, por menor preço por item, conforme discriminado no ANEXO I – Termo de Referência**. Abertura dia: **10/09/2026, às 09:00 horas**. Local: http://prados.pregaonet.com.br/. Edital disponível no site: www.prados.mg.gov.br. Informações somente através do e-mail: licitacao@prados.mg.gov.br.

Publicado por:
Anaeslen Riane Das Dores Gonçalves
Código Identificador:05B323C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

O Município de Prados, por intermédio da Prefeitura Municipal, situado na Rua José Silva Filho, n.º 11, inscrita no CNPJ 18.557.538/0001-67, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, torna público o interesse em contratar empresa especializada em ‘’solução educacional digital, em modalidade de licença anual, contemplando plataforma online, trilhas formativas, cursos assíncronos, biblioteca de atividades pedagógicas plugadas e desplugadas alinhadas à **BNCC Computacional**, além de suporte técnico e pedagógico presencial, relatórios de acompanhamento, painéis de gestão e materiais complementares, destinada à formação continuada de professores e ao desenvolvimento das competências digitais de estudantes da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Atendimento Educacional Especializado AEE”, conforme especificações constantes do Anexo deste aviso, cuja íntegra encontra-se disponível no site http://prados.mg.gov.br/. Com o objetivo de obter propostas adicionais mais vantajosas até o dia **31 de agosto de 2026 às 17h**. Qualquer interessado poderá encaminhar propostas de preços para o e-mail: contratos@prados.mg.gov.br.

Prados, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Lívia Carvalho de Sousa
Código Identificador:14900666

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PORTARIA Nº 10.228, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

O Prefeito Municipal de Prados, no uso de suas atribuições legais, dispõe sobre a instituição e nomeação do Comitê Municipal de Elaboração, Acompanhamento e Monitoramento do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral e dá outras providências, a qual encontra-se publicada na íntegra no site: htpp: www.prados.mg.gov.br).

Prefeitura Municipal de Prados, 24 de agosto de 2026.

RILDO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angélica Aparecida Coimbra Vale
Código Identificador:BC7CC2D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
PORTARIA Nº 10.227

Nomeia Diretor de Turismo

O Prefeito do Município de Prados, Rildo Costa, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, especialmente as que são conferidas pelo artigo 76 e artigo 92, incisos I e II da Lei Orgânica Municipal, bem como, o inciso II do artigo 12 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica nomeada, pelo Executivo Municipal, o servidor Thiago de Castro Narciso, brasileiro, solteiro, portadora da identidade nº MG-20.363.004/PCMG e CPF nº 103.533.076-88, para ocupar o cargo de Diretor de Turismo.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Prados, 24 de agosto de 2026.

RILDO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angélica Aparecida Coimbra Vale
Código Identificador:498A2852

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS, **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2026,** torna público que celebrou contrato para **Aquisição de 05 (cinco) veículos automotores novos, zero quilômetro, destinados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pratápolis/MG, com recursos oriundos das Resoluções SES/MG nº 11.042/2026 e**

nº 11.064/2026, com a empresa **ALPINIA VEÍCULOS E PEÇAS LTDA (CNPJ:** 03.926.925/0002-37**).**

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:3CF90D1C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS, **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2025,** torna público que celebrou contrato para **Aquisições futuras e parceladas de reagentes laboratoriais para o laboratório do hospital municipal (QUANTITATIVO REMANESCENTE)**, com a empresa **ARGUS CIENTIFICA LTDA (CNPJ:** 71.323.117/0001-54**).**

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:B22C1166

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS/MG, **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026,** torna público para conhecimento dos interessados que estará abrindo sessão de licitação para às **13h00min do dia 07 de setembro de 2026**. Tipo: **MELHOR PREÇO POR ITEM. Registro de preço para a aquisição futura e parcelada de materiais escolares e materiais de escritório (Item Fracassados).** Obs.: O edital está disponível nos sites https://capturame.com.br/licitacoes/6a8ca4a449e26 e https://pncp.gov.br/app/editais/18241356000182/2026/60.

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:98C14C97

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Prudente de Morais/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, com sede administrativa na Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro, Prudente de Morais/MG, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Administração e Planejamento, Sr. Braulio Henrique de Souza Pereira.
FORNECEDOR REGISTRADO: NORTEMAX COMERCIO, SUPRIMENTOS E SERVICOS LTDA, com sede administrativa localizada na Rua 06 - Vila Regina, 12, bairro Vila Sete de Setembro, CEP nº 65062-825, na cidade São Luís/MA, inscrito no CNPJ sob n.º 67.169.791/0001-59, neste ato representado pelo representante legal, Sr. (a) Aylton Dos Santos Colins, portador do CPF nº 048.459.233-51.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene, conservação e descartáveis, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Prudente de Morais/MG, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.
VALOR HOMOLOGADO/REGISTRADO: R$ 10.019,60 (dez mil e dezenove reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Prudente de Morais/MG, 13 de agosto de 2026.

Assinam Digitalmente:
BRAULIO HENRIQUE DE SOUZA PEREIRA **-**
Secretário(a) Municipal de Administração e Planejamento

AYLTON DOS SANTOS COLINS **-**
Representante Legal da Nortemax Comercio, Suprimentos e Servicos LTDA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Prudente de Morais/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, com sede administrativa na Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro, Prudente de Morais/MG, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Administração e Planejamento, Sr. Braulio Henrique de Souza Pereira.
FORNECEDOR REGISTRADO: ALIANÇA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PAPELARIA LTDA, com sede administrativa localizada na Rua Jurema, n.º 1621, bairro Providência, CEP nº 35661-148, na cidade Pará de Minas/MG, inscrito no CNPJ sob n.º 31.486.195/0001-55, neste ato representado pelo representante legal, Sr. (a) Marcelo De Souza Soares, portador do CPF nº 047.278.146-41.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene, conservação e descartáveis, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Prudente de Morais/MG, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.
VALOR HOMOLOGADO/REGISTRADO: R$ 6.038,00 (seis mil e trinta e oito reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Prudente de Morais/MG, 13 de agosto de 2026.

Assinam Digitalmente:
BRAULIO HENRIQUE DE SOUZA PEREIRA
Secretário(a) Municipal de Administração e Planejamento

MARCELO DE SOUZA SOARES **-**
Representante Legal da Aliança Comércio e Distribuição de Papelaria LTDA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Prudente de Morais/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, com sede administrativa na Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro, Prudente de Morais/MG, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Administração e Planejamento, Sr. Braulio Henrique de Souza Pereira.
FORNECEDOR REGISTRADO: SOLUÇÃO EM NEGOCIOS LTDA, com sede administrativa localizada na Rua Opala, n.º 9, bairro André Carloni, CEP nº 29161-813, na cidade Serra/ES, inscrito no CNPJ sob n.º 21.529.392/0002-31, neste ato representado pelo representante legal, Sr. (a) Juliana Claudia Ribeiro De Lacerda, portador do CPF nº 050.254.186-58.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene, conservação e descartáveis, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Prudente de Morais/MG, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.
VALOR HOMOLOGADO/REGISTRADO: R$ 197.381,85 (cento e noventa e sete mil trezentos e oitenta e um mil oitenta e cinco centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Prudente de Morais/MG, 13 de agosto de 2026.

Assinam Digitalmente:
***BRAULIO HENRIQUE DE SOUZA PEREIRA*-**
Secretário(a) Municipal de Administração e Planejamento

***JULIANA CLAUDIA RIBEIRO DE LACERDA* -**
Representante Legal da Solução em Negocios LTDA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Prudente de Morais/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, com sede administrativa na Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro, Prudente de Morais/MG, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Administração e Planejamento, Sr. Braulio Henrique de Souza Pereira.
FORNECEDOR REGISTRADO: PONTO OFFICE BRASIL LTDA, com sede administrativa localizada na Rua Benedito Valadares, n.º 375 Clinica Medica, bairro Centro, CEP nº 35660-630, na cidade de Para de Minas/MG, inscrito no CNPJ sob n.º 62.234.516/0001-58, neste ato representado pelo representante legal, Sr. (a) Marcelo De Souza Soares, portador do CPF nº 047.278.146-41.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene, conservação e descartáveis, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Prudente de Morais/MG, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.
VALOR HOMOLOGADO/REGISTRADO: R$ 3.927,00 (três mil novecentos e vinte e sete reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Prudente de Morais/MG, 13 de agosto de 2026.

Assinam Digitalmente:
***BRAULIO HENRIQUE DE SOUZA PEREIRA* -**
Secretário(a) Municipal de Administração e Planejamento

***MARCELO DE SOUZA SOARES* -**
Representante Legal da Ponto Office Brasil LTDA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Prudente de Morais/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, com sede administrativa na Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro, Prudente de Morais/MG, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Administração e Planejamento, Sr. Braulio Henrique de Souza Pereira.
FORNECEDOR REGISTRADO: PAPELARIA E DISTRIBUIDORA SULAMERICANA LTDA EPP, com sede administrativa localizada na Rua Érico Veríssimo, n.º 66, bairro São João Batista (Venda Nova), CEP nº 31520-000, na cidade de Belo Horizonte/MG, inscrito no CNPJ sob n.º 10.670.994/0001-07, neste ato representado pelo representante legal, Sr. (a) Floripes Miranda Crispim, portador do CPF nº 012.199.986-64.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene, conservação e descartáveis, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Prudente de Morais/MG, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.
VALOR HOMOLOGADO/REGISTRADO: R$ 247.485,30 (duzentos e quarenta e sete mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Prudente de Morais/MG, 13 de agosto de 2026.

Assinam Digitalmente:
***BRAULIO HENRIQUE DE SOUZA PEREIRA* -**
Secretário(a) Municipal de Administração e Planejamento

***FLORIPES MIRANDA CRISPIM*-**
Representante Legal da Papelaria e Distribuidora Sulamericana LTDA EPP

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Prudente de Morais/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, com sede administrativa na Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro, Prudente de Morais/MG, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Administração e Planejamento, Sr. Braulio Henrique de Souza Pereira.
FORNECEDOR REGISTRADO: COMERCIAL PEKER & PEKER LTDA, com sede administrativa localizada na Rua Topázio, n.º 47 Loja 1, bairro Mirante, CEP nº 35845-000, na cidade de Santana do Riacho/MG, inscrito no CNPJ sob n.º 52.924.327/0001-53, neste ato representado pelo representante legal, Sr. Antonio Jose Ferreira Floriano, portador do CPF nº 535.051.906-91.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene, conservação e descartáveis, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Prudente de Morais/MG, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.
VALOR HOMOLOGADO/REGISTRADO: R$ 10.363,10 (dez mil trezentos e sessenta e três reais e dez centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Prudente de Morais/MG, 13 de agosto de 2026.

Assinam Digitalmente:
***BRAULIO HENRIQUE DE SOUZA PEREIRA* -**
Secretário(a) Municipal de Administração e Planejamento

***ANTONIO JOSE FERREIRA FLORIANO*-**
Representante Legal da Comercial Peker & Peker LTDA

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:16D3B1AE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 213/2026
Processo Administrativo nº 110/2026
Dispensa de Licitação nº 36/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação e Cultura, Sra. Cheila Reis de Souza, doravante denominado CONTRATANTE.
CONTRATADA: CENTRO MUSICAL IVAIPORÃ LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 05.607.287/0001-36, neste ato representado pelo representante legal, Sr. Gilson Aparecido dos Santos Quintino, doravante denominada CONTRATADA.
OBJETO: Este contrato tem por objeto a aquisição de instrumentos musicais, acessórios e peças de reposição para atender as demandas da fanfarra escolar e o projeto de capoeira, conforme condições, quantitativos e especificações constantes neste instrumento e no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Valor Total: R$ 25.396,00 (vinte e cinco mil, trezentos e noventa seis reais).
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Prudente de Morais / MG, 25 de agosto de 2026.

Assinam Digitalmente:

CHEILA REIS DE SOUZA —
Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

GILSON APARECIDO DOS SANTOS QUINTINO
- Representante Legal Da Empresa Contratada

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 214/2026
Processo Administrativo nº 110/2026
Dispensa de Licitação nº 36/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação e Cultura, Sra. Cheila Reis de Souza, doravante denominado CONTRATANTE.
CONTRATADA: MARLUCIA DE CASSIA SILVA SOARES ME, inscrito no CNPJ sob n.º 40.373.596/0001-90, neste ato representado pelo representante legal, Sr.(a) Marlucia De Cassia Silva Soares, doravante denominada CONTRATADA.
OBJETO: Este contrato tem por objeto a aquisição de instrumentos musicais, acessórios e peças de reposição para atender as demandas da fanfarra escolar e o projeto de capoeira, conforme condições, quantitativos e especificações constantes neste instrumento e no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Valor Total: R$ 3.260,00 (três mil duzentos e sessenta reais).
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Prudente de Morais / MG, 25 de agosto de 2026.

Assinam Digitalmente:

CHEILA REIS DE SOUZA —
Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

MARLUCIA DE CASSIA SILVA SOARES
- Representante Legal Da Empresa Contratada

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 215/2026
Processo Administrativo nº 110/2026
Dispensa de Licitação nº 36/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação e Cultura, Sra. Cheila Reis de Souza, doravante denominado CONTRATANTE.
CONTRATADA: FERNANDES, SIQUEIRA & CIA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 07.205.839/0001-05, neste ato representado pelo representante legal, Sr.(a) Orestes Fernandes Siqueira, doravante denominada CONTRATADA.
OBJETO: Este contrato tem por objeto a aquisição de instrumentos musicais, acessórios e peças de reposição para atender as demandas da fanfarra escolar e o projeto de capoeira, conforme condições, quantitativos e especificações constantes neste instrumento e no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Valor Total: R$ 390,00 (trezentos e noventa reais).
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Prudente de Morais / MG, 25 de agosto de 2026.

Assinam Digitalmente:

CHEILA REIS DE SOUZA —
Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ORESTES FERNANDES SIQUEIRA
- Representante Legal Da Empresa Contratada

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:1DBAD84F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 213/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 213/2026
Processo Administrativo nº 110/2026
Dispensa de Licitação nº 36/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, Sra. Emiliane Alves França, doravante denominado CONTRATANTE.
CONTRATADA: CAPIXABA SAUDE SERRA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 61.561.649/0001-76, neste ato representado pelo representante legal, Sra. Rubia Rodrigues Guimaraes Almeida, doravante denominada CONTRATADA.
OBJETO: Este contrato tem por objeto a aquisição de 03 (três) estereomicroscópios binoculares com ampliação de até 80x, iluminação em LED e alimentação bivolt, destinados à Secretaria Municipal de Saúde de Prudente de Morais/MG, com a finalidade de fortalecer as ações de vigilância em saúde e as atividades laboratoriais desenvolvidas pelo Município, conforme condições, quantitativos e especificações constantes neste instrumento e no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Valor Total: R$ 5.069,70(cinco mil e sessenta e nove reais e setenta centavos).
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Prudente de Morais / MG, 18 de agosto de 2026.

Assinam digitalmente:
Emiliane Alves França — Secretaria Municipal de Saúde.
Rubia Rodrigues Guimaraes Almeida - Representante legal da empresa contratada.

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:274E51E5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 028/2026

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 113/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2026

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de dispensa de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do fornecedor, quanto pela justificativa dos preços, vez que a empresa apresentou o menor preço;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para fornecimento dos produtos, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO o PARECER JURIDICO opinando pelo cumprimento das exigências legais e dos requisitos mínimos para a contratação e a conclusão da Agente de Contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO 028/2026**, nos termos descritos abaixo:

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Robótica Educacional, mediante oferta de oficinas destinadas aos alunos do 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura de Rio Casca/MG.

Contratado: Serviço Social da Indústria – Departamento Regional de Minas Gerais (SESI/DRMG), inscrito no sob o nº CNPJ: 03.773.834/0144-20.
Valor Total: R$ 190.212,13

Fundamento Legal: Artigo 75, inciso XV da Lei Federal 14.133/2021
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao ato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Rio Casca, 24 de agosto de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Amorim Boseja de Morais
Código Identificador:0A3788CB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2026 – RIO NOVO/MG

Contrato nº 053/2026 – Processo nº 090/2026 Contratante: MUNICÍPIO DE RIO NOVO, CNPJ: 018.338.244/0001-44. Contratada: 33.615.986 DANIEL MONNERAT NOEL, CNPJ: 33.615.986/0001-63. Objeto: show artístico do cantor Daniel Monnerat, a ser realizado no dia 29 de agosto de 2026, no Município de Rio Novo/MG, como parte da programação do evento "9º Torneio Leiteiro a Nível de Propriedades". Valor Total: R$ 4.500,00. Vigência: 03 meses a contar da assinatura. Data de assinatura: 24/08/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:0C7FF176

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 066/2025 1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço nº 060/2025. Contratante: Município de Rio Novo/MG, CNPJ Nº 18.338.244/0001-44. Contratada: PAULO CESAR G MOREIRA LTDA, CNPJ Nº 46.337.793/0001-30. Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preço por mais doze meses. Data da assinatura: 24/08/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:0A7F5550

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 094/2025 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 084/2025. Contratante: Município de Rio Novo/MG, CNPJ Nº 18.338.244/0001-44. Contratada: 33.232.535 EVANDO ANTONIO DE MATTOS, CNPJ Nº 33.232.535/0001-47. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato por mais doze meses. Data da assinatura: 19/08/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:00916AE7

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 095/2022 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 036/2022. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo/MG, CNPJ Nº 18.338.244/0001-44. Contratada: COOPSA – COOPERATIVA DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA, CNPJ Nº 02.212.088/0006-45. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato por mais doze meses. Data da assinatura: 25/08/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:F2C276D6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO – MG
020 - 2026 - INEXIGIBILIDADE 006 - 2026 - MURIEL ALVES

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO - MG - RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE CONTRATO – Processo Nº 020/2026, Inexigibilidade Nº 006/2026, Contrato N° 015/2026 – Contratado: **REGINALDO COSTA BATISTA - CHANDON**, com CNPJ Nº 18.262.778/0001-34, no valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) – com o objeto: Contratação de empresa artística de conhecimento nacional (**MURIEL ALVES**), para a celebração da XL Festa da Banana do Município de Santa Bárbara do Tugúrio, conforme Programa Nacional de Apoio a Cultura e especificação em anexo. Baseando-se no Artigo nº 74, Inc II da Lei nº 14.133/21. Maiores informações pelo telefone (32) 3365-1133/3365-131 e e-mail: licitacao@santabarbaradotugurio.mg.gov.br,

Santa Bárbara do Tugúrio – MG, 09 de fevereiro de 2026 -

HELDER ALVES DE ARAÚJO –
Agente de Contratação e Pregoeiro.

Publicado por:
Diego Eduardo Soares Melquiades
Código Identificador:6953BA39

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO – MG
072 - 2025 - P.E. 021 - 2026 - R.P. 018 - 2026 - CAMISAS PARA UBS

RETIFICAÇÃO DO PRAZO REFERENTE AO P. Nº 072/2026, P.(E). Nº 021/2026, R.P. Nº 018/2026. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de camisas personalizadas, em tamanhos diversos, destinadas às campanhas de promoção e prevenção da saúde realizadas pela Unidade Básica de Saúde, especialmente Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Bárbara do Tugúrio/MG, conforme quantidades e especificações constantes do Edital e seus anexos. Por meio do endereço eletrônico https://santabarbaradotugurio.licitapp.com.br//, da plataforma de pregão eletrônico da SH3 Informática, na data **08 de setembro de 2026, às 09h30min** . O Edital completo poderá ser obtido junto à equipe de contratação, na sede da Prefeitura, na Rua Camilo Silvério Mendes, nº 84, Centro, Santa Bárbara do Tugúrio/MG, nos dias úteis, das 12h às 16h, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no portal do Município. Maiores informações pelo e-mail: licitacao@santabarbaradotugurio.mg.gov.br, e telefone (32) 3365-1133/3365-131.

Santa Bárbara do Tugúrio/MG, 25 de agosto de 2026 -

JOSÉ ROBERTO FERREIRA PAULINO -
Agente de Contratação e Pregoeiro.

Publicado por:
Diego Eduardo Soares Melquiades
Código Identificador:5F58E788

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO – MG
076 - 2026 - INEXIGIBILIDADE 018 - 2026 - JENINHO – MC PEÃO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO - MG - RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE CONTRATO – Processo Nº 076/2026, Inexigibilidade Nº 018/2026, Contrato N° 057/2026 – Contratado: **NOVA HIT PRODUÇÕES LTDA**, com CNPJ Nº 61.888.448/0001-88, no valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) – com o objeto: Contratação de empresa artística de conhecimento nacional (**JENINHO - MC PEÃO**), para a celebração da XL Festa da Banana do Município de Santa Bárbara do Tugúrio, conforme Programa Nacional de Apoio a Cultura e especificação em anexo. Baseando-se no Artigo nº 74, Inc II da Lei nº 14.133/21. Maiores informações pelo telefone (32) 3365-1133/3365-131 e e-mail: licitacao@santabarbaradotugurio.mg.gov.br,

Santa Bárbara do Tugúrio – MG, 21 de agosto de 2026 -

JOSÉ ROBERTO FERREIRA PAULINO –
Agente de Contratação e Pregoeiro.

Publicado por:
Diego Eduardo Soares Melquiades
Código Identificador:C85B3B91

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS
AVISO DE CONTRATO Nº 040/2026

Extrato do contrato nº 040/2026, Inexigibilidade nº 010/2026, Processo 047/2026. Objeto: Contratação de atração artística para apresentação de Show com o artista **"PATRICK SOUZA",** no dia 04 de setembro de 2026, durante a realização da **155° TRADICIONAL FESTA DE SETEMBRO DE 2026 e 1º FESTA DA AGRICULTURA FAMILIAR,** entre os dias 04 e 07 de setembro de 2026. Contratada: **SOARES EVENTOS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ/MF nº **09.158.609/0001-68**, Valor Estimado R$60.000,00. Vigência 30 dias.

Santa Fé de Minas/MG, 25 de agosto de 2026.

GLEBSON JOSE LEITE JUNIOR-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thalison de Oliveira Soares
Código Identificador:EC56735D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS
AVISO DE CONTRATO Nº 041/2026

Extrato do contrato nº 041/2026, Inexigibilidade nº 011/2026, Processo 048/2026. Objeto: Contratação de atração artística para apresentação de Show com o artista **"CHICOTE DE LUXO", no dia 06 de setembro de 2026,** durante a realização da **155° TRADICIONAL FESTA DE SETEMBRO DE 2026 e 1º FESTA DA AGRICULTURA FAMILIAR,** entre os dias 04 e 07 de setembro de 2026. Contratada: **SOARES EVENTOS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ/MF nº **09.158.609/0001-68**, Valor Estimado R$170.000,00. Vigência 30 dias.

Santa Fé de Minas/MG, 25 de agosto de 2026.

GLEBSON JOSE LEITE JUNIOR-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thalison de Oliveira Soares
Código Identificador:57DB34FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 010/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 010/2026
Art. 74 II da Li Federal 14.133/2021
PROCESSO Nº 047/2026.
INEXIGIBILIDADE Nº 010/2026.
CONSIDERANDO, que o Processo nº 047/2026, se encontra em conformidade com a legislação pertinente, art, 72, VI e VII e art. 74, II da Lei Federal nº. 14.133/2021, e considerando a regularidade dos documentos constantes dos autos e o parecer da Procuradoria Jurídica, **RATIFICO**, a Inexigibilidade de Licitação nº. 010/2026, em favor da empresa, Contratação da empresa **SOARES EVENTOS E SERVIÇOS LTDA,** CNPJ: 09.158.609/0001-68, com sede á Quadra SMSE 08, lote 01, unidade A, Samambaia Sul, Brasília-DF. **Objeto**: Contratação de atração artística para apresentação de Show com o artista **"PATRICK SOUZA",** no dia 04 de setembro de 2026, durante a realização da **155° TRADICIONAL FESTA DE SETEMBRO DE 2026 e 1º FESTA DA AGRICULTURA FAMILIAR,** entre os dias 04 e 07 de setembro de 2026. Valor Global R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
Depois de cumpridas as formalidades de praxe, **AUTORIZO**, a contratação em questão.
PUBLIQUE-SE, na forma da Lei.

Santa Fé de Minas/MG, 25 de agosto de 2026.

GLEBSON JOSÉ LEITE JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Thalison de Oliveira Soares
Código Identificador:BA4849FA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 011/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 011/2026
Art. 74 II da Li Federal 14.133/2021
PROCESSO Nº 048/2026.
INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026.
CONSIDERANDO, que o Processo nº 048/2026, se encontra em conformidade com a legislação pertinente, art, 72, VI e VII e art. 74, II da Lei Federal nº. 14.133/2021, e considerando a regularidade dos documentos constantes dos autos e o parecer da Procuradoria Jurídica, **RATIFICO**, a Inexigibilidade de Licitação nº. 011/2026, em favor da empresa, Contratação da empresa **SOARES EVENTOS E SERVIÇOS LTDA,** CNPJ: **09.158.609/0001-68**, com sede á Quadra SMSE 08, lote 01, unidade A, Samambaia Sul, Brasília-DF. **Objeto**: Contratação de atração artística para apresentação de Show com o artista **"CHICOTE DE LUXO", no dia 06 de setembro de 2026,** durante a realização da **155° TRADICIONAL FESTA DE SETEMBRO DE 2026 e 1º FESTA DA AGRICULTURA FAMILIAR,** entre os dias 04 e 07 de setembro de 2026. Valor Global **R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).**
Depois de cumpridas as formalidades de praxe, **AUTORIZO**, a contratação em questão.
PUBLIQUE-SE, na forma da Lei.

Santa Fé de Minas/MG, 25 de agosto de 2026.

GLEBSON JOSÉ LEITE JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Thalison de Oliveira Soares
Código Identificador:B3D800CD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA

LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 076/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA/MG - EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 076/2025 - Processo Licitatório nº: 029/2025 – Pregão Eletrônico nº 007/2025. **Contrato de Origem:** nº 076/2025. **Partes:** Município de Santa Maria de Itabira/MG e a empresa Fernanda Morais de Oliveira Ltda. **Objeto:** Prorrogação da vigência contratual por 12 (doze) meses; renovação de quantitativos; e reajustamento dos preços unitários mediante aplicação do índice IPCA/IBGE no percentual de 4,64%. **Vigência:** 26/08/2026 a 25/08/2027. **Valor Total do Aditivo:** R$ 167.619,01, sendo R$ 165.429,70 referentes à renovação contratual reajustada e R$ 2.189,31 ao reajuste sobre o saldo remanescente. **Dotação Orçamentária:** Dotações próprias consignadas no orçamento vigente. **Data de Assinatura:** 25 de agosto de 2026.

ANDRÉ LÚCIO TORRES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Dos Reis Ferreira
Código Identificador:830C513C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO DESERTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO DESERTO
PREGÃO ELETRÔNICO 14/2026 - REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO N° 50/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME / EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO DESERTO / MG

OBJETO:
FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, REFERENTE À PROPOSTA Nº 13768626000125001 DE 2025, PORTARIA GM/MS Nº 7.769, DE 30 DE JULHO DE 2025.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 354.290,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e noventa reais).

DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS
Do dia 26/08/2026 às 08h00min ao dia 09/09/2026 às 08h00min (horário de Brasília)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 09/09/2026 às 08h30min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor Preço Por Item

MODO DE DISPUTA:
Aberto

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS
Sim

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:
Plataforma https://bll.org.br/

Publicado por:
Michelle Pedroso Páscoa
Código Identificador:A7D01EB7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE IBITIPOCA

SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE IBITIPOCA/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026**, referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2026**, pelo **Sistema de Registro de Preços**, tendo por objeto o **registro de preços para eventual aquisição de medicamentos ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme especificações, quantidades, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e em seus Anexos.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: maior desconto sobre os preços constantes da **Tabela CMED**.

CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES E ENTREGA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: até as **09h00min do dia 08 de setembro de 2026**.
SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: dia **08 de setembro de 2026, às 09h02min**.

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para consulta no sítio eletrônico oficial do Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG: https://santaritadeibitipoca.mg.gov.br/.

Santa Rita de Ibitipoca/MG, 25 de agosto de 2026.

CRISTIANE CARLA DE ALMEIDA
Pregoeira

Publicado por:
Cristiano Ribeiro de Paula
Código Identificador:A4C138CA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA
AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO- PREGÃO ELETRONICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA-MG – EXTRATO DO CONTRATO - Torna público o EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2026 Processo Nº 154/2026 Adesão Nº 020/2026. Objeto: **Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços Especializados em Psiquiatria.** Contratante: Prefeitura Municipal Santa Rosa da Serra – MG, Contratada: **LM SERVIÇOS MEDICOS E GESTAO EM SAUDE LTDA,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 22.626.640/00001-44. Prazo de vigência: 21/08/2026 à 21/08/2027. Valor R$ 72.420,00 (setenta e dois mil quatrocentos e vinte reais).

RENAN ANTUNES FERREIRA-
Secretario.

Publicado por:
Cristina Paola Silva
Código Identificador:A4D29747

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº. 088/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2026

Acha-se aberta, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama, Estado de Minas Gerais, situado à Rua Padre João Coutinho, n° 121, Centro, nesta cidade de Santo Antônio do Grama, Estado de Minas Gerais, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, no sistema Registro de Preço, tipo menor preço por item com a finalidade de selecionar a melhor proposta para a Contratação de pessoa juridica especializada em fornecer itens de Materiais Gráficos, para atender as demandas das Secretarias Municipais da prefeitura de Santo Antônio do Grama/MG, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência – TR – **Anexo I.**
A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 14.1332021. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos:
Recebimento das Propostas: até as 09hs00min, do dia 09/09/2026, na sede da Prefeitura Municipal, situado à Rua Padre João Coutinho, 121, Centro, ou pelo endereço eletrônico licitarafa2025@gmail.com
Início da Sessão: as 09hrs00min do dia 09/09/2026.
Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.
O Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados no Departamento de Licitações, situado à Rua Padre João Coutinho, 121, Centro, em meio magnético, de segunda a sexta-feira, nos horários entre 08hs30min às 17hs00min, ou pelo endereço eletrônico licitarafa2025@gmail.com.

O Departamento de Licitações não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital.

Quaisquer dúvidas, contatar pelo telefone (31) 3872-5005.

Santo Antônio do Grama, 25 de agosto de 2026.

DANIELY APARECIDA GOMES PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:A0C9CD9A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 087/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

O Município de Santo Antônio do Grama, por meio da Prefeitura Municipal, torna público que o **Edital do Processo Administrativo de Licitação Pública nº 087/2026, Pregão Presencial nº 018/2026, Registro de Preços nº 032/2026**, referente à **locação de ônibus para transporte rodoviário coletivo de passageiros**, sofreu **RETIFICAÇÃO** em seus termos.
As alterações constam do edital retificado, disponível para consulta e retirada junto à sede da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Padre João Coutinho, nº 121, Centro, Santo Antônio do Grama/MG, CEP 35388-000, bem como no site oficial da Prefeitura.
Fica alterada a data de realização da sessão pública para o dia 11 **de setembro de 2026, às 9h00min**, salvo disposição diversa constante no edital retificado.

Santo Antônio do Grama/MG, 25 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:DEC8C8A4

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
DECRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA/MG
DECRETO Nº 37/2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026. Dispõe sobre a nomeação de candidata aprovada em concurso público e dá outras providências. Fica nomeada **ROSIMARY ASSIS SANTIAGO**, para tomar posse no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, em decorrência de aprovação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2023, homologado pelo Decreto nº 15/2024, de 25 de março de 2024. O Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO RAMINHO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:C8B60384

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 79

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 079/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 014/2026

OBJETO: Objeto da contratação: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Educação e Saúde do Município de Santo Antônio do Grama/MG, compreendendo ônibus escolar, veículos tipo van para transporte escolar e veículo para transporte sanitário eletivo com acessibilidade (01 cadeirante), em atendimento aos Convênios de Saída nº 1261001656/2025/SEE, nº
1261002567/2026/SEE e à Resolução SES/MG nº 10.366/2025.

CONTRATADO: AGRA MOTORS COMERCIO DE VEICULOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.087.116/0001-60, com sede na Av. Presidente Juscelino
Kubitschek, nº 7300, Bairro California, Belo Horizonte/MG, neste ato representado pelo Senhor WALISON ALMEIDA FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 032.934.0156-57.

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 18 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:52ED8C76

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 82

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 082/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2026

OBJETO: A presente ata tem como objeto o Registro de preços para Contratação de pessoa jurídica para aquisição de materiais, equipamentos e peças de informática, visando atender as demandas dos diversos setores e das secretarias da prefeitura de Santo Antônio Do Grama/MG.
CONTRATADO: EZEQUIEL DE ABREU LIMA FILHO, inscrito no CNPJ sob o nº 59.208.177/0001-20, com sede na Rua Coronel Jose Vieira, nº 505, Bairro Centro, Rio Casca/MG, neste ato representado pelo Senhor **MARCO THULIO BARROS LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 110.096.746-09.

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 18 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:5476BF16

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 89

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 089/2026
DISPENSA Nº 035/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO para permissão remunerada de uso de espaço público, para à exploração de barracas destinadas a atividade econômica (comércio de bebidas, produtos alimentícios e outros), sujeita a prévia licença da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama, durante as 25° festa do peão, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, a ser realizado no período de 04 a 06 de setembro de 2026

CONTRATADO: JOAQUIM DAMIAO DOS REIS SILVA, inscrito no CPF sob o nº 890.590.346-00, com sede na Rua Capitão Braga, nº 702, Bairro Centro, Santo Antônio do Grama/MG, neste ato representado pelo Senhor JOAQUIM DAMIAO DOS REIS SILVA, inscrito no CPF sob o nº 062.804.496-88.

VALOR DO CONTRATADO: barraca 10, valor: R$220,00(duzentos e vinte reais), por dia.

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 24 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:EFE6F9A7

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 89

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 089/2026
DISPENSA Nº 035/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO para permissão remunerada de uso de espaço público, para à exploração de barracas destinadas a atividade econômica (comércio de bebidas, produtos alimentícios e outros), sujeita a prévia licença da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama, durante as 25° festa do peão, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, a ser realizado no período de 04 a 06 de setembro de 2026

CONTRATADO: IGOR TIAGO SALLES BRAGA, inscrito no CPF sob o nº 140.716.916-54, com sede na Rua Praça Luiz Pinto Moreira, nº 34, Bairro Centro, Santo Antônio do Grama/MG, neste ato representado pelo Senhor IGOR TIAGO SALLES BRAGA, inscrito no CPF sob o nº 140.716.916-54.

VALOR DO CONTRATADO: barraca 01, valor: R$231,00(duzentos e trinta e um reais), por dia.

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 24 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:90543499

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 89

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 089/2026
DISPENSA Nº 035/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO para permissão remunerada de uso de espaço público, para à exploração de barracas destinadas a atividade econômica (comércio de bebidas, produtos alimentícios e outros), sujeita a prévia licença da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama, durante as 25° festa do peão, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, a ser realizado no período de 04 a 06 de setembro de 2026

CONTRATADO: ANA PAULA MARTINS FERREIRA, inscrito no CNPJ sob o nº 62.416.141/0001-47, com sede na Rua Capitão Braga, nº 403, Bairro Centro, Santo Antônio do Grama/MG, neste ato representado pelo Senhor ANA PAULA MARTINS FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 037.888.336-45.
VALOR DO CONTRATADO: barraca 02, valor: R$240,00(duzentos e quarenta reais), por dia.

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 24 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:CCEA541C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 89

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 089/2026
DISPENSA Nº 035/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO para permissão remunerada de uso de espaço público, para à exploração de barracas destinadas a atividade econômica (comércio de bebidas, produtos alimentícios e outros), sujeita a prévia licença da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama, durante as 25° festa do peão, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, a ser realizado no período de 04 a 06 de setembro de 2026

CONTRATADO: ANA PAULA MARTINS FERREIRA, inscrito no CNPJ sob o nº 62.416.141/0001-47, com sede na Rua Capitão Braga, nº 403, Bairro Centro, Santo Antônio do Grama/MG, neste ato representado pelo Senhor ANA PAULA MARTINS FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 037.888.336-45.

VALOR DO CONTRATADO: barraca 03, valor: R$240,00(duzentos e quarenta reais), por dia.

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 24 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:5E866A22

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 89

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 089/2026
DISPENSA Nº 035/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO para permissão remunerada de uso de espaço público, para à exploração de barracas destinadas a atividade econômica (comércio de bebidas, produtos alimentícios e outros), sujeita a prévia licença da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama, durante as 25° festa do peão, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, a ser realizado no período de 04 a 06 de setembro de 2026

CONTRATADO: ANA PAULA MARTINS FERREIRA, inscrito no CNPJ sob o nº 62.416.141/0001-47, com sede na Rua Capitão Braga, nº 403, Bairro Centro, Santo Antônio do Grama/MG, neste ato representado pelo Senhor ANA PAULA MARTINS FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 037.888.336-45.

VALOR DO CONTRATADO: barraca 04, valor: R$529,00(quinhentos e vinte e nove reais), por dia.

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 24 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:0642D47E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 89

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 089/2026
DISPENSA Nº 035/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO para permissão remunerada de uso de espaço público, para à exploração de barracas destinadas a atividade econômica (comércio de bebidas, produtos alimentícios e outros), sujeita a prévia licença da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama, durante as 25° festa do peão, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, a ser realizado no período de 04 a 06 de setembro de 2026

CONTRATADO: BRENO LUIS FREITAS BARBOSA, inscrito no CPF sob o nº 122.517.666-26, com sede na Rua Santa Efigenia, nº 170, Bairro Centro, Santo Antônio do Grama/MG, neste ato representado pelo Senhor BRENO LUIS FREITAS BARBOSA, inscrito no CPF sob o nº 122.517.666-26.

VALOR DO CONTRATADO: barraca 13, valor: R$240 (duzentos e quarenta reais), por dia.

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.

Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 24 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:0AE9F0B9

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 89

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 089/2026
DISPENSA Nº 035/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO para permissão remunerada de uso de espaço público, para à exploração de barracas destinadas a atividade econômica (comércio de bebidas, produtos alimentícios e outros), sujeita a prévia licença da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama, durante as 25° festa do peão, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, a ser realizado no período de 04 a 06 de setembro de 2026

CONTRATADO: BRENO LUIS FREITAS BARBOSA, inscrito no CPF sob o nº 122.517.666-26, com sede na Rua Santa Efigenia, nº 170, Bairro Centro, Santo Antônio do Grama/MG, neste ato representado pelo Senhor BRENO LUIS FREITAS BARBOSA, inscrito no CPF sob o nº 122.517.666-26.

VALOR DO CONTRATADO: barraca 12, valor: R$240 (duzentos e quarenta reais), por dia.

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 24 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:2D3A0E66

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 89

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 089/2026
DISPENSA Nº 035/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO para permissão remunerada de uso de espaço público, para à exploração de barracas destinadas a atividade econômica (comércio de bebidas, produtos alimentícios e outros), sujeita a prévia licença da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama, durante as 25° festa do peão, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, a ser realizado no período de 04 a 06 de setembro de 2026

CONTRATADO: IVANE MARIA LOPES, inscrito no CNPJ sob o nº 27.321.922/0001-57, com sede na Av. Helcy Dutra de Miranda, nº 192, Bairro Centro, Santo Antônio do Grama/MG, neste ato representado pelo Senhor IVANE MARIA LOPES, inscrito no CPF sob o nº 049.611.5866-98.

VALOR DO CONTRATADO: barraca 09 valor: R$223 (duzentos e vinte reais), por dia.

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 24 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:AB661AC5

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO - ODONTOLÓGICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2026
PREGÃO Nº 012/2026
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos e equipamentos odontológicos, conforme especificações do Termo de Referência, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio do Grama/MG.
Adjudicação: **BHDENTAL COMERCIAL LTDA EPP**, CNPJ nº 29.312.896/0001-26; **CAPARAO MEDICAL LTDA**, CNPJ nº 57.218.958/0001-70; **COFARMINAS COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA**, CNPJ nº 02.537.890/0001-09; **F V P COELHO**, CNPJ nº 26.294.192/0001-80; **GOLDEN PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA**, CNPJ nº 46.884.097/0001-43; e **MEDSET SOLUÇÕES PARA SAÚDE LTDA**, CNPJ nº 52.165.681/0001-41.
Valor total adjudicado: R$ 130.521,25.

Santo Antônio do Grama/MG, 24 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:5230044D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - ODONTOLÓGICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2026
PREGÃO Nº 012/2026
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos e equipamentos odontológicos, conforme especificações do Termo de Referência, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio do Grama/MG.
Homologação: **BHDENTAL COMERCIAL LTDA EPP**, CNPJ nº 29.312.896/0001-26; **CAPARAO MEDICAL LTDA**, CNPJ nº 57.218.958/0001-70; **COFARMINAS COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA**, CNPJ nº 02.537.890/0001-09; **F V P COELHO**, CNPJ nº 26.294.192/0001-80; **GOLDEN PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA**, CNPJ nº 46.884.097/0001-43; e **MEDSET SOLUÇÕES PARA SAÚDE LTDA**, CNPJ nº 52.165.681/0001-41.

Valor total homologado: R$ 130.521,25.

Santo Antônio do Grama/MG, 25 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:37275E95

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL

PARTES: Município de SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO/MG
EMPRESA: LUDMAR SILA PEREIRA

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para prestação serviços de publicação, informes e anúncios publicitários de utilidade pública, na cor policromia, medindo no mínimo 18 cm por 25 cm, a ser publicado em pagina ímpar de veículo de comunicação impresso. A empresa deverá apresentar capacidade com provas de circulação do item listado acima. Jornal bissemanal ou semanal por meio de dois exemplares físicos acompanhados de notas fiscais. Isso se faz necessário para comprovações de trabalhos de qualidade e futura publicações.

CONTRATO Nº 49/2025.
Data do Contrato: **11/06/2025**

Data do 1º Termo do Aditivo: 31 de dezembro de 2025. Vigorando até 31 de dezembro de 2026.

Certifico que o presente extrato fora publicado no Quadro de Aviso da Prefeitura Municipal, no prazo legal.

Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, 29 de dezembro de 2025.

ALEXANDRE RODRIGUES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geisielle Almeida Soares
Código Identificador:EB06F1C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO
PUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026 INEXIGIBILIDADE N° 14/2026

O Município de **SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO - MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, à Praça Alcino Quintão, 20, inscrito no CNPJ sob o Nº: 18.303.248/0001-97, torna pública a realização do contrato n° 56/2025, com a empresa **ISRAEL E RODOLFFO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, CNPJ: 19.179.536/0001-44.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELA APRESENTAÇÃO DE SHOW MUSICAL DA DUPLA ISRAEL E RODOLFFO COMPOSTA PELOS CANTORES ISRAEL ANTÔNIO RIBEIRO E RODOLFFO MATTHAUS DA SILVA RIOS PARA TRADICIONAL CAVALGADA NO ANO DE 2026, EM SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO/MG.

DETENTORA DO CONTRATO			
EMPRESA CONTRATADA	CNPJ	N° DO CONTRATO	VALOR TOTAL ESTIMADO
ISRAEL E RODOLFFO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	19.179.536/0001-44	52/2026	R$ 350.000,00

Data Vigência: 11/09/2026 a 14/09/2026.

Santo Antônio do Rio Abaixo, 20 de agosto de 2026.

Certifico que o presente extrato fora publicado no Quadro de Aviso da Prefeitura Municipal, no prazo legal.

ALEXANDRE RODRIGUES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geisielle Almeida Soares
Código Identificador:F00BFCC0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO
PUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2026 INEXIGIBILIDADE N° 15/2026

O Município de **SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO - MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, à Praça Alcino Quintão, 20, inscrito no CNPJ sob o Nº: 18.303.248/0001-97, torna pública a realização do contrato n° 56/2025, com a empresa **SR SHOWS E EVENTOS LTDA C.N.P.J 53.135.013/0001-34.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELA APRESENTAÇÃO DE SHOW MUSICAL DO CANTOR SAMUEL ROCHA COMPOSTA PELO CANTOR ERASMO DA SILVA ROCHA, PARA TRADICIONAL CAVALGADA NO ANO DE 2026, EM SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO/MG.

DETENTORA DO CONTRATO			
EMPRESA CONTRATADA	CNPJ	N° DO CONTRATO	VALOR TOTAL ESTIMADO
SR SHOWS E EVENTOS LTDA	53.135.013/0001-34	53/2026	R$ 80.000,00

Data Vigência: 11/09/2026 a 14/09/2026.

Santo Antônio do Rio Abaixo, 20 de agosto de 2026.

Certifico que o presente extrato fora publicado no Quadro de Aviso da Prefeitura Municipal, no prazo legal.

ALEXANDRE RODRIGUES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geisielle Almeida Soares
Código Identificador:72F4AD66

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE PUBLICAÇÃO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 48/2026 - PROC. N° 180/2026

Aviso de Licitação. Proc. n° 180/2026, PE n° 48/2026. Obj.: Contratação de empresa especializada para a futura, eventual e parcelada prestação de serviços de transporte coletivo, em veículo próprio com motorista, visando atender às demandas de deslocamento de passageiros, servidores, equipes técnicas, prestadores de serviços, pacientes e demais usuários das diversas Secretarias Municipais, conforme condições do Edital e seus Anexos. Sessão pública será realizada no dia 10/09/2026 às 13 horas, perante o sistema Licitar Digital. O Edital estará disponível através dos Sites: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa, https://www.santosdumont.mg.gov.br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações Email: licitacao@santosdumont.mg.gov.br -

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:EDF29674

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
INTENÇÃO DE ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2026 – III, VI, VIII, X DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

A Secretaria Municipal de Saúde torna público a intenção em aderir a Ata de Registros de Preços nº 93/2026 – III, VI, VIII, X do Governo do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão SEPLAG/SUBCOMP/SCATC-DCARP- Diretoria Central de Gestão de Atas de Registro e Preços para aquisição de Medicamentos do Elenco Complementar.

CLÁUDIA DE AQUINO PASCHOAL =
Secretária Municipal de Saúde de Santos Dumont - MG

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:4B1E2BDD

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO-001/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AO CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE Nº 001/2026, NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE MOTORISTA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.077 DE 29 DE JANEIRO DE 2010.

O Exmo. Sr., **PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT** torna público as seguintes determinações pertinentes ao **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE Nº 001/2026.**
Ao candidato classificado segundo o quadro abaixo:

NOME	FUNÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Vinicius Geraldo Alta	Motorista	22º lugar

Deverá apresentar-se munido da documentação relacionada abaixo **de 25 a 28 de agosto** do corrente ano**, no horário de 13:30 às 17:00 horas, na Superintendência de Recursos Humanos, situado à Praça Cesário Alvim, no 55 - Centro, Santos Dumont-MG, a fim de proceder a contratação temporária:**
Cópia do RG;
Cópia do CPF;
Cópia da carteira de trabalho - CTPS (pag. Foto, verso e averbação);
Cópia da inscrição do PIS/PASEP;
01 (uma) foto 3x4 recente;
Cópia do título eleitoral junto com o comprovante/certidão de regularidade eleitoral;
Cópia da carteira de habilitação (Categoria D);
Cópia do comprovante de endereço;
Cópia do comprovante de escolaridade (Diploma);
Cópia do registro profissional emitido pelo órgão da classe (se for o caso);
Cópia atualizada da certidão de nascimento ou casamento;
Cópia certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos;
Cópia do cartão de vacinação de filhos menos de 06 anos;
Cópia do CPF dos dependentes;
Cópia do certificado de reservista (para homens entre 18 e 45 anos);
Declaração expedida pelo INSS de que não está em gozo de benefício previdenciário;
Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelo Poder Judiciário;
Certidão negativa cível pelo Poder Judiciário.

Para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o presente Edital de Convocação entra em vigor em 25 de agosto de 2026, data de sua publicação.

C U M P R A – S E.

Paço da Prefeitura Municipal de Santos Dumont, 25 de agosto de 2026.

GLAUCO DE ALBUQUERQUE SOUZA
Superintendente de Recurso Humanos

Publicado por:
Rosilaine Rodrigues Leite
Código Identificador:3DD316AE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG TORNA PÚBLICO O PROCESSO Nº. 142/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 20/2026. TIPO: **MENOR PREÇO POR LOTE**. OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS LITERÁRIOS DESTINADOS AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO. INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS EM**25/08/2026**ÀS 18:00HR. FIM DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS EM **31/08/2026**ÀS 13:00HR. INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES EM**31/08/2026** ÀS 13:00HR. PLATAFORMA AMM LICITA. EDITAL COMPLETO E DEMAIS INFORMAÇÕES: SITE Licitações da Prefeitura Municipal de São Pedro da União - Prefeitura de São Pedro da União - MG e https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1&ufs=MG&municipios=2994

MILLENA EDUARDA DE PAULO TORRES
Pregoeira

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:3B008927

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG TORNA PÚBLICO O PROCESSO Nº. 141/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 19/2026. TIPO: **MENOR PREÇO POR ITEM**. OBJETO: AQUISIÇÃO DE KITS PEDAGÓGICOS DESTINO A ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO. INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS EM **25/08/2026** ÀS 17:00HR. FIM DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS EM **31/08/2026** ÀS 09:30HR. INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES EM **31/08/2026** ÀS 09:30HR. PLATAFORMA AMM LICITA. EDITAL COMPLETO E DEMAIS INFORMAÇÕES: SITE Licitações da Prefeitura Municipal de São Pedro da União - Prefeitura de São Pedro da União - MG e https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1&ufs=MG&municipios=2994

MILLENA EDUARDA DE PAULO TORRES
Pregoeira

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:7857306A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
PORTARIA N.°: 018/2026

NOMEIA A COMISSÃO RESPONSÁVEL POR ACOMPANHAR E MONITORAR A EXECUÇÃO

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO.

O Prefeito Municipal de São Pedro da União, Estado de Minas Gerais, no uso e gozo de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n°1.375 de 19 de agosto de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização do município de São Pedro da União.

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear a comissão responsável pelo acompanhamento e monitoramento da política municipal de alfabetização do município São Pedro da União.

Artigo 2º. Fica constituída a Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar a execução da política municipal de alfabetização, conforme previsto na Lei n° 1.375 de 19 de agosto de 2026.

§1° - Os membros da comissão são do quadro de profissionais efetivos da Prefeitura Municipal, ficando designados para sua composição os seguintes servidores:

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
VALÉRIA APARECIDA MAROTI DE PAIVA	000441	DIRETORA ESCOLAR
ANA CARMEN OLIVEIRA DE FLÓRIO	000270	DIRETORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.
MARILSA CLEMENTE CUNHA SANTOS	000123	DIRETORA ESCOLAR
VILMA SILVA DE FLÓRIO	000200	APOIO PEDAGÓGICO
LÍVIA CAROLINA FAGUNDES RODRIGUES	000668	PROFESSORA
ELENICE PEIXOTO SILVEIRA	000703	PROFESSORA
SALETE DA SILVA NUNES TORRES	001021	PROFESSORA

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Portaria Nº 013/2026 de 09 de julho de 2026.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São Pedro da União, 25 de agosto de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Reis Terra
Código Identificador:B7FEC022

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026 – PROCESSO Nº 103/2026 – ADESÃO Nº 015/2026 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS/MG – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026 – PROCESSO Nº 103/2026 – ADESÃO Nº 015/2026 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: 20/08/2026. Objeto: Locação de veículos para atender as demandas do Município de São Pedro dos Ferros/MG, conforme especificações da Ata de Registro de Preços nº 010/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 009/2024, Processo Licitatório nº 011/2024. Contratante: Município de São Pedro dos Ferros/MG. Contratada: COOPERTAR – Cooperativa de Serviços de Transporte Alternativo e Similares de Raposos, CNPJ nº 06.006.147/0001-75. Valor: R$ 2.200.828,20 (dois milhões, duzentos mil, oitocentos e vinte e oito reais e vinte centavos). Vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura. Data da assinatura: 20/08/2026. Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021. Signatários: Danilo Caldarele Dias – Prefeito Municipal e Aline da Conceição de Almeida – Representante Legal da Contratada.

São Pedro dos Ferros/MG, 25 de agosto de 2026.

DANILO CALDARELE DIAS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rodrigo Martins Santana
Código Identificador:E5777055

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO AVISO DE LICITAÇÃO

- Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino – MG. Processo nº 197/2026, modalidade Concorrência Eletrônica n.º 003/2026, Tipo **Menor Preço Global**. Objeto: **"Construção de Piscina Aquecida no município de São Tomás de Aquino-MG, com recursos de Emenda de Transferência Especial Estadual- indicação n°147276- Resolução SEGOV n°18/2026- Instrumento n°148100353560/2026, e Emenda de Transferência Especial Estadual Indicação n°199084 - Resolução SEGOV n°14/2024."** A abertura será dia 10 de setembro de 2026, às 08:30 horas na Plataforma de Licitações AMM Licita (www.ammlicita.org.br).

- O edital/aviso encontram-se à disposição no site www.staquino.mg.gov.br e na Pref. Munic., na Rua Alves de Figueiredo, n.º 393, Centro, nesta cidade, fone (35)3535–1228-1229-1500, das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos.

São Tomás de Aquino – MG, 25/08/2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Silval Aparecido de Melo
Código Identificador:206CCFFF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO 012/2026

Objeto: Formalização de relação de parceria, em regime de mutua cooperação entre o Município e o Lar São Vicente de Paulo, de São Tomas de Aquino-MG, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco. Programação via ESTRUTURASUAS 316510720260001 – Emenda 202639760001. Data de assinatura do Termo de Colaboração dia 10 de agosto de 2026.

Publicado por:
Eduarda Machado
Código Identificador:E3320ECC

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

Por este instrumento de contratação, regido pelas Normas de Direto Administrativo, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO TOMÁS DE AQUINO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.241.364/0001-29, com sede na Rua Alves de Figueiredo, nº. 393, Bairro Centro, Município de São Tomás de Aquino/MG, CEP 37.960-000, neste ato representada pelo **PREFEITO MUNICIPAL**, senhor **DANIEL FERREIRA DA SILVA**, casado, inscrito no CPF sob o nº. 098.625.246-85, portador da CIRG nº. MG-15.820.105 PC/MG, doravante designado **CONCEDENTE**; e, do outro lado,**DSR SOCIEDADE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº. 17.657.167/0001-22, com sede no Sítio Fortaleza, s/n, Zona Rural, Município de São Tomás de Aquino/MG, CEP 37.960-000, neste ato representada por seu administrador, senhorDaniel Antonio da Silva, inscrito no CPF sob o nº. 085.935.216-14, doravante designada**CONCESSIONÁRIA**, celebram a presente concessão de direito real de uso, com fundamento

no Decreto-Lei nº. 271, de 28 de fevereiro de 1967, na Lei Orgânica Municipal, e na Lei Municipal nº. 995 de04 de abril de 2017, conforme as cláusulas e condições enunciadas em sucessivo.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONCEDENTE** tem o domínio útil doseguinte imóvel: *LOTE 11 A: Um terreno urbano, situado nesta cidade, caracterizado por lote 11 A da Quadra 04 do "Loteamento Nossa Senhora Aparecida", medindo 14,19 metros de frente para a Rua Ildeu Gomes Negrão, confrontando com a referida via pública; 70,50 metros do lado direito de quem da Rua olha para o imóvel, confrontando com o lote 11 B; 70,50 metros do lado esquerdo, confrontando com Salim Abrão Esper e Simone Abrão Esper de Souza e 14,19 metros nos fundos, confrontando com Salim Abrão Esper e Simone Abrão Esper de Souza, encerrando assim uma área total de 1.000,31 metros quadrados.*

CLÁUSULA SEGUNDA: O **CONCEDENTE**, através deste ato, cede à **CONCESSIONÁRIA**, para *instalação de uma unidade operacional, voltada para coleta seletiva, recepção, triagem, compactação e destinação, ambientalmente adequada de materiais recicláveis (plástico, papeis, metais e vidros), LOTE 11 A: Um terreno urbano, situado nesta cidade, caracterizado por lote 11 A da Quadra 04 do "Loteamento Nossa Senhora Aparecida", medindo 14,19 metros de frente para a Rua Ildeu Gomes Negrão, confrontando com a referida via pública; 70,50 metros do lado direito de quem da Rua olha para o imóvel, confrontando com o lote 11 B; 70,50 metros do lado esquerdo, confrontando com Salim Abrão Esper e Simone Abrão Esper de Souza e 14,19 metros nos fundos, confrontando com Salim Abrão Esper e Simone Abrão Esper de Souza, encerrando assim uma área total de 1.000,31 metros quadrados.*

CLÁUSULA TERCEIRA: O **CONCEDENTE** e a **CONCESSIONÁRIA** ajustam a presente concessão a título gratuito.

CLÁUSULA QUARTA: Após a assinatura do presente instrumento, a **CONCESSIONÁRIA**fruiráplenamente do lote de terreno descrito e caracterizado na Cláusula Segunda, para os fins ali estabelecidos, bem como responderápor todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobreo mesmo.

CLÁUSULA QUINTA: A concessão, ora convencionada, terá a duração de5 (cinco)anos, contados a partir da subscrição deste instrumento normativo, consoante o estabelecidona Lei Municipal nº.1.456 de 24 de agosto de 2026.

PARÁGRAFO ÚNICO: A concessão será prorrogada, por igual período, desde que haja a convergência volitiva das partes contratantes, manifestada em termo aditivo próprio.

CLÁUSULA SEXTA: A **CONCESSIONÁRIA**seobriga a exercer os direitos que lhe são conferidos neste instrumento jurídico em consonância como quanto disposto na Lei Municipal nº.1.456 de 24 de agosto de 2026.

CLÁUSULA SÉTIMA: Resolver-se-á de pleno direito esta concessão, antes do decurso do prazo previsto na cláusula quinta deste instrumento, quando a **CONCESSIONÁRIA**:

• ao final do prazo determinado ou de sua prorrogação, quando houver;

• antes do prazo determinado, de comum acordo entre as partes;

• a qualquer tempo:

a)em caso de destinação parcial ou total da área cedida para terceiros, sem autorização do Município;
b)em caso de descumprimento das disposições e finalidades previstas nesta Lei.

CLÁUSULA OITAVA: Nos termos do art.9º da Lei Municipal 995/2017 a empresa concessionaria deverá iniciar a construção e instalação de equipamentos no imóvel concedido no prazo máximo de 6 (seis) meses contados da assinatura deste termo, devendo estar concluídas no máximo em 24 (vinte e quatro) meses após a mesma data.

CLÁUSULA NONA:Não importará em tácita alteração dos termos desta concessão o eventual atraso ou omissão do **CONCEDENTE**no exercício das faculdades que lhe são conferidas neste contrato nomeadamente à resilição contratual prevista na cláusula sétima.

CLÁUSULADÉCIMA: A presente concessão de direito real de uso transfere-se por sucessão legítima ou testamentária, cabendo ao Município **CONCEDENTE**, em ocorrendo tal hipótese, inscrever a transferência no registroimobiliário competente.

CLÁUSULA DÉCIMAPRIMEIRA: Ficam fazendo parte deste contrato todas as normas jurídicas municipais referentes à concessão de direito real de uso, cujas disposições serão aplicadas a qualquer caso nele não previsto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Delimita-se o foro daComarca de São Sebastião do Paraíso/MGpara resolver as questões decorrentes do presente instrumento jurídico.

E, por estarem justos e avençados, assinam este instrumento jurídico, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram, sendo, posteriormente, levado a registro no Cartório de Imóveis competente e 01 (uma) via destinada a arquivo no órgão competente da PrefeituraMunicipal de São Tomás de Aquino/MG.

São Tomás de Aquino/MG,24de agostode 2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal De São Tomás De Aquino/MG

DSR Sociedade LTDA
CNPJ 17.657.167/0001-22
DANIEL ANTONIO DA SILVA –
Administrador
CPF 085.935.216-14

TESTEMUNHAS:

_____
NOME:
CPF:

_____
NOME:
CPF:

Publicado por:
Eduarda Machado
Código Identificador:4A9B5A96

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DOS AIMORÉS

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés - MG torna público que realizará licitação, que será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, tipo MENOR PREÇO POR LOTE da seguinte Concorrência:
Processo Licitatório nº 043/2026 - Concorrência nº 004/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a execução de pavimento em piso intertravado, com bloco retangular cor natural de 20 x 10 cm, espessura 8 cm em diferentes vias públicas no município de Serra dos Aimorés/MG, conforme este edital e seus anexos.
Início de Recebimento de Propostas: 26 de agosto de 2026
Limite para Recebimento de Propostas: 10 de setembro de 2026 até as 08h59min.
Início da Sessão de Disputa de Preços: 11 de setembro de 2026 às 09h00min.

Local de Realização: Portal https://licitardigital.com.br/ sendo conduzida pela agente desta prefeitura municipal.
Referência de Tempo: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Prazo de Validade das Propostas: Mínimo 60 dias.
Critério de Julgamento: Menor Preço por lote.
Informações complementares: O edital e demais informações poderão ser encontradas no site: www.pmsa.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br, www.gov.br/pncp e ainda no Setor de Licitações e Compras através do e-mail compras@pmsa.mg.gov.br.

Serra dos Aimorés/MG, 25 de agosto de 2026.

DENIZE LAGO PINTO SANTANA
Agente de Contratação

Publicado por:
Denise Lago Pinto Santana
Código Identificador:60D575A6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES

LICITAÇÃO TIRADENTES
EXTRATO DE CONTRATO (CONTRATO Nº 131/2026)

EXTRATO DE CONTRATO (CONTRATO Nº 131/2026)

O Município de Tiradentes, torna público a todos os interessados o contrato abaixo :

CONTRATO Nº 131/2026 oriundo do Processo Licitatório nº 033/2026, Pregão nº005/2026

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no serviço de locação de impressoras preto/branco e coloridas, novas ou seminovas, para prestação de serviços de impressão frente e verso, reprodução de cópias de documentos e digitalização, com fornecimento de assistência técnica para manutenção corretiva e preventiva, incluindo substituição de peças, insumos, suprimentos e materiais de consumo (toner, revelador, cilindro, entre outros), bem como software de gerenciamento; exceto papel para todas as Secretarias Municipais da Administração Pública

Contrato N°: 131/2026**.**
Valor do Contrato: VALOR: R$ 14.945,00 (quatorze mil e novecentos e quarenta e cinco reais)-mensais
Vigência: De 24/04/2026 a 24/08/2028
Contratada: Copygraph Serviços Ltda
CNPJ: 01.541.266/0001-04
Endereço: Rua Doutor João Pinheiro, nº 170 Bairro Jardim Glória CEP: 36.015-040, na cidade de Juiz de Fora/ MG

Íntegra do contrato encontra-se disponível em www.tiradentes.mg.gov.br

Dou fé, Tiradentes, 25 de agosto de 2026

(Assinado Nos Autos)
DENILSON GERALDO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Denilson Geraldo da Silva
Código Identificador:6979DC23

LICITAÇÃO TIRADENTES
EXTRATO DE EDITAL 011/2026

EXTRATO DE EDITAL 011/2026

EDITAL 011/2026
PROCESSO 038/2026
PREGÃO ELETRONICO 007/2026
CONTRATANTE: Secretaria de Adminstração

OBJETO: Contratação de empresa, para aluguel de brinquedos infláveis acompanhados dos recreadores responsáveis pela administração de cada brinquedo, com frete, montagem e desmontagem inclusos para os diversos eventos com as crianças no Município de Tiradentes, para atender as necessidades do Município de Tiradentes.
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 78.636,60 (setenta e oito mil seiscentos e trinta e oito reais e sessenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 10/09/2026 às 08h30min (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: Menor preço por item
Modo de disputa: Aberto

Link de realização: https://app.ammlicita.org.br/
Edital disponível em: www.tiradentes.mg.gov.br/

(Assinado no Original Anexo Aos Autos)
DENÍLSON GERALDO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Denilson Geraldo da Silva
Código Identificador:A404805B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCOS DO MOJI

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

Trata-se do Processo Licitatório nº 142/2026, Inexigibilidade nº 027/2026, cujo objeto é a Locação de área rural destinada à extração de cascalho, a ser utilizado pelo Município de Tocos do Moji/MG na manutenção, recuperação, conservação e melhoria das estradas vicinais e demais vias rurais sob sua responsabilidade, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
A solicitação da contratação foi efetuada pelo Departamento de Obra, Serviços Públicos e Meio Ambiente, onde se expõe a necessidade da contratação do artista e as especialidades destes.
Devidamente autuado, o procedimento seguiu seu trâmite regular obtendo parecer jurídico favorável à contratação direta, por inexigibilidade.
Constam nos autos a justificativa da escolha do imóvel e, onde se atesta estar o mesmo em conformidade com os valores de mercado.
Pelo exposto e considerando os documentos acostados aos autos, bem como o parecer jurídico da Procuradoria do Município, considero estarem presentes os requisitos para a contratação direta, por inexigibilidade, com fundamento no inciso V, do art. 74, da Lei Federal nº 14.133/2021 e **RATIFICO** o presente processo de inexigibilidade.
Após a publicação do presente, elaborar-se o contrato administrativo.

Tocos do Moji, 20 de agosto de 2026.

Publique-se;
Registre-se;
Autue-se.

JOSÉ MARIA CANTUÁRIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:F5D82901

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2026.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji-MG. Contratada: ANAERTE RAIMUNDO PEREIRA e LUCIANA MARIA NOGUEIRA. Objeto: Locação de imóvel para extração de cascalho, terreno de 11.04.12 hectares de terra, situado no local denominado "Vargem das Uvas", no morro do cascalho, destinado a extração de cascalho pelo Município de Tocos Do Moji- MG. Valor do Contrato: R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais). Vigência: 21/08/2026 até 20/08/2027. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Anaerte Raimundo Pereira e Luciana Maria Nogueira – Proprietários.

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:BB8A51A7

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, o Exmo. Prefeito Municipal de Tocos do Moji, Sr. José Maria Cantuária, no uso de suas atribuições legais, **adjudico e homologo** através de **Pregão Eletrônico nº 039/2026,** fundado no **Processo Licitatório n° 127/2026,** tendo como objeto a Contratação de empresa especializada para locação de 01 (um) grupo gerador de energia elétrica, com potência mínima de 180 kVA, incluindo transporte (mobilização e desmobilização), instalação, manutenção preventiva/corretiva e assistência técnica e infraestrutura de cabos de alimentação, para atender os eventos e festividades oficiais do Município de Tocos do Moji/MG, em favor da empresa **ANDREU GUILHERME LEMOS EPP**, portadora do CNPJ 05.140.688/0001-29, nos termos do Artigo 28, Inciso I, da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.
A homologação do presente Pregão Eletrônico é feita nos termos do artigo 28, inciso I da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pelas empresas vencedoras, constatou o atendimento de todas as condições previstas na lei.
As empresas ficam obrigadas a cumprir integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência e anexos que foi celebrado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de **Adjudicação e Homologação**, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

Tocos do Moji – MG, 24 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA CANTUÁRIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:3A272699

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO MG
AVISO DE CONTRATAÇÃO

Torna-se público que o Município de Toledo MG, por meio do setor de Compras e Licitações, extrato da contratação por inexigibilidade cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE BANDA CONSAGRADA NO MEIO ARTISTICO "SUSPECTUS", POR MEIO DE EMPRESÁRIO EXCLUSIVO PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW NO RÉVEILLON EM TOLEDO – MG**. Contratada:KAIO CESAR COSTA GONTIJO, CNPJ: 28.665.436/0001-19. Data da contratação: 25/08/2026. Valor da contratação: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Processo 067/2026, modalidade inexigibilidade 037/2026, contrato 076/2026. Maiores informações *licitacaotoledomg@gmail.com.*

Toledo MG, 25 de Agosto de 2026.

ZILDO ALEXANDRO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcella Larissa Gomes Lopes
Código Identificador:CF05A8EC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMBOS

LICITAÇÃO E CONTRATOS DO MUNICIPIO DE TOMBOS
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 030/2026 INEXIGIBILIDADE N.º 009/2026

O **MUNICÍPIO DE TOMBOS** – Torna público o Extrato de Contrato do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 030/2026 – INEXIGIBILIDADE N.º 009/2026** – Objeto: Contratação da empresa **OUTRO LUGAR PRODUÇÕES LTDA**., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º 28.759.526/0001-79, com sede na Rua Assis Brasil, n.º 176, aptº 701, Bairro Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.030-010, representante exclusiva da "Banda DETONAUTAS ROQUE CLUBE", que se apresentará no 2º Motofest Tombos/MG, no dia 06/11/2026, com fundamento Art. 74, II da Lei Federal n.º 14.133/2021. Valor: **R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).**

Prefeitura Municipal de Tombos, 24 de agosto de 2026.

TIAGO PEDROSA LAZZARONI DALPERIO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tânia Monteiro Cheregato
Código Identificador:236D1E09

LICITAÇÃO E CONTRATOS DO MUNICIPIO DE TOMBOS
O MUNICÍPIO DE TOMBOS, EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.° 006/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 031/2026 - PREGÃO N.º 018/2026

O MUNICÍPIO DE TOMBOS, EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.° 006/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 031/2026 - PREGÃO N.º 018/2026. Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preço Estadual (ARPE 93/2026 Pregão n.º 380/2025 Planejamento SIRP n. 380/2025), cujo o objeto é "Registro de preços para Compra Estadual de Medicamentos básicos III (PRODUTOS DE SAUDE) conforme especificações constantes no edital e seus anexos". Empresas: ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. CNPJ N.º 03.945.035/0001-91, Valor R$ 7.660,25 (sete mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos); BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES. - CNPJ N.º 18.269.125/0001-87, Valor R$ 412,15 (quatrocentos e doze CNPJ N.° reais e quinze centavos) e INOVAMED HOSPITALAR LTDA. 12.889.035/0002-93, Valor R$ 1.782,00 (mil, setecentos e oitenta e dois reais).

Tombos, 18 de agosto de 2026.

TIAGO PEDROSA LAZZARONI DALPERIO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Silvânia Maria Rosa da Cruz
Código Identificador:F248BE81

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCÂNIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
EXTRATO DE EDITAL

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - O Município de Urucânia/MG, através de seu Agente de Contratação, torna pública a abertura do Processo Administrativo nº 129/2026, Pregão Eletrônico

n° 055/2026. **Objeto Contratação de empresa especializada para o fornecimento de um veículo do tipo minivan, conforme especificações constantes no Termo de Referência, atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Urucânia/MG.** Início da sessão pública: às 08:30 horas do dia 14/09/2026, através da plataforma www.licitardigital.com.br. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis na plataforma eletrônica e no Site: www.urucania.mg.gov.br. Maiores informações pelo Tel: (31) 2150-0380 ou pelo e-mail: licitacao@urucania.mg.gov.br.

Urucânia/MG, 25 de Agosto de 2026,

SÉRGIO FERNANDO MAYRINK –
Agente de Contratação.

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - O Município de Urucânia/MG, através de seu Agente de Contratação, torna pública a abertura do Processo Administrativo nº 130/2026, Pregão Eletrônico n° 056/2026. **Objeto Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de ferragens, materiais metálicos, tubos, perfis, barras de aço, elementos de fixação, materiais para soldagem, materiais para cobertura e demais componentes destinados à execução, manutenção, conservação e adequação de obras, prédios, vias, espaços e demais estruturas públicas do Município, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das Secretarias e Setores Vinculados a Prefeitura Municipal de Urucânia/MG.** Início da sessão pública: às 13:30 horas do dia 14/09/2026, através da plataforma www.licitardigital.com.br. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis na plataforma eletrônica e no Site: www.urucania.mg.gov.br. Maiores informações pelo Tel: (31) 2150-0380 ou pelo e-mail: licitacao@urucania.mg.gov.br.

Urucânia/MG, 25 de Agosto de 2026,

SÉRGIO FERNANDO MAYRINK –
Agente de Contratação.

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - O Município de Urucânia/MG, através de seu Agente de Contratação, torna pública a abertura do Processo Administrativo nº 131/2026, Pregão Eletrônico n° 057/2026. **Objeto Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais destinados à prevenção e proteção contra incêndios, compreendendo extintores de incêndio, recargas de extintores, luminárias de emergência, placas de sinalização fotoluminescente e suportes para extintores, visando à adequação, manutenção e segurança das edificações e espaços públicos municipais, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das Secretarias e Setores Vinculados a Prefeitura Municipal de Urucânia/MG.** Início da sessão pública: às 08:30 horas do dia 16/09/2026, através da plataforma www.licitardigital.com.br. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis na plataforma eletrônica e no Site: www.urucania.mg.gov.br. Maiores informações pelo Tel: (31) 2150-0380 ou pelo e-mail: licitacao@urucania.mg.gov.br.

Urucânia/MG, 25 de Agosto de 2026,

SÉRGIO FERNANDO MAYRINK –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:C02B4D6B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
PORTARIA Nº 108, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 108, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISE TÉCNICA E AVALIAÇÃO DE SISTEMA DE SOFTWARE DESTINADO AO AUXÍLIO NA FORMAÇÃO E ELABORAÇÃO DE CESTAS DE PREÇOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUCÂNIA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a necessidade de contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema de software destinado ao auxílio na formação e elaboração de cestas de preços para subsidiar os procedimentos de contratação pública do Município;
CONSIDERANDO o disposto no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Administrativo nº 120/2026 – Pregão nº 052/2026, na forma eletrônica, quanto à necessidade de avaliação das funcionalidades e características técnicas da solução ofertada;
CONSIDERANDO a necessidade de constituição de Comissão de Avaliação composta por servidores municipais aptos a verificar a conformidade da solução apresentada com as especificações e requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Avaliação, responsável pela realização de análise técnica, avaliação das funcionalidades e emissão de relatório acerca do sistema de software destinado ao auxílio na formação e elaboração de cestas de preços, objeto do Processo Administrativo nº 120/2026 – Pregão nº 052/2026, na forma eletrônica.

Art. 2º A Comissão de Avaliação será composta pelos seguintes servidores municipais:
I – Sheila Soares Miranda, matrícula nº 3059;
II – Maria José das Dores Firmino, matrícula nº 3604;
III – Matheus Bitaraes Sampaio, matrícula nº 3662.

Art. 3º Compete à Comissão de Avaliação:
I – acompanhar a apresentação e demonstração do sistema de software, quando prevista no procedimento licitatório;
II – verificar o atendimento das especificações técnicas, funcionais e operacionais estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos que integram o processo licitatório;
III – avaliar as funcionalidades, recursos, ferramentas e demais características do sistema apresentado pela empresa licitante;
IV – verificar a compatibilidade da solução apresentada com as necessidades da Administração Municipal para formação e elaboração de cestas de preços;
V – solicitar, quando necessário, esclarecimentos e demonstrações complementares acerca das funcionalidades apresentadas;
VI – registrar em ata ou documento próprio as ocorrências e conclusões decorrentes da avaliação;
VII – emitir relatório técnico conclusivo, devidamente fundamentado, quanto ao atendimento dos requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e no Termo de Referência;
VIII – encaminhar o resultado da avaliação ao Pregoeiro e à autoridade competente, para subsidiar a tomada das providências cabíveis no âmbito do procedimento licitatório.

Art. 4º Os trabalhos realizados pelos membros da Comissão de Avaliação serão considerados de relevante interesse público e serão exercidos sem remuneração adicional.

Art. 5º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos de avaliação do sistema e a emissão do respectivo relatório técnico, sem prejuízo de eventual necessidade de atuação posterior para esclarecimentos relacionados à avaliação realizada.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Urucânia-MG, 24 de agosto de 2026.

SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:C5FC9BDE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
PORTARIA Nº 109, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 109, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

"Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria nº 106, de 03 de agosto de 2026, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUCÂNIA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e os arts. 175 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 143, de 18 de outubro de 2011,
CONSIDERANDO o disposto no art. 6º da Portaria nº 106, de 03 de agosto de 2026, que estabelece o prazo de 20 (vinte) dias para conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, prorrogável por igual período, mediante justificativa;
CONSIDERANDO que, nos termos do art. 204 da Lei Complementar Municipal nº 143, de 18 de outubro de 2011, os prazos são contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, prorrogando-se para o primeiro dia útil seguinte o prazo vencido em dia em que não haja expediente;
CONSIDERANDO que o prazo inicial de 20 (vinte) dias, contado a partir de 04 de agosto de 2026, teve seu vencimento em 23 de agosto de 2026, domingo, ficando, portanto, prorrogado para o primeiro dia útil seguinte, em 24 de agosto de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de conclusão das diligências e demais atos necessários à adequada instrução da Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado, por mais 20 (vinte) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria nº 106, de 03 de agosto de 2026, nos termos do art. 6º da referida Portaria e do § 4º do art. 175 da Lei Complementar Municipal nº 143, de 18 de outubro de 2011.

Art. 2º A prorrogação de que trata o art. 1º terá início em 25 de agosto de 2026, após o encerramento do prazo originário em 24 de agosto de 2026.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 106, de 03 de agosto de 2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Urucânia-MG, 25 de agosto de 2026.

SERGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:7BB5FE15

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - EXTRATO DE ADITIVO

1º Termo aditivo ao Contrato nº 121/2025
Processo Licitatório nº 47/2025
Pregão Eletrônico nº. 21/2025

Contratado: **MEMORY PROJETOS E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA**
CNPJ: 71.000.731/0001-85
Objeto: A prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 12 meses, a partir de 15/08/2026 até 14/08/2027.

Prefeitura Municipal de Vazante, 25 de Agosto de 2026.

GABRIEL AFRÂNIO ROSA DE FARIA BARRA
Prefeito Municipal de Vazante-MG

Publicado por:
Scarlat Rocha
Código Identificador:A30FD5ED

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - EXTRATO DE ADITIVO

1º Termo aditivo ao Contrato nº 117/2026
Processo Licitatório nº 58/2025
Pregão Eletrônico nº. 29/2025

Contratado: **O FAZENDEIRO LTDA**
CNPJ: 21.899.992/0001-00
Objeto: Acréscimo quantitativo consistente em aditar 25% do item 01 do contrato, o que equivale a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

Prefeitura Municipal de Vazante, 25 de Agosto de 2026.

GABRIEL AFRÂNIO ROSA DE FARIA BARRA
Prefeito Municipal de Vazante-MG

Publicado por:
Scarlat Rocha
Código Identificador:C7846094

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - EXTRATO DE ATA

-10ª Ata de Sessão de Realização de Credenciamento Chamamento Público nº 003/2025.
Processo De Licitação Nº 33/2025
Inexigibilidade nº 06/2025.
Objeto: Credenciamento, para Chamamento público em que a Administração Pública convida interessados para credenciamento de pessoa jurídica, cujo objeto social contemple atividades técnicas relacionados à elaboração de projetos de Engenharia e/ou Arquitetura, projeto de prevenção e combate a incêndio, projeto sanitário, dentre outros, visando à execução, compatibilização de projetos e suas aprovações em órgãos competentes para atendimento das demandas das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Vazante.

Contratada: **MARQUES ENGENHARIA & CONSULTORIA EM TOPOGRAFIA LTDA**
CNPJ: 08.220.049/0001-6
Descrição: Prestação de serviços de engenharia das mais diversas áreas do ramo, onde vão de projetos arquitetônicos, engenharia, projeto de prevenção e combate a incêndio, projeto sanitário, complementares, execução, reformas, ampliação e regularização, dentre outros que possam surgir a necessidade de criação mediante a deliberações governamentais e/ou futuras aquisições feitas pela Administração Municipal. Além dos serviços citados também exige-se a entrega de planilhas e documentos pertinentes aos respectivos trabalhos, exemplo: cronograma físico-financeiro; composição de custos; planilhas orçamentárias; etc.
Valor: R$ 115.800.00

Prefeitura Municipal de Vazante, 25 de Agosto de 2026.

GABRIEL AFRÂNIO ROSA DE FARIA BARRA
Prefeito Municipal de Vazante-MG

Publicado por:
Scarlat Rocha
Código Identificador:6EC6AB3C

PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº33/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

O Município de Vazante-MG torna público Aviso de Pregão Eletrônico nº 33/2026. Objeto: Aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo entrega, montagem, instalação, configuração inicial e treinamento operacional básico dos servidores designados pela Administração. Data e horário de fim de recebimento das propostas: dia 11/09/2026 as 8 horas. Data e horário do início da disputa: dia 11/09/2026 às 8h10min. LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma de Licitações LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br. O edital poderá ser adquirido no Link: https://www.vazante.mg.gov.br/portal/editais/1;
www.licitardigital.com.br na Plataforma do Licitar digital e no PNCP https://www.gov.br/pncp/pt-br. Mais informações pelos Telefones: (31) 3191-0707 e (34) 3813-9714, de 08h as 11h e de 13h as 17h.

Vazante/MG, 25/08/2026.

RENATA CRISTINA CAIXETA,

KELLY CRISTINA DA SILVA XAVIER
Agente de Contratação/Pregoeira – Portaria 111/2026.

Publicado por:
Kelly Cristina da Silva Xavier
Código Identificador:AB4EAE7C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 020/2026 -PROCESSO Nº 123/2026 – OBJETO:A Administração Municipal de Visconde do Rio Branco, através da sua pregoeira, torna público a licitação na modalidade Pregão eletrônico, para locação de mesas, cadeiras e banheiros tipo contêiner destinados aos eventos organizados, realizados ou apoiados pelo Município, visando atender às necessidades de estrutura, acomodação, higiene e organização dos espaços utilizados nas atividades programadas.**Início do recebimento de proposta: dia: 31/08/2026. Data da sessão pública: Dia 14/09/2026 às 09h00min**, quando será dado início aos trabalhos. Cópia do edital já se encontra disponível para os interessados, no site: www.viscondedoriobranco.mg.gov.br e **viscondedoriobranco.licitapp.com.br** Informações: licitacaopmvrb@gmail.com**,** endereço à Praça 28 de Setembro, Centro. **(Ass.) Jordana Teixeira da Luz – Agente de Contratação.**

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:43D49C4E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO

TERMO DE PRORROGAÇÃO 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 096/2025 - PROCESSO Nº 051/2025 – PREGÃO N° 022/2025 – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: JOSÉ NEYMAR MENDES GONÇALVES 065251436628 - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo prorrogar o prazo de validade da ata de registro de preços n**º 096/2025**, cujo objeto é a aquisição de mobiliário, incluindo cadeiras, estantes, armários. **Data: 07/08/2026 - Vigência: 07/08/2027.**

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:61E6CB56

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE DE BOCAIUVA

SERVICO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054 /2026
Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bocaiuva – SAAE de Bocaiuva, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 13.118.506/0001-66, neste ato representado por sua Diretora Geral, Srta. IZABELLA SOUZA MEIRA.
Contratada: STRADA VEICULOS E PECAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.654.749/0001-15.
Objeto: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO UTILITÁRIO CABINE DUPLA 0 KM, NOVO, DE PRIMEIRO EMPLACAMENTO, PARA ATENDER À DEMANDA DO SAAE BOCAIÚVA – MG.
Origem: Processo Licitatório nº 090/2026 – Adesão nº 003/2026.
Valor Global: R$ 135.800,00
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de dotações próprias da autarquia.

MARLON ALEXSANDER SIQUEIRA
Pregoeiro do SAAE

Publicado por:
Marlon Alexsander Silva Siqueira
Código Identificador:514CD9FB

SERVICO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PUBLICAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATO 32/2025

Rescisão do Contrato nº32/2025,Unilateral,firmado em 24 de março de 2025.
Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bocaiuva – **SAAE de Bocaiuva,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº19.116.243/0001-18, neste ato representado por sua Diretora Geral, Srta. IZABELLA SOUZA MEIRA.
Contratada: SANITOP COMERCIAL LTDAA, inscrita no CNPJ sob o nº53.710.803/0001-04.
Objeto: AQUISIÇÃO DE INSUMOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA.(ETA)
Origem: Processo nº 54/2025, modalidade Pregão Eletrônico nº. 06/2025

Bocaiuva/MG, 25 de agosto de 2026.

IZABELLA SOUZA MEIRA
Diretora Geral do SAAE

Publicado por:
Fernanda Santiago Librelon
Código Identificador:6B6458F2

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAISÓPOLIS

SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO N.º 054/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 031/2026

O SAAE de Paraisópolis torna público que fará realizar o Processo Licitatório n.º 054/2026 - Pregão Eletrônico RP n.º 031/2026, cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: www.paraisopolis.mg.gov.br, na aba Licitações. **Objeto: Pregão Eletrônico – Registro de Preços para Contratação de empresa para futuro e eventual fornecimento de materiais elétricos, equipamentos e ferramentas correlatos, destinados à manutenção, adequação e atendimento das demandas operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Paraisópolis/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Anexo I - Termo de Referência**. Início de Cadastramento das Propostas: 26/08/2026 às 08h30min. Fim de Cadastramento das Propostas: 14/09/2026 às 08h00min. Abertura das Propostas e análises: 14/09/2026 às 08h15min. Formulação de consultas e obtenção do Edital: www.portaldecompraspublicas.com.br Canal de Suporte: 0800 730 5455.

ELEANDRO DE SOUZA FRAGA
Diretor

Publicado por:
Maiara Andressa Faria de Oliveira
Código Identificador:0AA95C75

SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO N.º 048/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2026

O SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Paraisópolis/MG, torna público o Extrato das Atas de Registro de Preços, oriunda do Processo Licitatório cujo objeto é:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS), EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E MATERIAIS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS E NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

CONTRATADA: AGE INTEGRATED SOLUTIONS LTDA
CNPJ: 62.375.949/0001-23
VALOR GLOBAL: R$218,40 (duzentos e dezoito reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: 24/08/2026 à 24/08/2027.

CONTRATADA: COFEMETA S.A
CNPJ: 17.281.973/0003-00
VALOR GLOBAL: R$ 7.185,28 (sete mil, cento e oitenta e cinco reais e vinte e oito centavos).
VIGÊNCIA: 24/08/2026 à 24/08/2027.

CONTRATADA: INFANTARIA COMERCIAL LTDA
CNPJ: 20.795.155/0001-79
VALOR GLOBAL: R$13.898,55 (treze mil, oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos).
VIGÊNCIA: 24/08/2026 à 24/08/2027

CONTRATADA: PRODUTOS SAP
CNPJ: 01.377.293/0001-93
VALOR GLOBAL: R$5.364,00 (cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais).
VIGÊNCIA: 24/08/2026 à 24/08/2027

ELEANDRO DE SOUZA FRAGA
Diretor

Publicado por:
Maiara Andressa Faria de Oliveira
Código Identificador:AF2F9D1E

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - LAGOA DA PRATA

SAAE LAGOA DA PRATA
PORTARIA Nº 071/2026

PORTARIA Nº 071/2026

O Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições previstas na Portaria nº 095/2025, de 22 de julho de 2025, da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG;

Considerando a Lei Municipal nº 1.011/2002, de 09 de abril de 2002, que institui a Licença sem Remuneração;

Considerando o requerimento da parte interessada;

Considerando que o empregado público não se enquadra nas exceções previstas nos incisos I, II e parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 1.011/2002, para adesão à Licença sem Remuneração.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Sr. JOÃO VICTOR EDUARDO MONTEIRO ABRÃO, empregado público municipal ocupante do cargo público de PORTEIRO/VIGIA II, Matrícula nº 217, Licença sem Remuneração pelo período de 01 (um) ano, com início em 1º de setembro de 2026 e término em 31 de agosto de 2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata-MG, 25 de agosto de 2026.

HERMANO DRUMMOND
Diretor do SAAE

Publicado por:
Joana Resende de Oliveira Lacerda
Código Identificador:1A0AE20F

SAAE LAGOA DA PRATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lagoa da Prata-MG – SAAE, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a seguinte licitação:

Pregão Eletrônico nº 047/2026 – Objeto: Aquisição de Combustível para a frota do SAAE, conforme exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência do edital.

Data de abertura: 08 de setembro de 2026, às 10h.

Edital encontra-se disponível nos sites www.saaelp.mg.gov.br e www.licitardigital.com.br e Portal Nacional de Contratações Públicas.

A sessão ocorrerá na Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

•

Lagoa da Prata, 25 de agosto de 2026.

Autoridade Competente:
HERMANO DRUMMOND -
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Joana Resende de Oliveira Lacerda
Código Identificador:58026BCC

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA DE CARANGOLA/MG

SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA DE CARANGOLA/MG AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE INTERESSADOS Nº 002/2026

O SEMASA torna público que realizará a seguinte licitação: OBJETO: Credenciamento e posterior contratação de leiloeiro oficial. PERÍODO DE ACOLHIMENTO DOS REQUERIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: De 14/09/2026 às 09:00 até 16/10/2026 às 17:00. SITE PARA REALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO: www.licitanet.com.br. O Edital na íntegra encontra-se no SEMASA/CGA, sito na Rua Divino, n° 93, Carangola–MG, fone (32) 99806-0709 - e-mail: comprasecontratos@semasacarangola.com.br e no site www.semasacarangola.com.br. O extrato do edital encontra-se publicado também em www.cisab.com.br.

Carangola, 25/08/2026.

VITOR HUGO COSENZA NEVES.
Diretor Geral.

Publicado por:
Renata Izidoro Lima Heinisch
Código Identificador:87C11FE1

SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA DE CARANGOLA/MG AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

O SEMASA torna público que realizará a seguinte licitação: OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis (gasolina comum e etanol comum). LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: Dia 08/09/2026 às 09:00. SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br. O Edital na íntegra encontra-se no SEMASA/CGA, sito na Rua Divino, n° 93, Carangola–MG, fone (32) 99806-0709 - e-mail: comprasecontratos@semasacarangola.com.br e no site www.semasacarangola.com.br. O extrato do edital encontra-se publicado também em www.cisab.com.br.

Carangola, 25/08/2026.

VITOR HUGO COSENZA NEVES.
Diretor Geral.

Publicado por:
Flávia Paula Ferreira da Cruz
Código Identificador:7EC295CA

SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA DE CARANGOLA/MG AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

O SEMASA torna público que realizará a seguinte licitação: OBJETO: Registro de Preços para firmar Termo de Contrato de expectativa de fornecimento de equipamentos de informática. LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: Dia 09/09/2026 às 09:00. SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br. O Edital na íntegra encontra-se no SEMASA/CGA, sito na Rua Divino, n° 93, Carangola–MG, fone (32) 99806-0709 - e-mail: comprasecontratos@semasacarangola.com.br e no site www.semasacarangola.com.br. O extrato do edital encontra-se publicado também em www.cisab.com.br.

Carangola, 25/08/2026.

VITOR HUGO COSENZA NEVES.
Diretor Geral.

Publicado por:
Flávia Paula Ferreira da Cruz
Código Identificador:6F47A49A

SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA DE CARANGOLA/MG EXTRATO DO DESPACHO DECISÓRIO – EXTINÇÃO UNILATERAL DE CONTRATO

O SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA – SEMASA, torna público que, por meio de Despacho Decisório proferido pela autoridade competente, foi determinada a EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 05/2026, celebrado com a empresa DEUSENI NOGUEIRA DA SILVA DE SOUZA, inscrita no CNPJ sob o nº 55.057.591/0001-25, decorrente do Processo Licitatório nº 006/2026 – Pregão Presencial nº 004/2026. A extinção unilateral decorre do descumprimento da obrigação contratual de manutenção, durante toda a vigência do contrato, das condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, conforme previsto na Cláusula Sétima, §5º, do Contrato nº 05/2026, tendo a contratada permanecido irregular quanto à documentação de habilitação, mesmo após prévia notificação para regularização. A decisão fundamenta-se, ainda, nas disposições previstas na Cláusula Dezesseis do Contrato nº 05/2026, que prevê a possibilidade de extinção por ato unilateral e escrito da Administração em razão do descumprimento das obrigações contratuais.

Carangola/MG, 25 de agosto de 2026.

VITOR HUGO COSENZA NEVES.
Diretor-Geral.

Publicado por:
Flávia Paula Ferreira da Cruz
Código Identificador:9309FA6A

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA PROPOSIÇÃO DE LEI 145-2026 - PL EM 125-2026 - ALTERA LEI N° 1.080-2003

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 145, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Altera a "Lei Municipal nº 1.080 de 2003", que dispõe sobre a política de proteção, conservação, desenvolvimento e controle do meio ambiente no Município de Lagoa da Prata/MG, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O *Caput* do Art. 7º da "Lei Municipal nº 1.080 de 2003" passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º A Conferência Municipal de Defesa do Meio Ambiente terá a mesma proporcionalidade estabelecida para o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, porém com o número mínimo de 16 (dezesseis) participantes."

Art. 2º Altera-se os incisos XII e XIII do art. 18 da "Lei Municipal nº 1.080 de 2003", que passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 18. (...)
XII – deliberar sobre os pedidos de licenciamento ambiental e de autorização para intervenção ambiental de sua competência, atribuída por esta Lei ou por regulamento, bem como julgar, em segunda e última instância administrativa, os recursos interpostos contra decisões proferidas nos processos administrativos ambientais, inclusive aqueles decorrentes da aplicação de penalidades administrativas, observado o disposto na legislação vigente;
XIII – opinar, quando solicitado, juntamente com o órgão executivo de meio ambiente, sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente."

Art. 3º O *Caput* e os Incisos I, II e IV do Art. 23 da "Lei nº 1.080, de 8 de julho de 2003" passam a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescidos os Incisos XVIII a XXIX, alterando o texto do Parágrafo único transformando-o em § 1º e acrescendo o § 2º:

Art. 23. Ao órgão executor compete, respeitadas as competências administrativas dos demais entes federados:
I - planejar e executar a Política Ambiental definida pela Conferência Municipal do Meio Ambiente;
II - planejar em conjunto com o SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto e demais órgãos competentes a Política de Saneamento;
III - *(...)*
IV – deliberar e expedir autorizações para corte, supressão, transplante ou poda drástica de árvores localizadas em áreas urbanas, públicas ou privadas, de competência municipal, ressalvadas as hipóteses disciplinadas por legislação especial ou cuja competência seja atribuída a outro ente ou órgão ambiental;
(...)
XVIII – licenciar ambientalmente os empreendimentos localizados em unidades de conservação e respectiva zona de amortecimento instituídas pelo Município, por meio do CODEMA, quando não seja competência de outro ente federado, por disposição da Lei Complementar Federal nº 140/2011;
XIX – aprovar a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras em florestas públicas municipais e unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental – APAs;
XX – autorizar o licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar Unidade de Conservação Municipal – UC ou sua Zona de Amortecimento – ZA;
XXI – autorizar as intervenções ambientais, ainda que o empreendimento não seja passível de licenciamento, respeitadas as competências dos demais entes federados, nas seguintes situações:
a) supressão de vegetação em área urbana, seja em Área de Preservação Permanente – APP ou não, quando não vinculada ao licenciamento ambiental de competência dos demais entes federativos;
b) no Bioma Mata Atlântica em área urbana, nas hipóteses permitidas na Lei da Mata Atlântica, mediante deliberação do CODEMA;
XXII – aprovar a supressão e o manejo de vegetação de florestas e formações sucessoras em empreendimentos licenciados ou autorizados ambientalmente pelo Município;
XXIII – renovar as licenças ambientais expedidas no âmbito de sua competência, mediante requerimento do interessado apresentado com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do vencimento da licença em vigor, observado o cumprimento das condicionantes e demais exigências legais aplicáveis;
XXIV – delegar, mediante convênio ou outro instrumento jurídico adequado, a execução, gestão e operacionalização do procedimento de licenciamento ambiental municipal a Consórcio Público Intermunicipal do qual o Município de Lagoa da Prata/MG seja ente consorciado, nos limites da Lei Federal nº 11.107/2005 e preservada a titularidade da competência administrativa municipal;
XXV – analisar e decidir sobre processos de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos:
a) de pequeno porte e pequeno potencial poluidor;
b) de pequeno porte e médio potencial poluidor;
c) de médio porte e pequeno potencial poluidor;
d) de pequeno porte e grande potencial poluidor;
e) de médio porte e médio potencial poluidor;
f) de grande porte e pequeno potencial poluidor;
XXVI – prestar apoio técnico e administrativo ao CODEMA;
XXVII – analisar e emitir parecer sobre estudos, planos, projetos e demais documentos técnicos relacionados às demandas apresentadas por pessoas físicas ou jurídicas, bem como sobre os processos de licenciamento ambiental e de autorização para intervenção ambiental, cuja apreciação e deliberação sejam de competência do CODEMA;
XXVIII – analisar e decidir os requerimentos de autorização para intervenção ambiental, vinculados ou desvinculados de processos de licenciamento ambiental, de competência do Município, ressalvadas as hipóteses disciplinadas por legislação especial ou aquelas cuja apreciação e deliberação sejam atribuídas ao Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA;
XXIX – exercer atividades correlatas.
§ 1º Além das competências taxativas e originárias elencadas neste Artigo e dispostas na "Lei Complementar Nacional nº 140, de 8 de dezembro de 2011", o Município poderá celebrar convênio de cooperação técnica e administrativa com o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e do Instituto Estadual de Florestas, de acordo com o "Decreto Estadual nº 46.937, de 21 de janeiro de 2016", visando ao licenciamento das demais classes de empreendimentos, à fiscalização e ao controle das atividades de impacto ambiental, bem como à autorização de outras intervenções ambientais de competência residual do Estado.

§ 2º A classificação dos empreendimentos e atividades a serem enquadrados nas respectivas classes deverá observar a "Deliberação Normativa COPAM nº 213/2017', a "Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017", as alterações promovidas pela "Deliberação Normativa COPAM nº 219/2018" e pela "Deliberação Normativa COPAM nº 250/2024", bem como as normas que vierem a substituí-las.

Art. 4º Os incisos II e III do art. 27 da "Lei Municipal nº 1.080 de 2003" passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. (…)
II – submeter, quando solicitado, ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente o plano de aplicação anual dos recursos do Fundo, em consonância com a Política Municipal do Meio Ambiente;
III – acompanhar, avaliar e executar as ações previstas na Política Municipal de Meio Ambiente, observadas as recomendações e manifestações de caráter consultivo emitidas pelo Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA, quando houver;
(...)."

Art. 5º O art. 28 da "Lei Municipal nº 1.080 de 2003" passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente serão aplicados em programas, projetos, ações e atividades de interesse ambiental, em conformidade com a Política Municipal de Meio Ambiente e o respectivo plano de aplicação aprovado pela autoridade competente, podendo o Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA emitir recomendações e pareceres de caráter consultivo sobre as prioridades de aplicação dos recursos.”

Art. 6º O art. 32 da “Lei Municipal nº 1.080 de 2003” passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32. A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos ou atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como dos que possam causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento ambiental, conforme legislação em vigor, de competência do órgão ambiental municipal.”

Art. 7º Ficam acrescidos à “Lei Municipal nº 1.080 de 2003” os arts. 32-A, 32-B e 32-C, com a seguinte redação:

“Art. 32-A Estão sujeitos ao licenciamento ambiental municipal as atividades e empreendimentos listados conforme critérios de potencial poluidor, degradador, porte e de localização, cujo enquadramento seja definido nas classes 0 a 4, sendo as classes 1 a 4 definidas pela Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, ou norma que sobrevier, e a classe 0 conforme disposto nesta Lei.

Art. 32-B Os empreendimentos ou atividades utilizadoras de recursos ambientais sujeitos ao licenciamento ambiental no âmbito municipal são aqueles que causem ou possam causar impacto de âmbito local, conforme definição dada pela Deliberação Normativa COPAM nº 213/2017, com alterações trazidas pela Deliberação Normativa COPAM nº 219/2018 e pela Deliberação Normativa COPAM nº 250/2024, e outros que lhe forem atribuídos por lei municipal, delegados por instrumento de cooperação federativa, ou que resultem da atuação supletiva e subsidiária.

Art. 32-C Ficam sujeitos ao licenciamento ambiental municipal os parcelamentos do solo urbano, compreendendo loteamentos, desmembramentos, condomínios de lotes, condomínios urbanísticos e demais modalidades de parcelamento previstas na legislação federal, estadual e municipal aplicável, localizados no território do Município e que sejam dispensados de licenciamento ambiental no âmbito estadual nos termos da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017, ou norma que venha a substituí-la, observadas as competências previstas na normativa federal e estadual, bem como na legislação urbanística municipal.
§ 1º Os empreendimentos de que trata o caput serão enquadrados na classe 0, criada exclusivamente para fins de regularização ambiental municipal.
§ 2º O licenciamento ambiental municipal de parcelamentos do solo urbano classe 0 será realizado mediante procedimento simplificado, observado o potencial poluidor, a sensibilidade ambiental da área, a existência de recursos hídricos, remanescentes de vegetação nativa, áreas de preservação permanente, unidades de conservação, áreas de risco geológico ou de inundação e demais critérios técnicos estabelecidos em regulamento.
§ 3º O órgão ambiental municipal poderá exigir estudos ambientais proporcionais aos impactos efetivos do empreendimento, incluindo Relatório Ambiental Simplificado – RAS, Plano de Controle Ambiental – PCA, Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, Projeto de Drenagem Pluvial, Projeto de Esgotamento Sanitário, Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e outros documentos técnicos necessários à adequada avaliação ambiental.
§ 4º A aprovação urbanística do parcelamento do solo não substitui o licenciamento ambiental municipal, devendo ambos os procedimentos ser observados de forma integrada.
§ 5º O licenciamento ambiental municipal previsto neste artigo não afasta a necessidade de obtenção de autorizações, outorgas, anuências ou demais atos administrativos exigidos pela legislação federal e estadual.”

Art. 8º Altera-se o inciso I do art. 33 da “Lei Municipal nº 1.080 de 2003”, bem como fica acrescido o inciso V, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33. No exercício de sua competência e controle, o órgão executor expedirá as seguintes licenças:
I – Licença Ambiental Concomitante – LAC: licenciamento no qual são analisadas as mesmas etapas previstas no licenciamento trifásico, com a expedição de duas ou mais licenças concomitantemente;
(...)
V – Licença Ambiental Simplificada – LAS: licenciamento realizado em etapa única, mediante apresentação de Relatório Ambiental Simplificado – RAS, contendo a descrição da atividade, as medidas mitigadoras e as informações técnicas exigidas.

Art. 9º Ficam acrescidos à “Lei Municipal nº 1.080 de 2003” os arts. 33-A, 33-B, 33-C, 33-D e 33-E, com a seguinte redação:

“Art. 33-A A Licença Ambiental Corretiva é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental municipal autoriza a continuidade da instalação ou da operação de empreendimento, atividade, obra ou intervenção ambiental iniciada sem a prévia obtenção da licença ambiental exigível, desde que demonstrada sua viabilidade ambiental e atendidas as exigências técnicas e legais aplicáveis.
§ 1º A Licença Ambiental Corretiva constitui instrumento de regularização ambiental e poderá ser concedida para empreendimentos ou atividades em fase de instalação, operação ou ambas, conforme a situação verificada no processo administrativo.
§ 2º A concessão da Licença Ambiental Corretiva dependerá da apresentação dos estudos, projetos, relatórios, programas ambientais e demais documentos exigidos para a modalidade de licenciamento correspondente, sem prejuízo de complementações determinadas pelo órgão ambiental municipal.
§ 3º Na análise do pedido de regularização corretiva, o órgão ambiental municipal deverá avaliar, dentre outros aspectos:
I – a viabilidade ambiental do empreendimento ou atividade;
II – os impactos ambientais já ocorridos e os potenciais impactos futuros;
III – a adoção de medidas de controle, mitigação, reparação ou compensação ambiental;
IV – o histórico de conformidade ambiental do empreendimento;
V – a existência de danos ambientais e as medidas necessárias à sua recuperação.
§ 4º A emissão da Licença Ambiental Corretiva não implica remissão, anistia ou exclusão da responsabilidade administrativa, civil ou penal decorrente de infrações ambientais eventualmente praticadas.
§ 5º A formalização do processo de licenciamento corretivo não impede a lavratura de auto de infração nem a aplicação das sanções cabíveis em razão da instalação ou operação irregular da atividade.
§ 6º O órgão ambiental municipal poderá estabelecer condicionantes específicas destinadas à adequação ambiental do empreendimento, à prevenção de novos impactos e à reparação dos danos eventualmente constatados.
§ 7º Verificada a inviabilidade ambiental da atividade ou a impossibilidade de sua adequação às normas ambientais vigentes, o pedido de Licença Ambiental Corretiva será indeferido, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

§ 8º A concessão da Licença Ambiental Corretiva produzirá os mesmos efeitos da licença ambiental correspondente à fase efetivamente regularizada, observadas as condicionantes e o prazo de validade fixados pelo órgão ambiental municipal.

Art. 33-B A Renovação de Licença Ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental municipal prorroga a validade de licença ambiental anteriormente concedida, após verificação do cumprimento das condicionantes estabelecidas, da manutenção da viabilidade ambiental do empreendimento, atividade, obra ou intervenção e da observância da legislação ambiental vigente.
§ 1º O pedido de renovação deverá ser protocolizado com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data de vencimento da licença ambiental, ficando automaticamente prorrogada sua validade até a manifestação definitiva do órgão ambiental municipal, desde que não haja ampliação, modificação ou alteração das características originalmente licenciadas.
§ 2º A renovação poderá implicar a revisão, inclusão, exclusão ou adequação de condicionantes ambientais, em razão de alterações legislativas, evolução tecnológica, necessidade de aprimoramento dos controles ambientais ou surgimento de novos impactos ambientais.
§ 3º O órgão ambiental municipal poderá exigir a apresentação de relatórios de automonitoramento, auditorias, estudos ambientais, laudos técnicos ou outros documentos necessários à avaliação do desempenho ambiental do empreendimento.
§ 4º Verificada a ocorrência de ampliação, modificação ou alteração capaz de modificar o porte, o potencial poluidor ou os impactos ambientais do empreendimento, o órgão ambiental municipal poderá determinar a formalização de novo processo de licenciamento ambiental.
§ 5º O descumprimento injustificado de condicionantes ambientais poderá ensejar o indeferimento do pedido de renovação, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis.

Art. 33-C A modalidade de licenciamento ambiental da atividade ou empreendimento será definida pela relação entre seu porte e potencial poluidor ou degradador, bem como pelos critérios locacionais de enquadramento e tipologia, nos termos da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 ou da norma que vier a substituí-la.
§ 1º O órgão ambiental competente, quando o critério técnico assim o exigir, poderá, justificadamente, determinar que o licenciamento se proceda em quaisquer de suas modalidades, independentemente do enquadramento inicial da atividade ou do empreendimento, observada a necessidade de apresentação dos estudos ambientais especificamente exigidos e respeitado o contraditório.
§ 2º Todo empreendimento ou atividade que, por suas características, não se enquadrar nas classificações existentes no âmbito desta Lei poderá ser convocado e/ou enquadrado em LAS classe 1 ou 2, mediante justificativa técnica e jurídica.

Art. 33-D As Licenças Ambientais Municipais serão deliberadas pelo órgão municipal de meio ambiente competente, após parecer técnico e jurídico sugestivo, exceto nos casos de legislação especial.

Art. 33-E A atividade ou o empreendimento em instalação ou em operação sem a devida licença ambiental deverá regularizar-se por meio do licenciamento ambiental em caráter corretivo, mediante comprovação da viabilidade ambiental, que dependerá da análise dos documentos, projetos e estudos exigíveis para a obtenção das licenças anteriores.
§ 1º A continuidade da instalação ou operação da atividade ou do empreendimento dependerá da assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC junto ao órgão ambiental competente, mediante formalização do processo de licenciamento.
§ 2º O prazo de validade das licenças ambientais será:
I – LP: 5 (cinco) anos;
II – LI: 6 (seis) anos;
III – LP e LI concomitantes: 6 (seis) anos;
IV – LAS, LO e licenças concomitantes à LO: 10 (dez) anos.
§ 3º No caso de LI concomitante à LO, a instalação do empreendimento deverá ser concluída no prazo previsto no inciso II do § 2º deste artigo, sob pena de cassação da licença concomitante."
Art. 10. Os arts. 38 a 43 da "Lei Municipal nº 1.080 de 2003" passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 38. Fica instituída a Taxa de Licenciamento Ambiental, destinada ao custeio da análise de processos de licenciamento ambiental no Município de Lagoa da Prata/MG, que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, incluindo aqueles referentes à regularização, à prorrogação do prazo de validade e à revalidação.
§ 1º Para fins de licenciamento ambiental municipal, consideram-se atividades ou empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental de âmbito local aqueles listados na Deliberação Normativa COPAM nº 213/2017, com alterações trazidas pela Deliberação Normativa COPAM nº 250/2024 ou por outra normativa que a venha substituir.
§ 2º Os valores dos custos de análise dos processos de licenciamento ambiental serão os constantes do Anexo I desta Lei.
§ 3º Os valores arrecadados com a cobrança da Taxa de Licenciamento Ambiental serão destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, administrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 39. Contribuinte da Taxa de Licenciamento Ambiental é a pessoa física ou jurídica que empreenda ou desenvolva atividades submetidas ao processo de licenciamento ambiental municipal.

Art. 40. A Taxa de Licenciamento Ambiental tem como fato gerador a atuação do órgão ambiental municipal na análise de processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades considerados efetiva ou potencialmente causadores de poluição ou degradação local, definidos pela Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 e nesta Lei.
Parágrafo único. A Taxa de Licenciamento Ambiental deverá ser quitada no ato da formalização do processo administrativo de licenciamento ambiental, ou parcelada na forma da legislação tributária municipal, com quitação integral antes da decisão final, sob pena de arquivamento do feito.

Art. 41. As taxas dos processos de licenciamento ambiental previstos nesta Lei não serão restituídas ao empreendedor após iniciada a análise do processo, salvo no caso do disposto no art. 8º da Deliberação Normativa COPAM nº 213/2017.
Parágrafo único. Constatado, a qualquer tempo, que houve pagamento a menor, a diferença deverá ser recolhida antes da emissão da licença requerida.

Art. 42. As taxas de análise não garantem o deferimento dos requerimentos de licença ambiental, nem conferem ao requerente o direito de iniciar a instalação ou o funcionamento da atividade antes da conclusão das análises pelo órgão técnico.

Art. 43. Às microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será aplicada redução de 50% (cinquenta por cento) no valor da Taxa, a título de tratamento diferenciado e favorecido, mediante apresentação de documento comprobatório atualizado emitido pelo órgão competente."

Art. 11. Ficam acrescidos à Lei Municipal nº 1.080/2003 os arts. 43-A, 43-B, 43-C, 43-D, 43-E, 43-F, 43-G e 43-H, com a seguinte redação:

"Art. 43-A. Ficam isentos das taxas para análise dos processos de licenciamento ambiental os empreendimentos de titularidade do Município de Lagoa da Prata/MG, realizados sob sua administração direta ou indireta.

Art. 43-B. As intervenções ambientais sujeitas à cobrança da Taxa de Autorização para Intervenção Ambiental – TAIA incluem, mas não se limitam a:
I – intervenção em Área de Preservação Permanente – APP;
II – supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo;
III – supressão de sub-bosque nativo em áreas de florestas plantadas;
IV – corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas;
V – demais intervenções ambientais previstas na legislação ambiental vigente.
Parágrafo único. O pagamento da Taxa de Autorização para Intervenção Ambiental será requisito para a emissão da autorização de intervenção ambiental pelo órgão competente.

Art. 43-C. O contribuinte da TAIA é a pessoa física ou jurídica que requeira autorização ambiental para intervenção em recursos naturais no território municipal.

Art. 43-D. Os valores da Taxa de Autorização para Intervenção Ambiental são os fixados no Anexo II desta Lei.

Art. 43-E. O processo de licenciamento ambiental somente será encaminhado ao CODEMA após a comprovação da quitação integral das taxas e despesas correspondentes ao requerimento apresentado.

Art. 43-F. O não recolhimento das taxas nos prazos fixados acarretará:
I – o arquivamento automático do processo de licenciamento ambiental;
II – a inscrição do débito na Dívida Ativa do Município, com a incidência dos encargos previstos na legislação tributária municipal.

Art. 43-G. Não será devida a restituição de valores pagos a título de taxas ou despesas administrativas referentes à análise de processos de licenciamento ambiental, de autorizações ou intervenções ambientais, ainda que os pedidos sejam indeferidos, arquivados ou cancelados por iniciativa do requerente.

Art. 43-H. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei por decreto, no que couber, para sua fiel execução."

Art. 12. Os arts. 44 a 47 da "Lei Municipal nº 1080 de 2003" passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 44. As infrações às disposições desta Lei, de seu regulamento e das demais normas complementares serão classificadas em leves, graves ou gravíssimas, e autuadas conforme tipologia prevista no Decreto Estadual nº 47.383/2018, ou norma que venha a substituí-lo, observando-se, cumulativamente, os seguintes critérios:
I – as suas consequências;
II – as circunstâncias agravantes e atenuantes;
III – os antecedentes do infrator.
Parágrafo único. A aplicação das penalidades observará os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e da gradação da sanção, considerando-se a natureza e a extensão do dano, a existência de circunstâncias atenuantes ou agravantes e a reincidência do infrator.

Art. 45. Sem prejuízo das sanções de natureza penal e civil cabíveis, os infratores das disposições desta Lei, de seu regulamento e das demais normas complementares estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I – advertência;
II – multa simples;
III – multa diária;
IV – apreensão de produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na prática da infração;
V – destruição ou inutilização de produto;
VI – suspensão de venda e fabricação de produto;
VII – embargo parcial ou total de obra ou atividade;
VIII – demolição de obra;
IX – suspensão parcial ou total das atividades;
X – cancelamento de licenças ou autorizações ambientais;
XI – restritiva de direito;
XII – obrigação de reparação dos danos causados ao meio ambiente.

Art. 46. Ao infrator penalizado com as sanções previstas nesta Lei caberá recurso administrativo em duas instâncias, nos seguintes termos:
§ 1º O recurso em primeira instância deverá ser apresentado à SEMEIA, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da penalidade.
§ 2º A SEMEIA será responsável por analisar e decidir o recurso apresentado, podendo realizar diligências, solicitar esclarecimentos e emitir parecer técnico conclusivo.
§ 3º Da decisão denegatória proferida pela SEMEIA caberá recurso em segunda instância ao CODEMA, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da ciência da decisão.
§ 4º A interposição de recurso administrativo em qualquer instância terá efeito suspensivo em relação à cobrança da multa até decisão final administrativa, não suspendendo medidas cautelares eventualmente aplicadas para preservação do meio ambiente.
§ 5º O recurso será decidido com base na motivação apresentada pelo recorrente, nas provas constantes do processo e na legislação ambiental aplicável, podendo o órgão julgador realizar diligências, solicitar pareceres técnicos ou convocar o recorrente para esclarecimentos.
§ 6º A admissibilidade dos recursos independe de prévio pagamento da multa, prestação de caução ou qualquer outro requisito de natureza pecuniária.

Art. 47. O não pagamento da multa aplicada, no prazo fixado na notificação, ou após o esgotamento das instâncias administrativas de defesa, implicará a inscrição do débito em Dívida Ativa Municipal, com os acréscimos legais previstos na legislação tributária vigente, podendo ensejar o ajuizamento da competente ação de execução fiscal.
§ 1º A inscrição em Dívida Ativa não exime o infrator da obrigação de reparar o dano ambiental causado, quando for o caso, nem das demais penalidades previstas nesta Lei.
§ 2º O Município poderá, por ato normativo, instituir formas alternativas de regularização ou parcelamento do crédito oriundo de sanções ambientais, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis."

Art. 13. Ficam acrescidos à "Lei Municipal nº 1.080 de 2003" os arts. 47-A e 47-B, com a seguinte redação:

"Art. 47-A. Ficam credenciados, para fins de fiscalização ambiental e aplicação das sanções previstas no Decreto Estadual nº 47.383/2018 e demais normas correlatas, os fiscais de posturas, obras e meio ambiente pertencentes ao quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata/MG e devidamente capacitados para o exercício do poder de polícia ambiental.

Art. 47-B. Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos mediante aplicação subsidiária e suplementar da legislação estadual e federal pertinente."

Art. 14. Ficam acrescidos à "Lei Municipal nº 1.080 de 2003" o Anexo I – Valores da Taxa de Licenciamento Ambiental e o Anexo II – Valores da Taxa de Intervenção Ambiental, que passam a integrá-la na forma dos anexos desta Lei.

Art. 15. Ficam revogados os arts. 19, 20, 21 e 22 e o parágrafo único do art. 23 da Lei Municipal nº 1.080 de 2003.

Art. 16. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a consolidar no texto da "Lei nº 1.080, de 2003" a alteração prevista nesta Lei.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Lagoa da Prata, 25 de agosto de 2026.

ANTÔNIO JUSTINO FILHO
Presidente

SÔNIA ANTÔNIA DIAS TAVARES
Secretária

ANEXO I

TABELA DE CUSTOS DOS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL – 2026
ATIVIDADES INDUSTRIAIS, MINERÁRIAS E DE INFRAESTRUTURA (LISTAGENS A, B, C, D, E E F)

1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO – LAS/RAS

Modalidade	Fase	Classe 0	Classe 1	Classe 2	Classe 3
LAS/RAS	Única	11,50 UFMLP	11,50 UFMLP	11,50 UFMLP	11,50 UFMLP

2. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Fase	Classe 3	Classe 4
LP	31,10 UFMLP	43,54 UFMLP
LI	**18,65 UFMLP**	24,88 UFMLP
LIC	64,69 UFMLP	88,94 UFMLP
LO	40,43 UFMLP	52,86 UFMLP
LOC	117,25 UFMLP	157,68 UFMLP

3. LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONCOMITANTE

Fase	Classe 3	Classe 4
LP+LI+LO	63,13 UFMLP	84,90 UFMLP
LP+LI	34,83 UFMLP	47,89 UFMLP
LI+LO	41,37 UFMLP	54,42 UFMLP
LIC+LO	105,12 UFMLP	141,81 UFMLP

4. ANÁLISE DE EIA/RIMA

Classe	Valor
Classe 3	35,97 UFMLP
Classe 4	46,65 UFMLP

5. RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Classe	Valor
Classe 3	40,43 UFMLP
Classe 4	52,86 UFMLP

6. OUTROS SERVIÇOS E EMOLUMENTOS

Serviço	Valor
Expedição de 2ª via de Certificado de Licenciamento Ambiental	0,25 UFMLP
Solicitações pós-concessão de licença (prorrogação, adendos, revisão de condicionantes)	11,49 UFMLP

Reprografia de documentos do processo administrativo (por folha)	0,0011 UFMLP
Retificação de Requerimento	0,17 UFMLP
Declarações e certidões relativas a processos de licenciamento e regularização ambiental	0,14 UFMLP
Análise de recurso administrativo interposto contra indeferimento de licença ambiental	1,69 UFMLP

ANEXO II

Modalidade de intervenção ambiental	Valor (R$)
Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo.	1,40 UFMLP + 0,01 UFMLP/h (por hectare ou fração)
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP.	1,40 UFMLP + 0,34 UFMLP/h
Destoca em área remanescente de supressão de vegetação nativa.	1,40 UFMLP + 0,01 UFMLP/h
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas.	1,40 UFMLP + 0,01 UFMLP/h
Corte de árvores nos passeios públicos das áreas urbanas	0,10 UFMLP
Intervenção em Área de Preservação Permanente - APP sem supressão de cobertura vegetal nativa e Regularização de OcupaçãoAntrópicaConsolidada em APP.	1,40 UFMLP + 0,01 UFMLP/h
Aproveitamento de material lenhoso	1,40 UFMLP + 0,01 UFMLP/h
Prorrogação de prazo de validade do DAIA - com vistoria.	1,40 UFMLP + 0,01 UFMLP/h
Prorrogação de prazo de validade do DAIA - sem vistoria.	**0,25 UFMLP**.
PRADA para imóveis acima de 4 módulos fiscais	1,40 UFMLP + 0,01 UFMLP/h
Prorrogação de prazo de validade do DAIA	1,40 UFMLP + 0,01 UFMLP/h

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:A436777B

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO
RESOLUÇÃO Nº 007/2026

RESOLUÇÃO Nº 007/2026

AUTORIZA O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS NO VALOR DE R$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS) À PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO FINO, ESTADO DE MINAS GERAIS.

CLÓVIS COLDIBELI, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Fino-MG, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, IV, da lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprova e ele promulga a seguinte **RESOLUÇÃO:**
Art. 1º - Fica a Presidência desta Casa autorizada a efetuar o repasse de recursos financeiros no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) à Prefeitura Municipal de Ouro Fino – MG.
Art. 2º – Para o repasse do valor mencionado no artigo anterior, serão, também, deduzidas as seguintes rubricas das dotações orçamentárias deste Poder Legislativo:

CLASSIFICAÇÃO	*FICHA*	*VALOR*
01.01.01.031.0002.3.001– REFORMA/AMPLIAÇÃO DA SEDE CÂMARA MUNICIPAL		
4490 51 – Obras e Instalações	*01*	*R$ 696.600,00*
01.01.01.031.0002.3.003– AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA CÂMARA MUNICIPAL		
4490 52 – Equipamentos e Material Permanente	*02*	*R$ 70.000,00*
01.01.01.031.0002.3.004– AQUISIÇÃO MOVEIS/EQUIP.P/ CORPO LEGISLATIVO		
4490 52 – Equipamentos e Material Permanente	*03*	*R$ 170.000,00*
01.01.01.031.0002.4.001– MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO LEGISLATIVO		
3390 35 – Serviços de Consultoria	*09*	*R$ 3.000,00*
3390 36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	*10*	*R$ 3.000,00*
3390 39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	*11*	*R$10.000,00*
3390 47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	*12*	*R$ 1.000,00*
3390 92 – Despesas de Exercícios Anteriores	*13*	*R$ 3.000,00*
01.01.01.031.0002.4.002– DESPESA COM HOMENAGENS E RECEPÇÕES		
3390 30 – Material de Consumo	*14*	*R$ 5.000,00*
3390 39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	*15*	*R$ 5.000,00*
01.01.01.031.0002.4.007– MANUTENÇÃO ATIVIDADE DA ESCOLA DO LEGISLATIVO		
3390 30 – Material de Consumo	*17*	*R$ 15.000,00*
3390 31 – Premiações Culturais, Artísticas, Cientificas, Desportivas e	*18*	*R$ 1.100,00*
3390 33 – Passagens e Despesas com Locomoção	*19*	*R$ 5.000,00*
3390 36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	*20*	*R$ 5.500,00*
3390 39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	*21*	*R$ 680,00*
01.02.01.031.0001.4.004– MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA GERAL		
3390 39 – Contratação por tempo Determinado	*23*	*R$ 6.120,00*
TOTAL		*R$1.000.000,00*

Art. 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “Vereador Antônio Olinto Alves”, em 24 de agosto de 2026.

CLÓVIS COLDIBELI
Presidente
Câmara Municipal de Ouro Fino/MG

Publicado por:
Joao Paulo de Oliveira Prado
Código Identificador:6E1464C5

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INFORMAÇÕES BÁSICAS
ART. 18, §1º, II da Lei Federal 14.133/2021
Área Requisitante: Assessoria Especial da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pirapora.
Número do DFD: Não se aplica. Necessidades de aquisições supervenientes à elaboração do Plano Anual de Contratações vigente.
Objeto: Pregão Eletrônico para *aquisição de Eletrodomésticos e Equipamentos Audiovisuais para atender as necessidades da Câmara Municipal de Pirapora.*
Introdução: O Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização de Demanda (DFD), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.
DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE
ART. 18, §1º, I da Lei Federal 14.133/2021
Objetiva-se a aquisição de fogão para a substituição do equipamento já existente na cozinha da Câmara Municipal de Pirapora, em razão da deterioração do mesmo pelo uso constante nos últimos 20 (vinte) anos, sem possibilidade de reparo, que vem comprometendo as atividades desenvolvidas pela equipe responsável pelos serviços da copa.
Objetiva-se, ainda, a aquisição de 2 (duas) televisões e um forno micro-ondas, para atender as necessidades da Câmara, respectivamente, quanto à implementação do sistema de monitoramento por câmaras da sede desta Casa Legislativa para garantia de segurança de servidores, vereadores e cidadãos; bem como para atender a requerimento da Comissão de Patrimônio Mobiliário desta Casa Legislativa, que verificou a necessidade de aquisição do micro-ondas para atender a demanda existente, pois só um equipamento não tem sido suficiente para atender a cozinha da Câmara Municipal de Pirapora.
Por fim, objetiva-se a aquisição de 1 (uma) lavadora de alta pressão para proporcionar maior eficiência na limpeza das áreas externas, calçadas, garagens, rampas, pisos e demais superfícies permitindo melhor remoção de sujeiras impregnadas com menor esforço operacional.
Assim, a aquisição dos bens acima descritos mostra-se medida necessária para possibilitar a modernização, eficiência e segurança nas instalações da Câmara Municipal de Pirapora.
QUANTITATIVO
ART. 18, §1º, IV da Lei Federal 14.133/2021
Foram quantificadas as seguintes necessidades potenciais imediatas:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO. Lavadora de alta pressão elétrica, sendo o produto indicado para a limpeza de superfícies externas, calçadas, garagens, rampas, pisos e demais superfícies oferecendo praticidade e mobilidade, com economia de água. Voltagem: 110V. Com mangueira de no mínimo 3 (três) metros, equipada com cabo para transporte e rodas.	UNIDADE	01
	FOGÃO. Fogão de 4 (quatro) bocas com acendimento automático na cor branca, funcionamento a gás para alimentação dos seus acendedores eletricos, bivolt, fabricado em material resistente com corpo em aço inoxidável e tampa de vidro temperado.	UNIDADE	01
	FORNO MICROONDAS Forno Microondas 20 litros. Voltagem: 110V. Cor: branca.	UNIDADE	01
	TELEVISÃO TV 65 Polegadas. Tipo: Smart TV. No mínimo 02 entradas USB; 03 entradas HDMI;HDMI CEC, ARC e HDMI 2.1; Resolução mínima: Ultra HD 4k; Tipo de Painel: no mínimo, Led; Chromecast integrado; Tamanho da Tela: 65 polegadas; Frequência mínima: 60Hz; Potência de áudio: no mínimo 20w, Wifi integrado; Bluetooth; Bivolt; Processador com AI; Recohecimento de voz e comando de voz à distância; com controle remoto, Gravação (PVR); com espelhamento de tela; com Certificado do Inmetro e Anatel.	UNIDADE	02

O quantitativo apurado foi baseado na necessidade do Órgão e fundamentado em Ofício elaborado pela Comissão de Patrimônio Mobiliário desta Casa Legislativa.
4.LEVANTAMENTO DE MERCADO: SOLUÇÕES IDENTIFICADAS, JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA
ART. 18, §1º, V da Lei Federal 14.133/2021
4.1Realizou-se levantamento sobre as possibilidades existentes para suprir a necessidade, identificando-se duas alternativas como Solução01 e Solução02.
4.2 SOLUÇÃO 1 – Aquisição mediante Dispensa de Licitação:
4.2.1Esse tipo de contratação permite maior celeridade, menor burocracia e atende imediatamente as necessidades do Órgão. Contudo, fica adstrita ao exercício financeiro. Logo, considerando que haverá a troca da gestão em Dezembro de 2026 e que não há possibilidade de formalização de Aditivos de Prorrogação de Vigência para além deste exercício financeiro, por contratação direta, não se recomenda a utilização da Dispensa.
SOLUÇÃO 2 – Aquisição mediante Pregão Eletrônico:
4.3.1Em que pese se trarte de modalidade mais burocrática e menos célere, permite que a Despesa extrapole o exercício financeiro, possibiliando a formalização de Aditivos quantitativos e qualitativos, durante a vigência contratual, o que demonstra maior eficiência Administrativa a longo prazo.
Justificativa Técnica e Econômica da Solução Escolhida
Após análise comparativa, verifica-se que a Solução 2 apresenta maior viabilidade técnica e econômica para a realidade da Câmara Municipal de Pirapora.

Sob o ponto de vista econômico, verifica-se que não há alterações significativas entre a realização da Despesa por Dispensa Eletrônica ou por Pregão, pois em ambas é possível garantir a ampla competitividade, o que naturalmente ocasiona a redução de preços.
Contudo, sob o ponto de vista técnico, a aquisição mediante Pregão possibilita maior vigência contratual, maior controle orçamentário e financeiro, bem como o respeito a Lei de Responsabilidade Fiscal, sobretudo considerando a iminente troca e gestão.
Por todo o exposto, a solução mais viável para o atendimento da demanda é a contratação mediante PREGÃO ELETRÔNICO, sem sistema de registro de preço, considerando que há previsibilidade de quantitativos.
ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
ART. 18, §1º, VI DA LEI FEDERAL 14.133/2021
5.1 O valor total da contratação ficou projetado em R$ 11.484,87 (onze mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos) conforme consta da tabela a seguir:

ITEM	NOME	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO. Lavadora de alta pressão elétrica, sendo o produto indicado para a limpeza de superfícies externas, calçadas, garagens, rampas, pisos e demais superfícies oferecendo praticidade e mobilidade, com economia de água. Voltagem: 110V. Com mangueira de no mínimo 3 (três) metros, equipada com cabo para transporte e rodas.	UNIDADE	01	R$ 565,10 MINAS FERRAMENTAS	R$ 630,10 MAGALU (MAGAZINE LUIZA)	R$ 722,67 MUNICÍPIO DE TRÊS PONTAS	R$ 639,29	R$ 639,29
	FOGÃO. Fogão de 4 (quatro) bocas com acendimento automático na cor branca, funcionamento a gás para alimentação dos seus acendedores eletricos, bivolt, fabricado em material resistente com corpo em aço inoxidável e tampa de vidro temperado.	UNIDADE	01	R$ 620,76 LEROYMERLIN	R$ 949,90 LEBES 70 (DREBES & CIA LTDA)	R$ 991,70 CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS	R$ 854,12	R$ 854,12
	FORNO MICROONDAS Forno Microondas 20 litros. Voltagem: 110V. Cor: branca.	UNIDADE	01	R$ 439,00 CASAS BAHIA	R$ 493,90 LOJA OFICIAL PHILCO	R$ 874,25 CÂMARA MUNICIPAL DE MERCES	R$ 602,38	R$ 602,38
	TELEVISÃO TV 65 Polegadas. Tipo: Smart TV. No mínimo 02 entradas USB; 03 entradas HDMI;HDMI CEC, ARC e HDMI 2.1; Resolução mínima: Ultra HD 4k; Tipo de Painel: no mínimo, Led; Chromecast integrado; Tamanho da Tela: 65 polegadas; Frequência mínima: 60Hz; Potência de áudio: no mínimo 20w, Wifi integrado; Bluetooth; Bivolt; Processador com AI; Recohecimento de voz e comando de voz à distância; com controle remoto, Gravação (PVR); com espelhamento de tela; com Certificado do Inmetro e Anatel.	UNIDADE	02	R$ 5.022,21 CASA & VIDEO	R$ 4.799,00 LOJA TCL (MEGAMAMU-TE COMÉRCIO ON LINE DE ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA LTDA)	R$ 4.262,40 CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA	R$ 4.694,54	R$ 9.389,08
(Onze mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos). TOTAL:								**R$ 11.484,87**

5.2 O valor unitário médio foi composto a partir da média de valores obtida por no mínimo três cotações idôneas retiradas de processos de contratações consultados no PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas) e buscas na internet.
Considerando que o valor apurado na estimativa do valor da contratação é inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e em observância ao previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006, o certame deverá ser destinado EXCLUSIVAMENTE à participação de microempresas (ME), microempreendedores individuais (MEI), empresas de pequeno porte (EPP) e demais empresas equiparadas.
JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO
ART. 18, §1º, VIII DA LEI FEDERAL 14.133/2021
6.1 A contratação deverá ocorrer POR ITEM, de modo a garantir a ampla competitividade, possibilitando aos licitantes a participação em um ou todos os itens do certame, o que reflete na economicidade.
6.2 A contratação por itens também possibilita a formalização de Aditivos quantitativos durante a vigência contratual, o que representa eficiência administrativa, dispensando a Administração da abertura de novos processos licitatórios a longo prazo.
RESULTADOS PRETENDIDOS
ART. 18, §1º, IX DA LEI FEDERAL 14.133/2021
7.1 Pretende-se atender as demandas da Câmara Municipal de Pirapora no tocante à aquisição de equipamentos.
POSSÍVEIS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO
ART. 18, §1º, X DA LEI FEDERAL 14.133/2021
Não foi identificada a necessidade de adoção de providências pela Câmara Municipal de Pirapora previamente à celebração do contrato e o objeto contratado não demanda a capacitação específica de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.
CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES
ART. 18, §1º, XI DA LEI FEDERAL 14.133/2021
Não foram identificadas contratações correlatas.
POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS
ART. 18, §1º, XII DA LEI FEDERAL 14.133/2021
Não foram identificados impactos ambientais diretamente decorrentes da contratação pretendida.
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
ART. 18, §1º, III DA LEI FEDERAL 14.133/2021
A empresa contratada deverá apresentar todas as certidões negativas e as declarações exigidas pela Lei Federal n.º 14.133/2021 de acordo com a modalidade de licitação que será utilizada.
O fornecedor deve estar em dia com todas as obrigações tributárias e trabalhistas, para atender ao que for solicitado e cumprir as cláusulas contratuais.

REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO: Só poderão participar do procedimento as microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou equiparadas na forma da Lei, que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação e que atendam aos requisitos mínimos exigidos de classificação das propostas e ainda as exigências para habilitação.
Para análise da compatibilidade entre o objeto da licitação e a atividade empresarial, serão prioritariamente considerados os CNAE's (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).
Será vedada a participação das interessadas que sejam ou estejam:
a)Estrangeiras que não funcionem no País;
b) Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
c)Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com o Município de Pirapora-MG ou outro órgão/ente;
d)Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98;
e)Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;
f) Não consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos da Lei Complementar n.º123/06, alterada pela Lei Complementar n.º147/14;
g) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
h) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessário;
i) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
j) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
k) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
l) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
m) Empresas que se enquadrem nas hipóteses de vedação ao nepotismo em contratações públicas previstas em orientações e decisões dos Tribunais de Contas, Tribunais de Justiça Superiores e recomendações de órgãos ministeriais;
n) O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os Servidores Municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer delas por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, inclusive ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções.
As empresas interessadas deverão comprovar as condições de habilitação atendendo ainda aos demais requisitos editalícios, dos quais sugere-se:
HABILITAÇÃO JURÍDICA:
EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor.
SOCIEDADE EMPRESÁRIA ESTRANGEIRA: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
SOCIEDADE SIMPLES: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
FILIAL, SUCURSAL OU AGÊNCIA DE SOCIEDADE SIMPLES OU EMPRESÁRIA: Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
SOCIEDADE COOPERATIVA: Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
HABILITAÇÃO TÉCNICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:
HABILITAÇÃO TÉCNICA:
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:
Comprovação de aptidão para fornecimento dos itens, com logística operacional satisfatória, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, dentre outros documentos.
QUALIFICAÇÃO FISCAL,SOCIAL E TRABALHISTA
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

É possível a participação de empresa em Recuperação Judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2a Cam., DOU de 04.10.2011);
A empresa em recuperação judicial deve apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do artigo 58 da Lei Federal n° 11.101/2005.
Não será exigido o balanço patrimonial por se tratar de produto com entrega imediata, de modo integral.

CONCLUSÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
ART. 18, §1º, VII e XIII DA LEI FEDERAL 14.133/2021
Conclui-se que, a solução mais viável para o atendimento da demanda é a AQUISIÇÃO de Eletrodomésticos e Equipamentos Audiovisuais realizando a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sem sistema de registro de preço.
Finalmente, anota-se que o presente estudo técnico preliminar contemplou os elementos mínimos exigidos nos incisos I, IV, VI, VIII, e XIII do §1º do art 18 da Lei n. 14.133/2021, suficientes para identificar o problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público, e foi capaz de apontar dentre as opções disponíveis no mercado, aquela contratação que revela viabilidade técnica e econômica.
RESPONSÁVEIS
ART. 6º, XX, DA LEI FEDERAL 14.133/2021
São responsáveis pela elaboração deste Estudo Técnico Preliminar os membros da Equipe de Planejamento desta Casa, a saber: Shelber Luiz Borges e Evely Caroline Sousa Nascimento.

Pirapora, 31 de julho de 2026.

SHELBER LUIZ BORGES –
Membro da Equipe de Planejamento

EVELY CAROLINE SOUSA NASCIMENTO –
Membro da Equipe de Planejamento

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:60640E36

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06-2026

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

DO SETOR REQUISITANTE

Assessoria Especial da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pirapora.
Número do DFD: Não se aplica. Contratação não prevista no Plano Anual de Contratações.

DO OBJETO

A *aquisição de Eletrodomésticos e Equipamentos de Audiovisuais, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Pirapora*.

DOS DETALHES DO CERTAME

A modalidade de licitação será de **PREGÃO ELETRÔNICO**, com fundamento no Art. 28, I, da Lei Federal n.º 14.133/2021 c/c Decreto Municipal n.º 50/2023, no que couber.
O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR VALOR UNITÁRIO**, visando selecionar a proposta que, concomitantemente, atenda aos requisitos estabelecidos nos instrumentos da contratação e que ofereça o menor custo para a Administração Pública em cada item do certame.
Considerando o valor médio apurado, em observância ao previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006, o certame deverá ser destinado **EXCLUSIVAMENTE** à participação de microempresas (ME), microempreendedores individuais (MEI), empresas de pequeno porte (EPP) e demais empresas equiparadas.
O regime de execução será por fornecimento.
As dotações orçamentárias a serem utilizadas são: Dotações:
- **4.4.90.52.06** – Aparelhos e Utensílios Domésticos – lavadora, fogão, micro-ondas - Reduzido: **4361**.
- **4.4.90.52.17** – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto – televisão - Reduzido: **4361**.

DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Objetiva-se a aquisição de fogão para a substituição do equipamento já existente na cozinha da Câmara Municipal de Pirapora, em razão da deterioração do mesmo pelo uso constante nos últimos 20 (vinte) anos, sem possibilidade de reparo, que vem comprometendo as atividades desenvolvidas pela equipe responsável pelos serviços da copa.
4.2 Objetiva-se, ainda, a aquisição de 2 (duas) televisões e um forno micro-ondas, para atender as necessidades da Câmara, respectivamente, quanto à implementação do sistema de monitoramento por câmaras da sede desta Casa Legislativa para garantia de segurança de servidores, vereadores e cidadãos; bem como para atender a requerimento da Comissão de Patrimônio Mobiliário desta Casa Legislativa, que verificou a necessidade de aquisição do micro-ondas para atender a demanda existente, pois só um equipamento não tem sido suficiente para atender a cozinha da Câmara Municipal de Pirapora.
Por fim, objetiva-se a aquisição de 1 (uma) lavadora de alta pressão para proporcionar maior eficiência na limpeza das áreas externas, calçadas, garagens, rampas, pisos e demais superfícies permitindo melhor remoção de sujeiras impregnadas com menor esforço operacional. Assim, a aquisição dos bens acima descritos mostra-se medida necessária para possibilitar a modernização, eficiência e segurança nas instalações da Câmara Municipal de Pirapora.
A escolha pela modalidade de Pregão Eletrônico se deu pelas justificativas previstas no ETP.

A contratação será exclusiva para microempresas, microempreendedores individuais e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, de modo a fomentar o desenvolvimento econômico local, como determina a Lei Municipal nº 2537/2022. Dessa forma, o processo licitatório proposto atende aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, assegurando o atendimento das necessidades desta Casa Legislativa.

DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO(S) PRODUTO(S)

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se presente no ETP e consistiu na aquisição de Eletrodomésticos e Equipamentos de Audiovisuais, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Pirapora.

DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R$ 11.484,87 (onze mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos)**, conforme custos expressos no levantamento de mercado realizado pela Equipe de Planejamento.

DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto do certame se enquadra no conceito de **OBJETO** de natureza **COMUM**, eis que os padrões de desempenho e qualidade podem ser facilmente definidos em Edital de maneira objetiva por meio especificações usuais de mercado (art. 6º, XIII da Lei Federal nº 14.133/2021).
Compõem objeto do presente certame os seguintes itens, quantitativos e preços apurados:

ITEM	NOME	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO. Lavadora de alta pressão elétrica, sendo o produto indicado para a limpeza de superfícies externas, calçadas, garagens, rampas, pisos e demais superfícies oferecendo praticidade e mobilidade, com economia de água. Voltagem: 110V. Com mangueira de no mínimo 3 (três) metros, equipada com cabo para transporte e rodas.	UNIDADE	01	R$ 565,10 MINAS FERRAMENTAS	R$ 630,10 MAGALU (MAGAZINE LUIZA)	R$ 722,67 MUNICÍPIO DE TRÊS PONTAS	R$ 639,29	R$ 639,29
	FOGÃO. Fogão de 4 (quatro) bocas com acendimento automático na cor branca, funcionamento a gás para alimentação dos seus acendedores eletricos, bivolt, fabricado em material resistente com corpo em aço inoxidável e tampa de vidro temperado.	UNIDADE	01	R$ 620,76 LEROYMERLIN	R$ 949,90 LEBES 70 (DREBES & CIA LTDA)	R$ 991,70 CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS	R$ 854,12	R$ 854,12
	FORNO MICROONDAS Forno Microondas 20 litros. Voltagem: 110V. Cor: branca.	UNIDADE	01	R$ 439,00 CASAS BAHIA	R$ 493,90 LOJA OFICIAL PHILCO	R$ 874,25 CÂMARA MUNICIPAL DE MERCES	R$ 602,38	R$ 602,38
	TELEVISÃO TV 65 Polegadas. Tipo: Smart TV. No mínimo 02 entradas USB; 03 entradas HDMI;HDMI CEC, ARC e HDMI 2.1; Resolução mínima: Ultra HD 4k; Tipo de Painel: no mínimo, Led; Chromecast integrado; Tamanho da Tela: 65 polegadas; Frequência mínima: 60Hz; Potência de áudio: no mínimo 20w, Wifi integrado; Bluetooth; Bivolt; Processador com AI; Recohecimento de voz e comando de voz à distância; com controle remoto, Gravação (PVR); com espelhamento de tela; com Certificado do Inmetro e Anatel.	UNIDADE	02	R$ 5.022,21 CASA & VIDEO	R$ 4.799,00 LOJA TCL (MEGAMAMU-TE COMÉRCIO ON LINE DE ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA LTDA)	R$ 4.262,40 CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA	R$ 4.694,54	R$ 9.389,08
(Onze mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos). TOTAL:								**R$ 11.484,87**

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E DO PRAZO DE VIGÊNCIA

As estimativas foram apuradas pela Equipe de Planejamento desta Casa, em conjunto com a Comissão de Patrimônio Mobiliário.
Considerando o valor médio apurado pela Equipe de Planejamento, em observância ao previsto no art. 48, inciso I, da lei Complementar nº 123/2006, o certame deverá ser destinado exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
O prazo de vigência da Contratação será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração Pública.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Nos termos do inciso I do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a presente licitação é destinada exclusivamente à participação de ME, MEI, EPP e a elas equiparadas.
Consideram-se Micro, MEI e Pequenas Empresas aptas à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no Parágrafo 4º do referido Art. 3º.
Para fins de comprovação da condição de Micro, MEI ou Empresas de Pequeno Porte assim definidas aquelas que se enquadram na classificação descrita no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, a Licitante deverá apresentar declaração afirmando tal condição.
Poderão participar deste Pregão as empresas interessadas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão e que atenderem aos requisitos de habilitação e da proposta de preços;
Não poderá participar do presente certame pessoas físicas ou jurídicas que sejam ou estejam:
Estrangeiras que não funcionem no País;
Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com o Município de Pirapora-MG ou outro órgão/ente;
Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98;
Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;
Não consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos da Lei Complementar n.º123/06, alterada pela Lei Complementar n.º147/14;
Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessário;
Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
Empresas que se enquadrem nas hipóteses de vedação ao nepotismo em contratações públicas previstas em orientações e decisões dos Tribunais de Contas, Tribunais de Justiça Superiores e recomendações de Órgãos Ministeriais;
O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os Servidores Municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer delas por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, inclusive ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções.
Considerando que é ato discricionário da Câmara Municipal, diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto e que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que **é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" nesta licitação**.
A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital.

DO MODELO DE EXECUÇÃO, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA: até 15 (quinze) dias úteis, a contar da emissão da Ordem de Compra.
O **FORNECIMENTO** será efetuado de forma integral, conforme a quantidade estipulada na Ordem de Compra.
LOCAL DE ENTREGA: Os itens/produtos/materiais solicitados, deverão ser entregues na sede da Câmara Municipal de Pirapora, Avenida Rodolfo Mallard, 331, Centro, Pirapora/MG, no horário de 8h às 14h de segunda a sexta-feira, em dias úteis.
Não havendo expediente no dia fixado, a entrega deverá ser efetivada no primeiro dia útil seguinte.
O **RECEBIMENTO PROVISÓRIO** dos itens se dará no ato da entrega, com a verificação da conformidade do material com o descrito na nota de empenho, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.
O **RECEBIMENTO DEFINITIVO**, se dará após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento provisório, após a verificação das especificações e quantidades solicitadas e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.
Os itens/produtos/materiais entregues em desacordo com o especificado neste instrumento e na proposta serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a Contratada a repô-lo(s), no **prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** a contar da solicitação da substituição, sob pena de ser considerada inadimplência contratual.
O recolhimento do produto recusado e a entrega do novo produto correrão às custas da contratada.
MODELO BÁSICO DE GESTÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO
A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
As comunicações entre a Câmara Municipal e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
A Câmara Municipal poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

DA ADESÃO AO PORTAL AMM LICITA

O fornecedor deverá fazer sua adesão ao PORTAL AMM LICITA, acessando o seguinte endereço eletrônico: https://ammlicita.org.br/, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.
O credenciamento no portal dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
O credenciamento da proponente junto ao PORTAL AMM LICITA implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no PORTAL AMM LICITA que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica.
A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.
Informações complementares a respeito do credenciamento serão obtidas no site do Portal AMM Licita, não cabendo à Câmara Municipal solucionar eventuais problemas a ele relacionados.
O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Câmara Municipal de Pirapora por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL AMM LICITA e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
Todas as informações sobre Proposta, Documentos de Habilitação e Procedimento a serem observados constarão do Edital.

DA HABILITAÇÃO

O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:
Documentação relativa à habilitação jurídica;
Documentação relativa à habilitação fiscal;
Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
Documentação relativa à habilitação econômica–financeira;
Documentação relativa à qualificação técnica;
Documentação relativa ao cumprimento dos requisitos previstos na Lei Complementar n° 123/2006.
Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal AMM Licita e ainda nos seguintes cadastros:
Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, através do link: Ceis – Portal da transparência (portaldatransparencia.gov.br);
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), através do link: Cnep – Portal da transparência (portaldatransparencia.gov.br);
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através do link: Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (cnj.jus.br).
Para fins de habilitação, será observado o preenchimento **"SIM OU NÃO"**, em campo próprio do sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA,** relativo às condições de participação no certame.
Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências do Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.
DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS RELATIVOS À **HABILITAÇÃOJURÍDICA**:
EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor.
SOCIEDADE EMPRESÁRIA ESTRANGEIRA: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
SOCIEDADE SIMPLES: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
FILIAL, SUCURSAL OU AGÊNCIA DE SOCIEDADE SIMPLES OU EMPRESÁRIA: Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
SOCIEDADE COOPERATIVA: Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.
DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS RELATIVOS À REGULARIDADE PARA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.
Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
Para análise da compatibilidade entre o objeto da licitação e a atividade empresarial serão considerados o objeto social e ou os números de CNAE's (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).
Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da proponente;
A proponente, Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Câmara Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado, com os mesmos efeitos da CNDT, se verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, instituída pela Lei nº 12.440/2011.
DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO PARA **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**:
Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, ou de insolvência civil, expedida pelo cartório distribuidor da sede ou domicílio da licitante.
Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.
Não será exigido o Balanço Patrimonial considerando tratar-se de Licitação por itens, com baixo valor estimado e entrega imediata.
DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO PARA **HABILITAÇÃO TÉCNICA**:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL: Comprovação de aptidão para execução de fornecimento e logística de entrega dos itens exatamente considerados ou semelhantes por natureza, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Não será admitida a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

Os Atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação da Pregoeira e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337–F do Código Penal.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Câmara Municipal e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS PREVISTOS NA **LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006**:

Para a ME ou EPP definida pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, a comprovação de sua condição/enquadramento deverá ser feita por meio de Certidão Simplificada ou Declaração de Enquadramento expedida pela Junta Comercial da sede da ME ou EPP, ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, ou qualquer outro documento idôneo que comprove a condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme instrução normativa vigente à época.

Para o Microempreendedor Individual, sua condição de ME ou EPP, poderá ser comprovada através do CCMEI – Certificado da Condição do Microempreendedor Individual, documento que certifica que a empresa está aberta e comprova a sua inscrição no CNPJ e na Junta comercial do seu Estado.

Para a sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP, por meio de comprovação de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não coo perados.

DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

Sempre que possível, os documentos apresentados terão sua autenticidade certificada junto às páginas dos órgãos emissores ou de certificação, para fins de habilitação.

A verificação pelo órgão ou entidade promotora da licitação nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT; ou

se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

As Microempresas – ME e as Empresas de Pequeno Porte – EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Câmara Municipal, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Pregoeira.

Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos **5 (cinco) dias úteis** inicialmente concedidos.

A não regularização da documentação, no prazo previsto neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Não será inabilitado o licitante que apresentar documento com a validade expirada, desde que seja possível a verificação/atualização de sua validade via internet, através dos sítios eletrônicos dos órgãos emissores, na fase de habilitação. Todavia, ficará sob sua inteira responsabilidade a acessibilidade aos ditos documentos, podendo a impossibilidade de realização da consulta acarretar sua inabilitação.

SE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NÃO ESTIVER COMPLETA OU CONTRARIAR QUALQUER DISPOSITIVO DESTE EDITAL, A PREGOEIRA CONSIDERARÁ A LICITANTE INABILITADA.

Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento.

CONSTATADO O ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO FIXADAS NO EDITAL, O LICITANTE SERÁ DECLARADO VENCEDOR.

A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

A apresentação de documentos complementares de habilitação será permitida apenas na fase de diligência, conforme o Art. 64 da Lei 14.133/21, para:

complementar informações de documentos já apresentados; ou

atualizar documentos cuja validade expirou após o recebimento das propostas.

Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o *caput* deste item, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA e a ocorrência será registrada em ata.

É FACULTADO À PREGOEIRA OU À AUTORIDADE SUPERIOR, EM QUALQUER FASE DESTE PREGÃO, A PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIA DESTINADA A ESCLARECER OU COMPLETAR A INSTRUÇÃO DO PROCESSO, VEDADA A INCLUSÃO POSTERIOR DE INFORMAÇÃO OU DE DOCUMENTOS QUE DEVERIAM CONSTAR ORIGINARIAMENTE DA PROPOSTA OU DA DOCUMENTAÇÃO.

É FACULTADO À PREGOEIRA OU À AUTORIDADE SUPERIOR, EM QUALQUER FASE DESTE PREGÃO SOLICITAR AOS SETORES COMPETENTES A ELABORAÇÃO DE PARECERES TÉCNICOS DESTINADOS A FUNDAMENTAR SUAS DECISÕES.

Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após a análise da proposta e da documentação habilitatória, tais documentos deverão ser apresentados em formato digital, exclusivamente via PORTAL AMM LICITA, observado o prazo de até 30 (trinta) minutos, contadas da solicitação da Pregoeira no "chat" do sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA.

É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante.

Para fins de habilitação, é facultada à Pregoeira a verificação das informações e a obtenção de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas Municipal, Estadual e Federal, emissores de certidões, devendo ser tais documentos juntados ao processo.
O sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta em: https://ammlicita.org.br/.

DO RECURSO

Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP se for o caso, a Pregoeira fixará o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, exclusivamente em campo próprio do sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA.
Havendo quem se manifeste, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
Nesse momento, a Pregoeira não entra no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, também pelo sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA observados os prazos estabelecidos no subitem anterior.
Os recursos serão dirigidos à Pregoeira, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, nos moldes do art. 165, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Poderá ocorrer pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico, nos moldes do inciso II, do art. 165, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
O recurso será dirigido à Pregoeira, que, não reconsiderando sua decisão, irá fazê-lo subir, acompanhado de informações, para decisão do PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, o qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente e o acolhimento do recurso importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.
No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
O resultado do recurso será disponibilizado no PORTAL AMM LICITA.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução, de forma a eximir a Câmara Municipal de quaisquer ônus e responsabilidades.

Responder por quaisquer danos que, por sua culpa ou dolo, venham a ser causados à Câmara Municipal ou a terceiros, durante o fornecimento dos produtos, inclusive, por atos praticados pelos seus funcionários, ficando assim, afastada qualquer responsabilidade da Câmara Municipal.
Substituir de imediato, às suas expensas, os produtos, se forem detectados defeitos, vícios ou que não se adequarem às especificações do Edital e seus anexos.
Entregar os itens/produtos solicitados de acordo as especificações, condições e prazos estabelecidos, dentro do prazo de validade de consumo.
Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação, bem como representar os documentos com prazo de validade expirado.
Entregar os itens/produtos na Câmara Municipal em perfeitas condições de consumo, sem marcas, amassados, ou quaisquer imperfeições, que possam comprometer o seu uso ou consumo imediato pela Câmara Municipal.
Não transferir ou ceder o objeto do edital, no todo ou parte, nem subcontratar o fornecimento, a não ser com prévia e expressa autorização, por escrito, da Câmara Municipal.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE – CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA

Assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da CONTRATADA ao local de fornecimento dos itens/produtos solicitados, desde que devidamente identificados.
Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade no fornecimento dos itens/produtos e interromper imediatamente, se for o caso, o seu fornecimento.
Solicitar a CONTRATADA a substituição dos produtos que não se adequarem às especificações do Edital e anexos, mediante comunicação a ser feita pelo fiscalizador.
Devolver os itens/produtos que não apresentarem condições de serem utilizados.
Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;
Acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato por meio de um representante da Administração especialmente designado para tanto;
Notificar a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas em Edital ou Termo de Referência;
Pagar a Fatura ou Nota Fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste Termo de Referência.

DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação.

DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021.

DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é mais vantajoso.
É permitida a realização de Aditivos de Prazo desde que atendidas as condições da Lei Federal n° 14.133/2021.

DA GESTÃO DO CONTRATO

A gestão da contratação será feita pela **Diretoria de Contratos**, que coordenará a atualização do processo de acompanhamento da contratação contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da contratação, a exemplo da ordem de fornecimento/serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
O gestor da contratação acompanhará os registros realizados pelos fiscais da contratação, de todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
Igualmente,acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
Caberá ao gestor da contratação emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratação, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
O gestor da contratação tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ou pela Pregoeira ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução da Contratação será acompanhada e fiscalizada pelos servidores especialmente designados na **PORTARIA Nº 082/2026**, nos termos do *caput* do art.117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, observado o Despacho de Abertura.
O fiscal da contratação acompanhará a execução da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal da contratação emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para a correção.
O fiscal da contratação informará ao gestor da contratação, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da contratação nas datas aprazadas,o fiscal da contratação comunicará o fato imediatamente ao gestor da contratação.
O fiscal da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e as glosas, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal da contratação atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da contratação para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

DAS FORMAS E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

DA LIQUIDAÇÃO
Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, desde que a CMP já tenha recebido os projetos nos exatos termos definidos por este termo de referência, e que todos os projetos tenham sido aprovados pela Presidência da Casa.
Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e da Câmara Municipal; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Câmara Municipal;
A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal; prova de regularidade relativa à seguridade social, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, conforme documentação mencionada no art. 68 da Lei n° 14.133/2021.
A Câmara Municipal deverá realizar consulta às documentações apresentadas pela contratada para:
Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
Constatando-se, junto ao registro cadastral, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Câmara Municipal.
Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Câmara Municipal deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
Persistindo a irregularidade, a Câmara Municipal deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao registro cadastral.

DO PRAZO DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada: **4.4.90.52.06** – Aparelhos e Utensílios Domésticos – lavadora, fogão, micro-ondas – reduzido 4361; - **4.4.90.52.17** – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto – televisão - reduzido 4361.
O pagamento à contratada será efetuado pela Tesouraria/Contabilidade da Câmara Municipal, creditado em favor da contratada através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta e descrita abaixo, o qual ocorrerá prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis posteriores a apresentação da competente nota fiscal/fatura e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido por servidor responsável pela fiscalização da contratação.
O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
Qualquer atraso acarretado por parte da contratada na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.
Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.
Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100)/365
EM = I.N.VP
Onde:
I = índice de atualização financeira.
TX = percentual da taxa de juros de mora anual.
EM = encargos moratórios.
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = valor da parcela em atraso.

Para a hipótese definida no subitem anterior a Contratada fica obrigada a emitir nota fiscal/fatura suplementar, identificando, de forma clara, que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da Câmara Municipal.
A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.
DO REAJUSTE, REEQUILÍBRIO E PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA

O Contrato poderá ser objeto de reajuste, se prorrogada a vigência, após o interregno de 01 (um) ano, observado o índice INPC acumulado nos últimos 12 (doze) meses.
O Contrato poderá sofrer Aditivos de reequilíbrio econômico-financeiro a qualquer tempo desde que verificadas a ocorrência de áleas extraordinárias, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
Admitir-se-á a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nas condições previstas na Lei de Licitações.
Será permitida a celebração de Aditivos de alteração qualitativa e quantitativa, observadas as disposições da Lei de Licitações.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado.
Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução do objeto, de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até 10 (dez) dias, calculados sobre o valor da contratação, por ocorrência;
Moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30 (trigésimo) dia, com a possível rescisão da contratação;

Moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor de sua proposta no caso da licitante deixar de assinar o contrato, não celebrar o Contrato ou outro instrumento correspondente quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.
A aplicação das sanções previstas nesta Contratação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara Municipal (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Câmara Municipal ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicia l, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para a Câmara Municipal;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Contratação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
A Câmara Municipal deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Elege-se o foro da comarca de Pirapora-MG, para dirimir eventuais dúvidas e omissões referentes a este Termo de Referência.
A tramitação da licitação deverá ocorrer através da Plataforma AMM Licita, com ID disponibilizado no Site Oficial da Câmara Municipal de Pirapora.

Pirapora, 03 de agosto de 2026.

BRENDA CHRISTIAN BOTELHO LOPES
Assessora Especial da Mesa Diretora

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:E10B1CE5

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06-2026

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

PREÂMBULO
A **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 25.213.679/0001-28, com sede na Avenida Rodolfo Mallard, nº 331, Centro, Pirapora-MG, CEP: 39.270-074, neste ato representada por seu presidente, Itamar Alves Mota, brasileiro, vereador, inscrito no CPF sob o nº 001.034.666-06, torna público que, no local, data e horário abaixo indicado, realizará a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2026**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026**, com critério de julgamento de **MENOR VALOR POR ITEM,** com regime de execução por **FORNECIMENTO,** modo de disputa **ABERTO,** modelo de participação **EXCLUSIVO PARA ME/EPP,** regido pela Instrução Normativa nº 001/2025 CMP; Portaria nº 071/2025 CMP, Decreto Municipal n° 050/2023, no que couber; pela Lei Federal nº 14.133/2021; pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014; pela Lei Municipal nº 2.537/2022; e demais condições fixadas neste Edital e seus Anexos.
O pregão será realizado pela Pregoeira, Marjorie Santos Siqueira, designada na Portaria nº 089/2026, tendo como Equipe de Apoio os servidores: Enilson Duarte dos Reis, Thiago Cardoso Silva, Victor Amorim Correa da Silva, Lumarte Marques de Abreu, Michelle dos Reis Oliveira Nascimento e Débora Barbosa da Silva, todos designados pela Portaria nº 085/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h30min do dia 08/09/2026, no endereço eletrônico https://ammlicita.org.br/, horário de Brasília-DF. ID 110211.

DO OBJETO

Objetiva-se o**:** Pregão Eletrônico, para Aquisição de **ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS** para atender as necessidades da Câmara Municipal de Pirapora.
A licitação ocorrerá de **forma eletrônica**, através do Portal AMM Licita.
Constitui objeto do presente edital:

ITEM	NOME	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO. Lavadora de alta pressão elétrica, sendo o produto indicado para a limpeza de superfícies externas, calçadas, garagens, rampas, pisos e demais superfícies oferecendo praticidade e mobilidade, com economia de água. Voltagem: 110V. Com mangueira de no mínimo 3 (três) metros, equipada com cabo para transporte e rodas.	UNIDADE	01	R$ 565,10 MINAS FERRAMENTAS	R$ 630,10 MAGALU (MAGAZINE LUIZA)	R$ 722,67 MUNICÍPIO DE TRÊS PONTAS	R$ 639,29	R$ 639,29
	FOGÃO. Fogão de 4 (quatro) bocas com acendimento automático na cor branca, funcionamento a gás para alimentação dos seus acendedores eletricos, bivolt, fabricado em material resistente com corpo em aço inoxidável e tampa de vidro temperado.	UNIDADE	01	R$ 620,76 LEROYMERLIN	R$ 949,90 LEBES 70 (DREBES & CIA LTDA)	R$ 991,70 CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS	R$ 854,12	R$ 854,12
	FORNO MICROONDAS Forno Microondas 20 litros. Voltagem: 110V. Cor: branca.	UNIDADE	01	R$ 439,00 CASAS BAHIA	R$ 493,90 LOJA OFICIAL PHILCO	R$ 874,25 CÂMARA MUNICIPAL DE MERCES	R$ 602,38	R$ 602,38
	TELEVISÃO TV 65 Polegadas. Tipo: Smart TV. No mínimo 02 entradas USB; 03 entradas HDMI;HDMI CEC, ARC e HDMI 2.1; Resolução mínima: Ultra HD 4k; Tipo de Painel: no mínimo, Led; Chromecast integrado; Tamanho da Tela: 65 polegadas; Frequência mínima: 60Hz; Potência de áudio: no mínimo 20w, Wifi integrado; Bluetooth; Bivolt; Processador com AI; Recohecimento de voz e comando de voz à distância; com controle remoto, Gravação (PVR); com espelhamento de tela; com Certificado do Inmetro e Anatel.	UNIDADE	02	R$ 5.022,21 CASA & VIDEO	R$ 4.799,00 LOJA TCL (MEGAMAMU-TE COMÉRCIO ON LINE DE ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA LTDA)	R$ 4.262,40 CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA	R$ 4.694,54	R$ 9.389,08
(Onze mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos). TOTAL:								**R$ 11.484,87**

DA ÁREA SOLICITANTE

Assessoria Especial da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pirapora.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a presente licitação é destinada **EXCLUSIVAMENTE** à participação de **ME, MEI, EPP** e a elas equiparadas.
Consideram-se Micro, MEI e Pequenas Empresas aptas à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não se enquadrem em nenhum das situações descritas no Parágrafo 4º do referido Art. 3º.
Para fins de comprovação da condição de Micro, MEI ou Empresas de Pequeno Porte assim definidas aquelas que se enquadram na classificação descrita no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, a Licitante deverá apresentar declaração.
Poderão participar deste Pregão as empresas interessadas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação e que atendam aos requisitos mínimos exigidos de classificação das propostas e ainda as exigências para habilitação.
Não poderá participar do presente certame a empresa:
Estrangeiras que não funcionem no País;
Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com o Município de Pirapora-MG ou outro órgão/ente;
Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98;
Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;
Não consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos da Lei Complementar n.º123/06, alterada pela Lei Complementar n.º147/14;
Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessário;
Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
Empresas que se enquadrem nas hipóteses de vedação ao nepotismo em contratações públicas previstas em orientações e decisões dos Tribunais de Contas, Tribunais de Justiça Superiores e recomendações de órgãos ministeriais;
O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os Servidores Municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer delas por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, inclusive ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções.

Considerando que é ato discricionário da Câmara Municipal, diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto e que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que **é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" nesta licitação**.
A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital.

DA ADESÃO AO PORTAL AMM LICITA

O fornecedor deverá fazer sua adesão ao PORTAL AMM LICITA, acessando o seguinte endereço eletrônico: https://ammlicita.org.br/, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.
O credenciamento no portal dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
O credenciamento da proponente junto ao PORTAL AMM LICITA implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no PORTAL AMM LICITA que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica.
A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.
Informações complementares a respeito do credenciamento serão obtidas no site do Portal AMM Licita, não cabendo à Câmara Municipal solucionar eventuais problemas a ele relacionados.
O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Câmara Municipal de Pirapora por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL AMM LICITA e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA, em campo próprio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado, marca e o preço, até a data e o horário estabelecidos para recebimento da PROPOSTA, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.
ATENÇÃO: Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO devem ser encaminhados em campo próprio no sistema para a documentação de habilitação até a data e o horário estabelecidos para recebimento da PROPOSTA.
O envio da proposta acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
Os licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas e documentos inseridos no sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário estabelecidos.
Os documentos de habilitação que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
A Pregoeira, no julgamento das propostas, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.
Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital, hipótese em que poderá ser revista a classificação da proposta.
Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
A licitante que se enquadre como Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial as do art. 299, do Código Penal.
A falta da declaração de enquadramento da licitante como Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
A declaração falsa de enquadramento da licitante como Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
As propostas de preço serão ofertadas com base no MENOR PREÇO POR ITEM do objeto licitado.
As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A Câmara Municipal de Pirapora, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA, dos seguintes campos:
a)Valor unitário e valor total dos itens;
b)Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Edital e no Termo de Referência indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo e qualquer outra informação essencial à identificação do produto.
O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.
Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.
Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, na execução dos serviços e no fornecimento dos equipamentos, os quais ficarão a cargo, única e exclusivamente, da CONTRATADA.
Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, contados da data de sua apresentação.

Caso esse prazo não esteja expressamente indicado ou a proposta apresente prazo de validade inferior a 90 (noventa) dias, a mesma não será desclassificada e será considerado o prazo de 90 (noventa) dias para efeito de julgamento.
Caso a empresa que apresentou a proposta com prazo de validade inferior a 90 (noventa) dias seja a vencedora do certame, obrigatoriamente, no momento da apresentação de sua proposta readequada, deverá constar prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias.
Serão aceitas propostas para um ou mais itens, assim como para a totalidade dos mesmos, sendo que a licitante somente deverá oferecer uma proposta.
Serão desclassificadas as propostas que, nos termos do art. 59, da Lei Federal n° 14.133/2021:
a)Contiverem vícios insanáveis;

b)Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital;
c)Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
d)Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Câmara Municipal de Pirapora;
e)Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.

O valor unitário da proposta deverá corresponder ao preço de uma unidade inteira do item licitado.
O valor global da proposta deverá corresponder ao somatório dos preços totais do item ofertado, que, por sua vez, será o resultado da multiplicação do preço unitário do item por sua quantidade, expresso em numeral e por extenso.
Os valores devem ser cotados em moeda nacional com 2 (duas) casas decimais após a vírgula.
As propostas não poderão impor condições ou conter opções.
A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.
O CRITÉRIO DE JULGAMENTO DESTE CERTAME SERÁ O DE MENOR VALOR UNITÁRIO.
Para fins de aceitabilidade das propostas, serão considerados válidos preços que não ultrapassem 10% (dez) por cento, do preço médio unitário aferidos pela Administração.
Ao final da etapa de lances, os preços unitários ofertados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pela Câmara Municipal de Pirapora.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA, na data, horário e local indicados neste Edital.
A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Edital e seus anexos.
Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo na fase de aceitação.
O sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes, no caso de diligência.
O sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
Será adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico, o MODO DE DISPUTA “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA.
O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de R$ 0,50 (cinquenta centavos de real).
A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), poderá a Pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários ou inferiores.
Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.
Quando a desconexão do sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA para a Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e redesignada pela Pregoeira, mediante comunicação aos participantes e aviso no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
As propostas de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada, onde estará configurado o empate previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/06.
A melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA, contados após a comunicação automática para tanto.

Apresentado novo lance pela ME ou EPP, nos termos do subitem anterior e, atendidas as exigências habilitatórias, o objeto do certame será adjudicado em seu favor.
Caso a Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
Na hipótese da não contratação da ME ou EPP, o objeto licitado será adjudicado à licitante detentora da proposta originalmente vencedora da etapa de lances.
O julgamento das propostas será feito pelo MENOR VALOR UNITÁRIO / MENOR PREÇO POR ITEM.
Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o sistema procederá ao desempate, observadas as certidões juntadas aos autos. Não sendo possível o desempate pelo sistema, a Pregoeira deverá aplicar o art. 60, da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:
Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos Lei Federal nº 14.133/2021;
Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
Para fins do disposto no subitem anterior, a Pregoeira poderá abrir diligências para solicitar a documentação dos licitantes empatados, nos moldes do referido artigo.
Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
Empresas brasileiras;
Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas no Edital.
A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
Se for o caso, nos itens não exclusivos para a participação de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida.
O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
Será respeitado o prazo de até 30 (trinta) minutos, contado da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA, para envio da proposta readequada e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após negociação.
É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante.
Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Encerrada a etapa de lances, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
A verificação das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, será feita mediante a consulta aos seguintes cadastros:

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, através do link: Ceis – Portal da transparência (portaldatransparencia.gov.br)
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), através do link: Cnep – Portal da transparência (portaldatransparencia.gov.br)
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através do link: Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (cnj.jus.br)

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.
Constatada a existência de sanção, nos moldes legais, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício.
Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
A Pregoeira, subsidiada pelos setores competentes, examinará a aceitabilidade da melhor oferta, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
Será desclassificada a proposta vencedora que:

Contiver vícios insanáveis;
Não obedecer às especificações técnicas contidas neste edital e no Termo de Referência;
Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.

Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" do sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA a nova data e horário para a sua continuidade.
Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA e a ocorrência será registrada em ata.
Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do proponente, observado o disposto em Edital.

DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA READEQUADA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Após a etapa competitiva, o detentor da melhor proposta, independentemente de alteração do valor da proposta inicial, deverá encaminhar, exclusivamente via PORTAL AMM LICITA, no prazo de até 30 (trinta) minutos, contados a partir da solicitação da Pregoeira no "chat" do sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA, proposta comercial readequada, em igual prazo, após oportuna solicitação da Pregoeira, eventuais documentos complementares.
É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante.
A proposta readequada deverá ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente ou seu representante legal.
Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
A proposta readequada deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da contratação e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.
Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a CONTRATADA.
Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

DA HABILITAÇÃO

O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:
Documentação relativa à habilitação jurídica;
Documentação relativa à habilitação fiscal;
Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
Documentação relativa à habilitação econômica–financeira;
Documentação relativa à qualificação técnica;
Documentação relativa ao cumprimento dos requisitos previstos na Lei Complementar n° 123/2006.
Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal AMM Licita e ainda nos seguintes cadastros:

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, através do link: Ceis – Portal da transparência (portaldatransparencia.gov.br);
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), através do link: Cnep – Portal da transparência (portaldatransparencia.gov.br);
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através do link: Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (cnj.jus.br).

Para fins de habilitação, será observado o preenchimento "SIM OU NÃO", em campo próprio do sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA, relativo às condições de participação no certame.
Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências do Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.
DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor.
SOCIEDADE EMPRESÁRIA ESTRANGEIRA: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
SOCIEDADE SIMPLES: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
FILIAL, SUCURSAL OU AGÊNCIA DE SOCIEDADE SIMPLES OU EMPRESÁRIA: Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
SOCIEDADE COOPERATIVA: Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS RELATIVOS À REGULARIDADE PARA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.
Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Para análise da compatibilidade entre o objeto da licitação e a atividade empresarial serão considerados o objeto social e ou os números de CNAE's (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).

Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da proponente;

A proponente, Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Câmara Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado, com os mesmos efeitos da CNDT, se verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, instituída pela Lei nº 12.440/2011.

DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO PARA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, ou de insolvência civil, expedida pelo cartório distribuidor da sede ou domicílio da licitante.

Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.
Não será exigido o Balanço Patrimonial considerando tratar-se de Licitação por itens, com baixo valor estimado e entrega imediata.

DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA:
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL: Comprovação de aptidão para execução de fornecimento e logística de entrega dos itens exatamente considerados ou semelhantes por natureza, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Não será admitida a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.
Os Atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação da Pregoeira e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337–F do Código Penal.
O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Câmara Municipal e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006:

Para a ME ou EPP definida pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, a comprovação de sua condição/enquadramento deverá ser feita por meio de Certidão Simplificada ou Declaração de Enquadramento expedida pela Junta Comercial da sede da ME ou EPP, ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, ou qualquer outro documento idôneo que comprove a condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme instrução normativa vigente à época.
Para o Microempreendedor Individual, sua condição de ME ou EPP, poderá ser comprovada através do CCMEI – Certificado da Condição do Microempreendedor Individual, documento que certifica que a empresa está aberta e comprova a sua inscrição no CNPJ e na Junta comercial do seu Estado.
Para a sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP, por meio de comprovação de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

Sempre que possível, os documentos apresentados terão sua autenticidade certificada junto às páginas dos órgãos emissores ou de certificação, para fins de habilitação.
A verificação pelo órgão ou entidade promotora da licitação nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT; ou
se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.
As Microempresas – ME e as Empresas de Pequeno Porte – EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estes apresentem alguma restrição.
Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Câmara Municipal, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Pregoeira.
Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.
A não regularização da documentação, no prazo previsto neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Não será inabilitado o licitante que apresentar documento com a validade expirada, desde que seja possível a verificação/atualização de sua validade via internet, através dos sítios eletrônicos dos órgãos emissores, na fase de habilitação. Todavia, ficará sob sua inteira responsabilidade a acessibilidade aos ditos documentos, podendo a impossibilidade de realização da consulta acarretar sua inabilitação.
SE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NÃO ESTIVER COMPLETA OU CONTRARIAR QUALQUER DISPOSITIVO DESTE EDITAL, A PREGOEIRA CONSIDERARÁ A LICITANTE INABILITADA.
Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento.
CONSTATADO O ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO FIXADAS NO EDITAL, O LICITANTE SERÁ DECLARADO VENCEDOR.
A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.
A apresentação de documentos complementares de habilitação será permitida apenas na fase de diligência, conforme o Art. 64 da Lei 14.133/21, para:
a)complementar informações de documentos já apresentados; ou
b)atualizar documentos cuja validade expirou após o recebimento das propostas
Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput deste item, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA e a ocorrência será registrada em ata.
É FACULTADO À PREGOEIRA OU À AUTORIDADE SUPERIOR, EM QUALQUER FASE DESTE PREGÃO, A PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIA DESTINADA A ESCLARECER OU COMPLETAR A INSTRUÇÃO DO PROCESSO, VEDADA A INCLUSÃO POSTERIOR DE INFORMAÇÃO OU DE DOCUMENTOS QUE DEVERIAM CONSTAR ORIGINARIAMENTE DA PROPOSTA OU DA DOCUMENTAÇÃO.
É FACULTADO À PREGOEIRA OU À AUTORIDADE SUPERIOR, EM QUALQUER FASE DESTE PREGÃO SOLICITAR AOS SETORES COMPETENTES A ELABORAÇÃO DE PARECERES TÉCNICOS DESTINADOS A FUNDAMENTAR SUAS DECISÕES.
Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após a análise da proposta e da documentação habilitatória, tais documentos deverão ser apresentados em formato digital, exclusivamente via PORTAL AMM LICITA, observado o prazo de até 30 (trinta) minutos, contadas da solicitação da Pregoeira no “chat” do sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA.
É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante.
Para fins de habilitação, é facultada à Pregoeira a verificação das informações e a obtenção de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas Municipal, Estadual e Federal, emissores de certidões, devendo ser tais documentos juntados ao processo.
O sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta em: https://ammlicita.org.br/.

DO RECURSO

Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP se for o caso, a Pregoeira fixará o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, exclusivamente em campo próprio do sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA.
Havendo quem se manifeste, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
Nesse momento, a Pregoeira não entra no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, também pelo sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITAe m outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA observados os prazos estabelecidos no subitem anterior.
Os recursos serão dirigidos à Pregoeira, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, nos moldes do art. 165, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Poderá ocorrer pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico, nos moldes do inciso II, do art. 165, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
O recurso será dirigido à Pregoeira, que, não reconsiderando sua decisão, irá fazê-lo subir, acompanhado de informações, para decisão do **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,** o qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente e o acolhimento do recurso importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.
No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
O resultado do recurso será disponibilizado no PORTAL AMM LICITA.

DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

A sessão pública poderá ser reaberta:
Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
A convocação se dará por meio do "*chat*" do sistema eletrônico do **PORTAL AMM LICITA**, *e-mail* ou publicação oficial, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO

Após a declaração do vencedor da licitação e decididos os recursos eventualmente interpostos, o Processo Licitatório será encaminhado ao PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA que poderá adjudicar o objeto da licitação à licitante vencedora e homologar o procedimento licitatório.
APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO, RESPEITADA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA CONVOCARÁ OS LICITANTES CLASSIFICADOS PARA ASSINAREM O CONTRATO, NO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DA DATA DA CONVOCAÇÃO, OBSERVADO O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA, SOB PENA DE DECAIR DO DIREITO.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado convocado, desde que:
A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
O DEPARTAMENTO DE CONTRATOS encaminhará ao adjudicatário da Licitação, a minuta de contrato, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da convocação, seja o referido instrumento assinado por meio de assinatura digital válida, ou devolvido através de via postal.
O DEPARTAMENTO DE CONTRATOS não se responsabilizará pelo não recebimento do contrato encaminhado para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails,deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar à Câmara Municipal.
A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando–se à Câmara Municipal o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação.

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E ALTERAÇÕES

O Contrato terá prazo de vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que atendidos os requisitos legais previstos na Lei de Licitações.
Admitir-se-á a celebração de Aditivos de vigência, de alterações qualitativas e quantitativas, observads as condições legais.

DO MODELO DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
As comunicações entre a Câmara Municipal e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, utilizando-se, preferencialmente, o meio digital para envio e recebimento de informações, admitindo-se inclusive o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
Sempre que necessário, a Câmara Municipal poderá convocar representante da empresa para prestar esclarecimentos ou adotar providências urgentes ou que devam ser cumpridas de imediato.

20.DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
20.1. A execução da Contratação será acompanhada e fiscalizada pelos servidores especialmente designados na Portaria nº 082/2026, nos termos do *caput* do art.117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, observado, ainda, a designação do gestor no Despacho de Abertura.
20.2. O fiscal da contratação acompanhará a execução da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
20.3. O fiscal da contratação anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação com a descrição do que for necessário para a regularização dasfaltas ou dos defeitos observados. (Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 117, §1º).
20.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal da contratação emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para a correção.
20.5. O fiscal da contratação informará ao gestor da contratação, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
20.6.No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da contratação nas datas aprazadas,o fiscal da contratação comunicará o fato imediatamente ao gestor da contratação.
20.7.O fiscal da contratação comunicará ao gestor da contratação, em tempo hábil, o término da contratação sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

20.8. O fiscal da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e as glosas, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
20.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal da contratação atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da contratação para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

DA GESTÃO DO CONTRATO

A gestão da contratação será feita pela **Diretoria de Contratos**, que coordenará a atualização do processo de acompanhamento da contratação contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da contratação, a exemplo da ordem de fornecimento/serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
O gestor da contratação acompanhará os registros realizados pelos fiscais da contratação, de todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
Igualmente,acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
Caberá ao gestor da contratação emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratação, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
O gestor da contratação tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ou pela Pregoeira ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução, de forma a eximir a Câmara Municipal de quaisquer ônus e responsabilidades.
Responder por quaisquer danos que, por sua culpa ou dolo, venham a ser causados à Câmara Municipal ou a terceiros, durante o fornecimento dos produtos, inclusive, por atos praticados pelos seus funcionários, ficando assim, afastada qualquer responsabilidade da Câmara Municipal.
Substituir de imediato, às suas expensas, os produtos, se forem detectados defeitos, vícios ou que não se adequarem às especificações deste Edital e seus anexos.
Entregar os itens/produtos solicitados de acordo as especificações, condições e prazos estabelecidos, dentro do prazo de validade de consumo.
Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação, bem como representar os documentos com prazo de validade expirado.
Entregar os itens/produtos na Câmara Municipal em perfeitas condições de consumo, sem marcas, amassados, ou quaisquer imperfeições, que possam comprometer o seu uso ou consumo imediato pela Câmara Municipal.
Não transferir ou ceder o objeto deste edital, no todo ou parte, nem subcontratar o fornecimento, a não ser com prévia e expressa autorização, por escrito, da Câmara Municipal.

DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da CONTRATADA ao local de fornecimento dos itens/produtos solicitados, desde que devidamente identificados.
Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade no fornecimento dos itens/produtos e interromper imediatamente, se for o caso, o seu fornecimento.
Solicitar a CONTRATADA a substituição dos produtos que não se adequarem às especificações do Edital e anexos, mediante comunicação a ser feita pelo fiscalizador.
Devolver os itens/produtos que não apresentarem condições de serem utilizados.
Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;
Acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato por meio de um representante da Administração especialmente designado para tanto;
Notificar a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas em Edital ou Termo de Referência;
Pagar a Fatura ou Nota Fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos no Termo de Referência.

DAS DESPESAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
DA LIQUIDAÇÃO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, desde que a CMP já tenha recebido os projetos nos exatos termos definidos por este termo de referência, e que todos os projetos tenham sido aprovados pela Presidência da Casa.
Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e da Câmara Municipal; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Câmara Municipal;
A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal; prova de regularidade relativa à seguridade social, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, conforme documentação mencionada no art. 68 da Lei n° 14.133/2021.
A Câmara Municipal deverá realizar consulta às documentações apresentadas pela contratada para:

a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
24.6. Constatando-se, junto ao registro cadastral, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Câmara Municipal.
24.7.Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Câmara Municipal deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
24.8. Persistindo a irregularidade, a Câmara Municipal deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
24.9.Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao registro cadastral.

DO PRAZO DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada: 4.4.90.52.06 – Aparelhos e Utensílios Domésticos – lavadora, fogão, micro-ondas – reduzido 4361; - 4.4.90.52.17 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto – televisão - reduzido 4361.
O pagamento à contratada será efetuado pela Tesouraria/Contabilidade da Câmara Municipal, creditado em favor da contratada através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta e descrita abaixo, o qual ocorrerá prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis posteriores a apresentação da competente nota fiscal/fatura e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido por servidor responsável pela fiscalização da contratação.
O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
Qualquer atraso acarretado por parte da contratada na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.
Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.
Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:
I = (TX/100)/365

EM = I.N.VP
Onde:
I = índice de atualização financeira.
TX = percentual da taxa de juros de mora anual.
EM = encargos moratórios.
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = valor da parcela em atraso.

Para a hipótese definida no subitem anterior a Contratada fica obrigada a emitir nota fiscal/fatura suplementar, identificando, de forma clara, que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da Câmara Municipal.
A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
26.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV. Multa:
a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução do objeto, de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até 10 (dez) dias, calculados sobre o valor da contratação, por ocorrência;
b) Moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30 (trigésimo) dia, com a possível rescisão da contratação;
c) Moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor de sua proposta no caso da licitante deixar de assinar o contrato, não celebrar o Contrato ou outro instrumento correspondente quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.
26.3.A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara Municipal (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

26.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
26.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
26.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Câmara Municipal ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
26.7.Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
26.8.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
26.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para a câmara municipal;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
26.10.Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
26.11.A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
26.12.A Câmara Municipal deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
26.13.As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca dos termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, por meio eletrônico, exclusivamente através do PORTAL AMM LICITA, devendo a Pregoeira decidir sobre a impugnação ou prestar os esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento desta, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.
A impugnação ao Edital não possui efeito suspensivo.
A concessão do efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do Processo Licitatório.
A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no **PORTAL AMM LICITA** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados à Pregoeira por meio eletrônico, exclusivamente através do PORTAL AMM LICITA, respeitado o prazo previsto.
O instrumento de impugnação deverá ser dirigido à Pregoeira e enviado por meio eletrônico, exclusivamente através do PORTAL AMM LICITA, acompanhado de fundamentação do alegado e instruído de eventuais provas que se fizerem necessárias.
A impugnação deverá ser assinada pelo cidadão, acompanhada de cópia do seu documento de identificação com foto, contendo número do seu RG ou CPF, ou pelo representante legal da empresa licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhada de todos os documentos necessários à comprovação do poder de representação do signatário.
As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão disponibilizadas, para ciência de qualquer interessado, no PORTAL AMM LICITA.
As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Câmara Municipal e os licitantes.
A ausência de impugnação a este Edital, na forma e tempo definidos, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.
Acolhida a impugnação, que implique em eventual modificação no edital, culminará na definição e publicação de nova data para a realização do certame, desde que a alteração não comprometa a formulação das propostas.
As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no endereço eletrônico: https://ammlicita.org.br/,sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

DAS CONDIÇÕES GERAIS E MODO DE EXECUÇÃO

Serão utilizados, para a realização deste certame, recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes, com plena visibilidade para a Pregoeira e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.
A realização do procedimento estará a cargo do DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES e da Administradora do Pregão Eletrônico, o PORTAL AMM LICITA, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.
Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA,a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema eletrônico do portal para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto ou serviço negociado.
Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA ou de sua desconexão.
Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e ou apresentarem proposta relativa ao presente Pregão.
No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em Ata.
Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico do PORTAL AMM LICITA.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.
A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento, observadas as disposições do art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.
O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
O Presidente da Câmara Municipal, poderá revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.
A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
No interesse da Câmara Municipal, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:
Adiada sua abertura;
Alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.
Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Pirapora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES pelo telefone 38- 3741-2011, em dias úteis, no horário de 08:00 as 14:00.
Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela DIRETORIA DE LICITAÇÕES, podendo ser assessorados pelos setores competentes, obedecida a legislação vigente.
O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este Edital poderão ser consultados no endereço eletrônico https://ammlicita.org.br/,que será atualizado a cada nova etapa do pregão.
PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA DOS ITENS: até 15 (quinze) dias úteis, a contar da emissão da Ordem de Compra.
O **FORNECIMENTO** será efetuado de forma integral, conforme a quantidade estipulada na Ordem de Compra.
LOCAL DE ENTREGA: Os itens/produtos/materiais solicitados, deverão ser entregues na sede da Câmara Municipal de Pirapora, Avenida Rodolfo Mallard, 331, Centro, Pirapora/MG, no horário de 8h às 14h de segunda a sexta-feira, em dias úteis.
Não havendo expediente no dia fixado, a entrega deverá ser efetivada no primeiro dia útil seguinte.
O **RECEBIMENTO PROVISÓRIO** dos itens se dará no ato da entrega, com a verificação da conformidade do material com o descrito na nota de empenho, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.
O **RECEBIMENTO DEFINITIVO**, se dará após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento provisório, após a verificação das especificações e quantidades solicitadas e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.
Os itens/produtos/materiais entregues em desacordo com o especificado neste instrumento e na proposta serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a Contratada a repô-lo(s), no **prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** a contar da solicitação da substituição, sob pena de ser considerada inadimplência contratual.
O recolhimento do produto recusado e a entrega do novo produto correrão às custas da contratada.
A presente contratação será formalizada mediante Nota de Empenho, nos termos do art. 95,II da Lei de Licitações.
Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Pirapora, 13 de agosto de 2026.

ITAMAR ALVES MOTA
Presidente da Câmara Municipal de Pirapora

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:2FFC90E1

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 12-2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INFORMAÇÕES BÁSICAS
ART. 18, §1º, II da Lei Federal 14.133/2021
Área Requisitante: Assessoria Especial da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pirapora.
Número do DFD: Não se aplica. Necessidades de aquisições supervenientes à elaboração do Plano Anual de Contratações vigente.
Objeto: . Aquisição de cadeiras ergométricas tipo diretor, armário de cozinha em aço, com tranca, e suporte para forno Micro-ondas, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Pirapora-MG.
Introdução: O Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização de Demanda (DFD), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.
DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE
ART. 18, §1º, I da Lei Federal 14.133/2021
Objetiva-se a aquisição de cadeiras ergométricas tipo diretor, armário de cozinha em aço, com tranca, e suporte para forno Micro-ondas, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Pirapora-MG em razão da solicitação da Comissão de Patrimônio Mobiliário que identificou a necessidade de aquisição de armário de aço para o armazenamento e melhor organização dos itens da copa/cozinha; bem como solicitou a aquisição de micro-ondas para atender a cozinha do setor administrativo. Considerando que o micro-ondas será adquirido em licitação própria, fez-se necessário a aquisição do suporte para instalação. Em relação as cadeiras ergométricas a necessidade se impõe para fins de substituição das cadeiras do plenário que apresentaram vício/defeito.
Os bens acima descritos enquadram-se no conceito de bens comuns cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos.
QUANTITATIVO
ART. 18, §1º, IV da Lei Federal 14.133/2021
Foram quantificadas as seguintes necessidades potenciais imediatas: O quantitativo apurado foi baseado na necessidade do Órgão e fundamentado em Ofício elaborado pela Comissão de Patrimônio Mobiliário desta Casa Legislativa.

ITEM	DESCRI-ÇÃO	UNIDA-DE	QUAN-TIDA-DE	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	VALOR UNITÁ-RIO ESTIMA-DO	VALOR TOTAL ESTIMA-DO
01	Cadeira tipo diretor, com rodinhas (giratória), relax, reclinável, com braços fixos corsa. Material do assento/encosto: tecido na cor preta. Densidade da espuma: no mínimo, D45; Largura do assento: no mínimo, 50 cm; Profundidade do assento: no mínimo, 50 cm. Largura do encosto: no mínimo, 50cm Estrutura: regulagem de altura a gás; Altura assento ao solo: mínimo, 43-55 cm; Largura total: mínimo: 67 cm. O produto deverá ser entregue montado, nas exatas condições deste lote, sob pena de recusa de recebimento.	unidade	2	R$ 570,93 Magalu	R$ 536,03 Mercado Livre	R$ 730,36 São Sebastião da Vargem Alegre	R$ 612,44	R$ 1.224,88
02	Armário de Aço, modelo PA 90, com duas portas de abrir, fabricado em chapa 26, com tranca. Dimensões mínimas: altura: 1,93m; largura 0,90m; profundidade: 0,40m e espessura: 0,45mm. O armário deverá ser resistente, com no mínimo 4 prateleiras mais a base, formando 5 níveis para acomodação de materiais. O produto deverá ser entregue montado exatamente com as especificações deste lote, sob pena de recusa do recebimento.	Unidade	01	R$959,99 SÓ ESTANTES	R$930,00 KMC MÓVEIS	R$1.032,72 HOMOLOGA-ÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO ID. PNCP: 14309636000124-1-0000-19/2025.	R$974,24	R$974,24
03	Suporte para forno de Micro-ondas, com estrutura reforçada, apoios laterais, acabamentos plásticos na mesma cor do produto, largura ajustável, pintura epóxi. Dimensões mínimas: largura: 042,cm; altura: 0,14cm; profundidade: 0,10cm. O produto deverá ter capacidade de carga de no mínimo 32 Kg.	Unidade	01	R$44,90 AMAZON	R$52,98 MERCA-DO LIVRE	R$62,00 HOMOLOGA-ÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FARIA LEMOS. ID. PNCP: 26114819000173-1-000015/2024	R$53,29	R$53,29

TOTAL: R$2.252,41 (dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos).
4.LEVANTAMENTO DE MERCADO: SOLUÇÕES IDENTIFICADAS, JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA
ART. 18, §1º, V da Lei Federal 14.133/2021

4.1Realizou-se levantamento sobre as possibilidades existentes para suprir a necessidade, identificando-se duas alternativas como Solução01 e Solução02.

4.2 SOLUÇÃO 1 – Aquisição mediante Dispensa de Licitação:

4.2.1Esse tipo de contratação permite maior celeridade, menor burocracia e atende imediatamente as necessidades do Órgão, sobretudo considerando tratar-se de despesa de pequeno valor.

SOLUÇÃO 2 – Aquisição mediante Pregão Eletrônico:

4.3.1 Trata-se de modalidade mais burocrática e menos célere, que exige custo operacional maior da Administração, não sendo eficente para o fim que se destina.

Justificativa Técnica e Econômica da Solução Escolhida

Após análise comparativa, verifica-se que a Solução 1 apresenta maior viabilidade técnica e econômica para a realidade da Câmara Municipal de Pirapora.

Sob o ponto de vista econômico, verifica-se que não há alterações significativas entre a realização da Despesa por Dispensa Eletrônica ou por Pregão, pois em ambas é possível garantir a ampla competitividade, o que naturalmente ocasiona a redução de preços.

Contudo, sob o ponto de vista técnico, a aquisição mediante Dispensa atenderá a tempo e modo adequados a necessidade do órgão, reduzindo os custos operacionais.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ART. 18, §1º, VI DA LEI FEDERAL 14.133/2021

5.1 O valor total da contratação ficou projetado em R$2.252,41 (dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos), conforme consta da tabela a seguir:

ITEM	DESCRI-ÇÃO	UNIDA-DE	QUAN-TIDA-DE	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	VALOR UNITÁ-RIO ESTIMA-DO	VALOR TOTAL ESTIMA-DO
01	Cadeira tipo diretor, com rodinhas (giratória), relax, reclinável, com braços fixos corsa. Material do assento/encosto: tecido na cor preta. Densidade da espuma: no mínimo, D45; Largura do assento: no mínimo, 50 cm; Profundidade do assento: no mínimo, 50 cm. Largura do encosto: no mínimo, 50cm Estrutura: regulagem de altura a gás; Altura assento ao solo: mínimo, 43-55 cm; Largura total: mínimo: 67 cm. O produto deverá ser entregue montado, nas exatas condições deste lote, sob pena de recusa de recebimento.	unidade	2	R$ 570,93 Magalu	R$ 536,03 Mercado Livre	R$ 730,36 São Sebastião da Vargem Alegre	R$ 612,44	R$ 1.224,88
02	Armário de Aço, modelo PA 90, com duas portas de abrir, fabricado em chapa 26, com tranca. Dimensões mínimas: altura: 1,93m; largura 0,90m; profundidade: 0,40m e espessura: 0,45mm. O armário deverá ser resistente, com no mínimo 4 prateleiras mais a base, formando 5 níveis para acomodação de materiais. O produto deverá ser entregue montado exatamente com as especificações deste lote, sob pena de recusa do recebimento.	Unidade	01	R$959,99 SÓ ESTANTES	R$930,00 KMC MÓVEIS	R$1.032,72 HOMOLOGA-ÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO ID. PNCP: 14309636000124-1-0000-19/2025.	R$974,24	R$974,24
03	Suporte para forno de Micro-ondas, com estrutura reforçada, apoios laterais, acabamentos plásticos na mesma cor do produto, largura ajustável, pintura epóxi. Dimensões mínimas: largura: 042,cm; altura: 0,14cm; profundidade: 0,10cm. O produto deverá ter capacidade de carga de no mínimo 32 Kg.	Unidade	01	R$44,90 AMAZON	R$52,98 MERCA-DO LIVRE	R$62,00 HOMOLOGA-ÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FARIA LEMOS. ID. PNCP: 26114819000173-1-000015/2024	R$53,29	R$53,29

5.2 O valor unitário médio foi composto a partir da média de valores obtida por no mínimo três cotações idôneas retiradas de processos de contratações consultados no PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas) e buscas na internet.

Considerando que o valor apurado na estimativa do valor da contratação é inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e em observância ao previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006, o certame deverá ser destinado EXCLUSIVAMENTE à participação de microempresas (ME), microempreendedores individuais (MEI), empresas de pequeno porte (EPP) e demais empresas equiparadas.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

ART. 18, §1º, VIII DA LEI FEDERAL 14.133/2021

6.1. A contratação deverá ocorrer POR ITEM, de modo a garantir a ampla competitividade, possibilitando aos licitantes a participação em um ou todos os itens do certame, o que reflete na economicidade.

RESULTADOS PRETENDIDOS

ART. 18, §1º, IX DA LEI FEDERAL 14.133/2021

7.1 Pretende-se atender as demandas da Câmara Municipal de Pirapora no tocante à aquisição de cadeiras ergométricas, armário em aço e suporte para micro-ondas.

POSSÍVEIS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO

ART. 18, §1º, X DA LEI FEDERAL 14.133/2021

Não foi identificada a necessidade de adoção de providências pela Câmara Municipal de Pirapora previamente à celebração do contrato e o objeto contratado não demanda a capacitação específica de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

ART. 18, §1º, XI DA LEI FEDERAL 14.133/2021

Foi identificada apenas uma contratação interdependente que se trata do Pregão Eletrônico nr. 06/2026 que objetiva a aquisição de forno micro-ondas, que justifica a auisição do suporte nesta contratação.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

ART. 18, §1º, XII DA LEI FEDERAL 14.133/2021

Não foram identificados impactos ambientais diretamente decorrentes da contratação pretendida.

Contudo para o item Cadeira Ergométrica tipo Diretor deverá ser observado a ABNT NBR 13962 que define os requisitos de resistência, durabilidade e estabilidade de produtos ergonômicos.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

ART. 18, §1º, III DA LEI FEDERAL 14.133/2021

A empresa contratada deverá apresentar todas as certidões negativas e as declarações exigidas pela Lei Federal n.º 14.133/2021.

O fornecedor deve estar em dia com todas as obrigações tributárias e trabalhistas, para atender ao que for solicitado e cumprir as cláusulas contratuais.

REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO: Só poderão participar do procedimento as microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou equiparadas na forma da Lei, que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação e que atendam aos requisitos mínimos exigidos de classificação das propostas e ainda as exigências para habilitação.

Para análise da compatibilidade entre o objeto da licitação e a atividade empresarial, serão prioritariamente considerados o Objeto Social e os CNAE's (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) da Empresa.

Será vedada a participação das interessadas que sejam ou estejam:

a)Estrangeiras que não funcionem no País;

b) Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

c)Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com o Município de Pirapora-MG ou outro órgão/ente;

d)Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98;

e)Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

f) Não consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos da Lei Complementar n.º123/06, alterada pela Lei Complementar n.º147/14;

g) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

h) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessário;

i) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

j) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

k) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

l) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

m) Empresas que se enquadrem nas hipóteses de vedação ao nepotismo em contratações públicas previstas em orientações e decisões dos Tribunais de Contas, Tribunais de Justiça Superiores e recomendações de órgãos ministeriais;

n) O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os Servidores Municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer delas por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, inclusive ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções.

As empresas interessadas deverão comprovar as condições de habilitação atendendo ainda aos demais requisitos editalícios, dos quais sugere-se:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor.

SOCIEDADE SIMPLES: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

FILIAL, SUCURSAL OU AGÊNCIA DE SOCIEDADE SIMPLES OU EMPRESÁRIA: Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

HABILITAÇÃO TÉCNICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

HABILITAÇÃO TÉCNICA:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:

Comprovação de aptidão para fornecimento dos itens, com logística operacional satisfatória, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, dentre outros documentos.

QUALIFICAÇÃO FISCAL,SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
É possível a participação de empresa em Recuperação Judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2a Cam., DOU de 04.10.2011);
A empresa em recuperação judicial deve apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do artigo 58 da Lei Federal n° 11.101/2005.
Não será exigido o balanço patrimonial por se tratar de produto com entrega imediata, de modo integral.
CONCLUSÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
ART. 18, §1º, VII e XIII DA LEI FEDERAL 14.133/2021
Conclui-se que, a solução mais viável para o atendimento da demanda é a mediante Dispensa Eletrônica, nos termos do art. 75, II da Lei Federal nr. 14.133/2021.
Finalmente, anota-se que o presente Estudo Técnico Preliminar contemplou os elementos mínimos exigidos nos incisos I, IV, VI, VIII, e XIII do §1º do art 18 da Lei n. 14.133/2021, suficientes para identificar o problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público, e foi capaz de apontar dentre as opções disponíveis no mercado, aquela contratação que revela viabilidade técnica e econômica.
RESPONSÁVEIS
ART. 6º, XX, DA LEI FEDERAL 14.133/2021
São responsáveis pela elaboração deste Estudo Técnico Preliminar os membros da Equipe de Planejamento desta Casa, a saber: Shelber Luiz Borges e Evely Caroline Sousa Nascimento.

Pirapora, 31 de julho de 2026.

SHELBER LUIZ BORGES –
Membro da Equipe de Planejamento

EVELY CAROLINE SOUSA NASCIMENTO –
Membro da Equipe de Planejamento

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:E8704E9A

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
TERMO DE REFERÊNCIA - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 12-2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1.OBJETO:
1.1. ***Aquisição de cadeiras ergométricas tipo diretor, armário de cozinha em aço, com tranca, e suporte para forno micro-ondas, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Pirapora-MG.***

1.2. Especificação do objeto:

ITEM	DESCRI-ÇÃO	UNIDA-DE	QUAN-TIDA-DE	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	VALOR UNITÁ-RIO ESTIMA-DO	VALOR TOTAL ESTIMA-DO
01	Cadeira tipo diretor, com rodinhas (giratória), relax, reclinável, com braços fixos corsa. Material do assento/encosto: tecido na cor preta. Densidade da espuma: no mínimo, D45; Largura do assento: no mínimo, 50 cm; Profundidade do assento: no mínimo, 50 cm. Largura do encosto: no mínimo, 50cm Estrutura: regulagem de altura a gás; Altura assento ao solo: mínimo, 43-55 cm; Largura total: mínimo: 67 cm. O produto deverá ser entregue montado, nas exatas condições deste lote, sob pena de recusa de recebimento.	unidade	2	R$ 570,93 Magalu	R$ 536,03 Mercado Livre	R$ 730,36 São Sebastião da Vargem Alegre	R$ 612,44	R$ 1.224,88
02	Armário de Aço, modelo PA 90, com duas portas de abrir, fabricado em chapa 26, com tranca. Dimensões mínimas: altura: 1,93m; largura 0,90m; profundidade: 0,40m e espessura: 0,45mm. O armário deverá ser resistente, com no mínimo 4 prateleiras mais a base, formando 5 níveis para acomodação de materiais. O produto deverá ser entregue montado exatamente com as especificações deste lote, sob pena de recusa do recebimento.	Unidade	01	R$959,99 SÓ ESTANTES	R$930,00 KMC MÓVEIS	R$1.032,72 HOMOLOGA-ÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO ID. PNCP: 14309636000124-1-0000-19/2025.	R$974,24	R$974,24

03	Suporte para forno de Micro-ondas, com estrutura reforçada, apoios laterais, acabamentos plásticos na mesma cor do produto, largura ajustável, pintura epóxi. Dimensões mínimas: largura: 042,cm; altura: 0,14cm; profundidade: 0,10cm. O produto deverá ter capacidade de carga de no mínimo 32 Kg.	Unidade	01	R$44,90 AMAZON	R$52,98 MERCA-DO LIVRE	R$62,00 HOMOLOGA-ÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FARIA LEMOS. ID. PNCP: 26114819000173-1-000015/2024	R$53,29	R$53,29

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$2.252,41 (dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos).

1.3. A presente contratação terá como critério de julgamento o MENOR VALOR UNITÁRIO, com regime de execução indireta, com vigência até 31/12/2026, não se admitindo a prorrogação.
1.4. A proposta deverá especificar os custos unitários e totais e, se possível, outras referências que bem identifiquem o produto cotado.
1.5. O preço final deverá incluir todos os tributos, despesas e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

2.JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO
Justificativa da contratação:

2.1. Objetiva-se a aquisição de cadeiras ergométricas tipo diretor, armário de cozinha em aço, com tranca, e suporte para forno Micro-ondas, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Pirapora-MG em razão da solicitação da Comissão de Patrimônio Mobiliário que identificou a necessidade de aquisição de armário de aço para o armazenamento e melhor organização dos itens da copa/cozinha; bem como solicitou a aquisição de micro-ondas para atender a cozinha do setor administrativo. Considerando que o micro-ondas será adquirido em licitação própria, fez-se necessário a aquisição do suporte para instalação. Em relação as cadeiras ergométricas a necessidade se impõe para fins de substituição das cadeiras do plenário que apresentaram vício/defeito.
2.2. Os bens acima descritos enquadram-se no conceito de bens comuns cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos.
2.3. Será escolhido o fornecedor que apresentar o menor valor unitário para cada item, e cumprir a todas as exigências da habilitação.
2.4. A presente contratação será regida pelo Termo de Referência, em razão do baixo valor, conforme Decreto Municipal nº 044/2023, no que couber.

3.PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

3.1.O prazo de vigência da presente contratação será até 31/12/2026, não se admitindo a prorrogação contratual.
3.2. O prazo de execução contratual (entrega do objeto) será de até 15 (quinze) dias úteis, contados do envio da Ordem de Compra.
3.3. No prazo assinalado no tópico anterior, o fornecedor deverá entregar os produtos homologados nas exatas condições dos instrumentos da contratação e nos termos da Proposta.
3.4. O fornecedor fica ciente de que não serão aceitos produtos de marca e modelo diversos dos apresentados na proposta vencedora.
3.5. A inobservância das disposições do tópico anterior sujeitará o fornecedor à recusa dos produtos e demais sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021.
3.6. Admitir-se-á a celebração de Aditivos qualitativos, desde que formalizados antes da entrega dos produtos e observados todas as condições na Lei de Licitações.

4.FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

4.1. A fiscalização da contratação ficará a cargo do servidor, Marco Felipe Durães Silva, especialmente indicado dentro os elencados na Portaria nº 082/2026.
4.2. São atribuições da Fiscalização, entre outras:
Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;
Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;
Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
4.3. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

5.DA GESTÃO CONTRATUAL

5.1.A gestão da contratação será feita pela Diretoria de Contratos, que coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da contratação contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da contratação, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
5.2.O gestor da contratação acompanhará os registros realizados pelos fiscais da contratação, de todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
5.3.Igualmente,acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
5.4.Caberá ao gestor da contratação emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratação, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5.5.O gestor da contratação tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo circunstanciado, o objeto deste contrato será recebido das seguintes formas:
provisoriamente, após o recebimento da nota fiscal pela Fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;
definitivamente, mediante termo circunstanciado, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.
6.2. Se após o recebimento provisório a Fiscalização constatar que o fornecimento ocorreu em desacordo com o especificado neste instrumento, será emitido Termo de Recusa (parcial ou total do objeto, conforme o caso), no qual constará a lista de irregularidades a serem sanadas.
6.3. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que as irregularidades sejam sanadas.
6.4. A Contratada é obrigada a sanar as pendências listadas no Termo de Recusa dentro do prazo de entrega estabelecido, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.
6.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do produto apresentado, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

7.CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
7.1.**DA LIQUIDAÇÃO**

7.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, desde que a CMP já tenha recebido os projetos nos exatos termos definidos por este termo de referência, e que todos os projetos tenham sido aprovados pela Presidência da Casa.
7.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e da Câmara Municipal; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
7.1.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Câmara Municipal;
7.1.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal; prova de regularidade relativa à seguridade social, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, conforme documentação mencionada no art. 68 da Lei n° 14.133/2021.
7.1.5. A Câmara Municipal deverá realizar consulta às documentações apresentadas pela contratada para:
a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
7.1.6. Constatando-se, junto ao registro cadastral, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Câmara Municipal.
7.1.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Câmara Municipal deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
7.1.8. Persistindo a irregularidade, a Câmara Municipal deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
7.1.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao registro cadastral.

8.DO PRAZO DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada: 4.4.90.52.24 – Mobiliário em geral - reduzido 4361.
8.2. O pagamento à contratada será efetuado pela Tesouraria/Contabilidade da Câmara Municipal, creditado em favor da contratada através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta e descrita abaixo, o qual ocorrerá prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis posteriores a apresentação da competente nota fiscal/fatura e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido por servidor responsável pela fiscalização da contratação.
8.3. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
8.4. Qualquer atraso acarretado por parte da contratada na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.
8.5. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.
8.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:
I = (TX/100)/365
EM = I.N.VP
Onde:
I = índice de atualização financeira.
TX = percentual da taxa de juros de mora anual.
EM = encargos moratórios.
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = valor da parcela em atraso.
8.7. Para a hipótese definida no subitem anterior a Contratada fica obrigada a emitir nota fiscal/fatura suplementar, identificando, de forma clara, que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da Câmara Municipal.
8.8. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Entregar o objeto deste instrumento, no prazo determinado, de acordo com as solicitações realizadas pela CMP, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, no endereço eletrônico indicado pela Contratante.
9.2. Reparar, corrigir, remover e substituir, a suas expensas, o objeto desta contratação em quando se verificar vícios ou defeitos que os torne inúteis para consumo.
9.3. O objeto (ou parte dele) que vier a ser recusado deverá ser retirado pela Contratada no momento da entrega do objeto correto.
9.4. Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente ao objeto entregue como atender prontamente às suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.
9.5. Manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
9.6. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente a CMP ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
9.7. A Contratada não será responsável:
Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste edital.
9.8. A CMP não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

10.OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
10.1. A CMP, após a retirada da nota de empenho, compromete-se a:
Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
Promover os pagamentos nas condições e dentro do prazo estipulado.
Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitados, desde que atendidas às obrigações contratuais.

11.SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução do objeto por até 10 (dez) dias, calculados sobre o valor da contratação, por ocorrência;
Moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30 (trigésimo) dia, com a possível rescisão da contratação;
Moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor de sua proposta no caso da licitante deixar de assinar o contrato, não celebrar o Contrato ou outro instrumento correspondente quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.
11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara Municipal (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Câmara Municipal ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
11.8.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para a câmara municipal;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
11.10.Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções

aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.12. A Câmara Municipal deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.DA PROTEÇÃO DE DADOS

12.1. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato.
12.2. A Contratada está obrigada a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar no 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.
12.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação da CMP, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.
12.4. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

13.DO REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO:

13.1. Não serão admitidos reajustes contratuais, por se tratar de produtos com entrega imediata e vigência contratual restrita ao exercício financeiro.
13.2. Será admitida a concessão de reequilíbrio e alterações qualitativas, decorrentes de áleas extraordinárias, desde que atendidos os requisitos da Lei 14.133/2021.

14. DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO

14.1. É cediço que a Lei nº 14.133/2021 recomenda que nas contratações diretas por dispensa em razão do valor, haja a publicação de aviso de contratação em sítio eletrônico oficial pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, senão vejamos:
Art. 75. É dispensável a licitação:
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;
§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II docaputdeste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

14.2. Pelo exposto, será divulgada minuta padronizada de Aviso de Contratação, contendo TODOS os requisitos necessários à apresentação e julgamento das propostas.

15. DO VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA A CONTRATAÇÃO:

15.1. Foi realizada pesquisa de preços junto a potenciais fornecedores a nível de e-commerce, referenciando-os com contratações semelhantes obtidas junto ao PNCP, a nível regional, tendo sido apurado o valor total de R$ 2.252,41 (dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos), para fins de recebimento de propostas.
15.2. Toda e qualquer empresa que desejar concorrer a este certame, poderá apresentar proposta de preço até 10% (dez) por cento superior ao limite estipulado para cada item, sagrando-se vencedora aquela que apresentar o menor preço e atender às condições de habilitação.
15.3. Os orçamentos, bem como toda a documentação de habilitação, deverão ser protocolados no Portal AMM Licita, no link da Dispensa Eletrônica nº 012/2026, vinculado a esta Casa Legislativa, ID 101138, até a data e horário marcado para a abertura da sessão.

16.CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

16.1. Só poderão participar deste procedimento microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou equiparadas na forma da Lei, cujo interessadas detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação e que atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos e ainda as exigências para habilitação.

ATENÇÃO: LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS, EM RAZÃO DO BAIXO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

16.2. . Não poderão participar da presente contratação as interessadas que:
a) Estrangeiras que não funcionem no País;
b) Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
c) Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com o Município de Pirapora-MG ou outro órgão/ente.
d) Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98;
e) Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;
f) Não consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14.
g) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

h) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários
i) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
j) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
k)empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
l) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
m) empresas que se enquadrem nas hipóteses de vedação ao nepotismo em contratações públicas previstas em orientações e decisões dos Tribunais de Contas, Tribunais de Justiça Superiores e recomendações de órgãos ministeriais;
16.3. A tramitação do processo se dará eletronicamente, através do Portal AMM Licita, https://ammlicita.org.br/, id ID 101138, pelo modo de disputa fechado, sem lances, devendo o fornecedor apresentar toda a documentação exigida no instrumento de contratação, ATÉ A DATA DA ABERTURA DA SESSÃO.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

17.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 com redação alterada pela LC 147/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
17.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do legislativo, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.
17.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n 14.133/2021.

18. REQUISITOS NECESSÁRIOS:

18.1. Consagrar-se-á vencedora do certame a empresa que apresentar o menor valor por item e demonstrar regularidade quanto à qualificação jurídica, fiscal e trabalhista, nos seguintes termos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

HABILITAÇÃO TÉCNICA

Apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem a execução de objeto semelhante de modo satisfatório. Não será exigida a apresentação de quantitativo mínimo executado nos atestados.

QUALIFICAÇÃO FISCAL,SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
Nao será exigido o balanço patrimonial em razão do baixo valor da contratação e por se tratar de entrega imediata.

19. DA RESCISÃO

19.1. A contratação poderá ser rescindida nas hipóteses previstas nos artigos 137-139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20. DAS PENALIDADES

20.1. Pela inexecução parcial ou total da contratação, a Câmara Municipal poderá aplicar, por escrito, à CONTRATADA, garantindo a prévia defesa a ser exercida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, as sanções estabelecidas nos arts. 155-163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Contratante e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da Contratada designadas para execução do objeto licitado, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados.
21.2. A Agente de Contratação que conduzirá esse certame foi nomeada através de portaria específica, registrada sob o n.º 89/2026.
21.3. A realização da sessão do certame será através da Plataforma AMM Licita, ID 101138.
21.4. O participante cadastrado no Portal AMM Licita declara conhecer todas as regras da referida plataforma ao se inscrever no certame.
21.5. Regras sobre o procedimento de tramitação, prazos recursais, critérios de desempate e demais procedimentos, observarão inteiramente ao disposto na Lei 14.133/2021. O modo de disputa é o fechado, **SEM LANCES**, sagrando-se vencedor de imediato, aquele que apresentar o menor valor por item.

21.6. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser solicitados no período de recebimento das propostas adicionais, por meio da Plataforma AMM Licita, ID 101138.
21.7. Ao apresentar proposta o fornecedor declara conhecer todo o teor do instrumento de contratação, bem como do Aviso de Contratação Direta, contendo data e horário da sessão.
21.8. O instrumento de formalização da presente demanda será a nota de empenho, como faculta a Lei Federal n 14.133/2021.
21.9. À agente de contratação, no julgamento das propostas e habilitação, será permitida a abertura de diligências, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
21.10. A Câmara Municipal de Pirapora utiliza-se do princípio do formalismo moderado em suas decisões.
21.11.Na hipótese de divergências legais, omissões ou contradições, a decisão da celeuma deverá observar os princípios gerais do Direito, a Lei de Licitações e demais normas aplicáveis à espécie, bem como a doutrina e a jurisprudência majoritária.
21.12. As regras desta Contratação deverão ser interpretadas de maneira complementar, logo todos os instrumentos da Contratação são integrativos. Havendo divergência entre estes, prevalecerá o disposto no Termo de Referência.
21.13. Em caso de Empate entre as propostas, o intervalo de valor para negociação será de 0,01 (um centavo de real).
21.14. Elege-se o foro da Comarca de Pirapora-MG para dirimir conflitos resultantes desta contratação.

Pirapora, 21 de agosto de 2026.

BRENDA CHRISTIAN BOTELHO LOPES
Assessora Especial da Mesa Diretora
,

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:B6872B40

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PRATA

CÂMARA MUNICIPAL DO PRATA
EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo: n° 024/2025
Pregão Eletrônico: 90.006/2026
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo necessários para atender as necessidades da Procuradoria da Mulher, Escola do Legislativo e Câmara Municipal do Prata - MG.

Item	**Deserto**				
	Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
01	Buquê de flores com 12 rosas	Buquê	22	-	-
02	Rosa unitária	unidade	67	-	-
Item	**Fracassado**				
	Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
05	Confecção de plotagem e envelopamento de paredes, janelas e portas de vidro e veículos com aplicação inclusa.	m2	02	-	-
09	Criação de arte e impressão cartaz	unidade	75	-	-
Item	**Fornecedor: DMG COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA – 48.872.449/0001-76**				
	Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
03	Placa de homenagens em aço inox -	unidade	150	R$86,00	R$12.900,00
Item	**Fornecedor: EMBACOM LTDA – 47.156.456/0001-09**				
	Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
04	Criação de arte e impressão de flyer,	unidade	5000	R$0,58	R$2.900,00
Item	**Fornecedor: KAYKY CAMPOS DOMINGUES – 55.167.469/0001-01**				
	Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
06	Confecção de placas de inauguração em aço inox	unidade	01	R$600,00	R$600,00
Item	**Fornecedor: ELEN DANUSA RODRIGUES MELLATO CONFECCOES LTDA – 29.386.393/0001-03**				

	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
07	Camisetas para divulgação de eventos, -	unidade	150	R$30,00	R$4.500,00
Item	**Fornecedor: AGROFARJ COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA – 63.610.834/0001-39**				
	Especificação	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
08	Pacotes de bombons para a Procuradoria da Mulher e Escola do Legislativo	unidade	25	R$45,00	R$1.125,00

PAULO MARQUES DE SOUZA JÚNIOR
Presidente da Câmara Municipal do Prata

Publicado por:
Eliane Pádua Alves
Código Identificador:63D954F7

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE MINAS GERAIS - CISAB SUL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE MINAS GERAIS - CISAB SUL
COMUNICAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Sul de Minas, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará o processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Resolução CISAB SUL 003 de janeiro de 2024 e demais legislação aplicável.

Os processos licitatórios serão conduzidos pelo CISAB SUL, órgão gerenciador das respectivas Atas de Registro de Preços, ficando a administração dos contratos sob a responsabilidade dos municípios contratantes.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO COMPARTILHADA DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA EM CADA PEDIDO	PERIODICIDADE DOS PEDIDOS	OBSERVAÇÃO
1	SAL GROSSO isento de iodo para ser utilizado na geração de cloro para tratamento de água para consumo humano com as seguintes características: Composição química: Teor de umidade: Típico = 0,05%, Máximo = 3%. Teor de resíduos insolúveis: Típico = 0,01%, Máximo = 0,1%. Teor de cálcio (Ca2+): Típico = 0,03%, Máximo =	KG	Exemplo 45.000kg	15.000kg	Quadrimestral	
2	HIPOCLORITO DE CÁLCIO EM TABLETES, com diâmetro de 60mm e altura de 47mm, pesando em média 230g, com as seguintes especificações: Cloro Ativo (% em massa) – Teor mínimo de 65% Resíduo Insolúvel – Teor máximo de 5,0% Deverão ser fornecidos os laudos de análises laboratoriais do produto Vida útil do produto: 12 meses. O fornecimento deverá ser feito em embalagem original do fabricante. Deve ser apresentado laudo demonstrando que o produto é especifico para tratamento de água potável e não tratamento de piscinas.	KG				
3	HIPOCLORITO DE CÁLCIO destinado ao tratamento de água com registro no Ministério da Saúde, conforme norma ABNT NBR 11887, com as seguintes características: Teor mínimo de cloro ativo disponível em peso = 65% Teor máximo de insolúveis em água = 5%. Isento de soda cáustica Teor máximo de ferro = 0,05% Teor máximo de óxidos de metais pesados = 0,5% pH (solução a 1%) = 10,5 a 11,5 Solubilidade em água = 180 g/L Apresentado em grânulos Embalagem de 45 Kg. Deve ser apresentado laudo demonstrando que o produto é específico para tratamento de água potável e não tratamento de piscinas.	KG				
4	CLORO LIQUEFEITO (cloro gás) entregue em cilindros de 50 ou 68 kg, com 99,5% de Cl2, com teor máximo de 6,0 mg/Kg de ferro e de 50 mg/Kg de umidade, para utilização no tratamento de água.	KG				
5	FLUOSSILICATO DE SÓDIO destinado ao tratamento de água, com as seguintes características: Pureza mínima = 98,0% Teor mínimo de flúor = 59,4% Umidade máxima = 0,5%Insolúveis (máximo) = 0,5% Densidade aparente = 1,20 kg/m3 Solubilidade em água (25 ºC) = 0,762 % Aspecto = pó branco brilhante cristalino Malha 325 = 25% (máximo)Malha 80 = 100%Embalagens em sacos de 25 kg.	KG				
6	ÁCIDO FLUOSSILÍCICO destinado ao tratamento de água, com as seguintes características: Aspecto = claro e límpido Teor de H2SiF6 = mínimo de 20% em massa Densidade = 1,20 g/mL Acidez livre = máximo de 1% Material em suspensão = isento Teor de ferro total = máximo de	KG				

	10g/kg Teor de manganês total = máximo de 10g/kg Toxicidade (calculada para uma dosagem máxima de 6,25 mg/L de ácido fluossilícico a 20%): Arsênio = máximo de 800 mg/kg Cromo = máximo de 800 mg/kg Chumbo = máximo de 800 mg/kg O produto deverá ser entregue em bombonas.					
7	CAL HIDRATADA destinada ao tratamento de água, com as seguintes características: Teor de hidróxido de cálcio: ≥ 90,0%Teor de carbonato de cálcio: ≤ 5,5 % Teor de hidróxido de magnésio: ≤ 2,2% Granulometria (% retida na peneira 100 mesh): ≤ 2,2% Umidade Máxima = 1% Teor máximo de resíduos insolúveis = 1%Na dosagem necessária ao processo de tratamento, as substâncias que possam causar efeitos tóxicos a saúde não devem extrapolar 1/10 dos limites permitidos na legislação vigente para água potável. Embalada em sacos de 20 kg, em folha em papel duplo	KG				
8	SULFATO DE ALUMÍNIO destinado ao tratamento de água com as seguintes características: Teor mínimo de Al2O3 = 16,5% Teor máximo de Fe2O3 = 0,04% Teor máximo de acidez (% em massa como H2SO4) = 0,5% Teor máximo de alcalinidade livre (% em massa como Al2O3) = 0,4% Teor máximo de insolúveis (% em massa) = 1,0% Características físicas: Solubilidade (25 ºC) = 53,0% Cor = branco creme Malha 2 = 98% mínimo Malha 100 = 10% máximo Embalagens em sacos de 25 kg	KG				
9	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO EM SUSPENSÃO, com as seguintes especificações técnicas: COMPOSIÇÃO QUÍMICA: Ca (OH)2 19,00% a 20,00%. CaCO3 1,00% (máximo). Teor de insolúveis em HCl/ SiO2 + RI 0,05% (máximo). Retido 200 mesh/ Insolúveis em água 0,60% (máximo). CARACTERISTICAS FISICAS:Suspensão em 24h: 95,00% (mínimo) Densidade: 1.10g/ml Viscosidades copo Ford 04 mm: 12 a 17 segundos ANÁLISES ESPECÍFICAS/CIPP* Dioxinas e Furanos Isento Impurezas Metálicas / Metais pesados: Isento Fluoreto: Isento Radionuclídeos: Isento *CIPP: Concentração de impureza permissível por produto (Resultados baseados na NBR 13293/95 e 6473/03) Em conformidade com a ABNT NBRportaria 15.784/2009 e MS nº 888. Validade do produto: 12 (doze) meses	KG				
10	ORTOPOLIFOSFATO DE SÓDIO - EM SOLUÇÃO AQUOSA PARA TRATAMENTO DE ÁGUA Características: - Concentração (em peso): 53,0 a 55,0% - Densidade a 20,0 °c: 1,53 a 1,57 g/cm³ - pH: 4,50 a 5,50 - Apresentação: líquido - Cor: incolor - % p2o5 (base seca): mínimo de 60,0% - % sódio (base seca): 20,0 a 25,0% - %fosfato reativo (base seca): 20,0 a 25,0% - Solubilidade: solúvel em água - % insolúveis: menor que 0,10% - Toxicidade: atóxico	KG				
11	POLICLORETO DE ALUMÍNIO CONCENTRADO - PAC 12, para clarificação da água bruta. Características físico-químicas: Forma física: líquido; Cor: âmbar; pH (solução 10%) a 25ºc: 3,0 a 5,0; Densidade a 25ºc: 1,28 + ou - 0,05g/cm3, Concentração: 12%	KG				

PRAZO MÁXIMO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE: 10/09/2026

Informações pelo telefone: (35) 99968-9804 – Compras e Licitações ou e-mail: compras@cisab.mg.gov.br

Boa Esperança - MG, 25 de agosto de 2026.

ELTON SANTOS LIMA BARRIOS
Superintendente

Publicado por:
Alais Reis Vargas
Código Identificador:5534EBE4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALÉM PARAÍBA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PE 054/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 210/2026
Pregão Eletrônico 054/2026

Registro de preços para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE COPA E COZINHA, pelo período de 12 (doze) meses, para secretarias diversas, conforme condições e especificações contidas neste termo de referência.
Em 24 de agosto de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, eu, Prefeito do Município de Além Paraíba/MG, Paulo Henrique Marinho Goldstein,

RESOLVO:

FRACASSADOS:

0066	GARRAFA TÉRMICA COM TORNEIRA, PÉS E ALÇA – 5 LITROS - Garrafa Térmica, tipo galão/botijão, com torneira, pés E alça. Capacidade:5 Litros. Alta qualidade. Livre de BPA. Especificações: Material: Isolamento em PU e peças em plástico injetado. Com Alças firmes para facilitar o deslocamento. Tampa de rosca. Dimensões: Altura sem pés: 22 cm. Altura com pés: 28 cm. Diâmetro total: 23 cm. Diâmetro da tampa: 12 cm. Peso: Aproximadamente 885 g.	UN	112	69,53	7.787,36
0090	PÉ UNIVERSAL PARA FOGÃO FREEZER GELADEIRA - kit - Pés para Fogão, freezer, geladeira, máquina de lavar com rodinhas de fácil instalação. Compatível com todos os modelos: Universal. Dimensões: Altura x Comprimento x Largura: 8.5 cm x 8.5 cm x 8.5 cm. Diâmetro: 8.5 cm. Material: Plástico Polipropileno resistente. Embalagem com 04 unidades (kit).	KIT	40	16,27	650,80

VENCEDORES:

Fornecedor: JMP DISTRIBUIDORA EM GERAL LTDACNPJ: 45.601.229/0001-10
Representante:PEDRO IVO BORGES DA CRUZ
Telefone:(22) 8169-6060
E-mail:jmpdistribuidora26@gmail.com
Endereço:RUA BRÁULIO ALVES CASAS, 129 - CENTRO, Carmo - Rio de Janeiro - 28640-000

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
1	130,00	UN	ABRIDOR DE LATAS INOX - COMBINADO COM ABRIDOR DE GARRAFAS; COMPOSIÇÃO DO MATERIAL: AÇO INOX; ALTURA APROXIMADA: 2,5CM; DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO - cm (AxLxP) 2,5x4x14cm; PESO APROXIMADO DO PRODUTO: 80G.	Tramontina	Tramontina	R$ 2,89	R$ 375,70
2	104,00	UN	ACENDEDOR PARA FOGÃO A GÁS - TIPO FAÍSCA, COM CABO PLÁSTICO, MANUAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL, PINTURA ELETROSTÁTICA.	Sil	Sil	R$ 6,00	R$ 624,00
3	10,00	UN	AÇUCAREIRO INOX COM COLHER - MATERIAL AÇO INOX; FORMATO REDONDO; CAPACIDADE APROXIMADA 350G; COM TAMPA E ESPAÇO PARA COLHER; COM ALÇAS; ACOMPANHA COLHER AÇO INOX; .	Tramontina	Tramontina	R$ 18,90	R$ 189,00
4	20,00	UN	AGULHA PARA DESENTUPIR FOGÃO - Agulha para desentupimento em bocas e conexões de fogões e fornos. Comprimento da agulha: 80 mm. Diâmetro da Agulha: 0,5 mm. Cabo em material Plástico. Comprimento do cabo: 90 mm. Comprimento total do produto: 170 mm.	Sil	Sil	R$ 6,90	R$ 138,00
5	151,00	UN	AMASSADOR DE BATATAS AÇO 5/8 - TIPO: INDUSTRIAL, CORPO EM ALUMÍNIO FUNDIDO, CESTO EM AÇO INOX, PINTURA ELETROSTÁTICA PÉS E COLUNA: TUBO DE AÇO 5/8	Tramontina	Tramontina	R$ 48,40	R$ 7.308,40
12	30,00	UN	BANDEJA RETANGULAR AÇO INOX 50 CM - Matéria/Prima: Aço Inox; Formato Retangular sem alças: Medidas aproximadas: Altura 3 cm, Largura 34 cm, Comprimento 50 cm.	Tramontina	Tramontina	R$ 68,27	R$ 2.048,10
16	90,00	UN	COADOR DE CAFÉ - 20 CM - Matéria-prima: Flanela de Algodão; Tamanho: 20 cm de diâmetro aproximadamente; com Aro e Cabo de Madeira.	Sil	Sil	R$ 9,55	R$ 859,50
28	568,00	UN	CONJUNTO XICARA/PIRES (CAFÉ - VIDRO) - Matéria-prima: Vidro temperado transparente liso; Aplicação: Café; Capacidade 90 ml; Com 12 peças, sendo 06 xícaras e 06 pires.	Tramontina	Tramontina	R$ 49,36	R$ 28.036,48
32	426,00	DZ	COPO DE VIDRO 190 ML - Matéria-prima: Vidro transparente; Modelo do copo: Americano; Capacidade 190 ml; Diâmetro da Boca (mm:) 6,7cm.	Tramontina	Tramontina	R$ 12,85	R$ 5.474,10
33	1.221,00	DZ	COPO DE VIDRO 300 ML - Matéria-prima: Vidro temperado transparente liso; Modelo: Americano duplo; Capacidade 300 ml; Dimensões aproximadas do produto: Altura: 13cm, Diâmetro: 6,5cm.	Tramontina	Tramontina	R$ 27,90	R$ 34.065,90
38	110,00	UN	ESCORREDOR DE MACARRÃO ALUMÍNIO - Matéria-prima: Alumínio; com 48 cm de diâmetro aproximadamente, com pé e alças laterais.	Tramontina	Tramontina	R$ 74,90	R$ 8.239,00
55	10,00	UN	FRIGIDEIRA/FUNDO TRIPLO ANTIADERENTE-20 CM-AÇO INOX/CERÂMICA/REVESTIMENTO STARFLON PLUS/CABO SILICONE - FRIGIDEIRA/FUNDO TRIPLO ANTIADERENTE - 20 CM - AÇO INOX/CERÂMICA/REVESTIMENTO STARFLON PLUS/CABO SILICONE. SIMILAR A TRAMONTINA, BRINOX OU HÉRCULES.	Sil	Sil	R$ 160,00	R$ 1.600,00
56	70,00	UN	FRUTEIRA - Matéria-prima: AÇO INOX; Tipo: Redonda com 03 cestos; medidas: 35CM Diâmetro X 01M de Altura.	Tramontina	Tramontina	R$ 89,50	R$ 6.265,00
58	112,00	UN	FUNIL - PLÁSTICO - Matéria-prima: plástico; Capacidade: 500ML;	Tramontina	Tramontina	R$ 6,20	R$ 694,40
63	217,00	UN	GARRAFA TERMICA - 1800 ML - Matéria-prima: Corpo externo em Aço Inox; Capacidade da Ampola: 1800 ML; Fechamento: Pressão; Com alça Móvel em Polipropileno.	Tramontina	Tramontina	R$ 78,90	R$ 17.121,30
69	236,00	UN	JARRA DE VIDRO - 1 LITRO - Matéria-prima: Vidro transparente Refratário, Resistente a alta Temperatura; Detalhes: Com tampa e graduada; Capacidade: 1000ML;	Tramontina	Tramontina	R$ 12,90	R$ 3.044,40
70	310,00	UN	JARRA PARA ÁGUA EM PLÁSTICO- 2 LITROS - Matéria-prima: Plástico Atóxico; Detalhes: Com tampa e alça; Capacidade: 2000ML.	Tramontina	Tramontina	R$ 11,50	R$ 3.565,00
71	98,00	JG	JOGO DE POTES PARA MANTIMENTOS - 5 PÇS - Pote para mantimentos; Matéria-prima: Plástico Atóxico; Jogo com 05 peças. Volumes aproximados: 8,45L, 5,66L, 3,28L, 1,7L e 1,05L	Tramontina	Tramontina	R$ 33,05	R$ 3.238,90
75	18,00	UN	PALITEIRO - Matéria-prima: Vidro Temperado; tampa em Aço Inox; Formato Redondo.	Tramontina	Tramontina	R$ 10,58	R$ 190,44
88	100,00	UN	PENEIRA - 30CM - Uso Doméstico - Matéria-prima: Plástico Resistente; Malha fina; Diâmetro: 30CM.	Tramontina	Tramontina	R$ 17,68	R$ 1.768,00
89	15,00	UN	PENEIRA PEQUENA - 9 CM - Peneira de plástico pequena para cozinha. Tamanho: 9 cm.	Tramontina	Tramontina	R$ 10,45	R$ 156,75
91	20,00	UN	PORTA GUARDANAPO DE ACRÍLICO - Porta guardanapo de acrílico, Forma: Retangular, corte a laser, ótimo acabamento e durabilidade. Dimensões aproximadas: 12 cm comprimento x 3 cm largura x 8 cm altura.	Tramontina	Tramontina	R$ 29,60	R$ 592,00
92	20,00	UN	PORTA PAPEL TOALHA PARA MESA - Porta Papel Toalha para mesa. Composição: Aço cromado. Dimensões: 13 cm x 13 cm x 24 cm (C-L-A).	Chamex	Chamex	R$ 23,00	R$ 460,00
93	60,00	UN	POTE DE VIDRO COM TAMPA - 3 LITROS - Pote de vidro com tampa de metal. Capacidade: 3 litros. Tampa de rosca. Formato cilíndrico. Para armazenagem de alimentos. Dimensões: 15 cm de diâmetro x 25 cm altura.	Tramontina	Tramontina	R$ 27,90	R$ 1.674,00
94	10,00	UN	POTE PLÁSTICO COM TAMPA PARA SALADA, TIPO BOWL CAPACIDADE: 4,75 LITROS - Pote plástico com tampa, redondo, tipo bowl. Material: Plástico Polipropileno (PP). Capacidade mínima: 4,75 litros. Tampa com ótima vedação, mantendo a conservação dos alimentos. Características Adicionais: Hermético e BPA Free. Recomendações de Uso: Apropriado para Alimentos; Permitido colocar no Freezer com temperatura até -10C; Permitido usar no micro-ondas até 110C (sem a tampa) e Permitido colocar na Lava-louças. Dimensões: 30 x 27 x 13 cm (Comprimento x Largura x Altura). Peso:0,227 Kg.	Tramontina	Tramontina	R$ 23,40	R$ 234,00
96	40,00	UN	POTE PLÁSTICO RETANGULAR C/TAMPA 3 LITROS - Pote de Plástico Retangular; Tampa branca e corpo transparente. Volume: 3 litros; Dimensão: (Comp x Larg x Alt): 290 x 158 x92 mm; confeccionado em polipropileno, material atóxico, livre de BPA (BPA Free).	Tramontina	Tramontina	R$ 20,43	R$ 817,20
97	50,00	UN	POTE PLÁSTICO RETANGULAR C/TAMPA 5,6 L - Pote de Plástico Retangular; Tampa branca e corpo transparente. Volume:	Tramontina	Tramontina	R$	R$

			5,6 L; Dimensão: (Comp x Larg x Alt): 348 x 250 x92 mm; confeccionado em polipropileno, material atóxico, livre de BPA (BPA Free).			52,20	2.610,00
103	5,00	UN	RECIPIENTE PARA ACONDICIONAR SAL - Matéria-prima: Plástico resistente; Com tampa; Capacidade para 1KG.	Tramontina	Tramontina	R$ 19,90	R$ 99,50
104	6,00	UN	REFIL C3 PARA PURIFICADOR DE ÁGUA FR600 SPECIALE - O Refil Girou Trocou C3 possui o Sistema de tripla filtragem, que retém as impurezas da água como barro, ferrugem e sedimentos. Reduz o cloro e elimina sabores e odores indesejáveis. Prático sistema refil GIROU TROCOU garante ao usuário uma fácil substituição do refil e manutenção do equipamento. Vida útil: 3.000 L ou até 6 meses. Possui 03 Etapas de Filtragem: Eficiência de Retenção de Partículas e Eliminação de odores. Possui 03 Etapas de purificação: Bacteriostático: controla a proliferação de bactérias; Elimina odores e Elimina sabores. DIMENSÕES: 223 x 62 x 62 mm. Referência: Refil IBBL C3.	Tramontina	Tramontina	R$ 51,05	R$ 306,30
106	116,00	UN	SOQUETE PARA FEIJÃO - Matéria-prima: Alumínio; Tipo Tradicional.	Tramontina	Tramontina	R$ 15,80	R$ 1.832,80
108	65,00	UN	SUPORTE PARA COADOR DE CAFÉ PROFISSIONAL N 3 - Suporte para coador de café de pano nº 3, com 3 pés, linha Industrial, Material Aluminio Medidas Aproximadas: Altura 56 cm, Largura: 29 cm, Largura para o coador: 15 cm Alta durabilidade.	Tramontina	Tramontina	R$ 86,65	R$ 5.632,25
109	70,00	UN	SUPORTE PARA COPO DESCARTÁVEL de 200 ML - Dispenser Redondo em Aço Inox com Tubo acrílico, para Copos de 200ML; Medidas Aprox.: 7,5cm (diâmetro) x 50cm (altura). Capacidade de Copos: 100 Unidades.	Tramontina	Tramontina	R$ 42,90	R$ 3.003,00
110	103,00	UN	TÁBUA PARA CORTE - Aplicação: Carne; Matéria-prima: Polipropileno; Dimensões: 1,5CM Espessura X 30CM Largura X 50CM Comprimento; Com Alça grande.	Tramontina	Tramontina	R$ 50,50	R$ 5.201,50

Total R$ 147.464,92

Fornecedor: SELTH LTDACNPJ: 49.832.255/0001-00

Representante: Thales de Oliveira Rodrigues

Telefone: (37) 9995-5453

E-mail: THALESORODRIGUES@GMAIL.COM

Endereço: R MARIA LICA, 182 - SANTANENSE, Itaúna - Minas Gerais - 35681-138

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
6	40,00	UN	BACIA EM ALUMÍNIO - 12 LITROS - BACIA; MATÉRIA-PRIMA:ALUMÍNIO; CAPACIDADE: 12 LITROS; DIMENSÕES APROXIMADAS: 11 CM DE ALTURA E 50 CM DE DIÂMETRO.	GENERICO	PROFISSIONAL	R$ 38,00	R$ 1.520,00
7	40,00	UN	BACIA EM ALUMÍNIO 5,6 LITROS - Bacia multiuso em Alumínio polido e resistente nº 40. Capacidade: 5,6 litros. Não Enferruja. Medidas Aproximadas: 9,5 cm de altura x 40 cm de largura x 40 cm de diâmetro.	GENERICO	PROFISSIONAL	R$ 22,90	R$ 916,00
36	95,00	UN	ESCORREDOR DE ARROZ ALUMÍNIO - Matéria-prima: alumínio, com 40 cm de diâmetro; com pé e alças laterais.	GENERICO	PROFISSIONAL	R$ 77,90	R$ 7.400,50
50	170,00	UN	FORMA ASSADEIRA RETANGULAR ALUMINIO Nr 05 - FORMA ASSADEIRA RETANGULAR ALUMINIO Nr 05 MEDIDAS: 44 x 30 x 4,8 cm	GENERICO	PROFISSIONAL	R$ 33,90	R$ 5.763,00
53	60,00	UN	FRIGIDEIRA ALUMÍNIO 30 CM X 2,40 L-PROFISSIONAL - FRIGIDEIRA ALUMÍNIO 30 CM X 2,40 L-PROFISSIONAL CABO DE BAQUELITE, BOA QUALIDADE.	GENERICO	PROFISSIONAL	R$ 62,90	R$ 3.774,00
72	182,00	UN	LEITEIRA - 2600ML - Matéria-prima: Alumínio; Capacidade: 2600ML; Com Cabo e Alça em Baquelite; Sem tampa.	GENERICO	PROFISSIOANL	R$ 28,00	R$ 5.096,00
73	137,00	UN	LEITEIRA - 5000ML - Matéria-prima: Alumínio; Capacidade: 5000ML; Com cabo e Alças em Baquelite; Sem tampa.	GENERICO	PROFISSIONAL	R$ 51,00	R$ 6.987,00
77	170,00	UN	PANELA CAÇAROLA 23 LITROS - C/40CM DIÂM - Panela Tipo Caçarola com tampa; Matéria-prima: Alumínio Polido; Capacidade: 23 Litros; Diâmetro Aproximado: 40 CM.	GENERICO	PROFISSIONAL	R$ 146,45	R$ 24.896,50
78	130,00	UN	PANELA CAÇAROLA 41,2L C/50CM DIÂM. - PANELA CAÇAROLA COM TAMPA - MATÉRIA-PRIMA: ALUMÍNIO POLIDO; CAPACIDADE 41,2 LITROS; DIÂMETRO APROXIMADO: 50 CM.	GENERICO	PROFISSIONAL	R$ 304,00	R$ 39.520,00
79	70,00	UN	PANELA CAÇAROLA - 9,8L - C/30CM DIÂM - Panela tipo Caçarola com tampa; Matéria-prima: Alumínio Polido; Capacidade: 9,8 litros; Diâmetro Aproximado: 30 CM	GENERICO	PROFISSIONAL	R$ 99,49	R$ 6.964,30
80	73,00	UN	PANELA DE PRESSAO - 07 LITROS - Matéria-prima: Alumínio Polido; Capacidade: 07 Litros;	GENERICO	PROFISSIONAL	R$ 90,66	R$ 6.618,18
81	103,00	UN	PANELA DE PRESSÃO - 10 LITROS - Matéria-prima: Alumínio Polido; Capacidade: 10 litros.	GENERICO	PROFISSIONAL	R$ 136,90	R$ 14.100,70
82	60,00	UN	PANELA - PIPOQUEIRA - Panela tipo Pipoqueira; Matéria-prima: Alumínio; Com Cabo Baquelite, Antitérmico e Anatômico; Capacidade Aproximada 3,5 Litros.	GENERICO	PROFISSIONAL	R$ 57,00	R$ 3.420,00

Total R$ 126.976,18

Fornecedor: MAGALHAES INDUSTRIA E COMECIO LTDACNPJ: 17.403.267/0001-22

Representante: camila dos santos magalhaes silva

Telefone: (32) 3532-8956

E-mail: magalhaeslicita@gmail.com

Endereço: PADRE BAIAO, 24 - CENTRO, Guidoval - Minas Gerais - 36515-000

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
8	235,00	UN	BACIA PLÁSTICA - 05 LITROS - BACIA; TAMANHO MÉDIA; MATÉRIA-PRIMA: PLÁSTICO RESISTENTE CANELADA; CAPACIDADE: 05 LITROS.	antares	antares	R$ 7,50	R$ 1.762,50
15	2.150,00	UN	COADOR DE CAFÉ - 15 CM - Matéria-prima: Flanela de Algodão; Tamanho: 15 cm de diâmetro aproximadamente; com Aro e Cabo de Madeira.	doisirmãos	doisirmãos	R$ 4,50	R$ 9.675,00
19	20,00	PCT	COLHER DE PLÁSTICO DESCARTAVEL - Colher tipo sobremesa; Matéria-prima: Plástico descartável resistente; cor: branco leitoso; pacote com 50 unidades. Dimensões aproximadas do produto (cm) - AxLxP: 25 x 04 x 17cm.	riofesta	riofesta	R$ 3,70	R$ 74,00
51	225,00	UN	FORMA PARA GELO - Matéria-prima: Plástico; em formato de cubos; Cor: branca; Dimensão do Produto: Comprimento: 26,3 cm; Largura: 10,8 cm; Altura: 3,8 cm. Aproximadamente.	erca	erca	R$ 4,40	R$ 990,00
54	50,00	Un	Frigideira antiaderente alumínio 40 cm x 8L - Profissional cabo de Baquelite , Boa Qualidade	asj	asj	R$ 104,00	R$ 5.200,00

Total R$ 17.701,50

Fornecedor: Z E S COMERCIAL LTDACNPJ: 47.496.710/0001-18

Representante: MARIA LUIZA PEREIRA SENRA

Telefone: (32) 3466-1481

E-mail: zescomercial@hotmail.com

Endereço: EST CARMO ALEM PARAIBA, 690 - INFLUENCIA, Carmo - Rio de Janeiro - 28640-000

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
9	213,00	UN	BACIA PLÁSTICA - 15 LITROS - BACIA; TAMANHO GRANDE; MATÉRIA-PRIMA: PLÁSTICO RESISTENTE; MODELO CANELADA; CAPACIDADE: 15 LITROS.	ARQ	ARQ	R$ 11,00	R$ 2.343,00
13	255,00	UN	CALDEIRÃO COM TAMPA 27 LITROS - Produto fabricado em alumínio 100 puro, no melhor padrão de qualidade; com Alças nas laterais em alumínio anatômico; Capacidade aproximada: 27 litros; Peso aproximado 1,5kg; Dimensão do produto Produto (D) 34 cm.	ARARY	ARARY	R$ 130,00	R$ 33.150,00
20	2.120,00	PCT	COLHER DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL PACOTE - COLHER DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL PACOTE	BELLO	BELLO	R$ 2,70	R$ 5.724,00
22	3.280,00	PCT	COLHER DE SOBREMESA DESCARTÁVEL - PACOTE COM 50 UNIDADES - FEITAS COM MATÉRIA PRIMA 100 VIRGEM DE BOA QUALIDADE	BELLO	BELLO	R$ 2,50	R$ 8.200,00
29	22.020,00	PCT	COPO DESCARTÁVEL 200 ML - Copo descartável de poliestireno; Resistente até 100ºC; cor: Branco Leitoso; não tóxico; Capacidade 200 ml; Embalagem com 100 unidades,	COPOBOM	COPOBOM	R$ 4,00	R$ 88.080,00
30	9.870,00	PCT	COPO DESCARTÁVEL 50 ML - Copo descartável de Poliestireno; resistente até 100º; Cor branco Leitoso; não tóxico; Capacidade: de 50 ml (café); Embalagem com 100 unidades.	MASSIMO	MASSIMO	R$ 2,30	R$ 22.701,00
31	5.000,00	PCT	COPO DESCARTÁVEL DE ISOPOR (EPS) BRANCO 60 ML PACOTE C/25 UNIDADES - Copo descartável. Capacidade: 60 ml. Material: EPS (Poliestireno Expandido), conhecido como isopor, resistente e reciclável. Isolamento Térmico: Mantém a temperatura (quente ou fria) e evita o desconforto térmico nas mãos. Dimensões Aproximadas: Cerca de 5 x 5,5 cm (Altura x Diâmetro). Cor: Branco. Embalagem: Pacote com 25 unidades.	TOTAL	TOTAL	R$ 4,55	R$ 22.750,00
35	4.910,00	PCT	CUMBUCA DESCARTÁVEL - FUNDO - 10 UNID. - Matéria Prima: Poliestireno e Pigmento Atóxico; Medidas aproximadas:	TOTAL	TOTAL	R$	R$

			14,5 CM Diâmetro da boca X 4,5 CM Profundidade X 9 CM fundo; PCT com 10 unidades. Cor: Branco Leitoso.			1,88	9.230,80
49	252,00	UN	FORMA ASSADEIRA ALUMÍNIO - 62 X 42 X 04CM GRANDE - Matéria-prima: Alumínio; Dimensões aproximadas: 62 X 42 X 04CM; Revestimento: Revestido em alumínio; Finalidade: Assados em Geral.	ARARY	ARARY	R$ 60,00	R$ 15.120,00
60	1.440,00	PCT	GARFO DE MESA DESCARTÁVEL - 50 UNID. - Matéria-prima: Plástico em polipropileno ou polietileno branco leitoso; de alta densidade, resistente, tamanho total aproximado 18cm. Pacote C/ 50 unidades.	BELLO	BELLO	R$ 3,30	R$ 4.752,00
61	360,00	PCT	GARFO DE SOBREMESA DESCARTÁVEL - PACOTE COM 50 UNIDADES - FEITAS COM MATÉRIA PRIMA 100 VIRGEM DE BOA QUALIDADE	BELLO	BELLO	R$ 2,95	R$ 1.062,00
64	172,00	UN	GARRAFA TÉRMICA - 1 LITRO - Matéria-prima: Corpo externo em Polipropileno; Ampola de Vidro; Capacidade da ampola: 1000ML; Fechamento: Rosca; Com Alça Fixa em Polipropileno. (Preta ou branca)	OBBA	OBBA	R$ 24,00	R$ 4.128,00
67	2.000,00	PCT	GUARDANAPO DE PAPEL GRANDE - Guardanapo de Papel, tamanho G. Matéria-prima: Papel Absorvente; Folha dupla; Produto biodegradável. Dimensões: 31,8 x 32,8 cm; Cor: Branca; Pacote com 50 unidades.	XANDI	XANDI	R$ 2,10	R$ 4.200,00
68	9.975,00	PCT	GUARDANAPO - PCT 50 UNID - Matéria-prima: Papel Absorvente; Folha Simples; Dimensões: 23,5 X 22CM; Pacote com 50 unidades.	XANDI	XANDI	R$ 1,00	R$ 9.975,00
74	80,00	CX	Marmitex Embalagem para refeição, tipo marmitex, descartável, em isopor, com tampa, na cor branca, com capacidade de 750ml, número 8. O produto deve estar íntegro. Caixa com 100 unidades.	TOTAL	TOTAL	R$ 43,00	R$ 3.440,00
84	1.100,00	UN	PAPEL ALUMINIO MULTIAPLICACAO - ROLO COM APROXIMADAMENTE 7,5M X 0,45M - APRESENTAÇÃO: ROLO; DIMENSÕES: 45CMX7,5M	MELLO	MELLO	R$ 6,00	R$ 6.600,00
85	2.310,00	PCT	PAPEL TOALHA - PACOTE COM 2 ROLOS - FOLHA DUPLA; BOA ABSORÇÃO, TOTAL DE 120 TOALHAS, TAMANHO POR FOLHA: 20X22CM	BOLIPOP	BOLIPOP	R$ 3,10	R$ 7.161,00
98	2.160,00	PCT	PRATO DESCARTÁVEL - DIÂM 15 CM - 10 UNID - Matéria-prima: Polipropileno e Corantes Atóxico; Dimensões: 15CM de Diâmetro; Cor: Branca; Pacote com 10 unidades.	BELLO	BELLO	R$ 1,20	R$ 2.592,00
99	2.110,00	PCT	PRATO DESCARTAVEL - DIÂM 22CM - 10 UNID - Matéria-prima: Polipropileno e Corantes Atóxico; Dimensões: 22CM de Diâmetro; Cor: Branca; Pacote com 10 unidades.	BELLO	BELLO	R$ 2,00	R$ 4.220,00

Total R$ 255.428,80

Fornecedor: WL NOGUEIRA DISTRIBUIDORA LTDACNPJ: 24.334.764/0001-81

Representante:WALITON LAGES NOGUEIRA

Telefone:(31) 9086-0122

E-mail:wlnogueiradistribuidora@hotmail.com

Endereço:AV ARI BARROSO, 125 - SERENATA, Timóteo - Minas Gerais - 35180-442

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
10	30,00	UN	BANDEJA RETANGULAR AÇO INOX 30 CM - Matéria Prima: Aço Inox; Formato: Retangular com alças; Medidas aproximadas: 30 cm de comprimento X 23 cm de largura.	golden inox	golden inox	R$ 30,00	R$ 900,00
11	267,00	UN	BANDEJA RETANGULAR AÇO INOX 40CM - Matéria Prima: Aço Inox; Formato: Retangular com alças; Dimensões aproximadas: 40cm Comprimento, 28CM largura, 0,7 mm Espessura.	golden inox	golden inox	R$ 37,29	R$ 9.956,43
14	5.300,00	UN	CANECA EM POLIPROPILENO 300 ML - Matéria-prima: Polipropileno virgem/atóxico; De alta qualidade; Sem tampa; Com alça na lateral; Resistente a temperatura aproximada de 100 Celsius. Medidas aproximadas: Altura: 11cm, Circunferência: 21,6cm, Diâmetro Interno: 6,3cm, Peso: 0,080 gramas.	golden inox	golden inox	R$ 1,50	R$ 7.950,00
17	2.270,00	UN	COLHER DE CHÁ EM AÇO INOX - Matéria-prima: Aço Inox 430; Dimensões aproximadas do produto: (Comprimento X Largura X Altura): 128x30x15 mm; Espessura: 1,0 mm.	golden inox	golden inox	R$ 1,15	R$ 2.610,50
23	520,00	UN	Colher de sobremesa em aço inox. - Colher de sobremesa em aço inox.	golden inox	golden inox	R$ 1,57	R$ 816,40
24	2.840,00	UN	COLHER DE SOPA EM AÇO INOX - Matéria-prima: Aço Inox; Dimensões aproximadas do produto (CxLxA): 190x43x21 mm; Espessura: 2,25 mm.	golden inox	golden inox	R$ 1,42	R$ 4.032,80
25	355,00	UN	CONCHA LINHA HOTEL Nº 12 EM ALUMINIO - CONCHA LINHA HOTEL Nº 12 EM ALUMINIO Descrição: - Concha em alumínio polido n12 linha hotel; - Feita em alumínio de primeira qualidade, forte, higiênico e resistente; - Cabo mais longo, que permite ser usada no preparo de grandes quantidades de alimento; - Excelente para preparo de alimentos em grande escala. Medidas: Comprimento total: 52cm; Comprimento do cabo: 47cm; Diâmetro da concha: 12cm.	golden inox	golden inox	R$ 22,77	R$ 8.083,35
26	50,00	UN	CONCHA PARA MOLHO INOX - Concha para Molho. Ideal para servir molhos e caldos. Fabricado em Aço inox. Resistente e fácil de limpar. O cabo em plástico protegendo do aquecimento e seu formato específico com bico facilita na hora de despejar o creme ou líquido. Dimensões: 28 x 9x5 x 4 cm (Comprimento x Largura x Altura). Peso: 0,087 Kg.	golden inox	golden inox	R$ 9,17	R$ 458,50
27	10,00	UN	CONCHA PARA SOPA EM AÇO INOX - Material Cabo: Polipropileno cor preto; Corpo em Aço Inox, Resistente, de boa qualidade; Medidas aproximadas: Dimensões Largura: 9 cm, Altura: 7 cm, Comprimento: 34 cm, Peso: 86 gramas.	golden inox	golden inox	R$ 8,89	R$ 88,90
39	180,00	UN	ESCUMADEIRA AÇO INOX - CABO ANTI-CALORIA - ESCUMADEIRA AÇO INOX - CABO ANTI-CALORIA, (MADEIRA OU BAQUELITE), COM 30 CM DE COMPRIMENTO APROXIMADAMENTE. BOA QUALIDADE.	golden inox	golden inox	R$ 9,89	R$ 1.780,20
44	20,00	UN	FACA DE COZINHA LÂMINA LISA - 6 POLEGADAS - Tipo: Corte; Matéria-prima: LÂMINA: AÇO INOX; Medidas: 6 polegadas (Tamanho Aproximado 1x4x27); Lâmina Lisa; Cabo de Madeira.	golden inox	golden inox	R$ 12,89	R$ 257,80
45	318,00	UN	FACA DE COZINHA LÂMINA LISA - 8 POLEGADAS - Tipo: Corte; Matéria-prima: LÂMINA AÇO INOX; Medidas: 8 POLEGADAS (APROX. 20CM); Lamina Lisa; Cabo: Polipropileno Preto.	golden inox	golden inox	R$ 12,77	R$ 4.060,86
46	1.490,00	UN	FACA DE MESA AÇO INOX - Matéria-prima: ACO INOX; Lamina: Serrilhada; Cabo: AÇO INOX; Medidas aproximadas: Comprimento 212(mm), Largura 19(mm), Altura 3(mm).	golden inox	golden inox	R$ 1,87	R$ 2.786,30
48	272,00	UN	FACA PARA CORTAR PÃO - Matéria-prima: ACO INOX, Medidas aproximadas: 18 CM (08 polegadas); Lâmina: Serrilhada; Cabo: em plástico polipropileno na cor branca.	golden inox	golden inox	R$ 8,47	R$ 2.303,84
59	1.914,00	UN	GARFO DE MESA AÇO INOX - Matéria-prima:Aço Inox; Dimensões aproximadas do produto (CxLxA): 198x27x21 mm; Espessura: 2,5 mm.	golden inox	golden inox	R$ 1,62	R$ 3.100,68
62	15,00	UN	GARFO TRINCHANTE INOX COM CABO MADEIRA - 47,5 CM - Garfo Trinchante, tipo para churrasco. Material da lâmina: Aço inoxidável. Material do punho: Madeira. Comprimento total: 47,5 cm.	golden inox	golden inox	R$ 39,27	R$ 589,05
86	170,00	UN	PEGADOR PARA MASSAS - Matéria-prima: ACO INOX, Sem Emendas; Comprimento: 20CM.	golden inox	golden inox	R$ 7,87	R$ 1.337,90

Total R$ 51.113,51

Fornecedor: CRIATIVA COMERCIO SOLUCOES E SERVICOS LTDACNPJ: 62.224.161/0001-16

Representante:KAREN CUNHA DE OLIVEIRA

Telefone:(22) 2050-2151

E-mail:mundocriativa@hotmail.com

Endereço:RUA UBELART, 123 - CENTRO, Carmo - Rio de Janeiro - 28640-000

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
18	5,00	UN	COLHER DE PAU (MADEIRA) - FEITA EM MADEIRA DE BOA QUALIDADE - APROXIMADAMENTE 35CM	STOLF	STOLF	R$ 11,00	R$ 55,00
43	339,00	UN	FACA DE COZINHA LÂMINA LISA - 3 POLEGADAS - Tipo: Corte; Matéria-prima: LÂMINA AÇO INOX; Medidas: 3 polegadas (Aprox. 7,5CM); Lâmina Lisa; Cabo: Polipropileno preto.	YANGZI	YANZZI	R$ 6,08	R$ 2.061,12
76	50,00	UN	PALITO DE DENTES ; EMB. C/100 UNID.	GOBOARD	GOBOARD	R$ 2,40	R$ 120,00
105	50,00	UN	Rolo de Massa Profissional - Restaurante Bistrô Tratoria Gourmet	MALTA	MALTA	R$ 45,00	R$ 2.250,00

Total R$ 4.486,12

Fornecedor: VALENTE DISTRIBUICAO, REPRESENTACOES E PRESTACAO DE SERVICOS LTDACNPJ: 48.803.785/0001-67

Representante:ELT**********

Telefone:(22) 9791-1840

E-mail:msilva.elton@gmail.com

Endereço:R EDIMAR POLICIANO DA SILVA, 12 - ALTO DA CAIXA DAGUA, Carmo - Rio de Janeiro - 28640-000

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
21	310,00	UN	COLHER DE SERVIR ARROZ INTEIRIÇA - APROX 37 CM - Colher, Inteiriça em Aço Inox, Finalidade: Para servir arroz; Cabo longo com aproximadamente 37 centímetros.	YANGZI	YANGZI	R$ 13,00	R$ 4.030,00
34	218,00	UN	CORTADOR DE LEGUMES MANUAL - Corpo em alumínio fundido; Tipo médio Industrial; Lâminas de corte de 10 mm; navalhas de aço inoxidável; Desmontável;Com base antiderrapante; pintura eletrostática cinza claro.	VITALEX	VITALEX	R$ 94,00	R$ 20.492,00

40	10,00	UN	ESCUMADEIRA ARAMADA EM INOX 31,5 CM - Escumadeira aramada em aço inox para fritura. Permitindo com que o óleo seja escorrido de maneira muito mais rápida e eficiente. Material: Aço Inoxidável, podendo ir a altas ou baixas temperaturas; Elimina a gordura dos alimentos com rapidez e facilidade; Material extremamente resistente e durável. Dimensões: Diâmetro da Escumadeira: 11,5cm; Comprimento: 31,5 cm.	SEULAR	SEULAR	R$ 10,70	R$ 107,00
41	65,00	UN	ESPÁTULA DE SILICONE MULTIUSO 21 CM - Espátula de Silicone multiuso. Produto atóxico com silicone altamente resistente que aguenta a temperatura de até 220º. Fácil de limpar. Não absorve líquidos ou resíduos. Material: Silicone e Aço Inox. Dimensões: 1,0 cm (A) x 3,0 cm (L) x 21,0 cm (C). Peso: 0,05 kg.	TUUT	TUUT	R$ 8,70	R$ 565,50
42	55,00	UN	ESPÁTULA PARA BOLO INOX - Espátula para Bolo, fabricado em aço inox, com serra cook permitindo cortar e servir bolos e sobremesas. Design moderno, super eficaz, fácil manuseio, simples de usar e em material de alta resistência. Composição: Aço Inoxidável. Dimensão: 26,5 cm.	IMPORT	IMPORT	R$ 15,00	R$ 825,00
57	90,00	Un	Fuê Batedor Profissional de Ovos Reforçado - 35 cm	YAZI	YAZI	R$ 12,90	R$ 1.161,00
65	35,00	UN	GARRAFA TÉRMICA - 5 LITROS - Matéria-prima: Corpo Externo em Polipropileno, com isolamento térmico em PU; Capacidade da Ampola: 5.000 ml; Tempo de conservação da temperatura: 10h, Fechamento por rolha de fácil rosqueamento, com tampa externa que vira copo; Com alça fixa em Polipropileno; Bocal Removível; Cor Azul.	THERMOFORT OU INVICTA	THERMOFORT OU INVICTA	R$ 37,90	R$ 1.326,50
107	137,00	UN	SUPORTE PARA BOTIJÃO DE GÁS - Matéria-prima: Alumínio Resistente; Com Rodízios.	ARTHI	ARTHI	R$ 23,90	R$ 3.274,30

Total R$ 31.781,30

Fornecedor: ANDRE L T DE SOUZA COMERCIO E REPRESENTACAOCNPJ: 40.619.473/0001-96

Representante: andre luiz thomaz de souza

Telefone: (32) 2010-1754

E-mail: andrethomaz1712@gmail.com

Endereço: RUA JULIANO MARQUES DUARTE, 110 - ILHA GAMA CERQUEIRA, Além Paraíba - Minas Gerais - 36660-000

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
37	130,00	UN	ESCORREDOR DE LOUÇAS - 20 PRATOS - Aplicação: Prato; Matéria-prima: AÇO INOX; Capacidade: 20 Pratos; Componente: Não se aplica; Medidas: 52CM Comprimento X 29,5CM Largura X 12,5CM Altura;	CSK	ESCORREDOR DE LOUÇAS - 20 PRATOS	R$ 115,40	R$ 15.002,00
47	630,00	PCT	FACA DESCARTÁVEL - PLASTICO RESISTENTE - FACA DESCARTÁVEL - PLASTICO RESISTENTE/TRANSPARENTE - COM SERRA. PARA SALGADOS E SOBREMESAS PACOTE COM 50 UNIDADES	BELLOCOPO	FACA DESCARTÁVEL - PLASTICO RESISTENTE	R$ 4,22	R$ 2.658,60
100	5.800,00	UN	PRATO DE VIDRO FUNDO - Matéria-prima: Vidro Temperado; Tipo: Fundo; Formato: Circular; Cor: Cristal Transparente.	NADIR	PRATO DE VIDRO FUNDO	R$ 4,52	R$ 26.216,00
101	540,00	UN	PRATO DE VIDRO RASO - Matéria-prima: Vidro Temperado; Tipo: Raso; Formato: Circular; Cor: Cristal Transparente.	ASTRAL	PRATO DE VIDRO RASO	R$ 5,66	R$ 3.056,40
102	125,00	UN	RALADOR - Matéria-prima: Alumínio; Tamanho: grande; Modelo: 04 Faces.	viel	RALADOR - Matéria-prima: Alumínio;	R$ 11,80	R$ 1.475,00

Total R$ 48.408,00

Fornecedor: OMEGA DISTRIBUIDORA DE CARMO LTDACNPJ: 46.777.902/0001-30

Representante: ADRIANO DA SILVA

Telefone: (22) 2050-2256

E-mail: omegadistribuidoradecarmo@gmail.com

Endereço: R DR. WILDE OSCAR CURTY RIBEIRO, 240 - SANTA ELISA, Carmo - Rio de Janeiro - 28640-000

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
52	930,00	CX	FÓSFORO DE MADEIRA - Composto de Vegetal e Minério; apresentação na forma de Palito; Com ponta de pólvora; Caixa com 40 palitos médios; Com certificação Compulsória-Inmetro; Pacote com 10 Caixas.	GABOARDI	GABOARDI	R$ 2,85	R$ 2.650,50

Total R$ 2.650,50

Fornecedor: SOLUCOES EM LIMPEZA FENIX LTDACNPJ: 49.719.430/0001-57

Representante: CLEUNICE NUNES DE QUEIROZ

Telefone: (31) 3021-4737

E-mail: solucoesfenix.licitacoes@gmail.com

Endereço: R SAO BERNARDO, 133 - SAO SALVADOR, Belo Horizonte - Minas Gerais - 30881-460

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
83	5.006,00	UN	PANO DE PRATO - Tecido 100 Algodão, Sacaria; Acabamento: Alvejado, Branco, Com Acabamentos nas Laterais; Dimensões Aprox.: 55 X 75CM.	INTEXTIL	PANO DE PRATO	R$ 2,90	R$ 14.517,40

Total R$ 14.517,40

Fornecedor: FABIANA RODRIGUES PEREIRACNPJ: 26.427.828/0001-14

Representante: Gab**********

Telefone: (31) 3552-3026

E-mail: licitacao@opimportados.com.br

Endereço: ROD RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE, 45 - NOSSA SENHORA DO CARMO, Ouro Preto - Minas Gerais - 35400-452

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
87	100,00	UN	PENEIRA - 20CM - Uso doméstico - Matéria-prima: Plástico Resistente; Diâmetro: 20CM.	Alves Plastic	Alves Plastic - Peneira 20 cm - Branca	R$ 13,37	R$ 1.337,00
95	40,00	UN	POTE PLÁSTICO RETANGULAR C/TAMPA 12 LITROS - Pote de Plástico Retangular; Tampa branca e corpo transparente. Volume: 12 litros; Dimensão: (Comp x Larg x Alt): 348 x 250 x 92 mm; confeccionado em polipropileno, material atóxico, livre de BPA (BPA Free).	Uninjet	R:Caixa Organizadora c/ Tampa e Trava 12L	R$ 40,47	R$ 1.618,80

Total R$ 2.955,80

Determino ainda, que os setores competentes procedam a publicação da presente homologação e adjudicação no sitio eletrônico e diário oficial do município e que convoque a vencedora para assinatura do contrato.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Beatriz Silva Germiniazi
Código Identificador: 06786CEB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DOURADA

GABINETE DO PREFEITO
CRONOGRAMA DE VISITAS TÉCNICAS DO PROGRAMA "A CASA É SUA" PARA OBTENÇÃO DE MORADIA

CRONOGRAMA DE VISITAS TÉCNICAS DO PROGRAMA "A CASA É SUA" PARA OBTENÇÃO DE MORADIA
PERÍODO DAS VISITAS TÉCNICAS: 27/08/2026 Á 11/09/2026
HORÁRIO DAS VISITAS: 07:00HRS ÁS 13:00H

Nº	DATA	DIA	HORÁRIO	NOME
	27/08/2026	Quinta-feira	07h00	Sara Aparecida Alves da Silva
	27/08/2026	Quinta-feira	07h28	Giuslaine Soares Alves
	27/08/2026	Quinta-feira	07h56	Lissia Gonçalves de Aquino
	27/08/2026	Quinta-feira	08h24	Maria Eduarda Raimundo
	27/08/2026	Quinta-feira	08h52	Fabiana Dias Ferreira da Silva Andrade
	27/08/2026	Quinta-feira	09h20	Naquitieli R Benevides
	27/08/2026	Quinta-feira	09h48	Etyene Alves Pereira
	27/08/2026	Quinta-feira	10h16	Divina Aparecida da Silva
	27/08/2026	Quinta-feira	10h44	Núbia Lopes de Farias
	27/08/2026	Quinta-feira	11h12	Liliane Laurenice de Oliveira
	27/08/2026	Quinta-feira	11h40	Sara Lemes Araújo
	27/08/2026	Quinta-feira	12h08	Ana Paula de Lima Tobias
	27/08/2026	Quinta-feira	12h36	Tatiene Karine Leal
	27/08/2026	Quinta-feira	13h00	Graciela da Silva Ribeiro
	28/08/2026	Sexta-feira	07h00	Carla Iorrana Oliveira da silva
	28/08/2026	Sexta-feira	07h28	Juliana Cristina Gomes Silva
	28/08/2026	Sexta-feira	07h56	Flávia dos Santos Silva
	28/08/2026	Sexta-feira	08h24	Milene dos Santos Silva
	28/08/2026	Sexta-feira	08h52	Daiane Aparecida da Silva
	28/08/2026	Sexta-feira	09h20	Queila Cristina da Silva
	28/08/2026	Sexta-feira	09h48	Alexsandra Alves Rocha
	28/08/2026	Sexta-feira	10h16	Ana Paula Gomes Silva
	28/08/2026	Sexta-feira	10h44	Vanessa de Paula Souza
	28/08/2026	Sexta-feira	11h12	Eliene Tobias do Nascimento
	28/08/2026	Sexta-feira	11h40	Núbia Aparecida da Silva Aquino
	28/08/2026	Sexta-feira	12h08	Ranislayne Monteiro da Silva Santos
	28/08/2026	Sexta-feira	12h36	Maria Gizeli de Souza Lizardo de Lima
	28/08/2026	Sexta-feira	13h00	Ana Paula Martins Nunes
	01/09/2026	Terça-feira	07h00	Lizieli Cristina Moraes
	01/09/2026	Terça-feira	07h28	Wiliam dos Reis Alves
	01/09/2026	Terça-feira	07h56	Taynara Dias Ferreira da Silva
	01/09/2026	Terça-feira	08h24	Duana Loris Lee Silva Bernardes
	01/09/2026	Terça-feira	08h52	Rita de Kássia Aparecida Fernandes Ribeiro
	01/09/2026	Terça-feira	09h20	Mariele Ponciano Machado
	01/09/2026	Terça-feira	09h48	Lara Barbosa de Araújo
	01/09/2026	Terça-feira	10h16	Maria Clara Rodrigues Silva
	01/09/2026	Terça-feira	10h44	Camila Storti de Lima
	01/09/2026	Terça-feira	11h12	Angelica Storti da Silva
	01/09/2026	Terça-feira	11h40	Alda de Souza Barbosa Pereira
	01/09/2026	Terça-feira	12h08	Maristela Aparecida Gonçalves Joaquim
	01/09/2026	Terça-feira	12h36	Marilia Carla Pereira
	01/09/2026	Terça-feira	12h45	Luana Aparecida Gonçalves da Silva
	01/09/2026	Terça-feira	13h00	Deigilaine Cristina Ribeiro dos Santos
	02/09/2026	Quarta-feira	07h00	Meidiam Alves Ferreira Joaquim Pereira
	02/09/2026	Quarta-feira	07h28	Ana Clara Tobias Ferreira
	02/09/2026	Quarta-feira	07h56	Monise Estrela da Silva
	02/09/2026	Quarta-feira	08h24	Helen Campelo Araújo
	02/09/2026	Quarta-feira	08h52	Cliciane Aparecida Rodrigues Ribeiro
	02/09/2026	Quarta-feira	09h20	Patrícia Gonçalves Santana
	02/09/2026	Quarta-feira	09h48	Edivaldo dos Santos
	02/09/2026	Quarta-feira	10h16	Eliane Severino da Silva
	02/09/2026	Quarta-feira	10h30	Ana Carolina da Silva Rocha
	02/09/2026	Quarta-feira	10h44	Laissa Camila de Lima Storti
	02/09/2026	Quarta-feira	11h00	Mariane Alves de Souza
	02/09/2026	Quarta-feira	11h28	Luciana da Silva
	02/09/2026	Quarta-feira	12h00	Priscila Rocha dos Santos
	02/09/2026	Quarta-feira	12h15	Ana Laura Santos Pereira
	02/09/2026	Quarta-feira	12h30	Caroline Oliveira Silva
	03/09/2026	Quinta-feira	07h00	Danielle Campelo da Silva Soares
	03/09/2026	Quinta-feira	07h28	Ana Paula Rodrigues Campanha
	03/09/2026	Quinta-feira	07h56	Elen Ferreira Branquinho Brito
	03/09/2026	Quinta-feira	08h24	Jorge Araújo dos Santos
	03/09/2026	Quinta-feira	08h52	Andreia Aparecida Santos
	03/09/2026	Quinta-feira	09h20	Marilda Silva
	03/09/2026	Quinta-feira	09h48	John Lenno Faustino da Silva
	03/09/2026	Quinta-feira	10h16	Edileuza Izidoro Neto
	03/09/2026	Quinta-feira	10h30	Fabiana Nascimento de Oliveira
	03/09/2026	Quinta-feira	10h45	Evileide Alves da Silva
	03/09/2026	Quinta-feira	11h12	Samara Costa Oliveira
	03/09/2026	Quinta-feira	11h40	Euripa Francisca Lunguim Silva
	03/09/2026	Quinta-feira	12h08	Wilton Fernandes Silva
	03/09/2026	Quinta-feira	12h30	Junior Cezar Gomes
	03/09/2026	Quinta-feira	13h00	José Moises Filho
	04/09/2026	Sexta-feira	07h00	Lazaro Donizete Rodrigues Gomes
	04/09/2026	Sexta-feira	07h15	Eliane Ferreira da Silva Santos
	04/09/2026	Sexta-feira	07h30	Daniela Correia de Barros
	04/09/2026	Sexta-feira	07h56	Elane Rodrigues Medeiros
	04/09/2026	Sexta-feira	08h24	Dyeine Silva Rezende
	04/09/2026	Sexta-feira	08h52	Ana Fernanda da Silva Oliveira
	04/09/2026	Sexta-feira	09h20	Maria Cícera Vieira dos Santos
	04/09/2026	Sexta-feira	09h48	Kezia Vithoria Alves Noteles
	04/09/2026	Sexta-feira	10h16	Ubiratania dos S Silva (fazenda)
	04/09/2026	Sexta-feira	10h30	Lorraine Aparecida de Souza

	04/09/2026	Sexta-feira	10h44	Tuane Gonçalves Pinheiro
	04/09/2026	Sexta-feira	11h15	Stephany Ohana Pereira Costa e Silva
	04/09/2026	Sexta-feira	11h30	Danilo Alexandre Silva
	04/09/2026	Sexta-feira	11h45	Leticia M de Araújo(fazenda)
	04/09/2026	Sexta-feira	12h00	Sueli Aparecida de Araujo
	04/09/2026	Sexta-feira	12h15	Marilene Acosta de Araújo
	08/09/2026	Terça-feira	07h56	Denner Fernandes da Silva
	08/09/2026	Terça-feira	08h24	Nathan Marcos Luz
	08/09/2026	Terça-feira	08h52	Wederson Gomes Duarte
	08/09/2026	Terça-feira	09h20	Maria Nedite dos Santos
	08/09/2026	Terça-feira	09h48	Mircelia Bernardes Lino
	08/09/2026	Terça-feira	10h15	Gisele Soares Alves Fernandes
	08/09/2026	Terça-feira	10h30	Higner José Faria dos Santos
	08/09/2026	Terça-feira	10h45	Jaderson Pedro Silva Moura
	08/09/2026	Terça-feira	11h30	Alice Alves dos Santos
	08/09/2026	Terça-feira	12h00	Glaucia Pereira Silva
	08/09/2026	Terça-feira	12h36	Edilson Fernandes da Silva
	09/09/2026	Quarta-feira	07h28	Thalyta da Silva Souza
	09/09/2026	Quarta-feira	07h56	Vilma Aparecida Alves
	09/09/2026	Quarta-feira	08h52	Tatiele Aparecida Gomes da Silva
	09/09/2026	Quarta-feira	10h44	Luciano de Souza Silva
	09/09/2026	Quarta-feira	11h40	José Cândido Martins
	09/09/2026	Quarta-feira	12h08	Edivania Cajueiro dos Santos
	09/09/2026	Quarta-feira	12h15	Jennifer Soares Moura Nishimura
	10/09/2026	Quinta-feira	07h56	Cauana Nunes Ferreira da Silva
	10/09/2026	Quinta-feira	08h24	Luciene Domingas Mota
	10/09/2026	Quinta-feira	09h20	Taissa de Araújo Vieira
	10/09/2026	Quinta-feira	10h30	Ligia Aparecida de Medeiros Costa
	10/09/2026	Quinta-feira	10h45	Claudia Aparecida da Silva
	10/09/2026	Quinta-feira	11h00	Isabelle Marques da Silva
	10/09/2026	Quinta-feira	11h15	João Emanoel Alves de Moraes
	10/09/2026	Quinta-feira	11h30	Cristiane Aparecida da Silva Martins
	10/09/2026	Quinta-feira	12h15	Adilma Soares Lisboa
	10/09/2026	Quinta-feira	12h45	Maria Avelina Martins
	11/09/2026	Sexta-feira	07h30	Maria do Livramento Fagundes
	11/09/2026	Sexta-feira	07h56	Rosemeire Batista dos Santos
	11/09/2026	Sexta-feira	08h24	Nackyelly Ferreira Silva
	11/09/2026	Sexta-feira	08h52	Maria Gorete Rodrigues
	11/09/2026	Sexta-feira	10h16	Elisabete Cavalcante da Silva Carvalho
	11/09/2026	Sexta-feira	10h30	Marta Duarte Macedo

Assistente Social
LÍVIA JULIA DOS SANTOS MARTINS
CRESS: 23769

Publicado por:
Vanessa Silva Domingues
Código Identificador:70105686

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORAÇÃO DE JESUS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DA SESSÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026

PREGÃO Nº. **0028/2026**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **0075/2026**

Às **08:00** do dia **18/08/2026**, reuniu-se o(a) Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, em atendimento às disposições contidas na legislação vigente, a fim de realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, Amparo legal Lei 14.133/2021, Art. 28, I, cujo objeto é (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA DESTINADA A REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS E TORNEIOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE ÁRBITROS E DEMAIS PROFISSIONAIS NECESSÁRIOS PARA A CONDUÇÃO DAS PARTIDAS.).
Inicialmente, o(a) Pregoeiro(a) abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances. Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lance e dado prosseguimento aos demais tramites do processo até sua fase de homologação.
As informações dessa ata são dinâmicas, haja vista a possibilidade de alteração das decisões por meio de recurso. Apenas após homologado do processo as informações estarão consolidadas.

Publicação: **04/08/2026**
Limite de impugnação: **13/08/2026 08:00**
Final da Proposta/Início da Sessão: **18/08/2026 às 08:00**

Fornecedor:	CRISTIANO	DA	SILVA	ANDRADE	**CNPJ/CPF:** 08.838.155/0001-03
Data/hora de envio 17/08/2026 13:57:07					**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador					
1 - CONTRATACAO DE EMPRESA DE SERVICOS DE ARBITRAGEM PARA APITAR JOGOS EM COMPETICOES REALIZADAS PELA SECRETARIA SENDO NECESSARIO UM ARBITRO CENTRAL, DOIS BANDEIRINHAS E UM MESARIO:					

Descrição do Fornecedor	**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
CONTRATACAO DE EMPRESA DE SERVICOS DE ARBITRAGEM PARA APITAR JOGOS EM COMPETICOES REALIZADAS PELA SECRETARIA SENDO NECESSARIO UM ARBITRO CENTRAL, DOIS BANDEIRINHAS E UM MESARIO:	200,00	servico	760,00

Marca:	Fabricante:	Modelo:	

Lances

Lote	Etapa	Fornecedor	Valor do Lance	Data/Hora
Lote 1	Aberta	SAMUEL RODRIGO DA SILVA - ARBITRAGEM ESPORTIVA 31.731.958/0001-86	730,00	18/08/2026 08:08:19
Lote 1	Aberta	64.436.096 LUIZ NASCIMENTO DOS SANTOS 64.436.096/0001-18	720,00	18/08/2026 08:08:28
Lote 1	Aberta	CRISTIANO DA SILVA ANDRADE 08.838.155/0001-03	710,00	18/08/2026 08:08:46
Lote 1	Aberta	MAURO SERGIO CARVALHO SALOMAO 14.203.316/0001-95	700,00	18/08/2026 08:08:51
Lote 1	Aberta	SFM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - EPP 00.720.129/0001-74	670,00	18/08/2026 08:09:00
Lote 1	Aberta	CRISTIANO DA SILVA ANDRADE 08.838.155/0001-03	660,00	18/08/2026 08:09:09
Lote 1	Aberta	MAURO SERGIO CARVALHO SALOMAO 14.203.316/0001-95	650,00	18/08/2026 08:09:16
Lote 1	Aberta	CRISTIANO DA SILVA ANDRADE 08.838.155/0001-03	640,00	18/08/2026 08:09:23
Lote 1	Aberta	SAMUEL RODRIGO DA SILVA - ARBITRAGEM ESPORTIVA 31.731.958/0001-86	695,00	18/08/2026 08:09:39
Lote 1	Aberta	SAMUEL RODRIGO DA SILVA - ARBITRAGEM ESPORTIVA 31.731.958/0001-86	625,00	18/08/2026 08:09:59
Lote 1	Aberta	CRISTIANO DA SILVA ANDRADE 08.838.155/0001-03	615,00	18/08/2026 08:10:15
Lote 1	Aberta	SAMUEL RODRIGO DA SILVA - ARBITRAGEM ESPORTIVA 31.731.958/0001-86	600,00	18/08/2026 08:10:24
Lote 1	Aberta	CRISTIANO DA SILVA ANDRADE 08.838.155/0001-03	590,00	18/08/2026 08:11:16
Lote 1	Aberta	FM BITTAR ASSESSORIA ESPORTIVA E ARBITRAGEM LTDA EPP 49.258.944/0001-52	754,27	18/08/2026 08:13:54
Lote 1	Aberta	SFM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - EPP 00.720.129/0001-74	630,00	18/08/2026 08:15:09
Lote 1	*Negociação*	*CRISTIANO DA SILVA ANDRADE 08.838.155/0001-03*	*590,00*	*18/08/2026 08:19:10*

Chat

Apelido	Mensagem	Data/Hora
Sistema	As propostas do processo foram abertas e serão analisadas. Aguardem Conectados.	18/08/2026 08:00:30
Sistema	As propostas foram abertas. Aguardem conectados a classificação das propostas.	18/08/2026 08:03:17
Pregoeiro(a)	As propostas foram classificadas e em breve será iniciada a disputa.	18/08/2026 08:03:17
	O chat está aberto para todos os fornecedores.	18/08/2026 08:03:30
	Bom dia a todos!	18/08/2026 08:03:40
Fornecedor 5	Bom dia!	18/08/2026 08:04:32
	Solicitamos aos Senhores(as) licitantes que atuem com responsabilidade e bom senso na formulação de seus lances, observando rigorosamente os limites de exequibilidade e a capacidade real de execução do objeto, bem como evitando a apresentação de valores incompatíveis com os custos de mercado. A adoção dessa conduta contribuirá para a regularidade do certame, a futura execução contratual e a prevenção de transtornos decorrentes de propostas inexequíveis, pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou eventual inadimplemento das obrigações contratuais.	18/08/2026 08:05:07
	Vamos iniciar a fase de lances!	18/08/2026 08:07:00
Sistema	A fase de lances do **lote 01** foi iniciada.	18/08/2026 08:08:02
	Fornecedor 04, precisamos que melhorem os preços. O que pode ser feito?	18/08/2026 08:19:26
Fornecedor 4	Sem possibilidade de negociação no Lote 01. Estamos no melhor preço, houve disputa adequada.	18/08/2026 08:19:43
Sistema	O fornecedor **04** teve seu lance final aceito para o lote **01** e sua proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	18/08/2026 08:19:52
	Senhores(as) vamos conferir a documentação (Habilitação), esse processo pode levar de 30 minutos a 1 hora.	18/08/2026 08:20:07
Sistema	O fornecedor **CRISTIANO DA SILVA ANDRADE** foi **Habilitado** no(s) lote(s): 1.	18/08/2026 08:37:35
Sistema	O fornecedor **CRISTIANO DA SILVA ANDRADE** foi declarado vencedor do(s) lote(s) **1.**	18/08/2026 08:37:44
Sistema	O(s) Lote(s) 1., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até **15** minuto(s) - *(Prazo inicial: 18/08/2026 08:38:00, Prazo final: 18/08/2026 08:53:00)*.	18/08/2026 08:37:54
Fornecedor 5	Sr Pregoeiro, não está liberado no portal para vermos a documentação do arrematante.	18/08/2026 08:40:05
Fornecedor 2	Consegui ter acesso. Está na tela de abertura do processo, na parte inferior, logo abaixo dos documentos do processo em: Materiais / Serviços.	18/08/2026 08:42:10
	Fornecedor 05, a documentação está disponível para que todos os interessados possam visualizar e analisar. Caso não esteja conseguindo visualizar favor entrar em contato com o suporte da plataforma, ou caso queira poderá vir no Departamento de Licitação.	18/08/2026 08:42:34
Fornecedor 5	já entrei em contato, disseram q é o pregoeira quem libera	18/08/2026 08:43:26
Fornecedor 5	atualizei aqui, apareceu agora	18/08/2026 08:44:06
	ok	18/08/2026 08:44:17
Fornecedor 5	Intenção de recurso de SAMUEL RODRIGO DA SILVA - ARBITRAGEM ESPORTIVA para o lote **01** . (Docuemtacao em desacordo com o edital)	18/08/2026 08:49:37
Sistema	Foi iniciada a fase recursal do(s) lote(s) **1.**. Os interessados devem registrar o recurso em até **3** dia(s) - *(Prazo Recurso: 21/08/2026 23:59, Prazo contrarrazão: 26/08/2026 23:59)*.	18/08/2026 08:53:18
	Senhores(as), encerramos por aqui, tenha todos um ótimo dia.	18/08/2026 08:53:25

Solicitação	Resposta
Nome: SAMUEL RODRIGO DA SILVA	**Nome:** RONALDO VILELA PRADO JUNIOR
Recurso: A Recorrente reconhece que a jurisprudência dos Tribunais de Contas não autoriza a inabilitação de empresa exclusivamente porque determinado CNAE não reproduz literalmente o objeto da licitação. Entretanto, essa não é a situação que se pretende discutir. O que se questiona é a efetiva compatibilidade do ramo de atividade empresarial com o objeto específico contratado, considerando que o edital exige expressamente essa compatibilidade, que o objeto é a prestação direta de arbitragem esportiva, a documentação empresarial da recorrida registra atividades distintas, como agenciamento, promoção de eventos e gestão de instalações esportivas e não consta expressamente a prestação de serviços de arbitragem esportiva. O TCU reconhece a necessidade de compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas no contrato social e já determinou que a capacidade técnica seja analisada em conformidade com o contrato social da empresa. Assim, não se pretende restringir indevidamente a competitividade do certame, mas assegurar que a empresa contratada possua efetiva compatibilidade jurídica e operacional para executar o objeto que será entregue à Administração Pública. Diante disso, requer-se o provimento do presente recurso, com a revisão da decisão de habilitação/classificação da empresa CRISTIANO DA SILVA ANDRADE – ME, ou, subsidiariamente, a realização de diligência e prolação de decisão devidamente fundamentada sobre a compatibilidade entre suas atividades empresariais e o objeto de arbitragem esportiva. Termos em que, pede deferimento. CNPJ_Arbitragem_Moc_Ago_2026.pdf _Recurso_Coracao_de_Jesus_PE_28_2026_assinado.pdf_____CNH-e.pdf CONTRATO_SAMUEL_RODRIGO_DA_SILVA.pdf	**Resposta:** Documento anexo. RESPOSTA_AO_RECURSO_ADMINISTRATIVO_ASS.pdf

Nome: CRISTIANO DA SILVA ANDRADE	**Nome:** RONALDO VILELA PRADO JUNIOR
Contrarrazão: Segue Contrarrazões! Contrarrazoes_-_Cristiano.pdf	**Resposta:** Documento anexo. RESPOSTA_AO_RECURSO_ADMINISTRATIVO_ASS.pdf

Lista de Classificação do Lote 1			
Posição	**Fornecedor**	**CPF/CNPJ**	**Lance Final**
1	CRISTIANO DA SILVA ANDRADE	08.838.155/0001-03	590,00
2	SAMUEL RODRIGO DA SILVA - ARBITRAGEM ESPORTIVA	31.731.958/0001-86	600,00
3	SFM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - EPP	00.720.129/0001-74	630,00
4	MAURO SERGIO CARVALHO SALOMAO	14.203.316/0001-95	650,00
5	64.436.096 LUIZ NASCIMENTO DOS SANTOS	64.436.096/0001-18	720,00
6	HIRESON WAGNER GONCALVES BORGES 85102512668	21.039.597/0001-58	740,00
7	FM BITTAR ASSESSORIA ESPORTIVA E ARBITRAGEM LTDA EPP	49.258.944/0001-52	754,27
8	ARX COMERCIO E SERVICOS LTDA	48.625.739/0001-15	765,82
9	MINEIA TAVARES DOS SANTOS BOTELHO ME	18.492.695/0001-31	769,67
10	Valdeck Alexandre Pereira Martins	16.672.041/0001-64	769,67

Avisos do processo	
Data / Hora	**Descrição**
	Atualização nos dados do processo
25/08/2026	**Equipe de Apoio:** ~~MARIANA SAMPAIO BATISTA, WARLEI DA ROCHA DIAS, RONALDO~~
07:53:48	~~VILELA PRADO JUNIOR, Rafael Ramos Prates~~→MARIANA SAMPAIO BATISTA, RONALDO
	VILELA PRADO JUNIOR, Rafael Ramos Prates

Status de Adjudicação e Homologação dos Lotes		
	Adjudicação	**Homologação**
Lotes	**Data/Hora**	**Data/Hora**
Lote 1		

A geração dessa ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

Homologação Parcial: 0 de 1 lote(s).

Documento gerado em 25 de Agosto de 2026.

TARTALIS TALIGIERISSON RIBEIRO SANTOS –
Pregoeiro(a)

MARIANA SAMPAIO BATISTA –
Equipe de Apoio

RONALDO VILELA PRADO JUNIOR –
Equipe de Apoio

RAFAEL RAMOS PRATES –
Equipe de Apoio

Publicado por:
Mariana Sampaio Batista
Código Identificador:D0BF6A4F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORREGO DANTA

SETOR DE LICITAÇAO
ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de agosto de 2026, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, reuniu-se a Comissão Permanente de Contratação para proceder à análise da proposta comercial e dos documentos de habilitação apresentados no âmbito da **Dispensa de Licitação nº 010/2026**, referente ao **Processo Administrativo nº 049/2026**, cujo objeto é a **aquisição de conjuntos de livros destinados ao atendimento das necessidades pedagógicas da Rede Municipal de Ensino de Córrego Danta/MG**.

O prazo para apresentação das propostas e dos documentos de habilitação encerrou-se às 16h00min do dia 20 de agosto de 2026, conforme estabelecido no Aviso de Dispensa, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

Dentro do prazo estabelecido, apresentou proposta a empresa **VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **02.593.711/0001-42**, encaminhada em 20 de agosto de 2026, às 13h54min.

A empresa apresentou proposta comercial no valor global de **R$ 29.972,00 (vinte e nove mil, novecentos e setenta e dois reais)**, assim composta:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	1	KIT	CONJUNTO DE LIVROS COM 298 VOLUMES DESTINADOS À EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ I E PRÉ II.	R$ 17.461,2333	R$ 17.461,2333
2	1	KIT	CONJUNTO DE LIVROS COM 315 VOLUMES DESTINADOS AO ENSINO DO FUNDAMENTAL DO 1º AO 3º ANO.	R$ 16.874,4667	R$ 16.874,4667
VALOR TOTAL ESTIMADO: 34.335,70 (trinta e quatro mil, trezentos e trinta e cinco reais e setenta centavos).					

Procedida à análise, a Comissão verificou que a proposta apresentada atende aos quantitativos e às especificações estabelecidas no Aviso de Dispensa e no Termo de Referência, encontrando-se, ainda, abaixo do valor global estimado pela Administração, de **R$ 34.335,70 (trinta e quatro mil, trezentos e trinta e cinco reais e setenta centavos)**.

Na sequência, foram conferidos os documentos de habilitação apresentados pela proponente, constatando-se o atendimento às exigências estabelecidas no Aviso de Dispensa nº 010/2026, não sendo identificadas pendências capazes de impedir sua habilitação.

Diante da análise realizada, a Comissão Permanente de Contratação decide pela **ACEITAÇÃO DA PROPOSTA, CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO** da empresa **VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA**, CNPJ nº **02.593.711/0001-42**, pelo valor global de **R$ 29.972,00 (vinte e nove mil, novecentos e setenta e dois reais)**, por atender às condições estabelecidas no procedimento e apresentar proposta inferior ao valor estimado pela Administração.

Ficam os autos encaminhados à autoridade competente para apreciação e, estando de acordo, **ratificação e autorização da contratação**, com a adoção das demais providências administrativas pertinentes.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, segue assinada pelos membros da Comissão.

Córrego Danta/MG, 25 de agosto de 2026.

GABRIELLA BERNARDES DA SILVA
Membro da CPL

RAFAELA APARECIDA DA SILVA PEREIRA
Pregoeira

IRAIZA DO ROSÁRIO FERREIRA
Membro da CPL

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:6118476C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CRISTIANO OTONI

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 036/2026

Dispõe sobre a instituição e nomeação do Comitê Municipal de Elaboração, Acompanhamento e Monitoramento do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cristiano Otoni, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e;

Considerando a obrigatoriedade de aplicação mínima de 4% (quatro por cento) dos recursos do FUNDEB na criação de novas matrículas em tempo integral, a partir de 2026;

Considerando que o Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral constitui instrumento de planejamento a ser registrado na ferramenta disponibilizada pelo Ministério da Educação no prazo de até 60 (sessenta) dias após a sua disponibilização;

Considerando as orientações do Guia de Apoio Técnico ao Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral (MEC/SEB) e do Guia para a Alocação e Distribuição de Matrículas em Tempo Integral com Eficiência e Equidade (SEB/MEC, 2023).

Resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Municipal de Elaboração, Acompanhamento e Monitoramento do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral (CME-EITI), vinculado à Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de coordenar a elaboração do Plano, acompanhar sua implementação e monitorar seu cumprimento, em conformidade com as orientações do Ministério da Educação.
§ 1º O Comitê terá natureza deliberativa quanto ao processo de elaboração do Plano, cabendo ao Secretário Municipal de Educação a chancela das metas e ao Chefe do Executivo a homologação do Plano e dos atos dele decorrentes.
§ 2º O Comitê atuará em articulação com as escolas da rede municipal, o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb).

Art. 2º O Comitê será composto pelos seguintes membros titulares, nomeados na forma do Anexo Único desta Portaria:
I – o Secretário(a) Municipal de Educação, ou seu representante, que o presidirá;
II – 1 (um) representante da coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
III – 1 (um) representante da equipe financeira/orçamentária da Secretaria Municipal de Educação ou da Prefeitura;
IV – 2 (dois) diretores(as) de escolas municipais, indicados(as) pela Secretaria Municipal de Educação, em representação da rede;
V – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação (CME);
VI – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb);
VII – 1 (um) representante da comunidade escolar, indicado entre as associações de pais e/ou conselhos escolares.
§ 1º Cada membro titular terá um suplente, indicado na forma do Anexo Único, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.
§ 2º O mandato dos membros do Comitê será de 2 (dois) anos, admitida a recondução, e se estenderá enquanto durar a vigência do Plano, para fins de acompanhamento e monitoramento.

§ 3º A participação no Comitê será considerada serviço público relevante, não remunerada.

Art. 3º Compete ao Comitê Municipal de Elaboração, Acompanhamento e Monitoramento do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral:
I – coordenar a elaboração do diagnóstico da rede municipal, abrangendo as oito dimensões previstas no Guia de Apoio Técnico do MEC, a saber: oferta e atendimento; perfil do estudante e equidade; infraestrutura; profissionais da educação; currículo e materiais pedagógicos; transporte, alimentação escolar e saúde; orçamento disponível; e resultados educacionais;
II – promover o processo participativo de escuta da comunidade escolar e do território, com proteção de dados pessoais, nos termos da LGPD e do ECA Digital;
III – definir as metas anuais de expansão de matrículas em tempo integral (Tabelas 1 e 2 do Plano de Expansão), por etapa e modalidade, respeitada a data de referência do Censo Escolar;
IV – assegurar a destinação do mínimo de 4% (quatro por cento) dos recursos do FUNDEB à criação de novas matrículas em tempo integral, observada a compatibilidade com o planejamento orçamentário-financeiro;
V – propor a alocação e a distribuição das matrículas com eficiência e equidade, priorizando os territórios de maior vulnerabilidade e garantindo atenção às modalidades especiais;
VI – elaborar os objetivos e as ações prioritárias do Plano, nas seis dimensões previstas no Anexo do Guia de Apoio Técnico do MEC;
VII – acompanhar e monitorar a execução do Plano, inclusive quanto à execução orçamentária, à permanência e à equidade, e propor as atualizações periódicas do anexo editável do Plano;
VIII – assegurar a transparência do processo e a participação social, inclusive perante o Conselho Municipal de Educação e a comunidade escolar.

Art. 4º O Comitê reunir-se-á, em caráter ordinário, semanalmente durante o período de elaboração do Plano e, após a sua aprovação, trimestralmente para fins de monitoramento, e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu presidente ou pela maioria de seus membros.
§ 1º As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, com quórum mínimo de metade mais um dos membros, lavrando-se ata de cada reunião.
§ 2º Os impasses que impedirem o cumprimento do cronograma serão decididos pelo presidente do Comitê no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, com registro fundamentado na ata.

Art. 5º O Comitê deverá concluir a elaboração do Plano no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, cabendo à Secretaria Municipal de Educação promover o registro do Plano na ferramenta disponibilizada pelo Ministério da Educação no prazo de até 60 (sessenta) dias após a sua disponibilização.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Educação.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cristiano Otoni, 25 de agosto de 2026.

CARLOS ROBERTO DE REZENDE
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
Relação nominal dos membros titulares e suplentes do Comitê CME-EITI

Representação	Membro Titular	Membro Suplente
Secretaria Municipal de Educação (Presidente)	Sulliany Fernandes Castro	Liliana Seixas de Almeida Santos Souza
Coordenação Pedagógica - SME	Gabriela Cristina Vieira	Michele Aparecida de Paula Vidigal
Equipe Financeira/Orçamentária - SME	Sandra Márcia Vieira de Assis	Clarice de Fatima Rezende
Direção de Escola Municipal (1)	Rosane Ozava Dutra	Elienai Dutra do Espirito Santo Dias
Direção de Escola Municipal (2)	Debora Daiana Guedes de LIma	Ana Luísa Pereira
Conselho Municipal de Educação (CME)	Elaine Aparecida Rezende Maia	Diane Maria Fideles da Costa Oliveira
Conselho do Fundeb (CACS-Fundeb)	Taís Gonçalves de Paula	Maria Dáurea Rezende e Castro
Comunidade Escolar (Pais/Conselhos)	Sandra Cristina de Gouveia Fonseca	Glaucia Vieira Carvalho

Publicado por:
Carlos Roberto de Rezende
Código Identificador:22299588

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
ATO ADMINISTRATIVO DE PROMOÇÃO DE SERVIDOR N° 969/2026

PROMOÇÃO HORIZONTAL POR MERECIMENTO
A Diretora de Recursos Humanos, Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas atribuições conferidas por lei, concede promoção horizontal, **com efeitos retroativos a 01/07/2026**, prevista na lei complementar n° 024, datada de 31/07/1995, alterada pela lei complementar n° 148/2009, para os servidores listados na tabela abaixo:

MATRICULA	NOME	SECRETARIA	ADMISSÃO	CARGO	Grupo e nível atuais	Grupo e nível com a promoção
99017167	MICHELINE APARECIDA PEREIRA	SEMED	31/05/2005	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	BG	BH

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9A9916B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA RESULTADO PARCIAL DO PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 002/2026 – ASSISTENTE SOCIAL

A Prefeitura Municipal de Divinópolis torna público para os interessados o resultado parcial do Processo Seletivo nº 02/2026 – **Assistente Social:**

Class.	Nome	Exp.	Graduação	Pós-Grad.	Mestrado	Doutorado	Cursos	Nascimento	**Total**
1	UILIANE FABIENE PEREIRA	50	0	5	0	20	0	26/06/1987	**75**
2	DENISE GONCALVES	50	0	15	0	0	0	14/09/1977	**65**
3	VERA LUCIA MARQUES SOUZA VASCONCELOS DAVID	50	0	10	0	0	0	25/05/1967	**60**
4	OLSYMARA CAVALCANTI	50	0	10	0	0	0	31/12/1970	**60**
5	ISABEL CAROLINA DA SILVA	50	0	10	0	0	0	27/10/1971	**60**
6	LUCILENE APARECIDA DOS SANTOS	50	0	10	0	0	0	02/04/1979	**60**
7	FERNANDA GIORDANI MACEDO	50	0	10	0	0	0	24/05/1983	**60**
8	MADALENA AMARAL FERNANDES	50	0	5	0	0	0	21/07/1964	**55**
9	DIRLENE ROZARIA PEREIRA	50	0	5	0	0	0	18/11/1969	**55**
10	LUANA DE MORAIS OLIVEIRA CONRADO	50	0	5	0	0	0	08/04/1984	**55**
11	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA	40	0	15	0	0	0	21/09/1971	**55**
12	MARCIA LUISA DOS SANTOS	50	0	0	0	0	0	23/04/1970	**50**
13	LUCIMEIRE ANA DOS SANTOS RIBEIRO	50	0	0	0	0	0	19/08/1981	**50**
14	LIDIANE PIMENTEL DE MELO HOLANDA	50	0	0	0	0	0	09/05/1983	**50**
15	ADRIANY FERNANDES DA SILVA	50	0	0	0	0	0	28/08/2026	**50**
16	ESMERALDINA FELIPE DOS SANTOS	40	0	10	0	0	0	18/02/1965	**50**
17	RITA ANGELICA FERREIRA	40	0	10	0	0	0	30/05/1982	**50**
18	MICHELINE DA SILVA DIAS	40	0	0	0	0	0	08/12/1972	**40**
19	SANDRA MARA BITENCOURT	35	0	5	0	0	0	01/01/1973	**40**
20	RAFAELA BARBOSA DE OLIVEIRA BESSA	35	0	5	0	0	0	30/03/1986	**40**
21	TIAGO ISMAEL FERREIRA DA SILVA	10	0	15	15	0	0	23/02/1989	**40**
22	JOYCE APARECIDA DA PAZ	35	0	0	0	0	0	03/12/1985	**35**
23	FLAVIO XAVIER DOS SANTOS	25	0	10	0	0	0	02/12/1987	**35**
24	JESSICA TAUANY SANTOS	25	0	10	0	0	0	21/08/1996	**35**
25	FERNANDA DIAS SILVA FERREIRA	30	0	0	0	0	0	21/08/1981	**30**
26	RENATA ANTONIA DA SILVA	25	0	5	0	0	0	15/02/1982	**30**
27	GUILHERME LUCAS DE MELO	25	0	5	0	0	0	08/07/1993	**30**
28	DENIZIA SOUZA SILVA	20	0	10	0	0	0	04/01/1979	**30**
29	NAIARA LISBOA SANTOS	15	0	15	0	0	0	29/04/1988	**30**
30	ROBERTA DOS SANTOS NAPOLEAO	25	0	0	0	0	0	29/01/1981	**25**
31	SABRINA DE SOUSA PEREIRA	25	0	0	0	0	0	20/05/1997	**25**
32	SABRINA BROMBIM ZANCHETTA	20	0	5	0	0	0	04/03/1993	**25**
33	ADRIANA RAMOS DA SILVA SANTIAGO	10	0	15	0	0	0	17/07/1975	**25**
34	WEMERSON DA SILVA CASTRO	20	0	0	0	0	0	28/08/1992	**20**
35	LUANA RAISSA DOS SANTOS FARIA	20	0	0	0	0	0	25/11/1992	**20**
36	NOELIA PEREIRA DA SILVA	10	0	10	0	0	0	10/01/1968	**20**
37	SINEIDE DA CONCEICAO SILVA	5	0	15	0	0	0	10/08/1974	**20**
38	WELSON FELICIO GOMES	5	0	15	0	0	0	02/01/1976	**20**
39	LILIAN VAZ DE MELO	5	0	15	0	0	0	28/11/1978	**20**
40	ALINE CASSIA MARIANO GERMANO	5	0	15	0	0	0	02/10/1982	**20**
41	GABRIELA ESTEFANY RODRIGUES DE MELO	5	0	15	0	0	0	04/07/1999	**20**
42	SIRLEI APARECIDA DE SOUZA	15	0	0	0	0	0	15/07/1973	**15**
43	MARILIA APARECIDA ARAUJO PAULINO	15	0	0	0	0	0	28/01/1974	**15**
44	LARISSA GABRIELLE DE SOUSA	15	0	0	0	0	0	23/11/1999	**15**
45	LUISA OLIVEIRA	15	0	0	0	0	0	18/09/2000	**15**
46	PAULO HENRIQUE MARCONDES RODRIGUES	15	0	0	0	0	0	07/01/2001	**15**
47	LISIAS MARIA SALOME	10	0	5	0	0	0	06/05/1966	**15**
48	RENATA VELOZO ROMAN	10	0	5	0	0	0	01/05/1977	**15**
49	JESSICA DE SOUZA ENES	10	0	5	0	0	0	24/12/1990	**15**
50	TALLIA MONIQUE DIAS SIQUEIRA	10	0	5	0	0	0	03/08/1997	**15**
51	ISADORA CRISTINA DOS REIS ALVES	10	0	5	0	0	0	29/08/1999	**15**
52	LARA BEATRIZ ALVES SANTOS	10	0	5	0	0	0	10/02/2001	**15**
53	KELLY CRISTINA DA SILVA	5	0	10	0	0	0	02/10/1969	**15**
54	CARLOS VINICIUS DA COSTA	5	0	10	0	0	0	29/11/1982	**15**
55	DOUGLAS FRANCKLIN SANTOS CARVALHO	5	0	10	0	0	0	04/06/1988	**15**
56	SANDY BASTOS BORGES	5	0	10	0	0	0	06/01/1999	**15**
57	PATRICIA DANIELE MORATO RIBEIRO	0	0	15	0	0	0	16/03/1978	**15**
58	JORDANIA RODRIGUES ESTEVES	0	0	15	0	0	0	02/09/1987	**15**
59	NATALIA FERREIRA DO CARMO	0	0	15	0	0	0	25/12/1991	**15**
60	MARGARETE MARTINS CLEMENTE	10	0	0	0	0	0	02/04/1970	**10**
61	MARINA CADAVID RIBEIRO	10	0	0	0	0	0	30/05/1985	**10**
62	SARAH AUGUSTA MARTINS	5	0	5	0	0	0	09/05/1985	**10**
63	GUILHERME ANGELO DIAS SILVA	5	0	5	0	0	0	06/06/1990	**10**
64	BIANCA BARBARA OLIVEIRA	5	0	5	0	0	0	12/02/1996	**10**
65	ERICA CRISTINA MARTINS	0	0	10	0	0	0	08/06/1991	**10**
66	LUDMILLA VANESSA VERISSIMO	0	0	10	0	0	0	11/03/1997	**10**
67	WILSON LUCIANO PINHO	5	0	0	0	0	0	26/07/1958	**5**
68	SIRLEY APARECIDA LEITE	5	0	0	0	0	0	29/06/1976	**5**
69	LADY DAIANE BRITO VIEIRA	5	0	0	0	0	0	29/12/1980	**5**
70	ALINE FERNANDA FERREIRA DE ANDRADE	5	0	0	0	0	0	21/11/1982	**5**

71	EDEILZA MARIA DOS REIS	5	0	0	0	0	0	23/09/1985	**5**
72	CLAUDINEIA ANTONIA DA SILVA	5	0	0	0	0	0	27/04/1987	**5**
73	BIANCA STEFANNY GOMIDES	5	0	0	0	0	0	14/11/1988	**5**
74	SILMARA CRISTINA FREITAS DA SILVA	5	0	0	0	0	0	19/12/1991	**5**
75	JAQUELINE CANDIDA DE OLIVEIRA	5	0	0	0	0	0	23/11/1994	**5**
76	DANIELE NOGUEIRA PESSIM DA FONSECA	5	0	0	0	0	0	27/11/1994	**5**
77	GUILHERME SANTOS GOULART	5	0	0	0	0	0	10/06/1995	**5**
78	SONIA MARIA PEREIRA	0	0	5	0	0	0	18/07/1971	**5**
79	ALESSANDRA FERNANDES PEREIRA	0	0	5	0	0	0	08/07/1982	**5**
80	HELEN CRISTINA FERREIRA	0	0	5	0	0	0	31/05/1983	**5**
81	JOSELI MARA DA SILVA	0	0	5	0	0	0	02/08/1984	**5**
82	MARIA LUIZA FAUSTINO	0	0	5	0	0	0	09/09/1998	**5**
83	CLEA MARIA PAIVA PORTO	0	0	0	0	0	0	06/05/1962	**0**
84	LOURDES RIBEIRO DE ALMEIDA LA PORTA	0	0	0	0	0	0	06/02/1969	**0**
85	GEIZA APARECIDA REIS	0	0	0	0	0	0	05/12/1970	**0**
86	MARIA CAETANA AMANCIO DA CRUZ	0	0	0	0	0	0	03/04/1972	**0**
87	CYNTHIA FARIA OLIVEIRA	0	0	0	0	0	0	23/03/1973	**0**
88	GRAZIELA DE MEDEIROS DORNELES	0	0	0	0	0	0	02/06/1975	**0**
89	FERNANDA PATRICIA DE SOUSA SILVA	0	0	0	0	0	0	16/08/1977	**0**
90	CACILDA DA FONSECA AMORIM	0	0	0	0	0	0	05/11/1977	**0**
91	ALEXANDRA DE LOURDES DA SILVA	0	0	0	0	0	0	07/12/1977	**0**
92	SCHIRLEY SILVA FERREIRA DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	22/01/1979	**0**
93	EDSON PEREIRA DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	15/09/1979	**0**
94	DALIENE ALEXANDRA RIBEIRO DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	05/11/1980	**0**
95	GISLANDIA ROSA GONTIJO	0	0	0	0	0	0	22/01/1981	**0**
96	LEONARDO JOSE DE MIRANDA PEREIRA	0	0	0	0	0	0	30/04/1984	**0**
97	SIRLENE APARECIDA DE FREITAS	0	0	0	0	0	0	21/05/1984	**0**
98	MIRIAM EUGENIA DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0	0	05/11/1984	**0**
99	DANIELA MARCELI DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	15/06/1986	**0**
100	LEANDRO ARAUJO TEIXEIRA	0	0	0	0	0	0	07/10/1986	**0**
101	RAFAELLA ALVIM DE MELO	0	0	0	0	0	0	28/09/1987	**0**
102	SAMUEL DE MATOS SILVEIRA	0	0	0	0	0	0	14/09/1991	**0**
103	RAYLANES MARTINS DA COSTA	0	0	0	0	0	0	02/11/1993	**0**
104	RAFAELA LOPES DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	30/11/1994	**0**
105	YANE APARECIDA OLIVEIRA RODRIGUES	0	0	0	0	0	0	02/10/1996	**0**
106	BRUNA TAVARES MARTINS	0	0	0	0	0	0	09/10/1996	**0**
107	GEISA DA ROCHA CARDOSO DE BARROS	0	0	0	0	0	0	22/01/1997	**0**
108	PATRICIA APARECIDA BRANDAO DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	11/03/1997	**0**
109	ANA CAROLINA DE SOUZA REIS	0	0	0	0	0	0	18/06/1997	**0**
110	EFLAYANNE RODRIGUES CAETANO	0	0	0	0	0	0	14/03/2001	**0**
111	ALICIA CAMILLE SILVA REIS	0	0	0	0	0	0	05/01/2003	**0**
112	LIVIA GUIMARAES DA SILVA	0	0	0	0	0	0	20/03/2003	**0**
113	KARINE OLIVEIRA FERREIRA	0	0	0	0	0	0	31/05/2003	**0**
114	SOPHIA DE MELO COSTA	0	0	0	0	0	0	25/06/2003	**0**
115	ANA CLARA SILVA AMARAL	0	0	0	0	0	0	04/01/2005	**0**
116	ESTHER DE BARROS FERREIRA	0	0	0	0	0	0	27/08/2005	**0**
117	KAIO YURI OLIVEIRA FERREIRA	0	0	0	0	0	0	19/10/2005	**0**
118	MARIA CLARA LOPES OLIVEIRA	0	0	0	0	0	0	17/11/2005	**0**
119	NICOLE KEYSE FLORES DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0	0	13/12/2005	**0**

Divinópolis, agosto de 2026

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos
Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D13EAAF1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA RESULTADO PARCIAL DO PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 002/2026 – NUTRICIONISTA

A Prefeitura Municipal de Divinópolis torna público para os interessados o resultado parcial do Processo Seletivo nº 02/2026 – **Nutricionista**:

Class.	Nome	Exp.	Graduação	Pós-Grad.	Mestrado	Doutorado	Cursos	Nascimento	**Total**
1	PRISCILA GONTIJO CORREA FRANCA	50	0	5	15	0	0	19/10/1992	**70**
2	MARCELO SOARES DE MORAES	40	0	15	15	0	0	03/04/1969	**70**
3	JEANNINE CARLA ANTUNES	50	0	15	0	0	0	23/12/1974	**65**
4	CLAUDIA APARECIDA DA COSTA ABREU	50	0	15	0	0	0	27/12/1980	**65**
5	JANAINA RESENDE DE ASSIS	50	0	15	0	0	0	24/01/1983	**65**
6	THATIANE MARTINS COELHO CARVALHO	50	0	15	0	0	0	28/12/1983	**65**
7	FERNANDA DE SOUSA COELHO	50	0	15	0	0	0	20/11/1984	**65**
8	MARINA KELLY VITORINO	50	0	15	0	0	0	15/07/1986	**65**
9	LAIS KELLY DE AZEVEDO BARBOSA	50	0	15	0	0	0	26/12/1986	**65**
10	SUDARIA BARBOSA DE OLIVEIRA LEMOS	50	0	10	0	0	0	03/02/1967	**60**
11	PAOLA PENONI DE VASCONCELOS	50	0	10	0	0	0	28/03/1980	**60**
12	MARIO HENRIQUE RABELO	50	0	10	0	0	0	04/02/1981	**60**
13	MARCELA ELIZA ALVES SILVA	50	0	5	0	0	0	08/07/1984	**55**
14	JUCIMARA MOREIRA TEIXEIRA	50	0	5	0	0	0	28/11/1985	**55**
15	MIRLANE CAMARGOS CAMPOS	40	0	15	0	0	0	04/02/1980	**55**
16	PRISCILA AERAFE TEIXEIRA	40	0	15	0	0	0	25/06/1991	**55**
17	ANA PAULA VIEIRA DA COSTA DIAS	25	0	15	15	0	0	06/11/1992	**55**
18	JUNIA FLAVIA SILVA RODRIGUES	50	0	0	0	0	0	03/07/1976	**50**

19	BIANCA BARROS FERNANDES REIS FIGUEIREDO	50	0	0	0	0	0	27/03/1978	**50**
20	ALESSANDRA DE SOUSA ANDRADE PEIXOTO	50	0	0	0	0	0	24/11/1978	**50**
21	DANIELA FRAGA DE AZEVEDO CAMARGOS	50	0	0	0	0	0	29/11/1981	**50**
22	FERNANDA CIPRIANO RODRIGUES	50	0	0	0	0	0	25/09/1982	**50**
23	JACKELINE RODRIGUES DE JESUS	50	0	0	0	0	0	08/11/1982	**50**
24	FRANCIANE CONCEICAO DA SILVA SEVERIANO RIBEIRO	50	0	0	0	0	0	04/01/1984	**50**
25	AMANDA BATISTA NEVES	50	0	0	0	0	0	12/10/1985	**50**
26	LOURENA CANDIDA DE MORAES	50	0	0	0	0	0	03/03/1987	**50**
27	JESSICA NATALIA DA SILVA PARACATU	45	0	5	0	0	0	17/08/1992	**50**
28	LAURA DE ASSIS CASTRO	35	0	15	0	0	0	15/08/1994	**50**
29	JULIA MERCON DA SILVA SANTOS	25	0	10	15	0	0	24/12/1995	**50**
30	NADINARA COSTA FERREIRA	35	0	5	0	0	0	23/06/1989	**40**
31	MICHELLE MIRANDA SANTOS	35	0	0	0	0	0	15/10/1985	**35**
32	BERENICE DE SOUZA DAMASCENO	35	0	0	0	0	0	29/01/1991	**35**
33	IZADORA VITORIA COUTINHO BENTO	25	0	10	0	0	0	22/10/1998	**35**
34	LARISSA LOPES MENEZES SERIZAWA	25	0	10	0	0	0	18/05/1999	**35**
35	SABRINA LUISA SOUZA SILVA	20	0	15	0	0	0	24/06/2000	**35**
36	ANGELA MARIA NATAL DE SOUZA	0	0	0	15	20	0	17/09/1993	**35**
37	RENATA RENOIR FERREIRA	30	0	0	0	0	0	05/05/1979	**30**
38	MOEMA CASSIMIRA GONTIJO SILVA ASSUNCAO MONTEZUMA ANDALECIO	25	0	5	0	0	0	31/10/1987	**30**
39	ANDREZZA ROBERTA OLIVEIRA BRAGA	25	0	5	0	0	0	30/04/1990	**30**
40	ALINE LARA MENEZES	25	0	5	0	0	0	19/04/1996	**30**
41	JENNIFER CAROLAINE DA SILVA	25	0	5	0	0	0	26/04/2000	**30**
42	FERNANDA SANTOS DE OLIVEIRA	15	0	0	15	0	0	23/02/1995	**30**
43	VANESSA MARIA HENRIQUES COSTA	25	0	0	0	0	0	02/03/1983	**25**
44	BRUNA RODRIGUES DOS SANTOS	20	0	5	0	0	0	23/08/1990	**25**
45	NATALIA DA SILVA	20	0	5	0	0	0	11/07/1995	**25**
46	ROBERTA RIBEIRO	20	0	5	0	0	0	03/03/1996	**25**
47	KATRINE LORRANE AZEVEDO	20	0	5	0	0	0	20/03/1998	**25**
48	PATRICK GONCALVES DUARTE CINHIKA LIMA	20	0	5	0	0	0	06/12/1999	**25**
49	BRUNA MARRA SILVA	15	0	10	0	0	0	11/04/1996	**25**
50	BRUNA TABATA BERNARDES	10	0	0	15	0	0	12/06/1987	**25**
51	EDUARDA ANASTACIO GOULART LEAO	20	0	0	0	0	0	28/12/1998	**20**
52	GABRIELA BUENO DA COSTA PEREIRA	20	0	0	0	0	0	26/04/1999	**20**
53	PAMELA LOPES GONCALVES	15	0	5	0	0	0	12/09/1990	**20**
54	ANA CLARA MARTINS DO CARMO	15	0	5	0	0	0	25/11/1997	**20**
55	THAYNARA BITENCOURT EVANGELISTA	15	0	5	0	0	0	04/12/1997	**20**
56	MATHEUS BARBOSA DILSON	10	0	10	0	0	0	14/01/1999	**20**
57	ELIZANGELA APARECIDA DA SILVA	5	0	15	0	0	0	22/04/1974	**20**
58	WEMERSON ALAN MACEDO DA SILVA	5	0	15	0	0	0	13/08/1988	**20**
59	GABRIELLE CRISTINA FERREIRA OLIVEIRA	5	0	15	0	0	0	06/08/1990	**20**
60	GISLENE DA SILVA ALONSO	5	0	15	0	0	0	28/12/1999	**20**
61	AMABILE CLARA DE SOUZA SILVA	15	0	0	0	0	0	23/08/2002	**15**
62	TACIANE MORAIS DIMAS	10	0	5	0	0	0	03/06/1981	**15**
63	MARINA CARMO DA SILVA	10	0	5	0	0	0	12/02/1997	**15**
64	ARIANI FARIA GONTIJO XAVIER	10	0	5	0	0	0	23/07/1998	**15**
65	LAIS MORAIS LELI	10	0	5	0	0	0	01/02/1999	**15**
66	YASMIN DUTRA MARVILA DOS SANTOS	10	0	5	0	0	0	12/11/2001	**15**
67	DIEGO GABRIEL FARIA	10	0	5	0	0	0	16/05/2002	**15**
68	GUSTAVO SOARES DOS SANTOS	0	0	15	0	0	0	01/11/1981	**15**
69	DANIELLA EFIGENIA DA SILVA CAMILOZZI	0	0	15	0	0	0	18/11/1988	**15**
70	ALEXANDRE ROCHA DE AMORIM	0	0	15	0	0	0	05/11/1993	**15**
71	REBECCA CARVALHO RODRIGUES	0	0	15	0	0	0	10/02/1994	**15**
72	DAPHINY MAYRA RODRIGUES ALVES	10	0	0	0	0	0	16/12/1996	**10**
73	YASMIN SOARES MAGALHAES	10	0	0	0	0	0	24/03/1998	**10**
74	NILZA DE FATIMA FELICIANO SALES	5	0	5	0	0	0	13/12/1982	**10**
75	ELIDA CAVALCANTI PEREIRA MOURAO	5	0	5	0	0	0	02/06/1986	**10**
76	LAIANY MICHELE REIS MEDEIROS	5	0	5	0	0	0	09/07/1988	**10**
77	ESTHER BARBOSA FONSECA	5	0	5	0	0	0	28/03/2003	**10**
78	ANDRESSA EVANGELISTA SILVA	0	0	10	0	0	0	23/02/1990	**10**
79	WALKYRIA BEGHE COLACO	0	0	10	0	0	0	17/08/1995	**10**
80	GUSTAVO DOS SANTOS CARVALHO	0	0	10	0	0	0	12/11/1996	**10**
81	GRAZIELLE GOMES ESTEVES	5	0	0	0	0	0	09/12/1980	**5**
82	JEFFERSON SOUSA AMARAL	5	0	0	0	0	0	22/07/1996	**5**
83	CRISTIELLE PEREIRA APARECIDO	5	0	0	0	0	0	14/11/1997	**5**
84	THAMARA RIBEIRO DA SILVA	5	0	0	0	0	0	26/08/2002	**5**
85	TAYNARA DE OLIVEIRA FERREIRA	5	0	0	0	0	0	31/03/2003	**5**
86	RUBIA MARIA DE SOUZA RABELO FONSECA	0	0	5	0	0	0	23/06/1977	**5**
87	MARIA JACINTA BARBOSA SANTOS	0	0	5	0	0	0	14/06/1983	**5**
88	ELUANA ALVARES MARTINS	0	0	5	0	0	0	15/03/1984	**5**
89	GRAZIELE HELENA GOMES MARTINS	0	0	5	0	0	0	24/02/1995	**5**
90	RAIANY DE SOUSA PEREIRA	0	0	5	0	0	0	13/10/1995	**5**
91	RAYANE LOPES FREITAS	0	0	5	0	0	0	27/03/2002	**5**
92	SABRINA FERREIRA SANTOS TRINDADE	0	0	5	0	0	0	30/06/2004	**5**
93	CELIA MARIA GUERREIRO COVELO	0	0	0	0	0	0	04/04/1974	**0**
94	MARGARETH SILVA CARVALHO	0	0	0	0	0	0	13/09/1976	**0**
95	LIDIANE RIBEIRO BATISTA	0	0	0	0	0	0	26/04/1984	**0**
96	MARLUCIA SILVA DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	03/03/1988	**0**
97	ANDRE FREITAS XAVIER	0	0	0	0	0	0	02/06/1988	**0**
98	TATIANE SOARES DE VASCONCELOS	0	0	0	0	0	0	30/11/1990	**0**
99	SARA ROCHA GREGO	0	0	0	0	0	0	01/01/1991	**0**
100	PATRICIA DE FARIA SANTOS SILVA	0	0	0	0	0	0	28/06/1992	**0**
101	HELIADA MARESSA PEREIRA	0	0	0	0	0	0	14/02/1995	**0**
102	ANA CECILIA COSTA	0	0	0	0	0	0	25/03/1996	**0**
103	RAISSA DE SOUSA ALVARENGA	0	0	0	0	0	0	01/02/1999	**0**
104	WENDELL VINICIUS DE JESUS	0	0	0	0	0	0	21/04/1999	**0**
105	LARISSA MARIA RIBEIRO MARTINS	0	0	0	0	0	0	17/06/1999	**0**
106	ANA VICTORIA AMARAL CRUZ	0	0	0	0	0	0	01/11/1999	**0**

107	FABIA ASSIS MARTINS LIBOREIRO	0	0	0	0	0	0	22/01/2000	**0**
108	PAULO HENRIQUE MARCONDES RODRIGUES	0	0	0	0	0	0	07/01/2001	**0**
109	LIVIA FARIA SILVA	0	0	0	0	0	0	23/09/2001	**0**
110	JULIA ROCHA SILVA	0	0	0	0	0	0	11/03/2002	**0**
111	MARIA LAURA SANTOS DUARTE	0	0	0	0	0	0	21/02/2003	**0**
112	MARJORI LORRANNA BARBOSA DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0	0	09/05/2003	**0**
113	LAURA SANTOS CARDOSO	0	0	0	0	0	0	06/06/2003	**0**
114	LUIZ OTAVIO LIBANIO PEREIRA	0	0	0	0	0	0	06/02/2004	**0**
115	SARAH SILVA PEREIRA	0	0	0	0	0	0	09/04/2004	**0**

Divinópolis, agosto de 2026

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos
Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:FCCD9EC2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMIGA

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
PROCESSO SELETIVO Nº 007/2026 - RELAÇÃO FINAL DOS INSCRITOS

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2026	
RELAÇÃO FINAL DOS INSCRITOS	
Segue relação dos inscritos para as provas do PSS nº 007/2026. Provas objetivas para a função pública de Psicólogo Social será dia 02/09/2026 às 19:00 na Escola Municipal Lidia Braga, situada à Praça Daniel Nascimento Lindo, nº 30, Bairro Rosário, Formiga-MG.	
Nome do candidato	Data de Nascimento
ANA FLÁVIA DE SOUSA	22/04/2000
BRUNO CÉSAR MORAIS LOPES	06/04/1989
DÉBORA ALVES DOS REIS	08/11/1985
DIEGO LOPES OLIVEIRA	09/12/1987
FERNANDA FREIRE CARVALHO	22/06/1983
GABRIELA CRISTINA BARBOSA CARNEIRO	07/04/2004
GABRIELA GARCIA RAMOS	11/03/2003
GRAZIELA CORREIA DA SILVA	19/04/1981
GUILHERME PEDROSA FERNANDES DOS SANTOS	27/03/2002
GUSTAVO RILQUE FRANCO MOURA	22/01/1996
HELOANE CAROLINA PASSOS SILVA E VAZ	21/04/1985
ISAAC ALVES DE SOUSA	28/02/1987
ISABEL CRISTINA MIRANDA	15/06/2002
ISABELLA RESENDE MELO	07/02/2003
JACQUELINE AMORE	10/03/1962
JÚLIA HELENA DINIZ MIRANDA	22/05/1987
LAÍS ARANTES RODRIGUES	11/07/1997
LAÍS RODRIGUES ROCHA	17/02/1990
LETÍCIA MARIA SILVEIRA ARANTES	11/07/2003
LIVIA FERNANDES EUFRASIO RODRIGUES	10/10/2002
LUDIMILA APARECIDA FONSECA MENEZES	19/09/1984
MAIKON DOUGLAS GONÇALVES SILVA	23/02/1998
PAULO HENRIQUE PINTO DE CASTRO	02/03/1987
PEDRO DA CRUZ TEODORO	03/11/2003
RAISSA DO NASCIMENTO FAGUNDES	22/07/1990
RITA FAUSTINA DE CÁSSIA COSTA	22/05/1984
ROBERTA CRISTINA DE ASSIS NUNES	29/01/1988
ROBERTO SÉRGIO BARBOSA CORTEZ	16/06/1984
TÂNIA VELOZO	23/08/1984
VINÍCIO ROBERTO MORAES	14/05/1998

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:302A98B9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2026 REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE-MG

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
PREMIAÇÃO DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA

1 – O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE/MG, por meio da Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, torna público, através do presente Comunicado nº 01/2026, o Resultado Preliminar da Etapa de Seleção de que trata o item 9 do Edital de Chamamento Público nº 001/2026.

2 - As inscrições foram analisadas por 02 (dois) pareceristas externos conforme previsto no item 9.8 do edital, *"9.8 Cada candidatura será analisada por, no mínimo, 02 (dois) membros da Comissão de Seleção (no mínimo, por um da sociedade civil), e a nota final será obtida a partir da média das notas dos avaliadores.* Foi calculada a média simples das notas e o resultado preliminar foi homologado pela Comissão de Seleção.

3 – Informamos que o processo de avaliação seguiu o disposto no item 9 do edital, bem como observou as regras de distribuição de cotas previstas.

4 – Nos termos do item 9.12 *"9.12 Contra a decisão do resultado preliminar da Etapa de Seleção e/ou para solicitação do espelho de notas, caberá recurso destinado à Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, ouvida a Comissão de Seleção. O recurso deverá ser apresentado por meio de preenchimento de formulário eletrônico específico, cujo link será divulgado no Comunicado de Resultado Preliminar da Etapa de Seleção, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte à data de publicação do resultado."*

5 - As fichas individuais de avaliação serão disponibilizadas na própria Plataforma Prosas, no perfil individual de cada proponente.

6 – Os recursos poderão ser interpostos por meio da Plataforma Prosas.

João Monlevade/MG, 25 de Agosto de 2026.

NADJA LÍRIO FURTADO
Diretora-Presidente
Fundação Casa de Cultura de João Monlevade

RESULTADO PRELIMINAR DE SELEÇÃO						
CATEGORIA ÚNICA – 04 (quatro) propostas no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais) cada						
Classificação	**Número da inscrição**	**Proponente**	**Pontuação**	**Cotas**	**Cultura Popular**	**Situação**
1	609561	Coletivo 7Faces	92	Ampla concorrência	Não	**Selecionado**
2	609760	Associação Cultural do Congado de Laranjeira	91	Ampla concorrência	Sim	**Selecionado**
3	603880	Acazump -Associaçao de Capoeira Zumbi dos Palmares	88,5	Ampla concorrência	Sim	**Selecionado**
4	609611	ASSOCIACAO DOS ARTESAOS E PRODUTORES DE ALIMENTOS CASEIROS DE JOAO MONLEVADE E REGIAO	77	Ampla concorrência	Sim	**Selecionado**
5	603911	Associação Comunitária de Desenvolvimento e Lazer de Carneirinhos	69,5	Ampla concorrência	Sim	Suplente
6	609235	CORPORACAO MUSICAL GUARANY	54	Ampla concorrência	Sim	Suplente

Proponentes desclassificados:

Classificação	**Número da inscrição**	**Proponente**	**Pontuação**	**Cotas**	**Cultura Popular**	**Situação**
1	612640	RECOMEÇAR MUSIC	18	Pessoa negra	Sim	**Desclassificado - item 3.3 do edital**
2	609481	THALES SILVA MARTINO	5	Ampla concorrência	Sim	**Desclassificado - item 3.3 do edital**

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:64F6D8B0

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2026 REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE-MG

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
FOMENTO A PROJETOS CONTINUADOS DE PONTOS DE CULTURA

1 – O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE/MG, por meio da Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, através do presente Comunicado nº 02/2026, o Resultado Preliminar da Etapa de Seleção de que trata o item 10 do Edital de Chamamento Público nº 002/2026.

2 - As inscrições foram analisadas por 02 (dois) pareceristas externos conforme previsto no item 10.6 do edital, "10.6 Cada projeto será analisado por, no mínimo, 02 (dois) membros da Comissão de Seleção (pelo menos um deles deve ser servidor ou funcionário da administração pública), e a nota final será obtida a partir da média das notas dos avaliadores." Foi calculada a média simples das notas e o resultado preliminar foi homologado pela Comissão de Seleção.

3 – Informamos que o processo de avaliação seguiu o disposto no item 10 do edital, bem como observou as regras de distribuição de cotas previstas.

4 – Nos termos do item 10.11 "10.11 Contra a decisão do resultado preliminar da etapa de seleção e/ou para solicitação do espelho de notas, caberá recurso destinado à Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, ouvida a Comissão de Seleção. O recurso deverá ser apresentado por meio de preenchimento de formulário eletrônico específico, cujo link será divulgado no Comunicado de Resultado Preliminar da Etapa de Seleção, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte à data de publicação do resultado."

5 - As fichas individuais de avaliação serão disponibilizadas na própria Plataforma Prosas, no perfil individual de cada proponente.

6 – Os recursos poderão ser interpostos por meio da Plataforma Prosas.

João Monlevade/MG, 25 de Agosto de 2026.

NADJA LÍRIO FURTADO
Diretora-Presidente
Fundação Casa de Cultura de João Monlevade

RESULTADO PRELIMINAR DE SELEÇÃO						
CATEGORIA ÚNICA – 01 (uma) proposta no valor de R$97.000,00 (noventa e sete mil reais)						
Classificação	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Cotas	Cultura Popular	Situação
1	609523	Acazump -Associaçao de Capoeira Zumbi dos Palmares	90,5	Ampla Concorrência	Sim	Selecionado
2	609492	ASSOCIACAO DOS ARTESAOS E PRODUTORES DE ALIMENTOS CASEIROS DE JOAO MONLEVADE E REGIAO	82,5	Ampla Concorrência	Sim	Suplente
3	609195	Associação Comunitária de Desenvolvimento e Lazer de Carneirinhos	68,75	Ampla Concorrência	Sim	Suplente

*AC = Ampla Concorrência

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:DD576077

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

1 – O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE/MG, por meio da Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, torna público, através do presente Comunicado nº 03/2026, o Resultado Preliminar da Etapa de Seleção de que trata o item 7 do Edital de Chamamento Público nº 003/2026.

2 - Informamos que o processo de avaliação seguiu o disposto no item 7 do edital, bem como observou as regras de distribuição de cotas previstas. O Resultado Preliminar foi homologado pela Comissão de Seleção.

3 – Neste momento ainda não foi aplicado o disposto no item a seguir "2.7.1.1. Em caso de classificação com mais de um projeto, deverá o agente cultural escolher em qual categoria será contemplado."

3 – Nos termos do item 7.6.2. e 7.6.3. "7.6.2. Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado à Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, ouvida a Comissão de Seleção, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação."

4 - As fichas individuais de avaliação serão disponibilizadas na própria Plataforma Prosas, no perfil individual de cada proponente.

5 – Os recursos poderão ser interpostos por meio da Plataforma Prosas.

João Monlevade/MG, 25 de Agosto de 2026.

NADJA LÍRIO FURTADO
Diretora-Presidente
Fundação Casa de Cultura de João Monlevade

RESULTADO PRELIMINAR DE SELEÇÃO						
CATEGORIA I - "SHOWS, EXPOSIÇÕES, PERFORMANCES E TEATRO"– 08 (oito) propostas no valor de R$10.000,00 (dez mil reais) cada						
Classificação	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do Projeto	Cotas	Situação
1	609322	JOSE ANSELMO DE OLIVEIRA	99	Espetáculo Cultural Miss e Mister Afro – Concurso de Beleza Negra JM	Ampla Concorrência	Selecionado
2	608139	Rafael da Silva Leocádio	89	SOM QUE UNE – Espetáculo Musical com Bonappart	Ampla Concorrência	Selecionado
3	608815	Cristiane Vanierry Ferreira Santiago	83	Vamos Brincar e Cantar com a Tia Cris – Programa Musical Infantil com Transmissão ao Vivo	Ampla Concorrência	Selecionado
4	608318	José Ricardo de Souza	82	RIO PIRACICABA – IMAGENS DE UM TRAJETO: MEMÓRIA, PAISAGEM E PATRIMÔNIO CULTURAL	Ampla Concorrência	Selecionado
5	609976	Omar Pereira de Souza	76	Show musical: sucessos da música popular brasileira	Pessoa negra	Selecionado

Propostas desclassificadas:

Classificação	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do Projeto	Cotas	Situação
1	608395	Andre Luiz Amorim	49	Monlevade Sessions	Sim, Pessoa negra	Desclassificado - Descumpriu pontuação mínima Anexo IV

CATEGORIA II - "CURTAS E CLIPES"– 02 (duas) propostas no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais)						
Classificação	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do Projeto	Cotas	Situação
1	609309	Breno Silva Paulo	99	Curta: O canto das laranjeiras	Ampla Concorrência	Selecionado
2	609303	Rafael da Silva Leocádio	89	IDADE DA PEDRA – Videoclipe Autoral do BONAPPART	Pessoa negra	Selecionado
3	609929	Luciane Pires	84	Videoclipe raízes populares	Pessoa negra	Suplente
4	611842	Vitor Hugo Sartori Barbosa	78	"Atlimarjom: Cuidando da Cidade,	Ampla Concorrência	Suplente

				Valorizando Vidas"		
5	612031	Maria Celia de Avila Silva	74	Mirem-se naquelas mulheres: Dona Preta e as Lavadeiras de João Monlevade	Pessoa negra	Suplente
6	609009	Vitor Hugo Sartori Barbosa	70	"Atlimarjom: Cuidando da Cidade, Valorizando Vidas"	Ampla Concorrência	Suplente
7	611479	Letícia Araújo Barbosa	64	APAE: UMA HISTÓRIA DE AMOR E INCLUSÃO	Ampla Concorrência	Suplente

CATEGORIA III - "PODCASTS E EPS"– 02 (duas) propostas no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais) cada						
Classificação	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do Projeto	Deseja concorrer à reserva de cotas?	Situação
1	608910	Breno Silva Dias	98	BARRACO 32 EP 10 ANOS	Ampla Concorrência	Selecionado
2	609315	Rafael da Silva Leocádio	89	BONAPPART – Produção do EP Autoral	Pessoa negra	Selecionado
3	611535	Wilster César Félix Dias	85	Pista e Poesia	Pessoa negra	Suplente
4	609108	Erivelton Felício Braz	83	BIBLIOTECA VIVA - ROTHA CULTURAL	Pessoa negra	Suplente
5	611480	POD PQP	82	POD PQP	Pessoa negra	Suplente
6	612064	Suellen Ferrarini Reis dos Santos	80	Faixa a Faixa: Uma Preta no Topo	Pessoa negra	Suplente
7	607133	BRUNO FELGA	70	ALFAZEMA – Produção, Gravação e Lançamento de EP Autoral	Ampla Concorrência	Suplente
8	612474	Pedro Henrique Venâncio e Clotilde	62	EP "Encontro de Gerações"	Ampla Concorrência	Suplente

CATEGORIA IV - "MOSTRAS E FESTIVAIS"– 03 (três) propostas no valor de R$40.000,00 (quarenta mil reais) cada						
Classificação	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do Projeto	Cotas	Situação
1	612711	Maria Lucia	99	FESTIVAL DE MÚSICA E CULTURA NEGRA DE JOÃO MONLEVADE	Ampla Concorrência	Selecionado
2	609787	Confuso tatto	99	Festival Barranco de arte pública	Ampla Concorrência	Selecionado
3	612475	Rosangela Floriano	96	MOSTRA DE ARTESANATO DE JOÃO MONLEVADE	Pessoa negra	Selecionado
4	609166	Pizates Comércio e Serviços Ltda.	96	Mostra Cultura Viva: Brincadeiras Tradicionais, Oficinas Criativas e Memória da Infância	Ampla Concorrência	Suplente
5	609125	Elaine Andrade Oliveira Constantino	93	Quadrilha Viva: Festival e Mostra de Arte Junina de João Monlevade	Ampla Concorrência	Suplente
6	602607	Mark Júnior Vieira Santiago	83	CANTA MONLEVADE – Festival de Música Autoral do Médio Piracicaba	Ampla Concorrência	Suplente
7	606571	Marcelo Sputnik	80	CURTA MONLÉ - IV Edição	Ampla Concorrência	Suplente
8	609414	nivair bento dos santos júnior	80	FESTIVAL MISTURADIN	Pessoa negra	Suplente
9	609614	Acazump -Associaçao de Capoeira Zumbi dos Palmares	79	Festival Zumbi Vive	Ampla Concorrência	Suplente
10	609010	Arteiro - Arte e Eletroeletrônica	78	Muraliza: Além dos Gramados - Murais em um Estádio em Movimento	Ampla Concorrência	Suplente
11	610617	FUNDACAO RADIO E TELEVISAO EDUCATIVA E CULTURAL DE MINAS GERAIS - RTVE MG	62	CINE CIDADE ITINERANTE – Festival de Cinema de João Monlevade	Ampla Concorrência	Suplente
12	607398	Keity Ellen Gonçalves Costa	61	Dança Monlé Fest	Pessoa negra	Suplente

Propostas desclassificadas:

	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do Projeto	Cotas	Situação
1	609655	Associação Comunitária de Desenvolvimento e Lazer de Carneirinhos	51,5	Circuito Cultura Viva – João Monlevade Festival Itinerante de Ocupação Cultural	Ampla Concorrência	Desclassificado - item 2.7.4
2	610034	Associação Comunitária de Desenvolvimento e Lazer de Carneirinhos	51,5	Circuito Cultura Viva – João Monlevade: Festival Itinerante de Ocupação Cultural	Ampla Concorrência	Desclassificado - Anexo IV - Não atingiu pontuação mínima
3	610072	José Expedito Ramos de Souza	39	Circuito da Saudade - Sabores & Ritmos	Ampla Concorrência	Desclassificado - Anexo IV - Não atingiu pontuação mínima
4	609400	Associação Cultural Bloco Da Saudade JM	36	Circuito da Saudade – Sabores & Ritmos	Ampla Concorrência	Desclassificado - Anexo IV - Não atingiu pontuação mínima
5	610769	associação brasileira de psicanalise abpsi	36	Festival de Cinema de João Monlevade – Cinema, Memória e Transformação Social	Ampla Concorrência	Desclassificado - Anexo IV - Não atingiu pontuação mínima

CATEGORIA V - "OFICINAS"– 05 (cinco) propostas no valor de R$6.000,00 (seis mil reais) cada						
Classificação	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do Projeto	Cotas	Situação
1	612592	Mariana Gomes Ferreira De Souza	98	Bastidores em foco: formação em escrita de projetos, produção cultural e técnica	Ampla Concorrência	Selecionado
2	601962	ROSANGELA LEITE DE ABREU	95	Fios de Cultura - A Arte do bordado e da Cultura Mineira	Ampla Concorrência	Selecionado
3	610666	Andréa Arcanjo de Oliveira Abade	93	OFICINA DE INICIAÇÃO AO TEATRO	Ampla Concorrência	Selecionado
4	611598	Pablo Junior da Conceição Vieira	81	OFICINA DE MIXAGEM E MASTERIZAÇÃO DE ÁUDIO PARA AGENTES CULTURAIS	Pessoa negra	Selecionado
5	609635	Ana Clara Teixeira dos Anjos	83	Doce Futuro: Sabores que Contam Histórias – Confeitaria Artística, Memória Afetiva e Cultu	Ampla Concorrência	Selecionado
6	609268	Mark Júnior Vieira Santiago	81	Laboratório de Criação Musical e Produção Artística Independente	Ampla Concorrência	Suplente

CATEGORIA VI - "INTERVENÇÕES URBANAS"– 02 (duas) propostas no valor de R$13.000,00 (treze mil reais) cada						
Classificação	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do Projeto	Cotas	Situação
1	609529	Confuso tatto	100	Raízes de Minas	Ampla Concorrência	Selecionado
2	603152	Danielle Ribeiro Oliveira	100	Meninada: direito à infância	Ampla Concorrência	Selecionado

Propostas desclassificadas:

Classificação	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do Projeto	Cotas	Situação
	609285	Mark Júnior Vieira Santiago	0	A CIDADE CANTA – Intervenção Urbana para Ocupação Cultural dos Espaços Públicos	Ampla Concorrência	Desclassificado - Anexo IV - Não atingiu pontuação mínima

CATEGORIA VII - "PUBLICAÇÕES IMPRESSAS"– 02 (duas) propostas no valor de R$13.000,00 (treze mil reais) cada						
Classificação	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do Projeto	Deseja concorrer à reserva de cotas?	Situação
1	609781	Erivelton Felício Braz	99	MEMÓRIA PRESERVADA -Edição Especial Rotha Cultural : Patrimônio Cultural de João Monlevade	Ampla Concorrência	Selecionado
2	609894	WIR CAETANO FRANCISCO	94	Livro/plaquete "Um céu tão baixo me envergonha"	Pessoa negra	Selecionado
3	611951	LUZIA INES MARTINS	92	TITULO PROVISORIO FILHOS DA LUZ	Ampla Concorrência	Suplente
4	603568	Elizeu Antônio de Assis	88	AS LUTAS OPERÁRIAS NO BRASIL – VOLUME III: A CONSTRUÇÃO DA GREVE PELA IMPRENSA	Pessoa negra	Suplente

Propostas desclassificadas:

	Número da inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do Projeto	Cotas	Situação
1	611511	WIR CAETANO FRANCISCO	0	Show "Pedra do Estilo Novo"	Pessoa negra	Desclassificado - Anexo IV - Não atingiu pontuação mínima

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:1EF08E43

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA RECEBIMENTO DE BOLSAS CULTURAIS DE CIRCULAÇÃO E INTERCÂMBIO CULTURAL NA ÁREA DE ARTESANATO COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI No 14.399/2022)

1 – O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE/MG, por meio da Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, torna público, através do presente Comunicado nº 04/2026, o Resultado Preliminar da Etapa de Seleção de que trata o item 7 do Edital de Chamamento Público nº 004/2026.

2 - Informamos que o processo de avaliação seguiu o disposto no item 7 do edital, bem como observou as regras de distribuição de cotas previstas. O Resultado Preliminar foi homologado pela Comissão de Seleção.

3 – Nos termos do item 7.4.2.. "7.4.2. Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado à Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, ouvida a Comissão de Seleção, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação."

4 - As fichas individuais de avaliação serão disponibilizadas na própria Plataforma Prosas, no perfil individual de cada proponente.

5 – Os recursos poderão ser interpostos por meio da Plataforma Prosas.
João Monlevade/MG, 25 de Agosto de 2026.

NADJA LÍRIO FURTADO
Diretora-Presidente
Fundação Casa de Cultura de João Monlevade

RESULTADO PRELIMINAR DE SELEÇÃO						
CATEGORIA ÚNICA – 03 (três) propostas no valor de R$13.000,00 (treze mil reais) cada						
Classificação	Número da Inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do projeto	Cotas	Situação
1	609406	Confuso tatto	65	Intercâmbio na Escuela de Muralismo de Oaxaca	Ampla Concorrência	Selecionado
2	603826	Danielle Ribeiro Oliveira	65	Muralismo em Afresco: Formação em Técnica Ancestral Mexicana	Ampla Concorrência	Selecionado
3	609887	Omar Pereira de Souza	56	Uma pesquisa sobre a história da Música Popular de João Monlevade	Pessoa Negra	Selecionado
4	612122	Mariana Gomes Ferreira De Souza	52	Entre Cordilheiras: Intercâmbio Teatral Brasil–Chile	Pessoa Negra	Suplente
5	612618	Enaile Mara Santos	52	Saberes e Fazeres de Monlevade: Salvaguarda e Economia Solidária nas Práticas Populares	Pessoa Negra	Suplente

Proponentes desclassificados:

	Número da Inscrição	Proponente	Pontuação	Nome do projeto	Cotas	Situação
1	602499	Elizeu Antônio de Assis	44	AS LUTAS OPERÁRIAS NO BRASIL – VOLUME II: A IMPRENSA OPERÁRIA ESCRITA POR TRABALHADORES	Ampla Concorrência	Desclassificado - Não atendeu pontuação mínima prevista no anexo IV
2	608307	José Ricardo de Souza	44	Patrimônio Cultural Religioso de João Monlevade: Pesquisa, Documentação e Memória das Arte	Pessoa Negra	Desclassificado - Não atendeu pontuação mínima prevista no anexo IV
3	609873	Luciane Pires	42	A história do Cultura Afro-brasileira em João	Pessoa Negra	Desclassificado - Não

				Monlevade: uma revisão de literatura		atendeu pontuação mínima prevista no anexo IV
4	602493	associação brasileira de psicanalise abpsi	36	45 Anos da Capoeira em João Monlevade: História, Memória e Patrimônio Cultural	Ampla Concorrência	Desclassificado - Não atendeu pontuação mínima prevista no anexo IV
5	612408	ABSOLUT TEAM	36	Pesquisa e Formação em Defesa Pessoal para Fortalecimento do Projeto A Força Delas	Pessoa Negra	Desclassificado - Não atendeu pontuação mínima prevista no anexo IV
6	602786	Maria Celia de Avila Silva	35	Dona Preta: Memória, Cultura e Protagonismo Feminino em João Monlevade	Ampla Concorrência	Desclassificado - Não atendeu pontuação mínima prevista no anexo IV
7	609900	Pablo Junior da Conceição Vieira	20	Técnicas básicas de Operador de Som para iniciantes e intermediário	Pessoa Negra	Desclassificado - Não atendeu pontuação mínima prevista no anexo IV

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:1BEBCDD4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
RESULTADO FINAL DE CLASSIFICAÇÃO

RESULTADO FINAL DE CLASSIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de João Pinheiro, no dia 25 de agosto de 2026, torna público o **RESULTADO FINAL DE CLASSIFICAÇÃO** do seguinte edital:

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 -TRAJETÓRIAS CULTURAIS PREMIAÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Categoria	Total de vagas	Valor do prêmio
A) Trajetórias Culturais Individuais	15	R$ 2.000,00
B) Trajetórias Culturais de Grupos ou Coletivos	10	R$ 10.000,00

Trajetórias Culturais Individuais 15 prêmios no valor de R$ 2.000,00

Proponente	Inscrição	Cota	Nota	Situação
Antônio das Graças Andrade	P-05		40	CLASSIFICADO
Evando dos Reis Leite	P-07		40	CLASSIFICADO
Adnilson Paiva Sena	P-02		38	CLASSIFICADO
Suel Cristian de Freitas	P-10		38	CLASSIFICADO
GILBERTO SANTIAGO DOS SANTOS	P-14		38	CLASSIFICADO
Ana Paula Gonçalves da Silva	P-21		38	CLASSIFICADO
Hércules Gomes Júnior	P-16		37	CLASSIFICADO
HEVERTON HENRIQUE DE ARAUJO FERREIRA	P-19		37	CLASSIFICADO
MARLENE SIMÃO FERREIRA	P-03		36	CLASSIFICADO
Nayara Oliveira Fabrício	P-06		36	CLASSIFICADO
Welington Ney da Silva	P-11		36	CLASSIFICADO
LARA CRISTINA FELICIANO AMANCIO	P-18		36	CLASSIFICADO
Adan Fonseca e Silva	P-20		36	CLASSIFICADO
Fabiane Tavares dos Santos Fernandes	P-04		35	CLASSIFICADO
Alfredo de Mendonça Uchoa Filho	P-09		34	SUPLENTE
Claudiana Gonçalves Rodrigues	P-22		34	SUPLENTE
Liliane Moreira de Souza	P-01	PESSOA NEGRA	31	CLASSIFICADO
MARIA ABADIA MACHADO NASCIMENTO	P-17			Desclassificado por envio de documentação incompleta (RG e Comprovante de Residência)
Adelson Trindade de Souza	P-08			Desclassificado por envio de documentação incompleta (Comprovante de residência não está no nome do proponente)
Luciana Dornelas da Cruz	P-12			Desclassificado por envio de documentação incompleta (RG)
MARIA BALDUAINA DE JESUS PACHECO	P-13			Desclassificado por envio de documentação incompleta (RG)
Fábio Patrick Viana de Carvalho	P-23			Desclassificado por envio de documentação incompleta (Comprovante de residência e comprovação de atuação cultural

Trajetórias Culturais de Grupos ou Coletivos

Proponente	Inscrição	Cota	Nota	Situação	Recurso
Coletivo de Arte Inclusiva da APAE de João Pinheiro	PC-08		40	CLASSIFICADO	
ASSOCIAÇÃO DOS FOLIÕES CAPÃO ESCURO	PC-10		39	CLASSIFICADO	
Folia de Reis das Fazendas Espírito Santo e Tereza	PC-05		35	CLASSIFICADO	
Folia de Reis do Sr. João Timóteo	PC-03		35	CLASSIFICADO	
Folia de Reis da Chapada	PC-02		35	CLASSIFICADO	
Fanfarra Dragões da Independência	PC-01		35	CLASSIFICADO	
PROJETO CULTURAL JOÃO PINHEIRO TEM CAPOEIRA	PC-07		34	CLASSIFICADO	
Instituto solidariedade e Ação - ISA	PC-12		34	CLASSIFICADO	RECURSO DEFERIDO
Companhia de Dança Lizandra Karine	PC-11		34	CLASSIFICADO	
Folia de Reis da Tapera	PC-04		34	CLASSIFICADO	
PROJETO SOCIAL CRAS I TEM CAPOEIRA	PC-06		32	CLASSIFICADO	
ASSOCIAÇÃO DE FOLIA DE REIS DO DISTRITO DE CANA BRAVA	PC-09			Desclassificado por envio de documentação incompleta (RG e Endereço)	RECURSO INDEFERIDO

Foi convocada uma trajetória de Trajetórias Culturais de Grupos ou Coletivos com saldo remanescentes e saldo de rendimento.
Todos os recursos enviados foram analisados, os recursos indeferidos mesmo após reanálise a relação documental ou nota não teve alteração.
Havendo disponibilidade orçamentária proponentes suplentes poderão ser convocados.
Após a publicação deste resultado inicia-se o período de envio da documentação de habilitação dos classificados.

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:E92E7725

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
RESULTADO FINAL DE CLASSIFICAÇÃO

RESULTADO FINAL DE CLASSIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de João Pinheiro - MG, no dia 25 de agosto de 2026, torna público o**RESULTADO FINAL DE CLASSIFICAÇÃO** do seguinte edital:

EDITAL PARA EXECUÇÃO CULTURAL EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Categoria	Total de vagas	Valor do prêmio	Valor total
A) Ações em Territórios Rurais e Periféricos	3	R$ 23.000,00	R$ 69.000,00
B) Projetos Culturais Livres	10	R$ 16.100,00	R$ 161.000,00

A) Ações em Territórios Rurais e Periféricos

Proponente	Inscrição	Cota	Nota	Situação
CONSELHO COMUNITÁRIO DE SANT'ANA DO CAATINGA DUQUILOMBO	EA-08		68	CLASSIFICADO
VALDIRENE APARECIDA MARTINS DE AMARAL	EA-10		67	CLASSIFICADO
CENTRO CULTURAL ESPORTIVO PÉ FIRME	EA-07	COTA PESSOA NEGRA	67	CLASSIFICADO
HEVERTON HENRIQUE DE ARAUJO FERREIRA	E-02		65	SUPLENTE
LARA CRISTINA FELICIANO AMANCIO	EA-01		64	SUPLENTE
Mírcia Adriana de Oliveira Melo	EA-04			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (RG E Comprovante de residência)
Letícia Bernardino da Silva	EA-05			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (Formulário de inscrição incompleto)
Jeferson Pereira da Costa	EA-06			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (Comprovante de atuação cultural)
RAIANE NUNES DE SOUZA	EA-03			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (Comprovante de residência)
Adelson Trindade de Souza	EA-09			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (Comprovante de residência não está no nome do proponente)

B) Projetos Culturais Livres

Proponente	Inscriç ão	Cota	Nota	Situação	Recurso
Hércules Gomes Júnior	E-15		68	CLASSIFICADO	
FLAVIA FERREIRA DE SOUZA PEREIRA	E-16		68	CLASSIFICADO	
CARLA BARBOSA BORGES	E-01		67	CLASSIFICADO	
Instituto Solidariedade e Ação - ISA	E-05		67	CLASSIFICADO	
Companhia de Dança Lizandra Karine	E-09		67	CLASSIFICADO	
GERALDA MARIA RIBEIRO BARBOSA	E-12		67	CLASSIFICADO	
Geraldo Alves da Silva	E-26		67	CLASSIFICADO	RECURSO DEFERIDO
Albert Nunes de Almeida Cordeiro.	E-25	PCD	66	CLASSIFICADO	
Welington Ney da Silva	E-29		66	SUPLENTE	
Vandeir José da Silva	E-35		66	SUPLENTE	RECURSO PARCIALMENT E DEFERIDO
SILVANA MOTA VIEIRA FARIA	E-07		65	SUPLENTE	
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de João Pinheiro MG	E-17		65	SUPLENTE	
Associação Bem Viver de João Pinheiro	E-28		65	SUPLENTE	
Diego Barbosa Sobrinho	E-30		64	SUPLENTE	RECURSO PARCIALMENT E DEFERIDO
Thauane de Oliveira Nascimento	E-03	COTA PESSOA NEGRA	64	CLASSIFICADO	
Elvina Moreira da Silva	E-27		63	SUPLENTE	
Ana Paula Gonçalves da Silva	E-06	COTA PESSOA NEGRA	62	CLASSIFICADO	
Murilo Henrique Silva	E-18		61	SUPLENTE	
Adam Fonseca e Silva	E-10		55	SUPLENTE	
Evando dos Reis Leite	E-02			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (RG e comprovante de residência)	
Fábio Soares dos Santos	E-04			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (RG e comprovante de residência)	
EDMA SARAIVA	E-11			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (RG, comprovação de atuação cultural e comprovante de residência)	
GILSON GUILHERME FERREIRA MENEZES	E-13			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (comprovante de residência)	
Geraldo Daniel Guimarães de Souza	E-14			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (RG)	

Rogerio da Silva Vida	E-19			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (Comprovante de residência)	
HELLEN APARECIDA DA SILVA BRAGA	E-20			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (Comprovante de residência)	
UELSON JULIO SOARES DA SILVA	E-21			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (Comprovante de residência)	
CLAUDIA DANNYELLE RODRIGUES ROSA	E-23			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (RG, comprovação de atuação cultural e comprovante de residência)	
Nayara Oliveira Fabricio	E-24			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (RG e comprovante de residência)	
Margherita Pizzaria JP	E-31			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (Comprovante de residência)	
ADELAIDE GOMES MOTA ROSE	E-33			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (RG e comprovação de atuação cultural)	RECURSO INDEFERIDO
Rander Mota Rose	E-34			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória (RG)	
Joaquina da Silva Santos	E-36			Desclassificado por não envio de documentação obrigatória	

Havendo disponibilidade orçamentária proponentes suplentes poderão ser convocados.
Todos os recursos enviados foram analisados, os recursos indeferidos mesmo após reanálise a relação documental ou nota não teve alteração, os recursos parcialmente deferidos houve alteração em parte das notas analisadas e os recursos deferidos foram inteiramente acatados. Após a publicação deste resultado inicia-se o período de envio da documentação de habilitação dos classificados.

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:78FC2605

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTOS – 021/2026 CRÉDITOS DE NATUREZA MOBILIÁRIA

O Município de Lagoa Santa - MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n° 73.357.469/0001-56, com sede na Rua São João, n° 290, Centro, Lagoa Santa/MG, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, nos termos do artigo 283, §4º da Lei Municipal nº 3.080, de 01 de outubro de 2010, Código Tributário do Município de Lagoa Santa - CTM, e Decreto nº 5.895, de 27 de janeiro de 2026, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados dos lançamentos identificados em epígrafe. Terá o contribuinte o prazo contado em dobro a partir da data de publicação do presente edital, para apresentar reclamação contra o lançamento, nos termos dos artigos 284, 470, §2º, III, da Lei 3.080/10.

INSCRIÇÃO	NOME	TRIBUTO	N° BAIXA	ÁREA	VALOR	VENCIMENTO
022886-2026	ABSA AEROLINHAS BRASILEIRAS S.A.	TLLF	328157713	20	230,45	26/10/2026
			328157661		230,45	26/10/2026
			328157660		230,45	26/10/2026
			328157658		230,45	26/10/2026
			328157656		230,45	26/10/2026
			328157655		230,45	26/10/2026
020752-2025	EDSON DA COSTA MATOS 84397047634	TLLF	328289131	10	230,45	26/10/2026
		TLLF	328289125		230,45	26/10/2026
023635-2026	EDSON VANDER MARTINS	TFF	328138126	53,84	230,45	26/10/2026
			328138121		230,45	26/10/2026
			328138108		230,45	26/10/2026
			328138052		230,45	26/10/2026
			328138111		230,45	26/10/2026
005096-2002	FAMA DIVISORIAS LTDA	TLLF	328142123	486,60	1.382,70	26/10/2026
013514-2021	LAURIE COELHO VENTURI	TLLF	328285879	51,70	230,45	26/10/2026
			328285877		230,45	26/10/2026
			328285876		230,45	26/10/2026
			328285875		230,45	26/10/2026
			328285874		230,45	26/10/2026
			328285873		230,45	26/10/2026
021426-2025	MARCO ANTONIO ROCHA	TLFCA	328292803	-	1.659,24	26/10/2026
		TLFCA	328292794	-	1.659,24	26/10/2026
023573-2026	NUCLEO BAETA E BAIAO LTDA	TLLF	328288999	30	230,45	26/10/2026
023629-2026	PARTICIPACOES PANDORA LTDA	TFF	328151799	15	230,45	26/10/2026
023634-2026	66.301.879 PEDRO AMARAL BARCELLOS	TLLF	328294888	10	230,45	26/10/2026
014175-2021	RAFAEL BARBOSA DA SILVA 09251408645	TFF	328123355	10	230,45	26/10/2026
			328123350		230,45	26/10/2026
017012-2023	46.670.021 SIMONE CRISTINA SILVA	TLLF	328293154	10	38,41	26/10/2026
005955-2007	VARELLADARES CONSULTORIA LTDA	TLLF	328288775	10	230,45	26/10/2026
018129-2023	VENEZA EVENTOS LTDA	TLLF	328162123	300	1.152,25	26/10/2026
023530-2026	VETOR CONSULTORIA E SERVICOS LTDA	TLLF	328106327	10	230,45	26/10/2026

Lagoa Santa, 24 de agosto de 2026

ADRIANA PEREIRA CÁSSIO
Chefe de Departamento
Coordenação de Rendas Mobiliárias

Publicado por:
Letícia de Souza Mariano de Paula
Código Identificador:B3BF7B54

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO 46/2026

O Secretário Municipal de Habitação e Mobilidade Urbana de Leopoldina/MG, na qualidade de Autoridade Municipal de Trânsito, com fulcro nos artigos 281 e 282, do código de trânsito Brasileiro, na Deliberação nº 66/04, do Conselho Estadual de trânsito – CETRAN/MG, considerando as autuações de trânsito interposta pela Guarda Civil Municipal, considerando a notificação realizada por via postal simples na empresa Correios e Telégrafos - ECT, notifica-os das respectivas autuações, concedendo-lhes, caso queiram, o prazo de 30 (trinta) dias, contados desta publicação, para interpor defesa prévia da autuação, junto a Secretaria Municipal de Habitação e Mobilidade Urbana de Leopoldina/MG localizada na Rua Presidente Carlos Luz, 699, 2º Andar, Sala 201, Centro, CEP 36700-052 e, ainda, para indicação do condutor infrator, nos termos do artigo 257 do C.T.B. e Resolução 619/16, do CONTRAN.
Notificação da Autuação de Infração à Legislação de Trânsito
Período de devolução: 25/07/2026 a 20/08/2026

AIT	PLACA	Infração	Data	Hora
AG11232668	RJT-9G62	763-31	27/07/2026	15:21
AG11232558	HKV-4086	763-31	28/07/2026	14:50
AG11232559	TCW-3F96	734-00	28/07/2026	15:20
AG11232667	TAT-6J04	520-70	27/07/2026	15:07
AG11232669	PZZ-6637	763-31	27/07/2026	15:23
AG11232672	HDA-5C05	734-00	29/07/2026	16:55
AG11172161	QNM-7E61	763-32	29/07/2026	17:53
AG11232673	UAB-2C07	734-00	29/07/2026	16:56
AG11232671	DZA-8D13	736-62	29/07/2026	16:53
AG11232670	GXA-0446	763-32	29/07/2026	11:10
AG11171633	SRJ-3D00	736-62	30/07/2026	10:43
AG11172162	KWF-4A43	763-32	29/07/2026	18:02
AG11232582	MJL-7F68	556-80	30/07/2026	15:10
AG11232534	MJL-7F68	555-00	30/07/2026	15:46
AG11172163	PVU-2D77	734-00	29/07/2026	17:40
AG11171632	GTN-5H89	734-00	30/07/2026	10:37
AG11232511	KRH-0B19	501-00	31/07/2026	14:40
AG11232630	HDN-0965	736-62	30/07/2026	17:14
AG11232602	LPV-3614	554-11	03/08/2026	10:03
AG11171634	QXC-6B14	763-31	03/08/2026	10:59
AG11232603	OWR-0H04	763-31	03/08/2026	10:46
AG11172022	TAT-6J04	596-70	07/07/2026	11:32
AG11232607	RTW-4D87	763-31	05/08/2026	15:15
AG11232605	HEP-4584	734-00	05/08/2026	14:36
AG11172164	TZA-4E80	734-00	04/08/2026	11:35
AG11232562	QMU-4I19	663-71	05/08/2026	14:52
AG11232678	FKT-2B74	763-31	05/08/2026	18:21
AG11232606	PZB-1A05	604-12	05/08/2026	14:52
AG11232677	EHQ-6H41	734-00	05/08/2026	17:43
AG11232675	RTF-1G99	763-32	06/08/2026	11:58
AG11232674	TAT-6J04	599-10	06/08/2026	14:13
AG11171417	HMK-4047	572-00	07/08/2026	15:21
AG11232782	MRN-0D36	763-32	07/08/2026	16:02
AG11232780	PVV-5466	763-32	06/08/2026	18:08
AG11232778	SIF-4H65	661-02	06/08/2026	17:06
AG11232783	RJF-7B01	763-32	07/08/2026	17:53
AG11171418	TDS-7B29	587-80	07/08/2026	15:29
AG11232779	TAT-6J04	676-90	06/08/2026	14:17
AG11171416	SIF-6C50	546-00	07/08/2026	10:20
AG11232676	GUZ-4A80	503-71	06/08/2026	17:12
AG11232777	GUZ-4A80	513-41	06/08/2026	17:12
AG11232781	LNM-4I41	538-00	07/08/2026	09:30
AG10910587	QPT-1J73	547-90	08/08/2026	10:46
AG10910586	GZS-2H73	582-70	08/08/2026	10:08
AG11232609	PXL-3B97	734-00	09/08/2026	15:27
AG11232563	TXK-1B40	663-71	09/08/2026	14:53
AG11232806	LPH-3613	538-00	10/08/2026	10:30
AG11232608	TCM-3F29	734-00	09/08/2026	15:01
AG10910455	QNH-8H37	573-80	25/07/2026	21:00
AG10910432	QNH-8H37	501-00	25/07/2026	21:00
AG11232718	LPJ-0160	763-32	11/08/2026	17:52
AG11232632	TDI-2F19	763-31	11/08/2026	14:10
AG11232717	TYN-7J55	734-00	11/08/2026	14:08
AG11232614	HOC-7186	604-12	11/08/2026	17:50
AG11232719	OXK-3817	736-62	11/08/2026	18:02
AG11232615	KWD-7776	519-30	11/08/2026	18:00
AG11232698	OWJ-0210	555-00	11/08/2026	15:48
AG11232612	HDI-3C92	604-12	11/08/2026	14:04
AG11232613	ORA-5382	604-12	11/08/2026	17:23
AG11232631	FQD-6F59	734-00	11/08/2026	11:10
AG11232611	PXK-4852	546-00	11/08/2026	10:30
AG11232564	TDP-0I91	734-00	11/08/2026	14:39
AG11232636	GYS-5862	656-40	12/08/2026	14:57

AG11171419	HEC-8971	573-80	12/08/2026	15:00
AG11232805	RVK-2F93	763-32	10/08/2026	13:31
AG11232804	QSZ-6I78	763-32	10/08/2026	14:21
AG11232633	HGK-3195	581-95	12/08/2026	10:31
AG11172166	HMW-9114	734-00	12/08/2026	14:19
AG11232803	PUJ-2C56	736-62	10/08/2026	15:37
AG11172165	PYY-0I36	736-62	10/08/2026	10:54
AG11232634	UIW-8E14	734-00	12/08/2026	13:38
AG11232635	UIW-8E14	736-62	12/08/2026	13:38
AG11232802	KWC-1E42	763-32	10/08/2026	15:50
AG11172377	GWY-8800	665-32	13/08/2026	07:02
AG11172378	GWY-8800	663-72	13/08/2026	07:02
AG11232722	OPW-3616	604-12	13/08/2026	13:07
AG11232721	OQP-2183	604-12	13/08/2026	12:47
AG11232618	HBW-3E23	656-40	13/08/2026	12:26
AG11232619	SIX-1I88	604-12	13/08/2026	12:45
AG11232616	KXN-3141	573-80	13/08/2026	10:34
AG11232800	SHO-9C55	763-32	10/08/2026	14:49
AG11232798	KVP-4889	763-32	12/08/2026	16:26
AG11232799	QOI-1268	734-00	12/08/2026	14:12
AG11232723	RFG-7A75	763-31	13/08/2026	18:14
AG11232795	SIV-4I63	734-00	12/08/2026	14:09
AG11232796	SIV-4I63	663-71	12/08/2026	14:09
AG10910588	RMH-4D12	762-51	13/08/2026	11:27
AG11232801	PWC-1222	763-32	10/08/2026	17:13
AG11232797	OQC-5H13	763-32	12/08/2026	17:33
AG10909425	HJA-1840	734-00	14/08/2026	17:08
AG10909426	HJA-1840	734-00	14/08/2026	17:12
AG10909441	QPB-6231	734-00	14/08/2026	07:32
AG11232738	HAD-0F39	604-12	14/08/2026	17:43
AG11232620	TZE-4I88	762-51	14/08/2026	12:16
AG11232535	OPN-5J37	734-00	14/08/2026	11:11
AG10909424	TDR-6D04	663-71	14/08/2026	09:21
AG10909442	TDR-6D04	734-00	14/08/2026	09:15
AG11232794	HEC-8A33	520-70	12/08/2026	22:22
AG11232793	HEC-8A33	768-42	12/08/2026	22:22
AG11232570	RTX-8C91	734-00	17/08/2026	15:04
AG11232785	HJC-1446	763-32	15/08/2026	15:20
AG11232808	TDZ-8A95	661-02	12/08/2026	21:07
AG11232790	KRF-5H35	763-32	15/08/2026	12:03
AG11232784	OQX-5333	501-00	16/08/2026	14:13
AG11232786	SJF-4E56	511-80	15/08/2026	16:13
AG11232787	SJF-4E56	501-00	15/08/2026	16:13
AG10910591	RTW-4G77	550-90	17/08/2026	03:08
AG11232568	AMQ-5H13	663-72	16/08/2026	13:34
AG11232569	AMQ-5H13	734-00	16/08/2026	13:37
AG11232621	LRS-2I83	555-00	17/08/2026	09:50
AG10910590	HIF-9E82	763-31	17/08/2026	03:04
AG11232791	RJW-3H64	734-00	15/08/2026	09:33
AG11232788	KMJ-3E54	539-80	15/08/2026	09:47
AG11232817	HBL-0788	763-31	17/08/2026	11:02
AG11232567	KZA-1I19	554-13	16/08/2026	09:42
AG11232818	GUS-1260	763-31	17/08/2026	11:58
AG11232792	QUF-2J00	734-00	15/08/2026	09:30
AG11232789	SVM-8B65	605-01	15/08/2026	12:24
AG11232807	UIW-8E14	661-02	13/08/2026	19:56
AG11172167	TXT-6H47	763-32	16/08/2026	15:28
AG11232565	PXA-3J88	734-00	15/08/2026	19:44
AG11232566	QMA-8E02	554-13	16/08/2026	08:23
AG10910589	HNZ-0I61	554-11	17/08/2026	11:08
AG11232486	PWB-8419	555-00	18/08/2026	16:59
AG11232820	LRS-2I83	763-31	18/08/2026	15:26
AG11232837	GLY-1937	762-51	18/08/2026	14:43
AG11232840	RVD-9F44	763-31	18/08/2026	16:12
AG11232839	HGN-1982	763-31	18/08/2026	15:25
AG11232819	TCU-5E88	762-52	18/08/2026	14:49
AG10910595	HJA-1840	734-00	14/08/2026	17:12
AG11232841	HJC-2478	763-31	19/08/2026	11:46
AG10910594	GIC-2G04	762-52	19/08/2026	10:53
AG11232759	UIW-8E14	583-50	19/08/2026	08:12
AG11232757	UIW-8E14	705-61	19/08/2026	08:04
AG11232758	UIW-8E14	583-50	19/08/2026	08:08
AG11232917	GNW-2997	763-31	20/08/2026	11:04
AG11232918	GNW-2997	518-51	20/08/2026	11:04
AG11232842	OQJ-5B57	763-31	20/08/2026	11:18
AG11232919	HEO-5746	551-72	18/08/2026	11:50
AG10910620	TZU-6G18	501-00	19/08/2026	14:50
AG11232843	UAI-9D01	763-31	20/08/2026	11:28

JOSÉ ELPÍDIO DE SOUZA JÚNIOR
Secretário Municipal de Habitação e Mobilidade Urbana
Autoridade de Trânsito do Município de Leopoldina MG

Publicado por:
Iago Geraldo Xavier
Código Identificador:E473BF8D

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA 06/2026

O Secretário Municipal de Habitação e Mobilidade Urbana de Leopoldina/MG, na qualidade de Autoridade Municipal de Trânsito, com fulcro nos artigos 281 e 282, do código de trânsito Brasileiro, na Deliberação nº 66/04, do Conselho Estadual de trânsito – CETRAN/MG, considerando as notificações de trânsito interposta pela Guarda Civil Municipal, considerando a notificação realizada por via postal simples na empresa Correios e Telégrafos - ECT, notifica-os das respectivas autuações, concedendo-lhes, caso queiram, o prazo de 30 (trinta) dias, contados desta publicação, para interpor recurso, junto a Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) de Leopoldina/MG localizada na Rua Presidente Carlos Luz, 699, 2º Andar, Sala 201, Centro, CEP 36700-052 e/ou proceder ao pagamento da multa por oitenta por cento do seu valor, na forma estabelecida pelo artigo 284 do código de trânsito brasileiro.

Notificação da Penalidade de Multa
Período de devolução: 29/07/2026 a 20/08/2026

AIT	PLACA	Infração	Data
AG10909864	TXP-1A21	555-00	14/05/2026
AG10910285	OQN-5B59	734-00	14/05/2026
AG11172104	TZB-5G47	734-00	15/05/2026
AG11172099	GII-6I63	555-00	14/05/2026
AG10909858	QMU-1093	676-90	15/05/2026
AG10910652	KRQ-5G75	555-00	13/05/2026
AG10909639	GZS-1904	550-90	13/05/2026
AG10910257	TCW-3F96	734-00	15/05/2026
AG10909867	HKS-0706	734-00	14/05/2026
AG10909865	MSX-3623	555-00	14/05/2026
AG11172060	TCJ-5A80	768-41	14/05/2026
AG10909783	QPM-9D57	546-00	13/05/2026
AG10910284	RMJ-4B99	734-00	14/05/2026
AG10910283	HMW-9002	734-00	14/05/2026
AG10909873	TYO-5G86	734-00	14/05/2026
AG10909852	HMN-6147	555-00	14/05/2026
AG11172100	KRN-5A88	736-62	14/05/2026
AG10910278	RTN-4A10	734-00	14/05/2026
AG10910873	QPM-2418	734-00	10/05/2026
AG10909065	QMQ-1I29	550-90	10/05/2026
AG11172088	HMF-8A08	653-00	09/05/2026
AG10909619	LTT-9D71	732-32	10/05/2026
AG10910819	KQQ-9E42	664-50	09/05/2026
AG10910820	KQQ-9E42	663-72	09/05/2026
AG11172083	HIF-0738	661-02	09/05/2026
AG11172081	OPH-2G81	501-00	09/05/2026
AG11172080	OPH-2G81	663-72	09/05/2026
AG11172077	PWX-3129	734-00	09/05/2026
AG11172086	GUZ-6D47	653-00	09/05/2026
AG10909599	SIH-7F76	736-62	10/05/2026
AG10909267	TXD-1D10	518-51	09/05/2026
AG10910818	HKA-6C60	661-02	09/05/2026
AG11172090	JKG-4C43	653-00	10/05/2026
AG10909068	OWM-9510	550-90	10/05/2026
AG11172076	HAW-2J18	734-00	09/05/2026
AG10909600	QOM-2J81	661-02	10/05/2026
AG10909618	SYY-2E95	734-00	10/05/2026
AG10909617	SYY-2E95	763-32	10/05/2026
AG10909351	OPO-8E88	734-00	11/05/2026
AG10910869	OPO-8E88	734-00	06/05/2026
AG11172078	SYK-7F93	663-72	04/05/2026
AG11172079	SYK-7F93	501-00	04/05/2026
AG10909598	HHF-2A24	653-00	10/05/2026
AG11172082	GNK-7718	763-32	09/05/2026
AG11172085	SRW-2H71	734-00	09/05/2026
AG10910870	CAN-6C30	518-51	10/05/2026
AG10909375	LBC-0067	554-11	11/05/2026
AG10910871	PVQ-5418	763-32	10/05/2026
AG10909637	RUI-3D29	554-14	11/05/2026
AG11172093	QQS-3692	581-91	12/05/2026
AG11172050	GXT-7048	501-00	10/05/2026
AG11172051	GXT-7048	663-72	10/05/2026
AG11172055	SJH-7I93	518-51	09/05/2026
AG10909845	TDL-3I93	604-12	12/05/2026
AG11172049	PUL-3G99	663-72	10/05/2026
AG11172053	HDA-6A15	501-00	10/05/2026
AG10909903	HLS-1I69	703-01	11/05/2026
AG10909844	TTH-0A67	604-12	12/05/2026
AG10909842	ETD-9344	554-11	12/05/2026
AG10910240	OPO-8E88	583-50	12/05/2026
AG11172052	KXC-8C48	663-72	10/05/2026
AG11172092	RTS-2C66	555-00	12/05/2026
AG10909843	TLA-0D51	554-11	12/05/2026
AG10909847	GQV-1206	604-12	12/05/2026
AG10909841	SHX-1B06	734-00	12/05/2026
AG10909846	UAB-6E15	763-32	12/05/2026
AG10909352	LQF-7E98	545-21	11/05/2026
AG11172091	PVZ-7842	555-00	12/05/2026
AG10909849	GTN-5H89	660-20	12/05/2026
AG11172180	GXT-7664	763-31	15/05/2026
AG11172094	PYG-9H08	736-62	12/05/2026

AG10910172	KRW-1H12	659-92	15/05/2026
AG11172172	LNK-5F91	676-90	14/05/2026
AG11172173	LNK-5F91	672-61	14/05/2026
AG11172174	LNK-5F91	665-32	14/05/2026
AG11172175	LNK-5F91	518-51	14/05/2026
AG11172176	LNK-5F91	735-80	14/05/2026
AG11172185	KVE-2A94	653-00	15/05/2026
AG10909855	HGW-6C99	663-71	15/05/2026
AG10910251	HGW-6C99	639-41	14/05/2026
AG10910252	HGW-6C99	583-50	14/05/2026
AG10910253	HGW-6C99	734-00	14/05/2026
AG10910254	HGW-6C99	663-71	14/05/2026
AG10910256	HGW-6C99	667-00	14/05/2026
AG10910167	RNU-7H16	572-00	14/05/2026
AG11172103	TZB-5G47	583-50	15/05/2026
AG11172105	TZB-5G47	703-01	15/05/2026
AG11172106	TZB-5G47	584-33	15/05/2026
AG11172107	TZB-5G47	709-91	15/05/2026
AG10910262	RTX-8C91	583-50	15/05/2026
AG10910261	RTX-8C91	639-41	15/05/2026
AG10909857	SHO-3F76	556-80	15/05/2026
AG11172187	GXT-0B16	763-31	15/05/2026
AG10909784	OQD-6648	545-26	13/05/2026
AG11172002	KQX-8E66	596-70	14/05/2026
AG10909906	PWD-9I55	703-01	13/05/2026
AG10910182	KRR-0610	518-52	14/05/2026
AG10910183	KRR-0610	519-30	14/05/2026
AG10909871	SJI-4D01	734-00	14/05/2026
AG10909872	SJI-4D01	768-42	14/05/2026
AG10909870	SJI-4D01	583-50	14/05/2026
AG10909854	PYF-2060	763-31	14/05/2026
AG10909771	PZB-1A05	545-22	14/05/2026
AG10910276	HJU-0761	596-70	11/05/2026
AG10909905	HKV-0348	562-22	13/05/2026
AG11172095	UEG-5D93	605-01	12/05/2026
AG11172057	SHR-3I41	664-50	14/05/2026
AG11172183	PXO-0637	734-00	15/05/2026
AG11172181	TCG-9D69	763-31	15/05/2026
AG10910653	RNZ-0F02	567-31	13/05/2026
AG10909880	QUN-4C69	663-72	14/05/2026
AG10909878	QUN-4C69	548-70	14/05/2026
AG10909376	PWQ-3320	762-51	13/05/2026
AG10910286	TCB-0A77	734-00	15/05/2026
AG10909856	LOF-2143	653-00	15/05/2026
AG10910282	TZE-9A50	734-00	14/05/2026
AG11172184	HEM-8494	763-31	15/05/2026
AG11172058	TCJ-5A80	583-50	14/05/2026
AG11172059	TCJ-5A80	596-70	14/05/2026
AG11172061	TCJ-5A80	584-33	14/05/2026
AG10910289	RVI-9B57	734-00	15/05/2026
AG11172001	TUD-0I40	596-70	14/05/2026
AG11172098	KQA-2261	548-70	14/05/2026
AG11172096	TXW-4C70	763-31	14/05/2026
AG10910227	LNC-0D66	545-21	10/05/2026
AG11172102	GQV-1350	653-00	15/05/2026
AG10910255	HOB-1H66	736-62	14/05/2026
AG10910651	PYK-4952	555-00	13/05/2026
AG10910222	HEC-8674	734-00	10/05/2026
AG10910184	HNY-8E66	518-51	15/05/2026
AG10910230	OPO-8E88	659-92	12/05/2026
AG10910229	OPO-8E88	768-42	12/05/2026
AG10910239	OPO-8E88	734-00	12/05/2026
AG10910238	OPO-8E88	527-41	12/05/2026
AG10910237	OPO-8E88	584-33	12/05/2026
AG10910236	OPO-8E88	639-41	12/05/2026
AG10910235	OPO-8E88	639-43	12/05/2026
AG10910233	OPO-8E88	527-42	12/05/2026
AG10910232	OPO-8E88	584-33	12/05/2026
AG10910231	OPO-8E88	584-33	12/05/2026
AG10910228	LSE-1H81	520-70	12/05/2026
AG10910287	TXP-9F11	734-00	15/05/2026
AG10910170	OLV-8A72	672-61	15/05/2026
AG10910169	OLV-8A72	552-50	15/05/2026
AG10910171	OLV-8A72	732-32	15/05/2026
AG10910260	SYK-7H76	518-51	15/05/2026
AG10909354	TXK-1B40	663-71	13/05/2026
AG11172109	TDI-5G16	661-02	15/05/2026
AG10910288	TEM-5E26	734-00	15/05/2026
AG11172101	QXM-7789	548-70	14/05/2026
AG11172186	KQY-8274	518-51	15/05/2026
AG11172182	GZY-7287	734-00	15/05/2026
AG10910263	PWY-5103	596-70	15/05/2026
AG11172132	HDN-1019	734-00	14/05/2026
AG11172097	HIT-1G62	736-62	14/05/2026
AG11172178	OPN-5C90	734-00	14/05/2026
AG10909851	FOJ-8D56	545-26	14/05/2026
AG11172108	LHU-9J90	656-40	14/05/2026
AG10910277	TYS-1D68	734-00	12/05/2026
AG10910279	RTN-4A10	660-20	14/05/2026

AG11172000	KPZ-4B46	596-70	14/05/2026
AG11172177	GZU-4B44	734-00	14/05/2026
AG11172188	TDP-0I91	734-00	15/05/2026
AG10910259	GTN-5H89	584-33	15/05/2026
AG10910258	GTN-5H89	639-41	15/05/2026
AG10909964	GVU-3664	763-31	18/05/2026
AG10910175	QMK-2H42	550-90	18/05/2026
AG10910173	DBZ-2C36	545-26	18/05/2026
AG10909866	LKU-7133	520-70	16/05/2026
AG11172004	RQN-2B11	545-22	16/05/2026
AG10909967	RGA-9D96	763-32	18/05/2026
AG10910130	GKS-4624	555-00	16/05/2026
AG10909115	RNZ-0F02	550-90	18/05/2026
AG10910129	PXT-7132	734-00	17/05/2026
AG10910655	LSZ-3H58	550-90	13/05/2026
AG10910677	RGC-1E62	763-31	16/05/2026
AG11172110	GTN-5F89	736-62	18/05/2026
AG11172003	TXK-7A46	545-21	16/05/2026
AG10909963	KYT-1357	545-21	18/05/2026
AG10909962	KYT-1357	545-21	18/05/2026
AG10909785	QPL-0796	538-00	17/05/2026
AG10910264	HEO-6732	763-32	18/05/2026
AG10910710	LLZ-3499	554-11	13/05/2026
AG11172063	PZO-8316	596-70	14/05/2026
AG11172066	QUU-0E74	595-91	14/05/2026
AG10909966	QNC-6611	667-00	18/05/2026
AG10910749	KZB-5313	552-50	17/05/2026
AG10910128	LCI-7830	555-00	16/05/2026
AG10910676	PZV-7E56	734-00	17/05/2026
AG10910654	HAA-1I79	554-11	13/05/2026
AG10909355	SYH-5A51	763-32	16/05/2026
AG11172111	GTN-5H89	660-20	18/05/2026
AG11172112	GTN-5H89	661-02	18/05/2026
AG10910290	RJS-6D50	703-01	19/05/2026
AG11172067	OQJ-5242	556-80	19/05/2026
AG10910168	KWZ-8J46	545-26	18/05/2026
AG11172113	PZB-1A05	554-14	18/05/2026
AG10909787	KNN-7E06	555-00	19/05/2026
AG10909789	FGK-4J42	555-00	19/05/2026
AG10909268	HEO-2269	518-51	19/05/2026
AG10910265	HFB-8387	763-32	18/05/2026
AG10909788	PVA-4727	763-32	19/05/2026
AG11172114	KXG-1526	653-00	18/05/2026
AG11172115	DZE-9160	653-00	18/05/2026
AG11172068	PWS-2C72	734-00	19/05/2026
AG10910759	PUX-3J40	555-00	19/05/2026
AG10909773	KZR-1I34	659-92	18/05/2026
AG10910760	PYR-8216	547-90	19/05/2026
AG10910670	HFT-3J79	547-90	21/05/2026
AG11171202	SQV-5J96	550-90	20/05/2026
AG10909791	LQG-8381	547-90	21/05/2026
AG11171207	QPN-2A58	726-90	20/05/2026
AG11172138	PZG-4J57	734-00	24/05/2026
AG10909942	CAZ-3136	550-90	26/05/2026
AG10909201	GYF-3D78	734-00	25/05/2026
AG10910688	SGB-5B18	538-00	22/05/2026
AG10909381	LUI-4B14	550-90	26/05/2026
AG10910663	HMK-4632	734-00	17/05/2026
AG11172069	HCX-1A82	734-00	20/05/2026
AG11172295	OQU-3593	734-00	24/05/2026
AG11171266	SYL-1C24	736-62	22/05/2026
AG11171206	GYS-5F55	555-00	20/05/2026
AG11172118	PWQ-6314	550-90	20/05/2026
AG11172304	QNH-0J76	550-90	26/05/2026
AG11172134	PPC-4J17	734-00	23/05/2026
AG11172119	QQT-5354	736-62	20/05/2026
AG11172332	KYO-5975	538-00	24/05/2026
AG11171283	LRI-3A03	736-61	23/05/2026
AG11172073	OPJ-4H45	734-00	20/05/2026
AG11172301	PPP-3C20	734-00	26/05/2026
AG11171290	GTN-5H89	736-62	23/05/2026
AG11172120	HMM-2986	656-40	20/05/2026
AG11171262	TDY-2B21	665-31	22/05/2026
AG11171265	TDY-2B21	663-71	22/05/2026
AG10910611	DAJ-8D70	550-90	21/05/2026
AG11171261	HBU-9C95	763-32	21/05/2026
AG11172075	OPQ-6C19	663-72	20/05/2026
AG10909357	MTC-3H39	736-62	22/05/2026
AG11172006	PBY-7E29	555-00	21/05/2026
AG11171208	GZS-6803	653-00	20/05/2026
AG10910662	PUN-7811	555-00	19/05/2026
AG10910702	SHI-0D50	555-00	21/05/2026
AG10910667	HHP-8B34	518-51	21/05/2026
AG10910726	HHP-8B34	583-50	21/05/2026
AG10910687	TXA-3J61	550-90	22/05/2026
AG10910685	KVD-7F69	556-80	22/05/2026
AG11171201	KQV-2H86	550-90	20/05/2026
AG11171205	OYI-8C15	653-00	20/05/2026
AG11171204	RFV-1C98	763-32	20/05/2026

AG11171203	TCS-9F10	763-32	20/05/2026
AG11172071	HFA-4F76	734-00	20/05/2026
AG11172072	HFA-4F76	663-72	20/05/2026
AG11172117	PUW-8E66	653-00	20/05/2026
AG11172122	LKQ-3D60	653-00	20/05/2026
AG10909356	PPX-9B55	763-32	21/05/2026
AG10910560	RUG-3G71	550-90	21/05/2026
AG11172121	LTO-6A56	550-90	20/05/2026
AG11172189	GLF-4764	653-00	20/05/2026
AG10909199	RND-7A16	556-80	22/05/2026
AG10910716	RVM-6F62	736-62	21/05/2026
AG10909358	TCF-9A30	736-62	22/05/2026
AG11172005	PUB-3D41	550-90	21/05/2026
AG11172116	OPU-2E26	763-32	20/05/2026
AG10910711	TZC-4B16	734-00	17/05/2026
AG10909198	OPH-7A36	545-26	21/05/2026
AG11171209	PWA-5H23	653-00	20/05/2026
AG11171367	PEG-1577	550-90	29/05/2026
AG11172341	RFH-2J26	538-00	29/05/2026
AG11171302	RNV-2F22	555-00	29/05/2026
AG11171368	HLJ-4H88	555-00	29/05/2026
AG11172010	GZS-1904	550-90	28/05/2026
AG11172255	TZB-4G38	734-00	24/05/2026
AG10909950	TEX-1C90	550-90	28/05/2026
AG10909122	RNU-0F30	550-90	28/05/2026
AG11172011	RFM-6A08	550-90	28/05/2026
AG11171346	SJI-8F10	550-90	29/05/2026
AG11171344	PWK-5869	550-90	28/05/2026
AG10910695	RTW-2C07	734-00	27/05/2026
AG11171366	QXU-2C23	734-00	29/05/2026
AG10910174	LNO-2781	555-00	23/05/2026
AG11172190	HLM-3133	734-00	24/05/2026
AG11172293	TXC-8E83	734-00	24/05/2026
AG10910691	HBW-4841	518-51	25/05/2026
AG10909116	SIT-6D31	554-11	23/05/2026
AG11171295	PXT-2630	604-12	24/05/2026
AG11172142	PYR-0444	556-80	24/05/2026
AG11172141	KWF-8370	556-80	24/05/2026
AG11172191	HIT-2710	734-00	24/05/2026
AG10910176	LUO-1B02	653-00	24/05/2026
AG11172143	RTF-9F63	556-80	24/05/2026
AG11172144	PYA-1D29	545-26	24/05/2026
AG11171284	PYA-1D29	763-32	23/05/2026
AG11171293	LRT-0444	653-00	24/05/2026
AG11171281	FFD-1H07	605-01	23/05/2026
AG10909118	QNY-9E29	554-11	23/05/2026
AG11171292	FGU-7870	763-32	24/05/2026
AG10910690	GQV-4020	518-51	25/05/2026
AG11172139	SIH-7F76	734-00	24/05/2026
AG11172294	LRS-2I83	653-00	24/05/2026
AG10910177	PXN-8G48	548-70	24/05/2026
AG11172137	TCZ-3H24	763-32	24/05/2026
AG11172296	OQU-3593	664-50	24/05/2026
AG10910689	HFN-8500	518-51	25/05/2026
AG11171282	TCS-8A54	557-60	23/05/2026
AG11171241	GUM-1D72	545-22	23/05/2026
AG11171294	GLY-3F50	653-00	24/05/2026
AG11171285	KZA-1I19	518-51	23/05/2026
AG11171297	HKS-0706	664-50	24/05/2026
AG10909202	EXN-5B41	736-62	25/05/2026
AG11172136	SRW-2H71	734-00	24/05/2026
AG11172123	TXK-1B40	583-50	23/05/2026
AG11172124	TXK-1B40	663-71	23/05/2026
AG11172125	TXK-1B40	605-01	23/05/2026
AG11172135	PPC-4J17	709-91	23/05/2026
AG11172129	PZI-1B25	653-00	23/05/2026
AG11172292	RNL-6A99	518-51	24/05/2026
AG11172131	RTK-9J76	734-00	23/05/2026
AG10910612	SLY-2E09	550-90	25/05/2026
AG11172127	HEC-8980	501-00	23/05/2026
AG11172128	HEC-8980	661-02	23/05/2026
AG11171286	KZV-3H48	518-51	23/05/2026
AG10909200	PWQ-6557	538-00	25/05/2026
AG11172133	OLU-7C17	734-00	23/05/2026
AG11171296	HEO-1053	653-00	24/05/2026
AG11172126	HDA-5E09	734-00	23/05/2026
AG11171289	GTN-5H89	660-20	23/05/2026
AG11172130	GTN-5H89	661-02	23/05/2026
AG10910179	KXZ-8170	552-50	24/05/2026
AG11172333	TWZ-8H47	737-40	24/05/2026
AG11171464	JPM-0827	550-90	01/06/2026
AG10910699	OPJ-6785	550-90	30/05/2026
AG10909944	QXN-4432	762-51	26/05/2026
AG11172319	HEC-8435	736-62	01/06/2026
AG10910268	LMC-7F38	703-01	26/05/2026
AG11171462	GIF-7A40	550-90	01/06/2026
AG11171341	KWD-7776	653-00	26/05/2026
AG10909377	TEI-8H36	555-00	26/05/2026
AG10909941	HNH-4A72	550-90	26/05/2026

AG10909946	UAB-3H78	550-90	26/05/2026
AG10909943	UAB-3H78	550-90	26/05/2026
AG11172334	QXE-0F18	547-90	24/05/2026
AG10909945	PBO-1G19	762-52	26/05/2026
AG11172338	TXK-1B57	547-90	24/05/2026
AG10910178	RTK-4C96	552-50	24/05/2026
AG11172297	QQV-0285	661-02	26/05/2026
AG11172298	QQV-0285	664-50	26/05/2026
AG11172299	QQV-0285	659-92	26/05/2026
AG11172336	GCI-7A61	547-90	24/05/2026
AG10910692	TEC-6B95	554-14	25/05/2026
AG10910267	HEC-8B79	667-00	26/05/2026
AG11172316	AAX-8880	550-90	01/06/2026
AG10909378	HAA-2157	762-51	26/05/2026
AG11172335	TET-0A19	547-90	24/05/2026
AG11172305	HFA-6695	763-32	26/05/2026
AG10910180	NOI-0H92	552-50	24/05/2026
AG10909380	GZS-6303	550-90	26/05/2026
AG10909431	TDU-1J05	539-80	26/05/2026
AG10909432	TDU-1J05	737-40	26/05/2026
AG10909379	SIN-5G74	550-90	26/05/2026
AG11172303	SYY-6E17	653-00	26/05/2026
AG11172302	SYY-6E17	763-32	26/05/2026
AG11172300	SHX-6E64	736-62	26/05/2026
AG11172192	HMW-9253	734-00	28/05/2026
AG11171300	PYN-5914	763-32	26/05/2026
AG11171242	OXH-0E93	538-00	26/05/2026
AG11171245	TCS-2H57	555-00	29/05/2026
AG11172317	HCJ-4678	550-90	01/06/2026
AG11171306	GMC-4344	538-00	02/06/2026
AG11171369	OQZ-3A90	555-00	29/05/2026
AG11171342	LMU-8F54	554-14	28/05/2026
AG11172145	HEC-8A33	676-90	29/05/2026
AG11172212	RVU-7D15	523-11	25/05/2026
AG11172254	PUJ-2C41	734-00	24/05/2026
AG10909956	KYC-6J31	554-14	28/05/2026
AG11172312	GMM-9219	550-90	28/05/2026
AG10909947	GZS-1904	555-00	28/05/2026
AG10909948	RTS-1D27	762-51	28/05/2026
AG10909792	LOS-0762	554-11	27/05/2026
AG11172310	KMQ-6930	554-11	27/05/2026
AG11171303	JPK-2150	653-00	29/05/2026
AG11171304	HEO-5598	763-31	29/05/2026
AG10909951	TEI-8H36	555-00	28/05/2026
AG10909121	HEC-8641	550-90	28/05/2026
AG11172315	KRS-3782	736-62	28/05/2026
AG10909363	KYD-2E04	763-31	29/05/2026
AG11171347	KYD-2E04	763-31	29/05/2026
AG11171349	LNK-5832	664-50	29/05/2026
AG11172343	LRS-2I83	653-00	29/05/2026
AG10910694	PWU-7D58	734-00	27/05/2026
AG11172309	RFU-9D28	734-00	27/05/2026
AG11171301	PGF-7J88	554-11	29/05/2026
AG10909949	BWZ-9510	550-90	28/05/2026
AG11172342	KQR-0B49	545-26	29/05/2026
AG11172313	OMB-2D00	550-90	28/05/2026
AG11171243	RFP-5G95	545-26	29/05/2026
AG11172311	HNS-7987	538-00	28/05/2026
AG11172008	RFM-6A08	550-90	28/05/2026
AG11172009	RFM-6A08	583-50	28/05/2026
AG11172012	RFM-6A08	583-50	28/05/2026
AG11172340	LCI-7830	545-26	26/05/2026
AG10910696	PUK-0H24	545-26	27/05/2026
AG10909957	KPH-9107	550-90	28/05/2026
AG11172256	LLQ-5E04	546-00	29/05/2026
AG11171244	HLT-9388	556-80	29/05/2026
AG11172306	HIP-4061	763-31	26/05/2026
AG10909382	SHC-4I30	763-31	29/05/2026
AG10910693	RVM-6F62	736-62	27/05/2026
AG11172308	KQF-4J61	554-14	27/05/2026
AG11172307	SHX-6E64	554-14	27/05/2026
AG11172253	KRI-5J65	734-00	24/05/2026
AG11172252	KRI-5J65	501-00	24/05/2026
AG11171322	GZY-7287	734-00	27/05/2026
AG10909103	HDF-0869	554-14	28/05/2026
AG11171363	PWS-2C72	501-00	29/05/2026
AG11171364	PWS-2C72	734-00	29/05/2026
AG10909959	TYM-8E52	762-52	28/05/2026
AG10909952	TEQ-4F64	550-90	28/05/2026
AG11172013	HDN-1043	501-00	26/05/2026
AG10910269	TCN-5B52	596-70	29/05/2026
AG11171343	PUD-2987	545-26	28/05/2026
AG11171427	GKX-6922	538-00	03/06/2026
AG11171422	RNI-9J51	762-51	01/06/2026
AG11171424	LTC-1045	762-52	01/06/2026
AG11171355	SIE-1E75	604-12	01/06/2026
AG10909433	OQU-7A44	519-30	31/05/2026
AG11172318	KVJ-3818	763-31	01/06/2026
AG10910698	TDH-2C89	554-14	30/05/2026

AG11171447	DHW-7B76	550-90	01/06/2026
AG11171445	HCT-0070	762-51	01/06/2026
AG11171354	TUC-6D78	604-12	01/06/2026
AG11172344	TTM-7A69	556-80	29/05/2026
AG11171246	QNV-6F63	555-00	29/05/2026
AG11172373	HLF-8C05	518-51	01/06/2026
AG11171466	MTG-0093	762-51	01/06/2026
AG11171467	MTG-0093	502-92	01/06/2026
AG11171468	MTG-0093	659-92	01/06/2026
AG11171358	HML-3080	518-51	01/06/2026
AG11171357	HML-3080	653-00	01/06/2026
AG11172194	HML-3080	653-00	29/05/2026
AG11171360	LLX-7D36	736-62	01/06/2026
AG11171359	KWK-8B08	763-32	01/06/2026
AG11172323	PYK-0F25	763-31	01/06/2026
AG11171356	SJF-3A23	554-11	01/06/2026
AG11172199	KVP-3B22	653-00	29/05/2026
AG11171446	KOR-4593	554-14	01/06/2026
AG11172196	LUT-4A57	518-51	29/05/2026
AG11172197	LUT-4A57	659-92	29/05/2026
AG11172195	LUT-4A57	518-51	29/05/2026
AG11172372	HDX-4G78	734-00	01/06/2026
AG11172324	HDX-4G78	661-02	01/06/2026
AG10910270	HDX-4G78	663-71	01/06/2026
AG11171449	KMW-1021	762-51	01/06/2026
AG11172325	OQQ-3H65	653-00	01/06/2026
AG10910701	TXA-0F22	768-41	30/05/2026
AG11171267	TXA-0F22	626-20	30/05/2026
AG11171268	TXA-0F22	734-00	30/05/2026
AG11172345	PUN-5D82	556-80	29/05/2026
AG11171444	RVM-6F62	672-61	29/05/2026
AG11171441	RVM-6F62	502-91	29/05/2026
AG11171443	RVM-6F62	663-71	29/05/2026
AG11171461	RMW-9H71	545-26	01/06/2026
AG11172321	OQZ-5074	763-31	01/06/2026
AG11172320	OQZ-5074	763-31	01/06/2026
AG11172193	HMW-9253	659-92	28/05/2026
AG11171423	HJC-3146	550-90	01/06/2026
AG11172322	HKP-2G25	653-00	01/06/2026
AG11171269	TDR-6D04	663-71	30/05/2026
AG10909960	SHM-3B00	664-50	29/05/2026
AG11171353	SHM-3B00	665-31	01/06/2026
AG11171351	HKY-2162	703-01	01/06/2026

JOSÉ ELPÍDIO DE SOUZA JÚNIOR
Secretário Municipal de Habitação e Mobilidade Urbana
Autoridade de Trânsito do Município de Leopoldina MG

Publicado por:
Iago Geraldo Xavier
Código Identificador:CB95E342

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SMAS N° 007/2026 RESULTADO PRELIMINAR DA SEGUNDA ETAPA

Orientador Social

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
GABRIELA GONÇALVES DE SIQUEIRA COSTA	10,0
MARIA EDUARDA SANTOS DIAS	10,0
POLLYANNE FERREIRA DE FREITAS	6,5
GIOVANA TEIXEIRA SILVA	DESCLASSIFICADO (A)
ROSANIA APARECIDA MODESTO CORRÊA OLIVEIRA	DESCLASSIFICADO (A)

Facilitador de Oficina de Capoeira

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
GUSTAVO DE SOUZA BRITTO	10,0

Facilitador de Oficina de Música

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
DANIELLE GUIMARÃES GONÇALVES	9,5
JOÃO VITOR TEIXEIRA GOUVÊA	6,0
LUISA CUNHA BONIN	DESCLASSIFICADO (A)

Facilitador de Oficina de Artes

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
NATALIA DE ALMEIDA	10,0
DILANE DAS GRAÇAS OLIVEIRA LAMOIA	8,5
JOÃO VITOR TEIXEIRA GOUVÊA	6,0
POLLYANNE FERREIRA DE FREITAS	DESCLASSIFICADO (A)

Facilitador de Oficina de Dança, Zumba e Dança Sênior

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
DILANE DAS GRAÇAS OLIVEIRA LAMOIA	9,5
NATALIA DE ALMEIDA	9,0

Facilitador de Oficina de Convívio por meio do Esporte e Lazer

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
NARATIANA ROGEL BARROS	9,0
DILANE DAS GRAÇAS OLIVEIRA LAMOIA	8,5

Leopoldina, 25 de agosto de 2026.

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Mun. de Assistência Social

Publicado por:
Carla Monteiro da Silveira Silva
Código Identificador:979FDA6D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LUZ

CÂMARA MUNICIPAL DE LUZ
PORTARIA N° 93, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA N° 93, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Homologa o resultado final do Concurso Público nº 01/2026 da Câmara Municipal de Luz/MG e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Luz, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas,

Considerando o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil;
Considerando a Lei Complementar nº 198, de 21 de agosto de 2025, e a Lei Complementar nº 002/2006, que disciplina o Plano de Carreira e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Luz;
Considerando a Portaria nº 84, de 10 de março de 2026, que instituiu a Comissão Organizadora do Concurso Público da Câmara Municipal de Luz/MG;
Considerando o Edital do Concurso Público nº 01/2026, destinado ao provimento de vagas efetivas para os cargos de Assistente de Gabinete Parlamentar e Secretário Parlamentar, executado pela empresa Grupo Talent, sob supervisão e acompanhamento da Comissão Organizadora do Concurso Público da Câmara Municipal de Luz/MG;
Considerando a conclusão das etapas previstas no Edital, inclusive o julgamento dos recursos interpostos e a publicação do Resultado Final após Recursos pela banca organizadora;
Considerando, finalmente, que, nos termos do item 17.5 do Edital, compete à Câmara Municipal de Luz/MG a homologação dos resultados finais do Concurso Público;
RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Concurso Público nº 01/2026 da Câmara Municipal de Luz/MG, destinado ao provimento de cargos efetivos de Assistente de Gabinete Parlamentar e Secretário Parlamentar, conforme classificação constante do Resultado Final após Recursos, que integra esta Portaria como Anexo Único.
§ 1º. Para o cargo de **Assistente de Gabinete Parlamentar**, fica homologada a classificação final dos candidatos aprovados, observada rigorosamente a ordem de classificação constante do Anexo Único desta Portaria.
§ 2º. Para o cargo de **Secretário Parlamentar**, fica homologada a classificação final dos candidatos aprovados, observada rigorosamente a ordem de classificação constante do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º. A homologação de que trata esta Portaria não implica nomeação automática dos candidatos classificados, devendo os atos de nomeação observar a ordem de classificação, o número de vagas previsto no Edital, os requisitos para investidura no cargo e as demais disposições legais e editalícias aplicáveis, notadamente a vedação
§ 1º. As nomeações decorrentes do Concurso Público nº 01/2026 deverão observar, especialmente, as limitações impostas pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive o disposto em seu art. 21, sendo nulo de pleno direito o ato que resulte aumento de despesa com pessoal praticado em desconformidade com as vedações legais aplicáveis ao período final de mandato.
§ 2º. A homologação do resultado final não autoriza a prática de ato de provimento que contrarie as restrições fiscais, orçamentárias ou financeiras vigentes, permanecendo a nomeação condicionada à observância da legislação aplicável, sem prejuízo do direito dos candidatos aprovados dentro do número de vagas nos termos do Edital e da ordem jurídica vigente.
§ 3º. Os candidatos classificados dentro do número de vagas previstas no Edital terão assegurado o direito à nomeação durante o prazo de validade do concurso, observada a ordem de classificação e o atendimento das disposições constitucionais, legais, fiscais, orçamentárias e editalícias pertinentes.

Art. 3º. O prazo de validade do Concurso Público nº 01/2026 será de até 2 (dois) anos, contado da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, nos termos do Edital e do art. 37, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 4º. O resultado final homologado deverá ser publicado nos meios oficiais previstos no Edital, especialmente no Diário Oficial Eletrônico do Município de Luz, no endereço eletrônico da empresa organizadora e no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Luz/MG.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Luz/MG, 24 de agosto de 2026.

VEREADOR ROGÉRIO APARECIDO SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Luz/MG

ANEXO ÚNICO
PORTARIA Nº 093/2026
RESULTADO FINAL APÓS RECURSOS – CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026
Integra a presente Portaria, para todos os fins, o **Resultado Final após Recursos** divulgado pela empresa Talent Concursos, contendo a classificação dos candidatos aos cargos de:
I – Assistente de Gabinete Parlamentar;

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	INS. NASC.	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
0000302	RAISSA PAULA SANTOS ARAUJO	10/10/2000	100,00	100,00	1º	Classificado
0000307	LUCAS RAFAEL ALVES DA SILVA	02/03/2006	100,00	100,00	2º	Excedente
0000181	JULLIE ANNE PEREIRA FARIAS	20/07/1995	97,50	97,50	3º	Excedente
0000042	MARCELLO LUIZ DE TEFFE	11/05/1998	97,50	97,50	4º	Excedente
0000123	MAISA FIALHO	25/07/2001	97,50	97,50	5º	Excedente
0000245	PEDRO HENRIQUE BATISTA	28/06/1997	95,00	95,00	6º	Excedente
0000294	RYLDER FLÁVIO ALVES CARDOSO	13/11/2000	95,00	95,00	7º	Excedente
0000004	PAULO CESAR DO NASCIMENTOPAULINO	30/07/1969	92,50	92,50	8º	Excedente
0000144	RAFAELA PINTO LACERDA	22/02/2001	92,50	92,50	9º	Excedente
0000345	YURI SILVA FERREIRA	06/05/2005	92,50	92,50	10º	Excedente
0000226	ARTHUR PACHECO SOUSA	09/09/2005	92,50	92,50	11º	Excedente
0000143	ANDRESA FERREIRA SANTOS CORREA	03/09/2007	92,50	92,50	12º	Excedente
0000324	EDUARDA OLIVEIRA REIS	26/11/2002	90,00	90,00	13º	Excedente
0000072	PEDRO MIGUEL ALVES E SOUZA	23/02/2007	90,00	90,00	14º	Excedente
0000274	ISABELA MARIA DIAS	04/06/1988	87,50	87,50	15º	Excedente
0000048	JOSÉ FERREIRA ARAÚJO BATISTA	23/11/2001	87,50	87,50	16º	Excedente
0000093	SELMA ROBERTA CAETANO DE PAULA SOUSA	17/10/1977	85,00	85,00	17º	Excedente
0000140	LORENA DA SILVA	14/01/1991	85,00	85,00	18º	Excedente
0000317	CAMILA SILVA SANTOS	14/07/1992	85,00	85,00	19º	Excedente
0000332	RAYNA EVELEN ROCHA MATOS	06/02/1994	85,00	85,00	20º	Excedente
0000111	ALEX SAMUEL PINTO OLIVEIRA	15/11/2001	85,00	85,00	21º	Excedente
0000315	SALATIEL LUCAS CORDEIRO RODRIGUES	15/04/2006	85,00	85,00	22º	Excedente
0000121	ROSANGELA MARIA DA SILVA	14/10/1973	82,50	82,50	23º	Excedente
0000068	VITÓRIA DE SOUZA SILVA	28/10/1999	80,00	80,00	24º	Excedente
0000156	CHIRLEY APARECIDA DE ASSIS	03/04/1969	77,50	77,50	25º	Excedente
0000342	RODRIGO SANTOS MELO	04/12/1976	77,50	77,50	26º	Excedente
0000067	PATRICE EVELYN SILVA TAVARES	19/06/1985	77,50	77,50	27º	Excedente
0000032	RUAN RAYDAN ALVES	30/07/1996	77,50	77,50	28º	Excedente
0000239	LIDIANE SOUSA	14/07/1984	75,00	75,00	29º	Excedente
0000269	STHEFANIE OLIVEIRA SILVA	22/05/1985	75,00	75,00	30º	Excedente
0000370	DARLENE FARIA MESQUITA	14/08/1993	75,00	75,00	31º	Excedente
0000084	HEBERT DOS REIS MOREIRA	12/10/2000	75,00	75,00	32º	Excedente
0000261	MATHEUS FERREIRA ALVES	10/08/2000	72,50	72,50	33º	Excedente
0000139	DANIELE FELICIO SILVA RESENDE	22/11/2001	72,50	72,50	34º	Excedente
0000270	KAMILA VENÂNCIO DOS SANTOS DE JESUS OLIVEIRA	29/07/2004	72,50	72,50	35º	Excedente
0000350	ROBERTA CAROLINA VEIGA COSTA	28/04/1993	70,00	70,00	36º	Excedente
0000162	ISABELA BRITO NOGUEIRA BESSAS	17/10/1995	70,00	70,00	37º	Excedente
0000308	MARCO ANTÔNIO ALVES TEIXEIRA	12/09/2004	70,00	70,00	38º	Excedente
0000231	CAIANE MONIQUE FERREIRA OLIVEIRA	10/04/2006	70,00	70,00	39º	Excedente
0000053	VERONICA MENDES DA SILVA	14/05/2002	67,50	67,50	40º	Excedente
0000058	ANGÉLICA OLIVEIRA CRUZ	16/09/1988	65,00	65,00	41º	Excedente
0000272	SCHINAIDER DE OLIVEIRA BARBOSA FILHO	18/04/1999	65,00	65,00	42º	Excedente
0000268	VINÍCIUS VENERANDO BERNARDES DOS REIS SOUZA	27/11/2007	65,00	65,00	43º	Excedente
0000236	IOLANDA COSTA SILVA	25/03/1985	62,50	62,50	44º	Excedente
0000052	ANGÉLICA RIBEIRO ARAÚJO	16/11/1991	62,50	62,50	45º	Excedente
0000127	MARYNE CRISTINA RAMOS SILVA	31/07/2007	62,50	62,50	46º	Excedente
0000192	MARIA VITÓRIA BERNARDES ALVES VIEIRA	25/09/2007	62,50	62,50	47º	Excedente
0000164	FERNANDA GONÇALVES DE MENEZES	16/03/2008	62,50	62,50	48º	Excedente
0000076	ANALICE BEATRIZ PEREIRA SANTOS	15/05/2003	60,00	60,00	49º	Excedente
0000227	BIANCA LIMA	08/09/2005	60,00	60,00	50º	Excedente
0000313	MARIA EDUARDA ANDRADE CAMPOS	11/11/2006	60,00	60,00	51º	Excedente
0000338	MARLUCIA MARIA DA SILVA	20/07/1969	57,50	57,50	52º	Excedente
0000151	JOSE GABRIEL DUARTE	23/01/2002	57,50	57,50	53º	Excedente
0000182	RENATA CORREA CAETANO	27/03/1977	55,00	55,00	54º	Excedente
0000011	BRENDA SOUZA DE PAULO	07/04/1994	55,00	55,00	55º	Excedente
0000089	WELLINGTON DAVI ARAÚJO SILVA	16/03/2000	55,00	55,00	56º	Excedente
0000311	TATIANE RIBEIRO SILVA	26/06/1984	52,50	52,50	57º	Excedente
0000220	ALINE CRISTIANE OLIVEIRA	09/11/1995	-	-	-	Ausente
0000233	ALTINO EDIGAR MOURA	29/12/1965	-	-	-	Ausente
0000159	ANA LUÍSA BASTOS DIAS	05/05/2007	-	-	-	Ausente
0000244	BEATRIZ FERREIRA CARVALHO	07/11/2007	-	-	-	Ausente
0000007	CAMILA APARECIDA DE FREITAS PIRES	25/07/1994	-	-	-	Ausente
0000176	ERICA APARECIDA ROSA	17/05/1989	-	-	-	Ausente
0000106	GABRIEL ALVES DA SILVA	17/02/2003	-	-	-	Ausente
0000319	GABRIELLA CAETANO FERREIRA	03/05/1994	-	-	-	Ausente
0000138	GREICY KELLY SILVA E CASTRO	16/03/1984	-	-	-	Ausente
0000288	ITALO ARIEL VASCONCELOS DIAS	02/05/1999	-	-	-	Ausente
0000104	JOSE GERALDO SILVA SIQUEIRA	09/10/1991	-	-	-	Ausente
0000184	JUAN PABLO PENA	06/09/1994	-	-	-	Ausente
0000069	JULIA DUARTE LEANDRO SILVA	31/10/2006	-	-	-	Ausente
0000168	LEONARDO MENDES	01/11/1995	-	-	-	Ausente
0000134	LUCAS GABRIEL DE OLIVEIRA PEREIRA	31/12/1997	-	-	-	Ausente

0000013	LUIS HENRIQUE MESQUITA	11/11/1992	-	-	-	Ausente
0000314	MARCOS VINICIUS SANTOS PACHECO SILVA	23/11/1996	-	-	-	Ausente
0000242	MONIQUE CARVALHO FERREIRA	26/07/1990	-	-	-	Ausente
0000248	NAIARA APARECIDA SILVA PACHECO	08/06/1994	-	-	-	Ausente
0000085	NATHÁLIA APARECIDA ABADIA SANTOS	09/08/2002	-	-	-	Ausente
0000055	PATRICIA APARECIDA OLIVEIRA PEREIRA	18/03/1994	-	-	-	Ausente
0000339	PAULA AUGUSTA ALVES	12/05/1982	-	-	-	Ausente
0000109	PRISCILA RODRIGUES AZEVEDO DE CARVALHO	01/06/1984	-	-	-	Ausente
0000047	ROGÉRIO JOSÉ DA SILVA	01/10/1989	-	-	-	Ausente
0000148	SÁVYA RÚBIA FONSECA NEVES	04/01/2001	-	-	-	Ausente
0000040	TIFANE RODRIGUES SILVA	28/06/2003	-	-	-	Ausente
0000178	WESLEY LUIS DIAS BENFICA	09/11/1987	-	-	-	Ausente

II – Secretário Parlamentar.

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	INS. NASC.	LP	MAT	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
0000235	BRENO PAIM PARREIRA	29/09/1975	20,00	16,00	60,00	96,00	1º	Classificado
0000070	GABRIEL DE OLIVEIRA ALVES	10/03/2001	18,00	18,00	60,00	96,00	2º	Excedente
0000014	MARCOS ALEXANDRE ARAÚJO DUARTE	10/07/2002	18,00	18,00	60,00	96,00	3º	Excedente
0000310	ERIKA MENEZES RODRIGUES SILVA COSTA	28/03/1982	20,00	14,00	60,00	94,00	4º	Excedente
0000006	CLÁUDIO HIGOR GOMES	14/07/1997	18,00	16,00	60,00	94,00	5º	Excedente
0000113	BEATRIZ COUTO ARAÚJO	08/04/2002	20,00	12,00	60,00	92,00	6º	Excedente
0000130	THALLES AUGUSTO DE CARVALHO	12/07/1987	18,00	14,00	60,00	92,00	7º	Excedente
0000286	NOELLE CRISTINA SANTOS FERREIRA	06/12/1994	18,00	14,00	60,00	92,00	8º	Excedente
0000351	AGOSTINHO CARLOS OLIVEIRA	09/03/1963	16,00	14,00	60,00	90,00	9º	Excedente
0000263	CÁSSIA APARECIDA DA SILVA ALCÂNTARA	10/04/1999	16,00	12,00	60,00	88,00	10º	Excedente
0000318	STHEFANY APARECIDA REZENDE	10/06/2003	14,00	14,00	60,00	88,00	11º	Excedente
0000343	JOAO PEDRO ESTEVES	06/06/2001	16,00	18,00	54,00	88,00	12º	Excedente
0000087	LARISSA DE ASSIS SILVA	20/02/1991	20,00	20,00	48,00	88,00	13º	Excedente
0000170	BÁRBARA TEREZA CÉZAR MESQUITA	25/04/1996	16,00	10,00	60,00	86,00	14º	Excedente
0000157	TAYNÁ EMILLI ROSA E PEREIRA	18/03/1987	20,00	12,00	54,00	86,00	15º	Excedente
0000214	BRENNER RAMOS ROCHA	02/01/1998	18,00	14,00	54,00	86,00	16º	Excedente
0000234	DUANE LIMA OLIVEIRA	15/07/1999	18,00	14,00	54,00	86,00	17º	Excedente
0000161	JENIFER SABINO REIS SILVA	07/05/1996	16,00	16,00	54,00	86,00	18º	Excedente
0000229	OTAVIO VERISSIMO COSTA ALVARES	09/08/1999	18,00	12,00	54,00	84,00	19º	Excedente
0000309	WALLACE CARVALHO FERREIRA	26/05/1988	20,00	16,00	48,00	84,00	20º	Excedente
0000367	HALLEF LUCAS ALVES GUIMARÃES	18/03/2000	12,00	16,00	54,00	82,00	21º	Excedente
0000287	GABRIEL BUENO JACINTO	03/12/2001	18,00	16,00	48,00	82,00	22º	Excedente
0000141	EMANUELLE SILVA COSTA	01/07/1985	18,00	16,00	48,00	82,00	23º	Excedente
0000031	ANNE CAROLINE LAUREANO DE OLIVEIRA	26/04/1997	18,00	16,00	48,00	82,00	24º	Excedente
0000016	LEANDRA DIAS MELO AZEVEDO	19/05/2003	18,00	16,00	48,00	82,00	25º	Excedente
0000282	MARIA CLARA LEANDRO OLIVEIRA	21/06/2000	16,00	18,00	48,00	82,00	26º	Excedente
0000028	FLAMARION SOCRATES DA SILVA	11/03/1968	16,00	10,00	54,00	80,00	27º	Excedente
0000280	GUILHERME MARQUES SOUZA BARBOSA	03/11/1982	16,00	10,00	54,00	80,00	28º	Excedente
0000298	PAULO HENRIQUE ALMEIDA RIBEIRO	17/04/2001	16,00	10,00	54,00	80,00	29º	Excedente
0000086	MARIA EDUARDA RAMOS MESQUITA	17/03/2006	18,00	14,00	48,00	80,00	30º	Excedente
0000369	UELERSON PEREIRA SILVA	16/08/1990	16,00	16,00	48,00	80,00	31º	Excedente
0000271	CLARA THEREZA COSTA CAMPOS	13/05/2002	18,00	6,00	54,00	78,00	32º	Excedente
0000349	RUTH MARIA DE MATOS SOUSA	17/11/2002	16,00	8,00	54,00	78,00	33º	Excedente
0000152	MARCELO CARVALHO MARTINS	07/04/1978	18,00	12,00	48,00	78,00	34º	Excedente
0000241	EMILIANA PEREIRA BASILIO MACIEL	14/12/1982	18,00	12,00	48,00	78,00	35º	Excedente
0000005	HILARY RESENDE SOARES	30/08/2001	16,00	14,00	48,00	78,00	36º	Excedente
0000015	VANESSA ARIANE DE LIMA	04/06/1998	12,00	10,00	54,00	76,00	37º	Excedente
0000279	LÍVIA DUARTE DE MIRANDA SILVA	15/03/1983	16,00	12,00	48,00	76,00	38º	Excedente
0000090	LARISSE ALMEIDA RIBEIRO	21/07/1998	16,00	12,00	48,00	76,00	39º	Excedente
0000080	RAYSSA PESSOA FERREIRA RODRIGUES	16/09/2005	16,00	12,00	48,00	76,00	40º	Excedente
0000149	LARA GARCIA DE LIMA CASTRO	26/07/1995	16,00	4,00	54,00	74,00	41º	Excedente
0000352	IGOR OLIVEIRA CHAVES	01/03/1995	14,00	6,00	54,00	74,00	42º	Excedente
0000057	WALÉRIA PRICYLLA ROCHA DA SILVA	23/10/1992	16,00	10,00	48,00	74,00	43º	Excedente
0000175	ERIKA BENNAIA RIBEIRO DOS REIS	02/12/2001	14,00	12,00	48,00	74,00	44º	Excedente
0000073	FILLIPE THADEU LOPES MORAIS ANDRADE	24/09/1989	18,00	14,00	42,00	74,00	45º	Excedente
0000180	ANA CLÁUDIA XAVIER MENDES	04/09/1990	16,00	8,00	48,00	72,00	46º	Excedente
0000074	CRISTIANA DUARTE RODRIGUES PEREIRA	15/07/1994	16,00	8,00	48,00	72,00	47º	Excedente
0000300	ELISA CRISTINA SILVA	16/12/1970	14,00	10,00	48,00	72,00	48º	Excedente
0000316	KLINSMAN MOREIRA VINHAL	24/07/1998	14,00	10,00	48,00	72,00	49º	Excedente
0000187	KAILANY KEITY MARCIANO SILVA	02/06/2004	14,00	10,00	48,00	72,00	50º	Excedente
0000312	EDUARDO FELIPE ALVARENGA RIBEIRO DE SOUSA	03/07/1998	16,00	14,00	42,00	72,00	51º	Excedente
0000262	MARCOS PAULO SARAIVA SILVA	22/12/1992	16,00	20,00	36,00	72,00	52º	Excedente
0000323	TÁCITO DE FREITAS CALÁCIO	09/01/1989	18,00	10,00	42,00	70,00	53º	Excedente
0000249	RAIANE ANICÉSIO SILVA	28/10/1996	14,00	14,00	42,00	70,00	54º	Excedente
0000246	RAYANE FRANÇA IBRAIM	15/06/2000	12,00	8,00	48,00	68,00	55º	Excedente
0000036	FERNANDO AUGUSTO MARTINS SANTOS	27/08/2001	18,00	8,00	42,00	68,00	56º	Excedente
0000253	JULIA MIRANDA MODESTO	14/08/2000	16,00	10,00	42,00	68,00	57º	Excedente
0000096	DANIEL JUNIO PEREIRA	30/10/1991	14,00	12,00	42,00	68,00	58º	Excedente
0000362	MARCELA ZICA SILVA	25/05/1988	12,00	6,00	48,00	66,00	59º	Excedente
0000114	ADEMIR JÚNIOR DE ANDRADE BORGES	27/06/1995	10,00	8,00	48,00	66,00	60º	Excedente
0000145	MARTA APARECIDA LUCAS BAÍA	27/04/1971	16,00	8,00	42,00	66,00	61º	Excedente
0000037	MARCELO SILVA FERREIRA	07/03/2001	16,00	8,00	42,00	66,00	62º	Excedente
0000061	LUIS FERNANDO CHAVES PAULINELLI	11/05/2001	16,00	8,00	42,00	66,00	63º	Excedente
0000201	THAÍS CRISTINA CHAVES	31/07/1993	14,00	10,00	42,00	66,00	64º	Excedente
0000115	KATLYN CAMARGOS RESENDE	16/10/2003	14,00	10,00	42,00	66,00	65º	Excedente
0000355	LUCAS TEODORO RIBEIRO COSTA	18/09/2000	12,00	12,00	42,00	66,00	66º	Excedente
0000158	CAROLINE DUARTE MENDES SILVA	27/02/2002	18,00	12,00	36,00	66,00	67º	Excedente
0000359	TÁBATA MATIDONE BUENO ARAÚJO	03/09/1996	16,00	14,00	36,00	66,00	68º	Excedente
0000240	BIANCA RODRIGUES AMARAL SILVA	03/11/2004	16,00	14,00	36,00	66,00	69º	Excedente
0000117	ANGELICA FERREIRA SILVA	29/12/1985	12,00	4,00	48,00	64,00	70º	Excedente
0000258	YURI PINTO RIBEIRO	01/03/1992	12,00	4,00	48,00	64,00	71º	Excedente

0000010	FERNANDA SILVA PORTO	05/09/2002	16,00	6,00	42,00	64,00	72º	Excedente
0000066	JAQUELINE PACHECO CARVALHO	16/09/1987	12,00	10,00	42,00	64,00	73º	Excedente
0000043	ALEXANDRA MELANINHO TEIXEIRA	10/01/2003	18,00	10,00	36,00	64,00	74º	Excedente
0000243	IGOR SANTOS DE OLIVEIRA	24/09/2001	16,00	12,00	36,00	64,00	75º	Excedente
0000023	GEANE KARINA FERREIRA	23/01/1988	14,00	6,00	42,00	62,00	76º	Excedente
0000188	PÂMELA CRISTINA MEIRELES ARRUDA	26/07/1994	12,00	8,00	42,00	62,00	77º	Excedente
0000232	KAREN GABRIELA VALE DE CAMARGO	30/09/1988	16,00	10,00	36,00	62,00	78º	Excedente
0000142	ÁDRIAN PAULO FERREIRA	06/06/2005	14,00	12,00	36,00	62,00	79º	Excedente
0000095	ELIANE ÁLVARES CHAVES	25/09/1973	12,00	14,00	36,00	62,00	80º	Excedente
0000100	CAMILA GONÇALVES DE BRITO	28/05/1992	18,00	14,00	30,00	62,00	81º	Excedente
0000131	PAULO VICTOR RESENDE BASILIO	05/12/2001	18,00	14,00	30,00	62,00	82º	Excedente
0000039	POLIANA FIUZA DA SILVA	28/07/1992	16,00	16,00	30,00	62,00	83º	Excedente
0000024	GEISE OLIVEIRA CRUZ	26/12/1983	12,00	6,00	42,00	60,00	84º	Excedente
0000333	AMANDA FERREIRA FREITAS SANTOS	15/12/1998	12,00	6,00	42,00	60,00	85º	Excedente
0000038	MARIA CECÍLIA DE CARVALHO BOTINHA OLIVEIRA	24/06/1997	10,00	8,00	42,00	60,00	86º	Excedente
0000356	LÍVIA SILVA MOREIRA CARVALHO	05/06/2008	18,00	6,00	36,00	60,00	87º	Excedente
0000186	CAROLINE SILVA FERREIRA	07/05/1994	16,00	8,00	36,00	60,00	88º	Excedente
0000041	KARLA CAROLINE OLIVEIRA SANTOS	27/02/1998	14,00	10,00	36,00	60,00	89º	Excedente
0000146	VITÓRIA CRISTINA SOUSA CARVALHO	26/01/2001	12,00	12,00	36,00	60,00	90º	Excedente
0000082	BÁRBARA NÉLLITA MOURA SILVA	15/10/1996	18,00	12,00	30,00	60,00	91º	Excedente
0000341	MARIANA SILVA ARAÚJO DORJÓ	02/08/1992	12,00	4,00	42,00	58,00	92º	Excedente
0000027	FERNANDA FERREIRA FRANCO	18/06/1992	10,00	6,00	42,00	58,00	93º	Excedente
0000191	MARIA EDUARDA SILVA ADRIANO	15/10/1999	14,00	8,00	36,00	58,00	94º	Excedente
0000225	MARIA LUÍSA ALCÂNTARA OLIVEIRA	01/05/2007	14,00	8,00	36,00	58,00	95º	Excedente
0000017	CÉSAR NONATO ALMEIDA NÉRI	03/10/1979	12,00	10,00	36,00	58,00	96º	Excedente
0000008	ALÍCIA GABRIELLA SILVA GOMES	10/01/1999	12,00	10,00	36,00	58,00	97º	Excedente
0000081	FABIANO BARBOSA DA SILVA	13/03/1994	16,00	12,00	30,00	58,00	98º	Excedente
0000357	MÁRCIA APARECIDA SILVA CARVALHO	27/06/1975	6,00	8,00	42,00	56,00	99º	Excedente
0000035	GISLENE GONÇALVES BARBOSA ARAÚJO	26/03/1996	14,00	6,00	36,00	56,00	100º	Excedente
0000044	MICHELE SILVA PEREIRA	01/09/1997	12,00	8,00	36,00	56,00	101º	Excedente
0000289	SABRINA LIMA DUARTE	15/03/1999	10,00	10,00	36,00	56,00	102º	Excedente
0000049	EMMERSON SILVA	27/04/1973	14,00	12,00	30,00	56,00	103º	Excedente
0000174	FRANCIELE APARECIDA OLIVEIRA DUARTE	19/12/1996	14,00	10,00	30,00	54,00	104º	Excedente
0000259	MARIA FERNANDA BORGES BATISTA	12/08/2002	14,00	10,00	30,00	54,00	105º	Excedente
0000051	LUCAS MOURA DETONIS	17/04/1996	18,00	12,00	24,00	54,00	106º	Excedente
0000365	ANA LUÍSA ALVES ARAÚJO	23/10/1998	14,00	16,00	24,00	54,00	107º	Excedente
0000372	RAFAELA DUARTE OLIVEIRA	11/07/2003	10,00	6,00	36,00	52,00	108º	Excedente
0000346	MARIA ALICE DE CARVALHO	13/08/1999	14,00	8,00	30,00	52,00	109º	Excedente
0000012	MARIA PAULA FERREIRA FELICIANO	18/11/2003	14,00	8,00	30,00	52,00	110º	Excedente
0000330	MONIQUE OLIVEIRA CAMPOS	11/01/1989	12,00	2,00	36,00	50,00	111º	Excedente
0000275	ANDRÉ ARI SOUZA	18/01/1981	12,00	8,00	30,00	50,00	112º	Excedente
0000254	INGRID NAYARA SILVA PEREIR	23/01/1987	12,00	8,00	30,00	50,00	113º	Excedente
0000361	LILIAN VIEIRA SANTOS CAETANO	01/08/1979	10,00	10,00	30,00	50,00	114º	Excedente
0000297	GIOVANNI JÚNIO DA COSTA SANTOS	12/04/1981	14,00	10,00	24,00	48,00	-	Eliminado
0000290	ISADORA FRANCIELLE DO COUTO LEÃO	06/02/2001	14,00	2,00	30,00	46,00	-	Eliminado
0000216	JUAREZ TIBURCIO DE JESUS SANTOS CARVALHO	27/06/1997	12,00	4,00	30,00	46,00	-	Eliminado
0000334	WALLACE BOANERGES SOUZA SILVA	23/03/2002	14,00	8,00	24,00	46,00	-	Eliminado
0000276	ANDRE SANTOS OLIVEIRA	16/11/1986	14,00	12,00	18,00	44,00	-	Eliminado
0000358	DANUSA AMORIM OLIVEIRA	11/04/1985	14,00	4,00	24,00	42,00	-	Eliminado
0000335	EIDAMAR BORGES SILVA	19/12/1974	12,00	4,00	24,00	40,00	-	Eliminado
0000304	GLEISIANNE RIBEIRO	13/04/1995	6,00	10,00	24,00	40,00	-	Eliminado
0000129	LUCIANO DOS SANTOS LEAL	31/07/2001	16,00	6,00	18,00	40,00	-	Eliminado
0000019	MIRIAN APARECIDA TIBURCIO	23/02/1994	8,00	8,00	24,00	40,00	-	Eliminado
0000097	GABRIEL ALVES DA SILVA	17/02/2003	12,00	0,00	24,00	36,00	-	Eliminado
0000077	DAIANNE RIBEIRO	04/05/1992	4,00	4,00	24,00	32,00	-	Eliminado
0000336	LETICIA SILVA OLIVEIRA	06/01/2000	4,00	2,00	18,00	24,00	-	Eliminado
0000064	ANA LUÍSA GONÇALVES GÓES	05/02/1998	-	-	-	-	-	Ausente
0000331	ANA LUÍSA ROSA	16/06/2007	-	-	-	-	-	Ausente
0000126	BIANCA OLIVEIRA QUEIROS SILVA	16/08/2002	-	-	-	-	-	Ausente
0000083	BRENDA STEFANE NOVAIS SILVA	30/11/1999	-	-	-	-	-	Ausente
0000009	BRUNA VASCONCELLOS MELO FRANCO	18/05/1990	-	-	-	-	-	Ausente
0000219	CARINA FERNANDA LOPES DE ARAÚJO	29/10/1981	-	-	-	-	-	Ausente
0000018	DANIEL RODRIGO DE VIANA REIS	05/08/1982	-	-	-	-	-	Ausente
0000321	FABIANA APARECIDA SILVA PEREIRA	29/03/1987	-	-	-	-	-	Ausente
0000223	FELIPE COELHO SANTOS	22/02/1992	-	-	-	-	-	Ausente
0000277	FELIPE MOURA MACEDO	26/03/2002	-	-	-	-	-	Ausente
0000267	FRANCICLEIDE ROGÉRIO MATIAS SANTOS	09/10/1977	-	-	-	-	-	Ausente
0000094	GABRIEL DE ALMEIDA CARDOSO	15/10/1996	-	-	-	-	-	Ausente
0000026	GABRIEL VITOR MURTA FERREIRA	11/12/2000	-	-	-	-	-	Ausente
0000021	GILBERTO DO ROSARIO ONOFRE	24/09/1973	-	-	-	-	-	Ausente
0000079	GLADSTON ANGELO DA COSTA	09/05/1979	-	-	-	-	-	Ausente
0000179	GUSTAVO DE OLIVEIRA ROMUALDO DA SILVA	25/07/1983	-	-	-	-	-	Ausente
0000204	HUDSON VENÂNCIO SILVA GARCIA	18/12/1989	-	-	-	-	-	Ausente
0000110	JORDÃO PAULO AZEVEDO DE CARVALHO	11/01/1985	-	-	-	-	-	Ausente
0000222	LEONARDO MENDES	01/11/1995	-	-	-	-	-	Ausente
0000209	LUÍSA ALVES DE ALCÂNTARA	04/05/2000	-	-	-	-	-	Ausente
0000207	MARIANA VIEIRA SANTOS	15/03/2002	-	-	-	-	-	Ausente
0000120	MARLON EDSON LUIZ PINTO	14/09/1995	-	-	-	-	-	Ausente
0000205	MATHEUS LUIZ CAMARGOS MENDES	23/08/2002	-	-	-	-	-	Ausente
0000210	NAIARA PEREIRA ALVES	11/08/1994	-	-	-	-	-	Ausente
0000251	NÍNIVE GOMES COSTA	14/03/1981	-	-	-	-	-	Ausente
0000025	ROBERTO DE MESQUITA FARIA	13/06/1979	-	-	-	-	-	Ausente
0000293	RUAN PEREIRA DAMASCENO	31/03/2001	-	-	-	-	-	Ausente
0000029	SILVANA FÁTIMA DE FARIA BARBOSA	24/01/1988	-	-	-	-	-	Ausente
0000088	TAINARA SILVA OLIVEIRA GUIMARÃES	04/05/2000	-	-	-	-	-	Ausente
0000292	TALITA CAETANO SILVA	14/01/1991	-	-	-	-	-	Ausente
0000098	THAÍSE FERREIRA SOUZA	25/05/2000	-	-	-	-	-	Ausente
0000364	THALLES VITOR RODRIGUES CARVALHO	16/11/2004	-	-	-	-	-	Ausente
0000283	THAMIRES CAETANO SILVA	17/09/1993	-	-	-	-	-	Ausente

0000060	YURE EZIO PESSOA VALE	29/08/1996	-	-	-	-	-	Ausente

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:ACAFAF17

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO FINAL AUXÍLIO TRANSPORTE EDITAL N.º 001/2026

RESULTADO FINAL DOS APROVADOS A RECEBER O AUXÍLIO TRANSPORTE, AOS ESTUDANTES DE CURSO SUPERIOR E CURSO TÉCNICO, DE ACORDO COM O EDITAL N.º 001/2026, DE 12/02/2026, PREVISTO NA LEI N.º 2.827/2022.

	NOME	CURSO	VALOR MENSAL	QUANT. DE MESES	VALOR
	Alayane Resende Soares	Odontologia	119,60	3	358,80
	Alessandra Mara Silva	Técnico em Enfermagem	119,60	3	358,80
	Ana Carolina Oliveira Dias	Fisioterapia	119,60	3	358,80
	Ana Júlia Nascimento Necci	Medicina Veterinária	119,60	3	358,80
	Arthur Pacheco Sousa	Odontologia	119,6	3	358,80
	Bárbara Luísa Silva	Odontologia	119,60	3	358,80
	Bárbara Silva Alves	Enfermagem	119,60	3	358,80
	Bruno Ítalo Caetano Carvalho	Agronomia	119,60	3	358,80
	Caio Henrique Batista Oliveira	Engenharia Civil	119,60	3	358,80
	Clara Monique Silva Magalhães Sousa	Odontologia	119,60	3	358,80
11.	**Gabriel Teodoro Ribeiro Costa**	Odontologia	119,60	3	358,80
12.	**Grayze Kelle de Camargos**	Técnico em Segurança do Trabalho	119,60	3	358,80
13.	**Graziele Parreiras da Silva**	Enfermagem	119,60	3	358,80
14.	**Isaac Augusto Amaral Silva**	Medicina Veterinária	119,60	3	358,80
15.	**Kamille Regina Barbosa Camargos**	Enfermagem	119,60	3	358,80
16.	**Kaylaine Maria Barbosa Camargos**	Enfermagem	119,60	3	358,80
17.	**Maria Aparecida Silva Santos**	Enfermagem	119,60	3	358,80
18.	**Maria Eduarda Oliveira Moura**	Medicina Veterinária	119,60	3	358,80
19.	**Paulo Marcos Amaral Ferreira**	Engenharia Civil	119,60	3	358,80
20.	**Tawane Gama Soares**	Enfermagem	119,60	3	358,80
21.	**Yasmin Sarah Gama Nasimento Costa**	Medicina Veterinária	119,60	3	358,80
TOTAL				**R$ 7.534,80**	

Luz, 24 de Agosto de 2026

LILIAN DUARTE PEREIRA
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:90C71594

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
2º ADITIVO - ADESÃO 002/2025

O DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO 2º ADITIVO REFERENTE AO PROCESSO DE LICITAÇÃO ADESÃO Nº 002/2025 - OBJETO: AJUSTA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO Nº 018/2025, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOFTWARES NATIVOS DE PLATAFORMA WEB PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADA, NO MODO LOCAÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE PROGRAMAS, SEM LIMITE DE USUÁRIOS. INCLUI AINDA SERVIÇOS COMPLEMENTARES NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO DE TAIS SISTEMAS, COMO MIGRAÇÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÕES E CONFIGURAÇÕES, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, LEGAL E EVOLUTIVA, BEM COMO HOSPEDAGEM DA SOLUÇÃO EM DATA CENTER, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, NOS TERMOS PREVISTOS EM SUA CLÁUSULA 2ª (SEGUNDA) – DO PRAZO, INICIANDO-SE EM 24/09/2026 E ENCERRANDO-SE EM 23/09/2027, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 107 DA LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021 E SUAS ALTERAÇÕES E APLICA O INDICE DE 4,05% (ICTI - ACUMULADO 12 MESES) PARA REAJUSTE CONTRATUAL CONFORME CLÁUSULA SÉTIMA - CONTRATADA: **IPM SISTEMAS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 01.258.027/0001-41** – VALOR TOTAL: R$ 130.597,68 (CENTO E TRINTA MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS) - DATA: 19/08/2026 - PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA - DIRETORA GERAL DO DEMSUR.

Seq.	Item	Descrição/Especificação	UN	Quant.	Unitário	Total
1	13000	DEM - ALMOXARIFADO	MEN	12	R$ 289,59	R$ 3.475,08
2	13001	DEM - APP - APLICATIVO MOBILE DE SERVIÇOS E AUTOATENDIMENTO	MEN	12	R$ 574,09	R$ 6.889,08
3	13018	DEM - COMPRAS E LICITAÇÕES	MEN	12	R$ 418,07	R$ 5.016,84
4	13002	DEM - CONTROLE DE FROTA E COMBUSTÍVEIS	MEN	12	R$ 493,53	R$ 5.922,36
5	13003	DEM - CONTROLE INTERNO	MEN	12	R$ 440,51	R$ 5.286,12
6	13004	DEM - DOMICÍLIO ELETRÔNICO	MEN	12	R$ 1.185,90	R$ 14.230,80
7	13005	DEM - ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, EXECUÇÃO FINANCEIRA E PLANO DE CONTAS	MEN	12	R$ 974,82	R$ 11.697,84
8	13007	DEM - GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	MEN	12	R$ 152,95	R$ 1.835,40
9	13019	DEM - INCLUSÃO E CONTROLE DE CONTRATOS	MEN	12	R$ 152,95	R$ 1.835,40
10	13008	DEM - MEMORANDO	MEN	12	R$ 1.151,23	R$ 13.814,76
11	13009	DEM - OUVIDORIA	MEN	12	R$ 420,11	R$ 5.041,32
12	13010	DEM - PATRIMÔNIO	MEN	12	R$ 509,85	R$ 6.118,20
13	13011	DEM - PESSOAL E FOLHA DE PAGAMENTO	MEN	12	R$ 845,32	R$ 10.143,84
14	13012	DEM - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	MEN	12	R$ 254,92	R$ 3.059,04
15	13013	DEM - PONTO ELETRÔNICO	MEN	12	R$ 486,39	R$ 5.836,68

16	13014	DEM - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	MEN	12	R$ 459,88	R$ 5.518,56
17	13015	DEM - PORTAL DE SERVIÇOS E AUTOATENDIMENTO	MEN	12	R$ 1.055,38	R$ 12.664,56
18	13016	DEM - PROCESSO DIGITAL	MEN	12	R$ 893,25	R$ 10.719,00
19	13017	DEM - SEGURANÇA E SAÚDE DO SERVIDOR	MEN	12	R$ 124,40	R$ 1.492,80

Publicado por:
Brenda Lacerda Bertussi
Código Identificador:4051B143

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
ADESÃO 011/2026 - CONTRATO Nº 028/2026

O DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 028/2026 - PROCESSO DE LICITAÇÃO ADESÃO Nº 011/2026 – OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES E VIDRARIAS PARA LABORATÓRIO PARA ESTA AUTARQUIA ATRAVÉS DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2026 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – PROCESSO Nº 007/2026 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS – CISAB/ZM, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA – **CONTRATADA: IDEXX BRASIL LABORATÓRIOS LTDA - CNPJ: 00.377.455/0001-20 -** VALOR TOTAL: R$ 56.950,00 (CINQUENTA E SEIS MIL NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS) - DATA DE ASSINATURA: 20/08/2026 – VIGÊNCIA: 24/08/2026 A 24/08/2027 - PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA - DIRETORA GERAL DO DEMSUR.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
88	SISTEMA SUBSTRATO ENZIMÁTICO para determinação de coliformes totais e E. coli em amostras de água, com as seguintes características: Constituído pelos substratos ONPG-MUG com resultados confirmativos para a presença de coliformes totais (pelo desenvolvimento de coloração amarela) e E.Coli. (pela observação de fluorescência) em 24 horas; KIT Disponibilizado em pó e em doses unitárias com quantidade suficiente para análise de 100 mL de amostra; Possibilidade de análise quantitativa em cartelas Quanti-Tray ou equivalente; Metodologia de acordo com SMEWW; KIT com 200 unidades; Validade de 8 meses no ato da entrega. Acompanha: Tubo comparador colorimétrico com capacidade aproximada de 100 mL de solução amarelo fluorescente com validade mínima de 8 meses a partir da data de entrega. De acordo com o Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017, alterado pela Portaria GM/MS nº 888/2021, as metodologias analíticas para determinação dos parâmetros previstos nesta Portaria devem atender às normas nacionais ou internacionais mais recentes, tais como: SMEWW; APHA, AWWA, WEF; USEPA e ISO; Para este item, a licitante deverá apresentar, no dia do certame, juntamente com a proposta, documento comprobatório de que o produto ofertado utiliza para a determinação dos parâmetros, metodologias analíticas que atendam à alguma das normas nacionais ou internacionais mais recentes. A fim de comprovar que o produto é aprovado para uso em cartelas Quanti-Tray ou equivalente, a licitante deverá apresentar, no dia do certame, documento comprobatório de que o produto apresenta resultados satisfatórios quando utilizado juntamente com as cartelas.	UN	50	**R$ 1.139,00**	**R$ 56.950,00**

Publicado por:
Brenda Lacerda Bertussi
Código Identificador:EF919573

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NOVA PONTE

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE
EDITAL DE ABERTURA E REGULAMENTAÇÃO Nº 001/2024

EDITAL DE ABERTURA E REGULAMENTAÇÃO Nº 001/2024 – Consolidado
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2024
Retificações nº 001 e 002/24 e 001 e 002/2026
A Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, através do Presidente Sr. David Albert Silva, no uso de suas atribuições legais e a empresa "Versátil Tecnologia e Serviços Administrativos", responsável pela realização deste certame, tornam público para conhecimento dos interessados o presente Edital de Abertura que regulamenta o **Concurso Público nº 001/2024,** visando a seleção e futura **contratação** de pessoal para preenchimento de **05 (cinco)** vagas no quadro de cargos de provimento **efetivo** da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, pelo regime jurídico de trabalho estatutário, conforme Súmulas e Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Leis Federais, artigo 37 inciso II da Constituição Federal, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de Nova Ponte/MG, e, no que couber as Leis Municipais: 190/2018 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Ponte/MG, 258/2023 que dispõe sobre a Estrutura Administrativa e cria o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, Lei Complementar nº 283/2024, que estabelece as atribuições dos cargos, e demais legislações vigentes e pertinentes aplicáveis, bem como, as disposições e normas previstas e estabelecidas neste edital e nos seus anexos.

– O concurso público será realizado pela banca organizadora da Versátil Tecnologia e Serviços Administrativos, empresa responsável pelo planejamento, organização, elaboração e execução do certame, com as devidas orientações, informações necessárias e fiscalização da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, nomeada pelo Presidente da Câmara Municipal.

– **Este Concurso Público terá prazo de validade de 02 (dois) anos,** podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, e se regerá por este edital, seus anexos e eventuais erratas e/ou retificações conforme prevê a legislação, destinando-se ao preenchimento de vagas no quadro de cargos efetivos, **conforme a descrição dos CARGOS/VAGAS e exigências distribuídas de acordo com o ANEXO II – DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E PRÉ-REQUISITOS.**

– São ofertadas neste certame **05 (cinco) vagas para provimento imediato e 06 (seis) vagas para formação de cadastro técnico de reserva**, **de acordo com o ANEXO II – DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E PRÉ-REQUISITOS,** cujo aproveitamento poderá ocorrer de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG e dentro do prazo de validade do concurso.

– Este concurso público tem por finalidade o preenchimento das vagas abertas ou que forem criadas no prazo de validade deste certame, bem como para formação do cadastro de reserva técnica.
– As avaliações serão de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições, bem como requisitos específicos para o exercício das atividades, obedecendo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, pautado na transparência, isonomia entre os candidatos e observância da legislação vigente, no intuito de conferir plena otimização ao preceito constitucional.

– O (a) candidato (a) interessado (a) poderá se inscrever somente para **01 (um) CARGO** dos disponíveis, conforme disposto no **ANEXO II – DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E PRÉ-REQUISITOS,** e após efetivar sua inscrição e se aprovado (a), estará vinculado (a) no quadro de servidores da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.
– Para os **CARGOS** descritos no **ANEXO II**, as avaliações do Concurso Público serão compostas de **01 (uma) etapa, sendo PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA** para todos os cargos.

PROVA OBJETIVA de múltipla escolha, de caráter **eliminatório e classificatório** para **TODOS OS CARGOS – CAPÍTULO 6.**

– **A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o ANEXO I – CRONOGRAMA** deste edital. Em hipótese alguma serão realizadas avaliações fora do local, cidade, data ou horário determinado, salvo através de editais contendo erratas e/ou retificações publicados antecipadamente dando ampla divulgação.

– Os horários mencionados neste edital terão como referência o horário oficial de Brasília-DF.
– O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, inclusive na data e horário de realização das provas, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries, **dos protocolos e decretos à serem obedecidos** (se houver) e por decisão da Comissão Especial de Concurso Público e da empresa responsável pela realização do Concurso, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações e as alterações nos meios de divulgação do certame.
– Interessados em participar da referida seleção deverão observar os seguintes requisitos, **ANEXO II,** para o exercício da atividade, **onde constam os CARGOS, VAGAS, VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA E ESCOLARIDADE,** devendo observar o **ANEXO VII** deste edital, onde constam as atribuições dos cargos.

– Os candidatos aprovados serão contratados de acordo com o Regime Jurídico dos Servidores do Município, nos termos da legislação vigente.
– O Edital do Concurso Público e/ou o extrato do Edital, serão publicados no site da Câmara e da empresa, no Diário Oficial do Município ou outro, Jornal de grande circulação no município e locais obrigatórios, e os demais atos deste certame serão publicados somente no site da Câmara https://www.cmnp.mg.gov.br, site da empresa https://www.versatilsolucoesadm.com.br/ e no placar/mural da **Câmara Municipal de Nova Ponte/MG,** bem como outros setores que a Câmara Municipal de Nova Ponte/MG julgar necessários.

– Todas as publicações dos atos deste certame, previstos no Cronograma **ANEXO I**, serão publicados no site da empresa https://www.versatilsolucoesadm.com.br/ e serão enviados para os responsáveis da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, que terão a responsabilidade de publicarem no Diário Oficial do Município, no site da Câmara https://www.cmnp.mg.gov.br e no Jornal de Grande circulação.
– ANTES DE REALIZAR A INSCRIÇÃO, O CANDIDATO DEVERÁ INTEIRAR-SE DE TODO O TEOR DESTE EDITAL, BEM COMO, DA ATRIBUIÇÃO DO CARGO AO QUAL DESEJA CANDIDATAR-SE E CERTIFICAR-SE QUE PREENCHE TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS POR ESTE EDITAL, ATÉ O ATO DA CONTRATAÇÃO.

– Os candidatos aprovados dentro do número de vagas disponíveis, exceto os classificados na lista de espera, serão chamados de acordo com sua classificação no Concurso Público e conforme necessidade da Câmara Municipal, sendo obrigatória a convocação dentro do prazo de validade deste Concurso, tendo prioridade sobre novas convocações ou contratações precárias, conforme previsto no artigo 37 inciso IV da Constituição Federal.
– Poderão se inscrever neste certame, os candidatos que tenham a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto da Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do art.12 da Constituição Federal e na forma do disposto no art. 13 do Decreto Federal nº 70.436, de 18 de abril de 1972.

– É obrigatória a apresentação de **via original de documento oficial de identificação com foto** para a realização das etapas presenciais. Consideram-se **documentos válidos** para identificação do participante: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, ou Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, são válidos como documentos de identidade; Passaporte (dentro da validade); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Carteira Nacional de Habilitação na forma da Lei nº 9.503/1997e Cédula de Identidade para Estrangeiros.

– **Ressalvadas as disposições de capítulo específico neste edital ou do edital de convocação para etapa presencial, NÃO serão aceitos como documento oficial de identificação**: documentos apresentados sob a forma eletrônica ou digital; cópias de documentos, mesmo que autenticadas; protocolo de documentos; certidão de nascimento; título eleitoral; certificado de reservista; carteira nacional de habilitação em modelo anterior à Lei nº 9.503/1997; carteiras de estudante e funcional; ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos abertos, ou avariados, ou com foto desatualizada, ou ilegíveis, ou, ainda, não identificáveis.
– Será admitida a impugnação/recurso contra este Edital, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da sua publicação que poderá ser impetrada diretamente no site da organizadora https://www.versatilsolucoesadm.com.br/.

2.1 – As inscrições deverão ser efetuadas, **única e exclusivamente**, **pela INTERNET através do site** https://www.versatilsolucoesadm.com.br/**,** no período compreendido entre **27/10/2026 a 26/11/2026, devendo o candidato imprimir o boleto da Taxa de Inscrição e efetuar o pagamento nas Agências Bancárias autorizadas, até o dia 27/11/2026,** inclusive via internet, desde que seja obedecido os horários bancários para contabilização na data final para pagamento, exceto os candidatos isentos. No entanto, as inscrições poderão ser feitas de forma **PRESENCIAL E POR PROCURAÇÃO**, conforme previsto no item 2.2 deste edital, garantindo o amplo acesso dos candidatos.

– A Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, disponibilizará durante o período de inscrições do certame um **Centro de Atendimento ao Cidadão**, localizado na **Praça dos Três Poderes, nº 46 – Centro – CEP: 38.160-000 – Fone: (34) 3356-1666,** para auxílio aos interessados que não possuem acesso à internet e queiram informações e/ou se inscreverem no Concurso, bem como por procurador legalmente constituído, no horário de **13h às 17h**, que servirá também de local para recebimento de eventuais correspondências via Correios, AR ou SEDEX, bem como através do e-mail **camaraconcurso@cmnp.mg.gov.br.**

– Demais informações quanto a data, local, horário e atividades pertinentes às inscrições, bem como todos os outros atos do certame ocorrerão conforme descrito no **ANEXO I** – **CRONOGRAMA** deste Edital.

– Para os **CARGOS** descritos no **ANEXO II** deste Edital, os valores correspondentes a **Taxa de Inscrição, estão dispostos no quadro abaixo,** devendo ser paga através de Boleto Bancário, que deverá ser impresso no ato da efetivação da inscrição.

Nível dos Cargos previstos no ANEXO II	**Valor da Taxa de Inscrição**
~~Nível Fundamental~~	~~**R$ 60,00**~~
Nível Médio	**R$ 80,00**
Nível Superior	**R$ 100,00**

– Não será permitida inscrição de forma presencial, exceto o previsto no item 2.2 deste edital, nem pelos correios, condicional ou fora do período estabelecido no **Cronograma – ANEXO I**, bem como de qualquer outra forma que não esteja prevista neste Edital.

– No ato da inscrição, não se exigirá do candidato, cópia de nenhum documento, sendo de sua exclusiva responsabilidade, sob as penas da lei, a veracidade dos dados informados no cadastro e no Formulário Eletrônico de Inscrição.

– PARA EFETIVAÇÃO DA INSCRIÇÃO, O (A) CANDIDATO (A) DEVERÁ PROCEDER DA SEGUINTE FORMA:
– Acessar o site da empresa responsável pela realização deste certame https://www.versatilsolucoesadm.com.br/ no período do dia **27/10/2026 a 26/11/2026.**

– Localizar e clicar sobre o link "**Área do Candidato**", onde será redirecionado para outra página do candidato, devendo informar o número do **CPF e digitar a Senha** e/ou seguir as orientações para fazer o cadastro, informando os dados pessoais e os dados para acesso a plataforma, devendo o candidato preencher os campos corretamente, sendo de sua inteira responsabilidade o preenchimento dos campos necessários e obrigatórios.

– Após a confirmação do cadastro do candidato, o sistema seguirá para o preenchimento do Formulário de Inscrição, devendo o candidato informar qual **Concurso Público (Câmara Municipal de Nova Ponte/MG – 001/2024),** escolher o cargo, preencher as informações necessárias, seguindo os passos corretamente, conferir todos os dados preenchidos e seguir os procedimentos informados no site até a **impressão do Boleto bancário referente a Taxa de Inscrição (exceto os candidatos DEFERIDOS COMO ISENTOS que não precisarão emitir o boleto da Taxa de Inscrição). Caso o candidato tenha escolhido o cargo incorreto, a alteração somente poderá ser feita dentro do período das inscrições, conforme ANEXO I.**

– O acompanhamento da confirmação da inscrição, entre outras informações, poderá ser feito através do mesmo site na "**Área do Candidato**" e através do e-mail do candidato, informado no ato da inscrição.

– Após a geração do boleto, pode ser que seja necessário aguardar no mínimo, **2 (duas)** horas para efetuar o pagamento. Conforme exigência da FEBRABAN, esse prazo é necessário para a validação do código de barras junto ao cedente.

– O candidato, cujo pagamento não for confirmado no prazo de **03 (três) dias** após o pagamento do boleto da Taxa de Inscrição, dentro da data prevista no cronograma – ANEXO I deste Edital, e/ou conforme as instruções, deverá entrar em contato com a empresa responsável pelo Processo Seletivo através do e-mail versatilsolucoesadm@gmail.com**,** enviando cópia e comprovante de pagamento do boleto.
– O pagamento da Taxa de Inscrição poderá ser feito nas agências dos seguintes Bancos: **Itaú, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Santander, Sicredi e SICOOB, bem como nas Casas Lotéricas e Correios (se receberem), inclusive via internet.**

– Recomenda-se que o candidato mantenha a guarda do boleto bancário e do comprovante de pagamento da inscrição até a data de realização da Prova Objetiva, caso seja necessário apresentar esses documentos para comprovação do pagamento da inscrição no dia da prova.

– O candidato que desejar solicitar a **ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**, deverá seguir as orientações conforme previsto no item 3 deste edital, devendo **obrigatoriamente, no ato da inscrição, informar/marcar em campo específico do Formulário de Inscrição pelo site, a isenção do pagamento da Taxa de Inscrição, sendo para tanto comprovar a condição de desempregado ou possuir inscrição válida e ativa no CadÚnico, devendo informar o número do NIS e proceder conforme estabelecido no item 3 deste Edital.**
– O candidato que desejar usar o **Nome Social,** conforme Decreto nº 8.727/2016, deverá enviar cópia do documento oficial alterado com foto e do documento de identidade (RG) contendo o nome civil, junto com o **ANEXO V**, requerendo a inclusão do Nome Social nos atos e Editais a serem publicados referente a este Concurso Público, obrigatoriamente no período do dia **27/10/2026 a 26/11/2026**, sob pena de indeferimento, **para o e-mail versatilsolucoesadm@gmail.com com o Assunto: Nome Social e o Nº da Inscrição na frente, devendo descrever a solicitação, digitalizar os documentos de forma legível e anexá-los ao corpo do e-mail,** sendo aceitos arquivos com extensão PDF, JPG, PNG, DOC, DOCX, ZIP, com tamanho até 7 megabytes.
– A Câmara Municipal de Nova Ponte/MG e a empresa Versátil Tecnologia e Serviços Administrativos, não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. Portanto, é recomendável que o candidato realize sua inscrição e respectivo pagamento com a DEVIDA ANTECEDÊNCIA, evitando maiores transtornos e a NÃO CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO.
– APÓS AS 23:59H DO DIA 26/11/2026 NÃO SERÁ MAIS POSSÍVEL ACESSAR O FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO.
– **O pagamento do valor da Taxa de Inscrição deverá ser realizado impreterivelmente até o dia 27/11/2026**, podendo ser realizado inclusive através da internet, desde que a data de pagamento seja feita até no dia **27/11/2026**, devendo o candidato evitar deixar para realizar o pagamento no final do dia, pois tem Bancos que após determinado horário, não aceitam pagamento de boletos de outros bancos, podendo até mesmo ocorrer falhas de conexão e/ou manutenção, e mesmo que o pagamento seja realizado, alguns bancos não registram o pagamento na mesma data, deixando para registrar no dia seguinte ou próximo dia útil, **e se ocorrer a data de pagamento após o dia 27/11/2026, a inscrição será INDEFERIDA**, não havendo prazo para recursos. **Portanto, EFETUE O PAGAMENTO COM A DEVIDA ANTECEDÊNCIA.**
– **O candidato é o único responsável por conhecer e respeitar os horários limites de cada instituição recebedora (com relação ao processamento do pagamento)**, seja pelo modo presencial (agências bancárias, casas lotéricas, entre outros locais de recebimento de boletos de pagamento), ou pelo modo virtual (internet ou caixas eletrônicos), de forma a garantir que o seu pagamento seja processado pelo sistema bancário dentro do último dia de pagamento, conforme estabelecido no cronograma deste edital.
– Os candidatos deverão evitar utilizar meios alternativos de pagamento como carteiras virtuais, pois, em alguns casos, o pagamento não é processado de imediato, podendo ocasionar o registro de pagamento vencido quando a entidade efetivamente faz a compensação na conta do beneficiário do boleto. O candidato é o único responsável por garantir que o seu pagamento seja processado dentro do último dia de pagamento.

– Os pagamentos de taxa de inscrição realizados no último dia, que resultem em processamento do pagamento em data posterior ao último dia de pagamento previsto no cronograma, ensejarão a não homologação da referida inscrição. O signatário deste edital, em hipótese alguma, homologará inscrição cujo pagamento foi processado com data posterior à data prevista, no cronograma deste edital, como último dia de pagamento.
– No que tange o valor da Taxa de Inscrição, **uma vez pago, não será devolvido**, sob hipótese alguma, salvo no caso de não realização do Concurso Público, cancelamento do certame, anulação, exclusão de cargos, pagamento em duplicidade, suspensão, pagamento da taxa após ter tido o deferimento da solicitação da isenção, adiamento do processo e/ou alteração da data das provas, situação em que o candidato poderá requerer a restituição junto à **Câmara Municipal de Nova Ponte/MG**, após definitiva confirmação de sua não realização, corrigido monetariamente, a partir da data do pagamento da inscrição, em prazos e datas a serem divulgados à época.

– **Não será aceito, como pagamento do valor da Taxa de Inscrição, comprovante de agendamento bancário, pagamento em cheque ou depósito bancário**, somente a confirmação do pagamento nas agências bancárias autorizadas.
– Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após **efetuar sua inscrição pela internet e tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital**, acompanhando as publicações e suas possíveis alterações e/ou retificações.
– A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais **não poderá alegar desconhecimento, sendo o único responsável pelos dados informados no ato da inscrição.**

– **A inexatidão, irregularidade, preenchimento dos dados incorretos ou eventual falsidade das informações, dos documentos, títulos ou das declarações prestadas no ato da inscrição, ainda que verificada posteriormente durante o certame, eliminará o candidato do Concurso Público, podendo o candidato responder civilmente, criminalmente e administrativamente pelas informações prestadas no ato da Inscrição.**
– Os dados constantes da ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, inclusive quanto aos erros, omissões ou incorreções. Em caso de confirmação de falsa declaração o candidato estará sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto Federal n° 83.936, de 06 de setembro de 1979.
– Eventuais erros referentes a nome do candidato, documento de identidade ou data de nascimento, entre outros, deverão ser sanados solicitando a devida alteração pela **"Área do Candidato"** no site da empresa, e/ou encaminhados para o endereço de e-mail versatilsolucoesadm@gmail.com para

que sejam sanados antecipadamente, bem como ser feito o devido comunicado no dia da realização da Prova Objetiva para que o Fiscal de Sala faça a devida correção na lista de assinatura de presença, sob pena do candidato ser eliminado do certame por falsa informação.
– O candidato que for concorrer à vaga reservada para pessoas com deficiência, se houver, conforme previsto neste edital, deverá **obrigatoriamente, no ato da inscrição, informar em campo específico do Formulário de Inscrição pelo site, e proceder conforme estabelecido no item 4 deste Edital.**
– É vedada a acumulação de cargos no serviço público, exceto os previstos no artigo 37 inciso XVI da constituição Federal, inclusive no que concerne à compatibilidade de horários.

– Os candidatos inscritos neste certame não poderão concorrer para mais de 01 (um) cargo.
– O candidato poderá participar deste Concurso com apenas 01 (uma) inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

– DO USO, TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS INFORMADOS NA INSCRIÇÃO

– O candidato, logo no ato da inscrição, manifesta pela livre, informada e inequívoca concordância com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

– O candidato consente e concorda que a Câmara Municipal de Nova Ponte/MG e a VERSÁTIL tomem decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, bem como realize o tratamento de seus dados pessoais, envolvendo operações como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

– Além disso, a Câmara Municipal de Nova Ponte/MG e a VERSÁTIL ficam autorizadas a tomar decisões referentes ao tratamento e a realizar o tratamento dos dados inseridos pelo(a) candidato(a), com a intenção de obter a prestação dos serviços ofertados por este(a), como: divulgação de material pela empresa VERSÁTIL por meio de e-mail e redes sociais, bem como, fotografias expostas em redes sociais públicas a fim de interação entre o(a) candidato, VERSÁTIL e a Câmara Municipal de Nova Ponte/MG.
– A Câmara Municipal de Nova Ponte/MG e a VERSÁTIL ficam autorizadas a compartilharem os dados pessoais do(a) candidato(a) com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste termo, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD.

– Considerando os princípios fundamentais na Constituição Federal de 1988, Decreto Federal nº 11.016/2022 e o Decreto Federal nº 6.593/2008, terá direito a **isenção de pagamento da taxa de inscrição no Concurso Público**, o candidato que se enquadrar em uma das opções abaixo:

– CARENTE, FAMÍLIA DE BAIXA RENDA, *CADÚNICO* deverá solicitar/marcar no ato da inscrição a opção de Isenção da Taxa de Inscrição, que seja economicamente HIPOSSUFICIENTE e esteja inscrito no CADÚNICO (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal) e informar obrigatoriamente o número do Número de Identificação Social – NIS, obrigatoriamente no período do dia 27/10/2026 a 03/11/2026, sob pena de indeferimento.

Renda familiar mensal per capita de até 0,5 (meio) salário mínimo ou;
Possua renda familiar mensal de até 03 (três) salários mínimos ou;
Candidato receba até 1 (um) salário mínimo.

– DESEMPREGADO, deverá solicitar/marcar no ato da inscrição na opção de Isenção de Pagamento, como MEMBRO DE FAMÍLIA DE BAIXA RENDA OU PESSOA DESEMPREGADA, obrigatoriamente no período do dia **27/10/2026 a 03/11/2026**, sob pena de indeferimento**,** devendo ser observados e comprovados os seguintes requisitos no **requerimento de isenção** previsto no item **3.1.4:**
não possuir vínculo empregatício vigente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); e
não possuir vínculo estatutário vigente com o poder público nos âmbitos municipal, estadual ou federal; e
não possuir contrato de prestação de serviços vigente com o poder público nos âmbitos municipal, estadual ou federal;

não exercer atividade legalmente reconhecida como autônoma.
não estar cadastrado como Microempreendedor individual ou ter qualquer empresa em seu nome.

– DOADORES DE SANGUE OU MEDULA ÓSSEA, deverá solicitar/marcar no ato da inscrição na opção de Isenção de Pagamento, como Doador de Sangue ou Medula, obrigatoriamente no período do dia **27/10/2026 a 03/11/2026**, sob pena de indeferimento**,** devendo ser observados e comprovados/anexados os seguintes requisitos no requerimento de isenção previsto no item **3.1.4:**
– A isenção será efetuada mediante a apresentação de comprovante de doador voluntário de repetição de, no mínimo, duas (2) vezes ao ano, durante o período de 2 (dois) anos imediatamente anteriores à data de publicação do edital do concurso público ou processo seletivo.
– A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser anexada ao requerimento de isenção, informando o número de doações e data.
– Considera-se, para obtenção do benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.

– Para os itens anteriores **(3.1.2 e 3.1.3)** de solicitação de isenção de pagamento da Taxa de Inscrição, o candidato deverá **Digitalizar obrigatoriamente o REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO (ANEXO IV) devidamente preenchido e assinado, de forma legível e ANEXÁ-LO** no devido campo (Requerimento de Isenção) no **ato da inscrição** via internet, obrigatoriamente no período do dia **27/10/2026 a 03/11/2026**, sob pena de indeferimento**,** sendo aceitos arquivos com extensão jpg, png, doc, docx, pdf, zip, com tamanho até 7 megabytes, devendo ser observados e comprovados os requisitos constantes no requerimento.

– A caracterização da hipossuficiência, pessoa desempregada, entre outras declarações e requerimentos, está condicionada à declaração expressa do candidato, **RESPONDENDO CIVIL E CRIMINALMENTE PELO SEU TEOR.**

– Antes de solicitar a isenção de pagamento da Taxa de Inscrição, o candidato deverá certificar-se de sua real situação quanto ao correto cadastro no CADÚNICO, se realmente está inscrito e se atende aos requisitos de acordo com seu NIS, se está com a inscrição ativa, se a renda atende à exigida e se realmente está apto (a), pois o mesmo será devidamente consultado através do Programa do Governo Federal.

– O pedido de isenção de pagamento da Taxa de Inscrição que não atender a qualquer das exigências determinadas neste Edital, será **indeferido**, **sendo publicado com antecedência da data de validade das inscrições e conforme DATA PREVISTA NO CRONOGRAMA – ANEXO I, sendo assegurado o direito ao Recurso, conforme previsto no capítulo 7 deste edital e Cronograma – ANEXO I, após,** devendo o candidato acessar sua "área do candidato" através do site da empresa, dentro do período previsto no Cronograma e **IMPRIMIR** o boleto para **pagamento da Taxa de Inscrição, dentro do prazo previsto.**

– Após a análise dos recursos, o recorrente terá acesso aos deferimentos ou indeferimentos de seu recurso, devidamente justificado, diretamente em sua Área do Candidato em prazo hábil à data prevista para o término das inscrições.

– Poderão ser realizadas diligências para comprovação da situação declarada pelo candidato, podendo a VERSÁTIL verificar redes sociais, marcar visitas na residência do solicitante entre outras ações. Constatada a irregularidade na solicitação de isenção, a inclusão do candidato como isento será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis pelo teor das afirmativas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

– Em cumprimento ao disposto no artigo 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, e conforme previsto no **Art. 1º da Lei Municipal nº 1.019/1993,** serão reservadas **10% (dez por cento)** das vagas abertas neste Concurso Público para as pessoas com deficiência ou que vierem a surgir no prazo de validade do Concurso, conforme a quantidade de vagas previstas no **ANEXO II**, nos termos da lei, e, desde que as atribuições dos cargos sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, **desconsideradas as frações de vagas inferiores a 0,5 (meio), e arredondadas para 1,0 (um) aquelas iguais ou superiores a 0,5 (meio), estando formada 01 (uma) vaga.**
– Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais diretamente em sua Área do Candidato.
– Como critério de convocação dos candidatos aprovados e classificados, será obedecido o percentual de 10% (dez por cento) reservado para as pessoas com deficiência previsto neste edital, sendo que os candidatos com deficiência aprovados, serão convocados de acordo com a necessidade e a conveniência da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, obedecendo à ordem geral de classificação conforme o resultado definitivo e a ordem da lista específica de pessoas portadoras de deficiência.

– A ordem de convocação dos candidatos com deficiência conforme previsto em Legislação Federal dar-se-á da seguinte forma: **a primeira vaga a ser destinada à pessoa com deficiência será a 5ª vaga, a 2ª vaga será a 21ª vaga, a 3ª vaga será a 41ª** e assim sucessivamente, sendo especificado no ANEXO II deste edital a quantidade de vagas para Pessoas com Deficiência, a partir da 5ª vaga, sendo mantido o percentual de 10% (dez por cento) estabelecido em Lei Municipal.
– Inexistindo candidatos portadores de deficiência, as vagas serão preenchidas pelos demais candidatos.
– Só será considerada deficiência aquela conceituada na medicina especializada de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e, consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias relacionadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, Decreto nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014 (Transtorno do Espectro Autista), Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ, Decreto nº 9.508/18, de 24/09/18 e Lei nº 13.146/15, de 06/07/2015, assim definidas:
Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções.
Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibel (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz.
Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,5 no melhor olho, com a melhor correção óptica; casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º, ou ocorrência simultânea de quaisquer condições anteriores. Visão monocular.
Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.
Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

– A não observância ao disposto no item anterior acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

– As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, participarão deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, no horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

– O candidato com deficiência, se aprovado e classificado neste Concurso Público, além de figurar na lista de classificação da ampla concorrência, terá seu nome constante da lista específica de pessoas com deficiência".
– O candidato com deficiência **deverá** declarar no ato da inscrição, ser pessoa com deficiência, especificando-a no Formulário de Inscrição, e que deseja concorrer às vagas reservadas, devendo proceder da seguinte forma:

Solicitar/Marcar no ato da inscrição a opção de Pessoa com Deficiência ou Necessidades Especiais – PCD, obrigatoriamente no período do dia **27/10/2026 a 26/11/2026**, sob pena de indeferimento**.**

Digitalizar obrigatoriamente o Requerimento Vaga para Pessoa com Deficiência (ANEXO III) devidamente preenchido e assinado, de forma legível e ANEXÁ-LO no devido campo (Requerimento para Pessoa com Deficiência ou necessidades especiais) no **ato da inscrição** via internet, obrigatoriamente no período do dia **27/10/2026 a 26/11/2026**, sob pena de indeferimento**,** sendo aceitos arquivos com extensão jpg, png, doc, docx, pdf, zip, com tamanho até 7 megabytes.
Digitalizar obrigatoriamente o Laudo Médico original atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, **expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do início das inscrições**, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID10, bem como a provável causa da deficiência, com assinatura e carimbo do número do CRM do médico responsável, **forma legível e ANEXÁ-LO** no devido campo (Laudo Médico de Comprovação de Necessidade Especial) no **ato da inscrição** via internet, obrigatoriamente no período do dia **27/10/2026 a 26/11/2026**, sob pena de indeferimento**,** sendo aceitos arquivos com extensão jpg, png, doc, docx, pdf, zip, com tamanho até 7 megabytes, caso contrário não será considerado como deficiente para ser submetido à avaliação prévia de aptidão para concorrer aos quantitativos reservados.

– O pedido do candidato para realização da Prova como pessoa com deficiência, que não atender a qualquer das exigências determinadas e instruções contidas neste Edital, será **indeferido**, e não haverá recurso contra o indeferimento do pedido, e consequentemente o candidato será considerado sem deficiência e irá concorrer em igualdade com os demais.
– Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

– Na falta de candidatos habilitados para as vagas reservadas aos portadores de deficiência, estas serão preenchidas pelos demais aprovados, com estrita observância classificatória.

– O Laudo Médico Oficial indicando a qualificação do candidato e o grau de deficiência constitui documento decisivo para o reconhecimento de sua condição de pessoa com deficiência, da compatibilidade dentre a deficiência declarada e as atividades a serem desempenhadas, e de sua capacidade para exercício da função.

– O candidato com deficiência que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição, prova com fonte ampliada e etc.), para a realização das provas deverá preencher o requerimento **(ANEXO III**) desta solicitação, no ato da inscrição, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade e proceder da mesma forma conforme citado no **item 4.10** deste edital.
– Considerando-se a possibilidade de serem submetidos à detecção de metais durante a prova, os candidatos que fizerem uso de prótese auditiva, marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, além de solicitar o respectivo atendimento especial para realização da prova e comprovar a sua necessidade médica, nos termos do **item 4.10** deste edital, deverão comparecer, ao local de prova, munidos dos documentos que comprovem tais necessidades, informar previamente ao fiscal de sala, sob pena de serem excluídos sumariamente do certame ou, ainda, de não poderem utilizar o objeto durante a realização da prova, caso este seja removível.
– As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos ou aparelhos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e/ou coordenador local da Versátil Tecnologia e Serviços Administrativos.

– O candidato com deficiência aprovado no Concurso Público, quando convocado, **se for a critério da Câmara Municipal de Nova Ponte e para comprovação,** poderá submeter-se à avaliação a ser realizada pela **Perícia Médica Oficial ou Junta Médica da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG ou por ela credenciada**, objetivando verificar se a deficiência se enquadra na previsão da legislação.
– Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato com deficiência à avaliação.
– O candidato que se inscrever para cargo que não possua vaga destinada as Pessoas com Deficiência será automaticamente incluído na lista geral das vagas de ampla concorrência.

– O candidato aprovado na condição de pessoa com deficiência que, posteriormente, for reprovado no decorrer do estágio probatório em razão da incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo ou função será exonerado, desde que lhe seja assegurado o direito à ampla defesa.

– O candidato que declarar ser deficiente deverá estar ciente das atribuições do cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação ao cargo.

– A avaliação ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, de documento de identidade original e terá por base o Laudo Médico encaminhado no período das inscrições, conforme **item 4.10** deste Capítulo, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.
– Não caberá recurso contra a decisão proferida pela **Junta Médica da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG e/ou por ela credenciada**.
– A não observância, pelo candidato, de quaisquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser contratado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.
– O Laudo Médico apresentado terá validade somente para este Concurso Público e não será devolvido.
– Será excluído do Concurso Público o candidato aprovado para uma das vagas das pessoas com deficiência que:
Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial;

Cuja deficiência informada no ato de Inscrição não seja comprovada pela Perícia Médica ou não seja compatível com o exercício do cargo;
Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

– Condições especiais para realização das provas poderão ser requeridas tanto por candidatos portadores de deficiência – PCD, conforme previsto no **capítulo 4** deste edital quanto por candidatos com alguma limitação temporária ou de convicção religiosa.

– O candidato que necessitar de atendimento especial deverá proceder da seguinte forma no ato da inscrição:
Informar claramente a condição especial e os recursos especiais necessários para realizar a prova marcando a opção necessária no **período do dia 27/10/2026 a 26/11/2026.**

Preencher o Requerimento **(ANEXO III – Condição Especial)**, deste edital, de forma clara, caso seja candidata lactante deverá informar o nome do (a) acompanhante, o nome do menor lactente e sendo possível os horários de amamentação;

Anexar o Requerimento (ANEXO III) preenchido e assinado, no período do dia **27/10/2026 a 26/11/2026**, sendo aceitos arquivos com extensão jpg, png, doc, docs, pdf, zip, com tamanho até 10 megabytes, caso contrário não será deferido como condição especial;

– A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova objetiva, além de atender as **alíneas "a", "b" e "c" do item 5.2**, deverá:
Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de **1 (uma) hora**, acompanhada de pessoa maior de idade que ficará responsável pela guarda da criança lactente e com o documento de identificação de ambos (acompanhante e lactente), seja a certidão de nascimento do menor ou documento de identidade.

– Fica assegurado à mãe o direito de amamentar seu(s) filho(s) durante a realização das provas do Concurso Público, desde que assim o requeira no ato da inscrição, devendo levar um acompanhante maior de idade, que ficará na companhia da criança em local apropriado de realização da prova.

– Durante o período da amamentação a mãe será acompanhada por um fiscal do certame.
– A candidata que não o fizer até o término das inscrições, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a condição atendida.

– O menor lactente e o responsável (acompanhante) ficarão em sala especial reservada, sendo que, a candidata deverá solicitar ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada ou a pedido da acompanhante, e no momento da amamentação a acompanhante deverá se ausentar da sala.

– Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata, concorrendo nas mesmas condições de igualdade dos demais candidatos.

– A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será concedida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.
– A Versátil Tecnologia e Serviços Administrativos **não disponibilizará** acompanhante para guarda da criança, sob pena de eliminação do(a) candidato(a), caso não tenha o acompanhante responsável.

– Nos casos de necessidade especial eventual ou temporária surgida em momento posterior, em que seja necessário solicitar atendimento especial após o término do prazo de inscrição, o candidato deverá enviar para a Versátil a solicitação de atendimento especial, especificando os recursos especiais necessários, via e-mail, versatilsolucoesadm@gmail.com, junto a com cópia digitalizada dos documentos especificados nas **alíneas "a", "b" e "c" do item 5.2** deste Edital.

– O resultado preliminar das solicitações de atendimento especial será divulgado no endereço eletrônico da VERSÁTIL, https://portal.versatilsolucoesadm.com.br/.

– O candidato poderá verificar no endereço eletrônico da VERSÁTIL, https://portal.versatilsolucoesadm.com.br/, através de sua área de candidato, os motivos que resultaram no indeferimento de sua solicitação de atendimento especial.

– O candidato cuja solicitação de atendimento especial vier a ser indeferida poderá interpor recurso conforme previsto no **ANEXO I – Cronograma** deste Edital.

– Para os cargos a que se refere o presente edital, na **1ª etapa** deste certame será aplicada uma **Prova Objetiva de Múltipla Escolha no valor de 100 (cem) pontos, de caráter eliminatório e classificatório,** onde serão considerados **APROVADOS e CLASSIFICADOS** para próxima etapa, se houver**,** somente os candidatos que obtiverem no mínimo **50% (cinquenta por cento) dos pontos na Prova Objetiva.**
– **As Provas Objetivas** serão realizadas no dia **27/12/2026** na **Escola Estadual Josias Pinto, situada na Rua Prof. Djalma Alvarenga de Oliveira, 901 – Centro, Nova Ponte/MG** – Horário das 09:30h às 12:30h, dependendo da quantidade de candidatos deferidos, **devendo observar e ficar atento as datas, locais e aos horários previstos no ANEXO I – Cronograma deste Edital**, que poderá sofrer alterações, sob pena de eliminação do candidato que não cumprir ou obedecer as normas publicadas.

– Caso o número de candidatos inscritos exceda à oferta de locais adequados, a Versátil se reservará o direito de alocá-los em outras cidades ou realizar as provas em dias e horários distintos, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e ao alojamento desses candidatos. Os candidatos deverão acompanhar as informações publicadas no endereço eletrônico da Versátil, https://portal.versatilsolucoesadm.com.br/, notadamente, através da Área do Candidato.
– Na hipótese de caso fortuito ou força maior, a VERSÁTIL poderá atrasar o início das provas, desde que não ultrapasse o período de sigilo e não viole a lisura do Concurso Público.

– Havendo alteração da data prevista, as provas poderão ocorrer em sábados, domingos ou feriados.

– Os pontos das disciplinas correspondem ao número de acertos multiplicado pelo **Peso/Valor** de cada uma de suas questões, distribuídas conforme tabela abaixo.

~~Ensino Fundamental Completo~~	~~Discriminação~~		
~~Disciplinas~~	~~Nº de Questões~~	~~Peso/Valor~~	~~Total~~
~~Língua Portuguesa~~	~~10~~	~~4,0~~	~~40~~
~~Matemática e Desenho Geométrico~~	~~10~~	~~3,0~~	~~30~~

~~Conhecimentos Gerais e Atualidades~~	~~10~~	~~2,0~~	~~20~~
~~Aspectos Históricos e Geográficos de Nova Ponte~~	~~05~~	~~2,0~~	~~10~~
	~~35~~	-	~~100~~
Ensino Médio Completo / Técnico	**Discriminação**		
Disciplinas	**Nº de Questões**	**Peso/Valor**	**Total**
Língua Portuguesa	10	3,0	30
Conhecimentos Específicos	10	3,0	30
Legislação Municipal e Noções de Administração Pública	05	2,0	10
Noções Básicas de Informática	05	2,0	10
Conhecimentos Gerais e Atualidades	05	2,0	10
Aspectos Históricos e Geográficos de Nova Ponte	05	2,0	10
	40	-	**100**
Ensino Superior Completo	**Discriminação**		
Disciplinas	**Nº de Questões**	**Peso/Valor**	**Total**
Língua Portuguesa	10	2,0	20
Conhecimentos Específicos	15	3,0	45
Legislação Municipal e Noções de Administração Pública	05	2,0	10
Noções Básicas de Informática	05	2,0	10
Conhecimentos Gerais e Atualidades	05	2,0	10
Aspectos Históricos e Geográficos de Nova Ponte	05	1,0	05
	45	-	**100**

– A nota da prova objetiva será o somatório dos pontos obtidos em cada disciplina. Os candidatos que não atingirem a média mencionada de **50% (cinquenta por cento)** na prova objetiva, estarão automaticamente reprovados e eliminados do certame.

– As provas deste certame, serão aplicadas pela empresa "Versátil Tecnologia e Serviços Administrativos" com o apoio da Comissão Especial de Concurso Público, e as questões abrangerão somente o programa descrito no **ANEXO VI – Conteúdo Programático**, de acordo com o grau e nível de dificuldade conforme o nível de escolaridade exigido.

– O ingresso do candidato no local onde será realizada a Prova Objetiva, só será permitido no horário estabelecido através de Edital e conforme disposto no **ANEXO I – CRONOGRAMA**, **mediante a apresentação do documento de identidade oficial (físico ou digital) com foto (RG, CNH, Carteira de Trabalho ou Carteira profissional (ordens, conselhos, etc.), Passaporte, original e impresso, não sendo aceito o documento de forma digital,** sendo que, na falta da apresentação do documento, o candidato **NÃO** poderá participar da Prova Objetiva, sendo automaticamente eliminado do Concurso Público.

– Serão aceitos os documentos digitais oficiais apresentados por meio de aplicativos ou plataformas governamentais que possibilitem a verificação de sua autenticidade no momento da identificação do candidato.

– Não serão aceitos como documentos de identidade, por exemplo: protocolos, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Carteira de Estudante, crachás, identidade funcional de natureza pública ou privada, tampouco cópias dos documentos citados no **item 6.9** deste Edital, o Comprovante de Inscrição (CI) ou quaisquer outros documentos não constantes neste Edital.

– A data, local e horário de realização da Prova Objetiva de múltipla escolha, estão disponíveis no **ANEXO I** – Cronograma deste edital, bem como, todos os atos descritos neste Edital estarão disponíveis no mural, no site da Câmara Municipal www.cmnp.mg.gov.br e no site da empresa https://portal.versatilsolucoesadm.com.br, sendo responsabilidade única e exclusiva do candidato se informar e acompanhar estes atos e fases deste Concurso Público.

– O candidato deverá comparecer ao local designado com **50 (cinquenta) minutos** de antecedência do horário fixado para o seu início, devendo conferir em qual sala realizará a prova, devendo estar munido dos documentos constantes no **item 6.9** deste edital**,** bem como, **lápis, borracha e caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta,** sendo que, de acordo com o **ANEXO I**, será publicado antes o edital de ensalamento dos candidatos.
– O **documento de identidade oficial com foto** deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

– Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, **qualquer um dos documentos de identidade oficial original com foto, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial da perda, roubo ou furto destes documentos**, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, podendo ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
– A identificação especial poderá ser exigida do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura, à condição de conservação do documento e/ou à própria identificação.

– Os portões do local onde será realizada e etapa deste certame, **serão fechados pelo responsável do local com 20 (vinte) minutos de antecedência do horário marcado para o início da Prova Objetiva,** não sendo permitida em hipótese alguma a entrada de nenhum candidato posteriormente.

– A empresa poderá utilizar equipamento para localização de sinal de celulares, e se algum aparelho for detectado, ligado e emitindo sinal dentro de qualquer dependência da unidade, antes, durante ou após a aplicação das Provas, o portador do aparelho será eliminado automaticamente do Concurso Público, e deverá sair imediatamente da unidade, mesmo que o aparelho esteja dentro da embalagem de segurança.
– Após o fechamento dos portões do local onde será realizada a prova, **se houver candidato(s) dentro das dependências do local de realização das provas que ainda não adentraram para a sala, somente será permitida sua entrada na sala até 05 (cinco) minutos antes do início das Provas**, exceto, para os candidatos que ainda estiverem na fila aguardando para assinarem a lista de presença.

– Não será permitido, em hipótese alguma, durante a realização da prova, a utilização de chapéus, bonés ou similares, óculos escuros, a comunicação entre os candidatos, o porte ou utilização de aparelhos ou equipamentos eletrônicos capazes de transmitir dados (celulares ou similares), de fones de ouvido, de máquinas calculadoras ou similares, de qualquer outro tipo de aparelho elétrico ou eletrônico, ou parte deles, de relógios, de livros, de anotações, de impressos ou de qualquer outro material de consulta, bem como o porte de qualquer tipo de arma, sendo eliminado do processo seletivo o candidato que descumprir esta determinação.

– A Versátil não ficará de posse de objetos pertencentes ao candidato, não se responsabilizando por perda, extravio, furto ou roubo de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de aplicação das provas, nem por danos a eles causados.

– Fica fortemente aconselhado que NÃO LEVEM APARELHOS ELETRÔNICOS, sobretudo, APARELHOS CELULARES, para a aplicação das provas, pois esses aparelhos causam inúmeros transtornos e vem causando a eliminação sumária de candidatos.

– **Os candidatos que levarem aparelhos celulares deverão manter seus celulares, dispositivos e/ou outros aparelhos eletrônicos RIGOROSAMENTE DESLIGADOS, enquanto permanecerem no recinto de realização da prova, sob pena de exclusão sumária do certame, caso o telefone venha a "tocar, chamar, vibrar, ligar", inclusive alarmes, ou seja, utilizado pelo candidato. Caso o candidato leve algum aparelho eletrônico, ele deverá estar desligado e em caso de aparelho telefone celular retirar a bateria e colocar no envelope de segurança lacrado. O descumprimento da presente instrução implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se tal ato como tentativa de fraude.**

– Os aparelhos eletrônicos deverão ser acondicionados, no momento da identificação, em embalagem específica a ser fornecida pela Versátil exclusivamente para tal fim, devendo a embalagem, lacrada, permanecer embaixo da mesa/carteira durante toda a aplicação da prova, sob pena de ser excluído. A embalagem deverá permanecer lacrada até a saída do candidato do prédio de aplicação da prova.

– É aconselhável que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo que nenhum som seja emitido, inclusive do despertador caso esteja ativado.

– Será entregue junto ao Caderno de Provas (não personalizado) uma folha separada do **CARTÃO DE RESPOSTAS (personalizada) com os dados do candidato**, sendo que, ao término da Prova Objetiva, este Cartão de Respostas deverá ser preenchido e assinado, em campo específico, pelo próprio candidato com sua assinatura, com caneta esferográfica azul ou preta e entregue ao Fiscal de Sala. **Será desclassificado o candidato que não assinar o Cartão de Respostas**.
– O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e/ou rasura em qualquer folha do respectivo caderno.

– O cartão de respostas, não poderá conter rabisco e/ou rasura, tampouco poderá ser substituído, devendo ser conservado em segurança durante a realização da prova. Os dados do cartão deverão ser conferidos pelo candidato, que também deve preenchê-lo e assiná-lo, no local correto, com atenção e à CANETA, **uma vez que o cartão de respostas é o único documento válido e utilizado para a correção da prova objetiva**.
– É obrigação única e exclusiva do candidato manter o cartão de respostas em segurança durante a realização da prova e entregá-lo ao fiscal ao final da prova. **A não entrega e/ou o não cumprimento das demais condições definidas poderá implicar a automática eliminação do candidato do certame.**

– Haverá **4 (quatro) opções** de respostas em cada questão da prova, identificadas com as letras **(A), (B), (C) e (D).** Apenas uma responderá adequadamente à questão, considerando a quantidade total de questões do caderno de prova e observando as informações quanto ao correto preenchimento no **CARTÃO DE RESPOSTAS. No caso de anulação de questão, os pontos serão distribuídos em igualdade a todos os candidatos, independente do candidato ter recorrido ou não.**
– Iniciada a Prova objetiva, o candidato somente poderá ausentar-se da sala após decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas, com a devida autorização e acompanhado de um fiscal. Exclusivamente nos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica e necessidade extrema.

– Somente será permitido ao candidato, deixar **definitivamente** a sala, após **1 (uma) hora** do início da Prova Objetiva, correspondente ao período de sigilo, mediante a entrega obrigatória da Folha de Respostas e do Caderno de Provas ao fiscal de sala.

– A saída com **Caderno de Provas** só será permitida após transcorrido **2 (duas) horas** após o início da prova objetiva, devendo entregar, obrigatoriamente ao fiscal de sala a Folha de Respostas.
– Em hipótese alguma o candidato poderá retirar-se da sala portando o **Cartão-Resposta**, sendo eliminado automaticamente do certame.
– Caso o candidato deseje sair logo após passado **1 (uma) hora** do início da Prova, deverá entregar obrigatoriamente ao fiscal de sala, o **Cartão-Resposta**, preenchido e devidamente assinado e o **Caderno de Provas**, sendo que o mesmo **NÃO PODERÁ** solicitar a cópia/espelho do seu Caderno de Provas posteriormente.
– O candidato que não cumprir as exigências anteriores, será eliminado do Concurso, sendo que, os 03 (três) últimos candidatos, deverão sair juntos.

– O candidato não poderá ausentar-se da sala de realização da Prova Objetiva após assinatura da Lista de Presença, bem como após o recebimento da folha contendo o Cartão-Resposta até o início efetivo da prova e, após este momento, somente acompanhado por fiscal. Portanto, é importante que o candidato utilize banheiros e bebedouros, se necessitar, antes de sua entrada na sala.

– Não será permitida a permanência de candidatos que já tenham terminado a prova no local de realização destas. Ao terminarem, os candidatos deverão retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e bebedouros.

– Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala.

– Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de se verificarem falhas de impressão, o Coordenador do local onde as provas serão aplicadas, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

substituir os Cadernos de Questões defeituosos;
não havendo nº suficiente de Cadernos para a devida substituição, procederá à leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando um caderno completo.

– Se a ocorrência for verificada após o início da prova, a Versátil, estabelecerá prazo para reposição do tempo usado para regularização do caderno.
– Haverá, em cada sala de prova, cartaz/marcador de tempo para que os candidatos possam acompanhar o tempo de prova.
– Os candidatos com cabelos longos, se possível, devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra, ou seja, visíveis.

– O candidato que for identificado não cumprindo qualquer um dos itens de segurança em qualquer dependência ou no trajeto da sala ao banheiro ou bebedouro, será eliminado do Concurso Público, devendo sair imediatamente do local de prova.

– No dia da realização das avaliações, não serão fornecidas informações referentes ao seu conteúdo e/ou critérios de avaliação e de classificação, por qualquer membro da equipe de aplicação.

– A empresa Versátil Tecnologia e Serviços Administrativos, se houver a necessidade, poderá obrigatoriamente submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal no dia de realização das provas.

– No dia da realização das provas, não será permitido ao candidato entrar ou permanecer no local de exame portando arma(s), mesmo que possua o respectivo porte.

– Será eliminado/excluído do Concurso Público o candidato que não obedecer às instruções contidas neste Edital, bem como:
Se apresentar após o horário estabelecido;
Não comparecer para realização da prova objetiva de múltipla escolha, independente da justificativa;
Não apresentar o documento de identidade oficial (físico ou digital) com foto no ato da assinatura da lista de presença;
Desrespeitar as instruções dadas pelos Fiscais, pelos integrantes da Comissão, bem como as instruções contidas no caderno de prova;
For flagrado portando celular ou qualquer outro equipamento eletrônico, bem como, comunicando-se por qualquer meio com outro candidato, usar por meio de "cola" ou de qualquer outro tipo de fraude, seja em qualquer objeto, ou ainda que tumultue a realização do certame;
Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal, bem como levando consigo o Cartão-Resposta;
Tumultuar, perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, podendo responder legalmente pelos atos ilícitos praticados;
Fazer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer material que não o fornecido;
Lançar mão de meios ilícitos para executar a prova, e mesmo se constatado, após as provas ou avaliações, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado meios ilícitos, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público;
Apresentar títulos, bem como declarações, certificados, entre outros documentos comprobatórios falsos;
Estiver portando armas no ambiente de provas, mesmo que possua o respectivo porte;
Estiver fazendo uso de qualquer espécie de relógio e qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (telefone celular, notebook, tablets, smartphones ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares e fones de ouvido;
Usar de incorreções e descortesias com coordenadores, fiscais, auxiliares, candidatos ou quem quer que esteja envolvido na organização.
– Ocorrendo alguma emergência médica, o candidato será encaminhado para atendimento médico local pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.
– Caso exista a necessidade de ausentar-se para atendimento médico ou hospitalar, o candidato não poderá retornar ao local de prova, sendo eliminado do Concurso Público.
– A Câmara Municipal de Nova Ponte/MG e a empresa Versátil Tecnologia e Serviços Administrativos não se responsabilizam por nenhum objeto perdido nem por danos neles causados.

– Ao término da realização da Prova Objetiva, obedecendo os horários previstos, o candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões, devendo entregar ao fiscal da sala somente o **CARTÃO-RESPOSTA**, observadas as instruções de preenchimento contidas no mesmo, sendo que, o candidato deverá obrigatoriamente assinar no campo reservado para assinatura**, sob pena de eliminação do candidato que não assinar.**

– Serão válidas para correção somente as questões assinaladas de forma correta no **CARTÃO-RESPOSTA**, portanto, as alternativas rasuradas, com emendas, a lápis, em branco ou assinaladas em duplicidade no Cartão de Respostas, **não serão consideradas na leitora ótica**, somente serão consideradas válidas as alternativas que estiverem preenchidas corretamente e com caneta esferográfica azul ou preta.

– Antes do início da aplicação da Prova Objetiva, **os cadernos de provas e os cartões-respostas estarão dentro de um envelope lacrado**, sendo que a inviolabilidade dos envelopes das provas será comprovada no momento do rompimento de seus lacres que, somente será aberto na presença de no mínimo 03 (três) candidatos, onde os mesmos deverão conferir o envelope, procederem com as assinaturas na **Ata de abertura**, e após o término da realização da Prova Objetiva os **03 (três) últimos candidatos deverão entregar juntos os Cartões-Respostas** devidamente assinados, devendo **assinar a Ata de Encerramento** e conferir o fechamento do envelope contendo os devidos Cartões, somente assim poderão deixar o local.

– Os candidatos poderão interpor Recursos Administrativos, nas datas previstas no **ANEXO I – CRONOGRAMA**, para questionamentos das publicações de resultados preliminares do certame, bem como, conteúdo das Provas Objetivas e Prova de Títulos.

– Será admitido recurso contra este Edital, no prazo de **05 (cinco)** dias a contar da sua publicação que poderá ser impetrada diretamente no site da organizadora https://portal.versatilsolucoesadm.com.br no link específico para interposição de recursos, ou ainda, através de protocolo pessoal, por meio de procurador legalmente constituído, na Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, no **Centro de Atendimento ao Cidadão**, localizado na **Praça dos Três**

Poderes, nº 46 – Centro – CEP: 38.160-000 – Fone: (34) 3356-1666, para auxílio aos interessados que não possuem acesso à internet, podendo, também, ser postada nos correios, mediante serviço de Sedex ou AR, para o mesmo destinatário acima, sendo que a tempestividade do recurso enviado pelos correios será verificada pela data da postagem, com aviso de recebimento.

– Os recursos deverão ser protocolados dentro do prazo estabelecido no **ANEXO I,** sendo disponibilizado no mínimo **3 (três) dias úteis para interposição de recursos para cada ato publicado contendo resultados preliminares,** devendo o candidato acessar o site da empresa https://portal.versatilsolucoesadm.com.br através da "Área do Candidato" e protocolar o recurso no **link específico para interposição de Recursos, bem como de forma presencial e por procuração, no endereço citado no item 7.2 deste edital**.
– Os recursos deverão obedecer aos critérios abaixo, sob pena de indeferimento do recurso.
Não serão aceitos recursos enviados por fax, e-mail ou qualquer outro meio que não seja o previsto neste Edital;
A apresentação do recurso deverá ser única e exclusivamente no formulário disponível no **site da empresa,** no período estabelecido no Edital;
Será admitido um único recurso por candidato, devendo o candidato argumentar no recurso toda a matéria que entender ser de direito. Em caso de recurso referente ao gabarito, o candidato poderá interpor 01 (um) recurso por evento, ou seja, um recurso para cada questão que entender ser de direito;
O recurso deverá conter as alegações e seus fundamentos, com argumentação lógica e consistente, bem como mencionar a bibliografia consultada;
O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo no seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido;
Ao interpor recurso, o candidato que foi indeferido por falta de anexar documentos, não poderá inserir documentos complementares que não foram inseridos dentro do prazo, em nenhuma hipótese;

Recurso cujo teor desrespeite a organização do Concurso Público, será preliminarmente indeferido;
Serão indeferidos os recursos que não atenderem os quesitos acima.
– Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recurso contra o Gabarito oficial definitivo ou contra o Resultado Oficial Definitivo, exceto por erro na somatória dos pontos, erro de digitação de dados e/ou na ordem de classificação de algum candidato.

– O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação do recurso.

– O Gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos interpostos, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial.
– Na ocorrência do disposto nos itens **7.6 e 7.7,** poderá haver, eventual, alterações da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, e em decorrência desta alteração, poderá ocorrer à desclassificação do candidato que não obtiver, a nota mínima exigida para a prova.

– Em caso de recurso, a análise deste será feita pela Banca Examinadora da empresa "Versátil Tecnologia e Serviços Administrativos" em conjunto com a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

– A análise e o julgamento deverão ser feitos dentro do prazo estabelecido no **ANEXO I**, com publicação da decisão no mural da Câmara, pelo site https://www.cmnp.mg.gov.br e no site da empresa https://www.versatilsolucoesadm.com.br/ para conhecimento dos interessados, não havendo mais nenhum prazo para outro recurso.

- Os candidatos serão relacionados por ordem **decrescente de classificação**, da nota maior para a nota menor, de acordo com o cargo a que se candidatar, sendo publicadas 02 (duas) listas de classificação:

Geral (todos os candidatos classificados);
Pessoas com deficiência (se houver);
– Para obtenção da **NOTA FINAL**, será considerado aprovado no Concurso Público e classificado para as próximas etapas (se houver), o candidato que obtiver no mínimo **50% (cinquenta por cento) dos pontos na Prova objetiva de múltipla escolha, ou seja, 50 (cinquenta) pontos,** obedecendo para os cargos que houver, a **somatória** dos pontos obtidos em todas as etapas do certame.

9.1 – Ocorrendo empate quanto à soma total do número de pontos obtidos na Prova Objetiva, bem como na somatória dos pontos para o Resultado Final, primeiramente será aplicado o disposto no art. 27 da Lei 10.741/2003 – (Estatuto do Idoso – candidatos com idade igual ou superior a 60 anos), sendo que, persistindo o empate, o desempate será decidido em benefício do candidato que apresentar maior pontuação, na ordem:
Obtiver o maior número de pontos nas questões da prova de **Conhecimentos Específicos**, (se houver);
Obtiver o maior número de pontos nas questões da prova de **Língua Portuguesa**, (se houver);
Obtiver o maior número de pontos nas questões da prova de **Legislação Municipal**, (se houver);
Obtiver o maior número de pontos nas questões da prova de **Matemática e Desenho Geométrico**, (se houver);
Obtiver o maior número de pontos nas questões da prova de **Aspectos Históricos e Geográficos de Nova Ponte**, (se houver);
Obtiver o maior número de pontos nas questões da prova de **Noções Básicas de Informática**, (se houver);
Obtiver o maior número de pontos nas questões da prova de **Conhecimentos Gerais e Atualidades**, (se houver);
Maior idade (exceto os enquadrados no **item 9.1**);

– O Resultado Oficial do Concurso Público será publicado de acordo com o **ANEXO I** deste Edital.

– Não caberá recurso da publicação da lista dos resultados oficiais dos candidatos aprovados ou classificados na lista de reserva, sendo que, conforme **ANEXO I – CRONOGRAMA** deste edital, os prazos de recursos estão todos previstos após a publicação de lista preliminar de cada resultado, publicado previamente à lista final, exceto por erro na somatória dos pontos, digitação de dados incorretos, falta de informação e/ou erro na ordem de classificação de algum candidato.

– A divulgação oficial das etapas referente a este Concurso Público se dará através de editais que serão devidamente publicados nos locais previstos neste edital, avisos publicados no mural da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, no site da Câmara https://www.cmnp.mg.gov.br e no site da empresa https://www.versatilsolucoesadm.com.br/.

– O candidato aprovado e convocado será regido de acordo com a **Lei Complementar Municipal nº 190/2018,** que trata do **Estatuto dos Servidores Públicos de Nova Ponte/MG, Lei Complementar Municipal nº 258/2023 e Lei Complementar nº 283/2024,** que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, cria cargos e fixa remuneração e posteriores alterações**.**

– As pessoas com deficiência, quando de sua contratação, serão submetidos a exame médico a fim de comprovar a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência que o incapacite para o exercício do cargo, assegurando o direito de recurso junto à Câmara Municipal, no prazo de dois dias úteis a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação do resultado do exame.

– As convocações e as contratações deverão seguir com estrita observância da ordem de classificação (preenchimento de vaga efetiva, conforme a lista final dos candidatos aprovados neste Concurso Público nº 001/2024), seguindo a ordem de classificação em reserva técnica, caso seja necessário a convocação.
– No ato da contratação o candidato deverá declarar, sob as penas da lei, se é ou já foi funcionário público (municipal, estadual ou federal), seja como celetista, estatutário ou contratado. Em caso positivo, deverá o candidato juntar certidão comprovando que não foi punido anteriormente com pena de demissão, não podendo acumular cargo, exceto os previstos em lei, desde que haja compatibilidade de horários.

– A aprovação no Concurso Público para preenchimento da vaga efetiva, assegura e gera ao candidato o direito de ingresso automático/efetivar no Quadro de Pessoal de servidores da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, e os classificados em LISTA DE CADASTRO DE RESERVA técnica, não assegura e gera somente a expectativa de ser contratado de acordo com as necessidades, conveniência e discricionariedade da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, dentro do prazo de validade do Concurso.
– A posse dos candidatos integrantes do Cadastro de Reserva observará a todos os procedimentos e critérios estabelecidos nesse Edital, inclusive a Avaliação Médica.

– Quando o número de vagas autorizadas para a convocação de candidatos do Cadastro de Reserva permitir a aplicação dos percentuais de reserva de vagas previstos nesse Edital, serão convocadas as pessoas com deficiência.

– O candidato aprovado neste Concurso Público que desistir da contratação, deverá fazê-lo de forma definitiva, mediante requerimento formal endereçado ao **Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG** e será excluído da listagem dos classificados no devido cargo.

– Após o prazo **de 30 (trinta) dias**, conforme previsto no **Art. 40 da Lei Municipal nº 190/2018**, o candidato que, convocado e não comparecer ou não solicitar a prorrogação, dará direito a Câmara Municipal de Nova Ponte/MG a convocar o próximo classificado para tomar posse.

– Os candidatos aprovados neste Concurso Público, quando de sua convocação e apresentação, **deverão possuir os requisitos e apresentar obrigatoriamente no ato da contratação, a cópia e original** dos seguintes documentos listados abaixo, no prazo máximo de **15 (quinze) dias** corridos:

Carteira de identidade;
CPF;
Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável feita perante Tabelião (se for o caso);
Título de Eleitor com o comprovante da última votação e Declaração de Regularidade do TSE (pode ser emitida pela internet);
Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (sexo masculino);
Comprovante de PIS ou PASEP;
Certidão de Nascimento dos dependentes ou Termo de Guarda ou Tutela ou Termo de Adoção (se for o caso);
CPF dos dependentes (se for o caso);
Comprovante de residência no nome do servidor(a) com o CEP;
Última Declaração de Imposto de Renda com o recibo de entrega na Receita Federal;
Comprovante de conta bancária (Banco, Agência, nº da conta salário vinculada à conta corrente) com banco conveniado. É necessário ser CONTA SALÁRIO;
Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 5 (cinco) anos, da Justiça Federal (TRF) e Estadual (TJ) (podem ser emitidas pela internet).
Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 6 (seis) meses (pode ser emitida pela internet);
Declaração do órgão de origem comprovando o vínculo funcional e o regime de previdência, a fim de definir a que regime o servidor será enquadrado, conforme determina a legislação (em caso de já ser servidor público);
Declaração do órgão de origem informando que o candidato não sofreu, no exercício de função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público (em caso de já ser servidor público);
Os candidatos que se declararem pessoa com deficiência deverão apresentar o Atestado de Perícia Médica comprovando a deficiência;
Atendimento dos requisitos mínimos estabelecidos em Edital para exercício do Cargo;
Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível intermediário/superior, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação;
Registro em órgão de classe e comprovante do Conselho que conste situação REGULAR, quando necessário.
– É facultado à Câmara Municipal de Nova Ponte/MG exigir dos candidatos classificados, quando da contratação, além da documentação prevista no item anterior deste Edital, outros documentos comprobatórios, além de comprovação de bons antecedentes criminais e administrativos, podendo haver impedimento para a sua nomeação quando ainda não tenham se passado 05 (cinco) anos da extinção da punibilidade ou do cumprimento da pena.

- Identificada a qualquer tempo, irregularidade na apresentação dos documentos acima mencionados, o candidato responsável será eliminado do Concurso Público, e responderá civilmente e criminalmente conforme prevê a legislação.
– Os candidatos classificados serão mantidos em cadastro durante o prazo de validade do Concurso Público e poderão ser convocados em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento das Contratações no site oficial da Câmara.

– Para efeito da contratação ficam os candidatos sujeitos à aprovação em exame médico, realizado e/ou requerido pela Junta Médica do Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, que avaliará sua aptidão física e mental para o exercício da função.
– Não poderá ser nomeado para cargo público municipal, o candidato que houver sido condenado por furto, roubo, abuso de confiança, falência fraudulenta, falsidade ou crime cometido contra a Administração Pública ou a Defesa Nacional.

– Conforme previsto no **Art. 1º da Lei Municipal nº 2.055/2024**, fica vedada a nomeação dos aprovados em concursos públicos ou prova de seleção para ingressos nos órgãos públicos, Administração Direta e Indireta, Autarquias e Fundações da estrutura administrativa do município de Nova Ponte/MG, de homens que foram condenados por decisão judicial transitada em julgado por crimes de violência contra a mulher.

– O candidato aprovado e convocado deverá comprovar as documentações exigidas no item **11.10**, para que possa assinar o contrato na data em que for convocado, **na sede da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, no Departamento de Recursos Humanos**, no período de expediente.
– O candidato, após ser contratado, não poderá solicitar afastamento de função, readaptação de função ou alegar incompatibilidade com as atribuições da função para a qual foi contratado e, se pessoa com deficiência, não poderá solicitar amparo especial ou intervenção de terceiros para auxiliá-lo no exercício das atribuições inerentes à função a ser exercida, com a qual não poderá alegar incompatibilidade.

– O candidato deverá manter junto ao **Departamento de Recursos Humanos do Câmara Municipal de Nova Ponte/MG**, durante o prazo de validade do Concurso Público, seu endereço, e-mail e telefone atualizados, visando eventuais convocações que se façam necessários, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

– É considerado pessoa com deficiência aquela que se enquadrar nas condições especificadas no artigo 4° do Decreto Federal n° 3.298/99, bem como em outras legislações vigentes citadas neste edital e suas alterações.

– A contratação dos candidatos com deficiência, aprovados e classificados neste Concurso Público, observará, para cada função, a proporcionalidade e a alternância com os candidatos de ampla concorrência.

– A Câmara Municipal de Nova Ponte/MG e a Versátil não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de: número de telefone e endereço eletrônico errado ou não atualizado, endereço de correspondência não atualizado e correspondência recebida por terceiros.

– As informações referentes à realização do Concurso Público serão fornecidas pelo **Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG**, através da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, e serão publicadas no mural da Câmara, no site da Câmara https://www.cmnp.mg.gov.br, no site da empresa https://www.versatilsolucoesadm.com.br/, bem como, nos quadros de avisos dos Departamentos envolvidos, sendo responsabilidade única e exclusiva do candidato se informar e acompanhar todos os atos e fases deste certame.

– A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

– Comprovada a inexatidão ou irregularidades descritas no **12.6** deste Capítulo, o candidato estará sujeito a responder por falsidade ideológica de acordo com o artigo 299 do Código Penal.

– Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

– A Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, terá a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar a realização e todos os atos do Concurso Público.

– É de exclusiva responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, editais, recursos, resultados e comunicados feitos pelos responsáveis por este Concurso Público.

- A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação tácita das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital.

– Para o profissional que por incompatibilidade de horário ou qualquer outro motivo não assumir a vaga oferecida no momento da convocação, perderá o direito a vaga, em definitivo e sem recurso.

– O horário de trabalho do candidato aprovado será determinado pela Câmara Municipal de Nova Ponte/MG.
– Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, ouvida a Empresa contratada "Versátil Tecnologia e Serviços Administrativos", empresa responsável pela realização do Concurso Público.

– O não atendimento pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital, a qualquer tempo, implicará sua eliminação do Concurso Público.

– Caberá ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG a homologação deste Concurso Público.
– A Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, manterá sob sua guarda os documentos, processos e arquivos relativos ao Concurso Público pelo prazo mínimo de 06 (seis) anos, contados da homologação do resultado final, observadas as normas arquivísticas aplicáveis e as orientações do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), sem prejuízo da observância de prazos superiores previstos em lei ou da guarda permanente dos documentos que assim o exigirem. Após esse período, a destinação documental observará a legislação vigente e os procedimentos de gestão documental aplicáveis à Administração Pública.

– A Câmara Municipal de Nova Ponte/MG e a empresa "Versátil Tecnologia e Serviços Administrativos" não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Concurso Público, sejam na imprensa ou em outros endereços eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial da Câmara https://www.cmnp.mg.gov.br e no site da empresa https://www.versatilsolucoesadm.com.br/.
– Não poderão se inscrever como candidatos ao Concurso Público, os membros do quadro societário da empresa contratada para a sua realização e os membros da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

– Sem prejuízo das sanções criminais cabíveis, a qualquer tempo, a empresa contratada para a realização do Concurso Público e, se for o caso a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público poderá anular a inscrição, prova, ou admissão do candidato, se verificadas falsidades de declaração ou irregularidade na prova.
– **Este Concurso Público terá validade de 02 (dois anos),** a contar da data da publicação da homologação do Concurso Público, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período, a critério da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, ressaltando que esta vigência, abrange tão somente, os candidatos aprovados e relacionados na lista de aprovados/classificados.

– São partes integrantes deste edital os seguintes **Anexos**:
Anexo I – Cronograma;
Anexo II – Cargos, Vagas, Carga Horária, Vencimentos e Requisitos;
Anexo III – Requerimento de Vaga para Portador de Deficiência e Condição Especial para Realizar a prova;
Anexo IV – Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição; **Anexo V** – Requerimento de Inclusão de uso de nome social; **Anexo VI** – Conteúdo Programático;
Anexo VII – Atribuições dos Cargos;
– Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

SILVA:09958379619

Nova Ponte/MG, 25 de agosto de 2026.

DAVID ALBERT

Assinado De Forma Digital Por DAVID ALBERTSILVA:09958379619

DAVID ALBERT SILVA
Presidente da Câmara Municipal Município de Nova Ponte/MG

Dados: 2026.08.25 08:52:51 -03'00'

ANEXO I – CRONOGRAMA
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2024 – Câmara Municipal de Nova Ponte/MG
******Cronograma de caráter orientador e sujeito a alterações, com antecipação ou prorrogação de datas******

ITEM	DATAS PREVISTAS	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
1	**Até 25/08/2026**	Republicação do Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2024 no site da empresa e site da Câmara.
2	**Até 25/08/2026**	Publicação do extrato do Edital no Diário Oficial, Jornal de Circulação e Placar da Câmara Municipal.
3	**Até 25/08/2026**	Remessa do Edital, publicações, leis, entre outras informações e documentos do concurso para o Tribunal de Contas do Estado – TCE/MG.
4	**27/10/2026 a 26/11/2026**	**INSCRIÇÕES** – As inscrições serão realizadas via internet – Devendo o candidato imprimir o **Comprovante de Inscrição** e efetuar o pagamento até o dia **27/11/2026**.
5	**27/10/2026 a 03/11/2026**	Solicitação de **ISENÇÃO da Taxa de Inscrição** no ato da inscrição via internet – Capítulo 3 deste Edital.
6	**04/11/2026**	Publicação da listagem preliminar dos candidatos que solicitaram **isenção** (deferidos e indeferidos).
7	**05/11/2026 a 08/11/2026**	Prazo para interposição de recursos quanto às **Isenções indeferidas.**
8	**10/11/2026**	Publicação da listagem final dos candidatos que solicitaram **isenção** (deferidos e indeferidos). **Se indeferido, deverá emitir o boleto e efetuar o pagamento da Taxa de Inscrição até o dia 27/11/2026.**
9	**Até 01/12/2026**	Divulgação da listagem **PRELIMINAR das inscrições deferidas e indeferidas**. Publicação da listagem dos candidatos que se declararam **Pessoas com Deficiência** deferidas e indeferidas
10	**02/12/2026 a 04/12/2026**	Interposição de recursos quanto às inscrições indeferidas e quanto as vagas reservadas e solicitações especiais.
11	**Até 08/12/2026**	Análise e julgamento dos recursos das inscrições indeferidas e solicitações especiais.
12	**Até 10/12/2026**	**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES** - Listagem **FINAL das inscrições deferidas e indeferidas**.
13	**Até 15/12/2026**	**CONVOCAÇÃO PARA A PROVA** – Divulgação do local, horário e salas para realização das provas objetivas a serem realizadas no dia **27/12/2026.** *(Podendo sofrer alterações devido a quantidade de candidatos).*
14	**27/12/2026**	**PROVAS OBJETIVAS** - As provas serão realizadas na **Escola Estadual Josias Pinto, situada na Rua Prof. Djalma Alvarenga de Oliveira, 901 – Centro, Nova Ponte/MG** – **Horário das 09:30h às 12:30h**. 08:40h – Abertura dos portões de acesso aos locais de prova. **09:10h – Fechamento dos portões**, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário. **09:30h – Início das Provas**. 12:10h – Final do prazo para retirar-se do local de prova. 12:30h – Final do prazo para entrega da prova. Entrega obrigatória do ***CARTÃO-RESPOSTA.***
15	**27/12/2026**	**Divulgação do GABARITO preliminar das provas objetivas até as 22h.**
16	**28/12/2026 a 30/12/2026**	Prazo para interposição de recursos quanto ao GABARITO preliminar.
17	**Até 05/01/2027**	Data prevista da Análise e julgamento dos recursos quanto ao Gabarito preliminar, podendo ser alterado.
18	**06/01/2027**	Divulgação do **GABARITO OFICIAL** após prazo de recursos.
19	**12/01/2027**	Divulgação **PRELIMINAR dos candidatos APROVADOS/CLASSIFICADOS** nas Provas objetivas.
20	**13/01/2027 a 15/01/2027**	Prazo para interposição de recursos quanto ao resultado PRELIMINAR das Provas objetivas.
21	**Até 21/01/2027**	Análise e julgamento dos recursos quanto ao resultado Preliminar dos candidatos aprovados.
22	**Até 22/01/2027**	Divulgação do **RESULTADO FINAL dos candidatos APROVADOS/CLASSIFICADOS no Concurso**

Obs: Este Cronograma tem caráter orientador e está sujeito a alterações, com antecipação ou prorrogação de datas, dando ampla publicidade aos interessados.

ANEXO II – CARGOS, VAGAS, VENCIMENTO, JORNADA DE TRABALHO E REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2024 – Câmara Municipal de Nova Ponte/MG

Cód. Cargo	Descrição do Cargo/Função	Vagas Ampla	Vagas PCD	Total Vagas	Cadastro Reserva	Vencimento R$	Carga Horária	Pré-Requisitos para Provimento do Cargo
1	CONTROLADOR INTERNO	01	–	01	02	5.200,00	40h	Ensino Superior Completo
2	SECRETÁRIO PARLAMENTAR	02	–	02	02	3.800,00	40h	Ensino Médio Completo
3	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	02	–	02	02	2.890,00	40h	Ensino Médio Completo

ANEXO III – REQUERIMENTO
VAGA PESSOA COM DEFICIÊNCIA e/ou CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2024 – Câmara Municipal de Nova Ponte/MG

Eu, , portador da Identidade nº_, inscrito no CPF n.º_ residente e domiciliado na Rua/Av._, nº , Bairro , Cidade , Estado , CEP: , ao me inscrever no CONCURSO PÚBLICO N° 001/2024 da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, para o cargo de:

1	[ ]	CONTROLADOR INTERNO
2	[ ]	SECRETÁRIO PARLAMENTAR
3	[ ]	AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Requer a Vossa Senhoria:

[ ] Vaga para pessoa com Deficiência			
Deficiência:			
CID nº:			
Nome do Médico:			
[ ] Condição Especial para realização da prova			
[ ]	**Sala Especial** (Especificar motivo)	[ ]	**Leitura de Prova**
[ ]	**Lactante/Amamentação** Nome do Acompanhante: Nome do Menor Lactente: Horários de Amamentação (opcional):	[ ]	**Outra Necessidade** (Especificar)
[ ]	**Prova com ampliação do tamanho da fonte:** Fonte nº / Letra		

Por ser verdade, firmo a presente declaração neste requerimento para que produza os efeitos legais, prontificando-me a fornecer outros documentos comprobatórios, sempre que solicitados pela Comissão de Concurso Público, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na perda dos direitos decorrentes da sua inscrição, na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.

Nestes Termos. Pede Deferimento.

NOVA PONTE/MG, de de 2026.

Assinatura do(a) Candidato(a) Requerente

ANEXO IV – REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2024 – Câmara Municipal de Nova Ponte/MG

Eu, , portador da Identidade RG nº_, inscrito no CPF n.º_residente e domiciliado no endereço_, nº , Bairro , Cidade , Estado , CEP: .

REQUER a Vossa Senhoria **ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO** para o CONCURSO PÚBLICO N° 001/2024 da **Câmara Municipal de Nova Ponte/MG - MG, para o cargo de:**

1	[ ]	CONTROLADOR INTERNO
2	[ ]	SECRETÁRIO PARLAMENTAR
3	[ ]	AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

Marque com um X a opção que se enquadra:

1	[ ]	Inscrito no CADÚNICO – baixa renda nos termos do Decreto do Governo Federal nº 11.016/2022.
2	[ ]	Baixa Renda ou Pessoa desempregada – Opção 2 abaixo
3	[ ]	Doador de Sangue ou Medula Óssea

– Se Inscrito no CADÚNICO, DECLARO, sob as penas da lei (art. 2º da lei 7.115/1983), como comprovação de baixa renda, que estou inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, *sendo meu **Número de Identificação Social – NIS**: , atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal.*

– Se Pessoa desempregada ou Baixa Renda, **DECLARO**, sob as penas da lei (art. 2º da lei 7.115/1983), que **NÃO POSSUO nenhuma das opções abaixo:**
vínculo em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), vínculo estatutário com o poder público nos âmbitos municipal, estadual ou federal, contrato de prestação de serviços vigente com o poder público nos âmbitos municipal, estadual ou federal, não possui qualquer tipo de renda proveniente de atividade legalmente reconhecida como autônoma, e não estou cadastrado como Microempreendedor individual e que não existe em meu nome nenhuma empresa ativa.

Por ser verdade, firmo a presente declaração neste requerimento para que produza os efeitos legais, prontificando-me a fornecer outros documentos comprobatórios, sempre que solicitados pela Comissão de Concurso Público, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na perda dos direitos decorrentes da sua inscrição, na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:
Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.
Nestes Termos. Pede Deferimento.

NOVA PONTE/MG, de de 2026.

Assinatura do(a) Candidato(a) Requerente

ANEXO V – REQUERIMENTO DE INCLUSÃO E USO DE NOME SOCIAL
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2024 – Câmara Municipal de Nova Ponte/MG

Eu, , (nome civil), portador da Identidade RG nº_, inscrito no CPF n.º_residente e domiciliado no endereço_, nº , Bairro , Cidade , Estado , CEP: , **INSCRIÇÃO Nº, para o cargo de:**

1	[ ]	CONTROLADOR INTERNO
2	[ ]	SECRETÁRIO PARLAMENTAR
3	[ ]	AUXILIAR ADMINISTRATIVO

no CONCURSO PÚBLICO N° 001/2024 da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, **SOLICITO a inclusão e uso do meu nome social**
(_) nos registros públicos deste Concurso Público.

Por ser verdade, firmo o presente requerimento para que produza os efeitos legais, prontificando-me a fornecer outros documentos comprobatórios, sempre que solicitados pela Comissão de Concurso Público, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na perda dos direitos decorrentes da sua inscrição, na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:
Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.

NOVA PONTE/MG, de de 2026.

Assinatura do(a) Candidato(a) Requerente

ANEXO VI – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2024 – Câmara Municipal de Nova Ponte/MG

O conteúdo programático referente aos cargos descritos no **ANEXO II** deste Edital, estão distribuídos abaixo de acordo com o nível de escolaridade de cada cargo, porém, o (a) candidato (a) poderá buscar outros materiais que abrangem tão somente o conteúdo proposto, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

LÍNGUA PORTUGUESA – ENSINO MÉDIO E SUPERIOR

Conteúdo Programático: 1. Compreensão e interpretação de diversos tipos de textos; **2**. Texto literário e não literário; **3**. Coesão e coerência; **4**. Elementos coesivos inter e intraparáfrafo; **5**. Tipologia textual; **6**. Sintaxe da Oração e do Período; **7**. Domínio do sistema de escrita, acentuação e regras ortográficas conforme Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; **8.** Conjugação de verbos Regulares e Irregulares; **9.** Fonologia e Fonética **10.** Classificação das palavras; **11.** Pontuação; **12.** Orações coordenadas e subordinadas; **13.** Figuras de Linguagem; **14**. Regência Nominal e Verbal; **15**. Uso da Crase; **16**. Colocação Pronominal e Tipos de Pronomes. **Algumas referências bibliográficas e sites sugeridos para estudo do conteúdo:** CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria**. Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2009. NEVES, Maria Helena de Moura. **Guia de uso do português**: confrontando regras e usos. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2012. SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Completa. 31. ed. São Paulo: Nova Geração, 2011. SILVA, Marina Cabral da. **Coesão.** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/redacao/coesao.htm>. Moderna Gramática Portuguesa – Evanildo Bechara.; Dicionário Online Michaelis (http://michaelis.uol.com.br), www.portugues.com.br, www.soportugues.com.br, www.brasilescola.com.br/portugues, www.conjugação.com.br. Entre outros livros, sites ou materiais confiáveis que abranjam tão somente o conteúdo proposto.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES – TODOS OS CARGOS

Conteúdo Programático: 1. Destaques jornalísticos, fatos, eventos e tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, religião, história, geografia, saúde, meio ambiente, educação, esportes, ciência e tecnologia, energia, desastres naturais e ambientais, clima, música, literatura, cinema, rádio e televisão; **2.** Atualidades sobre a Política no Brasil e no Mundo. **3.** Redes Sociais e Internet. **4**. Eventos contemporâneos ocorridos no ano de **2022** até os dias atuais divulgados na mídia local, nacional e internacional. **Algumas referências bibliográficas e sites sugeridos para estudo do conteúdo:** news.google.com.br; www.folhaonline.com.br; www.estadao.com.br; www.uol.com.br/noticia; www.g1.globo.com.br; Entre outros livros, sites ou materiais confiáveis que abranjam tão somente o conteúdo proposto.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

Conteúdo Programático: 1. Lei Orgânica do Município (atualizada e/ou alterada); Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG. **2.** Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Nova Ponte/MG, **3. Noções básicas de administração pública municipal;** noções de cidadania; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo; regras de hierarquias no serviço público; conhecimento das legislações pertinentes, em especial Constituição Federal e Constituição Estadual. **Rotinas administrativas**: As organizações e as pessoas que nelas trabalham; funções gerais e atividades de rotina. Noções de administração de recursos humanos. **Qualidade em prestação de serviços:** as dimensões da qualidade pessoal e profissional; fatores que determinam a qualidade de um serviço; normalização técnica e qualidade; qualidade no atendimento ao público interno e externo; comunicação e relações públicas. **Arquivo e protocolo:** arquivo e sua documentação; organização de um arquivo; técnicas e métodos de arquivamento; modelos de arquivos e tipos de pastas; arquivamento de registros informatizados. **Noções de Direito Administrativo:** Conceito de Administração Pública. Diferenças entre Governo e Administração. Supremacia do Interesse Público. Estrutura da Administração. Administração Direta e Indireta. Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista. Princípios Básicos da Administração Pública. Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Previsão constitucional. Aplicação dos princípios constitucionais da Administração Pública. Poderes administrativos: vinculado; discricionário; hierárquico; disciplinar; regulamentar; e de polícia. Atos Administrativos: conceito, requisitos, atributos, discricionariedade e vinculação; classificação; espécies, motivação, anulação, revogação e extinção. Agentes públicos. Regime jurídico-constitucional, arts. 37 a 41 da Constituição Federal. **Noções de Processo administrativo**: conceito, requisitos, objetivos, fases, espécies, princípios do processo administrativo. Improbidade Administrativa. Lei Federal n.º 8.429/92. Lei de Acesso à Informação. Lei Federal n.º 12.527/11. Noções De Direito Constitucional: Estado. Constituição. Conceito. Natureza. Essência. Elementos. Finalidade. Classificação das Constituições. Estrutura da Constituição. Evolução Político Constitucional Brasileira. As Constituições Brasileiras. Organização do Estado e do Poder. União. Estados membros. Municípios. Distrito Federal. Territórios Federais. Da Administração Pública. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Servidores Públicos. Poder Legislativo. Processo Legislativo. Espécies Normativas. Poder Executivo. Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça. Direitos e Garantias fundamentais. Direitos Individuais e Coletivos. Direitos Sociais. Direitos da Nacionalidade. Direitos Políticos. Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil. **Manual de Redação da Presidência da República**: Aspectos Gerais da Redação Oficial (Impessoalidade; Linguagem dos Atos e Comunicações Oficiais; Formalidade e Padronização; Objetividade; Concisão e Clareza). As Comunicações Oficiais. Pronomes de Tratamento; Fechos para Comunicações; Identificação do Signatário. Memorando (Definição e Finalidade; Forma e Estrutura). Técnica Legislativa e Atos Normativos na Lei Complementar Federal n. 95/1998 e seus regulamentos. Lei Ordinária. O Processo Legislativo. **Algumas referências bibliográficas e sites sugeridos para estudo do conteúdo** http://www.cinted.ufrgs.br/files/tutoriais/dicasonline/windowsexplorer/; https://www.word-2016.com/; https://support.google.com/chrome; https://www.youtube.com/watch?v=qVoiU4MMCZ8, https://www.youtube.com/watch?v=Vp0UZie4rq0; https://support.office.com/pt-br/article/treinamento-do-word-para-windows-7bcd85e6-2c3d-4c3c-a2a5-5ed8847eae73. http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf

Entre outros materiais, livros ou sites confiáveis que abranjam tão somente o conteúdo proposto.

NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA – ENSINO MÉDIO E ENSINO SUPERIOR

Conteúdo Programático: Conceitos Fundamentais de Informática: Noções básicas sobre hardware e software. Conceitos de dispositivos de entrada, saída e armazenamento de dados. Tipos de computadores e sistemas operacionais (Windows). **Sistemas Operacionais:** Conceitos gerais sobre sistemas operacionais. Principais funcionalidades do sistema operacional Windows. Gerenciamento de arquivos e pastas: copiar, mover, excluir, renomear, e localizar arquivos. Configurações básicas: personalização do sistema, controle de volume, configurações de rede. **Editores de Texto, Planilhas e Apresentações:** Funcionalidades básicas do Microsoft Word 2016: criação, formatação, efeitos, fontes, estilos, manipulação de textos e atalhos. Funcionalidades básicas do Microsoft Excel: fórmulas, funções básicas (soma, média, contagem), criação de gráficos e tabelas. **Internet e Navegadores** Conceitos de internet, intranet e navegadores (Google Chrome, Mozilla Firefox, Microsoft Edge). Ferramentas de busca e pesquisa na internet: uso de operadores de pesquisa. Segurança na navegação: conceitos de HTTPS, certificados de segurança, antivírus e firewalls. Redes sociais. **Correio Eletrônico (E-mail):** Conceitos básicos de e-mail no Gmail: criação, envio, recebimento e organização de mensagens. Principais funcionalidades: anexar arquivos, uso de cópia oculta (CCO), filtros e pastas. Segurança no e-mail: identificação de e-mails suspeitos, proteção contra spam e phishing. **Algumas referências bibliográficas e sites sugeridos para estudo do conteúdo** http://www.cinted.ufrgs.br/files/tutoriais/dicasonline/windowsexplorer/; https://www.word-2016.com/; https://support.google.com/chrome; https://www.youtube.com/watch?v=qVoiU4MMCZ8, https://www.youtube.com/watch?v=Vp0UZie4rq0; https://support.office.com/pt-br/article/treinamento-do-word-para-windows-7bcd85e6-2c3d-4c3c-a2a5-5ed8847eae73. Entre outros materiais, livros ou sites confiáveis que abranjam tão somente o conteúdo proposto.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE NOVA PONTE – TODOS OS NÍVEIS

Conteúdo Programático: Dados históricos, geopolíticos, sociais, turismo, geografia e localização do município de Nova Ponte/MG. **Algumas referências bibliográficas e sites sugeridos para estudo do conteúdo** www.novaponte.mg.gov.br; https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/novaponte/historico, https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/novaponte/panorama. Entre outros materiais, livros ou sites confiáveis que abranjam tão somente o conteúdo proposto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

1	CONTROLADOR INTERNO

Conteúdo Programático: O Controle na Administração Pública. Conceitos relativos aos Sistemas de Controle Interno. **Sistema de Controle Interno Municipal**: importância, responsabilidade e fundamentação legal. **Implantação do Sistema de Controle Interno:** criação e atribuições. Estruturação do Sistema de Controle Interno. Formas de atuação do Controle Interno. Atuação do controle interno. O Controle Interno e a Controladoria Geral da União - CGU. Principais Irregularidades Identificadas na Execução de Programas de Governo. Planejamento das Ações do Controle Interno Municipal. Identificação dos Recursos Federais Transferidos para o Município. O Controle Interno e a Controladoria Geral do Estado. O Controle Interno e o Tribunal de Contas da União. O **Sistema de Controle Governamental**: visão geral. Controle Externo na Constituição de 1988 e a Lei Orgânica do TCU (Lei 8.443/92) e Lei Complementar estadual n. 102/2008 – Lei Orgânica do TCE-MG. **O Controle Interno dos Municípios e o TCU**: recursos federais transferidos a municípios. O controle pelo Tribunal de Contas do Estado. A Tomada de Contas Especial: conceito, aspectos preventivos, providências saneadoras e julgamento. Análise de Processos de Execução da Despesa Pública Orçamentária: abordagem, teórico-prática acerca do modo de averiguação por parte do controle interno municipal. Ética profissional. **Licitação**: Lei Federal nº 14.133/2021; Normas para elaboração de requerimentos, memorandos e mensagens eletrônicas (e-mail); Procedimentos de protocolo de documentos; Técnicas básicas de documentação e arquivo (conceito, tipos, idade, classificação, método de ordenação, conservação, eliminação etc.); Relações interpessoais; Responsabilidade social e ambiental no trabalho. Noções básicas de administração pública municipal; conhecimento básico em máquinas de impressão e fotocopiadoras; noções de cidadania; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo; regras de hierarquias no serviço público; conhecimento das legislações pertinentes, em especial Constituição Federal e Constituição Estadual. **Leis orçamentárias**: Plano Plurianual de Ações; Lei de Diretrizes orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Créditos Adicionais; Receita Pública; Classificação, Lei n.º 4.320/64 e a Lei Complementar n.º 101/2000; Estágios da Receita Pública; Despesa Pública; Classificação quanto à Lei n.º 4.320/64; Estágios da Despesa pública. Metas Fiscais e Riscos Fiscais. Sugestão de livros, sites ou materiais atualizados e confiáveis que abranjam tão somente o conteúdo proposto.

2	SECRETÁRIO PARLAMENTAR

Conteúdo Programático: Arquivo e protocolo: arquivo e sua documentação; organização de um arquivo; técnicas e métodos de arquivamento; modelos de arquivos e tipos de pastas; arquivamento de registros informatizados. **Noções de Direito Administrativo:** Conceito de Administração Pública. Supremacia do Interesse Público. Estrutura da Administração. Administração Direta e Indireta. Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista. Princípios Básicos da Administração Pública. Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Previsão constitucional. Aplicação dos princípios constitucionais da

Administração Pública. Poderes administrativos: vinculado; discricionário; hierárquico; disciplinar; regulamentar; e de polícia. Atos Administrativos: conceito, requisitos, atributos, discricionariedade e vinculação; classificação; espécies, motivação, anulação, revogação e extinção. Agentes públicos. Relações interpessoais. Postura e atendimento ao público. Noções Básicas de Relações Humanas no Trabalho. Código de Ética do Servidor Público (Decreto 1171/94). Apresentação pessoal. Organização de arquivos e protocolos. Recepção e despacho de documentos. O profissional e o público: postura, regras básicas de atendimento e recepção ao público interno e externo. Atendimento presencial, por telefone, internet e outros meios. Qualidade no atendimento. Noções de direitos e deveres. Ética e Cidadania. Sugestão de livros, sites ou materiais atualizados e confiáveis que abranjam tão somente o conteúdo proposto.

3	AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Conteúdo Programático: Documentos Oficiais: estrutura e organização do requerimento, da certidão, do atestado, da declaração, da ata, do ofício, do memorando, da circular, da ordem de serviço, da exposição de motivos, da portaria, do parecer; da carta; formas de tratamento. **Licitação**: Técnicas de atendimento ao público (presencial telefônico e por meio eletrônico); Normas para elaboração de requerimentos, memorandos e mensagens eletrônicas (e-mail); Procedimentos de protocolo de documentos; Técnicas básicas de documentação e arquivo (conceito, tipos, idade, classificação, método de ordenação, conservação, eliminação etc.); Relações interpessoais; Responsabilidade social e ambiental no trabalho. **Noções básicas de administração pública municipal**; noções de cidadania; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo; regras de hierarquias no serviço público; conhecimento das legislações pertinentes, em especial Constituição Federal e Constituição Estadual; **Tecnologia da Informação**: microfilmagem; digitalização; documentos eletrônicos - gestão eletrônica de documentos (GED), gestão arquivística de documentos eletrônicos. Identificação Arquivística e Tipologia Documental. Ética e Sigilo profissional. Demais conhecimentos compatíveis com as atribuições do cargo. Sugestão de livros, sites ou materiais atualizados e confiáveis que abranjam tão somente o conteúdo proposto.

ANEXO VII – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2024 – Câmara Municipal de Nova Ponte/MG

CONTROLADOR INTERNO

Atribuições: 1. Realizar auditorias contábeis, financeiras, orçamentárias, operacionais e patrimoniais, emitindo relatórios técnicos com conclusões e recomendações; 2. Verificar a exatidão e a regularidade das contas e a boa execução do orçamento, registrando formalmente as inconformidades identificadas; 3. Examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade; 4. Elaborar os pareceres técnicos e notas de conformidade que subsidiarão as decisões do Diretor da Controladoria Interna e da Presidência; 5. Sistematizar informações com o fim de estabelecer a relação custo/benefício, auxiliando o processo decisório da Câmara Municipal; 6. Tomar medidas que confiram transparência integral aos atos da gestão do Legislativo Municipal, promovendo iniciativas de orientação e educação para a transparência.

SECRETÁRIO PARLAMENTAR

Atribuições: Executar trabalhos parlamentares que envolvam responsabilidade e capacidade de julgamento. 2. Coordenar atividades administrativas. 3. Dirigir equipes de servidores, de acordo com orientações da Presidência. 4. Ter conhecimento normativo e legislativo para elaborar e redigir documentos administrativos, tais como proposições, convites, convocações, atas de reuniões, deliberações, correspondências oficiais, comunicações, expedientes e demais documentos de maior complexidade, afetos ao trabalho legislativo, elaborar relatórios de natureza administrativa ou institucional e submeter à análise do setor competente. 5. Acompanhar o trâmite legislativo dos projetos de leis, proposições, controlando os prazos. 6. Pesquisar e estudar a evolução legislativa, informando as unidades administrativas e os vereadores a respeito da alteração de dispositivos legais que afetem os trabalhos legislativos da Câmara Municipal. 7. Realizar levantamentos e pesquisas para elaboração de respostas, de projetos de lei, resolução, decretos-legislativos, portarias e demais atos administrativos e legislativos, ou outros documentos legais, obedecidas às normas e técnicas pertinentes. 8. Participar de reuniões das Comissões da Câmara, elaborando os atos respectivos. 9. Proceder à adequação, à padronização e à revisão dos textos, documentos e relatórios de natureza administrativa ou institucional, tais como proposições legislativas, atas de reuniões, deliberações, correspondências oficiais, comunicações, expedientes e demais documentos relacionados às atribuições desta Casa de Leis. 10. Controlar prazo de envio e de respostas, especialmente de ofícios, e-mails, pedidos de informações. 11. Revisar as atas e minutas de pareceres das Comissões, quando solicitado. 12. Digitar e revisar ortografia de projetos de lei, resoluções, decretos-legislativos, portarias e demais atos administrativos e legislativos, ou outros documentos legais, de média complexidade, obedecidas às normas e técnicas pertinentes. 13. Reunir a documentação para a Presidência apresentar informações a serem prestadas ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, aos Órgãos do Poder Executivo quando solicitadas. 14. Gerenciar e controlar o arquivo: organizar o sistema de tramitação de papéis, documentos e procedimentos relativos ao suporte legislativo da Câmara Municipal; elaborar e organizar o sistema de referência e de índices necessários à pronta localização de documentos; realizar a manutenção eficiente de sistema de tramitação de papéis, documentos e processos nas diversas unidades da Câmara. 15. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outros setores, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos e orientações, fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Poder Legislativo. 16. Gerenciar e assessorar os servidores sob sua subordinação, proporcionando o correto desenvolvimento dos trabalhos de administração e serviços. 17. Coordenando, assessorando, fiscalizando e determinando a realização das atividades de atos de pessoal e recursos humanos, compras, licitações, contratos, patrimônio, almoxarifado, telefonia, recepção, copa, zeladoria, limpeza, vigilância, frota, manutenção conservação e todas as demais atividades administrativas que se fizerem necessárias. 18. Realizar outras atribuições compatíveis com a especialidade do cargo e executar outras tarefas correlatas.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Atribuições: Realizar trabalhos administrativos de secretaria e burocráticos, com conhecimento em informática e da legislação atinente ao serviço executado. 2. Executar trabalhos de informática. 3. Receber, registrar, protocolar, despachar, classificar e arquivar documentos e volumes. 4. Realizar o serviço de digitação, datilografia e controles diversos. 5. Redigir documentos de natureza simples e submeter à superior consideração antes de despachar e realizar rotinas de trabalho visando a segurança e eficiência. 6. Colher as assinaturas necessárias. 7. Realizar serviços de reprografia, transmitir e receber fax e e-mail. 8. Responsabilizar-se pela destinação de correspondências c informações aos setores administrativos em geral. 9. Expedir as correspondências da Câmara Municipal. 10. Atender servidores e público em geral; pessoalmente e por telefone, direcionando ao setor competente. 11. Recepcionar visitantes e munícipes procurando identificá-los, averiguando suas pretensões para prestar-lhes informações ou encaminhá-los as pessoas ou setores procurados. 12. Registrar os visitantes atendidos, anotando dados pessoais para possibilitar o controle dos atendimentos diários. 13.Acompanhar os visitantes ou autoridades pelas dependências da Câmara, quando necessário.
14. Atender ao público interno e externo prestando informações simples, anotando recados e efetuando encaminhamentos. 15. Controlar o acesso de visitantes nas dependências administrativas e dos gabinetes. 16. Atualizar arquivos, fichários e livros de controle. 17. Classificar e arquivar correspondências, relatórios, planilhas, fichas e outros documentos, efetuando triagem, ordenando, grampeando e etiquetando, para fins de controle, facilitar sua localização. 18. Receber, registrar e encaminhar faturas, ordens de serviços, listagens e outros documentos, separando, conferindo e registrando dados de identificação, para fins de controle de documentação e prosseguimento do processo de trabalho. 19. Protocolar e despachar documentos e volumes efetuando registros quanto à quantidade, especificações, destino, data e outras informações e acondicionando-os em embalagens apropriadas, a fim de evitar extravios e possibilitar o encaminhamento aos interessados, digitar ou datilografar correspondências, tabelas, relatórios, circulares, memorandos, apostilas, formulários e outros documentos, transcrevendo dados manuscritos, impressos e seguindo padrões estabelecidos de estética e apresentação, a fim de atender as exigências de trabalho do órgão. 20. Controlar o material de expediente, ferramentas e instrumentos utilizados na área, registrando quantidade, qualidade e consumo dos mesmos, preparando requisições, conferindo e entregando quando solicitado, a fim de atender às necessidades da área e do andamento dos trabalhos, receber o material de escritório. 21. Efetuar levantamentos referentes a assuntos diversos, coletando e registrando dados, a fim de serem utilizados pelos órgãos competentes. 22. Conferir e tabular dados para lançamentos em formulários. 23. Efetuar a etiquetagem e o envio de documentos via correios, malote ou fax. 24. Organizar a documentação de arquivos institucional, atuar com organização do arquivo e circulação interna de documentos. 25. Realizar a limpeza e catalogação de jornais, revistas e etc. 26. Operar fotocopiadoras, scanners, encadernadores e demais equipamentos de reprodução e organização de documentos. 27. Recepcionar as solicitações formais e informais das diversas unidades administrativas, encaminhando-as aos responsáveis. 28. Intermediar e empenhar-se na busca do atendimento das solicitações que lhe forem efetuadas, observados, em cada caso, os princípios que norteiam a administração pública. 29. Prestar auxílio na realização das sessões e reuniões da Câmara Municipal. 30. Participar do processo seletivo de papéis e documentos a serem eliminados, de acordo com as normas que regem a matéria. 31. Realizar outras tarefas correlatas ao cargo por iniciativa própria ou que lhe forem atribuídas por superior.

Publicado por:
Nayara Angelo Malfer Santos
Código Identificador:2E0F6153

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 002/2026

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 002/2026 – COMUNICADO – CONCURSO PÚBLICO

EDITAL CONSOLIDADO – NOVO CRONOGRAMA – DIVULGAÇÃO EM ÓRGÃOS OFICIAIS, JORNAL, AMM E FISCAP-TCE/MG
Concurso Público nº 001/2024

ONDE SE LÊ:
A Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, ~~através da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, nomeada pela Portaria Especial nº 011 de 09 de janeiro de 2025~~, no uso de suas atribuições legais e a empresa "**Versátil Tecnologia e Serviços Administrativos**", responsável pela realização deste certame, tornam público para conhecimento dos interessados a presente **retificação,** o que se dá em cumprimento à Ata de Audiência publicada no Portal do Concurso, referente ao Inquérito Civil nº 04.16.0450.0324412.2026-53 da Promotoria de Justiça Única de Nova Ponte e a Lei Complementar Municipal n.º 309/2026 para promover alterações no Edital do Concurso Público nº 001/2024, nos seguintes termos:

LEIA-SE:
A Câmara Municipal de Nova Ponte/MG, através do Presidente Sr. David Albert Silva, no uso de suas
atribuições legais e a empresa "**Versátil Tecnologia e Serviços Administrativos**", responsável pela realização deste certame, tornam público para conhecimento dos interessados a presente **retificação,** o que se dá em cumprimento à Ata de Audiência publicada no Portal do Concurso, referente ao Inquérito Civil nº 04.16.0450.0324412.2026-53 da Promotoria de Justiça Única de Nova Ponte e a Lei Complementar Municipal n.º 309/2026 para promover alterações no Edital do Concurso Público nº 001/2024, nos seguintes termos:

1. DO OBJETO DA RETIFICAÇÃO
A presente retificação tem por finalidade adequar o Edital de Abertura nº 001/2024, promovendo alterações, de forma que conste expressamente o nome do Sr. David Albert Silva, Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de ordenador do concurso e representante legal da Câmara Municipal, como autoridade responsável por tornar públicos os referidos documentos para conhecimento dos interessados.
A Comissão de Acompanhamento do Concurso Público será responsável pelo acompanhamento de todas as etapas do certame, bem como pela elaboração de relatório comprobatório ao final dos trabalhos, registrando a regularidade e a execução dos procedimentos realizados.

A presente solicitação visa conferir maior clareza quanto às atribuições dos agentes envolvidos e assegurar a adequada formalização dos atos administrativos relacionados ao certame.

2. DA PUBLICIDADE E REABERTURA DO PRAZO PARA NOVAS INSCRIÇÕES

A **Câmara Municipal de Nova Ponte/MG**, através do Presidente, Sr. David Albert Silva, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, **COMUNICA aos candidatos e demais interessados que, em razão da necessidade de adequações no Edital do Concurso Público e de atendimento às exigências de publicidade, transparência, controle e regularidade aplicáveis ao certame, torna-se necessária a retificação e republicação do Edital, acompanhada da divulgação de novo Cronograma de Execução.**

A medida tem por finalidade **assegurar a plena observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como o adequado cumprimento das exigências dos órgãos de controle**, garantindo maior transparência, isonomia, segurança jurídica e regularidade em todas as etapas do Concurso Público.

A **republicação do Edital e a adoção de novo Cronograma constituem medida necessária à regularização e ao adequado prosseguimento do certame**, visando prevenir eventuais questionamentos pelos órgãos de controle e resguardar a Administração Pública, os candidatos e todos os demais interessados quanto à validade e à segurança jurídica dos atos praticados no decorrer do Concurso Público.

Dessa forma, **o novo Cronograma de Execução passa a prevalecer integralmente sobre o cronograma anteriormente divulgado**, devendo todos os candidatos observar exclusivamente as datas, prazos, condições e procedimentos estabelecidos na versão atualizada do Edital.

As alterações e a republicação ora realizadas **não têm por finalidade restringir direitos ou causar prejuízo aos candidatos**, sendo assegurada a adequada publicidade das novas regras e, quando necessário, a reabertura ou adequação dos prazos afetados pelas alterações, de modo a garantir tratamento isonômico a todos os interessados.

Ressalta-se que a adoção das presentes medidas busca **evitar a ocorrência de futuras determinações de suspensão, anulação ou cancelamento do certame, bem como prevenir eventuais responsabilizações e sanções administrativas decorrentes do descumprimento de exigências legais ou de controle**, conferindo ao Concurso Público maior segurança jurídica e regularidade.

Assim, RECOMENDA-SE A TODOS OS CANDIDATOS QUE DESCONSIDEREM O CRONOGRAMA ANTERIORMENTE DIVULGADO E OBSERVEM EXCLUSIVAMENTE A NOVA VERSÃO DO EDITAL E O NOVO CRONOGRAMA, disponibilizados juntamente com esta publicação.

A Câmara Municipal de Nova Ponte/MG reforça seu compromisso com os princípios da **legalidade, publicidade, transparência, impessoalidade, isonomia e segurança jurídica**, adotando as providências necessárias para o regular prosseguimento do certame.

ITEM	DATAS PREVISTAS	NOVO CRONOGRAMA – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
1	**Até 25/08/2026**	Republicação do Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2024 no site da empresa e site da Câmara.
2	**Até 25/08/2026**	Publicação do extrato do Edital no Diário Oficial, Jornal de Circulação e Placar da Câmara Municipal.
3	**Até 25/08/2026**	Remessa do Edital, publicações, leis, entre outras informações e documentos do concurso para o Tribunal de Contas do Estado – TCE/MG.
4	**27/10/2026 a 26/11/2026**	**INSCRIÇÕES** – As inscrições serão realizadas via internet – Devendo o candidato imprimir o **Comprovante de Inscrição** e efetuar o pagamento até o dia **27/11/2026**.
5	**27/10/2026 a 03/11/2026**	Solicitação de **ISENÇÃO da Taxa de Inscrição** no ato da inscrição via internet – Capítulo 3 deste Edital.
6	**04/11/2026**	Publicação da listagem preliminar dos candidatos que solicitaram **isenção** (deferidos e indeferidos).
7	**05/11/2026 a 08/11/2026**	Prazo para interposição de recursos quanto às **Isenções indeferidas.**
8	**10/11/2026**	Publicação da listagem final dos candidatos que solicitaram **isenção** (deferidos e indeferidos). **Se indeferido, deverá emitir o boleto e efetuar o pagamento da Taxa de Inscrição até o dia 27/11/2026.**
9	**Até 01/12/2026**	Divulgação da listagem **PRELIMINAR das inscrições deferidas e indeferidas**. Publicação da listagem dos candidatos que se declararam **Pessoas com Deficiência** deferidas e indeferidas
10	**02/12/2026 a 04/12/2026**	Interposição de recursos quanto às inscrições indeferidas e quanto as vagas reservadas e solicitações especiais.
11	**Até 08/12/2026**	Análise e julgamento dos recursos das inscrições indeferidas e solicitações especiais.
12	**Até 10/12/2026**	**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES** - Listagem **FINAL das inscrições deferidas e indeferidas**.
13	**Até 15/12/2026**	**CONVOCAÇÃO PARA A PROVA** – Divulgação do local, horário e salas para realização das provas objetivas a serem realizadas no dia **27/12/2026.** *(Podendo*

		sofrer alterações devido a quantidade de candidatos).
14	**27/12/2026**	**PROVAS OBJETIVAS** - As provas serão realizadas na **Escola Estadual Josias Pinto, situada na Rua Prof. Djalma Alvarenga de Oliveira, 901 – Centro, Nova Ponte/MG** – **Horário das 09:30h às 12:30h**. 08:40h – Abertura dos portões de acesso aos locais de prova. **09:10h – Fechamento dos portões**, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário. **09:30h – Início das Provas**. 12:10h – Final do prazo para retirar-se do local de prova. 12:30h – Final do prazo para entrega da prova. Entrega obrigatória do ***CARTÃO-RESPOSTA.***
15	**27/12/2026**	**Divulgação do GABARITO preliminar das provas objetivas até as 22h.**
16	**28/12/2026 a 30/12/2026**	Prazo para interposição de recursos quanto ao GABARITO preliminar.
17	**Até 05/01/2027**	Data prevista da Análise e julgamento dos recursos quanto ao Gabarito preliminar, podendo ser alterado.
18	**06/01/2027**	Divulgação do **GABARITO OFICIAL** após prazo de recursos.
19	**12/01/2027**	Divulgação **PRELIMINAR dos candidatos APROVADOS/CLASSIFICADOS** nas Provas objetivas.
20	**13/01/2027 a 15/01/2027**	Prazo para interposição de recursos quanto ao resultado PRELIMINAR das Provas objetivas.
21	**Até 21/01/2027**	Análise e julgamento dos recursos quanto ao resultado Preliminar dos candidatos aprovados.
22	**Até 22/01/2027**	Divulgação do **RESULTADO FINAL dos candidatos APROVADOS/CLASSIFICADOS no Concurso**

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

– Os demais itens do Edital de Abertura nº 001/2024 permanecem inalterados;
– Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Ponte/MG, 24 de agosto de 2026.

DAVID ALBERT SILVA
Presidente da Câmara Municipal
Município de Nova Ponte/MG

Publicado por:
Nayara Angelo Malfer Santos
Código Identificador:BB2CC274

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO FINO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
4.505/2026

DECRETO Nº 4.505/2026

Abre Crédito Suplementar em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, no valor de R$ 1.000.000,00, para os fins que especifica.

ANTONIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL, Prefeito do Município de Ouro Fino - MG, no uso de suasatribuições legais, com base no inciso I, do artigo 2º, da Lei Municipal nº 3.335 de 19 de dezembro de 2025 - LOA 2026 e no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, com as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
02.03.03.12.365.0005.2.021 - Manut Ativ da Educação Infantil			
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	716	1.500.000.1001.001.005	R$ 34.808,83
02.0304.12.361.0006.2.025 - Manut Ativ do Ensino Fundamental			
3190 11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	717	1.500.000.1001.001.005	R$ 115.975,32
02.04.02.10.301.0009.2.049 - Manut Ativ Unidades Básicas de Saúde			
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	305	1.500.000.1002.002.008	R$ 500.000,00
3190 13 - Obrigações Patronais	310	1.500.000.1002.002.008	R$ 137.399,27
02.04.02.10.302.0029.2.050 - Manut Ativ do Pronto Atendimento			
3190 13 - Obrigações Patronais	350	1.500.000.1002.002.008	R$ 62.615,85
02.06.02.15.452.0021.2.085 - Manut Serviços de Limpeza Pública			
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	509	1.500.000.0.000.000	R$ 83.691,92
3190 13 - Obrigações Patronais	511	1.500.000.0.000.000	R$ 64.711,37
02.06.02.15.452.0021.2.086 - Manut Atividades de Velorio e Cemiterio			
3190 13 - Obrigações Patronais	520	1.500.000.0.000.000	R$ 797,44
TOTAL			**R$ 1.000.000,00**

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura dos créditos de que trata o artigo anterior, decorrem de anulação das seguintes dotações orçamentárias, conforme o disposto no inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64:

CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
01.01.01.01.031.0002.3.001 - Reforma/Ampliação Sede Câmara Municipal			
4490 51 - Obras e Instalações	1	1.500.000.0.000.000	R$ 696.600,00
01.01.01.01.031.0002.3.003 - Aquisição de Veículo para Câmara Municipal			
4490 52 - Equipamentos e Material Permanente	2	1.500.000.0.000.000	R$ 70.000,00
01.01.01.01.031.0002.3.004 - Aquisição de Moveis/Equip. Corpo Legislativo			
4490 52 - Equipamentos e Material Permanente	3	1.500.000.0.000.000	R$ 170.000,00
01.01.01.01.031.0002.4.001 - Manut Atividades do Corpo Legislativo			
33 90 35 - Serviços de Consultoria	9	1.500.000.0.000.000	R$ 3.000,00
3390 36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	10	1.500.000.0.000.000	R$ 3.000,00
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	11	1.500.000.0.000.000	R$ 10.000,00

3390 47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	12	1.500.000.0.000.000	R$ 1.000,00
3390 92 - Despesas de Exercícios Anteriores	13	1.500.000.0.000.000	R$ 3.000,00
01.01.01.01.031.0002.4.002 - Despesas com Homenagens e Recepções			
3390 30 - Material de Consumo	14	1.500.000.0.000.000	R$ 5.000,00
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15	1.500.000.0.000.000	R$ 5.000,00
01.01.01.01.031.0002.4.007 - Manut Atividades Escola do Legislativo			
3390 30 - Material de Consumo	17	1.500.000.0.000.000	R$ 15.000,00
3390 31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas	18	1.500.000.0.000.000	R$ 1.100,00
3390 33 - Passagens e Despesas co Locomoção	19	1.500.000.0.000.000	R$ 5.000,00
3390 36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	20	1.500.000.0.000.000	R$ 5.500,00
3390 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21	1.500.000.0.000.000	R$ 680,00
01.02.02.01.031.0026.4.004 - Manut Atividades da Secretaria Geral			
3190 04 - Contratação por Tempo Determinado	23	1.500.000.0.000.000	R$ 6.120,00
TOTAL			**R$ 1.000.000,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Fino, 25 de agosto de 2026.

ANTONIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Prado de Sousa
Código Identificador:1D6A4719

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRINÓPOLIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 07/2025

MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS - MG, inscrito no CNPJ sob nº 18.140.335/0001-70, com sede na Praça São Sebastião, nº 112, CEP: 38.178-000, Centro, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **RAFAEL FERREIRA SILVA,** brasileiro, advogado, inscrito no CPF 037.535.286-41 e RG nº MG-10.683.927 PC/MG, residente e domiciliado na Rua Alfredo Narciso da Fonseca nº 191, CEP. 38.178-000, Vila Nova, Pedrinópolis/MG, torna público que, após constatada a regularidade da instrução do processo nº **09/2026**, conforme Parecer jurídicoda Procuradoria Setorial,aderiu à**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2025, Cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA, POR MEDIÇÃO, PARA A CONSTRUÇÃO DE EXTENSÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, MELHORIA E AMPLIAÇÃO NO ÍNDICE DE ILUMINAMENTO DE VIAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, ENGLOBANDO O PERÍMETRO URBANO, ZONA RURAL E BAIRROS MAIS AFASTADOS (ANTES CONHECIDOS COMO DISTRITOS), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES, NORMAS TÉCNICAS E CONDIÇÕES DESCRITAS NO PROJETO BÁSICO - PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS/MG, nos moldes DA LEI 14.133/2021 - ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2025- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP (ORGÃO GERENCIADOR) - ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2025 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO DO ORGÃO ADERENTE MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS-MG Nº. 09/2026.** Conforme descrito abaixo,junto à empresa vencedora **detentora** da ATA:**MÉTODO PROJETOS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 10.495.235/0001-55.**

ITEM	CÓDIGO CEMIG	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE TOTAL	VALOR UNIT. SEM BDI		VALOR UNIT. COM BDI (25,84%)		VALOR FINAL COM BDI	
10	229005	ALÇA PREFORMADA NEUTRO CA/CAL 70MM²	PC	3,00	R$	24,33	R$	30,62	R$	91,86
31	75721	ARRUELA QUADRADA M16 38X18X3MM	PC	11,00	R$	1,54	R$	1,94	R$	21,34
34	327692	BRAÇADEIRA AMARRAR CABO MULTIPLEXADO BT	PC	12,00	R$	2,21	R$	2,78	R$	33,36
37	231712	BRAÇO COM GRAMPO SUSPENSÃO CABO CAL70MM²	CJ	3,00	R$	75,91	R$	95,53	R$	286,59
50	2931	CABO AÇO MR 1/4P (6,4MM) 7 FIOS	KG	6,00	R$	34,22	R$	43,06	R$	258,36
62	220475	CABO CA 34MM² (2AWG)	M	160,00	R$	67,73	R$	85,23	R$	13.636,80
93	236919	CINTA DE AÇO D 250MM	PC	10,00	R$	54,21	R$	68,22	R$	682,20
120	231696	CONECTOR CUNHA CU ITEM 6	PC	3,00	R$	11,68	R$	14,70	R$	44,10
127	227785	CONECTOR FORMATO H ITEM 3	PC	3,00	R$	10,21	R$	12,85	R$	38,55
144	327767	CONECTOR PERFURAÇÃO 70- 240MM²/16-120MM²	PC	6,00	R$	37,05	R$	46,62	R$	279,72
148	227389	CONECTOR TERM COMP 1 FURO 6,4MM/21MM²	PC	3,00	R$	4,54	R$	5,71	R$	17,13
203	378842	GRAMPO LINHA VIVA DERIVAÇÃO 50-150MM²	PC	8,00	R$	122,22	R$	153,80	R$	1.230,40
204	222539	HASTE ATERRAMENTO AÇO ZINC 2400MM	PC	2,00	R$	70,18	R$	88,31	R$	176,62
213	219634	ISOLADOR ROLDANA	PC	6,00	R$	63,12	R$	79,43	R$	476,58
233	237271	MANILHA SAPATILHA 50KN	PC	12,00	R$	20,15	R$	25,36	R$	304,32
234	374393	MANTA AUTO-ADESIVA EMENDA CABO 15KV RDP	PC	10,00	R$	133,27	R$	167,71	R$	1.677,10
235	237784	MÃO FRANCESA PERFILADA	PC	2,00	R$	55,01	R$	69,22	R$	138,44
236	237800	MÃO FRANCESA PERFILADA BECO	PC	2,00	R$	87,66	R$	110,31	R$	220,62
238	237289	OLHAL PARA PARAFUSO 50KN	PC	4,00	R$	25,27	R$	31,80	R$	127,20
243	66878	PARAFUSO CABEÇA ABAULADA M16X45MM	PC	7,00	R$	7,44	R$	9,36	R$	65,52
244	66886	PARAFUSO CABEÇA ABAULADA M16X70MM	PC	14,00	R$	5,40	R$	6,80	R$	95,20
293	207415	POSTE CONCRETO CIRCULAR 11M 300DAN	PC	1,00	R$	1.600,59	R$	2.014,18	R$	2.014,18
297	207514	POSTE CONCRETO CIRCULAR 12M1000DAN	PC	1,00	R$	4.097,37	R$	5.156,13	R$	5.156,13

321	237768	SAPATILHA	PC	6,00	R$	4,68	R$	5,89	R$	35,34
VALOR TOTAL DOS MATERIAIS									**R$**	**27.107,66**
344		CONSTRUÇÃO E MANUTENÇAO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO	US	1,64	R$	1.760,07	R$	2.214,87	R$	3.632,39
345		ELABORAÇÃO DE PROJETOS	US	2,02	R$	85,14	R$	107,14	R$	216,42
VALOR TOTAL DA MÃO DE OBRA									**R$**	**3.848,81**
VALOR TOTAL									**R$**	**30.956,47**
TRINTA MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS										

Pedrinópolis – MG, 25 de Agosto de 2026

DR. RAFAEL FERREIRA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:8F698789

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIÊNE E LIMPEZA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEDRINÓPOLIS - MG, QUE SERÃO ENTREGUES DE FORMA PARCELADA, CONFORME QUANTIDADES, CARACTERÍSTICAS, E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DESTE EDITAL.

O Prefeito do Município de Pedrinópolis - MG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo Licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico nº 004/2026** e considerando a legitimidade do procedimento licitatório.

RESOLVE:

HOMOLOGAR o presente procedimento licitatório O total de **R$ 589.835,00 (QUINHENTOS E OITENTA E NOVE MIL, OITOCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS),** As empresas Vencedoras Conforme descrito abaixo:

KLS DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA CNPJ: 48.697.556/0001-05							
Item	**Cod. Interno**	**UNID**	**Qtde**	**DESCRIÇÃO - ESPECIFICAÇÃO**	**Marca**	**Valor Médio Unit.**	**Valor Total**
1	2358	LT	4.400	ÁGUA SANITARIA - HIPOCLORITO DE SODIO, HIDROXIDO DE SODIO, CLORETO DE SODIO E AGUA COM TEOR DE CLORO ATIVO 2 A 2,5% P/P, EMBALAGEM DE 01 LITRO, COM BICO DOSADOR E TAMPA COM VEDACAO DE SILICONE.	ESTRELA	2,67	11.748,00
15	388	PC	3.900	COPO DESCARTAVEL, COPO PLASTICO DESCARTAVEL, CAPACIDADE PARA **50 ML**, MATERIAL POLIESTIRENO, RESISTENTE, **PACOTE COM (100X1)**	VERO COPO	1,87	7.293,00
20	2369	UN	6.700	DETERGENTE LÍQUIDO BIODEGRADAVEL COMPONENTE ATIVO LINEAR ALQUILBENZENO SULFONATODE SODIO, PRONTO USO FRASCO COM BICO DOSADOR **DE 500 ML**. TESTADO DERMATOLOGICAMENTE	ESTRELA	1,33	8.911,00
28	27035	CX	600	FILTRO DE CAFE No 103, TAMANHO GRANDE, PARA SUPORTES 103, PROJETADO PARA PREPARAR VOLUMES MAIORES, COMO ATÉ 1 LITRO OU CERCA DE 20 XICARAS DE CAFE, TIPO: FILTRO DESCARTAVEL PARA CAFE, MATERIAL: PAPEL MICROPERFURADO, CAIXA COM 30 UNIDADES.	MELITA	2,54	1.524,00
34	2378	VD	1.200	LIMPA ALUMINIO TRADICIONAL - **500ML** DEVE ELIMINA AS SUJEIRAS MAIS DIFICEIS, DEIXANDO OS UTENSILIOS COM BRILHO INCRIVEL E ASPECTO DE NOVOS. O PRODUTO PODE SER USADO TAMBEM EM RODAS DE VEICULOS, BOX DE BANHEIRO E OUTRAS SUPERFICIES DE ALUMINIO.	POLYLAR	2,10	2.520,00
35	5497	UN	1.100	LIMPA PEDRAS **2LTS** ESPECIALMENTE ELABORADO PARA A LIMPEZA DE PEDRAS E PISOS RUSTICOS QUE POSSUAM SUJEIRAS DOS MAIS DIVERSOS TIPOS, TAIS COMO: CROSTAS DE LAMA, ENCARDIDO, RESPINGOS DE CONCRETO E FERRUGEM.	PEDREX	9,67	10.637,00
37	23125	UN	2.000	LIMPADOR DE USO GERAL AROMATIZADO **1,700 LITRO**	AZULIM	5,76	11.520,00
38	2380	VD	1.500	LIMPADOR MULTIUSO COM ALCOOL BRILHO SEM EMBACAR - **500 ML** LIMPADOR QUE COMBINA A ACAO DO ALCOOL E DETERGENTES. SUA EXCLUSIVA FORMULA TEM MELHOR DESEMPENHO SOBRE ACRILICOS, LAMINADOS, FORMICAS, ESPELHOS, JANELAS, UTENSILIOS E INOX, DEIXANDO-OS LIMPOS E BRILHANTES E SEM RESIDUOS.	AZULIM	2,44	3.660,00
40	17757	CX	100	MARMITA 3DIV 1.150ML COM TAMPA EMBALAGENS RESISTENTES AO FRIO E AO CALOR, VAO DIRETO DO FREEZER AO MICRO-ONDAS SEM DEFORMAR OU CONTAMINAR OS ALIMENTOS.BANDEJA REFEICAO 3 DIVISORIAS - 1150ML MATERIAL: PPQTD. **POR CAIXA: 100 UND**. DADOS TECNICOS COR BASE BRANCA - TAMPA CRISTAL CAPACIDADE VOLUMETRICA 1.150ML	COPOBRAS	141,50	14.150,00
41	2382	UN	1.200	PANO DE CHAO (TIPO SACO)100% ALGODAO CRU PARA LIMPEZA, TAMANHO MINIMO 60X80 - 22BATIDAS.	TSR	3,99	4.788,00
43	457	UN	620	PAPEL ALUMINIO MEDIDAS: 0,45 MTS. X 7,5 MTS.	WIDA	4,42	2.740,40
46	2553	PC	2.450	PAPEL TOALHA 100% CELULOSE, PACOTE COM 2 ROLOS, COM 100 FOLHAS	PEGG	2,88	7.056,00
48	17762	UN	130	PENEIRA PLASTICA 30 CM	PLASUTIL	7,98	1.037,40
50	17752	UN	300	REFIL PARA RODO DE ALUMINIO 40 CM	SANCHES	2,99	897,00
51	17753	UN	300	REFIL PARA RODO DE ALUMINIO 60 CM	SANCHES	5,14	1.542,00
55	12297	UN	420	RODO DE ALUMINIO 60 CM COM CABO	SANCHES	16,40	6.888,00
65	21168	PC	195	SACO 30 L, PLASTICO PARA LIXO FABRICADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, RECICLADO, COR PRETA, CAPACIDADE PARA 30 LITROS, MEDIDA 59CM X 62CM, MICRA 10 PACOTES C/100 UNIDADES. PESO MINIMO ACEITAVEL P/ PACOTE: 2,9 KG	PLASTENO	24,80	4.836,00
				TOTAL:		**101.747,80**	

ELCIO ANTONIO ALVES CNPJ: 23.159.429/0001-21							
Item	**Cod. Interno**	**UNID**	**Qtde**	**DESCRIÇÃO - ESPECIFICAÇÃO**	**Marca**	**Valor Médio Unit.**	**Valor Total**
2	27037	FR	1.750	ALCOOL EM GEL 70% IDEAL PARA HIGIENIZACAO DAS MAOS EM AMBIENTES DOMESTICOS E PROFISSIONAIS, MENOS INFLAMAVEL E EVAPORAR MAIS LENTAMENTE,	SOL	6,31	11.042,50

				COM VALVULA PUMP (AO APERTAR JORRA UM ESGUICHO DE ALCOOL), **FRASCO COM 500 ML**.			
3	23123	UN	3.700	ALCOOL EM GEL ANTISSEPTICO PARA MAOS **500ML** REFIL (SAQUINHO) COM BICO DOSADOR E VALVULA CONTRA VAZAMENTO PARA SUPORTE	SOL	15,95	59.015,00
36	2379	VD	1.600	LIMPADOR DE LIMPEZA PESADA FRASCO **DE 500 ML** COMPOSICAO: CONCENTRADA COM SOLVENTES, ALCOOL ETOXILADO, CONSERVANTES. SIMILAR AO VEJA	QBOA	4,95	7.920,00
75	2395	UN	510	VASSOURA C/CERDAS PIACAVA CERDAS COM MINIMO 9 CM DE COMPRIMENTO, CABO EM MADEIRA PLASTIFICADA, MATERIAL CEPA, COMPRIMENTO 30 CM, COM CABO COLADO, RESISTENTE	RODOFORT	19,90	10.149,00
				TOTAL:		**88.126,50**	

COPAFI PEREIRA & BESSA LTDACNPJ: 41.785.874/0001-89

Item	Cod. Interno	UNID	Qtde	DESCRIÇÃO - ESPECIFICAÇÃO	Marca	Valor Médio Unit.	Valor Total
4	2359	LT	4.300	ALCOOL ETILICO HIDRATADO LÍQUIDO 70° GL PARA DESINFECCAO DE SUPERFICIES FIXAS, **CONTENDO 1000 ML**.	NOBRE	7,45	32.035,00
5	2360	UN	3.800	ALCOOL GEL ACONDICIONADO EM FRASCO RESISTENTE, **CONTENDO 500ML**. PRODUTO REGISTRADO NA ANVISA. **DEVENDO O PROPONENTE APRESENTAR FICHA TECNICA DO PRODUTO E FISPQ NO ATO LICITATORIO**	LINEX	7,47	28.386,00
6	2361	UN	400	AMACIANTE **2 LTS** CLORETO DE AQUIL METIL AMONIO, COADJUVANTES, FRAGRANCIA, 1,2 BENZOTIAZOLIN-3-ONA, CORANTE, ACIDIFICANTE E ÁGUA.	TRIEX	5,69	2.276,00
7	17754	UN	490	AVENTAL PARA COZINHA, CONFECCIONADO EM TECIDO DE BRIM TIPO SOL A SOL COM RETARDANTE A CHAMA SILICONADO EM UMA DAS FACES.MEDIDA: 90 X 62 COM AJUSTES: UMA ALCA NO PESCOCO COM AJUSTE E ENGATE RAPIDO PLASTICO DO LADO DIRETO E DUAS ALCAS NA CINTURA.CAMADA EXTERNA: BRIM SOL A SOL COM TRATAMENTO SILICONIZADO FECHAMENTO: ALCA COM ENGATE RAPIDO DE PLASTICO, COR: CINZA DEBRUM EM TODA VOLTAATENDE A NORMA: ISO11612:2008	PATOS FLANELA	10,99	5.385,10
8	2363	LT	1.050	AZULIM PRODUTO ESPECIALMENTE ELABORADO P/REMOVER SUJEIRAS E CROSTAS EM SUPERFICIES CERAMICAS (PISOS, AZULEJOS E REJUNTO) - ACIDO SULFONICO, COADJUVANTE, TENSOATIVO NAO IONICO, FRAGRANCIA, CORANTE E ÁGUA.EMB. 1 LITRO.	ESTRELA	6,95	7.297,50
9	7113	PC	150	BANDEIJA CR 02 BRANCA COM PCT 100 UNID DIMENSOES: 210X140X18MM	TOTAL PLAST	26,99	4.048,50
10	17758	RL	85	BOBINA PICOTADA 2KG 50 SACOS TRANSPARENTE, BOBINA SACO PICOTADA FUNDO RETO COM 50 SACOS	START LUX	5,16	438,60
11	17759	RL	85	BOBINA PICOTADA 3KG 50 SACOS TRANSPARENTE, BOBINA SACO PICOTADA FUNDO RETO COM 50 SACOS	START LUX	5,16	438,60
12	17760	RL	85	BOBINA PICOTADA 5KG 50 SACOS TRANSPARENTE, BOBINA SACO PICOTADA FUNDO RETO COM 50 SACOS	BOREDA	10,69	908,65
14	386	PC	1.500	COLHER DESCARTAVEL REFEICAO DIMENSOES: COMPR. X LARG. CONCHA 160 X 34 (MM)PACOTE **COM 50 UNIDADES** PARTE INFERIOR DO FORMULARIO.	BELLO COPO	3,34	5.010,00
17	17765	UN	1.000	CREME DENTAL ADULTO PROTECAO ANTIBACTERIANA MENTA REFRESCANTE **90 GR**	DENTIL	1,98	1.980,00
18	23124	UN	1.100	CREME DENTAL INFANTIL PROTECAO ANTIBACTERIANA MENTA REFRESCANTE **50 GR**	DENTIL	2,64	2.904,00
19	2368	LT	6.700	DESINFETANTE LÍQUIDO ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO RESISTENTE **DE 2 LTS.**	VOREL	4,24	28.408,00
25	2373	UN	500	ESPONJA PARA BANHO CORES VARIADAS	PORUS	2,49	1.245,00
27	2550	UN	2.700	FIBRAS LIMPEZA PESADA	SCOTCH BRIT	2,09	5.643,00
30	2376	UN	2.200	FLANELA PARA LIMPEZA 28X38CM	DI CASA	1,67	3.674,00
32	1989	PC	1.390	GARFO DESCARTÁVEL PACOTE C/50 PARA FESTA	BELLO COPO	3,45	4.795,50
39	17768	UN	100	LUSTRA MOVEIS LÍQUIDO, PERFUMADO, **200 ML**	TRIEX	3,89	389,00
42	2383	UN	1.150	PANO DE PRATO (COPA E COZINHA) BRANCO ALVEJADO 100% ALGODAO-MEDIDA MINIMA 41X62 CM.	ENCAPA	3,18	3.657,00
44	460	UN	590	PAPEL FILME PVC TRANSPARENTE MEDIDAS: 28CMX30MTS	GUARUFILME	4,43	2.613,70
45	2384	PC	10.900	PAPEL HIGIENICO BRANCO FOLHA SIMPLES 100% CELULOSE VIRGEM - **PACOTE C/ 4 ROLAS DE 30M X 10 CM**	PALOMA	3,24	35.316,00
49	27038	UN	1.000	PORTA ESCOVA PLASTICO, COMPRIMENTO DE 19, 7 CM LARGURA DE 2, 5 CM E ALTURA DE 2CM, ARMAZENA A ESCOVA, MANTENDO A INTEGRA E SEM RISCOS DE ABERTURAS, PORTA ESCOVACOR VERDE	SANTA CLARA	2,87	2.870,00
53	2385	UN	280	RODO - 40 CM COM CABO E SUPORTE EM MADEIRA, COR NATURAL, SUPORTE MEDINDO 40 CM, CONTENDO DUAS BORRACHAS, RESISTENTE	RODOFORT	7,29	2.041,20
54	2386	UN	280	RODO - 60 CM COM CABO E SUPORTE EM MADEIRA, COR NATURAL, SUPORTE MEDINDO 60 CM, CONTENDO DUAS BORRACHAS, RESISTENTE	RODOFORT	8,49	2.377,20
56	17751	UN	420	RODO DE ALUMINIO 40 CM COM CABO	RODOFORT	16,84	7.072,80
58	23127	UN	4.000	SABAO GLICERINADO EM BARRA MULTI ATIVO, **PACOTE 1KG COM 5 UNIDADES 180G** CADA DESCRITO EM SUA EMBALAGEM A COMPOSICAO, LOTE, DATA DE VALIDADE. COMPOSICAO: SABAODE ACIDO GRAXOS DE COCO/BABACU, SABAO DE ACIDOS GRAXOS DE SEBO, SABAO DE ACIDOSGRAXOS DE SOJA, CLORETO DE SODIO, GLICERINA, ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SODIO, LINEAR, PERFUME, EDTA EHDP, CORANTE E ÁGUA.	MARLUCE	6,09	24.360,00
59	2389	UN	700	SABONETE EM BARRA COM NO **MINIMO 90 G**, AROMATIZADO	MARLUCE	1,46	1.022,00
60	2390	UN	2.600	SABONETE LÍQUIDO AROMATIZADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE PLASTICO RESISTENTE, **FRASCO COM 200 ML**	FOLHA NATIVA	11,24	29.224,00
74	8758	CX	150	TOUCA CAPILAR **CX C/100 UNID**	TALGE	9,90	1.485,00
76	2396	UN	510	VASSOURA DE PELO SINTETICO 40 CM, BASE EM MADEIRA CABO DE 1,20 CM REVESTIDO, CERDAS COM APROXIMADAMENTE 5 CM.	LIMPA MANIA	12,78	6.517,80
77	2397	UN	390	VASSOURA ESFREGAO COM CABO 531CMX542CM	LIMPA MANIA	12,38	4.828,20
				TOTAL:		**258.647,35**	

CICCI DISTRIBUIDORA LTDACNPJ: 65.434.585/0001-01

Item	Cod. Interno	UNID	Qtde	DESCRIÇÃO - ESPECIFICAÇÃO	Marca	Valor Médio Unit.	Valor Total
13	2365	LT	100	CERA LIQUIDA ACONDICIONADA EM FRASCO PLASTICO RESISTENTE DE **750 ML** (INCOLOR OU VERMELHA)	SOLUZ	4,23	423,00
57	23126	UN	2.400	SABAO ALVEJANTE EM PO NA COR AZUL COM POLIMEROS ACRILICO E ENZIMAS, COM AGENTE ANTE DEPOSITANTE, MELHOR RENDIMENTO NA LIMPEZA GERAL, **CAIXA COM 800GR**.	SPUMIL	3,25	7.800,00
				TOTAL:		**8.223,00**	

EASY CLEAN DISTRIBUIDORA LTDACNPJ: 49.039.321/0001-99

Item	Cod. Interno	UNID	Qtde	DESCRIÇÃO - ESPECIFICAÇÃO	Marca	Valor Médio Unit.	Valor Total
16	387	PC	7.620	COPO DESCARTAVEL EM POLIETILENO ATOXICO **200 ML** - PCTE DE **100 UNIDADES**.	TOTAL PLAST	4,24	32.308,80
63	21167	PC	195	SACO 15 L, PLASTICO PARA LIXO FABRICADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, RECICLADO, COR PRETA, CAPACIDADE PARA 15 LITROS, MEDIDA 39CM X 58CM, MICRA 6,	ECOPLAST	15,59	3.040,05

				PACOTES C/ 100 UNIDADES. PESO MINIMO ACEITAVEL P/ PACOTE: 1,1 KG			
				TOTAL:		**35.348,85**	

MULTISUL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDACNPJ: 12.811.487/0001-71

Item	Cod. Interno	UNID	Qtde	DESCRIÇÃO - ESPECIFICAÇÃO	Marca	Valor Médio Unit.	Valor Total
21	17767	UN	1.200	ESCOVA DENTAL ADULTA CERDAS MACIA E ANTIBACTERIA	ALG	1,15	1.380,00
22	17766	UN	1.200	ESCOVA DENTAL INFANTIL CERDAS MACIA E ANTIBACTERIA	ALG	1,15	1.380,00
29	27039	UN	250	FIO DENTAL DE HIGIENE BUCAL, COMPOSTO POR FILAMENTOS DE POLIAMIDA, NAILON OU SEDA, ENCERADOS, AROMATIZADO, PROJETADO PARA REMOVER A PLACA BACTERIANA E RESTOS DE ALIMENTOS ENTRE OS DENTES E ABAIXO DA GENGIVA, ACONDICIONADO EM INVOLUCRO ADEQUADO PARA MANTER SUA INTEGRIDADE FISICA E SANITARIA, CONTENDO 100 METROS.	ALG	2,99	747,50
61	27036	FR	500	SABONETE LÍQUIDO PARA BANHO INFANTIL, FORMULADO COM PH NEUTRO OU FISIOLOGICO (EM TORNO DE 5,5), HIPOALERGICOS E SUAVES, IDEAIS PARA A PELE DELICADA, MAS PODENDO SER USADO EM QUALQUER TIPO DE PELE EVITANDO RESSECAMENTO E ALERGIAS, SEGUROS PARA USO DIARIO DA CABECA AOS PES. **FRASCO COM 400 ML**.	ANJINHO	17,03	8.515,00
				TOTAL:		**12.022,50**	

INVICTUS SOLUCOES INTEGRADAS LTDACNPJ: 44.922.087/0001-20

Item	Cod. Interno	UNID	Qtde	DESCRIÇÃO - ESPECIFICAÇÃO	Marca	Valor Médio Unit.	Valor Total
23	2370	UN	760	ESCOVA SANITARIA DIMENSOES: 34 X 8 CM RESISTENTE E DURAVEL	ESPONFLORA	5,49	4.172,40
24	2372	UN	2.350	ESPONJA DE AÇO ACONDICIONADA EM EMBALAGEM **PLASTICA 8 X1**	ASSOLAN	1,64	3.854,00
26	2374	UN	2.610	ESPONJA PARA LIMPEZA EM ESPUMA 110/75/20 MM, COM FORMATO RETANGULAR, C/BACTERICIDA, DUPLA FACE NAS CORES VERDE E AMARELO.	ESPONFLORA	0,74	1.931,40
52	17763	UN	130	RODINHO DE PIA 16 CM RODO C/ SUPORTE PAREDE VENTOSA PLASTICOPRODUTO COM PROTECAO ANTIBACTERIANA QUE INIBE A PROLIFERACAO DE BACTERIAS E FUNGOS CAUSADORES DE MAU ODOR.	ESPONFLORA	3,80	494,00
				TOTAL:		**10.451,80**	

M F DE S NETO COMÉRCIO E SERVIÇOCNPJ: 30.804.862/0001-38

Item	Cod. Interno	UNID	Qtde	DESCRIÇÃO - ESPECIFICAÇÃO	Marca	Valor Médio Unit.	Valor Total
31	27174	UN	1.450	FRASCOS PARA ALCOOL GEL COM VALVULA PUMP **500 ML** MATERIAL RESISTENTE A QUE DAS VALVULA, PROFISSIONAL IDEAL PARA ALCOOL EM GEL, POSSUI MAIOR SUCCAO E DOSA MELHOR O PRODUTO COM UM UNICO ACIONAMENTO.INDICADA TAMBEM PARA DETERGENTE, SABONETE LÍQUIDO, CREMES, SHAMPOO, CONDICIONADOR, ETC.MATERIAL: PVC | PET | PLASTICOCAPACIDADE: 500 ML	TATU	4,00	5.800,00
				TOTAL:		**5.800,00**	

MARA MARCHI PACHECOCNPJ: 20.121.738/0001-14

Item	Cod. Interno	UNID	Qtde	DESCRIÇÃO - ESPECIFICAÇÃO	Marca	Valor Médio Unit.	Valor Total
33	51	PC	2.650	GUARDANAPO PACOTE C/ 50 UN	5 ESTRELA	1,62	4.293,00
47	17741	CX	105	PAPEL TOALHA ENTREFOLHADO 2 DOBRAS, MEDINDO 21,5 X 22 CM, FOLHA SIMPLES BRANCA, EXTRA LUXO, FABRICADO COM 100% DE CELULOSE VIRGEM, EMBALADO EM CAIXA DE PAPELAO, **CAIXA COM 5000 FOLHAS**	TAGPAPER	64,87	6.811,35
62	21170	PC	195	SACO 100 L, PLASTICO PARA LIXO FABRICADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, RECICLADO, COR PRETA, CAPACIDADE PARA 100 LITROS, MEDIDA 75CM X 105CM, MICRA 12, PACOTES COM 100 UNIDADES. PESO MINIMO ACEITAVEL POR PACOTE: 7,6 KG	ALTERNATIVA	68,66	13.388,70
64	21171	PC	195	SACO 200 L, PLASTICO PARA LIXO FABRICADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, RECICLADO, COR PRETA, CAPACIDADE PARA 200 LITROS, MEDIDA 95CM X 110CM, MICRA 126, PACOTES COM 100 UNIDADES. PESO MINIMO ACEITAVEL POR PACOTE: 10,0 KG	ALTERNATIVA	85,99	16.768,05
66	21169	PC	195	SACO 50 L, PLASTICO PARA LIXO FABRICADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, RECICLADO, COR PRETA, CAPACIDADE PARA 50 LITROS, MEDIDA 63CM X 80CM, MICRA 10, PACOTES C/ 100 UNIDADES. PESO MINIMO ACEITAVEL P/ PACOTE: 4,0 KG	ALTERNATIVA	35,10	6.844,50
67	21175	PC	70	SACO BRANCO 100 L, PLASTICO PARA LIXO FABRICADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, RECICLADO, COR BRANCA, PARA USO HOSPITALAR, COM A IMPRESSAO DE SIMBOLOGIA DE RESIDUO INFECTANTE, CAPACIDADE PARA 100 LITROS, MEDIDA 75CM X 105CM, MICRA 12, PACOTES COM 100 UNIDADES. PESO MINIMO ACEITAVEL POR PACOTE: 7,6 KG	ALTERNATIVA	70,02	4.901,40
68	21172	PC	70	SACO BRANCO 15 L, PLASTICO PARA LIXO FABRICADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, RECICLADO, COR BRANCA, PARA USO HOSPITALAR, COM A IMPRESSAO DE SIMBOLOGIA DE RESIDUO INFECTANTE, CAPACIDADE PARA 15 LITROS, MEDIDA 39CM X 58CM, MICRA 6, PACOTES COM 100 UNIDADES. PESO MINIMO ACEITAVEL POR PACOTE: 1,1 KG	ALTERNATIVA	20,80	1.456,00
69	21176	PC	70	SACO BRANCO 200 L, PLASTICO PARA LIXO FABRICADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, RECICLADO, COR BRANCA, PARA USO HOSPITALAR, COM A IMPRESSAO DE SIMBOLOGIA DE RESIDUO INFECTANTE, CAPACIDADE PARA 200 LITROS, MEDIDA 95CM X 110CM, MICRA 126, PACOTES COM 100 UNIDADES. PESO MINIMO ACEITAVEL POR PACOTE: 10,0 KG	ALTERNATIVA	103,35	7.234,50
70	21173	PC	70	SACO BRANCO 30 L, PLASTICO PARA LIXO FABRICADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, RECICLADO, COR BRANCA, PARA USO HOSPITALAR, COM A IMPRESSAO DE SIMBOLOGIA DE RESIDUO INFECTANTE, CAPACIDADE PARA 30 LITROS, MEDIDA 59CM X 62CM, MICRA 10 PACOTES COM 100 UNIDADES. PESO MINIMO ACEITAVEL POR PACOTE: 2,9 KG	ALTERNATIVA	35,10	2.457,00
71	21174	PC	70	SACO BRANCO 50 L, PLASTICO PARA LIXO FABRICADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, RECICLADO, COR BRANCA, PARA USO HOSPITALAR, COM A IMPRESSAO DE SIMBOLOGIA DE RESIDUO INFECTANTE, CAPACIDADE PARA 50 LITROS, MEDIDA 63CM X 80CM, MICRA 10, PACOTES COM 100 UNIDADES. PESO MINIMO ACEITAVEL POR PACOTE: 4,0 KG	ALTERNATIVA	45,89	3.212,30
73	70	PC	80	SAQUINHO P/ LARANJINHA PC C/100UN	ROMANA	4,38	350,40
				TOTAL:		**67.717,20**	

UBERCOM COMERCIAL LTDACNPJ: 10.850.682/0001-85

Item	Cod. Interno	UNID	Qtde	DESCRIÇÃO - ESPECIFICAÇÃO	Marca	Valor Médio Unit.	Valor Total
72	490	PC	50	SACO DE PAPEL PARA PIPOCA C/1000 UM.DIMENSAO DO PRODUTO: 7,5 X 15 X 4 CM	RIO BRANCO	35,00	1.750,00

				TOTAL:	**1.750,00**

Com este ato fica convocado o proponente vencedor para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do art. 64, caput, da Lei n.º 14.133/21, sob pena de decair o direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no § 5º do art. 90 desta Lei.

Pedrinópolis-MG, 24 de Agosto de 2026

DR. RAFAEL FERREIRA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:3B631264

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE COBERTURA PARA ARQUIBANCADAS E MELHORAMENTO NA ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL IZOLDINO RODRIGUES DA COSTA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA ATENDER O CONVÊNIO Nº 1481001120/2024, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE MINAS GERAIS POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E O MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS-MG, PLANO DE TRABALHO Nº 001343/2024, PROPOSTA Nº 001929/2024, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
O Prefeito do Município de Pedrinópolis - MG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo Licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica **nº 010/2026** e considerando a legitimidade do procedimento licitatório.

RESOLVE:

A autoridade competente, declara **homologado** o objeto da presente licitação a proponente: **D2D CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA – EPP - CNPJ:36.918.567/0001-99,** no seguinte termo:

FORNECEDOR: D2D CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA – EPP - CNPJ: 36.918.567/0001-99					
ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VR. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Serv.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE COBERTURA PARA ARQUIBANCADAS E MELHORAMENTO NA ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL IZOLDINO RODRIGUES DA COSTA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA ATENDER O CONVÊNIO Nº 1481001120/2024, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE MINAS GERAIS POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E O MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS-MG, PLANO DE TRABALHO Nº 001343/2024, PROPOSTA Nº 001929/2024, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS	R$ 277.015,94	R$ 277.015,94
R$ 277.015,94 (Duzentos e Setenta e Sete Mil, Quinze Reais, Noventa e Quatro Centavos)					

Com este ato fica convocado o proponente vencedor para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do art. 64, caput, da Lei n.º 14.133/21, sob pena de decair o direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no § 5º do art. 90 desta Lei.

Pedrinópolis-MG, 14 de Agosto de 2026.

DR. RAFAEL FERREIRA SILVA
Prefeito de Pedrinópolis

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:292DB598

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTRATO Nº 348/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – Adesão à Ata nº 05/2026 – Processo Licitatório n° 5782/2025 – Pregão Eletrônico n° 42/2025 – Contrato nº 348/2026 – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CONSAÚDE E DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSAÚDE – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIBEIRA E LITORAL SUL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIBEIRA E LITORAL SUL – CONSAÚDE. Vigência: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura. Assinatura em 24/08/2026. Contratada: Belabru Comércio e Representações Ltda., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 03.353.258/0001-60. O valor do contrato é de R$ 635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais).

Dotação orçamentária:

FICHA	RECURSO	ORIGEM	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
722	ESTRUTURAR O ORGAO GESTOR E DIVERSOS SETORES DA SAUDE - PRÓPRIO	PRÓPRIO	02.011.000.0010.0122.0003.1000.3449052000000000000.15000001002 -	Equipamentos e material permanente
725	ESTRUTURAR A ATENCAO PRIMARIA	ESTADUAL	02.011.000.0010.0122.0003.1000.3449052000000000000.16210003210	Equipamentos e material permanente

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:03EEC040

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RECREIO

SETOR JURÍDICO
EDITAL Nº 01/2026

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA A CULTURA AMPLA PARA SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA FOMENTO DIRETO
ATRAVÉS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC.

A Prefeitura Municipal de Recreio, através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, em conformidade com a Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, os Decretos da Presidência da República nº 11.453, de 23 de março de 2023, nº 11.740, de 18 de outubro de 2023 e subsidiariamente, aos termos deste Edital, torna público o presente Edital de Chamamento Público, que visa **SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA FOMENTO DIRETO ATRAVÉS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC**, no período de 10 a 11 de setembro de 2026.
A PNAB é baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à Cultura no Brasil.

1. DO OBJETO

O objeto deste Edital é a SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA FOMENTO DIRETO ATRAVÉS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC no município de Recreio-MG, nos termos do art. 5º, da Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022 e com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais.

2. DOS PROJETOS

Serão contemplados 21 projetos culturais para **FOMENTO DIRETO** abrangendo diversas categorias e expressões culturais existentes no município e seguindo as resoluções da Comissão Municipal de Avaliação para Seleção de Projetos Culturais de Fomento Direto da Política Nacional Aldir Blanc nomeados pela portaria n° 121, de 30 de julho de 2025, registrado em ata, e elaboração do PAAR/2025 (Plano de Aplicação de Recursos) inseridos no sistema com o seguinte código: Código 30882120250002-027591, nas categorias e valores da tabela abaixo:

		Atividade	VALOR	Forma de Execução	Produto / entrega	Quantidade
Meta Ações Gerais	**Ação** Fomento Cultural	Exposição de Cerâmicas Cultura Popular (Artesanato em barro)	R$ 12.000,00	Chamamento Público- premiação cultural Decreto 11.453/2023	Festival/festa popular realizada	08
		Encontro de Folias de Reis de Recreio Cultura Popular (Folia de Reis)	R$ 33.000,00	Chamamento Público- premiação cultural Decreto 11.453/2023	Festival/festa popular realizada	06
		Premiação ao Grupo Mineiro Pau Cultura Popular (Mineiro Pau)	R$ 3.500,00	Chamamento Público- premiação cultural Decreto 11.453/2023	Festival/festa popular realizada	01
		Festa de São Sebastião Cultura Popular (Festa de São Sebastião, reconhecida como patrimônio Cultural de Recreio)	R$ 10.000,00	Chamamento Público- premiação cultural Decreto 11.453/2023	Festival/festa popular realizada	01
		Encontro Anual de Folias no Morro do Cruzeiro Cultura Popular (Encontro de Folias)	R$ 8.000,00	Chamamento Público- premiação cultural Decreto 11.453/2023	Festival/festa popular realizada	01
		Desfile de Carnaval Escolas de Samba (Apresentação nos carnavais de Recreio)	R$ 6.000,00	Chamamento Público- premiação cultural Decreto 11.453/2023	Festival/festa popular realizada	01
		Encontro de Fanfarras Cultura Popular (Encontro de Fanfarras)	R$ 6.000,00	Chamamento Público- premiação cultural Decreto 11.453/2023	Festival/festa popular realizada	01
		Música na Praça Cultura popular (Música na Praça)	R$ 6.500,00	Chamamento Público- premiação cultural Decreto 11.453/2023	Festival/festa popular realizada	01
	Subsidio e manutenção de espaços e organizações culturais	Manutenção do museu ferroviário	R$ 8.307,09	Chamamento público – apoio a espaços culturais – projeto Decreto 11453/3023	Espaço cultural mantido	01

2.1 O valor total deste Edital é de R$93.307,09 (noventa e três mil, trezentos se sete reais e nove centavos) e a despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
02 – Prefeitura Municipal de Recreio
14.01 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
13.392.0048.2070 – Ações e Incentivos Culturais
3.3.90.31.00 – Premiações Cult. Artística, Cient. Desp. e Outras
Ficha: 00344
1.719.000.0000 – Aldir Blanc

2.2. Os projetos deverão ser desenvolvidos em até 150 (cento e cinquenta) dias a contar da assinatura do Termo de Execução Cultural.
2.3. Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste Edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados entre as categorias.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar do presente Edital somente os proponentes como Pessoa Física, maiores de 18 anos e residente no município de Recreio.
3.1. É vedada a participação de proponentes que:
I- Façam parte da Comissão Municipal de Avaliação;
II- Sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores); do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros); do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros);
III- Servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
3.2. Cada proponente poderá inscrever somente 1 (um) projeto no presente Edital.
3.2.1. No caso de mais de uma inscrição do mesmo proponente, será considerada válida apenas a última, sem direito a qualquer manifestação ou solicitação de cancelamento.

4. ETAPAS

As etapas dos projetos submetidos a este Edital serão compostas de:
I- Inscrições- etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais;
II- Habilitação- ocorrerá no ato da inscrição, através da análise dos documentos solicitados;
III- Seleção- etapa em que a Comissão Municipal de Avaliação analisa e seleciona os projetos conforme critérios estabelecidos no item 8.
4.1 finalizada a fase de Seleção, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o **Termo de Execução Cultural,** de forma presencial, em local e data a serem divulgados, no ato da convocação.
4.1.1 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Prefeitura de Recreio, contendo as obrigações dos assinantes
4.1.2 O não comparecimento para assinatura do Termo de Execução Cultural será considerado como desistência tácita, levando a convocação do respectivo suplente.
4.2. Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária indicada na fase de habilitação, em desembolso único.

5. DAS INSCRIÇÕES

A inscrição será preenchida de forma presencial, no dia 11 de setembro, no CENTRO CULTURAL ARISTIDES DORIGO no horário de 9h00 às 11h e de 13h as 16h.

5.1 O proponente deverá preencher o Formulário em sua totalidade, prevendo as seguintes etapas:
I - Identificação do Proponente:
II- Identificação do Projeto:
a) Título;
b) anexar cópia CPF, RG ou CNH;
c) Anexar Plano de Ação e Portfolio (ANEXO III)
5.2 O agente cultural proponente deve entregar a seguinte documentação obrigatória:
I - Formulário de Inscrição que constitui o Plano de Ação: (ANEXO III);
II - Autodeclaração Étnico-racial ou de Pessoa com Deficiência, conforme estabelecido no item 8 deste Edital.
5.3. O agente cultural é responsável pelo envio de documentos e pela qualidade visual do material, conteúdo e informações do seu projeto.
5.4. A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstas neste Edital, na Lei nº 14.399/2022 (PNAB), no Decreto 11.740/2023, no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).
5.5. Uma vez realizada a inscrição não será permitida a alteração ou edição da mesma, respeitado o disposto no item 3.2.1 do presente Edital.
5.6 A relação de inscritos será publicada na portaria do Centro Cultural Aristides Dorigo.

6. DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

O Sistema de Pontuação Diferenciada para aplicação das políticas afirmativas, será adicionado como pontuação extra nas seguintes condições, conforme item 8 deste Edital:
I- Proponentes que se autodeclaram negros, pardos e indígenas;
II- Proponentes que se autodeclaram LGBTQIA+;
III- Proponentes que se autodeclaram Pessoa com Deficiência- PcD.
6.1. Em caso de negativa da inscrição para concorrer a Pontuação, o proponente passará a concorrer pelas vagas de ampla concorrência automaticamente.

7. DA HABILITAÇÃO

A Habilitação se dará no ato da inscrição e o proponente deverá apresentar a seguinte documentação:
I- Certidão negativa de débitos relativa ao crédito tributário municipal;
II- Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência, um comprovante de 2022 e um atual;

III- Documento de identidade com Foto, constando o RG e CPF;
IV- Comprovante de conta bancária em nome do proponente, informando Banco, Agência e Conta Corrente.
7.1 Caso o proponente esteja em débito com o município de Recreio-MG, será julgado **INABILITADO.**
7.2 Contra a decisão da fase de Habilitação, caberá recurso destinado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme cronograma no item 11 deste Edital.
7.2.1. Os recursos que se trata o item 8.5 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias a contar da publicação do resultado, considerando para início da contagem o dia da divulgação, com o assunto identificado RECURSO HABILITAÇÃO, informando o número do Edital, nome completo, nome do projeto e número de inscrição.
7.2.2. Os recursos apresentados após o prazo NÃO serão avaliados.

8. DA ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL

A análise e seleção dos projetos será realizada pela Comissão Municipal de Avaliação para Seleção de Projetos Culturais de Fomento Direto da Política Nacional Aldir Blanc nomeados pela portaria n° 121, de 30 de julho de 2025.
8.1. Os critérios de avaliação e pontuação serão baseados no quadro abaixo, totalizando 100 pontos:

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	ENQUADRAMENTO DA PONTUAÇÃO
I- Qualidade do Projeto: Coerência do objeto, objetivos e Justificativa do projeto	A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as ações propostas, sendo possível visualizar de forma clara, os resultados que serão obtidos	20 pontos	20: atende plenamente o previsto; 15 a 19: atende plenamente apenas alguns aspectos; 10 a 14: atende parcialmente ao solicitado em todos os aspectos; 05 a 09: atende de forma insatisfatória alguns aspectos; 0: não atende ao solicitado em nenhum aspecto
II- Relevância da ação proposta para o cenário cultural de Recreio	análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura de Recreio	20 pontos	20: atende plenamente o previsto; 15 a 19: atende plenamente apenas alguns aspectos; 10 a 14: atende parcialmente ao solicitado em todos os aspectos; 05 a 09: atende de forma insatisfatória alguns aspectos; 0: não atende ao solicitado em nenhum aspecto
II- Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto	Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social. Descentralização do projeto.	20 pontos	20: atende plenamente o previsto; 15 a 19: atende plenamente apenas alguns aspectos; 10 a 14: atende parcialmente ao solicitado em todos os aspectos; 05 a 09: atende de forma insatisfatória alguns aspectos; 0: não atende ao solicitado em nenhum aspecto
IV- Ações Afirmativas	Projetos que contenham sem seu tema, relação direta com respeito a mulheres, população LGBTQIA+ e pessoas negras. Projetos que tenham como proponente ou membro da equipe, Pessoa com Deficiência PcD	20 pontos	20: atende plenamente o previsto; 15 a 19: atende plenamente apenas alguns aspectos; 10 a 14: atende parcialmente ao solicitado em todos os aspectos; 05 a 09: atende de forma insatisfatória alguns aspectos; 0: não atende ao solicitado em nenhum aspecto
V- Relevância da ação proposta para o cenário cultural de Recreio com vistas a proteção do patrimônio	A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para a salvaguarda e	20 pontos	20: atende plenamente o previsto; 15 a 19: atende plenamente apenas alguns aspectos; 10 a 14: atende

cultura de Recreio	valorização do patrimônio cultural de Recreio		parcialmente ao solicitado em todos os aspectos; 05 a 09: atende de forma insatisfatória alguns aspectos; 0: não atende ao solicitado em nenhum aspecto

PONTUAÇÃO EXTRA (de acordo com item 6 do presente edital)
I - Proponentes que se autodeclaram negros, pardos, indígenas e população LGBTQIA+
02 pontos
II - Proponentes que se autodeclaram Pessoa com Deficiência- PcD + 01 pontos
8.2. Somente serão credenciados os profissionais que alcançarem pontuação igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos nos critérios estabelecidos no item 8.1 do presente Edital.
8.3. Em caso de empate será considerada a maior nota nos critérios, de acordo com a ordem abaixo:
I - Relevância da ação proposta para o cenário cultural de Recreio-MG;
II - Ações Afirmativas;
III - Proponente de maior idade.
8.4 O resultado do processo de seleção será publicado na portaria do Centro Cultural Aristides Dorigo e na portaria da Secretaria Municipal de Educação.
8.4.1. Os projetos credenciados que excedam o número de vagas previstas serão considerados suplentes e poderão ser convocados em caso de inabilitação dos projetos credenciados.
8.5. Após a divulgação do resultado preliminar, os proponentes poderão apresentar recurso, devidamente justificado nos termos do presente Edital, no prazo de 3 (três) dias, contados da publicação do resultado, com o assunto identificado RECURSO RESULTADO PRELIMINAR, informando o número do Edital, nome completo, nome do projeto e número de inscrição.

9. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Toda divulgação dos projetos deverá exibir, obrigatoriamente, as marcas do Governo Federal, do Ministério da Cultura e da Prefeitura de Recreio-MG, de acordo com as orientações técnicas a serem encaminhadas aos contemplados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

10. DA CONTRAPARTIDA

As ações de contrapartida deverão possuir caráter educativo e de continuidade, voltadas para formação de alunos das escolas públicas de Recreio e comunidade em geral.
10.1 São consideradas contrapartidas sociais:
I - Oficinas;
II - Workshops;
III - cursos de curta duração;
IV - Mesas-redondas:
V - Debates;
VI - Visitas monitoradas;
VII - Programas de conscientização;
VIII - Promoção de eventos;
IX - Exposição, etc.
X – Publicações
10.2. As contrapartidas prescritas neste Edital, deverão ocorrer em 150 dias após a habilitação, com o mínimo de 01 (uma) ação durante este período.

11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais comtemplados assim como as prestações de informações à administração pública observarão o Decreto 11.453/2023 (decreto de fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.
11.1 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto (com fotos).
11.2 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado em até 150 (cento e cinquenta) dias a contar assinatura do Termo de Execução Cultural, através da abertura de processo administrativo próprio, destinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, município de Recreio.

11.2.1. A critério da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, poderá ser solicitado Termo de Execução Financeira, para fins de comprovação da correta aplicação dos recursos.
11.3. Para fins do monitoramento e avaliação dos resultados, pela Comissão Municipal de Avaliação para Seleção de Projetos Culturais de Fomento Direto da Política Nacional Aldir Blanc, serão adotados os procedimentos descritos no Art. 29 do Decreto 11.453/2023.

12. CRONOGRAMA DO EDITAL

O Edital observará o seguinte cronograma, podendo haver alterações de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Recreio- MG, mediante comunicação aos interessados e critérios deste edital:

ETAPAS	DATA
Publicação do Edital	25/08/2026
Período de Inscrições	10 a 11/09/2026
Análise da documentação	18/09/2026
Publicação dos Habilitados e Inabilitados	21/09/2026
Prazo de Recurso	22 a 24/09/2026
Publicação do Resultado Final	29/092026
Assinatura do Termo de Execução Cultural TEC	30/09/2026
Previsão para o repasse	01/10/2026

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações.
13.1 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site da Prefeitura de Recreio em:
13.2. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo ou no Centro Cultural Aristides Dorigo, através do e-mail: secultrec@gmail.com
13.3. Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Comissão Municipal de Avaliação para Seleção de Projetos Culturais de Fomento Direto da Política Nacional Aldir Blanc.
13.4. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicará na desclassificação do proponente.

13.5 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Prefeitura de Recreio de qualquer responsabilidade civil ou penal.
13.6 O apoio concedido por meio deste Edital NÃO poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios municipais.
13.7 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Federal 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

14. FAZEM PARTE DO PRESENTE EDITAL:

I- ANEXO I - Modelo de Autodeclaração Étnico-Racial;
II- ANEXO II - Modelo de Declaração de Representação;
III- ANEXO III - Formulário de Plano de Ação

Recreio, 25 de agosto de 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS ANDRADE
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

ANEXO I
AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas) Eu, _____, Portador do CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital _____ (Nome ou número do edital) que sou_____(informar se é NEGRO,PARDO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Recreio, _____de _____ de 2026

NOME:

ASSINATURA DO DECLARANTE:

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO
OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO: _____

NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO: _____

DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
CPF nº _____ RG: _____
E-mail: _____ Telefone: _____

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico _____ [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE "como para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital único representante neste edital, outorgando-lhes poderes.

Nome do Integrante (legível)	CPF	Assinatura

Recreio, ... de 2026

Assinatura do Representante

ANEXO III - PLANO DE AÇÃO
PLANO DE AÇÃO - EDITAL ..... /2026 – LEI ALDIR BLANC
***Todos os campos devem ser preenchidos**
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA A SELEÇÃO E CONCESSÃO DE FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS
CATEGORIA QUE IRÁ CONCORRER: _____

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Nome do Proponente:	
Título do Projeto:	
Período: Período de execução:	
Término:	Período de execução: Início: Término:
Área do projeto:	( ) Cultura Popular (Artesanato/ Trancista) ( ) Cultura Popular (Capoeira/Charola/Folia de Reis/Bate Pau/ Moda Étnica) ( ) Literatura nas mais variadas expressões (Contação de histórias, …) ( ) Música nas mais variadas expressões (Banda/ Coral/ Percussão
Área de atuação:	
Identificação do Objeto:	
Indicação do público-alvo:	
Descrição das contrapartidas sociais	

ESPECIFICAÇÃO DA AÇÃO	INICIO	FIM

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

PORTFÓLIO DE ATIVIDADES*

➔ Anexar Portfólio de Atividades realizadas nos últimos dois anos, de forma resumida, contendo no máximo, 05 (cinco) laudas.
➔ Anexar Portfólio de Atividades o esboço do livro revisado, com a capa, referências bibliográficas bem como uma resenha do mesmo.

Recreio, ___ de _____ de 2026

Publicado por:
Carolina Meira Ribeiro
Código Identificador:9C063F13

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
TERMO DE RETIFICAÇÃO

REFERÊNCIA: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 108/2026
EMPRESA: **AMAI - CLINICA DE PSICOLOGIA LTDA**
PROCESSO Nº 456.333.011986/2026-82
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA POR MEIO DE TESTES E OUTROS INSTRUMENTOS PSICOLÓGICOS PERTINENTES, EXIGIDOS PELA POLÍCIA FEDERAL, PARA CONCESSÃO DE PORTE DE ARMA DE FOGO.**
FICA RETIFICADO O SEGUINTE ESCRITO:
ONDE SE LÊ:
CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO
(...)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AVALIAÇÃO PSICOLOGICA. A avaliação é realizada por meio de testes e outros instrumentos psicológicos pertinentes, xigidos pela Policia Federal, para concessão de porte de arma de fogo, acompanhada da elaboração de laudos conclusivos individuais quanto à aptidão para o porte de arma de fogo de 68 (sessenta e oito) servidores da Guarda Civil Municipal de Ribeirão das Neves, podendo ser realizado ate 136 (cento e trinta e seis) testes no total.	SERVIÇO	136	R$242,92	R$33.038,29

(...)
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO
3.1 - O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor global de R$ 33.038,29 (Trinta e três mil, trinta e oito reais e vinte e nove centavos).

LEIA-SE:
CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO
(...)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AVALIAÇÃO PSICOLOGICA. A avaliação é realizada por meio de testes e outros instrumentos psicológicos pertinentes, exigidos pela Policia Federal, para concessão de porte de arma de fogo, acompanhada da elaboração de laudos conclusivos individuais quanto à aptidão para o porte de arma de fogo de 68 (sessenta e oito) servidores da Guarda Civil Municipal de Ribeirão das Neves, podendo ser realizado ate 136 (cento e trinta e seis) testes no total.	SERVIÇO	136	R$242,92	R$33.037,12

(...)
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO
3.1 - O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor global de R$ 33.037,12 (Trinta e três mil, trinta e sete reais e doze centavos).

Ribeirão das Neves-MG, 25 de agosto de 2026.

LEINILSON MARCOS BARBOSA ALVES
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:BC6BD190

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2026 EDITAL Nº 052/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2026
EDITAL Nº 052/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços estimados de produção e veiculação de áudio por meio de Propaganda Volante, para divulgação de comunicados, atos oficiais, avisos e convocações, de interesse da Prefeitura Municipal de Rodeiro e suas Secretarias.

Vigência: 25/08/2026 a 25/08/2027
Data da assinatura: 25/08/2026

Partes – Prefeitura Municipal de Rodeiro e

IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							$ TOTAL
RAZÃO SOCIAL		22.177.467 ELSON GOMES FILHO		CNPJ/CPF	22.177.467/0001-44	TOTAL	100.000,00
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
1	399869	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE (CARRO) - PRODUÇÃO, GRAVAÇÃO E VEICULAÇÃO DE AUDIO.	1.000,00	HR		100,0000	100.000,00

Rodeiro, 25 de agosto de 2026

Signatários: José Carlos Ferreira - Prefeito Municipal e o respectivo detentor da ata:

• ELSON GOMES FILHO: 22.177.467 ELSON GOMES FILHO; CNPJ/CPF 22.177.467/0001-44

Publicado por:
Iohana de Oliveira Nogueira
Código Identificador:FFA5BD92

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026 EDITAL Nº 055/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026
EDITAL Nº 055/2026

OBJETO: **Registro de Preços para contratação de empresa habilitada para prestação de serviços estimados de manutenção preventiva e corretiva nos veículos leves e pesados, incluindo o fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais da marca do veículo, constantes nas tabelas das montadoras/fabricantes, com a opção de utilizar o software de orçamento eletrônico CILIA, AUDATEX, ORION, TRAZ VALOR, ou outro similar ou superior, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

Vigência: 25/08/2026 a 25/08/2027
Data da assinatura: 25/08/2026

Partes – Prefeitura Municipal de Rodeiro e

IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							$ TOTAL	
RAZÃO SOCIAL		ANA CAROLINA HONORIO RUFATO 10993857680	CNPJ/CPF		45.561.671/0001-60	TOTAL	671.205,60	
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL	
LOTE -> 0001 - PEÇAS E MÃO DE OBRA ELETRICA VEICULOS PESADOS							**671.205,60**	
2	406724	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS - PARTE ELÉTRICA (CÓDIGO CATMAT: 5843) MÃO DE OBRA	1.140,00	HR		194,04	221.205,60	
3	391105	PEÇAS ELETRICAS VEICULOS PESADOS	1,00	UNID.		450.000,0000	450.000,00	10%
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR								
RAZÃO SOCIAL		J L TEIXEIRA SERVIÇOS E PEÇAS LTDA	CNPJ/CPF		28.652.191/0001-95	TOTAL	822.920,00	
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL	
LOTE -> 0002 - PEÇAS E MÃO DE OBRA MECANICA VEICULOS LEVES							**822.920,00**	
1	406725	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES - PARTE MECÂNICA (CÓDIGO	1.800,00	HR		79,4	142.920,00	

		CATMAT: 5860) MÃO DE OBRA						
4	391102	PEÇAS MECANICAS VEICULOS LEVES	1,00	UNID.		680.000,0000	680.000,00	61%

Rodeiro, 25 de agosto de 2026

Signatários: José Carlos Ferreira - Prefeito Municipal e o respectivo detentor da ata:

• ANA CAROLINA HONORIO RUFATO: ANA CAROLINA HONORIO RUFATO 10993857680; CNPJ/CPF 45.561.671/0001-60
• JESUS LUCINO TEIXEIRA: J L TEIXEIRA SERVIÇOS E PEÇAS LTDA; CNPJ/CPF 28.652.191/0001-95

Publicado por:
Iohana de Oliveira Nogueira
Código Identificador:48657312

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS

O presente Relatório de Avaliação de Amostras refere-se ao Processo Licitatório nº 079/2026, Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 043/2026, regido pelo Edital nº 049/2026, cujo objeto é o Registro de preços para aquisição estimada de materiais esportivos para atendimento das necessidades das secretarias municipais.
Em atendimento às disposições do edital, os licitantes classificados nas etapas iniciais do certame foram convocados a apresentar amostras dos produtos ofertados, para fins de análise técnica e verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.
A avaliação foi realizada pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, observando critérios objetivos previamente definidos, a fim de assegurar a aquisição de materiais compatíveis com os padrões de qualidade, segurança e funcionalidade exigidos para o uso em atividades esportivas e sociais do município.

FORNECEDOR: MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ: 47.484.691/0001-00.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 13, BOLA DE FUTEBOL AMERICANO, MATERIAL: POLIURETANO, PESO CHEIA: 397 A 425 G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MIOLO DE BORRACHA CIRCUNFERÊNCIA: 52 A 71 CM, MODELO: FUTEBOL AMERICANO. CATMAT 450240 (PADRÃO WILSON) SPORT.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 16, BOLA DE FUTEVOLEI, MATERIAL: POLIURETANO (SUPER SOFT), PESO CHEIA: 400 A 450 G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MIOLO SUBSTITUÍVEL E LUBRIFICADO, CIRCUNFERÊNCIA: 68 A 70 CM, MODELO: FUTEVOLEI, CONSTRUÇÃO 32 GOMOS ULTRA FUSION, CATEGORIA ADULTO, CÂMARA DE AR DE BUTIL E MIOLO DE VÁLVULA REMOVÍVEL, RECONHECIDA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEVÔLEI. CATMAT 450238(REFERÊNCIA: MIKASA, PENALTY QUALIDADE OU SUPERIOR). PRÓ.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 27, BOLA HANDEBOL, MATERIAL: POLIURETANO PESO CHEIA: 325 A 375 G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COSTURADA EM PVC, CÂMARA EM BUTIL, MIOLO REMOVÍVEL, CIRCUNFERÊNCIA: 54 A 56 CM, MODELO: H2L - SUÉCIA, ULTRA GRIP BOLA OFICIAL DE HANDEBOL: COSTURADA, COM 32 GOMOS, CONFECCIONADA COM PU PRO ULTRA GRIP. BOLA OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL (CBHB) E APROVADA PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL (IHF). CATMAT 450233 (PADRÃO PENALTY). NEDEL.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 33, BOLA VOLEIBOL, MATERIAL: MICROFIBRA, PESO CHEIA: 260 A 280 G, CIRCUNFERÊNCIA: 65 A 67 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COLORIDA, TIPO USO: ADULTO (FIVB), PRESSÃO: 03 - 04 LB, APLICAÇÃO: VOLEI DE PRAIA, MODELO: BOLA OFICIAL DE VOLEI DE PRAIA 6.0: MATRIZADA, COM 18 GOMOS, CONFECCIONADA COM MICROFIBRA. BOLA OFICIAL APROVADA E SELO PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE VOLEIBOL (FIVB). CATMAT 258982 (PADRÃO PENALTY). NEDEL.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 34, BOLA VOLEIBOL, MATERIAL: MICROFIBRA, PESO CHEIA: 260 A 280 G, CIRCUNFERÊNCIA: 65 A 67 CM, TIPO USO: ADULTO (FIVB), PRESSÃO: 03 - 04 LB, APLICAÇÃO: VOLEI DE QUADRA, COR: BRANCA, BOLA OFICIAL DE VOLEIBOL 8.0 PRO: MATRIZADA, COM 18 GOMOS, CONFECCIONADA COM MICROFIBRA. BOLA OFICIAL APROVADA E SELO PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE VOLEIBOL (FIVB). CATMAT 304914 (PADRÃO PENALTY). NEDEL.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 111, REDE ESPORTIVA (VOLEIBOL), MATERIAL: POLIÉSTER/PVC E FIO POLIPROPILENO OU NÁILON, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: VOLEIBOL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRATAMENTO U.V, MALHA 10X10 MM ESPESSURA, DIMENSÕES: 9,50 X 1,00 M, MODELO: OFICIAL. CATMAT 619058. NEDEL.
RESULTADO DAS AMOSTRAS — REPROVADAS POR NÃO APRESENTAREM.

FORNECEDOR: MARIA APARECIDA ROSA DA SILVA SANTOS 57174075649, CNPJ: 43.187.819/0001-12.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 12, BOLA DE BASQUETE OFICIAL 7.8 MATERIAL: MICROFIBRA - COM 8 GOMOS CIRCUNFERÊNCIA (CM) 75-77 CM, PESO 580G - 620G TECNOLOGIA (S) NO PRODUTO: ARACNUN: TECNOLOGIA PRODUZIDA COM MATERIAL FLEXÍVEL E ACABAMENTO TEXTURIZADO ANTIDESLIZANTE. PARA GARANTIR O GRIP E ADERÊNCIA COM A BOLA. CÁPSULA SIS: ISOLA A AGULHA E PROTEGE A CÂMARA PARA EXCELENTE RETENÇÃO DE AR 6D. APROVADA PELA FIBA OU CBB. PENALTY.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 15, BOLA DE FUTEBOL, MATERIAL: 100 % TERMOPLÁSTICO POLIURETANO, PESO CHEIA: 410 G A 450 G, CIRCUNFERÊNCIA: 68 A 70 CM, MODELO: FUTEBOL DE CAMPO, 32 GOMOS, CATEGORIA ADULTO, CÂMARA DE AR 6D E MIOLO DE VÁLVULA REMOVÍVEL. RECONHECIDA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL - CBF. CATMAT 601032 (PADRÃO: PENALTY). PENALTY PLAYER.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 28, BOLA HANDEBOL, MATERIAL: POLIURETANO, PESO CHEIA: 290 A 330 G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COSTURADA EM PVC, CÂMARA BUTIL, MIOLO REMOVÍVEL, CIRCUNFERÊNCIA: 50 A 52 CM, MODELO: H1L - SUÉCIA, PRO ULTRA GRIP COSTURADA A MAO, COM 32 GOMOS, CONFECCIONADA COM PU PRO ULTRA GRIP. BOLA OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL (CBHB) E APROVADA PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL (IHF). CATMAT 450234 (PADRÃO PENALTY). PENALTY.
RESULTADO DAS AMOSTRAS — REPROVADAS POR NÃO APRESENTAREM.

FORNECEDOR: SOUZA E AMARAL ESPORTES LTDA, CNPJ: 26.176.661/0001-66.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 14, BOLA DE FUTEBOL SOCIETY, MATERIAL: 100% TERMOPLÁSTICO POLIURETANO, PESO CHEIA: 420 A 435 G, CIRCUNFERÊNCIA: 66,5 A 67,5 CM, MODELO: FUTEBOL SOCIETY, ACABAMENTO EM PU, CONTRUÇAO EM TERMOTC, MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, CÂMARA 6D INTERNA NEOGEL, RECONHECIDA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESPORTE. CATMAT 472016 (PADRÃO PENALTY). MAGUSSY.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 17, BOLA DE FUTSAL, MATERIAL: 100% TERMOPLÁSTICO POLIURETANO OU COURO, PESO CHEIA: 400 A 450 G CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CÂMARA E MATRIZADA, CIRCUNFERÊNCIA: 60 A 64 CM, MODELO: FUTEBOL DE SALÃO, ADULTO MAX - 1000, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA PARA MELHOR GRIP E MAIOR RESISTÊNCIA. CATMAT 464699 (PADRÃO PENALTY). MAGUSSY.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 107, REDE ESPORTIVA (FUTEBOL DE CAMPO), MATERIAL: POLIETILENO, APLICAÇÃO: FUTEBOL DE CAMPO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRATAMENTO U.V, MALHA 16 FIO 2,50 MM, DIMENSÕES: 7,50 X 2,50 X 1,50 M, TAMANHO OFICIAL. CATMAT 410869. REDE MATRIX.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 108, REDE ESPORTIVA (FUTEBOL DE SALÃO), MATERIAL: POLIPROPILENO, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: FUTEBOL DE SALÃO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRATAMENTO U.V, FIO GROSSO 4 MM, DIMENSÕES: 3,10 X 2,00 X 1,00 M. REDE MATRIX.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 109, REDE ESPORTIVA (FUTEBOL SOÇAITE), MATERIAL: NÁILON, MATERIAL REFORÇO BORDA: NÁILON, COR: BRANCA OU OUTRA QUALQUER, APLICAÇÃO: FUTEBOL SOÇAITE, MODELO: OFICIAL. CATMAT 290166. REDE MATRIX.
RESULTADO DAS AMOSTRAS — REPROVADAS POR NÃO APRESENTAREM.

FORNECEDOR: RICO ESPORTES LTDA, CNPJ: 47.806.094/0001-54.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 18, BOLA DE FUTSAL, MATERIAL: POLIURETANO, PESO CHEIA: 250 A 280 G, CIRCUNFERÊNCIA: 50 A 53 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 32 GOMOS, VÁLVULA REMOVÍVEL, LUBRIFICADA, CHANCELA, MODELO: FUTEBOL DE SALÃO, MAX - 50. CATMAT 410324 (PADRÃO PENALTY). MAGUSSY/ 50.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 19, BOLA DE FUTSAL, MATERIAL: POLIURETANO, PESO CHEIA: 300 A 350 G, CIRCUNFERÊNCIA: 50 A 55 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 32 GOMOS, VÁLVULA REMOVÍVEL, LUBRIFICADA, CHANCELA, MODELO: FUTEBOL DE SALÃO, MAX - 100. CATMAT 410344 (PADRÃO PENALTY). MAGUSSY/ 100.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 20, BOLA DE FUTSAL, MATERIAL: POLIURETANO, PESO CHEIA: 350 A 380 G, CIRCUNFERÊNCIA: 55 A 59 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 32 GOMOS, VÁLVULA REMOVÍVEL, LUBRIFICADA, MODELO: FUTEBOL DE SALÃO, MAX - 200. CATMAT 410345 (PADRÃO PENALTY). MAGUSSY/ 200.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 21, BOLA DE FUTSAL, MATERIAL: POLIURETANO, PESO CHEIA: 410 A 440 G, CIRCUNFERÊNCIA: 61 A 64 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 32 GOMOS, VÁLVULA REMOVÍVEL, LUBRIFICADA, CHANCELA, MAX - 500 SUPERFÍCIE TEXTURIZADA PARA MELHOR GRIP E MAIOR RESISTÊNCIA. CATMAT 410346 (PADRÃO PENALTY). MAGUSSY/ 500.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 23, BOLA ESPORTIVA, MATERIAL: BORRACHA, PESO CHEIA: 110 A 120 G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, CIRCUNFERÊNCIA: 40 A 42 CM, MODELO: BOLA DE TREINAMENTO Nº 08. CATMAT 450261 (PADRÃO VOLLO) MAGUSSY/ 8.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 24, BOLA ESPORTIVA, MATERIAL: BORRACHA, PESO CHEIA: 180 A 200 G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, CIRCUNFERÊNCIA: 48 A 50 CM, MODELO: BOLA DE TREINAMENTO Nº 10. CATMAT 450262 (PADRÃO VOLLO). CONVOY/ 10.

DESCRIÇÃO DO ITEM: 25, BOLA ESPORTIVA, MATERIAL: BORRACHA, PESO CHEIA: 250 A 270 G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, CIRCUNFERÊNCIA: 57 A 59 CM, MODELO: BOLA DE TREINAMENTO Nº 12. CATMAT 478447 (PADRÃO VOLLO). CONVOY/ 12.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 31, BOLA MEDICINAL, MATERIAL: BORRACHA, PESO: 2 KG, APLICAÇÃO: FISIOTERAPIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MOLDAGEM MATRIZADA, MIOLO SUBSTITUIVEL/LUBRIFICADO. CATMAT 450264 (PADRÃO ROPE STORE). MAGUSSY/ 2KG.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 32, BOLA MEDICINAL, MATERIAL: BORRACHA, PESO: 5 KG APLICAÇÃO: GINÁSTICA E TREINAMENTO DESPORTIVO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇA, ANTIDERRAPANTE. CATMAT 444210 (PADRÃO ROPE STORE). MAGUSSY/ 5KG.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 39, CABO DE AÇO EXTENSOR PARA REDE DE VÔLEI: CABO DE AÇO PLASTIFICADO COM TRATAMENTO UV QUE EVITA A DEGRADAÇÃO DOS POLÍMEROS, TENDO VIDA LONGA. ESPESSURA 4 MM, COMPRIMENTO 13,60 METROS. MATERIAL: AÇO GALVANIZADO, TAMANHO: 13 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ARGOLAS NAS PONTAS PARA A FIXAÇÃO. CATMAT 450329. IMPACTO/ 13M.
RESULTADO DAS AMOSTRAS — REPROVADAS POR NÃO APRESENTAREM.

FORNECEDOR: COMERCIAL PRIME LTDA, CNPJ: 55.176.303/0001-51.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 29, BOLA HANDEBOL, MATERIAL: POLIURETANO, PESO CHEIA: 425 A 475 G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COSTURADA EM PVC, CÂMARA EM BUTIL, MIOLO REMOVÍVEL, CIRCUNFERÊNCIA: 58 A 60 CM, MODELO: H3L - SUÉCIA, 32 GOMOS COSTURADOS À MÃO, TRAZ UM REVESTIMENTO INTERNO À BASE DE BORRACHA NATURAL, ALÉM DE VIR COM GRIP PARA MAIOR CONTROLE DA BOLA. INFORMAÇÕES TÉCNICAS: CÁPSULA SIS, FORRO TRIAXIAL, CÂMARA 6D. CATMAT 450232 (PADRÃO PENALTY). DALEBOL.
RESULTADO DAS AMOSTRAS — REPROVADA POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

FORNECEDOR: W. L. PASSO A PASSO CALCADOS LTDA, CNPJ: 13.495.658/0001-63.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 41, CALÇA DE CAPOEIRA ABADA, MODELO EXPORTAÇÃO COM COSTURAS DUPLAS E REFORÇO, GARANTINDO UMA MAIOR DURABILIDADE. FEITA DE HELANCA 100% POLIAMIDA, COM PASSANTES E PODENDO OU NÃO BORDAR NA PERNA DE ACORDO COM A INTENÇÃO DO SOLICITANTE UMA BANDEIRA DO BRASIL COSTURADA JUNTO COM UMA BANDEIRA DE RODEIRO - MINAS GERAIS. MODELO ABADA BRANCO. EVOLUÇÃO.
RESULTADO DAS AMOSTRAS — REPROVADA POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

FORNECEDOR: MAGIC COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 14.955.240/0001-54.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 56, COLETE PARA FUTEBOL INFANTIL DUPLA FACE COM VIVO NAS LATERAIS INDICADOS PARA A PRÁTICA DE ESPORTE EM GERAL, CONFECCIONADOS 100% EM POLIÉSTER FIO 80. TAMANHOS.6/8/10/12 E 14 ANOS. PROPRIA.
DESCRIÇÃO DO ITEM: 57, COLETES PARA FUTEBOL ADULTO DUPLA FACE COM VIVO NAS LATERAIS INDICADOS PARA PRÁTICAS DE ESPORTES EM GERAL, CONFECCIONADOS 100% EM POLIÉSTER, FIO 80. TAMANHOS P/M/G. PRÓPRIA.
RESULTADO DAS AMOSTRAS — REPROVADAS POR NÃO APRESENTAREM.

A verificação da qualidade, funcionalidade e conformidade dos itens é essencial para garantir que os materiais esportivos a serem adquiridos cumpram adequadamente sua finalidade, assegurando o suporte necessário às atividades promovidas pelo Departamento de Esportes e pelo Fundo Municipal de Assistência Social.
Ressalta-se que a aquisição de materiais adequados impacta diretamente na eficácia e segurança das práticas esportivas e socioassistenciais, reforçando a importância da escolha criteriosa dos fornecedores e da observância rigorosa aos padrões exigidos.
Diante disso, recomenda-se a continuidade do processo licitatório com base nos resultados desta avaliação, observando-se os ajustes e observações registrados no presente relatório.

Rodeiro, 24 de agosto de 2026.

BRUNA DE QUEIROZ PEREIRA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social
Município de Rodeiro/MG

Publicado por:
Lilian Aparecida da Silva Medina
Código Identificador:4F9F8A9D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2026 EDITAL Nº 052/2026

RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2026
EDITAL Nº 052/2026

Informamos o resultado da Sessão referente ao Processo Licitatório nº 086/2026, Pregão Eletrônico para registro de preços nº 046/2026, edital nº 052/2026, que tem como objeto da presente licitação **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços estimados de produção e veiculação de áudio por meio de Propaganda Volante, para divulgação de comunicados, atos oficiais, avisos e convocações, de interesse da Prefeitura Municipal de Rodeiro e suas Secretarias,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, com a seguinte empresa vencedora:

IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							$ TOTAL
RAZÃO SOCIAL		22.177.467 ELSON GOMES FILHO		CNPJ/CPF	22.177.467/0001-44	TOTAL	100.000,00
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
1	399869	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE (CARRO) - PRODUÇÃO, GRAVAÇÃO E VEICULAÇÃO DE AUDIO.	1.000,00	HR		100,0000	100.000,00

Rodeiro, 25 de agosto de 2026.

LILIAN APARECIDA DA SILVA MEDINA
Pregoeira

PATRÍCIA APARECIDA DO NASCIMENTO DEBORTOLI
Equipe de Apoio

IOHANA DE OLIVEIRA NOGUEIRA
Equipe de Apoio

Publicado por:
Iohana de Oliveira Nogueira
Código Identificador:852EFA64

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026 EDITAL Nº 055/2026

RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026
EDITAL Nº 055/2026

Informamos o resultado da Sessão referente ao Processo Licitatório nº 089/2026, Pregão Eletrônico para registro de preços nº 049/2026, edital nº 055/2026, que tem como objeto da presente licitação **Registro de Preços para contratação de empresa habilitada para prestação de serviços estimados de manutenção preventiva e corretiva nos veículos leves e pesados, incluindo o fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais da marca do veículo, constantes nas tabelas das montadoras/fabricantes, com a opção de utilizar o software de orçamento eletrônico CILIA, AUDATEX, ORION, TRAZ VALOR, ou outro similar ou superior, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, com a seguinte empresa vencedora:

IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							$ TOTAL	
RAZÃO SOCIAL		ANA CAROLINA HONORIO RUFATO 10993857680	CNPJ/CPF		45.561.671/0001-60	TOTAL	671.205,60	
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL	
LOTE -> 0001 - PEÇAS E MÃO DE OBRA ELETRICA VEICULOS PESADOS							**671.205,60**	
2	406724	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS - PARTE ELÉTRICA (CÓDIGO CATMAT: 5843) MÃO DE OBRA	1.140,00	HR		194,04	221.205,60	
3	391105	PEÇAS ELETRICAS VEICULOS PESADOS	1,00	UNID.		450.000,0000	450.000,00	10%
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR								
RAZÃO SOCIAL		J L TEIXEIRA SERVIÇOS E PEÇAS LTDA	CNPJ/CPF		28.652.191/0001-95	TOTAL	822.920,00	
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL	
LOTE -> 0002 - PEÇAS E MÃO DE OBRA MECANICA VEICULOS LEVES							**822.920,00**	
1	406725	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES - PARTE MECÂNICA (CÓDIGO CATMAT: 5860) MÃO DE OBRA	1.800,00	HR		79,4	142.920,00	
4	391102	PEÇAS MECANICAS VEICULOS LEVES	1,00	UNID.		680.000,0000	680.000,00	61%

Rodeiro, 25 de agosto de 2026.

LILIAN APARECIDA DA SILVA MEDINA
Pregoeira

PATRÍCIA APARECIDA DO NASCIMENTO DEBORTOLI
Equipe de Apoio

IOHANA DE OLIVEIRA NOGUEIRA
Equipe de Apoio

Publicado por:
Iohana de Oliveira Nogueira
Código Identificador:F4CD4498

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2026 EDITAL Nº 052/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2026
EDITAL Nº 052/2026

OBJETO: **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços estimados de produção e veiculação de áudio por meio de Propaganda Volante, para divulgação de comunicados, atos oficiais, avisos e convocações, de interesse da Prefeitura Municipal de Rodeiro e suas Secretarias,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme as especificações dos anexos e edital. Consubstanciado aos termos da Ata da Sessão de Julgamento, a Ata de Análise e considerando a regularidade do procedimento, resolve, por bem, nos termos da Lei 14.133/21, adjudicar o item do objeto licitado às empresas abaixo indicadas:

IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							$ TOTAL
RAZÃO SOCIAL		22.177.467 ELSON GOMES FILHO		CNPJ/CPF	22.177.467/0001-44	TOTAL	100.000,00
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
1	399869	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE (CARRO) - PRODUÇÃO, GRAVAÇÃO E VEICULAÇÃO DE AUDIO.	1.000,00	HR		100,0000	100.000,00

Rodeiro, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Iohana de Oliveira Nogueira
Código Identificador:CC5292A2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026 EDITAL Nº 055/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026
EDITAL Nº 055/2026

OBJETO: **Registro de Preços para contratação de empresa habilitada para prestação de serviços estimados de manutenção preventiva e corretiva nos veículos leves e pesados, incluindo o fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais da marca do veículo, constantes nas tabelas das montadoras/fabricantes, com a opção de utilizar o software de orçamento eletrônico CILIA, AUDATEX, ORION, TRAZ VALOR, ou outro similar ou superior, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme as especificações dos anexos e edital. Consubstanciado aos termos da Ata da Sessão de Julgamento, a Ata de Análise e considerando a regularidade do procedimento, resolve, por bem, nos termos da Lei 14.133/21, adjudicar o item do objeto licitado às empresas abaixo indicadas:

IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							$ TOTAL	
RAZÃO SOCIAL		ANA CAROLINA HONORIO RUFATO 10993857680	CNPJ/CPF		45.561.671/0001-60	TOTAL	671.205,60	
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL	
LOTE -> 0001 - PEÇAS E MÃO DE OBRA ELETRICA VEICULOS PESADOS							**671.205,60**	
2	406724	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS - PARTE ELÉTRICA (CÓDIGO CATMAT: 5843) MÃO DE OBRA	1.140,00	HR		194,04	221.205,60	
3	391105	PEÇAS ELETRICAS VEICULOS PESADOS	1,00	UNID.		450.000,0000	450.000,00	10%
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR								
RAZÃO SOCIAL		J L TEIXEIRA SERVIÇOS E PEÇAS LTDA	CNPJ/CPF		28.652.191/0001-95	TOTAL	822.920,00	
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL	
LOTE -> 0002 - PEÇAS E MÃO DE OBRA MECANICA VEICULOS LEVES							**822.920,00**	
1	406725	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES - PARTE MECÂNICA (CÓDIGO CATMAT: 5860) MÃO DE OBRA	1.800,00	HR		79,4	142.920,00	
4	391102	PEÇAS MECANICAS VEICULOS LEVES	1,00	UNID.		680.000,0000	680.000,00	61%

Rodeiro, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Iohana de Oliveira Nogueira
Código Identificador:455C30E3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/2026

Processo: 73/2026.
Pregão Eletrônico: 33/2026.
Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição de uniformes, destinados ao atendimento das necessidades dos servidores da Prefeitura Municipal, conforme especificações e quantidades detalhadas, sob a forma de menor preço por lote.

Fornecedor: - ZENITTI SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CPF/CNPJ: 44.222.010/0001-47							
NÚMERO DO LOTE	**NÚMERO DO ITEM**	**COD.**	**DESCRIÇÃO**	**QTD**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**VALOR UNIT.**	**SUBTOTAL**
LOTE 8 CAMISA INCLUSÃO PRODUTIVA	01	40822	CAMISA INCLUSÃO PRODUTIVA MANGA CURTA	800	UNIDADE	R$ 20,78	R$ 16.624,00
	02	40823	CAMISA INCLUSÃO PRODUTIVA MANGA LONGA	800	UNIDADE	R$ 24,92	R$ 19.936,00
LOTE 11 CAMISA SOCIAL - CONSELHO TUTELAR	01	40826	CAMISA SOCIAL MANGA LONGA FEMININA - CONSELHO TUTELAR	50	UNIDADE	R$ 124,77	R$ 6.238,50
	02	40827	CAMISA SOCIAL MANGA CURTA FEMININA - CONSELHO TUTELAR	50	UNIDADE	R$ 109,59	R$ 5.479,50
LOTE 12 CAMISA GOLA POLO - CONSELHO TUTELAR	01	40828	CAMISA GOLA POLO FEMININA - CONSELHO TUTELAR	50	UNIDADE	R$ 70,28	R$ 3.514,00
	02	40829	CAMISA GOLA POLO MASCULINA - CONSELHO TUTELAR	50	UNIDADE	R$ 70,28	R$ 3.514,00

LOTE 13 AGASALHO - CONSELHO TUTELAR	01	40830	AGASALHO FEMININO - CONSELHO TUTELAR	20	UNIDADE	R$ 208,54	R$ 4.170,80
Total do fornecedor		R$ 59.476,80					

Fornecedor: - FERNANDA MORAIS DE OLIVEIRA LTDA - CPF/CNPJ: 49.372.293/0001-27							
NÚMERO DO LOTE	**NÚMERO DO ITEM**	**COD.**	**DESCRIÇÃO**	**QTD**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**VALOR UNIT.**	**SUBTOTAL**
LOTE 1 CAMISA SOCIAL	01	40804	CAMISA SOCIAL MANGA CURTA - FEMININA	2.744	UNIDADE	R$ 79,89	R$ 219.218,16
	02	40805	CAMISA SOCIAL MANGA CURTA - MASCULINA	1.087	UNIDADE	R$ 79,89	R$ 86.840,43
	03	40806	CAMISA SOCIAL MANGA LONGA - FEMININA	1.775	UNIDADE	R$ 89,89	R$ 159.554,75
	04	40807	CAMISA SOCIAL MANGA LONGA - MASCULINA	847	UNIDADE	R$ 89,79	R$ 76.052,13
LOTE 2 CAMISA GOLA POLO	01	40808	CAMISA GOLA POLO - FEMININA	2.479	UNIDADE	R$ 49,89	R$ 123.677,31
	02	40809	CAMISA GOLA POLO - MASCULINA	972	UNIDADE	R$ 49,89	R$ 48.493,08
LOTE 3 AGASALHO	01	40810	AGASALHO - FEMININO	1.312	UNIDADE	R$ 129,89	R$ 170.415,68
	02	40811	AGASALHO - MASCULINO	606	UNIDADE	R$ 129,89	R$ 78.713,34
LOTE 4 CONJUNTO REFLETIVO	01	40812	CAMISA REFLETIVA MANGA CURTA - FEMININA	30	UNIDADE	R$ 75,00	R$ 2.250,00
	02	40813	CAMISA REFLETIVA FEMININA - MANGA LONGA	25	UNIDADE	R$ 89,00	R$ 2.225,00
	03	40814	CAMISA REFLETIVA MANGA CURTA - MASCULINA	96	UNIDADE	R$ 75,00	R$ 7.200,00
	04	40815	CAMISA REFLETIVA MASCULINA - MANGA LONGA	88	UNIDADE	R$ 89,00	R$ 7.832,00
	05	40816	CALÇA REFLETIVA UNISSEX	106	UNIDADE	R$ 79,00	R$ 8.374,00
LOTE 5 CAMISA SERVIÇOS GERAIS	01	40817	CAMISA MANGA CURTA - SERVIÇOS GERAIS	1.019	UNIDADE	R$ 30,89	R$ 31.476,91
	02	40818	CAMISA MANGA LONGA SERVIÇOS GERAIS	659	UNIDADE	R$ 35,89	R$ 23.651,51
LOTE 6 JALECO	01	40819	JALECO - MANGA CURTA	136	UNIDADE	R$ 73,00	R$ 9.928,00
	02	40820	JALECO - MANGA LONGA	128	UNIDADE	R$ 83,00	R$ 10.624,00
LOTE 10 SUÉTER	01	40825	SUÉTER EM TRICÔ - UNISSEX	1.287	UNIDADE	R$ 104,75	R$ 134.813,25
Total do fornecedor		R$ 1.201.339,55					

Fornecedor: - HB PROTECTION LTDA - CPF/CNPJ: 40.276.871/0001-57							
NÚMERO DO LOTE	**NÚMERO DO ITEM**	**COD.**	**DESCRIÇÃO**	**QTD**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**VALOR UNIT.**	**SUBTOTAL**
LOTE 7 AVENTAL	01	40821	AVENTAL - MERENDEIRAS	170	UNIDADE	R$ 45,00	R$ 7.650,00
Total do fornecedor		R$ 7.650,00					

LOTE FRACASSADO				
LOTE	DESCRIÇÃO	CÓD.	UNID. MEDIDA	QUANTIDADE
LOTE 09 - MACACÃO SAUSB	01 - MACACÃO - SAUSB	40824	UNIDADE	30

TOTAL DO PROCESSO: R$ 1.268.466,35 (um milhão, duzentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e trinta e cinco centavos)

Santa Bárbara, 25 de agosto de 2026.

MARINA MOREIRA GONÇALVES DE OLIVEIRA,
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Amanda Dos Anjos Ursulo
Código Identificador:9E04FEF3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2026

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis destinados ao abastecimento dos veículos da frota da Administração Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

O Prefeito Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, MG, Sr. Dilson de Fátima Moreira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolve adjudicar o objeto da licitação e homologar os procedimentos realizados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, em favor do (s) licitante (s), na forma abaixo:

ADJUDICATÁRIO:

POSTO RIO PRETO LTDA; CNPJ: 23.733.533/0001-88					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				R$ 840.400,00	
ITEM	QTDE	UNID	OBJETO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
001	2.000	LITRO	ÁLCOOL COMBUSTÍVEL COMUM	4,20	8.400,00
006	126.750	LITRO	GASOLINA AUTOMOTIVA COMUM	6,40	811.200,00
007	3.250	LITRO	GASOLINA AUTOMOTIVA COMUM	6,40	20.800,00
VALOR TOTAL				R$ 840.400,00	

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, 25 de agosto de 2026.

DILSON DE FÁTIMA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleisimara Helida Lopes França
Código Identificador:B0CEAC7A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DO CONTRATO 113/2026 CUJO O OBJETO E A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MÓDULO PARA TRANSPORTE INTERNO COM CAPACIDADE PARA 08 (OITO) LUGARES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

AVISO RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL	
O Prefeito Municipal de Simão Pereira, em cumprimento ao art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	**Fornecimento**
Número do Contrato	**113/2026**
Contratante	**Município de Simão Pereira**
Contratado	**WPB COMERCIO SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA**
Objeto	**ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MÓDULO PARA TRANSPORTE INTERNO COM CAPACIDADE PARA 08 (OITO) LUGARES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SEUS RESPECTIVOS ANEXOS.**
Fundamento	**14.133/2021e suas alterações**
Dotação Orçamentária	**4.4.90.52.00.2.06.01.12.365.0003.2.0033 - ATIVIDADES DA CRECHE ESCOLAR**
Prazo	**De 25 de agosto de 2026 a 24 de agosto de 2027.**
Valor	**R$ 14.900,00 (catorze mil e novecentos reais).**
Data de assinatura	**25 de agosto de 2026**
Signatário - Contratante	**David Carvalho Pimenta**
Signatário - Contratado	**Willian Paulo Burkle, Representante Legal**

Simão Pereira/MG, 25 de agosto de 2026.

DAVID CARVALHO PIMENTA
Prefeito Municipal de Simão Pereira

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:08B0659B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEÓFILO OTONI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2023

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2023 **- Contratante:** Município de Teófilo Otoni/MG – **Contratada: SESO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SAÚDE OCUPACIONAL LTDA Referência:** Processo Licitatório nº 015/2023, Pregão Eletrônico/Registro de Preço nº 007/2023, **Data da Assinatura:** 21/08/2026. **Do Objeto:** O presente Termo Aditivo tem como objeto **o aditamento de prazo** ao Contrato n.º 077/2023. **Do Prazo:** O prazo de vigência fica prorrogado por 02 (dois) meses contados a partir de 25 de agosto de 2026, findando em 24 de outubro de 2026. **Do Valor:** O valor atual do Contrato n° 077/2023 é R$ 391.400,00 (trezentos e noventa mil e quatrocentos reais), sendo a presente renovação equivalente ao montante de R$ 69.999,64 (sessenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), praticados conforme quadro abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD (3 MESES)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	FICHA	FONTE
01	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (SESMT); CONSULTORIA E ASSESSORIA E SOCIAL COM TRANSMISSÃO DE EVENTOS S-2210, S-2220 E S-2240; PGR; PCMSO; LTCAT; PPP; CONTROLE E REALIZAÇÃO DE ATESTADOS OCUPACIONAIS (ADMISSIONAL, DEMISSIONAL, MUDANÇA DE RISCO, RETORNO AO TRABALHO E PERIÓDICOS)	02	24.362,50	R$48.725,00	89	1500
02	PCA PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO AUDITIVA	02	83,33	R$ 166,66	89	1500
03	PPR (PROGRAMA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA)	02	83,33	R$ 166,66	89	1500
04	LIP LAUDO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE)	02	83,33	R$ 166,66	89	1500
05	AET ANÁLISEERGÔNOMICA DO TRABALHO)	02	83,33	R$ 166,66	89	1500
06	AUDIOMETRIA TONAL	42	15,00	R$ 630,00	89	1500
07	AUDIOMETRIA VOCAL	42	15,00	R$ 630,00	89	1500
08	HEMOGRAMA COMPLETO	688	6,00	R$ 4.128,00	89	1500
09	HEMOGRAMA C/ PLAQUETAS	44	5,00	R$ 220,00	89	1500
10	RX TÓRAX	20	30,00	R$ 600,00	89	1500

11	ELETROCARDIOGRAMA	44	10,00	R$ 440,00	89	1500
12	ELETROENCEFALOGRAMA	44	15,00	R$ 660,00	89	1500
13	GLICEMIA EM JEJUM	110	4,00	R$ 440,00	89	1500
14	ACUIDADE VISUAL	44	10,00	R$ 440,00	89	1500
15	EXAME CLÍNICO	934	10,00	R$9.340,00	89	1500
16	ESPIROMETRIA	10	10,00	R$ 100,00	89	1500
17	RX COLUNA LOMBO SACRO	34	30,00	R$ 1.020,00	89	1500
18	URINA	34	5,00	R$ 170,00	89	1500
19	MICOLOGICO DE UNHAS	10	15,00	R$ 150,00	89	1500
20	PARASITOLÓGICO (EPF)	48	5,00	R240,00	89	1500
21	TOXICOLOGICO	10	140,00	R$ 1.400,00	89	1500
TOTAL				**R$ 69.999,64**		

Teófilo Otoni/MG, 25 de agosto de 2026.

BRENER FERRAZ GASPAR –
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:08782988

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UNIÃO DE MINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS	**Emissão de Atos de Créditos e Anulações de Dotação**
ESTADO DE MINAS GERAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - 2026
República Federativa do Brasil	Decreto: 5949

Decreto Nº: 5949
Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 375.078,28 (trezentos e setenta e cinco mil e setenta e oito reais e vinte e oito centavos) destinado ao reforço orçamentário da seguinte dotação:

Ficha:	**31**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
Sub Unidade:	01 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
SubFunção:	121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Programa:	0003 - ASSEPLAN - ASSESSORIA E PLANEJAMENTO MUNICIPAL
Proj. Ativ:	2009 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	93 - Indenizações e Restituições
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**202,69**
Ficha:	**59**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub Unidade:	01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - EDUCAÇÃO
SubFunção:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0005 - PROEM - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL
Proj. Ativ:	2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	1 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	13 - Obrigações Patronais
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**500,00**
Ficha:	**67**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - EDUCAÇÃO
SubFunção:	306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
Programa:	0005 - PROEM - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL
Proj. Ativ:	2081 - MAN.ALIMENTAÇAO ESCOLAR - PRE-ESCOLAR
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	30 - Material de Consumo
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**4.000,00**
Ficha:	**69**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - EDUCAÇÃO
SubFunção:	306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
Programa:	0005 - PROEM - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Proj. Ativ:	2083 - MAN.ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTA;
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	30 - Material de Consumo
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**21.000,00**
Ficha:	**138**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	2028 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	36 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Fonte Recurso:	1.600.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e
Valor:	**780,00**
Ficha:	**144**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	2078 - MANUTENCAO DA ATENCAO BASICA
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	1 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	11 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**21.913,96**
Ficha:	**150**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	2078 - MANUTENCAO DA ATENCAO BASICA
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte Recurso:	1.600.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e
Valor:	**5.000,00**
Ficha:	**169**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	2071 - MANUTENÇÃO DA MAC - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**146.000,00**
Ficha:	**169**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	2071 - MANUTENÇÃO DA MAC - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte Recurso:	1.600.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e
Valor:	**50.000,00**
Ficha:	**177**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	2061 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**53.000,00**
Ficha:	**177**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	2061 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte Recurso:	1.621.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor:	**30.000,00**
Ficha:	**196**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Sub Unidade:	01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Função:	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
SubFunção:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0008 - PROSOCIAL - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj. Ativ:	2067 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	1 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	04 - Contratação por Tempo Determinado
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**6.570,01**
Ficha:	**228**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
SubFunção:	244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa:	0008 - PROSOCIAL - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj. Ativ:	2041 - PAIF-MAN EOPERAC SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	1 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	04 - Contratação por Tempo Determinado
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**6.709,77**
Ficha:	**229**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
SubFunção:	244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa:	0008 - PROSOCIAL - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj. Ativ:	2041 - PAIF-MAN EOPERAC SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	1 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	11 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**2.915,94**
Ficha:	**230**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
SubFunção:	244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa:	0008 - PROSOCIAL - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj. Ativ:	2041 - PAIF-MAN EOPERAC SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	1 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	13 - Obrigações Patronais
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**2.211,63**
Ficha:	**238**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Sub Unidade:	03 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
Função:	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
SubFunção:	243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa:	0008 - PROSOCIAL - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj. Ativ:	2039 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	1 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	11 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**7.774,28**
Ficha:	**292**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Sub Unidade:	01 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
Função:	18 - GESTÃO AMBIENTAL
SubFunção:	541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
Programa:	0012 - PROMA - PROGRAMA MEIO AMBIENTE
Proj. Ativ:	2011 - CAPTAÇÃO E PROCESSAMENTO DE LIXO
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**500,00**
Ficha:	**322**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Sub Unidade:	02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
Função:	15 - URBANISMO
SubFunção:	452 - SERVIÇOS URBANOS
Programa:	0011 - PROSP - PROGRAMA SERVIÇOS PÚBLICOS
Proj. Ativ:	2074 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS PUBLICOS
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**16.000,00**

Art. 2º - Os recursos destinados a atender as despesas decorrentes do presente crédito, serão aquelas originadas pela anulação parcial ou total da seguinte dotação:

Ficha:	**22**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Sub Unidade:	02 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
SubFunção:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - PROGROM - PROGRAMA DE GOVERNO MUNICIPAL
Proj. Ativ:	2006 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**202,69**
Ficha:	**76**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - EDUCAÇÃO
SubFunção:	361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:	0005 - PROEM - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL
Proj. Ativ:	2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	30 - Material de Consumo
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**24.000,00**
Ficha:	**80**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - EDUCAÇÃO
SubFunção:	361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:	0005 - PROEM - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL
Proj. Ativ:	2019 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	30 - Material de Consumo
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**10.000,00**
Ficha:	**86**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - EDUCAÇÃO
SubFunção:	364 - ENSINO SUPERIOR
Programa:	0005 - PROEM - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL
Proj. Ativ:	2019 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**20.000,00**
Ficha:	**97**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - EDUCAÇÃO
SubFunção:	365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa:	0005 - PROEM - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL
Proj. Ativ:	2024 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**6.000,00**
Ficha:	**99**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - EDUCAÇÃO
SubFunção:	365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa:	0005 - PROEM - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL
Proj. Ativ:	2038 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE MUNICIPAL
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	1 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	04 - Contratação por Tempo Determinado
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**10.000,00**
Ficha:	**103**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - EDUCAÇÃO
SubFunção:	365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa:	0005 - PROEM - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL
Proj. Ativ:	2038 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE MUNICIPAL
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	30 - Material de Consumo
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**5.000,00**
Ficha:	**131**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	2028 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	1 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	04 - Contratação por Tempo Determinado
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**19.452,40**
Ficha:	**135**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	2028 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	30 - Material de Consumo
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**15.000,00**
Ficha:	**136**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	2028 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	33 - Passagens e Despesas com Locomoção
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**7.000,00**
Ficha:	**139**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	2028 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**10.000,00**
Ficha:	**143**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	2078 - MANUTENCAO DA ATENCAO BASICA
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	1 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	04 - Contratação por Tempo Determinado
Fonte Recurso:	1.600.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e
Valor:	**50.000,00**
Ficha:	**143**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	2078 - MANUTENCAO DA ATENCAO BASICA
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	1 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	04 - Contratação por Tempo Determinado
Fonte Recurso:	1.621.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor:	**30.000,00**
Ficha:	**144**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	2078 - MANUTENCAO DA ATENCAO BASICA
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	1 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	11 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Fonte Recurso:	1.600.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e
Valor:	**780,00**
Ficha:	**147**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	2078 - MANUTENCAO DA ATENCAO BASICA
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	30 - Material de Consumo
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**15.000,00**
Ficha:	**148**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	2078 - MANUTENCAO DA ATENCAO BASICA
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**23.000,00**
Ficha:	**161**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	2071 - MANUTENÇÃO DA MAC - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	1 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	04 - Contratação por Tempo Determinado
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Valor:	**15.000,00**
Ficha:	**177**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - SAÚDE
SubFunção:	303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO
Programa:	0007 - PROSAÚDE - PROGRAMA SAÚDE À POPULAÇÃO
Proj. Ativ:	2061 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte Recurso:	1.600.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e
Valor:	**5.000,00**
Ficha:	**221**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Sub Unidade:	02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
SubFunção:	244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa:	0008 - PROSOCIAL - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj. Ativ:	2040 - GESTÃO DO SISTEMA UNICO ASSISTENCIAL SOCIAL - SUAS
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	1 - Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	11 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**4.143,19**
Ficha:	**266**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Sub Unidade:	01 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
SubFunção:	606 - EXTENSÃO RURAL
Programa:	0010 - PRODEMA - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Proj. Ativ:	1025 - AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES
Categoria:	4 - Despesas de Capital
Grupo:	4 - Investimentos
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**30.000,00**
Ficha:	**267**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Sub Unidade:	01 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
SubFunção:	606 - EXTENSÃO RURAL
Programa:	0010 - PRODEMA - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Proj. Ativ:	1026 - AQUISIÇÃO DE VEICULOS
Categoria:	4 - Despesas de Capital
Grupo:	4 - Investimentos
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**9.000,00**
Ficha:	**287**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Sub Unidade:	01 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
SubFunção:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0012 - PROMA - PROGRAMA MEIO AMBIENTE
Proj. Ativ:	2010 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**500,00**
Ficha:	**298**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Sub Unidade:	01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS
Função:	15 - URBANISMO
SubFunção:	451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa:	0009 - PRO-DESENVOLVIMENTO - PROGRAMA DE OBRAS E SANEAMENTO
Proj. Ativ:	1012 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS E JARDINS
Categoria:	4 - Despesas de Capital
Grupo:	4 - Investimentos
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	51 - Obras e Instalações
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**50.000,00**
Ficha:	**309**
Orgão:	02 - PODER EXECUTIVO
Unidade:	09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Sub Unidade:	02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
SubFunção:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0011 - PROSP - PROGRAMA SERVIÇOS PÚBLICOS
Proj. Ativ:	2046 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Categoria:	3 - Despesas Correntes
Grupo:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade:	90 - Aplicações Diretas
Elemento:	30 - Material de Consumo
Fonte Recurso:	1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor:	**16.000,00**

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

União de Minas, 9 de julho de 2026

GEOVA TOMAZ DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Soares Ferreira
Código Identificador:BFE41705

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIQUINHAS

LICITAÇÃO
MINUTA DE EDITAL E ANEXOS

Prefeitura Municipal de Biquinhas
Estado de Minas Gerais

EDITAL DE LICITAÇÃO 0033/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00087 Dispensa Nº: 000055

O Município de Biquinhas-MG , com endereço à Rua GOIAS, nº 986 , CNPJ nº 18.296.640/0001-56 , isento de inscrição estadual, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº 00087**, na modalidade **Dispensa** nº **000055** do tipo **Menor Preço**, regido pela Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, e pelas demais condições fixadas neste Documento**.**

1 - DO OBJETO
1.1 - A Dispensa eletrônica tem como objeto a aquisição imediata de medicamentos e materiais médico-hospitalares para atender as necessidades da Unidade de Pronto Atendimento municipal**.**
2 – CONDIÇÕES PRELIMINARES
2.1 – A dispensa eletrônica para aquisição imediata de medicamentos e materiais médico-hospitalares para atender as necessidades da Unidade de Pronto Atendimento municipal , será realizada em sessão pública, conduzida pela Agente de Contratação , a Sra. Alane Rúbia Medeiros da Silva, designada pela Portaria específica de nº. 0073/2025. A Dispensa será realizada por meio da Internet, mediante condições de segurança-criptografia e autenticação, em todas as suas fases que serão realizadas nos dias **25 ao dia 31 de agosto de 2026**, na plataforma do site www.licitardigital.com.br
3 – LOCAL REQUISITANTE
Hospital - UPA
4 – DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4.1 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4.1.1 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação da dispensa eletrônica deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).
4.1.2 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Biquinhas, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.
4.1.3 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes à dispensa eletrônica.
4.1.4 - A participação na dispensa eletrônica se dará por meio da digitação
da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.
4.1.5 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
4.1.6 - A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
4.1.6.1 - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
4.1.7 – A concorrência será ampla caso não haja proposta (s) de Micro empresas e/ou Empresas e Pequeno Porte, ou ainda nas condições previstas no Art. 49, II da Lei Complementar nº. 123/2006, uma vez que a repetição do processo pelo não comparecimento de empresas poderia ferir ao princípio da economicidade trazendo danos ao erário público.
4.2 – DAS RESTRIÇÕES
4.2.1 – não poderá participar da presente licitação a empresa:
4.2.2 – declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do art.
156 da Lei Federal nº 14.133/21 e que não tenha restabelecido sua inidoneidade;
4.2.3 – com irregularidade decretada junto ao órgãos Municipal e Estadual;
5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DO SEU PREENCHIMENTO

5.1 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
5.1.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
5.1.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
5.1.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
5.1.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
5.1.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.1.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
5.6.1.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
5.6.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
5.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8 – Os valores constantes na proposta deverão compreender todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre a entrega dos produtos, objeto desta Licitação.
5.9 - A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da mesma.
5.10- O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas neste Edital.
5.11 - A proposta de preço deverá conter especificações detalhadas dos produtos, devendo conter preço unitário e total, e também o valor total da proposta.
5.12 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta apresentada.
5.13 - O prazo para a entrega dos produtos, objeto desta licitação, deverá ser imediata, considerando-se imediata a entrega efetuada em até 05 (cinco) dias da data de referência (ordem de fornecimento/compras).

6 – JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 - Será considerado primeiro classificado na Cotação Eletrônica de Preços, aquele que apresentar o MENOR PREÇO POR ITEM, durante o período da cotação.
6.2 - O primeiro classificado que atender às condições exigidas para Habilitação, terá o resultado adjudicado.

7 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A licitante declarada vencedora deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação:

7.1 - PROPOSTA COMERCIAL;

7.1.1 - A proposta deverá ser elaborada com base no Edital e seus Anexos, contendo as seguintes informações:
7.1.2 - Descrição detalhada do item, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência;
7.1.3 - Preços unitário e total do item;

7.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;
b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados e, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e de ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir

7.3 - REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF, devidamente atualizado;
c) certidão Negativa de Débito Trabalhistas - CNDT relativa à inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, devidamente atualizada;
d) prova da quitação com a Fazenda Federal (Dívida com a União e Receita Federal do Brasil), ou certidão positiva com efeitos de negativa, abrangendo a certidão de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) dentro do prazo de validade;
e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação da certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
f) prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.3.1 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida no máximo a 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão pública.

7.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Pelo menos um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão do licitante para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação;
b) Alvará da Vigilância Sanitária em vigor na data do certame;
c) Alvará de autorização de funcionamento;

7.5 – DECLARAÇÕES:

a) Declaração expressa de que não emprega mão de obra de menor, assinada pelo representante legal da licitante.
b) Declaração Anexo IV do Edital.

7.5 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:
7.5.1 - se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
7.5.2 - se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
7.5.3 - se a licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;
7.5.4 - serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
7.6 - A Microempresa – ME, a Empresa de Pequeno Porte - EPP ou equiparada deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal ou trabalhista, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

7.7 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME, EPP ou equiparada for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
7.8 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal ou trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Agente de Contratação. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.
7.9 - Os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.
7.10 - Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura da Dispensa, exceto atestados de capacidade técnica, se exigidos.
7.11 - Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pela Agente de Contratação ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 12 inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.
7.12 - Os documentos mencionados não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.
7.13 - A Agente de Contratação poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação das licitantes, inclusive por meio do Sicaf (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores).
7.14 - A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada.
7.15 - Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, a Presidenta, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos.
7.15.1 - Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor Licitações, situado na Rua Goiás, nº 986, Centro, Biquinhas – MG – CEP 35.621-000, no prazo estipulado pela Agente.

7.16 - O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos encaminhados.
7.17 - Preencher formulário de orçamento constante no anexo III deste Edital.

8 – DO PRAZO PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

8.1 - O proponente classificado em primeiro lugar, na fase de resultado do sistema, terá o prazo máximo e improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, iniciando-se a partir do primeiro minuto após o fim do prazo de divulgação e envio de propostas, fixado no sistema Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).
8.2 - O envio incompleto dos documentos apresentados, ou o envio de documentos em desacordo com as exigências contidas no item anterior, acarretarão na inabilitação da empresa, mesmo que classificada em primeiro lugar.
8.2.1 - o não envio dos documentos no prazo citado acima, acarretará na desclassificação imediata, desclassificação que fará com que a Agente convoque o segundo classificado e assim, sucessivamente.

9 – DO PAGAMENTO

9.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após recebimento integral dos produtos e apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, por meio de transferência bancária ou cheque nominal.

10- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta cotação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas, implicará em desclassificação imediata do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
10.2 - As formas de cotação entre os licitantes concorrentes será no formato **"SEM DISPUTA"**, onde dentro do período pré-estabelecido no item 2, deste Edital, os licitantes interessados através do sistema de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br), encaminharão suas propostas, que serão analisadas e conferidas pela Agente de Contratação responsável.
10.3 - As normas que disciplinam esta disputa eletrônica serão sempre interpretadas à favor da ampliação da disputa entre os ofertantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e segurança da contratação, e os casos não previstos por este Edital, serão decididos pela Agente de Contratação, juntamente com os membros que compõem a comissão.
10.4 - A participação do proponente no procedimento implica em sua aceitação aos termos deste Edital, e Legislação informada no preâmbulo do mesmo, os quais regulamentam este procedimento.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas inerentes à execução do objeto do presente contrato, correrão por conta da dotação Orçamentária consignada no Orçamento Municipal sob a rubrica:

Dotação Orçamentária	Descrição da Dotação Orçamentária
02.03.02.10.302.0012.2014.33903000	Serviços Urgência e Emergência - Bloco Méd. Complexidade Amb Hospitalar Material De Consumo

12 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

12.1 - A indicação de lances vencedores, classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública, constarão na Ata disponível no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

Biquinhas - MG, 25 de agosto de 2026.

ALANE RÚBIA MEDEIROS DA SILVA
Agente de Contratação

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00087 Dispensa Nº: 000055

1. OBJETO:
A presente licitação tem por objeto aquisição imediata de medicamentos e materiais médico-hospitalares para atender as necessidades da Unidade de Pronto Atendimento municipal.
2. JUSTIFICATIVA:
A aquisição dos materiais e medicamentos listados é indispensável para o pleno funcionamento da unidade bem como para o atendimento da população. São itens de extrema necessidade, pois se tratam de insumos estratégicos de suporte às ações de saúde, com finalidade de prevenir, curar doenças e/ou aliviar sintomas.
É válido ressaltar que as distribuidoras ganhadoras da licitação não entregaram alguns materiais/medicamentos, e que a Ata de Registro de Preços referente ao processo anterior está com a vigência encerrada, o que pode acarretar um colapso no sistema de saúde e piora nos quadros clínicos.
O principal objetivo é proporcionar qualidade de vida para os munícipes e garantir a continuação do bom trabalho realizado no sistema de saúde do município.
3. ESTIMATIVA DE PREÇOS:
O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Após a verificação do objeto demandando e dos requisitos da contratação, a EQUIPE DE PLANEJAMENTO realizou o levantamento de mercado.
Há no mercado, diversos fornecedores que trabalham com os medicamentos e materiais solicitados, desde fabricantes, distribuidores e comerciantes, não havendo, portanto, restrições de mercado. Para todos os itens elencados, foram considerados preços praticados em contratações similares de outros órgãos, onde os valores foram calculados conforme preços praticados contratações análogas no AMM Licita (www.ammlicita.org.br) e no PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br). Também foram considerados preços praticados por fornecedores regionais, e inseridos no processo licitatório e considerados para a média de preços.
O custo foi verificado após a realização das cotações, onde a equipe concluiu que seria mais eficiente, em respeito ao interesse público, para melhor atender os importantes requisitos preconizados pelo ordenamento jurídico brasileiro, com sua precificação devidamente justificada na Memória de Cálculo, concluindo ser tecnicamente e economicamente viável a aquisição por itens e parcelando essa aquisição.
4. DO PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento definitivo dos produtos, mediante a emissão da Nota Fiscal Eletrônica/Fatura, mediante cheque nominal à contratada ou por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

5. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

- Garantia de entrega pontual dos materiais, evitando atrasos que possam comprometer o funcionamento do setor.
- Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos materiais.
- Fica a cargo às expensas da CONTRATADA reparar qualquer dano causado ao edifício por ela, durante a realização do serviço.
- Os materiais desta contratação devem seguir aos padrões analíticos constantes nas descrições dos itens que confirmam a qualidade necessária.
- Garantir o desempenho destes produtos e que estarão dentro das especificações até a data de expiração indicada nos rótulos, desde que os cuidados de utilização e armazenamento indicados nos rótulos e nas instruções sejam seguidos corretamente.
- A entrega dos materiais deverá ser feita em perfeitas condições, conforme especificações e prazo, na Unidade de Pronto Atendimento Municipal ou no local descrito na ordem de fornecimento ou no corpo do e-mail, de segunda-feira à sexta-feira, no horário das 07:00 às 16:00hs.
- Os produtos deverão ser entregues lacrados e selados pelo fabricante ou fornecedor e entregues devidamente embalados, contendo externamente a data, o nome do produto, quantidades e outras informações, de acordo com a legislação pertinente, de forma a garantir completa segurança durante o transporte e a identificar o seu conteúdo;
- Provisoriamente, no ato da entrega, por servidor ou o responsável pelo recebimento do produto que ficam encarregados da avaliação das características do mesmo na ocasião da entrega, estando autorizado a recusar o produto que não estiver de acordo com o descrito no edital, e/ou com a legislação pertinente.
- Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.
- O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.
- A contratada deverá atender aos requisitos exigidos no Edital/Termo de referência no item que lhe compete, tendo como obrigações principais, que o item ofertado atenda todas as exigências de especificação e atendendo as normativas, que couber.
- A empresa contratada deverá substituir no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do dia da entrega do produto que deixar de ser recebido por não estar de acordo com as condições exigidas neste Edital ou que apresentarem qualquer característica que o torne impróprio para consumo. O não cumprimento dos prazos implicará nas penalidades previstas no edital.
- O prazo de validade dos produtos deverá ser de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade, conforme especificidades de cada item.

6. DA ENTREGA DOS PRODUTOS:
A entrega do bem será a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pelo Setor de Compras, respeitando o prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis com base na data de referência.
O recebimento dos produtos se dará em local especificado na respectiva Ordem de Fornecimento ou no corpo do e-mail, não se responsabilizando a Administração pelo recebimento em outro local, dias e horários.

Na ocorrência de atrasos na entrega, a Prefeitura Municipal poderá aplicar as penalidades previstas neste Edital.
O setor competente para autorizar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação será com a Unidade de Pronto Atendimento Municipal.

7. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade
00049436	Ácido acético glacial 2% solução 1 L	Unidade	2,0000
00049432	Alteplase pó liofilizado injetável 50 mg/50 ml	Unidade	3,0000
00049437	Cabo da placa neutra bisturi BP-100 plus EMAI original	Unidade	2,0000
00049433	Cloreto de sódio 10% de 10 ml cx com 200 ampolas	Unidade	2,0000
00046308	Cloridrato de cefepima 1 g pó p/ sol. injetável cx c/25 fr-ampolas	Caixa	4,0000

00006931	Cloridrato de Petidina 50mg/ml sol inj (dolantina) c/25	Caixa	4,0000
00049434	Diazepam 10 mg inj. 2 ml cx c/100 amp.	Caixa	1,0000
00044216	Fenobarbital 100mg/ml cx c/25 ampolas 2 ml	Caixa	2,0000
00049438	Glicerina 12% solução de uso retal enema 500 ml	Unidade	400,0000
00049440	Kit imobilizador lateral de cabeça adulto resgate te tipo head block	Unidade	3,0000
00049435	Lidocaína c/ vaso 20 mg/ml solução injetável	Unidade	200,0000
00049443	Pá adesiva multifuncional adulto CMOS DRAKE	Unidade	5,0000
00049441	Pá adesiva multifuncional adulto instramed	Unidade	5,0000
00049442	Pá adesiva multifuncional pediátrico CMOS DRAKE	Unidade	5,0000
00049449	Pinça clínica para algodão aço inox 16 a 16,5 cm	Unidade	5,0000
00049451	Placa neutra permanente BP 100 PLUS EMAI original	Unidade	2,0000
00049452	Presilha de silicone (aranha)- cabresto adulto tamanho único	Unidade	5,0000
00049032	tenoxicam pó liofilizado para sol. injetável 40 mg iv cx c/50 fr-amp.	Caixa	4,0000

ANEXO II - MINUTA CONTRATUAL

NÚMERO : «Número do Contrato» / «Ano do Contrato»Processo Licitatório n°. / 2026 Dispensa / 2026

Contrato que entre si fazem a Prefeitura Municipal de Biquinhas e a empresa «Nome do Fornecedor».

A Prefeitura Municipal de Biquinhas neste ato representado pelo seu PREFEITO MUNICIPAL em exercício o Sr. EUCLIDES PINTO COELHO e a empresa
«Nome do Fornecedor», pessoa jurídica de direito privado estabelecida à
«Logradouro», n°«Número» , «Complemento» Funcionários, «Cidade» de «Unidade Federativa (UF)» , inscrita no CNPJ sob o n° «Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)» pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado da Licitação Dispensa 000055 / 2026 do processo administrativo próprio n° 00087 / 2026 , firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da lei n° 14.133/21, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1 - DO OBJETO:
1.1 - O presente contrato objeta a aquisição imediata de medicamentos e materiais médico-hospitalares para atender as necessidades da Unidade de Pronto Atendimento municipal

Lote	Item	Descrição	Unidade Fornecimento	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
					«Valor Unitário»	«Valor Total»

1.2 - As despesas inerentes à execução do objeto do presente contrato, correrão por conta da dotação Orçamentária consignada no Orçamento Municipal sob a rubrica:

Dotação Orçamentária	Descrição da Dotação Orçamentária
02.03.02.10.302.0012.2014.33903000	Serviços Urgência e Emergência - Bloco Méd. Complexidade Amb Hospitalar Material De Consumo

2 - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - O contrato tem o valor global de R$ «Valor» («Valor por Extenso»), a ser pago em parcelas mensais de R$ <<Valor>> («Valor por Extenso»), mediante a efetiva entrega dos produtos.
2.2 - Os pagamentos serão efetuados após a apresentação da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA no setor da Tesouraria da Prefeitura Municipal.
2.3 - A CONTRATANTE se reserva o direito de efetuar o pagamento das referidas notas fiscais no prazo de trinta dias após a emissão das mesmas.
2.4 - O Contratante se reserva o direito de exigir do Contratado, em qualquer época, a comprovação de quitação das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas.
2.5 - Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
2.6 - Os preços referidos acima incluem todos os custos e benefícios decorrentes da execução ds serviço, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução do contrato.
2.7 - O preço do objeto desta licitação será reajustado, após 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, nos termos do Art. 6º, LVIII da Lei Federal nº. 14.133/21, para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato, cujo índice de correção monetária será o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)
2.8 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:
I= (TX/100)
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

3 - DA VIGÊNCIA
3.1. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, e encerrar-se-á no dia 31/12/2026.
3.2. A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério das partes, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.
4 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES
4.1 - Constituem direitos e obrigações da CONTRATANTE:
a) designar servidor do seu quadro de pessoal para acompanhar, fiscalizar e receber o serviço, o qual deverá atestar o seu perfeito estado e comunicar eventuais irregularidades, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento, bem como fiscalizar o saldo contratual;

b) efetuar o pagamento em conformidade com critérios definidos na cláusula segunda;
c) garantir as condições necessárias ao adequado desempenho das atividades do profissional CONTRATADO.
d) tomar ciência e executar as medidas recomendadas emanadas pelo CONTRATADO.

4.2 - Constituem direitos e obrigações do CONTRATADO:
a) Caberá à Contratada, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas neste Edital e no Termo de Referência - Anexo I:
b) Tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento dos produtos objetos desta licitação;
c) Manter, durante o período de vigência da ata de registro de preços e/ou da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
d) Promover o fornecimento dos produtos dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica, da seguinte forma:
e) As Ordens de Fornecimento serão emitidas e a entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis improrrogáveis, para medicamentos e materiais de consumo.
f) O recebimento dos produtos se dará no local descrito na Ordem de Fornecimento ou no corpo do e-mail, não se responsabilizando a Administração pelo recebimento em outro local, dias e horários;
g) Os produtos deverão ser entregues lacrados e selados pelo fabricante ou fornecedor e entregues devidamente embalados, contendo externamente a data, o nome do produto, quantidades e outras informações, de acordo com a legislação pertinente, de forma a garantir completa segurança durante o transporte e a identificar o seu conteúdo;
h) O prazo de validade dos produtos deverá ser de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade, conforme especificidades de cada item.
i) Prestar todos os esclarecimentos que lhe foram solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
j) Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio do Município em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;
k) Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, igualmente, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do ajuste a ser firmado;

l) Assumir responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
m) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos produtos ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;
n) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista cível ou penal, relacionados à execuçao dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
o) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da apuração deste processo licitatório;

5 - DA PUBLICAÇÃO
5.1 - Fica a cargo e responsabilidade da CONTRATANTE promover a publicação deste Contrato e quaisquer atos dele decorrentes nos termos da legislação vigente.

6 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
6.1 - O presente instrumento é regido pela Lei nº 14.133/21 e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Processo Licitatório nº 00087, Dispensa nº 000055.
7 - DAS PENALIDADES:
7.1 - O descumprimento do prazo de entrega sujeitará ao prestador às seguintes sanções:
I - Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso de entrega, até o limite do valor total da contratação, nos termos do art. 412 do Código Civil, incidente sobre o valor total da contratação. A aplicação da multa de que trata esta alínea não impede a anulação unilateral da contratação;
II - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de anulação da contratação por culpa do CONTRATADO.
III - Suspensão do direito de licitar junto ao município de Biquinhas – MG pelo prazo que for fixado, segundo a natureza da falta e o prejuízo causado a administração pública municipal no prazo de 02 (dois) anos.
IV - Declaração de inidoneidade para licitar na administração estadual, com publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.
V - A entrega dos equipamentos fora do prazo estipulado será considerada como recusa formal ensejando as penalidades cabíveis.

8 – DA CESSÃO
8.1 - O CONTRATADO não poderá ceder o presente vínculo ou subcontratar o seu objeto para outra pessoa, no todo ou em parte, sendo nulo de pleno direito qualquer ato neste sentido, além de constituir infração passível de penalidade.

9 - DA RESCISÃO
9.1. O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 137 a 139 da Lei 14.133/21.
9.2. Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 138, inciso I, da Lei n. 14.133/21, ao Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 139, incisos I a IV, parágrafos 1º e 2°, da Lei citada.
10 - DA FISCALIZAÇÃO
10.1. A fiscalização sobre o cumprimento do objeto da presente licitação será exercida pela Unidade de Pronto Atendimento Municipal.
10.2. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, conforme prevê o art. 120 da Lei nº 14.133/21.
10.3. O Contratante se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte o serviço prestado, se considerados em desacordo com os termos do presente contrato.

11 - DOS CASOS OMISSOS
11.1. Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/21, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

12 – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1 - A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

12.2 - A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e
administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

12.3 - A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

12.4 - A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

12.5 - A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

12.5.1 - A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

12.6 - A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

12.6.1 - À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

12.6.1.1 - A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

12.7 - A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

12.7.1 - A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

12.7.2 - A Contratada que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

12.8 - A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

12.9 - O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e a Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

12.10 - O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta
cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

13 - DO FORO

13.1 - As questões oriundas deste contrato e do procedimento licitatório que o precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Morada Nova de Minas
- MG.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Instrumento em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para que se produzam os devidos efeitos legais.

Biquinhas, «Data de Assinatura do Contrato (Extenso)».

EUCLIDES PINTO COELHO
Prefeito Municipal

_____
«Nome do Fornecedor» CNPJ:

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00087 Dispensa Nº: 000055

RAZÃO SOCIAL		CNPJ		
ENDEREÇO COMPLETO		TELEFONE/FAX/E-MAIL		
Item	Descrição do Serviço Anexo I	Quantidade	V. Unitário	V. Total
Prazo de validade: não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, (a contar da data de sua apresentação); Comprometse-se a fornecer os produtos nos prazos estabelecidos no Edital e cujos preços estão incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios. Obs. 1. Havendo qualquer discordância entre a descrição da Plataforma da Dispensa Eletrônica e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital. Obs. 2. A proposta deverá ser anexada na plataforma *AMM LICITA*, deverá estar assinada, com todos os dados preenchidos conforme modelo, conter a marca e o modelo do produto a ser ofertado. Não será aceita a proposta escrita manual, com rasuras e ou contendo alternativas. Esta empresa, por intermédio de seu representante legal ou credenciado Sr(a)._. Declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos. (Local e data) (Assinatura do Representante Legal)				

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº «Número do Processo» «Modalidade» Nº: «Aquisição» DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS PARA ME E EPP E ATENDIMENTO DO §2º DO ART. 4º DA LEI Nº 14.133/21 (Nome da Empresa)_____ , CNPJ Nº_____, sediada na Rua_____ , nº _____, bairro___, CEP , município de , por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para fins de participação em licitação ou contratação direta com a Prefeitura Municipal de Biquinhas, sob as penas da lei que: I - Que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, está

apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006. II - Que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021. , de de 2025.

[Nome e assinatura do responsável pela empresa]

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:FAFE7AF9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBUI
AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Administrativo nº 042/2026
Dispensa Eletrônica nº 020/2026
Data da publicação do aviso: 26 de agosto de 2026
Critério de disputa: menor preço por item
Fundamentação Legal: Art. 75, Inciso II, da Lei Nº 14.133/2021.

A Câmara Municipal de Cambuí, localizada à Rua Saldanha Marinho, nº 260, Centro, Cambuí-MG, CEP: 37600-000, por ordem do Sr. Presidente, por meio da Comissão de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará contratação direta, na modalidade de dispensa eletrônica de licitação em razão do valor, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção e recarga de extintores de incêndio pertencentes à Câmara Municipal de Cambuí.

Através deste Aviso, fica demonstrado o interesse da Câmara Municipal de Cambuí em obter propostas adicionais de eventuais interessados, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, quando será selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração.

CADASTRO DAS PROPOSTAS: 26/08/2026 às 8h até 31/08/2026 às 16h.
ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 01/09/206 às 8h30.
A dispensa eletrônica será conduzida por Regiana Pereira Brandão, membra da Comissão de Contratação, nomeada pela Portaria nº 001/2026.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Local: https://portal.sgpcloud.net:9121/compraseditalc/
MODO DE DISPUTA: fechado.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item.

Cambuí-MG, 25 de agosto de 2026.

LUIZ PAULO NEPOMUCENIA
Presidente da Câmara Municipal de Cambuí-MG

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A Dispensa Eletrônica será realizada por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.
1.2 Os trabalhos serão conduzidos por Regiana Pereira Brandão, membra da Comissão de Contratação, nomeada pela Portaria nº 001/2026, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados, constante da página eletrônica https://portal.sgpcloud.net:9121/compraseditalc/.
1.3 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente Aviso de Intenção de Contratação Direta, para o credenciamento junto ao provedor do sistema, para participação do procedimento de contratação direta, bem como cadastramento da proposta, atentando também para a data e horário início e fim do cadastramento das propostas.
1.4 A apresentação das propostas pressupõe conhecimento de todos os dados e informações necessários ao seu preparo e a aceitação das condições estipuladas neste procedimento de contratação direta.

2 DO OBJETO
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de manutenção de segundo nível em extintores de incêndio pertencentes à Câmara Municipal de Cambuí, compreendendo inspeção técnica, recarga, ensaio hidrostático, quando necessário, identificação, lacração, emissão dos respectivos certificados de manutenção e demais atos indispensáveis à plena operacionalidade e segurança dos equipamentos, conforme especificações e quantitativos constantes deste Aviso de Contratação Direta e do Termo de Referência.
2.2 Tabela de Itens

ITEM	DESCRIÇÃO MÍNIMA	QUANT.	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO
01	Manutenção de extintor de água pressurizada (AP) 10 litros – serviço de recarga e teste hidrostático	02 unidades	
02	Manutenção de extintor de pó químico seco (PQS) 6 kg – Classe 4A:40BC – serviço de recarga	07 unidades	
03	Manutenção de extintor de pó químico seco (PQS) 6 kg – Classe 30BC - serviço de recarga	01 unidade	

2.2.1 Para todos os itens, os serviços compreenderão, conforme a necessidade de cada equipamento, inspeção técnica, manutenção de segundo nível, recarga, realização de ensaio hidrostático quando necessário, identificação, lacração e emissão dos respectivos certificados ou registros de manutenção, além dos demais atos indispensáveis à plena operacionalidade e segurança dos equipamentos.

3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL PARA O PROCEDIMENTO
3.1 A presente contratação será realizada por meio de dispensa eletrônica de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, e § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em razão do valor estimado da contratação, observados os limites legalmente vigentes, visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção e recarga de extintores de incêndio pertencentes à Câmara Municipal de Cambuí.

3.2 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
3.2.1 O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, observadas as especificações e exigências mínimas estabelecidas no item 2.2 deste Aviso.
3.3 DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO
3.3.1 As exigências de habilitação foram definidas observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e adequação ao objeto contratado, vedadas exigências excessivas que restrinjam indevidamente a competitividade do procedimento.
3.3.2 Serão exigidos os documentos de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, devendo o interessado apresentar, juntamente com a proposta, a documentação abaixo relacionada:
I – Da Regularidade Fiscal:
a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
c) Certificado de Regularidade do FGTS;
d) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal da sede do fornecedor;
e) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do fornecedor.
II – Da Regularidade Trabalhista:
a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeito de negativa.
III – Da Qualificação Econômico-Financeira:
a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade.
3.4 DA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO
3.4.1 É vedada a participação de empresa(s):
a) em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
b) declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
c) impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Cambuí, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;
d) cujos sócios, diretores, representantes ou procuradores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa participante;
e) estrangeiras que não funcionem no País;
f) enquadradas nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
g) em consórcio, considerando a baixa complexidade do objeto e a inexistência de necessidade técnica que justifique a participação conjunta de empresas;
h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 – TCU – Plenário);
i) que tenham como sócio ou administrador Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança, pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo, até o terceiro grau, ou por adoção, bem como servidores e empregados públicos do Município de Cambuí-MG.

4 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO
4.1 A presente contratação destina-se à prestação de serviços de manutenção e recarga dos extintores de incêndio pertencentes à Câmara Municipal de Cambuí, visando manter os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, garantindo sua operacionalidade em situações de emergência.
4.2 A contratação tem por objetivo assegurar a conservação e a regularidade dos equipamentos de combate a incêndio, contribuindo para a proteção do patrimônio público, a segurança dos agentes públicos, vereadores, visitantes e demais usuários das dependências da Câmara Municipal, em conformidade com as normas técnicas e de segurança aplicáveis.
4.3 A realização dos serviços é indispensável para manter os extintores em condições adequadas de uso, atendendo às necessidades da Administração e às exigências legais relativas à prevenção e ao combate a incêndios, garantindo a continuidade das atividades institucionais e a segurança das instalações da Câmara Municipal.

5 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO
5.1 Os serviços de manutenção e recarga dos extintores de incêndio deverão ser executados nos equipamentos pertencentes à Câmara Municipal de Cambuí, observadas as especificações constantes deste Aviso de Contratação e do Termo de Referência.
5.2 O prazo para execução dos serviços será de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente.
5.3 Após a execução dos serviços, os extintores deverão ser devolvidos à Câmara Municipal de Cambuí em perfeitas condições de uso e funcionamento, devidamente identificados e lacrados e acompanhados dos respectivos certificados ou registros de manutenção, além da documentação correspondente aos serviços realizados.
5.4 O recebimento provisório ocorrerá no ato da devolução dos extintores, para conferência quantitativa dos equipamentos.
5.5 O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade dos serviços executados, especialmente quanto à qualidade da manutenção, recarga, identificação dos equipamentos e atendimento às especificações previstas na contratação.
5.6 Constatadas irregularidades, defeitos ou serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas, a contratada deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, sem qualquer ônus adicional para a Administração.
5.7 Todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive transporte, retirada, devolução dos extintores, materiais, mão de obra, tributos, encargos sociais, previdenciários, fiscais e demais custos decorrentes da contratação, correrão exclusivamente por conta da contratada.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
6.1 São obrigações da Contratante:
6.1.1 Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Aviso de Contratação.
6.1.2 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas, divergências ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam sanadas.
6.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor ou comissão especialmente designada.
6.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços efetivamente executados e recebidos, no prazo e na forma estabelecidos neste Aviso.
6.1.5 Disponibilizar os extintores à Contratada e fornecer as informações necessárias à adequada execução dos serviços objeto da contratação.
6.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Aviso de Contratação e em sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e despesas decorrentes da perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1 Executar os serviços de manutenção e recarga dos extintores em perfeitas condições, observando as especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas neste Aviso de Contratação e no Termo de Referência.

7.1.2 Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços executados, promovendo, às suas expensas, a correção de falhas, defeitos ou irregularidades constatadas pela fiscalização.

7.1.3 Refazer, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, os serviços rejeitados pela fiscalização em razão de execução inadequada ou em desacordo com as especificações da contratação.

7.1.4 Arcar com todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive transporte, retirada e devolução dos extintores, materiais, mão de obra, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes sobre a contratação.

7.1.5 Executar os serviços em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e devolver os extintores devidamente recarregados, identificados e em condições adequadas de uso.

7.1.6 Manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento.

8 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução da contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2 Compete à fiscalização verificar especialmente:

I – a qualidade dos serviços executados;

II – o cumprimento dos prazos estabelecidos;

III – a conformidade dos serviços com as especificações previstas neste Aviso de Contratação e no Termo de Referência;

IV – a devolução dos extintores em perfeitas condições de uso, devidamente recarregados e identificados;

V – o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

8.3 A fiscalização poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações previstas neste Aviso de Contratação, no Termo de Referência ou na proposta apresentada pela contratada.

8.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou falhas na execução do objeto, não implicando corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, nos termos do art. 117, § 4º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

9 DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos serviços e da nota fiscal, atestada e emitida de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Assessoria Administrativa e Financeira da Câmara, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado ou boleto bancário;

9.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

9.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

9.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

9.5 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

9.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

9.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

9.8 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no Aviso de Contratação, infringência do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

10.1.1 Advertência;

10.1.2 Multa, conforme os percentuais definidos a seguir:

10.1.2.1 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, em caso de descumprimento do prazo de execução dos serviços;

10.1.2.2 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com o cancelamento da contratação e a adoção das medidas cabíveis.

10.1.2.3 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, nos casos:

a) execução dos serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas;

b) execução de serviços com defeitos ou em desconformidade com as especificações técnicas ou com a proposta apresentada;

c) transferência total ou parcial da contratação a terceiros sem autorização da Contratante;

d) descumprimento das obrigações previstas neste Aviso de Contratação.

10.2 O fornecedor que ensejar o retardamento da execução da contratação, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ficará sujeito, observado o devido processo administrativo e assegurados o contraditório e a ampla defesa, à aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Cambuí, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

10.3 Poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos previstos no art. 156, inciso IV e § 5º, da Lei nº 14.133/2021, mediante prévio processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, observadas as condições legais para eventual reabilitação.

10.4 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido na forma estabelecida pela Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da ciência da decisão que aplicar a penalidade, ou poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante, quando cabível.

11 ESTIMATIVA DE PREÇOS
11.1 A estimativa de preços da presente contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante pesquisa de preços formalizada em Relatório de Pesquisa de Preços, utilizando-se consultas a contratações públicas disponíveis em bases oficiais e cotações diretas junto a fornecedores especializados, observados os parâmetros previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.
11.2 Para definição dos preços de referência de cada item, foram analisados os preços considerados válidos, tendo sido adotada a mediana como metodologia para definição do preço de referência, em razão da dispersão identificada nas amostras de preços.
11.3 A documentação utilizada para fundamentar a estimativa de preços integra a instrução do processo administrativo.

12 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
01 03 01 122 0001 2010 339039 Manutenção das Atividades Administrativas e Financeiras
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

13 ANEXOS

13.1 Integram o presente Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos legais:
Anexo I – Termo de Referência.
Anexo II – Modelo de Proposta Comercial.

Cambuí-MG, 25 de agosto de 2026.

LUIZ PAULO NEPOMUCENIA
Presidente da Câmara Municipal de Cambuí-MG

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

SETOR REQUISITANTE: Diretoria Geral
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Maria Tereza Salles Manólio

DESCRIÇÃO DO OBJETO
1.1 Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de manutenção de segundo nível em extintores de incêndio pertencentes à Câmara Municipal de Cambuí, compreendendo inspeção técnica, recarga, ensaio hidrostático (quando necessário), identificação, lacração, emissão dos respectivos certificados ou registros de manutenção e demais atos indispensáveis à plena operacionalidade e segurança dos equipamentos, conforme especificações e quantitativos constantes deste instrumento, do Estudo Técnico Preliminar e do Aviso de Contratação Direta.
1.2 Os serviços deverão ser executados observando rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, assegurando padrão adequado de qualidade, segurança e conformidade, de modo que os equipamentos sejam devolvidos em perfeitas condições de uso e funcionamento.
1.3 O valor contratado compreenderá todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução integral do objeto, incluindo recolhimento, transporte, devolução, materiais, recargas, mão de obra, tributos, encargos sociais e trabalhistas, sem ônus adicionais para a Administração.
1.4 O objeto enquadra-se como serviço comum, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo a contratação processada mediante Dispensa Eletrônica, pelo critério de julgamento do menor preço por item.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
2.1 A contratação destina-se a assegurar a manutenção periódica e preventiva dos extintores de incêndio da Câmara Municipal de Cambuí, garantindo sua eficiência operacional e conformidade com as normas de segurança contra incêndio e pânico.
2.2 Trata-se de serviço indispensável à proteção do patrimônio público, de vereadores, servidores e usuários do prédio da Câmara Municipal, mitigando riscos decorrentes do funcionamento inadequado dos equipamentos em emergências.
2.3 Os serviços destinam-se exclusivamente aos equipamentos de combate a incêndio integrantes do patrimônio do Poder Legislativo Municipal, conforme quantitativos descritos no Estudo Técnico Preliminar.

3. DEMONSTRATIVO DA FORMAÇÃO DE PREÇO ESTIMADO
3.1 O valor estimado da presente contratação foi apurado com fundamento no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante pesquisa de preços formalizada em Relatório de Pesquisa de Preços, observando os parâmetros previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.
3.2 Para a composição da estimativa foram utilizadas, de forma combinada, consultas a contratações públicas disponíveis em bases oficiais e cotações diretas junto a fornecedores especializados, considerando-se preços compatíveis com as especificações, unidades e condições dos serviços objeto da contratação.
3.3 Para cada item, foram analisados individualmente os preços considerados válidos, utilizando-se média aritmética, mediana, desvio padrão amostral e coeficiente de variação. Em razão da dispersão identificada, adotou-se a mediana como metodologia para definição do preço de referência de cada item.
3.4 Considerando a dispersão observada nos valores pesquisados, adotou-se a mediana como metodologia para definição do preço de referência de cada item, por apresentar maior representatividade do conjunto de preços válidos e reduzir a influência de valores extremos sobre a estimativa.
3.5 A estimativa da contratação corresponde aos seguintes valores:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Manutenção de extintor de água pressurizada (AP) 10 litros – serviço de recarga e teste hidrostático	02 Unidades (SV)	R$ 50,00	R$ 100,00
2	Manutenção de extintor de pó químico seco (PQS) 6 kg – Classe 4A:40BC – serviço de recarga	07 Unidades (SV)	R$ 66,50	R$ 465,50
03	Manutenção de extintor de pó químico seco (PQS) 6 kg – Classe 30BC – serviço de recarga	01 Unidade (SV)	R$ 55,00	R$ 55,00

Valor Global Estimado da Contratação: R$ 620,50 (seiscentos e vinte reais e cinquenta centavos).

3.6 O valor estimado contempla todas as despesas necessárias à execução integral dos serviços, incluindo retirada, transporte, devolução dos extintores, mão de obra, materiais, equipamentos, tributos, encargos sociais e trabalhistas e demais custos direta ou indiretamente relacionados à execução do objeto, não sendo devido qualquer pagamento adicional pela Administração.
3.7 A estimativa de preços possui caráter exclusivamente referencial, destinando-se ao planejamento da contratação e à verificação da vantajosidade das propostas apresentadas, não constituindo preço mínimo ou máximo para fins de julgamento.

4. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO
4.1 A contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, dispondo de mão de obra qualificada, ferramentas, materiais, equipamentos e demais recursos necessários à execução dos serviços, em conformidade com as normas técnicas do INMETRO/ABNT aplicáveis à manutenção de extintores.
4.2 A contratada deverá demonstrar aptidão para executar os serviços nas condições, quantitativos e padrões de qualidade estabelecidos pela Administração.
4.3 Os serviços deverão ser executados com padrões adequados de qualidade, segurança, confiabilidade e eficiência, de modo a assegurar a plena operacionalidade dos extintores após a manutenção e recarga.
4.4 A execução deverá compreender, conforme a necessidade de cada equipamento, inspeção técnica, manutenção de segundo nível, recarga, realização de testes hidrostáticos, quando necessários, identificação, lacração e emissão dos respectivos certificados ou registros de manutenção.
4.5 A contratada deverá observar as normas técnicas e demais disposições legais aplicáveis à execução dos serviços, responsabilizando-se pela qualidade e conformidade dos procedimentos realizados.
4.6 A contratada será responsável por todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, transporte, retirada e devolução dos extintores, tributos, encargos e demais despesas decorrentes da contratação.
4.7 Os extintores deverão, ao final dos serviços, apresentar condições adequadas de funcionamento, devidamente identificados, lacrados e acompanhados dos certificados ou registros de manutenção exigidos.
4.8 Os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência são suficientes e adequados para assegurar o atendimento da necessidade administrativa identificada, em observância aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO
5.1 Para fins de participação na presente Dispensa Eletrônica, os participantes deverão comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e das exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta.
5.2 A habilitação jurídica será comprovada mediante apresentação de ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, compatível com as atividades relacionadas ao objeto da contratação.
5.3 A regularidade fiscal e trabalhista será demonstrada mediante apresentação dos seguintes documentos:
5.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
5.3.2 Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
5.3.3 Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual da sede do fornecedor;
5.3.4 Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal da sede do fornecedor;
5.3.5 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
5.3.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou positiva com efeito de negativa.
5.4 A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação de Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade.
5.5 Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data de apresentação da proposta, podendo ser apresentados na forma prevista na legislação vigente, admitida a consulta aos sistemas oficiais de certificação e comprovação de regularidade, quando aplicável.
5.6 As exigências de habilitação estabelecidas neste Termo de Referência observam os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e adequação ao objeto contratado, sendo vedada a imposição de exigências excessivas ou restritivas que possam comprometer a competitividade do procedimento.

6. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
6.1 A seleção do fornecedor será realizada por meio de Dispensa Eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, observados os procedimentos estabelecidos no Aviso de Contratação Direta e na legislação aplicável.
6.2 O critério de julgamento será o de menor preço por item, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, os requisitos de qualidade, as condições de execução e as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no Aviso de Contratação Direta.
6.3 Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor preço por item, desde que seja compatível com os valores de mercado, exequível e atenda às exigências de habilitação e às condições de execução da contratação.
6.4 O fornecedor deverá possuir atividade econômica compatível com o objeto e demonstrar capacidade para executar os serviços nas quantidades, especificações técnicas, prazos e padrões de qualidade exigidos pela Administração.
6.5 A contratação será adjudicada por item, admitindo-se a contratação de fornecedores distintos para cada item, desde que atendidas todas as exigências previstas neste Termo de Referência e no Aviso de Contratação Direta.
6.6 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações técnicas, apresentarem preços inexequíveis ou incompatíveis com os valores de mercado, ou descumprirem as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no Aviso de Contratação Direta.
6.7 A seleção do fornecedor observará os princípios e as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à isonomia, competitividade, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 A execução do objeto deverá observar integralmente as especificações, condições, quantitativos e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, no Aviso de Contratação Direta e na proposta apresentada pela contratada.
7.2 A contratada deverá realizar a retirada dos extintores na sede da Câmara Municipal de Cambuí, situada à Rua Saldanha Marinho, nº 260, Centro, Cambuí/MG, mediante prévio agendamento com o servidor responsável pelo acompanhamento da contratação.
7.3 A retirada, o transporte e a devolução dos extintores serão de responsabilidade da contratada, sem qualquer custo adicional para a Administração.
7.4 O prazo para execução dos serviços será de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente.
7.5 Concluídos os serviços, a contratada deverá devolver os extintores à Câmara Municipal de Cambuí, acompanhados da documentação correspondente aos serviços realizados.
7.6 O recebimento provisório ocorrerá no ato da devolução dos equipamentos, para conferência dos quantitativos e da documentação apresentada, sem prejuízo da posterior verificação da conformidade dos serviços executados.

7.7 O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação, pela fiscalização, da conformidade dos serviços executados com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
7.8 Constatada irregularidade, falha ou desconformidade na execução dos serviços, a contratada será formalmente notificada para corrigi-la ou refazer os serviços necessários, sem ônus para a Administração, no prazo estabelecido pela fiscalização.
7.9 A fiscalização poderá rejeitar, total ou parcialmente, os serviços que não atendam às condições estabelecidas neste Termo de Referência, sem prejuízo da adoção das medidas e aplicação das sanções cabíveis.
7.10 A execução dos serviços deverá minimizar o período de indisponibilidade dos equipamentos, observando as condições de segurança e a continuidade das atividades da Câmara Municipal de Cambuí.

8. OBRIGAÇÕES ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA
8.1 Obrigações da Contratada
Constituem obrigações da contratada:
I Executar o objeto em estrita conformidade com as especificações, condições, quantitativos e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no Aviso de Contratação Direta e na proposta apresentada;
II Responsabilizar-se pela retirada, transporte, execução dos serviços e devolução dos extintores, sem qualquer ônus adicional para a Administração;
III Executar os serviços em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, garantindo que os equipamentos sejam devolvidos em perfeitas condições de funcionamento e aptos para utilização;
IV Cumprir os prazos estabelecidos para execução dos serviços, observando as condições previstas neste Termo de Referência;
V Refazer, sem qualquer ônus para a Administração, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, bem como promover a substituição de componentes quando constatadas irregularidades, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação da fiscalização da contratação;
VI Manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e jurídica exigidas no procedimento;
VII Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução do objeto;
VIII Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento da contratação;
IX Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela fiscalização da contratação durante a execução do objeto.
8.2 Obrigações da Contratante
Constituem obrigações da Câmara Municipal de Cambuí:
I Emitir a Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, contendo as informações necessárias à execução da contratação;
II Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação por meio de servidor formalmente designado;
III Disponibilizar os extintores à contratada e verificar a conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
IV Comunicar formalmente à contratada eventuais irregularidades constatadas na execução do objeto, concedendo prazo para sua regularização;
V Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações previstas neste Termo de Referência;
VI Efetuar o pagamento nas condições e prazos estabelecidos, após o recebimento definitivo dos serviços e o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;
VII Prestar à contratada as informações necessárias ao adequado cumprimento da contratação, quando solicitadas e pertinentes ao objeto.
8.3 As partes deverão observar, durante toda a execução da contratação, os princípios da boa-fé, cooperação, eficiência, transparência e interesse público, adotando as medidas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no Aviso de Contratação Direta e na legislação aplicável.

9. DO CONTROLE E GESTÃO DO CONTRATO
9.1 A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Câmara Municipal de Cambuí, nos termos dos arts. 117 a 120 da Lei Federal nº 14.133/2021, ainda que a contratação seja formalizada por meio de Nota de Empenho ou instrumento equivalente.
9.2 Compete ao fiscal da contratação acompanhar a execução do objeto, verificando especialmente:
I – o cumprimento das especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
II – a qualidade dos serviços executados e sua conformidade com as condições estabelecidas na contratação;
III – a observância dos prazos de execução e das demais condições da contratação;
IV – a emissão dos certificados ou registros de manutenção e demais documentos exigidos;
V – o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
9.3 O fiscal da contratação registrará em documento próprio todas as ocorrências verificadas durante a execução da contratação, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados.
9.4 A fiscalização da contratação não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive perante terceiros, permanecendo responsável pelos danos causados em decorrência de falhas na prestação dos serviços, nos termos da legislação aplicável.
9.5 Constatadas irregularidades na execução dos serviços, a contratada será notificada para promover as correções necessárias, sem ônus para a Administração, no prazo estabelecido pela fiscalização da contratação.
9.6 O recebimento definitivo dos serviços ficará condicionado à verificação, pela fiscalização, do atendimento às especificações, quantitativos, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.
9.7 A contratação será formalizada mediante emissão de Nota de Empenho ou instrumento equivalente, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Aviso de Contratação Direta, devendo o instrumento de formalização conter as condições necessárias à execução do objeto.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
10.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
10.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto, atraso injustificado na execução dos serviços, descumprimento das especificações técnicas ou das demais obrigações previstas neste Termo de Referência, poderão ser aplicadas, observada a gravidade da infração, as seguintes sanções:
I – Advertência, quando constatadas irregularidades de menor gravidade que não comprometam a execução do objeto;
II – Multa administrativa, nos casos de atraso injustificado, descumprimento contratual ou inexecução parcial do objeto, conforme percentuais e critérios estabelecidos no Aviso de Contratação Direta;
III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021;
IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de infrações graves ou prática de atos ilícitos previstos na legislação aplicável.
10.3 Na aplicação das penalidades serão considerados, entre outros critérios:

I A natureza e a gravidade da infração cometida;
II Os prejuízos causados à Administração;
III A vantagem auferida pela contratada em decorrência da infração;
IV As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
V A reincidência da conduta;
VI A proporcionalidade e a razoabilidade da sanção aplicada.
10.4 As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a natureza e a gravidade da infração, observados os procedimentos legais e regulamentares aplicáveis.
10.5 A aplicação de qualquer penalidade não afasta a obrigação da contratada de reparar integralmente os danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto.
10.6 O eventual descumprimento contratual será apurado em processo administrativo próprio, assegurados à contratada o contraditório, a ampla defesa e os recursos previstos na legislação vigente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado pela Câmara Municipal de Cambuí após o recebimento definitivo dos produtos e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura pela contratada, devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização da contratação.
11.2 O pagamento ficará condicionado à verificação da regular execução do objeto, ao recebimento definitivo dos bens e à manutenção das condições de habilitação e de regularidade fiscal e trabalhista exigidas durante a contratação.
11.3 A liquidação da despesa ocorrerá após a conferência da documentação fiscal apresentada e da conformidade dos produtos fornecidos com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.
11.4 O pagamento será realizado por meio de transferência bancária em favor da contratada, no prazo estabelecido pela Administração, contado da liquidação da despesa, observadas as normas de execução orçamentária, financeira e contábil aplicáveis à Câmara Municipal de Cambuí.
11.5 Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar:
I Nota Fiscal/Fatura correspondente ao fornecimento dos produtos;
II Certidões de regularidade fiscal e trabalhista válidas;
III Demais documentos eventualmente necessários à regular liquidação da despesa.
11.6 Havendo erro na documentação apresentada, inconsistência nos serviços executados ou qualquer pendência que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a regularização das pendências pela contratada, sem prejuízo da contagem do prazo para pagamento, que será reiniciado após a solução das inconsistências.
11.7 O pagamento não implicará reconhecimento, pela Administração, da regularidade definitiva da execução contratual, permanecendo resguardado o direito de fiscalizar, exigir a correção de vícios, aplicar as sanções cabíveis e adotar as demais medidas previstas na legislação e neste Termo de Referência.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.
12.1 O valor estimado da presente contratação é de R$ 612,50 (seiscentos de doze reais e cinquenta centavos), apurado mediante pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se os parâmetros da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.
12.2 A estimativa foi elaborada com base em Relatório de Pesquisa de Preços constante dos autos, utilizando, de forma combinada, consultas a contratações públicas disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), cotações diretas junto a fornecedores especializados e outras fontes admitidas pela legislação, considerando exclusivamente serviços com especificações técnicas compatíveis com as definidas neste Termo de Referência.
12.3 A estimativa de preços possui caráter meramente referencial, destinando-se ao planejamento da contratação e à verificação da vantajosidade das propostas apresentadas, não constituindo preço mínimo ou máximo para fins de julgamento.

MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

ITEM	RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	TRATAMENTO DO RISCO	MEDIDAS PREVENTIVAS/MITIGADORAS
R01	Atraso na execução dos serviços e na devolução dos extintores, comprometendo a disponibilidade dos equipamentos.	2	3	Médio	Mitigar	Definição de prazo para execução, acompanhamento pela fiscalização e aplicação das medidas administrativas cabíveis em caso de atraso injustificado.
R02	Execução dos serviços em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.	2	3	Médio	Mitigar	Conferência dos serviços pela fiscalização e exigência de correção ou refazimento dos serviços desconformes, sem ônus para a Administração.
R03	Devolução dos extintores sem condições adequadas de funcionamento ou com componentes inadequados.	2	3	Médio	Mitigar	Verificação dos equipamentos no recebimento e exigência de correção, refazimento ou substituição dos componentes inadequados, quando constatada desconformidade.
R04	Perda, dano ou avaria dos extintores durante a retirada, transporte ou devolução.	1	3	Baixo	Mitigar	Responsabilização da contratada pela retirada, transporte e devolução dos equipamentos, com conferência dos equipamentos no recebimento.
R05	Não correção ou refazimento dos serviços rejeitados pela fiscalização dentro do prazo estabelecido.	2	3	Médio	Mitigar	Acompanhamento pela fiscalização, notificação formal da contratada e aplicação das medidas e sanções cabíveis em caso de descumprimento.
R06	Necessidade de substituição de componentes ou realização de procedimento adicional identificada durante a execução dos serviços.	2	2	Baixo	Mitigar	Avaliação técnica do equipamento, comunicação à Administração e adoção das providências cabíveis, observadas as condições da contratação.

13.1 Consequências e Ações Contingenciais.

ITEM	CONSEQUÊNCIA (DANO)	AÇÃO CONTINGENCIAL
R01	Indisponibilidade temporária dos equipamentos e comprometimento das condições de segurança das instalações.	Notificação da contratada, cobrança do cumprimento do prazo e adoção das medidas administrativas e sanções cabíveis.
R02	Recebimento de serviços incompatíveis com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.	Rejeição dos serviços e determinação de correção ou refazimento pela contratada, sem ônus para a Administração.
R03	Permanência de equipamentos inadequados para utilização em situações de emergência.	Determinação para correção dos serviços ou substituição dos componentes inadequados, com nova verificação pela fiscalização.
R04	Danificação ou comprometimento da integridade dos equipamentos pertencentes à Câmara Municipal.	Comunicação formal à contratada e adoção das providências necessárias para reparação ou reposição do equipamento, conforme a responsabilidade apurada.

R05	Prolongamento da indisponibilidade dos equipamentos e atraso no recebimento definitivo dos serviços.	Notificação da contratada, aplicação das medidas administrativas cabíveis e adoção das sanções previstas, quando caracterizado o descumprimento da obrigação.
R06	Atraso na conclusão dos serviços ou necessidade de providências adicionais para restabelecimento das condições adequadas dos equipamentos.	Avaliação pela fiscalização e adoção das providências administrativas cabíveis, observadas as condições estabelecidas na contratação.

13.2 Metodologia de Avaliação dos Riscos.
A avaliação dos riscos foi realizada mediante análise da probabilidade de ocorrência e do impacto que cada evento pode ocasionar sobre os objetivos da contratação. Para cada risco identificado foi atribuída uma pontuação de 1 a 5 para cada um desses critérios.
I – Probabilidade
A probabilidade representa a possibilidade de ocorrência do evento de risco, observando-se a seguinte escala:
1 – Raro: acontece apenas em situações excepcionais;
2 – Pouco provável: apresenta baixa frequência de ocorrência;
3 – Provável: possui frequência razoável de ocorrência;
4 – Muito provável: ocorre com elevada frequência;
5 – Praticamente certo: ocorrência quase garantida.
II – Impacto
O impacto corresponde ao potencial de comprometimento dos objetivos da contratação caso o risco se concretize:
1 – Muito baixo: compromete minimamente o objetivo da contratação;
2 – Baixo: compromete parcialmente o objetivo da contratação;
3 – Médio: compromete razoavelmente o objetivo da contratação;
4 – Alto: compromete grande parte do objetivo da contratação;
5 – Muito alto: compromete totalmente ou quase totalmente o objetivo da contratação.
III – Classificação do Nível de Risco
O nível de risco resulta da multiplicação entre os valores atribuídos à probabilidade e ao impacto (Probabilidade × Impacto), sendo classificado da seguinte forma:
1 a 4: risco baixo, sujeito a monitoramento simples;
5 a 9: risco médio, demandando acompanhamento periódico;
10 a 15: risco alto, exigindo controles preventivos contínuos;
16 a 25: risco crítico, requerendo mitigação imediata e atuação prioritária.
IV – Estratégias de Tratamento
Conforme a natureza de cada risco, poderão ser adotadas as seguintes estratégias:
Prevenir: implementação de medidas destinadas a evitar a ocorrência do risco;
Mitigar: adoção de ações para reduzir a probabilidade de ocorrência ou minimizar seus impactos;
Monitorar: acompanhamento contínuo do risco durante todas as fases da contratação e da execução contratual;
Aceitar: manutenção do risco quando considerado tolerável pela Administração, mediante monitoramento.
13.3 Medidas de Controle e Mitigação
13.3.1 Controle da Seleção do Fornecedor
A contratada deverá executar os serviços em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta apresentada e nos demais documentos que integram a contratação, observando os prazos, padrões de qualidade e demais condições pactuadas.
13.3.2 Fiscalização Contratual
O Fiscal da Contratação deverá acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando especialmente:
a) o cumprimento das especificações técnicas dos serviços;
b) a conformidade dos serviços executados com as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
c) a observância do prazo de execução;
d) a qualidade e as condições de funcionamento dos extintores após a execução dos serviços;
e) a devolução dos equipamentos devidamente identificados, lacrados e acompanhados da documentação exigida;
f) o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;
g) o registro formal das ocorrências verificadas durante a execução da contratação.
13.4 Análise Geral dos Riscos
13.4.1 Os riscos identificados concentram-se na execução da contratação, abrangendo aspectos relacionados ao cumprimento dos prazos, à qualidade e conformidade dos serviços, às condições de funcionamento dos extintores, à retirada, transporte e devolução dos equipamentos e à fiscalização da execução do objeto.
13.4.2 Os riscos identificados apresentam classificação baixa ou média, podendo ser adequadamente administrados mediante a adoção das medidas preventivas, mitigadoras e contingenciais previstas neste Termo de Referência.
13.4.3 Considerando os controles estabelecidos e as medidas de tratamento previstas, conclui-se que os riscos remanescentes apresentam níveis aceitáveis para a Administração, não sendo identificadas situações capazes de comprometer a adequada execução da contratação.
13.5 Responsável pelo Monitoramento dos Riscos
13.5.1 O monitoramento, acompanhamento e controle dos riscos identificados serão realizados pelos agentes públicos responsáveis pela gestão e fiscalização da execução da contratação, observadas suas competências legais.
13.5.2 Os riscos relacionados à execução da contratação serão acompanhados pelo Fiscal e pelo Gestor da Contratação.
13.5.3 Quando o tratamento do risco envolver matéria jurídica, orçamentária, contábil ou de controle interno, deverão ser observadas as competências específicas dos respectivos órgãos e agentes públicos.
13.5.4 A atribuição de monitoramento ou tratamento do risco não implica transferência, delegação ou ampliação de competências legalmente atribuídas a outros agentes ou órgãos da Administração.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
14.1 Dotação orçamentária:
01 03 01 122 0001 2010 339039 Manutenção das Atividades Administrativas e Financeiras
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Cambuí, 17 de agosto de 2026.

MARIA TEREZA SALLES MANÓLIO
Diretora Geral

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTOR						
RAZÃO SOCIAL: ENDEREÇO: CNPJ: INSCRIÇÃO ESTADUAL: TELEFONE: E-MAIL:						
ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R$ UNIT.	R$ TOTAL	Marca
01	02	Unidades (SV)	Manutenção de extintor de água pressurizada (AP) 10 litros – serviço de recarga e teste hidrostático			
02	07	Unidades (SV)	Manutenção de extintor de pó químico seco (PQS) 6 kg – Classe 4A:40BC – serviço de recarga			
03	01	Unidades (SV)	Manutenção de extintor de pó químico seco (PQS) 6 kg – Classe 30BC – serviço de recarga			
VALOR TOTAL R$						
LOCAL P/ ENTREGA: Câmara Municipal de Cambuí - Rua Saldanha Marinho, 260 – Centro – Cambuí/MG HORÁRIO P/ ENTREGA: 9h às 11h – 13h às 16h						

VALOR GLOBAL:
VALOR TOTAL POR EXTENSO:
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.
DATA DA PROPOSTA: _____/_____/_____.

NOME DA EMPRESA
IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Publicado por:
Rosilene de Lima Machado Silva
Código Identificador:7F99C92B

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
DECRETO Nº 141 , DE 25 DE AGOSTO DE 2026 - LEI N.3360

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$123.740,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 123.740,00					
02	**08**	**02**	**ENSINO INFANTIL - CRECHES E PRE ESCOLA**		
Ficha: 581			12.365.0009.4034.0000	MANUTENCAO ATIVIDADES PRE ESCOLA	**72.990,00**
			3.3.90.30.00	Material de Consumo	
			1	Recursos do Exercício Corrente	
			540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
			000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
			0	Não se Aplica	
			019	FUNDEB 30%	
			000	FUNDEB 30%	
Ficha: 582			12.365.0009.4034.0000	MANUTENCAO ATIVIDADES PRE ESCOLA	**50.750,00**
			3.3.90.30.00	Material de Consumo	
			1	Recursos do Exercício Corrente	
			550	Transferência do Salário-Educação	
			000	Transferência do Salário-Educação	
			0	Não se Aplica	
			047	SALÁRIO EDUCAÇÃO	
			001	QESE	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

02	**08**	**03**	**ENSINO FUNDAMENTAL**		
Ficha: 588			12.361.0008.3001.0000	CONSTRUCAO AMPLIACAO E REFORMA ESCOLAS/QUADRA	**-72.990,00**
			4.4.90.51.00	Obras e Instalações	
			1	Recursos do Exercício Corrente	
			540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
			540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
			0	Não se Aplica	
			019	FUNDEB 30%	
			000	FUNDEB 30%	
Ficha: 602			12.361.0008.4003.0000	MANUTENCAO ENSINO FUNDAMENTAL	**-50.750,00**
			3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
			1	Recursos do Exercício Corrente	
			550	Transferência do Salário-Educação	
			550	Transferência do Salário-Educação	
			0	Não se Aplica	
			047	SALÁRIO EDUCAÇÃO	
			001	QESE	

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:73BA6C0A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATOS TERMO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO Nº: 70/2026 MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO EDITAL Nº: 18/2026

EXTRATO CONTRATOS TERMO DE CREDENCIAMENTO

Processo nº: 70/2026
Modalidade: Inexigibilidade por credenciamento
Edital nº: 18/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS E DEMAIS SERVIÇOS VEICULARES, PARA **VEÍCULOS PESADOS DA LINHA VERDE E AMARELA** PELO MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA DO SOFTWARE "TRAZ VALOR", EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDER A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

Partes: Prefeitura Municipal de Patrocínio e as seguintes empresas, nos termo do seguinte resultado:

EMPRESA: TERRA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS P/ MAQUINAS AGRICOLAS LTDA CNPJ: 07.834.555/0001-88

Item	Qtde	Un	% DE DESCONTO TABELA-TRAZ VALOR	**Especificação**	VALOR ESTIMADO/QUANT.
22	1	SE	19,00%	PRESTACAO DE SERVICOS EM BOMBA INJETORA DE TRATORES LS TRACTOR. SERVICO POR HORA	R$ 42.000,00
23	1	SE	19,00%	PRESTACAO DE SERVICOS EM BOMBA INJETORA DE TRATORES NEW HOLLAND. SERVICO POR HORA	R$ 36.000,00
24	1	SE	19,00%	PRESTACAO DE SERVICOS EM BOMBA INJETORA DE TRATORES VALTRA. SERVICO POR HORA	R$ 30.000,00
46	1	SE	19,00%	PRESTACAO DE SERVICOS EM PARTE ELETRICA DE TRATORES LS TRACTOR. SERVICO POR HORA	R$ 30.000,00
47	1	SE	19,00%	PRESTACAO DE SERVICOS EM PARTE ELETRICA DE TRATORES NEW HOLLAND. SERVICO POR HORA	R$ 22.500,00
48	1	SE	19,00%	PRESTACAO DE SERVICOS EM PARTE ELETRICA DE TRATORES VALTRA. SERVICO POR HORA	R$ 21.000,00
55	1	SE	19,00%	PRESTACAO DE SERVICOS HIDRAULICOS EM MAQUINAS PESADAS NEW HOLLAND. SERVICO POR HORA	R$ 26.000,00
58	1	SE	19,00%	PRESTACAO DE SERVICOS HIDRAULICOS EM TRATORES LS TRACTOR. SERVICO POR HORA	R$ 14.000,00
59	1	SE	19,00%	PRESTACAO DE SERVICOS HIDRAULICOS EM TRATORES NEW HOLLAND. SERVICO POR HORA	R$ 12.000,00
60	1	SE	19,00%	PRESTACAO DE SERVICOS HIDRAULICOS EM TRATORES VALTRA. SERVICO POR HORA	R$ 10.000,00
70	1	SE	19,00%	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM TRATORES LS TRACTOR. SERVICO POR HORA	R$ 140.000,00
71	1	SE	19,00%	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM TRATORES NEW HOLLAND. SERVICO POR HORA	R$ 120.000,00
72	1	SE	19,00%	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM TRATORES VALTRA. SERVICO POR HORA	R$ 100.000,00

Valor total global estimado: R$ 603.500,00 (seiscentos e três mil e quinhentos reais).

As quantidades de prestações de serviços são estimativas, uma vez que se trata de procedimento por credenciamento, onde todas as empresas credenciadas podem usufruir dessa quantidade, não havendo garantia de demanda mínima ou máxima para cada empresa.

Data: 21 de agosto de 2026.
Vigência: 12(doze) meses.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:D4000078

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 – FOMENTO A PROJETOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTOS DUMONT/MG – PNAB – CICLO 2

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 – FOMENTO A PROJETOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTOS DUMONT/MG – PNAB – CICLO 2

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB - SANTOS DUMONT – CICLO 2 (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, agentes culturais do município de Santos Dumont!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público.

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura.
Desejamos sucesso!

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais domunicípio de Santos Dumont, MG.
Deste modo, aSecretaria de Educação e Cultura de Santos Dumont, MGtorna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

INFORMAÇÕES GERAIS
Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais domunicípio de Santos Dumont, MG.
Quantidade de projetos selecionados
Serão selecionados **26 projetos**.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.
Valor total do edital
Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de **R$ 228.189,89 (duzentos e vinte e oito mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e nove centavos).**
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 02.27.02.13.392.0035.2099-3.3.90.39.00 e 02.27.02.13.392.0035.2099-3.3.90.48.00, Programa Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB – Ciclo 2.
Sobre o valor total repassado pelo município de Santos Dumont ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.
Atenção! A execução do projeto cultural pelo agente cultural, no âmbito deste edital, não se caracteriza como prestação de serviço à Administração Pública. Dessa forma, não deve ser exigida nota fiscal como condição para o repasse dos recursos, nem realizada retenção de tributos típicos de contratações de serviços. Observada, quanto a eventuais obrigações tributárias próprias do beneficiário ou decorrentes das despesas realizadas na execução do projeto, a legislação tributária aplicável.
Prazo de inscrição
De **00:01 hora** do **dia 24/08/2026** até às **23:59 horas** do **dia 04/09/2026**.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.
Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer **agente cultural que comprove residência no município de Santos Dumont nos últimos 2 (dois) anos** OU **documentação idônea que demonstre atuação cultural no Município por igual período.**
Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VII.
V. O grupo/coletivo inscrito neste edital não poderá ser contemplado por meio de representações distintas, nem ter seus integrantes aprovados com o mesmo projeto em outros editais, especialmente no âmbito das seleções financiadas com recursos da PNAB – Ciclo 2. O descumprimento desta regra implicará na desclassificação da proposta, anulação da contemplação e aplicação das demais sanções previstas neste edital e na legislação vigente.
Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o **Conselho de Política Cultural** somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.
Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural **poderá inscrever até 2 (dois) projetos distintos neste Edital, inclusive em categorias diferentes**, quando admitido pelo Anexo I, **podendo ser contemplado com apenas 1 (um) projeto**.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura não se responsabilizará por inscrições que não sejam efetivadas em razão de indisponibilidade ou instabilidade de conexão à internet, interrupção no fornecimento de energia elétrica, falhas, indisponibilidade ou lentidão de servidores, problemas na transmissão de dados, indisponibilidade dos provedores de acesso utilizados pelos candidatos, bem como por quaisquer intercorrências técnicas relacionadas ao processo de inscrição, incluindo a transmissão, o envio, o recebimento, a visualização ou a integridade de anexos, links e demais documentos encaminhados

ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:

Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais

Seleção – etapa em que uma empresa contratada analisa e seleciona os projetos

Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação

Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

Prestação de Contas – etapa em que o contemplado presta informações da execução sob demanda do município e, posteriormente, apresenta relatório de execução cultural.

INSCRIÇÕES

As inscrições nesta Seleção Pública **são gratuitas** e deverão ser realizadas exclusivamente por meio da plataforma eletrônica Mapas Culturais de Santos Dumont, disponível pelo link https://santosdumont.mapasculturais.com.br/ conforme o cronograma previsto neste Edital (Anexo I). Para realizar a inscrição, o proponente deverá:

I – acessar a plataforma no endereço eletrônico indicado neste Edital;

II – selecionar a opção Oportunidades;

III – selecionar o Edital desejado;

IV – selecionar a faixa/categoria de inscrição pretendida;

V – preencher integralmente o formulário eletrônico de inscrição;

VI – anexar os documentos exigidos neste Edital, exclusivamente em formato PDF com no máximo de 10MB de tamanho;

VII – após o preenchimento do formulário e inserção dos documentos, clicar em "**SALVAR E ENVIAR**" para concluir a inscrição.

Documentação obrigatória:

a) Formulário de inscrição – a ser **preenchido diretamente na plataforma eletrônica** Mapas Culturais de Santos Dumont (modelo, Anexo II)

b) Plano de Trabalho (projeto), conforme Anexo III;

c) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;

d) Auto-declaração étnico-racial, auto-declaração indígena ou auto-declaração de pessoa com deficiência, conforme o caso, para os candidatos que optarem por concorrer às respectivas cotas;

e) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e

f) Comprovante de residência ou comprovação de atuação artística em Santos Dumont;

g) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.Todos os arquivos anexados deverão estar em **formato PDF**, com exceção da auto-declaração que pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis. Todos os arquivos deverão possuir no **máximo 10 páginas** e um tamanho **máximo de 10MB** por arquivo, os quais, deverão ser inseridos nos campos específicos da plataforma. É de responsabilidade exclusiva do proponente verificar se todos os documentos foram devidamente anexados e se estão legíveis e em conformidade com as exigências deste Edital.

Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na **Lei 14.399/2022** (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na **Lei nº 14.903/2024** (Marco regulatório de fomento à cultura), no **Decreto 11.740/2023** (Decreto PNAB) e no **Decreto nº 11.453/2023** (Decreto de fomento).

COTAS

Categoria de cotas

5.1.1 Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:

I. 25% (vinte e cinco por cento) das vagas para pessoas negras (pretas ou pardas);

II. 10% (dez por cento) das vagas para pessoas indígenas; e

III. 5% (cinco por cento) para pessoas com deficiência.

5.1.2 A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração. A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis e deverá ser inserida na plataforma eletrônica Mapas Culturais acessível pelo link https://santosdumont.mapasculturais.com.br/

Concorrência concomitante

Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Desistência do optante pela cota

Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

Remanejamento das cotas

Nos termos do item 5.1.1 deste Edital, ficam reservadas, em todas as categorias, 25% (vinte e cinco por cento) das vagas para pessoas negras (pretas ou pardas), 10% (dez por cento) para pessoas indígenas e 5% (cinco por cento) para pessoas com deficiência.

No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos

As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo, observado o disposto na Instrução Normativa Minc nº 10/2023:

I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VIII e Anexo IX.

COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o formulário de inscrição disponível de forma eletrônica em Mapas Culturais de Santos Dumont, acessível pelo link https://santosdumont.mapasculturais.com.br/ (Anexo II - Formulário de Inscrição-modelo), e o Anexo III - Plano de Trabalho, documento que contém a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o município de Santos Dumont de qualquer responsabilidade civil ou penal.
Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados **deverão ser executados em até12 (doze) meses após o recebimento dos recursos.**
Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo III indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.
Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e INSTRUÇÃO NORMATIVA MINC Nº 10, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023 (regras e os procedimentos para implementação das ações afirmativas e medidas de acessibilidade)
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

ETAPA DE SELEÇÃO
Quem analisa os projetos
Todos os projetos serão avaliados por uma **comissão de 3 (três) pareceristas**, fornecidos por empresa contratada, composta de profissionais com experiência na área de política cultural e projetos culturais incentivados. **A nota final** de cada projeto **será a média aritmética das 3 notas concedidas por cada um dos pareceristas**.
Quem não pode analisar os projetos
Os membros da Secretaria de Educação e Cultura ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.
Análise do mérito cultural
Os pareceristas fornecidos pela empresa contratada farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo IV deste edital.

Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

Análise da planilha orçamentária

Os pareceristas fornecidos pela empresa contratada irão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado. Poderá realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação. Sobretudo, os valores dispostos no Salic Comparar, disponível em https://aplicacoes.cultura.gov.br/comparar/salicnet/

Valores incompatíveis com o mercado

Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pelo parecerista responsável pela avalição, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado. Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

A eventual glosa deverá ser motivada e considerar as especificidades artísticas, territoriais, técnicas e culturais do projeto, sendo vedada a utilização automática e isolada de tabelas referenciais quando incompatíveis com as particularidades do objeto.

Recurso da etapa de seleção

O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município de Santos Dumont e no Portal eletrônico Mapas Culturais de Santos Dumont, disponível no link https://santosdumont.mapasculturais.com.br/

Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a Secretaria de Educação e Cultura Santos Dumont, que deve ser apresentado no Portal eletrônico Mapas Culturais de Santos Dumont, disponível no link https://santosdumont.mapasculturais.com.br/, **no prazo de3 dias úteis**, conforme inciso III do Art. 9º da Lei nº 14.903/2024.A contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no Portal eletrônico Mapas Culturais de Santos Dumont, disponível em https://santosdumont.mapasculturais.com.br/.

REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso alguma categoria de apoio não tenha todas as vagas preenchidas, seja por ausência de propostas habilitadas, desclassificação ou desistência de proponentes, os recursos inicialmente destinados a essa categoria poderão ser remanejados para outras categorias previstas neste mesmo Edital. Na hipótese de vacância ou disponibilidade de recursos durante o processo de seleção ou execução, o município de Santos Dumont poderá realizar novo remanejamento entre as categorias deste Edital, observando sempre a quantidade de inscrições e ordem de classificação das propostas habilitadas, do qual haja mais demanda para uma categoria. O remanejamento ocorrerá prioritariamente para propostas classificadas em lista de suplência, respeitando a ordem de pontuação geral obtida na avaliação de mérito cultural, independentemente da categoria originalmente inscrita, desde que o projeto seja compatível com os objetivos e as regras deste Edital. Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

ETAPA DE HABILITAÇÃO

Documentos necessários

O agente cultural responsável pelo projeto selecionado **deverá encaminhar no prazo de 5 dias uteis**,logo após a publicação do resultado final da avaliação de mérito pós-recurso, por meio da Plataforma eletrônica Mapas Culturais de Santos Dumont, disponível no link https://santosdumont.mapasculturais.com.br/os seguintes documentos:

9.1.1 Se o agente cultural for **pessoa física**:

I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);

II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;

III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais;

IV -certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários municipais, expedidas pelaPrefeitura Municipal de Santos Dumont;

V - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

VI - Comprovante de residência dos últimos 2 (dois) anos, mediante a apresentação de, no mínimo, 1 (um) comprovante de residência referente a cada um dos dois anos imediatamente anteriores à inscrição, por meio de contas de consumo ou outros documentos idôneos que comprovem a residência no município;

VII – dados bancários: informar na plataforma Mapas Culturais de Santos Dumont os dados bancários da conta corrente em nome do Agente Cultural aberta exclusivamente para movimentação do projeto. Junto a esses dados deverá ser anexado documento que comprove a abertura da conta, contendo identificação do banco, agência bancária, número da conta corrente e nome do correntista. O documento pode ser o extrato, cópia do cartão, print da tela ou outra forma de comprovação.

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

I - pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;

II - pertencentes a população nômade ou itinerante; ou

III - que se encontrem em situação de rua.

9.1.2 Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:

I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;

III – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);

IV - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;

V - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

VI - certidão negativa de débito Estadual;

VII – certidão negativa de débito municipal, expedida pelaPrefeitura Municipal de Santos Dumont.

VIII - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

IX - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

X - Comprovante de atuação cultural no município nos últimos 2 (dois) anos OU comprovante de residência dos últimos 2 (dois) anos, mediante a apresentação de, no mínimo, 1 (um) comprovante de residência referente a cada um dos dois anos imediatamente anteriores à inscrição, por meio de contas de consumo ou outros documentos idôneos que comprovem a residência no município.
XI - dados bancários: informar na plataforma Mapas Culturais de Santos Dumont os dados bancários da conta corrente em nome do Agente Cultural aberta exclusivamente para movimentação do projeto. Junto a esses dados deverá ser anexado documento que comprove a abertura da conta, contendo identificação do banco, agência bancária, número da conta corrente e nome do correntista. O documento pode ser o extrato, cópia do cartão, print da tela ou outra forma de comprovação.
9.1.3 Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditostributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Prefeitura Municipal de Santos Dumont em nome do representante do grupo
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - Comprovante de residência dos últimos 2 (dois) anos, mediante a apresentação de, no mínimo, 1 (um) comprovante de residência referente a cada um dos dois anos imediatamente anteriores à inscrição, por meio de contas de consumo ou outros documentos idôneos que comprovem a residência no município em nome do representante do grupo.
VI - dados bancários: informar na plataforma Mapas Culturais de Santos Dumont os dados bancários da conta corrente em nome do Agente Cultural (representante) aberta exclusivamente para movimentação do projeto. Junto a esses dados deverá ser anexado documento que comprove a abertura da conta, contendo identificação do banco, agência bancária, número da conta corrente e nome do correntista. O documento pode ser o extrato, cópia do cartão, print da tela ou outra forma de comprovação.

Durante a fase de habilitação documental, será feito à verificação das informações declaradas, a fim de confirmar a situação do proponente nos respectivos cadastros. Constatada irregularidade que, nos termos da legislação aplicável, constitua impedimento à celebração do Termo de Execução Cultural e não seja sanada no prazo ou mediante diligência admitida, o proponente será inabilitado. As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital. Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a Secretaria de Educação e Cultura de Santos Dumont, que deve ser apresentado no Portal eletrônico Mapas Culturais de Santos Dumont, disponível no link https://santosdumont.mapasculturais.com.br/, no prazo **de3 DIAS ÚTEIS** a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado naPlataforma eletrônica Mapas Culturais, disponível em https://santosdumont.mapasculturais.com.br/. Após essa etapa, não caberá mais recurso.

ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS
Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será **convocado a assinar de forma eletrônica o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo V deste Edital**. O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelaSecretaria de Educação e Culturacontendo as obrigações dos assinantes do Termo. **O prazo de execução do projeto cultural é de, no máximo, 12 (doze) meses e será contado após o recebimento do recurso**. A assinatura dos documentos poderá ser realizada por meio da plataforma Gov.br ou outra plataforma, sendo considerada válida para todos os fins legais, desde que observados os requisitos de autenticidade previstos na legislação vigente. O agente cultural deverá **enviar logo após a publicação do Resultado final, de acordo com o prazo estipulado no Anexo I**, **o Termo de Execução Cultural assinado para o e-mail** pnabsantosdumont@gmail.com. No campo assunto do e-mail deve constar o seguinte texto: "Termo de Execução Cultural – nome do proponente – nome projeto".
Recebimento dos recursos financeiros
10.2.1 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas. Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada. Sob pena de perda do apoio financeiro e convocação de suplente, o agende deverá informar na plataforma eletrônica Mapas Culturais de Santos Dumont os dados bancários da **CONTA ESPECÍFICA para o recebimento dos recursos**. Junto aos dados da conta, o agente cultural deve anexar contrato, extrato, cópia do cartão, print da tela ou outra forma de comprovação do documento de **Conta Corrente em nome do AGENTE CULTURAL**, o documento deve conter: identificação do banco, agência bancária, número da conta corrente e nome do correntista.
10.2.2 Não serão aceitas contas poupança, contas destinadas ao recebimento de benefícios do Bolsa Família, contas com limites diários inferiores ao valor aprovado no certame, contas conjuntas, conta salário, contas de terceiros ou contas fáceis. Não serão aceitas outra conta bancária que não seja **CONTA CORRENTE**. A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
11.1 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do município de Santos Dumont, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições. O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados. O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal. Os proponentes contemplados neste Edital deverão observar integralmente as normas constantes no Manual de Uso da Marca da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), versão vigente, disponibilizado pelo Ministério da Cultura.
11.2 A aplicação da identidade visual é obrigatória em todos os materiais de divulgação, produtos culturais, peças gráficas, conteúdos digitais, audiovisuais e demais meios de comunicação relacionados às ações financiadas com recursos da PNAB, devendo ser respeitados:
I – os padrões de proporção, cores, tipografia e integridade da marca;
II – a área de proteção e a disposição correta na régua de assinaturas;

III – a ordem de aplicação das marcas institucionais, conforme orientações técnicas;
IV – as restrições quanto a distorções, alterações cromáticas, supressões ou qualquer modificação não autorizada. O descumprimento das normas previstas no Manual poderá ensejar diligência para correção, suspensão de divulgação do material irregular e demais medidas administrativas cabíveis na Constituição Federal.
11.3 Na aplicação das logomarcas, os agentes culturais devem indicar:
a) em Realização: assinatura conjunta Ministério da Cultura/Governo Federal, fechando o bloco de marcas, à extrema direita (seguir essa e outras orientações presentes no manual abaixo), bem como a logomarca, quando houver, de seu próprio projeto/espaço cultural/coletivo;
b) em Apoio: as logomarcas do estado, Distrito Federal ou município e outros parceiros;
c) em Patrocínio: as logomarcas de eventuais patrocinadores.
d) A marca "Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)" não deve, em hipótese alguma, pertencer a grupos menores como apoio, patrocínio, realização, etc.
11.4 As logomarcas oficiais referentes à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) – incluindo as versões em CMYK, RGB e monocromáticas – bem como os respectivos arquivos de uso institucional, estão disponíveis para download na página de Identidade Visual do Ministério da Cultura do Governo Federal, conforme orientação visual unificada da Política Nacional Aldir Blanc. O link de acesso é: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/politica-nacional-aldir-blanc/politicanacional-aldir-blanc/identidade-visual-ciclo-2
11.5 As logomarcas oficiais da Secretaria de Educação e Cultura e da Prefeitura Municipal de Santos Dumont estão disponíveis para download na Plataforma eletrônica Mapas Culturais de Santos Dumont, disponível no link: https://santosdumont.mapasculturais.com.br/. Os proponentes deverão utilizar as versões originais disponíveis nos links acima, sem alterações, distorções ou modificações de cor. A aplicação das marcas deve seguir as diretrizes de identidade visual constantes no Manual de Uso da Marca da PNAB sob pena de desclassificação ou exigência de adequação dos materiais de divulgação.
11.6 Os proponentes contemplados por esse Edital deverão publicar os resultados ou produtos gerados por seus projetos na plataforma eletrônica, Mapas Culturais de Santos Dumont, disponível em: https://santosdumont.mapasculturais.com.br/

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
Monitoramento e avaliação realizados pela Secretaria de Educação e Cultura
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.
Como o agente cultural presta contas ao município de Santos Dumont.
O agente cultural deve prestar contas ao município de Santos Dumont, MG por meio da apresentação do **Relatório de Objeto da Execução Cultural**, conforme documento constante no Anexo VI deste edital.
O **Relatório de Objeto da Execução Cultural**, deve ser apresentado **até120 (cento e vinte) diasa contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural**. O Relatório de Objeto deverá ser inserido pelo contemplado em formato PDF com no máximo 10MB no Portal Eletrônico Mapas Culturais de Santos Dumont, disponível em https://santosdumont.mapasculturais.com.br/. **O não envio do relatório dentro desse prazo implicará na situação de inadimplência do proponente junto à Administração Pública.** O proponente permanecerá em condição de pendência administrativa até a análise e deliberação da prestação de contas pela Comissão de Controle Interno – CCI, que é o responsável pela verificação do cumprimento do objeto. Composto pela Secretaria de Educação e Cultura, responsável peal análise técnica do cumprimento do objeto e o Setor de Controle Interno que cuida da fiscalização de legalidade, integridade e controles, especialmente nos casos necessários.
12.3 - O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados. **Ao julgar a prestação de contas, a administração pública poderá concluir pela**:
a) aprovação da prestação de contas, com ou sem ressalvas; ou
b) reprovação da prestação de contas, parcial ou total.
III - A aprovação com ressalvas pode ocorrer nos casos em que o agente cultural executa quase integralmente o objeto, entretanto apresenta justificativas plausíveis para a parcela não executada.
IV - A reprovação pode ser total – quando não há comprovação alguma de execução do objeto – ou parcial – quando parte do objeto não foi executado sem a devida justificativa plausível. A ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeça a execução do projeto afasta a reprovação da prestação de contas, desde que comprovada pelo agente cultural e aceita pela administração pública. Na hipótese de o julgamento da prestação de contas apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
a) devolver parcial ou integralmente os recursos ao ente federativo;
b) apresentar Plano de Ações Compensatórias; ou
c) devolver parcialmente os recursos ao ente federativo e apresentar juntamente o Plano de Ações Compensatórias. No caso da apresentação de ações compensatórias, o agente cultural que executou parcialmente o projeto selecionado deverá apresentar o Plano de Ações Compensatórias no menor prazo possível. O novo prazo de execução do projeto cultural deverá ser limitado à metade do prazo originalmente previsto no Termo de Execução Cultural. Somente é cabível a devolução de recursos mediante ações compensatórias quando não for caracterizada má-fé do agente cultural.
12.4 O presente edital possui natureza de instrumento de fomento cultural, não se caracterizando como contratação de bens ou serviços pela Administração Pública. Dessa forma, não se aplica a Lei nº 14.133/2021, nos termos do § 4º do art. 2º da Lei nº 14.903/2024. **Em razão dessa natureza jurídica, não será exigida nota fiscal do agente cultural contemplado como condição para recebimento dos recursos.**

DISPOSIÇÕES FINAIS
Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa. Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.
Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis na Plataforma eletrônica, Mapas Culturais de Santos Dumont, disponível para acesso em: https://santosdumont.mapasculturais.com.br/. O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Par a tanto, devem ficar atentos às publicações no Portal Mapas Culturais, disponível emhttps://santosdumont.mapasculturais.com.br/ nas mídias sociais e no Portal Oficial de Publicações do município de Santos Dumont.
Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail**pnabsantosdumont@gmail.com**ou pelo aplicativo *whatsapp*através do telefone **(32) 99841-5660**.
Os casos omissos ficarão a cargo da Secretaria de Educação e Cultura de Santos Dumont.

Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até **12 (doze) meses** após a publicação do resultado final.
Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Categorias de apoio e Cronograma do Edital;
Anexo II - Formulário de Inscrição (modelo);
Anexo III - Plano de Trabalho;
Anexo IV - Critérios de seleção;
Anexo V - Termo de Execução Cultural;
Anexo VI - Relatório de Objeto da Execução Cultural;
Anexo VII - Declaração de representação de grupo ou coletivo;
Anexo VIII - Declaração étnico-racial;
Anexo IX – Declaração PCD;
Anexo X – Formulário de interposição de recurso (modelo).
Anexo XI – Territórios periféricos urbanos e rurais

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR
Prefeito Municipal de Santos Dumont, MG

DOUGLAS TAVARES DA SILVA TEIXEIRA
Secretário Municipal de Educação e Cultura

ANEXO I – CATEGORIAS E CRONOGRAMA
RECURSOS DO EDITAL
O presente edital possui valor total de **R$228.189,89 (duzentos e vinte e oito mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e nove centavos)** distribuídos em **26 projetos** da seguinte forma (para a categoria como um todo):
a) Até **R$ 8.800,00** (oito mil e oitocentos reais) para **CATEGORIA 1: FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO**
b) Até **R$ 78.189,89** (setenta e oito mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e nove centavos) para **CATEGORIA 2: APRESENTAÇÃO, MONTAGEM ESPETÁCULO, CIRCENSE E TEATRAL E ESPETÁCULO DE DANÇA**;
c) Até **R$ 36.800,00** (trinta e seis mil e oitocentos reais) para **CATEGORIA 3**: **FEIRAS EM GERAL, PRODUÇÃO LITERÁRIA, PUBLICAÇÃO E LANÇAMENTO**;
d) Até **R$ 8.800,00** (oito mil e oitocentos reais) para a **CATEGORIA 4: EXPOSIÇÕES DE ARTES VISUAIS, PINTURA, ESCULTURA, FOTOGRAFIA, MOSTRAS E PRODUÇÃO DE CATÁLOGO**
g) Até **R$ 53.600,00** (cinquenta e três mil e seiscentos reais) para **CATEGORIA 5: PRODUÇÃO AUDIOVISUAL E CINEMA ITINERANTE/MOSTRAS**
i) Até **R$ 42.000,00** (quarenta e dois mil reais) para **CATEGORIA 6: SHOW MUSICAL, GRAVAÇÃO E CIRCULAÇÃO**

DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

CATEGORIA 1 — Formação e Qualificação
Esta categoria contempla ações voltadas ao desenvolvimento de habilidades e saberes nos mais diversos segmentos artísticos e culturais. Abrange a realização de oficinas práticas, cursos livres, palestras temáticas e seminários de aprofundamento nas áreas de artes visuais, música, dança, teatro, audiovisual, cultura afro-brasileira, entre outras. Possibilita a capacitação de artistas, educadores, pesquisadores e agentes culturais do município. Incentiva também processos de pesquisa que ampliem o conhecimento sobre manifestações culturais locais e regionais. É uma categoria estratégica para fortalecer a cadeia criativa e formar novas gerações de fazedores de cultura em Santos Dumont.

CATEGORIA 2 — Apresentação e Montagem de Espetáculo Circense, Teatral e Espetáculo de Dança
Esta categoria apoia projetos dedicados à criação e montagem de espetáculos teatrais, números de circo, teatro e processos investigativos de linguagem cênica. Contempla desde a pesquisa dramatúrgica e a construção de personagens até a confecção de figurinos, cenários e adereços cênicos. Viabiliza a atuação de grupos e companhias locais que buscam profissionalizar suas produções e ampliar seu repertório artístico. Inclui também a pesquisa de novas metodologias de montagem teatral, estimulando a experimentação e a inovação na cena cultural sandumonense. Contribui para o fortalecimento do ecossistema cênico do município, valorizando o trabalho coletivo e colaborativo. A categoria também fomenta a dança em suas múltiplas linguagens, esta categoria apoia a criação coreográfica, os ensaios, a montagem técnica e a apresentação de espetáculos. Contempla estilos variados, como dança contemporânea, balé clássico, danças populares, *street dance*, dança afro e folclórica, respeitando a diversidade cultural do território. Viabiliza a contratação de profissionais, o aluguel de espaços para ensaio e a aquisição de materiais cênicos necessários à produção. Estimula a circulação dos espetáculos em diferentes espaços do município, democratizando o acesso da população à arte da dança. Fortalece grupos, companhias e bailarinos independentes que atuam em Santos Dumont.

CATEGORIA 3 — Feiras em geral, Produção Literária, Publicação e Lançamento
Esta categoria fomenta a criação, a edição, a publicação e o lançamento de obras literárias de autores vinculados ao município de Santos Dumont. Abrange gêneros como poesia, conto, romance, crônica, literatura infantojuvenil, cordel e produção acadêmica sobre cultura local. Apoia etapas essenciais do processo editorial, incluindo revisão, diagramação, impressão e distribuição das obras. Viabiliza eventos de lançamento que aproximem autores e leitores, fortalecendo o circuito literário local. Contribui para o registro e a preservação da memória cultural e da identidade sandumonense por meio da palavra escrita. Esta categoria também apoia a organização de feiras temáticas que integram cultura, economia e território, promovendo o encontro entre produtores, artistas e o público em geral. Contempla feiras gastronômicas que valorizam a culinária regional e os saberes tradicionais, bem como feiras literárias, de artesanato e de economia criativa. Estimula o empreendedorismo cultural, gerando renda para artesãos, escritores, chefs populares e demais agentes criativos do município. Favorece a criação de espaços de trocas simbólicas e comerciais que movimentam a economia local de forma sustentável. Reforça o sentimento de pertencimento e orgulho cultural da comunidade sandumonense.

CATEGORIA 4 — Exposições de Artes Visuais, Pintura, Escultura, Fotografia e Produção de Catálogo
Voltada às artes visuais, esta categoria financia a concepção, montagem e realização de exposições de pintura, escultura, fotografia, gravura, instalações e outras linguagens plásticas. Apoia também a organização de mostras coletivas e individuais que ampliem a visibilidade de artistas locais em espaços culturais do município. Prevê a produção de catálogos impressos ou digitais que documentem e perpetuem as obras e os processos

criativos apresentados. Contribui para a formação de público e para a educação estética da comunidade, tornando a arte visual mais acessível. Valoriza o patrimônio artístico de Santos Dumont e incentiva o diálogo entre diferentes gerações de artistas visuais.

CATEGORIA 5 — Produção Audiovisual e Cinema Itinerante/Mostra
Esta categoria apoia a realização de curtas-metragens nas linguagens de ficção, documentário, animação e experimental, com foco em produções desenvolvidas no município. Viabiliza etapas como roteiro, captação de imagens, direção de arte, trilha sonora, edição e finalização das obras audiovisuais. Estimula o surgimento e a consolidação de cineastas, roteiristas, diretores e demais profissionais do audiovisual em Santos Dumont. Favorece produções que retratem histórias, paisagens, personagens e memórias locais, fortalecendo a identidade cultural pela imagem em movimento. Contribui para a inserção das obras em festivais, mostras e plataformas de exibição, ampliando o alcance da produção sandumonense. Esta categoria democratiza o acesso ao cinema levando sessões e mostras audiovisuais a diferentes bairros, comunidades rurais e espaços não convencionais de Santos Dumont. Apoia a estruturação de projetos itinerantes que utilizem equipamentos de projeção portáteis, possibilitando exibições em praças, escolas, associações comunitárias e áreas periféricas. Contempla também a organização de mostras temáticas que valorizem o cinema nacional, regional e local, com curadoria diversificada. Estimula o debate e a reflexão crítica após as sessões, por meio de rodas de conversa com cineastas e mediadores culturais. Fortalece a relação entre cinema e comunidade, tornando a sétima arte um instrumento de inclusão e transformação social.

CATEGORIA 6 — Show Musical, Gravação e Circulação
Esta categoria fomenta a música em toda a sua diversidade de gêneros e formações, apoiando shows, recitais, festivais e produções musicais no município. Viabiliza a realização de gravações fonográficas, clipes musicais e álbuns que registrem e difundam a produção musical sandumonense. Apoia a circulação de artistas e bandas locais em diferentes espaços e comunidades, ampliando o acesso da população à música ao vivo. Contempla a produção técnica dos espetáculos, incluindo sonorização, iluminação, palco e contratação de equipe especializada. Reconhece e valoriza músicos, compositores, arranjadores e produtores culturais que constroem a cena musical de Santos Dumont.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

Categoria	Qtd. de Vagas (ampla)	Cotas Pessoas Negras (25%)	Cotas Pessoas Indígenas (10%)	Cotas PCD (5%)	Total de Vagas	Valor Máximo por Projeto	Valor Total da Categoria
CATEGORIA 1 Formação e Qualificação	1	1	1	1	**4**	**R$ 2.200,00**	**R$ 8.800,00**
CATEGORIA 2 Apresentação e Montagem Espetáculo Circense, Teatral e Espetáculo de Dança	2	1	1	1	**5**	**R$ 15.637,98**	**R$ 78.189,89**
CATEGORIA 3 Feiras em geral, Produção Literária, Publicação e Lançamento	1	1	1	1	**4**	**R$ 9.200,00**	**R$ 36.800,00**
CATEGORIA 4 Exposições de Artes Visuais, Pintura, Escultura, Fotografia, Mostras e Catálogo	1	1	1	1	**4**	**R$ 2.200,00**	**R$ 8.800,00**
CATEGORIA 5 Produção Audiovisual e Cinema Itinerante/ Mostra	1	1	1	1	**4**	**R$ 13.400,00**	**R$ 53.600,00**
CATEGORIA 6 Show Musical, Gravação e Circulação	2	1	1	1	**5**	**R$ 8.400,00**	**R$ 42.000,00**
TOTAIS	**08**	**06**	**06**	**06**	**26**	—	**R$ 228.189,89**

CRONOGRAMA DO EDITAL

FASE	ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital no Diário do município.	21/08/2026
2	Período de Inscrições exclusivamente no endereço eletrônico https://santosdumont.mapasculturais.com.br/	24/08/2026 a 04/09/2026
3	Período para avaliação do Mérito – (**Etapa de Seleção**).	05/09/2026 a 15/09/2026
4	Publicação Resultado Avaliação de Mérito (**Etapa de Seleção**) na plataforma: https://santosdumont.mapasculturais.com.br/	17/09/2026
5	Período para recurso contra Avaliação de Mérito - (**Etapa de Seleção**). Exclusivamente na plataforma: https://santosdumont.mapasculturais.com.br/	18/09/2026 a 22/09/2026
6	Período para Análise dos Recursos oferecidos contra a Avaliação de Mérito - (**Etapa de Seleção**).	23/09/2026 a 30/09/2026
7	Publicação Resultado da Avaliação de Mérito Pós-recurso - (**Etapa de Seleção**).	02/10/2026
8	Período de inscrição da documentação para habilitação documental na plataforma eletrônica Mapas Culturais de Santos Dumont com apresentação dados bancários referente a conta corrente exclusiva para movimentação do projeto – (**Etapa habilitação**). Inseridos na plataforma: https://santosdumont.mapasculturais.com.br/	03/10/2026 a 09/10/2026
9	Período para Avaliação Documental da habilitação – (**Etapa habilitação**).	10/10/2026 a 15/10/2026
10	Publicação do Resultado da Avaliação Documental da habilitação – (**Etapa habilitação**).	19/10/2026
11	Período para Recurso contra resultado da Avaliação documental da habilitação – (**Etapa habilitação**).	20/10/2026 a 23/10/2026
12	Período para Análise dos Recursos oferecidos contra a Avaliação Documental de habilitação – (**Etapa habilitação**).	24/10/2026 a 28/10/2026
13	Publicação do **Resultado Final** dos Selecionados na fase de habilitação após recurso, aptos a assinar o Termo de Execução Cultural.	30/10/2026
14	**Assinatura do Termo de Execução Cultural** deverá ser enviado assinado pelo proponente para o município.	31/10/2026 a 09/11/2026
15	Previsão para Início dos pagamentos.	11/11/2026 a 20/12/2026

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Este formulário é apenas uma referência para as perguntas da inscrição. Ele deve ser preenchido diretamente na Plataforma eletrônica Mapas Culturais de Santos Dumont. Disponível no link:
https://santosdumont.mapasculturais.com.br/

PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)

I - PESSOA FÍSICA OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

Tipo de agente cultural individual:
( ) Pessoa física
( ) Microempreendedor individual – MEI

Nome Completo:

[texto – 100 caracteres]

Nome artístico ou nome social (se houver):
[texto – 100 caracteres]

CPF:
[14 dígitos, apenas números]

CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
[14 dígitos, apenas números]

Data de nascimento:
[dd/mm/aaaa]

E-mail:
[campo de e-mail validado]

Telefone:
[apenas números]

Endereço completo:
[Texto – 200 caracteres]

Cidade:
[lista municípios IBGE]

Estado:
[lista estados IBGE]

CEP:
[campo CEP validado]

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( )Não pertence a povos ou comunidades tradicionais.
( )Andirobeiros
( )Apanhadores de flores sempre vivas
( )Benzedeiros
( )Caatingueiros
( )Caboclos
( )Caiçaras
( )Catadores de mangaba
( )Cipozeiros
( )Comunidades de fundos e fechos de pasto
( )Comunidades quilombolas
( )Extrativistas
( )Extrativistas costeiros e marinhos
( )Faxinalenses
( )Geraizeiros
( )Ilhéus
( )Juventude de povos e comunidades tradicionais
( )Morroquianos
( )Pantaneiros
( )Pescadores artesanais
( )Povo pomerano
( )Povos ciganos
( )Povos e comunidades de terreiro/de matriz africana
( )Povos indígenas
( ) Quebradeiras de coco babaçu
( )Raizeiros
( )Retireiros do Araguaia
( )Ribeirinhos
( )Vazanteiros
( )Veredeiros
( )Outra comunidade tradicional, indicar qual

3. **É mestre ou mestra das culturas tradicionais e populares?**
( )Sim
( ) Não

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero

( ) Pessoa Não Binária
( ) Travesti
( )Outro

Orientação sexual:
( )Lésbica
( )Gay
( )Heterossexual
( )Bissexual
( )Outra
( )Prefere não responder

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência?
( ) Não
( )Sim, Auditiva
( )Sim, Física-motora
( )Sim, Intelectual
( )Sim, Visual
( )Sim, Múltipla
( )Sim, Transtorno do Espectro Autista
( )Sim, Outra (indicar qual)

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( )Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2026, o salário mínimo está fixado em R$ 1.621,00.)

( )Nenhuma renda
( )De R$1,00 a R$500,00
( )De R$501,00 a R$1.000,00
( )De R$1.001,00 a R$2.000,00
( )De R$2.001,00 a R$3.000,00
( )De R$3.001,00 a R$5.000,00
( )De R$5.001,00 a R$10.000,00
( ) Acima de R$10.000,00

Possui quantos anos de experiência na área cultural?
[Número inteiro]

Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

II - PESSOA JURÍDICA

Tipo de agente cultural:
( ) Pessoa Jurídica com fins lucrativos (empresas)
( ) Pessoa Jurídica sem fins lucrativos (OSCs)

CNPJ:
[campo CNPJ validado]

Razão Social:
[texto – 100 caracteres]

Nome fantasia:
[texto – 100 caracteres]

Data de fundação:
[dd/mm/aaaa]

Nome do representante legal:
[Texto – 100 caracteres]

CPF do representante legal:
[campo CPF validado]

E-mail de contato:
[campo e-mail validado]

Telefone de contato:
[Apenas números]

CEP:
[campo CEP validado]

Endereço completo (da sede):
[texto – 200 caracteres]

Cidade:
[lista municípios IBGE]

Estado:
[lista estados IBGE]

Anos de atuação na área cultural?
[número inteiro]

Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

III - COLETIVO SEM CONSTITUIÇÃO JURÍDICA

Nome do grupo ou coletivo
[Texto – 100 caracteres]

Quantas pessoas fazem parte do coletivo
[número inteiro]

Nome do representante:
[texto – 100 caracteres]

CPF do representante :
[campo CPF validado]

E-mail de contato:
[campo e-mail validado]

Telefone de contato:
[apenas números]

Endereço completo (da sede):
[texto – 200 caracteres]

Cidade:
[lista municípios IBGE]

Estado:
[lista estados IBGE]

CEP:
[campo CEP validado]

Anos de atuação na área cultural?
[número inteiro]

Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

DADOS DO PROJETO

Vai concorrer às cotas?
( ) Não
( )Sim, Pessoa negra
( )Sim, Pessoa indígena
( )Sim, Pessoa com deficiência
( )Sim, outros grupos

Nome do Projeto:
[Texto – 100 caracteres]

Valor da proposta:
[Monetário]

A ação cultural proposta será realizada em qual formato?
( ) Presencialmente em local fixo
( ) Presencialmente itinerante
( ) Remotamente/Online
( ) Em formato híbrido
( ) Outros
( ) Não aplicável

Qual o CEP do local de realização? (se aplicável)
[Campo CEP validado]

Quantas pessoas serão remuneradas com o recurso do edital?
[Número inteiro]

Qual o principal segmento contemplado pela proposta?
( ) Acervos
( ) Arquivos
( ) Artes Visuais
( ) Artesanato
( ) Audiovisual
( ) Capoeira
( ) Circo
( ) Cultura de Matriz Africana
( ) Cultura dos Povos Originários
( )Culturas Tradicionais e Populares
( ) Dança
( ) Design
( ) Edição e produção editorial
( ) Festas e Celebrações
( ) Hip Hop
( ) Jogos eletrônicos
( ) Literatura
( ) Mediação e formação de leitores
( ) Moda
( ) Museu
( ) Música
( ) Patrimônio Arqueológico
( ) Patrimônio Cultural Material
( ) Patrimônio Cultural Imaterial
( ) Patrimônio Natural
( ) Performance
( ) Teatro
( ) Outros

Qual a principal etapa do ciclo cultural contemplada pela proposta?
( ) Criação
( ) Produção
( ) Comercialização e Distribuição
( ) Difusão e Circulação
( ) Acesso, mediação e fruição
( ) Formação
( ) Pesquisa e reflexão
( )Memória e preservação
( ) Organização e gestão
( ) Monitoramento e avaliação
( ) Outra (especificar)

Qual a principal pauta temática contemplada pela proposta?
( ) Cultura Alimentar

( ) Cultura DEF
( ) Cultura Digital
( ) Culturas Imigrantes e Refugiadas
( ) Cultura LGBTQIAPN+
( ) Cultura, Memória e Direitos Humanos
( ) Cultura Nerd
( ) Culturas Periféricas
( ) Cultura Quilombola
( ) Culturas Rurais e Agroecológicas
( ) Culturas Urbanas
( ) Cultura do Sertão
( ) Cultura e Acessibilidade
( ) Cultura e Economia Criativa
( ) Cultura e Educação
( ) Cultura e Gênero
( ) Cultura e Idosos
( ) Cultura e Infância
( ) Cultura e Juventude
( )Cultura e Meio ambiente
( ) Cultura e Negritude
( ) Cultura e Pessoas em Situação de Privação de Liberdade
( ) Cultura e População de Rua
( ) Cultura e Povos Ciganos
( ) Cultura e Saúde
( ) Cultura e Turismo
( ) Culturas Indígenas
( ) Culturas Tradicionais de Matriz Africana
( ) Outra (especificar):

O proponente reside ou a proposta prevê ações em algum território prioritário?
( ) Não se aplica
( ) Área atingida por desastre natural
( ) Assentamento ou acampamento
( ) Territórios periféricos urbanos ou rurais conforme anexo 11.
Qual?; .....

Quais as principais entregas previstas pela proposta?
( ) Álbum musical
( ) Aplicativo / Software
( ) Apresentação ao vivo / Show
( ) Aquisição de acervos e bens culturais
( ) Arte gráfica / Desenho / Gravura / Ilustração
( ) Artesanato
( ) Artigo / Ensaio
( ) Audiolivro
( ) Aula / Palestra / Conferência
( ) Blog / Site
( ) Caderno / Cartilha / Apostila
( ) Circulação / Turnê
( ) Coleção
( ) Congresso / Encontro / Seminário / Simpósio
( ) Curso / Oficina / Workshop
( ) Desfile
( ) Digitalização de acervos
( ) Livro
( ) Livro eletrônico (e-Book)
( ) Ensaio fotográfico
( ) Escultura
( ) Espetáculo cênico
( ) Feira
( ) Exibição / Exposição
( ) Festa Popular
( ) Festival / Mostra
( ) Filme de curta-metragem
( ) Filme de longa-metragem
( ) Filme de média-metragem ou telefilme
( ) Grafitti / Mural
( ) Intercâmbio
( ) Instalação artística / videoarte
( ) Jogo eletrônico
( ) Licenciamento
( ) Manutenção de grupos / iniciativas / espaços culturais
( ) Melhoria em espaço cultural
( ) Pesquisa

( ) Plataforma digital
( ) Podcast / Programa de TV ou Rádio
( ) Residência Artística
( ) Revista / Jornal / Periódico
( ) Roteiro de filme ou episódio
( ) Sarau / Slam
( ) Série / websérie
( ) Videoclipe / Álbum visual
( ) Outros (especificar):
Por meio do preenchimento e envio deste documento, autorizo o uso das minhas informações pelo ente federativo responsável pelo edital e pelo Ministério da Cultura para fins de avaliação da execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018)

ANEXO III
PLANO DE TRABALHO

Mini Currículo ou Mini portfólio da organização:
(Escreva aqui um resumo do seu currículo, destacando as principais atuações culturais realizadas. Você pode encaminhar o currículo em anexo, se preferir)
Resumo do projeto:
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)
Objetivos do projeto:
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)
Metas:
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)
Perfil do público a ser atingido pelo projeto:
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)
Medidas de acessibilidade empregadas no projeto:
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência – PCD's, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)
Para mais informações sobre acessibilidade cultural, acesse o GUIA PRÁTICO DE ACESSIBILIDADE CULTURAL NA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/politica-nacional-aldir-blanc/politica-nacional-aldir-blanc/arquivos/materiais-de-orientacao/guias-manuais-e-cartilhas/25_minc_guia-de-acessibilidade-pnab-4-22-10.pdf .

ATENÇÃO: É obrigatória a adoção de pelo menos 1 (uma) medida de acessibilidade em seu projeto.
Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) sistema Braille;
( ) sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) audiodescrição;
( ) legendas;
( ) linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela;
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Data de início da execução do projeto (considere como data de início do projeto a data em que você tomará as primeiras ações para a realização do projeto como por exemplo definição do elenco, ou definição do repertório definitvo do show, ou compra de materiais. O início da execução é o início das providências e não o início da execução em sim, como a estréia de um espetáculo, ou abertura de uma mostra**)**
Data de término da execução do projeto (considere como data de término a data em que você entregará o Relatório de Execução do Objeto (fotos, "clipping, prints de redes sociais, etc.) ou seja, sua "prestação de contas". O término da execução não é o último dia da sua ação cultural em si, como o encerramento de uma exposição ou último dia de show, por exemplo)
As datas da efetiva EXECUÇÃO do seu projeto (datas dos shows, período da exposição, etc. estarão refletidos dentro do item CRONOGRAMA, a segir.

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto. Divida em etapas de PRÉ-PRODUÇÃO (as atividades preparatórias para o evento ocorrer), PRODUÇÃO (a execução , realização do evento em si) e PÓS-PRODUÇÃO (as medidas tomadas após o encerramento do evento, como desmontagem, devolução de materiais emprestados, emissão do Relatório de Execução do Objeto, etc.). Para cada atividade, descreva ATIVIDADE, ETAPA, DESCRIÇÃO (o detalhe da atividade) , INÍCIO e FIM. Use o modelo de quadro a seguir, e inclua quantas linhas quantas forem necessárias:

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	(Insira a data de início)	(Insira a data de fim)
Ex: Realização de shows	Produção	Realização dos 3 shows, nos 3 distritos selecionados		
Ex: Prestação de contas	Pós-produção	Organização de todo o material comprobatório da realização do evento		
Ex: Prestação de contas	Pós-produção	Entrega do Relatório de Execução do Objeto		

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, incluindo NOME, FUNÇÃO NO PROJETO, CPF/CNPJ, MINI-CURRÍCULO. Use o modelo de quadro a seguir e inclua quantas linhas quantas forem necessárias:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Diretor	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)
Ex.: João Silva	Roteirista	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)
Ex.: João Silva	Assistente de direção	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

Atenção: Inclua na EQUIPE (quadro acima) apenas os integrantes do núcleo principal do objeto (do evento). Não é necessário incluir TODAS as pessoas envolvidas. Por exemplo: Em uma exposição de artes plásticas, inclua o artista, um curador, um produtor, o núcleo essencial do projeto. Em um show, liste o artista, os músicos, direção e produção. Os demais envolvidos no projeto devem aparecer apenas no orçamento (quadro a seguir), para serem remunerados dentro do projeto, mas não obrigatoriamente constar da planilha da equipe (que exige, por exemplo o currículum de cada um, se o membro da equipe não tiver experiência suficiente na are pode perder pontos na avaliação, etc.)

Planilha orçamentária

Preencha a tabela informando todas as despesas, indicando a DESCRIÇÃO, JUSTIFICATIVA, UNIDADE DE MEDIDA, VALOR UNITÁRIO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL e REFERÊNCIA DE PREÇO (Opcional).
OBS.: Não é obrigatória a indicação do parâmetro (referência) de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc). Mas ela é muito útil para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.Quem não coloca não perde ponto, porque não é obrigatório, mas quem coloca ganha ponto, porque demonstra profissionalismo, "dedicação" ou "carinho" com o projeto e isto pode fazer diferença em uma pontuação entre dois projetos competitivos entre si.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço (opcional)
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	SALIC COMPARAR
Ex.: Artista	Músico principal (Cantor, compositor, líder do grupo	Cachê	R$1.500,00	2	R$3.000,00	--
Ex.: Artista	Músico acompanhante (baixista)	Cachê	R$800,00	2	R$1.600,00	Tabela de cachês SINDIMUSI-MG disponível em https://sindmusimg.org.br

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

Documentos complementares

Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e **portfólios**, entre outros documentos que achar necessário.
Atenção: todo documento anexado tem que ser no formato pdf, com no máximo 10 págs., e máximo de 10 MB cada arquivo.

ANEXO IV
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
Grau pleno de atendimento do critério (território rural/periférico) – **20 pontos**;
Grau pleno de atendimento do critério - **10 pontos**;
Grau satisfatório de atendimento do critério – **6 pontos**;
Grau insatisfatório de atendimento do critério – **2 pontos**;
Não atendimento do critério – **0 pontos**.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
1	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto -** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	10
2	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural de Santos Dumont** - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e da cultura **de Santos Dumont**	10
3	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -** considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a **inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.**	10
4	**Planilha orçamentária e sua coerência com o cronograma de execução**, **metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
5	**Plano de Divulgação e sua coerência com o Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
6	**Trajetória do proponente e equipe** - A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
TOTAL PONTUAÇÕES CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		**60**
PONTUAÇÕES EXTRAS		
Territórios periféricos e rural O proponente é residente ou o projeto se desenvolverá em território periférico urbano ou rural listado no Anexo 11		20
TOTAL PONTUAÇÕES EXTRAS		**20**
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL:		**80 PONTOS**

A pontuação final de cada candidatura será **o somatório das notas obtidas nos critérios obrigatórios e nas pontuações extras.**
Os critérios gerais são eliminatórios de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: 1, 2, 3, 4, 5 e 6, respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: Proponente ou projeto executado em território periférico ou rural, proponente do sexo feminino e proponente de maior idade.
Serão considerados aptos os projetos que receberem **nota final igual ou superior a 42 pontos (70% do total de pontos de critérios obrigatórios)**
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam **nota 0** em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO V
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL FOMENTO CULTURAL Nº 02/2026, – NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O município de Santos Dumont, neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].
4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da Secretaria de Educação e Cultura:

I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações à Secretaria de Educação e Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 06 (seis) meses contados do término da vigência do termo de execução cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela Secretaria de Educação e Cultura a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 180 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.

7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:

I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;

II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;

III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.

7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - solicitar documentação complementar;

II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;

III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;

IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:

a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;

b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;

c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.

7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.
9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
9.3 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.
11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 A Prefeitura Municipal de Santos Dumont irá nomear por meio de uma Portaria os membros de Monitoramento e Controle que pode solicitar relatório parcial de execução ao Agente Cultural. A Comissão avaliará os relatórios de execução de cada projeto como forma de avaliação dos resultados obtidos e metas alcançadas.
12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 60 dias a pedido do Agente Cultural.
13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do município de Santos Dumont.
14. FORO
14.1 Fica eleito o Foro de Santos Dumont, MG para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão:
[NOME DO REPRESENTANTE]

Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO VI
RELATÓRIO DE Objeto da execução cultural

1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, , datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

6.6 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, prints de redes sociais, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:

DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
As pessoas abaixo listadas, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultura, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO IX
DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital _____(Nome ou número do edital) que sou pessoa com a seguinte deficiência: _____.
Anexar Laudo Médico, Certificado da Pessoa com Deficiência ou Comprovante de Recebimento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO X
formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital [NÚMERO E NOME DO EDITAL], venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE habilitação

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À [INSERIR UNIDADE OU ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA ETAPA DE HABILITAÇÃO],
Com base na **Etapa de Habilitação** do Edital [NÚMERO E NOME DO EDITAL], venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____

Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

ANEXO XI
TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS E RURAIS DE SANTOS DUMONT

Para atendimento das finalidades do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026** são considerados territórios rurais e periféricos as seguintes localidades no município de Santos Dumont, MG:

Tabela 01: Lista territórios periféricos do município de Santos Dumont

N°	TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS
01	4º depósito
02	Antônio Afonso
03	Boa Vista
04	Cabangu
05	Praça Bias Fortes
06	Córrego do Ouro
07	Flores
08	Francesa
09	Glória
10	Graminha
11	João Paulo II
12	Nossa Senhora Aparecida
13	Nossa Senhora Fátima
14	Nossa Senhora Graças
15	Nossa Senhora Guadalupe
16	Santo Antônio
17	São Miguel
18	São Sebastião
19	São Sebastião da Barra
20	Vila Brandão
21	Vila Esperança

Fonte: Edital nº 02/2024 – PNAB – Fomento territórios periféricos

Tabela 02: Lista territórios rurais do município de Santos Dumont

Nº	TERRITÓRIOS RURAIS
01	Conceição do Formoso
02	Mantiqueira
03	Nova Dores do Paraibuna
04	São João da Serra
05	Patrimônio dos Paivas
06	Patrimônio da Serra
07	Usina Guary
08	São Sebastião da Boa Vista (Corujas)
09	Nossa Senhora Aparecida (Cachoeirinha)
10	Espírito Santo
11	Senhor Dama
12	São Domingos
13	Capivari
14	Jacuba
15	João Júlio
16	Perobas
17	Samambaia
18	Soledade
19	Recenvindo
20	Posses
21	Sérgio Macedo
22	Margaridas
23	João Calixto

Fonte: Edital nº 02/2024 – PNAB – Fomento territórios periféricos

Publicado por:
Douglas Tavares d Silva Teixeira
Código Identificador:81A3E597

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026– PREMIAÇÃO SIMPLIFICADA DE AGENTES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTOS DUMONT, MG – PNAB – CICLO 2

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026– PREMIAÇÃO SIMPLIFICADA DE AGENTES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTOS DUMONT, MG – PNAB – CICLO 2

PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, agentes culturais de Santos Dumont!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público.

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) (Lei nº. 14.399/2022), e fundamenta-se na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto de regulamentação da PNAB), e na Instrução Normativa de Ações Afirmativas e Acessibilidade (IN nº 10/2023).
Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura.
Desejamos sucesso!

Para facilitar a leitura, separamos as informações nas seguintes seções:

• INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 O que é o prêmio cultural?
1.2 Quantos agentes culturais serão premiados?
1.3 Quantas vagas tem esse edital e qual o valor do prêmio?
1.4 Qual o prazo para inscrição?
1.5 Quem pod

e participar?
1.6 Quem não pode participar?

• ETAPAS DO EDITAL

• INSCRIÇÕES

3.1 Como posso me inscrever?
3.2 Quais documentos preciso apresentar para realizar a inscrição?

• COTAS

4.1 Quais são as categorias de cotas neste Edital?
4.2 É possível concorrer ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas?
4.3 E se eu for aprovado como cotista e desistir?
4.4 Agente cultural que for pessoa jurídica ou coletivo pode se inscrever pelas cotas?

• ETAPA DE SELEÇÃO

5.1. O que é a etapa de seleção?
5.2 Quais são os critérios de avaliação?
5.3 Como funciona o sistema de pontuação?
5.4 E se houver empate? Como desempatar?
5.5 Quem analisa as inscrições?
5.6 Quem NÃO pode fazer parte da Comissão de Seleção?
5.7. Não estou satisfeito com o resultado provisório da etapa de seleção. O que fazer?

• ETAPA DE HABILITAÇÃO

6.1 O que é a etapa de habilitação?
6.2 Qual o prazo para entregar os documentos de habilitação?
6.3 Quais documentos preciso apresentar nessa etapa?
6.3.1 Se você for agente cultural pessoa física
6.3.2 Se você for agente cultural pessoa jurídica
6.3.3 Se você fizer parte de grupo ou coletivo sem CNPJ
6.4 Não estou satisfeito com o resultado dessa etapa. O que fazer?

• RESULTADO FINAL E RECEBIMENTO DO PRÊMIO

7.1 Fui aprovado no resultado final. E agora?

• INFORMAÇÕES ADICIONAIS

8.1 Como acompanhar todos os resultados e etapas deste edital?
8.2 Ainda tem dúvidas? Fale conosco!
8.3 Quanto tempo vale o resultado deste Edital?

• ANEXOS

Anexo 1 - Formulário de Inscrição
Anexo 2 - Roteiro para inscrição oral ou por vídeo
Anexo 3 - Trajetória Cultural
Anexo 4- Declaração de representação de grupo ou coletivo
Anexo 5- Recibo de premiação cultural
Anexo 6 - Formulário de Recurso
Anexo 7 – Territórios Periféricos Urbanos e Rurais

• INFORMAÇÕES GERAIS

O que é o Prêmio cultural?
É uma modalidade de Edital prevista unicamente para você, agente cultural, por sua trajetória, sem imposição de nenhuma obrigação.
O edital busca reconhecer e valorizar a história das pessoas e dos povos que atuam na área da cultura e sua trajetória nessa área.
Este Edital é uma forma de reconhecer a importância das manifestações culturais já realizadas por toda a coletividade, povos e agentes, que fazem cultura: criam, produzem e promovem manifestações culturais em Santos Dumont, MG.
O prêmio será o pagamento direto, sem a exigência de obrigações futuras ou contrapartida, sem necessidade de assinatura de instrumento jurídico e sem prestação de contas.
Quantos agentes culturais serão premiados?
Serão premiados 40 agentes culturais.
Caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, as vagas podem ser ampliadas se sobrarem recursos da PNAB de outros editais ou rendimentos.
Quantas vagas tem esse edital e qual o valor do prêmio?
No total, serão premiados **40 agentes culturais** por meio deste Edital, conforme a seguinte distribuição de vagas e valores:

Vagas (ampla concorrência)	Cotas Pessoas negras (25%)	Cotas pessoas indígenas (10%)	Cotas pessoas com deficiência (5%)	Total de vagas	Valor do prêmio	Valor total
24	10	4	2	**40**	R$2.100,00	**R$84.000,00**

ATENÇÃO!
Se você for pessoa física, não haverá incidência de imposto de renda.
Se você for pessoa jurídica, o valor recebido corresponde ao valor bruto, cabendo a você declarar e recolher o Imposto de Renda devido.
O **valor total deste edital** é de **R$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais)**
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 02.27.02.13.392.0035.2099-3.3.90.39.00 e 02.27.02.13.392.0035.2099-3.3.90.48.00
Qual o prazo para inscrição?
De **00:01 horas** do dia **24/08/2026** até **23:59 horas** do dia **04/09/2026**.
Quem pode participar?
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural com relevante contribuição artística ou cultural em Santos Dumont com **atuação comprovada de 4 (quatro) anos** no desenvolvimento de atividades culturais no município.
Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Micro-empreendedor Individual (MEI);
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc.);
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc.);
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para a assinatura do recibo de pagamento e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo 4 deste Edital.
Atenção! Cada agente cultural pode ser contemplado com no máximo **1 premiação** neste edital.
Quem NÃO pode participar?
Não pode se inscrever neste Edital, agente cultural que:
II - não cumpra os requisitos previstos neste edital;
III - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de candidaturas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
II - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Ex.: Deputados, Senadores, Vereadores) e do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), bem como membros do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros) e do Ministério Público (Promotor, Procurador)
Atenção! Os parentes e afins até o terceiro grau são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.
Atenção! Se você integrar o Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital, desde que não se enquadre nas situações previstas no item 1.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadram nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, se você participou das audiências e consultas públicas não está impedido de participar do edital e pode concorrer normalmente.

• ETAPAS DO EDITAL

Publicação do Edital no Diário Oficial: 21/08/2026
Nesse dia será publicado o Edital no Diário Oficial do município.
Inscrições: 24/08/2026 até 04/09/2026
Etapa em que você agente cultural preenche o formulário de inscrição e apresenta os documentos necessários.
Seleção: 05/09/2026 a 15/09/2026
Etapa em que será analisada as inscrições.
Publicação do Resultado preliminar da Seleção: 17/09/2026
Etapa que será publicado o resultado preliminar com a lista dos selecionados.
Recurso da etapa de seleção: 18/09/2026 a 22/09/2026
Caso você discorde do resultado da seleção, poderá apresentar recurso.
Análise recurso etapa de seleção: 23/09/2026 a 30/09/2026
Nessa fase serão analisados os recursos apresentados na etapa anterior.
Resultado final da seleção: 02/10/2026
Após o julgamento dos recursos, será publicado o resultado final com a lista de selecionados aptos a entregar os documentos para habilitação.

Habilitação: 03/10/2026 a 09/10/2026
Nesta etapa apenas os agentes culturais selecionados na etapa anterior deverão apresentar os documentos de habilitação.
Análise documentos habilitação: 10/10/2026 a 15/10/2026
Nessa fase serão analisados os documentos apresentados na etapa anterior.
Publicação resultado preliminar análise da Habilitação: 19/10/2026
Nessa etapa será publicado o resultado preliminar com a lista dos habilitados.
Recurso da etapa de habilitação: 20/10/2026 a 23/10/2026
Caso você discorde do resultado da habilitação, poderá apresentar recurso.
Análise recursos etapa de habilitação: 24/10/2026 a 28/10/2026
Nessa fase serão analisados os recursos apresentados na etapa anterior.
Resultado final da habilitação – 30/10/2026
Após o julgamento dos recursos da etapa de habilitação será publicado o resultado final com a lista dos agentes culturais que irão receber o prêmio.
Assinatura do Recibo: 31/10/2026 a 09/11/2026
Etapa em que os agentes culturais habilitados deverão assinar o Recibo que comprova o recebimento do pagamento do prêmio.
Premiação: 11/11/2026 a 20/12/2026
Etapa final em que os agentes culturais recebem os valores em suas contas bancárias.

A seguir vamos detalhar cada uma dessas etapas.

• INSCRIÇÕES

Como posso me inscrever?
Você pode fazer a inscrição de **forma escrita** ou por vídeo.
Em caso de inscrição em formato escrito ou por vídeo, você deverá acessar a plataforma Mapas Culturais e submeter em formato digital a documentação no endereço eletrônico https://santosdumont.mapasculturais.com.br.
Disponibilizamos um pequeno roteiro para auxiliar você na inscrição oral ou por vídeo, que está no **Anexo 2**.
Atenção! Ao se inscrever você aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), da Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), do Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB).
3.2 Quais documentos preciso apresentar para realizar a inscrição?
Você deve enviar por meio da plataforma Mapas Culturais no endereço eletrônico https://santosdumont.mapasculturais.com.br os seguintes documentos:
a) **Formulário de inscrição** - Anexo 1 (preenchido diretamente na plataforma);
b) **Materiais que comprovem a atuação do agente cultural em Santos Dumont, por um período de 4 (quatro) anos**, incluindo, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, ou outros materiais. É possível comprovar a atuação também por meio de declaração oral ou escrita de membros de comunidades tradicionais. O arquivo anexado como "portifólio artístico" deve conter no **máximo 10 páginas** e um tamanho máximo de até **10 MB** por arquivo.
c) **Declaração de representação, no caso de concorrer como coletivo sem CNPJ,** conforme o Anexo 4.

• COTAS

Há cotas neste Edital?
Sim. São garantidas 10 vagas reservadas para pessoas negras (25%), 04 vagas para pessoas indígenas (10%) e 02 vagas para pessoas com deficiência (5%).
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão declarar-se como pessoa negra, indígena ou com deficiência no Formulário de Inscrição e indicar para quais cotas irá concorrer.

É possível concorrer ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas?
SIM!
Esse caso é a chamada concorrência concomitante e é possível para os inscritos neste Edital!
Você pode concorrer ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.
ATENÇÃO! Se você se inscrever em uma das categorias de cotas mas atingir nota suficiente para se classificar dentro das vagas oferecidas para ampla concorrência, você não ocupará as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, você será selecionado nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
E se eu for aprovado como cotista e desistir?
Caso você desista da vaga destinada a cotas, a sua vaga será ocupada por outra pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
E se não forem preenchidas as vagas reservadas às cotas?
Haverá o remanejamento das cotas.
No caso de não existirem inscrições suficientes para o preenchimento das vagas de alguma categoria de cotas, as vagas restantes deverão ser destinadas inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos para as vagas das categorias de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
Agente cultural que for pessoa jurídica ou coletivo pode se inscrever pelas cotas?
Vamos entender um pouco sobre a aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos.
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, **desde que preencham algum dos requisitos abaixo:**
I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança,
III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma auto-declaração.

• ETAPA DE SELEÇÃO

O que é a etapa de seleção?
A etapa de seleção é composta pela análise da trajetória do agente cultural de acordo com a sua relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural de Santos Dumont e será realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no item 5.2.
A análise compreende os critérios individuais da candidatura, bem como seus **impactos e relevância social** em relação aos outros inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada agente cultural é atribuída em função desta comparação.
Após essa análise pela empresa contratada,será divulgado o resultado provisório da etapa de seleção.
Quais são os critérios de avaliação?
A comissão de seleção vai avaliar e dar ponto às candidaturas de acordo com o quadro a seguir:

Critérios obrigatórios	Pontuações					
	Ausente	Pouco	Suficiente	Bom	Muito bom	Pontuação máxima
1 - Reconhecida atuação do agente cultural em Santos Dumont	0	3	5	7	10	40 pontos
2- Integração e inovação do agente cultural com outras esferas do conhecimento e da vida social. Ex.: integração entre cultura e educação, cultura e turismo, saúde, cultura e meio ambiente	0	3	5	7	10	
3- Contribuição a populações em situação de vulnerabilidade social, tais como idosos, crianças, pessoas negras, etc	0	3	5	7	10	
4- Contribuição do agente cultural à(s) comunidade(s) em que atua, tais como realização de ações dentro da comunidade, contratação de profissionais da comunidade, etc	0	3	5	7	10	

Além da pontuação acima, você pode ganhar pontos extras, nas seguintes hipóteses:

Ponto extra	Pontuação única
Agentes culturais residentes ou atuantes em territórios periféricos urbanos ou rurais rural, conforme listado no Anexo 07	10
PONTUAÇÃO EXTRA MÁXIMA	**10 pontos**

Como funciona o sistema de pontuação?
Cada agente cultural poderá receber no **máximo 50 pontos** e no **mínimo 28 pontos**.
O(a) agente cultural que somar menos de 28 pontos será desclassificado(a).
A pontuação final será obtida a partir da soma de todos os pontos **dados por cada avaliador, divididos pelo número de pareceristas contratados para a seleção.**
E se houver empate? Como desempatar?
Havendo empate, será selecionado(a) o(a) agente cultural com mais pontos nos critérios 1, 2, 3 e 4 nessa ordem.
Se o empate continuar, um sorteio decidirá qual agente cultural será selecionado(a).
Quem analisa as inscrições?
Uma empresa contratada vai avaliar as candidaturas de todos os inscritos. Farão parte desta comissão 3 pareceristas profissionais com experiência em projetos e atividades culturais, fornecidos pela empresa contratada.
Quem NÃO pode fazer parte da comissão de seleção?
Estão impedidas de participar da comissão de seleção as pessoas que:
I – tiverem interesse direto na matéria;
II – no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes e afins até o terceiro grau são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.
Não estou satisfeito com o resultado provisório, o que fazer?
Você pode recorrer ao resultado provisório da etapa de seleção, preenchendo o Modelo do Anexo 6.
O recurso pode ser enviado de forma escrita ou por vídeo, devendo ser enviado no endereço eletrônico https://santosdumont.mapasculturais.com.bre deve ser apresentado **no prazo de 3 dia úteis** a contar da publicação do resultado.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no endereço eletrônico https://santosdumont.mapasculturais.com.br

• ETAPA DE HABILITAÇÃO

6.1 O que é a etapa de habilitação?
É a fase que o agente cultural **selecionado na etapa anterior** irá apresentar os documentos listados abaixo e se habilitar, cumprindo todos os critérios que permitam o possível recebimento do prêmio, se contemplado.
6.2 Qual o prazo para apresentar esses documentos de habilitação?
O agente cultural selecionado na fase anterior deverá encaminhar **no prazo de 5 dias úteis** após a publicação do resultado final de seleção, por meio do endereço eletrônico https://santosdumont.mapasculturais.com.br, os documentos que serão listados a seguir.
Mas, **ATENÇÃO!**
A lista de documentos que precisam ser apresentados nessas etapas, são diferentes, a depender se o agente é pessoa física, pessoa jurídica ou grupo ou coletivo sem CNPJ.
Vamos ver quais documentos precisa apresentar em cada caso.
6.3. Quais documentos preciso apresentar nessa etapa?
6.3.1 Se você for agente cultural pessoa física:

• Documento pessoal que tenha CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
• Contas relativas à residência ou declaração assinada por você, para fins de comprovação de endereço.

Atenção! A comprovação de residência será dispensada caso você:
I - pertença à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertença a população nômade ou itinerante; ou
III - se encontrem em situação de rua.
6.3.2 Se você for agente cultural pessoa jurídica:

• documento pessoal do representante legal que contenha CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
• o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
• ata de assembleia de eleição da diretoria, em caso de organizações da sociedade civil;

6.3.3 Se você fizer parte de grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):

• documento pessoal do representante do grupo que contenha CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc).
• Contas relativas à residência ou declaração assinada pelo representante do grupo, para fins de comprovação de endereço.

6.4 Não estou satisfeito com o resultado dessa etapa. O que fazer?
Você pode recorrer ao resultado da etapa de habilitação, preenchendo o Modelo do Anexo 6.
O recurso será destinado ao endereço eletrônico https://santosdumont.mapasculturais.com.br e deve ser apresentado **no prazo de 3 dias úteis** a contar da publicação do resultado.
Você pode apresentar o recurso de forma escrita ou por vídeo e encaminhar a documentação para o endereço eletrônico https://santosdumont.mapasculturais.com.br.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no endereço eletrônico https://santosdumont.mapasculturais.com.br
Mas, atenção! Após essa etapa, não caberá mais recurso.

• RESULTADO FINAL E RECEBIMENTO DO PRÊMIO

7.1 Fui aprovado no resultado final. E agora?
Parabéns!
Agora se encerraram todas as etapas do Edital.
Com a sua aprovação e assinatura do recibo, você receberá o prêmio!
O último passo será assinar o recibo de Premiação Cultural, conforme **Anexo 5** e envia-lo em formato PDF para o e-mail pnabsantosdumont@gmail.com. O campo assunto do e-mail deve constar os seguintes dizeres "Recibo Premiação Cultural – PNAB (Ciclo 2) – (inserir o nome do candidato)"
Você receberá o recurso na conta bancária de sua titularidade (ou seja, em seu nome). Aquela inserida no **Anexo 3 – Trajetória Cultural**. Não serão aceitas contas destinadas ao recebimento de benefícios do Bolsa Família, contas com limites diários inferiores ao valor aprovado no certame, contas conjuntas, contas de terceiros ou contas fáceis.

• INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Como acompanhar todos os resultados e etapas deste edital?
É muito importante que você acompanhe todas as etapas e resultados deste edital.
Este Edital e os seus anexos estão disponíveis no site https://santosdumont.mapasculturais.com.br
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observação dos prazos serão de sua responsabilidade. Portanto, após se inscrever, fique atento a todas as publicações no endereço eletrônico https://santosdumont.mapasculturais.com.br.
8.2 Ainda tem dúvidas? Fale conosco!
Outras informações podem ser obtidas pelo e-mail pnabsantosdumont@gmail.com
e pelo telefone (32) 99841-5660
Se precisar de ajuda, fale conosco pelos contatos acima.
As questões não previstas no Edital serão solucionadas pela Secretaria de Educação e Cultura de Santos Dumont.
Quanto tempo vale o resultado deste Edital?
A validade do resultado deste Edital é até 31/12/2026.

9. ANEXOS
Este Edital é composto pelos 7 anexos abaixo, que serão disponibilizados no endereço eletrônico https://santosdumont.mapasculturais.com.br.
Anexo 1 - Formulário de Inscrição
Anexo 2 - Roteiro para inscrição oral ou por vídeo
Anexo 3 - Trajetória Cultural
Anexo 4 - Declaração de representação de grupo ou coletivo
Anexo 5 - Recibo de premiação cultural
Anexo 6 - Formulário de Recurso
Anexo 7 - Territórios periféricos urbanos e rurais

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR
Prefeito Municipal de Santos Dumont, MG

DOUGLAS TAVARES DA SILVA TEIXEIRA
Secretário Municipal de Educação e Cultura

ANEXO 1
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

(a ser preenchido direto na Plataforma Mapas Culturais de Santos Dumont)

PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)

DADOS DA PROPOSTA DE PREMIAÇÃO

O agente concorre em alguma modalidade de reserva de vagas (cotas)?
( ) Ampla concorrência
( ) Reserva de vagas para pessoas negras
( ) Reserva de vagas para pessoas indígenas
( ) Reserva de vagas para pessoas com deficiência
( ) Reserva de vagas para outros grupos

Valor da premiação
R$ 2.100,00 (Dois Mil e Cem Reais)

Qual o principal segmento de atuação do agente premiado?
( ) Acervos
( ) Arquivos
( ) Artes Visuais
( ) Artesanato
( ) Audiovisual
( ) Capoeira
( ) Circo
( ) Cultura de Matriz Africana
( ) Cultura dos Povos Originários
( ) Culturas Tradicionais e Populares
( ) Dança
( ) Design
( ) Edição e produção editorial
( ) Festas e Celebrações
( ) Hip Hop
( ) Jogos eletrônicos
( ) Literatura
( ) Mediação e formação de leitores
( ) Moda
( ) Museu
( ) Música
( ) Patrimônio Arqueológico
( ) Patrimônio Cultural Material
( ) Patrimônio Cultural Imaterial
( ) Patrimônio Natural
( ) Performance
( ) Teatro
( ) Outros

O agente premiado trabalha prioritariamente com alguma pauta temática? Qual?
( ) Não se relaciona a nenhuma pauta temática
( ) Cultura Alimentar
( ) Cultura DEF
( ) Cultura Digital
( ) Culturas Imigrantes e Refugiadas
( ) Cultura LGBTQIAPN+
( ) Cultura, Memória e Direitos Humanos
( ) Cultura Nerd
( ) Culturas Periféricas
( ) Cultura Quilombola
( ) Culturas Rurais e Agroecológicas
( ) Culturas Urbanas
( ) Cultura do Sertão
( ) Cultura e Acessibilidade
( ) Cultura e Economia Criativa
( ) Cultura e Educação
( ) Cultura e Gênero
( ) Cultura e Idosos
( ) Cultura e Infância
( ) Cultura e Juventude
( )Cultura e Meio ambiente
( ) Cultura e Negritude
( ) Cultura e Pessoas em Situação de Privação de Liberdade
( ) Cultura e População de Rua
( ) Cultura e Povos Ciganos
( ) Cultura e Saúde
( ) Cultura e Turismo

( ) Culturas Indígenas
( ) Culturas Tradicionais de Matriz Africana
( ) Outra (especificar)

O agente premiado atua em algum território prioritário?
( ) Não se aplica
( ) Área atingida por desastre natural
( ) Assentamento ou acampamento
( ) Território periférico urbano ou rural constante do Anexo 7:
( ) Sítios de arqueológicos e de patrimônio cultural
( ) Território de povos e comunidades tradicionais
( ) Território indígena
( ) Zona especial de interesse social
Informar em qual território reside ou atua: .....

I - PESSOA FÍSICA OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

Tipo de agente cultural individual:
( ) Pessoa física
( ) Microempreendedor individual – MEI

Nome Completo:
[texto – 100 caracteres]

Nome artístico ou nome social (se houver):

CPF:
[apenas números]

CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
[14 dígitos, apenas números]

Data de nascimento:
[dd/mm/aaaa]

E-mail:
[campo de e-mail validado]

Telefone:
[apenas números]

Endereço completo:
[Texto – 200 caracteres]

Cidade:
[lista municípios IBGE]

Estado:
[lista estados IBGE]

CEP:
[campo CEP validado]

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertence a povos ou comunidades tradicionais.
( )Andirobeiros
( ) Apanhadores de flores sempre vivas
( ) Benzedeiros
( )Caatingueiros
( ) Caboclos
( ) Caiçaras
( ) Catadores de mangaba
( )Cipozeiros
( ) Comunidades de fundos e fechos de pasto
( ) Comunidades quilombolas
( ) Extrativistas
( ) Extrativistas costeiros e marinhos
( ) Faxinalenses
( )Geraizeiros
( ) Ilhéus
( ) Juventude de povos e comunidades tradicionais
( )Morroquianos
( ) Pantaneiros
( ) Pescadores artesanais

( ) Povo pomerano
( ) Povos ciganos
( )Povos e comunidades de terreiro/de matriz africana
( ) Povos indígenas
( ) Quebradeiras de coco babaçu
( ) Raizeiros
( ) Retireiros do Araguaia
( ) Ribeirinhos
( )Vazanteiros
( )Veredeiros
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

3. **É mestre ou mestra das culturas tradicionais e populares?**
( ) Sim
( ) Não

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Travesti
( )Outro

Orientação sexual:
( ) Lésbica
( ) Gay
( ) Heterossexual
( ) Bissexual
( ) Outra
( ) Prefere não responder

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência?
( ) Não
( ) Sim, Auditiva
( ) Sim, Física-motora
( ) Sim, Intelectual
( ) Sim, Visual
( ) Sim, Múltipla
( ) Sim, Transtorno do Espectro Autista
( ) Sim, Outra (indicar qual)

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( )Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2026, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.621,00.)
( ) Nenhuma renda
( ) De 1,00 a 500,00
( ) De 501,00 a 1.000,00
( ) De 1.001,00 a 2.000,00
( ) De 2.001,00 a 3.000,00
( ) De 3.001,00 a 5.000,00
( ) De 5.001,00 a 10.000,00
( ) De 10.001,00 a 20.000,00
( ) De 20.001,00 a 100.000,00
( ) Acima de 100.000,00

Possui quantos anos de experiência na área cultural?
[Número inteiro]

Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

II - PESSOA JURÍDICA

Tipo de agente cultural:
( ) Pessoa Jurídica com fins lucrativos (empresas)
( ) Pessoa Jurídica sem fins lucrativos (OSCs)

CNPJ:
[campo CNPJ validado]

Razão Social:
[texto – 100 caracteres]

Nome fantasia:
[texto – 100 caracteres]

Data de fundação:
[dd/mm/aaaa]

Nome do representante legal:
[Texto – 100 caracteres]

CPF do representante legal:
[campo CPF validado]

E-mail de contato:
[campo e-mail validado]

Telefone de contato:
[Apenas números]

CEP:
[campo CEP validado]

Endereço completo (da sede):
[texto – 200 caracteres]

Cidade:
[lista municípios IBGE]

Estado:
[lista estados IBGE]

Anos de atuação na área cultural?
[número inteiro]

Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

III - COLETIVO SEM CONSTITUIÇÃO JURÍDICA

Nome do grupo ou coletivo
[Texto – 100 caracteres]

Quantas pessoas fazem parte do coletivo
[número inteiro]

Nome do representante:
[texto – 100 caracteres]

CPF do representante :
[campo CPF validado]

E-mail de contato:
[campo e-mail validado]

Telefone de contato:
[apenas números]

Endereço completo (da sede):
[texto – 200 caracteres]

Cidade:
[lista municípios IBGE]

Estado:
[lista estados IBGE]

CEP:
[campo CEP validado]

Anos de atuação na área cultural?
[número inteiro]

Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

Por meio do preenchimento e envio deste documento, autorizo o uso das minhas informações pelo ente federativo responsável pelo edital e pelo Ministério da Cultura para fins de avaliação da execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018).

ANEXO 2
ROTEIRO PARA INSCRIÇÃO ORAL OU POR VÍDEO

Caso você realize sua inscrição em áudio ou vídeo, deve encaminhar o áudio ou vídeo conforme as orientações a seguir.
O vídeo ou áudio não precisa ter mais que 10 minutos de duração e deve atender às exigências do Edital, contendo no mínimo as seguintes informações:
1. Apresentação do agente cultural: nome do agente cultural; gênero; orientação sexual; raça/cor/etnia; se é pessoa com deficiência; local/território/aldeia onde reside ou ao qual pertence; data de nascimento; telefone e e-mail para contato; pertencimento a alguma comunidade tradicional, é mestre ou mestra das culturas tradicionais e populares ou não; qual o grau de escolaridade; qual a renda mensal fixa individual nos últimos 3 (três) meses; quantos anos de experiência na área cultural; se acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos.
2. Justificativa - falar qual a importância da sua atuação para a comunidade e como contribuiu artística e culturalmente para o desenvolvimento dela;
- Apresentar a sua trajetória cultural e sua contribuição para a comunidade
- Demonstrar quais fazeres culturais atuou;
- Contribuições importantes à comunidade ou territórios.
3. Conclusão - outras informações que considerar importantes.

ANEXO 3
TRAJETÓRIA CULTURAL

1. INFORMAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA CULTURAL
1.1 Quais são as suas principais ações e atividades culturais realizadas?
Aqui, conte, o mais detalhadamente possível, sobre as ações culturais que você realiza, informando em que área ou segmento cultural atua, em que local realiza suas atividades, entre outras informações.

1.2 Como começou a sua trajetória cultural?
Descreva como e quando começou a sua trajetória na cultura, informando onde seus projetos foram iniciados, indicando há quanto tempo você os desenvolve.

1.3 Como as ações que você desenvolve transformam a realidade do seu entorno/sua comunidade?
Responda quem são as pessoas beneficiadas direta ou indiretamente pelas suas atividades, e como suas ações impactam e beneficiam as pessoas ao redor. Destaque se a sua comunidade participou enquanto público ou também trabalhou nos projetos que você desenvolveu.

1.4 Na sua trajetória cultural, você desenvolveu ações e projetos com outras esferas de conhecimento, tais como educação, saúde, etc?
Descreva se as suas ações e atividades possuem relação com outras áreas além da cultura, tais como área de educação, saúde, esporte, assistência social, entre outras.

1.5 Você desenvolveu ações voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social, tais como pessoas negras, indígenas, crianças, jovens, idosos, pessoas em situação de rua, entre outros? Se sim, quais?

2. DADOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTO DO PRÊMIO:
(Inserir dados bancários do agente cultural que está concorrendo ao prêmio - conta que receberá os recursos da premiação)
Agência:
Conta:
Banco:

3. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

Junte documentos que comprovem a sua atuação cultural, tais como cartazes, folders, reportagens de revistas, certificados, premiações, entre outros documentos.

ANEXO 4
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO- CULTURAL

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por agentes culturais que integram um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:..... (preencher com o **nome do grupo** artístico)

NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO: ..... (preencher com o nome do representante)

DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE:
RG:
CPF:
E-MAIL:
TELEFONE:

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico .....(PREENCHER COM O [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" acima como único representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	RG ou CPF	ASSINATURAS

[LOCAL] e [DATA]

ANEXO 5
TERMO (RECIBO) DE PREMIAÇÃO CULTURAL

NOME DO AGENTE CULTURAL:
Nº DO CPF OU CNPJ:
DADOS BANCÁRIOS DO AGENTE CULTURAL:

Declaro que recebi a quantia de R$..... (.... Reais) (preencher com o valor numérico e o valor por extenso), na presente data, relativa ao Edital de Premiação Cultural Nº XXXXX/2026

(assinatura): _____

NOME:
LOCAL e DATA
ANEXO 6
formulário de apresentação de recurso DA <u>ETAPA DE habilitação</u>

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF/CNPJ:
CATEGORIA:

RECURSO:

Com base na **Etapa de Habilitação** do Edital **[NÚMERO E NOME DO EDITAL]**,venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____

.
Local e data.

_____
Assinatura
NOME COMPLETO

ANEXO 6
formulário de apresentação de recurso DA <u>ETAPA DE SELEÇÃO</u>

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF/CNPJ:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital**[NÚMERO E NOME DO EDITAL],**venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.

Justificativa:_____.

Local e data:

_____
Assinatura
NOME COMPLETO

ANEXO 7
TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS E RURAIS DE SANTOS DUMONT
Para atendimento das finalidades do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026 – Premiação Simplificada** são considerados territórios rurais e periféricos as seguintes localidades no município de Santos Dumont, MG:

Tabela 01: Lista territórios periféricos do município de Santos Dumont

N°	**TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS**
01	4º depósito
02	Antônio Afonso
03	Boa Vista
04	Cabangu
05	Praça Bias Fortes
06	Córrego do Ouro
07	Flores
08	Francesa
09	Glória
10	Graminha
11	João Paulo II
12	Nossa Senhora Aparecida
13	Nossa Senhora Fátima
14	Nossa Senhora Graças
15	Nossa Senhora Guadalupe
16	Santo Antônio
17	São Miguel
18	São Sebastião
19	São Sebastião da Barra
20	Vila Brandão
21	Vila Esperança

Fonte: Edital nº 02/2024 - PNAB - Fomento territórios periféricos

Tabela 02: Lista territórios rurais do município de Santos Dumont

Nº	**TERRITÓRIOS RURAIS**
01	Conceição do Formoso
02	Mantiqueira
03	Nova Dores do Paraibuna
04	São João da Serra
05	Patrimônio dos Paivas
06	Patrimônio da Serra
07	Usina Guary
08	São Sebastião da Boa Vista (Corujas)
09	Nossa Senhora Aparecida (Cachoeirinha)
10	Espírito Santo
11	Senhor Dama
12	São Domingos
13	Capivari
14	Jacuba
15	João Júlio
16	Perobas
17	Samambaia
18	Soledade
19	Recenvindo
20	Posses
21	Sérgio Macedo
22	Margaridas
23	João Calixto

Publicado por:
Douglas Tavares d Silva Teixeira
Código Identificador:6EDB0F1C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CURVELO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.845, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, REGIDO PELO EDITAL Nº 14/2026.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 942/2026/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 14/2026, conforme disposto no Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo único. O prazo de validade do Processo Seletivo será de um ano, contado a partir da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, por uma única vez, nos termos do subitem 1.5 do Edital nº 14/2026, conforme a necessidade da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 25 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

ANEXO ÚNICO
(a que se refere o art. 1º deste Decreto)

CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 14/2026

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - PEB - GRUPO NÍVEL SUPERIOR – VAGAS CONCORRÊNCIA AMPLA										
Colocação	Nome	CPF	Nascimento	Habilitação	Mestrado	Doutorado	Pós–Graduação	Curso	Experiência	Total
1	Solange Suely Mota Vieira Moura	559.XXX.XXX-68	20/03/64	Habilitado (a)	0	0	6	3	10	19
2	Iara Moreira	511.XXX.XXX-34	18/03/65	Habilitado (a)	0	0	6	3	10	19
3	Edna Mara Faria Vieira	767.XXX.XXX-87	20/09/70	Habilitado (a)	0	0	6	3	10	19
4	Janaina Gomes Soares	012.XXX.XXX-62	25/05/77	Habilitado (a)	0	0	6	3	10	19
5	Camila Moreira Neves	077.XXX.XXX-74	17/06/87	Habilitado (a)	0	0	6	3	10	19
6	Suzana Martins da Silva Dias	689.XXX.XXX-82	05/06/72	Habilitado (a)	0	0	6	3	9	18
7	Bruna de Souza Santos	083.XXX.XXX-55	25/06/85	Habilitado (a)	0	0	6	3	9	18
8	Daniel Geraldo de Souza	058.XXX.XXX-51	03/09/80	Habilitado (a)	0	0	6	1,5	10	17,5
9	Júlia de Jesus Virgínio Peres Soares	034.XXX.XXX-06	28/09/74	Habilitado (a)	0	0	4	3	10	17
10	Andrea Cristina Rodrigues da Silva	043.XXX.XXX-95	19/07/79	Habilitado (a)	0	0	4	3	10	17
11	Viviane Costa Alvares de Lima	012.XXX.XXX-32	07/07/72	Habilitado (a)	0	0	4	2,5	10	16,5
12	Alessandra Correa de Oliveira	012.XXX.XXX-97	30/01/76	Habilitado (a)	0	0	6	0,5	10	16,5
13	Sueli Maria Moreira	008.XXX.XXX-17	10/03/72	Habilitado (a)	0	0	4	2	10	16
14	Claudia Alves dos Santos Mariz	025.XXX.XXX-33	23/12/75	Habilitado (a)	0	0	6	3	7	16
15	Danielle Chaves Rodrigues	117.XXX.XXX-02	06/09/91	Habilitado (a)	0	0	4	2	10	16
16	Márcia de Oliveira Rodrigues	446.XXX.XXX-49	30/06/62	Habilitado (a)	0	0	4	3	8	15
17	Nilma Maria de Almeida Gonzaga	728.XXX.XXX-04	29/04/66	Habilitado (a)	0	0	2	3	10	15
18	Dezire Maria Silva Oliveira	477.XXX.XXX-68	08/11/66	Habilitado (a)	0	0	2	3	10	15
19	Marinez Ferreira de Miranda	548.XXX.XXX-49	02/05/69	Habilitado (a)	0	0	2	3	10	15
20	Eliana Maria Rocha de Oliveira	005.XXX.XXX-90	08/10/70	Habilitado (a)	0	0	4	1	10	15

21	Fernanda Pereira de Oliveira	068.XXX.XXX-40	10/02/80	Habilitado (a)	0	0	6	3	6	15
22	Anne Priscila Oliveira Mendes	119.XXX.XXX-73	25/10/94	Habilitado (a)	0	0	4	1	10	15
23	Cristiane Patricia Alves	012.XXX.XXX-23	13/10/83	Habilitado (a)	0	0	2	2,5	10	14,5
24	Lúcia Maura Gonçalves da Silva	003.XXX.XXX-48	08/11/74	Habilitado (a)	0	0	2	2	10	14
25	Daniela da Rocha Rodrigues	126.XXX.XXX-69	05/07/95	Habilitado (a)	0	0	4	3	7	14
26	Marcelina da Costa Chaves	389.XXX.XXX-53	05/10/62	Habilitado (a)	0	0	2	1,5	10	13,5
27	Claudia Maria Vieira Fernandes Lima	025.XXX.XXX-77	25/11/71	Habilitado (a)	0	0	2	1,5	10	13,5
28	Raquel de Sa Constancio	112.XXX.XXX-05	19/09/93	Habilitado (a)	0	0	2	1,5	10	13,5
29	Maria Conceicao de Souza	895.XXX.XXX-91	25/09/69	Habilitado (a)	0	0	0	3	10	13
30	Raquel dos Reis Lima	921.XXX.XXX-87	29/03/70	Habilitado (a)	0	0	2	1	10	13
31	Ornelina Marques Gomes	032.XXX.XXX-16	18/02/72	Habilitado (a)	0	0	2	0	10	12
32	Silvânia Cardoso de Oliveira	012.XXX.XXX-76	29/09/77	Habilitado (a)	0	0	4	3	5	12
33	Juliana Mendes de Moura	074.XXX.XXX-89	29/09/82	Habilitado (a)	0	0	2	1	9	12
34	Queli Cristina Miranda de Matos Machado	102.XXX.XXX-58	18/06/87	Habilitado (a)	0	0	4	3	5	12
35	Eusilandia Maria Goncalves Dunga	388.XXX.XXX-04	27/03/61	Habilitado (a)	0	0	0	1,5	10	11,5
36	Vanderlea Silva Borges	819.XXX.XXX-04	03/11/70	Habilitado (a)	0	0	0	1	10	11
37	Erica França de Oliveira	028.XXX.XXX-81	10/11/75	Habilitado (a)	0	0	2	3	6	11
38	Alessandra Martins Das Neves	052.XXX.XXX-64	26/12/80	Habilitado (a)	0	0	6	3	2	11
39	Lorena Rodrigues Soares	079.XXX.XXX-04	06/10/86	Habilitado (a)	0	0	6	0	5	11
40	Nayara Gomes de Souza Mariz	117.XXX.XXX-65	17/07/92	Habilitado (a)	0	0	0	3	8	11
41	Raquel da Silva Vaz Pereira	116.XXX.XXX-40	22/01/93	Habilitado (a)	0	0	6	2	3	11
42	Gilsilene Aparecida dos Santos Xavier	012.XXX.XXX-22	28/11/76	Habilitado (a)	0	0	0	0,5	10	10,5
43	Fabiana de Melo Miranda	038.XXX.XXX-76	12/12/78	Habilitado (a)	0	0	0	0,5	10	10,5
44	Wanessa da Silva Oliveira Fonseca	100.XXX.XXX-90	20/05/88	Habilitado (a)	0	0	4	2,5	4	10,5
45	Vanderli Rodrigues Neves	012.XXX.XXX-66	09/02/68	Habilitado (a)	0	0	2	1	7	10
46	Josiane Narjara Rodrigues de Medeiros	002.XXX.XXX-00	27/07/82	Habilitado (a)	0	0	0	0	10	10
47	Patrícia Mendes de Miranda	060.XXX.XXX-03	03/05/83	Habilitado (a)	0	0	0	0	10	10
48	Priscila Aparecida da Silva Santos	070.XXX.XXX-61	11/06/85	Habilitado (a)	0	0	4	3	3	10
49	Eucione de Oliveira Barboza	031.XXX.XXX-74	25/04/77	Habilitado (a)	0	0	2	0,5	7	9,5
50	Nilma Lima Silveira	040.XXX.XXX-86	03/08/80	Habilitado (a)	0	0	4	1,5	4	9,5
51	Fabiane dos Santos Moura Pinheiro	015.XXX.XXX-05	02/09/86	Habilitado (a)	0	0	8	0,5	1	9,5
52	Fabiane Chaves de Matos	012.XXX.XXX-86	25/12/78	Habilitado (a)	0	0	6	3	0	9
53	Cleide da Conceiçao Fonseca	690.XXX.XXX-82	16/06/69	Habilitado (a)	0	0	4	2,5	2	8,5
54	Alexander Romair Miranda	012.XXX.XXX-69	15/03/75	Habilitado (a)	0	0	0	2,5	6	8,5
55	Evelyn Cristina Amorim	085.XXX.XXX-11	19/08/86	Habilitado (a)	0	0	0	2,5	6	8,5
56	Sonia de Fatima Marques	430.XXX.XXX-68	21/02/60	Habilitado (a)	0	0	2	0	6	8
57	Danielle Cristina da Fonseca	028.XXX.XXX-64	17/10/77	Habilitado (a)	0	0	2	2	4	8
58	Katia Maria Trindade de Assis	269.XXX.XXX-42	27/05/79	Habilitado (a)	0	0	2	2	4	8
59	Lucilene Pereira de Oliveira	065.XXX.XXX-83	15/05/82	Habilitado (a)	0	0	0	3	5	8
60	Rafaela Rodrigues da Silva	099.XXX.XXX-33	02/12/89	Habilitado (a)	0	0	2	3	3	8
61	Mariana dos Santos Pereira	134.XXX.XXX-10	18/09/95	Habilitado (a)	0	0	4	3	1	8
62	Nayara da Costa Teixeira	129.XXX.XXX-03	26/09/95	Habilitado (a)	0	0	6	1	1	8
63	Aline Ribeiro dos Reis	120.XXX.XXX-50	06/05/98	Habilitado (a)	0	0	6	0	2	8
64	Creuza Rodrigues de Aquino	902.XXX.XXX-72	08/05/74	Habilitado (a)	0	0	0	0,5	7	7,5
65	Ludmila Goncalves de Moura	094.XXX.XXX-58	21/08/87	Habilitado (a)	0	0	4	0,5	3	7,5
66	Camila Maria Braz Santos	017.XXX.XXX-11	01/05/93	Habilitado (a)	0	0	6	0,5	1	7,5
67	Bárbara Roberta Miranda	120.XXX.XXX-11	21/10/97	Habilitado (a)	0	0	2	0,5	5	7,5
68	Lucilene Pereira de Almeida	040.XXX.XXX-55	16/03/77	Habilitado (a)	0	0	6	1	0	7
69	Marcela Albertina Brandão	013.XXX.XXX-63	15/06/81	Habilitado (a)	0	0	6	1	0	7
70	Didiane de Oliveira Matoso	119.XXX.XXX-09	06/07/92	Habilitado (a)	0	0	2	2,5	2	6,5
71	Raiane Guimarães Silva	123.XXX.XXX-93	27/03/94	Habilitado (a)	0	0	4	2,5	0	6,5
72	Sibele Alves dos Santos Matoso	765.XXX.XXX-15	30/10/72	Habilitado (a)	0	0	2	3	1	6
73	Vilma Geralda Freitas de Campos	781.XXX.XXX-00	12/01/73	Habilitado (a)	0	0	4	2	0	6
74	Simone Pereira Gomes	011.XXX.XXX-98	08/03/76	Habilitado (a)	0	0	0	0,5	5	5,5
75	Luciana Gomes Morato	056.XXX.XXX-43	29/11/80	Habilitado (a)	0	0	2	1	2,5	5,5
76	Aline Diana Machado	056.XXX.XXX-32	26/01/82	Habilitado (a)	0	0	4	1,5	0	5,5
77	Daniela Simone Gil dos Santos	060.XXX.XXX-55	20/05/83	Habilitado (a)	0	0	2	1,5	2	5,5
78	Nubia Borges da Silva	073.XXX.XXX-69	26/01/86	Habilitado (a)	0	0	4	1,5	0	5,5
79	Lucilene Leite da Silva	074.XXX.XXX-07	08/02/86	Habilitado (a)	0	0	4	1,5	0	5,5
80	Dayane Grazilene Verissimo Gonzaga	129.XXX.XXX-06	04/09/97	Habilitado (a)	0	0	4	1,5	0	5,5
81	Layane Lima Lopes	134.XXX.XXX-73	24/10/97	Habilitado (a)	0	0	0	2,5	3	5,5

82	Thaisa Aganete de Almeida Gonçalves	141.XXX.XXX-20	23/11/97	Habilitado (a)	0	0	4	1,5	0	5,5
83	Erica Cristina Gomes da Silva	012.XXX.XXX-13	10/09/80	Habilitado (a)	0	0	0	3	2	5
84	Cláudia Maria de Figueiredo Machado	012.XXX.XXX-32	17/11/80	Habilitado (a)	0	0	2	3	0	5
85	Juliana Paula Guiscem Santos	042.XXX.XXX-00	08/05/81	Habilitado (a)	0	0	2	3	0	5
86	Julliana Kelly Pereira de Sa Damascena	097.XXX.XXX-81	30/01/89	Habilitado (a)	0	0	2	3	0	5
87	Jessica Caroline da Silva Souza	114.XXX.XXX-76	12/12/93	Habilitado (a)	0	0	0	3	2	5
88	Andressa Pereira Campos	086.XXX.XXX-60	29/11/99	Habilitado (a)	0	0	0	0	5	5
89	Eliane Pinheiro Batista	862.XXX.XXX-87	14/01/66	Habilitado (a)	0	0	4	0,5	0	4,5
90	Thais Lorena de Souza Araujo	136.XXX.XXX-01	26/05/97	Habilitado (a)	0	0	2	1,5	1	4,5
91	Valdene de Freitas Amâncio	411.XXX.XXX-20	10/04/60	Habilitado (a)	0	0	4	0	0	4
92	Fátima Maria de Almeida	062.XXX.XXX-40	11/12/66	Habilitado (a)	0	0	2	0	2	4
93	Thais Silva de Oliveira	043.XXX.XXX-06	18/05/79	Habilitado (a)	0	0	2	2	0	4
94	Margarete Fernandes da Silva Duarte	051.XXX.XXX-94	09/07/80	Habilitado (a)	0	0	0	3	1	4
95	Deborah Daniela Gonçalves Rodrigues	343.XXX.XXX-03	23/01/87	Habilitado (a)	0	0	0	1	3	4
96	Joana Dias da Rocha	092.XXX.XXX-77	13/05/89	Habilitado (a)	0	0	4	0	0	4
97	Hildenia Kamilla Martins dos Santos	103.XXX.XXX-28	19/05/90	Habilitado (a)	0	0	4	0	0	4
98	Viviane Alves Teixeira	000.XXX.XXX-66	24/12/74	Habilitado (a)	0	0	0	3	0	3
99	Ana Maria Souza E Silva	032.XXX.XXX-31	09/08/76	Habilitado (a)	0	0	2	1	0	3
100	Patrícia Adriana Barbosa de Almeida	012.XXX.XXX-39	20/02/78	Habilitado (a)	0	0	0	3	0	3
101	Kelly Alves de Carvalho Silva	042.XXX.XXX-75	27/06/79	Habilitado (a)	0	0	0	3	0	3
102	Sandra Aparecida Terrinha Fonseca	056.XXX.XXX-47	20/10/82	Habilitado (a)	0	0	0	0	3	3
103	Joyce Cristina Trindade	059.XXX.XXX-07	20/10/82	Habilitado (a)	0	0	2	0	1	3
104	Marilene Ribeiro Felix	092.XXX.XXX-86	21/11/85	Habilitado (a)	0	0	2	0	1	3
105	Karina Ferreira Santos	094.XXX.XXX-10	26/09/87	Habilitado (a)	0	0	2	1	0	3
106	Camila de Freitas Amâncio	091.XXX.XXX-70	24/06/90	Habilitado (a)	0	0	2	0	1	3
107	Maria Cristina Rodrigues Soares	138.XXX.XXX-43	12/03/97	Habilitado (a)	0	0	2	1	0	3
108	Clara Nathana Diniz Chaves	101.XXX.XXX-11	15/10/99	Habilitado (a)	0	0	2	1	0	3
109	Shirley Dias de Avelar	012.XXX.XXX-05	30/03/70	Habilitado (a)	0	0	2	0,5	0	2,5
110	Sabrina Valmira Lopes E Silva	082.XXX.XXX-32	09/03/89	Habilitado (a)	0	0	0	1,5	1	2,5
111	Thais Aparecida da Silva Marinho	119.XXX.XXX-52	05/02/94	Habilitado (a)	0	0	2	0,5	0	2,5
112	Denise Cristina Gomes da Silva	019.XXX.XXX-25	21/04/95	Habilitado (a)	0	0	0	2,5	0	2,5
113	Solange Aparecida dos Santos	861.XXX.XXX-87	16/08/71	Habilitado (a)	0	0	0	2	0	2
114	Nilmara Ribeiro Alves	980.XXX.XXX-72	10/05/72	Habilitado (a)	0	0	0	2	0	2
115	Roniane Mendes de Jesus Silva	028.XXX.XXX-09	02/05/77	Habilitado (a)	0	0	2	0	0	2
116	Bárbara Rezende de Almeida Rodrigues	091.XXX.XXX-95	15/05/89	Habilitado (a)	0	0	0	0	2	2
117	Sinara Rodrigues Bonifacio	106.XXX.XXX-00	26/10/90	Habilitado (a)	0	0	0	2	0	2
118	Michele Carolaine Aparecida de Oliveira Lopes	700.XXX.XXX-01	13/09/99	Habilitado (a)	0	0	0	2	0	2
119	Alessandra de Sá Marques	018.XXX.XXX-62	31/03/00	Habilitado (a)	0	0	0	0,5	1	1,5
120	Rosilene Deziderio Ferreira	389.XXX.XXX-00	31/03/61	Habilitado (a)	0	0	0	1	0	1
121	Fabiane Lozel Soares	014.XXX.XXX-40	04/07/83	Habilitado (a)	0	0	0	1	0	1
122	Graziela de Souza Santos	076.XXX.XXX-76	15/07/87	Habilitado (a)	0	0	0	1	0	1
123	Ivone de Souza Pereira	093.XXX.XXX-08	21/07/88	Habilitado (a)	0	0	0	1	0	1
124	Debora Fernandes Soares	127.XXX.XXX-59	09/11/93	Habilitado (a)	0	0	0	1	0	1
125	Flávia Gabriela de Oliveira Lopes	702.XXX.XXX-74	06/11/02	Habilitado (a)	0	0	0	1	0	1
126	Lumarise da Conceição Pereira	039.XXX.XXX-78	13/06/78	Habilitado (a)	0	0	0	0,5	0	0,5
127	Marileia Gomes dos Santos	313.XXX.XXX-26	05/01/80	Habilitado (a)	0	0	0	0,5	0	0,5
128	Alice Giovana de Oliveira	021.XXX.XXX-47	30/05/99	Habilitado (a)	0	0	0	0,5	0	0,5
129	Mariana Miranda da Costa	071.XXX.XXX-76	23/09/84	Habilitado (a)	0	0	0	0	0	0
130	Adiana Felício Coelho	091.XXX.XXX-75	08/06/89	Habilitado (a)	0	0	0	0	0	0
131	Juliana Cristina de Souza	108.XXX.XXX-88	23/11/89	Habilitado (a)	0	0	0	0	0	0
132	Emanuela Maria Almeida Prates	205.XXX.XXX-78	16/12/91	Habilitado (a)	0	0	0	0	0	0
133	Geovana Chaves de Jesus Marinho	115.XXX.XXX-50	29/08/94	Habilitado (a)	0	0	0	0	0	0
134	Vitória Elisa Alves da Silva	139.XXX.XXX-85	26/08/95	Habilitado (a)	0	0	0	0	0	0
135	Lais da Conceição Alves Lima	128.XXX.XXX-03	29/12/96	Habilitado (a)	0	0	0	0	0	0
136	Karolany Pereira Vaz	136.XXX.XXX-40	25/10/97	Habilitado (a)	0	0	0	0	0	0
137	Luana Aparecida Gonçalves Ferreira	124.XXX.XXX-14	24/04/99	Habilitado (a)	0	0	0	0	0	0
-	Adrielle da Silva Oliveira	105.XXX.XXX-28	05/06/91	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Alex Sandra Miranda da Silva	060.XXX.XXX-04	29/01/84	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Ana Claudia Sabino Ferreira	013.XXX.XXX-61	05/03/71	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Ana Maria da Silva Andrade	548.XXX.XXX-87	16/08/71	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Ana Maria Rodrigues	728.XXX.XXX-82	23/11/63	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-

-	Ana Paula Rodrigues da Costa	058.XXX.XXX-71	01/09/81	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Carina Alves Gonçalves	083.XXX.XXX-10	03/06/86	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Carla Aparecida Alves Rodrigues	079.XXX.XXX-07	29/03/88	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Carolina Saldanha Fernandes	012.XXX.XXX-60	09/03/87	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Cassia da Silva Praxedes	012.XXX.XXX-22	09/12/78	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Cassia Ferreira Santos	085.XXX.XXX-08	17/11/83	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Cassiana de Souza Marques	011.XXX.XXX-83	28/04/77	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Daniele Pires Pereira	150.XXX.XXX-27	20/11/99	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Danilo Dias Leal	885.XXX.XXX-87	25/10/69	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Denilson Valeriano	125.XXX.XXX-05	21/04/73	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Edilaine Aparecida Santos de Sá	019.XXX.XXX-25	01/08/98	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Eduarda de Melo Souza	701.XXX.XXX-17	28/05/98	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Érica Alves de Araújo	012.XXX.XXX-73	02/03/82	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Fernanda da Silva Santos	052.XXX.XXX-17	20/10/79	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Fraciele de Oliveira Souza	149.XXX.XXX-92	19/07/99	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Ivone Afonso Soares	548.XXX.XXX-20	01/04/67	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Jordânia Pereira da Silva	115.XXX.XXX-05	13/06/92	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Juliana Almeida Teixeira de Azevedo	061.XXX.XXX-05	25/08/83	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Livia Ribeiro Silva Souza	075.XXX.XXX-46	28/04/81	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Luana Gomes de Jesus	058.XXX.XXX-64	30/07/84	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Luiz Henrique de Paula Rodrigues	511.XXX.XXX-68	01/10/64	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Maila de Souza Teixeira	012.XXX.XXX-19	20/02/81	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Marcela da Costa Malheiros	055.XXX.XXX-09	20/09/82	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Márcia Suely de Souza Silveira	826.XXX.XXX-87	27/02/66	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Maria Amelia Ferreira de Oliveira Gonçalves	642.XXX.XXX-49	21/10/66	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Maria Amélia Jeremias Simão Pereira	493.XXX.XXX-37	05/01/81	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Marina Pereira da Costa	967.XXX.XXX-15	18/04/71	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Mariza Moreira dos Santos Lima	826.XXX.XXX-15	25/10/72	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Marta Ribeiro de Souza Mapeli	011.XXX.XXX-20	06/03/74	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Paloma Souza	117.XXX.XXX-09	19/04/94	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Paulo César Santos Silva	128.XXX.XXX-35	22/03/97	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Rosana Ferreira de Sousa	057.XXX.XXX-38	20/04/82	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Sérgio Henrique Gomes da Cruz	103.XXX.XXX-16	02/08/91	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Sheila Barbosa Soares	081.XXX.XXX-99	16/03/87	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Solange de Assis Sales França	511.XXX.XXX-49	13/10/64	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Soraya Ermelinda Machado	026.XXX.XXX-33	04/01/71	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Tatiane Mendes de Barcelos Serelli	059.XXX.XXX-90	22/03/82	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Thamiris de Oliveira Freitas	111.XXX.XXX-37	14/03/90	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Vanessa Henriques de Freitas	897.XXX.XXX-53	23/01/72	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Viviane Louzada Cardoso	038.XXX.XXX-93	10/07/80	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Walace Garcia de Oliveira	269.XXX.XXX-96	16/03/79	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-
-	Yandra Scarllet de Brito Viana	131.XXX.XXX-24	13/04/97	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - PEB - GRUPO NÍVEL SUPERIOR – COTAS ÉTNICO-RACIAIS

Colocação	Nome	CPF	Nascimento	Habilitação	Mestrado	Doutorado	Pós–Graduação	Curso	Experiência	Total
1	Dayane Grazilene Verissimo Gonzaga	129.XXX.XXX-06	04/09/97	Habilitado (a)	0	0	4	1,5	0	5,5
2	Andressa Pereira Campos	086.XXX.XXX-60	29/11/99	Habilitado (a)	0	0	0	0	5	5
3	Karina Ferreira Santos	094.XXX.XXX-10	26/09/87	Habilitado (a)	0	0	2	1	0	3
4	Solange Aparecida dos Santos	861.XXX.XXX-87	16/08/71	Habilitado (a)	0	0	0	2	0	2
5	Emanuela Maria Almeida Prates	205.XXX.XXX-78	16/12/91	Habilitado (a)	0	0	0	0	0	0
6	Karolany Pereira Vaz	136.XXX.XXX-40	25/10/97	Habilitado (a)	0	0	0	0	0	0
-	Paulo César Santos Silva	128.XXX.XXX-35	22/03/97	Inabilitado (a)	-	-	-	-	-	-

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:FA0A77BF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 137/2026 - DISPENSA ELETRONICA N° 041/2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE 01 (UM) PALCO MEDINDO 6 M X 6 M, SEM COBERTURA

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 041/2026

PROCESSO LICITATÓRIO 137/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O(a) PREFEITO MUNICIPAL do(a) MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG comunica aos interessados e participantes da DISPENSA ELETRÔNICA 041/2026 referente à *Contratação de empresa especializada para locação, montagem e desmontagem de 01 (um) palco medindo 6 m x 6 m, sem cobertura, incluindo os serviços, materiais, equipamentos e demais recursos necessários à sua instalação e utilização, destinado à realização do evento comemorativo ao Dia da Independência do Brasil, promovido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a ser realizado no dia 05 de setembro de 2026, no Município de Japaraíba/MG, conforme condições e especificações contidas no termo de referência.*, que ADJUDICA nos termos da Lei nº 14.133/21, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : LAGOA TENDAS LTDA - 14.479.241/0001-70

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Econ. R$
1	1,00	UNIDADE	SERVIÇ O	SERVIÇ O	R$ 5.130,00	R$ 5.130,0000	R$ 5.135,94	R$ 5.135,94	0,1156%	R$ 5,94
Descrição: PALCO 6MX6M SEM COBERTURA Locação de palco. Tamanho 6x6 m; escada com guarda-corpo e corrimão guarda-corpo nas laterais; solo piso ajustável de 1 a 3 metros pé direito até 5 metros. ART- Anotação de Responsabilidade Técnica e laudo técnico do produto locado.										
Subtotal Adjudicado:						**R$ 5.130,00**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 5.135,94**	**0,1156%**	**R$ 5,94**

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R$
R$ 5.130,00	R$ 5.135,94	0,1156%	5,94

Japaraíba-MG , 20 de Agosto de 2026

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

Assine aqui
Assine aqui

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:61ADAEB0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 002/2026 ALTERAÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA - SUJEIÇÃO PASSIVA TRIBUTÁRIA

A Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista que o(s) contribuinte(s) a seguir relacionado(s) não foi(ram) localizado(s) quando sua notificação via Correios, nos termos do artigo 283, § 5º, do Código Tributário Municipal, Lei Municipal 3080/2010, resolve COMUNICÁ-LO(S) da sua inclusão/exclusão, na qualidade abaixo informada, no cadastro do(s) imóvel(is) abaixo identificado(s):

IMÓVEL	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	QUALIDADE	PENDÊNCIA
13233	01.05.020.0493.001	Nair Macedo Chauvet Peixoto	010.993.157-27	2081.00394/2021	Inclusão de Coobrigado Compromissário	COMPROVAR ENTREGA DE INTIMAÇÃO Informar o endereço de correspondência (artigos 359 e 364. Lei Municipal 3.080/2010)
5573	01.02.008.0474.001	Conceição Matos Moura	334.096.411-49	3042.00394/2021	Inclusão de Proprietário	
5573	01.02.008.0474.001	Raimundo Erminio De Moura Oliveira	029.258.501-20	3042.00394/2021	Inclusão de Proprietário	
5573	01.02.008.0474.001	Walter Moura De Oliveira	063.831.736-34	3042.00394/2021	Inclusão de Proprietário	
5573	01.02.008.0474.001	Geraldo Moura De Oliveira	344.116.401-63	3042.00394/2021	Inclusão de Proprietário	
5573	01.02.008.0474.001	Dalton Fonseca	042.555.421-04	3042.00394/2021	Inclusão de Proprietário	
5573	01.02.008.0474.001	Hilton Moura De Oliveira	183.161.661-00	3042.00394/2021	Inclusão de Proprietário	
5573	01.02.008.0474.001	Itagiba Dos Santos Taveira	032.656.411-+04	3042.00394/2021	Inclusão de Proprietário	
5573	01.02.008.0474.001	José Roberto Moura De Oliveira	259.264.971-91	3042.00394/2021	Inclusão de Proprietário	
5573	01.02.008.0474.001	Espólio De Aloísio Moura De Oliveira	143.947.586-53	3042.00394/2021	Inclusão de Proprietário	
5573	01.02.008.0474.001	Wirley Carlos Moura De Oliveira	297.472.791-34	3042.00394/2021	Inclusão de Proprietário	
19398	01.07.060.0131.001	Espolio De Antonio Naldo Correa	129.620.406-59	5475.00394/2018	Inclusão de Coobrigado Compromissário	
19398	01.07.060.0131.001	Imobiliária Lapa Vermelha Ltda. Me	17.135.047/0001-65	5475.00394/2018	Inclusão de Proprietário	
4422	01.04.019.0283.001	Denise Pena Araujo	426.432.366-53	5480.00394/2018	Inclusão de Proprietário	

4413 4414 4415 4416 4417 4419 4420 4421 4429 4980 4981 4982 4983 4984 29909 31667 31732 31790 5007 5008	01.04.019.0056.001 01.04.019.0071.001 01.04.019.0084.001 01.04.019.0098.001 01.04.019.0113.001 01.04.019.0204.001 01.04.019.0220.001 01.04.019.0236.001 01.04.019.0387.001 01.01.080.0033.002 01.01.080.0033.003 01.01.080.0033.004 01.01.080.0033.001 02.01.254.0035.000 01.04.019.0220.002 01.01.080.0033.005 01.01.077.0354.002 01.01.080.0033.006 02.01.254.0371.001 01.01.077.0354.001	Juarez Jose Pinto	585.135.316-34	5480.00394/2018	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
4413 4414 4415 4416 4417 4419 4420 4421 4429 4980 4981 4982 4983 4984 29909 31667 31732 31790 5007 5008	01.04.019.0056.001 01.04.019.0071.001 01.04.019.0084.001 01.04.019.0098.001 01.04.019.0113.001 01.04.019.0204.001 01.04.019.0220.001 01.04.019.0236.001 01.04.019.0387.001 01.01.080.0033.002 01.01.080.0033.003 01.01.080.0033.004 01.01.080.0033.001 02.01.254.0035.000 01.04.019.0220.002 01.01.080.0033.005 01.01.077.0354.002 01.01.080.0033.006 02.01.254.0371.001 01.01.077.0354.001	Joseane Sofia Pinto Chernicharo	745.996.156-68	5480.00394/2018	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	COMPROVAR ENTREGA DE INTIMAÇÃO Informar o endereço de correspondência (artigos 359 e 364. Lei Municipal 3.080/2010)
4422	01.04.019.0283.001	Reginaldo Alves De Araujo	408.713.716-34	5480.00394/2018	Inclusão de Proprietário	
4422	01.04.019.0283.001	Robson Pena De Araujo	201.455.276-20	5480.00394/2018	Inclusão de Proprietário	
4422	01.04.019.0283.001	Andrea Pena Araujo	763.006.416-00	5480.00394/2018	Inclusão de Proprietário	
4422	01.04.019.0283.001	Maria Antonia Pena Araujo	059.404.986-55	5480.00394/2018	Inclusão de Proprietário	
10043	01.02.274.0120.001	Luiz Carlos Portella Barbosa Rosinha Ferreira Barbosa	000.321.236-04 551.429.316-53	5492.00394/2018	Inclusão de Proprietário	
5198	01.06.075.0047.001	Nova União Empreendimento Imob. Ltda	02.298.772/001-87	5494.00394/2018	Inclusão de Proprietário	
5198	01.06.075.0047.001	Henrique Ferreira Florencio	227.044.696-87	5494.00394/2018	Inclusão de Coobrigado Compromissário	
4924, 31801, 31808	01.01.087.0107.001 01.01.087.0107.002 01.01.087.0107.003	Francisca Do Carmo	463.633.606-25	000011848.00394/2020	Inclusão de Proprietário	
4924, 31801, 31808	01.01.087.0107.001 01.01.087.0107.002 01.01.087.0107.003	Espólio) Silvio Ribeiro	563.902.546-87	000011848.00394/2020	Inclusão de Proprietário	
4924, 31801, 31808	01.01.087.0107.001 01.01.087.0107.002 01.01.087.0107.003	Antonia De Lourdes Dias	717.757.066-72	000011848.00394/2020	Inclusão de Proprietário	
4924, 31801, 31808	01.01.087.0107.001 01.01.087.0107.002 01.01.087.0107.003	Onesio João Ribeiro	534.618.866-53	000011848.00394/2020	Inclusão de Proprietário	
2510	01.06.042.0079.001	Cohab Mg - Cia De Habitacao Do Estado De Minas Gerais	17.161.837/0001-15	000004002.00394/2021	Inclusão de Proprietário	
20529	01.06.042.0079.001	Marco Aurelio Duarte Da Silveira	87117479604	000005413.00394/2018	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
20529	01.06.042.0079.001	Marcio Duarte Da Silveira Junior	41755219687	000005413.00394/2018	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
20529	01.06.042.0079.001	Espolio De Cristina Maria Da Silveira	70947473653	000005413.00394/2018	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
20529	01.06.042.0079.001	Andrea Cristina Da Silveira	49176498620	000005413.00394/2018	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
20529	01.06.042.0079.001	Adriana Maria Duarte Da Silveira	01749193604	000005413.00394/2018	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
41548 41541 41540 41536	01.04.078.0166.015 01.04.078.0166.008 01.04.078.0166.007 01.04.078.0166.003	Lagoa Santa Mall Incorporações Spe Ltda	15.800.406/0001-26	14837.00394/2024	Inclusão de Proprietário	

41535 3983	01.04.078.0166.002 01.04.078.0166.001					
24416	02.12.004.0505.000	(Espólio) Aparecida Silva Tobias	96813040634	000010969.00394/2022	Inclusão de Coobrigado	
24416	02.12.004.0505.000	Diva Helena Tobias Fideles	61414115687	000010969.00394/2022	Inclusão de Coobrigado	
24416	02.12.004.0505.000	Selma Das Graças Tobias Ferreira	52219836649	000010969.00394/2022	Inclusão de Coobrigado	
24416	02.12.004.0505.000	Celia Beatriz Tobias Da Silva	63584514649	000010969.00394/2022	Inclusão de Coobrigado	
24416	02.12.004.0505.000	Sergio Luiz Tobias	21860718191	000010969.00394/2022	Inclusão de Coobrigado	
6464	01.02.046.0660.002	Espolio De Salvador Adefonso	089.460.786-34	000011774.00394/2020	Inclusão de Proprietário	
6464	01.02.046.0660.002	Espolio De Laydio Bernardo	133.051.746-68	000011774.00394/2020	Inclusão de Proprietário	
6464	01.02.046.0660.002	Espólio De Jose Francisco	102.198.976-20	000011774.00394/2020	Inclusão de Proprietário	
6464	01.02.046.0660.002	Regina Lucia Francisco	61414298668	000011774.00394/2020	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
6464	01.02.046.0660.002	(Espólio) Silvia Joana Francisco	45095680610	000011774.00394/2020	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
6464	01.02.046.0660.002	Tania Aparecida Francisco	45095639653	000011774.00394/2020	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
6464	01.02.046.0660.002	(Espólio) Newton Adelfonso	32574673620	000011774.00394/2020	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
6464	01.02.046.0660.002	Espólio De Maria De Lourdes Adelfonso Filha Moura	47441127653	000011774.00394/2020	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
6464	01.02.046.0660.002	Eni Soares Teixeira	76119947604	000011774.00394/2020	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
24655	01.02.020.0033.001	Efigenia Fernandes Dos Santos	277.546.186-72	000010830.00394/2020	Inclusão de Proprietário	
24655	01.02.020.0033.001	Espolio De Moises Fernandes	359.967.066-87	000010830.00394/2020	Inclusão de Proprietário	
24655	01.02.020.0033.001	(Espólio) Genario Fernandes	130.262.406-72	000010830.00394/2020	Inclusão de Proprietário	
24655	01.02.020.0033.001	Afonso Felix Fernandes	417.601.156-49	000010830.00394/2020	Inclusão de Proprietário	
24655	01.02.020.0033.001	Monica Fernandes Amancio	94385505691	000010830.00394/2020	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
24655	01.02.020.0033.001	Servulo Rodrigues Tomaz	35503050606	000010830.00394/2020	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
24655	01.02.020.0033.001	Erik Fernandes Tomaz	05317892686	000010830.00394/2020	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	COMPROVAR ENTREGA DE INTIMAÇÃO Informar o endereço de correspondência (artigos 359 e 364. Lei Municipal 3.080/2010)
24655	01.02.020.0033.001	Felipe Rodrigues Toma	59600330620	000010830.00394/2020	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
24655	01.02.020.0033.001	Afonso Rodrigues Tomaz	22132414653	000010830.00394/2020	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
24655	01.02.020.0033.001	Paulo Rodrigues Tomaz	22100210653	000010830.00394/2020	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
16201 16200	01.03.179.0322.001 01.03.179.0283.001	Ricardo Tadeu Ferreira Nehmy	37427415604	2318-26-LST-VCL	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
16312 30112 29967 29945 29899 16472 16465 16455 16299 16232 16218 16201 16200 16130 16311 16231 16230 16199	01.03.180.0100.001 01.03.180.0088.002 01.03.180.0100.002 01.03.181.0232.003 01.03.178.0392.002 01.03.181.0015.001 01.03.181.0384.001 01.03.181.0232.001 01.03.180.0416.001 01.03.179.0253.001 01.03.179.0070.001 01.03.179.0322.001 01.03.179.0283.001 01.03.178.0392.001 01.03.180.0088.001 01.03.179.0214.001 01.03.179.0202.001 01.03.179.0268.001	Paulo Jose Ferreira Nehmy	06236260630	2318-26-LST-VCL	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	COMPROVAR ENTREGA DE INTIMAÇÃO Informar o endereço de correspondência (artigos 359 e 364. Lei Municipal 3.080/2010)
16312 30112 29967 29945 29899 16472 16465 16455 16299 16232 16218 16201 16200 16130 16311 16231 16230 16199	01.03.180.0100.001 01.03.180.0088.002 01.03.180.0100.002 01.03.181.0232.003 01.03.178.0392.002 01.03.181.0015.001 01.03.181.0384.001 01.03.181.0232.001 01.03.180.0416.001 01.03.179.0253.001 01.03.179.0070.001 01.03.179.0322.001 01.03.179.0283.001 01.03.178.0392.001 01.03.180.0088.001 01.03.179.0214.001 01.03.179.0202.001 01.03.179.0268.001	Geraldo Luiz Ferreira Nehmy	25393650604	2318-26-LST-VCL	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
16232 16218 16201 16200 16231 16230 16199	01.03.179.0253.001 01.03.179.0070.001 01.03.179.0322.001 01.03.179.0283.001 01.03.179.0214.001 01.03.179.0202.001 01.03.179.0268.001	Rosa Maria Ferreira Nehmy Levy	01477856692	2318-26-LST-VCL	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
16232 16218 16201 16200 16231 16230 16199	01.03.179.0253.001 01.03.179.0070.001 01.03.179.0322.001 01.03.179.0283.001 01.03.179.0214.001 01.03.179.0202.001 01.03.179.0268.001	Maria Christina Ferreira Nehmy	17709890644	2318-26-LST-VCL	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
16232 16218 16201 16200 16231 16230 16199	01.03.179.0253.001 01.03.179.0070.001 01.03.179.0322.001 01.03.179.0283.001 01.03.179.0214.001 01.03.179.0202.001 01.03.179.0268.001	Antonio Carlos Ferreira Nehmy	22981705687	2318-26-LST-VCL	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	COMPROVAR ENTREGA DE INTIMAÇÃO
16232 16218 16201 16200 16231 16230 16199	01.03.179.0253.001 01.03.179.0070.001 01.03.179.0322.001 01.03.179.0283.001 01.03.179.0214.001 01.03.179.0202.001 01.03.179.0268.001	Angela Maria Nehmy Cavlcanti	34419888687	2318-26-LST-VCL	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	Informar o endereço de correspondência (artigos 359 e 364. Lei Municipal 3.080/2010)
16232 16218 16201 16200 16231 16230 16199	01.03.179.0253.001 01.03.179.0070.001 01.03.179.0322.001 01.03.179.0283.001 01.03.179.0214.001 01.03.179.0202.001 01.03.179.0268.001	Tania Maria Nehmy Malta	50000764604	2318-26-LST-VCL	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	
16232 16218 16201 16200 16231 16230	01.03.179.0253.001 01.03.179.0070.001 01.03.179.0322.001 01.03.179.0283.001	Maria Ines Ferreira Nehmy Aragão Dutra	99239078720	2318-26-LST-VCL	Inclusão de Coobrigado Herdeiro	

16199	01.03.179.0214.001 01.03.179.0202.001 01.03.179.0268.001					
6363 31223 31579	01.02.042.0060.002 01.02.042.0060.004 01.02.042.0060.003	Maria Aparecida Batista	005.376.956-21	1391.000290/2018	Inclusão de coobrigado herdeiro	
6363 31223 31579	01.02.042.0060.002 01.02.042.0060.004 01.02.042.0060.003	Gil Cesar Batista	052.707.386-51	1391.000290/2018	Inclusão de coobrigado herdeiro	
6363 31223 31579	01.02.042.0060.002 01.02.042.0060.004 01.02.042.0060.003	Ramon Roberto Batista	076.332.876-67	1391.000290/2018	Inclusão de coobrigado herdeiro	
31120	01.02.080.0165.002	Maria Ines Da Silva Sá	901.168.286-68	1168.00394/2018	Inclusão de coobrigado compromissário	
31120	01.02.080.0165.002	Vilson Da Silva Sá	042.182.186-84	1168.00394/2018	Inclusão de coobrigado compromissário	
16942	01.03.143.0498.001	Leda Maria Vieira De Melo	753.169.276-72	3820/2025	Inclusão de proprietário	
16942	01.03.143.0498.001	Wander Roberto Vieira De Melo	753.169.606-70	3820/2025	Inclusão de proprietário	
16942	01.03.143.0498.001	Ana Carolina Vieira De Melo	753.170.956-20	3820/2025	Inclusão de proprietário	
16942	01.03.143.0498.001	Luis Felipe Camargos De Sousa	042.867.856-45	3820/2025	Inclusão de coobrigado compromissário	
23318	02.09.001.2190.001	Caio Celso Vieira Gonçalves	278.939.606-04	5034/2025	Inclusão de proprietário	
23318	02.09.001.2190.001	Julio Cesar Vieira Gonçalves	496.561.806-82	5034/2025	Inclusão de proprietário	
23318	02.09.001.2190.001	João Cassio Vieira Gonçalves	219.504.316-49	5034/2025	Inclusão de proprietário	
23318	02.09.001.2190.001	Elaine Monica Vieira Barbosa De Oliveira	009.635.316-38	5034/2025	Inclusão de proprietário	COMPROVAR ENTREGA DE INTIMAÇÃO Informar o endereço de correspondência (artigos 359 e 364. Lei Municipal 3.080/2010)
23318	02.09.001.2190.001	Maria Angela Gonçalves Vieira	555.962.156-00	5034/2025	Inclusão de proprietário	
23318	02.09.001.2190.001	Regina Elvira Vieira Barbosa Silva	257.911.846-20	5034/2025	Inclusão de proprietário	
23318	02.09.001.2190.001	Angela Maria Vieira Barbosa Teles	663.891.196-15	5034/2025	Inclusão de proprietário	
23318	02.09.001.2190.001	Andréia De Oliveira	039.393.986-32	5034/2025	Inclusão de coobrigada compromissária	
23943	02.10.002.1820.000	Paula Rezende Salomão	678.161.776-15	9634.00394/2020	Inclusão de proprietário	
23943	02.10.002.1820.000	Patricia Rezende Salomão Avelar	534.614.446-34	9634.00394/2020	Inclusão de proprietário	
12302	01.03.016.0244.001	Larissa Maria De Sales	023.726.786-12	3531/2025	Inclusão de coobrigado herdeiro	
12302	01.03.016.0244.001	Daniel De Sales	034.712.076-86	3531/2025	Inclusão de coobrigado herdeiro	
12302	01.03.016.0244.001	Cristina Maria De Sales	044.966.376-00	3531/2025	Inclusão de coobrigado herdeiro	
72, 31733	01.01.005.0443.001 01.01.005.0443.002	Ivo Pereira De Moura	25709542687	-	Inclusão de coobrigado herdeiro	
72, 31733	01.01.005.0443.001 01.01.005.0443.002	Maria Julia De Matos Moura	50261258672	-	Inclusão de coobrigado herdeiro	
72, 31733	01.01.005.0443.001 01.01.005.0443.002	Juliana De Matos Moura	05899116609	-	Inclusão de coobrigado herdeiro	
72, 31733	01.01.005.0443.001 01.01.005.0443.002	Guilherme De Matos Moura	08987438694	-	Inclusão de coobrigado herdeiro	
72, 31733	01.01.005.0443.001 01.01.005.0443.002	Conceição De Moura	58513086649	-	Inclusão de coobrigado herdeiro	
63886,63887	01.02.023.0268.004 01.02.023.0268.005	Alex Fabiano Dos Santos	73193739634	000010822.00394/2024	Inclusão de coobrigado herdeiro	
63886,63887	01.02.023.0268.004 01.02.023.0268.005	Carlos Alberto Dos Santos	71775919668	000010822.00394/2024	Inclusão de coobrigado herdeiro	
63886,63887	01.02.023.0268.004 01.02.023.0268.005	Rodrigo Alexandre Dos Santos	73193747653	000010822.00394/2024	Inclusão de coobrigado herdeiro	
63886,63887	01.02.023.0268.004 01.02.023.0268.005	Francisco Carlos Dos Santos	83801987787	000010822.00394/2024	Inclusão de coobrigado herdeiro	
63886,63887	01.02.023.0268.004 01.02.023.0268.005	Rogerio Ramon Dos Santos	52875890697	000010822.00394/2024	Inclusão de coobrigado herdeiro	
63886,63887	01.02.023.0268.004 01.02.023.0268.005	Omar Licinio Dos Santos	54522048653	000010822.00394/2024	Inclusão de coobrigado herdeiro	
4923 31802 40461	01.01.087.0069.001 01.01.087.0069.002 01.01.087.0069.003	Cristina Aparecida Vitorio	863.999.696-20	2715-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado herdeiro	
4923 31802 40461	01.01.087.0069.001 01.01.087.0069.002 01.01.087.0069.003	Rafael Vitorio	083.901.016-88	2715-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado herdeiro	
4923 31802 40461	01.01.087.0069.001 01.01.087.0069.002 01.01.087.0069.003	Marcelo Vitorio Da Silva	051.461.776-43	2715-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado herdeiro	
4923 31802 40461	01.01.087.0069.001 01.01.087.0069.002 01.01.087.0069.003	Aparecida Silva Vitorio Marques	059.783.496-22	2715-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado herdeiro	
4923 31802 40461	01.01.087.0069.001 01.01.087.0069.002 01.01.087.0069.003	Marco Antonio Vitorio	425.601.606-68	2715-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado herdeiro	
15718	01.03.072.0024.001	Bruno Cezar Carneiro Silveira	106.221.196-05	2729-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado herdeiro	
15718	01.03.072.0024.001	Espólio Luiz Das Dores Silveira	409.033.036-04	2729-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado herdeiro	
26822	01.05.110.0464.001	Felipe Portes Gelais	06502473610	000003178/2025	Inclusão de coobrigado possuidor	
26822	01.05.110.0464.001	Paulo Sergio Pimenta Pinheiro Junior	05461326692	000003178/2025	Inclusão de coobrigado possuidor	
27253	02.05.016.0025.000	Vale Dos Sonhos Participacoes Imobiliarias Ltda	09.651.384/0001-87	1634-26-LST-VCL	Inclusão de proprietário	
2993, 13477, 19325, 19707, 19714, 26389, 26390, 29556	01.04.034.0299.001 01.05.001.0086.001 01.04.006.0141.001	Espólio De Luiz Antonio De Britto	85517380620	2130-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado herdeiro	

	01.04.013.0164.001 01.04.012.0320.001 01.04.034.0299.004 01.04.034.0299.002 01.04.012.0320.002					
2993, 13477, 19325, 19707, 19714, 26389, 26390, 29556	01.04.034.0299.001 01.05.001.0086.001 01.04.006.0141.001 01.04.013.0164.001 01.04.012.0320.001 01.04.034.0299.004 01.04.034.0299.002 01.04.012.0320.002	Julio Cesar De Britto	45754829604	2130-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado herdeiro	
2993, 13477, 19325, 19707, 19714, 26389, 26390, 29556	01.04.034.0299.001 01.05.001.0086.001 01.04.006.0141.001 01.04.013.0164.001 01.04.012.0320.001 01.04.034.0299.004 01.04.034.0299.002 01.04.012.0320.002	Margareth Aparecida De Britto	59881810663	2130-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado herdeiro	
2993, 13477, 19325, 19707, 19714, 26389, 26390, 29556	01.04.034.0299.001 01.05.001.0086.001 01.04.006.0141.001 01.04.013.0164.001 01.04.012.0320.001 01.04.034.0299.004 01.04.034.0299.002 01.04.012.0320.002	João Luiz Tadeu De Brito	70056331649	2130-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado herdeiro	
2993, 13477, 19325, 19707, 19714, 26389, 26390, 29556	01.04.034.0299.001 01.05.001.0086.001 01.04.006.0141.001 01.04.013.0164.001 01.04.012.0320.001 01.04.034.0299.004 01.04.034.0299.002 01.04.012.0320.002	Silvania Maria Britto Dos Santos	62722549620	2130-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado herdeiro	
2993, 13477, 19325, 19707, 19714, 26389, 26390, 29556	01.04.034.0299.001 01.05.001.0086.001 01.04.006.0141.001 01.04.013.0164.001 01.04.012.0320.001 01.04.034.0299.004 01.04.034.0299.002 01.04.012.0320.002	Adriana Mara De Britto	53189477604	2130-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado herdeiro	
2993, 13477, 19325, 19707, 19714, 26389, 26390, 29556	01.04.034.0299.001 01.05.001.0086.001 01.04.006.0141.001 01.04.013.0164.001 01.04.012.0320.001 01.04.034.0299.004 01.04.034.0299.002 01.04.012.0320.002	Espolio De Eduardo Ribeiro De Brito	04305734648	2130-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado herdeiro	
2993, 13477, 19325, 19707, 19714, 26389, 26390, 29556	01.04.034.0299.001 01.05.001.0086.001 01.04.006.0141.001 01.04.013.0164.001 01.04.012.0320.001 01.04.034.0299.004 01.04.034.0299.002 01.04.012.0320.002	Gustavo Ribeiro De Brito	05350892606	2130-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado herdeiro	COMPROVAR ENTREGA DE INTIMAÇÃO Informar o endereço de correspondência (artigos 359 e 364. Lei Municipal 3.080/2010)
45508	02.12.004.0390.087	Vila Maria Incorporacao Imobiliaria Spe Ltda	14.725.236/0001-08	00015428.004262024	Inclusão de proprietário	
45508	02.12.004.0390.087	Marcos Antonio Cataluna	015.021.747-15	00015428.004262024	Exclusão de proprietário	
55362	01.07.160.0040.001	Edna Geralda Sousa	048.414.856-78	000005295/2025	Inclusão de proprietário	
55362	01.07.160.0040.001	Pablo Herman Cobucci Teixeira	05180583608	000005295/2025	Inclusão de coobrigado possuidor	
1562	01.04.070.0059.001	Antonio Ferreira Matos	485.733.886-68	2831-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado	
1562	01.04.070.0059.001	Claudilene Ferreira Matos De Apolonio	046.412.666-54	2831-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado	
1562	01.04.070.0059.001	Edma Maria Ferreira Matos	857.969.726-34	2831-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado	
1562	01.04.070.0059.001	Flavio Ferreira Matos	004.952.426-75	2831-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado	
1562	01.04.070.0059.001	Jose Laerte Ferreira Matos	990.086.886-20	2831-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado	
1562	01.04.070.0059.001	Mirani Ferreira Matos	916.267.736-53	2831-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado	
5252	02.01.314.0260.000	Delvania Katia Torres	726.247.446-49	3169-26-LST-VCL	Inclusão de coobrigado	COMPROVAR ENTREGA DE

16937	01.03.143.0065.001	Wander Roberto Melo	008.713.706-20	1924.00394/2021	Inclusão de proprietário	INTIMAÇÃO Informar o endereço de correspondência (artigos 359 e 364. Lei Municipal 3.080/2010)
16937	01.03.143.0065.001	Ronildo De Castro Quintao	891.299.466-20	1924.00394/2021	Inclusão de coobrigado	
21416	01.07.098.0074.001	Marcio Antonio Pereira	479.958.156-20	372-394/2018	Inclusão de coobrigado	
21416	01.07.098.0074.001	Companhia De Habitação Est. MG - COHAB	17.161.837/0001-15	372-394/2018	Inclusão de proprietário	

Na oportunidade, fica(m) vossa(s) Senhoria(s) NOTIFICADA(S) a comparecer ao Setor de Cadastro Técnico Imobiliário, localizado na Rua São João, nº 290 – Centro, no horário de 09:00 às 17:00 horas, para regularizar sua situação cadastral e fiscal no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da Publicação deste EDITAL, para sanar a(s) pendência(s) supracitada(s).

Lagoa Santa, 11 de Agosto de 2026

RAYANE STEPHANE SILVÉRIO
Chefe de Departamento
Cadastro Técnico Imobiliário

Publicado por:
Letícia de Souza Mariano de Paula
Código Identificador:66CF8A8A

